00100.074217/2018-65

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII SUP. B AO Nº 78, SÁBADO, 2 DE JUNHO DE 2018

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de abril de 2018 6

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2018 63
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2018 91
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2018 139
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2018 165
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2018 195

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de abril de 2018 209
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2018 265
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de maio de 2018 266
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de maio de 2018 335

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2018 399
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2018 410
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2018 442
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2018 480
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2018 520

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2018 550

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2018 563

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2018 578

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2018 617

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2018 620

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2018 635

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2018 643

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2018 644

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2018 686

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2018 688

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2018 690

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2018 691

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2018 692

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2018 721

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2018 773

Ata da 37ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de abril de 2018 (realizada em conjunto com a 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura) 793

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2018 795

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2018 816

Ata da 11ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de abril de 2018 (realizada em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) **(vide item 1.6)**

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2018 832

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2018 858

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2018 897

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2018 904

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2018 911

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2018 940

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2018 969

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2018 996

1.10 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2018 997

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2018 1028

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2018 1036

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Airton Sandoval, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Cidinho Santos, Roberto Muniz e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Rose de Freitas, Simone Tebet, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, José Serra, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 11ª e 12ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 13 de 2018 (nº 427-GP/TCU), de 16 de abril de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 621/2018 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao projeto de decisão normativa que fixa para o exercício de 2019 os coeficientes do fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 159, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal (TC 005.604/2018-4) e Aviso nº 440 – GP/TCU, de 17 de abril de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 620/2018, proferido pelo Plenário daquela Corte em 21/03/2018, ao apreciar o TC 033.007/2018-1, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que tratam de Representação em atendimento ao subitem 9.2 do Acórdão 2.855/2018-TCU-Plenário (TC 005.762/2005-5), com objetivo complementar a abordagem sobre as práticas de contratação do Programa nacional de iluminação Pública Eficiente (Reluz). Os expedientes serão encaminhados por ofício circular aos Membros da Comissão. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQE 9/2018 e RQE 22/2018, de autoria do Senador Armando Monteiro. **Finalidade:** 2ª Reunião - Debater o tema: Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira). **Participantes:** Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Vinícius Carrasco, Professor da PUC-Rio e Economista-Chefe da Stone; e Bruno Magrani, Relações Institucionais do Nubank. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) Senadores(as) Armando Monteiro, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Athaídes Oliveira, Garibaldi Alves Filho, Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação nos hospitais da rede pública de pontos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solução antisséptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares." **Autoria:** Deputado Sandes Júnior. **Relatoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, de 2007 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de eventuais calamidades naturais, ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma subemenda à Emenda nº 1 e uma emenda apresentada. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para determinar a priorização das despesas com saúde e educação na execução orçamentária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1 - Plenário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.178/62, sobre funcionamento de estabelecimentos de crédito." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina o uso da taxa de câmbio PTAX na conversão para a moeda brasileira do valor de pagamentos feitos em moeda estrangeira por meio de cartão de crédito." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Minuta de Projeto de Resolução Nº , de 2018** que : "Altera a Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970, do Senado Federal - Regimento Interno do Senado Federal, para incluir o procedimento de análise da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições que importem em criação ou aumento de despesa obrigatória ou em renúncia de receita." **Autoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao plenário do senado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 14). Usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 24 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº de 2018, que "Institui procedimento de análise da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições que importem em criação ou aumento de despesa obrigatória ou em renúncia de receita"." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 24/2018 – CAE, de urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/24

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata: antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 11ª e 12ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento da Comissão: Aviso nº 13, de 2018, do Tribunal de Contas da União; Aviso nº 440, do Tribunal de Contas da União.

Os expedientes serão encaminhados aos membros por meio de ofício circular.

Audiência pública interativa. O objetivo desta audiência pública é debater o tema "Inovação e Competição: novos caminhos para redução dos *spreads* bancários (custos e margens da intermediação financeira)".

Lembro aos Srs. Senadores desta Comissão que já foi realizada, no dia 20/3/2018, a primeira reunião para debater os *spreads* bancários. Esta já se trata da segunda audiência pública que envolve essa discussão.

Os requerimentos da audiência são do Senador Armando Monteiro.

Os convidados de hoje são os Srs. Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos; Sr. Vinicius Carrasco, Professor da PUC-Rio e Economista-Chefe da Stone; e Bruno Magrani, Relações Institucionais do Nubank.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Desta forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito à Secretaria que os conduza ao plenário. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará a sua exposição por 10 minutos, tendo uma flexibilidade de 10 minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadores e pelos Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e Senadores inscritos será concedido pela ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para as respostas dos interpelados.

Iniciamos, então, a nossa audiência pública passando a palavra ao Dr. Murilo Portugal, Presidente da federação Brasileira de Bancos (Febraban).

(*Interrupção do som.*)

O SR. MURILO PORTUGAL – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati, Presidente da CAE. Queria também cumprimentar o Senador Armando Monteiro, autor do requerimento de realização desta audiência pública; cumprimentar os meus colegas de Mesa aqui, o Prof. Vinícius Carrasco e também o Dr. Bruno Magrani; e cumprimentar rodos os presentes aqui.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o tema desta audiência é muito oportuno e muito bem-vindo para o setor bancário e para a Febraban, porque a inovação e a competição são duas importantes características do nosso setor, assim como são a segurança, a alta capitalização e a liquidez dos nossos bancos, que fizeram com que os bancos, aqui no Brasil, funcionassem como uma garantia de estabilidade nessas crises recentes que nós tivemos.

A redução do *spread* bancário é um desejo de todos e também nosso, dos bancos, porque os bancos estão na função de emprestar, querem emprestar ao maior número de clientes possível, diversificando os riscos, e, evidentemente, os preços desses empréstimos têm que ser adequados para que os riscos de inadimplência sejam reduzidos.

Eu vou, nesta audiência, começar falando um pouco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – ...da inovação. Depois, vou falar sobre a competição e vou terminar abordando a questão dos *spreads*, das causas e do comportamento recente dos *spreads* e dos juros.

Os bancos, para estarem...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu o interrompo por um minuto, porque há um conferencista paralelo ali.

Agradeço a atenção.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Então, os bancos, para estarem presentes em todos os lugares no Brasil, prestando serviços de eficiência, com rapidez e com qualidade, sempre estiveram na vanguarda da inovação no Brasil. Nós somos um dos setores mais inovadores da economia brasileira.

Eu pediria que se distribuísse aos Senadores e à Mesa cópia física, porque vejo que alguns estão com óculos tentando olhar. Mas nós temos algumas cópias físicas aqui, que poderiam ser distribuídas aos Senadores.

Então, nós sempre estivemos na liderança da inovação no Brasil, uma liderança histórica, com as primeiras centrais de processamento de dados, com as primeiras empresas de equipamentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informática no Brasil. Nos anos 80, nós introduzimos o terminal eletrônico no Brasil. São 170 mil terminais, que fazem 2,5 bilhões de transações por ano, facilitando a vida dos brasileiros. Fazemos uso da internet, da compensação eletrônica de cheques, do cartão de crédito com *chip*.

No ano 2000, foi criado o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), e os bancos criaram a Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), que faz as TEDs e os DOCs e presta serviços a preço de custo, sem margem de lucro, para outros participantes do sistema financeiro.

Presidente, o nosso compromisso com a inovação não é da boca para fora, é do bolso para fora. Nossos investimentos em tecnologia da informação chegaram, nos últimos seis anos, a quase R$119 bilhões, a uma média de aproximadamente R$20 bilhões anuais. Isso equivale a cerca de 26% do lucro que os bancos tiveram no ano passado. Só o Governo investe tanto em tecnologia da informação quanto os bancos.

Em 2016, as transações bancárias feitas pelo celular e pelo computador, os chamados *mobile banking* e *internet banking*, já respondiam por mais da metade das 65 bilhões de transações bancárias no Brasil, com o cliente carregando no bolso o celular, acessando as suas contas.

Mas, evidentemente, neste mundo tecnológico, não se pode deitar em berço esplêndido nem viver das glórias do passado nem dos lucros ou dos louros do presente. Então, os bancos estão muito atentos a essa revolução digital que vem ocorrendo no mundo. Esse eslaide resume um pouco essas novas tendências, *big data*, inteligência artificial, identificação biométrica, computação nas nuvens e várias outras. Há dois anos, a Febraban contratou um estudo sobre esse tema no mundo. Vimos que as *fintechs* atuam em seis grandes áreas que estão mostradas aqui nesses eslaides, que são, basicamente: os pagamentos, a gestão financeira, os investimentos, os seguros, as chamadas criptomoedas e a concessão de crédito.

Examinamos também as *fintechs* que operavam naquela época no Brasil. Não diferem muito do que acontece no mundo. Ali no canto inferior direito do eslaide estão marcadas as *fintechs* que operavam no crédito, o que eu acho que é o objeto dessa nossa reunião.

Essas *fintechs* são vistas pelo setor bancário como uma oportunidade de parceria, de diversificação, de modernização dos serviços, uma oportunidade de aprendizado também. Todos os principais bancos têm fundos para investir em *fintechs*, mantêm ambientes de incubação e de aceleração para essas empresas, que não têm o compromisso de fornecer serviços aos bancos.

Tendo falado um pouco sobre a inovação, queria falar também agora um pouco sobre o segundo grande tema desta audiência, que é a competição. Queria começar dizendo que tanto a Febraban quanto o setor bancário são 100% favoráveis ao aumento da competição e que nós apoiaremos toda e qualquer medida não discriminatória para aumentar a concorrência. Esse tema tem se tornado muito popular recentemente, mas muitas vezes há um desconhecimento sobre a competição que existe dentro do setor bancário. Caso essa competição não existisse, a principal evidência disso deveria ser que os lucros, as taxas de lucro no setor bancário seriam abusivas, isto é, seriam muito maiores do que as taxas de lucro seja dos outros setores da economia brasileira seja dos setores bancários de outros países.

Então eu trouxe aqui os dados da publicação Valor 1000, que vão de 2005 a 2016, que mostram as taxas de lucro de todos os setores da economia brasileira. Como os senhores podem ver naquele quadro lá embaixo, naquele retângulo do final, onde mostra a classificação do setor bancário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparado com os outros setores, nesse período de 2005 a 2016, os bancos ficaram entre 5º e 14º lugar em termos de competitividade. A linha de cima mostra o setor líder em lucratividade; a linha do meio, cinza, mostra a taxa média de lucro dos cinco setores mais lucrativos da economia brasileira; e a linha azul clara, de baixo, mostra a taxa de lucro do setor bancário.

Comparando com os outros setores bancários do mundo. Nós fizemos um levantamento comparando a taxa de lucro dos bancos brasileiros, dos cinco maiores bancos brasileiros, com a dos cinco maiores bancos de um conjunto de 12 países relevantes do mundo. No caso do Brasil, esse retorno sobre o patrimônio líquido ficou 16,2%, um pouco abaixo do Chile, dois pontos acima da África do Sul, Colômbia e Turquia. E um ponto interessante é que parte disso é explicado pela taxa básica de juros que vigia no Brasil, que era elevada nessa época. Então, quando se deduz ali, da primeira coluna, a segunda coluna, que é a taxa básica de juros depois de pagos os impostos, a posição do Brasil em termos de lucratividade cai de lá do segundo lugar, no primeiro eslaide, para o sétimo lugar, no eslaide dali da direita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Um outro argumento que tem sido muito repetido aqui no Brasil é que o setor bancário é concentrado e, por isso, os *spreads* são altos.

É uma meia verdade e a parte verdadeira dessa alegação – que é a concentração – dá uma certa verossimilhança à parte, que é a falta de competição. É verdade que o setor bancário é concentrado no Brasil e é concentrado no mundo porque é um setor intensivo de capital e os setores intensivos de capital são concentrados, não só no Brasil e não só no setor bancário.

Mas, nessa mesma pesquisa a que eu me referi antes, nós comparamos a concentração bancária dos cinco maiores bancos no Brasil com os cinco maiores bancos desses outros países. A classificação do Brasil é quinto lugar em termos de concentração comparado com os setores bancários dos outros países, abaixo ali do México, do Chile, da Austrália e da África do Sul, que têm concentração mais rápida do que o Brasil.

Uma parte dessa concentração que existe aqui no Brasil se explica pela alta presença dos bancos públicos. Os bancos públicos representam 54% do mercado de crédito no Brasil. Então, por exemplo, se nós excluirmos da carteira de crédito imobiliário – que está sendo mostrado aqui –, onde um banco público tem uma forte presença, e a carteira de crédito rural, onde um banco público tem também uma forte presença, a concentração do Brasil cai do quinto para o oitavo lugar.

Eu estou comparando aqui também, usando novamente os dados do Valor 1000, a concentração do setor bancário com a concentração de todos os outros setores da economia brasileira. Nós vemos ali o setor bancário em 13º lugar, em termos de concentração, atrás de setores como o fumo, óleo e gás, comunicação e gráfica, TI & telecomunicações, metal e mineração, papel e celulose, veículos e mecânica.

Existe uma medida mundialmente usada para medir a concentração, que é um índice chamado Índice Herfindahl-Hirschman. E índice aqui no Brasil para os bancos é de 1.413, é o 15º ali naquela lista de setores. E esse nível significa um setor moderadamente concentrado, segundo definições que são normalmente usadas pela Federal Trade Commission, dos Estados Unidos, e também aqui pelo Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central do Brasil, que considera como moderadamente concentrados os índices que vão de 1.000 a 1.800, se não me engano; estão ali na parte direita do quadro.

Então, como eu disse, nós somos e continuaremos sendo inovadores; somos e continuaremos sendo a favor de mais competição. Encaramos como muito naturais e desejáveis novos entrantes no mercado, inclusive das *fintechs* de crédito e as outras.

Mas eu acho é importante distinguir livre competição de *freeriding* e distinguir livre competição de arbitragem regulatória. O *freeriding* é uma espécie de carona que quer se beneficiar de uma infraestrutura custosa, montada durante anos de pesados investimentos sem compartilhar de uma forma justa o custo. E a arbitragem regulatória é um pouco mais complexa, um pouco mais complicada – e perigosa. É quando existem dois grupos de empresas que operam no mesmo mercado, fazendo a mesma coisa, oferecendo o mesmo tipo de serviço, mas que são submetidas a dois conjuntos de regras diferentes, um conjunto sendo claramente mais favorável do que o outro.

Minha impressão é que competir na base do *freeriding* e da arbitragem regulatória pode trazer ganhos ilusórios no curto prazo, mas geralmente é uma usina de problemas no médio prazo, porque o *freeriding* leva a uma queda na inovação e no investimento em inovação, e a arbitragem regulatória no setor financeiro pode levar a instabilidades – esse é um tema que vem sendo estudado pelo BIS e pelo Financial Stability Board.

Já falei muito sobre inovação tecnológica, mas existem também as inovações institucionais, que eu acho que são tão importantes quanto as inovações tecnológicas. Aqui no Brasil nós tivemos um exemplo disso na primeira metade da década com o crédito consignado e a alienação fiduciária, que foram muito importantes para a expansão do crédito, inclusive do financiamento imobiliário e do financiamento de veículos.

Segundo dados do Banco Central, que eu reproduzo aqui, 77% do *spread* bancário são explicados pelos custos da intermediação financeira. Então, para que nós consigamos reduzir o *spread* bancário, nós precisamos fazer uma reforma no ambiente de crédito do Brasil para reduzir os elevados custos da inadimplência, dos impostos, custos regulatórios e outros. Não é a concentração bancária, não é a falta de competição, não são os lucros abusivos que explicam o alto *spread* bancário, mas, sim, os elevados custos da intermediação financeira no Brasil.

Vou mostrar aqui e perguntar aos senhores: o que acontecerá quando uma *fintech* de crédito tiver que recuperar na Justiça um empréstimo não pago? Ela vai enfrentar os mesmos problemas que os bancos enfrentam hoje e que elevam o custo da inadimplência – não é só a inadimplência, é o custo da inadimplência –, vai enfrentar o viés anticredor, vai ter uma demora de quatro anos em média – em vez de 1,8 ano, que é a mediana desses países –, vai gastar 12% do valor recuperado e, depois de todo esse tempo e todo esse gasto, só vai recuperar, em média, 16% dos créditos que tiver concedido com garantia – em vez de 59% de recuperação, valor que é a média desse conjunto de países. Por isso é que o custo da inadimplência no Brasil é quatro vezes maior – esse gráfico mostra isso – do que a mediana nos outros países – 4,5% de provisões para créditos duvidosos em relação à carteira de crédito, comparados com a mediana de 1,1% nesses outros países.

O que aconteceria com as *fintechs* de crédito se a Receita Federal resolvesse lançar o IOF, que pode chegar a 3,38%, sobre empréstimos que sejam feitos pelas *fintechs,* como ela faz atualmente com os empréstimos que são feitos pelos bancos? E o que aconteceria se a Receita Federal resolvesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tributar em 4,65% da Cofins e de PIS/Pasep a receita da intermediação financeira das *fintechs?* O que vai acontecer se os empregados das *fintechs* ingressarem na Justiça do trabalho se dizendo bancários e reivindicando o regime de seis horas de trabalho que uma lei de 1940 garante aos bancários no Brasil?

Isso é uma coisa que não é uma mera ficção, já acontece com os correspondentes bancários e acontece também com muitos bancários que trabalham oito horas, ganhando uma gratificação para trabalhar essas duas horas a mais, mas que, depois de se aposentarem ou serem demitidos, entram na Justiça do trabalho pedindo a sétima e a oitava horas extras, e invariavelmente ganham. E 39% das ações trabalhistas contra os bancos têm essa causa. As provisões que os bancos no Brasil têm que fazer para passivos trabalhistas, cíveis e fiscais, que são mostradas aí nesse gráfico, são 24 vezes maiores do que a média desses países.

Eu queria agora mudar um pouco para falar sobre o comportamento recente das taxas de juros e dos *spreads* bancários. Todos nós gostaríamos que elas pudessem cair mais rápido, como o Presidente do Banco Central já falou, mas é verdade que elas estão caindo. É muito noticiado que a taxa básica da economia caiu, a Selic, e os juros e os *spreads* não caíram. Nesse gráfico, eu estou mostrando o que aconteceu desde outubro de 2016, quando a taxa Selic começou a cair, usando os empréstimos concedidos com recursos livres a pessoas físicas.

Nós temos que usar os recursos livres porque no crédito direcionado ele não é influenciado pela taxa Selic; então não se deve esperar nenhuma queda na taxa de juros no crédito direcionado porque lá a taxa não é a Selic. Aqui são os empréstimos com crédito livre.

Em outubro de 2016, quando começou a redução da taxa básica, que era 14,25%, e foi reduzida até fevereiro – nós só temos dados até fevereiro, então estou usando o número de fevereiro – para 6,75%, a queda na Selic foi de 7,5 pontos percentuais. A taxa média de juros dos empréstimos para pessoas físicas com recursos livres nesse mesmo período caiu de 74% para 57%; 16,61 pontos percentuais, mais do dobro da taxa Selic, o que indica que os *spreads* também estão caindo.

Às vezes eu ouço a pergunta: "Ah, a taxa caiu, mas não caiu na mesma proporção da Selic. A Selic caiu à metade e as taxas não caíram à metade." É verdade. Por quê? Porque a taxa Selic não é o único componente da taxa final de juros. Além da taxa Selic, que só afeta a taxa de captação dos bancos, e, portanto, não está incluída no *spread* – se os senhores olharem aquela *pizza* que foi mostrada antes, o *spread* é composto de outros elementos que não a taxa Selic –, a taxa Selic influencia esses outros elementos de uma maneira indireta, reduzindo no médio prazo a inadimplência. É por isso que não há proporcionalidade, que alguns desavisados acham que deveria haver, entre a queda na taxa Selic e a queda na taxa de juros.

E muitos focam apenas nos produtos que têm taxas de juros muito altas, como o cartão de crédito, o cheque especial. Mas, esse conjunto – eu estou mostrando o crédito às pessoas jurídicas – de taxas altas representa só 11% do estoque de crédito; cerca de 86% do estoque de crédito são concedidos às pessoas físicas nas linhas tradicionais de financiamento: o crédito consignado, o crédito rural, o financiamento imobiliário, o financiamento de veículos. E esse conjunto todo de 86% crédito, em fevereiro deste ano, tinha uma taxa média ponderada de juros anuais de 13,1%, mais ou menos, o dobro, um pouco menos do que o dobro da Selic.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse quadro se mostra também, no caso das pessoas jurídicas: 91% dos empréstimos das pessoas jurídicas são nas linhas tradicionais. Há uma taxa média em torno de 12% ao ano.

Eu acho, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nós temos uma oportunidade de aproveitar o ciclo de queda da taxa Selic para fazer os juros baixarem mais rápido, como nós todos queremos. E, aqui no Congresso Nacional, já estão algumas iniciativas que poderiam contribuir nessa tarefa de ampliar o crédito e reduzir o custo dos empréstimos às quais eu pediria a atenção dos Srs. Congressista e também dos seus Partidos. E algumas dessas estão listadas nesse eslaide, mostrando se elas estão em tramitação no Congresso, na Câmara ou no Senado Federal.

Eu acho que a primeira e a mais evidente é uma medida que já foi votada aqui nesta Casa. E eu queria agradecer aos Srs. Senadores por esta votação, que é o Cadastro Positivo. Está agora em discussão na Câmara dos Deputados, e a nossa esperança é de que isso seja aprovado rapidamente. Há várias outras. Eu não vou aqui entrar em detalhes, porque eu temo que já tenha passado do meu tempo, mas posso depois comentar em detalhe algumas dessas coisas.

Mas eu gostaria apenas de concluir, Presidente, dizendo: sim, a inovação e a competição são caminhos importantes para reduzir os custos e são caminhos que os bancos vêm trilhando há décadas e vão continuar trilhando. Sim, são caminhos que devem ser fortalecidos, e fortalecidos pelo Poder Público, e que, embora não sejam novos, porque nós já trilhamos esses caminhos há algumas décadas, eles podem, sim, contribuir para a redução dos *spreads*. Mas eu acho que os problemas principais e os problemas mais importantes vão ser resolvidos apenas com inovações institucionais que possam reduzir os custos elevados da intermediação financeira aqui no Brasil, nessas áreas aqui que eu mostrei.

Eu queria agradecer muito a oportunidade de trazer essa nossa contribuição aqui para este debate tão urgente e tão necessário. E fico à disposição para, se souber e conseguir, responder a eventuais perguntas e principalmente receber sugestões dos Srs. Senadores aqui presentes.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Murilo Portugal, por essa sua explanação, que sem dúvida traz argumentos para o nosso debate, argumentos importantes.

Passo a palavra agora ao Sr. Vinicius Carrasco, Professor da PUC-Rio e Economista-Chefe da Stone. Stone é uma companhia de máquinas...

O SR. VINICIUS NASCIMENTO CARRASCO – Isso, uma companhia de adquirência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – De adquirência.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO CARRASCO – Muito obrigado, Presidente Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É bom explicar o que é adquirência.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO CARRASCO – Adquirência é: num mercado de cartões, há os bancos emissores, que trazem para a plataforma portadores – nós, que detemos cartões de crédito –, e os adquirentes são os responsáveis por trazer os varejistas para dentro dessa plataforma, para esse mercado de dois lados. Então, o que faz o adquirente é adquirir varejistas, estabelecimentos comerciais para a plataforma que um arranjo de cartão implica. Então, são aquelas maquininhas. Tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Em resumo, adquirência são as maquininhas?

O SR. VINICIUS NASCIMENTO CARRASCO – As maquininhas.

Senador Tasso Jereissati, muito obrigado, meus cumprimentos.

Senador Armando Monteiro, muitíssimo obrigado pela iniciativa, importantíssima.

Cumprimento o Dr. Murilo Portugal e o Bruno, colegas de Mesa.

Vou falar um pouquinho sobre *spread*. Eu tenho dois chapéus: tenho um chapéu de Professor de Economia da PUC e tenho um chapéu de economista da Stone Co. Na primeira parte da apresentação, o meu chapéu de economista vai ficar um pouco mais claro; no segundo conjunto de eslaides que eu tenho, vou falar um pouquinho de mercado de pagamentos.

Esta é uma fotografia de *spreads* no mundo. São dados do Banco Mundial. O Brasil está lá na ponta com os maiores *spreads* em comparação aos mais diversos países. Então, parece algo preocupante. Há uma série de questões institucionais, como apontado, que são bastante importantes, mas países com instituições talvez similares ou não tão estelares quanto as nossas apresentam *spreads* menores.

Mas por que talvez a gente tem essa preocupação agora associada a *spreads*? A gente vê reportagens em jornais, entrevistas, todo mundo atento e alerta ao fato de que os *spreads* no Brasil são altos. Temos hoje a menor taxa de juros de toda série a histórica do Banco Central. Então, isso implica uma redução no custo de captação de bancos. Implantamos uma importante reforma, de que tenho grande orgulho de ter participado, que foi a reforma pela TLP, que reduziu substancialmente meias-entradas do crédito direcionado. Então, um discurso histórico do Senador Armando Monteiro em defesa da TLP e todas as discussões que houve a esse respeito acho que geraram já benefícios enormes, mas que não se refletiram nos *spreads*.

Eu quero apontar aqui que parte da razão pela qual os juros do Banco Central têm sido reduzidos tem a ver com a TLP. Então, pode-se argumentar, de maneira bastante formal, que os juros neutros brasileiros caíram em parte porque uma reforma como essa da TLP foi aprovada aqui, por esta Casa, e haverá benefícios por meio de menores taxas de juros para todos, e também a gente vê um reavivamento dos mercados de capitais. Você tem visto, frequentemente, entes que tomavam empréstimo do BNDES pré-pagando e emitindo debênture. Então, o efeito da TLP sobre o mercado de capitais é extraordinário.

Ainda assim, houve menos efeito sobre os *spreads*. Na verdade, se você for computar os pesos dos *spreads* na taxa final, esse peso tem aumentado ao longo do tempo. Então, o peso do *spread* sobre a taxa é uma medida de margem, e o que se vê para crédito total – estes são dados de Gilberto Borça, da UFRJ – é que o peso tem aumentado ao longo do tempo. Obviamente, à medida que a taxa básica caia, o peso do *spread* sobre a taxa total tende a aumentar, mas a intensidade na qual está ocorrendo é algo preocupante.

O que a gente pode pensar? Eu sou um economista, estou com chapéu de economista aqui. Como a gente pode pensar na relação entre redução do custo de financiamento de um banco e repasse para taxas finais, para preço final? Usualmente, numa indústria qualquer, quanto maior o grau de competição, maior o repasse da redução de custo para o preço final. Então, mercados competitivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são mercados nos quais diminuição de custos são repassados de maneira quase integral para preço final.

No mercado de crédito, isso deveria ser ainda mais intenso por duas razões, por razões informacionais. Taxas menores reduzem o que a gente chama de seleção adversa. Então, trazem para aqueles que tomam empréstimo melhores tomadores; melhora o *pool* de tomadores. Maiores taxas tendem a atrair tomadores mais arriscados; menores taxas trazem para dentro do sistema tomadores menos arriscados, o que deveria reduzir a taxa de juros. Também reduz o problema de perigo moral. Então, quanto menores as taxas, maiores os meus incentivos a repagar. Taxas maiores aumentam o incentivo de não repagamento. Então, por esses dois efeitos informacionais adicionais, você deveria esperar, no mercado de crédito, reduções de custo sendo intensamente repassadas a preço final, havendo competição.

O que a gente vê nos dados? Ontem, uma bela matéria, na *Folha de S. Paulo*, discute o modelo do Tony Volpon, que é economista-chefe do banco UBS e foi diretor do Banco Central. Ele diz que, com a queda da taxa básica e o recuo na inadimplência, as taxas ao consumidor deveriam ter caído 14 pontos percentuais a mais do que caíram. Então, parece haver alguma evidência de que o repasse não é tão intenso quanto a gente esperaria havendo competição.

Qual o papel da concentração nisso? Eu tenho aqui dados de concentração bancária no mundo, ativos dos cinco maiores bancos sobre ativos da indústria ao redor do mundo. A gente vê um aumento da concentração, no Brasil, em 2008 e em 2009, associado a uma fusão. E estamos em níveis bastantes altos, talvez comparáveis com os maiores índices de concentração no mundo. E se intensificou o índice de concentração uma vez mais, com uma grande fusão que houve.

Outras medidas de concentração. O Banco Central acaba de publicar o seu Relatório de Estabilidade Financeira, e, em 2017, os quatro maiores bancos respondiam por 78,51% das operações de crédito. Então, fração substancial das operações de crédito estava na mão dos quatro maiores bancos. Não menos importante é que os quatro maiores bancos detêm 76,35% dos depósitos bancários. Então, banco é um ente interessante: é um ente que tem negócios do lado do ativo, dando crédito, e tem negócios do lado passivo, captando recursos, provendo serviços de liquidez para a gente e cobrando por serviços de pagamentos, por exemplo. Então, depósitos é uma forma pela qual se consegue captar clientes, e vê-se que há uma concentração enorme de depósitos nos quatro maiores bancos.

Não há uma relação inequívoca entre concentração e competição no mercado. Então, pode haver competição efetiva com número pequeno de *players* numa dada indústria. A indústria aeronáutica é usualmente dada como exemplo de uma indústria na qual se pode ter alta concentração e muita competição.

Mas aqui, de novo, a gente teve uma fusão bastante importante no meio dos anos 2000, e há uma razão automática pela qual talvez haja um efeito direto de concentração advinda de fusão no mercado de crédito, com ausência de competição. Se os senhores têm um limite de crédito no banco A e um limite de crédito no banco B, se os bancos A e B se fundem, usualmente os limites de créditos não se somam. Há uma redução automática da capacidade de prover crédito, automática, mecânica, da fusão de dois bancos. E a gente sabe o efeito de capacidade sobre preços. Qualquer um que tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudado competição e organização industrial sabe que indústrias com menor capacidade são indústrias que terão maiores preços.

Então, automaticamente, ignorando quaisquer efeitos estratégicos de uma concentração, há uma redução de capacidade com implicações para preço. Mas, embora a concentração não seja uma medida inequívoca, mas sugira algo a respeito de *spreads* no Brasil, talvez a gente queira olhar para outras medidas. Eu vou olhar para retorno, retorno do acionista, *Return on Equity*.

Se você for comparar ao longo dos anos 2012 a 2017– esses são dados que eu retirei da Economatica – esses são os ROEs, *Return on Equity* dos quatro maiores bancos e de alguns setores na economia brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS NASCIMENTO CARRASCO – Se se comparar o ROE do setor bancário no Brasil com o resto do mundo, com algumas regiões selecionadas, a gente também tem retornos bastante altos – mais do que altos, retornos estáveis. Essa relação que você vê entre ROE no setor bancário Brasil *vis-à-vis* resto do mundo não se mantém em outros setores da economia brasileira. Então, a relação não é essa de dominância sempre dos retornos de bancos no Brasil em relação à Europa, Estados Unidos e emergentes; nos outros setores, às vezes, há retornos no Brasil maiores, às vezes, menores. Então, não há nada associado a risco sistemático do Brasil que justifique esses ROEs que a gente observa. Portanto, os senhores poderiam dizer que é um efeito Brasil de ROEs maiores? Não, não é um efeito Brasil porque não se manifesta em outros setores. Eu tenho vários exemplos aqui, e os senhores têm a apresentação.

A alavancagem pode explicar os ROEs altos? Então, o fato haver um financiamento majoritariamente por dívida e depósitos pode fazer com que o risco do acionista seja maior e os retornos demandados sejam maiores? Não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Dr. Vinicius, era bom que o senhor pudesse esclarecer, porque isso é uma audiência...

O SR. VINICIUS NASCIMENTO CARRASCO – Geral.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Quando se fala em ROE, é bom explicar o que é.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO CARRASCO – ROE é o retorno do acionista, é uma medida de retorno que o banco dá para os seus acionistas, ou seja, o quanto dos recursos que o acionista coloca numa empresa está sendo remunerado, a taxa à qual está sendo remunerado. Obviamente, em instâncias nas quais o risco é maior, você deveria esperar retornos maiores. Então, a alavancagem alta induz riscos altos para os acionistas, que deveriam comandar retornos maiores. Portanto, uma razão potencial para os retornos no Brasil serem maiores que no resto do mundo poderia ser a alavancagem dos bancos no Brasil, mas a gente vê que a alavancagem no Brasil é menor do que na comparação. Então, não é alavancagem, não é a quantidade de dívida e depósitos que os bancos têm que justifica esses retornos mais altos.

Uma outra forma de avaliar o efeito de competição: a gente falou sobre retornos, então, a gente tem os bancos no Brasil com retornos estáveis e altos quando comparados com outros setores no Brasil e quando comparados com o setor bancário em outros lugares. A gente viu que esses retornos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais altos não podem ser justificados por um risco maior, pelo fato de que os bancos são mais alavancados no Brasil; ao contrário, a alavancagem é menor.

A gente também tem aqui duas medidas sobre quantidade e preço de serviços de crédito no Brasil *vis-à-vis* de outros lugares. Então, você tem, que a margem financeira, o quanto o banco ganha, já líquido das provisões com perdas, é maior no Brasil do que em países comparáveis. A quantidade de crédito provida é menor do que a quantidade provida em países comparáveis. Então, você tem uma linha de negócios que envolve menos quantidade e mais preço líquido de provisão para perdas com crédito.

A eficiência pode explicar a diferença dos ROEs?

A gente tem um relatório que a S&P Global Marketing Intelligence fez em 2016, que diz que os custos sobre renda dos bancos, no Brasil, são bastante altos, a despeito de as rendas serem muito altas. Então, a despeito de os lucros serem altos, essa medida de custo por *incoming* é muito alta. O denominador é alto e, ainda assim, a razão é muito alta. Então, não parece ser eficiência levando a esses maiores retornos.

Então, um pouco da síntese do que eu disse até aqui.

Há baixo repasse de redução de custo, o que sugere baixa competição; há concentração relevante nas mais diversas medidas; há taxas de retorno para o acionista que são altas e estáveis em comparação com outros setores no Brasil, com os sistemas bancários europeu e americano. Não é o risco, como medido por alavancagem, que justifica isso, e a eficiência tampouco parece explicar.

A questão fundamental é: com esses níveis de retorno você não deveria esperar a entrada de novos competidores?

Eu vou falar um pouquinho, agora, sobre o mercado de pagamentos no Brasil.

Eu acho que a atuação do Congresso, do Bacen e do Cade, nos últimos anos, tem permitido a entrada de novos atores no mercado de pagamentos. Então, um processo administrativo da SDE, em 2009, redundou no fim da exclusividade de Visa e Master com as maquininhas e uma série de outros avanços foram implantados de maneira a garantir que a entrada nesse mercado ocorresse.

Então, o retorno alto deveria estimular a entrada. Havia barreiras regulatórias e legislativas que foram eliminadas pela atuação conjunta deste Congresso, do Banco Central e do Cade.

Por que não há mais entrada?

No nosso mercado, há um legado que é extremamente pesado e que dificulta o acesso de novos competidores. A gente tem uma indústria altamente verticalizada.

Então, falando um pouquinho aqui sobre mercado de pagamentos, a gente tem, no Brasil, uma situação na qual a bandeira, a marca do cartão é controlada por bancos que controlam a maquininha. Então, numa situação como essa, em que há uma estrutura vertical, permitir a entrada para maquininhas independentes é algo que é bastante dificultado pelo fato de que esses *players* verticais podem trocar receita de um bolso para outro nas diferentes frentes em que atuam. Então, reduzir margem quando, potencialmente, há um competidor em um braço e realocar essa margem para outros lugares.

A governança é capitaneada por incumbentes, e há uma miríade de práticas anticompetitivas, que são facilitadas pela estrutura vertical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A tarifa de intercâmbio é uma tarifa que os bancos recebem e é definida, em princípio, pelas bandeiras dos cartões.

Essas são as taxas de intercâmbio ao longo do tempo, que a gente vê para operações de débito. Então, todas as vezes em que os senhores passam seu cartão em uma maquininha e em que uma operação de débito é efetuada, paga-se aquele montante para o banco emissor.

Notem o seguinte: se há uma indústria verticalizada, em que a bandeira é controlada por bancos, a decisão da tarifa de intercâmbio dada pelas bandeiras vai remunerar os bancos que a controlam. Há um problema sério de governança, por um lado, com a possibilidade de competir num mundo no qual essa tarifa, para quem tem uma maquininha, é um custo, de fato.

Há alguns meses, há um mês e meio, o Bacen, por meio da Circular 3.887, estabeleceu limites no intercâmbio de débito, colocou um teto nesse intercâmbio de débito. Essa é uma média altamente pró-competitiva. Você está, de fato, reduzindo o custo de novos entrantes, de maquininhas para atuar nesse mercado. A gente acha que pode haver efeitos similares na introdução de um teto para operações de crédito. Esse é um tipo de regulação que se vê no mundo inteiro, o Banco Central adotou isso, há um mês e meio, para operações de débito, e é natural que se pense, que se estude a mesma coisa para operações de crédito. De novo, a bandeira está decidindo, e os seus controladores estão recebendo essas tarifas.

Ao falar um pouquinho de governança, deixe-me falar de recebíveis de cartão, de competição e da forma pela qual as decisões são tomadas no mercado de pagamentos.

A gente tem a visão de que o parcelado lojista empodera estabelecimentos comerciais. Então, junto com uma operação de crédito parcelado lojista, estão associados recebíveis que o varejista pode levar ao mercado e descontar a taxas menores do que as que prevalecem no mercado de crédito. Tudo bem? Então, o estímulo à competição reduz, de fato, a taxa com a qual varejistas se financiam e reduz a taxa com a qual uma compra a prazo é feita.

Por que as taxas não são ainda menores? A gente tem um problema na CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) e no Sistema de Controle de Garantias: a chamada trava bancária. Se os senhores tomarem um crédito de R$10 junto a um banco, esse banco pode travar todos os seus recebíveis em montante muito superior a R$10. Na última audiência, um varejista aqui falou que pode ser difícil você dançar com ursos. É uma situação de dança com ursos essa na qual você tem seus recebíveis inteiramente travados, para além do montante de crédito que você toma. Se você tem seus recebíveis travados, a taxa que você vai obter para antecipar esses recebíveis vai ser menos favorável.

Para a competição, o acesso é fundamental. Você tem de ter acesso a insumos para poder competir. Com uma estrutura vertical, potencialmente, os *players* podem negar o acesso a insumos para vocês. Então, também há algumas semanas, a Resolução 4.649, do CMN, vedou bancos de limitar ou impedir instituições de pagamento às seguintes operações: débitos autorizados pelo titular de conta depósito ou de pagamento, transferências intrabancos, emissão de boletos, TED e DOC. Não se pode cobrar TEDs em montantes diferentes para diferentes *players*, possivelmente visando à redução de acesso.

Se o CMN teve de vedar, é por que não havia acesso antes. Está certo? E, sem acesso, não há competição. Há inúmeros outros exemplos de práticas anticompetitivas que negam acesso a entrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar um pouquinho sobre dois temas que são importantes. Acho que o cadastro positivo, que foi aprovado nesta Casa e que está sendo discutido na Câmara, é de enorme importância. A competição vai ser aumentada se você tiver acesso a informações sobre as quais credores tendem a ter poder de monopólio. Então, informação é fonte adicional de poder de mercado para quem concede crédito. Se você disponibilizar a informação para mais competidores, você, competidor, pode fazer ofertas agressivas a taxas menores para recrutar o tomador. Então, o cadastro positivo é uma medida da mais extrema importância. É preciso que seja aprovada.

Novas tecnologias e inovação também são fontes potenciais de aumento de competição. A gente vai conseguir desintermediar os *players* tradicionais em várias atividades que cumprem por meio de nova tecnologia e mais competição.

Uma mensagem que eu quero deixar aqui é que, sem mudanças substanciais na governança dos mercados de crédito e pagamento, os efeitos de mais informação e melhores tecnologias vão ser menores do que os que todos desejamos.

Muitíssimo obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, economista Vinicius Carrasco.

Já vimos aqui que temos material para bom debate.

Com a palavra o Sr. Bruno Magrani, Diretor de Relações Institucionais do Nubank.

O SR. BRUNO MAGRANI – Obrigado, Presidente, Senador Tasso Jereissati. Quero cumprimentar os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um minuto. Gostaria de que, como nós temos aqui uma audiência pela televisão, assistida pelo Brasil inteiro, falasse um pouco do que é, do ponto de vista técnico, o Nubank.

O SR. BRUNO MAGRANI – Perfeito. Está ótimo.

Quero só começar agradecendo e cumprimentando meus colegas de Mesa, Dr. Vinicius Carrasco, Dr. Murilo Portugal e Senadores presentes.

Estou aqui representando o Nubank, mas, mais do que o Nubank, estou falando em nome de um setor novo da economia, o setor que tem sido chamado de setor das *fintechs*. *Fintech* é essa sigla em inglês que tem sido utilizada para representar empresas de tecnologia que oferecem serviços financeiros.

Especificamente, o Nubank é uma empresa que foi criada em 2013, que oferece esse cartão e um aplicativo no celular que permite o controle das suas despesas com total transparência para o usuário. Pegando carona no que o Vinicius mencionou, se a Stone é uma parte dessa indústria de *fintechs* que está na maquininha, próxima dos varejistas, o Nubank é uma outra parte que está próxima do consumidor dos serviços de crédito, do cartão de crédito.

O Nubank foi criado em 2013 com a proposta de tentar resolver alguns dos problemas e frustrações que as pessoas tinham relacionadas ao mercado financeiro de maneira geral. Ele veio para trazer simplicidade, veio para tentar diminuir um pouco a burocracia, com foco grande em tecnologia e otimização de processos, para reduzir os custos de operação e permitir que esses ganhos de eficiência fossem repassados para o usuário final. Então, o Nubank é uma das empresas que têm uma das maiores taxas, hoje em dia, de satisfação do usuário. Temos métricas internas que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparáveis, em termos de satisfação dos usuários, dos nossos clientes, às de empresas que são adoradas pelo público, como Apple, como Amazon e algumas outras, e até maior em alguma medida.

Então, o Nubank começou sua operação com o serviço de cartão de crédito em 2013, o primeiro cartão foi oferecido em 2014 e, recentemente, tem diversificado seus produtos. Hoje em dia, oferece um produto de conta, que é uma conta de pagamento. É uma figura que foi criada recentemente pelo Banco Central exatamente nessa linha de dar mais competitividade ao setor de pagamentos.

Os senhores vão perceber que eu não trouxe apresentação. Hoje em dia, parece que inovar é não ter apresentação em PowerPoint. Então, aqui vou trazer essa inovação de não trazer o PowerPoint para tentar promover um diálogo mais interativo com a Comissão.

Então, só para finalizar um pouco da apresentação do Nubank e do setor, na linha do que o Presidente solicitou, o Nubank, em dois anos de operação, atingiu a marca de um milhão de clientes. Depois, o próximo milhão chegou com dez meses e, hoje em dia, o Nubank já passou os três milhões de clientes ativos no seu cartão de crédito. Então, a gente espera que em breve o Nubank vai representar... Nesse setor, ele é o maior dos pequenos, digamos assim. Então, como é um setor onde os outros representantes são muito grandes – é um setor muito concentrado, verticalizado, na linha do que o Vinicius mencionou –, o Nubank é uma empresa que tem apresentado um crescimento expressivo, mas ainda focado nesse setor de tecnologia e de serviços financeiros.

O Nubank recentemente foi considerado das empresas mais inovadoras da América Latina. Então, a gente tem muito orgulho de poder contribuir do ponto de vista do desenvolvimento de tecnologia nacional. É uma empresa que foi criada em 2013 em São Paulo, sua sede é em São Paulo, grande parte da operação está em São Paulo, com desenvolvedores locais. A gente espera continuar contribuindo nessa parte de inovação tecnológica no Brasil e de inovação de serviços financeiros de maneira geral.

Hoje em dia, o Nubank, como eu disse, atua nessa área de pagamentos. Não só na área de pagamentos, que é um subsetor quando você pensa nas operações que os bancos em geral fazem. Dentro da área de pagamentos, é um setor ainda mais restrito, que é o setor de emissão de cartões de crédito.

O Nubank, como representante das *fintechs*, tem uma estrutura muito enxuta. Ele foi criado a partir de regulações do Banco Central para trazer um pouco mais de competição ao mercado. Mas, pela sua natureza, o Nubank depende muito de outras instituições bancárias para oferecer os seus serviços. Então, o Nubank tem autorização para funcionar como uma instituição de pagamento. Uma instituição de pagamento para funcionar precisa ter habilidade de contratar com uma outra instituição financeira o boleto para a pessoa pagar a fatura no fim do mês.

O Nubank também espera que seus clientes tenham a possibilidade de chegar a suas instituições financeiras de relacionamento e que elas possam contratar eventualmente os serviços de débito automático da sua fatura. Às vezes você se esquece de pagar a sua fatura e, se ela está no débito automático, ela é debitada todo mês da sua conta e isso tem efeitos grandes do ponto de vista de redução da taxa de inadimplência para o Nubank. Então, como o Dr. Murilo mencionou, obviamente, a taxa da inadimplência é algo ao qual todas as instituições que trabalham com serviço de crédito precisam atentar.

Então, este é um produto muito importante para o Nubank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa dependência do Nubank desses outros serviços que são oferecidos por instituições financeiras leva à situação em que o Nubank opera como competidor de algumas dessas instituições, mas ele também opera como cliente dessas instituições. Aí é que algumas tensões podem começar a aparecer, e a gente precisa tomar um pouco de cuidado. Recentemente houve a cobertura em algumas matérias de uma representação que o Nubank fez ao Cade, relacionada a práticas anticompetitivas, a condutas anticompetitivas tomadas por alguns bancos com os quais o Nubank tentou contratar alguns dos serviços que eu mencionei aqui – serviço de débito automático, serviço de emissão de boletos, até mesmo a questão da transferência bancária. Então, a gente tem tido um foco grande em trazer competitividade – a gente acredita que a competitividade é importante – e, para que isso aconteça, é importante que os outros atores se comportem de maneira competitiva também.

Após essa representação que o Nubank fez ao Cade, a gente também ficou muito feliz em ver que o Banco Central, logo na sequência, criou normas exatamente para tentar proibir essa limitação ou, de alguma maneira, a recusa de contratação ou a criação de entraves para a oferta de serviços para empresas como o Nubank, que dependem, como já mencionei, de outros serviços para poder atuar, dada a licença que lhe foi concedida pelo Banco Central, que é uma licença mais restrita, mais limitada.

Então, quando a gente olha hoje em dia o mercado... Como o Vinicius já entrou nessa parte, eu não vou me ater muito a essa questão, mas ressalto que o mercado de serviços financeiros de maneira geral é não só concentrado, mas, mais importante do que isso – para o Nubank especificamente e para empresas do setor que o Nubank representa –, ele é um mercado muito verticalizado.

O Nubank, como eu falei, opera num nicho pequeno do mercado. O mercado de pagamentos, da área de pagamentos, é um mercado que é constituído pelas maquininhas, é um mercado que é constituído pelas bandeiras, é um mercado que é constituído pelos empréstimos que são oferecidos em termos de fluxo de caixa, de antecipação de recebíveis e tudo mais. Então, o Nubank opera somente nessa parte, fazendo a interface com o cliente.

E por que é importante a gente entender essa questão não só da concentração, mas especialmente da verticalização? É importante porque, quando a gente olha, mais uma vez, algumas dessas medidas que o Banco Central já tomou, vemos que elas têm efetivamente trazido um pouco mais de competitividade – eu mencionei uma aqui, que é essa proibição de recusa de contratação para a oferta de alguns serviços – e, quando a gente olha também a questão dos custos finais da cadeia de pagamentos, a gente já vê uma melhora. A gente vê, por exemplo, que a taxa que o varejista paga de maneira geral ao sistema se reduziu um pouco. A gente vê como positiva a própria possibilidade de o Nubank poder operar sem cobrar nenhuma tarifa.

Este é um ponto importante a ser destacado aqui: o Nubank não cobra nenhuma tarifa dos seus usuários, toda a remuneração do Nubank vem exatamente dessa taxa de intercâmbio, que é uma peça ínfima da cadeia. Mas, quando a gente olha – voltando mais uma vez – para a cadeia como um todo, a gente vê que os maiores custos, quando a gente trata desse subsetor que é o de meios de pagamentos, não estão concentrados no intercâmbio.

Por mais que você possa fazer análise sobre como é que...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO MAGRANI – ... o intercâmbio tem se comportado, o que eu acho que tem que ser levado em consideração é que o intercâmbio é tabelado. Se ele é tabelado pela bandeira, você tem de levar em consideração como é feita a composição do intercâmbio e o fato de que nos últimos anos nós tivemos alguns setores da indústria que desaceleraram mais que outros. Se o intercâmbio lá era mais alto, esses setores vão ser responsáveis por um intercâmbio maior. Então, há uma consideração a ser feita que é muito mais da composição em um momento histórico das taxas que estão compondo aquele intercâmbio do que necessariamente uma justificativa de que o intercâmbio está subindo por si só.

Então, voltando à questão da verticalização, o que a gente enxerga é o indício de alguns subsídios cruzados quando você olha o setor dos custos de meios de pagamento. Você vê, mais uma vez, onde estão os maiores custos no setor de meios de pagamento. Se você pega o mercado não só da maquininha, do cartão, mas também da bandeira e o mercado de empréstimo relacionado à antecipação de recebíveis, a gente vê que, de toda essa composição, provavelmente a maior parte do custo está aqui no que a gente chama de antecipação dos recebíveis.

O que é antecipação do recebível? Você como lojista tem uma compra, a compra foi feita com você, ao invés de esperar 30 dias – quando a compra é feita com cartão, o dinheiro é repassado quando essa fatura é paga no fim do mês –, o lojista pode decidir fazer a antecipação desse recebível. Os juros de antecipação estão altíssimos hoje em dia. Eu não tenho os dados de cabeça, mas a gente pode puxar dados do Banco Central para olhar os juros de antecipação, que são superaltos. Por outro lado, são juros com a composição que apresentam taxas altas, mas o risco efetivo desses juros é baixíssimo. Qual é o risco da antecipação? É o risco de o banco quebrar, é o risco eventualmente do Nubank quebrar; não é o risco do cliente não pagar na conta. Não é a situação do cheque pré-datado, que era muito popular um tempo atrás, em que, se o sujeito não tivesse fundos na conta para cobrir o cheque, efetivamente o risco era do varejista. Mas hoje em dia o risco não é do varejista; o varejista tem o seu risco mitigado pela figura de emissores, por exemplo, como o Nubank.

Então, quando a gente compara os custos do intercâmbio, por exemplo, com esses outros custos da cadeia de pagamentos, o intercâmbio é algo pequeno. Mais do que isso, o intercâmbio cobre o risco que o Nubank tem de o cliente do Nubank eventualmente não pagar ou ter que entrar no rotativo, ter que financiar a fatura e tudo mais.

Eu acho que uma das principais mensagens que eu quero trazer aqui é: quando a gente para de enxergar o mercado como o grande mercado verticalizado e vê um mercado mais pulverizado, em que há diferentes atores atuando em pequenos nichos, como Nubank – que, acho, que é o mercado que a gente quer, especialmente para a área de meios de pagamento –, a gente tem que levar em consideração o impacto que medidas em somente alguns setores desse mercado vão ter para o mercado como um todo.

O Nubank tem acompanhado, por exemplo, alguns debates que têm acontecido na imprensa. Não só esse debate se deveria haver uma limitação no intercâmbio do cartão de crédito. Acho que há uma diferença quando se analisa cartão de débito e cartão de crédito; há peculiaridades do mercado de cartão de crédito, como por exemplo o risco que o emissor está correndo, enfim, e outros fatores que precisam ser considerados ali. E não se pode esperar que simplesmente: "Ah, vamos reduzir aqui, vai funcionar, isso vai ser repassado." Não. Algumas dessas medidas podem no limite afetar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maneira tão drástica o mercado que você pode acabar restringindo ainda mais a competição nesse mercado, aumentando a concentração. Então, é preciso ter muito cuidado para não se tomarem medidas pontuais. É enxergar o mercado como um todo, mas considerar que, no mercado que a gente quer que não seja verticalizado, os atores desse mercado podem ter uma margem menor para fazer essa recomposição de perdas de um lado para o outro.

Então, acho que essa é a principal mensagem que eu quero trazer para a Comissão.

A gente pode depois detalhar um pouco melhor o que seriam exatamente essas medidas a serem consideradas, mas, de forma geral, se você está considerando uma redução no prazo de repasse ao lojista e também a redução do intercâmbio e a redução de não sei o quê, é preciso ver qual é o impacto que isso vai ter em pequenos também, como no Nubank.

Para terminar, eu trouxe aqui outra parte, que é um pouco mais focada de como é que o Congresso pode auxiliar nesta pauta de não só trazer mais concorrência, mas trazer menos verticalização para o mercado. Há algumas medidas, como o Vinicius mencionou, que já foram tomadas, como o cadastro positivo, que, acho, é algo que tem um potencial de gerar um impacto impressionante no mercado, especialmente para pequenos atores como o Nubank.

O Nubank, hoje em dia, dada a sua base de usuários e o seu foco de atuação, não tem nem de perto o mesmo nível e riqueza de informações que os grandes bancos têm sobre risco de cada cliente. Isso significa que, se eu não tenho a informação detalhada de crédito, eu vou assumir que os juros têm que ser mais altos do que deveriam ser. E, quando a gente pensa na quantidade de pessoas no Brasil que não fazem parte também do sistema bancário, ou seja, sobre quem não existe informações, eu acho que o cadastro positivo tem um potencial de gerar um impacto relevante para essas pessoas.

Outras coisas que talvez o Congresso ou Banco Central deveriam considerar – na verdade, o Banco Central já começou a implementar algumas – são as regras que têm sido chamadas de *open banking*. Então, recentemente, houve uma resolução que permitiu a portabilidade da conta salário para outras contas de pagamento. Então, no Nubank, instituição de pagamento, há uma conta de pagamentos, não é uma conta de depósito; é uma conta de pagamento. Então, hoje em dia, o Banco Central esclareceu que a pessoa, se quiser, pode receber o salário efetivamente nessa conta de pagamento.

O Nubank vê com bons olhos esse tipo de medida. E eu acho que a gente precisa tentar aprofundar e expandir essas medidas, realmente para focar na liberdade do cliente. O cliente tem poder de decidir onde ele quer efetivamente receber o seu salário ou ter o relacionamento com a instituição.

E, para finalizar, um último comentário aqui sobre as ações que o Congresso já tem tomado nessa linha de tentar ampliar a concorrência nesse setor. Eu acho que é importante destacar a questão, aproveitando a presença do Senador Ferraço aqui, da discussão sobre proteção de dados, que é uma discussão superimportante para o País, é uma discussão que esta Casa tem feito, acho, que ao longo de mais de cinco anos. Então, existe essa discussão sobre a lei de proteção de dados, como deve ser essa lei de proteção de dados.

E o ponto que eu quero trazer aqui é que essa lei tem que ser uma lei que considere não só o respeito à privacidade do indivíduo, mas também que leve em consideração, especialmente quando a gente pensa no setor de *fintechs*, no setor financeiro, a possibilidade de inovação dessas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago um dado aqui que achei bastante interessante recentemente. No próximo mês, vai entrar em vigor na União Europeia o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. E a PricewaterhouseCoopers fez uma pesquisa perguntando a empresas que estavam se adequando a esse novo regulamento quais foram os gastos que elas tiveram somente para adequação, para adequar suas operações a essa nova regulação. E aí há dados muito interessantes: 88% dessas empresas disseram que gastaram mais de US$1 milhão para se adequar ao novo regulamento, enquanto 40% reportaram que gastaram mais de US$10 milhões somente para se adequar ao regulamento.

Então, a minha mensagem geral, sem fazer contribuições específicas sobre a questão de proteção de dados, que acho que está bastante avançada, é: eu acho que a gente tem que pensar em como essas regulações vão afetar novos entrantes no mercado. Se a gente criar normas cujo cumprimento é muito difícil, isso vai elevar as barreiras de entrada no mercado e pode acabar concentrando ainda mais esse mercado. Então, acho que o Senado está na direção correta. E a gente está à disposição também para auxiliar nesse debate da melhor forma possível.

Enfim, eu vou deixar o restante para as perguntas e me coloco à disposição da Comissão para o que puder ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Sr. Bruno Magrani.

Passamos, então, ao início do debate com os Srs. Senadores.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar os expositores e registrar junto ao Presidente Tasso e aos colegas a satisfação de verificar que estamos realizando aqui uma audiência muito importante. Creio que cada um dos expositores traz uma contribuição importante para a discussão de um tema que está no centro hoje do debate no País.

Cabe sempre fazer uma correlação dessa questão do *spread*, como, vamos dizer, uma espécie de preço microeconômico, com a situação do País. O Brasil hoje vive um quadro marcado por um processo de lenta recuperação econômica. A despeito de alguns ganhos que tivemos e que têm que ser reconhecidos – queda muito significativa da inflação, alguma evolução na agenda de reformas –, o fato é que esse ambiente microeconômico mais equilibrado agora não está ensejando, na velocidade que a sociedade deseja, um processo mais firme de recuperação.

Isso tem uma tradução perversa no ambiente social, inclusive. Nós convivemos ainda com taxas de desemprego elevadíssimas. E, nesse sentido, até fazendo uma homenagem aqui, um registro, cito uma frase do atual Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que disse de forma muito correta: "De que vale a inflação baixa se não há emprego?" Ou seja, para quem tem renda zero – e é o caso do desempregado – até esses ganhos do ambiente macroeconômico se anulam.

Aí, Senador Tasso, pergunto: por que essa recuperação não se vem dando também de maneira mais pronunciada? Porque na área do crédito... O crédito é fundamental, o crédito é o grande motor da economia, sobretudo num País que tem um nível de poupança relativamente baixo. Então, na realidade, a ativação dos canais na economia, em todos os níveis, se dá pela via do crédito. E o que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos verificando é que o crédito não vem cumprindo, nesse processo de recuperação, o papel que deveria cumprir.

Isso se dá por quê? Isso se dá, em grande medida, porque – eu reconheço – houve um processo de endividamento das famílias e das empresas, mas já se assiste a um processo de desalavancagem expressivo, inclusive em função de algumas medidas que o Governo adotou em boa hora: a liberação do Fundo de Garantia e outras tantas. E o fato é que esse canal não é ativado. Eu acho que, em grande medida, isso se dá porque temos taxas de juros que são absolutamente desestimuladoras para o ambiente econômico.

Aí, nesta audiência, neste momento, creio que devemos discutir menos por que os *spreads* são altos no Brasil – porque de resto nós já sabemos que são, e já sabemos estruturalmente quais são as causas, toda essa questão associada à execução de garantia, impostos, regime de compulsórios etc. – e mais por que os *spreads* não caíram no nível que se deseja, já que tivemos aí algumas mudanças extraordinariamente importantes.

Por exemplo, além da redução da taxa de juro básica, nós temos um recuo da inadimplência. Quer dizer, o momento mais difícil, mais agudo, da inadimplência nós já estamos vencendo. Então, para não dizer que somos nós apenas, os políticos, há, por exemplo, vozes muito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...qualificadas, como a do economista do UBS, que diz que os juros corporativos deveriam estar num nível mais baixo – aliás, caíram mais em termos relativos do que os juros pessoais –, era para estarem significativamente mais baixos em função, inclusive, do recuo da inadimplência.

Então, eu gostaria de entender o seguinte. Quando se atribui à inadimplência um peso relativo tão elevado na formação do *spread*, no momento em que temos recuo de inadimplência e queda da taxa de juros básica, como entender essa redução tão lenta dos *spreads*? Lembrando sempre que isso acarreta um custo para a sociedade muito alto, que é esse processo de lenta recuperação econômica, com todos os custos associados.

Dirijo essa pergunta, evidentemente, a todos, mas queria ouvir do Murilo, especialmente, uma avaliação sobre essa questão do recuo da inadimplência.

E aproveito também para colocar o tema da eficiência dos bancos. Há uma ideia de que os bancos no Brasil são muito eficientes. Isso significa, portanto, que, numa avaliação de custos administrativos... Por exemplo, há uma indicação de que os custos administrativos no Brasil, e isso quem diz é o António Bernardo, que é presidente da consultoria alemã Roland Berger...

Por exemplo, os custos, as despesas administrativas sobre os ativos totais, no Brasil, representam mais do que o dobro do que se registra na Europa – 1,5% na Europa, pouco mais de 2% nos Estados Unidos e, aqui, nós temos 3,5%. Ou seja, os custos administrativos dos bancos são muito altos, o que é um componente do *spread* obviamente.

Em uma outra avaliação feita pelo António Bernardo, que me tocou de perto e me chamou a atenção, ele sugere que os modelos de análise de risco dos bancos brasileiros são susceptíveis de uma reformulação ou de uma atualização. Imagina-se que os bancos, nesses últimos anos, concentraram demasiadamente a aplicação em grandes clientes. Já com um modelo de avaliação de risco mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualizado, isso não teria ocorrido. Portanto, isso afetou a inadimplência, e essa conta, que foi agravada por poucos clientes, foi endereçada ao conjunto da sociedade sob a forma dessa relativa rigidez dos *spreads*.

Então, como usar a inovação, a inteligência artificial, enfim, tudo que essa nova era está nos trazendo até para aperfeiçoar os modelos de análise de risco, de modo a não chegarmos à situação em que estamos?

E, ainda, eu gostaria de trazer também duas perguntas mais específicas sobre meios de pagamento e essa questão do Nubank.

Sobre meios de pagamento, nós fizemos referência aqui à concentração bancária, que poderia se dizer horizontal. Mas não fizemos nenhuma avaliação aqui – ou, pelo menos, não foi trazido um dado – sobre o caráter vertical da concentração. Ou seja, como é que aí fora, no mundo, se dá essa concentração vertical que se registra no Brasil? Ou seja, os bancos controlam as bandeiras de cartão, têm um amplo domínio sobre os meios de pagamento etc. Essa característica vertical da concentração, e não apenas horizontal, encontra paralelo na indústria e na experiência internacional? Em que nível?

Eu gostaria de colocar essa questão.

Ainda: o Banco Central, dada a reclamação dos novos entrantes no mercado de meios de pagamento... Sempre se coloca essa questão da pressão dos grupos verticalizados e dos grandes bancos para aumentar as taxas de intercâmbio. Recentemente – e nós temos que registrar esse avanço –, o Banco Central impôs um teto para as taxas de intercâmbio nos cartões de débito, e nós tivemos aqui a oportunidade de perguntar ao Presidente Ilan se isso já não poderia ser adotado também para os cartões de crédito, ou seja, um teto para as taxas de intercâmbio aplicável aos cartões de crédito.

Eu gostaria de ouvi-los sobre isso.

E, finalmente, agora me dirigindo especialmente ao Bruno: a Nubank vem alegando que os cinco bancos estariam, de algum modo, impedindo que os usuários de cartão de crédito da companhia colocassem o pagamento de suas faturas em débito automático. Além disso, a denúncia também diz que pode haver conluio entre os bancos para, de alguma maneira, atrapalhar a Nubank, bem como o assédio das empresas a funcionários estratégicos da *startup*. A despeito dos termos de cessação de conduta assinado pelos atores junto ao Cade, há inúmeras e constantes denúncias de manutenção dessas práticas que visam a predar a concorrência no mercado de pagamentos, tanto de emissores, que é o caso do Nubank, quanto de adquirentes. Essas práticas não deveriam ser combatidas de maneira mais estrutural por meio da imposição pelo regulador de uma desverticalização mais efetiva?

E, finalmente, eu gostaria aqui de compartilhar a satisfação de verificar que o Senado Federal tem dado uma contribuição importante ao avanço dessa agenda dos *spreads*. É de se registrar, e já foi feito aqui, a aprovação do Cadastro Positivo, a luta para que se pudesse finalmente chegar à TLP, sobretudo por entender que o crédito direcionado contribui para a manutenção de um juro estrutural mais alto na economia brasileira, e quero também registrar, mais recentemente, algo muito importante, que foi a aprovação do PLS 350, de autoria do Senador Anastasia, com substitutivo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Gleisi, que finalmente consagra, no substitutivo, esse acordo para atuação compartilhada do Cade e do Banco Central na questão da defesa da concorrência no sistema bancário.

Então, eu gostaria de aproveitar para saber qual expectativa os senhores têm em relação à situação que se criará a partir desse novo marco e como a indústria bancária internacional, como a experiência internacional nos aponta, por exemplo, a efetividade do papel das estruturas de defesa de concorrência lá fora, nesse segmento?

Eram essas as questões.

Agradeço pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Faço uma sugestão. Temos aqui quatro Senadores inscritos, além do Senador Armando Monteiro: o Senador Flexa, Senadora Vanessa, Senador Ataídes e o Senador Fernando Coelho.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Como está a sequência, Sr. Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em seguida, Senador Flexa, Senadora Vanessa, Senador Ataídes e Senador Fernando Coelho.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A minha sugestão é que façamos grupos de três para que possamos dar uma sequência melhor a nossa audiência.

Passo a palavra, então, ao Senador Flexa.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se fosse grupo de quatro, seriam dois blocos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, são cinco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senador Tasso Jereissati, senhores palestrantes, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, na realidade eu considero que nós tivemos aqui quatro palestrantes, com a intervenção inclusive explicativa, como sempre, do Senador Armando Monteiro, para que quem nos está assistindo pela internet e pela TV Senado ou nos ouvindo pela Rádio Senado entenda melhor.

Eu queria fazer uma pergunta e acho que essa pergunta seria dirigida mais ao Dr. Murilo Portugal.

Ainda sou do tempo, Dr. Murilo – e acho que o Senador Tasso também –, em que os bancos não cobravam tarifas dos seus clientes. Todas as transações e operações eram feitas sem cobrança de tarifa. De um momento para frente, alguém da Febraban lembrou o seguinte: "Vamos cobrar tarifa, porque ela vai remunerar os bancos!" E se dizia, à época, que o valor cobrado das tarifas dos clientes respondia por todo o pagamento administrativo, por todo o pagamento da folha dos bancos. Eu perguntaria, primeiro, se isso é real ou não. E, mais ainda: esse valor das tarifas, os bancos os consideram na formação do *spread*, ou ele se dá sobre o *spread*? Ou seja, o que está na tarifa não entra na formação do *spread*, mas vai direto para o lucro do banco? Essa é a primeira dúvida que tenho, Dr. Murilo. Pergunto ainda: qual a relação dessas tarifas bancárias cobradas no Brasil com as de outros países? Quero saber sobre isso em nível internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sª, na sua fala, fez um comentário... Eu votei conscientemente no Cadastro Positivo. Acho que esse é um avanço, porque nós vamos poder selecionar... Os bancos vão ter a oportunidade de fazer uma redução de taxa, dependendo do cliente que está solicitando o empréstimo. Mas V. Sª fez um comentário com o qual fiquei meio preocupado. V. Sª disse: "Quero, inclusive, agradecer a aprovação do Cadastro Positivo pelo Senado, pelo Congresso." Então, quando V. Sª agradece – é uma pergunta que faço –, nós estamos entregando as galinhas para a raposa tomar conta?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Ficou preocupado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Fiquei preocupado com isso! (*Risos*.)

Como é que as coisas vão funcionar? Quer dizer, há o Cadastro Positivo, Armando – nós lutamos muito por isso –, que vai servir para aumentar o lucro do banco. Com esse Cadastro Positivo, podem dizer: "Esse aí é um bom cliente, mas vamos continuar cobrando essa taxa."

Eu tinha um amigo no Pará que era um grande industrial. Ele dizia que o dinheiro mais caro é aquele que não existe. Não concordo com isso não, porque é por isso que as taxas são elevadas.

Eu queria ainda me dirigir ao Dr. Murilo Portugal.

Numa audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos no ano passado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...o senhor afirmou que 23% das receitas bancárias constituíam lucro e que 77% eram custos de inadimplência, custos administrativos, tributários e regulatórios. Desde então, muita coisa avançou sobre o tema: queda substancial na taxa Selic, mudanças no rotativo do cartão de crédito, proposta para a criação da duplicata eletrônica, proposta para a diminuição dos juros do cheque especial etc. Nesse sentido, pergunto a V. Sª: por que motivo o *spread* continua tão alto, mesmo com o Banco Central e o Congresso Nacional atuando ativamente sobre o tema? Quais medidas ainda necessitam ser tomadas, tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo, a fim de ser possível que o *spread* bancário caia em um ritmo mais acelerado?

Ainda na reunião a que me referi aqui na CAE, ano passado, o senhor também afirmou que os custos da inadimplência são elevados porque o Judiciário demora bastante a decidir e existe certo viés na legislação e na jurisprudência em favor do devedor inadimplente, mesmo para créditos com garantia. O que precisa mudar na atuação do Judiciário para que o custo do crédito caia no Brasil?

Ainda com relação às tarifas, eu também observei na exposição de V. Sª que 50% das transações bancárias hoje são feitas de forma eletrônica, pelo *mobile banking* e pela internet *banking*. A primeira, 27%; a segunda, 24%; ou seja, 51%. Isso reduziu o custo administrativo, ou seja, aumentou o lucro, porque as tarifas não diminuíram. Nessa sequência, poderia vir também a ajudar a diminuir o *spread*.

Ao Dr. Vinícius Carrasco: segundo reportagem publicada pelo jornal *Valor Econômico* no dia 18 de abril deste ano, o crédito bancário encolheu, no ano passado, pelo terceiro ano seguido em termos reais. Foi falado aqui pelo Senador Armando Monteiro e mostrado, eu acho, por V. Sª que, quando há fusão de dois bancos, o crédito não é somado, ele encolhe em relação ao banco que se forma com a fusão. Então, encolheu no ano passado o crédito pelo terceiro ano seguido em termos reais, enquanto os empréstimos das cooperativas – aí vem a pergunta – tiveram expansão de 15%. Pergunto: qual a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância de uma maior desbancarização mediante crescimento de cooperativas e *fintechs* para a redução do *spread* bancário? Como tal movimento pode ser estimulado a fim de se ampliar a competição no setor?

Para o Dr. Bruno Magrani: as *fintechs* têm assumido papel cada vez mais relevante – o senhor demonstrou aqui pela Nubank – no sistema financeiro global. Como tais empresas podem contribuir para ampliar a eficiência do sistema como um todo e, especialmente, permitir a queda estrutural dos *spreads* bancários?

A regulação das *fintechs* ainda é um tema em aberto. O Banco Central já afirmou ter a intenção de permitir maior desenvolvimento do mercado para só então atuar regulando tais companhias. Não obstante, está previsto para o dia 26 de abril a regulamentação de dois modelos de empresa de tecnologia financeira voltadas à concessão de crédito: a Sociedade de Crédito Direto e a Sociedade de Empréstimo entre Pessoas. O senhor concorda com o posicionamento do Banco Central ou acredita que já se faça necessária uma regulação mais ampla, infralegal ou mesmo legal, sobre o tema? Quais os impactos que as propostas do Banco Central sobre a SCD (Sociedade de Crédito Direto) e a SEP (Sociedade de Empréstimo entre Pessoas) podem gerar nas *fintechs* e no setor de concessão de crédito como um todo?

Por último, Presidente Tasso: o Senador Ataídes é autor do requerimento que criou uma CPI sobre os juros dos cartões de crédito e ele a preside. Vou deixar para o Senador Ataídes entrar na matéria, porque eu tenho aqui uma comparação dos juros de cartão de crédito do Brasil com os de outros países. É uma girafa com uma formiga aqui se nós olharmos a relação entre o Brasil e o último, que é Portugal. Vamos ver se a gente chega, Senador Ataídes, se não à formiga, pelo menos a algo como um coelhinho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Terceiro Senador inscrito: a Senadora Vanessa Grazziotin é a última, encerra este bloco.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Acho que, de todos que participamos desta audiência, sou eu quem vai falar sob a ótica do consumidor, daquelas pessoas que não sabem exatamente por que continuam a pagar juros tão elevados.

Eu inclusive li uma matéria no sentido de que essa medida adotada pelo Banco Central – não sei se já está em pleno vigor –, no que diz respeito às faturas de cartão de crédito ou até à utilização de cheque especial para substituir o débito do cheque especial do cartão de crédito por empréstimo. Não sei se isso começou a vigorar, mas já tenho lido, Senador Fernando Bezerra, que isso pode, ao invés de melhorar, até piorar, ou seja, ampliar o inadimplemento dos usuários, das pessoas.

O fato é que, desde que esse novo Presidente assumiu o poder, nós estamos ouvindo uma grande publicidade no sentido de que "os juros estão caindo, os juros estão caindo, os juros estão caindo". Na realidade, os juros reais no Brasil não começaram a cair desde a hora em que este Governo tomou posse. Os juros, até taxa Selic, os juros oficiais caíram, entretanto, caía também a inflação, de tal sorte que os juros reais, durante um bom período do início do governo de Temer, aumentaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativamente. As taxas começaram a cair exatamente no final do ano passado, do ano de 2017. Ou seja, houve uma transferência de renda do setor público – obviamente, dos consumidores, mas principalmente do setor público – para o sistema financeiro ainda bastante significativa. Não foi à toa que a dívida pública brasileira, no ano de 2017, ao invés de diminuir, ela cresceu, e teve um crescimento significativo. Então, primeiro, deixar bem claro isto: que aquela propaganda que a gente escuta é uma propaganda enganosa. O Governo só começou a baixar as taxas reais de juros a partir do final do ano passado – primeiro.

Segundo: eu também tenho lido – e da mesma forma eu me coloco como consumidora –, e não entendo – e por aí eu acho que até o Senador Armando Monteiro iniciou sua fala –, por que, mesmo caindo os juros – e agora a gente deve ter uma taxa de juros reais em torno de 2% ou 2,5% –, a queda dos *spreads* bancários não acompanha essa tendência.

E aí, para mim, o que não dá para entender... Porque, veja, se dissessem que é o inadimplemento que causa dificuldade aos bancos, os custos administrativos, os custos tributários... Como é que isso... Se fosse de fato isso, os lucros dos bancos não estariam aumentando, os lucros dos bancos estariam diminuindo.

Para mim a conta é muito simples. Não vamos enrolar e falar de um monte de itens, porque a coisa é simples: por que não estão caindo os juros, por que não estão caindo as taxas de juros para os consumidores? Porque aumentou o inadimplemento? Então, vamos ver: se aumentaram todos esses fatores, certamente as dificuldades dos bancos aumentaram também. Ocorre que essa não é a realidade. Olhem aqui o crescimento dos lucros dos bancos em 2017: cresceram significativamente, foram para R$57 bilhões, cresceram significativamente em relação aos de 2016. Aliás, a única desconexão na tabela crescente dos lucros do setor financeiro do Brasil, dos bancos, é 2016, e nós sabemos por que isso aconteceu: por causa do que o Brasil viveu em 2016, uma turbulência política sem precedente significativo que se refletiu na economia. Tivemos, depois de...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ...décadas, a posse de um Presidente que não foi democraticamente eleito pela população brasileira e tampouco juridicamente substituiu sua sucessora através de um processo plenamente legal. Então, obviamente, aquela foi a única curva descendente na curva extremamente ascendente de juros bancários, de crescimento de juros bancários.

E repito: se tivéssemos problemas no inadimplemento, nós não teríamos esse lucro crescente. Somente o Banco Itaú teve um lucro de R$24 bilhões no ano de 2017, enquanto o trabalhador perdia emprego, enquanto o trabalhador via seu salário diminuir, enquanto o trabalhador perdia todos os seus direitos.

Eu tenho aqui... Eu achei muito interessante, acho que esta foi uma boa providência que o Senado tomou: instituir uma comissão que é a Instituição Fiscal Independente. O relatório da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, datado de 9 de abril, portanto o último de que nós dispomos, mostra de forma clara que, apesar da queda nas taxas oficiais de juros, houve, e tem havido, um aumento significativo nas taxas médias nos meses de janeiro e fevereiro. E por quê? O que aconteceu em janeiro e fevereiro para explicar esse aumento das taxas de juros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, os dados aqui... Eu tenho dados condensados que mostram o quanto o Brasil está distante de outros países do mundo no que diz respeito à própria concentração do sistema bancário e no que diz respeito ao valor dos juros do cartão de crédito e à taxa de inflação. Aliás, o Senador Ataídes tem já aprovada e instalada uma comissão parlamentar de inquérito – vejam a que ponto chegamos: ter de instalar uma comissão parlamentar de inquérito – para tratar da prática de elevadíssimos, absurdos juros cobrados da população brasileira.

Eu sou daquelas que acham que o Estado brasileiro deveria ser muito mais duro em determinadas situações. Por exemplo, eu não concordo que o mercado deva ditar absolutamente tudo, não concordo que o mercado dite absolutamente tudo. O Estado brasileiro tem que entrar intervindo em determinadas situações. Acho que deveria haver uma linha aceitável de juros a serem cobrados da população. Passando disso, intervenção. Acho que é isso, justifica plenamente.

No mais, Sr. Presidente, eu só me inscrevi para falar sobre essa falta de explicação. Eu cheguei um pouco atrasada, mas li tudo. Vejo que todos os itens baixam, só não baixa o valor dos juros, e por quê? O que precisamos fazer? O que precisamos fazer para diminuir na prática, efetivamente, esses juros cobrados da população brasileira?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Nós tínhamos combinado aqui bloco de três Senadores, mas, como o Senador Fernando Bezerra Coelho, que estava inscrito, se retirou, ficamos então só com mais um inscrito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já temos três, mas como só temos mais um inscrito, sugiro que a gente encerre a lista de inscrições com o Senador Ataídes, que encerraria todas as interpelações feitas hoje.

Concordam todos com isso? (*Pausa.*)

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço, Sr. Presidente.

Ouvindo já por diversas vezes o Dr. Murilo Portugal fazer sua explanação – evidentemente defendendo e expondo a situação hoje das nossas instituições financeiras –, também o Dr. Vinícius – trazendo claramente informações extremamente importantes – e o Bruno – falando do Nubank –, eu gostaria, Sr. Presidente, que audiências como esta, com Senadores, como os que aqui se encontram – e eu sempre menciono o nome do competente Senador Armando Monteiro –, que essas reuniões tivessem resultados mesmo. Esse debate vem de longa data. Eu lamento muito nós termos tido a necessidade de instalar uma CPI para verificar esses juros dos cartões de crédito no País. Eu lamento, Senador Monteiro, porque nós poderíamos, numa audiência tão proativa como esta, ter eficácia, resultados. Mas, lamentavelmente, terminam-se essas reuniões, como eu fiz diversas lá na Comissão de Defesa do Consumidor, e conclui-se com nenhum resultado, infelizmente.

É interessante, Sr. Presidente, que sempre foi jogado em cima da inflação e da alta taxa de juros o problema da recessão do nosso País, mas não é bem assim a realidade. Dinheiro barato na mão do consumidor é igual a consumo; consumo é igual a produtividade; produtividade é igual a emprego;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego é igual a renda. Então, nós jogamos a culpa a vida toda em cima da inflação e taxa de juros, mas hoje está provado que não é só isso. A nossa taxa de juros Selic hoje está em 6,5%, a nossa inflação, em torno de 2,8%, mas o dinheiro está caro no mercado e, esse sim, é o grande freio, o que o Senador Monteiro colocou muito bem.

Sr. Presidente, quanto ao *spread*, são três os fatores que sempre são colocados sobre a mesa como grandes causadores dessa taxa de juros, que, em 2016, chegou a 494% ao ano, sendo que algumas companhias chegaram a cobrar 850% em 2016; em 2017, mesmo com interveniência do Banco Central, chegou a 334,6% para uma taxa Selic de 6,75%. As três causas sempre colocadas pelas instituições financeiras operadoras de cartões de crédito adquirentes são que: primeiro, a inadimplência é um dos motivos; segundo, a inflação; terceiro, o *spread*.

Pois bem, quanto à inflação, eu quero mostrar esse gráfico: a nossa inadimplência. Eu tenho dito que o pobre que usa o cartão rotativo paga. Quem não paga é o rico; o pobre paga.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Olhe esse gráfico da inadimplência: uma linha reta. E essa em vermelho representa o s*pread* bancário. Então, hoje o Brasil tem um *spread* bancário que só não é maior do que o de Madagascar; o *spread* hoje, no Brasil, é de 39,6% e o de Madagascar é de 45%, Sr. Presidente.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de ter o mesmo tempinho que o nosso querido Senador Monteiro teve, de 12 minutinhos, mas eu vou falar em menos.

Aqui ficou muito claro que a concorrência e a verticalização do sistema bancário são dois dos grandes problemas. Só para se ter uma noção melhor: o Bradesco, o Itaú e o Banco do Brasil, os três, detêm 93% do sistema de cartão de crédito, sendo que o Mastercard e o Visa, só os dois, 90%. Se isso não é cartel, eu não sei o que é.

Chegou agora, então, o Nubank, que também está com a taxa de juros alta – muito alta! Eu fui olhar aqui: ainda 381% no ano passado – se é que estão corretas essas informações – no crédito rotativo; no parcelado, na fatura, 205,39% ao ano; e, nos juros de atraso, 435% ao ano. Então, eu vejo que é um produto extraordinário que acabou de chegar ao mercado, mas que tem, no seu bojo – permita-me – um freio, um bridão, porque o Nubank depende das instituições financeiras para que funcione bem.

Pois bem, Sr. Presidente, uma coisa me chamou muito a atenção aqui na fala do Dr. Vinícius: a cobrança desse juro abusivamente alto aumenta evidentemente a inadimplência e o risco – aumenta a inadimplência e o risco! Isso é fato, os números não mentem. Os homens, sim; os números, não.

Há uma coisa importante aqui, Sr. Presidente, sobre a taxa Selic. A taxa Selic baixou mais de 50% no ano passado. No entanto, os juros para as pessoas físicas caíram apenas 24,6%. Repito: 24,6%; e a Selic caiu 50,9%. Então, já é sabido por todos nós que não acompanhou mesmo a queda da taxa Selic.

Outra informação que eu cheguei a anotar, Sr. Presidente, e que acho que vale a pena a gente falar: é que dois terços – dois terços! – do número de cartões em toda a América Latina são dominados aqui pelo nosso País. Dois sistemas de cartões, o Mastercard e o Visa, os dois juntos, detêm aqui 90% de todas as transações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Vanessa chegou a falar sobre o lucro dos bancos. O Itaú, no ano passado, teve um lucro de R$23,96 bilhões; o Bradesco, R$14,65 bilhões; Santander, R$7,99 bilhões; Banco do Brasil, R$11 bilhões; Caixa Econômica, R$12,5 bilhões. Foi um total de R$70 bilhões. Ou seja, isso aqui, só esse lucro líquido dos bancos, mostra, realmente, que é abusiva essa taxa de juros que é cobrada do nosso povo, Sr. Presidente.

Na verdade, a gente tem muita coisa a falar. Eu não tenho perguntas a fazer. Lamentavelmente, nós vamos ter que dar andamento aos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Gostaria, inclusive, de convidar o Dr. Murilo Portugal e de convidar, também, o Dr. Vinicius – já pedi para emitir-se um requerimento – para a gente discutir mais profundamente.

Eu lamento que muitas reuniões como esta, audiências como esta aqui, já tenham sido realizadas, Dr. Vinicius, mas infelizmente nenhuma surtiu efeito efetivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, vamos discutir na CPI, respeitosamente, é claro, com todos os nossos convidados, ouvindo o contraditório e os prós – ouviu, Dr. Murilo? Mas nós precisamos ter dinheiro barato ou dinheiro, que eu não diria barato – não quero nem usar esse termo –, dinheiro com juros descentes nas mãos dos nossos consumidores, como também nas mãos dos nossos empresários, principalmente dos micro e pequenos empresários.

Eu não sei se ouvi bem o senhor quando falou de uma taxa de juros anual de 13% ou 14%. Se é verdade, se eu entendi corretamente, eu não conheço essa taxa de juros no mercado, como empresário que sou de vários segmentos da nossa economia. A taxa de juros mais barata que eu vi, inclusive aqui dos recebíveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... dos recebíveis – estou concluindo, Sr. Presidente –, é de 4%, hoje cobrados do empresário, do comerciante, que precisa antecipar para pagar fornecedor e salário. Ele paga 4% ao mês!

Então, essa taxa de juros que o Dr. Murilo falou, se é que eu entendi, desconheço no mercado, mas gostaria muito que fosse verdadeira, porque, aí sim, os nossos microempresários poderiam investir nos seus negócios para gerar mais emprego e renda para o nosso povo. E se essa taxa de juros do cartão rotativo fosse uma taxa decente, iria fomentar o consumo e, com isso, nós não estaríamos hoje com essa taxa de desemprego e essa recessão.

Agradeço a tolerância, Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – É só para pedir a V. Exª para me inscrever. Prometo que serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, existem mais dois pedidos de inscrição: do Senador Garibaldi e do Senador Cristovam, que acabam de chegar.

Senador, vamos completar então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É. Mas o nosso Murilo Portugal tem hora para sair. E se nós não fizermos isso, vamos ter...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu posso abrir mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, não. Vamos lá, Senador. Por favor, dois minutos. O mais breve possível, por obséquio.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero perguntar ao Dr. Murilo – cumprimentando todos os três expositores: Dr. Murilo, Dr. Vinícius Carrasco e Dr. Bruno – o seguinte... Há, na exposição do Dr. Murilo, uma página dedicada ao índice de concentração do Brasil, que é fortemente influenciado pela participação dos bancos públicos no crédito direcionado. Para mim, isso soa de maneira paradoxal. Isso significa dizer que os bancos públicos, que poderiam estar emprestando com juros mais baixos, terminam contribuindo para a concentração bancária e os juros altos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu não sei se estou correto. Daí a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi, pela capacidade de síntese.

Senador Cristovam, o mais brevemente possível por obséquio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, eu não pude assistir às falas, mais creio que conheço bastante todos os argumentos que nós temos para discutir esta que é uma das preocupações brasileiras: a taxa de juros.

Nós sabemos da baixa concorrência, obviamente; da falta de punição para quem não paga, e outras razões. Mas há duas que eu gostaria de trazer e que têm a ver com algo fora do próprio processo econômico. É que nós somos uma sociedade que sofre de voracidade do consumo e anorexia da poupança. Não tem jeito de o juro baixar. Se um país não poupa, a mercadoria dinheiro fica rara; e mercadoria rara tem preço alto, qualquer uma, inclusive moeda. E se nós temos uma demanda excessiva por crédito, por causa dessa voracidade do consumo, não tem jeito, nós sempre vamos ter juros altos. Portanto, uma das razões do juro alto está na nossa mente. Daí a educação ser importante até para baixar a taxa de juros.

Pouca gente quer levar isso adiante como uma reflexão, acha que é mania, mas é uma questão da maneira como nós pensamos e agimos – nós, brasileiros: voracidade no consumo e anorexia na poupança. Ao mesmo tempo, há a baixa produtividade de cada um de nós, brasileiros. Com baixa produtividade, já não geramos muito e, se ainda queremos consumir demais e poupar pouco, não resta dinheiro para forçar uma baixa na taxa de juros.

Querer baixar a taxa de juros por decreto não vai dar certo, não vai funcionar.

Temos o problema da baixa produtividade, em primeiro lugar, e também esses dois problemas mentais nossos, problemas que estão na educação, na formação do inconsciente coletivo brasileiro: ter uma preferência maior pelo consumo e, obviamente, uma busca menor pela poupança. Há que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alocar o consumo de acordo com a disponibilidade de recursos. Se todos os brasileiros passassem um mês sem pedir dinheiro emprestado, sem usar cartão de crédito, eu garanto que a taxa de juros cairia. Ocorre, porém, que isso não faz parte do nosso horizonte de pensamento.

Eu queria só fazer essa reflexão, que sai do espaço da economia, mas que, a meu ver, precisa ser levada em conta também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Passo, então, a palavra aos senhores convidados.

Inicialmente concedo a palavra, para responder uma série de itens que foram colocados não só pelos Srs. Senadores, mas também pelos outros palestrantes, ao Dr. Murilo Portugal, que tem uma vasta lista de contra-argumentos para utilizar o tempo que lhe for necessário.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria agradecer muito as perguntas dos Srs. Senadores e da Srª Senadora, que me darão a oportunidade de tentar esclarecer alguns temas que, embora eu tenha procurado esclarecer na minha primeira intervenção, temo não ter sido elucidativo o suficiente.

Vou tentar seguir a ordem das apresentações, começando pelo Senador Armando Monteiro, que, expressando uma preocupação com a recuperação econômica lenta, fez as perguntas: "Por que está se dando de forma lenta? O crédito não vem cumprindo o seu papel? Por que os *spreads* não estão caindo de forma mais rápida?"

Então, primeiramente, vou abordar esses pontos.

É verdade que, nesse primeiro trimestre, o ritmo de recuperação da atividade econômica decepcionou um pouco, ficou um pouco mais baixo do que se esperaria, mas há recuperação.

No ano passado, como os senhores sabem, o PIB cresceu 1%, e, agora, o que nós estamos discutindo é se a taxa de crescimento do PIB neste ano será o dobro da do ano passado. A expectativa mais baixa que nós temos é de uma taxa de 2,2%, divulgada pelo Fundo Monetário Internacional ontem; ou, ainda, se será de 3%, como alguns dos grandes bancos brasileiros têm apontado. Então, como disse, nós estamos discutindo se a taxa de crescimento deste ano será o dobro ou o triplo da do ano passado, embora esteja sendo mais lenta do que nós esperávamos.

E por que isso? Existem várias hipóteses.

Há, por exemplo, a hipótese de que a recuperação no mercado de trabalho tem se dado mais com o emprego informal. Essa é uma alegação que foi já colocada por economistas que discutem isso. Então, o grau de formalização da economia brasileira caiu três pontos percentuais. Quarenta e cinco por cento do total de empregos eram formais em 2014, e, agora, isso caiu três pontos percentuais. E o trabalhador informal tem uma propensão menor ao consumo do que o trabalhador formal, porque tem mais insegurança e, como não tem um contracheque para mostrar, também tem menos acesso ao crédito. Então, essa é uma das explicações que existem.

Há outra explicação: a incerteza política poderia estar afetando o nível de investimentos na economia. Nós estamos saindo de uma recessão, que foi uma das mais profundas que tivemos. Há um nível de capacidade ociosa grande. Então, isso, por si só, já dificultaria o investimento para aumentar a capacidade, já que existe capacidade ociosa – a utilização da capacidade na indústria está em torno de 76% atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Dr. Murilo, não é o contrário? Quer dizer, se nós temos capacidade ociosa, ao preencher a capacidade – e é muito mais rápido esse movimento –, isso afetaria a atividade econômica imediatamente.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – O que eu estou falando, Senador, é que não afeta o investimento. Primeiro eu tratei do consumo, tratando da questão do mercado de trabalho, dizendo que, talvez, o consumo não esteja reagindo tão rápido em razão de ter havido uma diminuição na taxa de formalização. Agora estou tratando de outra coisa, que é o investimento e, em relação ao investimento, a existência de capacidade ociosa não estimula o investimento, porque o investimento é feito para a aumentar a capacidade...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas o investimento cresceu nos dois últimos trimestres.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – É, o investimento cresceu nos dois últimos trimestres, depois de uma queda de 30 pontos percentuais em relação ao ponto em que ele estava.

Então, estou só explicando as razões que têm sido discutidas no mercado para explicar por que, neste primeiro trimestre, a atividade econômica se desenvolveu um pouco menos rapidamente.

Depois, há a questão do mercado de crédito, que foi a questão levantada por V. Exª. Em relação ao mercado de crédito, tem havido uma recuperação lenta, principalmente no caso do crédito ao consumidor, não tanto nas empresas, mas no caso do crédito ao consumidor. E tem havido também uma recuperação nas novas concessões de crédito. O estoque ainda não está mudando, porque o estoque é um acúmulo de 12 meses, mas, na margem, já tem havido alguma recuperação.

Eu vou citar aqui os números de fevereiro. Isso se refere ao crédito livre, ao crédito que é dado sem subsídios por parte do Governo e sem direcionamento por parte do Governo.

Quanto ao crédito direcionado, ele ainda vem caindo. Realmente, ele deveria cair, porque nós mudamos a maneira de encarar o BNDES. É uma medida que vai ser muito positiva para o Brasil no longo prazo, mas que tem um impacto no quanto o crédito está crescendo atualmente. Então, tem havido algum aumento nas concessões. A média diária de novas concessões no crédito livre em termos reais, em fevereiro, subiu 7,2%; no crédito direcionado, cresceu só 0,2%. Isso está mais concentrado, como eu falei, em relação às famílias porque, no caso das famílias, a desalavancagem começou antes da desalavancagem das empresas. Então, existem essas explicações para esse tema a que o senhor se referiu.

O senhor mencionou o modelo apresentado por um economista importante e famoso aqui, ex-Diretor do Banco Central, que dizia que os juros caíram menos do que o modelo deveria indicar. Essa é uma discussão que nós temos aqui em todos os ciclos, seja de aumento ou de redução de juros. São repetidos os argumentos de que a política monetária não está fazendo efeito quando é o caso de aumentar nos preços e, quando é o caso de diminuir, não está fazendo efeito em aumentar a atividade. O Banco Central, no último relatório de inflação, tem um estudo mostrando que, atualmente, a queda da Selic tem se refletido nos juros segundo o mesmo padrão dos últimos 15 anos.

Agora, eu, realmente, fico esperançoso quando vejo economistas do gabarito desse que o senhor mencionou tendo um modelo diferente e trabalhando num banco que é um dos grandes bancos internacionais que está aqui presente no Brasil, mas que não atua no mercado de crédito. Quem sabe esses modelos da área econômica vão ser validados pela área de crédito e esse banco vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começar a emprestar no crédito para aproveitar essa oportunidade que acham que existe aqui no Brasil?

Aliás, sobre essa questão da competição, eu acho que há realmente alguns paradoxos, e que foram mencionados aqui. É difícil explicar por que os grandes bancos internacionais que já estão presentes no Brasil procuram concentrar a sua atuação aqui fora do mercado de crédito no varejo. Se é uma coisa tão boa... Está 20 pontos acima do que deveria estar a taxa. Por que será que os bancos estrangeiros não entram nessa área? O que nós temos visto é o contrário: alguns bancos que já estavam no mercado de crédito de varejo aqui no Brasil estão saindo, o HSBC saiu, o Citi saiu. É realmente um paradoxo: num mercado tão lucrativo, bancos que têm uma capacidade de expandir muito sua atuação aqui, ao invés de expandir, saem.

O Senador Ataídes mencionou outro paradoxo...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Dr. Murilo, só um minutinho.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Pois não, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O problema do recuo da inadimplência.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Eu vou falar sobre isso. Estou pegando um assunto que o senhor levantou de cada vez. Assim que eu terminar esse ponto, o próximo será a inadimplência.

O Senador Ataídes levantou o ponto de que é um paradoxo que os bancos públicos estejam aumentando a concentração. Na verdade, se não existisse... Os bancos públicos são 54% do mercado de crédito no Brasil; 54% de todo o crédito no Brasil é banco público, e 46% é banco privado. Então, caso não existisse competição entre os bancos, o corolário lógico desse argumento seria o seguinte: os bancos públicos coludem com os bancos privados para manter as taxas altas. Esse seria o corolário lógico, o que é realmente totalmente descabido, porque não acontece isso.

Passo agora à questão da inadimplência...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só um segundinho. Permita-me só um segundinho, só uma informação...

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Pois não, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – De fevereiro de 2017 para fevereiro de 2018, a Caixa Econômica Federal cobrou de juros 31 vezes a taxa Selic, ou seja, o nosso banco estatal é um dos puxadores dessa taxa de juros lá para cima.

Era só essa a informação que eu queria dar, Sr. Presidente. Desculpe interromper o nosso...

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Eu agradeço, Senador, por essa informação que V. Exª deu.

Passo agora à questão da inadimplência. Sim, é verdade que a inadimplência caiu, e eu vou citar aqui os números. Entre outubro de 2016, quando começou a queda da taxa Selic, e fevereiro deste ano, que é o último dado que nós temos: no caso da inadimplência geral, de tudo, caiu de 5,9% para 5% – então, caiu 0,9 pontos percentuais –; no caso das pessoas físicas, a inadimplência caiu de 6,2% da carteira de crédito, em outubro de 2016, para 5,2% agora, um ponto percentual; no caso das pessoas jurídicas, caiu de 5,6%, em outubro de 2016, para 4,8% agora, 0,8 pontos percentuais.

Eu queria chamar a atenção de V. Exªs para o quadro 20 da minha apresentação, que mostra que a taxa de juros do crédito livre a pessoas físicas caiu de 74% para 57% no mesmo período, ou seja, 16,6 pontos percentuais. Portanto, caiu mais do que a inadimplência somada à queda da taxa Selic.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas o nosso problema – como eu tentei mostrar aqui, mas não fui, acho, suficientemente bem-sucedido – não é só a taxa de inadimplência: é a taxa de recuperação dos créditos inadimplidos, que é muito baixa no Brasil. O custo da inadimplência depende de várias coisas. Uma delas...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Esse é um fator estrutural.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Certo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Nós reconhecemos todos.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Certo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Nos últimos meses, isso é um dado de conjuntura, a inadimplência vem caindo.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Vem caindo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – A discussão, como assinalei no início da intervenção, não é por que o *spread* é alto. O *spread* é alto por conta dessa questão da execução de garantia e de toda essa dificuldade que existe no Brasil, mas a discussão era: por que não houve uma queda mais pronunciada se há também, nesse período, a queda da inadimplência?

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Então, a minha resposta é que, sim, houve uma queda pronunciável. Vou repetir aqui os números: a inadimplência de pessoas físicas caiu de 6,2% para 5,2%, um ponto percentual; a taxa de juros das pessoas físicas...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – O que significa 20%.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – A taxa de juros das pessoas físicas caiu de 74% para 57%, 16,6 pontos percentuais. Então houve, isso que o senhor está dizendo aconteceu. Agora, o que acontece, o que nós temos que ver é o custo da inadimplência. E o custo da inadimplência é formado por vários fatores. Um fator é a taxa de inadimplência, que caiu, mas há outros fatores. Por exemplo, há a taxa de recuperação dos créditos inadimplidos, onde não aconteceu nada. Eu mostrei aqui os números: nos créditos com garantia, nós recuperamos 16% do valor garantido contra 59% de uma média de países, e quatro anos depois de iniciada a ação, comparados com 1,8 ano nos outros países. Esse é um fator institucional da parte jurídica.

Há outro fator também que não mudou. Há outro fator também, que é a parte tributária. Aqui, no nosso País, existe um descasamento entre as regras tributárias em relação à inadimplência e as regras do Banco Central em relação à inadimplência. Então, o que acontece? Quando o empréstimo fica com um mês de inadimplência, começam-se a fazer provisões, 0,5% do valor do empréstimo e, quando se chega ao final de seis meses, é 100% do valor do empréstimo. O que significa isso? O banco vai nas outras atividades onde ele está tendo lucro... Um empréstimo, por exemplo, de R$100 mil: ele tira R$100 mil das atividades em que ele está tendo lucro e os coloca para pagar esse prejuízo que ele teve. Quando isso acontece, ele faz essa provisão...

Nos outros países, esses R$100 mil que ele pegou do lucro e botou para pagar um prejuízo são abatidos imediatamente das bases da tributação sobre a renda. Aqui, no Brasil, o sistema é o seguinte. Você fez uma provisão? Você paga 45% de alíquota sobre esse prejuízo. Portanto, se foram R$100 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de provisão, você paga R$45 mil sobre o prejuízo. Isso entra no seu balanço como um crédito tributário a ser usado no futuro. A legislação exige que você entre na Justiça para tentar recuperar esse empréstimo que não foi pago e, depois de dois anos de tentativa, se você não conseguiu recuperar, aquele imposto que você pagou sobre o prejuízo pode começar a ser gradualmente usado para pagar tributos futuros e, notem, durante esse período de dois anos, não há nem juros nem correção monetária. Isso é um custo, é um financiamento sem juros nem correção monetária que é dado ao Tesouro.

Os bancos brasileiros têm R$130 bilhões de créditos tributários por diferenças temporais em razão desse mecanismo que eu mencionei aqui. Então, o custo da inadimplência é formado, primeiro, pela taxa de inadimplência, que – sim, é verdade – caiu, caiu um ponto percentual, e essa queda de um ponto percentual foi refletida na taxa de juros dos empréstimos de pessoa física, mas os outros custos ligados à inadimplência, sejam os custos judiciais, sejam os tributários, não caíram.

Essa é a explicação que eu ofereceria...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Murilo, permita-me só um segundo, muito rapidamente.

O SR. MURILO PORTUGAL FILHO – Sim.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O crédito consignado: nós sabemos que a garantia é 100%. O *spread* no Brasil sobre esse consignado é 4,5 vezes maior do que nos países vizinhos. Então, esse vilão chamado inadimplência... É difícil colar na nossa cabeça ou na cabeça do consumidor... Eu tinha que dar esta informação: o consignado, o porquê desse *spread* 4,5 vezes maior do que...

O SR. MURILO PORTUGAL – Eu vou, Senador, se o senhor permitir, agregar essa pergunta às que o senhor já fez e tentar respondê-las na ordem em que as perguntas foram feitas. E, permitindo, eu continuaria respondendo às perguntas do Senador Armando Monteiro, para depois passar para as do Senador Flexa Ribeiro e dos demais Senadores.

Eu acho, imagino que, em relação ao Senador Armando Monteiro, eu respondi às perguntas que ele havia formulado.

Vou passar, então, agora às do Senador Flexa Ribeiro, que falou sobre as tarifas. Há uma certa situação que é difícil de explicar em relação às tarifas bancárias. As pessoas acham que, se mantiverem uma conta num banco e o banco cobrar, por exemplo, R$70 de tarifa por mês para manter a conta, isso é um absurdo, isso não deveria existir. Mas, lá em São Paulo, quando nós vamos a um restaurante, damos o carro para o manobrista guardar e pagamos R$25 por uma ou duas horas. Então, nós achamos que é normal pagar ao manobrista R$25 para guardar o carro durante duas horas, mas não é normal pagar ao banco R$70 para guardar o nosso dinheiro durante um mês.

Além dessa observação, eu queria responder aqui: o Senador perguntou se é verdade que as tarifas bancárias cobrem o custo de pessoal dos bancos. Então, eu queria citar aqui os números da tarifa bancária que eu estou tirando aqui do Gráfico 1.35 do Banco Central, sobre o principal componente das despesas administrativas. Em dezembro de 2017, o valor recebido pelos bancos, em termos de tarifas bancárias, foi de R$44,2 bilhões; nesse mesmo mês, as despesas de pessoal foram R$121 bilhões, esse é o dado acumulado em 12 meses; e as despesas administrativas, outras despesas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

administrativas, R$101 bilhões. Então, a resposta à pergunta do Senador Flexa Ribeiro é: não, as tarifas não cobrem nem o custo de pessoal, nem o custo administrativo dos bancos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Murilo, esse índice de absorção de folha, que seria, pelo que você relatou, de mais de 30%, isso vale para os grandes bancos varejistas evidentemente. Mas eu lhe pergunto: na experiência internacional, essa receita de tarifa garante que nível de absorção da folha?

O SR. MURILO PORTUGAL – Eu não tenho aqui esse dado internacional. Posso depois... Vou ficar devendo essa informação ao senhor. Mas o sistema de tarifação nos outros países é bem diferente do daqui do Brasil. Por exemplo, no Brasil, o Banco Central fez uma circular, acredito que em 2005, que estabelece os tipos de serviço por que o Banco pode cobrar tarifa. E, não estando ali, ele não pode cobrar, ainda que preste o serviço.

Então, o Senador Flexa Ribeiro perguntou: "Olha, agora que as transações eletrônicas estão aumentando, e, então, o custo das tarifas..." Na verdade, os bancos não cobram. Em várias das transações eletrônicas, quando você entra na internet, para olhar o saldo ou fazer alguma coisa, o banco não cobra isso, embora exista um custo de infraestrutura para manter isso existente. Então, nos outros países, a cobrança de tarifas não é assim tão regulada como é aqui no Brasil.

Mas, voltando aqui às outras perguntas do nobre Senador Flexa Ribeiro, ele perguntou: "Quanto ao Cadastro Positivo, eu estou preocupado se nós estamos entregando a galinha para as raposas." A minha resposta é: não. A resposta é não pelo seguinte: os bancos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MURILO PORTUGAL – Hein? O meu agradecimento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MURILO PORTUGAL – É... Então... Talvez eu não devesse agradecer. Eu vou passar a ser ingrato daqui para frente para não dar margem a esse tipo de interpretação.

Mas os bancos, em relação aos empréstimos bancários, já têm informação total sobre esses empréstimos, porque existe, no Brasil, um sistema chamado SCR, em que todos os bancos informam ao Banco Central – todo mundo a quem ele dá empréstimos e de quem recebe a informação consolidada por CPF ou por CNPJ. Então, em relação ao crédito bancário, os bancos já dispõem dessa informação. Mas só os bancos dispõem. Os outros não dispõem, porque nós não podemos difundir essa informação, por causa da lei do sigilo bancário, a não ser com prévia autorização. E o projeto em que V. Exª, Senador Armando Monteiro, teve uma participação tão importante vai permitir isso, caso venha a ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Mas o que o Cadastro Positivo vai fazer é permitir, primeiro, que as informações dos bancos sejam dadas para outros participantes do mercado, então, talvez outras raposas, na linguagem dela, além da raposa bancária. Vão ser mais raposas tendo a informação – quiçá! Agora, vai permitir também que nós tenhamos informações sobre o crédito não bancário que é concedido, o que é muito importante. Uma pessoa que paga em dia as contas de luz, as contas de água, as contas de telefone, essas informações ninguém tem atualmente, e o Cadastro Positivo vai permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador pergunta: "Que medidas precisarão ser tomadas?" Eu me reporto, ali, ao meu eslaide, ao final, e vou tentar não repetir ali todas essas medidas. Eu queria mencionar que várias vezes foi falado aqui do lucro dos bancos, e eu tenho a impressão de que o lucro é uma manifestação de aceitação social. Quando algum produtor produz um bem ou serviço que tem valor para a sociedade, as pessoas consomem esse bem, serviço e isso se materializa no lucro. Então, eu não demonizo o lucro nem vejo o lucro como uma coisa essencialmente ruim. Agora, o lucro abusivo, o lucro excessivo, este sim é ruim. Como é que nós vamos medir o que é lucro abusivo e o que não é lucro abusivo?

Tanto a Senadora Vanessa Grazziotin quanto o Senador Ataídes se referiram ao lucro em termos absolutos: "O banco X vai lucrar 14 bilhões, o setor bancário lucrou, no passado" – e é verdade – "75 bilhões". Mas essa não é a medida adequada do lucro. A medida adequada do lucro é a taxa de lucro: o lucro dividido pelo capital que foi investido. E, quanto à taxa de lucro, eu mostrei aqui os números: a taxa de lucro do setor bancário brasileiro, o retorno sobre o patrimônio líquido, o ROE, que o Dr. Vinícius mencionou, que é o *Return on Equity*, está em linha com o retorno sobre o patrimônio líquido de outros países. É verdade, parece que havia uma certa contradição entre a minha citação das taxas de retorno e as que o Dr. Vinícius apresentou. É que ele comparou as taxas de retorno aqui dos bancos no Brasil com as da Europa e dos Estados Unidos, e eu comparei com as da Europa e dos Estados Unidos, mas também com as de outros países mais parecidos com o Brasil. Então, está lá na página 10 da minha apresentação: entre 2012 e 2016, a taxa média de lucro dos cinco maiores bancos brasileiros foi de 16,2%. Ela é maior do que a taxa nos Estados Unidos? É. Aliás, na página 20; página 10, perdão – me enganei, página 10.

Se puder passar e colocar na página dez. É essa aí.

Ela é maior do que na Alemanha? Então, realmente os 16,2% são maiores do que na Alemanha, nos Estados Unidos, no Reino Unido, como mostra aí, mas não em países comparáveis ao Brasil. Então, há uma diferença de desagregação entre os números que eu mencionei e os que o Dr. Vinícius mencionou.

Passando agora para os pontos do Senador Ataídes. O Senador Ataídes disse que não são só a inflação e a taxa de juros que afetam os juros. É verdade. Isso é o que eu tentei demonstrar aqui. Não é só a inflação, e não é só a taxa de juros. São custos da intermediação financeira. Que custos são esses? Voltando: os custos da inadimplência, os custos tributários, os custos administrativos, todos os outros custos. E a taxa de juros não afeta diretamente o *spread*. É o que eu tentei também mostrar, e já vi que fui malsucedido na minha apresentação, porque a taxa de juros final é a soma da taxa de captação, o que os bancos têm que pagar a terceiros para tomar dinheiro emprestado e poder emprestar, mais o *spread*. A taxa Selic afeta a taxa de captação. Afeta indiretamente o *spread*, porque melhorando a atividade econômica, diminui a inadimplência no médio prazo. Mas diretamente, não há um impacto da taxa Selic no *spread*, porque a taxa Selic não faz parte do *spread*. Eu também mostrei aqui qual é a composição do *spread* em um dos gráficos, uma pizza, usando números do Banco Central.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Murilo, deixe eu entender. Veja bem, você diz que não faz parte. A gente tem uma dificuldade de entender. O que é o *spread*?

O SR. MURILO PORTUGAL – O *spread* é o que os bancos cobram acima da taxa de captação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Então, o *spread* é a diferença entre o custo de captação, estritamente, e o custo de captação é exatamente a taxa que o banco capta na captação de recursos.

O SR. MURILO PORTUGAL – Isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Certo. E o preço final, que é cobrado na ponta.

O SR. MURILO PORTUGAL – Isso, exatamente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Então como é que esse custo de captação não afeta o *spread*?

O SR. MURILO PORTUGAL – O custo de captação... O que eu disse, Senador, é o seguinte: a taxa Selic afeta o custo de captação dos bancos. Não afeta o *spread*. Foi isso que eu falei. E afeta a taxa de juros total. Afeta o *spread* indiretamente. Afeta o *spread* indiretamente. Não afeta diretamente, porque não é parte do *spread*. Eu queria me referir aqui a esse gráfico.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Isso é como, comparando com uma empresa industrial, o custo do produto; estritamente, é o custo de captação do banco e, depois, as outras despesas. Mas é claro que o custo do produto afeta...

O SR. MURILO PORTUGAL – Então, eu queria voltar aqui a essa *pizza*, que são os componentes do *spread*, segundo o Banco Central. Ali há a inadimplência, 55%; custos administrativos; encargos compulsórios; imposto direto e lucros. Esses são os componentes do *spread*. A taxa Selic não está aqui dentro do *spread*.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas eu queria...

O SR. MURILO PORTUGAL – Só completando, Senador, se o senhor permitir.

Então, a taxa Selic não está dentro do *sp*read.

Bom, nós temos lá o custo de capitação dos bancos.

Eu vou agora ao eslaide 20. A taxa de juros final é a soma de duas coisas: custo de captação dos bancos – e esse, sim, é afetado pela taxa Selic – mais o *spr*ead.

Então, quando há uma redução na taxa Selic, o efeito principal da redução da taxa Selic é no custo de captação dos bancos. O efeito da taxa Selic no *spread* é um efeito indireto, porque ele se dá...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele é direto, sim. Se o preço final não muda...

O SR. MURILO PORTUGAL – O preço final muda.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas se o preço final não muda – é o pressuposto –, se a taxa de juro final não muda e o custo de captação mudou, o *spread* aumentou automaticamente.

O SR. MURILO PORTUGAL – É verdade. Só que a taxa, no nosso caso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MURILO PORTUGAL – ... aqui, a taxa final mudou, caiu de 74 para 57%. Caiu 16,6 pontos percentuais, como está no item 20, no eslaide 20, que eu apresentei, e que...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MURILO PORTUGAL – ... é maior essa queda de...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fazendo soar a campainha*. *Fora do microfone*.) – A rodinha ali está animada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Aproveito, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Mas eu peço que se desfaça a rodinha.

O SR. MURILO PORTUGAL – Então, como a taxa final de juros nos empréstimos a pessoas físicas com recursos livres caiu de 74 para 57 – portanto, 16,6 pontos percentuais – 16,6 é maior do que a queda na taxa Selic nesse mesmo período, que foi 7,5%, a diferença entre 16,6% e 7,5% é queda no *spread*. Então...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Dr. Murilo Portugal tinha me dito que precisava se retirar às 13h. Só quero...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Presidente, são só dez minutos, porque é uma réplica...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só dez minutos?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dez segundos, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ai, ai, ai.

O Senador Fernando...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, só dez segundos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Deixe-me fazer uma...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Dr. Murilo fez uma colocação – é bem rapidinho, dez segundos...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Deixe-o terminar de responder a todas as perguntas.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É que ele se referiu a mim. A réplica é de dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É porque nós não estamos fazendo réplica.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dez segundos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Presidente Tasso...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria de deixá-lo terminar. Em seguida, dou a palavra ao Senador Fernando Bezerra. Por favor, porque, senão, ele não vai terminar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dez segundos. Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dez segundos? Vou começar a contar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pode contar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com toda a ...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um, dois, três...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... vênia, Dr. Murilo, V. Sª fez a comparação...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...quatro, cinco, seis...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ...do cidadão que deu o carro para guardar...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... sete, oito, nove, dez. Terminou.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... deu o carro para guardar e o dinheiro que o cidadão botou no banco. O dinheiro que o cidadão botou no banco, por que é cobrada a tarifa, o banco trabalha emprestando a 15%, 20% ao mês. Eu acho que esse exemplo do senhor não foi muito feliz.

Obrigado.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está bom.

Dr. Murilo, por favor.

O SR. MURILO PORTUGAL – Obrigado.

Eu estava começando a responder às perguntas do Senador Ataídes. Ele mencionou que eu citei uma taxa de juros de 13%, 14% que ele não viu nunca em nenhum mercado. É verdade, porque aquela taxa de juros é uma taxa média ponderada. Então, eu vou ao eslaide 21.

Se puder colocar ali no eslaide 21.

O que eu tentei mostrar no slide 21? Que nós focamos muito nos tipos de linhas que têm as taxas de juros mais elevadas, que é o cartão de crédito, o cheque especial. Isso representa 11% da totalidade do crédito a pessoas físicas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Quantas pessoas utilizam esse crédito?

O SR. MURILO PORTUGAL – Quais? Do cheque especial?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Cheque especial e cartão de crédito.

O SR. MURILO PORTUGAL – Cartão de crédito eu não tenho, porque a Febraban não é responsável por cartão de crédito. É a Abecs, uma outra associação. Então, eu tenho que pedir desculpa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Quantas pessoas?

O SR. MURILO PORTUGAL – Eu vou responder em relação ao cheque especial. Em relação ao cartão de crédito, eu tenho que pedir desculpas a V. Exª, porque a Febraban não trata de cartão de crédito. Então, eu não disponho dessa informação. Mas, em relação ao cheque especial, são vinte milhões de pessoas, vinte milhões de clientes bancários usam o cheque especial.

Mas, voltando, e tentando terminar a resposta à pergunta do Senador Ataídes, o que esse gráfico mostra é que todas as outras linhas, o crédito consignado que V. Exª mencionou, a aquisição de veículos, o financiamento imobiliário, o crédito rural, todas essas outras linhas somadas dão 86%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do crédito a pessoas físicas. E se nós considerarmos as taxas de juros que são cobradas em cada uma dessas linhas, ponderarmos essas taxas de juros pelos valores que são emprestados, isso equivaleria a uma taxa média ponderada de juros de 13,1%. Realmente não existe na realidade, porque a média não existe na realidade. Mas é uma estatística muito usada, a média, para tentar definir o quadro que se forma num determinado fenômeno a que nós estamos assistindo.

Acho que já respondi à pergunta do Senador Garibaldi. Ele mencionou que era paradoxal que os bancos públicos tivessem 54% do mercado de crédito no Brasil e que não houvesse, ainda assim, concorrência. Eu concordo, porque se a tese de que não há concorrência no setor bancário fosse realmente verdadeira... O corolário lógico dessa tese é o seguinte: os bancos públicos, que têm 54% do mercado, não estão competindo com os 46% que os bancos privados têm, porque, se eles estivessem competindo, a taxa seria menor. Então, como não é menor, a meu juízo, parece que o fato de as taxas serem altas não decorre de falta de competição, e sim de outros fatores que influenciam esse resultado e que eu procurei demonstrar aqui, embora – tenho que admitir – com insucesso. São os custos da intermediação financeira.

O Senador Ataídes perguntou ainda por que a taxa do crédito consignado – que é um produto que tem zero risco, 100% de certeza de adimplência – é tão alta assim?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Por que o *spread* é tão alto?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – É, por que o *spread* é tão alto?

O SR. MURILO PORTUGAL – Realmente o *spread* é mais baixo, mas infelizmente não é um produto do qual se tenha 100% de certeza. Nós tivemos agora no passado vários Estados e prefeituras que recolheram o dinheiro do funcionário público e não repassaram aos bancos. Eu não vou aqui mencionar os Estados e nem os bancos, mas é um exemplo de risco que existe nesse mercado, e há outros riscos que eu posso mais tarde explicar, inclusive riscos de decisões judiciais.

Tentando passar agora para o último Senador que fez indagações e comentários, o Senador Cristovam, a quem eu agradeço, eu queria dizer que concordo inteiramente com a análise que o Senador Cristovam fez de que talvez o nosso País seja caracterizado por uma voracidade de consumo e uma anorexia de poupança. É verdade. O Brasil é um dos países que tem baixa taxa de poupança doméstica. Mas eu queria ressaltar que isso é em razão do comportamento do setor público da economia e não do setor privado da economia. A taxa de poupança do setor privado é de 21%, a taxa de despoupança ou poupança negativa do setor público é de 7%, e a taxa líquida de poupança doméstica no Brasil é de 14%. Então, realmente é baixa, comparada com a de outros países. Eu não vou compará-la com a da China, que poupa 45%, mas com a de outros países semelhantes a nós. A taxa é baixa. E a razão disso é o setor público no Brasil, que faz muitas despesas de consumo, poucas de investimento, e tem um déficit significativo em relação ao nosso produto – déficit nominal de 8% do PIB.

Concordo também com o Senador Cristovam, quando ele mencionou que a educação é importante para a baixa da taxa de juros. É verdade. A educação financeira é um fator muito importante e que tem sido muito valorizado para o bom uso do crédito, porque os bancos se interessam pelo bom uso do crédito, o uso responsável. Nós não queremos endividar e nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superendividar ninguém, porque os bancos emprestam para receber de volta; não estão num negócio de emprestar para não receber de volta. E, para receber de volta, é preciso ter o crédito responsável. Então, todos os bancos têm programas de educação financeira. A Febraban tem um programa de educação financeira. Nós temos um portal, Meu Bolso em Dia, com 15 milhões de acessos únicos, para promover a educação financeira gratuitamente. Esse portal tem aplicativos para controle do orçamento doméstico e vários outros aplicativos.

Além disso, as cinco maiores instituições do setor financeiro – a Febraban, a Anbima, a Confederação Nacional de Seguros e a Bolsa de Valores – têm uma associação sem fins lucrativos, a Associação Brasileira de Educação Financeira, da qual eu também sou Presidente, que promove gratuitamente programas de educação financeira no Brasil. Depois, eu posso expor, caso V. Exªs assim o desejem, possivelmente em outra ocasião.

Por último, concordo também com o Senador Cristovam, quando ele diz que a baixa produtividade é um dos problemas do nosso País. É verdade. E o aumento da produtividade é o principal *driver*, é o principal motivador tanto do crescimento econômico dos países como do crescimento das empresas. Quando há aumento de produtividade, é possível, ao mesmo tempo, aumentar os lucros, pagar melhores salários e ainda diminuir o preço para o consumidor. Então, concordo inteiramente com todas as colocações do Senador Cristovam.

Queria agradecer demais a paciência de V. Exªs. Eu vou ter que pedir desculpa porque tenho, realmente, uma reunião agora, às 13h, que eu havia mencionado antes ao Senador Tasso. Então, vou ter que me retirar, fazendo essa indelicadeza aos meus colegas – meu amigo Vinícius Carrasco e Dr. Bruno Magrani – de não poder ouvir as respostas deles, pedindo muitas escusas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senador, quer fazer alguma observação antes de ele se retirar?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Na realidade, eu tive que me ausentar aqui da Comissão para participar da votação do relatório da Deputada Simone Morgado em relação à medida provisória que regula os juros para os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mas eu queria parabenizar os nossos convidados: o Dr. Murilo Portugal, o Prof. Vinícius Carrasco, que fez uma belíssima apresentação, e também o Dr. Bruno Magrani.

Eu queria dizer que fui designado Relator de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para focar, exclusivamente, nessa parte aqui menor da *pizza* que o Murilo Portugal apresentou, que é a questão dos cartões de crédito e a questão do cheque especial. Nós vamos ter oportunidade de aprofundar esse tema ao longo dos painéis e das audiências públicas que vamos promover entre os meses de maio e junho. A ideia é que, através do debate, a gente possa, de fato, endereçar iniciativas, sejam legislativas ou dos órgãos reguladores, para que a gente possa ter taxas de juros mais adequadas ao desenvolvimento econômico do País e, sobretudo, em linha com o que é praticado em outros países.

Eu fiquei muito provocado pela exposição do Dr. Murilo Portugal, porque os eslaides que ele trouxe mostram que, de fato, a questão do *spread* não está ligada só à concentração. Países como Canadá e Austrália têm um nível de concentração bancária muito parecido com o do Brasil, e, ainda assim, há taxas de juros na Austrália e no Canadá bem menores que as taxas praticadas aqui no Brasil. Então, é preciso identificar os outros componentes que, de certa forma, influenciam a formação disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão que também acho que a gente precisa endereçar – foi colocada com muita propriedade pelo Vinícius e pelo Bruno; e o Senador Armando também sublinhou isso – é a questão da verticalização. Acho que o Dr. Murilo Portugal precisa ficar tranquilo, relaxado depois que o Mark Zuckerberg foi ao Congresso americano. Realmente, essa questão de inovação e de tecnologia é uma coisa fantástica. As grandes organizações, as grandes empresas, aquelas que se capitalizam, têm uma capacidade de investir em inovação e tecnologia que é uma coisa fantástica, que nós temos que reconhecer. E o setor bancário, os grandes bancos brasileiros têm promovido grandes revoluções tecnológicas no sistema bancário nacional.

Agora, tem de haver um limite – tem de haver um limite –, porque a história do capitalismo moderno mostra que, em determinados momentos, é preciso que o Poder Legislativo enfrente esse dilema. E a gente pode ter uma indústria, digamos assim, muito menos verticalizada, como ela é hoje. Eu acho que esse é um desafio que está posto para o Congresso Nacional. Qual é o nível de verticalização que a gente quer? Aqui, pelos eslaides, a concentração talvez não seja o problema principal; o problema talvez esteja na verticalização disso. E concordo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – A vertical. Exato.

Acho que precisa haver um esforço grande de outras áreas. É preciso também dar resposta – ele tem muita razão – quanto ao tempo em que se executa, às garantias, ao valor que é recuperado das garantias. Então, há uma série de coisas que não podem ser minimizadas.

Mas eu penso que, em nome dos 20 milhões de utilizadores de cheque especial e em nome de outros tantos milhões de utilizadores do cartão de credito, o Congresso Nacional deve se mobilizar com muito mais força, com muito mais determinação para que a gente possa saber quais são as causas e atacá-las, a fim de dar uma resposta aos reclamos da sociedade brasileira que são cada vez mais intensos e mais persistentes em relação a determinados produtos financeiros que não se justificam – pelo menos, à luz dos nossos parcos conhecimentos.

Quanto ao cheque especial, há instituição financeira que cobra 20% e há instituição financeira que cobra 320%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quero só lembrar ao Senador a necessidade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Vou encerrar, então.

Em relação ao cartão de crédito, a mesma coisa. Há variações dentro de empresas de uma mesma indústria, e não se justifica a explicação pela média.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Murilo Portugal quer dar uma explicação, em um minuto.

Eu quero lembrar que, no Senado, um minuto para os Srs. Senadores é igual ao *spread* bancário no Brasil. (*Risos.*)

O SR. MURILO PORTUGAL – Está certo. Eu já notei, eu já notei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu fico feliz porque, além de ter concordado inteiramente com o Senador Cristovam, pelo menos, em parte, o Senador Fernando Bezerra concordou comigo.

Eu queria dizer que estou à disposição – não agora, porque, infelizmente, já estou atrasado para um compromisso importante que eu tenho, mas, em outros momentos – para discutir especificamente a questão do cheque especial.

Agradeço a todos.

Eu respondi às perguntas do Senador Flexa Ribeiro sobre a tarifa – infelizmente ele não estava aqui. Vou passar rapidamente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, não. Já prometi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O meu minuto é crédito consignado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, não. Dê licença.

Eu havia prometido ao Murilo Portugal que, às 13h, ia liberá-lo. De minuto em minuto, nós chegamos a 15 minutos. Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não demoro mais do que 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nesses 30 segundos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Murilo, eu...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Logo em seguida... Eu vou liberar o Dr. Murilo.

O SR. MURILO PORTUGAL – Agradeço.

Vou passar para falar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em seguida, passaremos às outras...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Como diz a sabedoria popular, o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado, e o segundo melhor negócio do mundo é um banco mal administrado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu passo a palavra agora... (*Pausa.*)

Passo a palavra agora ao Vinícius Carrasco, professor da PUC e economista da Stone.

O SR. VINÍCIUS CARRASCO – Obrigado.

Eu quero passar, antes, por alguns pontos que foram levantados.

O Murilo disse que a TLP vai ter efeitos positivos. A TLP já tem efeitos muito positivos. O estímulo que a TLP deu ao mercado de capitais é fantástico. Não posso minimizar o efeito positivo da TLP sobre o mercado de capitais. Esta Casa discutiu esse assunto, e avançamos muito. A mesma discussão vai haver agora sobre fundos constitucionais. Acho que os mesmos avanços que houve com a TLP tem que haver para os fundos constitucionais.

A gente precisa ter taxas de juros, para todo mundo, mais baixas. E crédito direcionado é uma fonte de aumento dessas taxas de juros. Então, a gente tem que tratar desse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cadastro positivo é importantíssimo. Por meio de mais informação, concorrentes podem fazer ofertas mais agressivas por tomadores de crédito.

Também é importantíssimo que passe. Esta Casa votou favoravelmente. A Câmara fará o mesmo muito em breve.

Senador Garibaldi Alves Filho, rapidamente, sobre bancos públicos. Eu acho que erramos quando, em 2010/2011, usamos bancos públicos para tentar atacar a questão da taxa de juros. As consequências disso foram as piores em termos do desastre que a gente viu. Então, muitos maus projetos foram financiados, um excesso de capacitados foi gerado em vários setores. Então, acho que não devemos errar os mesmos erros. Eu acho que baixar taxa de juros é por meio de competição, é por meio de mais *players* dando crédito.

Educação financeira é fundamental. Nós estamos tendo iniciativas de educação de varejistas. Estamos pensando num instituto de educação financeira e formação, de educação para quem toma crédito, faz uso de crédito, concede crédito. Eu acho que isso é fundamental. O Banco Central tem a iniciativa do Banco Central Cidadão, que é uma iniciativa de educação financeira importantíssima.

Vou mencionar injustamente, dado que ele saiu, mas os Retornos On Equity que eu trouxe são Retornos On Equity altos, estáveis ao longo do tempo e, para bancos, pouco alavancados. Então, os riscos são muito baixos e os retornos são muito altos. Acho que isso é importante frisar sempre.

Sobre as perguntas do Senador Armando Monteiro. Verticalização. Então, no início do mercado de pagamentos no Brasil, havia uma exclusividade entre bandeiras e maquininhas, dois monopólios, as taxas que prevaleciam eram altíssimas, havia zero de competição. As mudanças que houve foram na direção de tentar aumentar a competição por meio do rompimento dessa exclusividade de fato. A verticalização no Brasil tenta emular isso de um jeito distinto, de um jeito *disguised*. Então, o que está acontecendo é uma situação na qual a estrutura vertical tenta replicar os contratos de exclusividade com uma piora. A estrutura vertical faz com que, por meio da locação de receitas em diferentes braços nessa estrutura vertical, os agentes consigam inibir acesso de competidores entrantes. Então, o acesso é fundamental para que haja competição. A estrutura vertical inibe acesso.

Mencionei as medidas do CMN, que tentaram vedar a limitação de acesso de alguns produtos por parte de entrantes. E isso só é possível porque você tem uma estrutura vertical na qual você pode usar alguns dos seus braços para inibir a competição de entrantes. Então, a estrutura vertical é de fundamental importância. E sem resolver esse problema, a gente vai enxugar gelo, como diz um colega.

Verticalização no mundo, esse é o problema que foi tratado. Então, resolveu-se o problema de verticalização por meio de desverticalização. Então, a gente deveria seguir nesse caminho, eu suponho, se a gente quer de fato estimular uma competição.

Sobre intercâmbio...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A pergunta que o Senador fez, me parece, foi comparar o que existe no crédito.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas sugerindo que deve haver uma ação mais efetiva na desverticalização.

O SR. VINÍCIUS CARRASCO – Há algo ocorrendo na Argentina, houve nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – E como se elabora, se há um mesmo nível pelas informações que você tem ou algo parecido.

O SR. VINÍCIUS CARRASCO – Eu acho que, no nível que a gente tem, não há.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não existe.

O SR. VINÍCIUS CARRASCO – Não existe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Então, eu ia sugerir que, no debate no interesse desses temas, se pudesse criar um parâmetro de medida de verticalização...

O SR. VINÍCIUS CARRASCO – Perfeito.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... concentração vertical.

O SR. VINÍCIUS CARRASCO – Perfeito. Perfeito. Ótima sugestão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Essa é uma coisa interessante para o debate.

O SR. VINÍCIUS CARRASCO – Sobre tarifa de intercâmbios, Senador, então...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Estender ao cartão de crédito.

O SR. VINÍCIUS CARRASCO – Estender ao cartão de crédito.

A tarifa de intercâmbio é definida pelas bandeiras e paga de fato pelos varejistas, como, na competição na adquirência, quem acaba pagando as tarifas de intercâmbio são os varejistas.

Então, há uma situação na qual há um subsídio cruzado. Então, tem havido, no mercado de cartão de crédito, o que a gente chama de platinização, uma proporção cada vez maior de cartões Platinum.

O que acontece com cartões Platinum? Ele tem taxas de intercâmbio maiores. Então, uma forma de expressar esse subsídio cruzado é dizer que as salas VIP dos aeroportos que são usadas por executivos e viajantes são pagas pelos varejistas. É o intercâmbio que remunera aquelas salas VIP, e quem está pagando por essa tarifa é o varejista, é uma terceira parte.

Então, em situações nas quais há externalidades, como essa, subsídios cruzados, tem que haver regulação. A regulação se justifica sempre que houver alguma forma de externalidade. É assim no mundo, é assim aqui. Então, há uma externalidade clara.

Mas, mais do que isso, a verticalização faz com que, em última instância, a tarifa de intercâmbio possa ser um inibidor de competição. Então, é fundamental que, sempre que você não puder estimular a competição e se você não tem como estimular a competição para tarifas de intercâmbio, alguma forma de intervenção haja: pela regulação e pela questão competitiva.

Para as taxas das maquininhas, há competição. Se eu coloco uma taxa muito alta, vem um concorrente e cobra uma taxa menor, e assim por diante. Para tarifa de intercâmbio, você não tem como disciplinar quem estabelece essas tarifas, não tem como, com competição, agir do jeito de que a gente gosta – competição haja.

Acho que é fundamental que a gente avance também nessa direção. E, no mais, competição, competição, competição.

Então, o Banco Central, o Cade e o Ministério da Fazenda têm feito um trabalho extraordinário de tentar, em várias formas, garantir acesso a entrantes. Eu acho que é esta a forma pela qual a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai conseguir reduzir taxas no Brasil: competição, acesso para entrantes, inibição de barreiras de entrada artificiais, que há, inclusive, por causa da verticalização.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado ao Dr. Vinícius Carrasco.

Passo a palavra ao Sr. Bruno Magrani.

O SR. BRUNO MAGRANI – Obrigada, Presidente Tasso.

Como sei que sou provavelmente a única coisa entre os senhores e o almoço, serei breve, mas, por favor, fiquem à vontade para me interromper e pedir esclarecimentos adicionais.

Eu queria começar, comentando, pegando um gancho do que o Senador Armando Monteiro mencionou sobre a verticalização. Acho que nesse ponto a gente está absolutamente alinhado. Acho que a verticalização é um problema que, como o Vinícius mencionou, permite que haja essa recomposição de margens de um lado e de outro.

Talvez aqui eu divirja do Vinícius sobre parte da solução. Eu não acredito que, por exemplo, a solução para redução do custo dos meios de pagamento esteja na limitação do intercâmbio do crédito. Eu acho que a limitação do intercâmbio do crédito, num mercado verticalizado, como que nós temos hoje em dia, significa que isso vai ser repassado em outra ponta.

O que é que vai acontecer, que já acontece hoje em dia, não é? Esses custos vão acabar sendo jogados nas taxas, por exemplo, de antecipação. Então hoje em dia, quando você olha as taxas de antecipação que são praticadas no mercado, ao risco, mais uma vez, envolvido, elas são absolutamente inexplicáveis. Enfim, eu acho que vale a pena uma análise mais detalhada sobre esse setor do mercado.

Mas eu não creio que simplesmente uma limitação da taxa de intercâmbio, especialmente do crédito, seja a solução para a redução dos meios de pagamento. Mais do que isso, quer dizer, quando a gente analisa um pouquinho melhor essa taxa, vê que ela é responsável, especialmente para atores como o Nubank, por compensar riscos relacionados à eventual inadimplência dos seus clientes. Então a gente tem que olhar com muito cuidado, porque eu acho que a implementação sozinha dessa medida, num mercado com a configuração verticalizada como existe hoje em dia, significa que isso simplesmente vai ser repassado de outro lado. Então acho que uma medida não pode ser feita sem se considerar, mais uma vez, a configuração do cenário como um todo e das outras variáveis do mercado.

O Nubank se remunera hoje em dia pela taxa de intercâmbio, e isso permite que ele ofereça um produto com tarifa zero ao usuário. Então a conta recente que nós fizemos, e houve uma pergunta do Senador Flexa Ribeiro sobre tarifa e o papel das tarifas na conta do *spread* bancário, aí, só para dar um dado para esta Comissão, hoje em dia o cálculo que a gente fez no Nubank é que o Nubank já economizou R$2 bilhões de tarifas para os seus clientes, dinheiro esse que foi reinjetado na economia. E mais do que isso, a eficiência com que o Nubank opera – e eu pego aqui o gancho também de comentários sobre como *fintechs* podem fomentar a eficiência – essa eficiência que o Nubank adquiriu e que repassou para seus clientes não cobrando a tarifa ajuda a reduzir os custos da indústria de meios de pagamento e se conecta também com a pauta do reaquecimento da economia: é dinheiro que foi efetivamente injetado na economia para ser exatamente... E mais do que isso, é dinheiro que vem da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetiva eficiência, de um ganho de eficiência que foi recolocado, repassado no mercado. Então o Nubank efetivamente repassou esse ganho de eficiência para os seus consumidores.

Reforçando aqui, eu quero conectar dois pontos: uma consideração que o Senador Ataídes fez com a consideração do Senador Flexa Ribeiro sobre o cadastro positivo. Para o Nubank, o cadastro positivo é muito importante, sim. A gente acredita que o cadastro positivo vai permitir que nós façamos uma análise de crédito muito mais detalhada, que nós tenhamos uma visibilidade sobre o crédito de cada pessoa de uma forma muito mais exata. E aí, para dar um dado aqui, para mostrar como isso pode nos ajudar, o Nubank chega a cobrar 2,75% por mês no rotativo do seu cartão de crédito, algo que dificilmente a gente vê qualquer outro emissor cobrando no mercado. Por que é que o Nubank não pratica essa mesma taxa para outros clientes? Porque o Nubank não tem visibilidade sobre como é o histórico de crédito desses clientes. O Nubank gostaria de poder praticar essa taxa também para outros clientes. Mas enquanto a gente tem essa assimetria de informações em que obviamente os grandes bancos podem ter essa grande visibilidade, porque eles têm esse relacionamento há mais tempo, têm uma variedade de informações sobre o cliente, enquanto o Nubank não puder ter acesso a essas informações, é claro que você tem que presumir o pior cenário, e o pior cenário vai jogar efetivamente as taxas de juros para cima.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Se permite. Então, só um ponto: o cadastro positivo é um instrumento fundamental para que se potencializem os ganhos da existência de outros *players* no mercado, inclusive dessas plataformas inovadoras. Ou seja, enquanto o sistema conviver com o monopólio de informações dos grandes bancos, porque só eles têm os bancos de dados, nós não vamos poder fazer uso, vamos dizer, mais adequado e mais produtivo dessas novas plataformas. É isso?

O SR. BRUNO MAGRANI – Perfeito, Senador, exatamente. Não poderia ter colocado de uma forma melhor. É exatamente essa a análise. O cadastro positivo é um instrumento para permitir que novos entrantes tragam mais competição e menos verticalização nesse mercado.

Outra consideração do Senador Flexa Ribeiro está relacionada à abordagem do Banco Central para estimular as *fintechs* de crédito. Quer dizer, a gente também está curioso para ver como vão ser as regras exatamente, nos detalhes, mas acha que o Banco Central está caminhando na direção correta. Acho que normas para permitir que novos entrantes atuem nesse setor são super bem-vindas e só vão beneficiar a competição no fim do dia.

Acho que essas eram as minhas considerações. Só estou repassando aqui, para ver se deixei de endereçar alguma pergunta.

Ah, perdão, o Senador Armando Monteiro perguntou sobre a questão do Cade.

O que aconteceu em maio de 2017 é que o Nubank fez uma representação perante o Cade, alegando oito tipos de condutas anticompetitivas que tinha sofrido, pedindo a consideração do Cade. Essa representação ficou em segredo por um tempo, e recentemente o Cade, ao decidir instaurar o inquérito, considerou que havia indícios de condutas anticompetitivas pelo menos em duas ou três situações e decidiu abrir inquérito para investigar. E essas condutas em que o Cade considerou que havia indícios diziam respeito à questão da recusa de contratação para o débito automático. Então, por exemplo, eu, se fosse cliente de qualquer outro banco, mas com o cartão Nubank, esse banco não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

me dava a opção de contratar o débito automático para eu poder pagar a fatura automaticamente todos os meses.

Por outro lado, existia uma questão relacionada a que tipo de informações o Nubank recebia, quando havia uma transferência para o Nubank. Então, o Nubank recebia simplesmente uma informação num sistema chamado *intraday*, que não permitia que identificasse, de maneira correta, aquela transação. E aí o eventual produto que depois o Nubank veio a implementar, que era o NuConta, a conta de pagamento, não seria tão útil para o usuário. Estava sujeito a haver uma transferência ali, mas sem maiores detalhes sobre aquela transferência.

Então, essas são as condutas que o Cade está investigando. Existem diversas outras que nós elencamos, e o processo é público. Divulga coisas desde o eventual assédio dos funcionários, por exemplo, cobranças, na nossa visão, discriminatórias e relacionadas ao preço para emissão de boletos bancários. Enfim, então, no conjunto, o Cade está investigando essas duas que mencionei.

A gente ficou, mais uma vez, muito feliz de ver que não só o Cade está atuando nisso, mas que também o Banco Central fez uma nova regulação para endereçar especificamente essa questão de recusa de oferta de alguns serviços.

Acho que é isso e fico à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Bem, eu gostaria, então, de agradecer.

Peço aos Senadores que fiquem mais cinco minutos. Há um requerimento e uma proposta importante a ser feita.

Gostaria de agradecer aos nossos convidados, ao Vinícius Carrasco, ao Bruno. Foram bastante importantes e elucidativas as palestras de vocês dois. Eu acredito que vão contribuir muito aqui no Senado Federal para que possamos avançar em toda essa regulação e nessa questão hoje central para as discussões deste Senado Federal.

Muito obrigado aos senhores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, eu fui informada de que entraríamos na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. Devido ao adiantado da hora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Votaríamos o item 2. Parece que houve um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Parece que houve um acordo para votarmos o Item 2 da pauta. É o projeto de autoria do Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós podemos colocar esse em votação se todos os Senadores concordarem. É de autoria do Senador Garibaldi.

Há uma proposta...

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª teria alguma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Podemos começar pelo Item 2. Em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está bem.

Colocamos em votação, portanto, o Item 2, que tem como autor o Senador Garibaldi Alves.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, de 2007

- Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de eventuais calamidades naturais, ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao projeto com uma subemenda à Emenda nº 1 e uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

3. Em 11/6/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da senadora Ana Amélia.

Será Relatora *ad hoc* a Senadora Vanessa Grazziotin, a quem passo a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Vou tentar fazer uma breve leitura, Presidente. V. Exª já destacou que o projeto é de autoria do Senador Garibaldi. E o relatório foi muito bem elaborado, inclusive com a apresentação de uma emenda, pelo Senador Lindbergh Farias.

O projeto, resumidamente, garante o pagamento de seguro-desemprego, que seria garantido pelo período máximo de cinco meses aos agricultores que vivam problemas relacionados a mudanças climáticas, enfim, problemas com a sua produção. Nesse período do recebimento do seguro-desemprego, seria suspenso o pagamento do Bolsa Família.

Quanto à análise, Sr. Presidente, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado, compete à esta Comissão opinar sobre a proposta.

De plano, cumpre reconhecer que a iniciativa do nobre Senador Garibaldi Alves Filho apresenta inegável mérito social. Com o PLS pretende-se habilitar, como já disse, o trabalhador rural em regime de economia familiar, impossibilitado de produzir em decorrência de situações severas de estiagens, ao recebimento do seguro-desemprego no valor de um salário mínimo mensal. Por suposto, a proposição se enquadra plenamente nos princípios do seguro-desemprego à medida que incide em circunstância de privação involuntária do trabalho que garante a reprodução social da família do trabalhador ou trabalhadora rural.

No geral, o texto da propositura contempla as condições básicas para garantir o seguro sugerido, por meio de uma política equilibrada que define prazo máximo do gozo do benefício;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requisitos adequados para a habilitação dos beneficiários; situações justas para o cancelamento; e punições adequadas para salvaguardar o interesse público.

Contudo, valem algumas ponderações. Em primeiro lugar, não parece razoável a determinação constante no parágrafo único do art. 2º do PLS, segundo o qual, durante o período de pagamento do seguro-desemprego seria suspenso o pagamento do 'Bolsa Família' caso algum membro da família venha recebendo esse benefício. Ora, se, nas condições de regularidade climática para a produção agrícola, esse membro da família do pequeno produtor está legalmente apto para receber o 'Bolsa Família', não há sentido em subtrair-lhe o benefício pelo fato de o seu familiar, agricultor, vir recebendo o seguro-desemprego por se encontrar forçosamente sem a receita da atividade agrícola. Portanto, além da punição desnecessária ao beneficiário do 'Bolsa Família', a medida seria desprovida de lógica econômica.

Entendemos que seria razoável, dada as limitações dos recursos *vis a vis* as demandas superlativas pelos mesmos, o impedimento da cumulatividade do recebimento do seguro-desemprego e do Garantia-Safra à medida que, a despeito de diferenciais metodológicos, ambos apresentam o mesmo fato gerador: uma estiagem prolongada, por exemplo.

Consideramos, também, que o PLS ganharia em qualificação com uma nova redação ao art. 1º do PL de modo a definir como beneficiários do seguro-desemprego os agricultores familiares assim definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Com essa modificação, além das categorias de trabalhadores especificadas pelo projeto, seriam adicionadas outras categorias sociais plenamente merecedoras do benefício a exemplo dos integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Outra mudança indispensável para ajustar o texto do PL à realidade ambiental presente e futura, notadamente em função dos efeitos previstos com o avanço do processo de aquecimento global, consiste em garantir o benefício, também, para as situações de emergência derivadas de excesso hídrico e geadas. Inclusive, o ilustre Senador Telmário Mota, anteriormente responsável pela relatoria do PL nesta Comissão, propôs a incorporação de texto nessa direção, acolhendo emenda apresentada pela Senadora Ana Amélia, ainda na Legislatura anterior.

Voto.

O voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2007, com a incorporação de duas emendas ao PLS: 1) da emenda apresentada pela Senadora Ana Amélia com modificações por parte desta relatoria na forma de subemenda; e 2) de emenda da relatoria conferindo nova redação ao parágrafo único do art. 2º do PLS.

E aí há as emendas, que todos já receberam.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu pedi vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Ricardo Ferraço pediu vista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Alguém pede vista coletiva. Então, ficará para a próxima reunião.

Senador Armando e Senador Garibaldi, temos aqui um projeto de resolução que vai ser apresentado pelo Senador Ferraço, de extrema importância. É um projeto de resolução da CAE que seria encaminhado hoje ainda ao Plenário do Senado Federal, que é consequência de um pedido de levantamento que esta Comissão fez no início do exercício, junto à Receita Federal, de quantificar todas as iniciativas que influenciassem a diminuição, benefícios, redução e isenções tributárias. Nós chegamos a um número realmente gigantesco. Evidentemente esta Comissão, e muito menos o Senado Federal, não poderia se responsabilizar por números tão altos.

Então o Senador Ferraço vai fazer essa apresentação rapidamente dessa proposta de resolução, resumindo o que é essencial nela, para que seja aprovada como uma proposta da CAE para o Plenário, inclusive em regime de urgência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, trata-se de uma iniciativa que nós estamos submetendo ao conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos com o propósito de que possa ser uma iniciativa coletiva e institucional da Comissão de Assuntos Econômicos, considerando a necessidade da análise de admissibilidade das proposições legislativas quanto à sua compatibilidade orçamentária e financeira, que é uma premissa fundamental das análises que são submetidas à Comissão de Assuntos Econômicos. Até porque recentemente, com a aprovação do novo regime fiscal, houve, na prática, uma constitucionalidade dessa exigência, ao determinar que as proposições legislativas que criem ou alterem despesas obrigatórias, ou mesmo promovam a renúncia de receita, devam estar acompanhadas da estimativa do impacto orçamentário e financeiro das medidas propostas, como consagrado no artigo 113 do ato das disposições transitórias.

O novo regime fiscal, na prática, não inovou ao prever a demonstração da estimativa do impacto orçamentário e financeiro das ações que promovam aumento de despesa ou renúncia de receita. Como sabemos, desde 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal já previa análise semelhante, até mesmo com maior profundidade, estabelecendo inclusive os requisitos que uma proposição legislativa precisa cumprir para se tornar hábil de ser aprovada. Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe claramente, por meio dos arts. 14 a 17, que, além do dever de estar acompanhada da estimativa do respectivo impacto, a renúncia de receita somente será possível de ser aprovada se não afetar as metas fiscais ou se houver compensação pelo aumento correspondente da outra receita. Além disso, a criação ou o aumento de despesa obrigatória somente poderá ser autorizada se não afetar as metas fiscais estabelecidas, devendo seus efeitos serem compensados pelo cancelamento permanente de despesa no mesmo montante ou pelo aumento permanente de receita hábil a financiá-la.

Ocorre, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que até este momento não há nenhum registro, nenhuma menção expressa no Regimento Interno da Casa determinando que tal análise orçamentária financeira possa ser obedecida para a tramitação de propostas que guardem relação com elevado impacto fiscal, impacto financeiro, orçamentário, ou em casos de renúncia tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a proposição que nós estamos submetendo à Comissão é na direção de nós incorporarmos ao Regimento Interno do Senado um conjunto de premissas que dialoga com aquilo que nós constitucionalizamos quando aprovamos o novo regime fiscal e dialoga também com todos os artigos que estão consagrados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No lugar de fazer individualmente essa proposta, quero crer que, do ponto de vista institucional, se essa matéria chegar como iniciativa coletiva do conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores, por certo, no plenário teria outra força, e nós estaríamos, por certo, oferecendo uma resposta a uma necessária adequação ao Regimento Interno da Casa, para que a Comissão de Assuntos Econômicos pudesse trabalhar no limite daquilo que determina não apenas a Constituição, assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sucintamente é isso, Sr. Presidente, que eu submento às Srªs e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

Eu gostaria de colocar o nosso agradecimento pela iniciativa do Senador Ferraço, que já tinha colocado essa proposição de outra feita em outra Comissão e que, em função dos números que acabaram de chegar, da necessária disciplina que o Senado Federal precisa ter em relação a esses assuntos e do rigor tributário que o momento atual exige – em todos os momentos, mas especialmente no momento atual –, não seria responsável da nossa parte encaminharmos projetos que, somados – às vezes, iludem individualmente – atingem números absolutamente inaceitáveis.

Para que V. Exªs tenha uma ideia, se não engano, esses números, em três anos, se somarmos todos os projetos de redução fiscal, de isenção, de benefício fiscal em andamento só aqui na CAE, somariam ao redor de R$200 bilhões no primeiro ano, apenas no primeiro ano. Se nós considerarmos três anos, ao redor de R$600 bilhões. É evidente que o Senado não é irresponsável. Esta CAE não é irresponsável, tem responsabilidade fundamental diante dessas questões. Portanto, a iniciativa do Senador Ricardo Ferraço coloca nas nossas mãos levar a proposta ao Plenário do Senado – espero que com pedido de urgência –, para que possamos estancar e fazer qualquer votação que venha a ser proposta com plena consciência da consequência fiscal que essas proposições teriam diante do Sistema Tributário Nacional.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senador Tasso, o Senador Ferraço apresenta um projeto de resolução importante, mas eu queria que V. Exª me esclarecesse: esse levantamento que foi feito se refere apenas aos incentivos, aos benefícios que estão nos projetos em tramitação no Senado Federal?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em tramitação só na CAE.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só na CAE?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só na CAE.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É um número realmente sobre o qual é preciso debruçar.

Agora eu gostaria, Senador Ferraço, que nós tivéssemos também o número que representa os incentivos que são dados pelo Executivo, que não passam aqui no Congresso Nacional, do tipo do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi dado no governo do Presidente Lula para o setor automobilístico, com a redução do IPI. Então, que a gente tivesse ano a ano o levantamento de quanto isso representou para o Erário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A redução do IPI do setor automotivo foi instituída por medida provisória, tramitou no Congresso brasileiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, sim!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que nós estamos tentando interromper é uma banalização em termos dessas análises e desses impactos, porque eles existem, eles são reais. De fato, o caso do setor automotivo, por exemplo, passou pelo Congresso brasileiro através de uma medida provisória. Então, nós somos absolutamente corresponsáveis. O que estamos tentando é dar um freio de arrumação para que esses impactos possam ser considerados, não importando se nasce aqui ou se nasce no Executivo. É isso que V. Exª traz como ótima contribuição. Não importa a origem ou a iniciativa; sendo daqui ou do Executivo, tem que vir com o devido impacto, para que nós possamos votar tendo a dimensão de como isso impactará, enfim, no exercício fiscal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É correto, Senador Ferraço. Mas vamos ter oportunidade de fazer o debate do mérito no Plenário.

Só para esclarecer, temos uma política de incentivo para as Regiões em desenvolvimento...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso não afeta essa política de incentivo. Isso afeta simplesmente todos aqueles projetos individuais de incentivos que são colocados aqui e que nós votamos sem saber sequer o que estamos votando, porque, quando não sabemos o impacto fiscal desses incentivos, não sabemos o que estamos votando. Para que V. Exª tenha uma ideia, temos em andamento aqui cerca de 60 projetos de incentivo que nós estamos votando sem saber o que estamos votando. Mas também não estamos proibindo; estamos obrigando que qualquer projeto que venha a ser votado aqui venha com o cálculo do impacto fiscal que isso vai ter sobre a receita do Estado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Tasso, nós já aprovamos, por PEC inclusive, a prorrogação dos incentivos da Zona Franca por 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu sei, mas nós não estamos proibindo nada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu sei, mas é só para gente ter... Poderíamos ter tido também naquela altura... Agora mesmo, acho que duas semanas atrás, estávamos discutindo a prorrogação dos incentivos da Sudam, Sudene e Sudeco por mais cinco anos. Não sei se caberia, no caso, ter... Inclusive, na tramitação aqui, ao Senador Armando, eu disse: por que cinco anos, se a da Zona Franca foi de 50? Ele disse: "Não, porque a legislação, a Lei de Responsabilidade Fiscal só permite cinco anos. Aí, a gente teria de fazer uma PEC."

Mas acho importante o projeto de resolução do Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um pedido de urgência do Senador Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Aprovado o pedido de urgência.

Vai, em urgência, para o Plenário.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 24, de 2018
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº de 2018, que "Institui procedimento de análise da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições que importem em criação ou aumento de despesa obrigatória ou em renúncia de receita".

Autoria: Senador Ricardo Ferraço)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Só para exemplificar: este projeto a que eu acabo de fazer um requerimento de vista tramita aqui desde 2007. E nasceu com um propósito. É do Senador Garibaldi Alves. No mérito, é excepcional. No tempo, foram incorporando emendas, emendas e emendas, objetos, objetos e objetos e, no projeto, o impacto que existe é calculado ainda em 2007. Esse impacto não foi calculado em valor presente. No primeiro ano, ele tem um impacto de R$712 milhões; no segundo ano, de R$817 milhões; e, no terceiro ano, de R$941 milhões a valores de 2007. Nós precisamos trazer isso para valor presente.

Nós podemos até votar favoravelmente – aí é o livre arbítrio de cada um –, mas nós precisamos que esses projetos tragam esse tipo de memória, de registro, de cálculo, para que nós tenhamos uma dimensão daquilo que nós estamos decidindo aqui, até porque nós constitucionalizamos essa premissa quando aprovamos aqui o novo regime fiscal, o chamado teto dos gastos. Nós estamos votando aqui, dia sim, outro também, projetos que guardam impacto sem obedecer àquilo que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, eu acho que esse freio de arrumação é necessário para que a gente possa clarear, dar transparência.

O Senador vota de acordo com o seu livre arbítrio, mas sabendo do impacto.

O impacto dos projetos que estão em trânsito nesta Comissão, segundo o jornal *Estado de S. Paulo*, passa de R$628 bilhões, somente no exercício ano. Não é possível que isso continue acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Flexa, só para ter uma dimensão disso, é maior do que o déficit da Previdência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim. Não tenho dúvida, não. Agora, só queria uma... V. Exª falou em R$200 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – De R$200 bilhões ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois é, está falando de R$600 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em três anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Por ano.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Por ano. Três vezes duzentos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É como se nós estivéssemos aprovando aqui um déficit da Previdência por ano.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – É absolutamente... Só existe uma palavra para isso: irresponsabilidade nossa estarmos aprovando esses projetos sem sequer saber o que estamos votando, levando o País até a uma situação gravíssima.

Não havendo mais nada a tratar, fica encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Jorge Viana, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Cássio Cunha Lima e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 6, de 2018, da Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador, instituição beneficente de assistência social de atenção à pessoa com deficiência, de Santa Catarina, que encaminha relatório de atividades e balancete anual referente ao trabalho realizado durante o ano de 2017, para prestação de contas; Ofício nº 72 , de 2018, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República, que encaminha ao Senado Federal a Recomendação nº 5 de 2018, aprovada pelo referido Conselho, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional". Os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental." Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen. Que tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo e com o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 214, de 2015, de autoria do Deputado Milton Monti. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do PLC 104/2015, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo) com a Subemenda que apresenta; e pela declaração de prejudicialidade do PLC 214/2015 e do PLS 483/2011, que tramitam em conjunto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Rejeitado o Relatório do Senador Cidinho Santos. Manifestam-se, em maioria, contrariamente ao Relatório do Senador Cidinho Santos os Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Jorge Viana, Hélio José, Rose de Freitas e Regina Sousa. Nos termos do artigo 128 do Regimento Interno do Senado Federal, vencido o Relator, foi designado, para lhe suceder, o Senador Jorge Viana. Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos motoristas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambulância." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 4 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria a Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) no âmbito do Senado Federal." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1-CAE, 2-CAE, 3-CCJ e 4-CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senadores Cidinho Santos, Jorge Viana, Waldemir Moka, Paulo Rocha, Hélio José, Eduardo Braga, Paulo Paim, Eduardo Amorim, Airton Sandoval e as Senadoras Rose de Freitas e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião será destinada à deliberação de quatro itens não terminativos, nove itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1) Ofício nº 6, de 2018, da Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador, instituição beneficente de assistência social de atenção à pessoa com deficiência de Santa Catarina, que encaminha relatório de atividades e balancete anual referente ao trabalho realizado durante o ano de 2017, para sua prestação de contas.

2) Ofício 72, de 2018, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República, que encaminha ao Senado Federal a Recomendação nº 5, de 2018, aprovada pelo referido Conselho, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional".

Os referidos documentos estarão à disposição na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Vamos começar, em virtude de ainda faltarem três Senadores para termos o quórum, fazendo a leitura do item 4, cujo Relator é o Senador Airton Sandoval, um projeto do Senador Eduardo Braga.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2017

- Não terminativo -

Cria a Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) no âmbito do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.*

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Airton Sandoval para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/PMDB - SP. Como Relator.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2017, do Senador Eduardo Braga, que cria a Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) no âmbito do Senado Federal.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 38, de 2017, do Senador Eduardo Braga, que trata da criação da Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) no âmbito do Senado Federal. Esse órgão terá por função realizar pesquisas, levantamentos e análises de dados sociais relevantes para a elaboração de normas e o acompanhamento de políticas públicas por esta Casa, com o intuito de qualificar a atividade parlamentar e legislativa.

A IPSI será dirigida por conselho diretor composto por cinco membros, que deverão ser brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber, sujeitos a arguição pública e aprovação pelo Senado.

Dos diretores, cujo mandato será de quatro anos, um é indicado pelo Presidente do Senado, e os outros quatro, indicados pelos Presidentes das Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, Cultura e Esporte, de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O diretor-executivo do Conselho Diretor, por sua vez, indicará cinco membros de um Conselho de Assessoramento Técnico, com semelhantes qualificações e requisitos.

A IPSI poderá pedir informações a Ministros de Estado e a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informações falsas.

As instituições oficiais competentes deverão prestar todas as informações necessárias ao pleno e adequado desempenho das atribuições da IPSI, que também poderá firmar acordos e convênios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cooperação com instituições que fazem análises sociais e que estabelecem indicadores sociais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD Brasil), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A estrutura necessária ao funcionamento da IPSI será provida pelo Senado Federal mediante o remanejamento de servidores e serviços já existentes, devendo 60%, no mínimo, dos profissionais que lhe forem designados possuir titulação acadêmica de mestre ou doutor em áreas temáticas compatíveis com o objeto de atuação da instituição.

Após análise desta Comissão, a matéria segue para apreciação da Comissão Diretora.

Análise.

Compete a este Colegiado examinar proposições pertinentes a diversos tema sociais e correlatos, conforme disposto no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

É pressuposto do bom funcionamento de qualquer Parlamento que os debates e as decisões sejam solidamente fundamentados em informações qualificadas. Se não tivermos dados sobre as questões sobre as quais devemos deliberar ou sobre as políticas públicas que devemos acompanhar, a chance de desempenhar adequadamente o papel institucional desta Casa é bastante reduzida.

É verdade que há fontes externas de dados que podem ser consultadas, mas a falta de uma estrutura interna para organizar esse fluxo de informação e produzir dados específicos relevantes para as atividades do Senado Federal ainda é uma lacuna a preencher.

Assim, é fácil perceber o mérito da proposição, que certamente enriquecerá e qualificará o funcionamento do Senado Federal.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2017.

Srª Presidente, eu tenho que trazer aqui uma informação que recebi na noite de ontem: a informação de que já existe no Senado um órgão que cuida de pesquisas e de outras coisas. Trata-se do Instituto DataSenado.

Mas, fazendo uma análise rápida à noite, eu verifiquei que eles não são concorrentes, e, sim, complementares, de forma que acho que é importante a aprovação deste projeto para melhorar o atendimento e assessoria que nós possamos ter nesta Casa e para prestar relevante serviço à Nação, que é uma obrigação nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada pela informação, porque, na verdade, parece que alguns acham que existe uma sobreposição.

Está aberta a discussão.

O autor do projeto, Senador Eduardo Braga, está aqui presente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Para discutir.) – Senadora Marta, quero cumprimentar V. Exª, como sempre, muito gentil, e os colegas Senadores, o Senador Paim, aqui presente.

Veja, Senadora Marta: o Brasil tem sofrido com indicadores e com índices que, lamentavelmente, são compilados e analisados com alguma defasagem temporal de fatos extremamente relevantes. Vou dar alguns exemplos do que nós estamos dizendo.

Quando tratamos da violência contra a mulher, por exemplo, nós somos sempre obrigados a usar dados estatísticos de, pelo menos, quatro, cinco anos atrás. Nunca temos os dados do próprio exercício sendo debatidos, ou até mesmo do exercício anterior. Quando nós falamos de segurança pública no Atlas da Violência, também somos sempre obrigados a debater com dados com defasagens, que são não inferiores a, pelo menos, dois longos períodos anuais de sofrimento da nossa população. Há uma carência, sem dúvida nenhuma, de podermos compilar, de forma independente, os indicadores sociais do nosso País de forma temporal correta.

Quando o Senado da República, neste mandato, tomou a iniciativa da criação do Instituto Fiscal Independente, muitos não entenderam. Muitos chegaram até a criticar. Hoje, até mesmo aqueles que criticavam reconhecem a importância que o IFI tem para o mercado e para os estudos e as análises macroeconômicas de que o Brasil necessita. E nem por isso a implantação do IFI prejudicou outros órgãos que, porventura, já estivessem estabelecidos, seja como monitor fiscal, sejam outros órgãos. Por quê? Porque o que nós queremos é poder ter um instituto de confiança institucional, que tenha a credibilidade do Parlamento nacional, que possa apontar indicadores temporalmente corretos para que o gestor, seja municipal, seja estadual, seja executivo, possa fazer os seus planejamentos a partir de índices e indicadores sociais verdadeiros.

E mais, Excelência, na própria academia, nas próprias universidades, nas próprias instituições multilaterais em que o Brasil precisa ter uma discussão ampla com relação aos seus indicadores sociais... Agora mesmo, por exemplo, o IBGE acaba de anunciar indicadores sociais: 14 milhões de jovens brasileiros abaixo da linha da pobreza. Esses dados temporalmente representam o período de que ano? Foi do ano de 2017? Foi do ano de 2016? Foi do ano de 2015? Foi do ano de 2014? Em que momento foi a fotografia que gerou esse indicador? Como analisar a tendência da curva do movimento social brasileiro com os jovens? Como analisar o movimento da curva das políticas públicas para as mulheres? Como analisar a tendência das curvas das políticas públicas para as minorias neste País se nós não tivermos um instituto enxuto, que não tenha nenhuma característica de ser um cabide de empregos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para funcionários do Senado? Ao contrário: nós queremos aqui a excelência do funcionalismo do Senado. O Senado tem muitos funcionários competentes.

Igualmente ao que estão fazendo no IFI podem fazer no IPSI para que nós possamos ter indicadores sociais corretos, necessários, para que nós possamos debater sobre esses temas sociais com um indicador que seja confiável, atualizado temporalmente, que traga as análises e os estudos que não venham nem contaminados pelo viés do Executivo e muito menos contaminados pelo viés daqueles que não participam da corresponsabilidade da política pública.

O Senado, o Congresso tem corresponsabilidade pela consequência das políticas públicas.

Por isso tomamos essa iniciativa, e peço vênia a V. Exª para a aprovação do instituto IPSI nesta manhã, na Comissão tão brilhantemente presidida por V. Exª.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, eu cumprimento o Senador Eduardo Braga e também o Relator.

Surpreende-nos um pouco a nós que não conhecíamos essa ideia. Pelos documentos que recebi da assessoria – eu quero ser o mais rápido possível aqui na minha síntese –, foi demonstrado que muitas das atribuições desse novo espaço de pesquisa, enfim, de análise já está consagrado no DataSenado.

Vou dar alguns exemplos: análise de dados sobre violência contra a mulher para desenvolvimento do Panorama da Violência contra a Mulher; colaboração com a CCT na avaliação das políticas públicas e de programas como Ciências sem Fronteiras, Plano Nacional de Banda Larga; produzir análises e relatórios estatísticos para subsidiar as comissões permanentes na avaliação de políticas públicas; reunir e analisar estatísticas oficiais para subsidiar atuação parlamentar e atuar em conjunto com as comissões parlamentares na produção de relatórios com análise, estatísticas para avaliação de políticas públicas e programas governamentais.

Também DataSenado: realizar pesquisas de opinião ou pesquisas em dados secundários. Aí é tudo onde avança. Temas em discussão do Congresso. Consolidar relatórios, estatísticas analíticas sobre informações, interesse público e sobre dados primários.

Concluindo já, Presidenta, o Senado Federal, inclusive o DataSenado, já tem acordo de cooperação técnica com os seguintes órgãos: IBGE, Ipea, UnB, Unicamp, Cesop, Latinobarômetro, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Justiça, ONU Mulher.

Eu diria, como estou recebendo agora essas informações da assessoria da Bancada, que eu me sinto totalmente inseguro. Então, pediria vista, respeitando os argumentos do autor e do Relator, para que a gente possa em outro momento discutir e votar a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Respeitando, obviamente, o pedido do nosso eminente e sempre muito atento Senador Paim sobre questões na área social, eu queria aqui apenas pontuar diferenças clássicas sobre o DataSenado e o Ipea e o programa que nós estamos propondo.

O DataSenado é um instrumento que forma uma base de dados basicamente em cima de pesquisa de opinião pública e em cima de coletas feitas em forma de enquete.

O Ipea tem uma função de estudo macroeconômico para o Executivo.

O que nós estamos propondo aqui, tal qual o IFI, que tem sido... Quando o IFI foi debatido e votado aqui nesta Casa também suscitou algumas dúvidas, Senador Paim, porque efetivamente era algo inovador que se formava no momento em que o Brasil discutia a sua questão fiscal, que era uma questão central na discussão do Parlamento brasileiro. E a aprovação do IFI e a forma como ele veio se posicionando e veio trazendo dados importantes para a questão do ajuste fiscal brasileiro, sem tomar partido de governo ou de partidos ligados a governo, mas, sim, com uma análise absolutamente independente para a Nação brasileira... E aí eu quero louvar, sim, o parecer favorável do Senador Sandoval, que traz exatamente essa perspectiva.

Eu quero dizer que o IPSI, na área social, visa exatamente a nos dar esses índices e indicadores macrossociais em busca não de pesquisas de opinião pública, mas de constatação de dados e elementos nos organismos multilaterais, nos organismos nacionais, no Banco do Desenvolvimento Nacional, na coleta oficial de dados junto às unidades federadas do Pacto Federativo.

Eu percebo a inquietude de V. Exª em querer participar do debate.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu quero.

Eu tenho uma pergunta – há uma análise também da minha assessoria sobre o projeto. Acho que algumas coisas se sobrepõem, e outras, como V. Exª está colocando, não.

Esse projeto também cria – além de funcionários que serão reaproveitados – cinco novos cargos que, provavelmente – estou vendo o critério de excelência, etc. –, vão gerar um custo para esta Casa.

Eu fui já abordada no corredor e no meu gabinete por funcionários desta Casa que estão sendo agora... Parece que vai haver alguma coisa relacionada à terceirização com diminuição de salário.

Eu me pergunto se este é o momento – esta é a primeira pergunta – de nós criarmos uma nova despesa, quando esta Casa está tentando reduzir salário de terceirizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra questão que faço é a seguinte: será que nós não poderíamos... Faço a pergunta, porque não conheço toda a extensão do DataSenado. V. Exª falou do Ipea. É evidente que o Senado não faz o Datafolha e esse tipo de coisa. Poderia fazê-lo com um funcionário a mais ou dois. Poderia haver essa parceria com as instituições multilaterais, sem a criação de outra estrutura, porque, por menos que vamos contratar, nós vamos mudar as pessoas daqui para poder obter os cargos – são bastantes cargos, provavelmente, e cinco novos.

Então, na situação em que hoje vivemos, em que estamos até tentando diminuir o salário dos terceirizados... Cinco novos – está aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Está aqui. Olhe aqui. São cinco novos. Está aqui, Senador.

O mandato será de quatro anos... Ainda pelo texto, a IPSI será dirigida por um Conselho de cinco membros, sendo um diretor-executivo indicado pelo Presidente da Casa e outros quatro diretores a serem indicados pela CAS, pela Comissão de Educação, pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

O mandato desses diretores será de quatro anos, e eles só poderão ser exonerados em caso de condenação judicial, etc., bem como por voto de censura. Fica vedado a eles o exercício regular de outra atividade profissional, inclusive de gestão de empresa ou filiação partidária.

Pelo que eu entendi, esses cinco não são da Casa. Eu entendi errado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Senadora, deixe-me dizer-lhe: como dizem os advogados, *data venia* melhor juízo, o art. 2º diz:

> Art. 2º A estrutura necessária ao funcionamento da Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) será provida pelo Senado Federal mediante o remanejamento de servidores e serviços já existentes, devendo 60% (sessenta por cento), no mínimo, dos profissionais que lhe forem designados possuir titulação acadêmica de mestre ou doutor em áreas temáticas compatíveis com o objeto de atuação da Instituição, nos termos da regulamentação.

Ou seja, nós não estamos falando aqui em contratar cinco novos funcionários; nós estamos falando aqui em pegar a excelência que nós temos no Senado – todos nós, Senadores, sabemos da excelência de consultores, de técnicos legislativos no Senado da República, e muitos deles hoje estão subutilizados –, e eles poderiam compor, pelo critério meritório e de conteúdo, a IPSI, para que nós não a transformemos, como outros organismos aqui mesmo da nossa Casa acabaram se transformando, por apoiamento político e muito mais indicações políticas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós queremos aqui o que nós temos de melhor na área social dentro dos quadros do Senado. Não queremos trazer ninguém de fora e queremos criar um instituto que possa nos dar índices e indicadores sobre pobreza, sobre evolução de classe econômica...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu acho que ficou claro, Senador.

Ficou claro, a vista será concedida, então, ao Senador...

O Senador Moka quer fazer uma reflexão antes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que o Senador Paulo Paim, evidentemente, recebeu uma série de informações e fez um pedido de vista.

O pedido de vista é regimental. Embora eu concorde com o projeto, eu acho que o melhor seria pedirmos, e eu peço, vista coletiva para darmos uma semana, para que o Senador Paulo Paim possa tirar suas dúvidas...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Para que as dúvidas possam ser elucidadas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... e esclarecer melhor o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu acho que esse é o melhor encaminhamento, vista coletiva.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Peço desculpas ao autor e ao Senador Relator, mas eu acho que essa é a melhor solução.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Concedido o pedido de vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento.

Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Cidinho Santos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Em 06.03.2018, a Comissão de Meio Ambiente aprovou Parecer contrário ao Projeto.

- A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

Nos termos do art. 100, incisos II e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre o mérito de projetos que versem sobre a saúde, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e afins, assim como assuntos correlatos.

Compete ao Poder Executivo, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), entidade vinculada ao Ministério da Saúde, realizar a avaliação toxicológica dos agroquímicos para fins de registro, de forma a decidir se o produto é ou não passível de registro, com base na melhor técnica disponível, no âmbito de sua competência estabelecida pelo art. 2º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

Além disso, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento existe a Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins, órgão específico para a fiscalização federal de agrotóxicos, com metas que abrangem a fiscalização de estabelecimentos de produção/importação/exportação, produtos, coleta de amostras, estações credenciadas de pesquisa, entre outras atividades. Inclusive, o referido Ministério editou a Instrução Normativa nº 2, de 3 de janeiro de 2008, que regulamenta os diversos aspectos da pulverização aérea.

Sendo assim, devido à complexidade dos seus aspectos técnicos e científicos, entendemos que a atividade regulamentadora é ação administrativa, típica do Poder Executivo, que já possui competência e efetividade em suas atividades de forma suficiente para resguardar e dirimir sobre as modificações que este projeto abrange.

Portanto, consideramos prudente rejeitar a proposição, e deixar com os órgãos inerentes (Anvisa, MAPA e Ministério da Saúde) esses assuntos que versem e regulamentem tal matéria de conteúdo peculiar e que requer análises e estudos cada vez mais direcionados e que regem os interesses sociais e econômicos do País.

Meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Lido o relatório, está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, vamos pôr em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório ...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora, pela ordem.

Eu gostaria de pedir vista, porque não queria que desperdiçássemos a ideia. Há a decisão do Relator, mas gostaria de estudar melhor a matéria, se o Relator não se sentir ... Eu gostaria de fazer o pedido de vista.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu vou fazer outro pedido, então. Eu vou entrar em licença na semana que vem, e essa matéria ainda vai para a Comissão de Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Cidinho, há um problema anterior. Acabaram de me informar que eu havia encerrado a discussão. Então, não podemos mais pedir vista.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Inclusive, foi encerrada a discussão.

Vamos deixar que vá para a Comissão de Agricultura, e lá nós discutimos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Jorge Viana ...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois não, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Informaram-me que eu encerrei a discussão quando V. Exª pediu vista. Regimentalmente, eu não poderia mais fazer isso. Então, sinto muito.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Em votação.

A votação é simbólica.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já conversei aqui com o autor e Relator, e voto contra. É só isso, apenas para registrar o meu voto. É simbólico, e eu voto contra.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Quem é contra, levante a mão. (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só um minutinho.

O Relator tem voto contrário ao projeto.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – É pela rejeição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas o projeto é muito importante, foi apresentado pelo Senador Valadares, e dá a precaução de protegermos contra um envenenamento na hora de uso de substâncias que são venenosas na produção agrícola. Por isso é que eu falei que esse projeto merecia uma apreciação, um debate melhor.

Eu voto favorável ao projeto, contrário ao parecer do Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Pela ordem.) – Srª Presidente, questão de ordem.

A senhora colocou a matéria em discussão, perguntou duas ou três vezes, encerrou a discussão, e colocou em votação. Portanto, agora cabe apenas e tão somente a votação. Como ela é simbólica, quem for contra, vota contra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para encaminhar.) – Exatamente. O Senador Moka tem razão, mas eu estou encaminhando, pelo PT, o voto pela aprovação do projeto, contrário ao relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Quem é contra o relatório do Senador Cidinho, levante a mão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quem é contra o relatório, levante a mão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Um, dois ...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Paulo Rocha, quem é contra o relatório...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... três, quatro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cinco.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... cinco.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Seis votos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Um, dois, três, quatro. Então, foi derrotado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Foi derrotado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O projeto foi aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Aprovado o relatório, que passa a constituir... Não...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senadora Marta Suplicy, Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Foi vencido o relatório. Então, precisamos designar...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente, um momento. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Bom, então, designo o Senador Jorge Viana como Relator do vencido.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, só queria dizer que, na Comissão de Agricultura, nós vamos tentar reverter. E, como eu coloquei, essa iniciativa é do Poder Executivo. E lamento a posição dos colegas aqui.

Nós estamos num país essencialmente agrícola, o maior exportador de grãos do mundo, e com um projeto de lei que veda a aviação agrícola. Então, infelizmente, cada vez mais, nós estamos na contramão do que há no mundo. Nós temos que realmente fiscalizar a aplicação de agrotóxicos, mas você tirar o País da modernidade, em que todo mundo está cada vez mais usando até *drones* agora, para proibir a aviação agrícola, cada vez mais nós estamos retroagindo.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Lamento a posição dos colegas do PT e de quem não entende que, se este Brasil tem a produção existente hoje, o superávit da balança comercial do ano passado, algum PIB para este ano, se deve ao agronegócio brasileiro. E nós aqui só trabalhamos contra o agronegócio brasileiro com uma atitude dessa natureza. Mas, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nós vamos reverter essa situação.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra o Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Cidinho, nem só de grãos vive o Brasil – nem só de grãos vive o Brasil!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, Srª Presidente, agradecer a indicação de V. Exª e cumprimentar o Senador Cidinho...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Cidinho.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria me referir ao Senador Cidinho.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Calma, gente! Calma!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só um pouquinho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Jorge Viana, o senhor tem que formalizar o relatório e trazer para nós.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentar o Senador Cidinho e dizer que isso é parte do Parlamento. Ele fez um relatório contrário, e nós temos um propósito de maioria de que o projeto tem uma importância e uma relevância grande.

Mas eu acho, Senador Cidinho, V. Exª...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Cidinho, só para concluir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Por favor, Senador.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... nº 541, de 2015.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só concluo, dizendo que tenho uma divergência também com o comentário do Senador Cidinho, porque eu, particularmente, não tenho nada contra o agronegócio, ao contrário. Nós aqui temos votado muito favoravelmente ao agronegócio, à agricultura familiar – isso é um fato; nós votamos em várias comissões. Agora, nós estamos tomando uma posição diferente neste projeto, porque entendemos que o projeto do Senador Valadares tem muitos méritos, e ele vai ser discutido ainda na Comissão de Agricultura em caráter terminativo, como V. Exª comunicou. Então, é uma questão de saúde, de associar, de tomar cautela, tomar cuidado na hora de produzir. Era isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador, o Parlamento é isso, são posições divergentes...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... que, na votação, são derrotadas ou vencedoras.

Vamos ao próximo item.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, só pelo direito ao contraditório. Ninguém tem mais preocupação com a saúde do que eu, até pela minha formação. Não vai ser um engenheiro florestal que vai me dizer se há ou não há preocupação com saúde.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Srª Presidente, bom dia! Bom dia, nossos nobres Senadores!

Quero cumprimentar V. Exª pela direção dos trabalhos e dizer que foi muito importante a decisão do nosso nobre Senador Paulo Paim. Eu vim aqui para pedir vista com relação ao DataSenado. Quero cumprimentar, estava ouvindo pelo rádio, quanto ao primeiro projeto que foi colocado aqui, de que o Senador Paulo pediu vista, a vista foi concedida, porque é um absurdo esse "data" que se está querendo fazer aqui, similar ao DataSenado, porque, se nós já temos um instituto, querer criar despesa com relação a um novo instituto de pesquisa nesta Casa, enquanto estão querendo diminuir o salário dos nossos servidores terceirizados, como vi V. Exª colocando.

E vou fazer um pronunciamento, hoje, ao Senado, porque é inadmissível que a Casa que representa os Estados brasileiros queira pegar os nossos nobres servidores da limpeza ou de outras áreas terceirizadas e diminuir o salário, que é um diferencial que eles têm aqui nesta Casa.

Então, cumprimento V. Exª, cumprimento todos os nobres Senadores pelos trabalhos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Pela ordem.) – Srª Presidente, pela ordem, outra vez. Eu não posso ouvir isso. Esse assunto já foi votado, já foi discutido. Ele estava ouvindo no carro. Significa que acordou tarde. E outra coisa...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Alguém tem que controlar o Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não vai criar, não vai criar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador, vamos ter civilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... nenhum tipo de despesa aqui no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Esta Presidência não vai tolerar mais o...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, pelo art. 14, eu quero falar para rebater essa acusação infame – pelo art. 14!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não vai falar, não está mencionado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Eu estava a serviço, cheguei atrasado aqui, porque estava a serviço. E esse tipo de coisa não se pode fazer: o Moka é meu irmão, meu amigo; eu tenho certeza de que ele não iria fazer isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vamos arrefecer os ânimos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos motoristas de ambulância.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 18.10.2017, a Senadora Ângela Portela apresentou a Emenda nº 1.

- Votação simbólica.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Hélio José, festeja depois!

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proceder à leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, o projeto não é terminativo, a votação é simbólica.

Ele apenas assegura... A Senadora Ângela Portela fez uma emenda que eu entendo procedente, que muda o nome de "motorista" para "condutores de ambulância".

Eles trabalham em área insalubre, penosa, periculosa.

Isso veio para a Comissão de Direitos Humanos, via SUG, e nós entendemos que procede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Entendo que esses profissionais que dedicam a sua vida a atuar nessa área periculosa, penosa e insalubre podem ter assegurado o direito à aposentadoria especial, como têm todos aqueles que atuam em área semelhante.

Como não é terminativo, eu peço o voto, e que, na outra Comissão, a gente continue a debater a matéria.

Esse é o voto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O item 3 da pauta, sobre a aposentadoria especial aos motoristas de ambulância, está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para discutir.) – Srª Presidente, colegas Senadores, essa é uma atividade que o estresse diário, o estresse da profissão, não só por conduzir um veículo, mas sobretudo um veículo muitas vezes em que a pressa, ou a velocidade, realmente significa vida, sobretudo dos pacientes, sobretudo daqueles que moram nos lugares longínquos deste País continental, torna efetivamente uma profissão merecedora de uma ideia como essa, de um projeto como esse. Então, parabenizo a relatoria do Senador Paulo Paim por valorizar, por reconhecer esses profissionais, especialmente os profissionais da saúde, que lutam o tempo todo em favor da vida.

Então, eu peço aqui aos colegas que tenham essa sensibilidade também. Portanto, vamos aprovar esse projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Srª Presidente, de fato, para a gente que já tem alguma experiência, eu até como estagiário dirigia ambulância para socorrer infartados, é realmente extremamente estressante. Eu acho que o Senador Paulo Paim, sensível como é... Eu acho que é importante esse projeto e quero reforçar os argumentos do eminente Senador Eduardo Amorim.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada.

Senador Cidinho Santos, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Eu também me solidarizo com o projeto do Senador Paim. Eu fui prefeito, sei como é estressante, como disse o Senador Moka, a vida de um motorista de ambulância, porque ele fica 24 horas ligado, não pode estar desatento. Enquanto está no plantão dele, tem que ficar sempre em atenção. Quando chega um pedido de uma viagem, pode ser para uma viagem de 50km, de 100km ou até 300km, e ele tem que seguir, porque a vida dele é salvar vidas.

Então, eu acredito que essa categoria realmente merece um tratamento especial, e o meu voto é a favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Foi muito bonita a manifestação dos três Senadores em favor do projeto.

O Senador Jorge Viana gostaria também de se manifestar, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Rapidamente, Senadora.

Ainda bem que nós temos figuras não só como ele, mas vários outros colegas Senadoras e Senadores, que procuram, com sensibilidade, identificar problemas, ouvir a voz do povo brasileiro, identificar problemas como esse com que o Senador Paulo Paim nos possibilita trabalhar.

Quem entra motorista sai motorista. São profissões, como a de garçom, em que normalmente a pessoa passa 30, 40 anos, fazendo o mesmo ofício. E, no caso de pessoas condutoras de ambulâncias, como é esse, vivem um estresse permanente, a responsabilidade é altíssima.

Nós criamos o programa do Samu, e nunca consideramos que quem está conduzindo o médico ou a pessoa a ser levada o mais rápido possível para o hospital seja uma pessoa que, às vezes, não é olhada como ser humano; é como se fosse uma máquina, tem que chegar no horário e tal.

Então, é muito importante essa manifestação da Comissão. Eu parabenizo V. Exª e o Senador Paim por estarem colocando em debate esse assunto. Eu acho que é assim que a gente vai humanizando o serviço público e a sociedade.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu vou discordar um pouco do exemplo, porque quem é garçom muitas vezes vira *maître*, muitas vezes vira dono de um restaurante. Quem é motorista de ambulância, pelo estresse que vive, não pode virar enfermeiro, médico; é muito mais difícil poder estudar, ou poder fazer outra profissão. Então, a possibilidade de uma aposentadoria diferenciada, pela própria condição estressante do trabalho, foi muito bem lembrada. Mas é uma profissão em relação à qual eu não tinha pensado nisso que V. Exª mencionou: é difícil sair dessa profissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É verdade. Desculpe, mas, quando, às vezes, a gente vai a um restaurante e encontra um senhor já avô...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Também, porque foi a vida inteira.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A vida inteira, porque um virou *maître*, o outro virou até dono de restaurante. Mas a maioria...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Aquele Il Sogno di Anarello, em São Paulo, que era do...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não há o garçom um, dois, três...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Do Giovanni Bruno, os garçons têm oitenta anos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É, e ele não tem garçom um, dois, três, quatro. Motorista, a mesma coisa. Ele ganha um pouquinho mais, mas não há o motorista um, dois, três. É o mesmo ofício, é o mesmo estresse.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É uma profissão difícil.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E aí, quando se está tratando nessa área da saúde, é muita responsabilidade. É uma situação muito delicada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É, acho que todos concordamos, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade e muitas palmas.

E o relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado 349, de 2017, com a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só agradeço à senhora e a todos os Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Próximo.

Agora temos um terminativo. Mas temos quórum ou não? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. Faltam dois Senadores para termos quórum para votar os terminativos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Gostaria de ler, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Amorim, acho que o item 10, V. Exª não leu.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Gostaria de pelo menos ler, Presidente, se não temos quórum.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então um momentinho. Eu tenho que falar para poder ler.

O da Senadora Rose é o item 5, ele vem anteriormente então. Um momento. Depois a gente lê o seu.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007

- Terminativo -

Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE.

Observações:

- Em 10.11.09, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Como Relatora.) – Muito obrigada.

Inicialmente, Presidente, eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim, que acrescenta o §7º ao art. 6º da Lei 10.820, de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições ao aposentado, pensionista e trabalhador no que concerne aos empréstimos que têm consignação em folha.

Esta Comissão recebe, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 565, de 2007, de autoria do nobre Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.

O PLS, Srª Presidente, acrescenta o §7º ao art. 6º da referida lei, com o objetivo de vedar, nas operações de crédito com desconto em folha para aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, "a cobrança de taxas de custos financeiros superiores aos menores custos suportados por trabalhadores da ativa".

Em justificativa à apresentação da proposta, o autor afirma que a cobrança de taxas de juros mais altas para aposentados e pensionistas caracterizaria discriminação contra a pessoa idosa, infração prevista inclusive pela Lei nº 10.471, de 1º de outubro de 2003, que é exatamente o Estatuto do Idoso. Esclarece, ainda, que as taxas de juros e tarifas cobradas aos trabalhadores da ativa são normalmente disciplinadas por convênios, que possibilitam condições financeiras mais favoráveis do que as que são normalmente impostas a aposentados e pensionistas.

O PLS em análise foi distribuído, inicialmente, às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa, que é o nosso caso. Na CAE, o PLS nº 565, de 2007, foi aprovado mediante parecer do Senador João Tenório, que apresentou emenda de redação alterando a ementa do projeto.

Por força da aprovação do Requerimento nº 569, de 2011, o PLS nº 565, de 2007, passou a tramitar em conjunto com outros projetos, também distribuídos à CAS e à CAE, em decisão terminativa.

Em 2014, na CAS, foi aprovado Parecer do Senador Cyro Miranda, recomendando a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 300, de 2005, e 641, de 2007; e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 276, 345 e 565, todos de 2007, que tramitavam em conjunto.

No mesmo ano, o PLS em análise foi arquivado, junto com os demais, ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.

Em 2015, foi desarquivado e distribuído à CAS, em decisão terminativa, dada a sua apreciação anterior pela CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço a análise do projeto colocando aqui que essa é uma medida de natureza muito necessária, principalmente porque os aposentados, Srª Presidente – e a senhora conhece essa luta de perto –, não dispõem de estrutura de defesa sindical semelhante àquela dos trabalhadores sindicalizados. Portanto, quando negociam com as financeiras o fazem de uma maneira solitária e, muitas vezes, com poucas informações, que não são claras, sobre as taxas, os cálculos e os juros aplicados nessa operação.

Se estivessem mais bem organizados e negociando em grupo teriam certamente juros menos elevados, informações mais detalhadas e mais segurança contra as fraudes e manipulações.

Dados disponibilizados pelo Banco Central mostram que, no mês de maio, a taxa de juros média cobrada nos empréstimos com desconto em folha para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social foi de 27,8% ao ano. Essa taxa de juros seria mais baixa para beneficiários do INSS do que para trabalhadores na ativa, mas representa apenas uma média, com possíveis exceções, e não nos parece adequada e justa, dado o baixíssimo risco de inadimplência no crédito para aposentados, que têm o pagamento mensal de seus benefícios garantidos pelo INSS, enquanto os trabalhadores da iniciativa privada podem perder o emprego a qualquer momento.

Há uma diferença de tratamento. Acho que as condições perfeitas é o que oferece aqui a proposta do nosso querido Senador Paulo Paim.

A partir da aprovação, os benefícios dos convênios que os trabalhadores da ativa normalmente firmam com instituições financeiras passarão a ser estendidos aos aposentados e pensionistas.

Diante do exposto, nós somos pela aprovação do projeto de lei do Senado de autoria do Senador Paulo Paim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Rose.

Eu não vou abrir a discussão, porque não temos quórum, e este é um projeto que poderia ser discutido com mais membros da Comissão. Nós não podemos votar porque não temos quórum terminativo.

Então...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu entendo.

Só quero registrar para os colegas que aqui se encontram e para aqueles que nos ouvem em qualquer outro lugar da Casa, que esse é um projeto importantíssimo.

Hoje, nós passamos um momento muito rico nesta Casa, onde coisas que poderiam ser corrigidas, distorções dessa natureza e outras, como o Fundo de Garantia... O trabalhador tem o direito de sacar o Fundo de Garantia quando pede demissão, mas está havendo uma visão catastrófica de que isso acaba com o Fundo de Garantia, que aquilo prejudica o negócio com o aposentado... Essas correções é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

justificam a existência de Senadores bem remunerados e presentes a essas reuniões, para trabalhar por aqueles que, na balança da justiça social, estão sempre abaixo daquilo que é mais correto e mais justo.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito bem.

Em virtude da falta de quórum para deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação dessa importante matéria lida pela Senadora Rose. Ela entrará na pauta, Senadora Rose, na próxima votação.

Eu tenho que ler um item. Pediram para deixar isso claro, porque parece que não ficou claro, pois fizemos uma pequena confusão de muitos falando. É o item 2, que vou reler aqui.

É o Projeto de Lei do Senado 541, de 2015, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos. É um projeto em que foi aprovado o relatório do Senador Jorge Viana, Relator do vencido, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado 541, de 2015. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.

Não restam dúvidas.

Agora, vamos ler o item cujo Relator é o Senador Amorim. É o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



12ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 30.08.2017, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor aprovou Parecer contrário ao Projeto.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Amorim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Pois bem, Srª Presidente e colegas Senadores, como não há quórum, serei sucinto na leitura do meu relatório. Ainda haverá tempo para os colegas Senadores que aqui não estão entenderem, compreenderem e, quem sabe, lerem o relatório.

Srª Presidente, no Brasil e nos países do Mercosul, existem autoridades sanitárias que, por meio de resoluções específicas, quando necessário, atualizam permanentemente, em virtude do contínuo aprimoramento regulatório nacional, em atendimento às constantes evoluções técnicas e científicas, sobretudo desses produtos, como drogas, insumos farmacêuticos, medicamentos, correlatos, cosméticos, saneantes e tantos outros...

Praticamente todos os produtos ou substâncias encontradas na natureza ou fabricadas pela mão humana têm potencial de causar reações alérgicas. Sua composição já é, muitas e muitas vezes, descrita no rótulo.

Srª Presidente, o nosso voto é pela rejeição, por entender que quase tudo tem um potencial alérgico e por entender que há normas e instituições, como Anvisa e outras, que já regulam realmente o uso e a fabricação de todas essas substâncias.

Sinteticamente, Srª Presidente, esse é o nosso relatório e o nosso voto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Em virtude da falta de quórum, Senador, para a deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Entrará na pauta da próxima quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Airton Sandoval, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Ana Amélia e Roberto Requião. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (RAS 06/2018), atendendo ao requerimento RAS 6/2018, de autoria do Senador Hélio José. Finalidade: Debater a regulamentação das atividades dos profissionais auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham em Cooperativas e Home Care. Participantes: Ana Paula de Campos Schiavone, Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, do Ministério da Saúde (representante de: Rogério Abdalla, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde); Luis Carlos Barbosa, Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho; Jorge Vianna, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais da Enfermagem – Febrapen; Carla Bernardes de Souza, Analista Técnica e Econômica da Organização das Cooperativas Brasileiras (representante de: Márcio Lopes de Freitas, Presidente do Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras); José Gilmar Costa de Souza Júnior, Membro da Câmara Técnica de Atenção à Saúde, do Conselho Federal de Enfermagem (representante de: Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen); Márcio da Mata, Diretor Executivo do Sindenfermeiros do DF (representante de: Dayse Amarílio Donetts Diniz, Presidente do Sindenfermeiros do DF); Dionne Silva Siqueira, Diretora da Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE; Danielle Feitosa, Superintendente do Sindicato Brasiliense de Hospitais, Casas de Saúde e Clínicas - SBH; Sheila Ximenes, Gerente Jurídica da Interne - Soluções em Saúde; Deusdélia Rivero, Técnica em Enfermagem; Magno Barbosa de Souza, Diretor da Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem. Maria Bonfim, Técnica em Enfermagem e Líder do Movimento "Vamos Lutar". Resultado: Audiência Pública realizada. Usa da palavra o Senador Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/03

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a regulamentação das atividades dos profissionais, auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalhem em cooperativas e *home care*, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 6, de 2018, de minha iniciativa.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do Alô Senado, telefone 0800-612211.

Então, pessoal, eu quero dizer para vocês que estão aqui no nosso auditório: se quiserem fazer perguntas, se quiserem dar sugestões, podem fazê-lo através do Alô Senado, 0800-612211, que as meninas registrarão e passarão para a Mesa.

Vocês entenderam? Se alguém que estiver aqui no auditório quiser fazer perguntas pode fazê-lo através do 0800-612211 ou através do *e-mail,* no www.senado.leg.br/ecidadania.

Por questões de tempo, não poderemos abrir a fala para todo mundo. Então, as pessoas que quiserem participar não terão dificuldade nenhum. Basta fazê-lo através do Alô Senado ou do Portal e-Cidadania.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos a cada um, com a tolerância de mais dois ou três minutos, caso seja necessário para o palestrante concluir.

Convido a fazer parte da Mesa a nossa querida Ana Paula de Campos Schiavone, Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, representante de Rogério Abdalla, Secretário da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde.

Por favor, minha querida Ana Paula.

O Dr. Rogério não me deu a satisfação de estar aqui hoje, mas você o está representando muito bem. Seja bem-vinda.

Meus abraços ao Dr. Rogério Abdalla.

Convido o Sr. Luis Carlos Barbosa. Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Luis Carlos, seja muito bem-vindo.

Convido o Sr. Jorge Vianna, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais da Enfermagem.

Seja muito bem-vindo, Jorge. Tudo bem? (*Palmas.*)

Convido a Srª Carla Bernardes de Souza, analista técnica e econômica da Organização das Cooperativas Brasileiras, representante de Márcio Lopes de Freitas, Presidente do Sistema OCB.

Oi, querida Carla. Tudo bem? Seja bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Sr. José Gilmar Costa de Souza Júnior, membro da Câmara Técnica de Atenção à Saúde do Conselho Federal de Enfermagem, representando Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Cofen.

Seja muito bem-vindo, José Gilmar.

Convido, com muita satisfação, a minha amiga Dayse Amarilio Donetts Diniz, Presidente do SindEnfermeiro do DF.

A Dayse teve um probleminha de última hora. E o Tarcísio vai substituí-la.

Por gentileza, Tarcísio. Seja muito bem-vindo.

Minha esposa também é enfermeira há 32 anos da Secretária de Saúde do DF.

Então, para mim, é uma satisfação ter um representante do Sindicato dos Enfermeiros aqui nesta Mesa.

Mande um abraço meu à Dayse.

Antes de começar, quero dar um presente meu, como Presidente da Comissão Senado do Futuro, a cada um dos palestrantes, para poderem conhecer o que andamos fazendo no Senado do Futuro: uma série de debates importantes aqui no Senado. É uma comissão orientativa de todos os projetos de lei do Senado Federal. E eu quero presentear vocês.

Sobre esta audiência, eu quero agradecer à nossa Presidente da CAS, da Comissão de Assuntos Sociais, a nossa nobre Senadora por São Paulo Marta Suplicy. Nós aprovamos requerimento aqui porque este assunto relativo a esta audiência é de cunho específico desta Comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais.

A Marta hoje está em São Paulo e eu vou presidir a reunião, como proponente desta audiência pública. Falarei brevemente umas breves palavras.

Srªs e Srs. Senadores, convidados aqui presentes, todos os que acompanham a nossa audiência pública pela TV e Rádio Senado, apresentei um requerimento que deu ensejo a esta audiência pública, porque percebi, ao receber relato de debate que ocorreu na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que há um problema muito sério na organização das cooperativas e empresas de *home care* no que concerne ao tratamento dado aos profissionais, auxiliares e técnicos de enfermagem. Naquele debate, foram apresentados, entre outros, os seguintes problemas: problema 1 – a contratação de cooperativas de saúde por empresa de *home care*, o que não seria permitido pelo ordenamento jurídico brasileiro. Então, essa contratação de cooperativa de saúde, para trabalhar em *home care*, não está prevista na legislação. Então, é preciso discutir essa problemática. Problema 2 – o pagamento de salários fixos aos auxiliares e técnicos de enfermagem cooperados. A ausência de repasse de lucros aos referidos profissionais e a exigência de jornadas de trabalho extraordinárias, sem a devida contraprestação.

Então esses são os dois principais problemas da audiência pública. Vocês sabem que uma audiência pública visa, ou debater um projeto que está na Casa, ou orientar para a apresentação de novo projeto e fazer a regulação ou a regulamentação de trabalhos que estão sendo prestados.

Por isso, esses dois problemas são capitais, para podermos debater com todos os envolvidos. Se for o caso, apresentarei do meu gabinete um projeto de lei, para regulamentar essa questão dos trabalhos das cooperativas. Aí, vai depender do andamento da nossa audiência pública, e as conclusões que vamos daqui tirar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O sentido central da minha iniciativa é verificar se os profissionais da enfermagem, uma das categorias mais importantes para a saúde, estão sendo aviltados em seus direitos e se falta regulamentação legal e infralegal para proteger o trabalho desses profissionais.

Daí a presença aqui do Ministério do Trabalho, que muito me honra, quero agradecer ao Ministro e a todos vocês do Ministério do Trabalho; a presença do Ministério da Saúde, quero agradecer e cumprimentar o nosso Ministro e o representante do Ministério da Saúde; a presença da Federação Nacional de Enfermagem, do nosso nobre Jorge Vianna, a presença do representante do Sindicato dos Enfermeiros. Então, deveria haver também a presença da OCB, que é a organização dessas cooperativas que trabalham nesse setor de *home care*, para, juntos, debatermos esse tema de capital importância e chegarmos a uma conclusão.

Com esse conjunto seleto de especialistas, gestores e representantes das categorias, espero que possamos encontrar meios para proteger os profissionais da saúde e as pessoas que dela necessitam. Quero agradecer a todos por terem me ouvido nessa exposição inicial e já dizer que o e-Cidadania já mandou algumas provocações que servem até para os nossos debatedores poderem orientar-se sobre o que o nosso público, lá fora, que nos está assistindo ao vivo, está pensando a respeito dessa questão.

O José Zapata é de São Paulo. O que ele disse: "Sou técnico de enfermagem há mais de 20 anos. Somos a única categoria na área da saúde que está ao lado do paciente 24 horas em regime de plantão. O paciente sempre terá um profissional como eu ao seu lado. No entanto, temos o menor salário. Não somos valorizados. Regulamentem a nossa profissão." Essa é a posição do Sr. José Zapata, de São Paulo.

Sr. Thalys Novaes, do Pará: "Que esses profissionais recebam uma remuneração justa, haja vista também o tempo de estudos de um técnico para as outras profissões da área da saúde (como médicos e enfermeiros). Não seria justo tornar equivalentes os salários de todos, pois há ênfases que cada um tem na sua área."

Dependendo da ênfase, há as remunerações distintas, mas tudo bem.

"Sou Marcos Arruda, do Rio de Janeiro". O que ele coloca: "São profissionais de quem dependem muitas vidas. A grande maioria tem uma dedicação e uma presença junto aos pacientes maior do que os médicos."

Srª Lilian Coimbra, de São Paulo: "Quando formularem a lei, não se esqueçam de que os usuários de cuidadores e *home care* não são todos milionários. Portanto, não cubram de benefícios que encarecem ao extremo os serviços da categoria."

Essa é uma preocupação importante, porque o usuário tem que ter condições de pagar. Nem todo consegue. E os planos de saúde estão, cada vez mais, complicando a situação. "Baseiem-se pelo que é pago a um profissional do gênero nos hospitais."

Srª Thayná Menezes, de Pernambuco. "É notório que é um caso de urgente regulamentação, visto que é um trabalho feito com vidas e muitas vezes as mesmas estão em estados delicados."

"Sou Franklin Lima, de São Paulo. A regulamentação das atividades dos profissionais auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham em cooperativas e *home care* é de extrema necessidade para a sociedade brasileira e irá diminuir o número de processos judiciais e garantir mais qualidade e segurança a todos."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srª Shesla Beatriz, do Ceará: "Doamos nossas vidas para ajudar a salvar a vida do próximo, não é fácil deixar casa, deixar a família e passar dia e noite se dedicando ao seu trabalho e não ter um reconhecimento justo. Os técnicos e auxiliares de enfermagem merecem sim uma remuneração mais justa."

E a Srª Maria Jose Pereira, do Maranhão. Ela coloca a seguinte questão: "A valorização do técnico de enfermagem é de grande importância, pois muitos dobram plantão e não recebem remuneração [...] no *home care* é frequente."

Então, essas foram as primeiras colaborações recebidas.

Quero agradecer aos presentes aqui: ao João Cardoso, Presidente do Sindate (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal); ao Ribamar, que é de São Sebastião e está aqui me prestigiando também; a Drª Rosa estava por aqui e acho que teve que sair. Enfim, quero agradecer a todos os demais: ao Magno, que está aqui, de Planaltina; aos representantes aqui da Federação dos Enfermeiros, inclusive pelo convite formulado, para estarmos participando de uma atividade importante para as enfermeiras do Brasil.

Quero deixar claro que, nesta Casa, nesta Comissão, já regulamentamos e encaminhamos profissões importantes, como o caso das esteticistas, inclusive comandada por uma enfermeira, amiga nossa, que é a Eulina e um grupo de pessoas aqui do Distrito Federal.

Vejo como bastante importante esta audiência pública, porque, daqui, pode sair uma proposição importante legislativa, um PLS, que é um projeto de lei do Senado Federal, que possa regulamentar essa aflição existente, principalmente nesses setores envolvidos com *home care*, porque quem tem necessidade de *home care* está numa situação fragilizada e precisa ter uma pessoa que esteja ajudando, colaborando e acompanhando o serviço, com tranquilidade para fazê-lo, para que se evite transtorno.

Essa questão remuneratória, essa questão de garantias de direitos precisa estar bem equacionada, para todo mundo ficar bem.

Então, o grande objetivo, quando Jorge Vianna, meu amigo e meu parceiro, a quem eu quero agradecer muito, me procurou, junto com outras representações, para fazermos esta audiência pública, é visar exatamente a essa questão.

Jorge tem feito um trabalho que eu só tenho que respeitar e dignificar na Secretaria de Saúde, perante o Sindate e perante a Federação Nacional dos Enfermeiros. Então, quero cumprimentá-lo, Jorge, cumprimentar todos os enfermeiros que estão aqui, cumprimentar o nosso Ministério da Saúde – viu, minha querida? –, cumprimentar também o nosso Ministério do Trabalho e as cooperativas também.

Eu, sinceramente, acho que o primeiro a falar deve ser quem está apontando o problema, não quem está trazendo a solução. Eu acho que o Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde devem ser os dois últimos a se pronunciarem porque são o Poder Executivo, que precisa ser incitado, porque todo mundo sabe que a Administração Pública se move conforme a provocação. Então, quem representa a Administração Pública aqui é o Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde. Então, eles vão ouvir de todos os demais as problemáticas colocadas, pronunciar-se-ão como Administração Pública que representam e, depois, nós voltaremos para as considerações finais de todo mundo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quando os nossos provocadores da situação vão poder novamente questionar o colocado aqui pela Administração Pública. O.k.?

Baseado nisso, então, eu vou passar a palavra para o senhor...

Vamos pegar o representante para falar primeiro? Ou você quer falar primeiro, Jorginho?

O SR. JORGE VIANNA (*Fora do microfone.*) – Vou falar primeiro. A gente combinou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Foi isso? Ele, primeiro, ou você, primeiro?

Então, o Jorge.

Passando a palavra para o Jorge, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais de Enfermagem, que foi quem, de fato, inclusive, trouxe a problemática para o nosso gabinete e quem, de fato, originou este debate aqui.

Então, Jorge, você tem dez minutos. Quando dão nove minutos, vai tocar uma campainha. Se você precisar de mais um tempo, até, no máximo, mais cinco minutos eu posso conceder para você. Está bom?

Então, vamos lá, começando com dez minutos.

O SR. JORGE VIANNA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Hélio José. Em nome do Senador Hélio José, eu desejo aqui um bom-dia aos colegas e às colegas da mesa. Em nome da Danielle Feitosa, representante do Sindicato dos patrões em Brasília, eu cumprimento todas as mulheres aqui também presentes.

Senhoras e senhores, até que enfim nós chegamos a uma audiência pública em nível nacional.

Nós temos um problema para resolver em que nós, entidades – eu represento também o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do DF, juntamente com meu Presidente João Cardoso –, temos um problema muito grande para resolver e não estamos conseguindo resolvê-lo. Na verdade, nós falhamos, estamos falhando. Por isso, Senador, nós viemos aqui pedir socorro a esta Casa porque foi daqui que já se resolveram vários problemas relacionados aos trabalhadores no Brasil: trabalhadores rurais, catadores de lixo, nós já tivemos problemas aqui que foram resolvidos de trabalhadores do canavial; ou seja, é daqui que partem todas as soluções para os nossos trabalhadores.

Então, eu fiz esse pedido e agradeço demais por ter o senhor recebido a gente num ano que é extremamente delicado, porque é ano eleitoral, e nós sabemos que qualquer pedido, qualquer tentativa de ajudar é vista como questões eleitoreiras, mas nós sabemos, tanto eu, quanto o senhor e principalmente a categoria que está aqui em peso – os profissionais da enfermagem sabem –, que nós pedimos esta audiência porque sabemos que é necessário.

Nós chegamos em um nível aqui, em Brasília, que está insustentável. Nós recebemos ligações praticamente todos os dias de profissionais de enfermagem, de diversas empresas, de *home care* ou de cooperativas, pedindo socorro, e nós ficamos com as mãos atadas. Por quê, Senador? Porque o trabalhador auxiliar de enfermagem que trabalha em *home care* não tem ainda essa consciência do que, de fato, ele é: se ele é um trabalhador ou se ele é um sócio-cooperado, um dono da cooperativa.

Nós tentamos e estamos tentando em reuniões com a nossa colega e com os nossos colaboradores colocar isso e ensiná-los, mas, mesmo assim, nós estamos tendo essa dificuldade. Então, por isso, chamamos e convidamos – e eu agradeço a presença de várias pessoas representando;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inclusive a colega Shirley, de Recife, também está aqui – porque queremos resolver o problema e queremos resolver o problema juntos. Nós queremos juntos resolver esse problema porque não está fácil.

Aí existe o estigma de que sindicato quer acabar com isso, quer acabar com cooperativa. Nós sabemos que não porque é a profissão do futuro; é a profissão do futuro os profissionais de saúde atenderem em casa porque essa história e essa política hospitalocêntrica já estão ultrapassadas e nós devemos fazer fluxo, nós devemos fazer a coisa girar no hospital e não podemos ficar com um paciente, às vezes, tomando um remédio via oral por meses. Então, a tendência nacional é o paciente ser tratado em casa porque é muito melhor, e nós sabemos disso. Quem é da área de saúde sabe que o paciente em casa tem os riscos muito menores em todas as situações, sem falar que a recuperação é muito melhor.

Aí nós temos essa situação aqui que está crescendo de forma desordenada porque a palavra não tem outra – e me desculpem as cooperativas e *home care* que trabalham corretamente –, mas a palavra é esta: desordenada. Nós não estamos seguindo uma linha. Existe uma Lei, a 12.690, que deixa dúvida no próprio art. 1º. No parágrafo único fala o seguinte: "Parágrafo único. Estão excluídas do âmbito desta Lei:

I - as cooperativas de assistência à saúde na forma da legislação de saúde suplementar; [...]"

Então, na verdade, nós não sabemos se essa Lei se aplica aos cooperados ou não. A Lei fala que... É uma lei comum, de cooperativas, só que uma cooperativa, um serviço de saúde não é igual a um serviço de motorista de *van* escolar, de transporte urbano. Não é. E estão todos com as vendas nos olhos. Todos. Eu digo todas as instituições que representam, seja os conselhos, seja os órgãos do Governo. Então, assim, estão esperando o que acontecer? Será que nós vamos ter que ter mortes em casa, com esses trabalhadores sendo processados pelas entidades, pelo Estado por uma coisa de que eles não têm culpa?

Nós temos uma campanha no sindicato, fizemos uma campanha que é: "Não deixe qualquer um entrar na sua casa, contrate *home care* em cooperativa legal" porque queremos cadastrar as cooperativas de *home care* legais – legais no sentido da legalização – para que possamos dar segurança, para que vocês possam dar segurança aos pacientes, que não estão tendo essa segurança.

Por mais que *home care* diga que é legal, que está contratando direitinho, nós temos outro problema que o Tarcísio vai falar, o da fiscalização, do exercício profissional da enfermagem. Nós temos que ter supervisão do enfermeiro e temos pacientes gravíssimos em casa sem supervisão nenhuma.

Então, Senador, é uma coisa desumana e perigosa. A gente espera de fato que a gente saia daqui hoje com algum projeto de forma única. Nós não queremos colocar os empresários de *home care*, os donos de cooperativa na parede e dizer que agora vai ter que pagar isso e aquilo. Eles também estão sem saber o que fazer. Vários donos de cooperativas nos procuraram e disseram que não sabem o que fazer, porque existe uma "prostituição", perdoem-me a palavra, no comércio de saúde. Quem está no meio somos nós trabalhadores; os empresários, travestidos de cooperados; e a população, que é o principal protagonista.

Por que travestido de empresário? Porque nós sabemos que existem cooperativas que são empresas e tratam os trabalhadores como empregados mesmo, só que não dão os direitos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhador, absolutamente nada. No máximo, um plantãozinho de R$70 para ir de casa sem transporte, para comer, salvo se algum familiar conceder o alimento, e falam assim: "Quando a gente faz contrato com a casa, com a família, a família se compromete a dar o alimento". Mas nós já tivemos relatos de que, por exemplo, a família comia arroz, feijão, carne, e dava para o trabalhador arroz e ovo. E o valor nutricional? Como é que o trabalhador vai trabalhar sem nutrição? Inclusive porque é um direito trabalhista o valor nutricional. O trabalhador tem que ter o direito de comer e se nutrir para passar o plantão. Dar sopa à noite para o trabalhador, durante o dia? Não tem sentido. O contrato é de que ele dava alimento, e sopa é alimento... Não pode ser assim. São essas coisas que revoltam a categoria e o sindicato.

Nós temos três modalidades: cooperativas, *home care*, e agora apareceu um alienígena chamado MEI, que é o microempreendedor individual, para piorar ainda mais a situação. As cooperativas têm uma lei que não abarca os trabalhadores da área de saúde. Deveria haver algo específico para a área de saúde. Como estou falando, o futuro da saúde pública hoje seriam essas cooperativas, esse atendimento de *home care* em casa. Mas apareceu o MEI, que é o microempreendedor individual. Isso é muito bom para quem vende picolé, roupa, alguma coisa em que ele pode ter incentivos fiscais e ter o seu emprego, mas para enfermagem não. Nós somos veementemente contra o microempreendedor individual na enfermagem. Se eu sou um microempreendedor individual, eu, auxiliar de enfermagem, tenho que ter algum supervisor, porque, de acordo com a legislação, eu tenho que ter um supervisor enfermeiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANNA – Eu preciso de uma supervisão de enfermagem, porque está no código de ética. Como é que vou abrir empresa em que sou o trabalhador, o gestor, tudo?

Está errado, mas está acontecendo. E tem gente sendo enganada. Olhem que absurdo! Uma colega foi ao sindicato dizer que recebeu casa do programa do Governo, mas, quando foi tirar os documentos, constatou que era empresária e viu que abriram MEI para ela. Pegaram CPF, endereço, e a cooperativa abriu MEI para ela, sem ela nem saber o que era MEI. Daí ela perdeu a oportunidade de conseguir a casa porque é empresária. Empresária não pode ter casa. Se o cara é MEI, ele é empresário. Olhem o absurdo!

Então, existe uma confusão danada. Eu espero que os colegas da Mesa possam contribuir nesse sentido, que a gente possa achar uma solução, e o Senador Hélio José, com as prerrogativas de Senador da República nesta Casa, iniciar um trabalho de verdade, não porque é um ano eleitoral e uma ação eleitoreira.

Isso aqui nós temos que resolver para ontem, porque os nossos colegas estão aí sofrendo com baixos salários, plantão de R$70, carga horária excessiva. Nós temos que dobrar plantão de 24 horas. Nós já tivemos ligação no sindicato de pessoas dizendo: "Pelo amor de Deus, me tira daqui porque estou já há 70 horas nesta casa!" Discriminação porque também não fomos formados para trabalhar em casa. Aí deveria haver um representante talvez – o Ministério da Educação temos, em educação – porque deve ser incluída nas ementas dos cursos técnicos da faculdade essa atividade domiciliar, para que nós saibamos o que de fato devemos fazer e uma grande publicidade para a população não achar que nós somos domésticos. A maioria de nós é tratada como doméstico. Eles querem que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cuide do paciente, que faça comida, limpe a casa e tudo mais. Por questões financeiras, já que não temos salário, eu prefiro fazer limpeza do que ficar desempregado. Se a gente deixar isso acontecer, nós vamos virar empregados domésticos de luxo! Além de fazer tudo, limpar, vamos cuidar do paciente.

Então, é uma coisa que prejudica demais. Evidentemente, se nós tivermos um acompanhamento educacional, um acompanhamento das entidades que fiscalizam a profissão, se valorizarmos a nossa profissão, acredito que podemos, sim, ter uma profissão do futuro chamada *home care* de verdade, atendimento em casa feito por profissionais capacitados, habilitados e fiscalizados.

Esse é o pedido da Federação Brasileira dos Profissionais da Enfermagem e do Sindicato dos Auxiliares em Enfermagem do DF. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Eu agradeço ao Jorge e quero dizer, como Senador da República do Distrito Federal, eu, Senador Hélio José, meu mandato começou em 1º de janeiro de 2015, que tudo que posso fazer em prol dos trabalhadores, em prol da regulamentação adequada do trabalho, principalmente agora, dois dias depois do dia do trabalhador – porque eu prefiro encarar como dia do trabalhador do que como Dia do Trabalho, porque acho que o trabalhador é a essência do dia que se realizou em 1º de maio–, a gente vai fazer.

Com o meu mandato, eu posso tranquilamente encaminhar um PLS que regulamente e que evite esses transtornos, o Jorge até fez uma metáfora falando de empregado de luxo. Empregado de luxo no seguinte sentido: é luxo no sentido da situação que a família está vivendo, de fazer a pessoa, que não tem nada a ver com limpeza, não tem nada a ver com outras questões, deixar a função essencial do trabalho, que é cuidar da saúde do paciente, para poder fazer outros afazeres que seriam de outro empregado, que é um empregado digno como o enfermeiro ou digno como auxiliar de enfermagem, que também é outro empregado, que é o que mexe com trabalhos domésticos, limpeza e organização das coisas. Então, foi nessa linha que o Jorge usou essa metáfora, e eu concordo com ele. Não tem sentido querer pegar o auxiliar de enfermagem, ou o enfermeiro, ou o médico, ou o fisioterapeuta e querer que ele faça outras tarefas que não as inerentes ao trabalho dele.

É essa discussão que está sendo colocada, e eu tenho satisfação de, neste período meu de mandato, já ter feito, mais ou menos, umas dez audiências públicas com relação à questão da saúde, seja com relação ao autismo; seja com relação ao suicídio, porque o índice de suicídio é muito grande aqui no Distrito Federal; seja com relação ao SUS; com relação ao Samu, que também é outro descaso que acontece aqui em Brasília e no Brasil inteiro; e também, agora, hoje, com relação a essa questão regulatória do funcionamento das cooperativas, cuja existência é importante. O cooperativismo cada vez mais cresce. Precisamos só, juntos, organizar a melhor forma de trabalho e a melhor forma de garantir aos profissionais o conforto de trabalhar com dignidade para dar dignidade à família vítima da situação.

E eu tenho certeza de que o Luis Carlos Barbosa mais a nossa nobre Ana Paula terão a sensibilidade de juntos, com o Poder Público, aqui no Senado, que é o Poder Legislativo, o Poder Executivo, pensar alguma forma, junto com os representantes dos trabalhadores, para a gente fazer.

Eu tive a honra de estar no Clube da Saúde, com o Márcio, na festa do dia do trabalhador. Foi uma festa maravilhosa, havia muita gente lá. Estive lá com o Dr. Roberto, com a Larissa e com a Raíssa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e com um monte de gente, fui muito bem recebido. Quero agradecer a você, Márcio, e dizer que fico muito honrado de você estar aqui nesta Mesa, representando nossos nobres enfermeiros.

Quero cumprimentar a minha querida Dayse, porque tive a honra também de participar da posse dela, uma colega da minha esposa, uma enfermeira, e quero passar a palavra para você, em nome do Sindicato dos Enfermeiros, meu amigo Márcio. Por que está Jorge da Mata? Não é Márcio? (*Pausa.*)

Márcio da Mata, Diretor Executivo do SindEnfermeiro e também Diretor Presidente do Clube da Saúde, do Distrito Federal, que tem feito um trabalho muito bacana lá. Meus cumprimentos a você. Gostei muito da visita. Vou voltar mais. Muito obrigado.

Com a palavra Márcio, por favor.

Também é a mesma situação. Quando derem nove minutos, vai tocar uma campainha, se você precisar de mais um tempinho, eu lhe dou, está bom?

Vamos lá.

O SR. MÁRCIO DA MATA – Pessoal, bom dia. Quero agradecer, também, o convite do nosso Senador Hélio José. Cumprimento também os demais representantes aqui da Mesa, em nome do Senador.

É um grande prazer a gente estar participando do debate que envolve a questão do *home care*, o funcionamento do *home care*, um serviço que, hoje, tem a importância devida; um serviço que não se pode mais ficar sem essa qualidade de serviço no que diz respeito à assistência à saúde do País. Na verdade, o *home care* veio atender a uma situação que anteriormente não tinha sido contemplada dentro da previsão do SUS. O SUS tem a previsão de integralidade das ações e serviços de saúde. Então, a integralidade na prestação dos serviços de saúde estava contemplada na maioria de suas ações, tendo em vista a atenção primária, a atenção secundária, a atenção terciária. Entretanto, aquelas pessoas que continuavam precisando de atendimento, mesmo após terem recebido alta hospitalar, estavam desassistidas. Com isso, foram criados, inclusive no serviço público, os serviços que são semelhantes ao *home care*, que é o que hoje é prestado na atividade privada, que são o Samed, serviço de medicina domiciliar... Há várias denominações.

Então, essa questão que eu coloco é para ilustrar a efetividade que se tem, a importância que se faz presente na atividade *home care*, na atividade da prestação de assistência em saúde domiciliar. Entretanto, a gente não vê, atualmente, a devida consideração por parte do Poder Público, por parte das entidades, e a gente vê que o serviço prestado por esses profissionais – e eu digo aqui todos os profissionais de saúde, mas em particular os profissionais de enfermagem, que são os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os auxiliares de enfermagem, os cuidadores – não tem a devida regulamentação, o que significa a precarização, sim, desse serviço.

E o que nosso companheiro Jorge Vianna falou é muito importante. Nós não podemos permitir que continue a acontecer uma prestação de um serviço da natureza que é prestada, pois são pessoas que cuidam de pessoas nas suas residências – imaginem o tamanho que é essa responsabilidade –, e não haver ainda a devida regulamentação.

Iniciativa brilhante do Senador Hélio José no que diz respeito a convocarmos esta e outras audiências públicas para debatermos, cada vez mais, entre nós que somos envolvidos e, principalmente, a população que está necessitando do serviço e que nós, muitas vezes... Eu acredito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que muitos de nós ou alguns de nós ainda vão precisar do atendimento de *home care* e eu quero um serviço regulamentado. Eu preciso de ter um serviço que dê segurança ao atendimento das pessoas.

Então, nessa questão, eu também faço uma colocação: a quem interessa continuar a precarização do serviço de *home care* no nosso País? Ou não interessa a ninguém? Ou há algum interesse? Se houver, nós devemos combatê-lo. A gente sabe que existem segmentos empresariais, segmentos da iniciativa privada que podem se beneficiar com alguma situação da precariedade do serviço. Só que a gente consegue provar hoje, Senador, Jorge, que o serviço de *home care* é mais econômico. A pessoa sendo tratada em casa tem benefícios maiores; a pessoa sendo tratada em casa... Hoje, nós temos no nosso País um dos maiores gastos mundiais em saúde pública: o SUS. Em relação ao Sistema Único de Saúde, o orçamento do nosso Ministério da Saúde é um dos maiores do mundo. Será que vamos dar conta disso até quando?

Então, o Governo precisa começar a observar isso. O Governo, eu tenho certeza, está observando isso, porque o SUS não se sustenta da forma como está sendo conduzido mais. A gente precisa reinventar o SUS e fazer com que ele continue prestando assistência gratuita às pessoas. E uma dessas formas, pessoal, é manter o funcionamento e a regulamentação do *home care*. É mais barato, dá qualidade de vida às pessoas, faz com que essas pessoas sejam cuidadas em casa, e a gente conclui o objetivo maior de otimizar o recurso utilizado no Sistema Único de Saúde (SUS).

A dificuldade é enorme. A gente vê diuturnamente, Senador, a dificuldade de investimento na saúde. O senhor é referência nossa para a saúde, está aqui um Senador que sempre nos tem dado apoio, é um Senador que nos ajuda bastante no que diz respeito à saúde daqui do Distrito Federal – e eu tenho certeza de que do País – e nós precisamos fazer algo para que o investimento na saúde tenha otimização de recursos. E passa por aqui: passa pelo *home care*, passa pela assistência médica domiciliar e passa pela regulamentação do projeto, que, vier a ser encaminhado futuramente, é importante a presença das entidades representantes do Ministério do Trabalho, Dr. Luis Carlos, Ana Paula Campos, do Ministério da Saúde, que também envolve, de forma muito particular, o atendimento da saúde, o desenvolvimento que foi muito bem colocado pelo companheiro Jorge Vianna, a questão do desenvolvimento da educação em saúde, da capacitação desse pessoal.

E a gente faz isso e a gente propõe isso porque a população merece um serviço de qualidade. O SUS merece proporcionar isso, e o SUS não cuida só do público, a iniciativa privada é regulamentada pelo SUS. A participação da iniciativa privada complementar tem que estar regida pelo que prevê a Lei Orgânica da Saúde, a Lei 8.112 e a Lei 8.142. Então, essa é a previsão legal que nos rege e rege também todos os serviços privados, todos os serviços das cooperativas, que têm que estar atentos.

Mais uma vez, parabéns, Senador, e vamos continuar no debate. Eu acho que esse é o caminho. Parabéns a todos vocês servidores da saúde que estão aqui presentes – eu vi aqui vários que eu conheço, que eu sei que lutam pelo *home care*.

O Jorge falou de questões muito particulares. Eu sou enfermeiro também, gente, trabalho também na assistência, faço plantão, dou plantão no Samu. Muitas vezes eu chego a um *home care*, eu chego a uma casa de um paciente, quando eu estou dando plantão nas ambulâncias, na viatura, o pessoal chama a gente e a gente vê a precariedade que é atendimento, a gente vê a condição ruim. São pessoas às vezes que estão ali sozinhos cuidando de um paciente muitas vezes em estado grave, com respiração mecânica, traqueostomizado, e, às vezes, o desespero dessas pessoas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

impressionante. E eles chamam o Samu para tentar ajudar, e a gente vai lá e ajuda, mas a gente precisa melhorar esse serviço. Esse serviço é de saúde, é de saúde pública. E só a legislação é que nos garante isso, é só o respaldo legal, é o respaldo do Senado, da Câmara, do Executivo que vai garantir essa segurança para a gente dar para vocês, que são servidores lá, que são os trabalhadores do *home care*.

É muito angustiante você chegar a uma casa de uma pessoa e você ver que o profissional está lá acuado, com medo. Por quê? Porque não tem segurança. Ele não tem segurança de prestar o serviço que ele está prestando. Ele não tem segurança para fazer aquilo que ele aprendeu a fazer. Eu sei o que é isso, gente. Eu sei o que é passar por isso. O Jorge fala que uma pessoa ficou 70 horas na casa de uma pessoa. Por que ela fez isso? Porque ela tem um compromisso. O profissional de saúde não pode abandonar o plantão, minha gente – não pode. Você não pode abandonar o plantão. Aquela pessoa ali depende única e exclusivamente de você. E, se não tiver ninguém para o render, como é que você vai sair? Essa pessoa pode complicar a situação de saúde dela.

Então, isso é muito sério. É grave a situação. Nós temos que regulamentar, temos que fazer a proposta, e o Governo está aqui presente. Eu tenho certeza de que agora o caminho é diferente, o caminho é novo.

Gente, muito obrigado pela participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradecido ao Márcio, esse nobre Presidente lá do Clube da Saúde, um enfermeiro que tem feito a diferença.

Muito obrigado, Márcio. Parabéns a você pelo seu trabalho, por sua direção lá.

Eu ia passar a palavra agora para o nosso nobre José Gilmar, ia, não, vou passar para o José Gilmar, que representa o Cofen, membro da Câmara Técnica de Atenção à Saúde, do Conselho Federal de Enfermagem, representando o Sr. Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Cofen. Em seguida, vou quebrar aqui e passar cinco minutos para a nossa nobre Danielle Feitosa, Superintendente do Sindicato dos patrões, dos donos de hospitais, eu que recebi o Livro Branco, quero ouvir o que os hospitais estão pensando dessa questão.

Então, primeiro eu vou passar aqui os 10 minutos normais da Mesa ao Sr. José Gilmar Costa de Souza Júnior, enquanto a nossa nobre Danielle Feitosa prepara seus cinco minutos de intervenção. Eu vou, excepcionalmente, dar a fala para você, que está aqui, que é representante, é superintendente de todas as redes hospitalares daqui do Distrito Federal.

Vamos passar a palavra para o José Gilmar Costa de Souza Júnior, representante do Cofen. Em seguida, para a Drª Danielle Feitosa.

O SR. JOSÉ GILMAR COSTA DE SOUZA JÚNIOR – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar todos na Mesa em nome do Senador Hélio José e dizer que estou muito satisfeito e feliz em estar podendo representar o Dr. Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Cofen, nesta audiência pública tão importante para a população brasileira.

Devo confessar que fiquei extremamente sensibilizado já com a interação das pessoas no início, na fala do Senador Hélio José. Houve uma das falas que me tocou de forma particular. Alguém comentou – usuário do serviço, de *home care:* "Não os cubra de benefícios." O profissional hoje de enfermagem que trabalha no *home care* tem absolutamente tudo, menos benefícios, menos isso. Então, quando nós nos propomos a estar numa mesa discutindo a regulamentação do trabalho desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissionais, estamos buscando além dos benefícios, estamos buscando qualidade de vida; qualidade de vida para o profissional de enfermagem e qualidade de vida para as pessoas que estão sob seus cuidados.

Hoje, nós temos muitos problemas na enfermagem de forma global, e, assim, acho difícil, mas é um grande passo discutirmos enfermagem de forma isolada. Somos hoje de áreas isoladas, de especialidades isoladas, somos de uma categoria que não temos piso salarial definido por lei federal, nem carga horária definida. Então, nós vemos aí o pessoal de *home care* sofrendo – como vocês estão falando –com 70 horas de trabalho, mas não temos nenhuma regulamentação para enfermagem global neste Brasil.

Então, enquanto há muita gente do *home care* assistindo ao debate, discutindo isso; neste exato momento, há enfermeiros e técnicos e auxiliares de todas as áreas dobrando plantões, trabalhando 24, 48, 72 horas no Brasil inteiro, e as pessoas fecham os olhos para isso. E é muito feliz ver que temos um Senador da República preocupado e querendo discutir esse assunto. E ter todos vocês aqui hoje para discutir isso é incrível, porque mostra que há pessoas sensíveis à problemática da enfermagem no âmbito global.

O Reino Unido elegeu a enfermagem como a profissão mais respeitada e mais admirada dentre todas as profissões. No Brasil, já não é assim, mas deveria ser, porque é a única profissão que está do lado do seu cliente 24 horas por dia, do momento que ele nasce ao momento que ele morre.

Então, isso, sim, é um trabalho de luxo, em qualquer área: no *home care*, na emergência, no pré-hospitalar, na obstetrícia. Ter um profissional a sua disposição 24 horas por dia é um trabalho de luxo, só que a gente não recebe por esse trabalho de luxo, nem reconhecimento, nem valorização, nem remuneração.

Especificamente no tocante ao *home care* e às cooperativas que trabalham com isso, o Cofen vem desenvolvendo um trabalho muito importante já há muito tempo. A gente tem uma resolução no Conselho Federal de Enfermagem que é a 464, que foi publicada em 2014, que já lista as competências dos profissionais que trabalham em *home care*, obviamente baseada na legislação em vigor e na legislação profissional, na Lei 7.498, de 1986, e no Decreto 94.406, de 1987. A gente já fala isso, a gente já sabe dessa problemática há muito tempo.

Mais recentemente, publicamos uma resolução que fala sobre o empreendedorismo na enfermagem, dos profissionais que podem abrir suas clínicas e consultórios, empresas de *home care* e isso é importante para as pessoas terem conhecimento porque as pessoas não têm.

No tocante a essa questão do *home care,* eu listei aqui alguns problemas que a gente identifica muito. Eu trabalho como Enfermeiro Fiscal do Coren Pernambuco e vejo que a realidade do Distrito Federal não é tão diferente da nossa – e acreditem! –, não é diferente nos quatros cantos deste País. Em todos os lugares há os mesmos problemas. Então, as pessoas têm que entender – todos nós temos que inclusive aqueles que nos contratam – que o trabalho em *home care* é uma ciência, a gente não está indo fazer empirismo, a gente não está indo fazer um carinho na cabeça do paciente que está na sua cama, na sua casa. A gente está indo aplicar a nossa ciência porque nós estudamos muito para isso. Muito! E isso tem que ser considerado.

Outra coisa importante é que, com o envelhecimento populacional, a gente está encontrando pacientes cada vez mais sob cuidados paliativos, com uma necessidade maior de cuidados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

domiciliares por questões de custo, mas questões de custo não significam que a gente esteja na ponta para sofrer com baixos salários e baixas remunerações. A gente tem que estar economizando com os custos hospitalares, uma vez que em casa, como já foi comentado aqui na mesa, os custos são menores, mas isso não deve refletir no nosso trabalho. A gente não merece receber R$70,00 para dar um plantão. Isso é uma vergonha, é uma vergonha nacional.

Outra coisa que é importante destacar é a questão do dimensionamento. *Home care* adequado e seguro tem que ter um dimensionamento adequado, tem que respeitar a Lei 7.498, de 1986, tem que ter enfermeiro na supervisão de preferência um enfermeiro especializado em *home care* e assistência domiciliar – ele sabe, ele estudou para isso –, de preferência técnicos e auxiliares de enfermagem que sejam capacitados o tempo todo, que busquem esse aperfeiçoamento e que os enfermeiros sejam responsáveis também por esse aperfeiçoamento, uma vez que ele é o supervisor do profissional.

Nenhum serviço, nem *home care*, nem hospital, nem pré-hospitalar, nenhum deles funciona adequadamente sem um técnico auxiliar de enfermagem de qualidade devidamente capacitado. A saúde neste Brasil não funcionaria sem esses profissionais. E por que são tão desrespeitados e tão desvalorizados? Dois milhões de profissionais conseguem fazer muita coisa unidos. As pessoas têm que enxergar o poder de dois milhões de profissionais.

Outra coisa importante é que legalmente não existe obrigatoriedade da dobra, ninguém é obrigado a dobrar e, aí, a gente incorre na falácia de achar que o enfermeiro técnico e o auxiliar que vai embora depois do seu expediente de trabalho está abandonando o plantão. Isso está previsto no nosso Código de Ética. Não existe abandono de plantão depois do seu horário de trabalho. O abandono de plantão acontece durante o seu horário de trabalho, você não é escravo para estar 48, 72 ou cem horas dando plantão. Não existe isso. Compete à organização da cooperativa, à organização do hospital – seja lá do que for – dotar aquele serviço com o número adequado de profissionais para que o nosso colega não precise estar lá além da sua carga horária. Sabe por quê? Porque ele estará cansado, estará exausto e, cansado, exausto e sem saúde, não vai prestar uma assistência segura. E quanto acontece alguma coisa negativa a corda vai arrebentar para o lado dele, ele é quem vai sofrer as penalidades e isso é um absurdo.

Então, lembrando, não existe previsibilidade legal que obrigue esse profissional a dobrar, isso não é descontinuidade da assistência. As empresas têm que ter pessoas para substituir esse profissional. Isso aí tem que constar na regulamentação que vocês tanto quererem até porque está na lei do exercício.

Outra coisa importante é o assédio, são profissionais que são assediados o tempo todo, são assediados por gestores muitas vezes, pelos próprios familiares que contratam esses profissionais. Às vezes um familiar que contrata você para um paciente, chega lá, tem sua esposa ou seu esposo também doente e pede para você cuidar deles. Então, em vez de cuidar de um cliente você cuida de dois, de três. Outra coisa que acontece com frequência é que você está lá no serviço na casa das pessoas – é o seu trabalho – mas não deixa de ser a casa das pessoas e aí começam a vir os pedidos: "Ah, se você comer, leve os pratos; se você isso, lave essa roupa." Não existe especialização em empregada doméstica para o profissional de enfermagem de nenhum nível, nem para o nível médio, nem para o nível superior. O profissional de enfermagem está lá para cuidar, fazer sua ciência que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cuidar e não para trabalhar como empregado doméstico. As pessoas misturam as coisas e a gente não pode permitir.

Nem na legislação que estamos lutando para ter, nem individualmente como profissional. Temos que ter uma postura firme e dizer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Você precisa de quanto tempo mais?

O SR. JOSÉ GILMAR COSTA DE SOUZA JÚNIOR – De uns três, no máximo quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Positivo.

O SR. JOSÉ GILMAR COSTA DE SOUZA JÚNIOR – Muito obrigado e desculpem-me a empolgação. É porque foi para defender a categoria me dá um arrepio diferenciado.

Enfim, o que eu quero dizer é que a gente precisa da postura individual de dizer "não" porque a gente tem medo de muitas coisas, medo de perder o emprego, medo de perder a oportunidade, a gente tem família para alimentar, mas é importante dizer "não" porque eu digo "não", você diz "não" e aí a gente educa as pessoas a não pedirem aquilo.

Eu acho que a valorização que vocês pela qual estão lutando, a regulamentação das cooperativas de *home care* é um dos passos mais bonitos que eu já vi na minha categoria. Ter vocês aqui hoje no âmbito federal discutindo isso é incrível.

Eu quero só destacar que será uma grande conquista para todos nós, mas em nome da minha Câmara Técnica de Atenção à Saúde, em nome do Conselho Federal de Enfermagem e do Dr. Manoel e em nome, acredito, da enfermagem inteira deste País, nós precisamos discutir a enfermagem de forma global, os problemas na nossa categoria são grandes em todas as áreas.

Tomara que hoje possamos dar um passo importantíssimo, um passo histórico na área de cooperativas de *home care,* mas que seja um dos passos de uma jornada longa para que a gente tenha uma enfermagem brasileira valorizada e respeitada porque não é menos nem mais, é exatamente o que merecemos como profissionais porque salvamos vidas o tempo todo e todos nós, e todos os brasileiros, e todas as pessoas estarão sob os nossos cuidados pelo menos em algum dos momentos da sua vida, se não em vários.

Muito obrigado, Senador, muito obrigado a todos os meus colegas na Mesa. Tenho enorme respeito a meus colegas enfermeiros técnicos e auxiliares de enfermagem que estão hoje na Plenária e quero dizer a vocês que vislumbro um futuro melhor para todos nós e esse futuro depende de momentos como este. Que Deus abençoe a todos nós, Deus abençoe este País e que a gente possa ter bons frutos do dia de hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradecido ao nobre José Gilmar Costa de Souza Júnior pelas suas palavras, meus cumprimentos ao Cofen, ao nosso Presidente Manoel Carlos Neri da Silva.

A questão é tão grave pessoal que a minha filha acabou de se formar em Medicina em uma das faculdades que creio ser a melhor do Brasil, que é a faculdade ESCS aqui de Brasília, Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal, que forma realmente profissionais exemplares e profissionais competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ela ficou tão chateada com a residência, com a situação que existe, com a calamidade da saúde pública do Brasil e me falou: "Meu pai, eu não consigo ficar aqui", ela está na Itália hoje – acabou de se formar – eu a mandei para a Itália para poder fazer residência lá porque ela não queria fazer aqui porque não está conseguindo deglutir como está maltratado o sistema de saúde. E veja que metade das nossas emendas parlamentares, de todos os Parlamentares compulsoriamente têm que ser para a saúde. Vejam o tanto que a gente empenha para fazer a saúde: sou irmão de médico, sou pai de médica, minha esposa é enfermeira, a essência da saúde está em tudo porque é um momento em que se está mais fragilizado. Daí a importância capital desse debate que nós estamos fazendo aqui.

Meus agradecimentos inclusive ao José Gilmar, ao Jorge Vianna, ao nosso nobre Márcio e a todos que aqui falaram. Eu, antes, vou pedir uma vênia a você, minha querida Danielle, e você vai falar *a posteriori* da Diretora da Federação Nacional dos Enfermeiros porque ela não está aqui na mesa, mas está no Plenário e vou dar a palavra a ela por cinco minutos. Depois, passarei a você para a gente ouvir aqui também a Federação Nacional dos Enfermeiros já que se trata de uma questão importante para nós e é importante ouvirmos todos os representantes de trabalhadores que estão aqui.

A Srª Dionne Silva Siqueira gostaria de usar a palavra e eu vou conceder, excepcionalmente também, cinco minutos a ela para fazer sua fala. Vai tocar aos quatro e a senhora terá um para concluir.

A SRª DIONNE SILVA SIQUEIRA – Bom dia a todos, meu nome é Dionne, sou enfermeira e também trabalho aqui em Brasília, mas eu sou representante do Estado de Goiás e estou aqui em nome da Federação, como Diretora da Federação Nacional dos Enfermeiros.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador e agradecer a oportunidade de estarmos aqui também fazendo parte desse debate tão importante que é para uma profissão, a enfermagem, que tem sofrido muito. A gente tem enfrentado grandes problemas e acho que é muito importante a representação nessa questão sindical também.

Os nossos companheiros aqui já colocaram, o José Gilmar, o Jorge Vianna, sobre a condição de trabalho hoje que o profissional de enfermagem tem passado.

E nós estamos aqui como enfermeiros. Eu sou enfermeira representante dos enfermeiros, legitimada por 20 sindicatos dos Estados em conjunto com os auxiliares e técnicos de enfermagem. Inclusive nós temos a nossa luta pela aposentadoria especial de 25 anos, projeto de lei tão antigo, já faz 18 anos, com carga horária de 30 horas para enfermagem. E estamos nos propondo a participar também do debate desse projeto no sentido de melhorar a qualificação do profissional de enfermagem como um todo.

Nós vemos a precarização do trabalho, as péssimas condições de trabalho que o profissional tem enfrentado. E isso foi colocado aqui na mesa, há ciência dessa situação. Nós somos conscientes também das dificuldades que nós apresentamos porque hoje as entidades, a dificuldade que nós temos de fiscalização com relação à precariedade das condições de trabalho a que as entidades, as empresas submetem o trabalhador de enfermagem. Essa questão é séria. E nós temos que estar juntos nessa participação.

Jorge Vianna comentou sobre a questão do voltar, de a enfermagem voltar para o domicílio, de conquistar esse espaço. Mas eu quero dizer aqui que é mais do que uma conquista, nós estamos retomando aquilo que é de princípio da enfermagem, porque a origem da enfermagem é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assistência domiciliar, é de assistência. Ela foi perdendo o seu campo, foi perdendo o seu vínculo importante com a família quando surgiram as empresas, os hospitais. E aí a enfermagem foi se afastando cada vez mais da residência. Então, o que nós queremos é voltar para o nosso local de trabalho realmente.

E o *home care* é muito importante, é um caminho, um passo fundamental, assim como foi a estratégia de saúde da família, que começou a aproximar do serviço público de saúde da família também o cuidar do *home care*.

Somos a favor da cooperativa, mas desde que a gente venha construir um projeto que garanta, como foi colocado aqui pelos ilustres companheiros da enfermagem, as condições de trabalho, que garanta a qualificação na assistência prestada. É isso que nós prezamos, isso que é importante para nós: um trabalhador satisfeito, respeitando o dimensionamento, como o José Gilmar mencionou. Você está de parabéns. Vocês estão de parabéns pela apresentação.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DIONNE SILVA SIQUEIRA – E nós precisamos caminhar juntos, construirmos juntos. E podem contar coma Federação Nacional dos Enfermeiros. Nós vamos apresentar a proposta e solicitar ao nosso Senador a participação dos enfermeiros da Federação Nacional dos Enfermeiros nesse importante projeto fundamental.

E eu creio que juntos podemos construir algo melhor para a enfermagem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradeço a nossa nobre Dionne Silva, representante da Federação Nacional dos Enfermeiros.

Passo a palavra, por cinco minutos, à Drª Danielle Feitosa, representante dos hospitais, Superintendente do Sindicato dos patrões do DF, rede hospitalar.

Meus cumprimentos a todos. Eu recebi o Livro Branco, fui convidado e não pude estar, mas sei da importância de toda a pauta que vocês trazem. Por isso estou colocando esse espaço para vocês.

Depois quero recebê-la em meu gabinete para conversarmos.

A SRª DANIELLE FEITOSA – Obrigada.

Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui. Eu gostaria em nome do Sindicato patronal de Saúde do Distrito Federal agradecer o convite do Senador Hélio e do Jorge Vianna para participar de um tema de suma relevância para o setor da saúde como um todo, tanto público quanto privado.

Eu acho que juntos, como tudo que já foi explanado aqui, temos a real capacidade de construir algo viável para o setor. Como o próprio Senador mencionou, trouxemos o Livro Branco, algumas dificuldades que, como empresários, também temos no setor de saúde. E eu acho que só existe uma forma de construir algo sustentável promovendo ações como esta, para que possamos debater dificuldade e juntos encontrarmos uma solução possível e viável para a categoria de enfermagem, não só na questão do *home care*. Sabemos da dificuldade. Tudo que foi elencado aqui realmente é lamentável. Infelizmente, o Governo de alguma forma ficou omisso nessas questões, mas eu acredito que com a iniciativa de todos, do próprio Senador e do Jorge, que trouxe a demanda, nós temos condições de construir uma regulamentação que seja viável, justa e que valorize o profissional de enfermagem não só na questão de *home care*. Nós sabemos que na área de saúde privada, 70% da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossa mão de obra é o profissional de enfermagem. Reconhecemos esse profissional, sabemos da importância. O hospital é uma casa de cuidado.

E nós estamos aqui nos colocando à disposição para participarmos desse tema de grande relevância, de grande importância, que acho que vai mudar um pouco a história da saúde pública e privada no que diz respeito à questão da enfermagem.

Então, agradeço a palavra. Não me preparei para falar. Agradeço a oportunidade. Estamos abertos como Sindicato do Distrito Federal tanto da área de hospitais, clínicas e *home care*. É uma situação que realmente nos traz grande angústia, não ter essa questão não regulamentada. Sabemos da dificuldade de haver um profissional dentro de uma residência, com todas essas situações mencionadas aqui.

E temos todo o interesse em apoiá-los e juntos buscarmos uma alternativa que seja viável.

Muito obrigada pelo convite e pela oportunidade de falar alguma coisa aqui para vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Meus agradecimentos à Drª Danielle.

Quero colocar para todos que tenho trabalhado muito para a aprovação do projeto das 30 horas, porque sei de sua importância para a área de enfermagem.

Vou tentar com o Rodrigo Maia, nesta semana, tratar de outro projeto fundamental de minha autoria, que aprovamos aqui que trata dos três canais para rádios comunitárias e ampliação de 25W para 300W o sinal das rádios comunitárias do Brasil, o setor que mais comunica. Esse projeto foi aprovado no Senado e precisa ter uma análise rápida na Câmara. E vou aproveitar para cobrar na Câmara dos Deputados porque está dormindo há tantos anos a questão do projeto das 30 horas para enfermagem

Eu e o Jorge Vianna estivemos com o Senador Paulo Paim, estamos construindo a regulamentação do projeto que trata da aposentadoria dos servidores da saúde e dos direitos especiais para essa categoria. E esperamos retornar a esse debate o mais breve possível.

Queria passar a palavra à Carla Bernardes de Souza, Analista Técnica e Econômica da Organização das Cooperativas Brasileiras, representante de Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB.

Por que, Carla, preferi passar a palavra a você depois de ouvir todas as entidades? Porque eu creio que você representando aqui a Organização das Cooperativas, ouvindo toda a provocação colocada da situação que vivem hoje esses profissionais, pode junto conosco colaborar sobremaneira para que o Poder Público, que vai se pronunciar em seguida, começando pelo Ministério da Saúde e concluindo pelo Ministério do Trabalho, dando seguimento.

Então, gostaria que você não se esquivasse das problemáticas aqui apresentadas e colocasse o ponto de vista das cooperativas, de como vocês estão vendo essa organização.

Obrigado.

Você também terá dez minutos, no nono, toca a campainha. Se você precisar de mais cinco minutos eu concedo. Muito obrigado.

A SRª CARLA BERNARDES DE SOUZA – Obrigada, Senador.

Cumprimento a Mesa. A gente quer agradecer, agradecer em nome do Sistema, a oportunidade de estarmos aqui, de podermos contribuir para este debate, que é de grande interesse para o Sistema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque, na condição de movimento cooperativista, em nada nos interessam relatos de cooperativas que estão precarizando o serviço ou que não estão fornecendo condições de trabalho ou de remuneração adequadas para os profissionais. O nosso entendimento é que uma cooperativa que atua dessa forma ou ela tem sérios problemas ou não é uma cooperativa. E nós estamos aqui para ajudar a resolver, para contribuir e agregar nesse debate.

Então, o Sistema OCB é formado por três instituições: OCB é representação política e institucional; CNCoop, que é nossa representação sindical; e os Sescoop, que é a nossa promoção da cultura cooperativista e aperfeiçoamento da gestão e também é papel do Sescoop a questão de formação.

Foi falado bastante aqui sobre formação. E a gente tem um braço do sistema que pode auxiliar bastante nessas questões.

Com relação aos nossos números, para vocês terem conhecimento, temos registrado no Sistema OCB 6.655 cooperativas com 13, 2 milhões de cooperados e 376 mil empregados diretos. E as cooperativas atuam em 13 setores da economia, que chamamos internamente de ramos do cooperativismo.

Os nossos princípios, desde o início do cooperativismo, desde de Rochdale, desde a Inglaterra, que os nossos pilares se baseiam, que trabalhamos: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Então, a gente pode perceber que se você, técnico de enfermagem, enfermeiro, cuidador, está trabalhando em alguma empresa que se diz cooperativa e não está zelando por isso, você tem que buscar por isso, porque você faz parte disso, de todo esse processo.

E afinal de contas o que diferencia as cooperativas? O que nos diferencia? Sociedade de pessoas, vínculo de confiança... É inclusão produtiva por meio de economia de escala.

Então, a gente entende que as pessoas se reúnem em cooperativas para estarem em uma condição melhor no seu mercado do que se estivessem isoladas. E você não vai se reunir com pessoas em quem você não confia. Esse vínculo precisa, nem que seja apenas no nível profissional, existir.

Capilaridade e desenvolvimento regional. As cooperativas, elas atuam próximas às pessoas. A cooperativa atua no Município, atua na cidade... A cooperativa atua dentro da casa das pessoas, quando a gente está falando de uma cooperativa, no caso aqui, que trabalha com o *home care* também.

E a participação do conglomerado na tomada de decisões. Isso é uma questão importantíssima. Quando o Jorge trouxe aqui que o cooperado não sabe se ele é empregado, se ele é cooperado, em que papel que ele está. Como cooperado, ele tem a figura da assembleia e ele decide, decide todas essas questões que nós estamos tratando aqui.

E no caso a substituição do lucro pela sobra. A cooperativa não tem fins lucrativos. Quem tem que lucrar com a cooperativa, quem tem que ganhar com a cooperativa é o seu cooperado e não a figura da cooperativa.

As cooperativas de trabalho, que é onde a gente trata as cooperativas que estão atuando com o *home care,* elas objetivam melhorar a remuneração e as condições de trabalho, reúnem profissionais de uma mesma categoria e as cooperativas de trabalho têm grande abrangência de atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

econômicas. Praticamente em todos os setores da economia a gente tem cooperativas onde os profissionais se reúnem para fornecer os seus serviços. E possuem legislação própria, o que já foi citado aqui, a 12.690 e regras especiais.

Hoje, nesse ramo do cooperativismo, a gente tem 1.580 empregados, 193 mil e 773 associados e 895 cooperativas. É muito comum, quando você outras apresentações, em outros ramos, mais empregados do que cooperados, mas, no caso do trabalho, o que ele está levando para o mercado é a própria mão de obra dele, então a gente tem muito mais associados do que empregados nesse modelo de cooperativa.

E como é essa relação cooperativa/cooperado? A gente entende que é uma via de mão dupla. O que a gente espera da cooperativa? Que a cooperativa seja transparente nas suas relações. Que ela preste contas. Ela é obrigada, não é só esperar, não, ela é obrigada, inclusive por lei, a fazer isso. Resultados econômicos. E a gente está falando econômicos e não financeiros. O resultado tem que ser para o cooperado. Gestão e governança. Isso você não vai conseguir se você não tiver uma gestão adequada. E abertura ao diálogo, que são todos os espaços os fóruns, os conselhos, as assembleias, as assembleias especiais, que a cooperativa possui, inclusive por lei.

E o que a gente espera do cooperado? É uma via de mão dupla. Então, assim como a cooperativa tem que fornecer tudo isso, há o papel do cooperado. Compreensão de pertencimento. O cooperado tem que entender que ele é dono do negócio, que ele faz parte daquilo e que ele responde por aquilo. Ampla participação. O cooperado precisa participar. Então, normalmente, as cooperativas onde se há uma gestão muito forte, o cooperado realmente está participando, vai às assembleias e se mantém atualizado de tudo o que está acontecendo. Fidelidade. O cooperado precisa estar engajado e estar ciente de que aquele negócio é dele. Valorização do papel da cooperativa. Entender o quanto ela é importante na sua vida. No cooperativismo de trabalho nem se fala, porque é de onde você tira o seu sustento. E o engajamento. Estar ali para o que der e vier na cooperativa. E isso é muito importante.

Aqui, a gente elencou algumas legislações, algumas já foram até citadas, que já tratam da questão, ou do *home care* ou do trabalho do Técnico de Enfermagem ou do Cooperativismo de Trabalho. A Lei nº 12.690, de 2012, que regula as cooperativas de trabalho; a Lei 7.498, de 1986, e o Decreto do Cofen 94.406, de 1987, que regulam o exercício da enfermagem; o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; a Resolução do Cofen 358, de 2009, que dispõe sobre o processo de enfermagem; a Resolução 429, de 2012, registro de ações profissionais em prontuário do paciente; mais duas resoluções do Cofen, que regulamentam a atenção domiciliar de enfermagem e a resolução inclusive da Anvisa que dispõe sobre o regulamento técnico de funcionamento de serviços que prestam atenção domiciliar.

Então, fazendo essa pesquisa, inclusive com a ajuda da nossa Assessoria Jurídica, a gente entende que a gente já tem várias regulamentações sobre isso.

Claro, ficou bem claro, bem patente, aqui na nossa discussão que a gente precisa regulamentar mais, que ainda há mais aspectos a serem tratados, mas entendemos que algumas questões já estão inclusive pautadas nas legislações existentes, que talvez a gente devesse dar voz a isso, dar uma divulgação a esses resultados que a gente tem, a essas legislações que a gente tem e colocar em prática aquilo que já está legislado, que o legislador já colocou e já aprovou, que o caso do 12.690.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente entende que aquela exclusão, Jorge, que você falou, ela é apenas para as operadoras de saúde e não para as cooperativas que atuam com *home care*.

Então as cooperativas que estão prestando serviço para as empresas de *home care,* elas devem estar adequadas à Lei nº 12.690. E isso não é ruim, isso é ótimo, porque é uma garantia para o trabalhador que está em *home care*. Inclusive essa questão da remuneração ela é muito clara na 12.690. Ou o salário mínimo, que não é o caso de vocês, ou o piso da categoria, que vocês têm, via sindicato.

Então, algumas questões ela já contempla. O que talvez esteja precisando é a gente colocar em prática aquilo que já está previsto. Eu fiz um levantamento rápido com base numa pesquisa da Fiocruz, junto com o Cofen, está disponível no *site* do Cofen esses dados, para falar um pouquinho sobre os trabalhadores, auxiliares e técnicos de enfermagem, que estão trabalhando por meio de cooperativas.

E quando a gente repara, a gente vê que a maior parte está no setor privado, seguido do setor público, depois vem setor de filantropia....

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – A senhora precisa de quanto tempo mais?

A SRª CARLA BERNARDES DE SOUZA – Só mais um minuto.

Só para explicar este gráfico aqui.

E a gente tem um número ali muito pequeno que não declarou, está em duplicidade nos setores. E quando a gente olha para todo mundo que participou da pesquisa, que foram 1.389.823 profissionais, a gente vê que esse mercado das cooperativas, ele representa 3,9% apenas dos profissionais.

Então, eu corroboro com as palavras do colega ali do Cofen, que a gente tem um trabalho muito maior. Este aqui é o primeiro passo que a gente está dando. E a gente está tratando, quando a gente trata de cooperativas, de 3,9% do mercado dos auxiliares e técnicos de enfermagem.

Ainda há muito a ser explorado e, pelos relatos aqui, muito a ser tratado. Então a OCB ela está à disposição, o Sistema OCB, as três casas, à disposição para agregar a este debate, para construir junto e para auxiliar naquilo que for necessário.

Independente do projeto de lei ou não, o Sistema OCB já tem vários trabalhos, vários projetos na área de gestão. A 5.764 obriga o registro na OCB das cooperativas. Então verifique se a sua cooperativa é registrada ou não no Sistema OCB. A gente tem todo um trabalho de gestão, de capacitação, de formação...

Busque o Sistema no seu Estado, busque o Sistema onde você está, verifique as condições da sua cooperativa e aquilo em que a gente pode auxiliar. Se houver necessidade de inativação, o Sistema OCB está disponível para isso. Senão, a gente pode fazer todo um trabalho para ajudar as cooperativas a fornecerem uma condição de trabalho muito melhor do que elas estão fornecendo hoje, que esse objetivo dela, ser melhor que outras opções.

Então encerro aqui a minha fala.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Eu vou te dar mais três minutos e quero que você responda às minhas perguntas.

A contratação de cooperativas de saúde por empresa de *home care*, o que não seria permitido pelo ordenamento jurídico brasileiro, quero saber como é que anda essa contratação de cooperativas de saúde pelas empresas de *home care*? E a outra pergunta. Se há o pagamento de salários fixos aos auxiliares e técnicos de enfermagem cooperados, há a ausência de repasse de lucros aos referidos profissionais e há a exigência de jornada de trabalho extraordinário sem a devida contraprestação?

Você tem três minutos para me responder a essas duas perguntas que são fundamentais para a nossa questão aqui, do ponto de vista da cooperativa.

Jorge, quer complementar...

O SR. JORGE VIANNA – Não, é porque é o seguinte: eu tenho uma pergunta que na verdade é crucial para a gente aqui em Brasília.

A senhora falou que as cooperativas são, entre aspas, "filiadas" a vocês e tudo mais. Mas aquelas cooperativas que se denominam cooperativas e que não são filiadas? Porque é livre a associação, a filiação, então, o que nós temos aqui em Brasília é que muitas cooperativas não reconhecem a OCB, não reconhecem a representação de vocês e, portanto, fazem o que bem entendem.

Então, existe alguma sanção da OCB com relação a isso, um descredenciamento ou alguma ação com essas cooperativas corruptas?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Só um minuto Carla.

Então vou contar agora, você tem três minutos para responder. Vai tocar quando tiver dois.

A SRª CARLA BERNARDES DE SOUZA – Bem, eu vou começar pela do Jorge.

A OCB não tem poder de polícia. Pela 5.764, ela é um órgão consultivo do Governo e a gente atua dessa maneira. A gente não pode, de maneira nenhuma, responder por cooperativas que não estão no Sistema, inclusive, a gente pode até questionar o quão cooperativas elas são, porque elas não estão nem cumprindo o mínimo da 5.764 que seria se registrar no Sistema.

A gente sabe que a adesão é livre e voluntária e a gente respeita, só que a gente não tem nenhuma ação, inclusive de aproximação, com essas cooperativas que não querem participar. Então, eu aconselho que você, quando a auxiliar de enfermagem, procure cooperativas que estão registradas no Sistema ou convença a sua cooperativa, porque se é uma cooperativa e você é cooperado, a se registrar no Sistema.

Enfim, com relação a isso a gente não tem o que fazer. Quem tem poder de polícia, quem pode aplicar alguma penalidade seria o próprio Cofen. Aí, realmente eu não sei como é essa relação do Cofen com cooperativas que não estão registradas.

Em algumas agências reguladoras, existem convênios e acordos entre a OCB e a agência reguladora para que algumas práticas sejam feitas apenas com quem tem registro no Sistema. Isso já existe, já é prática no setor de transporte e a gente pode evoluir para algo desse tipo também com relação às cooperativas de atendimento à saúde ou *home care*, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Você não respondeu às minhas perguntas.

A SRª CARLA BERNARDES DE SOUZA – Vamos responder agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – A contratação de cooperativa de saúde por empresas de *home care*, o que não seria permitido no ordenamento jurídico brasileiro. Como é isso aí?

SRª PRESIDENTE (Carla Bernardes de Souza) – Não existe nenhuma vedação para que cooperativas sejam contratadas por empresas de *home care*, nenhuma vedação. Então, a gente desconhece algum texto que possa trazer essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Então, a segunda: o pagamento dos salários fixos aos auxiliares e técnicos de enfermagem cooperados, a ausência de repasse dos lucros aos referidos profissionais e a exigência de jornada de trabalho extraordinária sem a devida contraprestação.

A SRª CARLA BERNARDES DE SOUZA – Com relação à questão de salários, associado de cooperativa não tem salário; ele tem a produção dele. Então, quando a cooperativa fecha contrato com a empresa de *home care*, a cooperativa estipula essa questão da remuneração, e essa remuneração é distribuída conforme a assembleia geral ou a assembleia especial determine. Inclusive a 12.690 determina que haja uma assembleia especial justamente para discutir os detalhes do contrato, quem vai participar do contrato, como vai ser...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARLA BERNARDES DE SOUZA – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Pode continuar.

A SRª CARLA BERNARDES DE SOUZA – Quem vai participar, quem vai ser o coordenador, como esses recursos serão distribuídos, onde cada um vai trabalhar, quanto se vai receber. Então, essa questão é tratada pelos próprios cooperados nos fóruns adequados. Se vai ser fixo, se não vai, como vai ser os próprios cooperados, nas respectivas assembleias, vão determinar. Acredito que seja dessa forma que funciona.

Com relação à questão da jornada, a própria 12.690 também traz essa questão dos turnos e dos plantões. Além disso, as próprias regulamentações da profissão trazem isso. Então, a cooperativa é obrigada a seguir toda essa legislação. Se não está seguindo, os cooperados têm de ir atrás e lutar por isso. A cooperativa não se exime em momento nenhum dessas questões nem dessa questão de que o cooperado tenha um trabalho dentro da cooperativa. Aí vem a questão do engajamento, da participação, do pertencimento que a gente trouxe na nossa apresentação.

Respondi?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Quero agradecer a você pelas respostas dadas. Há controvérsia, mas não vamos fazer o debate agora, porque todos terão cinco minutos de retorno.

Antes de ouvir a Administração Pública, o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho, quero ouvir também um representante de *home care*.

Eu fui informado de que aqui está a Srª Sheila Ximenes, representante de uma empresa de *home care*. Eu quero conceder a ela cinco minutos, para que ela fale um pouco de tudo que ouviu aqui já que ela é de uma empresa de *home care*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por gentileza, Srª Sheila Ximenes, sente-se em qualquer bancada com microfone. A senhora pode fazer o uso da palavra por cinco minutos, falando sobre tudo que debatemos aqui. (*Pausa.*)

A SRª SHEILA XIMENES – Bom dia, Senador, demais membros da Mesa e todos os presentes!

Conheci o nosso Presidente da Federação dos Técnicos de Enfermagem quando cheguei e relatei a realidade das empresas de *home care*.

Eu sou Sheila Ximenes, da Interne Home Care, uma *home care* que trabalha com profissionais celetistas. Nós trabalhamos no passado com cooperativas, mas, como todos elencaram aqui, havia todos esses os problemas de o cooperativado não se entender como um dono, mas como um empregado. Então, visando realmente à qualidade na prestação da assistência, decidimos há alguns anos trabalhar com o profissional de carteira assinada.

Nós também temos uma escola, a Interne Educação, onde a gente forma os nossos profissionais para trabalhar na área do *home care*. Falou-se bastante sobre a questão da necessidade de o profissional técnico de enfermagem ter esse viés do *home care*, porque ele sai da escola técnica sem passar por uma cadeira de *home care*, uma cadeira de assistência domiciliar. Na escola da Interne, temos essa cadeira e nós temos um treinamento constante de todos os profissionais na questão do *home care*.

Realmente existe bastante dificuldade para o profissional trabalhar dentro de uma residência. Tudo que vocês elencaram realmente a gente vivencia e combate. Nós fornecemos todos os tipos de profissionais – técnico de enfermagem, enfermeiro, médico, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, TO –, por termos uma visão bem holística do paciente. E nós combatemos... O técnico de enfermagem é técnico, ele está ali para ministrar medicação no paciente, para ter os cuidados com o paciente e não, com demais familiares da residência. Então, ele está ali para administrar uma dieta, tanto caseira quanto industrial, e ajudar nos cuidados gerais, mas o cuidador é essencial para a exigibilidade do paciente em casa. Então, nós exigimos na hora da negociação com o convênio ou até com o paciente, quando vamos abordar os pacientes para internação ou somos abordados, o cuidador. É essencial e necessário que ele se faça presente no internamento 24 horas junto ao paciente, porque o técnico de enfermagem está ali para exercer apenas as funções técnicas exigidas pela profissão dele.

E nós temos enfermeiros que fazem visitas regularmente.

Na questão das cooperativas, o que gente sente é uma certa dificuldade por conta de que, por ser em residência – até estava conversando com o Jorge –, existe essa dificuldade da passagem do plantão. Nós temos uma quantidade x de pessoas e mais; então, temos sempre quatro pessoas, porque o plantão é de 12 por 36 horas, e temos geralmente na base da empresa de 20 a 30 pessoas aguardando que aconteça um caso fortuito ou de força maior. Eles ficam esperando para o caso de acontecer algum imprevisto, como a situação de um técnico não chegar por algum motivo, como uma doença na sua casa, um acidente com o filho ou com ele em sua residência, uma enchente – em Recife tem chovido bastante e a cidade tem ficado alagada. Em casos fortuitos e de força maior, nós temos profissionais na base, só que acontece de usarmos todos; já aconteceu de usarmos todos os profissionais que estavam na base.

Então, surgiu a necessidade de termos uma cooperativa para suprir apenas os casos fortuitos e de força maior, além do que a gente já tem, mas a gente realmente sente uma certa dificuldade em encontrar. Existem excelentes cooperativas em Recife, acredito que no Brasil, mas também há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cooperativas nem tão legais. Do mesmo jeito que existem empresas de *home care* como a nossa, uma empresa que realmente tenta seguir a legislação à risca, há empresas que não a seguem.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SHEILA XIMENES – E a gente sempre tem dificuldade na hora do orçamento. Nós somos orçados para prestar o serviço e, por nossos empregados serem todos celetistas, temos dificuldade porque o nosso preço é sempre mais caro que os nossos concorrentes que trabalham com cooperativas, porque elas trabalham com preço fixo enquanto nós trabalharmos com o piso da categoria e todos os benefícios que uma empresa privada fornece: plano de saúde, tíquete alimentação, plano dental. Então, fornecemos alguns benefícios, fora os encargos sociais, que realmente são bem pesados para a iniciativa privada.

É basicamente isso que eu queria falar para vocês, das nossas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Sheila Ximenes) – Gostaríamos muito de que essa situação das cooperativas fosse regulamentada, para que nós tivéssemos segurança em contratar esse terceiro – não de forma geral, porque não é o objetivo; acredito que seja o das grandes empresas –, porque a gente quer ter o controle realmente dos nossos empregados, nós queremos ter a segurança de que estamos prestando um serviço de qualidade e que nós estamos treinando aquele profissional, mas a gente quer ter também uma válvula de escape em uma situação de caso fortuito e de força maior. A gente quer contratar empresas ou cooperativas em que a gente possa confiar e que saibamos que sejam cooperativas cumpridoras da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradeço, Srª Sheila Ximenes. Foi um excelente exemplo o colocado e que deveria ser seguido por todas as *home care* brasileiras. Com certeza, serve para nós aqui, representantes do Poder Público, tanto a mim, que vou propor um encaminhamento, quanto aos nossos Ministérios para avaliar a situação.

Srª Ana Paula, representante do Ministério da Saúde, Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, representando aqui o meu nobre amigo Rogério Abdalla, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

A senhora está com a palavra.

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – Bom dia a todos!

É um grande prazer estar aqui. Muito obrigada, Senador, pela oportunidade. Agradeço em nome do Secretário Rogério Abdalla.

Quero dizer que este debate é extremamente rico, e, como diz o nosso colega, nós temos de estender isso não só para os *home care,* mas em nível nacional em termos de enfermagem, porque realmente a enfermagem tem feito diferença, faz a diferença e faz um serviço público no nosso País em termos de assistência.

Vou apresentar rapidamente como nós, dentro do Ministro da Saúde, podemos tentar ajudar de alguma forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentro do meu departamento, existem três blocos de negociação e, dentro dessas vias de negociação, a gente pode discutir isso tudo e levando não só essa discussão do *home care,* mas também outros tipos de discussão.

Peço para colocar a apresentação, porque tenho dez minutos.

Já começou a contar?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone*.) – São prorrogáveis por mais cinco minutos.

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – A SGTESs é a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Então, quando meu nobre colega Jorge falou com relação ao Ministério da Educação, na verdade quem dá cursos técnicos para a área da saúde é a SGTES, a nossa Secretaria. É outra área que não a minha, é a de educação. A minha é de Regulação e Gestão do Trabalho, mas podem ser feitos cursos em que podemos estar juntos, denominando realmente aquilo que precisa ser feito para que o técnico de enfermagem realmente tenha qualificação para os *home care.* Isso é algo que a gente pode solicitar. De repente, podemos conversar com o Dr. Rogério e disponibilizar isso na nossa base, que é o AVASUS, que tem vários cursos gratuitos para todos os profissionais que querem se especializar.

A regulação das profissões em saúde é uma atribuição do Estado, que pode delegá-la para órgãos públicos e privados. Dentre as competências do DEGERTS, a nossa competência é planejar e coordenar ações de regulação profissional, tanto em novas profissões e ocupações quanto para as já estabelecidas no mercado; supervisionar a elaboração do parecer de projetos de lei e de outras propostas normativas que disponham sobre o trabalho em saúde.

Nós analisamos os PLs que vocês enviam para nós para que a gente possa votar a favor ou contra esses PLs. Muitas vezes nós sentimos a necessidade, Senador, de que isso fosse alvo de um diálogo maior e não simplesmente só receber o PL, pois muitas vezes nós temos que negar, porque ali não existe um planejamento, não existe uma previsão de quanto isso vai dar de orçamento para a parte pública. Como nós iremos aprovar algo sobre o que nós não temos a parte de orçamento, um estudo de orçamento, quanto isso vai impactar na parte pública? E aí nós temos que negar. E, na verdade, não é porque queremos negar, é porque nós precisamos de um estudo aprofundado.

Nós temos espaço para isso dentro do Ministério da Saúde, que está dentro do meu departamento também. Essa é uma maneira de colocar para que nós possamos fazer uma parceria, construir juntos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Exatamente, minha nobre Ana Paula.

É exatamente nesse sentido que eu resolvi fazer essa audiência pública, convidar todos os atores aqui presentes e dar, inclusive, palavra a três pessoas que não estavam inscritas aqui, para que possamos a oito, quatro, cinco ou dez mãos fazer um procedimento para podermos acelerar uma ação legislativa no intuito de permitir a regulamentação dessa área.

Inclusive, ao final, vou propor aqui a tirada de uma comissão para que a gente imediatamente tire a sugestão para fazer um PLS ágil.

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – Ótimo.

É dessa forma que nós atuamos dentro do departamento. Fazemos a elaboração de pareceres mediante os PLs que chegam, não só do Senado, como também da nossa Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós articulamos sistemas permanentes de negociação das relações de trabalho com os gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, o setor privado e as representações dos trabalhadores.

É aqui que nós temos a grande chave e que eu tenho um colega que é do Ministério do Trabalho, que está aqui, que participa comigo na mesa de negociação, que é o lugar onde a gente realmente consegue...

Muda. Não está mudando, gente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Muda sim.

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – Então, vamos lá.

Onde está o DEGERTS e qual é o nosso meio de debate, de negociação junto com esse trabalhador, junto com os sindicatos?

Eu vou mostrar as três áreas que nós temos de negociação dentro do DEGERTS.

A Secretaria está ali, nós somos um departamento do SGTES. E nós temos a Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde. Essa Câmara, Senador, colegas de trabalho... Eu falo colegas de trabalho porque nós somos todos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Claro.

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – E assim nós entendemos quando estamos em uma mesa de negociação e assim nós entendemos quando nós estamos também em uma câmara de regulação.

Nesta Câmara de Regulação, estão todos os profissionais de saúde representados pelos seus conselhos, e é aqui que muitas vezes nós fazemos GTs para poder realmente fazer com que esses PLs possam chegar – isso a gente pode promover, de repente, Senador – a algo que seja sólido e que a gente possa, realmente, ter um estudo. Um estudo do qual vão estar participando as 14 profissões, que são as 14 profissões de saúde que estão integrando. E aí nós não estamos falando de uma categoria, nós estamos falando de todas as categorias de saúde. É nesse espaço que nós podemos fazer com que as categorias, que são os conselhos, possam se manifestar, podemos fazer GTs para poder trabalhar e colocar as reivindicações que realmente precisam ser trabalhadas e trazidas para a Câmara, mas com um estudo sólido. Por que isso vai impactar onde? No serviço público. E nós precisamos ter um estudo sobre isso.

Com relação à mesa de negociação, da qual o meu colega do Ministério do Trabalho e eu fazemos parte, sentamos com 14 sindicatos de um lado e a gestão do outro. Nesse espaço, é onde vocês estão representados. E eu acho que nós precisamos fazer com que esse *link* se fortaleça, porque é ali onde nós podemos sentar e discutir saúde, discutir realmente com esses sindicatos aquilo que nós precisamos discutir.

Esses tipos de reivindicações têm que estar dentro da mesa de negociação. Então, nós precisamos fazer com que, nas nossas reuniões que acontecem ali, tenham como resultados as reivindicações de vocês. Quero dizer para vocês que nós temos pautado todos com *e-mails* e quero pedir que, por favor, mandem para nós quais são as solicitações dos trabalhadores, porque ali é o nosso espaço de negociação, ali vocês estão representados realmente pelo sindicato de vocês.

E, muitas vezes, é complicado para que eles possam estar aqui, Senador. Quero dizer que muitas vezes essa Câmara é bancada totalmente pelo Ministério da Saúde para que esses sindicatos estejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

presentes e, muitas vezes, eles vão ali e vêm fazer política aqui dentro das Casas e não estão lá representando os seus trabalhadores.

Então, é muito complicado a gente conseguir, muitas vezes, segurar esse trabalhador ali, mas a gente tem conseguido sim. Eu tenho sido extremamente rígida com relação a isso, porque é dinheiro público, nós estamos ali para discutir saúde e nós temos que discutir. Quem sai não volta e não senta de volta e é indicado para o sindicato que ele saiu e não participou da reunião, porque muitas vezes é ali o espaço que vocês estão sendo representados e não vivem isso. E, nas decisões que saem dali, vocês não têm voz. Aqui eu estou falando só para a enfermagem, mas isso ocorre em todas as áreas da saúde.

Nós temos tentado fazer com que isso mude, porque ali também não é um espaço de discurso político, porque, muitas vezes, a pessoa pensa que é um espaço de discurso político. Não, ali é construção do Sistema Único de Saúde. E construção com quem? Com os trabalhadores. Nós precisamos que isso se fortaleça, nós precisamos dessa arma que nós temos – desculpa, arma, acho que fica pesado –, dessa ferramenta que nós temos, que é a mesa de negociação, aconteça realmente com reivindicações como as que vocês estão trazendo aqui para o Senador. E nós estamos abertos a isso. Essa mesa de negociação é onde vocês realmente podem fazer com que as coisas aconteçam e mudem a situação.

Outro espaço é o Mercosul, onde a gente faz vários GTs para que os profissionais da saúde possam estar indo e vindo das...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – Três minutos.

Com relação a ir e vir, como se dá com os países associados do Mercosul?

É muito importante dizer que quando a gente está em um grupo de mesa de negociação, pode ser que ali, Deputado, nós não tenhamos a possibilidade de decidir, mas nós temos o grande espaço. Nenhum desses aqui é delegado. A gente pode delegar algo e realmente fazer algo, mas ali nós podemos nos expressar e nos colocar como Governo e como trabalhadores. Ali tem peso para que a gente possa chegar aqui e vocês chegarem com uma carta de que realmente a saúde se reuniu e isso fez a diferença. Vocês estarão amparados, não chega uma categoria somente. Esse é o grande espaço que nós temos dentro do Ministério da Saúde.

Esse espaço da Câmara de Regulação, só para o senhor ter uma ideia, ficou dez anos parado, e nós o reativamos agora, no ano passado. Então, dez anos parado um espaço em que a gente tinha todos os conselhos da saúde. É ali onde a gente realmente pode, é o nosso braço. Eu falo que o conselho é o braço, é a autarquia para poder realmente fiscalizar. Nós precisamos que os conselhos estejam juntos conosco para discutir o perfil desse profissional.

Eu já falei da Câmara. Esse eslaide é baseado nas portarias, nas Bancadas e no Mercosul também.

Aqui eu quero pôr o meu último eslaide, que sempre coloco, pois eu sempre digo que a melhor coisa é coexistir com as diferenças. Eu sou o porquinho ali, porque eu sou palmeirense. Quanto ao restante, eu espero que a gente possa ser realmente totalmente diferente uns dos outros para que a gente possa construir, como o senhor disse, com oito, com dez, com as mãos dos trabalhadores aquilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é melhor para a saúde pública do nosso País. E nós estamos totalmente abertos dentro do Ministério da Saúde.

Agradeço a todos vocês e quero dizer que estamos à disposição para que a gente possa passar para vocês quando acontecerem essas reuniões, porque a reunião da mesa de negociação acontece a cada dois meses, e a CRTS a cada três meses, mas nós estamos fazendo um pouquinho antes porque nós temos GTs para poder realmente falar de curso em EaD em saúde.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradeço a Srª Ana Paula. Quero dizer que lá faltou a raposa, porque ontem nós papamos o Vasco, 4 a 0. Já tínhamos dado uma goleada de sete no Estudiantes de la Universidad de Chile. Então, quero dizer que o meu Cruzeiro Esporte Clube, cujo símbolo é a raposa, não estava representado ali, mas eu respeito o porco, que é do time do Palmeiras, o time da senhora. Um bom time também.

Pessoal, exatamente o nosso grande objetivo é permitir essa interação para que possamos fazer o melhor para a sociedade, pois só tem sentido...

Ela me chamou de Deputado, honra-me muito...

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE (*Fora do microfone.*) – Ah, desculpa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – ... ser Deputado na próxima legislatura. Inclusive o meu Partido estuda até me colocar como pré-candidato a Deputado Federal na próxima eleição, pois a casa dos Deputados é a Casa dos representantes do povo.

Aqui é o Senado, sou Senador da República, representante do Estado. Independentemente do Governo, o Estado continua, tem que ser perene.

Eu sou um servidor público concursado, igual a senhora e igual ao nosso nobre aqui, igual ao Jorge e vários que estão aqui. Nós, servidores públicos, sabemos da importância, independentemente de que Governo seja, de o Estado ter condições de um funcionamento adequado.

Honra-me muito ouvir da senhora a preocupação em dar realmente voz e participação a todas as entidades representativas numa representação do Estado como o Ministério da Saúde.

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – Perdoe-me!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Não, não há problema nenhum! Honra-me muito essa possibilidade. Inclusive, como falei para a senhora, o meu Partido está me colocando à disposição para isso.

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – Estou aí profetizando.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Pode ser. Pode ser. (*Risos.*)

Quero passar agora a palavra a quem vai dar a palavra final com relação à regulamentação, o que é muito importante e cai exatamente no nosso Ministério do trabalho, nas relações de trabalho. O Ministério tem uma palavra importantíssima quando a gente encaminhar o projeto.

É muito importante a gente ouvir, com bastante atenção, o nosso representante do Ministério do Trabalho. Depois passarei, para rápidas considerações de cinco minutos, a cada um, para a gente concluir a nossa audiência.

O Ministério do Trabalho ouviu atentamente e anotou muitas questões aqui. O Dr. Luís Carlos Barbosa é uma pessoa experiente, vivida e que conhece dessa praia. Com certeza, será um parceiro muito importante para a gente construir uma saída e superar os traumas que nos trouxeram aqui hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para discutir e para que haja um futuro melhor para todo mundo, seja para as *home care*, para os trabalhadores das *home care* e, principalmente, para o coitado do usuário, que não pode ser vítima de uma situação não boa e para o coitado do trabalhador, porque esses dois precisam ter nossa atenção especial – o trabalhador e o usuário. É disso que a gente precisa aqui.

Estado não existe nem para dar lucro nem para dar prejuízo. Estado existe para fazer o equilíbrio entre o público e o privado, entre as instituições públicas e quem paga imposto, pois é o nosso patrão, o dos servidores públicos, que são exatamente os contribuintes,

Por isso é que, no Estado, servidor público não é privilegiado. É uma pessoa que se abdica de trabalhar, de ser um empresário, de ser um monte de outras coisas, de ser um milionário em situações boas no comércio, em que pode se dar bem, para poder ser um burocrata normal e fazer a instituição funcionar.

Por isso que é inadmissível falar que servidor público é privilegiado ou isso ou aquilo. Servidor público é um ente essencial na sociedade, que faz a interface entre o Governo, que é eleito nas urnas, trabalhando pelo Estado, e quem é o patrão do servidor público, que é exatamente o contribuinte, que paga imposto, que compra pão, que compra arroz e feijão, que paga o seu imposto e consequentemente é o patrão do servidor público.

Então, o servidor público precisa ter uma condição boa de trabalho, precisa prestar bem o seu serviço. E é exatamente nessa linha que a gente precisa atuar. O nosso Poder Público, que é o Ministério do Trabalho, com certeza, vai dar para nós alguns aspectos importantes, orientativos, para que nós possamos resolver esse grave problema.

Hoje ainda teremos uma audiência pública importante, presidida por mim, na Comissão Senado do Futuro, que trata do setor elétrico, da eficientização da energia elétrica. Essa audiência pública será a partir das 17 horas, presidida por mim na Comissão Senado do Futuro. Todos estão convidados para a audiência pública que vai debater a importância dos estudos e projetos em eficiência energética, no âmbito do elétrico brasileiro.

Nós estamos vivendo uma situação de desregulamentação desse setor, que é um setor é essencial. A Aneel, que é o Poder Público, já deixou claro que, se privatizarem da forma que querem, vai dobrar a energia elétrica, vai chegar a dobrar.

Nós sabemos que a energia elétrica é um dos insumos mais caros na cesta básica do brasileiro. No Brasil, alguns querem colocar na contramão da história privatizar um setor, que países como Estados Unidos, Austrália, Japão e China, todos, concentram na mão do Estado. O Brasil tem uma estrutura muito importante no setor elétrico.

Eu, inclusive, já apresentei um pedido de CPI sobre a questão da privatização, para provar, como fiz, com relação à previdência social, para mostrar que a proposta do Governo é equivocada e que falta com a verdade para com o nosso povo com relação ao setor elétrico. Espero aqui que esta Casa instale, o mais rápido possível, essa CPI, porque aí nós vamos provar, por a, b, c e d – eu sou engenheiro eletricista e conheço do setor, sei do setor, trabalho no Ministério de Minas e Energia como servidor público, além de ser Senador da República –, o equívoco que está em volta dessa tentativa de se privatizar e entregar o nosso patrimônio público do setor elétrico, os nossos rios e nossos cursos d'água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, quem tiver interesse Brasil afora e quem está aqui também, a partir das 5 horas da tarde, nós teremos essa audiência pública hoje, com a presença do Ministério de Minas e Energia de várias autoridades do setor.

Amanhã, nós teremos uma sessão solene importante, transmitida também pela TV Senado, que trata do Dia do Líder Comunitário, que é comemorado todo dia 5 de maio. Haverá uma sessão solene proposta por mim aqui, no plenário do Senado, a partir das 10 horas, quando estaremos saudando todos os líderes comunitários de Brasília e do Brasil.

Às 14 horas e 30 minutos, teremos outra audiência pública importante no âmbito da minha comissão, da qual sou Presidente, que é a Comissão do Senado do Futuro, que trata do futuro das nossas universidades. Nela o MEC estará presente. Todo mundo está vendo a crise que está acontecendo na UnB, onde as pessoas não estão tendo condição adequada para fazer o seu estudo, porque está faltando tudo por causa da questão orçamentária. Então, o Ministério da Educação e diversas entidades, representantes das universidades brasileiras e da UnB, estarão presentes. Isso tudo também será transmitido ao vivo pela TV Senado, às 14 horas e 30 minutos, amanhã, sexta-feira.

Então, ficam aí esses convites para quem, porventura, quer um Brasil melhor, um Brasil mais participativo, um Brasil que a gente possa, juntos, construí-lo de uma forma ordeira, de uma forma tranquila e sem se envolver com coisas erradas ou com coisas não republicanas.

Então, vamos ouvir agora o nosso nobre representante do Ministério do Trabalho, Sr. São Luís Carlos Barbosa. São dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, sem nenhum problema, Dr. Luís.

Muito obrigado.

O senhor está com a palavra.

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – Bom dia ou boa tarde, não é? Mas é bom dia porque ninguém almoçou ainda.

Eu queria aqui, Presidente, Senador Hélio José, em nome do Ministro Helton Yomura agradecer o convite para esta audiência pública. Entendemos a importância dela em cima dos relatos e dados que foram trazidos aqui.

Quero dizer aos senhores que o Ministério do Trabalho é parceiro. É a mesma coisa que a Ana Paula falou acerca do Ministério da Saúde, para buscarmos a solução, para buscarmos o entendimento que resolva o problema.

Eu fiz um roteiro, mas vou quebrar esse roteiro, José Gilmar, representante da Federação dos trabalhadores, e diria o seguinte para vocês: aqui está a importância do papel dos sindicatos. Aqui está a importância do Cofen. Quando muitos criticam que têm que pagar uma taxa ao sindicato, que têm que pagar uma taxa do Cofen e vão saber que, através desse instrumento, desse seu representante para defender os seus interesses na sua luta, no seu dia a dia, é o sindicato que está lá na frente, é o Cofen que está lá, é a Federação.

Então, eu quero dizer o seguinte. Eu venho do movimento sindical. Eu sou comerciário. Iniciei, fui me formar como advogado depois de já casado, com filhos já adolescentes. Fui juiz classista no Tribunal, onde, graças a Deus, aprendi, e hoje estou no Ministério do Trabalho.

Quero dizer a vocês aqui que há algumas questões que nós precisamos encaminhar com muita clareza e com muita tranquilidade. Por que eu digo o papel do sindicato? Porque onde estiver o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

direito do trabalhador sendo precarizado, está lá na Lei nº 12.690, de 2002, no seu art. 3º, inciso IX, que não pode haver precarização das relações de trabalho.

Então, na própria lei de cooperativa de trabalho, está especificado que não pode haver precarização. Portanto, é obrigação das cooperativas zelar para o fiel cumprimento das obrigações. E nós temos que deixar claro o que é cooperado e o que é empregado. Muitas vezes o cooperado pode...Não vamos colocar as cooperativas no rol da vala comum. O Ministério do Trabalho combate as famosas coopergatos, que são aquelas cooperativas criadas com intuito fraudulento de lesar o direito do trabalhador. (*Palmas.*)

Com isso o Ministério do Trabalho não concorda.

O Jorge Vianna colocava aqui uma situação do MEI. Aí nós vamos ter que ter claras algumas questões para poder chegar e dizer o seguinte: como esse cooperado, que era cooperado, virou MEI? Cabe, Jorge, a essa pessoa, procurar, no seu sindicato, um advogado qualificado e ir buscar uma ação de indenização por danos morais pelos prejuízos causados. Esse é o papel. Se ele tiver um sindicato que o represente, e eu tenho certeza de que tem – o pessoal da área da saúde tem um trabalho muito bom do seu sindicato, com os seus dirigentes comprometidos – e buscar o direito ao dano que lhe foi causado, porque ele teve negado o seu direito a ter um lar, a ter um endereço fixo que é seu, para ele poder recostar a sua cabeça, poder dormir, criar os seus filhos e dar-lhe o abrigo.

Então, também é obrigação que está na Lei das Cooperativas a questão social. Essa também é obrigação das cooperativas.

Aqui eu quero dizer que há um trabalho muito forte da fiscalização do Ministério do Trabalho, que tem se empenhado muito. Agora, uma coisa nós temos que ter claro: não tem como ter um fiscal para cada ambiente de trabalho. Isso é impossível, é humanamente impossível. Só pelo número de cooperativas que foi falado aqui, o número de auditores seria inferior ao número, e eles conseguem trabalhar e conseguem atuar. Eu quero dizer que são todas dificuldades impostas pela redução ao longo de anos. Não é uma questão atual. Vem governo, passou governo, vem outro governo e o número de auditores vem diminuindo. Isso causa um impacto. O ex-Ministro Ronaldo Nogueira fez um diagnóstico, fez um encaminhamento necessário do planejamento, um raio-X da realidade do que é necessário para podermos ter, na ponta, o auditor fiscal fiscalizando as condições de trabalho.

Agora, aqui nós temos duas situações que, quem sabe, pela lei, Senador, poderão ser resolvidas. Hoje foi instituído, foi oficializado... Para a área da saúde, vocês já têm o *home care*, ou o cuidador, ou outras atividades, e o teletrabalho, que é o *home service*. A questão é: o lar não pode ser quebrado; ali é o seu local que ninguém poderá adentrar. Mas, se há uma relação de emprego, se há uma relação de trabalho, se alguém for contratado por uma cooperativa, será uma relação de trabalho, e não de emprego. Se há uma relação de trabalho, como o auditor fará para fiscalizar essas condições de trabalho? Então, essa é uma questão básica que nós precisamos encaminhar, porque isso vai ser uma das formas de solução.

Uma outra questão básica que nós temos que analisar aqui é o excesso de jornada. A Constituição é clara: ninguém poderá trabalhar mais do que 8 horas. A reforma previu 12 por 36, mas, antes, pressupunha que, na área da saúde, houvesse autorização do Ministério do Trabalho para alguém poder fazer a jornada de 12 por 36. Aí eu vou falar que eu tenho bastantes familiares que trabalham na área da saúde com a jornada de 12 por 36 – eu tenho tios, irmão, cunhada, primas. Uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deixou de trabalhar na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre para ser cuidadora, porque ela achava que era melhor e que podia prestar um serviço mais qualificado.

Aqui eu quero ressalvar e ressaltar o seguinte: uma coisa é qualificar vocês para uma atividade para a qual não foram qualificados no curso técnico. Agora, todos vocês são qualificados. Eu posso dizer isso de cadeira, porque tive a infelicidade e a felicidade, em janeiro, de ficar 11 dias hospitalizado no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, por um problema, e fui altamente... Olha, eu não tenho palavras para dizer o nível de qualificação do atendimento. E precisei, em fevereiro, ser atendido no Hospital Santa Luzia – não é propaganda. Fui internado e lá fui muito bem tratado, com atendimento de primeira ordem. Então, eu quero dizer o seguinte: vocês são pessoas qualificadas e estão preparadas para atender à necessidade do paciente.

Em casa, a qualificação do profissional de enfermagem, do técnico, do auxiliar – não é nada contra a atividade de limpeza, por favor – é importante para preservar a vida e dar condição para que alguém tenha vida ou continue a viver, seja na administração de remédio, de medicamentos, seja na dieta alimentar, seja com o fisioterapeuta nas atividades, cada um dentro de suas competências. Mas eu diria o seguinte: *home care*, como o próprio nome já diz, é saúde em casa. Se é saúde em casa, não é para fazer limpeza, não é para fazer isso e aquilo; isso não é da sua competência. O profissional tem que estar... E, se der um azar de esse paciente que está aos cuidados desse técnico, desse auxiliar de enfermagem ter uma parada cardíaca enquanto o profissional estava lá lavando roupa, estava lá fazendo comida, e não exercendo a sua atividade, esse profissional vai ser responsabilizado, vai ser processado criminalmente por omissão e por não prestar seu serviço. Então, nós temos que ter claro que a competência... Quando eu falo, José Gilmar, da importância do Cofen, é exatamente no sentido do trabalho do seu técnico, do seu enfermeiro nessas condições e da responsabilização pelos seus atos. Nós sabemos... Eu posso dizer para vocês que eu tive uma hemorragia de um divertículo do nada, simplesmente do nada. Então, pode acontecer algo agora que ninguém previu, não é verdade? Vocês lidam com isso no dia a dia mais do que ninguém.

E eu quero dizer o seguinte: nós do Ministério do Trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – ... gostaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – De quantos minutos o senhor precisa?

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – O.k.

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – Nós gostaríamos de que os senhores informassem as condições e o local onde está acontecendo essa jornada humilhante de 70 horas. Isso não é bom para ninguém. Essa pessoa, com toda a tranquilidade, não vai conseguir desempenhar o seu trabalho, as suas atividades com dignidade. Isso nós chamamos de assédio moral, porque a pessoa fica vilipendiada nas suas condições. Aqui aplicamos o próprio inciso IX do art. 3º da cooperativa – parece que se falou que era uma cooperativa –, que estabelece a não precarização das condições de trabalho. Meus amigos, minhas amigas, isso dá condição à ação. Este é exatamente o papel do sindicato e o papel do Cofen: fazer a regulamentação, o controle, a fiscalização das condições. Aí o Cofen vai ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ver e adiantar – a lei vai ter que resolver – como vai fiscalizar as condições de trabalho no âmbito da residência, do lar, porque nós estamos alterando o local de prestação do trabalho ou do emprego para a residência da família. A lei prevê as condições da empregada doméstica, do empregado doméstico, e, muitas vezes, realmente, o técnico de enfermagem, o enfermeiro é tratado como doméstico, e não como técnico de enfermagem. Misturam as coisas, não é?

Eu queria aqui dizer, com toda a tranquilidade, que a CLT estabelece, no seu artigo 9º, de forma clara e cristalina, que toda e qualquer fraude para desvirtuar a aplicação das leis previstas na CLT será considerada nula. Se alguém foi contratado como cooperado, se ele não integralizou a sua cota, se ele não participa das deliberações, se ele é impedido e tratado como empregado, ele não é cooperado. Essa cooperativa altera a sua realidade, e ele deixa de ser cooperado. O que é o cooperado? É patrão de si mesmo; ele se organiza para prestar um trabalho, se organiza para prestar um serviço. Aí ele não pode receber subordinação. Se ele receber subordinação do presidente da cooperativa ou da sua direção, deixa de ser cooperado e passa a ser empregado. Eu posso dizer, como advogado e como juiz classista, que sempre decidimos e conseguimos isto: declarar nulo como cooperado ou declarar nulo como... E agora há a figura do MEI.

Portanto, o Cofen enfrenta questões de ordem técnica e legal. É preciso ser supervisionado o trabalho da enfermagem. Esse é o papel do Cofen.

Eu queria aqui, Sr. Senador, dizer-lhe que o Ministro do Trabalho, Helton Yomura, nos colocou à disposição efetivamente para vir e ouvir. E, se houver denúncias, podem nos procurar que daremos sequência e procuraremos fazer a averiguação.

Aqui eu quero dizer – já que a Ana Paula falou do colega – que o Cícero Tiago é um colega, é um servidor público federal e eu diria que há outro colega que também trabalha com acompanhamento, que é o Éder Barbosa Ramos – é Barbosa, mas não é meu parente. Digo para vocês: o Estado brasileiro funciona porque existe o servidor público. Se há alguém que denigre a imagem do servidor, nós não podemos determinar que todos sejam condenados pelo ato de um. Seria a mesma coisa que condenar o técnico de enfermagem, o enfermeiro ou qualquer profissional da sua área em função de alguém que não seja digno da profissão que exerce.

Eu queria dizer a V. Exª, Senador, que eu estou Secretário de Relações do Trabalho no Ministério do Trabalho – digo "estou", porque é um cargo político –, mas ressalto que a Secretaria funciona porque há servidores abnegados, servidores que se dedicam e que têm convicção de que prestam um serviço público à comunidade. Eu estou aqui pago por cada um de vocês. Através dos impostos de vocês, eu estou aqui; através dos impostos, está o Tiago; através dos impostos, está o Senador – é através do imposto de cada um de nós. Então, nós temos a obrigação de prestar serviço à sociedade; não podemos nos negar a prestar serviço, porque somos pagos para isso.

Então, antes de mais nada, eu digo que venho de baixo. Quando eu digo que venho de baixo... Vocês talvez não saibam o que é a tal carroça. Vocês conhecem carroça puxada por cavalo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – Eu me criei com isso.

A SRª MARIA BONFIM (*Fora do microfone.*) – Não puxamos carroça, mas escravos nós somos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – Não, pessoal. Quando eu digo que venho de baixo, o que eu quero dizer para vocês é que eu sei da realidade e da necessidade que nós temos de proteção. Se nós não formos protegidos, se o Estado não proteger o trabalhador, ele fica desamparado. E o papel do Ministério do Trabalho é exatamente proteger o cidadão, proteger as relações de trabalho e dar condições para que ele possa trabalhar.

E eu diria mais: as cooperativas... Uma realidade: eu estudei numa escola do patrono das cooperativas no Brasil. Eu estudei perto de Linha Imperial, de Linha Brasil, no interior de Nova Petrópolis, região do Padre Theodor Amstad. Então, lá eu conheci um pouco do cooperativismo e da realidade do cooperativismo. Muitas regiões do Brasil, muitas regiões do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina estão bem graças às cooperativas que conseguiram organizar a produção, conseguiram organizar uma série de coisas. Outro exemplo que nós temos de cooperativa, que não é a da área da saúde, é a dos catadores de lixo. São pessoas que conseguiram ter dignidade através da cooperativa.

Então, eu não poderia, Jorge Vianna, José Gilmar, colocar todas as cooperativas aqui como se fossem um saco de gato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – A mesma coisa.

Então, vamos ressalvar aqui as cooperativas honestas e sérias que cumprem o seu papel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – Na área da saúde. Vocês estão aqui para isso.

Nós do Ministério do Trabalho somos parceiros e estaremos juntos. Para tudo aquilo de que vocês precisarem, podem contar com o Ministério do Trabalho, está bem?

Uma saudação a vocês.

Que Deus abençoe a todos nós!

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Quero cumprimentar o Dr. Luís Carlos Barbosa e o Dr. Helton Yomura, que foi Secretário Executivo do Ministério no período da gestão do Ministro Ronaldo Nogueira – o Helton fala coisas importantes.

Eu votei contra a reforma trabalhista, exatamente porque ela precarizava sobremaneira o trabalho e não permitia que as pessoas tivessem uma situação melhor. Hoje, o Governo está imprensado, porque todos os acordos que fizeram com alguns Senadores que se equivocaram e votaram a favor da reforma trabalhista não foram cumpridos, e o Governo está precisando reeditar uma medida provisória ou encaminhar ajustes, porque a situação seria perversa e causaria um grande desemprego e uma situação de precarização total.

Nós da Comissão de Direitos Humanos, de que sou membro, estamos fazendo todo um debate para poder apresentar uma proposta de reorganização dos nossos direitos de trabalhadores na CLT. Quero até convidar o Jorge e todos os sindicatos aqui presentes e entidades para que conversemos com o Senador Paulo Paim e façamos um debate sobre essas relações cooperativistas de MEIs e a questão do trabalhador, porque eu creio que nós não podemos admitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A proposta que estamos apresentando é exatamente uma sugestão paliativa às questões colocadas e visa exatamente sanar as lacunas que ficaram com a aprovação da reforma trabalhista, que permite a terceirização desenfreada, inclusive de atividades que não poderiam jamais ser terceirizadas.

Por exemplo, sou engenheiro eletricista, trabalhei na Eletronorte por três anos, trabalhei na CEB por 27 anos, concursado em todos os dois. Quando se vai trabalhar com uma energia de 500 mil volts, há que se ter treinamento e capacidade, como eu já tive, ou não pode trabalhar, porque vai se torrar, vai virar carvão.

Então, há tipos de serviços essenciais em que jamais o Estado pode permitir que pessoas não treinadas, não qualificadas, não acompanhadas e não formadas, com capacidade, possam trabalhar, como fazer uma operação ou acompanhar um paciente pós-operatório, situações que exigem cuidados e em que só os técnicos capacitados, que são os enfermeiros, os auxiliares, os médicos, terão condições de trabalhar, assim como o fisioterapeuta, para ajudar na recuperação, já que nós estamos nesta seara aqui, ou o psicólogo, para recuperar todas as sequelas mentais, etc.

Então, precisamos ter cada um o seu galho, para não falar em macaco aqui, porque ninguém é macaco. Cada um no seu galho, trabalhando de forma adequada. E é exatamente esta questão que nós temos de trabalhar.

Com relação ao Ministério da Saúde, quero cumprimentar o Dr. Helton e V. Sª, Dr. Luís Carlos Barbosa, dizendo que estou muito satisfeito com a posição externada.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Vianna, nosso Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais de Enfermagem, Febrapen, para que ele possa fazer seus cinco minutos de considerações e questionamentos e algumas sugestões.

Antes de passar a palavra ao Jorge, quero recomendar o seguinte: a minha esposa é enfermeira, foi Diretora de Finanças e fundadora do Sindicato dos Enfermeiros de Brasília, foi Direta de Finanças da ABEn, Associação Brasileira de Enfermagem do Brasil. Presidiu a ABEn do Distrito Federal. É profundamente entrosada. Diretora da Central Única dos Trabalhadores. Eu também fui Diretor por cinco mandatos da Central Única dos Trabalhadores.

Então, quero propor, em nome dela, em meu nome, em nome do meu gabinete, uma comissão com Jorge Vianna, com todos os que aqui falaram, para não repetir mais nomes, a FNE, a Fenapen, a Cofen, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde, as cooperativas, os representantes dos patrões de hospitais, os representantes de *home care*, no meu gabinete, para que, em 15 ou 20 dias, façamos duas reuniões para apresentarmos uma proposta de regulamentação ou um projeto de lei que vise sanar as questões aqui colocadas pelo campo, porque este é um ano eleitoral, e o calendário é muito curto. Então, não temos tempo a perder, para poder trabalhar.

Então, ela se chama Edy Gonçalves Mascarenhas, a minha esposa. É enfermeira de profissão. Junto com o Jorge, junto com todos vocês aí, vamos coordenar, em nome do meu gabinete, para podermos apresentar um projeto de lei.

Jorge, você poderia tomar a frente executiva dessa comissão, para chamarmos todos aqui, porque são várias mãos. Inclusive, como há disposição do Poder Público de colaborar, é importante, porque evita a demora na análise, porque todo PLS, projeto de lei do Senado que é apresentado, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PLC, projeto de lei da Câmara dos Deputados que é apresentado, tem um trâmite. O trâmite é consultar os poderes públicos sobre a posição dos poderes públicos concernentes ao procedimento.

Então, se já pudéssemos ouvir, em uma ou duas reuniões, para termos mais ou menos uma conclusão do que pode ou não ser feito, os estudos já vão estar avançados. Quando chegar lá, vai facilitar a resposta imediata.

A consultoria do Senado, com certeza, imediatamente também vai apresentar uma propositura com relação ao que for colocado em meu nome e em nome do meu gabinete, para podermos trabalhar e resolver os graves problemas aqui apontados.

Entenderam? Então, essa é a proposta que eu tiro desta audiência pública importante que nós fizemos.

E estamos abertos à complementação da fala para poderem fazer as considerações finais. E podem complementar, inclusive sugerir participantes. Não há problema nenhum. Nós precisamos trabalhar para sanar o problema.

Dr. Jorge Vianna, que muito me honra pela amizade, pelo companheirismo, pelo trabalho no Sindate e na Federação Brasileira de Profissionais de Enfermagem, Febrapen.

Com a palavra.

O SR. JORGE VIANNA – Obrigado, Senador.

Pessoal, ouvimos de tudo aqui, explicações das entidades. Mas eu tenho certeza de que vocês não estão satisfeitos com o que ouviram, porque o que vocês viram aqui é pura e simplesmente teoria. Vimos evidentemente a teoria e, no caso, não a aplicabilidade destes representantes aqui. É uma teoria muito, muito distante da nossa realidade hoje, principalmente aqui em Brasília. E digo por quê.

Não adianta a OCB chegar e dizer: a cooperativa tem de fazer isso, isso e aquilo. E não faz aqui em Brasília e não faz em lugar nenhum do Brasil. Não estou dizendo todas. Estou dizendo aquelas cooperativas, aquelas empresas travestidas de cooperativas.

E o Ministério do Trabalho, aqui muito bem representado, também diz: "Olha, nós estamos lá fiscalizando." Mas não fiscaliza.

Nós temos problemas com o Ministério Público do Trabalho, com a Delegacia Regional do Trabalho. Denunciamos, e não acontece nada.

Não é crítica a vocês. Perdoem-me. Não são vocês. Mas o sistema brasileiro a que nós estamos submetidos que não tem efetividade nestas questões que estamos falando aqui hoje.

Poxa. Pelo amor de Deus. Nós estamos entrando no mês da enfermagem. O mês de maio é o mês da enfermagem. E o que ouvimos nesta Casa e na outra Casa ali é só que a enfermagem é importante. É importante para quem, afinal? Porque nós temos projeto aqui há mais de 18 anos, que é o das 30 horas, que nunca passaram. Nós estamos aqui nos humilhando para tentar o piso salarial, e este nunca passou.

E você acha que isso vai passar aqui? Não vai! Mas não vai por quê? Então, que história é essa de que a enfermagem é importante? Importante para quem? Nós queremos, Senador, de fato, que esta Comissão, que esta reunião, seja frutífera. A gente vai ficar no pé... Eu vou ficar no pé, no seu pé, como Senador. Se acabar a Legislatura, eu vou para o próximo ano. O que está faltando é isso.

Só que os colegas aqui... Olhem as caras dos colegas! Eles não sabem o que fazer! E nós, do sindicato, ainda mais com essa reforma maldita trabalhista, que tirou a força dos trabalhadores – e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é dinheiro; é força mesmo –, porque, onde já se viu, um empregador, hoje, não homologa mais no sindicato. Ele homologa na própria empresa, ali, de olho, fazendo pressão, e o trabalhador aceita o que lhe derem, porque ele não faz mais homologação no sindicato.

Então, tiraram a força do sindicato. A questão não é de dinheiro; é de força mesmo. Tiraram o prestígio! Tiraram moral!

Gostei da fala dos colegas, falando sobre o sindicato. É! O nosso papel é esse! Eu não estou sindicalista; eu sou sindicalista! Eu sou, porque, desde criança, entrei para esse movimento, seja estudantil, seja agora sindical, seja político, seja o que seja, porque está no meu sangue defender essa categoria sofrida, que é a da enfermagem.

É preciso acabar com essa demagogia, aqui no Congresso Nacional, de que a enfermagem é importante. Se ela é importante, então que se aprovem, pelo menos neste ano, em um ano eleitoral, as nossas 30 horas, as nossas reivindicações, e mais esta de aposentadoria especial.

Estou falando aqui até um pouco exaltado! Perdoem-me! Mas é um desabafo que vocês queriam fazer, e eu estou representando vocês! (*Palmas.*)

É um desabafo! Aí, os colegas disseram: "Não, mas a discussão tem que ser ampla". Meu Deus! A gente já fez discussão nesta Casa! Foram vários e vários anos de amplas discussões! Se a gente não conseguir pelo menos uma coisa por vez, não vamos sair do lugar! Sempre com discurso de que tem de ser amplo. Nós sabemos o que a gente sofre. Agora, a gente tem que começar pelo começo: que as 30 horas não passaram; que o piso salarial não passou; mas, pelo menos, que isso passe, que a gente faça a regulamentação.

E não adianta vir com essas resoluções do Cofen, que diz o seguinte: o técnico de enfermagem não pode empurrar a maca, porque não somos maqueiros. A gente empurra a maca! O Cofen fala: você não pode colher sangue. A gente colhe sangue! O Cofen fala: não pode dirigir ambulância. A gente dirige ambulância!

Então, gente, espera aí! O que está escrito é uma coisa; a realidade é outra!

Um forte abraço a todo mundo. Muito obrigado, Senador! (*Palmas.*)

Um grande amigo, o Senador Hélio José, defensor. Por ser esposo de uma enfermeira, sabe muito bem o que a gente passa, e eu sempre me comunico com ele. Graças a Deus, a gente tem um representante! Agora, não depende só do Senador, mas principalmente de nós, como categoria. E a gente, como Febrapen, Federação Brasileira de Profissionais de Enfermagem – podem ter certeza –, vai ser um calo neste Congresso Nacional, porque, antigamente, eu era sindicato.

Sindicato atua na esfera de primeiro grau; Federação é aqui no Congresso. Quero ver, agora, se vão vir com esses discursos sem efetividade. (*Palmas.*)

A SRª MARIA BONFIM (*Fora do microfone.*) – Eu fui lá e eles não nos recebem: "Ah, é porque é cooperativa, o conselho é que resolve..." Eu digo: "Sim, eu sei que nós é que resolvemos." Só que nós não estamos tendo voz.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Está bom. Agradeço ao nobre representante da Federação Brasileira de Profissionais de Enfermagem, Jorge Vianna. Coloco o meu gabinete à disposição. O meu mandato vai até 02 de fevereiro de 2019, independentemente de rolo eleitoral. Até lá, o que eu puder fazer para colaborar, ajudar e encaminhar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho, inclusive, que poderíamos, todos os setores da saúde, da enfermagem, procurar uma agenda com o Presidente do Congresso, para fazer igual ao que fizemos no mês da mulher, que foi em março – o meu aniversário foi no dia 09 de março; o Dia Internacional da Mulher foi no dia 08 de março –, para que a gente possa colocar na pauta do Congresso Nacional alguns projetos de cunho importante para a enfermagem, para a saúde brasileira.

Então, posso até pedir uma audiência para todas as federações, junto ao Presidente do Senado, Eunício Oliveira, para que vocês procurem quitar essa pauta o mais rápido possível no Senado, lá na Câmara dos Deputados, também pedir uma audiência ao Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, para colocar a pauta que porventura esteja lá. Acho que o processo legislativo, o processo democrático, advém da reivindicação, da pressão popular e da atitude de cada um.

Eu, como Parlamentar, como representante do povo, do Estado, no caso daqui – e, do povo, serei na Câmara, se algum dia chegar lá –, quero dizer que estamos aqui prontos para colaborar, porque não concebo representar o Estado sem representar o povo, que está dentro do Estado. É essencial.

A SRª DEUSDÉLIA RIVERO – Senador Hélio José,

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Pois não.

A SRª DEUSDÉLIA RIVERO – Olha só. Aqui, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Por favor, nós temos ata. Então, identifique-se, e eu lhe concedo a palavra por um minuto. Você apertar aí, por favor.

A SRª DEUSDÉLIA RIVERO – Meu nome é Deusdélia Rivero. A gente só escutou, até agora, vocês falando, todo mundo falando, uma coisa que já está calejada. E a gente tem voz; a gente quer falar; a gente quer expor, só que estou vendo as pessoas falando uma coisa que eu já sei!

A Carla Bernardes disse que, se a gente identificar algo irregular, devemos recorrer. Mas a quem? A quem? Aí, fica a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – O.k. Estamos aqui, pessoal, para poder permitir a participação de todos. No meu gabinete, as portas estão abertas. Se vocês quiserem pegar o anuário do Senado, vocês vão verificar aqui que o meu gabinete recebeu mais visitas em um ano do que todos os outros 80 gabinetes juntos.

Então, isso me honra muito: o meu gabinete recebeu mais visitas do que os outros 80 gabinetes juntos, porque estou abrindo as portas à participação do povo. Procuro fazer o que posso. Agora, o sistema político é composto de várias correntes e matizes. Eu só espero que, neste ano – comemorei muito a passagem deste ano! –, todos, o Brasil inteiro que nos está ouvindo, saibam escolher os seus representantes. Não votem em ficha-suja! Não votem em pessoas corruptas! Não votem em pessoas envolvidas com confusão! Seja para Deputado Estadual, seja para Distrital, seja para Federal, seja para Senador, seja para Governador, seja para Presidente da República, seja para todas as esferas em que vão votar, que tenham a oportunidade de fazer, ou dizer assim, a limpeza pública cidadã contra todos aqueles que fazem malversação e não utilizam o seu mandato de forma eficiente.

Por isso, é importante a pessoa saber. Escolham pessoas com ficha-limpa, as que tenham experiência, que tenham passado por gestão, que tenham tido oportunidade de gerir. Você pode votar num tal de ficha-limpa que vai ser mais ladrão do que aquele que você quer afastar daqui, porque existem pessoas que nunca fizeram nada, porque nunca tiveram a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, para o cara poder falar que é ficha-limpa de verdade, ele tem que ter passado, igual a alguns aqui – sou um deles –, por comissões e por presidências de CMO, para lidar com bilhões, trilhões de reais, e não ter o nome sujo. Igual ao colega, que tem a oportunidade de passar como Presidente de Sindicato, por vários processos, chegando à Federação, sem nenhum problema, igual a outra colega aqui, igual a outra do Cofen. São pessoas fichas-limpas, passaram aqui pela gestão. Quantos milhões o nosso nobre Luís Barbosa tem pela mão dele quando passa definindo todas as questões, por exemplo, de cartas sindicais ou de situações? Quanto representa isso para uma entidade sindical?

Então, quer dizer, as pessoas não podem utilizar-se da área pública ou do cargo público para fazer corrupção, malandragem, e a hora de vocês mudarem isso é agora este ano, escolhendo bem as pessoas que vocês, porventura, vão escolher para estarem representando-os nesta Casa e nas outras Casas.

Dando sequência, vamos passar a palavra – era para o representante do Sindicato dos Enfermeiros, que teve que se retirar mais cedo por causa de uma viagem programada que ele tinha –, então, imediatamente, para o nosso representante José Gilmar, que é o representante do nosso Cofen.

Cinco minutos, José Gilmar.

O SR. JOSÉ GILMAR COSTA DE SOUZA JÚNIOR – Em relação às considerações finais, eu queria dizer que acho bem bonito quando o colega do Sindicato fala que a gente tem muito por que lutar e tem muita coisa por que a gente já luta há muito tempo aqui, em Brasília, para que tenhamos aprovação e a gente ainda a não tem. Mas eu acho também, ao mesmo tempo, que o momento de hoje é um primeiro passo para uma outra coisa. A gente não pode ser pessimista e achar que daqui não saiu nada.

Concordo com a colega também de que vocês deveriam ter mais voz e deveriam falar, mas entendo as questões de tempo.

Em relação ao que me compete, representando o Cofen, eu queria destacar o seguinte: o Cofen tem a prerrogativa legal, prevista na Lei 5.905, de disciplinar e fiscalizar o exercício da enfermagem, é sua uma atividade precípua. Se o Cofen diz e regulamenta que o profissional de enfermagem – vou citar alguns exemplos que o colega citou – não pode dirigir ambulância, não pode colher sangue e o profissional o faz, o profissional está agindo na ilegalidade. Muitas pessoas, provavelmente, vão dizer: "A circunstância faz a gente fazer isso", mas não é a circunstância que faz o profissional fazer isso, são duas coisas, muitas vezes ruins e outras não, mas a postura do profissional. Há profissionais que aceitam fazer isso e outros não aceitam.

Eu não vou colher sangue – eu, Gilmar Júnior –, não vou dirigir ambulância e não vou fazer nada que não me compete, não quero fazer absolutamente nada que compete a outro profissional porque eu sou extremamente feliz e realizado com a minha profissão e sei o que fazer nela, e aquele que me obrigar a fazer algo que não me compete será denunciado em todas as instâncias possíveis.

A atividade precípua do Cofen – está lá, em seu art. 15, inciso II – é disciplinar e fiscalizar o exercício da enfermagem. E nós vamos a locais – houve até essa discussão aqui, na mesa, e eu quero deixar isso bem claro – onde as pessoas nem imaginam que vamos, porque a pessoa só vê a nossa presença quando, especificamente, ela está presente, mas o que a gente faz todos os dias as pessoas não veem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A fiscalização do Coren chega até em comunidades indígenas, a dez dias, doze dias dos grandes centros urbanos. Por que a gente não poderia chegar a uma casa onde um profissional de enfermagem está sendo cerceado de fazer o seu trabalho? Chegaremos, sim. Mas sabe como é que a gente vai chegar? Através das denúncias, porque muitos profissionais, muitos, não denunciam por medo: medo de perder o emprego, medo de perder a oportunidade, medo de represália, mas não denunciam. As pessoas acham que todo mundo denuncia, mas isso não é verdade.

Então, fica aqui como minhas palavras finais o seguinte: juntos, obviamente, a gente consegue ter mais força, já que somos dois milhões de profissionais; é a segunda maior categoria profissional do Brasil inteiro e a primeira na saúde. A gente tem força, tem que saber como usar essa força.

Venho também pedir a vocês que denunciem mais.

Quero dizer que estou extremamente feliz com o resultado da audiência de hoje, já que sairão proposituras para uma mudança. A mudança não vai cair do dia para noite, ela não é um milagre, mas ela vai acontecer. Em Recife, nós temos grandes exemplos de boas empresas de *home care*. Por que não podemos ter isso no Brasil inteiro? Claro que podemos, mas com proposituras firmes, e acho que esse foi o intuito do Senador, que, ao meu ver, foi muito feliz nessa iniciativa e, nitidamente, quer dar continuidade.

Acredito que o que faltou talvez tenha sido vocês falarem mais porque os anseios são muitos da categoria, mas, representando o Cofen, eu tenho a obrigação de dizer a vocês: sigam a legislação. Se vocês não concordarem com alguma coisa da legislação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GILMAR COSTA DE SOUZA JÚNIOR – ... o Cofen nunca fechou as portas para os seus profissionais, somos a casa do profissional de enfermagem e estamos disponíveis para que possamos discutir juntos a nossa legislação. Mas sigam a legislação, senão vocês estarão agindo como todas essas empresas clandestinas ou empresas que tratam o profissional de forma incorreta; vocês vão estar agindo da mesma forma, na ilegalidade. E a gente está aqui para agir dentro da legalidade, porque o certo será sempre certo, mesmo se ninguém estiver olhando.

Então, muito obrigado e estou à disposição para o que vocês precisarem.

Obrigado, Senador. Obrigado a todos da Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito obrigado, José Gilmar, pelas suas considerações.

Passo a palavra, imediatamente, para a nossa representante das cooperativas, Drª Carla Bernardes de Souza, por cinco minutos.

A SRª CARLA BERNARDES DE SOUZA – Mais uma vez, a OCB agradece a oportunidade e se coloca à disposição para o grupo de trabalho de construção do PLS, além disso para questões educativas, formativas, orientativas e, inclusive, corretivas.

O Sistema OCB está trabalhando agora com um projeto de aproximação com o Ministério Público do Trabalho e, nesse projeto, a gente visa ter ações de correção, claro que dentro das competências do Sistema OCB, para justamente mitigar essas ações, como trouxe o representante do Ministério do Trabalho, combatendo "coopergatos" ou qualquer tipo de fraude. Estamos sempre à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aproveito para pedir o apoio do colega do Ministério do Trabalho porque a regulamentação da 12.690 ainda não foi aprovada, e a gente sente muita falta desse instrumento jurídico. Assim como a gente participou de toda a construção do texto que foi proposto, a gente continua à disposição para qualquer ação que se faça necessária para que essa regulamentação realmente venha ocorrer.

Além disso, eu quero aproveitar e responder sua pergunta: recorrer a quem? Vocês têm o Ministério Público e o Ministério do Trabalho que podem fiscalizar. Além disso, aqui, no DF, já existe um grupo de trabalho que, no final de abril, foi aberto e está envolvendo o Sindicato, está envolvendo a OCDF, está envolvendo cooperativas. Então, assim, já existem e estão surgindo outros fóruns para dar voz aos anseios de vocês.

Então, acredito que o momento é de participar, de se engajar, de ter um protagonismo nessas questões, como o próprio colega do Cofen falou. Não adianta a gente reclamar se a gente não está fazendo a nossa parte também. Então, a OCB está à disposição nessa questão.

Eu queria aproveitar também para falar de mais três questões, rapidinho.

Quando o representante do Ministério do Trabalho se manifestou e disse que ele conhece a história do cooperativismo, estudou em uma escola cooperativista, então o Sistema OCB tem feito hoje uma divulgação do movimento, por meio do SomosCoop; além disso, a gente tem todo um trabalho com cooperativas escolares para que mais pessoas conheçam o cooperativismo, que nossas crianças conheçam o cooperativismo; e o Conhecer para Cooperar, que é um trabalho que a gente tem feito com setores específicos para que o Poder Público possa conhecer o cooperativismo e aquilo em que a gente possa auxiliar.

No projeto de lei, a gente gostaria que não fossem fechadas as portas para as cooperativas porque, como a senhora colocou, mesmo você trabalhando no modelo celetista, em alguns momentos, sente a necessidade de ter o apoio da cooperativa. O próprio Nead, o núcleo, trouxe para a gente essa questão da importância de ter a cooperativa no *home care*. Então, é uma ferramenta que auxilia a todos, abre portas para os profissionais, auxilia as empresas de *home care,* e a gente não pode fechar as portas para isso.

Além disso, para as cooperativas eu lanço um desafio: por que vocês mesmos não são o *home care*, ao invés de prestarem o serviço para *home care*? Fica o desafio. Vamos crescer nesse mercado. Vamos ser muito mais do que nós somos hoje.

Essa é minha fala.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, nobre Carla Bernardes de Souza, representante das cooperativas.

Passo a palavra, por dois minutos – vai tocar com um minuto –, à representante da Federação Nacional dos Enfermeiros, Dionne.

A SRª DIONNE SILVA SIQUEIRA – Eu acho que este debate tem continuidade. As propostas que foram colocadas aqui são importantes para a enfermagem.

Eu só queria fechar com os meus agradecimentos e também, como já foi mencionada, a questão dos projetos, do caminhar desses projetos: a aposentadoria especial de 25 anos, que está no Senado; as 30 horas, que está na Câmara Federal; o projeto do dimensionamento do piso salarial. Então, há muitas questões que são importantíssimas para a enfermagem e é necessário dar encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós precisamos mostrar para a nossa categoria o resultado de tanto trabalho, porque para a 2.295 já faz 18 anos que nós estamos nessa luta e nós precisamos dar um retorno para a nossa categoria, para a enfermagem.

Essa proposição da questão do *home care*, do cooperativismo, eu acho que tem que ser construída de forma legítima, que ampare o trabalhador.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DIONNE SILVA SIQUEIRA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradecido, Drª Dionne.

A representante do *home care* é a Drª Sheila Ximenes. Com a palavra, por dois minutos.

A SRª SHEILA XIMENES – Senador, eu gostaria de agradecer e gostaria muito realmente de participar da comissão para a elaboração do projeto de lei, porque eu acho que a gente tem muito a contribuir, do setor privado, para tentar colocar nossas experiências e, juntamente com todos os outros representantes dos outros órgãos, a gente conseguir desenvolver algo que atenda, da melhor forma, todas as entidades, todos que estão participando deste núcleo.

Apenas isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, Drª Sheila Ximenes.

Um minuto para o trabalhador da saúde Magno, da cidade de Planaltina, Distrito Federal.

O SR. MAGNO BARBOSA DE SOUZA – Senador, primeiramente quero agradecer a oportunidade e dizer que nos sentimos representados pelo senhor no âmbito federal. Quero dizer à colega Carla Bernardes, que perguntou por que as cooperativas não viram *home care*: aqui em Brasília, várias cooperativas viraram *home care* dentro da ilegalidade.

A nossa colega falou da questão de onde buscar o socorro, porque tudo que a gente faz hoje é buscar socorro. A gente chega à casa do paciente, o paciente fala que paga alto o plano de saúde, que todo ano aumenta o plano de saúde. O plano de saúde passa o dinheiro para o *home care*. Por que o *home care* não repassa às cooperativas, para que chegue ao trabalhador?

Em 2010, a gente recebia em torno de R$70 reais por plantão; hoje a gente recebe em torno de R$75 por plantão. Então, onde está travado esse dinheiro? Fica a nossa indignação nesse sentido.

Outra coisa: a Cooperativa Unisaúde gostaria de frisar aqui que a cooperativa acabou, ela se tornou *home care* e outras cooperativas. Fica registrado para os órgãos competentes ficarem de olho nessas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, Magno.

Passo a palavra à Drª Ana Paula de Campos Schiavone, Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Cinco minutos para suas considerações finais, Drª Ana Paula.

A SRª ANA PAULA DE CAMPOS SCHIAVONE – Quero agradecer pelo convite, Senador Hélio, muito obrigado por participar desta Comissão; quero agradecer aos trabalhadores que aqui estão representando sua classe.

Quero dizer que o Ministério da Saúde está amplamente aberto para que a gente possa participar desse GT, para que nós possamos contribuir para a regulamentação de todas as coisas que precisamos realmente regulamentar na área da saúde, não esquecendo que isso tem um impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito grande, que nós precisamos realmente ter esses estudos de impactos financeiros, entendendo que hoje temos um corte de orçamento.

Este ano, o nosso orçamento já foi cortado duas vezes, então, temos um corte frenético de orçamento. Então, nós entendemos que todas essas reivindicações são de extrema importância, mas sabemos também que isso vai impactar tremendamente na saúde pública do Brasil. O que temos de fazer é nos reunir e ter um estudo sólido, para que reivindicações como a de vocês possam ser atendidas, assim como de todos os profissionais de saúde, realmente conversar e dividir com todos vocês.

Nós entendemos que o trabalhador sabe, porque ele também cortou seu próprio orçamento na sua casa. Quantas vezes, quando perde o emprego, ele tem de rever o orçamento. Ninguém melhor do que o trabalhador sabe o que é o orçamento. Nós podemos expor isso, principalmente a mulher, quando é dona de casa, tem de trabalhar e sabe que tem de viver com um valor determinado, tem de dar comida e estudo para os filhos, tem de ter passagem gratuita para levar os filhos à escola.

Muitas vezes, nós achamos que o trabalhador não sabe o que é o orçamento. Pelo contrário: ele vive o orçamento diariamente. E nós precisamos mostrar isso com muita transparência, o que é o orçamento e como temos de fazer para dar suporte aos nossos trabalhadores da saúde, além de um salário digno.

Eu agradeço a oportunidade e estamos totalmente à disposição para debater esse assunto e trabalharmos juntos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Meus agradecimentos à Drª Ana Paula de Campos Schiavone; meus cumprimentos ao Dr. Gilberto Occhi, Ministro da Saúde, muito bem representado aqui, e a toda equipe do Ministério da Saúde, Adeilson, Locci, todos os seus secretários, o Dr. Abdalla, meu amigo, meus agradecimentos.

Antes de encerrar, quero passar a palavra a Maria Bonfim, que é uma cooperada, uma pessoa que vive o lado dos cooperados. Ela falou fora do microfone, então, fale do microfone e se identifique. Eu vou te dar dois minutos. Vai tocar a campainha após um minuto e você tem mais um minuto para finalizar.

A SRª MARIA BONFIM – Eu sou a Maria Bonfim, líder do movimento Vamos Lutar. Eu sou a prova viva, pois trabalhei sete anos em cooperativas de *home care*. Tudo que foi discutido aí eu passei. Então, eu resolvi lutar e chamar os meus colegas. Agradeço aos meus colegas por terem vindo e também à Mesa, ao Jorge Vianna, que abraçou a nossa causa.

Sabemos, sim, que somos sócios, mas não temos voz, porque os administradores das cooperativas tomaram conta como se fossem donos. Então, impedem que nós tenhamos voz em assembleias. Nós temos de ter voz em assembleia, mas não temos. Então, nós pedimos que os órgãos competentes nos ajudem a ter essa voz.

O Ministério Público do Trabalho diz que está com portas abertas, mas já fomos lá. Não podemos fazer nada, porque vocês são sócios, vocês é que podem. Já cansei disso!

Então, eu venho lutando para que nós, os meus colegas tenham sua economia mais elevada, porque nós passamos fome dentro da casa do paciente. Temos que trabalhar esse tanto de horas, porque temos necessidade, pois não conseguimos pagar as contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, o que eu queria que vocês falassem... No começo, às vezes, eu repudiava a OCB, porque fala bonito, mas nada acontece assim, não. A OCDF disse para nós: "Somos a organização dos sindicatos de cooperativas". E Presidente de cooperativa é dono de cooperativa para ter um sindicato que pode entrar lá, fiscalizar, pegar a documentação, olha o que está certo e o que está errado? Não, o que está errado você arruma.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA BONFIM – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Para concluir.

A SRª MARIA BONFIM – Então, eu achei esta audiência muito proveitosa, porque eu vou, junto com o Jorge Vianna, nós, colegas, bater todo dia na porta: "Já fizeram o que foi dito naquela audiência pública?" Esta eu não vou deixar passar. Para falar na próxima audiência as mesmas (*Expressão suprimida por determinação da Presidência. Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)? Eu acho que não somos nós que temos de ser educados, mas, sim, os gestores, os próprios professores que dão aula nas escolas de enfermagem, que dizem que não podemos confiar no colega. Aí já um puxa o tapete do outro, com medo do outro já fazer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, Maria Bonfim.

Sem querer censurar o seu direito da palavra, o Senado Federal não admite a questão da balela. Nós não estamos aqui fazendo balela. O Senado Federal é um Poder centenário que está aqui para trabalhar em prol da população. Não assino embaixo por ações de nenhum outro, a não ser as minhas; sou uma autoridade pública para isso, represento aqui o Senado Federal.

Eu requeiro que se retire das notas taquigráficas o termo balela colocado aqui, porque nós estamos trabalhando em prol da população, em prol das coisas corretas. Não admitimos a forma como as cooperativas estão tratando vocês, por isso exatamente quero até convidá-la a participar da comissão que eu aqui formei, porque acho que a senhora é uma cooperada, tem mais que participar até para ajudar. Quero que a senhora considere que o meu gabinete é democrático, participativo, que é uma oportunidade para que possamos regulamentar da forma mais adequada essa situação grave. Eu compreendo a exorbitação da palavra, mas estou só...

A SRª MARIA BONFIM (*Fora do microfone.*) – Peço desculpas, porque não foi essa a palavra que eu quis usar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Eu entendi, tanto é que estou convidando a senhora para participar da comissão. A senhora é uma boa pessoa que está querendo resolver o problema. Estou só registrando a posição do Senado Federal, porque esta Comissão é do corpo do Senado Federal.

Passo a palavra para o nosso gremista, Dr. Luís Carlos Barbosa, para os seus cinco minutos finais, prorrogáveis, porque já deixou de viajar para estar aqui com a gente.

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – Pessoal, eu só queria dizer, na verdade, Senador, que eu tinha uma reunião agendada para 13h, mas, em nome da audiência pública e em respeito a vocês, eu não me ausentei. Já mandei uma mensagem dizendo que estou numa audiência pública, e vocês merecem o respeito e a consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria separar duas coisas extremamente importantes: uma coisa é a ação do Ministério do Trabalho; outra coisa é a regulamentação da atividade do *home care*. Se nós conseguirmos separar isso aqui, vamos encaminhar bem.

A primeira coisa é que o Senador já se prontificou a criar uma comissão, um grupo, já está criando aqui, já convidou as pessoas para integrarem-na. Nós temos o Tiago, o Éder, que são pessoas que participam das manifestações jurídicas, dos pareceres do Ministério do Trabalho. Para isso, eu diria o seguinte: na parte tocante ao não respeito à legislação trabalhista, ao não respeito às condições de trabalho, a coopergatos, ao desrespeito ao trabalhador, à mística de usar de o presidente ser patrão, não é cooperativa.

Então, vamos deixar bem claro aqui, que fique aqui transparente: quem subordina, quem dá ordens não é cooperativa, não é cooperado. Só pode dar ordens, só pode subordinar quem é empregador.

Então, essa é a lei das cooperativas. É só olhar, ler o que está na lei, e aí nós vamos ter claro quais são os compromissos.

Sabemos que o trabalhador pensa com a barriga. Respeitosamente vou dizer por que ele pensa com a barriga: quando ele tem que colocar a comida, o pão na mesa, quando ele tem de pagar a sua prestação, o seu aluguel, ele decide com a barriga e não com a cabeça. Mas eu quero dizer, e vou dizer novamente, vou dizer para a colega aqui, a Bonfim, o seguinte: com todo o respeito, eu venho aqui em nome do Ministro do Trabalho, estou me comprometendo, de o Ministério do Trabalho ser parceiro de vocês naquilo que é possível. Agora, utilizem o sindicato de vocês, mesmo que sejam cooperativas, mesmo que sejam cooperados. Por que isso? Porque, se essa cooperativa é fraudulenta, você não é cooperado, você é empregada. E utilizem o Cofen aqui para que ele defenda, utilizem a federação, utilizem os instrumentos de representação de vocês para a defesa dos direitos.

Com todo respeito, pessoal. Não adianta. Às vezes, eu critico, eu critico como há pessoas propalando o voto nulo, não votar. É uma burrice! Anular o voto, não votar é dizer o seguinte: eu concordo com quem está, eu concordo com tudo aquilo que está sendo feito e eu estou sendo omisso, irresponsável, não cumprindo com o meu papel de cidadão. Eu jamais vou anular o meu voto! (*Palmas.*)

Eu peço desculpas a vocês. Eu não anulo voto, não voto em branco e não deixo de votar, porque eu quero ter moral, condições de cobrar quem não está me representando e, para isso, eu digo assim para vocês: vamos trabalhar em conjunto. Vamos lá! As entidades representativas dos senhores devem enviar um pedido de audiência com o Ministro do Trabalho, e eu tenho certeza de que ele dará seguimento e vai acolher o pedido de vocês.

E nós temos, além disso, o Conselho Nacional do Trabalho, em que são debatidos temas maiores, temas macros, e o tema de vocês é um tema macro, que pode ser discutido no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho.

Por fim, eu quero dizer à colega que falou aqui da cooperativa que a Lei 12.690 foi regulamentada, foi publicada em 2012. Portanto, não foi agora que ela foi publicada. Ela não foi publicada no ano de 2018...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA – ... não foi publicada em 2017, ela foi publicada em 2012. Então, nós precisamos discutir, e, nessa audiência com o Ministro do Trabalho, pode ser pedido ao Ministro para que encaminhe junto ao Governo Federal, junto ao Poder Executivo, o decreto regulamentador da Lei 12.690.

Eu acho que é através do debate como este aqui, é através, Senador, de proposições desta ordem, de uma audiência pública... Ao contrário, meu amigo Jorge Vianna, eu entendo que isso foi no calor do desabafo, mas eu diria que esta audiência pública foi altamente frutífera, altamente produtiva, porque aqui nós tiramos encaminhamentos necessários ao interesse de vocês. Então, vocês estão hoje, aqui, tirando encaminhamentos frutíferos, produtivos. Pela disposição de o Senador encaminhar um PLS em conjunto com vocês, eu acho que, por si só, a audiência pública já tem o seu mérito, José Gilmar, da sua finalidade. Então, eu quero parabenizar vocês por ter vindo aqui e eu digo que não estou falando por mim como membro da área da saúde, mas estou falando também pelos familiares que eu tenho que trabalham na área da saúde e sei da necessidade.

Um grande abraço para vocês, sucesso e que dê tudo certo. E que Deus nos abençoe, porque com Ele é que nós vamos conseguir.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Eu quero agradecer ao Dr. Luís Carlos Barbosa e falar o seguinte: regulamentar o atendimento domiciliar da enfermagem em cooperativas, ou domiciliar via *home care* ou assemelhados, é o grande objetivo que nós queremos discutir. Baseado nisso, tem de se discutir as principais regras, como por exemplo: as cooperativas só poderão exercer atividade domiciliar desde que tenham suas atividades regulamentadas pela OCB, pela lei, por essas questões todas. Eu acho que isso está correto.

Os principais problemas são as formas como são feitas algumas cooperativas – isso foi apontado aqui.

Não fechar as portas para as cooperativas – claro que esse é o objetivo. As cooperativas são mais uma forma de facilitar o acesso. Ninguém vai querer fechar as portas para as cooperativas.

Por que não o cooperativismo fazer esse serviço correto de *home care*?

Então tudo isso a gente vai responder.

Eu quero propor aqui, a Edy, minha esposa, enfermeira, que entende muito mais dessa questão...

O SR. LUÍS CARLOS BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Senador, eu vou pedir licença então.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Pois não. Vai lá.

O Ministério do Trabalho – o nosso representante está saindo –, o Ministério da Saúde, o Cofen, a Fenapen, a FNE, a OCB, a representante do *home care*, os cooperados via nossa nobre Maria Bonfim, o Sindicato dos Enfermeiros, via Márcio, que aqui esteve, todos serão convidados a participarem de uma reunião para discutirmos essa questão do projeto de lei. Esse é o fruto desta reunião de hoje.

Então, espero que, Jorge, como nominado aqui Secretário Executivo desta reunião, junto com a Edy, minha esposa, que não está aqui, chamem para o meu gabinete, o mais breve possível, uma reunião deste grupo todo, para que a gente possa apresentar um esboço do projeto de lei, para que as coisas andem da melhor forma possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença dos senhores, das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores que nos ouviram, da nossa população, dos nossos ilustres oradores e participantes.

Nada a mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo e parabenizando a todos pela presença.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Romero Jucá, Paulo Paim, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Dário Berger, Roberto Muniz, José Medeiros, Acir Gurgacz e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência registra a presença dos Deputados Federais Renato Molling e Luiz Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (RAS 04/2018), atendendo ao requerimento RAS 4/2018, de autoria da Senadora Ana Amélia. Finalidade: Debater os impactos sociais da redução do imposto de importação em calçados esportivos. Participantes: Pedro Henrique Reckziegel, Analista de Comércio Exterior da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, representante do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Senhor Marcos Jorge de Lima; Heitor Klein, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - Abicalçados; Marcela Santos de Carvalho, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Rogério Jorge de Aquino e Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados - CONACCOVEST; Marina Egydio de Carvalho, Presidente da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo; Pedro Grendene Bartele, Membro do Sindicato da Indústria de Calçados de Parobé - RS, representante do Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, São Paulo (Sindifranca), José Carlos Brigagão. A Senadora Ana Amélia faz a leitura de correspondência enviada pelo Proteste, em nome dos consumidores. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Deputados Federais Renato Molling e Luiz Carlos Heinze e as Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/08

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater os impactos sociais da redução do imposto de importação em calçados esportivos, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 4, de 2018, de iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – www.senado.leg.br/ecidadania –, e do Alô Senado – 0800-612211.

Inicialmente concedo a palavra à Senadora requerente para suas considerações.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, eu, em primeiro lugar, preciso, por questão de justiça, agradecer a V. Exª a pronta atenção dada ao requerimento de minha autoria, para realizar esta audiência pública, nem obedecendo à regra das antecedências de pedidos de audiências públicas, porque temos audiências requeridas desde 2016 aqui, que estão aguardando. Mas V. Exª teve a sensibilidade de entender a emergência do fato em função de estar havendo aí, em duas pontas, um impacto direto e negativo sobre o setor que emprega muita mão de obra, especialmente mão de obra feminina – V. Exª tem, nessa causa, uma das suas pautas legislativas –, e especialmente nos Estados do Rio Grande do Sul, mas em outros Estados também, como São Paulo, na cidade de Franca.

E as duas pontas quais são? A possibilidade de que o Governo venha a reduzir o Imposto de Importação sobre calçados esportivos. Isso eu diria que é um arrasa quarteirão num momento em que o setor está, digamos, respirando um pouco mais aliviado, em função da alteração cambial e de um espaço maior de expectativa.

O cenário interno está nebuloso, com muita incerteza, com a questão da credibilidade, da confiança do investidor, e isso afeta também o mercado consumidor. Então, com esses problemas, reduzir-se o Imposto de Importação vai-se estar subsidiando, financiando o trabalho lá fora, o emprego lá fora, nos países concorrentes do Brasil no calçado esportivo.

Então, esse é um lado da questão. O outro lado é o risco de o Governo reonerar a folha de pagamento de setores que são altamente empregadores de mão de obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também ontem estive fazendo uma visita ao Presidente da Federação das indústrias do Rio Grande do Sul, Gilberto Petry, que me entregou a correspondência que as três entidades da indústria dos Estados, dos três Estados – não só o próprio Gilberto Petry, mas também Edson Campagnolo, da Federação das Indústrias do Paraná, e Glauco Côrte, da Federação das indústrias de Santa Catarina –, encaminhando ao MDIC e à Camex igual ponderação sobre esses riscos e ponderando sobre a inoportunidade de aplicar uma redução da tarifa do Imposto de Importação para calçados esportivos, e também evitando a reoneração da folha.

A Camex, muito prontamente, e o MDIC, que aqui está o Fábio representando, também as representantes do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, de forma pronta responderam examinando essa questão, que foi encaminhada à Camex, que teve mais 30 dias – vence agora o prazo para tomar essa decisão sobre importar ou não. E também recebemos o Proteste, que fala em nome dos consumidores, para ponderar algumas questões. Posterior ao decorrer da audiência pública, eu vou abrir um espaço, como requerente, mesmo que regimentalmente não pudessem participar da Mesa, porque já havia encerado o prazo das inscrições para esse pronunciamento.

Então, eu agradeço a V. Exª, mais uma vez, pela acessibilidade que teve de fazer a convocação desta audiência pública. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pela sensibilidade em ter requerido esta audiência pública, porque, realmente, nós estamos agora num momento em que as reonerações vão ser importantes para o Brasil, só que não são todas as reonerações. Acho que a questão dos calçados esportivos é uma das áreas que nós temos que estudar, porque se há uma área onde nós somos vitoriosos é essa área. Então, isso tem que ser feito com muito cuidado. Por isso a propriedade de fazer esse debate com pessoas tão qualificadas e que vão poder levar subsídios ao Ministério para que essa ação possa ser pensada e avaliada da sua propriedade.

Comunico agora aos senhores oradores que esta Presidência vai chamá-los à Mesa e concederá a palavra por 10 minutos a cada um. O tempo é marcado naquele reloginho ali, que apita um minuto antes.

Primeiro, vou chamar o Sr. Pedro Henrique Reckziegel, Analista de Comércio Exterior da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, representante do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Sr. Marcos Jorge de Lima.

Muito bem-vindo.

O SR. PEDRO HENRIQUE RECKZIEGEL (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Srª Marcela Santos de Carvalho, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex). (*Pausa.*)

Sr. Heitor Klein, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), representante do Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (Sindifranca), São Paulo, José Carlos Brigagão.

Bem-vindo.

O SR. HEITOR KLEIN (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Srª Marina Egydio de Carvalho, Presidente da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo. (*Pausa.*)

Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (CONACCOVEST).

Bem-vindo.

O sexto convidado, Sr. Pedro Grendene Bartelle, membro do Sindicato da Indústria de Calçados de... Alguém do Rio Grande do Sul aqui para me traduzir. (*Pausa.*)

Ana Amélia, que cidade é? (*Pausa.*)

Parobé.

Então, temos um sexto convidado.

Com a palavra, então, o Sr. Pedro Henrique Reckziegel por dez minutos.

O SR. PEDRO HENRIQUE RECKZIEGEL – Obrigado, Srª Presidente.

Trouxe uma apresentação.

Sou o Pedro e estou aqui representando o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. E eu vim, basicamente, trazer alguns elementos, principalmente sob a ótica da indústria, que nos permitam debruçar sobre essa questão com um pouco mais de propriedade. A ideia é trazer algumas informações.

Cumprimento todos aqui presentes à Mesa. Agradeço a oportunidade de participação nesta presente audiência pública.

Os calçados esportivos são classificados em diversos códigos da nomenclatura comum do Mercosul, a classificação aduaneira. Os calçados são bens de consumo final e conformam o último elo de uma cadeia produtiva complexa e integrada no Brasil e no Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atualmente, os calçados esportivos estão grafados com 35% de Imposto de Importação, sendo que a ideia da escalada tarifária tem que ser coerente com o grau de agregação de valor dos produtos nas respectivas cadeias produtivas. Então, a ideia é que insumos e matérias-primas tenham um emprego menor de tarifação, e, de acordo com o que for subindo o nível de agregação de valor progressivamente do produto na cadeia até chegar aos produtos finais, naturalmente o Imposto de Importação é majorado dessa forma progressiva. A ideia da escalada tarifária é justamente propiciar um estímulo maior à agregação de valor no País ao invés da importação de produtos acabados.

Atualmente, também os calçados esportivos estão grafados, possuem aplicação de direito *antidumping* para importações oriundas da China, ao valor de US$10,22 o par. Um outro ponto importante a se destacar quanto aos calçados esportivos é a natureza genérica dos códigos aduaneiros que os classificam.

Então, uma sensibilidade de trabalhar com esse produto reside na grande diversidade de tipos e modelos de calçados esportivos de diferentes marcas e preços, produzidos ou não produzidos no Brasil, que podem estar contemplados dentro dessa classificação aduaneira. (*Pausa.*)

Atualmente, a alíquota vigente para a quase totalidade dos calçados – aí eu trouxe um extrato especialmente dos calçados esportivos – é 35%. A proposta que foi apresentada no âmbito da Secretaria Executiva da Camex – que depois a Drª Marcela Carvalho vai apresentar com um pouco mais de propriedade – seria a redução do imposto para aqueles três códigos NCM que estão grafados.

Aqui, ressalto novamente aquela complexidade envolvida na classificação aduaneira devido ao fato de esses produtos estarem classificados como "outros", permitindo uma grande quantidade de produtos entrarem, serem classificadas dentro desse código tarifário. Além disso, caso prospere o pleito de redução tarifária dos calçados esportivos, haveria um tratamento assimétrico dos calçados esportivos grafados daqueles três códigos em relação aos demais produtos e aos demais calçados – calçados de couro, calçados de outros tecidos – e não necessariamente apenas os calçados para esporte.

Pode passar para o próximo. (*Pausa.*)

Perdão. Pode passar para mim, por gentileza?

Historicamente, o Brasil nunca aplicou essa alíquota de 20%, que seria a tarifa que estaria no âmbito desse pleito de redução tarifária. De 2001 a 2007, a gente chegou a ter uma aplicação de uma alíquota de 25%, mas, após uma decisão que se deu no âmbito do Mercosul, essa tarifa foi majorada para 35%.

Pode passar, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por outro lado, cabe observar que o Brasil não é o único país a aplicar a alíquota consolidada na OMC para o setor calçadista. De fato, boa parte dos produtores mundiais de calçados aplicam as alíquotas de Imposto de Importação, que chegam até a 40%. Por isso é importante notar que a maioria dos países produtores de calçados adota atualmente alíquotas que propiciam um determinado nível de proteção frente à sensibilidade do setor.

Pode passar, por gentileza.

No período de 2001 a 2007, quando a alíquota do Imposto de Importação era 25% – a mais baixa historicamente –, as importações brasileiras passaram de 3,8 milhões de pares em 2001 para 15,3 milhões de pares em 2007. Foi um incremento de 303% no período, que significou uma média de crescimento anual de quase 33% quando estava tarifado a 25%. Já no período de 2008 a 2017, a alíquota foi grafada com 35% e a gente verificou, por exemplo, nesse período de 2008 a 2017, até mesmo uma redução das importações de calçados esportivos.

De fato, então, verificou-se que a elevação da TEC para 35% foi um dos elementos que freou esse crescimento exponencial verificado nesse período de 2001 até 2007.

Pode passar, por gentileza.

Quando se analisa os principais fornecedores de calçados esportivos para o Brasil, isso é, a origem das importações, verificamos que a maior parte, 95% das importações brasileiras são provenientes de países asiáticos.

Pode passar, por gentileza.

Por outro lado, quanto às exportações do Brasil, verificando a série histórica, podemos observar que, em 2017, o Brasil exportou 40 milhões de pares apenas no segmento de calçados esportivos, o que equivaleu, em valor, a uma exportação de 394 milhões. A série histórica mostra uma tendência de crescimento nas exportações a partir de 2015, embora não tenhamos ainda atingido valores antes da crise que o Brasil enfrentou.

Pode passar, por gentileza.

Os principais países de destino de exportação brasileira são Argentina, União Europeia, Estados Unidos. Enfim, o Brasil exporta seus calçados esportivos para mais de 25 países, incluindo mercados bastante exigentes, como Japão, Austrália e Canadá.

Pode passar, por gentileza.

Em relação à balança comercial do setor de calçados esportivos, que é a diferença entre as exportações e as importações, a gente verifica que historicamente é significativamente superavitária, com exceção do período de 2013 a 2015. Então, sob a ótica da indústria, a gente vê com alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sensibilidade o tema, para evitar que haja uma possível reversão do saldo positivo dessa balança setorial, que poderia ser um contrassenso, no momento atual da economia brasileira.

Pode passar, por gentileza.

Em relação à produção de calçados do setor, contando não apenas os calçados esportivos, mas todos os tipos de calçados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO HENRIQUE RECKZIEGEL – ... a gente chegou, em 2013, a quase um bilhão de pares produzidos. Do total de calçados, aproximadamente 9% a 13% dessa produção está no âmbito do segmento de material esportivo.

Pode passar, por gentileza.

Então, verificamos que a cadeia produtiva de calçados é integrada, no Brasil, e permeia diversos setores econômicos, desde a pecuária, que fornece matéria-prima para o couro, passando pelo setor petroquímico, que fornece matérias-primas para borrachas sintéticas, plásticos e adesivos. Há fornecedores de matérias-primas para palmilhas, componentes metálicos e diversos outros elos da cadeia produtiva.

Trata-se de um setor bastante intensivo em mão de obra e dividido em polos regionais, inclusive em regiões de menor desenvolvimento econômico. Destaco, por exemplo, polos importantes no Brasil, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

Em relação ao nível de utilização da capacidade instalada no Brasil, atualmente, a indústria está operando em torno de 75% e gera em torno de 278 mil empregos.

Então, o tempo já se esgotou, mas se me permitem...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – É muito longo?

Da minha parte eu permito.

O SR. PEDRO HENRIQUE RECKZIEGEL – Não.

Na verdade, eu só queria ressaltar que eu trouxe alguns elementos para auxiliá-los na discussão desse pleito de redução do Imposto de Importação para calçados esportivos, e ressaltar também, claro, o caráter de colegialidade – que, daqui a pouco, a Drª Marcela vai ressaltar –, já que as decisões no âmbito da Camex se dão por meio de discussão de diversos ministérios envolvidos, e é importante, na verdade, trazer esses elementos, para participação e esclarecimento a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu é que agradeço.

Peço à Senadora Ana Amélia se pode assumir os trabalhos por uns vinte minutos, porque tenho que presidir outra sessão. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes de passar a palavra à próxima expositora, a Drª Marcela, eu quero saudar o Senador Airton Sandoval, que também nos ajudou a compor aqui a Mesa de debatedores, e o Deputado Renato Molling, que é tão envolvido na Frente Parlamentar do Couro e Calçado, do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra a Drª Marcela Carvalho, também pelo mesmo tempo de dez minutos.

A SRª MARCELA SANTOS DE CARVALHO – Obrigada, Senadora.

Boa tarde a todos.

Sou Marcela Carvalho, Secretária-Executiva da Camex.

Cumpre aqui ressaltar que a Camex é um colegiado de oito ministros, e é a Camex que decide sobre alterações tarifárias temporárias, alterações no Imposto de Importação. Essas alterações temporárias são feitas ou realizadas no âmbito da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, que é a Letec, como a gente chama. Essa Letec tem cem vagas: então existem cem vagas para cem códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). E é por meio dessa Lista de Exceções que o pleito chegou até a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior.

Também é importante ressaltar que a secretaria não opina. Na verdade, a nossa função é pautar, é colocar o tema à discussão, é levar aos ministros ou aos secretários-executivos para discussão. Então, o meu papel aqui é simplesmente também falar do processo e em que pé estamos com relação ao pleito neste momento.

O pleito foi apresentado pela Ápice, que é a Associação pela Indústria e Comércio Esportivo, aqui representada pela Drª Marina, no dia 6 de setembro de 2017. Esse pleito tinha 90 dias para ser analisado, mas no curso da análise, o Ministério da Fazenda pediu prorrogação de prazo, o qual venceu no último dia 6 de março deste ano.

Então, o pleito se refere a três, como já mencionado pelo Pedro, códigos de Nomenclatura Comum do Mercosul. Esses três códigos ou o pedido da Ápice é uma redução de 35% para 20%, com a criação de EXs, que significa criação de destaque específico dentro dessa nomenclatura. Então, o pleito se refere não à redução total do código, mas, sim, a uma parte específica que se referiria a calçados esportivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É claro que, nas discussões, foram consideradas opiniões tanto da Ápice quanto da Abicalçados. Eu, por exemplo, recebi os dois lados do debate e posso resumir em uma frase cada um dos argumentos. Então, para a Abicalçados, a redução teria impacto na produção nacional de calçados e, consequentemente, no nível de emprego. Para a Ápice, as empresas representadas pela Ápice estão operando no Brasil com situação muito pior do que no resto do mundo. Então, existem esses dois argumentos.

Em março deste ano, considerando que a discussão técnica se encerrou no âmbito da Camex, o pleito já estaria pronto para deliberação pelos vice-ministros ou pelos ministros, e isso será feito na reunião de junho. Essa Lista de Exceções à TEC é alterada duas vezes por ano, no meio do ano e no final do ano. Logo, na reunião de junho do Gecex, esse pleito será apreciado.

O pleito sobe com dissenso, não há consenso na discussão técnica com relação à redução. Então, provavelmente haverá uma discussão no nível político acima. Essa discussão técnica aconteceu e os níveis vão subindo, nível de vice-ministro e depois nível de ministro, de acordo com a discussão, mas o que eu posso realmente adiantar é que o pleito sobe com um dissenso.

Atualmente a Lista de Exceção à TEC tem cinco vagas. Então, das cem, temos cinco a serem ocupadas, o que nos traz, além da discussão de mérito se realmente essa redução é boa para o País ou não, boa para as empresas de uma forma geral e boa para a economia de uma forma geral, existe também a discussão sobre a relevância de ocuparmos três vagas na lista de exceção com três códigos da NCM, como eu já adiantei.

Por fim, cabe esclarecer que para os códigos NCM em questão, aqui as edições pleiteadas, existe, sim, direito *antidumping* aplicado contra os calçados originários da China. Esse direito anteriormente de US$13,85 por par hoje está em vigor a US$10,25 por par. Então, além da tarifa a 35, temos aplicado um direito *antidumping* exatamente para combater as importações desleais originárias da China.

Com isso, eu encerro a minha participação e fico à disposição para perguntas.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Marcela Santos de Carvalho, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Passo agora a palavra à Presidente da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo, Marina Egydio de Carvalho, também pelo tempo de dez minutos.

A SRª MARINA EGYDIO DE CARVALHO – Em primeiro lugar, eu gostaria de dar boa tarde (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



14ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Exma Srª Senadora Ana Amélia Lemos, na pessoa de quem gostaria de cumprimentar os demais Senadores aqui presentes.

Eu me chamo Marina Egydio de Carvalho, sou advogada, sou Doutora em Direito Internacional pela PUC-SP e atualmente sou Diretora-Presidente da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo.

A associação, senhores, foi criada, em 2010, com o objetivo de representar o setor de produtos esportivos aqui no Brasil. Atualmente, nossos associados são dos segmentos de calçados, vestuários, acessórios e equipamentos esportivos. Nós temos como missão principal atualmente individualizar esse setor no País, em razão da característica que os produtos esportivos possuem.

É muito importante frisar que atualmente nós temos uma produção média anual de 10 milhões de pares de tênis aqui no País. Essa produção acontece em fábricas parceiras, em fábricas próprias sediadas em diferentes Estados da Federação, tais como Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba e Bahia.

Nós representamos atualmente aproximadamente 21 mil empregos envolvidos em produção e presença comercial aqui no País. Esse dado, senhores, representa aproximadamente metade do setor de produtos esportivos, segundo dados dos segregados do setor total de calçados. E é muito importante fazer essa segregação do setor de calçados esportivos em relação aos demais calçados que produzimos aqui no País.

Nossa geração de empregos é extremamente relevante para o setor. Queremos continuar no Brasil, estamos aqui com empresas nacionais com mais de um século, empresas estrangeiras há mais de 30 anos sediadas, com presença comercial, com suas sedes estabelecidas em São Paulo, no Rio Grande do Sul, cidadãos que estão aqui trabalhando pelo setor como um todo.

Entre 2014 e 2017, investimos mais de R$4 bilhões no Brasil e gastamos outros R$4 bilhões em pagamento de tributos aqui no País.

Nós estamos aqui hoje a convite desta Comissão. Estamos sempre à disposição desta Casa para debater qualquer tema que seja conveniente.

Gostaríamos de falar um pouquinho sobre esse pleito que foi colocado e que já foi muito bem explanado aqui pelos meus antecessores.

Um ponto muito importante que eu gostaria de destacar é de três ordens em relação a esse pedido. O primeiro deles e que ainda não foi mencionado é que ele é temporário e dura única e exclusivamente um ano, significando dizer que, após esse período, a alíquota vigoraria novamente ao patamar de 35%. Após esse período, não haveria mais qualquer tipo de desoneração, o nosso pedido foi muito específico em relação a esse prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós solicitamos o retorno da alíquota vigente em 2007, com o embasamento técnico de que este retorno não geraria impactos negativos de desindustrialização ou redução do setor no País.

Por fim, esse pleito, como foi colocado, está cirurgicamente delimitado a tênis esportivos de materiais têxteis, não está englobado nesse pedido qualquer produto de couro, qualquer produto que tenha componentes de couro. São única e exclusivamente produtos têxteis e, como a Secretária-Executiva da Camex ponderou, nós solicitamos que fossem feitos destaques exclusivos para tipos de calçados esportivos e esses destaques, essas descrições já foram inclusive visualizadas pela própria Receita Federal, que manifestou um posicionamento vislumbrando a especificidade da descrição como um calçado exclusivo destinado à prática de uma atividade física, não estamos, portanto, falando de qualquer tipo ou espécie de calçado.

Senhoras e senhores, uma última característica muito importante em relação a esse pedido foi nossa solicitação para segregar a desoneração para os calçados de maior valor agregado. Isso foi solicitado visando inclusive minimizar preocupações que pudessem existir em relação aos calçados esportivos de menor preço. Esse pedido, como eu disse, foi um pedido que sugerimos à análise do Governo e que se encontra então sob análise para decisão pela Câmara de Comércio Exterior.

E aí, pergunta-se, com certeza: por que fizemos esse pedido? Fizemos esse pedido porque retraímos mais de 28% em vendas desde 2014, em volume de vendas. Nossa produção local caiu, de 2015 para 2016, 21%; nossas importações caíram 30%. Atualmente, essa situação tem tornando praticamente insustentável a presença de grandes marcas do setor esportivo, grandes empresas que aqui no Brasil enfrentam dificuldades que todos nós enfrentamos, dificuldades relacionadas à economia como um todo.

Visando tentar minimizar esse problema foi que desenvolvemos então pedidos de desoneração para o Governo, pedidos de duas ordens: um que estamos discutindo aqui hoje, que diz respeito ao produto acabado, mas estamos também trabalhando em três pedidos de desoneração de matérias-primas para fomentar a indústria local, matérias-primas essas que foram mapeadas pelas nossas fábricas parceiras e com as quais vimos dividindo essas informações. Pretendemos, portanto, impulsionar também e sugerir ao Governo a desoneração para melhorar também essa fabricação local que aqui temos.

É muito importante delimitarmos os dados a que nos referimos aqui hoje. Por exemplo, 85% do setor calçadista, segundo dados da Abicalçados, são calçados de borracha ou calçados de couro; 10% do segmento calçadista está representado por calçados esportivos, segundo esses dados.

Um segundo dado muito interessante que foi colocado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento, diz respeito ao percentual das importações, 95% do mercado brasileiro de calçados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é abastecido por calçados nacionais, feitos no Brasil, produzidos manufaturados aqui, e apenas 5% das importações atualmente dizem respeito a abastecimento do mercado local.

Portanto, se reduzirmos esse percentual exclusivamente para os calçados esportivos e para aqueles calçados esportivos de materiais têxteis com os quais nós estamos trabalhando nessa proposta, estaremos falando de um percentual ainda menor em volume de calçados, mas que terá impacto muito importante para impulsionar o setor, para gerar o crescimento que a gente espera aqui no País.

E aqui eu tomo a liberdade de fazer a citação de uma nota técnica proferida pelo Ministério da Fazenda, Senadora, que já se pronunciou sobre esse assunto e fez uma análise sobre o comportamento do mercado calçadista pré-2007 e pós-2007, quando houve a majoração da alíquota do Imposto de Importação.

Nesse documento, então, o Ministério da Fazenda afirma – e aqui me permitam uma leitura breve de duas linhas: A tese de que o aumento da proteção tarifária geraria benefícios sociais mediante o aumento do emprego não foi confirmada no período analisado.

Se separarmos os períodos pré-2007 pós-2007, não se verificam alterações no comportamento da taxa de crescimento de emprego do setor, o que evidenciaria algum ganho em relação à economia como um todo.

Se analisarmos o índice de empregos antes de 2007, estávamos também na faixa dos 279 mil empregados que foram aqui apontados pelo meu antecessor, do Ministério do Desenvolvimento.

Portanto, senhoras e senhores, esse pedido foi, sim, realizado – em nenhum momento visando à desindustrialização – para um período delimitado para que este setor continue no País, gerando empregos. Cidadãos brasileiros que também praticam atividade física, assim como todos os demais cidadãos, têm direito a receber todos os produtos de todas as qualidades e origens, independentemente de onde eles sejam.

Por isso que esse pedido foi colocado. Eu fico à disposição de todos aqui presentes para prestar esclarecimentos, lembrando apenas que, por questões de natureza concorrencial, a Associação está impedida de discutir qualquer questão relacionada a preço ou a aspectos comerciais de cada marca individualmente considerada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Marina.

Agora eu passo para um setor diretamente impactado pelas duas pontas, ao Rogério Jorge de Aquino e Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (CONACCOVEST). Com a palavra também por 10 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO JORGE DE AQUINO E SILVA – Obrigado, Senadora. Saúdo todos os Parlamentares presentes. Boa tarde, Dr. Heitor, pelo qual saúdo todos os empresários presentes.

Eu queria colocar, Senadora e demais presentes, que essa redução da alíquota para o setor calçadista trará um prejuízo grandioso, principalmente na geração de empregos.

Nós representamos o setor de calçados, couro, têxtil e vestuário, uma cadeia produtiva que hoje gera em torno de 2,5 milhões de empregos diretos. Só no setor de calçados, pelos dados da Abicalçados, hoje nossa geração de empregos é de 285 mil empregos diretos. Então, o impacto da diminuição dessa alíquota traz desemprego não só para a cadeia produtiva do setor de calçados, que principalmente emprega o primeiro emprego. O setor calçadista, o setor vestuário e o setor têxtil são geradores do primeiro emprego no Brasil. A característica do primeiro emprego no Brasil desses setores não gera a necessidade de um aprendizado técnico, o próprio aprendizado se dá dentro das indústrias, tanto têxtil, como no vestuário e calçadista. Isso nós temos que primar porque, diante da situação que nós temos hoje, para o Brasil custou muito. O setor calçadista, de 2014 para cá, teve uma perda muito grande na questão do emprego, principalmente do emprego direto e da mão de obra do primeiro emprego.

É muito difícil hoje você empregar aquela pessoa que sai do Exército ou que não tem formação nenhuma para gerar essa mão de obra de qualificação. E quando a gente consegue gerar essa mão de obra e qualificá-la, vem essa questão da diminuição da alíquota que pode fazer o quê? Aumentar o desemprego. E, quando aumenta o desemprego, a necessidade de refazer essa mão de obra novamente dentro do setor calçadista é muito grande.

Outro aspecto também que nós temos é a geração de emprego para mulheres. É a maior geração de emprego. Hoje o nosso setor emprega em torno de 60% de mulheres.

Outro aspecto que temos também como característica é a concorrência desleal que temos, por quê? Hoje nós temos dentro da indústria calçadista a característica de NRs de proteção. Não existem essas NRs de proteção lá fora, nos países asiáticos. Hoje nós temos a NR 17, a NR 12, que são de protecionismo para a saúde e segurança do trabalho dentro do Brasil. Isso tudo nós temos que levar em conta quanto à questão da desoneração da alíquota.

Está-se falando aqui da desoneração só do setor esportivo, no calçado de fabricação têxtil. Mas, se houver essa desoneração, o setor têxtil também vai sofrer influência dessa situação muito grande, que vai gerar um desemprego também no setor que nós defendemos, mas principalmente o setor calçadista que agora começou a tomar fôlego, e começamos a ter condição de respirar e gerar ainda um pouco mais de emprego. Com essa diminuição dessa alíquota, Senadora e demais presentes, vocês podem ter certeza de que vamos desaquecer novamente o nosso mercado e teremos em torno de 15% a 35% de desemprego no nosso setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São dados bastante expressivos, e o impacto social disso tem significado que não pode ser descuidado quando de uma decisão dessas que toma a Camex, mesmo que a Drª Marcela tenha explicado que essa é uma decisão colegiada, não é de uma pessoa, não é de um aspecto técnico, mas envolve várias ponderações e várias considerações sobre o peso dessa decisão, sobre todo o mercado de trabalho e sobre a receita do Estado, da União, que está com muitas dificuldades.

Passo a palavra ao Dr. Pedro Grendene. Em seguida, para concluir, ao Presidente da Abicalçados.

O SR. PEDRO GRENDENE BARTELLE – Srs. Senadores, autoridades, senhoras e senhores, meu nome é Pedro Grendene Bartelle, estou há 50 anos, um pouquinho menos que isso, na indústria do sapato, empreendendo.

Nossas empresas hoje empregam 40 mil funcionários, um pouquinho mais do que isso. As cidades onde estamos mudaram para melhor durante todo esse tempo, e mudaram para muito melhor. E esse é o maior atestado que eu posso trazer aqui da importância da indústria do calçado.

Eu gostaria de começar dizendo para vocês que a aprovação dessa redução pretendida do Imposto de Importação de 35% para 20% vai cortar no Brasil, vai fazer com que dezenas de milhares de empregos sejam perdidos, nada menos do que isso. (*Pausa.*)

Em 2017, as três NCMs em que se pretende reduzir o imposto representaram mais de 70% do total das importações que o Brasil fez. E como essas NCMs são bastante genéricas e pouco específicas, mesmo que se faça alguma correção em relação a isso, acabarão seguramente incorporando mais e mais produtos que acabarão sendo beneficiados na esteira dessa pretendida redução.

Eu queria lembrar que o Imposto de Importação serve atualmente no Brasil, na atual conjuntura, para equilibrar em parte a competitividade que a indústria brasileira não tem em relação à indústria asiática de modo geral, não apenas a chinesa, região da Ásia de onde o Brasil não importa a maioria dos sapatos. O Brasil importa muito mais sapatos dos outros países do que da China, onde não há o *antidumping*.

Além disso, vale lembrar que salários maiores no Brasil são uma realidade que todos conhecem; encargos e benefícios muito maiores do que nos países da Ásia também não são nenhuma surpresa para ninguém; e responsabilidades sociais de toda ordem que não representam um salário direto, mas que têm muito custo também são a tônica da nossa realidade produtiva brasileira, além do custo Brasil do qual tanto se fala.

Queria dizer também que na década passada uma questão cambial que supervalorizava o real fez com que a indústria sapateira do Brasil perdesse praticamente a sua exportação. Dezenas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dezenas de fábricas que existiam no Brasil e que trabalhavam única e exclusivamente com exportação, e muitos dos senhores sabem disso, fecharam suas portas e não existem mais.

Mais recentemente, por volta de três anos atrás, uma grave recessão econômica no Brasil colocou o setor calçadista, como colocou todos os outros setores brasileiros, em graves dificuldades. Mas com muita garra, muito otimismo e muito empreendedorismo, a indústria brasileira se recuperou, está se recuperando e voltou a exportar e está exportando mais.

A indústria do sapato não pode ser medida pelas fábricas de sapato. Ela precisa ser medida pelo polo industrial sapateiro e não apenas por uma fábrica de sapato. Nesta área, precisa ser dito que nós temos um polo grande, sofisticado, moderno e verticalizado. Nós temos todas as matérias-primas, nós temos todos os insumos usados na fabricação dos sapatos, cito as embalagens, por exemplo, que não são feitas nas fábricas. Nós temos laboratórios de criação e desenvolvimento de produto, desenvolvimento tecnológico, laboratórios de controle e certificação de qualidade. Nós temos escolas de formação profissional. Nós temos sindicatos e associações, serviços de toda ordem, e cito transporte, por exemplo, e *marketing* dentre tantos outros.

A indústria do sapato se estabeleceu no Brasil em grandes polos sapateiros e em cidades do interior desses Estados brasileiros onde, no mínimo, a maior oferta de trabalho é da indústria do sapato. Mas em muitos desses polos e em muitas dessas cidades não existe uma oferta alternativa de mão de obra.

Eu citaria, por exemplo, Sobral, Juazeiro do Norte e Horizonte, entre outras cidades do Ceará, como grandes polos sapateiros do Estado do Ceará, que hoje é o maior produtor brasileiro de sapatos, maior do que o Rio Grande do Sul, que é o segundo maior produtor, que faz os seus sapatos em centenas de cidades e milhares de fábricas, na região do Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha. Não posso deixar de citar Nova Serrana, em Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, que são os grandes polos mineiros. Cito Birigui, Franca e Jaú, no Estado de São Paulo, que são os polos paulistas. Cito Campina Grade, na Paraíba, o maior polo da Paraíba; São João Batista, o maior polo de Santa Catarina; Itapetinga e Vitória da Conquista, entre outros grandes polos da Bahia. Dezenas de cidades formam os polos de Pernambuco e de Sergipe.

Segundo o Caged, do Ministério do Trabalho, as vinte cidades que mais empregaram no primeiro trimestre de 2018, até ontem, portanto, este ano, foram quatro dos polos calçadistas brasileiros. O segundo lugar no Brasil com mais de 5 mil Municípios brasileiros, a segunda cidade que mais empregou no Brasil no primeiro trimestre deste ano foi Franca, no Estado de São Paulo; a terceira cidade foi Nova Serrana, em Minas Gerais; a décima segunda cidade foi Birigui e a décima sétima cidade foi Novo Hamburgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Complementando, no ano passado, no ano de 2017, Nova Serrana, com suas 1.200 fábricas ativas, foi o primeiro lugar em emprego em Minas Gerais, de todo ano passado, o Estado que mais cidades tem na Confederação, ganhando, portanto, de Belo Horizonte, de Uberlândia e de todas as outras cidades mineiras.

Vale lembrar e salientar que centenas de cidades, milhares de fábricas e uma cadeia imensa de fornecedores que formam essa teia que é a indústria do calçado no Brasil concorrem intensamente entre si, garantindo qualidade e o melhor preço ao consumidor.

É importante que se perca um minuto para refletir sobre isso. Os preços dos calçados no Brasil são frutos de uma competição acirrada de milhares de fábricas de sapato, em centenas e centenas de cidades que trabalham diuturnamente pela sua sobrevivência. Não há lugar talvez onde o sapato seja mais em conta e de mais qualidade para a população do país do que aqui no Brasil.

A indústria do sapato tem mais de cem anos. É um organismo complexo, não é possível prejudicar uma parte sem prejudicar o todo desse organismo.

Acredito que estamos tratando aqui de apoiar ou não apoiar a indústria do Brasil. Apoiada, a indústria do Brasil continuará crescendo, se modernizando, reconquistando as exportações que já teve e ainda as ultrapassando e, principalmente, gerando muitos novos empregos.

Então, o que se precisa entender...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO GRENDENE BARTELLE – ... é que o importante são mais empregos, e não menos empregos. E o que aqui se está pretendendo é diminuir os empregos em grande quantidade, e não os aumentar, que seria a via de prestigiar essa indústria, defender o País e a sua economia, o seu trabalho.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Pedro Grendene Bartelle, que é do Sindicato das Indústrias de Calçados de Parobé, um dos polos calçadistas do Estado do Rio Grande do Sul.

Com isso, concluímos agora com a exposição do Presidente da Abicalçados, Sr. Heitor Klein, que aqui representa a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados.

Com a palavra V. Sª também por 10 minutos.

O SR. HEITOR KLEIN – Muito obrigado, Srª Senadora Ana Amélia. Agradeço muito a oportunidade e a iniciativa que a senhora teve em convocar esta audiência pública sobre um assunto que preocupa severamente a indústria de calçados do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agradeço também a presença aqui do Deputado Renato Molling e as presenças do Senador Airton Sandoval e do Deputado Luis Carlos Heinze, que já estiveram aqui.

De uma certa forma, Srª Senadora, eu fui beneficiado pelas intervenções anteriores, tanto a do representante do Ministério do Desenvolvimento quanto a lúcida exposição aqui do empresário Pedro Grendene. Dessa forma, a minha apresentação pode já começar pela sua conclusão.

Por favor, então, pode passar adiante, porque eu quero ressaltar apenas dois ou três aspectos.

Pode passar todo esse conjunto aqui.

Eu tinha a intenção de apresentar o que significa a produção, as exportações, o número de empresas e o nível de ocupação da indústria...

Volte apenas um, por favor. (*Pausa.*)

O número de empregados diretos do setor.

Essa ali é a média de 2017, mas há um dado aqui que não é muito comentado no setor: a massa salarial. No ano de 2017, nós tivemos uma... Eu não vou chamar de dispêndio, porque eu entendo que isso até se reveste de um caráter de investimento social, e nós estamos aqui em uma Comissão que se ocupa dos assuntos sociais. A massa salarial é de R$390 milhões, ou seja, esse foi o valor mensal médio pago pela indústria de calçados aos seus funcionários. Se nós anualizarmos esse número e usarmos o multiplicador 13, incluindo o 13º, sem falar do Fundo de Garantia e de algum outro benefício, nós chegamos à cifra de R$5 bilhões por ano gerados de renda pela produção de calçados – unicamente de calçados – no Brasil. E não estou contando em nada com os insumos que são produzidos nem com o que se acrescenta mais adiante.

Esse dado, se nós imaginarmos um nível de ocupação, vamos lá, de 95% ou de 100%, pode representar uma soma em torno de R$6 bilhões por ano em geração de renda e isso, no Brasil presente, é um dado sério que precisa ser encarado pelas autoridades de uma forma lúcida e corajosa. Nós temos, sim, que adotar políticas industriais que possam fazer com que retornemos aos níveis que tinha a indústria de transformação no PIB brasileiro. Nós caímos de qualquer coisa em torno de 20%, em anos passados, para algo em torno de 10%, 12%, no momento.

Por favor, pode passar adiante.

Então, seguindo, eu queria destacar que o fato, já mencionado aqui, de que a indústria brasileira de calçados faz parte de uma cadeia produtiva completa e integrada, ou seja, não é preciso importar nada de outras partes para que a gente possa produzir calçados no Brasil. A disponibilidade interna de matérias-primas é completa. Nós temos produção calçadista em 25 Estados da Federação, 12 dos quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de forma economicamente relevante. Somos o quarto maior produtor mundial de calçados e exportarmos para 151 países do mundo.

Portando, a indústria tem condições de, uma vez sendo o sexto maior empregador da indústria de manufaturados, gerar crescimento e de responder positivamente à demanda que se cria no momento em que as condições de competitividade do setor estejam restabelecidas, competitividade esta que está severamente prejudicada hoje por aquelas condições sobre as quais não nos cabe nos alongar aqui, mas que nós resumimos por custo Brasil.

Então, nós temos a pretensão de ser um setor estratégico na economia nacional, mas temos a nossa competitividade prejudicada. Portanto, é preciso examinar esse tema como parte de um grande e complexo sistema que está ameaçando a indústria nacional e que exige um posicionamento forte por parte de quem tem as condições de comando no País para que se restabeleça a competitividade interna e para que se proporcione a necessária condição de formação de preços para que nós voltemos a exportar os US$2 bilhões e, quem sabe, almejar os US$3 bilhões de dólares de embarques ao exterior.

Era isso que eu tinha de comentar, Srª Senadora.

Agradeço muito a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Ênio Klein... Desculpa, Dr. Heitor Klein. Eu não poderia errar o nome do meu vizinho, pois moramos no mesmo condomínio, em Canela. Não poderia errar o nome do meu vizinho, senão ele não me oferecerá mais nenhum jantar, ele que é um excelente cozinheiro – estou entregando aqui. Mas não é por causa disso que ele está merecendo a atenção desta audiência pública, que tem uma razão muito forte, que é a questão expressa aqui pelo Rogério Jorge de Aquino, que aqui representa a classe, eu diria, mais fragilizada nesse processo, que são os trabalhadores.

Eu queria aqui dar alguns dados que foram levantados. E nós estamos tratando de vários aspectos nessa medida.

Quando a Drª Marina falou das perdas que o setor teve em calçados esportivos, eu pedi à Consultoria Legislativa do Senado que me fizesse um levantamento também do setor. Constato que, no mesmo período a que V. Sª se refere sobre os prejuízos que o setor teve, a indústria nacional, com produção nacional, teve um desempenho negativo igual em função de uma queda da renda e em função da recessão econômica que vivemos. Então, se o setor, que tem uma margem de lucro bem mais folgada do que a indústria brasileira, apresentou esse dado, imaginem o peso que essa queda tem para quem tem carga tributária como a brasileira, que tem uma legislação trabalhista como a brasileira, diferente da do Vietnã, da China, da Tailândia ou da Indonésia, e de todo o ambiente para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empreendedor aqui se comparado ao dos nossos concorrentes, a ponto de, como bem lembrou a Drª Marcela, continuar vigendo a sobretaxa para os calçados chineses.

E, aí, discutiu-se até, Deputado Renato Molling, a questão da triangulação, a *circumvention* no comércio global, que é produzir num país com melhores índices de competitividade, a um preço aviltado, pegar a marca de outro país e de lá trazer para o mercado brasileiro.

Mas, antes de fazer as indagações, eu também abrirei a palavra ao Deputado Renato Molling.

Eu recebi aqui algumas perguntas, mas veio uma do Rio de Janeiro que eu, de pronto, vou responder. E isso se dá porque, quando a Senadora Marta Suplicy abriu a reunião, ela lembrou que esta é uma audiência para a qual podem ser encaminhadas perguntas pelos telespectadores.

A Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro, mandou o seguinte questionamento já com uma conclusão.

Fernanda Carvalho, eu vou dizer o que você perguntou e vou dar a resposta.

Diz ela: "Se não diminuir os impostos, os brasileiros continuarão comprando de vendedores autônomos que viajam para o exterior e trazem a mala cheia de produtos para revender sem pagar imposto nenhum." Fernanda, isso se chama contrabando, isso se chama sonegação, isso se chama pirataria, isso se chama comércio ilegal, isso é tudo que o Brasil não pode ter, é tudo que o Brasil precisa combater. Sob nenhum aspecto, nós podemos tolerar esse tipo de atividade, que é, em todos os aspectos ilícita e prejudicial ao Brasil e prejudicial também, quando se trata de um produto pirata, ao próprio consumidor, porque você nunca sabe a qualidade que tem aquele produto, aquele calçado.

Queria dizer que, recentemente, comprei um calçado desses que tem uma marca hoje muito popularizada e que tem um custo/benefício em relação a outros; um calçado esportivo de uma marca estrangeira, que custou quase R$400,00. Ocorre que ele durou apenas dois meses antes de estragar. Eu reclamei a quem recebeu o presente: "Por que você não foi à loja para reclamar?" "Ah, não..." Ou seja, é aquela coisa... Nós temos de aprender a reclamar, porque não é possível um calçado esportivo de uma marca estrangeira, que custou R$400,00, que não é barato para os dias de hoje, especialmente para a classe média brasileira pagar, estrague-se com apenas cerca de dois meses de uso.

Então, eu queria fazer também alguns questionamentos, que já foram pesadamente argumentados aqui, sobre o fato de que essa medida terá um efeito negativo sobre o setor.

O setor que a Drª Marina representa argumenta as perdas que teve em relação à lucratividade. Nós estamos falando de setores que têm, digamos, na globalização, um peso muito grande no valor de cada marca, e ela escreveu aqui sobre os produtos esportivos: fábricas próprias e também fábricas parceiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quantas são as fábricas próprias – se a senhora puder dizer – no Brasil e que tipo de parceria é feita? É a marca que impõe à fábrica parceira o preço para estabelecer esse valor?

E isso para vermos, nessa relação, qual é o equilíbrio que há entre o fornecedor e o comprador, os que fazem a encomenda. (*Pausa.*)

V. Sª tem que apertar um botão.

A SRª MARINA EGYDIO DE CARVALHO – Ah, sim. Aqui. Perdão.

Obrigada pela pergunta, Exma Senadora Ana Amélia.

Eu vou, em primeiro lugar, se V. Exª me permite, tratar da sua pergunta da forma mais objetiva possível. O modelo de negócios dessas empresas é um modelo de negócios que trabalha realmente com a fabricação por encomenda. Então, atualmente, entre os meus associados, a maior parte deles utiliza fábricas parceiras e um dos meus associados possui fábrica própria, com a licença de uma marca estrangeira para fabricação dessa marca no País, abastecendo o mercado com a sua fabricação local e também com importações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – De quantos por cento é a fabricação local nesse caso?

A SRª MARINA EGYDIO DE CARVALHO – Infelizmente, eu não tenho os dados de cada empresa individualmente considerada, porque eles não podem me passar esses dados individualmente, mas nós temos mapeado, no valor agregado do setor, que fica em termos de 50%. Em 2015, tivemos 60% de importações e 40% de produção local; em 2016, nós tivemos 50% local e 50% importação. Efetivamente, o abastecimento fica em torno da metade.

É muito importante pontuar que, para nós, é muito melhor poder fabricar aqui, porque nós estamos muito mais próximos do consumidor, e o consumidor brasileiro é um consumidor importantíssimo. Ao estarmos aqui e produzirmos aqui, os custos poderiam ser enormemente melhores, não fossem as questões já colocadas pelos meus predecessores relacionadas ao custo do País propriamente dito.

Então, o nosso interesse é poder melhorar ainda mais esse cenário, aumentar ainda mais. Infelizmente, a nossa dificuldade hoje é uma questão de escala produtiva. Os mesmos custos que os nossos fabricantes e que essa grande indústria, como foi colocado aqui, vêm sofrendo. É uma indústria grandiosa, pujante, que tem que continuar assim. Advogamos por isso, trabalhamos, em conjunto com o Heitor, em diversas outras agendas para a redução de custos, para promover ainda mais a indústria local.

Senadora, tudo que nós mais gostaríamos seria melhorar ainda mais esse cenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa medida parece ser contraditória, e nós entendemos isso porque estamos falando de importações. Contudo, essas empresas vivem aqui, estão aqui, empregam pessoas aqui no País, tiveram que reduzir, algumas delas, em mais da metade o seu corpo de funcionários nos últimos dois anos aqui no País, sofrendo os mesmos desafios que o resto da indústria também sofre.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A senhora tem o preço médio do calçado esportivo? Refiro-me ao preço médio, não ao preço de pico nem ao piso. Qual o preço médio desse calçado importado e o preço médio de venda desse mesmo calçado importado ao consumidor brasileiro?

Eu tenho de me preocupar com as duas pontas...

A SRª MARINA EGYDIO DE CARVALHO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... com a ponta do trabalho, do emprego e com a ponta do consumidor.

Então, se a senhora tem isso...

E uma curiosidade: se eu estivesse no seu lugar, eu não pediria uma desoneração por um ano, mas uma desoneração por tempo indefinido. Qual é a razão de se especificar? Há uma regra na Camex de que tem de ser um período fixo e determinado?

A SRª MARINA EGYDIO DE CARVALHO – Eu gostaria, em primeiro lugar, de me solidarizar com relação à duração de dois meses de um calçado esportivo. Nenhum calçado deveria durar só dois meses, independentemente da sua origem. Isso realmente é um ponto de atenção.

Quando nós falamos em preço médio do calçado, eu gostaria de colocar que hoje, dentro de uma estrutura de preço do calçado esportivo, independentemente de ele ser fabricado localmente ou de ser importado, a precificação desses produtos é uniforme, não importando a origem.

Então, imaginem que 50% desse preço são impostos e custos logísticos. A outra metade são custos de produto, custos de distribuição e custos do varejo, porque temos também de lembrar que estamos presentes em mais de 10 mil pontos de vendas, mas não temos mais do que 150 lojas próprias dentro do meu universo. O varejo é muito maior do que as empresas aqui representadas e tem um papel muito importante nessa precificação.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARINA EGYDIO DE CARVALHO – Infelizmente, eu não tenho dados do preço médio do calçado esportivo importado *versus* o preço médio do calçado nacional, mas tenho um mapeamento que foi feito em um processo administrativo no Ministério do Desenvolvimento que identificou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preço médio do calçado esportivo aqui no Brasil, que é na faixa de US$12, o par. Esse é um dado público, que foi registrado em um processo administrativo. Estou só citando essa informação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a questão da validade? De pedir a desoneração por um ano?

A SRª MARINA EGYDIO DE CARVALHO – Ah! Perdão.

Com relação ao prazo, efetivamente, o procedimento da Camex demanda que o pedido seja por um ano, prorrogável por mais um. Nós o fizemos por um, porque sabemos da natureza desse pedido. Sabemos que é um pedido difícil e que estamos num momento de emergência. Então, não queremos pedir nada além daquilo de que precisamos para o recorte da situação que vivemos neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço.

Eu vou ler aqui porque, como nós... Já vou passar para o Deputado Renato Molling. Nós recebemos uma correspondência do Proteste – faço questão de lembrar que o Deputado Celso Russomanno, do PRB de São Paulo, havia me solicitado, mas já havia passado a convocação da audiência – e, nessa correspondência que me foi encaminhada no dia 7 de maio, Ofício 3742.5, de 2018, assinado pelo Presidente do Proteste, que é um órgão de defesa do consumidor, ele faz umas ponderações e informa que o Proteste entende que "uma redução do Imposto de Importação apenas beneficiaria os consumidores e iria ao encontro de nossa missão de promover a melhor decisão de compra ao associado [no caso, o consumidor], além de melhorar as relações de consumo na sociedade." É assinado pelo Henrique Lian, OAB/SP 110.661, Diretor de Relações Institucionais.

Agradeço ao Lian pela sua correspondência, que está colocada aqui, a respeito do posicionamento da instituição, da audiência que debateu os aspectos sociais da redução do Imposto de Importação de calçados esportivos, requerida por mim aqui nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Passo a palavra agora ao Deputado Renato Molling.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP - RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia Lemos. Parabéns pela proposição de fazer esta audiência pública para discutir um tema tão importante sobre um setor tão importante da economia. Acho que, nos últimos anos, a indústria toda vem sofrendo bastante. Chegar a este momento em que a economia está começando a reagir já é uma grande vitória. Eu sempre disse que quem chegar vivo ao final de 2017... Acredito que agora as coisas vão começar a melhorar.

Esta solicitação através da Associação, da redução de imposto, foi feita em uma época difícil, mas, como agora as coisas estão reagindo, eu acredito que não haja mais tanto sentido, até porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso desregula todo um comércio, porque a indústria, ainda mais a calçadista, para fechar um pedido e começar a entregá-lo, levam-se seis, sete meses. Então, isso parece pouco, mas desregula. Todas as empresas que produzem aqui também são afetadas. Com certeza, isso vai gerar menos empregos, e a nossa intenção hoje é fazermos de tudo para gerar mais empregos.

O setor calçadista, como foi apresentado ali, tem espaço para crescer. Nós temos 75% do espaço ocupado; temos mais 25% para crescer. Assim que a demanda melhorar, nós vamos produzir mais. A exportação já melhorou bastante, só que, se nós começarmos a mudar essa política a toda hora, vai começar a dificultar de novo, porque o empresário tem de se programar não só por um ano, dois anos, mas por cinco, dez anos. Como agora já se está começando a reagir, nós temos de fazer de tudo para gerar emprego.

Esta audiência pública, com certeza, vai clarear bastante. Acho que é importante ouvir todos os lados envolvidos, mas principalmente olhar a questão de que nós temos de gerar emprego através da indústria.

O setor primário é fundamental, o agronegócio é importante, o setor de serviços é importante, mas nós geramos mais empregos na indústria. Em qualquer país grande e desenvolvido, se nós olharmos, há uma indústria forte, uma indústria desenvolvida, e eles fazem políticas que ajudam a que as suas indústrias possam ter competitividade. O Brasil precisa fazer isso. O *dumping* contra o calçado chinês, se não tivesse sido aplicado há seis, sete anos, hoje nós não teríamos, com certeza, os cem mil empregos no Brasil. Foram medidas importantíssimas. E essa taxação de 35% tem de permanecer. Não se vai baratear o tênis esportivo aqui dentro, reduzindo-se a taxa para 20%. Não se vai baratear nada. O que nós vamos fazer é gerar emprego lá fora e não aqui dentro.

Parabéns, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado Renato Molling.

Eu vou ler um trecho apenas da correspondência que foi encaminhada pelas três federações de indústrias do sul do País ao Ministério da Indústria e Comércio e também à própria Camex. A nota assinada pelos presidentes das entidades da Fiesc, Glauco Côrte; do Presidente da Fiep, Edson Campagnolo; e do Gilberto Petry, da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – eu vou reduzir o texto ao que interessa. A eventual adoção da medida – que é a redução da alíquota do imposto de 35% para 20% aplicado a calçados esportivos, classificados na Tarifa Externa Comum com os códigos que já foram apresentados pela Drª Marcela – trará evidente impacto negativo na atividade industrial brasileira, que continua enfrentando os efeitos da crise dos últimos anos na manutenção de postos de trabalho e na arrecadação de impostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



14ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos práticos, a proposta discutida na Camex traz posições com descritivos demasiadamente genéricos, o que permite o ingresso favorecido de uma vasta gama de produtos e não apenas dos calçados esportivos; reduz consideravelmente os efeitos de recente decisão da Camex, que aprovou medida *antidumping* para esses produtos, quando originados da República Popular da China; e favorece ainda a importação de países como Vietnã, Indonésia, Tailândia, Bangladesh, Itália, e outros grandes produtores mundiais.

Dessa forma, reforçamos o posicionamento das indústrias calçadistas brasileiras manifestado anteriormente pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) contraproposta apresentada e contamos com seu apoio para rejeitar o benefício pretendido na condição do Presidente do Comitê Executivo de Gestão da Camex [no caso, o Ministro da Indústria Comércio Exterior e Serviços].

Isso posto, eu consulto se a Mesa, se os demais debatedores – o Presidente da Abicalçados, Pedro Grendene Bartelle; a Marcela, o Rogério, e a própria Drª Marina – têm, entre si, dúvidas para serem esclarecidas. Abrimos os questionamentos aos senhores. Ao próprio Pedro Henrique representa o MDIC. (*Pausa.*)

Estão satisfeitos?

Deputado Luis Carlos Heinze, se V. Exª quiser fazer uma ponderação para encerrarmos o debate...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Senadora Ana Amélia e demais membros participantes desta Comissão, acho que é importante – eu ouvi uma parte da fala do Dr. Grendene...

Drª Marcela, nós tínhamos discutido, em outro dia, um assunto sobre a agricultura, e isso aqui também tem a ver, porque as empresas...

Nós estivemos, Senadora Ana Amélia, no Vale dos Calçados, na semana passada, e mostrou-se a dificuldade em que as pessoas estão vivendo. Há problemas no Estado do Rio Grande do Sul com relação a outros Estados, mas essa questão da importação é extremamente danosa. Quando se abre essa possibilidade... Sabemos da situação dos chineses. Dificilmente, nós vamos conseguir competir com a situação deles. A nossa carga tributária é infinitamente maior que a carga deles. Mas esse não é um problema dos chineses e sim do Governo brasileiro. Como vamos fazer se aqui dentro do Brasil? A situação é desse jeito. E como ficam os empresários neste momento? É no sentido da proteção da indústria nacional... Aqui se trata de calçados, mas há outras situações também que são duramente afetadas por isso.

Então, essa discussão, Senadora, é muito importante. Afinal, é o Brasil que não é competitivo com relação a outros países. Nos tênis, nesses calçados aqui há uma situação, mas há outras situações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, da mesma forma... Se fôssemos abrir para automóveis, para qualquer coisa, realmente não teríamos a competitividade com outros países, principalmente os asiáticos. Essa é a nossa fala.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado Luis Carlos Heinze.

De fato, aqui ficou bem clara a situação do setor, os impactos dessa decisão sobre o nível de emprego, sobre o nível da produção de calçados numa área que hoje tem um espaço muito grande na preferência do usuário.

Para as mulheres, hoje, a moda está muito focada no calçado esportivo. É um setor com um protagonismo, na indústria calçadista, muito forte. Então, o percentual de participação neste mercado está aumentando.

Eu acho que o Dr. Pedro Grendene Bartelle, que tem um tempo de vida longo nessa área, sabe que esse é um produto que hoje tem um crescimento muito grande no conjunto da produção calçadista brasileira, exatamente porque não é só usado para a prática de esportes, mas entrou até, nessas últimas exposições de calçados, como uma peça do vestuário feminino e masculino também, que é um calçado confortável, mas é uma calçado também elegante, que serve não apenas para a prática do esporte, mas também para a questão do próprio vestuário, integrando o conjunto do vestuário.

Eu queria agradecer, então, muito a participação do Pedro Henrique Reckziegel, Analista de Comércio Exterior da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, representante do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Sr. Marcos Jorge de Lima; da Marcela Santos de Carvalho, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex); da Marina Egydio de Carvalho, Presidente da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo; do Heitor Klein, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados); do Rogério Jorge de Aquino e Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (CONACCOVEST); e do Dr. Pedro Grendene Bartelle, membro do Sindicato da Indústria de Calçados de Parobé, representante do Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca – SP (Sindifranca), José Carlos Brigagão, que foi uma indicação do Senador Airton Sandoval.

Agradeço a todos os Deputados que vieram aqui, Deputado Renato Molling, Deputado Luis Carlos Heinze, Senador Airton Sandoval e demais que acompanharam esta audiência pública aqui.

Também queria agradecer à Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



14ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão, que trouxe o tema e a agenda na hora oportuna, agradeço, mais uma vez, pela contribuição. Penso que ela foi esclarecedora para reafirmar aquelas preocupações não só da indústria calçadista, mas também da cadeia produtiva – presente aqui na entidade que representa seus trabalhadores – e dos Parlamentares que conhecem o setor e se dedicam à defesa dos interesses dos consumidores. Afirmaram isso aqui a Proteste e a própria Drª Marina, que aqui representou as indústrias de calçados esportivos.

Então, encerrado o objetivo desta audiência, agradeço a todos e renovo o agradecimento aos participantes da audiência. Muito obrigada.

Está encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Eduardo Lopes, Ataídes Oliveira, Gladson Cameli, Wilder Morais, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 190, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 823, de 2018, que trata de auditoria com a finalidade de analisar a regularidade do usufruto da isenção de contribuição para a seguridade social prevista no parágrafo sétimo do artigo 195 da Constituição Federal, concedida a entidades beneficentes com atuação preponderante na área de assistência social mediante a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – Cebas, com ênfase nos procedimentos de concessão, renovação e supervisão dessa certificação; e Ofício nº 360, de 2018, da Câmara Municipal de Serra Negra, São Paulo, que encaminha a Moção nº 02, de 2018, de apelo ao Senado Federal, "para que, em caráter de extrema urgência, sejam adotados todos os procedimentos necessários, inclusive financeiros, para ser aumentada/reajustada a tabela SUS, que fixa e regula os valores dos repasses, por procedimentos e atendimentos médicos prestados pela rede pública de saúde". A Presidente informa que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental." Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen. Que tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo e com o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 214, de 2015, de autoria do Deputado Milton Monti. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do PLC 104/2015, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), e pela declaração de prejudicialidade do PLC 214/2015 e do PLS 483/2011, que tramitam em conjunto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao PLC 104/2015 com a Emenda nº 1-CE-CAS (Substitutivo) e pela declaração de prejudicialidade dos PLC 214/2015 e PLS 483/2011, que tramitam em conjunto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2015 - Não Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CE a 5-CE, 8-CE e 9-CE e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CE-CAS a 5-CE-CAS, 8-CE-CAS, 9-CE-CAS, 10-CAS e 11-CAS; e contrário às Emendas nºs 6-CE e 7-CE. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa. ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria a Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) no âmbito do Senado Federal." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Durante a Reunião, o Senador Hélio José apresentou Voto em Separado pela rejeição do Projeto. Fica adiada a apreciação da matéria. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1-CAE, 2-CAE, 3-CCJ e 4-CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11 de 2018 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater a importância da Medicina Personalizada no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Para tanto sugiro que sejam convidados: Dr. Sandro Martins, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Sra. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado; Dr. Marcelo Cruz, Médico Oncologista, Programa de Desenvolvimento Terapêutico de Hematologia/Oncologia – Feinberg School of Medicine – Northwestern University, Chicago; Dra. Patricia Polla, Médica Geneticista, Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Dr. Denizar Viana, Médico Cardiologista, Professor Adjunto do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Sra. Maria de Fátima Coelho Maia, Representante dos pacientes (em tratamento no Hospital BP Mirante, em São Paulo)." Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 9/2018 e do RDH 52/2018, seja incluído entre os convidados o Sr. Silviano Santiago, ensaísta, poeta, professor, contista e romancista brasileiro." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Lido. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Otto Alencar, Hélio José, Paulo Paim, Sérgio Petecão e as Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/09

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de três itens não terminativos e nove itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que começo a ler.

Aviso 190, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 823, de 2018, que trata de auditoria com a finalidade de analisar a regularidade do usufruto da isenção de contribuição para a seguridade social, prevista no §7º do art. 195 da Constituição Federal, concedida a entidades beneficentes com atuação preponderante na área de assistência social mediante a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), com ênfase nos procedimentos de concessão, renovação e supervisão dessa certificação.

Ofício 360, de 2018, da Câmara Municipal de Serra Negra, São Paulo, que encaminha a Moção nº 02, de 2018, de apelo ao Senado Federal – abro aspas – "para que, em caráter de extrema urgência, sejam adotados todos os procedimentos necessários, inclusive financeiros, para ser aumentada/reajustada a tabela SUS, que fixa e regula os valores dos repasses por procedimentos e atendimentos médicos prestados pela rede pública de saúde".

Os referidos documentos estarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Estamos aguardando a chegada do Senador Otto, Relator do primeiro item da pauta, que está a caminho. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vamos fazer a leitura do requerimento, enquanto aguardamos o Senador Otto para o primeiro item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para debater a importância da medicina personalizada, no âmbito do Sistema de Saúde.

Para tanto sugiro que sejam convidados: Dr. Sandro Martins – Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Srª. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado; Dr. Marcelo Cruz, Médico Oncologista, Programa de Desenvolvimento Terapêutico de Hematologia/Oncologia; Drª Patricia Polla, Médica Geneticista e Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Dr. Denizar Viana, Médico Cardiologista, Professor Adjunto do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Srª Maria de Fátima Coelho Maia, representante dos pacientes (em tratamento no Hospital BP Mirante, em São Paulo.

Este requerimento é de autoria da Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra, para encaminhamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – Obrigada, Srª Presidente Marta Suplicy, caros colegas Senadoras e Senadores, na verdade, a evolução tecnológica na área da Medicina tem sido extraordinária, mas é preciso reconhecer também que o avanço de doenças raras, com características ainda desconhecidas também têm desafiado o conhecimento, a expertise e a especialização em muitas áreas.

A proposta dessa audiência pública é para avaliar exatamente essa nova forma de ver, assim como foi feito já por esta comissão do *home care*, e também avaliar as características e as especificidades das doenças que requerem um tratamento diferenciado, e aí examinar todas as possibilidades de se fazer isso com maior efetividade e com custo menor ao Sistema Único de Saúde.

Então, é dar ao paciente o direito de ter acesso a esse tratamento personalizado, com os medicamentos e as técnicas recomendadas pelos especialistas, e, ao mesmo tempo, ter esse custo efetividade razoável, porque isso é coberto pelo caixa do SUS.

A intenção é exatamente debater essas questões e pensar em como viabilizá-las.

Agradeço a V. Exª por ter promovido agora a leitura para, em época oportuna, agendar essa audiência.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – A partir do momento em que nós começamos, nesta Comissão, a nos debruçar sobre as doenças raras, sob a Liderança do Senador Moka, nós temos nos debruçado em infinitos problemas que não estavam ainda em discussão. É muito bom que a gente continue a pensar em formas. Ali, não é nem de prevenção, mas é de se preparar para atender melhor essas doenças todas, que existem, são muitas, nós não as conhecemos, e provavelmente os custos serão astronômicos se não pensarmos antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parabéns!

Lido o requerimento, a matéria retorna à pauta para votação na próxima sessão.

Vamos agora ao item 1...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Enquanto V. Exª, Senadora Marta Suplicy, passa a relatoria ao relator, eu só queria fazer um registro importante; aliás, três registros.

Um deles é que o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República está promovendo um evento chamado MP 30 anos, uma história de Combate ao Crime e de Proteção aos Direitos Humanos. E um dos temas desse seminário para o qual fomos convidados trata exatamente da política nacional para a prevenção e o controle do câncer, cinco anos da lei dos 60 dias, que foi submetida a esta Comissão. É uma matéria sobre a qual o Ministério Público tem se debruçado. Já trouxemos aqui os especialistas que cuidaram e avaliaram a praticidade ou efetividade dessa lei, que foi do Senador Osmar Dias. Eu tive a honra de ter sido relatora aqui na CAS. E essa lei teve, digamos, um mérito muito importante no sentido de assegurar aos pacientes com câncer, que, após o diagnóstico, têm até 60 dias para começar o tratamento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É na Procuradoria?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Procuradoria da República está fazendo.

Então, é muito interessante. Vai ser no dia 23 de maio de 2018, daqui a duas semanas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É interessante como os assuntos de mulher têm entrado na pauta em diferentes órgãos, principalmente quando são liderados por mulheres, há essa possibilidade maior. Realmente está acontecendo isso e é muito positivo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há uma mulher no comando da MP. Essa é a referência de V. Exª.

Agradeço a V. Exª.

E também quero dizer que, ontem, os Senadores Moka, Eduardo Amorim e eu estivemos numa audiência com o Ministro Gilberto Occhi, da Saúde, levando a demanda da Sociedade Brasileira de Nefrologia e do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul. Há um problema grave com a defasagem das tabelas do SUS no pagamento das hemodiálises.

De maneira muito objetiva, o Ministro Gilberto Occhi e o Secretário Francisco deram o caminho. Nesse mês ainda, será feito um mapeamento da situação da questão relacionada à hemodiálise, do tratamento e de uma melhor política pública para atender à demanda da história da hemodiálise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senadora, esse problema é terrível no Brasil todo. Eu acabei de ler sobre uma cidade pequena do Estado de São Paulo, Serra Negra, com o problema da disparidade entre o que o SUS paga e o que eles têm que fazer. Quanto menor a cidade, pior.

E todos os hospitais oncológicos, principalmente o Amaral Carvalho, estão com um déficit mensal gigantesco. Essa é uma demanda muito grande que precisa ser atendida, porque os hospitais realmente não conseguem fechar as contas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade, o custo é maior do que ...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – O custo da Medicina está muito grande.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente.

Eu agradeço o Senador Moka e o Senador Eduardo Amorim, que deram força a essa demanda trazida pela Drª Gisele, que é do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul. E a alternativa foi muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Presidente Marta Suplicy, na companhia da Senadora Ana Amélia, que liderou essa audiência junto com o Senador Eduardo Amorim, que, aliás, todo ano promove aqui um dia... Eu participei até do Dia Mundial do Rim.

Eu acho que essa questão da hemodiálise ... Claro que todas as doenças são graves, mas essa é uma das mais cruéis, sobretudo porque não são todas as cidades que têm condições de ter hemodiálise. E, quando o paciente é renal crônico, até que ele possa fazer um transplante, ele tem de fazer três vezes por semana essa hemodiálise. E, às vezes, ele mora no interior, a 200km, 300km, precisa vir e ficar preso a uma máquina por quatro horas seguidas. Esse é o problema.

E cada vez mais está diminuindo a procura pela residência de Nefrologia, em função de que o que se paga em termos do procedimento é menor que o custo do procedimento, é 30% menor.

Ontem, a doutora que a Senadora Ana Amélia levou lá, uma nefrologista do Rio Grande do Sul, mostrou o número. E o pior é que a tendência é aumentar cada vez mais o número de pacientes renais crônicos, porque doenças como hipertensão e diabetes, essas doenças quase sempre, na maioria das vezes, levam a problemas de pacientes que acabam virando o chamado renal crônico.

Então, apenas para reforçar a necessidade que existe de realmente o SUS entender que essa questão da hemodiálise... E a pessoa que fica sem fazer hemodiálise vai a óbito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas eu imagino, isso que V. Exª...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas e tão somente no sentido de reforçar. O Senador Eduardo Amorim não está aqui, mas é um dos grandes lutadores, e a Senadora Ana Amélia também sabe disso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é uma das grandes preocupações do Senador Eduardo Amorim nesta Casa.

Eu concordo com V. Exª que, das doenças, essa é uma das mais cruéis, fora a dificuldade do procedimento em si, de ter que ficar tanto tempo preso à máquina e tudo mais, hoje as pessoas têm de se locomover, às vezes, por três horas para chegar a uma máquina. É terrível!

Bem vamos ao item nº 1 da pauta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental.

Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação de matrícula no ensino fundamental.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 214, de 2015

- Não terminativo -

Torna obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental.

Autoria: Deputado Milton Monti

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do PLC 104/2015, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), e pela declaração de prejudicialidade do PLC 214/2015 e do PLS 483/2011, que tramitam em conjunto.

Observações:

- Em 07.11.2017, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao PLC 104/2015 na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), e pela declaração de prejudicialidade do PLC 214/2015 e do PLS 483/2011, que tramitam em conjunto.

- Votação simbólica.

Em 8/5/2018, foi apresentado um novo relatório.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

Eu julgo que este é um projeto importante, com vários autores, dois Deputados e um Senador, que se preocuparam com essa questão de estabelecer critérios para resolver um problema que acontece nas escolas mais nas escolas públicas, e privadas também.

- Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015, de autoria do Deputado Jorge Tadeu Mudalen, que obriga o Poder Público a oferecer testes de audição e oftalmológico a toda criança que ingressar no ensino fundamental;

- PLC nº 214, de 2015, do Deputado Milton Monti, que torna obrigatório o exame anual de acuidade visual para os alunos matriculados no ensino fundamental em todas as escolas públicas e particulares;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

– Projeto de Lei do Senado, do ex-Senador Vital do Rêgo, hoje ministro do TCU, que determina a apresentação de atestado de acuidade visual para fins de efetivação da matrícula do ensino fundamental.

Talvez as pessoas de alto poder aquisitivo não se deem conta dessa necessidade, ou seja, também do serviço público, de os órgãos responsáveis, a prefeitura, no caso ensino fundamental, o governo estadual, dar oportunidade e oferecer esse serviço.

Nessa semana, Senadora Marta Suplicy e Senadora Ana Amélia, demais Senadores e Senadoras que estão aqui, nós levamos ao interior da Bahia um programa chamado Voluntários do Sertão. Esse voluntários – a Aeronáutica inclusive ajuda muito e oferece o transporte para os profissionais, que vêm de São Paulo e de outros Estados do Brasil – foram ao Município de Santa Luz, na Bahia, para oferecer serviço oftalmológico.

V. Exª não pode imaginar quantas crianças do ensino fundamental precisavam de um exame oftalmológico para usar os óculos e poder ler e aprender.

Esse programa Voluntários do Sertão, que é feito com o espírito humanitário de médicos, sobretudo de São Paulo, e dirigido por um baiano do meu Estado, lá de Condeúba, Dorinho, faz isso e é de uma importância enorme. Só quem não tem condição de pagar uma consulta do oftalmologista e comprar óculos – e isso é feito, porque são doados óculos – sabe da validade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Uma interrupção aqui. Eu perdi. Faz-se o exame, e quem fornece os óculos? A prefeitura?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eles mesmos fornecem os óculos ou a prefeitura fornece os óculos no local. É um programa chamado Voluntários do Sertão. Aliás, a maioria dos médicos vem lá de Ribeirão Preto e vão gratuitamente aos Municípios fazer esse trabalho. Inclusive fazem cirurgia da catarata e outras cirurgias oftalmológicas. Eles passam quatro, cinco dias no Município e, na região inteira, atendem praticamente toda a população. Ou seja, é uma iniciativa feita com compromisso social, por mérito lá do seu Estado de São Paulo, dirigido por um baiano do interior da Bahia chamado Dorinho. Nós conseguimos sempre com a Aeronáutica o avião. A Aeronáutica fornece o transporte gratuitamente. Eles vão lá, a prefeitura dá apoio, e eles fazem a cirurgia, fazem o atendimento oftalmológico todo, e outras cirurgias. Passam cinco, seis dias. É uma festa! E eu posso dizer aqui que acompanhei vários Municípios do interior da Bahia nesse programa. É um exemplo de brasileiros que têm compromisso social verdadeiro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu concordo com V. Exª. Eu conheço o programa e acho excepcional a dedicação deles.

Eu vou introduzir uma questão que vai ser completamente fora da casinha, porque estamos aqui para aprovar esse projeto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sei. Não, eu estou só fazendo uma referência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou relatar. Aqui estou fazendo a referência, porque eu acompanho isso e, de alguma forma, me emociona, mexe com o meu sentimento humanitário saber que paulistas lá de Ribeirão Preto com baianos se deslocam para ir a uma cidadezinha...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – São superqualificados.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... do interior para fazer isso. Ou seja, dá para se acreditar neste País, ainda, com tantas pessoas que pensam em favor do povo brasileiro e fazem assim, de espírito público, sem nenhum sentimento de receber absolutamente nenhuma contrapartida de ordem material e, sim, de prestar um serviço à comunidade que precisa e não tem o serviço público gratuito e de boa qualidade. É só uma referência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não, eu sei, é que o assunto me interessa muito. Eu vou esperar V. Exª colocar, e aí eu vou me inscrever para falar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está bom.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu gostaria muito de saber a sua opinião e a dos colegas sobre o tema que eu vou levantar referente a isso. Isso nós vamos aprovar, que é maravilhoso.

Então, continua com a palavra o Senador Otto. Desculpe-me a intervenção.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está bom. O.k., Senadora.

Então, o PLC 104 obriga o Poder Público a oferecer exames de acuidade visual aos alunos que ingressam no ensino fundamental, para diagnosticar problemas que prejudicam o aprendizado. Na realização dos exames, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contarão com assistência financeira no Ministério da Saúde, que poderá conveniar ou estabelecer parcerias com esses entes governamentais. Caso seja detectada alguma anomalia, a criança será encaminhada para especialistas do Sistema Único de Saúde.

O PLC de 214, de 2015, por seu turno, institui exames de vista anuais e obrigatórios para alunos do ensino fundamental, que deverão ser realizados por profissional habilitado, no decorrer do primeiro semestre letivo, admitida a realização de avaliação preliminar por professores treinados. Se detectada qualquer alteração visual, o aluno será encaminhado a um médico oftalmologista. As despesas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decorrentes de realização dos exames correrão à conta de dotações consignadas no programa "Olho no Olho", do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Os dois projetos de lei facultam ao aluno a realização dos referidos exames com profissional da sua escolha, de forma particular, sendo obrigatório apresentar o resultado na secretaria da escola, até o último dia do primeiro bimestre do ano letivo. Da mesma forma, ambos os projetos estabelecem vigência imediata para respectivas leis deles resultantes.

Já o PLS nº 483, de 2011, ao contrário dos PLCs anteriormente mencionados, que pretendem editar lei avulsa sobre a matéria, acrescenta um §6º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 96, para tornar indispensável a apresentação de atestado de acuidade visual para fins de efetivação da matrícula no ensino fundamental. Determina, ainda, que a lei resultante de sua aprovação entre em vigor no ano letivo subsequente ao da data da publicação.

Os autores argumentam que os déficits de acuidade visual e auditiva podem prejudicar o aprendizado e o rendimento escolar dos estudantes e, portanto, devem ser diagnosticados e tratados precocemente, preferencialmente no ensino fundamental.

O PLS nº 483, de 2011, que tramitava de forma autônoma, foi distribuído inicialmente para análise da CAS, onde recebeu parecer favorável na forma de uma emenda substitutiva, e para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Antes do exame pela CE, contudo, por força da aprovação dos Requerimentos 1.051, de 2015, e 318, de 2016, passou a tramitar em conjunto com o PLC nº 104 e o PLC nº 214, de 2015.

Após o apensamento, alterada a tramitação das proposições, a CE manifestou-se de forma favorável ao PLC 104, de 2015, nos termos da Emenda nº 1-CE, (Substitutivo), e pela declaração de prejudicialidade do PLC 214, de 2015, e do PLS 483, de 2011. Agora, compete à CAS analisar a matéria.

De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão apreciar e analisar essa matéria.

Inicialmente, em relação à constitucionalidade, verificamos que o PLS nº 483, de 2011, ao condicionar a matrícula escolar à apresentação de atestado de acuidade visual, cria óbice para o acesso da criança ao ensino fundamental. Desse modo, sendo essa etapa parte do período de escolarização obrigatória, considerada direito público subjetivo pela Constituição Federal, incorre em vício de inconstitucionalidade material.

Já as proposições da Câmara dos Deputados não apresentam vício de inconstitucionalidade, pois estão em consonância com o dispositivo do inciso VII, do art. 208 da Constituição Federal, pelo qual o dever do Estado quanto à educação será efetivado, entre outros fatores, mediante a garantia de *atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de técnica legislativa, contudo, consideramos que é inadequado editar lei extravagante sobre a matéria – o que ocorre com as proposições oriundas da Câmara dos Deputados aqui analisadas –, conforme determina o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, uma vez que a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, já disciplina o mesmo assunto no seu art. 4º.

No tocante ao mérito da matéria, cumpre destacar que a detecção e o tratamento precoce de problemas visuais e auditivos são medidas de suma importância, vez que podem desencadear graves prejuízos para a aprendizagem e para a socialização das crianças.

No entanto, a despeito da relevância do tema e de acordo com o próprio MEC, a baixa visão ainda passa despercebida a pais e professores em nosso meio. De fato, normalmente, o professor tem oportunidade de observar sinais, sintomas, posturas e condutas do aluno que indicam a necessidade de encaminhamento ao exame clínico, mas isso nem sempre acontece.

Uma audição normal – segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria – também é um elemento essencial para o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois a base da leitura é o conhecimento de que cada letra corresponde a um som. Note-se que a estimulação auditiva é importante não somente para o desenvolvimento da linguagem, mas também para a adequada interação da criança no seu meio.

Uma boa audição e um adequado processamento auditivo são extremamente importantes na sala de aula, local onde o aluno deve concentrar a atenção no que é dito pelo professor e ignorar outros estímulos que podem interferir negativamente na escuta. Assim, a criança que apresenta processamento auditivo central normal – segundo Berenice Dias Ramos, presidente do Departamento Científico de Otorrinolaringologia da SBP –, compreenderá o professor com maior facilidade. Porém, aquela que tem alteração da audição ou do processamento auditivo poderá ter dificuldade em compreender o que está sendo dito. Isso pode interferir negativamente no processo de aprendizagem.

Por essas razões, há uma década, foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), criado por meio do Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, e mantido pelo MEC e pelo Ministério da Saúde (MS), com finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

A despeito da existência do PSE, por ser este um programa instituído por via infralegal, ele pode vir a ser descontinuado a qualquer tempo. Por conseguinte, consideramos que a importância do tema merece a devida priorização e, também, que seja respaldado por uma disposição legal explícita.

Desse modo, concordamos inteiramente com o teor do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, em termos da regimentalidade da matéria, optamos, como também fez a Comissão de Educação, por aprovar o PLC nº 104, de 2015, por ser mais antigo no Senado Federal e por dispor de maneira mais abrangente sobre a questão da saúde do escolar.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo) e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2015, e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011.

Esse é o voto, Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Lido o relatório, a matéria entrará em discussão, e eu gostaria, primeiro, de parabenizar porque é um projeto sensacional que foi sendo aprimorado e tornado mais factível.

Agora, abrindo um parêntese na nossa discussão que é sobre olhos e problemas de visão, mas não exatamente sobre isso, o também eminente oftalmologista Rubens Belfort está fazendo algumas considerações sobre a questão dos óculos, porque todos nós sabemos dos óculos que podemos comprar em farmácia, que são aqueles que vêm prontos, 1, 1.5, 2, 2.5, e geralmente quem tem acesso a comprar um óculos com receita etc não usa esses óculos. Mas às vezes até perde os óculos, precisa, vai à farmácia, compra um lá e consegue fazer o que tem de fazer com a vista, poder ler o que tem de ler naquele momento.

Existe um movimento grande para que se possibilite a venda desses óculos em farmácia. Segundo os números – eu aqui não tenho os números de cabeça –, seria gigantesco o movimento de pessoas que, não tendo acesso... Porque olha do que estamos falando: tem de pagar uma consulta – todo mundo aqui nesta Comissão sabe o que é uma consulta para oftalmologista – e, depois, comprar um óculos. Como é que uma pessoa que ganha um salário mínimo vai comprar óculos? Não vai. E vai comprar óculos para filho? Também não vai. Não compra nem para si, não vai comprar para o filho. Então, estamos falando de um País que tem uma realidade muito dura. E países que têm a mesma realidade nossa já incorporaram, e outros desenvolvidos também incorporaram. Então, acho que talvez a gente devesse começar a pensar nessa possibilidade.

Existe um *lobby* fortíssimo de oftalmologistas contrários, evidentemente, porque acham que vão perder suas consultas etc. Não vão. Não vão. Não vão, porque as pessoas que vão usar esses óculos não são as que vão ao oftalmologista. Ou talvez de quem venda óculos, mas também não vão, porque quem pode comprar óculos vai querer comprar óculos mais bonitinhos, mais arrumados, não vai usar o da farmácia necessariamente.

Então, nós estamos discutindo não esse projeto – quanto a isso não há nenhum desacordo, e só parabenizo –, mas essa ideia, ou seja, se alguém aqui já pensou nisso, já ouviu falar ou se deveríamos nos debruçar, fazer uma audiência pública com alguns médicos que são a favor e com outros que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contra, porque isso poderia ter um impacto fantástico no Brasil. Sobre isso não tenho nenhuma dúvida. Por que não fazemos isso?

Bem, a parte da minha discussão foi feita. Abro a palavra agora aos colegas.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Otto Alencar, quero parabenizá-lo pelo brilhante relatório. Quero parabenizar também os autores, que, na verdade...

V. Exª acabou, evidentemente, optando por aquele mais amplo, melhor. Mas estou até numa fase de saudosismo, comentava aqui com o Paim, que me encorajou a falar.

Senador Otto, eu era Vereador em Campo Grande, em 1982, e instituí isto nas escolas da rede municipal de Campo Grande: o aluno tinha de ter não o exame de audição, mas o dos óculos, porque era comum e, às vezes, incomodava, porque os mais altos ficavam na frente, e outros não conseguiam enxergar o que o professor escrevia na lousa. E nós instituímos, com uma coisa a mais, que não sei se não caberia nesse projeto. O aluno, às vezes, muda de escola, é transferido, e, no meu projeto, ao ser transferido, era obrigatório que ele levasse, juntamente com a transferência do seu currículo escolar, sua ficha médica, dizendo que ele tinha uma dificuldade de acuidade visual.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas aí a solução era ficar na frente, e ele não tinha óculos?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, não. Eram feitos os óculos. Os alunos menores reclamavam...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Ah, eu entendi.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A professora acabava detectando que havia um problema de acuidade...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – E aí dava os óculos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... porque ele queria ficar na frente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E não era o comum. Sempre o comum é o aluno maior ficar na parte de trás – o aluno maior e os bagunceiros, que ficam sempre no fundão.

Então, eu me lembro disso e acho que isso é de uma importância fundamental, principalmente quando V. Exª inclui também exame de audição, que talvez seja ainda mais importante, porque a pessoa não consegue entender ou entende de forma embaralhada e tal. Acho que é um projeto fundamental e que o Brasil vai ganhar muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao comentário que V. Exª fez, na maioria das vezes, a idade é que faz com que aqueles óculos vendidos em farmácia ou até em camelôs sirvam para todo mundo, porque o grau é quase sempre o mesmo, quando se trata de...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – De vista cansada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... vista cansada. Às vezes, não é só isso, é seguido de um astigmatismo e tal... Aí você, no intuito de ajudar, pode...

Isso caberia num debate, com certeza, porque a grande maioria, na verdade, é...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vista cansada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... hipermetropia... Então, é um assunto que vale a pena levantar. V. Exª tem razão. As pessoas compram muito esses óculos, até porque, como eu disse, o grau dessas pessoas é mais ou menos parecido mesmo.

Foi só um comentário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Lido o relatório, a matéria foi discutida.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, votação do relatório.

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao PLC 104, de 2015, na forma da Emenda nº 1-CE-CAS (substitutivo) e pela declaração de prejudicialidade do PLS 483, de 2011, e do PLC 214, de 2015, que tramitam em conjunto.

A matéria vai ao Plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2015

- Não terminativo -

Cria o Estatuto do Cigano.

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CE a 5-CE, 8-CE e 9-CE e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 27.03.2018, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CE a 9-CE.

- A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

O relatório é também pela rejeição das Emendas nºs 6-CE e 7-CE.

Em 08/05/2018, foi apresentado um novo relatório.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, meus cumprimentos; senhor autor do projeto, Senador Paulo Paim, meus cumprimentos; meus cumprimentos aos nobres Senadores e Senadoras aqui presentes nesta Comissão.

Ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, do Senador Paulo Paim, que cria o Estatuto do Cigano.

A proposição é composta de dezenove artigos, que se encontram distribuídos em quatro títulos. Nas Disposições Preliminares (Título I), são apresentados o objetivo da proposição e as definições iniciais (art. 1º), e afirma-se ser dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, em suas diversas atividades, no intuito de preservar sua dignidade e valores religiosos e culturais (art. 2º). No art. 3º, o projeto estabelece que a participação da população cigana na vida social, econômica e cultural se dará por meio de inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento, pela adoção de ações afirmativas e pela promoção do combate à discriminação.

O Título II cuida dos direitos fundamentais. No art. 4º, é destacado o direito da população à educação básica, nos termos do disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e à participação em atividades educacionais, culturais e esportivas, nos âmbitos público e privado. O art. 5º determina ao Poder Público que promova o incentivo à educação básica da população cigana, sem distinção de gênero, além do apoio à educação e a criação de espaços para a disseminação da cultura dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

população. Nos termos do art. 6º, fica assegurado à criança e ao adolescente ciganos o direito à transferência da matrícula e consequente vaga nas escolas públicas, e autorizada nas escolas particulares, conforme previsto no art. 29 da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978. O art. 7º determina que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, será obrigatório o estudo da história geral da população cigana.

Os arts. 8º e 9º preveem, respectivamente, a caracterização das línguas ciganas como bem cultural de natureza imaterial e o direito da população cigana à preservação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, bem como sua continuação como povo formador da história do Brasil.

O tema da saúde é abordado nos arts. 10 e 11, ao assegurar o atendimento na rede pública de saúde ao cigano que não for civilmente identificado e determinar que o Poder Público promova políticas públicas para a população cigana nos campos especificados nos incisos do art. 11, quais sejam: I – o acesso ao Sistema Único de Saúde; II – o combate a doenças; III – o acesso a medicamentos; IV – o planejamento familiar; V - o acompanhamento pré-natal; VI – o tratamento dentário; VII - o amparo à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência; VIII – a orientação sobre drogas.

O art. 12 trata da questão fundiária, com foco nos direitos da população cigana, e o art. 13 aborda o acesso à moradia, enfatizando que devem ser respeitadas as particularidades desse segmento da sociedade.

O art. 14 cuida do trabalho do povo cigano, determinando que as ações governamentais referentes ao tema seguirão as normas da Convenção nº 111, de 1958, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que veda a discriminação no emprego e na profissão. Em seus §§1º e 2º, fica estabelecido que o Poder Público promoverá oficinas de profissionalização e incentivará empresas e organizações privadas a contratar ciganos recém-formados e que haverá formas de incentivo e orientação à população cigana quanto ao crédito para a pequena e média produção, nos meios rural e urbano.

Os arts. 15 e 16, integrantes do Título III – Da Promoção da Igualdade –, estabelecem que o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial será responsável pelas ações necessárias à superação das desigualdades vivenciadas pelos ciganos e que serão adotados programas de ação afirmativa em favor desse segmento populacional.

Os arts. 17 e 18, à guisa de Disposições Finais (Título IV), tratam respectivamente: da obrigação de serem recolhidos, periodicamente, dados demográficos sobre a população cigana, para subsidiar a elaboração de políticas públicas; de alteração na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispensar a população cigana do pagamento de multa referente às declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal.

O art. 19, por fim, determina que a lei em que vier a se tornar a proposição entrará em vigor após decorridos 90 dias de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposição foi distribuída às Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cabendo à última a decisão terminativa.

Em sua justificação, o autor da proposição argumenta que, não obstante estejamos vivendo uma época em que se disseminam os mecanismos de proteção jurídica dos direitos humanos, quando diversas minorias se encontram protegidas por normativos específicos, a população cigana ainda não logrou obter a devida proteção legal em nosso País. Informa que a proposição que apresenta foi encaminhada pela Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec), nos moldes do Estatuto da Igualdade Racial, e contempla as especificidades do povo cigano.

Na Comissão de Educação, foi aprovado o parecer de nossa autoria favorável ao PLS nº 248, de 2005, com nove emendas destinadas a aprimorar sua redação.

A Emenda nº 1-CE foi apresentada para modificar o *caput* do art. 1º da proposição, de forma a tornar o escopo da norma mais abrangente e coerente com o ordenamento jurídico atual, atribuindo ao dispositivo a seguinte redação: "Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto do Cigano, para garantir à população cigana a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica."

A Emenda nº 2-CE visou a reformular a definição de população cigana que consta no inciso I do parágrafo único do art. 1º da proposição, porque não é suficiente a adoção da autodeclaração como critério de identificação do cigano, sendo necessário seu reconhecimento pela comunidade, e a eliminar a expressão "que adotam autodefinição análoga", porque ela torna demasiadamente imprecisa a definição.

As Emendas nºs 3-CE e 4-CE foram propostas para substituir a palavra "gênero" (presente na expressão "sem distinção de gênero") pela palavra "sexo", tanto no art. 4º quanto no inciso I do art. 5º.

A Emenda nº 5-CE almejou suprimir o art. 7º (que torna obrigatório o estudo da história geral da população cigana), porque se entende como indevida a tentativa de implantação de inovações curriculares por meio de alterações da legislação ordinária.

A Emenda nº 6-CE tratou de alterar a redação do inciso II do art. 11, atribuindo-lhe um sentido mais abrangente; em vez de mencionar "o combate a doenças", o dispositivo passou a prever "a adoção de medidas de prevenção e controle de doenças e de outros agravos".

A Emenda nº 7-CE visou a modificar a redação do inciso VIII do art. 11, atribuindo-lhe um sentido mais completo; em vez de estatuir "a orientação sobre drogas", o dispositivo passou a estabelecer "a orientação e a conscientização para prevenção do uso de drogas ilícitas".

A Emenda nº 8-CE foi proposta para incluir um capítulo específico (Capítulo IV) sobre esporte e lazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a Emenda nº 9-CE tratou de suprimir o art. 18 do projeto, porque o dispositivo legal nele mencionado (§2º do art. 46 da Lei nº 6.015, de 1973) já se encontra revogado e hoje a gratuidade do registro de nascimento é assegurada a todos, mesmo quando realizado fora do prazo.

Quero só dar uma respirada aqui e dizer que, até ontem mesmo à noite, fizemos reuniões com o Ministério dos Direitos Humanos e outros, o Ministério da Justiça, para garantir uma redação que não tivesse problema com nenhum setor governamental e com nenhum setor social. Então, esse projeto foi fruto dum intenso debate e unidade em torno de tudo o que aqui foi lido, principalmente com a colaboração do autor, nosso nobre Senador Paulo Paim, e de todas as etnias envolvidas.

Análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à competência do Sistema Único de Saúde.

Conforme lembramos no parecer oferecido na CE, o País ainda carece de um marco legal e de políticas públicas consistentes voltadas para esse importante segmento da sociedade brasileira que é a população cigana.

Sobre os "povos ciganos" – é mais correto utilizar a expressão no plural, porque há diversas etnias que, mesmo com traços e elementos históricos comuns, possuem suas especificidades, culturas e costumes próprios –, as informações divulgadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) evidenciam que há no Brasil pelo menos três etnias ciganas: a Calon, a Rom e a Sinti. Segundo a Seppir, os acampamentos ciganos encontram-se em 291 Municípios situados em 21 unidades da Federação. Estima-se que em 2011, a população cigana brasileira chegava a meio milhão de pessoas. Trata-se, portanto, de uma população numericamente expressiva e extremamente rica e diversificada do ponto de vista cultural.

Nesse contexto, a proposição que ora analisamos tem alta relevância e o mérito de abordar o tema sob diversas perspectivas, tratando das questões centrais no que se refere aos direitos e à valorização dos povos ciganos: a garantia de oportunidades nos diversos setores da vida social, no acesso à saúde, à terra e ao trabalho, e nas políticas de promoção da igualdade social.

No que tange à saúde, identificamos alguns reparos a fazer. Há que ressaltar sobre a determinação contida no art. 10 – de assegurar o atendimento na rede pública de saúde ao cigano que não for civilmente identificado – que a dispensa da identificação civil não foi estendida a nenhuma outra área abrangida no projeto, quais sejam: educação, trabalho, habitação, acesso à terra, cultura e promoção da igualdade.

Entendemos que, exceto nos casos de urgência ou emergência, não há justificativa para que o indivíduo cigano sem identificação civil tenha acesso irrestrito aos serviços de saúde do SUS. Além de injustificável, pela falta de isonomia com as outras áreas abordadas no projeto de lei, a dispensa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

identidade civil pode proporcionar a quaisquer pessoas, inclusive criminosos, a possibilidade de buscar atendimento em serviços de saúde e neles adentrar anonimamente, sob o disfarce de cigano.

A esse respeito, salientamos que o §1º do art. 23 da Portaria do Ministério da Saúde nº 940, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão), estabelece "a não obrigatoriedade de comprovação de domicílio para população cigana nômade se cadastrar", mas não dispensa essa população de tal cadastro.

Acerca do art. 11 – que obriga o Poder Público a promover políticas públicas para a população cigana –, é preciso assinalar que todos os brasileiros, inclusive os ciganos, já têm garantido, legalmente, o acesso às ações e serviços do SUS, inclusive as medidas de prevenção e controle de doenças e de outros agravos, o acesso a medicamentos, o planejamento familiar, o acompanhamento pré-natal, o tratamento dentário e a orientação e conscientização para prevenção do uso de drogas ilícitas.

Ademais, essa enumeração de políticas ou ações de saúde é imprecisa. O acesso a medicamentos deveria ser explicitado como acesso à assistência farmacêutica. A expressão tratamento dentário é muito restrita no que concerne à saúde bucal. O acompanhamento pré-natal é somente uma etapa da assistência à saúde materno-infantil, devendo ser acompanhado do atendimento ao parto, ao puerpério e ao neonato, além das diversas ações de saúde da mulher (como o atendimento ginecológico, realizado em períodos fora da gravidez) e também de saúde do bebê e da criança. Outro ponto a ressaltar é que essa enumeração é muito incompleta, tendo omitido inúmeras ações e políticas de saúde conduzidas pelos gestores do SUS e capazes de beneficiar a população cigana, a exemplo de: ações de promoção da saúde; Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Programa Nacional de Imunizações; ações e programas de saúde mental; Estratégia Saúde da Família (ESF); Política Nacional de Atenção às Urgências; Programa Saúde na Escola (PSE).

Além da imprecisão e da insuficiência presentes na enumeração das políticas, é preciso apontar que a população cigana precisa de medidas que propiciem o acesso às ações e aos serviços existentes e não de ações e políticas dirigidas a aspectos específicos de sua epidemiologia. Nesse sentido, diferentemente da população indígena, cuja assistência à saúde, além de respeitar os aspectos culturais, precisa atender aos indicadores epidemiológicos definidos por características raciais e pelo isolamento geográfico (como, por exemplo, a menor proteção contra os microrganismos que circulam nos ambientes urbanos e em seus habitantes), e também da população negra, cujas peculiaridades epidemiológicas derivam de fatores raciais que acarretam maior incidência de algumas doenças (como hipertensão e anemia falciforme, por exemplo), a especificidade da assistência à saúde dos ciganos deriva principalmente de aspectos de seus costumes e sua cultura. Incluem-se nesses aspectos, para as mulheres:

i. o casamento de adolescentes (por tradição e costume de alguns núcleos familiares, elas se casam entre os 12 e 15 anos);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ii. o costume de seguir as orientações da família no período gestacional (o que compromete o entendimento da importância do pré-natal e do acompanhamento de profissional de saúde; por isso, algumas gestantes chegam às unidades de saúde já em trabalho de parto e acompanhadas por parentes) e de recorrer ao saber tradicional da parteira;

iii. o controle da natalidade e a contracepção serem praticamente uma transgressão à sua cultura (ter filhos e filhas é considerado uma dádiva para uma mulher cigana);

iv. o medo de se submeter a procedimentos de saúde (mesmo as mulheres pertencentes a grupos familiares que acessam regularmente os serviços de saúde e têm conhecimento dos exames ginecológicos preventivos, como o Papanicolau, ainda têm receio de realizar o exame);

v. os elevados índices de depressão (por causa das tensões originadas de conflitos cotidianos, do enfrentamento ao preconceito e das perdas de filhos e filhas, cônjuge e parentes);

vi. os problemas físicos e as dores (como a ciatalgia e a lombalgia, originadas de suas tarefas domésticas, das longas caminhadas para as vendas diretas dos seus produtos e do enfrentamento à violência e ao preconceito dentro e fora de sua comunidade);

vii. a vergonha de procurar uma unidade de saúde (principalmente entre as mulheres mais novas) e a proibição de irem sozinhas ao hospital ou de serem atendidas por médicos do sexo masculino (essa é uma realidade restrita a algumas comunidades ciganas; há relatos de casos em que as mulheres ciganas são orientadas a procurar o melhor profissional, seja uma médica ou um médico, conduta relacionada ao maior nível de escolaridade das famílias e à melhor condição financeira de algumas delas).

Esses aspectos evidenciam a necessidade de fortalecer a ação das mulheres ciganas como educadoras de saúde no âmbito de suas comunidades. Quando instruídas, elas se tornam multiplicadoras do conhecimento para as demais ciganas de sua convivência, beneficiando principalmente aquelas com pouco ou nenhum acesso aos serviços de saúde.

No caso dos homens ciganos, o maior problema é que grande parte deles não se vê dentro de um serviço de saúde e muito menos numa consulta preventiva, por considerarem que hospital e médico é coisa de mulher, criança e doente. Por isso, os homens só buscam os serviços de saúde quando os sintomas das doenças já estão em um estágio bem avançado. Além disso, assuntos relacionados à saúde íntima do homem cigano – a exemplo do uso de camisinha, do exame de próstata, das doenças sexualmente transmissíveis e de assuntos do gênero – simplesmente não existem dentro das comunidades (tal contexto evidencia que, nos serviços de saúde, esses assuntos precisam ser abordados somente por profissionais homens).

Por fim, os ciganos apresentam problemas de tabagismo e alcoolismo, além de sofrerem o estresse originado de sua condição de provedores e preservadores da família e de responsáveis por "transmitir" o sangue cigano e garantir a continuidade de sua linhagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além desses aspectos culturais, há fatores relacionados à forma de ocupação geográfica dos espaços pelos ciganos. Diferentemente dos indígenas brasileiros, cujo atendimento de saúde é dificultado pelo fato de estarem fixados em áreas remotas de floresta, os ciganos impõem desafios ao sistema de saúde quando pertencem a grupos nômades e que não fixam residência. Essa característica pode prejudicar seu acompanhamento pela ESF, a continuidade da assistência prestada nos serviços de saúde da Atenção Básica, a efetividade das ações do PSE e o atendimento prestado pelos veículos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192).

No entanto, a despeito de os grupos nômades ainda existirem no Território nacional, observa-se crescente número de núcleos familiares sedentarizados em bairros e cidades, na procura por melhores condições de vida, saúde e educação, mas que não perderam a essência de suas tradições e costumes ciganos passados de geração a geração.

Além dessas especificidades culturais e geográficas dos ciganos, há o grande problema originado do histórico de rejeição e preconceitos que os acompanham desde tempos imemoriais. Na página eletrônica do Ministério da Saúde, o documento "Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano" lembra que, no período do Brasil Colônia, os ciganos eram associados à barbárie, assumindo importância apenas quando inquietavam as autoridades. Eram considerados “sujos”, “trapaceiros” e “imorais”, e as especificidades de seu modo de vida, bem como suas identidades, eram comumente consideradas apenas no campo da ilegalidade. Esta lógica alimentou a construção de estereótipos poderosos, baseados na ideia de que toda pessoa de etnia cigana era, via de regra, uma “pessoa suspeita”, uma “pessoa não confiável”.

Ainda conforme o documento, é importante observar que o preconceito e o racismo foram transportados na bagagem dos primeiros ciganos deportados de Portugal para o Brasil. Essa realidade perdura através dos tempos. Isso fez com que a população de etnia cigana se condicionasse a viver à margem da sociedade e, consequentemente, sem direitos ao exercício da cidadania, como cidadãs e cidadãos brasileiros, uma vez que, infelizmente, os maiores violadores dos seus direitos fundamentais são os próprios agentes públicos.

Em tal contexto, o tratamento adequado e o acompanhamento por profissional de saúde podem acabar inviabilizados pelo racismo institucional, capaz de impedir o acesso aos serviços e às ações de saúde.

Assim, o documento supramencionado tem como objetivo geral fortalecer as capacidades dos trabalhadores de saúde para cuidar da população de etnia cigana nos serviços de saúde. Os objetivos específicos são: contribuir para o conhecimento da história, da tradição e dos costumes dos povos ciganos; promover a reflexão sobre as necessidades dessa população ao atendimento à saúde; contribuir para diminuir o preconceito, o racismo institucional e a discriminação em relação à população de etnia cigana, e contribuir para a garantia do direito à saúde, integral e humanizado. Como bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

lembra o referido texto, "os povos ciganos possuem histórias, tradições e costumes e possuem direitos como parte do processo civilizatório do nosso País".

Assim, a assistência à saúde dessa população deve buscar garantir o acesso a ações e serviços de saúde, sem discriminação e com respeito às suas tradições, não havendo necessidade de determinar que o Poder Público promova políticas especificamente dirigidas aos ciganos. É preciso, na verdade, exigir que ele promova as condições necessárias, no âmbito das políticas existentes, para acolher essa população e suas peculiaridades e, somente nos casos em que julgar necessário, elabore estratégias específicas para atender a essa população.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, com as seguintes emendas.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, com as Emendas nºs 1-CE a 5-CE, 8-CE e 9-CE e com as emendas que se seguem, e pela rejeição das Emendas nºs 6-CE e 7-CE:

Emenda da CAS
Atribua-se ao art. 10 do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 10. Fica assegurado o atendimento de urgência e emergência nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) ao cigano que não for civilmente identificado."
Emenda da CAS:
Atribua-se ao art. 11 do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 11. Serão instituídas medidas de acolhimento para garantir o acesso da população cigana às ações e aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e às políticas públicas de promoção da saúde e prevenção e controle de doenças, com ênfase nas seguintes áreas:
I – assistência farmacêutica;
II – planejamento familiar;
III – saúde materno-infantil;
IV – saúde do homem;
V – saúde bucal;
VI – saúde mental e prevenção e tratamento do tabagismo, alcoolismo e abuso de drogas ilícitas;
VII – segurança alimentar e nutricional.
§ 1º As medidas previstas no *caput* incluirão:
I – sensibilização e qualificação dos profissionais de saúde e dos demais integrantes das equipes dos serviços de saúde quanto às necessidades e peculiaridades da população cigana;
II – articulação intersetorial;
III – fortalecimento da participação e do controle social;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

IV – combate a toda forma de preconceito institucional."

Sala das Comissões.

Relator, Senador Hélio José.

Autor, Senador Paulo Paim.

Queria dizer, minha nobre Senadora Marta Suplicy, que fiz questão de não pular nenhum parágrafo dessa leitura para agilizar os expedientes, primeiro porque nós estamos sem quórum terminativo aqui. E, como este projeto não é terminativo, não há problema nenhum a gente lê-lo na íntegra, para aprová-lo, e todo mundo poder entender aqui.

Fizemos um trabalho incessante com os órgãos governamentais responsáveis – o Ministério da Saúde, o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça –, exatamente para garantir que não houve óbice a esse importante projeto da etnia cigana, dando sequência aos trabalhos que o nobre Senador Paulo Paim tem feito nesta Casa, notadamente destacado com relação aos direitos do adolescente, aos direitos do idoso, aos direitos dos indígenas, aos direitos das pessoas portadoras de deficiência e outros. O Senador Paulo Paim debruçou-se sobremaneira sobre esta causa. Nós fizemos um sem-número de audiências públicas, e conseguimos chegar consensualmente com as etnias e com o Governo a esse parecer, ao qual esperamos que os colegas possam dar prosseguimento, para nós fazermos a análise na Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senador Paim, Autor do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta Marta Suplicy, pela importância do tema, eu faço um pouco uma viagem no tempo e me lembro que estávamos no plenário do Senado discutindo o Estatuto do Idoso, da igualdade racial, da criança e do adolescente, e uma senhora, vestida de cigana, levanta e diz: "Muito bonito, não é, Senador? Eu quero saber como fica a situação dos ciganos. Nós somos um povo invisível." Ela fez uma crítica. Aquilo, de fato, mexeu comigo. Em seguida, conversamos com ela – isso, acho, faz uns dez anos – e começamos a conversar. Ela me lembrou, ela mesma, o art. 5º da Constituição, que diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade."

Também me disse: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, e promulgada no Brasil pelo Decreto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5.051, de 19 de abril de 2004, estabelece que os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados.

Eu vou simplificar: ainda a Convenção sobre a Proteção da Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005, promulgada no Brasil pelo Decreto 6.177, de 1º de agosto de 2007, estabelece, no art. 2º, os princípios diretores, entre os quais o princípio do respeito aos direitos humanos e das liberdades fundamentais, à diversidade cultural, enfim, devem ser assegurados.

Mas, por fim, eu achei muito importante, Presidenta, e eu sei que o Relator vai concordar. O Ministério Público Federal marcou um ciclo de debates por meio desse seu relatório. Eles pretendem visitar todos os Estados onde existe a etnia cigana, apresentando o relatório do Senador Hélio José, que já tem um grande entendimento, mas eles querem ouvir a participação deles. E, como o projeto ainda vai para a Comissão de Direitos Humanos, eu me comprometo, Senador Hélio José, que V. Exª seja o Relator também lá, porque V. Exª está se debruçando sobre esse tema há muito tempo. Eles querem fazer esse debate no mês de maio, no máximo, junho. Então, nós poderíamos, ainda neste semestre, ter a votação final.

Então, eu faço um apelo para que a gente vote o projeto aqui. Não é terminativo. Vai haver um ciclo de debate e com a participação, provavelmente, do nosso querido Relator.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigado, Senador Autor do projeto, Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para discutir.) – Senadora Marta Suplicy, eu quero, primeiro, parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa e também o relatório do Senador Hélio José.

Talvez o meu Estado, Senador Paulo Paim, seja o Estado que tenha a maior população cigana do Brasil, hoje muitos deles completamente incorporados à sociedade dos Municípios em que eles vivem. Nós temos até um grande cantor de música sertaneja e romântica, Tayrone Cigano, que é um craque lá, na Bahia, faz *shows*. Temos no nosso Estado Vereadores ciganos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovado. Vamos ver se o trazemos aqui para dar um *show*.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eles têm uma cultura milenar, não a abandonam e a preservam completamente, mas já se integraram muito à sociedade em várias regiões do nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, existe ainda – da minha parte, não; eu convivo com eles há muitos anos, desde garoto, porque, onde eu nasci, no interior da Bahia, eles têm um convívio muito grande conosco – uma discriminação muito grande. E esse projeto chama atenção exatamente para que os Poderes Públicos possam incorporar, de forma como brasileiros são e vivem hoje, toda a população cigana. Eles têm já uma atividade muito grande na área da agricultura e da pecuária, no trabalho permanente com o campo, e ninguém entende melhor de cavalos no meu Estado do que cigano. Agora, claro, com muita sabedoria. Brinca-se até um pouco, Senador Paulo Paim: quando o cigano vai vender um cavalo e o que vai comprá-lo pergunta qual é o defeito, ele diz: "O defeito está na vista." Aí o cara olha, não tem nada, leva, e o cavalo é cego. Não tem culpa, está na vista o defeito. Então, brinca-se muito com isso lá. (*Risos.*)

É só mais uma piada. Inclusive, dizem que, quando ele vendeu um cavalo que era considerado muito bom, na Bahia, um cavalo espetacular, que valia R$1 milhão, o cara foi comprá-lo e ele o vendeu por R$100 mil. Quando o cara foi devolver falando mal do cavalo, ele disse: "Olhe, não fale mal, não, porque, se falar, eu não vendo nem por R$100 mil. Fique falando bem para ver se você consegue de alguma forma recuperar o seu recurso." São coisas que acontecem lá.

Mas eu convivo na Chapada Diamantina, onde há uma população cigana muito grande, com líderes reconhecidos, que têm propriedade rural, que trabalham na área rural: o Anedito, que é um grande líder lá, o Josafá e o Ataídes, incorporados já à sociedade, mas existe uma discriminação muito grande por alguns setores da sociedade. E esse projeto do Paulo Paim vem para, de alguma forma, oferecer a essa população, que já é muito grande no Brasil inteiro e no meu Estado é muito grande, uma oportunidade de participar da sociedade, das atividades e dos direitos dos brasileiros na área de saúde e educação, até tendo um tratamento igualitário, porque existe uma discriminação muito grande, sobretudo na avaliação deles quando existem problemas com o Poder Judiciário. Já entram como condenados praticamente e, na verdade, às vezes, são inocentes de um processo social que os discrimina há muito tempo.

Eu vi aqui antes e quero o parabenizar. A cada dia que eu conheço a sua história – já a conhecia há bastante tempo – e vejo a que constrói no presente e quer projetar para o futuro, você tem hoje, Senador Paulo Paim, uma grande admiração de minha parte.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não havendo mais quem queira discutir, quero parabenizar o Senador Paim pelo projeto e o Senador Hélio José pela relatoria cuidadosa.

Passemos, então, à votação.

Encerrada essa discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o projeto, que segue para CDH e passa a constituir, então, o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado 248, de 2015, com as Emendas nºs 1, da CE e da CAS; a 5, da CE e da CAS; a 8, da CE e da CAS; a 9, da CE e da CAS; a 10, da CAS; e a 11 da CAS; e contrário as Emendas 6, da CE, e 7, da CE.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; lá, será terminativo.

Vamos, agora, ao item 3. Não, quanto ao item 3, o Senador Airton pediu para esperar, porque ele está a caminho.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Há um projeto do qual sou Relator, é o item 6. Se fosse possível, nós iríamos ler o relatório e, depois, nós o votaríamos. Pode ser, porque nós não temos o quórum para votar?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Ele é terminativo. Então, nós faremos só a leitura.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – A leitura do voto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Projeto de Lei do Senado 332. Agora, item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013

- Terminativo -

Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Petecão, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – Grato, Presidente.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 332, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde. Pelo fato de a decisão ser terminativa, este Colegiado também deve deliberar sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e os aspectos de técnica legislativa do PLS nº 332, de 2013.

Presidente, eu vou dar uma resumida aqui e vou direto ao voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2013, nos termos das seguintes emendas...

Há algumas emendas aqui, mas o nosso voto é pela aprovação, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Bem, lido o relatório...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) –

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, DE 2013
Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º É obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação de unidades de terapia intensiva públicas e privadas.
[...]
Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
I – indicadores de avaliação: dados e estatísticas que permitam aferir o desempenho, a qualidade e a segurança de uma unidade de terapia intensiva, mediante, entre outras medidas, o estabelecimento de correlação entre o número de pacientes admitidos no serviço em determinado período com o tempo de permanência, as altas, as transferências para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

unidades internas ou externas ao hospital, os óbitos e os eventos que influenciam positiva ou negativamente a evolução do quadro clínico do paciente [...].

Presidente, dou como lido aqui o substitutivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senador Petecão.

Em virtude da falta de quórum para a deliberação da matéria terminativa, fica adiada a discussão e a votação da matéria.

Pediria a gentileza a V. Exª que, quando tivermos o quórum para ler, pudesse fazer um breve resumo do projeto,...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... porque foi lido – então, pouparia a releitura –, para que os caros colegas pudessem se apropriar do tema.

Requerimento na CAS.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 9/2018 e do RDH 52/2018, seja incluído entre os convidados o Sr. Silviano Santiago, ensaísta, poeta, professor, contista e romancista brasileiro

Autoria: Senadora Marta Suplicy

É mais um adendo sobre uma audiência pública.

Lido o requerimento, a matéria retorna à pauta para votação.

Nada tendo mais a discutir, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

16ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Ataídes Oliveira, Dário Berger, Acir Gurgacz e José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (RAS 05/2018), atendendo ao requerimento RAS 5/2018, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves. Finalidade: Debater a proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar. Participantes: Fernanda Mainier Hack, Coordenadora do Movimento Põe no Rótulo; Marta de Fátima Rodrigues da Cunha Guidacci, Membro da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia - ASBAI; Renata Alves Monteiro, Professora do Departamento de Nutrição e Pesquisadora associada do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar da Universidade de Brasília – UnB (representante de: Renata Pinotti, Mestra em Nutrição Humana Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana Aplicada da Universidade São Paulo (PRONUT/USP); e Érika Campos Gomes, Mestra em Psicologia Clínica pela PUC–SP. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam a palavra o Senador Waldemir Moka e a Senadora Maria do Carmo Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Maria do Carmo Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

16ª

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/15

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente Reunião destina-se a realização de audiência pública para – abre aspas – "tratar de proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar" – fecha aspas, em atendimento ao Requerimento CAS nº 5, de 2018, de minha autoria.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo através do Portal e-Cidadania ou do Alô Senado.

Convido para comporem a Mesa as nossas ilustres oradoras: Fernanda Fernanda Mainier Hack; Marta de Fátima Rodrigues da Cunha Guidacci, Membro da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai); Renata Alves Monteiro, Professora do Departamento de Nutrição e Pesquisadora Associada do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar da Universidade de Brasília; Érica Campos Gomes, Mestre em Psicologia Clínica pela PUC, São Paulo.

O tema de hoje, meus amigos, é extremamente importante, porque nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Mas há homens que estão ilustrando a plateia também. (*Risos.*)

A alergia alimentar é um tema extremamente importante, porque pode se manifestar em várias fases do corpo, pelas mãos, pela boca, pelos olhos, nariz, causando sintomas os mais diversos.

Portanto, com a palavra, Fernanda Mainier Hack.

A SRª FERNANDA MAINIER HACK – Boa tarde a todos e a todas.

É uma alegria muito grande para a gente do Põe no Rótulo estar aqui hoje, nesta audiência pública, com o objetivo de tratar da proposta de instituição de uma Semana Nacional de Conscientização da Alergia Alimentar.

É muito importante que a gente possa, como cidadãs e cidadãos, estar participando da construção das políticas públicas do nosso País. A gente tem diversos instrumentos para isso, e a audiência pública é um deles. Então, a gente está muito feliz de estar aqui hoje.

Pode passar.

O movimento Põe no Rótulo surgiu em 2014 e é formado por cidadãs e cidadãos, são famílias de crianças com alergia alimentar. É um grupo que, desde 2014, vem trabalhando para promover o acolhimento dos alérgicos alimentares e também para garantir o direito humano à alimentação adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desde 2014, a gente mobilizou e sensibilizou a sociedade para um tema que era muito importante e que consistia na regulamentação da rotulagem dos principais ingredientes alergênicos nos alimentos.

A gente, em 2015, teve essa conquista, uma conquista para a sociedade civil, para os alérgicos alimentares, que foi a edição da RDC 26, de 2015, da Anvisa. Essa norma regulamenta os principais alergênicos nos alimentos, o destaque obrigatório desses principais alergênicos nos alimentos.

Ela se caracteriza por uma construção democrática com bastante diálogo com todos os setores da sociedade, garante esses direitos nas prateleiras do mercado, e se caracterizou ainda pela intensa participação social em todas as fases de construção da norma.

Pode passar.

A alergia alimentar, sem dúvida, é hoje um problema de saúde pública. A Drª Marta, com certeza, vai falar um pouco melhor, mas, para vocês já terem uma ideia, a alergia alimentar é uma reação exagerada do organismo toda vez que ele entra em contato com determinado alimento por ingestão, por inalação ou contato com a pele.

As reações variam bastante, desde as mais leves até as mais graves. A forma mais grave de alergia alimentar é a anafilaxia, ou, como as pessoas mais conhecem, o edema de glote, aquele que fecha a garganta, e pode levar a pessoa à morte se não socorrida a tempo e de forma adequada.

Qualquer alimento pode causar alergia, mas existem oito alimentos que são responsáveis pelas principais reações alérgicas, pelo maior número de reações alérgicas. E as alergias alimentares podem aparecer em qualquer idade e afetam tanto adultos quanto crianças.

Os dados da alergia alimentar apontam que as alergias têm aumentado nas últimas décadas. Além da melhora do diagnóstico, mais condições de diagnóstico, a gente também tem tido mais casos de alergia. Elas têm persistido por mais tempo e têm se tornado mais graves. Algumas alergias que costumavam desaparecer na infância estão avançando pela adolescência, chegando até a fase adulta.

Estima-se hoje que a prevalência seja de aproximadamente 6% nas crianças menores de três anos e 3,5% nos adultos. E dados recentes brasileiros sobre a anafilaxia no Brasil apontam uma prevalência em torno de 6,2%, sendo que a alergia alimentar é a segunda maior causa de anafilaxia.

Como foi falado, a gente já conseguiu essa conquista muito grande que é a informação no rótulo, que garante aos alérgicos alimentares mais segurança na hora de comprar um produto quando a gente está no mercado, mas a gente precisa ampliar esse debate e levar esse assunto para outros locais.

O primeiro já começa dentro de casa. Quando a gente sai de um consultório com o diagnóstico de alergia alimentar, a gente fica perdido, a gente pensa "O que é que eu vou fazer agora? Como é que eu vou viver sem o leite? Como é que meu filho vai ficar sem o ovo? O que eu vou fazer?" Então, a gente precisa se adaptar, precisa se reinventar e convencer aqueles que estão a nossa volta, porque a única forma de a gente evitar uma reação alérgica é tirando totalmente o alimento que causa a alergia da nossa dieta ou da dieta do nosso filho. E a gente precisa, então, convencer companheiro, companheira, convencer a sogra, o sogro, os familiares, os amigos.

A mãe que amamenta, como foi o meu caso... Quando muitos bebezinhos recebem o diagnóstico de alergia alimentar ainda quando estão mamando no peito, a mãe que amamenta um bebê com alergia alimentar, se ela já precisa de apoio de todo mundo, da sociedade, da família e do Estado para amamentar, precisa desse apoio em dobro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pode passar.

A gente precisa levar também esse debate para as escolas. São muitos os casos de reação alérgica no ambiente escolar, até porque é um ambiente em que as crianças e os adolescentes passam boa parte do tempo. Essas reações alérgicas normalmente acontecem por desconhecimento, porque as escolas não estão preparadas em grande número para receberem a criança com alergia alimentar. Elas precisam saber o que é alergia, o que a causa, como a gente evita a reação a ela, o que a gente faz em caso de reação.

Então, a gente precisa também envolver a comunidade escolar como um todo nesse processo. A gente tem relatos, inclusive, de crianças que chegam a ter a matrícula recusada, e isso não pode acontecer. A gente precisa mudar esse cenário, a gente tem uma legislação de alimentação escolar muito boa, com inclusão daqueles que têm necessidades alimentares especiais, e a gente precisa fazer valer o que está na lei.

A gente precisa também levar essa discussão para o ambiente de trabalho, seja para o adulto que tem alergia alimentar, que precisa também ser acolhido no seu ambiente de trabalho, seja para os pais de crianças alérgicas, que muitas vezes recebem um telefonema, até mesmo da escola, de que o filho está com reação, precisa sair correndo, precisa ir socorrê-lo. A gente precisa também dessa discussão por lá.

A gente já tem a informação no rótulo, mas a gente precisa da informação, sobretudo em outros ambientes em que há serviços de alimentação: restaurantes, padarias, meios de transportes, como avião. Até em serviços de saúde é muito comum a gente receber relatos de pessoas alérgicas que foram internadas e recebem uma dieta totalmente incompatível com aquela exclusão que ela precisa fazer.

E a gente precisa de profissionais capacitados, capazes de lidar com a questão da alergia alimentar, profissionais em todas as áreas – médicos, nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros que sejam capazes de lidar com a alergia alimentar e também de acolher o alérgico e a sua família. E a gente precisa ainda entender a questão da medicação de emergência para aqueles casos de alergias mais graves. A adrenalina autoinjetável não está disponível no Brasil. A gente precisa saber como fazer para que as pessoas que precisam dessa medicação tenham acesso a ela.

A Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar é uma experiência internacional bem-sucedida. Ela já acontece há bastante tempo nos Estados Unidos, na Austrália e no Canadá, sempre na terceira semana de maio. E a gente tem algumas experiências locais recentes bastante inspiradoras, como em Uberaba, em Minas Gerais, em Pernambuco, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, em Piracicaba, em São Paulo, que aprovaram recentemente normas determinando a terceira semana de maio como a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar e alguns projetos de lei em andamento no mesmo sentido.

Por que a gente precisa de uma Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar? A gente precisa falar de alergia alimentar todos os dias do ano, com certeza. E a gente vai continuar falando sem dúvida. Mas, quando a gente destaca um período do ano para fazer isso, a gente sai da rotina e aquela causa ganha mais destaque. A gente alcança um maior número de pessoas e consegue fazer com que a sociedade como um todo debata e discuta o problema. A gente mobiliza, aumenta o debate, traz as pessoas para refletirem sobre o tema, aumenta a reflexão sobre a necessidade de formulação de políticas públicas que atendam a essa demanda social. Uma data nacional também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uniformiza o período a ser celebrada essa conscientização e fortalece a própria semana, alcançando especialmente todas as regiões do País. Ela não traz nenhum custo para o Estado e cria um ambiente propício para a promoção de diversas atividades, diversos eventos, como seminários, debates, ciclos de palestras, rodas de conversas, oficinas e muitas outras coisas. E é também uma experiência positiva que a gente já tem no Brasil com outros temas que destacam determinados períodos do ano para conscientizar as pessoas sobre aquela demanda.

A gente está na terceira semana de maio. Então, eu trouxe dois exemplos que estão acontecendo agora de Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar, em Piracicaba, em São Paulo, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Então, a gente tem uma série de atividades nessas cidades envolvendo toda a sociedade: famílias de alérgicos, profissionais de saúde, profissionais de educação, especialistas. A cidade toda fica envolvida e passa a conhecer melhor aquele tema, passa a entender o problema e fica mais capaz de lidar com ele.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FERNANDA MAINIER HACK – Quando a gente nacionaliza, quando a gente faz a semana nacional, a gente vai ter a possibilidade de ter esse tipo de evento em todos os Estados brasileiros, em todos os Municípios.

Para finalizar, a gente vai continuar falando de alergia alimentar, a gente precisa falar.

Pode passar o próximo.

Isso porque, falando de alergia alimentar, especialmente numa semana dedicada especialmente a isso, a gente vai aumentar a conscientização, incentiva o respeito e a empatia das pessoas, promove especialmente a segurança e melhora a qualidade de vida de crianças e adultos que têm alergia alimentar.

Muito obrigada.

Ficam aí os nossos contatos.

E a gente agradece muito a oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Com a palavra a Srª Marta de Fátima Rodrigues da Cunha Guidacci, membro da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia.

V. Sª tem a palavra por dez minutos.

A SRª MARTA DE FÁTIMA RODRIGUES DA CUNHA GUIDACCI – Boa tarde a todos!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer, em nome da Asbai, que é a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, pelo convite para participar da audiência pública sobre a proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar, em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2018, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Senadora Maria do Carmo Alves, que é nossa Presidente em exercício.

Estou representando a Drª Renata Cocco, que é a Coordenadora do Departamento Científico de Alergia Alimentar da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, e a Drª Norma Rubini, que é a Presidente dessa associação.

As doenças alérgicas consistem em alterações na resposta do sistema imunológico, coincidência crescente nas últimas décadas. Nesse contexto, as alergias alimentares ocupam um espaço cada vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maior. O número de novos casos e a gravidade das reações parecem estar aumentando em todo o mundo, e o Brasil acompanha essa tendência.

Crianças em idade precoce apresentam reações anafiláticas com maior frequência, visto que os alimentos são os principais desencadeantes da anafilaxia na infância.

O número de novos alimentos identificados como alérgenos aumenta, e não existe uma forma de prevenir o seu aparecimento. Apesar das linhas de pesquisa atuais, o único tratamento realmente efetivo até o momento é a restrição completa das proteínas alergênicas, o que é uma tarefa difícil, especialmente na faixa pediátrica. Paralelamente, conceitos equivocados e dificuldades no diagnóstico dão margem ao superdiagnóstico, culminando em dietas amplas e desnecessárias.

Passível de se desenvolver em qualquer momento da vida, a hipersensibilidade a alimentos é cerca de quatro vezes maior na criança do que no adulto. Dietas de restrição são eminentemente necessárias para se evitar reações indesejáveis e potencialmente graves. A abordagem terapêutica requer auxilio multiprofissional. Restrições malconduzidas repercutem em prejuízos nutricionais, estigmas sociais e psicológicos ao paciente e seus familiares.

Por fim, alguns alimentos, como amendoim, castanhas, peixes e frutos do mar são tipicamente persistentes por toda a vida. Apesar do potencial efeito protetor da dessensibilização oral a alimentos, o procedimento apresenta riscos e não deve ser realizado por profissional inexperiente. Além disso, a gama de alimentos que são passíveis de dessensibilização ainda é frustra.

Frente aos inúmeros alérgenos desencadeantes de reações, a Associação Brasileira de Imunologia e Alergia (Asbai), considerando todos os avanços ocorridos nos últimos anos com relação ao diagnóstico e tratamento das alergias alimentares, elaborou, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar de 2018, com o objetivo de atualizar alergistas, pediatras e generalistas na assistência a pacientes com alergia alimentar.

Entretanto, estamos conscientes de que, para atingirmos e ampliarmos o acesso ao manejo adequado de crianças e adultos com alergia alimentar, é necessário ir além da capacitação profissional. É fundamental sensibilizar as autoridades governamentais e a sociedade civil para a relevância da questão.

A Asbai publicou, em 2017, o documento intitulado "O Atendimento Médico de Pacientes com Doenças Imunoalérgicas no Brasil – Reflexões e Propostas para a Melhoria", que aponta as principais carências e necessidades no Sistema Único de Saúde, o nosso SUS, na assistência a pacientes com doenças alérgicas e imunodeficiências.

Dentre as prioridades, destacam-se as alergias às proteínas do leite de vaca, principal alérgeno alimentar em nosso meio. Esse documento foi apresentado e discutido em reunião presencial na Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde, tendo sido apresentadas pela Asbai as seguintes propostas para realização em parceria com o Ministério da Saúde:

1º. Criar diretrizes clínicas e terapêuticas baseadas em evidências científicas para o manejo diagnóstico e terapêutico no SUS;

2º. Possibilitar o acesso aos exames diagnósticos para investigação de sensibilidade, IgE específica, que são os testes cutâneos, os métodos laboratoriais e os testes de provocação, porque esse é o padrão ouro para o diagnóstico de alergias alimentares;

3º. Capacitar profissionais de saúde e estruturar serviços da rede do SUS para a realização de testes de provocação oral;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

4º. Elaborar um caderno de atenção básica sobre alergia alimentar para capacitação de profissionais de saúde em ações de prevenção e cuidados na atenção primária para pacientes com alergias alimentares.

À semelhança do que ocorre em todo o mundo, existe em nosso País uma necessidade urgente de conscientização da doença, seus principais sintomas, tratamentos possíveis e a orientação nutricional. Cabe aos médicos o preparo para o correto diagnóstico e instituição terapêutica mais adequada. Cabe à escola e aos estabelecimentos comerciais cuidados para que não haja reações por ingestão indevida de potenciais alérgenos, bem como o conhecimento básico em caso de transgressões acidentais.

É necessário que as informações sejam acessíveis à população sobre quando pensar em alergia alimentar e o correto profissional a quem recorrer.

Assim sendo, consideramos a instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar uma iniciativa necessária e oportuna, que irá contribuir em muito para o somatório de esforços que vem sendo desenvolvido por sociedades médicas, instituições de saúde e associações de pacientes e familiares, em prol da melhoria da assistência médica e qualidade de vida dos nossos pacientes com alergia alimentar.

Parabenizamos a Senadora Maria do Carmo Alves pela iniciativa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Com a palavra a Drª Renata Alves Monteiro, Professora do Departamento de Nutrição e Pesquisadora associada ao Observatório de Políticas de Segurança Alimentar da Universidade de Brasília, representante da Drª Renata Pinotti, Mestra em Nutrição Humana Aplicada pelo ProUni/USP.

A SRª RENATA ALVES MONTEIRO – Boa tarde a todos!

É um prazer e uma honra estar aqui nesta Mesa, nesta audiência pública, discutindo a questão da alergia alimentar e o impacto dela no processo de conscientização para que a gente tenha uma sociedade, inclusive, mais justa e equânime.

A questão da energia alimentar hoje é um problema. Como as colegas que me antecederam comentaram, a gente tem aumentado o número de diagnósticos, mas também tem aumentado o número de pessoas com alergia. Está associado a uma alteração que temos vivido, inclusive, na nossa sociedade em relação à nossa exposição a esses alérgenos.

O que é importante a gente pensar? Que a alimentação é um elemento central para que as pessoas se relacionem, inclusive. A gente, quando vai comer, se senta à mesa, partilha momentos. E esse espaço da alergia traz uma série de condições para essas pessoas que sofrem da alergia.

Como nutricionista, que lido com a alimentação de crianças e adolescentes, como professora em formação de nutricionistas na Universidade de Brasília, mas também como alérgica e como mãe de três crianças alérgicas, digo para vocês que não é simples. Não é simples ser um alérgico numa sociedade que está acostumada a banalizar as situações e as condições que a gente tem.

Quando eu descobri a alergia dos meus filhos, há quatro anos, a alergia já os tinha colocado em condições, às vezes, muito desfavoráveis. Adoeciam com muita frequência. Hoje, a gente tem um diagnóstico. As pessoas conhecem mais o processo diagnóstico, mas eu digo para vocês que assumir, ter o diagnóstico da alergia faz com que nós, como mãe, como profissional de saúde, às vezes, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coloquemos em situações... "Bom, o que a gente faz agora?" Ao mandar o filho para a escola, o que a gente tem de fazer para que o meu filho saiba e, na verdade, como a escola pode lidar com a questão da alimentação nesse ambiente? Eu digo para vocês o quanto é importante a gente ter uma semana de conscientização, o quanto é importante a gente discutir, como sociedade, a responsabilidade de cada um de nós por uma qualidade de vida melhor de cada uma das pessoas, dos cidadãos em formação. Quando os meus filhos foram para a escola com alergia, inicialmente, as pessoas até diziam assim: "Não, não tem problema. É só um pouquinho. Não tem problema." Um deles tem alergia a leite de vaca. "Não tem problema; não tem leite, só tem manteiga." Às vezes, é isso.

Quando a gente tem um processo, uma semana de conscientização, a gente tem uma sociedade mais disposta a discutir qual é o impacto de cada um dos atores. A responsabilidade de uma criança alérgica não é só da mãe, não é só do pai; é da família como um todo, é da nossa sociedade, é da escola, é do profissional que acompanha. A gente precisa discutir mais os impactos da alergia sobre a vida e a qualidade de vida das pessoas. Não basta dizer para a criança que é só ela não comer. Quando uma criança vai a uma festa de aniversário de criança, ela não sabe se lá... Normalmente, o que eu, como mãe, fazia? "Ah, vou mandar lanchado para não ter perigo de ter que comer." Mas as crianças em si insistem umas com as outras: "Coma só um pouquinho. É tão bom, é tão gostoso!" O meu filho precisa estar preparado para dizer não e sim, mas também a gente tem de estar preparado para dizer até que ponto a gente não é responsável por esses espaços em que as crianças... Imagina eu chegar lá e ter de dizer... Não, ela tem de ter controle sobre as coisas. É isso.

A partir do momento em que a gente tem uma semana de conscientização da alergia alimentar, a gente não vai deixar a discussão só no âmbito individual do cuidado. A gente vai começar a discutir isso de maneira responsável com os serviços de saúde, com o SUS, o quanto os profissionais de saúde têm de saber manejar, saber orientar. A gente vai ter famílias que vão ter o processo de respeito e de acolhimento dessa criança. Às vezes, é necessário, sim, a gente fazer modificações na alimentação, porque, às vezes, a criança consome o alimento naquele espaço. Ela é orientada a saber quando dizer sim e quando dizer não, mas a gente sabe que não adianta uma criança estar preparada se a sociedade não estiver preparada para recebê-la e acolhê-la. Eu acho que a semana traz essa necessidade de a gente reconhecer que a alergia alimentar, sim, é importante no processo de adoecimento, mas também é importante no processo de acolhimento.

Se a gente reconhece a alergia alimentar como fazendo parte do cotidiano de boa parte das crianças hoje em dia... Quando eu era criança, haver uma criança na sala que tinha alergia alimentar não era tão comum. Hoje, não; isso é comum. E as pessoas precisam saber que essa questão precisa ser escolhida, precisa ser debatida no espaço da escola, no espaço da universidade, para os profissionais saberem manejar isso mais adequadamente, e principalmente saber que essa não é só uma responsabilidade da família, não é só uma responsabilidade da mãe. É muito fácil a gente botar a responsabilidade em cima de alguém. Então, geralmente é isto: ou foi a criança que não soube manejar ou é a mãe que não sabe manejar.

Mesmo eu sendo nutricionista, no dia em que saí do consultório com o diagnóstico de alergia alimentar, eu fiquei pensando: bom, como eu vou fazer agora? Eu fico pensando que, se eu, como nutricionista, que aprendi na universidade como fazer alteração na minha alimentação, modificações de técnicas dietéticas para substituir o ovo, para substituir o leite, substituir a castanha, substituir os alimentos que eram alergênicos para os meus filhos, imagine uma mãe que não tem formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alguma. Eu passei bastante tempo tentando fazer esse processo de adequação até chegar ao ponto de hoje, quatro anos depois do diagnóstico, conseguir manejar isso melhor na minha casa. Para mim, na minha casa, onde todos são alérgicos, os meus filhos são alérgicos, é mais simples. Eu excluí da dieta da minha família os alimentos e fiz substituições, mas isso não é tão simples para as pessoas que não têm essa informação. E a gente precisa discutir sobre isso. A gente precisa dizer assim: não é só não comer. A responsabilidade é de todos nós.

Se vamos assumir a alergia alimentar como problema de saúde pública, como vamos desenvolver estratégias de suporte e apoio a essas famílias de crianças alérgicas e de adultos alérgicos? Eu digo para vocês que, mesmo sendo adulta, sendo nutricionista, muitas vezes para mim não é fácil; imaginem para uma criança ou para uma pessoa que não tem informação adequada.

Então, por meio de todo diagnóstico, há uma série de significados. E qual é o significado de uma criança chegar a uma festa de aniversário e não poder comer um alimento? A gente tem de começar a assumir o que é preciso fazer para que a gente consiga ter menos exclusão, fazer processos de acolhimento dessas crianças com alergia, das pessoas com alergia, porque isso é, de fato, uma realidade hoje presente na nossa sociedade. E a gente tem aí como questão de saúde pública, como questão de saúde, inclusive, mental, em que as pessoas precisam reconhecer a questão da alergia como um problema que precisa ser trabalhado.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Com a palavra a Drª Érika Campos Gomes, Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/São Paulo. V. Sª tem a palavra por dez minutos.

A SRª ÉRIKA CAMPOS GOMES – Obrigada. Boa tarde a todos.

Como a Senadora acabou de colocar, eu sou psicóloga clínica, mestre em Psicologia Clínica pela PUC de São Paulo e, desde as minhas pesquisas de mestrado, eu venho focando na temática da alergia alimentar. Nesse mestrado, eu investiguei as implicações da alergia alimentar na vida das famílias com crianças alérgicas e na relação fraterna. Atualmente, no doutorado, eu tenho uma parceria com a Allergy UK, que é uma organização do Reino Unido de apoio a famílias com crianças alérgicas para o desenvolvimento e avaliação de um programa de conscientização da alergia alimentar em escolas.

Eu venho, neste momento, ampliar a nossa discussão, trazendo uma reflexão sobre os impactos psicossociais da alergia alimentar na vida das pessoas alérgicas, mas, em especial, na vida das famílias com crianças alérgicas, porque cabe a essas famílias – pais, mães e, inclusive, os irmãos – lidar com o gerenciamento da alergia alimentar, como a doutora já colocou, que é evitar o contato com o alérgeno e também estar sempre vigilante em caso de identificação de sintomas de uma reação por uma exposição acidental.

A literatura internacional a respeito desse tema nos coloca que o enfrentamento da alergia alimentar está associado ao aumento do sofrimento psíquico e à diminuição de qualidade de vida tanto das crianças quanto dos pais – em especial, dos pais, porque cabe a esses a responsabilidade de manter essa dieta e de manter essa criança segura e sem reação.

Mas, como hoje a gente conta com essa pesquisa de mestrado, de que já falei anteriormente, que realizei pela PUC de São Paulo, que é recente, de 2017, e que foi feita com mães brasileiras de crianças brasileiras alérgicas, eu vou me concentrar nesses resultados para a gente tentar compreender melhor como as nossas famílias aqui no Brasil vivenciam esses impactos da alergia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alimentar, para ver como a gente pode fazer para compreendê-las melhor e de que forma a gente poderia auxiliá-las.

O título da pesquisa é "Alergia alimentar em crianças: implicações na vida familiar e no relacionamento fraterno". Os cinco principais resultados estão elencados nesse eslaide, que, primeiro, tem a ver com as especificidades das rotinas diárias. A rotina diária da família é afetada significativamente, mostrando que a família tem uma vida completamente organizada em torno da alergia alimentar, e isso vai de encontro a dados internacionais, que colocam que a rotina diária é realmente um aspecto da vida das famílias, que é extremamente impactada.

Essa necessidade da imposição dessa restrição alimentar, da dieta, desse não poder comer determinado alimento traz algumas consequências para a família. São quatro consequências que podem acontecer, de acordo com o que a gente verificou na pesquisa.

Conflitos internos. O que seria isso? São sentimentos maternos de medo, tristeza, raiva e culpa diante da responsabilidade da imposição, de dizer "não" para essa criança, de dizer: "Olha, não dá, você não pode comer."

Conflitos com a família nuclear. O que é a família nuclear? Marido, esposa, filhos, essa família mais próxima, porque nem sempre se tem o mesmo direcionamento em como lidar com a alergia dentro do ambiente familiar ou mesmo social.

Conflitos com a família extensa, que seriam avós, tios, primos, porque eles têm uma dificuldade na compreensão e de colaboração, o que pode gerar uma modificação no relacionamento com esses familiares, sendo possível um afastamento.

E o sentimento de conviver com o risco que permeia essas mães dessas crianças, que é o sentimento de estar sempre com medo de acontecer uma reação acidental, com receio de que a reação aconteça e que ela não consiga identificar em tempo hábil para aplicar a medicação. Então, é um sentimento que permeia muito essas mães.

Só que hoje, como a gente está aqui buscando trabalhar a partir dessa questão da conscientização, eu vou me atentar a esses dois últimos resultados que se referem aos conflitos com a família extensa e o conviver com o risco. Por quê? Porque, quando colocamos foco nesses dois últimos resultados que são os conflitos com a família extensa e o conviver com o risco, o que eles evidenciam? Entrelaçando isso com dados internacionais, há, de fato, uma dificuldade de compreensão e de colaboração dos familiares, dos amigos, da sociedade de uma forma geral, sendo que esses chegam inclusive a oferecer o alimento proibido para a criança por não acreditarem que isso é real, por acharem que é frescura, porque é uma dieta, é um modismo. Muitas vezes eles acabam colocando a criança em risco de maneira desnecessária. Isso faz com que eventos sociais para essas famílias sejam extremamente ansiogênicos, tanto antes quando durante o evento, porque antes eles ficam ansiosos, pensando como vai ser o evento, se alguém vai oferecer o alimento para a criança, se a criança vai estar segura durante o evento, o que coloca a família, muitas vezes, em uma situação delicada, porque ela precisa escolher entre manter o contato com a rede social próxima, o contato social, e proteger a criança. O que acaba muitas vezes acontecendo é que, se não há colaboração desses amigos, desses familiares, a família acaba optando por se afastar, tanto da rede social próxima quanto de eventos sociais mais ampliados, o que contribui para o aumento do isolamento social dessa família, que pode virar uma característica marcante das famílias com crianças alérgicas, lembrando que o isolamento social de longo prazo está associado com o sentimento de depressão e ansiedade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mesmo em festas de aniversário, festas de pijama, situações em que a criança poderia participar de uma maneira autônoma, os pais não autorizam essa participação. Por quê? Porque há uma dificuldade em encontrar um adulto nesse ambiente que se responsabilize pela manutenção dessa dieta e se responsabilize também por observar se a criança está tendo algum sintoma de uma reação acidental.

Outro fator que é importante quando a gente evidencia esses conflitos de conviver com o risco é com relação à escolarização. Muitas vezes, os pais adiam a escolarização dos filhos em virtude da falta de preparo da escola em lidar com as crianças alérgicas tanto no sentido de manter a integridade física, evitando contato com o alérgeno, quanto no sentido de propor práticas e atividades pedagógicas que sejam de fato inclusivas, mesmo naquelas atividades que envolvam os alimentos. E, mesmo quando as crianças precisam frequentar a escola – afinal uma hora elas precisam ir, graças a Deus –, esse sentimento de viver com risco permeia esse momento de enviar a criança para a escola e de a criança estar na escola diante desse despreparo, às vezes, da equipe escolar.

Dados internacionais nos apontam que cerca de 16% a 18% das crianças com alergia alimentar apresentam uma reação alérgica no ambiente escolar. Além do mais, se a escola não realiza uma inclusão de fato, aumenta o sentimento dessas crianças alérgicas de se sentirem diferentes, e elas começam a se sentir excluídas, fatos esses que contribuem para o aumento do *bullying,* que também é comum em crianças alérgicas. Dados internacionais apontam que um terço das crianças com alergia alimentar sofrem *bullying* em função da sua condição. Então, todos esses dados apontados pela pesquisa e que os dados internacionais também apresentam mostram-nos que há realmente uma dificuldade de entendimento, de compreensão e de apoio da sociedade como um todo, tanto do círculo social mais próximo, familiares, amigos, quanto da sociedade de uma forma geral.

E o que podemos concluir com isso? É que, para o estabelecimento de um ambiente seguro para essa criança – e também para o adulto, mas em especial para a criança, porque ela não consegue gerir isso de uma maneira autônoma –, os pais precisam dessa parceria com os familiares, precisam da parceria com os amigos, precisam da parceria com a sociedade como um todo. Para quê? Para garantir a proteção dessa criança, para garantir uma melhoria de qualidade de vida para ela e também para garantir um pleno desenvolvimento, porque, pelo pouco que a gente colocou aqui sobre os impactos, a vida social dessa criança é muito impactada. Ela tem poucas vivências autônomas, ela tem vivências sociais extremamente limitadas, o que não...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÉRIKA CAMPOS GOMES – ... contribui para o pleno desenvolvimento dela.

Então, essa interdependência, que até já foi colocada aqui na mesa, da família com a sociedade, com os outros, com as outras pessoas, e que é causadora de conflitos, porque gera conflitos se a pessoa não dá o suporte, se a pessoa não apoia, se oferece o alimento, pode ser fortalecida através de trabalhos de conscientização. E daí a importância de se ter uma Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar, porque ela pode contribuir para o aumento da informação, o aumento da compreensão das pessoas, aumento de empatia da sociedade, da cooperação das pessoas no sentido de estabelecer uma parceria de fato com as pessoas alérgicas, com as famílias com crianças alérgicas, para que elas possam ter uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida e diminuir os impactos.

Eu sei que eu dei uma geral sobre o impacto. Na verdade, é extremamente complexo o impacto da alergia alimentar, porque são "n" aspectos da vida das crianças alérgicas, das famílias das crianças e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos adultos alérgicos que são impactados, mas eu quis dar uma geral para vocês. O nosso tempo é curto.

E é isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, Senadora Maria do Carmo Alves, Drª Renata, Drª Marta, Drª Fernanda e Drª Érika Gomes, eu sou médico e eu não sei se alguma de vocês é médica. A Marta é médica.

Então, é claro que essa alergia por alimento, sem dúvida nenhuma, deve ser a mais comum, mas existem alergias de uma gravidade até maior, alergias a veneno, a inseto, que levam à edema de glote, que é o pior sintoma. Se a pessoa não for socorrida com adrenalina, hidrocortisona a tempo e a hora, essa pessoa, a não ser que faça uma traqueostomia, vai a óbito. Então, é uma coisa importante.

Eu acho que a tarefa de conscientizar a sociedade da importância desse tema é hercúlea, porque as pessoas tendem a ignorar isso, até porque os sintomas são diferentes e a gravidade também é diferente. Algumas pessoas apresentam uma coceira, uma coisa urticariforme, começa a empelotar, e há situações, o chamado choque anafilático, em que a pessoa, se não socorrida, não vai resistir e acaba morrendo por asfixia, parada respiratória, enfim.

Mas eu acho que o grande trabalho... E aí eu quero parabenizar... Aliás, a Senadora Maria do Carmo Alves fala muito pouco na Casa, mas ela é realmente uma pessoa incrível, porque ela traz temas importantes que as pessoas não costumam debater no dia a dia.

Acho que a ideia de você ter uma semana de conscientização de que isso é muito mais grave do que se imagina é, sem dúvida nenhuma, uma ideia brilhante. É importante, sobretudo nas escolas, eu acho, porque, muitas vezes, a escola pública não tem outra alimentação para oferecer à criança, e a criança fica realmente sem alternativas de alimentação. É uma situação bastante desigual.

Então, o tema é importante, mas é complexo. Ele não é um tema simples, porque as pessoas tendem, como eu já disse e vou repetir, a ignorar, achando que isso é uma coisa passageira, vai tomar uma hidrocortisona, e aquilo vai sumir. E há um detalhe: há determinados medicamentos – eu não falei – que também causam realmente alergia. E aí é um caso muito grave, como o da penicilina por exemplo. É por isso que se faz teste antes de se tomar penicilina porque é uma coisa muito importante.

Agora, é difícil mesmo. Como levar uma criança a uma festa de aniversário? É preciso avisar o dono, quem está promovendo o aniversário e dizer: "O meu menino, ou a minha menina não pode comer tais e tais alimentos". Porque a criança vai mesmo ingerir aquilo e, às vezes, ela nem sabe que dentro daquele alimento há ingredientes que podem causar uma alergia extremamente grave.

Então, eu parabenizo... Eu não tenho perguntas, a não ser dizer que, se a Senadora Maria do Carmo quiser estabelecer esta semana, podemos contactar aqui na Casa mesmo e instituir a semana do cuidado com a alergia.

Eu só ampliaria, não colocaria só a questão alimentar, porque existem outras formas de alergia também graves a medicamentos, a venenos, e principalmente a insetos. Essa é uma colocação que faço só no sentido de contribuir, porque elas exauriram realmente o tema.

É claro que o tema proposto aqui foi alergia a alimentos. Então, elas não adentraram ao tema de medicamentos e venenos. Mas isso porque o tema era restrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu penso – e vocês sabem disso – que o tema de alergia é mais amplo do que só o da alergia alimentar. Eu concordo que a alergia alimentar, por estar mais próxima, é muito mais frequente, mas existe um tipo de alergia que não é menos grave que a alergia alimentar.

Muito obrigado e parabéns pela exposição!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Pode sim.

A SRª MARTA DE FÁTIMA RODRIGUES DA CUNHA GUIDACCI – Senador, muito obrigada pelas suas palavras. V. Exª é meu colega de profissão.

Na verdade, como especialista em alergia e imunologia, eu gostaria que houvesse uma semana para cada uma dessas patologias.

Então, a gente já tem a Semana da Asma, a Semana da Urticária. Eu acho que realmente são temas bastante importantes, mas acho que a gente tem de dar muita atenção à alergia alimentar, porque, como o senhor comentou, o espectro clínico da alergia alimentar é muito grande. Pode ir desde uma alergia oral, uma dermatite ao redor da boca, até uma anafilaxia, que é uma reação grave, potencialmente ameaçadora a nossa vida.

Então, realmente o ideal seria que a gente tivesse uma semana de conscientização da alergia alimentar; uma semana para alergia aos insetos, que a gente chama de himenópteros – abelha, marimbondo, vespa, formiga – e que é bastante importante; uma outra semana para alergia a medicamentos...

Nos Estados Unidos, na Europa muitas pessoas usam braceletes. Até aos meus pacientes eu peço para que mandem fazer... Alguns fazem até tatuagem e tudo. Mas não é a norma no Brasil a gente se ater a isso. Quando chega um paciente com traumatismo por causa de um acidente automobilístico, as pessoas não se atêm ao fato de a pessoa ter alguma alergia a medicamento. Então, eu acho que seria uma ótima proposta a gente também ter uma semana de alergia a medicamentos.

Outro ponto de que a Fernanda falou e que é muito importante é da falta de adrenalina autoinjetável, porque ela salva uma vida. Uma pessoa que está, às vezes, a menos de cinco minutos de um atendimento emergencial, infelizmente, vai a óbito. Se ela tivesse uma canetinha de adrenalina autoinjetável... Eu prescrevo para os meus pacientes, e eles tem de comprar pelo Google, tem de passar pela Anvisa... Há uns números em São Paulo. Antes a gente tinha nas lojas dos alérgicos e hoje a gente não dispõe disso.

Então, realmente eu acho que essa é outra batalha. Nós da Sociedade de Alergia gostaríamos de que realmente vocês nos ajudassem e aos nossos pacientes, para que eles tivessem a disponibilidade dessa adrenalina autoinjetável, porque, em uma situação emergencial, às vezes, estando em uma fazenda, longe da assistência médica, realmente nossos pacientes podem ir a óbito. E muitas pessoas não podem comprar. Porque essa adrenalina autoinjetável tem um custo muito alto, R$700, R$900, uma, duas, às vezes, três doses. Realmente, o paciente gasta muito dinheiro e vence. Eu até falo para o paciente: "Graças a Deus, venceu e você não precisou de usar."

Esses são outros aspectos que eu gostaria de colocar aqui para serem debatidos também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só não coloquei a adrenalina, porque eu sei dessa dificuldade, mas o ideal realmente no edema de glote é...

A SRª MARTA DE FÁTIMA RODRIGUES DA CUNHA GUIDACCI – É o que salva a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

16ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vai salvar uma vida.

A SRª FERNANDA MAINIER HACK – Posso complementar?

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Pode sim.

A SRª FERNANDA MAINIER HACK – Eu queria agradecer também a contribuição do Senador e dizer que na Semana Nacional de Conscientização da Alergia, o primeiro dia é o Dia da Anafilaxia, de conscientização da anafilaxia, e a gente pega todas as causas de anafilaxia, não só o alimento. É isso.

A SRª RENATA ALVES MONTEIRO – Eu queria agradecer a possibilidade de a gente estar aqui discutindo isso e mais uma vez levantar a questão de que é importantíssimo... Os problemas de saúde são questões que precisam ser debatidas na sociedade.

E a questão da alergia alimentar é uma questão que é emergente para a gente discutir, e é importante que a semana nos traga essas várias possibilidades. Quando a gente teve a Semana Mundial da Amamentação no Brasil, isso trouxe para debate as possibilidades de prevenção de desmame e da promoção do aleitamento materno.

Acho que essa semana nos traz de novo a necessidade em função de que a gente tem várias frentes para atuar, e o processo conscientização não só das famílias, de como manejar a alergia de seus filhos, mas também de como essa sociedade pode ajudar e dar suporte, seja por meio da rotulagem adequada, seja por meio do acolhimento dessas crianças com processos alérgicos, sobre o debate dessas temáticas tanto na mídia quanto nas escolas, que faz com que a gente realmente faça um acolhimento de maneira mais adequada de todas as crianças com processos alérgicos.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Eu gostaria de agradecer a todas as expositoras, agradecer ao Senador Waldemir Moka, que é médico e nos esclareceu também muitas questões. Isso é importante para nós, que somos leigos na matéria, entendermos a diversidade da alimentação. Aprendemos muito com a exposição de vocês aqui. É uma coisa simples a alimentação, mas é extremamente importante a gente se inteirar da problemática toda que ela pode nos trazer. Isso é muito importante.

Eu quero agradecer a presença das expositoras e de todos os que participaram aqui.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Romero Jucá, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Hélio José, Ângela Portela, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta e Cidinho Santos. Registram a presença os Senadores José Medeiros e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Benedito de Lira e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 12ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição das emendas nº 2-S a 5-S, oferecidas em Turno Suplementar. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa" Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ a 6-CCJ. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determina outras providências, para dispor sobre condições de elegibilidade para servidores públicos ativos e dirigentes sindicais." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão contrário ao Projeto. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aplicar aos partidos políticos as normas legais sobre responsabilidade objetiva e compliance e estimular no plano interno código de conduta e programa de integridade e auditoria." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências." Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima. Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de Crimes Hediondos – para agravar os critérios para a concessão de progressão de regime a condenados por crime hediondo ou equiparado." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ (de redação). ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2017 - Não Terminativo - que: "Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro." Autoria: Deputado Valtenir Pereira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Observação: Matéria retirada de Pauta para atender ao RQJ nº 15, de 2018, de Audiência Pública para instruir a matéria, de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal." Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ (de redação). Observação: Aprovada a apresentação de Requerimento de Urgência da matéria para o Plenário do Senado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2018 - Terminativo - que: "Estabelece normas gerais sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para subsidiar a estruturação de empreendimentos no âmbito da Administração Pública." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2017 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, ao descaminho, ao furto, ao roubo e à receptação; altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 6.437, de 20 de agosto de 1977; e dá outras providências." Autoria: Deputado Efraim Filho. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCJ a 3-CCJ. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências." Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 15 de 2018 - "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS nº 580, de 2015, que “altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção”, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério Extraordinário da Segurança Pública; 2. Representante do Departamento Penitenciário Nacional; 3. Representante do Conselho Nacional de Justiça; 4. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil; 5. Representante do Ministério Público do Trabalho; e 6. Representante do Conselho Nacional do Ministério Público." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 16 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2018." Autoria: Senador José Pimentel. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 24.

Srs. Senadores, estropeado de guerra, passei um período fora desta Comissão, licenciado em razão até de um acidente do qual fui vítima.

A ela retorno, tendo de agradecer, em primeiro lugar, ao Senador Antonio Anastasia, que me substituiu nesse período, Vice-Presidente que é S. Exª, com absoluta competência, a responsabilidade de sempre e a dedicação que todos nele reconhecemos.

A ele, portanto, os meus melhores agradecimentos por tudo o quanto pôde fazer no curso desses meses, adiantando e provendo a pauta de votação desta Comissão.

Eu agora retorno, ainda que de cadeira de rodas, mas no cumprimento do meu dever, e prosseguiremos com os trabalhos desta importante Comissão técnica do Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer as palavras de V. Exª e reiterar a nossa felicidade por tê-lo novamente aqui, com sua experiência, com sua simpatia sobretudo, e feliz em vê-lo recuperado, tendo em vista o acidente que sofreu, lamentavelmente, mas, graças a Deus, está 100% recuperado e pode retomar aqui a condução dos trabalhos, onde tive a oportunidade de substituí-lo, mas sempre sob a sua inspiração, e com os comandos e a orientação que recebia de V. Exª, que sempre me foram muito caros. Com muito respeito e estima, exerci interinamente a função de presidente e continuo inteiramente à disposição e às ordens de V. Exª. Continuamos trabalhando para o bem desta Comissão e do Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Anastasia, pelas palavras tão amáveis e generosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ao tempo também em que saúdo o retorno de V. Exª, dando-lhe as boas-vindas à sua Casa, à Casa que V. Exª preside, e considerando que não temos quórum para deliberação de temas terminativos, queria propor a V. Exª que nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta e pudéssemos deliberar sobre temas não terminativos até que nós tenhamos quórum, propondo, inclusive, um projeto de que sou Relator, que é o item 15, que determina o registro de veículo para guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, de autoria do Deputado Otávio Leite, que transita nesta Comissão já há alguns meses. É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª é Relator dos itens 12 e 15. Já começaremos com o 12, do qual V. Exª é Relator.

Em seguida, passaremos aos demais itens da pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Na mesma linha do Senador Ricardo Ferraço, também sou Relatora de um item não terminativo, o item 23. Vamos seguir a sequência que V. Exª, com muito cuidado e muito senso de justiça, está fazendo, presidindo a Comissão.

Também, como o Senador Anastasia o fez, gostaria de desejar um bom retorno, que a recuperação seja a mais rápida possível e que possa se locomover sem a necessidade de ajuda de uma cadeira ou de uma bengala. V. Exª aqui faz um papel extremamente relevante. Esta é uma Comissão fundamental no Senado Federal.

Bom retorno.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento.

Autoria: Deputado Carlos Manato.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço,

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a ´palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, submete-se, nesta oportunidade, ao crivo desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 76, de 2016, que altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, de autoria do Deputado Carlos Manato, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, para permitir a sustentação oral do pedido de liminar na sessão de julgamento perante os Tribunais.

Composto de três artigos, o projeto foi apresentado, em 26 de abril de 2016.

Nos termos do seu art. 1º, ao indicar o objeto da lei e o seu âmbito de aplicação, o projeto passa a permitir sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento do mandado de segurança.

O art. 2º do projeto busca alterar o caput do art. 16 da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 (Lei do Mandado de Segurança), para que se obrigue o relator do processo, nos casos de competência originária dos tribunais, à concessão da oportunidade aos advogados das partes envolvidas a realização de sustentação oral na sessão de julgamento do pedido de medida liminar em mandado de segurança.

A cláusula de vigência, prevista no art. 3º do projeto, institui que a Lei decorrente da eventual aprovação da matéria entre em vigor na data de sua publicação.

Nos termos da justificação da proposta, enfatiza o proponente que a alteração buscada pelo projeto tem por finalidade incluir o direito à sustentação oral, no âmbito dos tribunais, quando houver pedido de medida liminar em mandado de segurança sujeito à apreciação do plenário. Cita, por exemplo, a necessidade de se conceder aos advogados a faculdade de sustentar oralmente as suas razões quando as liminares em mandado de segurança, em face da sua importância, são apreciadas pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal por decisão do Ministro relator.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto em análise, no nosso modestíssimo juízo, não apresenta vício de regimentalidade e também não apresenta vícios de constitucionalidade. Portanto, nós estamos relatando favoravelmente, na forma pela qual essa proposta foi encaminhada a esta Comissão para aprovação e deliberação.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2016, apenas com a ´presente emenda de redação:

> EMENDA Nº -CCJ
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 76, de 2016, a seguinte redação:
> Altera o caput do art. 16 da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, para permitir a defesa oral do pedido de liminar na sessão de julgamento do mandado de segurança.

É como relatamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro esta fase da apreciação.

Em votação o relatório favorável ao projeto, com a emenda de redação que apresenta o Relator.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2014

- Não terminativo -

Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais.

Autoria: Deputado Otavio Leite

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: - *a matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2014, que "determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais".

O projeto é redigido em seis artigos, sendo que o primeiro enuncia seus objetivos; o art. 2º determina que os guias de turismo devam registrar apenas um único veículo junto aos órgãos competentes nas três esferas da Federação e que estes não podem ter apenas duas portas e tampouco terem sido fabricados há mais de cinco anos.

O art. 3º permite que o órgão que registrou o veículo realize vistorias extemporâneas, enquanto o art. 4º determina que compete a seu proprietário descadastrar seu veículo junto aos órgãos mencionados, em até quinze dias de sua eventual venda. O art. 5º determina critérios para prestação do serviço de "guia-motorista".

Por fim, o último artigo dispõe que a lei eventualmente decorrente tenha vigência imediata.

A proposição pretende promover uma maior inclusão dos guias de turismo nas programações turísticas, bem como ampliar as alternativas de transporte, a fim de atender às atividades do setor. Ao mesmo tempo, ao reconhecer a importância da atividade prestada pelo guia turístico, propicia ao prestador de serviços de turismo atuar na formalidade, permitindo-lhe utilizar veículo próprio no desempenho de sua função, em conformidade com as condições impostas pelo Poder Público, medida que, segundo a justificação, teria o condão de estimular o crescimento do setor e, portanto, a geração de oportunidades.

O projeto foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), não tendo havido, até o momento, a apresentação de emendas.

É relevante destacar que a exigência de registro de veículo para o desempenho da atividade de guia de turismo está em conformidade com a nossa Constituição, à luz do que dispõe o seu art. 5º, XIII, que garante o livre exercício da atividade laborativa, atendidas as qualificações profissionais previstas em lei.

No que concerne ao turismo, o art. 180 da Constituição Federal prevê que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico". Desse modo, revela-se viável aos quatro entes federados o exercício concomitante da atividade fiscalizadora. Da mesma forma, a necessidade de registro de veículo, na forma da proposição, apenas reforça o controle da atividade do turismo, tendo o objetivo, em última análise, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evitar o transporte clandestino de passageiros em veículos impróprios, portanto, disciplinando, estabelecendo regras muito equilibradas, a meu juízo, para que essa atividade profissional, que é geradora de oportunidades, possa ser desenvolvida, mas com qualificação, proporcionando segurança a quem contrata esse tipo de serviço.

Por essas razões, Sr. Presidente, nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade do PLC nº 23, de 2014, e, no mérito – não apenas nas questões materiais, mas também no mérito, nas questões formais –, por sua aprovação.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, o Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – O Item 19 é não terminativo. É um projeto de resolução de autoria da CAE. Sou o Relator. Se V. Exª puder pautá-lo, estou pronto para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Pimentel, com todos os merecimentos que exibe e por uma questão de premonição, eu já havia colocado, neste instante, na pauta esse projeto a que V. Exª se refere.

ITEM 19

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel para proferir seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 5, de 2018, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que altera a Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal.

Análise.

No tocante ao mérito, cabe registrar que, indiscutivelmente, a iniciativa caminha no sentido de aperfeiçoar o funcionamento da IFI que, segundo a Resolução nº 42, de 2016, que a instituiu, tem a finalidade de *divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários; analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente; mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial; e projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.*

Ou seja, trata-se de fazer cumprir, efetivamente, as razões que levaram esta Casa a criar esse importante órgão para o seu assessoramento.

Com essa providência, teremos, a cada semestre, na Comissão encarregada de estudar os temas econômicos, um debate profundo sobre os rumos das finanças públicos, permitindo que esta Casa possa, com essas informações desempenhar de forma mais adequada a sua missão institucional de fiscalização do Poder Executivo.

Impõe-se, apenas, promover dois ajustes na proposição, para adequá-la aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, impõe-se alterar a respectiva ementa para que essa, na forma do art. 5º do diploma legal, explicite o objeto da proposição.

Em segundo lugar, cabe, de conformidade com a alínea "d" do inciso III do art. 12 da mesma Lei Complementar nº 95, de 1998, acrescer, ao final do artigo que se pretende alterar da Resolução nº 42, de 2016, as letras NR maiúsculas, entre parênteses.

Voto.

Do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2018, com as seguintes emendas de redação:

> EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Dê-se à ementa do PRS nº 5, de 2018, a seguinte redação:
> Altera a Resolução nº 42, de 1º de novembro de 2016, para estabelecer que, até o encerramento de cada semestre, a Instituição
> Fiscal Independente apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a evolução do quadro fiscal brasileiro.
> EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Acresça-se, ao final do artigo da Resolução nº 42, de 2016, que o PRS nº 5, de 2018, pretende alterar, as letras NR maiúsculas, entre parênteses.

Esse é o parecer ao projeto de resolução de iniciativa unânime da CAE, com a finalidade de permitir que a Instituição Fiscal Independente, a cada 6 meses, participe de uma audiência pública naquela Comissão, prestando esclarecimentos da situação fiscal e tributária brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas de redação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e nº 2 da CCJ, de redação.

A matéria vai ao plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, requeiro a urgência dessa matéria, porque a CAE tem muito interesse em que ela seja votada o quanto antes no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu consulto o Plenário sobre a solicitação, do Senador Pimentel, de urgência para essa matéria. (*Pausa.*)

Se não há objeção, aprovada.

A Comissão recomendará ao Plenário a urgência.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Cássio Cunha Lima, pela ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em reunião anterior dessa CCJ, já foi lido o relatório do item 10 da pauta; portanto, feita a leitura do relatório. Peço a inversão de pauta para que possamos votar de imediato o item 10, de cujo relatório, insisto, já foi proferida a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Presidência atenderá V. Exª e em seguida votará o item nº 23, do qual é Relatora a Senadora Ana Amélia.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 21/03/2018, a Presidência concedeu vista ao Senador Sérgio Petecão nos termos regimentais.

- Em 04/04/2018, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Sérgio Petecão, contrário ao Projeto.

Não estando presente o Senador Petecão, concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima para suas considerações finais.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, o projeto tem por objetivo promover um exemplo do setor público em relação a um País onde para sua população lhe é negado praticamente tudo. Nós temos um Brasil onde falta creche para as crianças pobres, falta remédio para os doentes e sobram despesas na manutenção do Estado de forma absolutamente exagerada.

A limitação do uso dos carros oficiais, os chamados carros chapa-branca, será uma medida moralizadora que vai ao encontro do anseio de uma população que está cansada de ver um País onde reinam privilégios e temos escassez de toda ordem.

Então, peço que compreendamos a atitude pedagógica dessa medida, para que outras iniciativas dessa natureza possam ser abraçadas. Naturalmente, nós temos condições de fazer, a partir desse exemplo simples, mas absolutamente pedagógico, o início da reforma do Estado brasileiro, de que todos nós tanto precisamos, para promover justiça na aplicação e no gasto devido do dinheiro público.

Portanto, careço aos meus pares a aprovação dessa medida moralizadora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem pretenda discuti-la, em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item nº 23: Projeto de Lei da Câmara nº 8...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, eu estou requerendo a urgência do projeto, por gentileza.

Se os Srs. Senadores estão de acordo, a Mesa, a Presidência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Pela ordem.) – Veja, eu não questiono o direito do Senador, até como Vice-Presidente da Casa, de requerer a urgência. Acho que o projeto é até meritório no que se refere à moralidade. Preocupa-me apenas qual é a consequência desse ato em relação às medidas a serem tomadas posteriormente.

Acho que o projeto pode ir para Plenário. Nós temos um recesso aí; conversaríamos com o Presidente logo em seguida. O que nós não podemos é trocar seis por meia dúzia ou seis por doze. Na realidade, hoje nós temos carros oficiais e temos servidores efetivos da Casa que cumprem essa missão. Nós precisamos de economia. Para economizar, nós faríamos o que com esses servidores e de que forma seriam alugados ou locados esses veículos?

Então, acho que o projeto é meritório, e é um direito do Parlamentar apresentar, discutir e votar. Agora, em vez de votar com urgência, sem saber se depois nós alcançaremos realmente o objetivo final, que é economia, que é transparência, que é moralidade, eu levaria esse projeto ao Presidente da Casa, num compromisso de pós-feriado, que é semana que vem, para verificar, conversar com os Líderes sobre qual seria a alternativa mais econômica, mais moralizadora. Porque também nós não podemos aprovar esse projeto, extinguir o uso dos veículos oficiais e ter mais despesas. Porque nós temos servidores efetivos da Casa, e aí nós teríamos também ou não aluguel, contratação ou não de veículos? Esse questionamento precisa ser feito antes de votarmos esse projeto.

De qualquer forma, é apenas uma observação que eu coloco para os pares. Não vou questionar nem votar contrariamente a qualquer tipo de urgência. É um ponto de interrogação que eu coloco em um projeto que é relativamente recente, chegou recentemente, e que, diga-se de passagem, não é nem de um Senador desta Casa; veio da Câmara dos Deputados, que não tem carro oficial, que não tem essa questão. Acho que essa é uma questão também interna do Senado Federal.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Simone, o projeto já foi aprovado por esta Comissão. Acaba de ser aprovado. V. Exª questiona, portanto, a urgência.

Eu gostaria de ouvir o Senador Cássio, mas antes o Senador Pimentel, a respeito do tema.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, as preocupações levantadas pela Senadora Simone Tebet efetivamente precisam de uma reflexão da Mesa Diretora do Senado Federal. Quando o Senado Federal resolveu extinguir o seu setor médico, nós enfrentamos idêntico debate. Na época, distribuímos 19 médicos para a Saúde da Família aqui do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distrito Federal, distribuímos os enfermeiros, os assistentes sociais, de maneira que aquela estrutura que nós tínhamos aqui, uma galeria só para isso, foi transferida para o Distrito Federal. E a avaliação que se tem é de que foi uma boa iniciativa aquela feita pelo Senado Federal.

Esta daqui é algo parecido. Evidentemente, se nós não tivermos o projeto de lei em um processo bastante adiantado, o Colégio de Líderes não terá os subsídios, e nem o Plenário, para tratar dessas preocupações que a nobre Senadora aqui levanta.

Como eu sou o 1º Secretário da Casa, eleito pelos meus pares, e tenho Cássio como nosso 1º Vice-Presidente e, como Presidente, o Senador Eunício Oliveira... A Comissão Diretora tem se debruçado sobre um conjunto de itens para a redução de custos; e vamos fazer um estudo também com esta aqui para trazer para os nossos pares e, consequentemente, subsidiá-los.

Por isso, vamos aprovar a urgência, porque ela permite que a Mesa Diretora também se antecipe nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é apenas para lembrar a esta Comissão que já existe um decreto presidencial que regulamenta a limitação do uso dos carros oficiais. A proposta não extingue os carros oficiais, apenas cria regras para a sua autorização, coibindo abusos que são conhecidos do povo brasileiro. Quantas vezes nós vimos carros oficiais em portas de supermercados, em colégios pegando crianças, fazendo serviços privados que não podem ser, naturalmente, aceitos?

Eu insisto: é uma medida moralizadora num país que está se transformando, num país que está mudando, numa sociedade que não suporta mais ver o Estado com tantos privilégios diante de uma sociedade com tantas carências. Sobram recursos para carro oficial no Brasil, mas falta dinheiro para creche; sobram recursos para carro oficial no Brasil, mas falta dinheiro para medicamentos para as pessoas. Então é preciso qualificar o gasto público, e esta, insisto, é uma medida pedagógica, que não resolve o problema, tenho plena consciência disso, mas que moraliza, ao disciplinar e limitar o uso abusivo de carros de representação, de carros oficiais, no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Cássio Cunha Lima, como disse no início, a Comissão já aprovou o projeto, apenas com uma observação, a meu ver oportuna, da Senadora Simone Tebet, quanto à urgência. De qualquer sorte, a urgência concedida por esta Comissão teria também de ser aprovada pelo Plenário do Senado Federal, do qual V. Exª é Vice-Presidente e o Senador Pimentel, 1º Secretário – veja V. Exª a robustez desta Comissão!

Eu indago se V. Exª mantém o seu pedido de urgência ou se faremos o que propõe a Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Diante do apelo de V. Exª e da Senadora Simone, eu retiro a urgência, não há problema. Eu retiro a urgência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu retiro a urgência. Não há problema no que diz respeito à retirada da urgência. Eu acato a ponderação de V. Exª e da Senadora Simone, mas vou pedir para que o Plenário se debruce sobre o tema e debatamos isso para que possamos começar a mudar de fato este País, como a população espera.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Quanto ao mérito, Senador, V. Exª tem o meu total apoio e o meu voto no plenário.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, ao descaminho, ao furto, ao roubo e à receptação; altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 6.437, de 20 de agosto de 1977; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Efraim Filho.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Muito obrigada, caro Presidente.

Colegas Senadores e Senadoras, o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2018, dispõe, de acordo com seu art. 1º, sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, ao descaminho, ao furto, ao roubo e à receptação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º da proposição acrescenta artigo no Código de Trânsito Brasileiro, prevendo a cassação do documento de habilitação bem como a proibição de obtê-lo, pelo prazo de cinco anos, no caso de condutor que se utilize de veículo automotor para a prática de receptação, descaminho ou contrabando, admitindo-se, no caso de flagrante, decisão judicial liminar para a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção. O novo artigo ainda prevê a possibilidade de o condutor condenado requerer a sua reabilitação.

O art. 3º determina que os estabelecimentos que vendem cigarros e bebidas alcoólicas deverão fixar ostensivamente advertência com os seguintes dizeres: "É crime vender cigarros e bebidas de origem ilícita. Denuncie!". O descumprimento dessa obrigação passa a caracterizar infração sanitária, com pena de advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa, estabelecida no art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, na forma proposta pelo art. 4º do PLC.

O art. 5º estabelece a possibilidade, em sede de processo administrativo, da extinção da pessoa jurídica que transportar, distribuir, armazenar ou comercializar produtos fruto de contrabando, descaminho, ou falsificados e veda a concessão de novo CNPJ à pessoa jurídica que tenha sócios ou administradores em comum com a que tenha sido extinta.

O art. 6º prescreve que, "no caso de produtos decorrentes de roubo ou furto apreendidos cuja propriedade não puder ser determinada ou não for reclamada no prazo de até um ano, será aplicada a pena de perdimento de bens, devendo ser incorporados ao patrimônio público, em conformidade com a legislação em vigor".

Finalmente, o art. 7º estabelece cláusula de vigência, que ocorrerá com a publicação da lei, exceto quanto aos arts. 3º e 4º, que entram em vigor 120 dias após.

Não foram apresentadas emendas a este projeto no prazo regimental.

Análise.

O PLC versa sobre direito penal e trânsito e transportes, matérias que se inserem no campo da competência legislativa da União, consoante disposição do art. 22, incisos I e XI, não havendo, no caso, reserva de iniciativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, ambos da Constituição Federal.

Não vislumbramos vícios relativos à constitucionalidade e à juridicidade ou relacionado com aspectos regimentais.

No mérito, o projeto estabelece normas de caráter administrativo que se somam às de natureza penal previstas na legislação, no esforço de prevenção dos crimes de contrabando, descaminho e receptação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nosso sentir, todavia, a proposição deve ser emendada para alcançar, também, os crimes de roubo e furto, sem os quais não ocorre a posterior receptação.

Outra emenda cabível é a que apresentamos para que a extinção da pessoa jurídica que transportar, distribuir, armazenar ou comercializar produto de crime seja uma decorrência certa e não mera possibilidade.

No mais, apenas ressalvamos a disposição do art. 6º do PLC, porque a destinação do produto do crime já está suficientemente regulada na legislação, no art. 91, inciso II, "b", do Código Penal.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, deste ano, com as seguintes emendas:

EMENDA nº -CCJ

Dê-se ao *caput* do art. 278-A, acrescentado à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2018, a seguinte redação:

> Art. 278-A. O condutor que se utilizou de veículo para a prática do crime de furto, roubo, receptação, descaminho, contrabando, previstos nos arts. 155, 157, 180, 334 e 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), condenado por um desses crimes em condenado por decisão judicial transitada em julgado, terá cassado seu documento de habilitação ou será proibido de obter a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de cinco anos.
>
> .....

EMENDA nº -CCJ

Dê-se ao *caput* do art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2018, a seguinte redação:

> "Art. 5º A pessoa jurídica que transportar, distribuir, armazenar ou comercializar produtos oriundos de furto, roubo, contrabando, descaminho, ou falsificados, perderá sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.
>
> .....

Finalmente, a última emenda:

EMENDA nº -CCJ

> Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Apenas para parabenizar o autor da proposição e a Senadora Ana Amélia, que não só acata o projeto, mas também faz as emendas necessárias para adequar o projeto à realidade, porque nós estamos realmente diante de algo tão nocivo quanto a corrupção. Estamos aqui falando praticamente da sonegação. O contrabando, o descaminho é uma das formas de sonegação.

A sonegação no Brasil, segundo dados que tenho certeza de que serão corroborados ou até corrigidos pelo Senador Pimentel, já tem números: chega a algo em torno de R$500 bilhões por ano, fora o passivo contencioso – que aprendi também com o Senador Pimentel, nas minhas aulas aqui, que, além de ser advogado, é contador e trabalhou nessa área – que gira por algo em torno de R$2 trilhões. Esse é o passivo que a União tem, os governos têm a receber de tudo o que foi sonegado neste País e que estão nos escaninhos nos processos administrativos, no Carf, nos órgãos arrecadadores administrativos ou na via judicial.

Imagine-se que fiquemos apenas com esse passivo de R$2 trilhões. O que seria do Brasil se nós conseguíssemos recuperar 30% disso? Nós teríamos resolvido o problema do déficit fiscal e não faltariam recursos para os investimentos necessários na saúde e na educação.

Num primeiro momento, pode até parecer que não há relação essa nova pena. Aquele condutor do veículo que transportar mercadoria contrabandeada, portanto, sonegada, principalmente mercadorias que são proibidas, porque o cigarro que vem do Paraguai – e eu conheço essa realidade porque meu Estado faz fronteira – é um cigarro que não só compete com o mercado nacional – e não vou nem entrar nessa questão, Senador, porque sou radicalmente contra o cigarro – e tira emprego, mas ele é um cigarro extremamente nocivo, porque, além da nocividade geral do produto, ele não tem o filtro adequado, não tem sanidade, não tem fiscalização da Anvisa.

Consequentemente, nós estamos aqui, com esse projeto, atacando dois males: combatendo a entrada do cigarro, que é extremamente nocivo à população brasileira, porque é um cigarro cuja origem não conhecemos, bem como de outros produtos como perfumes etc., estimulando e ajudando a indústria e a economia locais, mas, principalmente, dizendo a esse condutor, como muito bem colocou a Senadora Ana Amélia, que ele, além das penas previstas nos Códigos, passará a ter, depois do devido processo legal, a cassação da sua carteira de habilitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sr. Presidente, eu também conheço essa realidade, pois grande parte desses produtos entra pela BR-163, que é a rodovia que se inicia no Estado de Mato Grosso do Sul.

Encerro aqui dizendo que, normalmente, esse não é um condutor qualquer; normalmente se trata de um profissional, que depende da carteira de habilitação para exercer a sua atividade. Ele é motorista de caminhão, ele faz fretes, enfim, ele trabalha nesse setor de logística e, consequentemente, vai pensar duas ou três vezes antes de aceitar uma proposta de trabalho como essa que é, acima de tudo prejudicial ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer a didática fundamentação da Senadora Simone Tebet, que lhe é peculiar até pelo conhecimento que tem e por viver exatamente em uma região que ilustra bem o problema.

Para se ter uma ideia, 40% hoje do volume de cigarros comercializados é fruto de contrabando, o que impacta diretamente sobre a questão tributária, sobretudo se considerarmos que o cigarro é o produto mais tributado no Brasil. Do preço final do produto, talvez mais de 90% seja fruto de tributação – IPI e Imposto de Renda.

Além do que a Senadora falou em relação ao preço e ao custo para o País da sonegação que decorre do contrabando, você ainda tem a elisão fiscal e a evasão fiscal. Então, some-se tudo isso, e nós vemos essa desordem, essa distorção que nós temos em relação às contribuições que nós pagamos.

Então, quero agradecer o relevante argumento que a Senadora traz para mostrar a atualidade desse projeto do Deputado Efraim Filho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Há um número que circula neste País, já publicado por vários jornais, Senadora Simone e Senadora Ana Amélia, segundo o qual somente o contrabando oriundo do Paraguai gera uma evasão fiscal da ordem de R$100 bilhões por ano, o que equivale a cerca de cinco receitas orçamentárias do meu Estado, o Maranhão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas complementá-lo, Sr. Presidente, lembrando que o Rio Grande do Sul é um grande produtor dos dois produtos: bebida alcoólica, no caso o vinho... Aliás, tenho muita honra...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – De muito boa qualidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente. É melhor que o senhor diga isso ou, de outra forma, parecerá que esta Senadora está exaltando o seu Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas faço questão de registrar que há dez anos – apenas para falar dos espumantes –, de cada dez espumantes vendidos no Brasil, oito eram importados. Hoje, essa proporção mudou: de cada dez, nove são nacionais. E os nossos espumantes estão tendo uma extraordinária receptividade no mercado internacional. Só que nós somos bordados, na nossa fronteira, por concorrentes que produzem também vinhos de alta qualidade: o Uruguai, com o seu Tannat; a Argentina, com o seu Malbec; e o Chile, que mesmo não fazendo fronteira com o Brasil, tem os seus vinhos entrando pelas nossas fronteiras.

Então, o número, o volume de vinhos que entra pela fronteira por contrabando é extraordinariamente elevado. São milhões de litros que, a cada ano, entram aqui, também provocando uma concorrência desleal com os produtores instalados em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, todas as regiões estão produzindo, com altíssima qualidade, vinhos tintos, vinhos brancos e espumantes. E também há a área da produção de cigarros; temos grandes empresas no Rio Grande do Sul. Isso significa também duplo prejuízo para o Estado e para o País.

Então, agradeço a contribuição de V. Exª, ao lembrar que, no seu Estado, o Maranhão, o problema do contrabando também é bastante grave.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação o parecer favorável da Senadora Ana Amélia, com as três emendas que apresenta.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, DE 2016

- Não terminativo -

Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: - *a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame desta Comissão o texto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 282, de 2016, que modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher.

Pela proposta, a Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Mais ainda: o pagamento, pela Previdência Social, das prestações decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher não exclui a responsabilidade civil do responsável pela violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ao justificar sua iniciativa, a autora do projeto, a Senadora Marta Suplicy, diz o seguinte:

> É fundamental que os agressores sejam coibidos, controlados e reeducados para o respeito à dignidade humana.
> Com esse intuito, cremos que a exigência de ressarcimento, pela Previdência Social, dos gastos com benefícios que não precisariam ser concedidos, se não houvesse violência familiar ou doméstica, possa ser mais um instrumento para inibir esses comportamentos agressivos e violentos.
> É bom que os potenciais agressores pensem inúmeras vezes antes de agir contra a mulher. É fundamental que eles saibam da existência desta responsabilidade previdenciária, além das outras mais conhecidas.

A proposta foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

No prazo regimental, ao projeto não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no PLS nº 282, de 2016, eis que a iniciativa da proposição está amparada no *caput* do art. 61 da Constituição Federal.

Ademais, a disciplina da matéria é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito não há reparos a fazer, em vista da pertinência e oportunidade da proposição.

A propósito, não poderíamos deixar de mencionar que já há algum tempo, no intuito de contribuir para a mudança dos trágicos cenários de violência contra a mulher, a Procuradoria-Geral Federal (PGF), criada pela Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, ao qual compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, já vem implementando uma postura institucional de caráter proativo, ajuizando ações regressivas previdenciárias por todo o País, com o objetivo de ver ressarcidos os gastos públicos com o pagamento das prestações previdenciárias e também para inibir a perpetuação de condutas ilícitas que afetam negativamente toda a sociedade.

É difícil calcular os custos associados a todos os tipos de violência sobre os sistemas de saúde e previdência.

Estudos demonstram que as vítimas de violência doméstica têm mais problemas de saúde, apresentam maiores custos com cuidados de saúde e vão com maior frequência aos serviços de urgência do que as pessoas que não têm um histórico de violência.

As estimativas de custo não conseguem contemplar, também, outros problemas de saúde decorrentes da violência doméstica, tais como depressão, tabagismo, abuso de álcool e drogas, gravidez indesejada, HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis.

A despeito de que ações regressivas nesse sentido já venham sendo ajuizadas, há certa resistência em relação a elas no âmbito do Poder Judiciário, bem como em alguns setores do meio jurídico, pelo fato de não haver previsão legal expressa.

Com efeito, pode-se constatar que na atual redação do art. 120 da Lei nº 8.213, de 14 de julho de 1991, há tão somente previsão da obrigação de a Previdência Social ajuizar a ação regressiva, especificamente nos casos de prestações ocasionadas por acidente do trabalho, *verbis*:

> Art. 120. Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existe, portanto, menção na lei quanto ao ajuizamento de ação regressiva em relação ao cometimento de ilícitos penais dolosos que resultarem em lesão corporal, morte ou perturbação funcional, decorrentes de violência doméstica contra mulher. Trata-se de evidente lapso legislativo que vem dificultando o ajuizamento de ações nesses casos. É imprescindível, portanto, que essa lacuna seja preenchida em nosso ordenamento jurídico, até porque o exercício do direito de regresso tem, para além da finalidade ressarcitória, forte caráter punitivo-pedagógico, pois não deixa de ser uma grave sanção pecuniária para o agressor.

Vale ressaltar que a medida preconizada pelo presente projeto guarda sintonia com o disposto na regra geral da responsabilização civil, conforme ocorre com as demais modalidades de ações regressivas, em que o fundamento normativo está no instituto da responsabilidade civil previsto no art. 186, combinado com o art. 927, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que estabelecem:

> "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."
> "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
> ....."

Alinhamo-nos, finalmente, com a autora da proposta, para quem, a aprovação do projeto contempla de forma equitativa e benéfica os interesses das mulheres, da Previdência Social e da sociedade, bem como deve propiciar uma redução significativa no número de crimes desta natureza, além, é claro, de atuar como medida punitivo-pedagógica aos agressores, sejam eles efetivos ou potenciais.

Voto.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2016, cumprimentando a autora do projeto, a Senadora Marta Suplicy, pela oportunidade em apresentá-lo num momento de extrema importância, quando nós temos a cada dia um número expressivo de mulheres sendo violentadas neste País.

Portanto, quero cumprimentá-la e dizer da oportunidade deste projeto.

E, como Relatora da Lei Maria da Penha aqui no Senado, sinto-me contemplada com este projeto de grande importância para cumprir uma lacuna do próprio projeto.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy, autora do projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, nós aqui na Comissão de Justiça e nas outras comissões temos nos empenhado em todo o tipo de projeto para inibir a violência contra a mulher.

Este projeto tem um outro ângulo, que acho que inibe também um pouco, porque vai tocar no bolso do agressor, mas ele tem outro ângulo que eu diria que é importante também, porque vai ter impacto nos custos da Previdência Social, pelas aposentadorias, pensões ou auxílios pagos aos familiares ou vítimas das agressões.

Pouco se fala, mas muitas agressões, a própria Maria da Penha – Senadora Lúcia Vânia, que fez um relato excepcional no relatório em relação à Lei Maria da Penha –, a homenageada com o nome Maria da Penha, é uma pessoa que realmente acabou indo também para a aposentadoria.

E com outras agressões, com as quais realmente a mulher fisicamente acaba lesada e falta ao trabalho, é despedida do trabalho, tudo isso fica por conta do Governo. Então, para que é esse projeto? É para que o Governo passe a ser ressarcido pelo agressor. Bateu, ele vai ter toda a lei que remete a esse crime, mas ele terá de ressarcir os prejuízos causados ao Erário frente ao crime que cometeu.

É isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Pimentel, para discutir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Eu quero parabenizar a autora, Senadora Marta Suplicy, pela oportunidade e pela necessidade de legislar sobre essa matéria. Da mesma forma, parabenizo a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, pelo seu parecer, e registro que nós já tínhamos ajuizado algumas ações regressivas contra esses agressores. Em parte delas nós tivemos êxito, mas a maioria foi arquivada em face de inexistir previsão legal para isso.

A nossa Relatora e a nossa autora fazem referência à ação regressiva no que diz respeito ao acidente de trabalho. É verdade. Ali já há uma cultura jurídica e jurisprudencial consolidada. No entanto, essa é outra fonte de despesas provocadas por ato deliberado do agressor, e a Previdência Social termina suportando todas essas despesas.

Com esse projeto estaremos preenchendo essa lacuna e eu espero que o aprovemos o mais rápido possível, por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, mais uma vez, registrar louvor à autora e à Relatora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Esta Presidência reconhece que as Senadoras Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Simone Tebet, Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann, sobretudo elas mas não apenas elas, madrugam na luta contra a violência à mulher. E dessa luta têm resultado iniciativas legislativas de grande porte, como essa que nós acabamos de aprovar nesta Comissão.

Portanto, só tenho palavras de cumprimentos às Senadoras e aos Senadores, que sempre se manifestam a favor dessa luta meritória.

O Senador Antonio Anastasia, por comedimento pessoal que lhe é próprio, é do seu caráter, é da sua natureza, não leu, durante o período que exerceu com absoluta proficiência a Presidência desta Comissão, diversos pareceres que ele próprio emitiu, já que são em caráter terminativo, mas por estar na Presidência, evitou lê-los.

Vamos fazê-lo agora, começando pelo item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014

- Terminativo -

Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- *Votação nominal*

O Relator, como eu disse, é o Senador Antonio Anastasia, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer muito a simpatia de V. Exª, permitindo a leitura desses projetos terminativos, tendo em vista que nós não temos o quórum para deliberar e não temos mais itens não terminativos com relatores.

Quanto a esse item 4, peço licença a V. Exª, peço a sua permissão para retirá-lo, porque há uma solicitação de uma associação de juízes que quer fazer algumas sugestões de aperfeiçoamento, e eu concordaria.

Então, eu pediria a V. Exª que nós pudéssemos ir para o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª será atendido, quanto ao primeiro, e tem a palavra sobre o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aplicar aos partidos políticos as normas legais sobre responsabilidade objetiva e compliance e estimular no plano interno código de conduta e programa de integridade e auditoria.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- *Votação nominal*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2017, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aplicar aos partidos políticos as normas legais sobre responsabilidade objetiva e "*compliance*" e estimular no plano interno código de conduta e programa de integridade e de auditoria.

O novo art. 30-A que se pretende acrescentar à Lei dos Partidos principia por definir que "os partidos respondem objetivamente pela prática de atos contra a administração pública por seus dirigentes, nessa condição".

A responsabilização do partido político, acrescenta o §1º do art. 30-A, não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe de ato ilícito.

O partido político será responsabilizado independentemente da responsabilização individual das pessoas referidas no parágrafo citado, independentemente da responsabilização individual das pessoas ali referidas.

Tais dirigentes e tais administradores serão responsabilizados na medida de sua culpabilidade, consoante os termos do §3º.

O §4º do novo art. 30-A se destina a tipificar os atos contra a Administração Pública, nos termos da nova lei, que seriam aqueles que atentem contra o patrimônio público ou os princípios da Administração Pública, assim definidos: I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada, conforme o inciso I do §4º do novo art. 30-A; II – financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo incentivar a prática de atos ilícitos previstos na lei que resultar da proposição, consoante o inciso II do mesmo dispositivo; III – utilizar-se de interposta pessoa, física ou jurídica, para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos atos, praticados, nos termos do inciso III do aludido parágrafo; IV – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, na forma do inciso IV do mesmo §4º.

Quanto ao incentivo ao *compliance*, matéria essencial da iniciativa, a proposição acrescenta ao Capítulo I (Da Prestação de Contas) do Título III (Das Finanças e Contabilidade dos Partidos) o novo art. 37-B, nos seguintes termos:

> Art. 37-B. Na aplicação das penas referidas neste Título, será levada em consideração a existência de mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito do partido político.

Ao justificar sua iniciativa, o Senador Ricardo Ferraço assinala o momento histórico por que então passava o Brasil quando apresentou o PLS nº 60, de 2017. Disse o Senador Ricardo Ferraço:

> Por um lado, o cidadão e a cidadã, veem, com desalento, sucessivas de irregularidades contra ocupantes de cargos públicos de grande destaque, o que conduz à descrença nas instituições e na democracia.
> Por outro lado, agentes públicos que ocupam posições significativas no aparelho do Estado, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e policiais, contando com o apoio e a solidariedade de parte relevante dos meios de comunicação e de líderes políticos e parlamentares, atuam para que os avanços recentes ocorridos nesta luta não sejam perdidos.

Ao destacar os avanços recentes, no plano institucional-legal, o ilustre autor destaca a promulgação da chamada Lei Anticorrupção, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Esta Lei, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, e dá outras providências, visa a responsabilizar, nos planos administrativo e civil, a pessoa jurídica, como uma empresa, pela prática de atos ilícitos contra a administração pública, contempla a possibilidade de que o Estado, mediante seus entes persecutórios, observe, ao aplicar eventual punição, a existência de mecanismos internos de controle, ou seja, em seu âmbito. Dessa forma, explica a justificação do PLS nº 60, de 2017, no mundo empresarial, *compliance* pode ser definido como uma ferramenta de gestão corporativa, que envolve o desenvolvimento de processos internos de controle e mitigação de riscos, precisamente para evitar práticas que possam desgastar o nome e causar prejuízo à imagem da empresa.

Nos termos da citada Lei nº 12.846, de 2013, o Estado, ao apenar nos planos civil e administrativo as empresas envolvidas com atos ilícitos, levará em consideração a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

Empresas privadas e partidos políticos são entes distintos, tanto no plano jurídico quanto na efetiva prática concreta na vida da sociedade brasileira. No entanto, ambos são instituições de direito privado, e que cumprem, nessa realidade social, funções que correspondem ao interesse social, pois podem prestar serviços à sociedade, uma no plano da vida econômica, outra no desenvolvimento e afirmação da democracia.

Em outras palavras, se o legislador brasileiro entendeu possível legislar sobre o funcionamento interno de uma empresa privada para coibir sua participação em atos ilícitos contra a Administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública, com muito mais razão pode fazê-lo com relação aos partidos políticos, entes cuja íntima relação com a formação do Estado e a própria existência do regime democrático é evidente a todos.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciar, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 101, inciso I, tanto a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição (art. 101, inciso I) quanto o seu mérito, este por se tratar de matéria afeta ao direito eleitoral e partidário (art. 101, inciso II, alínea d).

Quanto à constitucionalidade material do Projeto, parece-nos claro que se acham atendidos os requisitos respectivos.

Com efeito, trata-se de uma norma jurídica isonômica, proporcional e razoável, além de respeitar, no plano específico, o pluralismo político, a liberdade de organização partidária e a autonomia dos partidos políticos, que são objeto de proteção constitucional.

Ainda sobre a constitucionalidade da matéria, vale destacar que o pluralismo político constitui fundamento da República Federativa do Brasil, com a liberdade de organização partidária.

Aqui se poderia indagar em que medida a norma que ora se cogita se relacionaria com a liberdade e a autonomia que a Constituição concede aos partidos políticos. No caso, entretanto, cabe o registro de que a proposição não impõe ao partido que sua organização e funcionamento contemple os preceitos relacionados a mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, ou mesmo que o seu código de ética e de conduta sejam objeto de aplicação efetiva.

Diz-se, simplesmente, que o magistrado, órgão do Poder Judiciário, ao aplicar a Lei para determinar eventuais penas pela prática das infrações referidas no Título III da Lei dos Partidos, como, por exemplo, fraude em sua prestação de contas, levará em conta a existência desses mecanismos.

De fato, a circunstância de um partido constituir tais entes em sua estrutura pode e deve ser considerada uma manifestação de boa vontade por parte de sua direção partidária diante das necessidades de transparência e publicidade que a sociedade pode exigir quanto ao funcionamento do Partido, especialmente quanto à forma do dispêndio dos recursos oriundos do Fundo Partidário, que são recursos públicos, que constam do Orçamento da União.

Por fim, a aplicação das regras de *compliance* pode revelar a disposição do Congresso Nacional de atualizar as normas aplicáveis à espécie, contribuindo para que os partidos políticos, instituições fundamentais da democracia, até porque detentoras do monopólio da representação, possam voltar a merecer o devido respeito por parte da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2017, e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Sr. Presidente, esse é o relatório do projeto de lei, meritório, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que coloca a opção de os Partidos em colocar os mecanismos de *compliance* em sua estrutura.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, nós estamos a um passo...

Desculpe.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Não temos quórum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Temos quórum? Então, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não temos quórum.

Tínhamos, mas acabamos de perder o quórum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Nós vamos fazer aqui uma breve sustentação dessa proposta, na expectativa, inclusive, de que possamos ter quórum.

Na prática, está evidente, Sr. Presidente, a necessidade de nós darmos um choque de moralidade e de moralização nas instituições partidárias em nosso País, que são organizações absolutamente públicas, sobretudo neste momento e nesta conjuntura da quadra política brasileira. Portanto, a necessidade desse choque de moralidade se faz até mesmo em razão de tudo que foi divulgado, de tudo que foi publicizado em relação à apropriação por essas instituições públicas para o atendimento dos mais mesquinhos interesses pessoais e particulares.

O esforço que estamos fazendo é na direção de incorporarmos à gestão dessas instituições públicas as regras de integridade que já são aplicadas a um conjunto de segmentos públicos e também a conjunto de segmentos privados, em organizações privadas que são sociedades anônimas, que reúnem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um vasto conjunto de acionistas e que, portanto, não podem abrir mão de regras relacionadas à transparência, à legalidade, à moralidade, assim por diante.

Por isso, agradecendo o relato do Senador Anastasia, identificamos uma iniciativa na dimensão de darmos um choque de moralidade nas instituições públicas partidárias brasileiras.

Parece que já temos voto. Encerro aqui a minha sustentação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o projeto.

Trata-se de matéria terminativa. A votação é nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Pela ordem.) – O item 3 também é terminativo, e já foi lido o relatório. É um projeto do Senador Antonio Anastasia. Se tivermos quórum, eu pediria também que pudesse ser colocado para votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Fá-lo-emos. (*Pausa.*)

Senadora Vanessa, já votou? Senadora Vanessa? (*Pausa.*)

Se todas as Srªs e os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Aprovado o projeto com 13 votos SIM, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

O Presidente compõe quórum, mas não vota.

Item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016

- Terminativo -

Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta

Observações:

- Em 18/04/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, consulto os Srs. e as Srªs Senadoras se já podemos realizar a votação única do projeto e das emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, as Srªs e os Srs, Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Este é o item 3, que diz respeito ao projeto de Lei do Senado nº 459, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que tem por Relatora a eminente Líder do MDB, Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

Senador Capiberibe. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Anastasia, pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, enquanto se conclui o processo de votação, eu queria agradecer o relatório da eminente Senadora Simone Tebet sobre o projeto de minha autoria que regulamenta a Constituição em relação ao contrato de gestão na Administração Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de um projeto que aperfeiçoa o funcionamento da nossa administração estabelecendo as metas para o seu desempenho.

Agradeço muito o apoio dos pares.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Foram 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto e as Emendas de nºs 1 a 6-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2016

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Cidinho Santos.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 21/03/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores já podem votar.

É o item 2, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2016.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Randolfe, exerça seu direito de voto. Estamos em ano eleitoral, e não se admite abstenção.

A Senadora Vanessa já votou.

A Senadora Vanessa e a Senadora Simone, absortas em outras atividades, foram abundantemente elogiadas pela Presidência ainda há pouco e não se encontravam sequer no plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, deixe-me agradecer, porque receber elogios na presença é bom e, na ausência, é melhor ainda, não é?

Peço desculpas, Presidente, por ter de me retirar. Nós temos reunião da Comissão de Direitos Humanos em que vamos analisar e votar o relatório sobre a nossa visita ao Presidente Lula, visita essa feita na semana passada, que, lamentavelmente, foi a única. Fizemos uma inspeção lá. E, a partir daí, a juíza, à revelia e ao arrepio da lei, tem negado esse direito ao nosso querido Presidente Lula.

Então, por isso, não poderei continuar aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Presidência lastima, mas compreende, sobretudo em se tratando do Presidente Lula.

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Tivemos 11 votos favoráveis e 2 votos contrários.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Como já não temos o quórum qualificado para votação de projetos terminativos, volto ao conjunto de projetos que foram examinados pelo Senador Antonio Anastasia como Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a S. Exª a palavra para manifestar seu relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2017.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- *Votação nominal*

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Magno Malta, parece que o quórum caiu. O projeto de V. Exª é terminativo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O projeto, claro. O projeto de V. Exª é terminativo. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por nada.

Se o Senador Lasier quiser ler o relatório do item anterior, fica à disposição do Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Posteriormente à minha leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 319, de 2017, do Senador Tasso Jereissati, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos), para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em seu desempenho.

A proposição foi estruturada em dois artigos.

O art. 1º prevê a inserção de um novo art. 12-A na Lei de Licitações e Contratos, que permite a vinculação da remuneração da contratada a seu desempenho. Este, por sua vez, poderá ser determinado em razão do cumprimento de metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega.

Prevê-se que a utilização da remuneração variável será motivada e respeitará o limite de preços unitários do contrato, bem como que os indicadores a serem adotados estejam de acordo com a capacidade de recursos humanos e materiais do órgão ou entidade fiscalizador.

O art. 1º da proposição também prevê a inclusão de uma nova alínea "f" no inciso XIV do art. 40 da Lei de Licitações e Contratos, que exige que o edital da licitação preveja, se for o caso, os indicadores de desempenho aos quais a remuneração variável ficará vinculada. Prevê, por fim, a alteração do inciso III do art. 55, de forma a exigir que o contrato preveja os indicadores de desempenho, caso a contratação se dê por remuneração variável.

O art. 2º do PLS prevê que eventual lei decorrente de sua aprovação entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor defende que a impossibilidade de a remuneração ser vinculada ao alcance de parâmetros de desempenho é incompatível com as necessidades de determinados serviços de engenharia, a exemplo da manutenção e da conservação de rodovias. Sua tese seria corroborada por estudo do Banco Mundial, publicado em 2005, que demonstra que países que adotaram contratos baseados em performance reduziram entre 10% e 40% seus custos de manutenção e conservação de rodovias, em comparação com os contratos tradicionais, baseados em especificação de métodos de execução.

Ainda, segundo o autor, o objetivo da proposição não é impor penalidades decorrentes da inexecução parcial ou total do contrato, mas permitir a aceitação de um serviço que, embora não tenha alcançado o padrão máximo de qualidade, possa ser recebido, desde que a um custo menor para a Administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

A competência da CCJ, no caso, abrange tanto a admissibilidade da proposição, quanto o próprio mérito, nos termos do art. 101, I e II, "g", c/c art. 91, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Do ponto de vista da juridicidade, o PLS é admissível, já que inova o ordenamento jurídico, com caráter geral e abstrato. Também não há óbices quanto à técnica legislativa.

No que concerne à constitucionalidade, a proposição versa sobre normas gerais de licitação e contratos, matéria sujeita à competência legislativa privativa da União, com fundamento no art. 22, XXVII, da Constituição Federal (CF). Demais disso, a matéria é de iniciativa geral ou comum, podendo ser – como foi – de autoria de Parlamentar, já que não se enquadra em qualquer das hipóteses de iniciativa privativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º, I e II).

Quanto ao mérito, o acerto da proposição nos parece inquestionável.

Esclarecemos, inicialmente, que não se trata de permitir que os futuros contratos da Administração Pública sejam onerados em relação aos patamares atuais, mediante a instituição de um "bônus" à contratada. Não se cuida, igualmente, de permitir o recebimento de obras ou serviços com qualidade inferior à exigida.

A primeira hipótese – oneração dos futuros contratos – é obstada pela previsão de que a remuneração deverá respeitar o limite de preços unitários do contrato. A segunda hipótese – recebimento de obras ou serviços com qualidade inferior – é obstada pelo fato de que a realização de obra ou serviço com qualidade inferior à exigida configura inexecução do contrato, o que já é coibido de forma adequada pela legislação.

A proposição trata, na verdade, de conferir um estímulo ao bom cumprimento das obrigações contratuais, mediante a instituição de uma remuneração proporcional ao desempenho da contratada. Diferentemente do modelo atual, em que a satisfação dos padrões mínimos de qualidade enseja o pagamento integral, passa-se a exigir o cumprimento de todos os padrões de desempenho para que se faça jus à remuneração máxima. Permite-se, assim, que a remuneração da contratada oscile entre um patamar máximo – correspondente ao integral cumprimento dos padrões de desempenho – e um patamar mínimo – no qual, apesar de as exigências mínimas serem satisfeitas, não se alcançam os padrões máximos.

Privilegia-se, dessa forma, as contratadas que bem desempenham suas obrigações contratuais, permitindo-se que a remuneração das demais seja estabelecida em um patamar inferior. Cuida-se, assim, de um modelo remuneratório extremamente justo, do qual toda a sociedade se beneficiará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLS nº 319, de 2017, e, no mérito, por sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, a votação se dará quando recuperarmos o quórum qualificado.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para a leitura do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, o projeto de Lei do Senado (PLS) nº 725, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado, que dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, §1º, da Constituição Federal (CF).

No art. 1º, a proposição elucida seu objeto e âmbito de incidência. Já no art. 2º praticamente replica o comando do art. 81, §§ 1º e 2º, da CF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º, por sua vez, trata do registro de candidaturas, que deverá ser feito por partidos políticos, para chapa única com candidatos a Presidente e a Vice-Presidente da República, perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no prazo de quinze dias a contar da última vacância. Caberá ao Tribunal decidir sobre a questão, em cinco dias, sendo cabível a substituição de chapa eventualmente impugnada, bem assim em caso de falência ou renúncia de candidato.

No art. 4º, trata-se do processo de votação, que ocorrerá em sessão unicameral (sem distinção, portanto, entre Deputados e Senadores), mediante voto secreto.

O art. 5º detalha o procedimento do dia do escrutínio, que deverá acontecer no trigésimo dia a contar da vacância. Regulamentam-se, inclusive, questões relacionadas ao uso da palavra na sessão de escrutínio, que somente tratará desse tema (art. 8º).

Já os arts. 6º, 7º e 9º detalham a forma de votação – mediante voto secreto e por meio de cédulas –, bem como estabelecem a regra da maioria absoluta para que se proclame a chapa vencedora, com a possibilidade de realização de um segundo turno entre as duas chapas mais votadas, caso nenhuma delas alcance a maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional no primeiro escrutínio. Fixa-se ainda que a diplomação ocorrerá no mesmo dia.

Finalmente, o art. 10 determina aplicação subsidiária das regras do Código Eleitoral e da Lei de Eleições em relação à temática, e o art. 11 determina a vigência imediata da Lei que resultar da aprovação do PLS.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Por se tratar de tema extremamente sensível, procederemos a uma breve contextualização histórico-constitucional da matéria, antes de opinarmos especificamente sobre o PLS nº 725, de 2015 – que, já adiantamos, consideramos extremamente meritório e oportuno.

O §1º do art. 81 da CF estabelece que, *ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.*

Aqui no parecer, Sr. Presidente, eu faço o histórico da Constituição Imperial de 1824, da Constituição Republicana de 1891, da Constituição de 1934, da Constituição de 1937 do Estado Novo, da Constituição de 1946, com suas emendas. Inclusive, nessa época há a edição da Lei nº 1.395, de 1951, que previa essa hipótese. O parecer dispõe ainda sobre os critérios da Constituição de 1967, e ainda da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Portanto, todo o histórico está no parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição de 1988, ora vigente, restabeleceu a regra da Constituição de 1946, apenas desdobrando-a nos §§ 1º e 2º do art. 81. Dessa forma, para fins de análise histórica, as Leis nº 1.351, de 1951, e 4.321, de 1964, podem ser parâmetros úteis para comparação com a nova legislação proposta.

Perceba-se, aliás, que a referência constitucional ao fato de o voto ser secreto – como constava da Constituição de 1934 – deixou de ser prevista nas Constituições posteriores, permanecendo, apenas, em nível infraconstitucional, ainda sob a égide do ordenamento de 1946. Entretanto, como já se referiu, no único momento que o procedimento foi aplicado sob aquela Carta, a eleição se deu com voto aberto.

Em breve síntese, portanto, pode-se afirmar que não há, no Brasil, legislação em vigor e que trate do tema. Na realidade, a Lei nº 4.321, de 7 de abril de 1964, aborda o tema da eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República, e não está expressamente revogada.

Entendemos, porém – e essa foi também a leitura da Comissão Mista para a Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, ao analisar a minuta que deu origem ao Projeto de Lei nº 5.821, de 2013 (que se encontra em análise na Câmara dos Deputados) – que tal legislação não foi recepcionada pela CF de 1988.

Nesse mesmo texto, aliás, o autor alerta para a necessidade de se regulamentar com urgência os §§ 1º e 2º do art. 81 da CF, a fim de evitar que, em caso de ocorrer uma vacância nas situações descritas pelos citados dispositivos, seja necessário recorrer à analogia ou a outros métodos de integração de lacunas jurídicas.

Tudo isso demonstra que o PLS nº 725, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, é extremamente relevante e oportuno, além de ser formal e materialmente compatível com a Constituição.

Realmente, cabe à União legislar sobre direito eleitoral. Não há iniciativa privativa na matéria, que não padece, portanto, de qualquer vício de inconstitucionalidade.

Quanto ao aspecto regimental, a matéria, que está sujeita a tramitação terminativa, seguiu fielmente os trâmites da normatização *interna corporis*.

Finalmente, quanto à técnica legislativa, o PLS segue com rigor as regras da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, o PLS é absolutamente louvável, não só por buscar suprir uma inolvidável lacuna normativa, mas também por fazê-lo de forma técnica e constitucionalmente impecável, inclusive com a necessária obediência às regras de eleição por maioria absoluta; de possibilidade de segundo turno; e de realização de sessão unicameral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.074217/2018-65

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encontramos, apenas, uma omissão que deve ser suprida: não se prevê a aplicação, nas eleições suplementares, das condições de elegibilidade (art. 14, §3º, da Constituição Federal) e das hipóteses de inelegibilidade (art. 14, §§5º a 9º, também da Constituição Federal), que, segundo entendemos, devem ser aplicadas em quaisquer eleições ainda que suplementares. Por tal razão, estamos apresentando, além da emenda redacional supracitada, uma emenda aditiva, para incluir no art. 3º do PLS a declaração de incidência das condições de elegibilidade e das hipóteses de inelegibilidade já previstas em lei.

Consideramos, ainda, por fim, conveniente inserir um dispositivo deixando claro que, se ocorrer a última das vacâncias a menos de 30 dias do término do mandato, aplicar-se-á o art. 80 da Constituição Federal, que prevê o exercício interino da Chefia de Estado e de Governo pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal ou pelo Presidente do Supremo Tribunal, nessa ordem. Essa solução é decorrência implícita da regra do §1º do art. 81 da Constituição Federal, como apontado pela doutrina, mas deve, por questões de segurança jurídica e previsibilidade, ser positivada em lei.

Voto.

Por todos os motivos expostos, somos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 725, de 2015, e votamos, no mérito, por sua aprovação, com as emendas de redação e de mérito que já foram aqui observadas e que constam do relatório.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com o seu robusto parecer, o Senador Antonio Anastasia menciona todas as Constituições do Brasil após as Ordenações Portuguesas e menciona também a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, graças à qual foi possível ao Presidente Ernesto Geisel revogar todos os Atos Institucionais e permitir, com isso, a finalização do chamado processo revolucionário. Foi bom que S. Exª tivesse mencionado essas Cartas Constitucionais brasileiras e a Emenda Constitucional nº 1, da qual foi Relator o ex-Vice-Presidente Pedro Aleixo, de Minas Gerais, conterrâneo do Senador Antonio Anastasia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão e não havendo quórum qualificado, fica a votação adiada para a próxima oportunidade.

Item nº 20, também terminativo.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Estabelece normas gerais sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para subsidiar a estruturação de empreendimentos no âmbito da Administração Pública.

Autoria: Senador Roberto Muniz

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- *Votação nominal*

O Relator é o Senador Antonio Anastasia, a quem concedo a palavra para leitura de seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª apregoou, é submetido ao exame desta Comissão terminativamente o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2018, do Senador Roberto Muniz, que estabelece normas gerais sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para subsidiar a estruturação de empreendimentos no âmbito da Administração Pública. Confessadamente inspirado no Decreto nº 8.428, de 2 de abril de 2015, o projeto busca definir regras gerais, aplicáveis a todos os entes da Federação, acerca do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

Por essa regra, cuja abertura não é obrigatória, mas facultada ao Poder Público, particulares podem submeter à Administração levantamentos, investigações e estudos, com a finalidade de subsidiar a estruturação de empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, de parceria público-privada, de contratos de arrendamento ou de concessão de direito real de uso sobre bens públicos.

O PMI poderá também ser aplicado à atualização, complementação ou revisão de projetos já elaborados.

O procedimento permite que a Administração Pública receba solicitações e confira autorizações aos interessados em apresentar as contribuições retro referidas. Selecionada uma delas, e tendo o Poder Público interesse em fazê-lo, procede-se à licitação para contratar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na aplicação da futura lei serão observados, além dos princípios indicados na legislação de normas gerais sobre licitações e contratos da Administração Pública, os princípios da motivação, da competitividade, da celeridade, da economicidade e da sustentabilidade.

Estão fora das regras do PMI os projetos elaborados por organismos internacionais dos quais o País faça parte ou por autarquias e fundações públicas. Também não se aplicarão as regras da lei proposta aos chamamentos públicos em curso na data de início da sua vigência.

Destacamos a definição da pessoa economicamente responsável pela MPI: pessoa física ou jurídica de direito privado que participe financeiramente, por qualquer meio e montante, para o custeio da elaboração de projetos.

Recebida a Manifestação de Interesse, a Administração Pública terá sessenta dias, contados do término do prazo concedido, para que quaisquer interessados se manifestassem sobre a sugestão, para decidir motivadamente pela realização, ou não, do PMI. Caso decida por realizá-lo, todo acervo documental da MIP ficará disponível para livre consulta, mas as sugestões recebidas não vincularão a Administração Pública, que poderá livremente definir o escopo do projeto.

O PMI está regulado no Capítulo III do PLS (arts. 9º ao 22). A sua abertura se dá por meio de chamamento público.

E aqui nós temos as fases do PMI arroladas no projeto, que constam de diversos artigos já mencionados, Sr. Presidente.

O PLS traz outras disposições referentes a essas reuniões e ao fornecimento de informações aos particulares, quais sejam:

– as atas de reuniões serão repassadas a todos os autorizados;

– a Administração somente poderá transmitir informações aos autorizados nas reuniões oficiais ou por escrito, devendo a informação, neste último caso, ser repassada aos demais autorizados;

– todos os autorizados deverão ser informados, com antecedência mínima de três dias úteis, da data e do horário de reunião designada pela Administração, ainda que esta tenha sido solicitada por qualquer dos autorizados, facultando-se a participação de representantes de quaisquer das pessoas físicas ou jurídicas autorizadas a apresentar projeto;

– cabe ao autorizado indicar seus representantes; e

– a Administração não pode repassar informações a pessoas não indicadas pelo autorizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indica-se uma comissão, designada pela Administração, para avaliar os projetos e, a critério da Administração, poderá ser aberto prazo para a reapresentação de projetos já apresentados caso sejam necessários detalhamentos ou correções.

Cabe ao Poder Público aprovar, expressamente, por seus órgãos técnicos e jurídicos, a legalidade, a consistência e a suficiência dos projetos selecionados. A seleção não vincula a Administração.

A Administração deverá publicar o resultado do procedimento de seleção no seu *site* oficial.

Concluída a seleção, caberá à comissão de seleção avaliar a conformidade dos valores pretendidos a título de ressarcimento com os critérios previamente definidos no edital e no termo de autorização.

Ao término da seleção, a comissão poderá solicitar correções e alterações dos projetos sempre que tais correções e alterações forem necessárias para atender a demandas de órgãos de controle ou para aprimorar os empreendimentos, hipótese em que o autorizado poderá apresentar novos valores para o eventual ressarcimento.

A pessoa física ou jurídica cujo projeto foi selecionado terá preferência, em igualdade de condições, como critério de desempate, na licitação do empreendimento.

Poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obras ou serviços, exceto se houver disposição em contrário no edital de abertura do chamamento público do PMI, os autores ou os economicamente responsáveis pelos projetos apresentados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico do autorizado.

Com vistas à transparência, o PLS contém regra pelo qual o PMI deverá tramitar via sistema informatizado que possibilite amplo acesso às informações aos interessados e ao público em geral.

A matéria não tramitará por outras comissões e não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do arts. 91, §1º, V, e 101, I e II, g, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), deve esta Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e também, terminativamente, sobre o mérito da proposição.

No tocante à constitucionalidade, cumpre registrar que a edição de normas gerais sobre licitações e contratos se encontra no rol das competências legislativas privativas da União.

Não há conflito do PLS com disposições constitucionais e do Regimento Interno do Senado. Assim sendo, o projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à técnica legislativa, a proposição atende aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O mérito do PLS é inegável. Conforme ressaltou o autor do projeto, o nobre Senador Roberto Muniz, o momento é de escassez de material e de recursos humanos, por conta da crise fiscal em que o país está imerso. Essa realidade faz com que o Poder Público se veja impedido de desenvolver ações, estudos e projetos, notadamente os de infraestrutura, tão necessários ao desenvolvimento da Nação, inclusive até mesmo para que tenhamos instrumentos para superar a crise.

O PMI dá condições a que os particulares auxiliem a Administração, pelo uso de seu conhecimento nas respectivas áreas de atuação, por meio da apresentação de estudos e projetos que conduzam a um aproveitamento mais sinérgico e inteligente dos recursos públicos empregados em empreendimentos de interesse social.

No âmbito federal, o PMI foi regulamentado pelo Decreto nº 8.428, de 2015. Outros membros da Federação fizeram movimentos semelhantes. O ganho qualitativo e em escala da presente proposição é estipular normas gerais que deverão ser seguidas por todos os entes federados. Dessa forma, auxiliará aquelas unidades federadas que ainda não trataram do tema.

O projeto é oportuno, necessário e conveniente ao momento e ao futuro do Brasil, merecendo elogios e acolhimento.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2018, e, no mérito, pela sua aprovação.

Cumprimento o Senador Roberto Muniz pela iniciativa de projeto tão inovador.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Não havendo quórum qualificado para a votação da matéria, fica esta automaticamente adiada para uma próxima oportunidade.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2012

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para dispor sobre condições de elegibilidade para servidores públicos ativos e dirigentes sindicais.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Relatoria: Senador Magno Malta.

Relatório: Contrário ao Projeto

Observações:

- Em 07/03/2018, a Presidência concedeu vista à Senadora Marta Suplicy e ao Senador Benedito de Lira nos termos regimentais.

S. Exªs, até o presente momento, não se manifestaram.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório contrário ao projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão contrário ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O Senador Ronaldo Caiado teve de se ausentar da Comissão, mas solicitou a esta Presidência que pusesse em votação um requerimento, que aqui já se encontrava, em que S. Exª pede a realização de uma audiência pública no âmbito desta Comissão.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS nº 580, de 2015, que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção", com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério Extraordinário da Segurança Pública;

2. Representante do Departamento Penitenciário Nacional;

3. Representante do Conselho Nacional de Justiça;

4. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

5. Representante do Ministério Público do Trabalho; e

6. Representante do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, Sr. Presidente, o Senador Ronaldo Caiado... Nós fomos aqui também procurados por membros do Ministério Público do Trabalho que pretendem dar uma contribuição a esse projeto. Achei que era válida essa audiência pública. Estou apenas e tão somente... Como autor do projeto, fui consultado pelo Senador Ronaldo Caiado, e ambos concordamos com a audiência pública no sentido de contribuir para resolver um problema que hoje me parece ser um problema grave.

Temos um sistema carcerário que está num verdadeiro caos, com um custo muito elevado. O custo é, com certeza, de mais de R$3 mil, é de R$3,5 mil por preso. Vi a Presidente do Superior Tribunal de Justiça comentando que, hoje, o custo de um preso é maior do que aquilo que se gasta com um aluno do ensino médio. E lá há homens e mulheres em condição de trabalho, e há uma ociosidade. E quem paga por isso é o contribuinte, é a sociedade. Deve haver uma forma de transformar essa ociosidade em algum tipo de trabalho, até para se acabar com essa ociosidade e para não deixar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presos expostos, como nós sabemos, hoje, a presos que estão lá e que lideram verdadeiras facções e acabam aliciando os presos que estão encarcerados.

Então, acho que a audiência pública vai contribuir com esse debate. E, certamente, vamos obter sugestões para aprimorar o nosso projeto. Para os Senadores terem uma ideia, lembro que uma espécie de enquete do Senado Federal mostrou que esse é o projeto com o maior índice de aprovação, para que ele seja realmente votado e aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Foram aqui dadas informações a respeito do requerimento de informações.

Nada mais...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Consulto V. Exª, considerando que não temos quórum necessário para deliberação, se V. Exª considera oportuno que eu possa apenas ler, para posterior discussão em outra reunião, o meu relatório relacionado ao Projeto de Lei nº 147, do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Se V. Exª concordar, por economia processual, nós apenas faríamos a leitura do parecer para que, oportunamente, possamos fazer o debate em outra reunião, quando houver quórum, naturalmente, para deliberação.

É o apelo que faço a...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu atenderei V. Exª.

Senador Magno Malta, V. Exª quer ler o quê? Não entendi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu sou Relator do item 5 e do item 7. Tudo bem que são terminativos. Aí, eu apontei para o Senador Anastasia e falei com V. Exª daqui: "eu leio depois dele?" Por que, na verdade, eu estava na frente. Houve um equívoco de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não, não houve...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu sei que V. Exª não se equivoca nunca, mas desta vez houve.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado pela generosidade de V. Exª.

Não houve nenhum equívoco. O que se deu – e eu expliquei – foi que o Senador Antonio Anastasia, pelo fato de estar no exercício da Presidência, não se julgou animado a ler os relatórios de cinco projetos importantes, pelo fato de ser Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Antonio Anastasia está animado mesmo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Está animado!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu, então, concedi a S. Exª a palavra para que o fizesse agora.

Agora, o que V. Exª está propondo é uma inclusão extrapauta, ainda que apenas para leitura de...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não é extrapauta, não; é Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Está na pauta. É o item 7...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Tudo bem com V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – São dois: é o item 7 e o item...

Então, faremos o item 7, que V. Exª poderá ler.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Magno Malta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

Observações:

- *Votação nominal.*

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse é um projeto de autoria do Senador que está conversando aqui do meu lado, o Senador Lasier, cujo relatório eu passo a ler, mesmo sendo um projeto terminativo. (*Pausa.*)

O projeto é terminativo, e nós não temos quórum – evidentemente, não é, Senador Anastasia? Esse negócio de eleição, para quem não gosta, é terrível, não é?

Eu vou deixar o Senador Ferraço encerrar. Em seguida, eu retomo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O Presidente está atento a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Agora arrebentou.

Muito obrigado. Agora, sim; agora vai. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 272, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, insere no §1º do art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, as condutas de: incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, com o objetivo de forçar a autoridade pública a praticar ato, abster-se de praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral; e interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados, com motivação política ou ideológica, com o fim de desorientar, desembaraçar, dificultar ou obstar seu funcionamento.

No art. 3º, acrescenta parágrafos para punir quem dá abrigo a pessoa que sabe tenha praticado crime de terrorismo, isentando de pena o ascendente ou descendente em primeiro grau, cônjuge, companheiro estável ou irmão de terrorista.

Além disso, insere o art. 3º-A, prevendo punição para quem recompensa ou louva pessoa, grupo, organização ou associação pela prática de crime de terrorismo.

Por fim, acrescenta o art. 7º-A para estabelecer que o condenado pelo crime de terrorismo cumprirá pena em estabelecimento de segurança máxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor, ou seja, o nobre Senador Lasier, a despeito de reconhecer que a Lei nº 13.260, de 2016, constituiu um avanço, ressaltou que a então Presidente da República vetou dispositivos que tornaram a Lei parcialmente inócua.

Na sequência, mencionou diversas notícias jornalísticas que dão conta da criação de células do Estado islâmico no Brasil, para demonstrar que o debate – baixe sua bola aí, você acabou de chegar – sobre o terrorismo...

O Estado islâmico chegou agora. (*Risos.*)

... que o debate sobre o terrorismo não findou com a edição da Lei nº 13.260, de 2016, e para justificar as modificações propostas, que incorporam os dispositivos anteriormente vetados pela então Chefe do Poder Executivo.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Análise.

O PLS nº 272, de 2016, tem o objetivo primordial de reintroduzir na Lei nº 13.260, de 2016, dispositivos que foram vetados pela então Presidente da República.

Não observamos, no projeto, quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou de juridicidade, tampouco óbices de natureza regimental. Neste ponto, cabe registrar que a vedação estabelecida no art. 67 da Constituição Federal restringe-se à matéria rejeitada, não alcançando, portanto, a que foi aprovada e posteriormente vetada pelo Chefe do Poder Executivo.

No mérito, consideramos que o PLS corrige as distorções decorrentes do veto presidencial observadas na Lei nº 13.260, de 2016.

As condutas inseridas pelo PLS no §1º do art. 2º da Lei foram vetadas para afastar qualquer hipótese de incriminação de manifestações promovidas por movimentos sociais. Essa preocupação, todavia, não era procedente, posto que a conduta deve submeter-se ao comando do *caput* do art. 2º, que estabelece:

> "Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública."

Portanto, somente há o crime de terrorismo se o agente tem a especial finalidade de provocar terror social ou generalizado. De outro modo, a conduta pode até subsumir-se a outro tipo penal, mas não no que descreve o terrorismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso, dessa forma, que as manifestações promovidas por movimentos sociais, dentro da normalidade, não representam atividade terrorista.

Concordamos, desse modo, com a restauração do formato original da Lei Antiterrorismo, bem como com as demais alterações promovidas pelo PLS.

Não obstante, para melhor conformar a matéria, propomos alguns ajustes, materializados nas emendas apresentadas ao final. Inicialmente, sugerimos retirar as finalidades das ações terroristas especificamente citadas nos incisos VI e VII do §1º do art. 2º da Lei Antiterrorismo, para evitar problemas de interpretação com os fins gerais dessas ações, que já são descritos adequadamente no *caput* desse art. 2º.

Além disso, propomos citar no *caput* a possibilidade de ações terroristas por outras motivações políticas, ideológicas ou sociais, além das já expressadas no dispositivo, para também tipificar penalmente os atos.

Sugerimos ainda a tipificação do terrorismo quando a ação criminosa tiver por objetivo coagir autoridade, concessionário ou permissionário do poder público a adotar determinada conduta.

Além disso, propomos reduzir a pena do crime de apologia ao crime de terrorismo, previsto no art. 3º-A, para torná-la mais proporcional ao crime análogo previsto no art. 287 do Código Penal. No mais, foram feitos alguns ajustes redacionais, por meio das emendas apresentadas.

Voto.

Face ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2016, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao caput e aos incisos VI e VII do §1º do art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, nos termos do art. 1º do PLS nº 272 de 2016:

"Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião, ou por outra motivação política, ideológica ou social, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoas, patrimônio, a paz pública, a incolumidade pública ou a liberdade individual, ou para coagir governo, autoridade, concessionário ou permissionário do poder público a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, por motivação política, ideológica ou social.

.....

§1º.....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI – incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado;
VII – interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados.
....."EMENDA Nº – CCJ
Dê-se a seguinte redação ao art. 3º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, nos termos do art. 1º do PLS nº 272, de 2016:
"Art. 3º .....
.....
§3º Nas mesmas penas incorre aquele que, pessoalmente ou por interposta pessoa, presta auxílio ou abriga pessoa de quem saiba que tenha praticado crime de terrorismo.
§4º Na hipótese do §3º, não haverá pena se o agente for ascendente ou descendente em primeiro grau, cônjuge, companheiro estável ou irmão da pessoa abrigada ou recebida, não sendo tal escusa extensível aos partícipes que não ostentem idêntica condição.
§5º Na hipótese do §3º, não se considera crime a prestação de auxílio ou abrigo a pessoa que, condenada pelos crimes previstos nesta Lei, já tenha cumprido a respectiva pena."
EMENDA Nº – CCJ
Dê-se a seguinte redação ao art. 3º-A da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, nos termos do art. 1º do PLS nº 272, de 2016:
"Art. 3º-A. .....
Pena – detenção, de um a dois anos, e multa.
....."
Dê-se a seguinte redação ao art. 5º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016:
"Art. 5º .....
.....
§3º Nas mesmas penas incorre aquele que, pessoalmente ou por interposta pessoa, presta auxílio ou abriga pessoa de quem saiba estar praticando atos preparatórios de terrorismo."

Sala das Comissões.

Meu voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

Ainda que nós não estivéssemos vivendo um Estado de exceção na segurança pública deste País – há muito deixou de ser O Fantástico Mundo de Bobby ou o paraíso de Alice –; ainda que não estivéssemos num momento como este, necessário se faz que uma lei com essa natureza resguarde patrimônio, pessoas. A claridade com que o proponente, Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul, coloca sua proposta, sua proposição à análise nesta Casa, certamente, depois de muitos meses com essa relatoria, penso ser de bom tom para a vida do País, embora não seja terminativo e alguns Senadores pedirão vista, com o quórum qualificado, espero que seja aprovado para a saúde da segurança pública deste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Magno Malta, em razão da ausência de quórum para votação em caráter terminativo desse projeto e do adiantado da hora, ficam a sua discussão e a sua votação para uma outra oportunidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Era justamente isso que eu queria pedir. Quer dizer que a discussão fica para a próxima reunião.

Muito obrigado.

Debateremos com o Senador Magno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais assunto a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Dário Berger, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma e Wellington Fagundes. Registra a presença o Senador José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marta Suplicy, José Maranhão, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Wilder Morais, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 15/2018, de autoria do Senador Ronaldo Caiado. Finalidade: Debater o PLS nº 580, de 2015 que “altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção". Participantes: Sra. MARA FREGAPANI BARRETO, Coordenadora-Geral de Promoção da Cidadania do Departamento Penitenciário Nacional (representante do: Ministério Extraordinário da Segurança Pública); Sr. JOÃO VICTOR LOUREIRO, Assessor de Relações Institucionais do Departamento Penitenciário Nacional (representante do: Departamento Penitenciário Nacional); Sr. RAIMUNDO ANTONIO PALMEIRA DE ARAUJO, Conselheiro Federal e Secretário da Comissão Especial de Estudo do Direito Penal do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (representante da: Ordem dos Advogados do Brasil); Sr. GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA, Procurador Regional do Trabalho, Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9° Região e Membro da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap) (representante do: Ministério Público do Trabalho); Sr. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, Conselheiro e Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (representante do: Conselho Nacional do Ministério Público). Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e doze minutos do dia nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Roberto Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Hélio José, Ângela Portela, Sérgio Petecão, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Rodrigues Palma e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Paulo Rocha, Ataídes Oliveira e Lúcia Vânia. Usa da palavra a Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Ciro Nogueira e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 13ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2018 - Não Terminativo - que: "Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7° do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007; revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012; e dá outras providências." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com cinco emendas de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 7. Resultado: A Presidência concede vista aos Senadores Marta Suplicy e Lindbergh Farias, nos termos regimentais. Observação: - Em 09/05/18, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Hélio José e as Emendas nºs 4 a 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que receberam Parecer contrário; e a Emenda nº 8, de autoria do Senador Humberto Costa (dependendo de Relatório). ITEM 2 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição das Emendas nº 2-S a 5-S, oferecidas em Turno Suplementar. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base em desempenho." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2018 - Terminativo - que: "Estabelece normas gerais sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para subsidiar a estruturação de empreendimentos no âmbito da Administração Pública." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: Em 09/05/18, foi recebido Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues pela rejeição do Projeto. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro." Autoria: Deputado Valtenir Pereira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: Em 09/05/18, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Lasier Martins. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997." Autoria: Deputado Hugo Leal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2016 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Presidência concede vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014 - Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar." Autoria: Deputada Rosangela Gomes. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM EXTRAPAUTA 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com sete Emendas que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista aos Senadores Ana Amélia, Antônio Anastasia e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. Observação: Votação nominal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 21.

Antes de darmos início à nossa pauta, eu quero cumprimentar, em nome da Comissão, o Senador Antonio Anastasia, nosso Vice-Presidente, a quem desejo, certamente em nome de todos, um bom aniversário e um futuro tão brilhante quanto têm sido o seu presente e o seu passado. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço também aos nobres pares a gentileza da manifestação. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – E o futuro, Sr. Presidente?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ele se referiu ao futuro também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É que o Senador Ferraço, um dos nossos companheiros mais atentos, não esteve bastante ligado quando eu me referi ao futuro em primeiro lugar. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Eu me penitencio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Passemos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7° do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007; revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012; e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Favorável ao Projeto com quatro emendas de redação que apresenta.

Observações:

- Em 07/05/218, foi recebida a emenda nº 1 de autoria do Senador Hélio José (dependendo de relatório);

- Em 08/05/218, foi recebida a emenda nº 2 de autoria do Senador Cássio Cunha Lima (dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Edison Lobão. Cumprimento todos os pares da Comissão e, mais uma vez, agradeço a gentileza das referências à minha pessoa nesta data do meu aniversário natalício.

Eu passarei a ler o relatório, Sr. Presidente, antecipando que se trata de fato e matéria de alta relevância, que institui o Sistema Único de Segurança Pública, como V. Exª apregoou.

Passo à leitura do relatório, portanto.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 19, de 2018, entre outras providências:

- disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do §7° do art. 144 da Constituição Federal;

- cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;

- institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp);

- altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007; e

- revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é oriundo do Projeto de Lei (PL) nº 1.937, de 2007, do Poder Executivo, que foi desmembrado em 2012, a pedido da então denominada Comissão de Educação e Cultura, nos PLs nºs 3.734 e 3.735, de 2012.

O PL nº 3.735, de 2012, foi considerado prejudicado em face da aprovação do PL nº 4.024, de 2012, que se transformou na Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (o atual Sinesp).

Já o PL nº 3.734, de 2012, foi aprovado no último dia 11 de abril, encaminhado ao Senado e distribuído a esta Comissão.

O Capítulo I (arts. 1º e 2º) traz as disposições preliminares.

O art. 1º prevê a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal (DF) e, frise-se, dos Municípios, em articulação com a sociedade.

O art. 2º reforça que a segurança pública é dever do Estado (entenda-se União, Estados, DF e Municípios) e responsabilidade de todos.

O Capítulo II (arts. 3º a 8º) institui a PNSPDS, que é a sigla para a Política Nacional.

De acordo com o art. 3º, compete à União estabelecer Política Nacional, e aos Estados, DF e Municípios, as respectivas políticas.

Os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Nacional são elencados, respectivamente, nos arts. 4º, 5º e 6º.

O art. 7º trata da estratégia de implementação da Política Nacional e prevê a formulação do Plano Nacional de Segurança Pública.

O art. 8º define como meios e instrumentos para implementação da Política Nacional:

I – os Planos Decenais de Segurança Pública e Defesa Social;

II – o Sistema Nacional de Informações e de Gestão de Segurança Pública e Defesa Social, que inclui:

a) o Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social, detalhado nos arts. 26 a 32;

b) o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (o novo Sinesp), tratado nos arts. 35 a 37;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap), descrito no art. 38;

d) a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, cujos objetivos são arrolados no art. 40;

e) o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), previsto no art. 42;

III – os fundos de financiamento da segurança pública e defesa social, a saber, o Fundo Nacional de Segurança Pública, o Fundo Penitenciário Nacional e os fundos estaduais, distrital e municipais, asseguradas as transferências obrigatórias de recursos fundo a fundo;

IV – o Plano Nacional de Enfrentamento de Homicídios de Jovens (nesse sentido, o Senado aprovou em março o PLS nº 240, de 2016); e

V – os mecanismos formados por órgãos de prevenção e controle de atos ilícitos contra a Administração Pública e referentes à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.

O Capítulo III (arts. 9º a 18) institui o Susp, cujo órgão central é o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

O art. 9º lista os integrantes estratégicos (entes federativos e respectivos Conselhos de Segurança e Defesa Social) e operacionais (órgãos e agentes de segurança pública) do Susp.

O art. 10 dispõe sobre a integração e a coordenação dos integrantes do Susp.

Conforme o art. 11, o Ministério fixará metas, a serem aferidas anualmente de acordo com os indicadores previstos no art. 12.

Os arts. 13 e 14 relacionam as ações a serem promovidas pelo Ministério para orientar e acompanhar as atividades dos integrantes do Susp.

O art. 15 prevê o auxílio da União aos entes federativos que não tiverem condições de implementar o Susp.

O art. 16 permite aos integrantes do Susp atuar nas vias terrestres e aquáticas, portos, aeroportos e terminais rodoviários.

O Capítulo IV (arts. 19 a 21) disciplina os Conselhos de Segurança e Defesa Social.

O Capítulo V (arts. 22 a 32) dispõe sobre a formulação dos planos de segurança pública e defesa social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O plano nacional durará dez anos. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão dois anos, contados da publicação do plano nacional, para elaborar e implantar seus planos, conforme o art. 22.

A avaliação do plano nacional será anual, a partir do segundo ano de vigência da lei (art. 23).

O art. 24 lista as diretrizes a serem observadas pelos agentes públicos na elaboração e execução dos planos.

O art. 25 enumera as finalidades das metas de excelência a serem fixadas anualmente pelos integrantes do Susp.

Os arts. 26 a 32, como já foi dito, detalham o Sinaped.

O Capítulo VI (arts. 33 a 37) trata do controle e da transparência, em especial, do controle interno e dos órgãos de correição (art. 33), das ouvidorias (art. 34) e do novo Sinesp, que passará a abranger informações sobre armas, munições, impressões digitais e perfis genéticos (arts. 35 a 37).

O Capítulo VII (arts. 38 a 42) cuida da capacitação e da valorização do profissional em segurança pública e defesa social.

Como mencionado, os arts. 38, 40 e 42 dispõem, respectivamente, sobre o Sievap, a Renaesp e o Pró-Vida.

O art. 39 prevê uma matriz curricular nacional para a formação e capacitação dos profissionais de segurança pública e defesa social.

O art. 41 institui a Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (Rede EAD-Senasp), uma escola virtual para os profissionais de segurança pública e defesa social.

O Capítulo VIII (arts. 43 a 50) contém as disposições finais.

O art. 43 prevê a padronização dos documentos de identificação funcional.

O art. 44 considera de natureza policial ou de bombeiro militar o tempo de serviço prestado pelos profissionais citados no art. 144 da Constituição Federal, peritos criminais oficiais e agentes penitenciários.

O art. 45 prevê a realização de conferências de segurança pública a cada cinco anos.

Os arts. 46 e 47 alteram as leis que instituem o Funpen e o Fundo Nacional de Segurança Pública para tornar obrigatórias as transferências de recursos, possibilitando que ocorram fundo a fundo.

O art. 49 revoga o cerne da Lei do Sinesp, que está substituída nesta lei.

O art. 50 prevê uma *vacatio legis* de trinta dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentadas duas emendas, Sr. Presidente.

A Emenda nº 1, do Senador Hélio José, pretende incluir os agentes de segurança metroviária no Susp.

A Emenda nº 2, do Senador Cássio Cunha Lima, objetiva mencionar os agentes de trânsito no *caput* do art. 9º e estabelecer parâmetros para a aferição anual de metas dos agentes de trânsito no art. 12.

Análise.

De acordo com o art. 101, I e II, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, entre elas, segurança pública.

Não foi encontrado nenhum vício de inconstitucionalidade formal ou material no projeto.

Quanto à juridicidade, o projeto preenche os requisitos de adequação da via eleita, generalidade, abstração, coercitividade, inovação e aderência aos princípios gerais do Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, o projeto observa as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. No mérito, o Projeto é conveniente e oportuno.

Há muitos anos a comunidade de segurança pública reclama da falta de uma política e de um plano nacional para o setor.

Além disso, até hoje não foi editada a lei prevista no §7º do art. 144 da CF, para disciplinar, aspas, "a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades", fecho aspas.

O Projeto não apenas supre essas omissões como também cria o Susp, inspirado no Sistema Único de Saúde (SUS). Em linhas gerais, o Projeto tem as seguintes virtudes:

- defende a participação de todos os entes federativos, com destaque para os Municípios;

- busca a capacitação proteção e valorização dos profissionais da segurança pública;

- enfatiza a eficiência entre seus princípios (incisos IV, V e VI do art. 4º), em conformidade com o §7º do art. 144 da CF;

– estimula a articulação, a colaboração, o compartilhamento de informações, a cooperação, a integração e a interoperabilidade entre os agentes e órgãos de segurança, inclusive o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin); e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– estabelece mecanismos de avaliação e de controle social, com a participação popular.

A título de curiosidade, o Projeto contava com mais de 1.850 votos favoráveis e menos de 400 votos contrários no *site* e-Cidadania do Senado no dia 3 de maio.

Convém, no entanto, fazer quatro pequenos ajustes de redação.

O primeiro deles é no inciso II do art. 14, para substituir o verbo "auditar" pelos verbos "apoiar" e "avaliar". O objetivo é evitar uma equivocada interpretação de que o Ministério poderia intervir na infraestrutura tecnológica e na segurança dos processos, redes e sistemas dos demais entes federativos, o que violaria o pacto federativo e seria inconstitucional.

O segundo é no §2º do art. 20, para suprimir a expressão "corretiva", que poderia dar a falsa impressão de que os Conselhos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Pública e Defesa Social poderiam exercer a correição dos órgãos de segurança pública, isto é, a apuração de denúncias e da responsabilidade funcional. O art. 33 é claro ao atribuir esse papel aos órgãos de correição ou corregedorias.

O terceiro é no *caput* do art. 27, para esclarecer que a avaliação a que se refere é a do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

O quarto é no *caput* do art. 32, para especificar que a avaliação mencionada diz respeito aos objetivos e metas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

O quinto e último é no inciso XV do §2º do art. 9º, para separar duas categorias que foram incluídas no mesmo inciso, adequando a redação à melhor técnica legislativa.

A Emenda nº 1 deve ser rejeitada porque os agentes de segurança metroviária, ao contrário de policiais, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários, agentes socioeducativos, peritos, agentes de trânsito e guardas portuários, não são servidores públicos, mas empregados de empresas públicas ou sociedades de economia mista, ou mesmo empregados de empresas privadas, razão pela qual não devem integrar o Susp.

A Emenda nº 2 também deve ser rejeitada porque, de acordo com o inciso XV do §2º do art. 9º, os agentes de trânsito são integrantes operacionais do Susp, motivo pelo qual já são mencionados implicitamente no *caput* do 9º quando se fala nos "demais integrantes estratégicos e operacionais" do Susp. Além disso, a fixação de metas anuais de redução dos índices de mortes no trânsito já está prevista no art. 326-A do Código de Trânsito Brasileiro e cabe ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 19, de 2018, com as seguintes emendas de redação, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

As emendas de redação, Sr. Presidente, eu deixo de lê-las porque já fiz o seu relatório em instantes atrás.

Parece-me, Sr. Presidente, que teria chegado uma emenda nova neste exato momento. Então, eu pediria a V. Exª, como elas chegaram agora, redigidas a mão, para lê-las. Elas chegaram neste exato momento. Então, se porventura a Casa quiser iniciar a discussão enquanto eu as leio, isso fica a critério de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu acho que é razoável iniciarmos a discussão, até porque essa emenda que V. Exª acaba de receber e de anunciar foi escrita com letra de médico. É quase um hieróglifo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está chegando agora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, coloco em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a palavra para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem.) – Quero só fazer uma pergunta ao Relator.

Senador Anastasia...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ...a Emenda nº 3 já está no sistema. O senhor falou das Emendas nºs 1 e 2, mas não...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Emenda nº 3, que acabo de receber, Sr. Presidente, modifica o art. 9º:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "Art. 9º Fica instituído o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como órgão central o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e é integrado pelos órgãos mencionados nos incisos e parágrafos do art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências [...]."
> Esta emenda de redação elimina a desnecessária menção às guardas municipais no *caput* do art. 9º do projeto.

Na nossa opinião, ela deve ser rejeitada, porque as guardas estão presentes no §8º do art. 144 da Constituição Federal como agentes de segurança pública e no §2º do art. 9º como integrantes operacionais do Susp, sendo desnecessário excluí-las do *caput* do art. 9º do projeto. A meu ver, ele é, inclusive, contrariado, porque não há previsão hoje no art. 144 da Constituição da presença lá desses agentes.

Essa Emenda nº 3 é igual à de nº 7, que também chega agora, do Senador Antonio Carlos Valadares.

Então, em ambos os casos, o meu parecer será, Sr. Presidente, pela rejeição das Emendas nºs 3 e 7.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Em primeiro lugar, Presidente Edison Lobão, quero cumprimentar o Relator dessa matéria complexa, creio. Quero cumprimentá-lo pelo seu aniversário.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero lhe desejar muitas felicidades, saúde, vida longa. Que ele continue produzindo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, então, está bem!

Conheço o cuidado do Senador Anastasia e o rigor dele na apreciação das matérias, nos seus méritos, nas suas constitucionalidades e também no ajuste da legislação em vigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria indagar do Relator sobre ponderações feitas a respeito da questão do menor adolescente. Imagino que V. Exª, como Relator, as tenha recebido. Mas, como eu as recebi, estou passando a demanda a V. Exª.

O Conselho Federal de Psicologia está ponderando a inclusão do Sistema Socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública, o que ele considera – abrem-se aspas – "uma ameaça à consolidação no campo socioeducativo das políticas destinadas à infância e à juventude", e se manifesta contra medidas legislativas que tenham o objetivo de retirar a gestão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo da pauta de direitos humanos da criança e do adolescente, assim como a sua vinculação direta com o Sistema Único de Segurança Pública.

Da mesma forma, a Comissão Permanente da Infância e da Juventude, do Grupo Nacional de Direitos Humanos, vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e da União, também discorda da proposição, defendendo que seja respeitada a localização da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, por razões que apresenta.

Também o Conanda, em nota pública, da mesma forma faz as mesmas ponderações.

Então, eu gostaria de ouvir, da parte do Relator, a justificativa para isso, para contestar eventualmente as ponderações dessas entidades que me apresentaram essa demanda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Anastasia, para suas considerações.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu ouvi atentamente a ponderação da Senadora Ana Amélia. É um tema que deve ser mesmo esclarecido, porque várias pessoas indagaram.

Primeiramente é bom lembrar que o Susp cria um sistema. Ele não está criando ou retirando competências e atribuições dos órgãos; ele pretende tão somente operar de maneira mais otimizada. E, no art. 9º, prevê que nós teremos a integração desse sistema por diversos órgãos e lá lista a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, Polícia Ferroviária, polícias civis, corpos de Bombeiros, guardas municipais, órgãos do Sistema Penitenciário, órgãos do Sistema Socioeducativo – que é o tema que a Senadora aborda –, institutos oficiais de criminalística e medicina legal, Secretaria de Proteção e Defesa Civil, Secretaria de Políticas sobre Drogas, agentes de trânsito e guarda portuária.

Então, evidentemente, Senadora Ana Amélia e Srs. Senadores, nós não estamos, em nenhum momento, desde o projeto original que veio da Câmara, mesmo no que está aqui para ser aprovado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modificando o lócus institucional da Política Nacional Socioeducativa; ela continua normalmente no Direitos Humanos. O que a lei diz é que esse órgão, assim como vários outros órgãos que estão em outros ministérios, como a defesa civil, bombeiros e o da questão de drogas, vão estar dentro de um guarda-chuva de cooperação. Este é o problema que o Susp pretende resolver: a cooperação, a integração.

Quando Governador do meu Estado, Minas Gerais, o sistema socioeducativo tinha uma cooperação muito integrada com a segurança, porque sabemos que hoje, lamentavelmente a questão do adolescente em conflito com a lei existe, e o sistema socioeducativo tem de ter, dentro do sistema de direitos humanos ao qual ele integra e de toda sua proteção, uma correlação com essa política nacional mais ampla. É uma política geral com responsabilidade da sociedade.

Então, aqui nós não estamos em nenhum momento, Senadora Ana Amélia, retirando qualquer competência, qualquer atribuição, qualquer alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, nada. Nós só estamos dizendo que os órgãos socioeducativos, onde quer que eles estejam – nas estruturas federal, municipais ou estaduais –, em cooperação, também integram, para fins de estratégia, o Sistema de Segurança Pública, porque, de fato, quando um adolescente em conflito com a lei comete uma infração é também um problema de segurança pública. Então, a segurança pública tem de ter um arranjo mais amplo. Mas não estamos modificando nesta lei, em nada, as competências, o lócus institucional e as atribuições dos sistemas, quer nacional, estaduais e municipais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu agradeço.

Acho que o esclarecimento do Senador Anastasia deixa à luz, especialmente sublinha: não há nenhuma retirada de prerrogativa ou competência dos órgãos responsáveis pela execução das políticas relacionadas à proteção do menor e do adolescente. Então, não tenho dúvida sobre o alcance.

Também compreendo nessa explicação muito didática, como é da natureza do nosso professor e mestre Antonio Anastasia, exatamente a palavra que ele usou: cooperação entre os órgãos para que haja uma otimização dos resultados. Hoje, o Brasil vive um problema grave, porque não há integração, mesmo no estamento da segurança pública. E nós vivemos, no Rio Grande do Sul, hoje, um problema grave, que é o aumento da violência na área rural. E só agora, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado, foi criada uma força-tarefa para o atacar.

Hoje, a Confederação Nacional de Agricultura lança um observatório da violência na área rural, que aumentou, porque a violência migrou da área urbana, em que o policiamento ostensivo, as ações emergenciais, as ações mais diretas têm mais eficácia. Então, o crime está migrando para o interior. Os assaltos a agências bancárias nas cidades menores, todo o crime organizado está hoje migrando para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interior. E o crescimento do roubo na área rural, da violência no setor rural é alarmante exatamente por isso.

Bastou que houvesse uma integração entre a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal no Rio Grande do Sul, junto com o Ministério Público e a Assembleia Legislativa, para que fosse reduzida em 30%, em 20 meses, a incidência da violência lá. Porque não é só roubo de gado, que os gaúchos chamam de abigeato, mas também a violência, o roubo de tudo o que há dentro de um armazém, máquinas, implementos agrícolas, insumos. Esse é um problema que está grassando nos Estados, especialmente naqueles mais desenvolvidos do ponto de vista da agricultura e da pecuária. Então, é um dilema grave.

Agradeço a explicação do Senador Anastasia sobre a cooperação e o espaço que isso dá para melhorar o desempenho, a otimização. Então, agradeço.

Entendo que a demanda por não entendimento da compreensão e do alcance do relatório do Senador Anastasia tenha eventualmente criado a incerteza de que pudesse impactar sobre competência. Nada disso. Cada órgão vai continuar com as suas prerrogativas, conforme determina a lei.

Então, muito obrigada, Senador.

E parabéns, mais uma vez, pelo aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, o que, de fato, fez V. Exª foi atiçar uma explicação mais densa do Relator, Senador Antonio Anastasia, sobre essa questão. Portanto, foi uma intervenção muito oportuna a de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, me inscreva, por favor. Senador Valadares.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito mais que a minha inscrição para um debate, eu gostaria de solicitar um esclarecimento ao Senador Anastasia, que acaba, como sempre faz, com muito zelo, de apresentar um relatório muito claro e muito objetivo. Há algumas questões que me levam a algumas dúvidas.

O art. 144 da Constituição Federal define que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, de forma abrangente e subjetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 23 da Constituição Federal define que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios um conjunto de atividades, mas não relaciona entre essas atividades a atividade da segurança pública.

No art. 24, a Constituição consagra que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre", e de novo não explicita que segurança pública é algo que deva ser alvo de exercício e legislação concorrente. Ou seja, o Constituinte estabeleceu que temas como saúde e educação são compartilhados pelos três entes federados, mas não incorporou a segurança pública. Tanto que historicamente há uma reclamação dos Estados subnacionais acerca desse tema, não apenas segurança pública, mas política prisional de uma certa forma, porque o Depen atua, mas de maneira muito tímida, contribuindo com o Estado e também nas políticas socioeducativas. O fato objetivo é que para a segurança ostensiva, aquela que é exercida pela Polícia Militar e pela polícia judiciária, no caso, a Polícia Civil, a distância da União e do Governo Federal tem sido enorme até aqui.

A consulta que faço a V. Exª é se, ao instituirmos esse sistema – e V. Exª deixou muito claros os objetivos do sistema –, nós estamos resolvendo essas incertezas e a falta de clareza no texto constitucional. Porque eu inclusive sou autor de uma emenda constitucional, já aprovada aqui nesta Comissão, já aprovada pelo Senado da República, aguardando essa fila e essa morosidade da Câmara Federal, incorporando com clareza e objetividade, nos arts. 23 e 24, que segurança pública passa a ser também responsabilidade do Governo Federal.

Eu tenho uma dúvida em relação a esse tema e eu gostaria de me dirigir a V. Exª para questionar se, ao criarmos esse sistema, de alguma forma nós estamos equacionando essa distância. E diria mais, essa omissão do Governo Federal em ser um parceiro efetivo dos Estados federados no enfrentamento à segurança pública, sobretudo a ostensiva, que fica a cargo dos Estados, a partir das nossas polícias militares e civis.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Relator para as explicações devidas.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

O eminente Senador Ricardo Ferraço aponta de fato algo que é muito interessante e sempre foi objeto de grande indagação dos estudiosos do texto constitucional. Exatamente a expressão do *caput* do art. 144, que diz: "A segurança pública, dever do Estado" [...]. Esse Estado que está aqui evidentemente é o Estado nas três esferas, não é o Estado federado.

Mas em razão da redação que ele bem lembra das competências legislativas, deu-se sempre ao Governo Federal o escudo, a máscara, a proteção, a cortina, o biombo para alegar que segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública intraestadual não seria competência da União, seria tão somente do Estado. Só que a própria União já é competente, pelo texto constitucional, para os crimes interestaduais, para os crimes que vêm internacionais, através da fronteira, os de contrabando, entre outros, que estão na base da insegurança, eu diria, tráfico de drogas e contrabando de armas.

Por outro lado, sob o ponto de vista jurídico, o §7º do próprio art. 144, que nunca foi regulamentado e agora o é, diz: "A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades."

Então, com base nesse dispositivo do §7º, estamos plenamente autorizados a legislar, enquanto não há a clarividência, para que a emenda constitucional, de autoria de V. Exª, que teve aqui o nosso aplauso, torne mais explícito aquilo que já está implícito na Constituição, que é exatamente a competência da União para legislar em matéria de segurança pública, não só nas atribuições que lhe são privativas, que é o caso da competência da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal nos crimes interestaduais, fronteiriços, etc., como também na competência que tem hoje para disciplinar o funcionamento orgânico, harmônico, holístico e otimizado dos órgãos de segurança pública do Brasil, à luz do §7º do art. 144.

É claro que, quando a emenda vier, o tema será estancado de vez, mas hoje nós já temos esse amparo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu indago do Relator se deseja proferir desde logo o seu parecer sobre as Emendas nºs 4, 5 e 6.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Presidente. Eu já estava preparado para respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

As Emendas 4, 5 e 6 são de autoria do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, a quem eu quero aqui fazer, em primeiro lugar, um cumprimento pelo trabalho que faz nessa área também de segurança pública. Inclusive, redigiu nestes últimos dias uma manifestação nas redes sociais sobre esse tema, que é da sua especialidade, da sua atenção, do seu cuidado, mostrando de fato como ele tem muito interesse nesse assunto, que, aliás, interessa hoje não só ao Senado, à Câmara, mas ao País como um todo. Então, quero cumprimentá-lo também, como aos pares, pela iniciativa das emendas.

Todavia, a Emenda nº 4 trata, genericamente, de determinar que haveria uma política de proteção às vítimas e testemunhas, que seria colocada como um dos princípios. Mas ela pode ser rejeitada, porque a proteção às testemunhas já tem amparo legal na Lei nº 9.807/99, não havendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de reiterar o tema nesse projeto, motivo pelo qual, portanto, pedindo vênia e escusas, eu rejeito essa emenda.

Da mesma forma, a Emenda nº 5, que trata exatamente da questão dos direitos humanos. Vários dispositivos são colocados para evitar a questão da tortura, que evidentemente tem de ser sempre abominada. Essa emenda deve ser rejeitada, porque o projeto já trata sobejamente de direitos humanos, subentendendo a vedação à tortura. É desnecessário mencionar explicitamente a prevenção e o combate, que já estão contemplados nos incisos I e III do art. 4º, nos princípios; nos incisos IV, X e XIX do art. 5º, que são as diretrizes; e nos incisos IV, XIV, XV e XX do art. 6º, objetivos da Política Nacional de Segurança Pública. Então, a política, como um todo, nos seus princípios, diretrizes e objetivos, já abomina evidentemente a prática do crime de tortura e outras violações aos direitos humanos.

E, por fim, ele prevê a inclusão no art. 8º do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Essa emenda é rejeitada porque o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres já está amparado na Lei Maria da Penha, que é a Lei 11.340, de 2006, que já tem exatamente esse conteúdo.

Desse modo, pedindo mais uma vez vênia e cumprimentando-o pela preocupação e pela iniciativa das emendas, eu as rejeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Na fase de discussão, concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero parabenizar o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, por há muito tempo, desde o ano passado, estar colocando como pauta prioritária o tema da segurança pública. V. Exª mesmo, como Presidente da CCJ, e nós, em um esforço concentrado de todos os colegas, praticamente esvaziamos a pauta de projetos que se encontravam aqui há muitos anos para que pudéssemos levá-los a Plenário e mandá-los para a Câmara dos Deputados. E isso foi feito com certa celeridade.

Em relação a esse projeto, ele é um projeto tardio, é um projeto que já tinha de estar pronto há muito tempo. Imagine-se um país que é o mais violento do mundo, que representa praticamente entre 40% e 45% dos homicídios dolosos do mundo, no que se refere à violência não ter ainda um plano nacional de segurança pública! E é isso que este projeto, a princípio, faz. Primeiro ele cria esse Plano Nacional de Segurança Pública e, depois – o que eu acho que talvez seja o mais importante, Senador Anastasia –, ele também cria o Sistema Unificado de Segurança Pública, porque o grande problema hoje da segurança pública, que é um assunto complexo que não tem uma única origem ou razão, é, além de tudo, não haver a unificação de dados, de informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou muito longe: qual é o percentual de resolutividade dos crimes no Estado de São Paulo, no Estado do Rio de Janeiro ou no Estado do Mato Grosso do Sul, que é o meu Estado? São números que não são críveis. O que vai para o sistema, aquilo com que se alimenta o sistema, não é um número factível.

Então, por conta disso, sem a informação, não há nem que se falar em restruturação da Polícia, em equipar a Polícia. Não dá para ficar enxugando gelo! Nós precisamos começar pela origem, e a origem é realmente termos os dados oficiais, e dados unificados.

Quero parabenizar a iniciativa e a relatoria do Senador Anastasia, que aperfeiçoou o projeto, mas nós não podemos também nos enganar: esta lei é uma norma programática. Então, na realidade, ela está aqui estabelecendo normas gerais e princípios que serão norteadores dos caminhos a serem trilhados por nós, legisladores, pelo Executivo em suas políticas públicas e mesmo pelo Judiciário na sua atividade de julgador. Isso significa que essas normas terão ainda de ser aprimoradas com normas específicas e objetivas em relação a cada assunto novo tratado aqui.

Por isso é que eu me sinto também confortável, Presidente, e, com isso, quero, de alguma forma, tranquilizar a Senadora Ana Amélia, embora tenha certeza de que ela já se sente plenamente contemplada com as informações do Relator. Foram colocados aqui os órgãos que atendem as atividades socioeducativas, mas não colocaram esses órgãos como integrantes da segurança pública, apenas como órgãos que farão parte de um conselho e que, portanto, serão ouvidos no que se refere a essas atividades a serem tratadas. Ao contrário do que a princípio aponta a nota que foi entregue aos Senadores, eu acho que isso corrobora e dá apoio a uma proteção desse menor. A partir do momento em que os órgãos e conselhos relacionados a criança e adolescente vão participar do conselho no mínimo para serem ouvidos... São informações que eles terão das atividades que vão ser implementadas. Nesse aspecto, eu me sinto contemplada pelas alterações feitas pelo Senador Anastasia.

Mais uma vez parabenizo não só o Senador, mas todos os Senadores que estão envolvidos nessa questão. Inúmeros projetos, inclusive, constam da pauta de hoje, relacionados a esse tema.

No mais, eu só espero que nós possamos enfrentar o problema na origem, lembrando que isso passa por alteração do Código Penal, da Lei de Execução Penal, do Código de Processo Penal, por investimentos em nossas fronteiras e – a raiz de todos os problemas – por uma educação pública eficiente que combata não só a criminalidade, mas que venha com políticas complementares e atividades complementares de combate à questão do álcool e das drogas, porque grande parte da violência no Brasil hoje é fruto do tráfico de drogas, do tráfico de armas. Exemplo disso é o nosso querido e amado Estado, com a nossa capital, o Rio de Janeiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, quando eu assumi a Presidência desta Comissão, encontrei aqui dezenas e dezenas de projetos de lei e mensagens do Poder Executivo com relação a essa questão fundamental da segurança pública no Brasil. Reunimos todos e pedi à Senadora Simone Tebet que fosse a Relatora desses projetos. S. Exª fez uma sistematização de tudo, apresentou os seus pareceres e esta Comissão em caráter de urgência, votou todos eles.

Eu digo aqui uma palavra de reconhecimento, portanto, à Senadora Simone Tebet pelo trabalho que executou, à Comissão de Constituição e Justiça, que soube compreender a necessidade daquele momento, e, já agora, um agradecimento prévio, adrede, ao Senador Anastasia, que complementa, pela Comissão de Justiça, esse trabalho gigantesco em benefício da sociedade brasileira.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu inscrevo V. Exª e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Anastasia, em primeiro lugar, eu enalteço o trabalho, sempre brilhante nesta Comissão, do Senador por Minas Gerais, Antonio Anastasia, constitucionalista, professor emérito da universidade em Minas Gerais, pessoa totalmente preparada para exercer a sua função legiferante aqui no Senado Federal, notadamente dispondo sobre matérias importantes como esta que estamos a avaliar neste momento.

O Brasil está passando por um momento difícil, em que a violência invadiu o Território nacional, não só no meio urbano, mas também no meio rural. E isso tem causado sérios prejuízos à vida humana e também ao desenvolvimento normal de todas as atividades econômicas levadas a efeito em nosso País.

Eu poderia destacar, Sr. Presidente, por um dever de reconhecimento ao trabalho do Relator, 11 pontos que nós avaliamos como positivos na matéria. Contudo, para abreviarmos a nossa participação, entre esses pontos eu destacaria apenas três: criação de um sistema integrado em que os órgãos de segurança pública atuarão de forma conjunta e coordenada, envolvendo União, Estados e Municípios; ênfase na valorização e no reconhecimento dos profissionais que atuam na segurança pública, incluindo a formação e a capacitação continuada, em consonância com a matriz curricular nacional; e, em terceiro lugar, foco no planejamento e na avaliação das políticas de segurança pública, contando com os importantes instrumento que serão os planos de segurança pública com participação social.

Como eu disse, não vou evidenciar outros pontos para economizar tempo. No entanto, há algumas questões que merecem ser esclarecidas e aprimoradas. Por exemplo: proteção às vítimas e testemunhas. No projeto não há uma menção às vítimas dos crimes. A palavra "vítima" não aparece uma vez sequer entre os 50 artigos do projeto, que ocupam 35 páginas de texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que um sistema de segurança pública só se justifica porque existem pessoas que são vítimas de infrações penais. Essa preocupação adquire especial relevo quando consideramos a necessidade imperiosa de proteção das vítimas, das testemunhas e de todos que resolvam denunciar ou colaborar com a elucidação de crimes, correndo riso de retaliação, que pode ir de uma simples ameaça a um verdadeiro atentado contra a vida e a integridade física dessas pessoas.

É verdade que o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, felizmente, é uma realidade em nosso País. Como acentuou o nobre Relator, temos a Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, e o Decreto nº 3.518, de junho de 2000, que regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da lei supracitada, que dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas em dispositivo daquela lei.

Além disso, a Lei 11.530, de 2007, cria o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que se destina a articular ações de segurança pública para prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, esse programa é precário, muito em razão da falta de verbas e de estrutura para dar proteção efetiva a vítimas e testemunhas. Como se essa carência não bastasse, agora teremos um sistema integrado de segurança pública que não integrou a ele justamente o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas. Daí a pergunta: não deveria o Susp (Sistema Único de Segurança Pública) tratar esse assunto específico a fim de criar mecanismos mais eficazes de proteção a vítimas, testemunhas e todos os que resolvam colaborar com a apuração dos crimes?

Então, Sr. Presidente, eu acho que, como se trata de um projeto chamado Sistema Único de Segurança Pública, as vidas não poderiam estar ausentes desse projeto.

Eu pergunto a V. Exª, Sr. Relator: esse projeto não pode ser modificado aqui no Senado? Se for modificado no mérito, ele volta para a Câmara?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Isso mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Eu compreendo a situação de V. Exª.

O projeto realmente é importante, é inadiável, e o seu parecer veio dar um brilho maior a ele. No entanto, esse projeto seria mais completo se colocasse as vítimas como prioridade, e também as mulheres. Vou dizer o porquê: no art. 6º, entre os objetivos, está o combate à violência aos jovens, às mulheres etc. Mas, no art. 8º, que trata dos meios e instrumentos para a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública, existe, no inciso IV, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídios de Jovens, como meio capaz de implementar as medidas aqui adotadas nesse projeto, Sr. Presidente. Fala-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se de jovens. Por que não se colocar aqui, como emenda de redação, o termo "mulheres"? Eu acho que foi um erro. Foi uma ausência lamentável da parte do Governo, do Executivo, e também passou batido esse problema na Câmara dos Deputados.

Nós sabemos que a violência contra as mulheres é efetiva no Brasil. Isso precisa ser combatido tenazmente num projeto da maior importância para o nosso País, que vai ter não só repercussão como efetividade no combate à criminalidade. Pode-se incluir as mulheres com uma emenda de redação.

A Senadora Lúcia Vânia, do nosso Partido, pediu-me a apresentação de uma emenda de redação, retirando do art. 9º os guardas municipais, tendo em vista que a emenda deixa claro que o Sistema Único de Segurança abrange os órgãos mencionados etc. Ao tentar destacar os guardas municipais, o *caput* do art. 9º do projeto reforça um entendimento equivocado sobre o conceito de órgãos de segurança pública, na contramão dos julgados no Supremo Tribunal Federal.

Como as demais forças policiais que compõem o Susp não são citadas, as guardas municipais também não deveriam ser mencionadas, como se não fizessem parte do art. 144 da Constituição Federal.

Então, acho que é uma emenda de redação que não vai fazer nenhum mal, ao retirar essa questão, esta palavra, esta expressão "guardas municipais", e o projeto não volta para a Câmara e atende a nossa Senadora, que, com muita razão, pediu-me para apresentar essa emenda, como membro da Comissão de Justiça.

No mais, Sr. Presidente, eu queria agradecer ao nobre Relator a atenção e verificar a possibilidade da inclusão no seu parecer, em termos redacionais, de emendas que eu coloquei, como a da inclusão das mulheres no combate às violências, que não vão necessariamente obrigar essa matéria a voltar à Câmara dos Deputados.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e a V. Exª, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu concedo a palavra ao Senador Anastasia, Relator, para suas considerações a respeito da emenda proposta pelo Senador Antonio Carlos Valadares, e, em seguida, à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sou o próximo, Senador Lobão? Só estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª não é o próximo, mas é o seguinte.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está bem. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em seguida, ouviremos a Senadora Lúcia Vânia, que se inscreveu para debater o parecer do Relator.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

O objetivo do...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu pediria para fazer uma observação antes de o Senador Anastasia falar porque é o mesmo assunto, e eu estou inscrita logo em seguida, para economia de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, com a concordância do Relator.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção do Relator, Senador Anastasia, para o assunto da Emenda nº 7, que trata da alteração no *caput* do art. 9º. É entendimento, pelo menos da Guarda Municipal em todo o País, que a colocação, a explicitação das guardas municipais no artigo traria certa dúvida se elas pertenceriam ou não ao Sistema de Segurança Pública. Portanto, eu acredito que uma emenda de redação poderia tirar essa dúvida e iria ao encontro daquilo que eles estão solicitando.

O Senador Antonio Carlos colocou bem que a emenda de redação deixa claro que o Sistema Único de Segurança Pública abrange os órgãos mencionados nos incisos e nos parágrafos do art. 144 da Constituição Federal e seus integrantes, como guardas municipais e agentes de trânsito.

Ao tentar destacar as guardas municipais, o *caput* do art. 9º do projeto reforça o entendimento equivocado sobre o conceito de órgão de segurança pública, na contramão dos julgados no Supremo Tribunal Federal. Como as demais forças policiais que compõem o Susp não são citadas, as guardas municipais também não devem ser mencionadas, como se não fizessem parte do art. 144 da Constituição Federal.

Já o destaque para os agentes penitenciários e socioeducativos acho que já foi colocado aqui.

Então, eu chamaria a atenção do Senador Anastasia para que ele tivesse a sensibilidade de atender essa nossa solicitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminando minhas palavras, quero aqui cumprimentá-lo por seu trabalho. Sem dúvida alguma, é um grande especialista nessa área. A sua posição poderá acalmar ou, pelo menos, responder à inquietação dos guardas municipais, uma vez que é um especialista, é muito cuidadoso em relação aos projetos que relata. Portanto, eu gostaria de ouvi-lo sobre esse assunto, para que a gente possa dar uma resposta efetiva aos guardas municipais, que estão muito inquietos em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia pela contribuição.

Concedo a palavra ao Relator para sua explicação técnica.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Lúcia Vânia, primeiro, agradeço muito as palavras de V. Exª, como também as do Senador Antonio Carlos Valadares sobre o trabalho realizado numa matéria tão importante que é essa do Susp.

Quero reiterar aqui também meu respeito e apreço pelas guardas municipais, que têm tido um papel muito importante e que certamente agora, no Susp, terão uma força ainda mais robusta dentro das tarefas de segurança pública do sistema integrado ora criado.

O que acontece, eminente Senadora Lúcia Vânia e Senador Valadares, que tem a mesma emenda? O art. 9º do projeto que veio da Câmara coloca no *caput* que o Ministério é o órgão central do sistema e que o sistema é integrado pelos órgãos mencionados no art. 144 da Constituição, pelos agentes penitenciários, pelas guardas municipais e pelos demais integrantes operacionais, que atuarão nos limites de suas competências de forma cooperativa, sistêmica e harmônica. E depois elenca novamente todos eles, inclusive, no inciso VII, os guardas municipais.

O que poderia acontecer é, quando muito, um excesso, um plus, aquele famoso brocardo latino jurídico "*quod abundat non nocet*", ou seja, o que sobra não prejudica, porque eles estão no art. 144, no §8º, que diz: "Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei." É como estão as demais policias. Se eles estão sendo reiterados no *caput* do art. 9º e mais uma vez no elenco dos incisos, evidentemente, a meu juízo, nada, nada, nada, reitero, nada macula, tira ou põe em dúvida a sua inserção. Ela está sendo até duplicada. Ela está sendo mais reiterada ainda.

Por outro lado, pedindo escusas – a Consultoria nos orienta sobre esses termos mais técnicos –, quero dizer que não se trata de uma emenda de redação nesse caso, que seria mesmo uma modificação de conteúdo. Ela seria, portanto, modificativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como me parece que não temos aqui nada que prejudique... Já há o acórdão que assim determina; o art. 8º é explícito. Eles estão no *caput* e estão nos incisos. Quer dizer, o que se está dizendo é que eles estão plenamente inseridos no sistema e compõem o sistema até mais que os outros, porque eles estão sendo reiterados. Então, não me parece que haveria, volto a dizer, qualquer dúvida ou qualquer prejuízo a essa categoria, que é tão importante, motivo pelo qual eu rejeitei a emenda do Senador Valadares.

Da mesma forma, Senador Valadares, nós colocamos na questão das mulheres e das vítimas que já há legislação específica sobre o assunto. Por isso, rejeitei as emendas.

E, no caso do enfrentamento ao homicídio de jovens, há um projeto de lei que tramita na Câmara e que logo virá para a apreciação do Senado, trazendo também essa política, motivo, então, que nos levou a essa rejeição.

Era o que eu queria explicitar, Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Pela ordem.) – Quero só agradecer ao Senador Anastasia a explicação e deixar claro para os guardas municipais que o Senador Anastasia, que é um especialista na área, está dizendo no seu relatório que não há prejuízo definitivamente para os guardas municipais. Nós vamos acatar a decisão dele, mas deixando claro que, posteriormente, vamos buscar outro caminho para responder aos anseios desses guardas, que desejam deixar mais explicitada essa situação.

Portanto, agradeço ao Senador Anastasia o seu esclarecimento. Acredito que o esclarecimento de V. Exª vai dar tranquilidade aos guardas municipais, porque V. Exª sabe o que está fazendo e jamais iria prejudicar uma categoria tão importante para os Municípios brasileiros. V. Exª, que já foi governador, sabe do serviço que eles prestam às comunidades, principalmente às capitais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lúcia Vânia – aqui eu me dirijo também ao Senador Antonio Carlos Valadares –, eu entendo que o parecer do Relator, não o substitutivo, está consentâneo com a necessidade da urgência de votação desse projeto. Daí ter S. Exª feito algumas emendas de redação, puramente de redação. Mas a emenda de redação tem um limite, tem uma fronteira. Se nós ultrapassarmos essa fronteira, nós cairemos na alteração do mérito do projeto, e, nessa hipótese, ele teria de voltar à Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é bom? É bom, é muito bom. Eu li o projeto. No meu ponto de vista, ele é bom. Porém, realmente, comporta algumas iniciativas aditivas, como essa que V. Exª agora propõe, embora com a explicação do Senador Antonio Anastasia de que o tema já está, de algum modo, contemplado, porque não altera a situação das guardas municipais.

Então, eu próprio decidi apresentar um projeto que não modifica o atual, que acrescenta alguma coisa que considero útil logo após a sanção deste que estamos discutindo hoje. Penso que, se V. Exªs estiverem de acordo, será nessa ocasião que até poderemos juntar as ideias e apresentar algo mais denso. É isso que estou comunicando agora ao Plenário da Comissão.

O Senador Lindbergh também tem ideias a respeito desse tema.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sou eu?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou esperando ansiosamente para falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É só para fechar. Eu gostaria apenas, até discordando em parte do Relator, Senador Anastasia, e querendo contribuir nesta questão com a Senadora Lúcia Vânia em prol dos guardas municipais, fazer um levantamento em relação a esse assunto aqui que acho da mais alta importância.

Em tempos de instabilidade jurisprudencial, para não dizer outra coisa, em tempo de insegurança jurídica, quando temos a mais alta Corte do País ora decidindo de um jeito, ora decidindo de outro – dou o exemplo da prisão em segunda instância independentemente do trânsito em julgado da sentença, que, por diversos anos, pôde ocorrer, que depois não pôde mais ocorrer e que agora pode ocorrer –, em função disso, é bom lembrar que a Constituição Federal, no art. 144, *caput*, não fala que as guardas municipais são órgãos da segurança pública. Apenas o §8º diz que os Municípios poderão criar guardas municipais. Consequentemente, por que as guardas municipais hoje são considerados órgãos de segurança pública? Por uma interpretação, a meu ver correta, do Supremo Tribunal Federal, mas isso não significa que o Supremo não possa, provocado, mudar de ideia. Acredito que não mudará – é uma coisa tão óbvia –, mas pode mudar.

Consequentemente, o projeto, como está, não prejudica os guardas municipais; ao contrário, ele dá segurança jurídica, dá uma proteção às guardas municipais, que, sendo ou não órgãos da segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública no futuro, se o Supremo decidir diferentemente, farão parte do Sistema Único de Segurança Pública.

Acho que essa é uma mera contribuição à interpretação de uma modesta Senadora. Quem sou eu para contrariar o Senador Antonio Anastasia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O resultado é o mesmo. O resultado é o mesmo em relação ao projeto, mas não em relação a uma apresentação futura de um projeto retirando os guardas municipais do art. 9º desta lei.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nós ouviremos agora o Senador Eduardo Lopes e, em seguida, o Senador Lindbergh Farias.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o nosso Relator, Senador Anastasia.

Ontem, inclusive, eu tive uma conversa com um vereador oriundo da Guarda Municipal da cidade do Rio de Janeiro, que tem um contingente de quase oito mil; no Estado, são 15 mil. E a preocupação é a mesma aqui manifestada pela Senadora Lúcia Vânia e também pelo Senador Valadares. Também fui atendido com a explicação.

Eu gostaria até de aproveitar, apesar de aqui os órgãos do Sistema de Atendimento Socioeducativo também já estarem contemplados, para fazer uma consulta ao Relator, não dentro do projeto, para não alterá-lo, da forma como nós o estamos discutindo.

Recebi representantes dos agentes que atuam no Sistema de Atendimento Socioeducativo, e eles falaram de suas dificuldades, dos equipamentos, das dificuldades de trabalho, de ameaças de morte. Mortes já aconteceram no Rio de Janeiro. E a intervenção não está colocando, dentro da sua área, do seu espectro, os agentes socioeducativos, dificultando até a questão de liberação de recursos via intervenção, uma vez que o Estado está sob intervenção.

Então, eu gostaria que a gente pudesse pensar, porque, ao deixar esses agentes fora da ação da intervenção, você está os prejudicando, e muito, porque todo recurso agora de segurança do Estado do Rio de Janeiro passa pela intervenção. Então, precisamos conversar para ver o que podemos resolver. Ou, se aqui já fica atendido, eu só comunico ao inventor a inclusão das ações e da liberação de recursos para os agentes socioeducativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabenizo o Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Lindbergh, V. Exª está com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, falar de sistema de segurança pública hoje, no Brasil, é falar de algo que não funciona, não é, Senador Anastasia? Há muito pouca investigação, 60 mil assassinatos por ano.

Eu pediria licença ao assessor aqui, porque está na...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª não conseguirá.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que está na frente mesmo da... Desculpe!

Há 60 mil assassinatos por ano, e, infelizmente, 77% são jovens, negros, moradores das periferias. E as soluções, Senador Anastasia, que eu vejo aqui são sempre improvisadas. Sobre o aumento de pena, nós já somos a terceira população carcerária do mundo, com 720 mil presos. Eu pergunto: de que adianta colocar um jovem que furtou numa penitenciária de São Paulo comandada pelo PCC? Nós estamos fabricando... É o Estado, com essa política, que está colocando essas pessoas como exército dessas facções organizadas.

E aqui houve um debate sobre a intervenção federal, Senador Anastasia, antes de entrar na questão do Susp. Lembre-se de que discutimos aqui e que nós dizíamos aqui: "Olha, é uma ação de *marketing* feita em cima da hora, sem planejamento." Eu tirei um dado do Siop de hoje, Senador Lobão. O senhor sabia – essa medida provisória é de 27 de março, e nós estamos em 9 de maio – que, até agora, nenhum centavo foi liberado para a intervenção do Rio de Janeiro? Nós fizemos esse debate aqui, e muita gente dizia: "Ah, isso vai resolver!" E nós dizíamos: "Não, aquele soldado não é preparado para aquilo." Os números são números impressionantes, Senador Anastasia!

Eu estou falando isso por causa do improviso. Há certo populismo em cima desses temas. Toda vez, alguém diz: "Aumentar pena vai resolver o problema, a intervenção militar..." Os senhores que votaram aqui olhem: nos assassinatos, houve um aumento de 19%; houve aumento de tudo, com tiroteio, com bala perdida! Houve 12 chacinas, com 52 vítimas; no ano anterior, tinham sido 7, com 27 vítimas – estou só comparando. Todos os números pioraram! É que não resolve!

Aqui, entro num tema que é central: não há investigação no País. Quanto aos homicídios no Brasil, apenas 6% são investigados, e menos de 2% são resolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou autor de uma PEC, a PEC 51. O Senador Tasso Jereissati é autor de outra PEC muito parecida, que fala da reforma das polícias.

Senador Armando Monteiro, só a Polícia Militar, no mundo inteiro, é que não investiga. Toda polícia tem ciclo completo. O agente que está na rua fazendo policiamento ostensivo e preventivo está de olho, começa a investigação. Então, aqui nós temos uma jabuticaba. O pessoal da Polícia Militar quer essa mudança.

Na minha PEC, eu falo de outros temas, falo de carreia única, falo de desmilitarização. Agora, esse tema do ciclo completo é fundamental, é um debate que temos de travar. São necessárias mudanças estruturais.

Entrando na questão do Susp, que foi um projeto que veio no governo da Presidenta Dilma Rousseff. Eu tenho a certeza de que, se o Senador Anastasia, que sempre aqui é muito equilibrado e que, pela sua competência, discute com todos – faço questão de reconhecer isto –, não estivesse preso a esta tese de que não pode modificar nada, para o projeto não voltar para a Câmara, ele faria um grande relatório e resolveria tudo. O problema é que não dá, Senador Anastasia, sinceramente! O projeto ficou seis meses parado lá, e aí colocam como Relator, com todo o respeito, o Deputado Fraga. Ele foi o Relator disto aqui! E a gente não vai poder mexer? Não dá, não dá!

Essa questão do agente socioeducativo é a cara do Fraga, desse pessoal da bancada da bala, que acha que tem de resolver o problema de infância, de criança e de adolescente de 12 anos e de 13 anos com polícia, na bala! É a cara deles! Infelizmente, é a cara deles! Não dá para aceitar votar assim.

Eu queria, Senador Anastasia...

O Senador Anastasia, se fizer esse relatório, eu garanto que vai ser um relatório primoroso; ele vai ajustar, ele vai mexer. Eu acho, Senador Lobão, que a gente não pode fazer isto aqui de afogadilho.

Eu vou, daqui a pouco, anunciar que vou pedir vista. Devo dizer, Senador Anastasia, que há outros temas sobre os quais eu queria conversar. Eu acho que a questão do sistema penitenciário – não sou contra que esteja lá – tem de estar lá, mas há especificidades que tinham de ser realçadas. Em relação às metas do sistema, acho que a contribuição dos conselhos e da sociedade civil é muito importante.

Nessa área, Senador Lobão, há entidades extremamente importantes, há fóruns, há várias entidades muito importantes que trabalham com dados. Então, se trabalharem com o Governo na questão das metas, isso melhora as metas. O plano de dez anos, na nossa tese, tinha de ser de quatro anos, um pouco como é no SUS também.

Ou seja, Senador Anastasia, novamente, eu digo que sei das suas limitações, porque o senhor tirou essa estratégia. É claro que a gente fica com medo de que volte para a Câmara e de que demore

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito, mas eu acho que, do jeito que está, a gente tinha de fazer modificações e de chamar o pessoal da Câmara dos Deputados para fazer uma mudança aqui e votar lá com velocidade.

Dessa forma, como há também muitas questões para serem resolvidas, como a questão da guarda municipal e tudo, quero pedir vista, garantindo que a gente volte a discutir esse tema.

O Senador Lobão, Presidente, me fez um apelo. Eu sempre gosto de atendê-lo, mas, neste caso, conversando aqui com a assessoria e com outros Senadores do PT, a gente acha necessário, para amadurecer em uma semana, pedir vista desse relatório, com todo o respeito ao Senador Anastasia.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, peço vista coletiva.

Eu gostaria de me manifestar em relação à questão dos menores também. Acho isso extremamente delicado, acho que temos de ter cuidado, porque as ações socioeducativas hoje também estão relacionadas à questão da maioridade ou não. Essa é uma discussão que passa por aí também, que é muito mais complexa. Quando nós colocamos essas ações socioeducativas no mesmo sistema de adultos, nós acabamos com as ações socioeducativas, até onde eu pude entender desse projeto.

Em relação à guarda municipal, e é por isso que eu também estou pedindo vista, ela não é só guarda do patrimônio, ela guarda escolas, e, nas escolas, há pessoas, crianças. Então, ela também faz parte de um sistema de segurança, não só de um sistema de patrimônio. Então, acredito que, se nós fizermos uma vista coletiva, teremos mais possibilidade de reflexão sobre esse tema, que é muito, muito sério.

E parte do que o Senador Lindbergh colocou eu creio que procede também. É um assunto que... Nós já pagamos alguns micos, eu diria, com a reforma trabalhista, em que não pudemos depois fazer uma votação adequada na nossa Casa, e acho que, pela importância do tema, nós deveríamos ter cuidado e fazer o que tem de ser feito, ainda que seja preciso demorar mais tempo.

Todos aqui estamos cheios de dedos, porque o Senador Anastasia tem um respeito na Casa – tem o meu respeito, pessoal, enorme –, o que faz com que tenhamos certo constrangimento, mas o tema é muito importante, e acho que devemos realmente ter um aprofundamento diferente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em seguida, eu concederei a palavra, pela ordem, a V. Exª, se V. Exª estiver de acordo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria me manifestar, mas acho que essa questão está superada com o pedido de vista.

Agora, eu queria pedir algo a V. Exª. Em homenagem a esse esforço que V. Exª tem promovido para fazer um verdadeiro mutirão nessa questão da priorização dos projetos da área de segurança pública, eu pediria a sua atenção para a inclusão extrapauta do PLS 227, que já esteve na pauta durante longo tempo aqui na Comissão e que, agora, está sob a nova relatoria da eminente e competente Senadora Simone Tebet.

Eu pediria a inclusão, porque o projeto trata de um tema que tem perfeita compatibilidade com a matéria que nós discutimos anteriormente, que é a questão do registro unificado de ocorrências. Sabe V. Exª que hoje existe uma espécie de vitimização secundária, cujo infrator é o Estado, porque as pessoas ficam obrigadas a ir a uma delegacia, a esperar ou a se deslocar quilômetros – 60km, 80km – para fazerem um registro, quando esse sistema pode ser descentralizado, dentro desse espírito de compartilhamento de informações.

Portanto, eu pediria a atenção de V. Exª para que pudéssemos incluir extrapauta esse projeto, que tem perfeita compatibilidade com o que preconiza a proposta da Política Nacional de Segurança, que prevê a unidade de registro de ocorrências policiais.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Senadora Lúcia Vânia...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ...havia solicitado a palavra pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Peço a palavra pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em seguida, falará o Senador Roberto Rocha.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – E quero falar pela ordem também depois.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na eventualidade de não haver modificação nesse pedido de vista, eu quero cumprimentar V. Exª pela decisão de estruturar um novo projeto em que a gente possa fazer essas correções com o objetivo de ficarem mais claras essas posições demandadas pela sociedade. Portanto, quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar V. Exª por essa iniciativa, o que nos dá tranquilidade. Na eventualidade de se decidir, nesse pedido de vista, não fazer nenhuma modificação, nós o faríamos, então, através do seu projeto de lei.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

Senador Roberto Rocha...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Quero falar pela ordem, Sr. Presidente, depois.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Depois, quero falar pela ordem também, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu pedi também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu tenho um projeto, que é o item 21. Eu gostaria de saber se poderíamos apreciá-lo em algum momento nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª pela direção dos trabalhos e cumprimento o nobre Senador Anastasia pelo relatório.

Quero dizer que é muito importante a inclusão do agente socioeducativo nesse projeto. Quero homenagear todos os agentes socioeducativos do Brasil inteiro na pessoa do Presidente do Sindicato dos Servidores da Carreira Socioeducativa do Distrito Federal, Walter Marques.

Estivemos reunidos com o eminente Relator e deixamos claro que o agente socioeducativo tem sofrido pressão no Brasil inteiro depois do assassinato de diversos componentes dessa carreira socioeducativa. Eles trabalham diuturnamente com menores infratores, correndo todo tipo de risco, como a ameaça à vida, inclusive. Aqui, em Brasília mesmo, tivemos duas vítimas fatais, pessoas que foram assassinadas por menores infratores que saíram por estarem em condição difícil.

Então, a inclusão do socioeducativo no Susp é de um acerto sem tamanho! Com todo o respeito que tenho pelas pessoas que estão contra essa questão, quero registrar aqui o acerto do Relator do projeto, Deputado Fraga, e do Relator nesta Casa, o Senador Anastasia, na manutenção do socioeducativo compondo o Susp e na preocupação com relação às guardas municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo apresentei uma emenda solicitando a inclusão dos agentes metroviários. Compreendi aqui a posição do nobre e eminente Relator, Senador Anastasia, e vamos, em momento oportuno, apresentar outro projeto de lei para discutir a questão dos agentes metroviários.

Meus cumprimentos a V. Exª. Parabéns pela condução dos trabalhos!

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, o item 18...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª, quanto ao tema anterior, do qual não nos desembaraçamos ainda, anunciou que pediria vista, mas não pediu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pedi! Pedi vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª falou que pediria ao final de sua fala.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, eu peço vista. Até a Senadora Marta Suplicy o fez também. Desculpe, Presidente! Muito obrigado. A Senadora Marta pediu vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Exatamente, mas é que V. Exª anunciou, mas não pediu. Em todo caso, está feito o pedido agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Peço desculpas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É que o pedido de vista implica a interrupção da discussão do projeto.

O Senador Roberto Rocha havia solicitado também a palavra pela ordem. Eu vou conceder a palavra pela ordem a S. Exª e encerrar a discussão do projeto em razão da vista solicitada.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, falarei muito brevemente, já que foi solicitada vista. De fato, o Senador Lindbergh disse que iria pedir vista, mas não a pediu; agora, de fato, pediu.

Vou deixar para tratar do conteúdo da questão em outra oportunidade, mas eu me permito o direito de apenas fazer uma constatação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, as esquerdas nasceram do confronto com o regime militar, em pleno regime militar. Daí carregam consigo permanente desconfiança em relação aos sistemas policiais. Quando tiveram oportunidade, foram incapazes de formular políticas públicas para a segurança pública, por tratá-las como políticas repressivas, não como políticas sociais.

Essa é uma constatação que eu faço, dizendo também que, neste País, temos muitas ONGs que tratam de questões ambientais, de educação, de saúde, mas não temos ONGs que tratem do tema da segurança pública. Daí a questão é permanentemente vista como uma agenda da direita. Eu penso que, pelo menos nessa questão da segurança pública, nós temos, sim, de fazer um jejum ideológico, porque não dá para ficarmos nessa agenda política de esquerda ou de direita em relação a um tema que afeta todos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Só quero perguntar se eu estou atrapalhando aqui a conversa deles, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Então, acho que devemos enfrentar definitivamente essa questão que nos ameaça permanentemente, que é o tema a segurança pública.

Aproveito ainda para, mais uma vez, solicitar à Comissão de Constituição e Justiça que instale a Subcomissão de Segurança Pública, pois não entendemos por que, no Senado Federal, que é a Casa da Federação brasileira, que representa os Estados, não há uma comissão permanente para discutir o tema da segurança pública e o combate às drogas. Mas eu sei que V. Exª é sensível e vai, nos próximos dias, instalar pelo menos a Subcomissão de Segurança Pública.

Quanto ao projeto em si, reservo-me para debatê-lo em outra oportunidade, uma vez que foi pedida vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Roberto Rocha, o tema a que V. Exª se refere, a Subcomissão de Segurança Pública, está em cogitação desta Presidência, assim como está o nome de V. Exª para coordenar esses trabalhos.

Sobre o pedido de vista – peço a atenção do Relator, Senador Antonio Anastasia –, o §1º do art. 132 do Regimento Interno, Senador Lindbergh, estabelece que o pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Lindbergh pediu vista, tudo dentro dos preceitos regimentais, e, em seguida, a Senadora Marta Suplicy solicitou a vista coletiva. Entretanto, o que indago do Relator é se S. Exª opina pela concessão de vista por um dia, por dois dias, o que está na competência do Presidente decidir, ou se por cinco dias úteis, a fim de que voltemos ao assunto na próxima reunião.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu acho que, na realidade, o pedido de vista deve atender ao critério da normalidade da Comissão. Eu sou muito tranquilo e sereno quanto à nossa rotina, até porque, se marcarmos uma reunião para amanhã, poderá não haver quórum, e o tema, de fato, é delicado.

A decisão de V. Exª, é claro, terá sempre o meu aplauso, mas acho que, de fato, a rotina é a mais adequada, salvo se V. Exª entender que há a necessidade de uma convocação extraordinária. Contudo, repito, parece-me mais adequado manter o ritmo normal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Presidência, então, concede vista coletiva por cinco dias úteis.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Voltaremos ao assunto na próxima semana.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria a atenção, inclusive, do Senador Lindbergh, da colega Senadora Marta e do Relator, Senador Anastasia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É só uma sugestão para aproveitarmos bem esta semana, porque acho correta a posição do Senador Anastasia de cumprir o rito de uma semana, para que todos nós deliberemos sobre esta matéria na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lobão, o senhor está fazendo um esforço de trazer esses temas para o debate e para a deliberação, o que é muito correto. Eu cumprimento V. Exª. O Brasil inteiro clama, de alguma maneira, que se façam alguns ajustes na legislação. Nós não aguentamos mais viver essa verdadeira guerra civil.

Agora, faço um apelo ao Senador Anastasia e aos colegas Senador Lindbergh e Senadora Marta, porque nós já fizemos isso em outras ocasiões. De fato, pegar um projeto do jeito que veio da Câmara e não opinar sobre ele, não modificá-lo nem aperfeiçoá-lo em nada é terrível, mas há um mecanismo que temos usado: em questões mais delicadas e sensíveis, pode haver um entendimento do Relator com o Governo e com os colegas que estão opinando – quem sabe? –, para haver uma decisão de veto de alguns pontos. Só estou sugerindo isso durante esta semana, para que possa haver algum diálogo, porque aí podemos avançar no que for possível, para que, ao mesmo tempo, algumas questões mais sensíveis que estão embutidas no projeto não sejam passadas adiante por nós sem nenhuma deliberação do Senado Federal, que pode, certamente, aperfeiçoar um projeto como este.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Presidente, o item 14, de que sou Relator, é não terminativo. Peço a gentileza, se possível, de eu poder fazer a leitura para que possamos iniciar a votação dos projetos que não são terminativos por este.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, há o item 18, que é de interesse de todo o movimento da pessoa com deficiência e que é relatado pela Senadora Lídice da Mata. É um projeto terminativo, Senador Lobão, e acho que ele seria aprovado aqui por unanimidade. Eu queria perguntar a V. Exª se há quórum para votação de matéria terminativa. A Senadora Lídice está em outra sala, e eu a chamaria imediatamente para fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Lindbergh, tivemos um quórum robusto, mas já agora, ao longo dos debates, o quórum foi escasseando. Já não temos quórum para deliberação. Vamos, então, votar o item 13 e, em seguida, o item 14, que não são terminativos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, eu poderia fazer um apelo a V. Exª?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E, após a votação desses projetos não terminativos...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu peço a votação do item 21 também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ...nós examinaremos os pedidos extrapauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, eu só queria fazer um pedido. Na verdade, hoje, no Brasil, todas as federações e associações de pessoas com deficiência estavam paradas, escutando a reunião desta Comissão. Eu sei disso porque há a Federação das Associações de Síndrome de Down, e V. Exª sabe...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E V. Exª está brilhando.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...que eu tenho um envolvimento nessa questão.

Então, o que eu queria pedir? Será que a gente conseguiria colocá-lo entre os primeiros pontos da pauta na reunião da próxima quarta-feira? É um ponto consensual, mas muito importante. É um projeto que fala de autonomia das pessoas com deficiência. Se V. Exª conseguir colocá-lo como o primeiro ponto terminativo ou o segundo, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997.

Autoria: Deputado Hugo Leal

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para fazer a leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª apregoou, trata-se de projeto de lei que vem da Câmara. É, de fato, um projeto longo, com um relatório muito longo. Então, vou tomar aqui o cuidado de pinçar os pontos mais relevantes desse projeto, que trata da responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 1997.

Na realidade, como conhecemos bem, a responsabilidade civil do Estado é objeto de uma interpretação já muito antiga, e esse projeto veio de autoria, inicialmente, do então Deputado Flávio Dino, de uma sugestão que veio do Ministro do Supremo, Ministro Gilmar Mendes. Foi aprovado na Câmara dos Deputados com 20 artigos, que depois sumario aqui.

No mérito, Sr. Presidente, já de há muito tempo se reclama a elaboração de uma lei que consolide num só diploma as regras de responsabilidade civil extracontratual do Estado. Atualmente, essas regras estão esparsas na legislação administrativa, civil, processual, ou mesmo decorrem de construção jurisprudencial diretamente calcada no §6º do art. 37 da Constituição Federal.

Nesse sentido, é muito oportuna a iniciativa da Câmara, em geral, e do Deputado Hugo Leal, em particular, em permitir o avanço de qualidade da legislação e, por que não dizer, de segurança jurídica. Entendemos, no entanto, que se pode avançar ainda mais, para se criar um verdadeiro Estatuto da Responsabilidade Civil do Estado, consolidando regras de direito material e processual dos vários ramos do Direito que tratam do tema da responsabilidade extracontratual. Esse foi o caminho trilhado em Portugal, com a promulgação do chamado “Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas”, que foi feito lá em 2007, até mesmo por exigência da União Europeia.

Na verdade, o PLC, embora trate de vários temas importantes, pode ser aperfeiçoado para que sejam incluídas matérias que faltaram na versão aprovada pela Câmara, ou mesmo a fim de que seja dado tratamento mais moderno – e até ambicioso – a alguns temas. Nossa sugestão é que seja aprovado um substitutivo, mantendo as linhas mestras do projeto de lei da Câmara – com as exclusões já sugeridas aqui – com as modificações a seguir elencadas.

Optamos, em nosso substitutivo, por arquitetar um verdadeiro Estatuto da Responsabilidade Civil (Extracontratual) do Estado. Assim, a emenda se organiza em duas partes, uma dedicada ao direito material; outra, ao direito processual.

Deixamos que se mantenham regidos por legislação específica, porém, a responsabilidade contratual (mais bem encaixada na Lei de Licitações), a decorrente de desapropriação (pois se trata de microssistema com regras totalmente próprias) e os casos de responsabilidade por risco integral.

E aí vem, Sr. Presidente, a primeira parte, que trata do direito material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de inovação em relação à versão do PLC aprovada pela Câmara, tentamos, no substitutivo, explicitar melhor a extensão da responsabilidade (art. 1º) dos delegatários de serviços públicos. Também foi redigido de forma mais direta o dispositivo que trata dos elementos da responsabilidade (art. 2º). A conduta do agente público nessa qualidade – não necessariamente no exercício regular das funções, mas também nos casos de excesso de poder – é regulada no art. 4º; o dano (art. 3º) precisa ser real, atual, e injusto (superior ao sacrifício que normalmente é exigido da vida em sociedade), não se considerando danosa a mera frustração de expectativas, exceto quando o Estado as tenha induzido; e deve haver um nexo de causalidade entre a conduta e o dano (art. 5º), seja porque o dano foi diretamente causado pelo Estado (ou seus agentes) ou porque este se comprometeu a evitar sua ocorrência. A seguir, cito a doutrina na qual amparei tal posição.

O direito de regresso está previsto no art. 13, sem grandes alterações em relação ao direito material.

Também não há maiores novidades quanto à responsabilidade por atos dos agentes (art. 6º), que é objetiva, mas pode ser excluída nos casos já tradicionalmente reconhecidos (culpa exclusiva da vítima, ato exclusivo de terceiros ou caso fortuito ou força maior). Inspirados na legislação portuguesa, previmos que a culpa concorrente da vítima atenua a responsabilidade, mitigando (mas não excluindo) o dever de indenizar. A responsabilidade por omissão é prevista como subjetiva (art. 8º), dependendo de demonstração de dolo ou pelo menos de culpa (ainda que anônima). Põe-se fim, com isso, a enorme controvérsia sobre o tema na jurisprudência recente – e se o faz, diga-se, em consonância com o projeto original do Deputado Hugo Leal. A responsabilidade, porém, será objetiva quando o Estado tiver o dever de evitar os danos, como ocorre com as crianças sob guarda estatal em escolas públicas, por exemplo.

Outro ponto polêmico, ao qual não podemos nem devemos nos furtar, em debate sobre temas tão sensíveis, diz respeito à responsabilidade do Estado por atos judiciais. Estão previstas também as funções essenciais à Justiça (art. 11) ou legislativos (art. 12), terreno pantanoso, onde buscamos um equilíbrio na doutrina do Prof. Juarez Freitas, restringindo-se a responsabilidade civil do Estado-juiz quando a decisão for reformada e tiver havido dolo ou culpa grave do órgão julgador. Logicamente, a regra é excepcionada nos casos de condenação penal por erro judicial, à qual a Constituição Federal deu tratamento distinto.

Por atos de agentes de funções essenciais à Justiça responderá o Poder Público, além das regras vigentes, quando o próprio Estado-juiz reconhecer que houve, por exemplo, litigância de má-fé.

Em relação aos atos legislativos, estamos a positivar a doutrina e a jurisprudência dominantes, que reconhecem o dever do Estado de indenizar os casos de leis de efeitos concretos que gerem prejuízos não ordinários a pessoas determinadas; ou prejuízos causados por leis posteriormente declaradas inconstitucionais, ou em sede de controle concentrado de constitucionalidade, ou mesmo nos casos de controle incidental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, quanto ao direito de regresso (art. 13), não há grandes novidades em relação ao ordenamento em vigor, exceto pela previsão já citada de responsabilização de juízes ou autoridades equiparadas, nos casos de dolo ou culpa grave; e pela positivação da inexistência de direito de regresso nos casos em que os Parlamentares atuem protegidos pela imunidade constitucional material por opiniões, palavras e votos, conforme o texto constitucional.

No direito processual é que trazemos maiores novidades.

Em primeiro lugar, propomos – em alteração da jurisprudência do Supremo, e para concordar com a doutrina majoritária – que a legitimidade passiva da ação de responsabilidade civil passe a poder ser não apenas do Estado, mas também do próprio agente público causador do dano (art. 14), cabendo à vítima escolher quem aciona: apenas o Estado, apenas o agente, ou ambos.

De qualquer forma, caso a vítima deseje acionar apenas o agente público, obviamente estará renunciando em caráter irretratável ao direito de acionar o Estado – é uma verdadeira opção que se deve fazer, afinal. Da mesma forma, no caso de serem processados conjuntamente o Estado e o agente causador do dano, abre-se margem para que o Poder Público discuta, na mesma ação, seu direito de regresso, já que o próprio autor da ação já a propôs fundamentado no dolo ou culpa do agente.

Também buscamos resolver a polêmica questão da denunciação da lide, hoje tratada no inciso II do art. 125 do Código de Processo Civil. De acordo com o texto do substitutivo, a denunciação da lide (para que o Estado busque exercer o direito de regresso) só será possível quando o próprio autor já fundamentar sua alegação na existência de dolo e tal intervenção de terceiro não tumultuar o processo. De qualquer sorte, sempre que não se admitir a denunciação da lide, poderá o Estado – deverá, em verdade – ajuizar ação autônoma de regresso, além de ser possível o ressarcimento administrativo do dano.

No art. 18, estabelecemos a regra de prescrição, acrescentando apenas que a ação de regresso é imprescritível, nos termos do que dispõe a Constituição Federal.

Nas disposições finais, Sr. Presidente, mantivemos a regra de revogação do art. 1º-C da Lei nº 9.494, de 1997, com duas alterações: a vigência do Estatuto após 180 dias de sua publicação, até mesmo em virtude das alterações em normas processuais; e a previsão de aplicação subsidiária do Código Civil, em relação às regras de direito material, e do Código de Processo Civil, quanto às disposições processuais.

No voto, opinamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, na forma do substitutivo que segue – vou abster-me de sua leitura, porque faz parte do relatório e, de fato, é um pouco longo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, Sr. Presidente, essa é a proposta de um novo estatuto da responsabilidade civil extracontratual do Estado, conforme a doutrina mais moderna, especialmente a portuguesa, com base na legislação europeia, que apresentamos para discussão, sem nenhuma pressa, nesta douta Comissão de Justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Peço vista!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O Senador Randolfe Rodrigues solicita vista.

Vista concedida.

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em decisão terminativa

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 55, de 2016, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial.

De acordo com a alteração proposta, as rádios comunitárias poderão transmitir propaganda e publicidade comerciais ou de interesse público, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área atendida, devendo a receita obtida ser integralmente reinvestida na prestação do serviço.

O projeto também cria a possibilidade de os entes federados firmarem contratos com as rádios comunitárias para a divulgação de informações de interesse público.

Após o exame deste Colegiado, a proposição será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à iniciativa.

Análise.

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito da proposição. Sobre o mérito, a CCT deverá aprofundar a análise.

No que concerne ao juízo da constitucionalidade formal, observamos que o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal estabelece ser da competência privativa da União legislar sobre telecomunicações e radiodifusão.

Trata-se de matéria não submetida à reserva de iniciativa do Presidente da República, consoante o que estabelece o art. 61, §1º, da Constituição Federal. Portanto, é legítima a apresentação de projeto de lei por Parlamentar para tratar do tema.

A proposição veicula matéria objeto de lei, cabendo ao Congresso Nacional, em face do que determina o art. 48, inciso XII, da Constituição Federal, com a posterior sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias de competência legislativa da União, em especial sobre telecomunicações e radiodifusão.

No âmbito da constitucionalidade material, não identificamos qualquer violação a preceitos constitucionais, em especial aos elencados no Capítulo V, "Da Comunicação Social", do Título VIII, "Da Ordem Social", como os dispositivos que veiculam os princípios da liberdade de informação jornalística, liberdade de manifestação do pensamento e de expressão.

No que tange à juridicidade da proposição, entendemos acertada a iniciativa de ser proposta alteração à legislação infraconstitucional que já disciplina a matéria – Lei nº 9.612, de 1998 – em vez de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser sugerida a disciplina em projeto de lei autônomo, em observância ao disposto no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que cuida da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, que veda a disciplina de um mesmo assunto por mais de uma lei.

Não há reparos à técnica legislativa adotada e quanto à observância das regras regimentais.

Quanto ao mérito, não resta dúvida de que a razão que motivou a apresentação do PLS nº 55, de 2016, é a melhor possível, qual seja, a busca de alternativa para viabilizar o custeio da operação das rádios comunitárias, que é uma reivindicação antiga do setor.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero apenas manifestar a minha mais absoluta concordância – e não é apenas concordância, mas convicção – com o relatório do Senador Acir Gurgacz, que foi absolutamente claro, objetivo, dialogando com os propósitos da Lei 9.612, ainda de 1998, que reconhece a importância, a relevância, o espaço das nossas rádios comunitárias, contribuindo na organização da sociedade.

No entanto, a mesma lei que reconhece essa importância impõe um conjunto de restrições ao funcionamento das nossas rádios comunitárias. E, ao impor essas restrições, impõe a dificuldade ou a impossibilidade de que elas possam, assim como os demais veículos de radiodifusão, trabalhar para poder ter o seu plano de negócios sustentado por propaganda, e assim por diante, no raio e no limite em que ela opera.

Portanto, Sr. Presidente, parece-me absolutamente meritório e importante, para a organização e a mobilização das nossas comunidades, dos nossos movimentos sociais, que as rádios comunitárias possam merecer do Senado da República apoio para o bom desenvolvimento das suas atividades nas nossas inúmeras e imensas comunidades País afora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Para discutir.) – Eu gostaria de fazer algumas reflexões, porque eu ainda não tenho muita certeza do voto.

A rádio comunitária, como bem falou o Senador Ferraço, tem uma série de critérios para ser outorgada. Um dos critérios é exatamente a prestação de serviço para aquela comunidade e também uma atividade cultural para que aquela comunidade que não tem acesso a outro tipo de rádio possa fazer a sua programação cultural, mostrar a sua característica.

Eu fiquei pensando que seria bom, porque muitas rádios comunitárias não têm muita condição de sobrevivência, então elas são muito pequenas e muito constritas no que elas podem oferecer, e talvez então haveria uma possibilidade de aumento de coisas interessantes se puderem fazer os comerciais. Ao mesmo tempo, isso daria uma conotação comercial na rádio, o que não é tão interessante – ela não foi criada para isso. E todas hoje sobrevivem sem esse "desvirtuamento", entre aspas, do comércio.

Então, tenho um pouco de receio: quem se apropriaria? Que tipo de pessoa se apropriaria dessa rádio comunitária, que então poderia virar uma rádio de grande sucesso e fonte de renda? Nada contra fonte de renda, o que é muito bom! Inclusive, nas comunidades onde elas geralmente existem, são uma fonte de renda boa e podem até gerar trabalho.

Então, eu gostaria de ouvir mais opiniões aqui, mas estou vendo que a Comissão está muito esvaziada. Talvez eu pediria vista para que, na próxima reunião nossa, mais pessoas pudessem trazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senadora Marta...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu ainda não estou pedindo vista, estou tentando conversar.

Se me convencerem do contrário, votamos agora, mas não estou convencida ainda.

Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Não; é o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu tentaria me valer, Senadora Marta, de alguns modestos argumentos na direção de nós esclarecermos alguns pontos importantes.

A Lei 9.612, como dito aqui, reconhece o valor e a importância das rádios comunitárias, que têm o seu limite e o seu alcance muito bem definidos. Elas são, portanto, elementos, ferramentas de integração da comunidade.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Exatamente, elas poderiam deixar de ser; esse é o meu receio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para elas cumprirem o seu papel, elas precisam de algum termo de financiamento para que possam fazer trabalho cultural, para que possam fazer entretenimento, para que possam até ser um meio de interlocução e comunicação dentro da comunidade.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas, Senador, como é que elas existem até hoje? Elas sobrevivem como?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Elas sobrevivem com enormes dificuldades, porque elas não podem ter financiamento. E eventualmente algum financiamento que têm na vida real se dá pelo campo da informalidade. Na prática, sabe V. Exª, pela experiência de vida que tem como Prefeita que foi da cidade de São Paulo, que o que prevalece nessas relações comunitárias são as relações informais. Ao reconhecer isso no texto legal, você abre caminho para uma relação formal, o que é desejável.

Portanto, nós estamos criando, de fato, possibilidade para que esses instrumentos de integração comunitária possam até melhorar e aperfeiçoar o seu trabalho dentro daquele espectro em que o sinal da sua rádio tem autorização para veiculação.

A pergunta de V. Exª faz todo o sentido: como chegaram até aqui? Com enorme dificuldade. E nas nossas comunidades nós temos um conjunto de estabelecimentos pequenos, micro e pequenos negócios informais, que desejam colaborar para que esse instrumento possa, de fato, servir ainda com mais intensidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... no papel da interlocução com as comunidades. Portanto, me parece ser esse um motivo muito razoável.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Se nós pensarmos na situação real, hoje, de muitas comunidades, onde quem manda não são os líderes comunitários genuínos, eu diria, mas PCCs e forças milicianas, etc...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas, olha...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... daria condição para rádios que representam a sociedade de fato sobreviverem com pequenos anúncios, porque...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas não podem hoje!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas, como V. Exª disse, estão sobrevivendo. Sobrevivem informalmente, provavelmente. Ou é com benesse de quem? Como é? É a igreja local, é apoio cultural?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso que eu estou dizendo. A manutenção das regras atuais permite essa relação informal sabe Deus com quem. Ao formalizar, ao se permitir a contratualização...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Torna mais forte...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... que sejam os mais genuínos, e não o poder. Mas não temos certeza.

Bem, o Senador Randolfe quer falar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vamos ouvir um pouco, porque talvez a gente chegue a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente – obrigado, Senadora Marta, Senador Ferraço –, quero só colaborar no debate. Eu participei do movimento de fundação das primeiras rádios comunitárias do meu Estado. E eu lembro que a Lei 9.612/98 foi uma conquista, porque, até então, a única política que havia no Brasil para as rádios comunitárias era a repressão da Polícia Federal e da Anatel. Então, a 9.612 foi uma conquista.

Mas, vejam, eu tenho uma preocupação tal qual a da Senadora Marta. A natureza da Lei 9.612 compreendeu a existência de rádio comunitária como a daquelas rádios que não tinham natureza lucrativa, que não obteriam lucro. Nós estamos abrindo a possibilidade de uma relação das rádios comunitárias, que são organismos da sociedade civil, com o Estado. Isso me parece que, de certa forma, desvirtua o próprio espírito da Lei 9.612, que compreendia rádios comunitárias como sendo da comunidade, independente de Estado, independente de qualquer organização que não fosse a própria comunidade.

Há um outro problema, Sr. Presidente, que eu vivi no meu Estado, que foi o desvirtuamento de muitas rádios comunitárias. Eram feitas as concessões para rádios comunitárias, e na prática elas se tornavam "picaretárias", porque se vinculavam a políticos, se vinculavam a lideranças políticas, se tornavam concessões de interesses privados, e não de interesses da comunidade. Disso o meu Estado está repleto.

Nós estamos abrindo a possibilidade... Vejam, aqui nesse projeto, nós estamos isentando de pagamento do Ecad – e há uma questão aí que tem de ser debatida, que é a questão do direito autoral,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nesse tema, porque nós estamos isentando de pagamento do Ecad – e abrindo a possibilidade de financiamento pelo BNDES e pela Lei Rouanet. Nós estamos, de um lado, quase que possibilitando que elas entrem no mercado em condições diferentes das de outras rádios comerciais.

Parece-me... Eu tenho enormes dúvidas. Não descarto o mérito e a boa intenção, Senador Ferraço, do projeto, mas eu tenho aqui dúvidas em relação à natureza...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Permita-me...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Com todo o prazer. É uma honra, sempre, ouvi-lo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas eu já tenho uma resposta aqui, Senador, também. Isto tira a dúvida: as emissoras não podem transmitir...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy mais uma vez. (*Risos.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Como é? Eu já fiquei tão animada porque achei uma resposta que me acalmou...

Isso não vai dar certo. Olhe: as emissoras não podem transmitir propaganda ou publicidade comercial, mas se infere que a legislação hoje permite que os programas possam receber patrocínios – é disso que as rádios comunitárias sérias vivem –, sob a forma de apoio cultural, sendo este entendido como o pagamento dos custos para veicular a programação ou de um programa específico mediante a divulgação de mensagens institucionais da entidade apoiadora.

Então, eu já tomei minha decisão. Meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vista concedida à Senadora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Peço vista, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Mas eu não vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ah, não vai pedir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Mas eu peço vista.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu só estou votando "não". Já tomei minha decisão a partir disso. Eu prefiro o patrocínio cultural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu tinha solicitado um aparte a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Com todo o prazer, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª terá que repetir...

Eu vou conceder vista ao Senador Randolfe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu tinha solicitado um aparte ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Antes que eu conceda vista ao Senador Randolfe...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... e antes que eu recolha o voto ainda da Senadora Marta Suplicy, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Ouvir o Senador Ferraço sempre acrescenta, Sr. Presidente.

Por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou acompanhar o pedido de vista para que nós possamos aprofundar o conhecimento em relação a essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Só estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O fato objetivo, como disse V. Exª, Senador Randolfe, é que a Lei 9.612 foi uma importante conquista para o reconhecimento e o espaço desses instrumentos de organização e promoção comunitária. Ocorre que uma rádio comunitária para existir tem despesas. É preciso haver alguém se dedicando àquela atividade. Há o equipamento que precisa ser comprado, água, luz, aluguel... Então, a Lei 9.612, ao mesmo tempo em que reconheceu, impôs enormes restrições para o funcionamento. É como se desse com uma mão e tirasse com a outra.

Ora, como a rádio vai existir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... cumprindo com suas obrigações...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ferraço, V. Exª pediu vista e, com o seu pedido de vista, decretou...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Decretou a suspensão da discussão. Portanto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não... Perfeito. É que eu...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... nós vamos prosseguir a discussão na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Só um minutinho. Pois não, Presidente. É que eu tinha solicitado o aparte antes da intervenção da Senadora Marta. E, por delicadeza, as mulheres sempre em primeiro lugar, a Senadora Marta fez uso da palavra e eu acabei...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Por isso, a Presidência foi tolerante. V. Exª já falou bastante sobre isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Bem, vamos então aprofundar esse debate na próxima reunião.

Eu agradeço à Senadora Marta e ao Senador Randolfe.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Item nº 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, de 2015

- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Valtenir Pereira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, colegas Senadores.

O objetivo, Sr. Presidente, é dar nova redação ao §7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O projeto pretende alterar o Código de Trânsito Brasileiro para estender aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que estejam em situação de risco pessoal a possibilidade de ter temporariamente placas especiais que impeçam a identificação de seus usuários.

De acordo com a justificação apresentada pelo Deputado autor do projeto, Valtenir Pereira, o projeto se presta a corrigir uma imperfeição advinda da aprovação da Lei nº 12.694, que permitiu apenas aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que exerçam competência ou atribuição criminal o uso de veículos com esse tipo de placa.

Para o autor, faz-se necessário oferecer também aos juízes e promotores em situação de risco pessoal as mesmas garantias dadas àqueles que exercem competência ou atribuição criminal.

Quanto à constitucionalidade e à juridicidade, no sentido estrito, o projeto atende aos pressupostos de novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

Note-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária revela-se o instrumento adequado à sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, a proposição se mostra pertinente, pois está em perfeita consonância com o objetivo da modificação introduzida no Código de Trânsito Brasileiro, qual seja: a garantia da integridade dos membros do Judiciário e do Ministério Público, tendo em vista o exercício de suas atribuições.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto.

Com essas considerações, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra a V. Exª para discutir a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Para discutir.) – Isso.

Eu acho interessante o projeto, pelas circunstâncias que hoje nós vivemos de perigo das autoridades. Parabenizo o relatório favorável e a autoria do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

Autoria: Deputada Rosangela Gomes

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa após a votação na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto muito singelo, mas acredito que pode fazer diferença, porque obriga que, em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial, ao tomar a representação a termo, faça constar do pedido da ofendida, além da qualificação dela e do agressor, do nome e da idade dos dependentes e da descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida, a informação sobre a condição de a vítima ser pessoa portadora de deficiência e se da violência sofrida resultou deficiência ou agravamento de deficiência preexistente.

Eu lembro também que faz uma ou duas semanas que votamos um projeto aqui, do qual fui a Relatora, no qual o agressor passa também a ser responsável pelos danos físicos à pessoa. Isso aqui está sempre na mesma linha.

Na justificação, a autora registra que a medida objetiva elucidar casos em que a vítima pode ter sofrido tamanha violência que lhe causou danos permanentes e a colocou na condição de pessoa com deficiência, bem como situações nas quais o fato de a vítima ser pessoa com deficiência constitui condição que agrava sua vulnerabilidade e potencializa.

Essa providência ajudará a identificar os locais onde ocorrem, as populações mais sujeitas aos abusos e o número de mulheres que passam a apresentar deficiência em decorrência dessa violência familiar.

A autora destaca ainda que, não obstante a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, que ingressou no nosso ordenamento jurídico com *status* constitucional, evidenciar a necessidade de adoção de medidas de proteção para meninas e mulheres com deficiência, não existem estatísticas sobre a violência doméstica contra essas pessoas no Brasil.

Por fim, registra que a proposição vem ao encontro de uma mais adequada diferenciação dos casos em que a mulher sofre abusos, o que pode favorecer a investigação criminal, propiciar um melhor atendimento à mulher com deficiência e permitir que o Poder Judiciário forneça respostas mais adequadas aos casos concretos.

A proposição não recebeu emendas.

Análise.

Trata-se de matéria que realmente é da Comissão de Justiça.

No mérito, temos que a proposta deve ser aprovada.

A violência contra a mulher é um gravíssimo problema, e têm sido recorrentes as leis que nós temos feito focando nessa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Achei interessante um dado também para nossa reflexão. Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em janeiro de 2017, representantes da ONG Essas Mulheres afirmaram que dados reunidos pela entidade em fontes oficiais demonstraram que 68% das denúncias de violência a pessoas com deficiência se referem a mulheres, número que salta a 82% quando se fala em violência sexual. A referida ONG também sustentou que muitas mulheres deficientes encontram barreiras para se fazer compreender; e, quando são entendidas, frequentemente têm seu depoimento desqualificado, principalmente se possuem algum grau de deficiência intelectual.

O que me parece que ocorre é que principalmente as mulheres com problemas de deficiência intelectual são as que sofrem esse abuso, do qual nós não temos ainda dimensão. Na hora em que pudermos colher esse item, muitas coisas poderão ser melhoradas para proteção dessas mulheres.

Para a legislação, em geral, a mulher com deficiência e suas peculiaridades são invisíveis. E não se pode negar que, além da violência sofrida em razão do gênero, as mulheres com deficiência também sofrem diuturnamente com a discriminação e com as limitações advindas da própria deficiência. Assim, o mínimo que a lei deve garantir é a visibilidade dessa condição.

Eu gostaria de acrescentar um dado – onde está aquele dado? Um dado de que em São Paulo já existe – não está aqui no meu relatório e não sei onde foi parar – um tipo de informação direcionada nesse sentido. Acho extremamente importante aprovarmos esse projeto, porque poderá resultar em algum tipo de proteção para as mulheres com deficiência, principalmente a intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy, a violência contra a mulher sempre se insere na zona cinzenta da barbaridade. Por mais que se legisle – e nós temos feito isso aqui no Congresso Nacional – a respeito da punição aos responsáveis pela violência à mulher, sempre há um elemento novo que nos conduz a ampliar, melhorar e modernizar a legislação dessa matéria.

Eu cumprimento, portanto, a Deputada Rosângela Gomes pela iniciativa do projeto e a V. Exª, que o relata com inteligência, com vigor e até com ardor.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Presidente, desculpe-me. Eu achei – estava aqui na minha frente, mas eu não tinha visto – o documento dessa experiência em São Paulo que eu gostaria de colocar.

Uma experiência pioneira no Estado de São Paulo para prevenir a violência contra pessoas com deficiência, em especial meninas e mulheres, foi destaque no Painel de Políticas Públicas e Agenda Intersetorial da 10ª Conferência dos Estados Signatários da Convenção das Nações Unidas, em Nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

York. Trata-se da criação da primeira delegacia brasileira de polícia especializada no combate à violência contra pessoas com deficiência, uma iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, em 2014, com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Essa delegacia possui profissionais capacitados especialmente para acolhimento e registro especializado dos casos de violência contra pessoas com deficiência visando a essa prestação de serviço mais adequado. E essa iniciativa do Estado de São Paulo contribui para o empoderamento progressivo das pessoas com deficiência que, amparadas adequadamente pelo Poder Público, são instadas a denunciarem crimes que antes ficavam na invisibilidade das baixas estatísticas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O Senador Armando Monteiro havia solicitado a inclusão extrapauta do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2012, de sua autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012

- Terminativo -

Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com sete Emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora o Senador Armando Monteiro não se encontre presente, o que seria um requisito regimental para que a inclusão se desse, aqui se encontra a Relatora, Senadora Simone Tebet, a quem concedo a palavra para a leitura de seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou, pelo adiantado da hora, também ser bem objetiva, dentro do possível, mas estou à disposição dos colegas para qualquer esclarecimento.

Mas, antes, se me permitirem, quero parabenizar a Senadora Marta pela Relatoria do projeto anterior e também V. Exª, porque – eu presto atenção – todas as vezes em que nós aprovamos um projeto de interesse da mulher brasileira, especialmente no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, V. Exª faz as suas considerações representando, eu não tenho dúvida nenhuma, todos os Senadores desta Casa. Então, em nome de V. Exª, eu agradeço, porque nós aqui aprovamos sempre os projetos de interesse da bancada feminina, especialmente no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, quase que praticamente por unanimidade. É preciso deixar esse registro nos *Anais* da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... principalmente nesta Comissão.

Vem, em caráter terminativo, a esta Comissão projeto de autoria do Senador Armando Monteiro que tem como escopo conferir aos agentes de polícia judiciária civil e federal, bem como às autoridades militares, atribuições de lavrar registro de ocorrências de infrações penais e administrativas que presenciem e deflagrar medidas próprias de procedimento administrativo investigativo.

Em síntese, o art. 3º do projeto dispõe que é dever de toda autoridade policial que tiver conhecimento da infração fazer o devido registro.

O art. 4º determina que o BO seja confeccionado em três modalidades: o BO de Infração Administrativa, o de Infração Penal, nos casos de que não resulte prisão em flagrante delito, e o BO de Infração Penal com Prisão ou Apreensão em Flagrante Delito. O preso ou apreendido deverá ser encaminhado, mediante recibo de entrega, para a autoridade de polícia judiciária, que avaliará a possibilidade de arbitrar fiança e instaurar inquérito policial, comunicará a prisão ao juiz competente, ao Ministério Público e à Defensoria Pública e, em seguida, encaminhará o preso à unidade prisional.

O art. 5º detalha as informações que deverão constar do boletim de ocorrência.

O art. 6º dispõe que a autoridade de polícia judiciária poderá, a qualquer momento após receber o BO – isso é importante –, rever e alterar a classificação penal do fato atribuída pela outra autoridade policial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 7º determina que os órgãos deverão possuir numerador único de boletins de ocorrência e compartilhá-los entre si.

Finalmente, no art. 8º, o PLS dispõe que os bancos de dados de registros criminais serão administrados pela União, Estados e Distrito Federal, de acordo com a respectiva competência e circunscrição.

Na justificativa, o autor argumenta que busca atender a uma demanda social emergente e urgente, que é a prestação de um serviço público adequado à população brasileira.

Não foram apresentadas emendas.

Da análise.

A matéria circunscreve-se à competência privativa da União para legislar sobre processo penal.

Não identificamos óbice de natureza regimental ou qualquer outro vício.

No mérito, a proposição é conveniente e oportuna.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública já vem divulgando as principais estatísticas criminais coletadas nacionalmente, mas um fato merece ser destacado: o problema da inconsistência dos dados em alguns Estados. Buracos estatísticos e falta de padrão distorcem a realidade e limitam uma análise agregada para todo o País. Estatísticas criminais são corrompidas por erros de medição resultantes de diferenças nas práticas dos trabalhos das polícias ou por falta de treinamento.

Infelizmente, ainda não existe no Brasil uma estrutura na área de segurança pública, ou seja, um sistema de informação consistente, que permita um diagnóstico preciso sobre a atividade criminosa. Nesse aspecto, Sr. Presidente, este projeto nada mais faz do que complementar, inclusive, o projeto relatado pelo Senador Antonio Anastasia, que será discutido e votado na semana que vem.

O PLS nº 227 traz outras vantagens.

A exclusividade de realização do registro da ocorrência pelo delegado de polícia impõe à vítima, na situação atual, horas de espera nas delegacias, e perda de tempo para o policial militar ou guarda municipal que a acompanha, quando é o caso. Por vezes, a delegacia mais próxima encontra-se a quilômetros de distância do local da infração ou muitas vezes em outras cidades, além de algumas não funcionarem no período noturno. Trata-se de uma vitimização secundária, em que o infrator, dessa vez, é o Estado.

Com a proposta, a resposta do Estado ao crime se torna mais rápida e eficiente.

Não obstante, com o objetivo de aprimorar a proposta, oferecemos sete emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é de redação, ao art. 3º e seus parágrafos, porque aqui entendemos que é desnecessário criar conceitos e definições sobre o que é "agente da autoridade policial" – diga-se de passagem, o grande problema que nós temos. Toda vez que tentamos falar em autoridade policial, há uma briga entre as corporações porque entendem que a Polícia Militar não seria aqui agente de autoridade policial pra determinados fins.

Da mesma forma, oferecemos ajuste na redação do §4º, que passará a ser §3º, para fazer constar que os militares das Forças Armadas, quando no excepcional exercício da atividade de policiamento, deverão lavrar o boletim de ocorrência.

A Emenda nº 2 suprime o §1º do art. 4º e o §1º do art. 7º, tendo em vista que o art. 3º já estabelece, de modo satisfatório, o dever de lavratura do BO.

A Emenda nº 3 suprime o §4º do art. 4º, porque é desnecessário que o superior hierárquico referende o encaminhamento do preso à delegacia de polícia.

A Emenda nº 4 incide sobre §§3º e 5º do art. 4º, para ajustar a redação do dispositivo no tocante à prática de ato infracional.

A Emenda nº 5 aprimora a redação do inciso V do *caput* do art. 5º, que se refere a "exame de corpo de delito", quando deveria remeter – e o termo seria – a "exame médico do preso e da autoridade policial".

Para que as estatísticas compiladas em instituições oficiais sejam válidas e confiáveis, é necessário reunir ao menos três critérios: que esses dados respeitem as mesmas categorias para os mesmos incidentes, afastando a possibilidade de utilização de critério pessoal, que as estatísticas devem ser mutuamente exclusivas e a classificação deve ser exaustiva, para que todos os crimes sejam qualificados e contabilizados nas estatísticas. É disso que trata a Emenda nº 6.

Finalmente, consideramos desnecessária, além de ser de difícil aplicação, também por inconstitucionalidade por vício de iniciativa, a previsão de que os órgãos policiais federais, estaduais e distritais deverão possuir numerador único de boletim de ocorrência. O motivo para a numeração única seria a facilidade para contagem das ocorrências, tarefa que pode ser levada a cabo por sistemas de informática. A Emenda nº 7, então, suprime a necessidade de numerador único para os boletins de ocorrência.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2012, com o oferecimento das emendas que já relatamos e não vamos mencionar, mas deixando claro que acredito que 50% do problema de embate entre as corporações nós estamos destravando ao tirar do texto toda palavra "autoridade policial". Tiramos do texto para evitar exatamente essa disputa. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lugar de "autoridade policial", nós colocamos que é dever de todo policial civil ou militar, federal ou rodoviário, o dever de lavrar o BO quando presencia um crime.

É o relatório que coloco à disposição desta douta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou solicitar o pedido de vista desta matéria, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Fica, então...

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu ia sugerir vista coletiva...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vista coletiva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... elogiando o relatório da Senadora Simone Tebet e a iniciativa do Senador Armando Monteiro numa matéria que era o segundo item da pauta de hoje aqui, a questão da autoridade policial e do delegado de polícia, para uma matéria que o Senador Randolfe Rodrigues e eu fizemos emendas, que não foram acatadas pelo Relator. E o Relator não estava para fazer a leitura da matéria. Mas é um assunto muito importante que reside exatamente no mesmo tema em que está inserido o projeto do Senador Armando Monteiro. Então, isso nos ajuda na argumentação para ficar dessa forma, então.

Então, eu acompanho a vista coletiva solicitada pelo Senador Anastasia, mas renovo os cumprimentos ao Senador Armando Monteiro e à Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, por votação nominal, por tratar-se de um projeto que tramita nesta Comissão em caráter terminativo.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – É bem simples e singelo esse projeto do Senador Cássio Cunha Lima, que tem, claro, uma preocupação social para proprietários de veículos automotivos.

A proposição tem dois artigos. O primeiro altera o §2º do art. 12 da referida lei para facultar ao proprietário o pagamento do DPVAT em até 12 parcelas mensais. O segundo traz uma cláusula de vigência imediata.

Vou à análise, agora, lembrando que a Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, determina que a prazo para a vigência das leis será suficiente para que dela se tenha amplo conhecimento. A vigência imediata serve apenas para as leis de pequena repercussão, o que não nos parece ser o caso, em concreto, desse projeto do Senador Cássio Cunha Lima.

Para a implantação efetiva da medida, faz-se necessário prazo razoável para que a administração possa oferecer aos cidadãos os meios suficientes para o parcelamento do seguro, em cada unidade da Federação, uma vez que o seu pagamento, atualmente, no mais das vezes, encontra-se vinculado ao IPVA, de competência estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda assim, quanto à técnica legislativa, o projeto, ao substituir a redação do §2º do art. 12 da Lei 6.194, de 1974, retira inadvertidamente competências do Conselho Nacional de Trânsito que não se referem exclusivamente ao propósito de parcelamento da obrigação. O correto seria a adição de um §5º com essa finalidade, mantendo-se a atual redação do §2º, posto que a coincidência do vencimento do seguro e do IPVA não impede o parcelamento de nenhuma deles. A ementa do projeto também merecer reparo para incluir a expressão "parcelas", que, por algum lapso, ficou ausente desse texto.

No mérito, entendemos que o fracionamento em parcelas deve ser uma faculdade dos proprietários de veículos, em vez de uma obrigatoriedade, que poderão exercê-la até o limite de 12 vezes mensais, iguais e consecutivas.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CCJ (SUBSTITUTIVO)
Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em até doze parcelas mensais.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 12.
.....
.....
§ 5º Fica facultado ao proprietário do veículo o pagamento do seguro em até doze parcelas mensais, iguais e consecutivas." (NR)
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor em cento e oitenta dias após sua publicação oficial.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lido o relatório, ficam a discussão e a votação do projeto para a próxima reunião por tratar-se de uma tramitação em caráter terminativo.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014

- Terminativo -

Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição das emendas nº 2-S a 5-S, oferecidas em Turno Suplementar.

Observações:

- Em 21/03/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 197, de 2014, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

- Em 02/04/2018, foram apresentadas as Emendas nº 2-S e n°3-S, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

- Em 02/04/2018, foi apresentada a Emenda nº 4-S, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;

- Em 10/04/2018, foi recebida a Emenda nº 5-S, de autoria da Senadora Ana Amélia.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

Observações:

- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2018

- Terminativo -

Estabelece normas gerais sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para subsidiar a estruturação de empreendimentos no âmbito da Administração Pública.

Autoria: Senador Roberto Muniz

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 18/04/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018

- Terminativo -

Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 10/04/2018, foi apresentada a emenda nº 1-T de autoria do Senador Lasier Martins;

- Votação nominal.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015

- Terminativo -

Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Votação nominal.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Lasier Martins

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que "dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências", para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Votação nominal

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.)

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e seis minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Regina Sousa, Hélio José, Ângela Portela, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Rodrigues Palma. Registram a presença os Senadores Elmano Férrer, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira e Lúcia Vânia. Usa da palavra a Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Benedito de Lira, Ciro Nogueira e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 14ª Reunião Extraordinária e 15ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2018 - Não Terminativo - que: "Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7° do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007; revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012; e dá outras providências." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com cinco emendas de redação que apresenta, favorável às Emendas nºs 9-CCJ (nos termos da Subemenda que apresenta), 15-CCJ, pela prejudicialidade das Emendas nºs 18 e 19, e contrário às demais Emendas. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 9-CCJ (nos termos da Subemenda nº 1-CCJ), 15-CCJ, e 28-CCJ a 32-CCJ, todas de redação, pela prejudicialidade das Emendas nºs 18 e 19, e contrário às demais Emendas. Observação: Durante a discussão da matéria, o Senador Antônio Anastasia acolhe parcialmente a Emenda de redação nº 9, nos termos da Subemenda que apresenta; acolhe integralmente a Emenda de redação nº 15, ficando prejudicadas as Emendas nºs 18 e 19; e rejeita as demais Emendas. - São rejeitados os destaques para votação em separado para as Emendas nºs 16, 17, 20, 21, 23, 24, 25 e 26. - Colocada em votação a Emenda nº 22, destacada pela bancada do PSB, é rejeitada por 13 votos NÃO x 8 votos SIM. ITEM 2 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição das emendas nºs 2-S a 5-S, oferecidas em Turno Suplementar. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2018 - Terminativo - que: "Estabelece normas gerais sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para subsidiar a estruturação de empreendimentos no âmbito da Administração Pública." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011 - Terminativo - que: "Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997." Autoria: Deputado Hugo Leal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2016 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com sete Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2015 - Terminativo - que: "Institui o art. 37-A e altera os arts. 29, 36 e 37 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar que o Poder Público incentive a criação de polos industriais próximos aos complexos penitenciários, para fomentar o estabelecimento de empresas que contribuam para a formação profissional e o exercício de atividade laboral pelo condenado." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - OFICIO "S" Nº 20, de 2018 - Não Terminativo - que: "Indicação do nome do Senhor HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em recondução à vaga reservada ao Senado Federal." Autoria: Senador Eunício Oliveira, Senador Lindbergh Farias, Senadora Simone Tebet, Senador Armando Monteiro, Senador Eduardo Amorim, Senador Renan Calheiros, Senador Randolfe Rodrigues e Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação das adequações redacionais, na forma do texto consolidado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. Resultado: Aprovadas as adequações redacionais, na forma do texto consolidado apresentado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 17 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 16 que altera a redação do art. 2º do PLC nº 19, de 2018." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 18 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 17 que altera a redação do art. 4º do PLC nº 19, de 2018." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 19 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 20 que altera a redação do art. 5º do PLC nº 19, de 2018." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 20 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 21 que altera a redação do art. 8º do PLC nº 19, de 2018." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 21 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 23 que altera a redação do art. 9º do PLC nº 19, de 2018." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 22 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 24 que altera a redação do art. 11 do PLC nº 19, de 2018." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 23 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 25 que altera a redação do art. 20 do PLC nº 19, de 2018." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 24 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 26 que acrescenta o “Capítulo VIII – Política Nacional do Sistema Penal” no PLC nº 19, de 2018." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 25 de 2018 que: "Nos termos do art. 312, II e parágrafo único, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque de bancada para votação em separado da emenda nº 22 apresentada ao PLC nº 19/2018." Autoria: Antonio Carlos Valadares. Resultado: Em votação, a emenda destacada foi rejeitada. Observação: Requerimento de destaque apresentado nos termos do art. 312, parágrafo único (Bancada de Partido), independendo de aprovação do Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, e da 15ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas são aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero aproveitar, antes de começarmos a atividade, que parece ser muito intensa hoje, para pedir a V. Exª, porque já está pronto para ser votado, com o relatório do Senador Capiberibe, o PDS nº 21, aquele que diz respeito ao voto impresso.

É um clamor nacional há muito tempo. Existe uma lei de 2015, que obriga para estas eleições, deste ano, o voto impresso. Tem-se protelado a discussão e é uma responsabilidade nossa, daqui da Comissão, discutir essa matéria.

Então, queria pedir a V. Exª que pautasse, já que temos todas condições para essa discussão, enquanto há tempo. As eleições estão se aproximando e precisamos decidir sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Examinaremos o assunto em seguida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Pela ordem.) – Eu pediria a V. Exª, antes de darmos início a nossa pauta, que eu tenho certeza de que será longa no dia de hoje, para fazermos a leitura extrapauta do relatório do indicado ao CNJ da Comissão de Constituição e Justiça, o Sr. Henrique de Almeida Ávila, para que pudéssemos, logo a seguir, pedir vista coletiva, a fim de que pudéssemos dar seguimento aos trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª será atendido na forma dos dispositivos regimentais e até da tradição desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 25

OFICIO "S" Nº 20, de 2018

- Não terminativo -

Indicação do nome do Senhor HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em recondução à vaga reservada ao Senado Federal.

Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade por esta Comissão será feito em duas etapas.

Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório da primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega até a minha relatoria o Ofício "S" nº 20, do Senado da República, de autoria dos Senadores Eunício Oliveira, Renan Calheiros, Armando Monteiro, Eduardo Amorim, Lindbergh Farias e Randolfe Rodrigues e das Senadoras Lídice da Mata e Simone Tebet, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Henrique de Almeida Ávila para compor o Conselho Nacional de Justiça, em recondução à vaga já ocupada por S. Sª, reservada ao Senado Federal.

Relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação do Sr. Henrique de Almeida Ávila pelos Srs. Senadores já anteriormente citados, em recondução ao Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Justiça, na vaga destinada a cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado pelo Senado Federal, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

Segundo o §2º do referido art. 103-B da Lei Maior, os membros do CNJ, com a exceção de seu Presidente, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão proceder à sabatina dos indicados, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005; com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007 – CCJ; e com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O indicado encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a resumir.

Henrique de Almeida Ávila nasceu em 30 de maio de 1983 e é bacharel em Direito, graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 2006. No âmbito acadêmico, concluiu o Mestrado em Direito Processual Civil em 2014 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituição onde cursa Doutorado também em Direito Processual Civil desde 2015.

O indicado é advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal. Também é sócio do escritório Sérgio Bermudes Advogados, que atua nas três unidades federadas. Exerce a docência superior como Professor Assistente de Direito Processual Civil da PUC-SP desde o ano de 2010. É, ainda, Professor convidado da Escola Nacional de Seguros (Funenseg) e da Pós-Graduação em Direito Processual Civil da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Possui diversos artigos científicos e livros publicados, em coautoria ou em participação, dos quais destaco as seguintes obras:

a) Aspectos Processuais da Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Imóveis, trabalho de conclusão de sua dissertação de Mestrado;

b) O Superior Tribunal de Justiça e o conceito de sentença – análise sob os aspectos do cabimento da ação rescisória e embargos infringentes, na coletânea de artigos "O papel da jurisprudência do STF", publicado na Revista dos Tribunais, São Paulo, em 2014;

c) "O novo CPC e algumas das principais alterações", publicado na Revista Justiça & Cidadania (Edição 176, de abril de 2015), na Revista Justiça Eleitoral em Debate (volume 5, n. 1, edição de janeiro a março de 2015) e no sítio eletrônico especializado Consultor Jurídico;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

d) *Temas essenciais do novo CPC – Análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro*, publicado pela Editora Revista dos Tribunais, em 2016.

Destaco, ainda, que o indicado é membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr).

Henrique de Almeida Ávila apresentou as declarações e certidões exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

Por ocasião de sua indicação inicial para integrar o CNJ, aprovada por este Senado Federal, apresentou argumentação escrita em que demonstrava ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, em cumprimento à alínea "c" do inciso I do art. 383 do RISF.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Srªs e Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, pela recomendação da recondução do Dr. Henrique de Almeida Ávila.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a reunião da próxima semana o processo de arguição do candidato e a votação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Sérgio Petecão...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... eu estou atendendo a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Desculpe-me. Então, vamos ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) –

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação com adequações redacionais

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual é o número?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É o PL 54.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É o Projeto de Lei nº 54.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – Relatório.

Trata-se, Senador Eduardo Braga, do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 54, de 2017, de autoria do Senador Wilder Morais, que disciplina a multipropriedade de imóveis.

A proposição foi distribuída para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu aprovação, com emendas, por meio do Parecer nº 38, de 2018, sob a relatoria *ad hoc* do Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, Relator originalmente designado. Encerrado o prazo regimental sem interposição de recurso, a matéria foi aprovada.

Análise.

Aprovada a proposição pelo Senado Federal, convém que seja o texto final escoimado de imprecisões de redação, sem alterações de mérito.

Os ajustes propostos podem ser assim resumidos: primeiramente, o mais importante deles diz respeito à questão do lugar mais adequado, no ordenamento jurídico, para a inclusão das inovações previstas no projeto em apreço, de maneira que, sendo a multipropriedade uma modalidade de condomínio e sendo este tema já tratado no âmbito do Código Civil, coerentemente, deve o regramento da multipropriedade ser inserido nesse mesmo diploma legal e não em legislação extravagante.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, tendo em vista as diretrizes contidas na referida Lei Complementar nº 95, de 1998, somos pela aprovação das adequações redacionais, na forma do seguinte texto consolidado.

Está lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela aprovação das adequações redacionais, na forma do texto consolidado.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2018

- Não terminativo -

Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do §7° do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007; revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012; e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: favorável ao Projeto com cinco emendas de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 7.

Observações: - *em 07/05/218, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Hélio José;*

- em 08/05/218, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima;

- em 09/05/18, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Hélio José, e as Emendas nºs 4 a 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que receberam parecer contrário; e a Emenda nº 8, de autoria do Senador Humberto Costa (dependendo de Relatório) ;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- em 09/05/2018, a Presidência concedeu vista à Senadora Marta Suplicy e ao Senador Lindbergh Farias nos termos regimentais;

- em 10/05/2018, foram recebidas as Emendas nºs 9 e 10, de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório);

- em 15/05/18, foram apresentadas as Emendas nºs 11 a 14, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares (dependendo de relatório);

- em 15/05/18, foi apresentada a Emenda nº 15, de autoria do Senador Lindbergh Farias (dependendo de relatório);

- em 15/05/18, foram apresentadas as Emendas nºs 16 a 27, de autoria do Senador Humberto Costa (dependendo de relatório). Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir seu relatório sobre as Emendas de nºs 8 a 27.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me. É o Governador aqui. Desculpe, Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Desculpe, Presidente, não percebi que o senhor já tinha me passado a palavra.

Vou relatar as emendas.

Relatório.

A Emenda nº 8, do Senador Humberto Costa, é um substitutivo que, em linhas gerais, retira o conceito de defesa social, restaura as disposições sobre segurança cidadã e sobre a Força Nacional de Segurança Pública excluídas pela Câmara dos Deputados, torna quadrienais os planos decenais e as conferências de segurança pública, obriga a União a consultar o Conselho Nacional de Segurança Pública para formular as metas anuais e separa os sistemas penitenciários, instituindo a política nacional do sistema penal, socioeducativo e de trânsito do sistema de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 9, do Senador Lasier Martins, sugere o uso da expressão "inclusive as guardas municipais" nos *caputs* dos arts. 9º e 44, para dar a entender que elas são órgãos ou profissionais mencionados no art. 144 da Constituição Federal.

A Emenda nº 10, do Senador Lasier Martins, propõe a inclusão de um artigo no projeto para ressarcir os agentes do Susp dos gastos com advogado em processos administrativos ou judiciais instaurados contra eles em razão do ato de serviço desde que tenham agido corretamente.

A Emenda nº 11, do Senador Antonio Carlos Valadares, pretende incluir as mulheres e os grupos vulneráveis nos planos nacionais de enfrentamento de homicídios de jovens, mencionado no art. 8º, inciso IV.

A Emenda nº 12, do Senador Antonio Carlos Valadares, procura acrescentar indicadores objetivos sobre oferta de trabalho, educação e saúde aos presos na aferição da eficiência do sistema prisional do art. 12, inciso V, alínea "e".

A Emenda nº 13, do Senador Antonio Carlos Valadares, substitui a expressão "poderá apoiar" pela palavra "apoiará", no art. 15, para obrigar e não autorizar ou facultar a União a autorizar aos demais entes federativos que não tiverem condições de implementar o Susp.

A Emenda nº 14, do Senador Antonio Carlos Valadares, prevê a disponibilização na internet dos dados de segurança pública previstos no art. 36, incisos I e II.

A Emenda nº 15, do Senador Lindbergh Farias, inclui a Defensoria Pública entre os órgãos que devem colaborar com a construção de estratégias e metas da Política Nacional de Segurança Pública (art. 5º, inciso XVI).

A Emenda nº 16, do Senador Humberto Costa, apenas reproduz os arts. 2º e 3º da Emenda nº 8, sobre segurança cidadã.

A Emenda nº 17, também do Senador Humberto Costa, limita-se a reproduzir o art. 5º da Emenda nº 8, sobre os princípios da mesma política.

As Emendas nºs 18 e 19, do Senador Humberto Costa, são idênticas à Emenda nº 15.

A Emenda nº 20, do Senador Humberto Costa, reproduz o art. 6º da Emenda nº 8, sobre as diretrizes da política nacional.

A Emenda nº 21, do Senador Humberto Costa, é bastante similar ao art. 9º da Emenda nº 8, sobre os meios e instrumentos para implementação para a política nacional. As novidades são os planos quadrianuais, a Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Cidadã, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher e a Política Nacional de Direitos Humanos, estabelecida pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Emendas nºs 22 e 27, do Senador Humberto Costa, embora com justificações distintas, suprimem o inciso IX do §2º do art. 9º para retirar os órgãos do sistema socioeducativo do Susp.

A Emenda nº 23, do Senador Humberto Costa, é praticamente idêntica ao art. 10 da Emenda nº 8, sobre integrantes do Susp. Ele retira os órgãos do sistema socioeducativo e coloca a Força Nacional de Segurança Pública, além de incluir os guardas portuários e os agentes de trânsito como integrantes estratégicos, e não operacionais.

A Emenda nº 24, do Senador Humberto Costa, idêntica ao art. 15 da Emenda nº 8, altera o art. 11 do projeto para obrigar o Ministério Extraordinário da Segurança Pública a consultar o Conselho Nacional de Segurança Pública antes de fixar as metas anuais de excelência.

A Emenda nº 25, do Senador Humberto Costa, acrescenta o §8º ao art. 20 do projeto, para assegurar a participação de representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Pública.

A Emenda nº 26, também do eminente Senador Humberto Costa, é quase igual ao Capítulo VI, arts. 33 e 46, da Emenda nº 8, também de sua autoria, sobre a Política Nacional do Sistema Penal.

São as emendas.

Análise, Sr. Presidente.

A Emenda nº 8, *data venia*, deve ser rejeitada porque a expressão "defesa social" é consagrada, tanto assim que várias secretarias de segurança pública nos Estados a utilizam na sua denominação; porque as disposições sobre segurança cidadã são conceituais, definindo prevenção primária, secundária, terciária, situacional e social; porque a Força Nacional de Segurança Pública não é um órgão da segurança pública, e, sim, um conjunto de agentes da segurança pública recrutados de vários órgãos; porque a própria Câmara dos Deputados excluiu as disposições sobre a segurança cidadã e a Força Nacional de Segurança Pública do projeto original; ainda porque os planos de segurança pública são decenais por analogia aos planos de educação e porque não convém separar sistemas penitenciário, socioeducativo e de trânsito do sistema se segurança pública, já que todos esses sistemas interagem no seu funcionamento cotidiano.

A Emenda nº 9 deve ser parcialmente acolhida, na forma de emenda de redação apresentada, para deixar claro que as carreiras mencionadas nos parágrafos do art. 144 da Constituição Federal têm contagem de tempo para aposentadoria especial.

A Emenda nº 10 deve ser rejeitada porque não há previsão legal de ressarcimento de gastos com advogado para nenhuma espécie de servidor público. O estabelecimento dessa indenização feriria a isonomia e geraria um perigoso efeito multiplicador entre as demais carreiras públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 11 deve ser rejeitada porque já existem políticas específicas para a proteção da mulher na Lei nº 11.340, de 2006, a conhecida Lei Maria da Penha, enquanto as propostas de políticas contra homicídios de jovens ainda tramitam na Câmara dos Deputados. Além disso, a maioria das vítimas de homicídios é de homens, negros, jovens e pobres.

A Emenda nº 12 deve ser rejeitada porque o rol das alíneas do inciso V do art. 12 é exemplificativo, em razão da expressão "entre outros", não sendo necessário esgotar todos os possíveis parâmetros a serem usados na avaliação da eficiência do sistema prisional.

A Emenda nº 13 deve ser rejeitada porque ao tornar obrigatória a ajuda da União para estimular os esforços de engajamento no Susp, alguns entes federativos poderão alegar, de imediato, falta de condições para implementar o sistema sem sequer tentar, já que a União seria forçada a socorrê-los. Além disso, pode ser que a União não tenha também condições técnico-financeiras, nesse momento, no apoio a outro ente.

A Emenda nº 14 deve ser rejeitada porque o próprio texto do inciso II do art. 36 já prevê a disponibilização de estudos, estatísticas, indicadores e outras informações úteis à formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança. É bastante razoável supor que a internet seria um dos locais de disponibilização desse conteúdo. Ademais, o próprio título da Seção III do Capítulo VI do projeto refere-se à transparência e à integração de dados e informações.

As Emendas nºs 18 e 19 devem ser acolhidas, na forma da Emenda de Redação nº 15, para sistematizar o projeto, no sentido de deixar expressa a participação da Defensoria Pública na construção das estratégias e metas, para alcançar os objetivos da política nacional, uma vez que esse órgão integra os Conselhos de Segurança de Defesa Social e participa dos processos de avaliação das políticas públicas.

A Emenda nº 16 deve ser rejeitada porque a parte de segurança cidadã, ainda conceitual, não tem grande diferença com relação ao que o projeto já propõe.

A Emenda nº 17 deve ser rejeitada porque os poucos incisos – que diferem do texto original – III, XV, XVI e XVII, não inovam e são equivalentes a outras normas, regras e princípios já contemplados no projeto.

A Emenda nº 20 deve ser rejeitada porque as novas diretrizes propostas são a mesma coisa com outras palavras. No geral, o projeto já engloba todos os tópicos ali elencados, sendo desnecessário alterar todo o seu texto para exprimir ideias semelhantes.

A Emenda nº 21 deve ser rejeitada porque, como já foi dito, os planos de segurança pública são decenais, a exemplo dos planos da educação e as políticas de enfrentamento contra a mulher e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos humanos, já previstas em outros diplomas legais, como a Lei Maria da Penha e o Decreto nº 7.037, de 2009, que é o Programa Nacional de Direitos Humanos.

As Emendas nºs 22 e 27 devem ser rejeitadas porque o sistema socioeducativo não pode ser dissociado da segurança pública. Sabemos que existem menores em conflito com a lei e esses infratores também causam sensação de insegurança e devem estar sob a regência de um sistema, ainda que sob o ponto de vista de coordenação.

A Emenda nº 23 deve ser rejeitada porque, como já foi dito, o sistema socioeducativo é parte do complexo contexto da segurança pública; porque a Força Nacional de Segurança Pública não é órgão de segurança pública, mas um programa de cooperação entre órgãos de segurança pública de diversos entes federativos. E porque guardas portuários e agentes de trânsito exercem papel de executores, não de planejadores do Susp, situando-se no nível operacional e não estratégico.

A Emenda nº 24 deve ser rejeitada porque os parágrafos 2º e 5º do art. 20 já preveem, para o Conselho Nacional, a competência sugestiva e a possibilidade de propor diretrizes para as políticas públicas de segurança.

A Emenda nº 25 deve ser rejeitada porque o inciso VI e os parágrafos 1º e 4º do art. 21 já preveem mecanismos de participação da sociedade civil organizada e dos trabalhadores do Conselho Nacional de Segurança Pública.

A Emenda nº 26, por fim, deve ser rejeitada porque foge ao escopo do projeto, cujo objetivo é estabelecer a política nacional e o Susp, não a política nacional do sistema penal. O tema deve ser objeto de proposição autônoma.

Desse modo, Sr. Presidente, voto.

Diante do exposto, o voto é pelo acolhimento da Emenda nº 15, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 9, 18 e 19 e pela rejeição das Emenda nºs 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27.

A emenda de redação que se propõe é:

> Dá-se ao art. 44 do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 19, de 2018, a seguinte redação:
> "Art. 44. É considerado de natureza policial e de bombeiro militar o tempo de serviço prestado pelos profissionais referidos no *caput* e nos parágrafos do art. 144 da Constituição Federal, pelos integrantes dos quadros efetivos da perícia oficial de natureza criminal e pelos agentes penitenciários, em todas as suas atividades, inclusive em exercício no Ministério Extraordinário da Segurança Pública e em cargos em comissão ou funções de confiança em órgãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrantes do Susp, vinculados à atividade-fim descrita no art. 144 da Constituição Federal."

Esse, Sr. Presidente, é o relatório a respeito das emendas apresentadas.

Eu me permito tão somente acrescer que, evidentemente, todas as emendas recebem, ainda que a maioria com parecer contrário, o meu respeito e o meu reconhecimento pelo esforço em uma matéria extremamente complexa como esta.

Este projeto de lei, a meu juízo, é um primeiro passo dentro da construção de um novo arcabouço jurídico normativo no Brasil sobre o tema da segurança. Certamente outros projetos virão aperfeiçoá-lo, caso seja aprovado, da mesma forma que aguardamos com ansiedade a possibilidade de tramitação das propostas de emenda à Constituição novamente no Congresso Nacional para permitir que uma alteração constitucional, com maior profundidade, possa de fato definir de modo claro uma participação mais clara e de maior cooperação ainda entre os órgãos previstos no Texto Constitucional e que lá eles tenham as suas competências adicionais básicas.

Portanto, esse é o parecer e o nosso relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O Senador Eduardo Braga é o primeiro inscrito, a quem concedo a palavra. (*Pausa.*)

Senadora Marta Suplicy, segunda oradora; Humberto Costa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, evidentemente, todos nós no Senado da República, desde a abertura do ano legislativo, quando da apresentação do discurso do Presidente Eunício Oliveira colocando a segurança pública no topo da agenda do Congresso Nacional, temos debatido essa questão, que é, sem nenhuma dúvida, uma das questões mais prioritárias da população brasileira.

Não é nunca menor ou desnecessário lembrar que vivemos, inclusive, um momento de intervenção na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, em uma demonstração inequívoca de que a atual Política Nacional de Segurança Pública, da forma como proposta, chegou à sua falência, seja pela incapacidade de financiamento, seja pela incapacidade de formulação de uma política interligada e única que possa unificar os sistemas, seja pela inexistência de recursos para o financiamento de um novo sistema que pretendemos implantar.

Eu quero aqui, primeiro, destacar e parabenizar o nosso eminente e sempre muito competente Senador Anastasia, que apresenta o relatório sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema Único de Segurança Pública e busca fazer adequações nesses princípios gerais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aqui se estabelecem no intuito de que o Senado da República faça aperfeiçoamentos, mas que não estabeleça alterações quanto ao mérito, para que isto não retorne à Câmara dos Deputados, fazendo com que este ano ainda tenhamos algumas das questões propostas neste projeto implementadas.

Essa é a justificativa que temos para aprovarmos um projeto que obviamente está aquém das expectativas que todos nós gostaríamos de promover, neste momento, em relação ao novo sistema de segurança pública no País, até porque precisaríamos fazer alterações à Constituição da República, o que, neste momento, até pela intervenção que está acontecendo na segurança pública do Rio de Janeiro, estamos impedidos de fazer.

Ainda ontem, o Ministro Alexandre de Moraes, com a Comissão que foi constituída para elaborar um novo projeto de segurança pública e uma nova política de segurança pública, entregou um projeto ao Presidente da Câmara. E o Presidente da Câmara juntamente com o Presidente Eunício Oliveira decidiram constituir uma comissão mista de Senadores e Deputados para se debruçar sobre as propostas apresentadas, que, inclusive, trazem teores práticos, como, por exemplo, destacar 5% dos recursos destinados ao Sistema S para a segurança pública, destinar parte dos recursos do sistema de loteria esportiva, de Mega-Sena, etc., para a segurança pública, e cria mecanismos para o alto financiamento do sistema prisional, entre outras propostas que ali serão discutidas.

Tenho me dedicado, Sr. Presidente, ativamente à defesa, portanto, da aprovação do PLC nº 19, de 2018, com todos estes considerandos aqui apresentados, porque além de haver a evidente urgência que o tema da segurança pública requer, creio que os modelos de enfrentamento às políticas públicas aqui adotados se esgotaram e pararam de produzir os resultados no mínimo aceitáveis pela nossa população.

De fato, já passou da hora de criar e prever um projeto de um sistema único de segurança pública que integre as ações de prevenção e combate à violência empreendidas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Penso até que o Governo Federal tardou em assumir uma posição de maior protagonismo nesta matéria. Digo isso, porque o crime organizado não respeita fronteiras e hoje vemos que a violência descontrolada não aflige apenas as grandes metrópoles do País, mas afeta também cidades médias e pequenas em todas as regiões do nosso grande Brasil.

O projeto em discussão viabiliza a realização de operações combinadas, planejadas e desencadeadas em equipes, envolvendo órgãos de segurança e de inteligência das três esferas de Governo, em ações ostensivas investigativas de inteligência ou mistas. Esse é um modelo que já foi testado com êxito na Copa do Mundo e nas Olimpíadas e que precisa se tornar permanente. Há 20 anos tínhamos uma taxa de homicídios, de ocorrências letais, que era a seguinte: 20 ocorrências letais para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 2016, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, registramos 30 mortes violentas intencionais para cada 100 mil habitantes, o que significa, com os dados de 2016 – e nós estamos em 2017 – 60 mil pessoas assassinadas naquele ano. Desse enorme contingente de homicídios, Sr. Presidente, apenas 6% são solucionados, enquanto que no Reino Unido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

90% das mortes violentas intencionais são desvendadas. Ou seja, nossa capacidade investigativa é desprezível. O que contrasta com a nossa imensa população carcerária, que é a quarta do mundo. Ou seja, temos a quarta população carcerária do mundo e temos uma resolutividade nos crimes de apenas 3%. São seiscentas mil pessoas presas, das quais 70% encontram-se em prisão provisória. Esse número demonstra o equívoco de nossa política prisional, que realimenta a engrenagem da violência e fortalece as organizações criminosas, que, em grande medida, se organizam e recrutam seus membros dentro das prisões.

Na verdade, minha expectativa é a de que a criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social prevista no projeto signifique um verdadeiro redesenho da atuação do Estado na área de segurança pública. O nosso povo não resiste mais, Sr. Presidente!

Outro aspecto pouco discutido em segurança pública diz respeito aos custos econômicos que a violência gera. Sr. Presidente, segundo um dado que o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* divulgou na edição de 2014 – veja que estamos em 2018 –, o custo da violência no Brasil corresponde a 5,4% do PIB, dos quais 1,4% é gasto com segurança e 0,4% com o sistema prisional. Sr. Presidente, nós temos uma informação que é crítica, porque aqui nós temos demonstrado que a execução do orçamento da segurança pública no ano de 2017 – aqui está, a fonte é Senado Federal, SIGA Brasil – representou, ilustre Relator, apenas 0,37% e, no sistema prisional, 0,04%. Ora, Sr. Presidente, isso é um atestado de que esse sistema não funciona mais. Qualquer que seja o número, o fato é que a violência é também um fator inibidor do nosso desenvolvimento e da atração de investimentos, sejam nacionais ou estrangeiros.

Por óbvio, no entanto, a maior tragédia é a social. De acordo com o relatório de CPI desta Casa sobre assassinatos de jovens, a cada 23 minutos um jovem negro com idade de 15 a 29 anos é vítima de homicídio no Brasil. Trata-se de um verdadeiro genocídio. Por essa razão, não podemos descuidar da prioridade de serem dadas ações sociais na prevenção da violência.

Quando fui governador do meu Estado, implantamos um programa chamado Jovem Cidadão, que chegou a beneficiar 200 mil jovens que estudavam em tempo integral, dedicando-se a matérias regulares pela manhã, ou à tarde, e, em contraturno, desenvolvendo atividades em áreas distintas da formação da cidadania.

Infelizmente esses e outros programas que impactavam diretamente na redução da violência contra os jovens e contra o recrutamento desses jovens para o crime foram abandonados ou sucateados.

Quero, por fim, reiterar meu voto pela aprovação do PLC nº 19, de 2018, com a esperança de vermos criado um novo sistema que seja único, integrado, interligado e com um novo sistema de financiamento para que nós possamos finalmente reorganizar, reequipar, reaparelhar uma política que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja de repressão, que seja de combate ao crime, mas, ao mesmo tempo, uma política que seja, do ponto de vista da educação, do ponto de vista das políticas sociais, restauradora da cidadania para construção de um Brasil mais justo e melhor para seus filhos.

Em função de ser o possível para o momento, votamos a favor do presente relatório, parabenizando o trabalho do eminente Relator Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

V. Exª virá em seguida.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, obrigada.

Primeiro eu gostaria de parabenizar o Relator pelo extenso trabalho e também o pronunciamento do meu antecessor, Senador Eduardo Braga, pela forma como defendeu o projeto, brilhantemente também.

Quero dizer que discordo de um ponto com que eu gostaria que os nossos colegas aqui se sensibilizassem. Eu concordo com tudo, menos com esse ponto.

Primeiro, eu diria a importância desse projeto, porque tem um mérito extraordinário da integração dos nossos órgãos de segurança e que vai permitir uma atuação conjunta, coordenada, sistêmica, integrada dos órgãos de segurança pública num patamar que hoje nós não temos e que foi muito bem descrito também agora pelo Senador Eduardo Braga.

Mas eu tenho argumentos contrários à inclusão do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública. Primeiro porque os princípios e regras gerais sobre a política de atendimento socioeducativa destinados a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas estão consagrados na legislação nacional específica, que dispõe sobre os direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes, qual seja o Estatuto da Criança e do Adolescente, em perfeita consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, com as normativas internacionais correlatas e com a nossa Constituição. Segundo, porque a proposta representa fragilização da proteção integral sobre o risco de se contrapor a oferta de uma proposta de atendimento pedagógica socioeducativa adequada à condição de pessoa em desenvolvimento. Vincular o sistema socioeducativo aos demais órgãos de segurança constitui uma ameaça à consolidação do campo socioeducativo e das políticas destinadas à infância e juventude.

Trocando em miúdos, hoje nós temos políticas socioeducativas que funcionam das 8h da manhã às 5h da tarde. Os jovens que estão nesse sistema entram e saem, há um grande número de recuperação, chegando a 4% só de reincidência, o que é extraordinário num grande número deles, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não há guarda armado, não existe, não é sistema prisional, é outro mundo. Onde permitem, com sucesso, dá certo.

Nós vamos colocar sob um guarda-chuva de segurança jovens que não precisam estar nisso. Porque nós temos um número de jovens infratores menores que estão em sistema fechado. E esses estão lá no sistema fechado prisional – que não chama prisional, porque são menores infratores, chama internato. Mas esses estão sob outro regime.

Se nós aprovamos isso que está aqui, nós vamos permitir que possa haver uma comunhão absolutamente nociva, no sentido de que nós vamos permitir que guardas armados possam transitar, possam ter... E a gente sabe que os menores infratores fechados são de muito difícil convivência. Nós ouvimos das pessoas, dos guardas que lá estão, que eles são violentos, eles são desrespeitosos, eles são ameaçadores... Há de tudo isso.

Nós não achamos que seja producente os jovens que estão assistidos no socioeducativo – que funciona de outra maneira completamente diferente – possam ter uma convivência ou ter a possibilidade de uma intervenção desse tipo.

Nós rejeitamos a inclusão do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública, porque é outra coisa, pela necessidade de diferenciar o atendimento ao adolescente que pratica ato infracional dos adultos que cometem infrações penais. O menor infrator não deve ser tratado como adulto. Adolescentes e jovens que cometem ato infracional possuem o direito de cumprir as medidas socioeducativas por meio do incentivo à reparação e à integração social. A inserção do sistema socioeducativo no âmbito do Susp caracterizaria lamentável retrocesso, pois este trata exclusivamente da política de segurança pública – eu concordo com tudo que foi explicitado aqui, vai ser ótimo, vai funcionar muito melhor – e não trata de pessoas em peculiar condição de desenvolvimento. Por isso deve ser respeitada a localização da política nacional de atendimento socioeducativo no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, no sentido de evitar qualquer tipo de confusão – é importante – entre o sistema prisional destinado ao adulto e o sistema socioeducativo destinado ao adolescente, um não tem nada a ver com outro.

E, quinto e último, apesar do lamentável cenário de negligência estatal em relação à implementação dos programas de atendimento socioeducativo de meio fechado e aberto, os índices de reincidência no sistema socioeducativo – como eu mencionei – são muito menores que os índices do sistema prisional para adultos. Não podemos admitir travestir uma política essencialmente de direitos humanos em política de segurança pública, onde o sistema socioeducativo, com certeza, ficará cada vez mais em segundo plano, pois o maior volume de recursos sempre é direcionado para o sistema prisional e para as instituições policiais encarregadas da repressão ao crime, como tem sido a tradição em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, Sr. Presidente – quero até pedir vênia aos meus colegas pela extensão, mas acho extremamente importante este item –, eu recebi agora uma moção contra a inclusão do sistema socioeducativo no Susp, que vem com 500 assinaturas.

Os participantes do II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que estão reunidos hoje em Brasília, representantes de entidades, órgãos, conselhos, ONGs, pesquisadores e militantes da área da proteção integral à infância vimos manifestar às Srªs e aos Srs. Senadores a nossa indignação ante a possibilidade de inclusão do sistema socioeducativo no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública.

O Estatuto da Criança e do Adolescente substancia uma política de Estado elaborada, planejada para promover a prioridade absoluta à infância exigida pelo Texto Constitucional.

Toda normativa que versa à criança e ao adolescente, portanto, não pode estar alijada dos princípios estatuídos nas normativas nacionais e também nas convenções internacionais. Discussões embasadas em ações pontuais, em necessidades momentâneas do Governo e não no planejamento do Estado, que impactem diretamente no Sistema Único de Assistência Social e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, não podem ser justas sem que representantes desses equipamentos sejam ouvidos.

Assim, solicitamos às Srªs e aos Srs. Senadores que o Sinase não seja incluído no Susp, conforme prevê o PLC 19, de 2018, pois é preciso fortalecer o caráter pedagógico e assistencial conferidos aos adolescentes e jovens, em cumprimento de medida socioeducativa, não misturar seus princípios e muito menos confundi-los com o inchado sistema prisional brasileiro.

Eu vou aguardar um pouco a fala dos meus colegas que seguem e, depois, veremos outros procedimentos.

Obrigada.

O meu destaque está sendo inscrito, mas há um destaque do Senador que talvez ele peça. O meu está sendo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Estão inscritos até o momento, pela ordem, os Senadores Ronaldo Caiado, Humberto Costa, Lasier Martins, Eduardo Lopes, Lídice da Mata e Hélio José.

Eu concedo a palavra ao Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... Ronaldo Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu peço a minha inscrição, Sr. Presidente. Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª será atendido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – A minha inscrição... Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lúcia Vânia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu quero não só aplaudir o relatório feito pelo Senador Anastasia como também mostrar o quanto ele foi competente em poder incluir temas relevantes como emendas de redação, para que nós ampliássemos ainda mais a abrangência do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), em que ele atendeu a reivindicação de todas as guardas municipais, incluindo-as dentro daqueles que têm, pela norma constitucional federal, as prerrogativas também de serem tratados como órgãos de segurança pública.

Além disso, Sr. Presidente, nós ouvimos aqui o ex-Governador e Senador Eduardo Braga e a Senadora Marta Suplicy sobre esse assunto da segurança pública no País.

Sr. Presidente, quando aqui foi citado o fato da intervenção no Rio de Janeiro, que, se não me engano, é o quinto ou oitavo na escala da violência no País...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É o 23º. Goiás, acho, é o oitavo.

Então, a radiografia real é essa que está descrita hoje: não havia uma política nacional, e nós não temos muito bem focado aqui por todos e até pelo Ministro da Segurança Pública um orçamento específico para a segurança pública no País.

É de minha autoria também um projeto para que parte do prêmio das loterias seja destinada à segurança pública, como uma das fontes de financiamento do setor.

Agora, temos de entender qual é a causa determinante, os efeitos e as consequências.

Cada um de nós aqui conhece a realidade dos nossos Estados. A situação do Estado de Goiás hoje é que há no Estado 11 facções disputando as regiões com maior consumo de droga. É o caos completo. E o que nós estamos vendo é que, ao termos neste projeto do Susp a condição de poder fazer uma interligação de todas as informações, de forma que eles não fiquem apenas incrustadas em um segmento da polícia, não tendo essa relação distribuída entre todos os Estados, isso passa a ser uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maravilha para essas facções. Em primeiro lugar, porque cada um com a sua vaidade local acha que vai decidir, que vai dar entrevista, e a sociedade brasileira passa a não ter rapidez nem celeridade nos resultados.

Então, esse ponto que foi mantido e ampliado pelo Senador Anastasia merece todo o nosso aplauso. Essa é uma luta antiga nossa, ou seja, nós termos a nacionalização das informações. Não é algo restrito ao Município nem ao Estado. Isso vai dar outra capacidade para podermos enfrentar a causa maior da deterioração do Sistema de Segurança Pública no País.

Sr. Presidente, roubos, latrocínios, assaltos sempre existiram. Agora, qual é o fato determinante que está deteriorando a segurança pública no País? Sr. Presidente, aí há a prisão do cidadão que é chamado de avião, que é o transportador da droga, o que vai ficar na porta da escola, que vai estar presente nas festas. Essas pessoas são aprisionadas. Como se colocou aqui, e não é diferente em Goiás, 70% delas estão em prisão provisória e ainda não foram julgadas.

Eu sou adepto de uma tese que não é minha; é até do meu orientador jurídico, o Senador Anastasia, de que deveríamos, de certa maneira, passar a gestão das penitenciárias para o Poder Judiciário. É algo para ver qual é a realidade que o Executivo vive hoje diante desse caos que está instalado e sem nenhum orçamento.

Mas, voltando à linha de raciocínio, é preciso mostrar que, hoje, a única operação que é rentável e que dá perspectiva de ganho, de comando e de poder é o narcotráfico. Essa é a realidade. "Ah, mas isso é muito complexo!" Não é que seja complexo, mas é que há um acovardamento completo das autoridades brasileiras em enfrentar os comandos do narcotráfico no País, que é o que move tudo isso!

Há esse quadro, por exemplo, que aqui foi citado. Nos últimos oito anos, Sr. Presidente, quanto aos jovens de 14 a 29 anos de idade, em Goiás, houve uma linha vertical ascendente, jamais vista no nosso Estado. Por quê? Porque exatamente o jovem que consumiu e não pagou, aquele que não cumpriu as regras das facções está declarado, naquele momento, julgado e determinado que seja abatido pelos membros da facção.

Nesse quadro de desmonte de carros, é o cidadão que está roubando para pagar aquela dívida que ele tem com a facção criminosa!

Então, nós estamos aqui, neste momento, com uma sinalização possível para começarmos a atuar, mas nós temos de atuar na causa determinante. Estamos aqui simplesmente tratando da situação quando ela já está deteriorada, atingindo os segmentos mais pobres e mais carentes da comunidade.

O Entorno de Brasília não é diferente do Morro do Borel, não é diferente da Rocinha, tal é a situação de violência no Entorno de Brasília, com o comando do narcotráfico, porque Brasília tem a maior renda *per capita* e passa a ser um dos maiores consumidores de droga neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta situação de hoje mostra o que estamos fazendo por falta de uma política corajosa do Governo Federal, atuando em cima dos cérebros, dos pensantes, daqueles que mantêm a estrutura do narcotráfico no Brasil. Isso nos está levando a conviver hoje com o País que mais consome *crack* no mundo. Nós somos os primeiros em consumo de *crack* e os segundos em consumo de cocaína.

Nós temos, hoje, Senador Eduardo, 1,2 milhão de jovens catalogados pelo Ministério da Saúde dependentes do *crack*. Imagine bem como já se deteriorou esse jovem, como já foi comprometida a sua condição cognitiva, a sua condição de aprendizado! É algo deprimente e deplorável a que estamos assistindo! Pessoas estão sendo mutiladas pela droga, e nós estamos simplesmente achando que a ação é direta sobre essas pessoas, mas sabemos que o comando, a transferência, a estrutura de disseminação está deteriorando hoje a estrutura e a organização de uma família.

Eu, como médico que sou, chego ao interior do meu Estado e ouço mães desesperadas dizendo: "Senador, pelo amor de Deus, o senhor é médico! O meu filho me bateu, levou a geladeira, levou o fogão, vendeu o carro! Este é o quadro que estamos vivendo. E eu tenho de apoiá-lo, porque senão eles vão matá-lo!"

O que acontece hoje? Nós não estamos tomando uma iniciativa para poder atuar na área da inteligência, na área científica, para buscar exatamente o diagnóstico desses focos, porque eles estão destruindo o nosso País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que este passo foi um passo importante. Não é fácil aquilo que foi conseguido aqui, porque cada instituição quer manter as suas prerrogativas, ninguém quer poder ampliar as informações, muito menos compartilhá-las.

A partir de agora, nós teremos, sim, uma capacidade também do Governo Federal de tomar ações mais concretas nos Estados, ver como esse processo está ocorrendo. Nós sabemos muito bem que esse processo do narcotráfico atinge hoje não só o Poder Legislativo, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, eles têm tentáculos em todos os Poderes constituídos no País. E o que é mais grave: por causa dessas prisões que não são julgadas, desses jovens que não são separados imediatamente da convivência deles, o que se está fazendo com a prisão é recrutamento para membros das facções. É isso que nós estamos fazendo.

Sr. Presidente, ou o senhor acha que um jovem chegou lá preso... Ou ele vai aderir a uma facção ou a outra, senão ele não vive dentro da penitenciária. Ou nós precisaremos ter um serviço de inteligência para detectar e separar essas pessoas que praticam o crime e estão sendo julgadas, ou nós vamos fazer com que aquilo ali seja uma escola de formação de drogados e, ao mesmo tempo, de narcotraficantes. Essa é a realidade que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse investimento tem de ser pesado. Foi um ano em que nós priorizamos, como disse aqui o Senador Eduardo Braga, a matéria de segurança pública. Nós deveríamos ter um orçamento ampliado nessa área. É situação de calamidade pública geral.

Nessa área de serviço socioeducativo, o resultado é próximo de zero. Essa é a realidade. O que nós estamos vendo ali são pessoas que não têm condição de poder melhorar o atendimento daqueles jovens que estão presos. Há carência total de orçamento.

Eu posso dizer a V. Exª que o trabalho que está sendo feito hoje para recuperação de jovens drogados no Brasil é muito mais das igrejas ou de ONGs, de associações do que por mão do Estado. Essa é a verdade. São essas entidades hoje que estão se ocupando disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O Estado está sendo totalmente incompetente na fase de recuperação desses jovens. E nós estamos ampliando cada vez mais o domínio dessas facções.

Nós estamos ouvindo, Sr. Presidente, para concluir, comandantes de facções dizerem que têm mais de 20 mil homens armados no Brasil. Isso é uma afronta ao Estado de direito. Que Estado é esse no Brasil em que nós somos sequestrados pelas facções? Que Estado é esse? Onde está o Estado brasileiro? Qual é a garantia que tem um cidadão hoje?

Hoje nós estamos assistindo a barbáries à luz do dia, porque o cidadão drogado, o cidadão sob o uso do *crack*, da cocaína ou de qualquer derivado pratica os crimes mais bárbaros à luz do dia. Ele não tem nível de consciência.

Então, Presidente, esse é um assunto importante. Eu sou pela aprovação. Acho que aqui foi colocado muito bem pelo Senador Anastasia. Outros projetos virão, nós ampliaremos, mas nós precisamos ter uma decisão conjunta com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com o Executivo dos Estados e do Governo Federal para que possamos traçar uma linha que seja de combate à causa determinante da deterioração da segurança pública no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a comentar. E quero aplaudir o Senador Anastasia e votar favoravelmente ao seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é importante recordar aqui que esse projeto foi elaborado ainda nos governos de Lula e de Dilma. Foi resultado de uma ampla discussão com a sociedade civil, com todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atores da área de segurança pública e ficou, durante um bom tempo, hibernando lá na Câmara dos Deputados.

A nossa defesa é de que, da mesma forma no que diz respeito ao SUS e ao SUAS, que foram experiências exitosas e importantes, é necessário que nós tenhamos uma participação solidária e articulada entre todos os entes da União também na área da segurança pública, produzindo comandos únicos, políticas de descentralização e responsabilização dos diversos atores.

Nesse sentido, em que pesem as críticas que eu vou levantar aqui, nós iremos votar por essa proposta porque entendemos que, mesmo com as mudanças que foram feitas, ela representa um avanço e pode significar uma maneira de nós fazermos face à realidade da violência no Brasil, à realidade da área de segurança pública. Mas existem alguns pontos que eu considero que são essenciais. Eu quero, inclusive, fazer um pedido a V. Exª, que eu já fiz também por meio de requerimento: que as minhas emendas possam ser votadas em separado e, como tal, que nós possamos fazer um debate aqui que é bastante rico, diria eu.

Eu quero aqui ressaltar alguns pontos. Primeiro, quero reforçar o que disse a Senadora Marta Suplicy: parece-me um erro nós incluirmos dentro desse sistema a presença dos agentes socioeducativos. Lógico que nós queremos criar as mesmas condições de trabalho, os mesmos direitos para outros segmentos que, de uma forma ou de outra, têm a ver com política de direitos humanos, de segurança pública. O problema não é esse. Inclusive, benefícios que foram dados aos agentes penitenciários, que hoje, na verdade, transformaram-se numa polícia penitenciária, do ponto de vista desses direitos de equiparações salariais, etc., nada contra. No entanto, incluir os agentes socioeducativos dentro dessa proposta é incluir o sistema dentro da segurança pública, e aí eu entendo que é abrir mão totalmente daquilo que é a essência desse modelo e a essência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nós temos que entender esse sistema como algo que seja exclusivamente para recuperar esses jovens. Se alguma punição deve ser dada, não deve ser esse o objetivo principal. Então, eu entendo que colocá-los dentro dessa perspectiva, colocar esse sistema dentro do Susp significa nós deixarmos de ter a prioridade que ele tem, como disse a Senadora Marta Suplicy.

Os recursos que chegarem para a segurança pública vão para o sistema socioeducativo ou a sociedade estará o tempo inteiro reivindicando mais policiais, mais equipamentos, mais automóveis? Portanto, aquilo que já não é prioridade hoje deixará de ser prioridade de forma absoluta. Então, nós temos é que investir nesses profissionais... (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

... para que eles estejam preparados, formados adequadamente, para lidar com essas crianças e adolescentes que nós precisamos resgatar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um País que está matando seus jovens, seus adolescentes. Que os está criminalizando o tempo inteiro e não está recuperando essas pessoas. Então, essa é uma primeira questão que deve estar colocada nesse sentido.

A outra é que nós entendemos, Sr. Presidente, que o próprio sistema penitenciário deveria ter um espaço à parte. Não que ele não fizesse parte do Susp, mas que ele fosse um subsistema. Porque, na verdade, essa mudança que nós fizemos, do ponto de vista do papel do agente penitenciário, retira dele uma função essencial que é também de ser alguém que vai trabalhar na recuperação.

Apesar de discordar de boa parte do que disse o Senador Caiado, com uma coisa eu concordo. Hoje, quanto a essas penitenciárias, as pessoas que para lá vão devem fazer uma opção: a opção de morrerem, de sofrerem permanentemente violências e agressões, ou de entrarem para compor uma organização criminosa que lá fora dará às famílias deles o que o Estado não está dando.

Então, a noção do papel do sistema penitenciário tem de ser a de recuperar. Nós não podemos nos entregar a essa realidade que há hoje de ser um sistema dominado pelo crime organizado, por facções. Nós precisamos fazer face a essa questão. Então, nós queremos que o próprio sistema penitenciário tenha especificidades, objetivos específicos. Que ele seja um subsistema dentro do Susp e não diluído nisso, o que vai continuar a fazer com que também seja algo que não é hoje, no Brasil, prioridade.

A maioria dos projetos que hoje tramitam aqui é para encarcerar mais gente, para prender mais gente. É um sistema... Eu tive oportunidade, Sr. Presidente, na semana passada, de participar de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Parlasul, e nós ouvimos associações de mulheres, de filhos, de ONGs que trabalham com o sistema penitenciário, e é alarmante! É deprimente a gente ouvir o que nós tivemos oportunidade de ouvir naquela audiência pública.

E mais, Sr. Presidente, nós precisamos, diferentemente do que é a educação, mas semelhante à área da saúde, ter políticas que sejam permanentemente avaliadas. Por isso nós propusemos os planos quadrienais, como acontece com a área da saúde, porque inclusive a realidade do nosso País tem mudado para pior, muito rapidamente, no que diz respeito às políticas de segurança pública.

Então, os planos quadrienais seriam algo que nós consideramos como um avanço para uma discussão mais permanente. A integração com a Política Nacional de Direitos Humanos, com as políticas de combate à violência contra a mulher; a definição de metas a serem obtidas, inclusive com a oitiva do Conselho Nacional de Segurança Pública.

Não sei por que o Poder Executivo não pode, para as suas políticas, para a fixação de metas, ouvir o Conselho Nacional de Segurança Pública, que deveria ter – e deve ter – participação da própria sociedade civil. Hoje é impossível, Sr. Presidente, enfrentar o problema da violência, das condições de segurança pública se nós não incorporarmos a sociedade civil nesse debate, para que não continuemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a reproduzir só preconceitos, a ideia de que o que nós temos que fazer é armar as pessoas, é responder à violência com violência, chegando a essa condição em que nós estamos vivendo no nosso País.

Então, Sr. Presidente, eu queria aqui dizer que nós vamos votar por essa proposta porque, como eu disse, entendemos que ela tem uma base construída lá no passado que é importante e que ela significa alguns avanços, mas esses avanços podem ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... muito maiores ou podem ser eliminados se algumas das coisas que estão aqui não forem, digamos, retiradas, rediscutidas e nós possamos estabelecer essa diferença crucial entre o que é o sistema socioeducativo e o que é o Sistema Único de Segurança Pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Eu gostaria, antes, de pedir algo à distinta audiência. Aqui todos são muito bem-vindos, recebemos com muito gosto, mas, por gentileza, não se manifestem e mantenham sempre o silêncio para que os eminentes Senadores possam apresentar suas posições.

Senador Humberto, permita-me, extrapolando só um segundo a minha função de Presidente... Não sei se o senhor conhece a figura das Apacs, um centro penitenciário inovador que, exatamente como V. Exª disse, junta a participação da sociedade com um sistema mais humano. Nós o colocamos aqui no Senado como integrante da Lei de Execução Penal, que já está na Câmara para deliberação.

O próximo inscrito é o eminente Senador Lasier Martins, a quem concedo, também por até dez minutos, a palavra para discussão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Anastasia.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª pelo judicioso relatório desse PLC nº 19 e, em particular, Senador Anastasia, agradecer a sensibilidade de V. Exª ao acolher a Emenda nº 9, de minha autoria, que prevê expressamente a incorporação das guardas municipais no Susp (Sistema Único de Segurança Pública), uma sigla que certamente vai se popularizar no Brasil a partir de agora. Na verdade, as guardas municipais já desempenham um trabalho muito importante, exatamente junto às comunidades onde atuam, e, por essa previsão que V. Exª acolheu, incorporam-se aos serviços de segurança da União, dos Estados e do Distrito Federal. Certamente também as guardas municipais terão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora um outro incentivo, uma outra valorização e, quem sabe ainda, uma maior disseminação nos Municípios em uma época em que nós carecemos tanto de segurança pública.

A propósito, a exemplo do que também disse aqui o Senador Humberto, eu espero que – e há algumas matérias de minha autoria nesse sentido –, nesta época em que há o tão reclamado processo de combate à criminalidade, se apure mais no atendimento, na discussão de todos os projetos que envolvam segurança pública.

Por exemplo, eu tenho aqui nesta Casa, nesta Comissão, uma proposta de agravamento de pena a quem delinquir durante as saídas em datas especiais, nos chamados saidões. Ainda no fim de semana, nós deploramos o assassinato de um policial federal, em São Paulo, por um bandido que estava exatamente usufruindo de uma saída durante o Dia das Mães. Estes sentenciados precisam ter um agravamento de pena nesta reincidência.

Da mesma forma, o outro projeto das tornozeleiras eletrônicas também está aqui nesta Comissão, quando o sentenciado sai do perímetro, e isso tem acontecido.

O outro projeto que está, há bastante tempo em andamento muito lento, diz respeito à proposta de agravamento à progressão do regime prisional; está na CDH.

E o outro também, sobre os bloqueados de celulares nas penitenciárias, está na CCT.

Assim, acho que nós temos uma obrigação, principalmente por meio desta Comissão, de acelerar esses projetos, porque a violência, a delinquência prolifera progressivamente; a cada dia, lamentamos mais. Ainda ontem, os noticiários de televisão davam conta de mais uma criança, um bebê atingido por uma bala perdida no Rio de Janeiro – no Rio de Janeiro, foco de tanta criminalidade! E nós temos esta missão e responsabilidade de atender este reclamo dos brasileiros.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Lasier Martins, pela sua participação.

O próximo inscrito é o eminente Senador Eduardo Lopes.

Com a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Anastasia, primeiro, eu o cumprimento pelo brilhante projeto não só pelo sentido do texto, mas até pelas orientações, por tirar dúvidas aqui no próprio encaminhamento dos debates.

Eu quero aqui citar, em cima do que disse o Senador Caiado: é interessante essa questão do Rio de Janeiro. Quando foi colocada e aprovada a intervenção federal na segurança pública do Rio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro, eu fui questionado por algumas pessoas, porque, realmente nos índices, a capital Rio de Janeiro ocupa o 23º lugar em violência entre as capitais brasileiras. Olhando os números, os índices, parece, então, que é uma cidade realmente maravilhosa, em todos os sentidos, mas, incluindo a beleza, que já é indiscutível, quanto à segurança, não.

Por quê? Porque, na verdade, o Rio de Janeiro possui peculiaridades que têm que ser analisadas, como, primeiro, a própria geografia do Rio de Janeiro, que permite realmente que os criminosos, o crime organizado, o tráfico, venham a atuar nos morros, que é muito difícil invadir, lutar contra isso. Então, uma peculiaridade é essa. Mas o maior problema do Rio de Janeiro – e eu conheço muito bem o Rio de Janeiro, como Senador do Rio de Janeiro e morador do Rio de Janeiro há mais de 25 anos; eu o conheço bem –, além dessa questão da geografia, nós temos também uma questão muito peculiar no Rio que é exatamente o domínio de território. Nós tratamos, no Rio de Janeiro, de domínio de território. Nós tratamos ali no Rio de Janeiro de domínio de territórios. Por isso, então, o Rio de Janeiro merece, sim, esse tratamento especial, no sentido de ser excepcionalizado, que é a intervenção. Agora, por outro lado, eu também já tenho sido aqui... Na semana passada, da tribuna, tanto na terça-feira como na quarta-feira, me pronunciei duramente contra o que está sendo hoje, pelo menos até agora, a intervenção. Aliás, nem parece que há intervenção no Rio de Janeiro. Não vemos as tropas nas ruas; já se passaram quase dois meses e o que ouvimos é que estão no trabalho de inteligência, inteligência, inteligência. Mas o povo na rua continua morrendo, essa que é a verdade. Violência em cima de violência, paranoia no Rio de Janeiro, essa que é a verdade.

Eu fiz crítica dura, porque o Governo demorou 50 e poucos dias para editar a MP dando posse ao gabinete interventor. Por isso, recursos não puderam chegar ao Rio de Janeiro e, com isso, 63 operações policiais foram suspensas. A minha pergunta foi a seguinte: quem é que responde, ou quem é que vai responder, por esse período? O que aconteceu que poderia ter sido evitado se as operações tivessem acontecido? Quantas vidas se perderam? Quantos bens se perderam?

O mês de março foi o pior mês dos índices no Rio de Janeiro nos últimos 27 anos, desde que se começou a medir a violência com os índices que nós temos. Cresceu o número de carros roubados, cresceu o número de cargas roubadas, cresceu o número de celulares roubados, cresceu o número de assaltos em ônibus. E, aí, eu sou duro contra isso, porque é o crime organizado atacando trabalhadores, inclusive com fuzis dentro de ônibus. É como eu já falei da tribuna: quando você vê um criminoso assaltando um carrinho de cachorro quente com um fuzil é porque a coisa está muito feia. Então, eu tenho que cobrar isso, como Senador do Rio de Janeiro e como Relator, inclusive, da intervenção. É muito bacana ouvir que "a inteligência está a pleno vapor", mas acontece que o povo quer segurança, sentimento de segurança.

Eu rodei a Avenida Brasil numa noite, rodei 60km da Avenida Brasil, da Linha Amarela até Itaguaí, até o final da Brasil. Fui até Itaguaí num dia de guerra em Itaguaí inclusive, dia de guerra mesmo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime contra a cidade, e eu encontrei duas *blitze* da polícia militar, que estavam aparelhados com veículo Ford Ka, e eu disse o seguinte: "Você vai perseguir o que com um Ford Ka?"

Então, vá lá, como policial, ficar na Avenida Brasil plantado no escuro, com movimento de carro passando... Você não sabe quem está dentro do carro. Passam dois com fuzis e metralham todo mundo ali e acabou! Então, é isto que nós temos que ver realmente, a crise do sistema, não tenham dúvida quanto a isso.

Agora eu quero aqui... Eu atendi os agentes que trabalham no serviço socioeducativo no Rio de Janeiro. Eu não quero aqui polemizar, mas tenho que levantar isso. Eu gostaria que a Senadora Marta Suplicy pudesse me dar esses estudos, porque, sinceramente, para o Rio de Janeiro – acho que para São Paulo também –, eu não acredito nessa taxa de 4% apenas de reincidência não, isso não condiz com o que eu ouvi dos agentes lá no Rio de Janeiro não, agentes que são ameaçados, sequestrados, mortos na porta de casa. E, inclusive, dentro do próprio sistema educativo, já existe o tratamento de facções também. É como disse o Senador Caiado: o adolescente chega lá e, se ele já não pertence ao crime, ele vai ter de se associar ao crime, porque, senão, ele não tem horas de vida lá dentro.

Esse número de 4%, para mim, é discutível. Não acredito nessa porcentagem de apenas 4% que voltam à reincidência. Não acredito nisso, sinceramente. Sei que ela vai usar o art. 14 e vai falar depois. Então, eu não acredito nisso.

Foram os agentes que vivem lá, que eu atendi no Rio de Janeiro – a associação nacional deles deve estar aqui –, que falaram comigo na semana passada. Inclusive eu citei aqui, na semana passada, que à intervenção exatamente não está passando recurso – não está passando recurso para ninguém –, mas não há previsão no projeto da intervenção no Rio de Janeiro de passar recursos para os agentes socioeducativos. Faltam equipamentos, falta segurança, faltam condições de trabalho para eles.

Mas eu quero citar aqui – fazer esse registro do que eu vi com um dossiê da parte deles – o número de mortes no Brasil todo, de agentes que são mortos. Depois que o menor sai do sistema, depois que ele cumpre o tempo dele, o agente é ameaçado e, quando ele vai para a sua casa, ele é sequestrado, é morto, a família dele sofre.

Então, na verdade, eu sei que é um problema social, tem que ser tratado de forma realmente social, nós temos que repensar muitas coisas. Como disse aqui o Senador Caiado muito bem, existe aí uma retroalimentação de tudo isso, que é a droga. O viciado na droga, devendo para o crime organizado, tem que pagar, senão morre. Se não tem, vai roubar, então é um sistema viciado, um ciclo vicioso que alimenta tudo isso.

Registro aqui também a atuação, sim, do trabalho das igrejas, e até algumas ONGs que prestam excelentes serviços no sentido de recuperar jovens, tirá-los das drogas. Eu conheço esse trabalho, conheço e registro o trabalho que é executado pelos Anjos da Madrugada, ligado à Igreja Universal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reino de Deus, que sai de madrugada para dar atendimento, para ajudar, especialmente no Rio de Janeiro. Ali no Jacarezinho você vê o retrato do que é esse mundo do *crack,* da droga, onde, desculpem a expressão, é forte, mas é a expressão que eu vejo, a gente vê realmente lixos humanos jogados na beira da avenida, na beira da linha do trem, etc.

É uma retroalimentação de tudo isso e parece que não tem fim. Existe o problema social, nós temos que tratar disso.

Finalizo com outro ponto de peculiaridade em se falando da violência no Rio de Janeiro. O crime organizado hoje no Rio de Janeiro não tem só na droga seu grande negócio. O grande negócio do crime organizado no Rio de Janeiro hoje também se chama roubo de carga, mais de 30 roubos de cargas por dia acontecem no Estado do Rio de Janeiro.

E vou finalizar com isso, não sou especialista em segurança pública, também não sou operador do Direito, mas eu não preciso ser especialista em segurança pública para ver, como está noticiado todo dia que em 5km da Avenida Brasil, no Chapadão e região, é onde mais acontece assalto de carga, então é só colocar ali uma fiscalização mais forte, mais viaturas, o Exército. Ali é tão perto de Deodoro inclusive, tão perto da base. Se eu sei que em 5km da Avenida Brasil acontecem 95% do roubo de carga, por que eu não intensifico a fiscalização ali? Pelo contrário, eu passo lá de dia e passo de noite e não há sequer uma *blitz* ali, nem Polícia Militar muitas vezes. Porque se ficar ali é muito perigoso, perigoso para a própria Polícia.

Então, nós temos que registrar isso. Claro, vou votar. Senador Anastasia, eu agradeço por V. Exª ter mantido a guarda municipal e também os agentes socioeducativos no Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente. Eu fui citada, art. 14.

Senador Eduardo Lopes, eu não seria ridícula de dizer que em todos são 4%. Eu tive acesso a alguns que são e é evidente – e aí, é óbvio, porque é uma compreensão – que a possibilidade de reincidência é muito menor nos que estão sob ações socioeducativas do que no sistema penitenciário. Aí, os dados acho que não temos nem que discutir.

É a isso que eu me referia.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Contraditar.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Para contraditar.) – Para contraditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que a impressão que dá no número citado pela Senadora é de que seria uma impressão geral, por isso que eu quis citar exatamente a condição do Rio de Janeiro, que eu conheço.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assim como os outros Senadores e Senadoras que se manifestaram aqui, nós não podemos deixar de reconhecer o avanço dessa discussão hoje no que diz respeito à ideia de instituição de um Sistema Único de Segurança Pública, o Susp, que, desde abril de 2012, foi proposto, através do Projeto de Lei 3.734, de autoria do Poder Executivo, visando justamente instituir um sistema que pudesse disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública no Brasil.

Porém, esse processo – como foi destacado pelo Senador Humberto Costa – ficou paralisado na Câmara. Recentemente, recebeu uma relatoria, na Câmara, do Deputado Alberto Fraga, que apresentou um substitutivo que insere o sistema socioeducativo no âmbito do referido projeto de lei, pareando o sistema prisional e o sistema socioeducativo: o art. 5º, no inciso III; o art. 6º, incisos VI, XII, XIV e XXII; o §8º no inciso IV; o art. 9º, *caput*, e o §2º, inciso IX, do substitutivo.

Portanto, não está em discussão o mérito do relatório do Senador Anastasia no que diz respeito à sistematização deste Sistema Único de Segurança Pública. O que nós estamos discutindo é que o argumento de que nós não devemos aceitar emendas para não ter que voltar à Câmara não pode ser substancial no que diz respeito ao mérito deste projeto.

O projeto, ao inserir nesses artigos quase uma paridade, uma inclusão especialmente no art. 9º: "Fica instituído o Sistema Único de Segurança Pública [...]. §2º São integrantes operacionais do (...) [sistema]: [...]." Aí fala os órgãos do sistema de segurança pública e os órgãos do sistema socioeducativo.

Ora, em primeiro lugar, são dois conceitos diferentes. O conceito que está referenciado, o Sinase, que foi votado e aprovado por unanimidade por esta Casa, baseia-se na prioridade absoluta do art. 227 da Constituição Federal e no 4º do ECA, que dizem respeito aos direitos à integridade física e segurança. Os arts. 124 e 125 do ECA falam do respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida, as circunstâncias, a gravidade da infração, e as necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, art. 100, §1º, e 112, §3º, do ECA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, há, no Sinase, uma referência que se vincula muito à ideia da garantia de direitos e da garantia de direitos humanos, partindo do princípio de que nós estamos tratando de um segmento da sociedade, que são os adolescentes, que precisa ser inserido. A Nação necessita da sua reinserção.

O Sinase não é composto apenas do sistema privativo de liberdade, mas também do sistema semiaberto, em que há, sim, um nível de recuperação, com participação de organizações não governamentais e também do esforço governamental em diversos Estados, com políticas mais inovadoras de inclusão, que permitem uma recuperação, uma reinserção desses adolescentes na sociedade e com um baixo grau de, digamos assim, volta à prática do crime. Nós não estamos tratando do sistema prisional.

É claro que, no Sinase, no que diz respeito ao sistema privativo de liberdade, a volta à prática de infração, como em todo sistema privativo, é mais alta – nós não estamos discutindo isso – e, em muitos casos, pode chegar até a 30%, mas 30% é muito diferente dos 70% do sistema prisional hoje do Brasil. Então, nós temos o caos do sistema prisional brasileiro, porque ele não consegue atingir o seu objetivo que é a reinserção social.

E é nesse contexto que nós não queremos, não devemos aprovar um projeto que insere no Sistema Único de Segurança Pública o Sinase, que tem referências próprias.

Ouvi aqui discursos e argumentos no sentido de que o Sinase, incorporando-se a um sistema de segurança pública, vai receber mais recursos. Não é possível que a única forma de receber recursos seja inseri-lo no sistema prisional, no Sistema Único de Segurança Pública.

Ainda que reconheça o discurso do Senador do Rio de Janeiro reclamando da falta de recursos para a intervenção do Rio de Janeiro, nós já dizíamos isso, quando se debateu aqui aquela intervenção, que ela não iria alcançar os seus objetivos; que iria, pelo contrário, fragilizar as próprias Forças Armadas, porque ninguém pode cumprir esse papel sem os recursos devidos para assegurar as medidas que devem ser tomadas. Mas, como fazer isso com o País sob a PEC 55, que impede que se façam investimentos justos e necessários na saúde, na educação e na segurança pública?

Ora, Sr. Presidente, uma coisa se liga a outra, e agora nós devemos, creio, apelar à sensibilidade do Senador Anastasia, que é o Relator dessa matéria, para que, da mesma forma com que ele conseguiu incluir como emenda de redação algumas questões colocadas em emendas e sugestões dos Srs. e Srªs Senadoras, ele possa também subtrair, como emenda de redação, esse conteúdo, que não é conteúdo original desse projeto, que foi acrescentado na Câmara dos Deputados e que não corresponde à necessidade do projeto hoje.

Isso não quer dizer que os agentes do sistema socioeducativo não devam ter direitos iguais aos dos agentes prisionais do ponto de vista salarial, isso não quer dizer que o sistema socioeducativo não seja merecedor de recursos. Pelo contrário. A sua condição de especialidade e de possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperação ainda em idade possível ou mais possível para isso torna necessário o foco do combate da criminalidade no País justamente na vulnerabilidade da adolescência e da juventude. Então, mais do que nunca, precisamos de recursos para o Sinase, agora, nós não podemos tirar o Sinase do conceito dos direitos humanos para colocá-lo dentro de um sistema que tem como visão principal a segurança pública. É isso que nós estamos debatendo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – E é nesse sentido que apelo ao Senador Anastasia para que nós não possamos votar o texto integral do projeto como está, mas que, sim, possamos aprovar aqui destaques que já foram colocados por Senadores e por Bancadas de partidos no sentido de retirar essas expressões que integram o Sinase ao Sistema de Segurança Pública. Aí, sim, o projeto poderá ser aperfeiçoado e realizar os objetivos que todos nós desejamos, que é que a inteligência do sistema de segurança no País possa ser integrada, que possa se falar, comunicar-se e atuar de forma mais eficaz. E que assim possa dar a contribuição que o Parlamento precisa dar à questão da segurança pública no Brasil.

(*Interrupção do som.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Para finalizar, Sr. Presidente, quero mais uma vez apelar à sensibilidade de todos os Senadores e Senadoras que compõem este Plenário para que nós não deixemos acontecer isso.

O Sinase foi criado sob os auspícios da Constituição Federal e do ECA, naquilo que diz respeito à criação de uma nova ideia dentro da Constituição, que é a ideia garantidora dos direitos da criança e do adolescente, que torna a criança um sujeito de direitos. Que nós não possamos retirá-lo dessa área para colocá-lo dentro de um sistema que pensa a segurança pública no Brasil apenas! O que vai acontecer nos Estados, com as FUNDACs, com todo o sistema organizado? Ele vai se incorporar ao sistema de segurança pública. Creio que esse não é o desejo de nenhum governo de Estado em nosso País.

Por isso, eu, mais uma vez, apelo ao Senador Anastasia e a todos os Senadores para que possamos realizar essa tarefa comum, em acordo, num acordo que permita que nós possamos aprovar o projeto sem essa oposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Hélio José. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha primeira manifestação é no sentido de chamar a atenção para o fato de que nós não estamos colocando de pé um Sistema Único de Segurança Pública para este Governo, até porque este Governo está caminhando para o seu final, para o seu esgotamento. Nós estamos colocando de pé aqui uma proposta para o Estado brasileiro, respondendo a uma demanda muito antiga.

A nossa Constituição faz 30 anos e foi construída em torno de uma conjuntura acompanhada de muitos traumas, em função de um regime de exceção que violou direitos fundamentais, que violou garantias fundamentais, como a liberdade de expressão, com atos institucionais. E, por certo, Senador Anastasia, nós construímos uma Constituição muito ampla, minudente, detalhista, a segunda mais extensa do mundo. Só há uma Constituição, salvo melhor juízo, mais extensa que a brasileira, que é a Constituição da Iugoslávia, com 406 artigos.

Mas essa Constituição, em que pese ter incorporado quase tudo ou ter constitucionalizado quase tudo – não é sem outra razão que vivemos uma enorme judicialização da política em nosso País; qualquer controvérsia política, econômica, social, moral se transforma numa controvérsia jurídica –, não reservou, como nós discutimos aqui na reunião anterior, nos seus arts. 23 e 24, que definem a competência comum e que definem aquilo que é competência da União, dos Estados e dos Municípios, o tema da segurança pública. Na época, por um vazio constitucional, por uma omissão da Constituinte, nós consagramos a responsabilidade compartilhada em áreas fundamentais, como a educação e como a saúde, e não incorporamos a divisão de responsabilidade no campo da segurança pública.

Não é sem outra razão que a segurança pública ostensiva, que estamos aqui discutindo, tem sido de responsabilidade exclusiva dos Estados subnacionais, dos Estados federados. E, há muito tempo, nós reclamamos, nós criticamos a omissão do Governo Federal em participar ativamente do enfrentamento à questão da violência e da criminalidade. Acho que todos nós aqui precisamos ter um tanto de humildade em relação a esse tema, porque, nos últimos anos, diversos governos de diversas origens tiveram a oportunidade de governar este País, e todos nós falhamos. Nós precisamos ter essa humildade e ter essa capacidade de admitir que os nossos governos, de uma forma múltipla ou de uma forma ampla, falharam no enfrentamento à questão da segurança pública, porque, de lá para cá, os indicadores só fazem se acelerar numa curva ascendente, transformando-se numa epidemia nacional, cujas origens são as mais diversas.

Quero crer, Sr. Presidente, que há um consenso em relação a esse tema. E os debates aqui estão de alto nível, porque as divergências estão sendo apresentadas com muito respeito à posição de cada um.

Há muito todos nós reclamávamos do que está consagrado no art. 144, §7º, da Constituição Federal, que lei própria conduziria à construção... É isso que consagra o art. 144, §7º, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal: "A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades." É isso que esse projeto traz no seu núcleo e na sua essência, atendendo a uma reclamação que me parece convergente.

Eu vi algumas questões aqui sendo levantadas, e aí eu quero me dirigir ao Senador Relator, Senador Anastasia, a quem foi delegada essa responsabilidade e que produziu um relatório detalhado e, a meu modesto juízo, muito preciso, porque algumas questões levantadas aqui, a meu modesto juízo, merecem luz.

Por exemplo, o art. 4º desse projeto define que o Susp (Sistema Único de Segurança Pública) deverá pautar sua atuação pelos seguintes princípios: proteção aos direitos humanos; respeito aos direitos fundamentais; promoção da cidadania e da dignidade humana; resolução pacífica de conflitos; uso proporcional da força; participação e controle social; proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública. São princípios norteadores desse projeto, que não servem para este Governo, servem para mover o Estado brasileiro daqui por diante à medida que nós tivermos capacidade de evoluir e colocar de pé um sistema único de segurança pública, assim como fizemos em outros tempos com o Sistema Único de Saúde, que, com todas as suas imperfeições, precisa ser respeitado, reconhecido como um avanço extraordinário no dia a dia, sobretudo das pessoas que não têm acesso a plano de saúde, que não têm acesso à medicina privada. Ou seja, o SUS é um sistema que colheu bons resultados ao longo desse tempo.

Com base nessas premissas, o nosso Relator enfatiza alguns pontos na defesa do seu relatório, com o qual nós estaremos votando, que dialoga e me parece que responde às questões da inclusão ou não do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública. Eu concordo, no mérito, com a Senadora Marta Suplicy, com o Senador Humberto e com a Senadora Lídice, mas o que eu estou lendo e o que eu estou interpretando de maneira muito objetiva é que o Sistema Único de Segurança proposto e em debate não altera absolutamente nada do sistema socioeducativo.

O Susp cria um sistema integrado, não tratando de criação ou retirada de competências de qualquer desses órgãos que foram aqui manifestados por V. Exªs. A política nacional socioeducativa continuará normalmente no arcabouço de direitos humanos e, além disso, o próprio Susp deverá pautar, como afirmei aqui, sua atuação em respeito às diretrizes que englobam esses mesmos direitos, até porque são direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal.

O projeto não enseja nenhuma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente. O que o projeto de lei diz é que os órgãos do sistema educativo – e diz objetivamente, sem tergiversar, de maneira clara –, o que afirma é que os órgãos do sistema socioeducativo, assim como vários outros órgãos constantes dos incisos do §2º do art. 9º, deverão atuar em cooperação, de maneira integrada, o que me parece absolutamente natural e necessário, Senador Valadares; que nós possamos considerar a realidade nas estruturas socioeducativas, que, por certo, precisam continuar merecendo uma ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito específica, em função das características de tratar, gerenciar ou ressocializar menores em conflito com a lei.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria dirigir essas questões ao ilustre Relator para que ele pudesse nelas focar, porque eu acho que S. Exª pode e deve responder a essas questões. Para mim, não há dúvida em relação a isso, mas eu noto que existem alguns companheiros, alguns colegas Senadoras e Senadores com algumas dúvidas, e acho que S. Exª faria muito bem ao conjunto da Comissão se priorizasse, se focasse nesses temas.

De mais a mais, Sr. Presidente, por certo o Susp não é uma bala de prata, não é uma panaceia para resolver o problema e o desafio da segurança pública em nosso País, não pode ser visto como uma bala de prata, mas é preciso ser visto como um avanço, como um passo muito importante. Por certo, o centro do problema da violência em nosso País, dos elevados indicadores de criminalidade está no tráfico e no consumo das drogas, que não são produzidas em nosso País, mas são importadas. Há, portanto, um erro histórico do nosso País em não colocar de pé um projeto efetivo que possa monitorar as nossas fronteiras. Por certo, esse combate deveria ser dado nas fronteiras, e não nas cidades, onde se dá essa comercialização, esse consumo, alimentando essas facções criminosas, que, de dentro das estruturas estatais, estão manipulando e orientando as ações País afora.

Portanto, Sr. Presidente, eu considero...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... que o relatório do eminente Senador Anastasia é merecedor do nosso apoio. Nós estaremos votando favoravelmente, reconhecendo esse avanço, mas eu pediria ao Relator que colocasse um pouco de carga nessas questões, para que não ficassem dúvidas. Porque, no mérito, eu concordo com os eminentes colegas que me antecederam, em relação ao mérito, mas não vejo onde esse projeto dialoga numa direção contrária a isso que estamos defendendo.

É como me manifesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lúcia Vânia, a quem concedo a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Anastasia pelo projeto, pela sua dedicação e acima de tudo pela competência com que analisou e montou um projeto de extrema importância, estabelecendo a coordenação das forças de segurança. E esse projeto representa, sem dúvida nenhuma, um grande avanço no sentido de enfrentar o desafio de combater a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminalidade. Quero, portanto, Senador Anastasia, dizer do nosso reconhecimento à sua dedicação e principalmente à forma como V. Exª se aprofundou no tema.

Eu quero ressaltar também a sensibilidade de V. Exª no sentido de atender ao pleito das guardas municipais de todo o País, interpretando, como Relator, o que estava implícito nas emendas do Senador Lasier e na emenda de minha autoria.

Agora, eu quero também, Senador Anastasia... Para mim, não fica muito claro e acho que é preciso a atenção de V. Exª em relação à questão dos agentes socioeducativos. Eu quero me associar aos argumentos da Senadora Marta, do Senador Humberto Costa, da Senadora Lídice da Mata. Eu acredito que os conceitos são diferenciados e, portanto, precisam de tratamento diferenciado. Eu acredito que os agentes socioeducativos têm uma lei específica e deverão ser regidos por essa lei.

A sociedade brasileira tem uma dívida muito grande com as crianças e os adolescentes. A especificidade da questão faz com que nós busquemos formas diferenciadas de tratamento. E isso também vem a interferir no processo educacional, que hoje tem uma dívida muito grande. Nós precisamos buscar as escolas de tempo integral. Nós precisamos olhar a criança e o adolescente deste País de forma diferenciada de como se tratam os demais temas na área de segurança pública.

Portanto, embora tenha essa observação a fazer, quero dizer da minha satisfação em votar um projeto tão bem elaborado por V. Exª. Mas peço, mais uma vez, a sensibilidade de V. Exª em relação às nossas crianças e adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet com a palavra.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Desculpa, Sr. Presidente.

Depois de ter ouvido todos os colegas, Senadores e Senadoras, eu vou deixar um pouquinho a dialética de lado, deixar de expor aqui o que penso e mesmo de contrapor algumas teses que foram colocadas, para ir direto na síntese da minha fala e ser o mais pragmática possível em relação a esse assunto, até porque me parece que há um consenso, ou quase que de forma absoluta por unanimidade, de aprovação do projeto em essência, da necessidade de um plano nacional de segurança pública e de um sistema unificado de segurança pública. Aliás, pelo que ouvi aqui de todos, é um projeto que já deveria ter sido transformado em lei há muito tempo.

As questões são pontuais; de mérito, profundas, importantes, mas pontuais. Então, deixando de lado todas as teses, eu gostaria apenas de dizer assim: da mesma forma como os colegas, eu me encontro em um dilema entre a urgência dessa medida, já tardia, e o ideal de um projeto. Mas aí eu me lembrei, por diversos exemplos que foram dados aqui, contraditórios inclusive, de que não há e não vai haver nunca consenso ou ideal quando se fala em segurança pública. Essa é a questão. E não é que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

haja consenso entre Senado e Câmara; não há consenso sequer entre os colegas Senadores. Não precisamos ir muito longe.

Eu aqui tive a oportunidade de me debruçar, por autorização e determinação de V. Exª, em mais de 30 projetos relacionados à segurança pública em menos de três meses. Desses todos, com muito boa vontade, nós temos cinco ou seis que efetivamente podem resultar na melhoria do sistema.

Pois bem, diante de toda essa questão, o que eu vi dentro dos projetos? Senadores ora a favor da legalização do porte de arma, ora contra; uns a favor da redução da maioridade penal, outros contra a redução da maioridade penal; e daí por diante. Então, diante do impossível que é um projeto ideal, não há como nós retardarmos ainda mais a aprovação desse projeto. Há um clamor da sociedade brasileira hoje, que eu diria que está à frente até da pauta da saúde pública, que é a questão de resolvermos ou pelo menos diminuirmos a violência que assola atualmente não só os grandes Municípios brasileiros, mas eu diria que a unanimidade dos mais de 5,5 mil Municípios do País.

Diante disso, onde está, a meu ver, pelo que presenciei aqui, o ponto crucial? Eu peço vênia ao Senador Humberto, porque eu concordo até com as emendas em relação ao mérito, à necessidade de planos quadrimestrais, à inclusão de um capítulo relacionado às mulheres e tudo mais, mas nós não podemos esquecer que esse projeto pode ir para a Câmara, a Câmara pode não acatar essas medidas, e nós vamos retardá-lo ainda mais.

Lembro também que esta Casa está abrindo uma comissão mista justamente para tratar dos projetos de segurança pública e, mais ainda – e talvez seja esta a grande contribuição, se é que eu posso dar alguma contribuição nessa discussão para quem está nos ouvindo, que são os agentes socioeducativos –, que esta lei na realidade é uma norma programática; ela não tem cunho, na maioria dos seus dispositivos, de efeito imediato, porque estabelece programas e princípios que vão nortear outras leis que serão elaboradas por esta Casa, precisando ainda de regulamentação pelo Poder Executivo.

Tendo em vista tudo isso, o que me parece ser o único ponto – embora concordando com algumas emendas do Senador Humberto, já adianto que vou votar contrariamente, sabendo que há toda a possibilidade de as incluirmos posteriormente na comissão mista que vai tratar de segurança pública –, o único ponto que ficou aqui e que precisa de um esclarecimento talvez até do Líder do Governo, em um compromisso de um possível veto ou não, refere-se à colocação dos agentes socioeducativos como órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública. E até aí não há consenso. Eu ouvi todos falando só sobre um prisma, de que os agentes socioeducativos não querem a inserção. E eu realmente fui procurada por vários, encaminhados inclusive pela ilustre Senadora Lídice e pela Senadora Marta. Mas, posteriormente a isso, eu fui procurada pelos agentes socioeducativos do meu Estado. E aí eu entendi que, na realidade, nós temos duas situações diferentes. Utilizando a fala aqui, o palavreado do Senador Anastasia, nós temos uma moeda que tem dois lados: nós temos agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

socioeducativos que trabalham com as crianças e os adolescentes na liberdade assistida, e nós temos os agentes socioeducativos que trabalham com as crianças e os adolescentes na internação no estabelecimento educacional.

E vimos que aí também não há consenso. Estes últimos que trabalham nesse sistema de estabelecimento educacional de internação já entendem benéfico o projeto, porque querem ser inseridos na discussão da segurança pública, até para que sejam ouvidas as suas necessidades e para que as secretarias de segurança pública possam se sensibilizar e sensibilizar os governadores de que é preciso mais recursos no orçamento da assistência social para investimentos no sistema socioeducativo. De outra forma, aqueles que trabalham com a liberdade assistida pensam diferentemente e querem a retirada desse dispositivo.

Então, diante de tudo isso, Presidente, entendo urgente a aprovação. E, mais ainda, qualquer emenda que não seja de redação tem que ser rejeitada sob pena de nós não avançarmos um milímetro não só neste projeto, mas não conseguirmos avançar e sermos eficientes nas proposições que virão da comissão mista a ser implementada por esta Casa.

Eu gostaria muito de ouvir, de repente, o Líder do Governo em relação a este dispositivo, sobre se o Governo tem alguma intenção de vetar ou não, lembrando que esse dispositivo não vem do Poder Executivo; a inclusão do socioeducativo foi feita pela Câmara dos Deputados.

Eram essas as observações que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, para um comentário pequeno em relação ao que a Senadora Simone falou, mas não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy. Se V. Exª quer fazer um comentário, o Regimento faz...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Será meio segundo.

É que eu discordo da Senadora Simone, porque, quando ela diz que estabelece princípios, exatamente esse é o ponto, estabelece princípios. E um dos princípios mais importantes é a manutenção dos agentes socioeducadores dentro do ECA, e não misturados com agentes penitenciários.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas para ser muito clara em relação a isso. Nós concordamos, eu e a Senadora Marta temos concordância em relação à questão do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Sinase. Eu sou contra a redução da maioridade penal, já trabalhei, inclusive, nessa questão, melhorando, inclusive, o Estatuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo bem claro não mais num discurso político, mas até mais técnico, explicando o que eu disse em relação aos princípios. Eu, inclusive, sou contra e nem acho que o Governo tenha que vetar esses dispositivos que eu mencionei em relação aos princípios; ao contrário. O Senador Ferraço foi muito feliz quando colocou que aqui são princípios do plano nacional, e aí garante exatamente essa separação. Mais ainda, no art. 6º, são diretrizes do plano, e, no inciso XVIII, diz "acesso às informações dos egressos do sistema socioeducativo para incentivar políticas públicas", políticas públicas, leia-se assistência social. São objetivos do plano, e aí vem, lá no inciso XIV: "fomentar o aperfeiçoamento da aplicação e do cumprimento das medidas socioeducativas, bem como racionalizar e humanizar os ambientes de internação do sistema socioeducativo." Apenas para que isso fique como princípio/meta não só do Sinase, mas também dos homens de farda, ou mesmo da Polícia Civil, do Secretário de Segurança Pública, daqueles que vão tratar de segurança pública.

No que eu concordo com a Senadora é: se for possível, com uma emenda de redação, que se retire o socioeducativo como órgão de integração do sistema. É nesse sentido a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Fátima Bezerra com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dez minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu quero inicialmente aqui me associar ao Senador Humberto Costa, à Senadora Marta, à Senadora Lídice e a outras e outros que estão fazendo a defesa da Emenda nº 22, que foi apresentada pelo Senador Humberto Costa para suprimir o inciso IX do §2º do art. 9º do projeto de lei ora em debate no sentido de retirar os agentes socioeducativos do Susp.

Considero que isto aqui não é um tema qualquer. A Senadora Marta tem toda razão quando chama atenção aqui para o fato de que isso diz respeito a princípios. Por isso é que, mesmo entendendo a necessidade e a urgência de o Congresso Nacional avançar do ponto de vista de proposições legislativas que respondam ao maior clamor da sociedade hoje, que é a questão da violência e, portanto, a necessidade de uma política nacional de segurança pública eficiente, cidadã, mesmo assim, entendo que nós temos que ter calma. Não é porque se pode retardar o projeto um pouco mais que nós não devemos aqui exercer o nosso papel, enquanto sistema bicameral inclusive, de aprofundar o debate para que nós possamos, realmente, aprimorar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam bem, quando nós defendemos que os agentes socioeducativos não constem do projeto aqui, da Política Nacional de Segurança Pública, do Susp, é porque entendemos que os agentes socioeducativos precisam estar dentro de um sistema que valorize as ações socioeducativas, e não num modelo de tratamento policial para as nossas crianças e adolescentes. Ou seja, nós temos que entender aqui que são políticas públicas específicas para essas crianças e adolescentes que precisam ser valorizadas, e não reduzidas a uma espécie de tratamento policial – se insistirmos, repito, em deixar os agentes socioeducativos no âmbito do Susp.

E o que isso pode provocar, Senador Valadares? Pode provocar, inclusive, a perda de uma oportunidade que a gente tenha de investir num sistema como o Sinase, que é uma conquista extraordinária do ponto de vista de prover direitos, do ponto de vista de promover cidadania.

Então, nós entendemos, repito, que o papel nosso, do ponto de vista da legislação, é fortalecer cada vez mais o Sinase e, com isso, fortalecer cada vez mais o caminho para promover a cidadania das nossas crianças, com a promoção da educação, da cultura, da igualdade de oportunidades.

Depois, quero saudar o Senador Anastasia evidentemente pelo esforço que fez na relatoria que apresenta, mas quero aqui também fazer um apelo a ele. Acho que é importante o Congresso Nacional dialogar com a sociedade. E a sociedade aqui, neste momento, fala através de instituições, Senador Anastasia, e entidades as mais representativas da história, do compromisso em defesa da cidadania, das nossas crianças e adolescentes.

Nós temos aqui documentos assinados pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); temos aqui documentos também da Rede Justiça Criminal; temos documentos de diversas outras entidades, por exemplo, da Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente, do Fórum Nacional Permanente de Entidades da Sociedade Civil de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ou seja, isso é a voz da sociedade, entidades que todos nós reconhecemos, a legitimidade que têm, pelo acúmulo que têm do ponto de vista do debate, da questão dos direitos da criança e do adolescente. E vêm aqui exatamente fazer esse apelo para que os agentes socioeducativos sejam retirados do projeto do Susp, o que fez o Senador Humberto Costa aqui apresentar a presente emenda.

Olhando para V. Exª, mais uma vez, faço aqui este apelo para que isso fosse visto, repito, com toda a sensibilidade. Apelo aqui a esta Comissão para que a gente possa enfim aprovar.

Quero ainda dizer que, sem dúvida nenhuma, o projeto de lei que o PT inclusive apoia, já foi aqui expresso pelas nossas Lideranças, evidentemente que com emendas como, por exemplo, essa que tem por objetivo suprimir do texto do Susp os agentes socioeducativos, mas nós não poderíamos aqui deixar de destacar o alcance de um projeto de lei desse, na medida em que ele vem para criar uma política nacional de segurança pública e defesa social, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), projeto que vem, a nosso ver, responder a uma das lacunas mais graves existentes, que é a falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integração, de coordenação entre as diversas ações voltadas para o enfrentamento à violência no nosso País.

Ou seja, o grande mérito desse projeto na verdade é, a exemplo, como foi dito aqui, do SUS, a exemplo também do Plano Nacional de Educação, normatizar, até porque enfrentar a questão da violência, que dispensa comentários, a sua gravidade, inclusive no âmbito do sistema prisional, a violência, que alcançou níveis estratosféricos no Brasil, no Nordeste... No meu Estado do Rio Grande do Norte, tem sido uma verdadeira calamidade. Então, pensar em responder a um problema tão complexo como esse, acima de tudo, exige responsabilidade no sentido de termos ações integradas planejadas, sistematizadas desde o Governo Federal, os Estados, Municípios, a sociedade civil e os demais Poderes. E é disso que trata, em essência, exatamente o projeto de lei aqui proposto. Tanto é que o projeto de lei prevê as seguintes alterações: "atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade". O projeto ainda trata dos princípios diretrizes e estratégias, bem como também dispõe sobre os planos decenais de segurança pública, etc. E, por fim, o projeto de lei trata da questão de orçamento. Porque não adianta termos boas ideias, boas propostas se não houver dinheiro, se não houver orçamento.

Então, é imperativo, Senador Anastasia, o descontingenciamento – aliás, que já foi objeto de aprovação aqui no Senado Federal –, que proibiu o contingenciamento tanto do Fundo Penitenciário Nacional, bem como também do Fundo Nacional de Segurança Pública; a criação dos fundos estaduais; e, evidentemente, a criação também de receitas que possam suprir esses fundos. Aí, sim, com orçamento adequado suficiente, a gente pode implementar a Política Nacional de Segurança Pública, que venha em curto, em médio e em longo prazo responder a essa tragédia – essa tragédia! – que é o aumento da violência no nosso País, e, consequentemente, com a população aí totalmente à mercê dos bandidos e da criminalidade.

Lembramos que proibir o contingenciamento de recursos na área de segurança pública é vital, sobretudo nesses tempos que nós estamos vivendo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de Emenda nº 95, de teto de gastos, de congelamento das áreas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exª, meus cumprimentos ao nosso nobre Senador Anastasia, nosso apoio integral, *ipsis litteris*, ao projeto apresentado por V. Exª, todo nosso apoio ao Sinase, não tenha dúvida!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Ferraço deixou claro que ninguém aqui quer suprimir ou prejudicar o Sinase colocando o agente socioeducativo – que é um ser humano como os outros, que está sendo vítima e cassado pelos jovens para os quais eles fazem o trabalho normal, assassinados, como aconteceu aqui, no Distrito Federal – na área de segurança pública.

Então, é um absurdo querer prejudicar esse cidadão, esse ser humano servidor público concursado que é o agente socioeducativo com essa questão, porque está falando que vai prejudicar a questão do Sinase. Não tem nada a ver com isso. O Senador Anastasia vai esclarecer, o Senador Ferraço já esclareceu. Então, não podemos, com os nossos interesses por uma coisa ou outra, prejudicar uma entidade séria e responsável que representa os agentes socioeducativos.

Os sindicatos dos agentes socioeducativos, que visitaram a nobre Senadora Simone Tebet, como visitaram a mim e a outros, têm clareza de como esse profissional está sendo massacrado no Brasil inteiro por esses menores que eles têm de conduzir, cuidar. Então, precisamos distinguir o agente socioeducativo do Sinase e do Susp como um todo, como muito bem esclareceu o nosso nobre Senador Ferraço.

Meu nobre Presidente, Senador Lobão, todo nosso apoio ao Susp e todo nosso apoio ao Sinase.

O agente socioeducativo também é um ser humano e não pode ser tratado dessa forma. Nós, que defendemos os direitos humanos, que defendemos a vida não podemos tirar a questão de uma discussão conceitual e prejudicar esses agentes socioeducativos, que são fundamentais, excluindo-os de uma situação fática, real, que é a questão do Susp.

Por isso, nosso apoio integral ao relatório do nosso nobre Anastasia, nosso apoio à posição colocada aqui pelo nobre Senador Ferraço e nossa compreensão à preocupação da nobre Senadora Marta Suplicy e da nobre Senadora Lídice de não prejudicar o Sinase.

Acho que o Sinase tem de ter o nosso total apoio. Não tem nada a ver com o trabalhador agente socioeducativo como não tem nada a ver com o trabalhador agente penal, porque não há mais agente penitenciário. Na PEC que aprovamos e de que fui o Relator, o agente penitenciário passa a ser agente penal, porque, além de trabalhar nas penitenciárias, ele trabalha também cuidando e acompanhando as execuções de penas.

Meu nobre Presidente, Senador Edison Lobão, o senhor está de parabéns por estar fazendo esse processo democrático de discussão com toda a paciência que lhe é peculiar. Todas as dúvidas de nós, Senadores, estão sendo retiradas. Eu não dúvida de que o nobre Senador Anastasia saberá mostrar com toda clareza a diferença que existe entre os princípios do Sinase e a inclusão do trabalhador agente socioeducativo, servidor público concursado, na questão do Susp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos ter clareza de que, como defensor dos direitos humanos como sou, essas pessoas são humanas, são vivas e precisam preservar as suas vidas e não serem caçados como está acontecendo hoje.

Aqui no Recanto das Emas, uma cidade de Brasília, o Agente Socioeducativo Igor foi vitimado por um desses meninos que ele tinha de conduzir o tempo inteiro ao trabalhar no sistema socioeducativo.

Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Último orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, já tive a oportunidade de, aqui, na reunião anterior e até mesmo no plenário do Senado, me pronunciar sobre esse projeto, analisando os seus dispositivos e, inclusive, o seu mérito. Então, não me cabe mais, diante das verdadeiras aulas que aqui recebemos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Nós todos as recebemos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... falar e discutir sobre isso, alongar esta reunião para tratar sobre assuntos que já são do conhecimento de todos nós.

Eu queria apenas fazer uma ponderação: que, nesta Casa, que está dando tanta velocidade, com toda a razão, a esse projeto que envolve a segurança pública no Brasil, dando unificação às ações do setor e colocando Estados e Municípios em pé de igualdade com a União, para a União poder ajudar as unidades federadas nesse propósito, venhamos a dar atenção à tramitação de um projeto que, sem dúvida alguma, se for aprovado e levado adiante com as alterações que foram feitas por esta Comissão... É o projeto que trata da lei das drogas, o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Por que esse projeto é importante, não o que veio da Câmara, mas o que esta Comissão alterou? Foi aprovada essa alteração por unanimidade, com uma diferenciação que não poderia deixar de existir. E essa é a razão do aprisionamento violento que está acontecendo no Brasil entre traficantes e usuários. É preciso que nós tenhamos uma regra mínima que faça essa diferença, porque, do contrário, Sr. Presidente, as nossas prisões vão continuar abarrotadas, vão continuar a ser verdadeiros calabouços, verdadeiras universidades do crime. Jovens que são usuários são confundidos pelos policiais e pela própria Justiça como traficantes e criminosos.

Esse projeto, o PLS 137, encontra-se, ou se encontrava, digo melhor, sobre a mesa para ser votado, com um parecer contrário ao parecer da Comissão de Justiça, isto é, involuindo, entrando na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fase do retrocesso. Enquanto países no mundo inteiro fazem essa diferença, o Brasil coloca como prioridade a prisão, o encarceramento dos jovens. Por isso, nesse projeto, como Relator, coloquei um dispositivo que diferencia o usuário de drogas do traficante. Como eu disse, esse fato tem causado muitas prisões e contribuído para a superlotação, para o agravamento da reincidência e para a conversão de simples usuários em criminosos e traficantes. Depois que saem da cadeia, eles pioram. No meu substitutivo, proponho que o usuário é um caso de saúde a ser cuidado pelo Poder Público, enquanto o traficante é um criminoso e deve ser recolhido à cadeia para reparar os seus malfeitos.

Eu também sugeri, Sr. Presidente, que aquele que fosse pego com uma quantidade mínima de droga... É aí onde está o segredo do aprisionamento, estabelecer um quantitativo máximo a partir do qual seja considerado traficante e um quantitativo máximo abaixo do qual o investigado seja considerado usuário. O próprio Supremo Tribunal Federal, que se aproveita muito, aliás, o Judiciário...

Se fizerem silêncio lá atrás posso até continuar, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Eu estou atrapalhando o silêncio, ou o barulho.

Então, Sr. Presidente, só queria enfatizar isso.

O Presidente vai falar? (*Pausa.*)

Então, eu ouço o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem toda a razão. O ânimo, a euforia dos assessores nesta Comissão é extraordinário. Há momentos em que os assessores não permitem que os Senadores falem, e este era o momento, era um instante dessa natureza. Eu já pedi mil vezes aos assessores, que são tão importantes para o funcionamento desta Comissão, que se contenham. Há uma tertúlia entre eles do lado direito e do lado esquerdo sempre, o que atrapalha gravemente o funcionamento da Comissão.

Pedindo desculpas a V. Exª, continua com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª.

Eu estava dizendo que o Judiciário é useiro e vezeiro em ocupar o nosso lugar e legislar quando nós nos omitimos. Veja que, em relação a esse assunto de que estou falando, as drogas, o Supremo já está definindo qual a quantidade máxima para que o indivíduo possa ser considerado traficante ou usuário. Enquanto isso, o projeto está aqui parado, quer dizer, nós estamos evoluindo na segurança, mas não estamos evoluindo para diminuir o aprisionamento daqueles que não são traficantes, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usuários. E 30% das nossas prisões se referem a problemas de drogas, Sr. Presidente. Se nós continuarmos assim, de nada adianta a gente avançar em segurança. A gente está, como diz aqui o Dr. Armando, enxugando gelo.

Então, a minha sugestão a V. Exª, como Presidente da Comissão, que sabe que esse projeto de lei das drogas, que vai redundar numa nova lei das drogas, está dentro da Casa, é que nós toquemos os dois ao mesmo tempo, com as emendas que forem aceitas pela Comissão de Justiça.

Era isso que eu gostaria de falar, dando minha contribuição ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública, ao combate à criminalidade e também ao uso das drogas em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Encerrada a discussão.

Srs. Senadores, há 32 anos, deu-se a eleição dos Constituintes que elaboraram a Carta Constitucional que hoje temos. A questão da segurança pública foi amplamente debatida naquela época, e, daquela discussão surgiu, resultou um capítulo da Constituição que deu lugar ao art. 144, dizendo respeito exatamente aos deveres da segurança pública e da regulamentação daquele artigo através do Congresso Nacional, ainda que por proposta do Poder Executivo.

O Senador Humberto Costa lembrava que o Presidente Lula foi quem o fez. E é exato. O Presidente Lula encomendou um projeto de lei nesse sentido, de regulamentação do art. 144. E em 2007, portanto, há 11 anos, enviou-o ao Congresso Nacional.

Nunca se diga, portanto, que esta é uma matéria que está sendo votada de afogadilho. Não está. Não está sendo açodada a discussão em torno do assunto. Não está sendo atabalhoada. Faz 11 anos que aqui nós discutimos esta matéria, na Câmara e no Senado.

Ao chegar a esta Comissão, encaminhamos o projeto às luzes do Senador Antonio Anastasia, que, como de hábito, sempre cumpre brilhantemente o seu papel. Aqui está um substitutivo de S. Exª da melhor qualidade. Ele não foi alterado, mas foi comentado, foi analisado. E foi julgado bom o trabalho da Câmara, que S. Exª aceitou, e há uma tentativa de modificação em alguns poucos pontos.

Nós temos, portanto, a manifestação do Relator, contrária a várias emendas, e aceitando alguns pontos de redação, para que sobre eles S. Exª se manifestasse e melhorasse o texto do projeto. Louve-se, portanto, Senador Humberto Costa, a iniciativa do Presidente Lula, que teve a acuidade, o discernimento de perceber a importância da regulamentação daquele dispositivo.

Nós sabemos, sobretudo nós que votamos a atual Constituição – e eu fui um Constituinte –, que há inúmeros artigos que carecem de regulamentação, que, muitas vezes, ao longo do tempo, vão sendo esquecidos, como este o foi por diversos governos até ser lembrado pelo Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora votar o relatório do Relator e examinar os pedidos de destaque que aqui foram feitos pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Mas antes, quero conceder a palavra ao Relator para as suas considerações finais.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço muito a gentileza de todos os nossos pares ao abordarem o meu trabalho na relatoria desta matéria, que, como V. Exª muito bem resumiu, é extremamente complexa. Não há tema hoje, no Brasil, que provoca mais suscetibilidade e indagações que o tema da segurança pública. E nós fizemos, de fato, um parecer sobre o projeto oriundo da Câmara e sobre as diversas emendas com o propósito de tentar acolher o que fosse adequado e possível, mas sobretudo com muita racionalidade e muito cuidado.

Fico feliz até porque, em um ambiente tão amplo, de tantos temas que estão inseridos no projeto, que é um grande quadro ou uma grande moldura para a realização da Política Nacional de Segurança Pública, parece-me, salvo engano, que a discussão maior se centra agora em um único ponto. Claro, volto a dizer, respeito, ouvi com atenção as diversas ponderações, acho que o projeto, evidentemente, como já foi dito, é um primeiro passo dentro desse arcabouço jurídico normativo em relação à segurança pública no Brasil – vamos evoluir, inclusive, não só no âmbito de outros projeto de lei, quer ordinários, quer complementares, mas também de propostas de emenda à Constituição que vão visar à modernização das instituições constitucionais que cuidam da segurança –, mas, no pormenor, eu recebi aqui, durante todo o debate, as ponderações, os apelos até pela minha sensibilidade, que sempre é muito positiva e grande, na questão relativa ao sistema socioeducativo.

Na semana passada, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu já tive a oportunidade de apresentar a minha posição, que eu reitero neste momento, relativa a esse tema em especial. Eu queria reafirmar que o que foi colocado pela Câmara, na verdade, não se trata de nenhuma mácula, retirada, diminuição, alteração do sistema socioeducativo. A sua natureza, a sua natureza institucional, a sua regência pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelas leis próprias do seu sistema, continuam absolutamente imaculadas, sem nenhuma nódoa, sem nenhuma jaça, sem nenhuma alteração.

Tanto é assim que o *caput* do art. 9º, objeto da maior polêmica, diz que: "Fica instituído o Sistema [...], que tem como órgão central o Ministério [...] e é integrado pelos órgãos [...] e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, [...]". Eles são operacionais. E, textualmente, diz o *caput*, Sr. Presidente, eminentes pares: "que atuarão" – os órgãos operacionais, inclusive o sistema socioeducativo – "nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica".

Reitero: "das suas competências". Quais competências? As mesmas que ele já tem. Esse projeto não altera, não acresce nem diminui competências; ele cria princípios de atuação, como diz aqui, sistêmica, cooperativa e harmônica não só do sistema socioeducativo, mas também do órgão central de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

combate às drogas, dos órgãos de defesa civil, que não são de segurança pública na sua essência, mas estão todos em cooperação. É evidente que, quando tivermos um plano municipal de segurança pública, os órgãos municipais, por exemplo, de urbanismo vão integrar, porque a iluminação, sabemos, é um tema importante que não é de segurança pública, mas participa. Então, evidentemente, não há aqui neste projeto quaisquer razões...

Eu não tenho, pessoalmente, qualquer veleidade em retirar, mas eu estou só demonstrando que há uma lógica nessa inclusão, porque o tema dos adolescentes em conflito com a lei, infratores, tem vinculação. Há uma relação. Não há subordinação, não há perda de competências, mas, dentro de um grande guarda-chuva, de um grande pálio, é evidente que é um tema a ser considerado também em uma ampla Política Nacional de Segurança Pública, em razão da nossa realidade.

Aliás, quero aqui também comentar como mera realidade que em meu Estado, onde exerci a função de Secretário de Estado da Defesa Social, sempre houve essa integração, perfeitamente harmônica, do sistema socioeducativo dentro do guarda-chuva da defesa social, e sempre com muito êxito.

Então, eu queria me manifestar, portanto, aos eminentes colegas que me solicitaram. Volto a dizer: não há nenhuma posição firme, mas a minha defesa do projeto é que me parece que há lógica nessa concepção. Agora, evidentemente, eu me renderei sempre à vontade da maioria em uma eventual modificação que seja de redação.

Mas a minha posição, portanto, nesse pormenor, é pela manutenção do texto oriundo da Câmara, como nos demais, conforme pude apresentar no relatório das emendas.

Agradeço muito.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente. Sei que a discussão acabou.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, lembrando que a discussão já está encerrada. V. Exª falou oito vezes e sempre com proficiência, ajudando a iluminar os debates, mas, pela ordem, sim.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Bom, então, não é tão pela ordem, porque eu iria fazer uma reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim, então, eu peço a V. Exª que não a faça.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – É parte da discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Faça essa homenagem ao Presidente, para manter a íntegra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu faço essa homenagem ao Presidente com tudo o que já foi dito, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado.

Informo que há sobre a Mesa requerimento de destaque da Bancada do PSB para votação em separado da Emenda nº 22. Foram apresentados também requerimentos de destaque de iniciativa do Senador Humberto Costa para as Emendas nºs 16, 17 e as Emendas de nºs 20 a 26.

A votação dos requerimentos de iniciativa do Senador Humberto Costa será em globo, porque não haverá necessidade de votar o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, pelo fato de que ele o apresenta como Líder de Bancada.

Bom, devo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Atenção Senadores...

Devo lembrar aos Srs. Senadores que o Relator...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... se manifesta, pelas razões que explicitou, contrariamente à aprovação desses requerimentos, pelo fato de que eles podem abrir as portas para uma alteração do mérito do projeto e, nesta hipótese, voltaria à Câmara dos Deputados. Então, o que pretende S. Exª o Relator é – embora declarando que o projeto não esteja absolutamente a contento de toda a população brasileira; ele pode merecer mais tarde alguma alteração – que o que está posto está bem feito, razoavelmente bem feito, e, se aprovarmos esses requerimentos, correremos o risco, portanto, do retorno da discussão do projeto à Câmara dos Deputados.

Bom, vamos proceder a uma votação simbólica dos requerimentos de destaque.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos de destaque permaneçam como se encontram; os que não os aprovam, por favor, levantem a mão. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu vou repetir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exª não entendeu, porque exatamente estava absorto com outras questões. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas me parece que não fui só eu que não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não foi só V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Foi a grande maioria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim, talvez pelas mesmas razões.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Precisamos buscar um caminho mais simplificado para explicar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Talvez pelas mesmas razões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, vamos repetir a votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de destaque apresentado pelo Senador Humberto Costa permaneçam como se encontram. Os que não o aprovam, por favor, levantem o braço. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Em votação o relatório do Senador Anastasia, ressalvando o destaque à Emenda 22, que é a do Senador Antonio Carlos Valadares.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação a Emenda 22 destacadas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, para encaminhar. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pode encaminhar V. Exª como Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Inicialmente eu queria agradecer ao Senador Valadares o fato de ter feito esse destaque pela sua Bancada em relação a essa emenda.

Essa emenda está centrada no debate que é o de nós não incluirmos dentro do Sistema Único de Segurança Pública, como parte desse sistema, os agentes socioeducativos, porque estamos falando de coisas não distintas, mas de coisas que têm finalidades bastante diferentes.

Nós temos o sistema socioeducativo previsto inclusive no Estatuto da Criança e do Adolescente, que já foi objeto de mudanças importantes aqui no Congresso Nacional, como uma ação que tem por objetivo básico principal a garantia de oferta de amplas possibilidades de reinserção social, de ressocialização de crianças e adolescentes. Na medida inclusive em que no Brasil nós temos uma definição de que a maioridade penal só acontece a partir dos 18 anos, seria, no nosso ponto de vista, um equívoco nós incluirmos no sistema penal ou no sistema de segurança pública, porque a missão precípua que tem o sistema de recuperação, o sistema socioeducativo é exatamente criar as condições para que essas crianças e jovens possam ter uma perspectiva de futuro, e que possa estar baseada a sua ação não simplesmente em punir, mas em garantir a perspectiva de um futuro melhor. Portanto, as ações, as medidas, o desenho, os princípios, os objetivos do sistema são completamente diferentes.

Por essa razão é que nós temos insistido que é fundamental garantir condições salariais, condições de trabalho perfeitamente compatíveis com esse tipo de ação, mais importante até do que as ações do sistema penitenciário, mas isso não pode permitir que nós passemos a ter uma posição policialesca em relação a esse sistema.

Colocá-lo, inclusive, no Susp vai colocá-lo na disputa por recursos que a sociedade, que o Governo fatalmente levará para outras ações em segurança pública e que não têm repercussão imediata sobre a perspectiva de futuro desses jovens.

Portanto, sem prejuízo da aprovação dessa proposta aqui... Exatamente porque há tantos anos espera, ela não tem a urgência de ter de ser aprovada hoje, pode ser objeto de uma reavaliação da Câmara dos Deputados, de uma única alteração que está sendo aceita aqui, na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, eu queria pedir aos nossos pares, em nome do respeito ao ECA, em nome da luta pelos direitos humanos, em nome da possibilidade de nós recuperarmos para a sociedade esses jovens, que nós votemos favoravelmente a essa emenda, a esse destaque do Senador Valadares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Relator, Senador Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Evidentemente, eu respeito muito a posição do Senador Humberto Costa, que apresentou com muito proficiência os argumentos, mas eu reitero também que esse projeto em nada altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, em nada retira as atuais competências, a atual inserção do sistema socioeducativo no âmbito dos Estados, mas tão somente o integra para fins de cooperação e atuação sistêmica dentro de um grande guarda-chuva, de um grande pálio a ser criado, que será o Sistema Único de Segurança Pública. Aliás, ele ainda será objeto de regulamentação e, certamente, na regulamentação o Poder Executivo tomará as cautelas devidas com as peculiaridades e circunstâncias em relação a cada modelo dentro do sistema socioeducativo, que é muito amplo.

Então, reitero que, a meu juízo, do meu ponto de vista, não há nenhuma infração ou modificação do atual sistema, até com o alerta colocado por V. Exª, da indagação de fazer voltar ou não à Câmara pela urgência que temos quanto a essa matéria, que está sendo reivindicada de modo muito enfático pela população brasileira.

Muito obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu terei sempre muita dificuldade de votar contra uma emenda do Senador Humberto Costa não só pela circunstância da nossa conterraneidade, mas sobretudo pela forma sempre lúcida e competente com que ele participa do debate parlamentar. Mas eu quero dizer a V. Exª que, diante desta questão que se coloca, ou seja, adiar, pelo retorno à Câmara, a aprovação deste importante projeto, que é um marco excepcionalmente importante, tendo em vista a urgência dessa questão tão instante na vida brasileira, que é a questão da segurança...

De outro lado, há também o respeito que tenho pelo nobre Senador Anastasia, por essa posição muito tranquilizadora de que esse projeto não retira, não subtrai nenhuma das competências do sistema socioeducativo.

Portanto, pelo respeito que tenho aos agentes do sistema e pela missão excepcional que deles se espera, que é na perspectiva da ressocialização, da reabilitação dos jovens, eu quero dizer a V. Exª que vou votar contra o destaque – gostaria de registrar isso –, na certeza de que o sistema vai permanecer absolutamente incólume e, de forma cooperativa, integrando um sistema, que é o novo sistema de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, discordando da posição do Senador Armando Monteiro, quero dizer que nenhuma posição é tranquilizadora por muito tempo – apesar de todo respeito que tenho pelo Senador Anastasia. Pode ser tranquilizadora na nossa consciência neste momento, se quisermos votar contra o destaque. Mas não é tranquilizadora nesse momento em que nós vivemos no Brasil, um momento violento, tumultuado, cada vez mais exacerbado em todas as situações, em que principalmente menores, principalmente menores negros e pobres são prejudicados enormemente. Essas medidas socioeducativas visam exatamente a essa porção da população. Esse projeto que hoje nós estamos votando é muito bom, com exceção dessa questão socioeducativa. E o que ele faz? Ele vai ser um retrocesso e uma brecha no ECA também para a diminuição da maioridade. Daqui a quatro, cinco, seis anos, nós, que estamos votando esse projeto, vamos nos lembrar do dia de hoje pelo escândalo que representa o que está sendo votado aqui, que veio não do Governo, mas veio de uma emenda de um Deputado da bancada da bala do Congresso Nacional. E agora nós todos acatamos essa emenda porque temos pressa em votar. É preciso acabar com essa história de pressa em votar.

Votamos aqui a reforma trabalhista...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não é para vocês se manifestarem!

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Nós votamos a reforma trabalhista, porque não podíamos mandá-la para a Câmara; haveria uma MP, que depois por lá ficou. Chega! O Senado Nacional tem de se posicionar. Chega dessa história de que não podemos atrasar. É melhor atrasar do que fazer bobagem. E chega de dar essa explicação.

Aqui nesta Comissão, a gente só vota aumento de pena e coisas nesse sentido. Daqui a pouco, nós, da Comissão de Constituição e Justiça, viraremos bancada da bala também. Isso é totalmente contra aquilo que nós queremos para o Brasil, um Brasil com harmonia, um Brasil que respeite as pessoas, um Brasil que ponha recursos no combate à violência e que torne esta Nação mais digna, no que este projeto de hoje não vai ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, é tão somente para dizer que, se o Senado tivesse confiança na palavra do Presidente da República, seria viável que votasse esse dispositivo.

Entretanto, como aqui se referiu a Senadora Suplicy, na reforma trabalhista, o Presidente prometeu mundos e fundos, que iria vetar isso, que iria vetar aquilo, que iria fazer uma nova reforma trabalhista, e o que se viu foi que a medida provisória que ele apresentou, ele a deixou vencer, caducar, e não vetou coisíssima nenhuma. Então, o Presidente não tem palavra para o Senado Federal. Eu não vou pedir ao Presidente para vetar este dispositivo do art. 9º, que fala dos órgãos do sistema socioeducativo, porque esses órgãos são integrantes do Ministério, da Secretaria de Direitos Humanos.

E o que diz o projeto? O projeto diz: "São integrantes estratégicos do SUS, [está bem escrito]. (...)

9º Órgãos do sistema socioeducativo".

Isso significa, Sr. Presidente, que o sistema socioeducativo passará para a área de segurança – está aqui bem claro – e integram, fazem parte, compõem, somam-se ...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – É o que diz a Língua.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Somam-se...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É o que diz a Língua.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – É o que diz a nossa Língua Portuguesa, sem mais nem menos. E não vamos entender de forma diferente.

Sr. Presidente, então, vou acompanhar a emenda que apresentei, mas que na realidade foi ideia do Senador Humberto Costa. Eu vou acompanhar o voto do Senador Humberto Costa, da Senadora Lídice da Mata e de outros companheiros do PSB, lamentando, porque esta Casa passou a ser carimbadora da Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados não faz o mesmo. A gente aprova um projeto aqui, sabe o que a Câmara faz? Bota na gaveta, no arquivo.

Em relação, por exemplo, ao foro privilegiado, nós aprovamos aqui o foro privilegiado por unanimidade. O que fez a Câmara? Colocou debaixo da mesa do esquecimento, e o Supremo Tribunal Federal começou a legislar, falando em foro privilegiado somente para Senadores e Deputados, mas não incluiu os demais Poderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma, Sr. Presidente, que essa contemplação à Câmara dos Deputados está errada. Se aqui é a Casa da República, que representa o equilíbrio, que pode modificar as matérias de forma consensual, no debate e na ação, por que, então, nós renunciarmos a esse direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... de melhorarmos as proposições?

Por isso, favorável totalmente eu sou, com essa exceção ao Senador Anastasia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Mas, em virtude da redução de nossas atribuições, eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, fazer um apelo na defesa aqui da aprovação da emenda apresentada pelo Senador Humberto Costa, pela relevância do tema que estamos discutindo neste exato momento.

Portanto, não dá para a gente tratar um assunto dessa natureza com pressa; pelo contrário, nós estamos tratando aqui de um tema que diz respeito a todo um esforço acumulado da sociedade brasileira, que resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente, que depois resultou exatamente no Sinase, tanto que, repito, as entidades, o Conanda e tantas entidades que gozam de grande respeitabilidade perante o povo brasileiro, que acompanham toda essa agenda da criança e do adolescente, fazem um apelo, quando dizem ou colocam aqui que o substitutivo ao PL, apresentado pelo Deputado Alberto Fraga – que todos conhecem, é um Deputado que defende o punitivismo pelo punitivismo.

Ou seja, esse substitutivo dele, ao fazer referências às medidas socioeducativas no Susp, desconsidera a relevância dos marcos legais supracitados e a natureza da socioeducação.

Diz aqui a nota das entidades:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Ademais, o Sinase é desconfigurado como parte da doutrina de proteção integral, ao ser vinculado, pelo substitutivo, ao referido PL.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Diz ainda:

> É válido reforçar que o Sinase, instituído no âmbito do ECA, é um Sistema já consolidado por princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas, incluindo-se nele os sistemas estaduais/distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Para concluir, Sr. Presidente:

> O substitutivo fomenta, portanto, a fragilização da proteção integral, sob o risco de se contrapor à oferta de uma proposta de atendimento pedagógica socioeducativa adequada à condição de pessoa em desenvolvimento.

E, por fim, com todo o respeito ao nobre Relator, Senador Antonio Anastasia, quando ele diz que inclusive ainda há a fase da regulamentação, é aí exatamente onde mora o perigo, levando em consideração esses tempos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço a urgência. Conclua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir.

... esses tempos que nós estamos vivendo de obscurantismo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Isso é discussão.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de crescimento de intolerância, esses tempos que nós estamos vivendo dos que defendem o punitivismo pelo punitivismo. Parece-nos, realmente, que o que está por trás disso aqui é inclusive aquela tentativa...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de avançar numa pauta que consideramos totalmente inadequada, e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – O tempo de V. Exª se esgotou.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a redução da maioridade da idade penal.

Por isso eu apelo,...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Em votação, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... Sr. Presidente, para que aprovemos a emenda apresentada aqui por Valadares, o destaque apresentado pelo Senador Valadares, e...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... tiremos os agentes socioeducativos do Susp.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação a Emenda destacada do nº 22.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram; os que são contrários a ela, que levantem a mão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha contra a emenda.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Rejeitada a emenda destacada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Verificação de voto! Por favor.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para encaminhar.) – Não há Liderança do Governo sobre isto aqui. Trata-se da luta do povo brasileiro. É "sim" ao destaque.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Verificação de votação!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Nominal, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Apresentem o apoio numérico que V. Exªs têm.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vamos proceder, então, à votação nominal, na forma do pedido regimental de V. Exªs.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, eu gostaria que V. Exª registrasse nos *Anais*...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os que votam pela emenda votam "sim".

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, gostaria que V. Exª registrasse nos *Anais,* que mandasse registrar que eu voto a favor da emenda, mas o projeto como um todo não vou deixar de votar porque já foi votado, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Há muito tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Já foi votado e vai ser votado no plenário ainda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Para encaminhar.) – A Liderança do Governo encaminha "não", contra a emenda, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vou abrir o painel.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para encaminhar.) – E a oposição "sim". (*Pausa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O Governo vai acumular mais esse repúdio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos votando a Emenda nº 22, com parecer contrário do Relator e encaminhamento também da Liderança do Governo contrária...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Eu indago a V. Exª se seria possível fazer uma inversão de ordem na pauta deliberativa, de modo a contemplar o item 21?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Após a votação, examinaremos isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Desculpe. Por favor, fica o registro. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Todos os Srs. Senadores já votaram?

A Presidência vai encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Votaram SIM 8 Srs. Senadores; NÃO, 13.

A emenda foi rejeitada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu posso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, também teria um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 9 da CCJ, nos termos das suas Emendas nºs 1,15, 28 a 32, também da CCJ, todas de redação, pela prejudicialidade das Emendas de nºs 18 e 19, e contrários às demais emendas.

A matéria vai ao plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores estão de acordo?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Vim encaminhar a V. Exª ...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Pela ordem.) – Acho que, no mesmo sentido do Senador Armando, eu pediria a presença do quórum apenas para a aprovação de um projeto que já foi lido, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Um item que é correlato com essa matéria. É o BO descentralizado.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ele tem a ver com segurança pública, com Boletim de Ocorrência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu prometo a V. Exª que ele constará como item 1 da próxima reunião.

Encerrada a presente reunião.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Pela ordem, Presidente.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Pedro Chaves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Simone Tebet, Ângela Portela, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Eduardo Amorim, José Medeiros, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE (de redação). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana AméliaSenador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo AmorimSenador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Antonio AnastasiaSenador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007." **Autoria:** Deputado Odelmo Leão. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Atalíbio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Deputado Alceu Moreira. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 19 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento aos Requerimentos nºs 10 e 13/2018-CE, aprovados por esta Comissão no dia 20 de março de 2018, a inclusão do convidado a seguir relacionado para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior: PAULA FABIANI – Diretora Presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS" **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 20 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "A educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos"." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 21 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "a percepção social acerca da qualidade da educação"." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 22 de 2018** que: "Com fundamento no disposto no art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, requeiro a retirada de tramitação do Requerimento nº 80, de 2015-CE, cujo objetivo era realizar audiência pública para instruir o PLC 31, de 2009, que "Dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências."" **Autoria:** Senador Paulo Paim e Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 23 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre a crise financeira das Universidades Federais." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/17

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Srs. Senadores e Srªs Senadoras, o nosso bom-dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4º Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 15.

Primeiro item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2017

- Não terminativo -

Determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos.

Autoria: Deputado Jorginho Mello

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

1- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

2- A matéria constou da Pauta da Reunião de 20/03/2018, foi retirada de Pauta para reexame, e o Relator a retornou à Comissão em 26/03/2018 sem alteração no Relatório.

Concedo a palavra ao Sr. Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 67, de 2017 (Projeto de Lei nº 2.648, de 2011, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jorginho Mello, que determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos.

O art. 1º da proposição indica o objeto da lei que se pretende instituir.

O art. 2º propõe alterar o art. 18 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para determinar que estádios com capacidade superior a dez mil pessoas e ginásios com capacidade superior a cinco mil pessoas mantenham central técnica de informações, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente, e sistema de vigilância composto de: equipamentos que permitam a gravação contínua de imagens; e equipamentos detectores de metal.

Além disso, prevê que deverá haver gravação de imagens em todas as áreas do local do evento, desde o momento da entrada do público até sua completa saída.

O art. 3º determina que essas mesmas normas de segurança devam ser observadas em eventos de qualquer natureza realizados em estádios e ginásios com capacidade superior a dez mil e cinco mil pessoas, respectivamente.

O art. 4º estabelece o prazo de um ano para que os estádios e ginásios se adaptem à norma, sob pena de interdição em caso de descumprimento.

Por fim, o art. 5º determina que a lei resultante da proposição entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto de lei, o autor argumenta que a medida aumentará a segurança das arenas esportivas do País, sobretudo tendo-se em vista os grandes eventos esportivos que o Brasil sediaria nos anos seguintes.

Na Câmara, a proposição foi aprovada pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, do Esporte e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, a matéria foi distribuída para a Comissão de Educação e para a Comissão de Constituição, Justiça, de onde deverá seguir ao Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre desporto, tema afeto ao PLC nº 67, de 2017.

Inicialmente, deve-se louvar o mérito da matéria. Apesar de o projeto ter sido idealizado para os grandes eventos esportivos que o Brasil sediou nos últimos anos, não se pode negar que ele ainda é pertinente, visto que trata de tema sensível à nossa sociedade.

De fato, o tema da segurança em eventos esportivos requer a máxima atenção do Parlamento. Não é raro nos depararmos com cenas de selvageria envolvendo torcedores em locais de realização de competições esportivas. Apesar de a legislação brasileira prever penas (tanto administrativas quanto criminais) para casos de violência em estádios, muitas vezes elas deixam de ser aplicadas pela dificuldade em se identificarem os agentes desses lamentáveis fatos.

O monitoramento por imagens feito em todas as áreas do estádio ou ginásio, ao permitir a identificação dos transgressores e viabilizar sua punição, pode ser uma das formas de ajudar a reverter o quadro de violência em eventos esportivos.

Ademais, no mesmo sentido, é fundamental a instalação de detectores de metal nos estádios, para que não seja admitida a entrada de objetos que possam ser utilizados em atos de violência.

Igualmente, consideramos oportuna a ampliação dessas normas para qualquer tipo de evento realizado em estádios e ginásios, para que se garanta a segurança em espetáculos que tenham capacidade de atrair um grande número de pessoas.

Julgamos oportuno, ainda, o prazo de um ano após a publicação da lei para que as arenas esportivas possam se adaptar às novas determinações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, somos favoráveis ao PLC no que concerne ao seu mérito. Apontamos apenas uma questão de técnica legislativa na redação da ementa, que deveria citar a lei objeto da alteração proposta. Oferecemos emenda de redação para sanar a omissão.

Após análise desta Comissão, a matéria irá à CCJ, que se pronunciará sobre sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Em face do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 67, de 2017, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2017, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor) para tornar obrigatório o uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos."

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, é o relatório que apresento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Educação, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CE, de redação, e a matéria agora vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo ao requerimento da Comissão de Educação, de autoria deste Presidente.

Passo à leitura.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento aos Requerimentos nºs 10 e 13/2018-CE, aprovados por esta Comissão no dia 20 de março de 2018, a inclusão do convidado a seguir relacionado para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior: PAULA FABIANI – Diretora Presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS

Autoria: Senador Pedro Chaves

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cristovam Buarque e que eu também estou subscrevendo. Item 12: Requerimento nº 20, de 2018.

Subscrevo o requerimento do Senador Cristovam Buarque e passo à leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 20, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "A educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos".

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Requer a presença dos seguintes convidados: representante da *startup* brasileira PSafe especializada em segurança digital; representante da ONG SaferNet Brasil; representante da delegação da União Europeia para abordar a GDPR; representante da Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos em Brasília; Luca Belli, pesquisador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito do Rio de Janeiro; Fábio Malini, Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Há um terceiro requerimento da Comissão de Educação, nº 21 de 2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Subscrevo o requerimento do Senador Cristovam Buarque e passo à leitura.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 21, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre "a percepção social acerca da qualidade da educação".

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

São os seguintes os convidados: José Francisco Soares, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; Ademir Almagro, Professor da Rede Municipal de Novo Horizonte; representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); representante do movimento Todos pela Educação (TPE); representante do Ministério da Educação (MEC).

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento da Comissão de Educação nº 22, de 2018, de autoria do Senador Paulo Paim.

Eu subscrevo o requerimento do Senador Paulo Paim.

Passo à leitura.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 22, de 2018
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com fundamento no disposto no art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada de tramitação do Requerimento nº 80, de 2015-CE, cujo objetivo era realizar audiência pública para instruir o PLC 31, de 2009, que "Dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências."

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último requerimento: Requerimento da Comissão de Educação nº 23, de 2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Eu subscrevo o requerimento do Senador Cristovam Buarque e passo à leitura:

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 23, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre a crise financeira das Universidades Federais.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

São os seguintes os convidados: Márcia Abrahão Moura, Reitora da Universidade de Brasília; Emmanuel Zagury Tourinho, Presidente do Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior); Virgílio Caixeta Arraes, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília; representante do Ministério da Educação (MEC); representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Rogério Fagundes Marzola, Coordenador-Geral da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil).

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai pegar fogo esse requerimento!

Encerramento.

Eu convoco para amanhã, dia 18 de abril, às 10h30, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater o tema "Universidade: escada para ascensão social ou alavanca para o progresso nacional?", em atendimento ao Requerimento nº 163, de 2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014

- Terminativo -

Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017

- Terminativo -

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- Em 01/08/2017, o Relatório foi lido, e foram adiadas a discussão e a votação

2- A matéria saiu de pauta para atender a requerimento de tramitação conjunta, que, porém, veio a ser retirado pelo autor.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011

- Terminativo -

Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo".

Autoria: Senador Wellington Dias

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque;

2- Em 03/04/2018, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos.

Autoria: Senador Edison Lobão

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 31/10/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva

Autoria: Senador Roberto Requião
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Em 26/09/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.
2- Em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013
- Terminativo -

Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana.

Autoria: Deputado Ricardo Izar
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Em 13/03/2018, foi concedida vista ao Senador Jorge Viana.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a redação do § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Autoria: Deputado Odelmo Leão

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2017

- Não terminativo -

Denomina Viaduto Atalíbio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Deputado Alceu Moreira

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos aqui.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, José Medeiros, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Wilder Morais, Roberto Requião, Vicentinho Alves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, José Agripino, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 63/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Finalidade:** Debater o tema: "Universidade: Escada para ascensão social ou alavanca para o progresso nacional?". **Participantes:** Célio da Cunha, Professor da Universidade Católica de Brasília; Isaac Roitman, Professor Emérito da Universidade de Brasília; Gustavo Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes. Nara Maria Pimentel, Coordenadora Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino - SESU/MEC. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/18

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia! Bom dia a cada uma e a cada um!

Havendo número regimental, declaro aberta esta 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião atende ao Requerimento nº 63, de 2017, de minha autoria, para realização de uma audiência pública destinada a debater o tema "Universidade: escada para ascensão social ou alavanca para o progresso nacional?".

Obviamente, cabe a resposta às duas coisas. Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Eu já os convido: Célio da Cunha, Isaac Roitman, Gustavo Balduino e Nara Maria Pimentel, que pediu que começássemos... Ah, chegou! Ótimo! Achei que íamos começar enquanto a esperávamos.

Profª Nara, muito obrigado por já estar aqui; sei do seu esforço. Por favor, tome assento. (*Pausa.*)

Vou passar a palavra na ordem que eu chamei: Prof. Célio; Prof. Isaac; o amigo antigo, Prof. Gustavo, e a Profª Nara Maria Pimentel.

Antes eu queria dizer a motivação que eu tive para esta audiência. Há um folheto, um livrinho do Darcy, nosso grande mestre, que é *Universidade para Quê?*. Hoje em dia a gente não pergunta, mas a universidade não existiu sempre. Aliás, é uma instituição recente, em torno de mil anos. Muitas outras já existiam antes, como, por exemplo, o exército. Quando ela surge, ela surge para preencher uma dificuldade, que era o fato de que os conventos não estavam fazendo o conhecimento avançar. Eles eram intérpretes dos textos sagrados do cristianismo. Não é por acaso, até, que por trás da ideia, do sentimento, estão os judeus e muçulmanos, mais do que cristãos, como base do conhecimento alternativo às interpretações dos textos sagrados da Igreja Católica. Na época ainda não havia movimento evangélico – Lutero vem quase 500 anos depois. Então, a universidade surgiu para ser a condutora da aventura, do avanço do conhecimento. Portanto, uma escada em direção ao conhecimento aprimorado, livre de dogmas, livre de seitas.

Com o tempo, a universidade passou a ter uma atividade adicional, uma finalidade adicional, que foi servir ao capital, ao desenvolvimento do capitalismo, ao enriquecimento, com as novas técnicas que surgiam dela; muito também ao pensamento abstrato, às filosofias, às artes; muito nas artes e muito nas ciências sociais e humanas; mas muito para servir à dinâmica da economia, formando os quadros de que o capitalismo necessitava. Eu creio que, mais recentemente, ela adquiriu a conotação de servir como instrumento de promoção aos indivíduos – promoção lícita e justa, a que cada um tem o direito. Alguns adquirem a promoção individual pelo futebol, como o Neymar e outros de nossos craques; outros, com talento intelectual, e não talento nas pernas, terminaram entrando nas universidades como caminho para ascensão social justa, correta. Só que, quando prevalece a ideia de ascensão social dos indivíduos sobre escada de promoção do desenvolvimento humano nas artes, nas ciências puras, a universidade perde um pouco a dimensão total do seu caráter de para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidade. Hoje prevalece muito, e mais ainda no Brasil do que em outros países, a ideia de que a universidade é um direito de cada indivíduo para ascender, com menos preocupação sobre sua responsabilidade em fazer o conhecimento avançar.

Um desses dias, por exemplo, eu vi uma pessoa conversando comigo dizer que é um absurdo que haja seleção para entrar na universidade. Eu disse: "E como é que faz para todos entrarem?" – antes, claro, do que eu defendo, e todos sabem que vai acontecer, que é a transmissão por televisão de todos os cursos, e todos vão estar dentro. A pessoa disse: "Eu acho que seria muito mais decente o sorteio para ver quem entra, porque quebra o elitismo da universidade." Eu perguntei se ele aceitava que a gente fizesse sorteio para escolher quem vai jogar na seleção brasileira de futebol na Rússia. Ele disse que não, como vai sortear quem entra na seleção brasileira de futebol? Eu disse: "Mas por que sortear quem vai entrar na universidade?" E aí eu perguntei: "É para deselitizar? Então os 13 milhões de analfabetos adultos podem entrar no sorteio?" "Não, aí não dá." Então já é uma elitização meio controlada. "E os que não terminaram o ensino fundamental?" "Não, tem que ser os que terminam o ensino médio", ou seja, 40% da população.

Essa visão do sorteio é uma maneira radical de imaginar que é um direito e uma necessidade da ascensão social, para quem não consegue por outros meios, como os jogadores de futebol. É claro que a ideia do sorteio termina sendo uma caricatura, mas hoje nós temos uma ideia muito forte do direito de entrar na universidade, e não do direito de chegar ao final do ensino médio, tão preparado o rico quanto o pobre, por uma educação de base da máxima qualidade, e que permita selecionar os melhores, mas não por renda, não por onde mora, mas porque é o melhor intelectualmente, como a gente faz com o futebol. No futebol isso é possível, porque a bola é redonda para todos, mas hoje nós insistimos em não redondear as escolas de base. Nós insistimos em ter formas de contornar o fato de que temos escolas quadradas e escolas redondas, e quem entrou em escola redonda, entra com mais chance; quem ficou em escola quadrada, não tem chance. A gente sabe que o que redondeia as escolas no Brasil, sobretudo, é quem pode pagar uma boa escola particular, ou quem consegue entrar em uma das escolas federais públicas, ou uma das boas escolas públicas que não são federais, mas conseguem ser boas.

Então, aqui o que a gente quer discutir é se a universidade deve ser escada, se deve ser alavanca – escada social para o progresso individual, alavanca para o progresso social da humanidade inteira, do Brasil –, e como fazer que ela seja as duas coisas. Este é o tema que eu gostaria que nossos quatro convidados pudessem falar. Hoje ela é mais escada ou é mais alavanca? Ela tem que ser as duas coisas? Como fazer para que seja as duas coisas? O futebol é as duas coisas: ele é escada, para quem consegue ser um craque, mas ele é alavanca da felicidade do povo brasileiro, ao assistir os jogos, em que os melhores, pelo talento, pela persistência, pela vocação, conseguem chegar lá.

É nesse sentido que eu fiz essa provocação, essa audiência provocativa, que ao meu ver não terminará aqui. Esse é um tema que a gente vai precisar debater durante muito tempo. Mas hoje, vamos dar a nossa contribuição transmitindo isso – se não ao vivo, não sei se está ao vivo, transmitindo depois pela televisão, uma vez, duas vezes, três vezes –, com a possibilidade de, além dos convidados, outros fazerem perguntas e comentários, por meio do serviço de interatividade com o cidadão, que é o Alô Senado, através do telefone 0800-612211, ou do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, passo a palavra ao nosso convidado Célio da Cunha, dizendo que nós vamos ter ali um limite de tempo que vai tocar automaticamente – não sou eu –, mas eu não vou cortar a palavra. Quem estiver ainda precisando de algum tempo, pode usar. A única coisa é que nós devemos, por 12h30, no máximo, concluir a reunião e, se for preciso, convocar outra, e continuar com vocês quatro ou com outros convidados.

Prof. Célio da Cunha, com a palavra.

O SR. CÉLIO DA CUNHA – Bom dia! Bom dia a todos e a todas! Agradeço mais uma vez ao Senador Cristovam Buarque por este convite. É uma alegria estar aqui nesta mesa tão elevada, com o Prof. Isaac Roitman, a Nara Maria Pimentel e o Gustavo Balduino. Também agradeço a presença de vocês.

A minha exposição – aliás, a nossa exposição, e eu vou explicar porque foi nossa –, nós dividimos em duas partes: uma parte mais teórica, ouvindo alguns especialistas na área, e uma parte mais concreta, aproveitando uma tese de doutoramento que está em curso na universidade, da qual eu sou orientador. Então, com a devida permissão do Senador Cristovam, daqui a uns dez ou doze minutos eu vou passar a palavra para a Thaís Almeida Pereira. Ela é uma funcionária graduada da Capes, Analista de Desenvolvimento Científico, e a sua pesquisa versa exatamente sobre o tema proposto pelo Senador Cristovam. Ela está fazendo uma pesquisa sobre os egressos de uma área vital para o desenvolvimento – então, aquela pergunta "alavanca ou desenvolvimento?" –, que é a área de biotecnologia. Então, ela já vai apresentar as primeiras evidências de um programa internacional de doutorado em biotecnologia e ver o que está acontecendo com os ex-alunos desse programa. Mas começando uma parte mais teórica e retomando aqui, por coincidência, o que o Senador Cristovam já comentou, a ideia de universidade teria surgido de uma utopia. Ela significou a junção da objetividade e do idealismo do conhecimento. Sua gênese se confundiu com o Ocidente cristão. A história da universidade jamais esteve separada da sua função política e social, função que determina, inclusive, a sua utilização por parte dos poderes estabelecidos.

E aí é importante frisar algumas coisas fundamentais na origem da universidade. A primeira universidade surge por volta de 1.150 da nossa era. Veja, nesse tempo, a Idade Média já começava a apresentar os seus primeiros sinais de declínio, em decorrência até daquele chamado Renascimento Carolíngio, da época do Carlos Magno. Então, a universidade já nasce no conjunto, no contexto de questionamento de uma era da história que se esgotava, a Era Medieval, e já começa a anunciar a Idade Moderna. Então, a universidade nasce já com esse ideal de avanços. Esse é um dado importante.

O segundo dado é que a universidade nasce internacional. A Universidade de Paris era frequentada por estudantes de vários países, com professores de vários países. Essa é outra marca da origem da universidade. Desde suas origens, a universidade persegue a meta de criar, transmitir e disseminar conhecimento. Essa é uma meta que continua até hoje. Aqui eu vou arriscar uma afirmação, até com bastante convicção: apesar de todas as críticas que nós temos à universidade, e não são poucas, se compararmos a universidade com as demais instituições, inclusive a instituição da igreja, a universidade ainda continua como a instituição mais ética da história da cultura humana, com todos os seus defeitos. É por isso que é importante esse revigoramento da universidade.

Continuando... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando, a universidade passa por diversas transformações, desde a sua função mais ligada ao ensino, que está na sua origem. Ela vem vindo com vários conflitos. O próprio Napoleão Bonaparte briga com a universidade. Quando ele cria os institutos tecnológicos, foi porque o diálogo com a Sorbonne estava ficando muito difícil.

E vem até chegar aos nossos dias, passando também pela grande reforma da Universidade de Berlim, em 1810, quando a universidade agrega, de uma forma mais sistematizada, a função pesquisa, até os dias atuais, sintetizando, em que ela se defronta com esses desafios que estão nesse quadro: o desafio do acesso, o desafio da internacionalização, o desafio da autonomia, que vai ser o grande objeto da reunião que se aproxima – vai ser realizada em Córdoba a terceira grande conferência regional da Unesco sobre a universidade latino-americana –, o desafio da parceria com o setor privado, o desafio da qualidade, o desafio da inovação tecnológica, o desafio da formação e o desafio da geração de conhecimento. E nesse item, geração de conhecimento, Senador, aqui vale a pena citar uma das conclusões daquele grande relatório da Unesco sobre a sociedade do conhecimento, do Jérôme Bindé, que faz a seguinte afirmação: que hoje nós estaríamos correndo o risco – e um risco que o Brasil também corre – de um novo dualismo – e certamente é um tema do Prof. Isaac Roitman também –, o dualismo entre os países que produzem conhecimento e os países que vão utilizar ou que utilizam conhecimento. Esse risco o Brasil está correndo, e daí acho que a importância desse evento.

Bom, chegamos agora nessa era, e a questão que mais se debate é a economia do conhecimento. Então, com o surgimento da economia do conhecimento, o ensino superior e a pesquisa são colocados em posição de destaque, à medida que são considerados como responsáveis pela produção que capital humano, ideias complexas e inovações com fins de crescimento econômico e geração de riqueza.

O ponto central é que o conhecimento se tornou uma das dimensões cruciais do exercício do poder nas relações internacionais. Essa é uma questão ligada à internacionalização da universidade, uma questão fundamental. Portanto, um país que pretenda viabilizar seu desenvolvimento tem de conferir importância estratégica à área da ciência e da tecnologia.

Ciência e tecnologia.

Ciência e tecnologia compõem dimensão estruturante do desenvolvimento nacional – e há hoje uma crise tal de financiamento da ciência e tecnologia no Brasil, que toda a comunidade acadêmica está se reunindo constantemente com diversos diálogos com o Governo para ver se consegue algum resultado –, alavanca crucial para o Brasil superar as desigualdades e vulnerabilidades que marcam a sua inserção no sistema internacional. E aqui é fundamental isso, porque a distribuição da riqueza passa também pelo aumento da produtividade, pela própria qualidade da produtividade.

Temos um sistema nacional de ciência e tecnologia complexo e abrangente. Desenvolvemos um sistema de pesquisa nas universidades e instituições públicas, bem como políticas de promoção do desenvolvimento industrial.

E aqui é sempre bom frisar a luta da Capes, do CNPq e de diversas instituições de pesquisa universitária de estabelecer uma relação maior com os setores produtivos – e aí o Brasil ainda está muito distante de uma conjugação ética de esforços entre as instituições de pesquisa, de ciência, de ensino e os setores produtivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui vale a pena – essa é uma questão polêmica, eu acho – trazer à nossa discussão também uma posição de um grande intelectual que é muito amigo do Prof. Cristovam, aquele francês, o Alain Touraine. Ele fez um fantástico levantamento e estudo sobre a América Latina desde as suas origens. Ele chega a um ponto em que ele diz o seguinte: se a universidade, se um país não pode se dobrar também ao populismo, ao populismo fácil e barato, também, de outro lado, ele não pode cair gratuitamente nas mãos de um neoliberalismo radical e, muitas vezes, desumano. Então, ele propõe – e até acredito que esta também seja uma pauta que está na própria trajetória das ideias do Senador Cristovam – um equilíbrio entre o Estado social e o Estado liberal. Eu acho que isso é extremamente importante.

O papel do Poder Público.

Não houve experiência exitosa de desenvolvimento no mundo que tenha prescindido do Poder Público como agente fundamental de fomento no desenvolvimento – esse é um dado importante –, incluindo a sua dimensão científica e tecnológica. O financiamento público serve de coluna vertebral para o esforço de desenvolvimento.

Há questão de um ano e meio ou dois, dois professores da Unesp publicam um trabalho muito interessante, até mais ou menos, se não me falha muita memória, com o título: *O peso do Estado na pátria do mercado*, relatando a experiência norte-americana e de como o Estado, na economia mais liberal do mundo, foi fundamental para alavancar o desenvolvimento.

Formação.

Debate-se o papel das universidades: divisão entre o ensino especializado ou de caráter mais generalista, entre a transmissão de saberes teóricos ou mais transversais e profissionalizantes, entre a ideia de uma universidade indiferente às transformações dos mercados de trabalho ou, em contraste, uma universidade permeável à volatilidade destas, coagindo-se a responder às necessidades e exigências de mercado.

Essa é uma questão vital, como a política de educação, ciência e tecnologia no Brasil precisa equacionar e precisa chegar a um ponto de consenso público de discussão. Isso é vital, em função dos próximos avanços.

Pós-graduados e desenvolvimento.

Já nos anos 70 – tempo do Newton Sucupira, que hoje é homenageado com a Plataforma Sucupira –, surgiu o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação e, por meio dessa pós-graduação, que, felizmente, continua até hoje... E aí há outro dado importante: sempre quando uma política tem continuidade, a sua chance de dar certo é muito maior.

Então, o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação surgiu na época dos militares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÉLIO DA CUNHA – E ele foi tão bom que ele continuou, está hoje no quinto plano.

Então, por meio da pós-graduação, o Brasil tem buscado a consolidação de sua base científica e formação de recursos humanos capacitados para a solução de problemas regionais e nacionais.

Aponta-se mesmo que docentes, funcionários e alunos dos programas possam ser promotores de mudanças sociais, os principais agentes transformadores são os egressos. Eles são considerados os principais produtos dos programas de pós-graduação, cuja qualidade se reflete nos seus destinos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuações profissionais nos sistemas de ensino, pesquisa, serviços, formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e no mercado de trabalho em geral, gerando potencial impacto social.

E aqui, Senador, eu peço... Já tinha falado com V. Exª para passar a palavra para esta doutoranda, que é uma menina brilhante, a Thais, para ela fazer a parte da pesquisa dela.

Thais, venha para cá.

Pode sentar aqui, não pode?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pode, mas eu posso fazer uma pergunta? Ficaria incômodo, no percurso, se você falasse depois dos outros três? Pode ser? (*Pausa.*)

Se quiser, pode vir para aqui. Fique aqui. Quando terminarem os outros três, você vem para aqui, está bom?

Então, eu agradeço ao Célio e passo a palavra ao Prof. Isaac Roitman.

O SR. ISAAC ROITMAN – Bom dia a todas e a todos.

Queria saudar o Senador Cristovam Buarque, que preside esta audiência, cumprimentar os meus colegas de Mesa.

Vamos projetar o primeiro eslaide – esse ainda é do Prof. Célio da Cunha.

Queria agradecer a lembrança do meu nome para participar desta audiência pública, que eu acho pertinente a essa questão da universidade, como deve ser: ou ser a escada para a ascensão social, ou ser a alavanca para o progresso nacional.

Bem, nesse eslaide, eu coloco a Universidade de Brasília, que tem uma importância histórica no desenvolvimento da universidade brasileira, e esta questão: se a universidade deve ser uma escada para a ascensão social ou uma alavanca para o progresso nacional.

Quero dizer que, dependendo da posição em que se usa a alavanca, essa pedra pode ir para cima ou para baixo. Então, também temos que considerar que a universidade, em vez de alavancar para cima, pode alavancar para baixo, pode matar.

Eu estou tendo dificuldades aqui.

Bem, eu vou procurar, nesse tempo que me concederam, fazer uma história, uma pequena viagem no tempo, não tão longa, porque o Senador Cristovam Buarque iniciou esta audiência falando num convento, mas eu vou procurar fazer uma retrospectiva histórica das universidades brasileiras, o que aconteceu no Brasil no que diz respeito à universidade, e vamos ver que realmente ela tem servido mais para a ascensão social do que para o progresso nacional.

Próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Está faltando ali uma alavanca para... (*Risos.*)

O SR. ISAAC ROITMAN – Eu aproveito esse intervalo – esse é do Prof. Célio – para lembrar que nós temos uma crise nas universidades atualmente. Talvez, no debate, nós possamos fazer algumas considerações no sentido de superar mais uma crise.

Próximo. O próximo e o próximo. Isso.

Então, como eu falei, eu vou fazer uma viagem no tempo, fazendo algumas considerações do passado. E aí eu trouxe duas fotos: uma de uma universidade bem antiga do Brasil, que é a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e aquele prédio da Rua Maria Antonia, da USP; do presente, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhi o Memorial Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília, e uma universidade que olha para frente, que é a Universidade Federal do Sul da Bahia, inspirada nos princípios de Darcy e Anísio Teixeira; e, no futuro: não tenho foto de uma universidade do futuro, mas provavelmente nós vamos ter a tecnologia muito envolvida na universidade do futuro.

O próximo, por favor.

Bom, o passado.

As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no Brasil em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao País – antes não havia nenhum interesse, a família real estava em Portugal, de fazer escola de ensino superior no Brasil. Nesse ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ. Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura.

Próximo, por favor.

Com a independência política brasileira, em 1822, não houve mudança no formato do sistema de ensino nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades. Contam-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período de 1808 a 1882, nenhum dos quais aprovado.

Depois de 1850, observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com a consolidação de alguns centros científicos, como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política.

A elite, naquela época, mandava os seus filhos estudarem na Europa – em Portugal, na França etc.

Próximo.

Na década de 20, o País contava com cerca de 150 escolas isoladas, e as duas universidades existentes – a do Paraná e a do Rio de Janeiro – não passavam de aglutinações de escolas isoladas. Foi com base nesses debates que o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu, em 1931, ampla reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos, que foi o primeiro Ministro da Educação do País, autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades.

A universidade deveria se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras.

No período de 1945 a 1968, ocorreu a luta do movimento estudantil e de jovens professores em defesa do ensino público. As principais críticas ao modelo universitário eram: a instituição da cátedra; a compartimentalização devido ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 (que resistiam à adequação e mantinham a autonomia), e o caráter elitista – na realidade, predominantemente escada para a ascensão social. O elitismo se refletia no atendimento de parcela mínima da população, sobretudo dos estratos mais privilegiados. O que se pretendia era a extinção da cátedra, com organização departamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1933, ano em que se passou a contar com as primeiras estatísticas sobre educação, o setor privado respondia por 64,4% dos estabelecimentos e 43,7% das matrículas do ensino superior. No final da década de 1970, o setor privado já respondia por 62,3% das matrículas; em 1994, por 69%; e, atualmente, por cerca de 75,3%.

Então, a gente vê que, ao longo da história, o setor privado embarca a maior parte dos universitários. Esses resultados que eu apresentei estão no Censo de 2016.

O dinamismo do crescimento do setor privado em busca do lucro pode ter ocorrido às expensas da qualidade. Apesar da exigência legal da reforma de 1968 estabelecer o modelo único de ensino superior, baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão, o sistema expandiu-se mediante a proliferação de estabelecimentos isolados e poucas foram as universidades que conseguiram instituir a produção científica, como ressaltado pelo Prof. Célio da Cunha.

Presente.

Pelo Censo do Ensino Superior do INEP, publicado em 2016, o panorama hoje, recente, é que nós temos 108 universidades públicas e 89 privadas; temos 10 centros universitários públicos e 156 privados; temos 138 faculdades isoladas públicas, e privadas, 1.866 – vejam a diferença; parece que é o famoso 7x1, uma diferença enorme –; e institutos federais e CEFETs públicas temos 40, não temos nenhuma privada. No total, nós temos 2.407 instituições de ensino superior, sendo que 296 públicas e 2.111 privadas – novamente o 7x1.

Os destaques do Censo de 2016:

- pouco mais de 8% das instituições de ensino superior são universidades, porém essas instituições detêm 53,7% das matrículas nos cursos de graduação;

- no Brasil, em cursos presenciais, há 2,5 alunos matriculados na rede privada para cada aluno matriculado na rede pública;

- em 2016, quase 3 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação; desse total, 82,3% em instituições privadas;

- o volume de ingressos aumentou, em 2016, na modalidade a distância; na modalidade presencial, houve uma queda;

- em 2016, mais de 1,1 milhão de estudantes concluíram a educação superior.

Talvez esse seja o eslaide mais importante que eu trago aqui, que é a análise do presente no sentido de que a gente possa ter subsídios para responder à pergunta proposta pelo Senador. O que a gente pode dizer é que a escada prevalece em comparação com alavanca. Se não fosse assim, se fosse de outra forma, a gente estaria em uma outra fase de desenvolvimento social e econômico.

E, aí, sobre o que a gente precisa refletir?

Falta de planejamento no ensino superior. Nós temos aqui mais vagas para o curso de Direito do que os Estados Unidos, a Europa e a Coreia do Sul juntos. Precisamos de tantos advogados? Mesmo no sistema de pós-graduação, que tem um certo e um razoável sucesso, nós não planejamos. Nós formamos perto de 20 mil doutores por ano, e algumas áreas de conhecimento têm carência ainda de doutores e outras têm excesso. Está cheio de doutor desempregado. Quer dizer, precisamos planejar, tanto no que diz respeito a cursos de graduação como de pós-graduação.

Precisamos refletir sobre as instituições de ensino superior públicas e privadas. Nos últimos anos, a gente tem visto um aumento de vagas em instituições públicas, novas universidades, novos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campus, mas a tendência ainda é termos uma maioria de estudantes universitários em escolas privadas. Levando em conta que o mercado educacional internacional está adquirindo essas universidades privadas, nós podemos imaginar um cenário em que nós vamos ter a maioria dos nossos estudantes universitários formatados por um mercado, ou por uma necessidade comandada pelo mercado internacional. Então, essa reflexão é muito importante, inclusive para manter a nossa soberania.

As crises financeiras nas universidades públicas são cíclicas. Temos uma grave crise pertinho da gente, a poucos quilômetros: a Universidade de Brasília, que é um símbolo da universidade brasileira, está prestes a fechar suas portas.

Tivemos ações afirmativas nos anos recentes que já melhoram o quadro dos estudantes que não tinham oportunidade alguma de entrar em uma universidade, eram raros. Já o panorama está se modificando, o que é interessante.

Um problema que nós temos de resolver é essa assimetria que existe nos três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa, de propósito, está em caixa alta ali, porque quem não faz pesquisa do baixo clero na universidade... Mesmo na carreira, na ascensão, considera-se a pesquisa. Não estou dizendo aqui que pesquisa não é importante, é importantíssima, mas o ensino e a extensão são tão importantes como a pesquisa. Então, o ensino é relegado a um valor menor, e a extensão, a gente precisa de um óculos para ler a palavra extensão nesse eslaide.

Outro ponto que deve ser considerado é a formação profissional *versus* formação cidadã. Algumas universidades têm sucesso na formação profissional, mas a formação cidadã deixa muito a desejar. Nós precisamos ter, não só no ensino superior, mas em todo o sistema educacional, a formação cidadã, que é a formação com valores, virtudes, ética, solidariedade, compaixão etc.

Outro ponto importante que eu vejo na universidade hoje é a responsabilidade do ensino superior com o ensino básico. Não vamos ter – o Senador Cristovam tem usado esse argumento, com que eu concordo plenamente – um bom ensino superior enquanto os egressos do ensino básico e os egressos do ensino médio não tiverem uma formação adequada.

Eu até costumo dizer que, se a gente chamar um chefe de cozinha francês para fazer um prato *gourmet*, se ele usar um arroz vencido, um feijão estragado ou um tomate podre, não vai sair um prato *gourmet*. Então, a gente precisa ter essa matéria-prima, e aí a universidade tem uma responsabilidade muito grande no sentido de formar realmente os professores do século XXI e ajudar a termos qualidade no ensino básico. Há várias maneiras de se fazer isto: trazer os alunos do ensino básico para a universidade para atividades e, para as escolas básicas, eu até propus – não vingou, mas eu insisto – se pensar na criação na universidade de uma pró-reitoria de pré-graduação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ISAAC ROITMAN – Quer dizer, existir uma instância na universidade em que a gente pudesse se preocupar com os futuros estudantes universitários.

E uma coisa muito importante é uma interação do ensino superior com o setor produtivo. A ciência e a tecnologia no Brasil são feitas, na sua maior parte, nas universidades e nos institutos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa, mas é preciso, para o desenvolvimento social e econômico, que haja um casamento, uma interação, uma colaboração com o setor produtivo.

Futuro.

Trata-se de responder se é escada ou alavanca. Eu acho que, se a gente conseguir mudar a estrutura do trabalho, a gente pode eliminar essa pergunta; o Senador do futuro não vai fazer mais uma audiência para a gente discutir a escada *versus* a alavanca.

Eu trabalhei um tempo em Israel, na Universidade Hebraica de Jerusalém, num laboratório de pesquisa. O técnico do laboratório onde eu trabalhei ganhava 800 liras israelenses, que era a moeda da época; o *chairman,* quer dizer, o professor titular do departamento, ganhava 1,2 mil liras. Quer dizer, entre 800 liras e 1,2 mil liras, havia o professor-assistente, o professor associado etc. Aqui, no Brasil, em uma universidade, um professor ganha cinco, seis ou oito vezes mais que o técnico.

Então, se a gente conseguir uma estrutura de trabalho em que qualquer trabalho seja digno e a gente não tenha essas diferenças abismais, eu acho que a gente não precisa ir para a universidade para ter ascensão social. E aí eu peguei uma frase de Martin Luther King que expressa mais ou menos esse argumento meu. Ele diz: "Se lhe pedirem para ser varredor de ruas, varra as ruas como Michelangelo pintava, como Beethoven compunha ou como Shakespeare escrevia." Então, eu acho que, se a gente conseguir evoluir para uma estrutura social em que todos os seres humanos possam ter uma vida digna e colaborar um com o outro, a gente resolve essa questão e a universidade fica sendo um instrumento para o progresso nacional.

Aí, para gente consolidar isso como alavanca de um ponto que eu acho extremamente importante e urgente, o papel da universidade para a gente melhorar a qualidade do ensino básico é a formação de professores do século XXI. A pedagogia tem que ser completamente mudada, tem que ser por temas e problemas, e não por aquelas disciplinas que não têm mais sentido.

É preciso que nós coloquemos o pensamento científico dentro do ensino básico, e a universidade pode colaborar com isso. Temos um programa sensacional, desde a década de 50, o programa de iniciação científica para as universidades e, a partir de 2004, para o ensino fundamental, com predominância no ensino médio. Temos que incutir, no ensino básico – e a universidade tem essa responsabilidade –, a responsabilidade social nos nossos educandos. Temos que aprimorar a educação a distância e, quando eu digo isso, refiro-me a aproveitar as tecnologias de forma inteligente e, finalmente, ter a participação da família e da comunidade na aprendizagem.

Está-se instalando aqui e já foi criado em Brasília, sob o comando do educador português Prof. José Pacheco, que foi o criador da Escola da Ponte, em Portugal, uma experiência sensacional, que é a Comunidade de Aprendizagem do Paranoá. A ideia é que de Brasília seja espalhada pelo Distrito Federal essa Comunidade de Aprendizagem do Paranoá – se na discussão alguém levantar essa questão, eu entro em detalhe – e, depois, exportá-la para o Brasil. E por que não exportá-la para o hemisfério norte?

Finalmente, quero lembrar aqui educadores espetaculares que nós tivemos: Darcy e Anísio. Destaco aquela frase do Anísio Teixeira: "Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no País a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, um pensamento de nosso grande mestre Paulo Freire: "A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa-se a acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Prof. Isaac.

Eu passo a palavra agora ao Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino.

Eu não sei quantos conhecem o Gustavo, mas talvez ninguém conheça tanto os meandros, os detalhes das universidades estatais brasileiras quanto o Gustavo, porque, desde o início, é o Secretário Executivo da Andifes. Sabe tudo. Portanto, eu fico muito feliz que ele esteja aqui conosco.

O SR. GUSTAVO BALDUINO – Obrigado pelas palavras, Senador.

Cumprimento o senhor, cumprimento os colegas de bancada, cumprimento a todos que estão nos assistindo.

Eu acho que é um exagero do Senador. Não sei tudo, vou aprender um bocado hoje ainda, inclusive com o Senador, certamente.

O Senador tem uma característica, eu diria, de colocar questões provocativas para a sociedade no exercício do mandato dele, que tem ajudado a avançar o debate sobre temas polêmicos. Eu diria que, mais do que provocativo, se torna um polemista.

Vou tentar, então, seguir a ideia da polêmica colocada, a partir do tema "Universidade: escada para a ascensão social ou alavanca para o progresso nacional?"

Eu acho que nós devemos, primeiro, começar a destrinchar essa pergunta, essa questão colocada pelo Senador, essa polêmica, essa provocação.

Universidade. De que universidade nós estamos falando? A universidade de ontem, de hoje, de qualquer lugar do mundo? Ou estamos falando da universidade brasileira? Eu acho que devemos falar da universidade brasileira. Vale a pena, sim, recuperar a história, mas vamos falar da universidade brasileira.

E de qual universidade brasileira nós estamos falando? Da federal, estatal, pública, ou da universidade do ensino superior? Nós estamos falando de 8,5 milhões de alunos ou de 1,2 milhão que estão nas federais? Então, à pergunta, se não é bem detalhada, fica difícil de alcançar a resposta.

Eu vou me restringir, até por um conhecimento maior, a falar das universidades federais. E do que nós estamos falando? Estamos falando de 68 universidades, 330 *campi* no Brasil inteiro, 1,2 milhão de alunos, 500 mil profissionais formados, nos últimos cinco anos, nessas universidades – médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, psicólogos, filósofos –, de todas as profissões, de todas as áreas do conhecimento. Quinhentos mil. Estão entre nós, exercendo a profissão.

Mas a universidade não forma só gente. Ao olhar a universidade e falar da federal, se nós focarmos na formação profissional, já seria muito nobre, muito importante e muito relevante, mas, para entender a universidade, para ajudar na resposta à pergunta, nós temos que saber de que universidade, eu repito, nós estamos falando.

A universidade tem uma infinidade de museus, teatros, cinemas, grupos de dança, cursos de música. Dificilmente um músico vai ter ascensão profissional, vai virar uma escada, mas o País precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de uma orquestra sinfônica. E não será em outro lugar, no nosso modelo de sociedade, que haverá um maestro formado, com um professor e um aluno, durante cinco anos. E, aí, vai chegar alguém e falar: "Qual o custo desse aluno?" Não, é o custo de uma orquestra sinfônica. A Alemanha não fez esta pergunta lá atrás e, por isso, tem orquestra – a Inglaterra não fez, a França não fez, os Estados Unidos não fizeram –: qual era o custo de um aluno de música da universidade federal? Ela sabia que, para ser um espaço civilizatório, tem que ter um curso de música. E teatro, dança, departamento de Filosofia... Raramente nós vemos filósofos milionários, que subiram a escada da ascensão. Pode ser que exista, mas não é justamente um ambiente de mercado que vai fazer a revolução.

Para além desse ambiente cultural, artístico, cidadão, nós também temos a pesquisa. Certamente um profissional, um aluno ou um egresso da universidade que segue a carreira acadêmica – e o Prof. Isaac está aqui para ser testemunha viva, o Prof. Cristovam, o Prof. Célio – não tem expectativa de ter ascensão profissional, monetária, financeira, patrimonial.

É de uma relevância inquestionável essa universidade de que estamos falando. Não é universidade de Marte, não é dos Estados Unidos, não é da Patagônia. É a universidade do Brasil. É dessa universidade que nós estamos falando. Que forma gente, sim, cujas pessoas, quando se formam, tem aumento de renda, sim, em qualquer lugar do mundo.

Não existe país que nós possamos chamar de desenvolvido, com renda média alta, que não tenha uma universidade de qualidade. Não existe essa experiência. Temos até lugares onde a renda média é alta – por exemplo, os países que produzem petróleo –, mas não têm uma sociedade desenvolvida. Essa combinação não existe sem universidade.

Então, o papel da universidade, em qualquer lugar do mundo, é qualificar as pessoas, que certamente terão ganhos de renda individualmente. Mas, necessariamente, ao formar essas pessoas, ela estará fazendo a sociedade progredir. Em qualquer lugar do mundo, em qualquer modelo.

Fiz um recorte inicial me restringindo às federais, mas não há como negar – seria uma injustiça ou talvez tapar o Sol com a peneira – que no próprio setor privado, que deixa muito a desejar na qualidade, aquele brasileiro, aquele aluno que entra na universidade privada, estuda à noite ou no final de semana, quando termina, está melhor para a sociedade. Com o incremento que ele teve de conhecimento, de ambiente, de perspectiva... E tomara que ele tenha também acesso a aumento de renda. Não é exatamente uma regra. Mas tomara que tenha.

O problema da desigualdade e do aumento de renda não está na universidade. Semana passada saíram os dados do IBGE, dizendo que aumentou a concentração de renda e a desigualdade no Brasil. Ali é culpa da universidade? Talvez tenha sido, ao formar pessoas que definiram a política econômica, mas não pela desigualdade na concentração de renda.

Então eu acho, Senador, que a polêmica colocada... Na verdade, a resposta para essa pergunta... Se nós conseguirmos chegar a uma resposta objetiva, nós vamos estar com a resposta falsa, porque a pergunta é falsa. Não é "ou"; é "e", um pequeno detalhe que muda completamente a interpretação. Essa pergunta não está colocada. Ela não existe.

Universidade: escada para a ascensão social "e" alavanca para o progresso nacional. E eu diria mais: e para avanço civilizatório, e para paz entre os povos, e para um bocado de coisas mais. Tudo isso se faz na universidade. Não tem que haver essa escolha. Essa escolha não está colocada. Ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz essa escolha quando faz o vestibular ou um processo seletivo, ou entra na universidade, para falar das federais, que têm vestibular.

Então, a pergunta não é verdadeira. Portanto, não há uma resposta verdadeira para atender a essa pergunta. A questão é: não existe "ou" – essa alternativa. Nem a universidade real nem a sociedade podem se dar o direito de estabelecer a universidade com esta dicotomia de ou uma ou outra universidade. Mais do que isso: a universidade de que estamos falando não é uma universidade, como eu disse, de Marte; é aqui do Brasil. Portanto, ela reflete a sociedade brasileira.

A universidade que existe não é uma sociedade inventada pelos seus membros, pelas suas comunidades, pelos seus reitores, pelos seus ingressantes ou pelos seus egressos; é pela sociedade brasileira, é por este Parlamento, é por esta Comissão de Educação, que define regras, valores, conceitos, financiamentos.

Então, as qualidades ou os defeitos da universidade reproduzem, em boa medida, as qualidades e os defeitos da sociedade. Se nós temos uma sociedade em que as pessoas miram, se ela é construída para haver ascensão individual, certamente esse componente vai chegar à universidade. Se nós temos, nessa mesma sociedade, parâmetros, perspectivas, conceitos de evolução coletiva, civilizatória, certamente vai chegar à universidade também isso.

Então, eu acho que a gente, primeiro, deve fugir da pergunta que coloca uma oposição sobre valores, pois não existe essa oposição. Quanto a essa pergunta, Senador, a polêmica pode existir, mas não é essa. A universidade a que me refiro é uma coisa e outra coisa e outras coisas também, todas elas relevantes e muitas delas com fragilidade. Precisamos melhorar. Esse é um aspecto importante que eu queria ressaltar. Portanto, a universidade de que nós estamos falando é uma universidade que tem tudo isso. E é normal que tenha, porque a sociedade é assim; no mundo inteiro, é assim.

A universidade vai dar resposta para todos os problemas da sociedade? Certamente não. Pode colaborar em muitos deles? Sim. Sobretudo em quê? Naquilo que é fronteira do conhecimento. A universidade talvez não consiga resolver o problema da pobreza no Brasil ou no mundo, mas consegue certamente trabalhar na busca da cura da zika ou de outra doença, de forma mais efetiva inclusive, o que, de forma indireta e interativa, acaba ajudando na qualidade da sociedade, administrando a pobreza. A universidade não vai botar tubulações de saneamento, mas vai discutir a importância do saneamento e como fazê-lo tecnologicamente de forma mais barata e mais rápida. Agora, se vai investir em saneamento ou não, aí não é um problema da universidade diretamente como instituição.

E as pessoas vão para a universidade – e é importante dizer isto – e não saem de lá cidadãs. A universidade não tem essa capacidade de transformar alunos, jovens que chegam lá – estou dizendo jovens, porque a média da idade é baixa; no caso, são jovens na universidade federal, mas não é a regra, sobretudo em curso noturno no setor privado –, passam cinco anos e saem com a cidadania completa, formada e preocupados coletivamente. Porque têm família, têm ambiente social, aonde chegam e sofrem processo de influência, de interação muito intensa, tanto quanto em sala de aula. São pessoas maduras. Podem não ser pessoas idosas, mas são pessoas maduras. Você não vai formar cidadania ali na universidade. Certamente a universidade cumpre papel muito mais como exemplo de elite do que propriamente como ambiente específico, até porque me referi a 1,2 milhão de alunos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas nós estamos falando de 200 milhões de brasileiros. O que forma mais cidadania: o que se dá na sala de aula na universidade ou o que aparece na televisão de noite?

Essas questões nós temos que incluir no debate, para sabermos se a universidade é uma escada para a ascensão social ou uma alavanca para o progresso. Não é uma coisa ou outra; é uma coisa e outra – eu insisto nesse aspecto. Portanto, esse debate é importante ser feito, para que a gente possa, de fato, ver qual é o papel da universidade na sociedade, o papel do ensino superior, o papel da fronteira do ambiente de descobrir novos conhecimentos, do ambiente de disseminar, do ambiente de compartilhamento de ideias, e pensar uma universidade que possa fazer o papel civilizatório prioritariamente ou de forma mais intensa.

Por que posso dizer isso? Porque da posição que nós estamos aqui, Senadores, membros do Parlamento superior, pessoas que têm capacidade de interlocução e espaço para interlocução, temos que pensar no coletivo. Individualmente o cidadão pode até pensar na sua ascensão pessoal. As famílias pensam isso – e com legitimidade, inclusive. Mas, daqui, de onde nós estamos, o nosso papel é procurar ressaltar e incentivar os aspectos que dão maior cidadania ou maior eficácia para essa alavanca – estou me servindo do exemplo do Prof. Isaac.

Por fim, eu queria falar da relação da universidade com a educação básica. Essa é uma polêmica colocada muitas vezes. Perdoe-me quem pensa diferente, perdoe-me talvez a veemência das palavras: essa dicotomia é um desserviço à sociedade. Essa dicotomia não é certa ou errada; chega a ser criminosa. A educação é uma só, da pré-escola à pós-graduação, em qualquer sociedade civilizada. Ninguém, nenhum governo, nenhuma sociedade, nenhum interlocutor deve ser obrigado a fazer uma opção entre educação básica e educação superior e até pós-graduação, sobretudo no conceito moderno.

Quando é que se encerra a educação, o conhecimento e a formação? Quando termina o ensino superior? Quando termina o doutorado? Não é para a vida inteira, em qualquer circunstância? Ou, enquanto nós não tivermos atendido plenamente, 100% a educação básica, nós não trataremos da educação superior? Como se fosse possível atender a educação básica plenamente sem uma educação superior de qualidade, sem pensadores da universidade. Eu mostro aqui três exemplos, pelo menos, que pensam a educação básica e são egressos e membros da universidade efetiva. Não são de Marte, não; são da universidade.

Então, nós temos que entender que essa alavanca para o progresso nacional implica conceber que a educação é uma só: ou é um projeto da sociedade ou não será alcançada. Fragmentá-la, de forma administrativa que seja, sem a percepção da sua integralidade é um desserviço à sociedade. Quando se fala em botar recursos, sejam eles humanos ou materiais, na educação básica em detrimento da universidade, ou o inverso, ou apontar essa perspectiva, ou identificar maior ou menor recurso... Na verdade, faltam recursos para as duas áreas – e para outras áreas do Brasil também.

A gente precisa de que esse discurso seja substituído por uma interpretação mais clara, mais permanente, mais honesta do que a Emenda Constitucional 95, que tira de um e de outro setor. Este é o problema real: quando se coloca ao gestor a obrigação de escolher se vai botar recursos para educação ou para a saúde. Por quê? Porque o limite orçamentário está dado pela Emenda Constitucional 95.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, se botarmos uma luz, um foco sobre a pergunta, nós talvez não consigamos responder; e vamos demorar algum tempo para descobrir que a pergunta não é verdadeira, não é pertinente, não é justificável. Vamos ampliar essa luz, para saber do que nós estamos tratando: o que é escada social e o que é progresso nacional; quais são os fatores que determinam isso. Ao olhar o todo, talvez nós consigamos identificar com maior pertinência qual é o papel da universidade propriamente dito.

Então, a resposta para a questão que eu coloco é: vamos jogar essa pergunta fora e fazer outra pergunta. Como a gente faz para a universidade ser, sem dúvida, uma ascensão social para quem está dentro dela, mas também um progresso, mas também um avanço civilizatório, mas também um elemento de paz entre os povos, com tantas outras características que pode ter? Aquela universidade que tem cultura, que tem arte, que forma cidadania, que tem ciência de ponta, que tem pesquisa e que forma graduados, que forma profissionais que a sociedade demanda. Alguém consegue conceber uma sociedade sem engenheiros? Sem médicos? Sem psicólogos? Sem filósofos? Se eles não recebessem nada, a sociedade seria melhor ou pior? Eu acho que eles não existiriam.

Então, na verdade, nós devemos, Senador, concluindo, mudar a pergunta: vamos tirar o "ou". O apelo que eu faço ao senhor é este: tire o "ou" e bote um "e". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero agradecer bastante ao Gustavo por essa correção, porque eu acho que é correta: deveria ter "e/ou".

Além disso, depois eu falo, existe um outro erro: não deveria ser "universidade", mas deveria ser "certos cursos da universidade". O Isaac mesmo falou de Direito: se um profissional está sobrando, sobrando, sobrando, colocar dinheiro para formar mais alguns deles é fazer escada ou alavanca? Mas depois a gente debate isso.

O SR. GUSTAVO BALDUINO – Por que está sobrando profissional de Direito? É a OAB ou a sociedade? Parece que está sendo todo mundo atendido no Direito, todo mundo tem advogado e não precisa. Quem falou que está sobrando advogado?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não, eu não estou dizendo que está sobrando. Eu disse que há mais estudante de advocacia aqui do que nos Estados Unidos, na Europa etc. Sendo verdade isso – e eu acredito que é, pelos dados –, aí, sim, o erro foi só "e"; deveria ser "e/ou", e também "curso" e não a "universidade" inteira. Certos cursos devem... São mais ascensão ou não?

O SR. GUSTAVO BALDUINO – O senhor diria quais?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu?

O SR. GUSTAVO BALDUINO – É. O senhor tem...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Digo: a minha filha estudou – não passou no vestibular da UnB – em uma particular, para ser publicitária. Eu confesso que, hoje em dia, não vejo muito a necessidade de gastar dinheiro público, com a escassez que nós temos, para um curso como esse. Ainda bem que minha filha estudou numa particular – porque não passou no vestibular da UnB –, então eu não posso reclamar nem me beneficiar disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não queria falar nesse ou naquele, mas fui provocado e citei. Há curso que eu acho que é menos importante hoje como alavanca do que como... Mas eu deveria ter respondido aqueles cursos que eu acho que são alavanca de qualquer maneira. Por exemplo, ser professor de História, de Matemática, de Filosofia na educação de base, isso é alavanca. E muitos outros também.

Passo a palavra agora, com muito prazer, à nossa representante do MEC, a Profª Nara Maria.

A SRª NARA MARIA PIMENTEL – O.k.

Bom dia a todos.

Eu quero agradecer o convite, dizer que é um privilégio muito grande poder participar de uma Mesa como esta, com colegas da universidade – eu sou professora da Universidade de Brasília, da Faculdade de Educação –, e dizer que encontrar e rever o Prof. Célio e o Prof. Isaac é um prazer muito grande. E debater a universidade é um prazer igualmente grande.

Quero dizer que hoje eu sou Coordenadora Geral de Expansão, Gestão e Planejamento Acadêmico, na verdade das universidades federais. E aqui também vou situar a minha fala: vou me restringir à questão das universidades federais. Não vou me furtar ao debate mais amplo, mas vou falar um pouquinho daquilo que a gente tem vivido e feito no Ministério da Educação, que é uma questão importante.

Eu, quando vi a pauta e quando pensei ontem em que abordagem eu daria, comecei pensando a universidade pública e resolvi nomear de "resgate da educação libertadora", porque, à medida que eu tenho analisado o processo de expansão das universidades fisicamente, eu tenho me debatido e me debruçado muito sobre a questão do planejamento acadêmico, sobre a questão da qualidade do ensino, sobre a questão dos cursos que estão sendo ofertados. E tenho olhado o cenário das instituições públicas de ensino superior, ou tentado fazer isso, de uma maneira mais contextualizada.

Hoje, a gente, ao analisar um pedido, por exemplo, de criação de um curso, de criação de um *campus*, de criação de uma universidade, do ponto de vista técnico, que é onde eu estou, o olhar que eu tenho tido é um olhar que procura ser um olhar mais abrangente, que olhe o desenvolvimento regional, que olhe a questão do desemprego, da economia, a questão da cultura, a questão social, e olhe esse curso num contexto mais amplo, para poder apoiar, inclusive, e fomentar a universidade.

Então, eu acho que parece até que a gente combinou, porque as falas certamente serão complementares – vocês vão observar. E uma questão que não se discute, é consenso aqui, é a de que a universidade é justificada sim, e ela é justificada justamente para preservar essa conexão entre o conhecimento e o entusiasmo pela vida, unindo o jovem e o velho na consideração imaginativa da aprendizagem, buscando a melhoria da qualidade de vida de todos.

Também não se deve perder o senso de proporção: trabalho também é necessário – como muitos disseram aqui –, os empregos também são necessários. Acontece que eles não são a essência e a finalidade da vida. Outras formas de trabalho e de uso do tempo são igualmente importantes. E aqui todos os que fizeram fala anterior reforçaram essa visão.

Chegou a hora também de dizer que forçar as pessoas a aceitar empregos é a resposta para a pergunta errada. Devemos encontrar maneiras de permitir que todos nós tenhamos mais tempo para o trabalho, e não um trabalho que vira tarefa ou vira o ócio que não é diversão. Se não insistirmos em um conceito mais rico de trabalho, continuaremos a ser levados pela insensatez de medir o valor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma pessoa pelo emprego que ela tem e pela tolice de que a geração de empregos é a marca de uma economia bem-sucedida – para dizer que o papel da universidade é muito mais amplo do que isso.

Aqui vou trazer alguns dados que eu peguei agora, recentemente. Na Alemanha, por exemplo: mais de um terço dos graduados ainda estavam desempregados um ano depois de se formar. Por isso é que o estudo de egresso é tão importante. E eu fiquei tão feliz de ver que o Prof. Célio está orientando um trabalho nesse sentido e que nós vamos ter aqui a colaboração de uma doutoranda, para pensar um pouco sobre isso, porque o estudo de egresso se faz cada vez mais necessário e importante no Brasil!

Nos Estados Unidos, o treinamento vocacional tem sido desprezado, uma vez que embota a oportunidade numa idade precoce. As universidades têm sido vistas como um caminho para os altos salários e façanhas internacionais.

Na China, desde 2006, mais de um milhão de alunos graduados a cada ano se tornaram desempregados ao deixarem a universidade. Isso é só para a gente pensar, porque é um fato importante.

Em 2010, o desemprego dos jovens com idade entre 16 e 24 anos na Espanha foi de mais de 40%; na Irlanda, 28%; na Itália, 27%; na Grécia 25%; e, no Brasil, praticamente 30% dos jovens estavam sem trabalho. Isso é um dado importante.

A gente pensa na temática, na provocação. Eu me senti provocada ao olhar um pouco esses dados. Quando se pensa em expansão – e eu trabalho com política pública –, a gente tem de olhar esse cenário, que é um cenário impactante não só no Brasil, mas no mundo, para mostrar a questão da educação e a questão do ensino superior.

Esse debate que o Prof. Cristovam traz aqui não é só uma questão pontual brasileira. Ela está sendo repensada no mundo inteiro. Isso é importante, e o Brasil precisa, sim, parar e pensar sobre isso. Quase 30% dos estudantes abandonam o ensino superior. E eu falo aqui de quem lida com os dados. Eu tenho visto muitas vagas ociosas no ensino superior público brasileiro em muitos cursos. Não estamos aqui questionando a importância do curso. Como eu bem disse, o curso é importante. Mas por que os jovens estão abandonando tanto o ensino superior é uma questão que eu penso que a gente deve parar para pensar. Eu, como professora, questiono-me constantemente sobre isso.

A maioria dos empregos oferecidos não exige todos aqueles anos de escolaridade. Cada vez mais, a gente tem pensado sobre o tamanho dos cursos, a carga horária dos cursos, a integralidade dos cursos, e isso tem sido um questionamento na cabeça do jovem. Eu recebo jovens em sala de aula, eu me pergunto e pergunto para eles, e os jovens realmente estão vivendo um momento complicado. E isso não é só do ensino superior. Na verdade, eu vejo que é um momento da sociedade atual, é uma angústia da sociedade atual. Então, aqui a gente tem de pensar um pouco isso, porque a gente está criando tensões e frustrações, muitas vezes, na cabeça de muitos jovens.

Eu recebo jovens cada vez mais jovens, vindos de um ensino médio precário, que chegam à universidade e efetivamente não sabem exatamente o que estão fazendo ali, que cursos querem fazer e por que escolhem aqueles cursos. Então, os jovens estão protestando contra o escurecimento da luz da educação e contra a "mercadorização" da vida, em que há um choque entre o processo educacional comercial e empregos alienantes, que parecem estar abaixo das qualificações que devem ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu trouxe isso? Porque eu penso que esse debate não pode prescindir de uma reflexão dessa natureza. E, para isso, ele só começa aqui, ele vai adiante.

Então, de fato, no nosso entendimento, no meu entendimento e acho que no de todos, eu acho que é preciso repensar o modelo de ensino superior. Eu aqui estou arriscando, sou professora universitária e acho que isso é importante. Eu tenho clara convicção de que é chegado o momento de se repensar o modelo de ensino superior brasileiro, de curso A, B, C ou D. É o modelo em si que precisa ser pensado.

Esse contexto de mudança, na verdade, de fato, no Brasil, já começa com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, já se apontava para a necessidade de mudanças. O problema é que nós não temos tido muitas pernas, apesar de sermos um lócus de inovação, de pensamentos avançados. De fato, dentro da universidade, a gestão universitária é complexa e tem se tornado, diante de toda a questão educacional do Brasil, cada vez mais complexa.

O contexto da mudança já começa provocando mudanças na academia. Devemos começar a pensar a incrementar cursos e ofertas interdisciplinares, sair do departamento, sair da disciplina, sair da sua caixinha. De fato, do modo como a universidade está organizada, ela realmente precisa se repensar. Isso é um exercício muito difícil de fazer. E falo isso como professora e como educadora, com 28 anos de educação básica em Santa Catarina. Digo que isso é difícil de fazer.

Também nós temos demandas diferenciadas hoje pela sociedade, pelo mundo do trabalho, pela inserção da tecnologia. E precisamos realmente repensar isso. A partir disso, o Brasil tem pensado diretrizes, parâmetros, orientações curriculares, mas não temos conseguido provocar a mudança necessária nos currículos ofertados pelas universidades, eternos, do século XIX, com pouca e alguma atualização.

Aqui eu digo que não estou generalizando, que não quero colocar todo mundo no mesmo saco, mas há dificuldades, temos dificuldades. E, no contexto da mudança da educação pela Lei de Diretrizes e Bases, a gente já tinha de repensar isso e não focar isso mais, para focar a educação na aprendizagem do educando. Isso é um ensinamento e é uma coisa difícil de se fazer.

Olhem o que veio por trás da expansão. Hoje, sou Coordenadora-Geral de Expansão e, quando penso na consolidação dessa expansão, não tenho como me furtar, primeiro, da dimensão qualiquantitativa da reestruturação, da ampliação da oferta de educação superior pública, das vagas de ingresso, especialmente no noturno. Hoje, você vê que há universidades e cursos que ainda não ofertam cursos noturnos, não porque não há demanda, mas porque há professor que não quer dar aula à noite ou porque nós temos outros problemas nos cursos noturnos. Os cursos noturnos precisam ser repensados e pensados do ponto de vista da sua qualidade, olhando para esse jovem que está no mercado de trabalho hoje. Eu conheço universidades que só ofertam curso de Pedagogia diurno eternamente. Por que não ofertam o curso noturno? Porque não, porque acreditam que tem de ser diurno, sem levar em conta que hoje um professor trabalha e começa cedo. Eu, por exemplo, entrei muito cedo no mercado de trabalho como professora.

Quanto à redução das taxas de evasão, nós temos tido muita evasão, e ali eu mostrei dados: 30% dos jovens, e muitos abandonam depois do primeiro ano de curso e mudam muito internamente. Nós não estamos preparados para isso do ponto de vista da universidade. Para aquele jovem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra num curso e quer migrar, nós falamos de flexibilidade, mas não temos flexibilidade no currículo. O currículo ainda é uma camisa de força, o estudante não consegue se mobilizar de um curso para outro, fazer uma disciplina. A universidade, muitas vezes, não aceita que outra universidade valide os créditos, universidade com universidade. "Não, espere aí, deixa eu dar uma olhada nesta ementa. Não, pelo amor de Deus, não, não!" E não valida. Isso é o que eu acho que a gente tem de repensar, porque a questão da evasão é séria. E isso é custo, é custo-aluno, isso é financiamento. Estudante que sai é custo, e eu não conheço governo grátis, eu pago, todos nós pagamos. Não existe governo grátis.

Outra coisa é a ocupação das vagas ociosas. É uma complicação muito grande fazer isso, porque a própria gestão e o engessamento da universidade dificultam.

Segundo dado, a reestruturação acadêmico-curricular vale a pena aqui. Isso é lei. Isso está nos princípios do Reuni. Isso não é novo. A revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade é um princípio.

Quanto à reorganização dos cursos de graduação, vejo dificuldade nesse ponto, porque eu me debruço sobre os cursos. Nós temos poucas iniciativas de mudanças curriculares. O Professor citou a Universidade Federal do Oeste da Bahia. Eu, agora, recentemente, juntei 14 universidades que têm projetos interdisciplinares dentro de um programa do Ministério da Educação chamado Bacharelados Interdisciplinares e Licenciaturas Interdisciplinares. Vocês precisam ver a dificuldade que há de se implementar.

Do ponto de vista do financiamento, é um problema muito sério, porque o financiamento também é engessado por regras que têm um forte impacto no projeto educacional pedagógico. Aí é dito: "O teu projeto é altamente inovador, mas, infelizmente, o financiamento público não o cobre."

(*Soa a campainha.*)

A SRª NARA MARIA PIMENTEL – Quanto à diversificação das modalidades, como o Professor falou, é preciso usar o presencial, usar as tecnologias.

Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos, vocês não imaginam o que é isso, o que é a diplomação. No Brasil, criou-se uma verdadeira indústria de diplomas hoje, o que é uma coisa muito séria, porque o diploma tem essa força ainda de que é ensino superior, e, com o diploma, você tem ascensão.

Há a previsão de modelos de transição também, quando for o caso.

Eu já vou terminar.

Na renovação pedagógica da educação superior, eu acho que há um nó muito grande para a gente pensar. Trata-se da articulação da educação superior com a educação básica, com a profissional e com a tecnológica, como todos já falaram aqui.

Quanto à atualização de metodologias, meu Deus do céu, a gente precisa meter a mão nisso, porque esse é um dos grandes problemas dos jovens hoje. Eles abandonam também porque a universidade, assim como a educação como um todo, infelizmente, tem de mudar um pouco o jeito de ensinar.

Na previsão de programas de capacitação pedagógica a gente não investe muito. É muito difícil ser professor universitário, porque você vira professor universitário: você sai de uma formação, entra lá e tem de entrar em sala de aula. Ora, para entrar em sala de aula, tem de ter um jeito, tem de ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

manha, tem de gostar de estudante, tem de gostar de ensinar, e, às vezes, não é o melhor título que o capacita para isso. Você pode ter o melhor título, mas você não consegue ensinar aquele aluno que precisa de um jeitinho para se ensinar, e esse jeitinho não é um jeitinho fácil!

Essa mobilidade... Nós precisamos mexer um pouco na mobilidade para pensar se é ascensão social, se é alavanca; precisamos mexer nisso. Essa mobilidade intra e interinstitucional é importante. O mundo tem feito experiências inovadoras de validação de crédito, e nós ainda temos dificuldade em fazer isso dentro de uma universidade que ainda se fecha nela mesma!

Há uma concepção flexível de formação, com políticas de inclusão, com assistência estudantil, com a extensão universitária, como o Professor colocou, e não vou repetir.

É preciso dar um suporte após a graduação, como disse o Professor. Não foi à toa que ele colocou aquela pesquisa tão grande. O ensino e a extensão estão cada vez menores, porque a pesquisa vem nos empurrando. Os professores que estão entrando na universidade hoje, colegas que lá estão, já entram pensando na carreira acadêmica. Não! Eles têm de entrar ali para ensinar. Entendeu? Eles têm de ir para a sala de aula, não podem só ir para o laboratório. É importante? É, tem de haver lugar para tudo isso dentro da universidade. Esse equilíbrio é um equilíbrio importante, é um equilíbrio sobre o qual a gente deve pensar.

Muito bem! Então, eu penso que a gente tem de inovar a educação superior. Aqui, eu trago várias concepções de inovação. Vou deixá-las para reflexão. Primeiro, iniciativas acadêmicas são ligadas à experiência vivida e ao saber acadêmico. Então, vamos reconhecer quem é esse nosso estudante, do egresso ao que entra.

O desenvolvimento das inovações tem de ser resultado da autonomia de processos de práticas acadêmicas. A universidade precisa dessa autonomia e precisa ser suportada nessa autonomia para poder melhorar.

Há outra coisa que é importante lembrar: a maioria dos docentes trabalha em regime de tempo integral na universidade. E eu digo que o grande papel para essa inovação, para essa melhoria e para se repensar o ensino superior brasileiro ainda está nas mãos do professor, ainda bem, graças a Deus!

O protagonismo é dos professores, é o de concepção, é o de ação e é o de prática. É aquele professor que está em sala de aula e que está lidando com o estudante que pode mudar. Então, é muito importante que ele busque parceria e que ele se sinta amparado por uma universidade para poder inovar.

É importante também promover diálogos, conversar, disponibilizar e trocar boas práticas pedagógicas. Existem universidades que têm experiências maravilhosas, como foi muito bem citado pelo Gustavo. Fazem-se coisas magníficas dentro da universidade. Precisamos compartilhar mais isso entre as próprias universidades. Também acho que a gestão da universidade é fundamental para garantir iniciativas diferentes.

Grande parte das resistências às inovações é motivada, muitas vezes, pelo desconhecimento da possibilidade de usar. Tudo isso é novo! Vejam que essa reforma é de 1996, a universidade cumpria currículos. Ela pode mudar, ela pode flexibilizar, ela pode pensar modelos. Mas é muito essa coisa da dificuldade mesmo, também por receio do desconhecido, também pelo conforto de se fazer sempre a mesma coisa e pelo menor risco em se fazer o habitual, tomado como seguro. "Está funcionando assim, estou fazendo assim. Então, não precisa mudar muito, não."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos grandes desafios, como articular melhor os órgãos, inclusive os do MEC. O MEC precisa se articular melhor entre as suas secretarias para pensar em propostas de apoio, porque estamos desconectados.

(*Soa a campainha.*)

A SRª NARA MARIA PIMENTEL – Eu digo isso aqui como uma pessoa que está no Ministério da Educação e que sabe que é difícil pensar um sistema nacional de educação a partir da desconexão das próprias secretarias e setores.

É preciso fomentar e possibilitar a capacitação do corpo docente, como todos falaram; definir melhor os procedimentos de supervisão, de monitoramento, de acompanhamento, de regulação e de avaliação do sistema; apoiar a criação de políticas; estabelecer indicadores de qualidade – precisamos pensar em indicadores de qualidade no ensino superior –; sugerir...

(*Soa a campainha.*)

A SRª NARA MARIA PIMENTEL – ...aperfeiçoamentos; acompanhar a evolução acadêmica dos discentes e acompanhar a trajetória dos egressos do ensino superior, tendo em vista a continuidade dos seus estudos e a própria inserção no mercado de trabalho.

Portanto, Senador, primeiro, é um privilégio estar aqui ao seu lado. Tomar o papel da universidade como um problema válido de discussão, de reflexão, que é o que está fazendo, de pesquisa e de sistematização é o que vai proporcionar as condições para que as alterações significativas sejam implementadas no cotidiano das universidades com reflexos positivos na sociedade. Quero dizer que eu compartilho muito das suas ideias como educador e que é um privilégio muito grande. É assim que eu estou pensando e trabalhando, é assim que essa equipe que trabalha comigo busca fazer lá no Ministério da Educação. Esta é a contribuição do do MEC: repensar mesmo o ensino superior. O.k.?

Obrigada pela oportunidade. Falei bastante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado.

Este debate deve continuar, e eu vou, ao final, propor uma maneira.

A Profª Thaís Almeida quer falar. Eu vou dar alguns poucos minutos a ela. Ao Neantro também vou dar alguns minutos.

Antes, quero ler o que chegou para nós, porque é uma questão de respeito a quem está assistindo à nossa reunião e tomando seu tempo para nos provocar.

Caio Porto, do Ceará, diz: "Não há oposição entre ascensão social e progresso nacional na educação. Assumir que exista [essa oposição] é partir do falso pressuposto da inferioridade do cotista [...]. Uma coisa é impossível sem a outra. Universidade produz conhecimento e emancipa ao mesmo tempo. Educação é direito, não mercadoria."

Marcelo Almeida, de Minas Gerais, afirma: "A contracultura que emana das universidades nacionais tem por desiderato desconstruir a herança da filosofia greco/romana e dos princípios cristãos, que inspiraram nossa ordem atual, para colocar no lugar uma nova ordem comandada por eles. É um projeto de poder e nada mais."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Almeida ainda diz: "A universidade brasileira deixou de ser um centro de efervescência do pensamento e ficou sujeita ao monopólio da opinião a serviço das causas afetas à agenda esquerdista, tais como ideologia de gênero, desarmamento, gaysismo [e outras coisas] [...]."

Marcelo Almeida mandou muitos comentários. Outro comentário dele é: "A universidade nacional se transformou em centros de 'doutrinação marxista'."

Faz outro comentário: "A universidade tem por fim a alavanca do progresso e por consequência a ascensão social. Povo esclarecido é povo não manipulado, apto a adquirir cultura [...]".

Há outro comentário: "Como o aluno não tem liberdade de audiência, também o professor não pode ter liberdade de expressão em sala de aula [...]". É muito polêmico, Marcelo, isso.

Marcelo Almeida diz ainda: "Cultura são os princípios espirituais, morais e éticos de um povo, e as diversas formas de expressão da cultura, como a literatura e as artes em geral, materializam os valores decorrentes dessa cultura. [...]"

Pois bem, são esses que nos escreveram, e eu vou dar a palavra...

Há um comentário aqui que foi do bloco anterior, que é de Christian Barreto: "Nossas universidades não produzem ascensão social, nem progresso nacional, salvo raras exceções como as católicas, pois a maioria forma militantes, ao invés de formar gênios de renome nacional e internacional. [...]."

Adriano Silva diz: "Se a ideia de universidade é formar pessoas que apenas obedecem a comandos, então devemos fechá-las e abrir quartéis e presídios. Os professores da antiguidade não tinham conhecimento algum. Apenas estimulavam os alunos a formularem teses, antíteses e sínteses, ou seja, conhecimento."

Eu passo a palavra à Thaís, mas peço que seja bem breve, porque, às 12h30, temos de concluir.

A SRª THAÍS ALMEIDA PEREIRA – Agradeço ao Senador Cristovam.

Bom dia a todos!

Minha apresentação vai ser de ordem prática, tendo como referência meu doutorado, porque estou desenvolvendo um estudo de caso com egressos da área de Biotecnologia de um programa de excelência. É um programa que possui nota 6 pela avaliação da Capes.

Para iniciar, eu trouxe aqui esse quadro que ilustra os quantitativos de formados em nível de mestrado, doutorado e mestrado profissional. Esses dados fazem referência ao período de 2013 a 2016, que é o período em que ocorreu a última avaliação dos programas de pós-graduação por parte da Capes. Então, pela última coluna, os senhores podem ver que houve um crescimento relevante em todos os níveis de formação, principalmente dos formados em cursos de mestrado profissional.

Há o reconhecimento, então, da importância dos pós-graduados no processo de produção, de difusão e introdução de inovações nos mercados de bens e serviços. Desde 2007, a inserção social passou a ser um quesito da avaliação dos programas de pós-graduação, o que traz para nós essa preocupação com a inserção desses mestres e doutores, para saber onde eles estão se inserindo.

Então, inicialmente, o nosso estudo realizou um "estado da arte" de estudos que tinham como foco egressos da pós-graduação *stricto sensu*. Esse gráfico ilustra somente estudos que são resultado de um mestrado ou de um doutorado, no formato de dissertações e teses. Então, entre 2011 e 2014, a gente percebe um aumento desses estudos, ou seja, há uma preocupação por parte tanto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população acadêmica quanto da população em geral em saber como essas pessoas estão se inserindo na sociedade, no mercado de trabalho.

Entre esses estudos, há estudos que tratam da motivação – por que essas pessoas estão procurando essa pós-graduação – e até estudos que querem traçar uma trajetória propriamente dita em termos de inserção profissional, das contribuições dessa formação para o exercício profissional da docência ou em outras áreas. O nosso estudo foi bem amplo.

Além disso também, fizemos também um "estado da arte" com outros estudos da Capes, do Ipea, tentando refletir melhor essa questão da trajetória dos egressos, que é uma coisa tão importante a ser realizada.

Então, aqui vou trazer brevemente as motivações que nos levaram a fazer um estudo de caso de um programa de pós-graduação em Biotecnologia. A Biotecnologia é considerada no Brasil e no mundo como uma área estratégica para o desenvolvimento econômico. Ela é vista como uma área que pode contribuir para o desenvolvimento tecnológico e, consequentemente, para o bem-estar social e para desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de um campo multidisciplinar que gera oportunidades para o egresso atuar tanto na carreira científica quanto na carreira tecnológica.

Em reconhecimento à importância dessa área, tem havido o estímulo da formação de recursos humanos. Com isso, surgiu o nosso interesse em pesquisar egressos de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Biotecnologia, com nível de excelência.

(*Soa a campainha.*)

A SRª THAÍS ALMEIDA PEREIRA – Aqui, vou trazer alguns dados da formação desse programa, desde o início desse programa até o ano de 2016, que são os dados mais consolidados que nós temos até o momento. Foram formados 145 mestres e 38 doutores. Esse quadro foi retirado de um estudo feito pelo CGEE, que a Capes encomendou para subsidiar, inclusive, essa avaliação dos programas de pós-graduação da área.

Então, ali os senhores podem ver a taxa de empregados; eles levantaram os empregados até o final de 2014. É a taxa de empregados tanto dos egressos do mestrado acadêmico quanto dos egressos do doutorado, de 2007 até 2013.

Então, o que a gente percebe? Que as políticas de formação não estão sendo acompanhadas por políticas de promoção da absorção desse contingente pelo mercado de trabalho em ocupações qualificadas compatíveis com a capacidade de propiciar oportunidades profissionais e pessoais almejadas por esses indivíduos. É preciso, então, conhecer a dinâmica da mobilidade desses talentos científicos brasileiros de forma aprofundada, apoiada em referencial teórico moderno. Esse conhecimento aprofundado do tamanho, da direção e da composição em termos de áreas de conhecimento e profissões, do fluxo dessas pessoas qualificadas, é inexistente, às vezes, e é essencial.

Então, com isso, eu encerro a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, pelo que apresentou e pela síntese.

Neantro, eu também vou pedir cinco minutos a você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que Neantro tem uma experiência interessante. Ele é professor da UnB, mas ficou mais de 20 anos como professor de uma universidade japonesa. Ele se aposentou lá e voltou para o Brasil.

O SR. NEANTRO SAAVEDRA RIVANO (*Fora do microfone.*) – Eu preparei, para facilitar a minha intervenção, duas transparências. Essa é a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Você preparou isso aí? Você não sabia desta sessão.

O SR. NEANTRO SAAVEDRA RIVANO – Obrigado.

Como o Senador indicou, eu estive a cargo de um programa de pós-graduação endereçado a estudantes do mundo em desenvolvimento. Essa é uma questão muito atual. Inclusive, por coincidência, por encomenda do Banco Mundial, estou revisando um dossiê de candidatos a bolsas do Banco Mundial para países em desenvolvimento.

A questão é sempre esta: nosso critério para selecionar os candidatos é saber se vai haver um impacto social. Se se percebe que é para a ascensão social do candidato, ele, praticamente, automaticamente, é eliminado. Então, essa é uma questão muito importante também no mundo em desenvolvimento em geral.

Eu, naturalmente, estou me limitando à questão que foi colocada nesta audiência. Vejo aqui quatro pontos. Um deles é que os dois objetivos são importantes. Acho que é saudável que seja assim, porque como vai se motivar alguém para entrar no estudo superior se não vai servir também para a sua própria promoção? Mas também tem de haver um interesse social. Então, é a questão do equilíbrio.

Eu acho que uma questão básica é a de oportunidades de acesso. Não havendo oportunidades de acesso que sejam iguais, então há um problema, porque o que está predominando, naturalmente, é o objetivo de ascensão social, que vai valer mais.

Depois, como economista que sou, temos a questão do retorno e dos custos da educação. Os retornos podem ser privados e sociais, e os custos, naturalmente, podem ser privados e públicos. Então, vou me limitar aos custos públicos.

Próximo eslaide.

A segunda questão de políticas públicas se centra nisso, retornos *versus* custos. Vou tratar da hipótese de que o retorno total é superior aos custos. Caso contrário, temos outro problema, o de ineficiência, que aqui acho que não caberia discutir.

Se aceitamos essa hipótese, então temos aqui três possibilidades. Uma é aquela em que o retorno social seja bem superior ao custo, e o retorno privado, individual, seja inferior ao custo. Isso acontece em muitas profissões, como a do assistente social, por exemplo, e mesmo, lamentavelmente, a do professor de educação básica. Outra é o caso em que o retorno individual seja bem superior ao custo, mas o retorno... Não, o contrário. Teríamos aqui um retorno social pequeno e um retorno individual grande. Por exemplo, alguém que vai se dedicar a especular na bolsa ou com *securities*, enfim. E, depois, temos o caso em que os dois são grandes, os dois são superiores ao custo.

Então, eu acho que, em termos de políticas a se adotar, se temos um caso no qual o retorno social é bem superior ao custo, isso amplamente valida o sistema que existe no Brasil e em alguns outros países de uma educação superior que é gratuita. Realmente, a sociedade está... Também se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coloca a questão de por que não se valoriza adequadamente esse tipo de atividade. Aí uma ineficiência dos mercados é uma questão a se analisar.

No segundo caso, quando o retorno individual é grande, mas o retorno social é pequeno, acho que aí se justifica plenamente que o beneficiário pague pela sua educação. Talvez ele não vá conseguir pagar antes ou durante, mas há o sistema de pagar depois o empréstimo.

No terceiro caso, em que os dois retornos são grandes, eu não vou me arriscar a dar nenhuma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NEANTRO SAAVEDRA RIVANO – ... nenhuma recomendação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado.

Eu quero, antes mesmo de fazer uns comentários rápidos, dizer o seguinte: eu vou mandar... Estão trabalhando. Vamos transcrever tudo isso, e eu vou mandar para cada um o texto transcrito. Vocês mandam os comentários, que vamos publicar, como documento interno, e no próximo semestre vamos fazer outro debate com vocês, se aceitarem. Cada um já vem sabendo o que os outros disseram.

O próximo semestre isso aqui vai ser vazio por causa das eleições, e eu deverei ser um dos poucos Senadores por aqui. Então, não vai ser difícil conseguir fazer uma audiência. Então, fica o meu compromisso de preparar isso e o de vocês de a gente se juntar de novo.

Agora, pequenos comentários sobre cada um.

Há um desenho que o Célio colocou que mostra diversos problemas, e um deles é o acesso. Para mim, o futuro do acesso à universidade é fazê-lo dentro do ensino de educação básica. Ao longo dos anos da educação básica, a gente vai vendo os melhores e selecionando-os para a universidade. Para isso, a escola tem que ser boa, em todos os bairros das cidades, em todos os lugares, em todas as rendas. Enquanto não forem igualmente boas, fazemos aquilo em que Brasília é pioneira: o PAS, uma prova em cima dos três anos dos alunos.

Sobre o Isaac, eu gostaria de, no próximo debate, além de trazer os números que você colocou de entidades públicas e privadas, definir o que é uma universidade pública, que eu creio que não é o mesmo que estatal. E uma universidade não pública para mim não é o mesmo que privada. O que é pública? O que caracteriza uma universidade para se dizer que ela é pública? E como exigir que as universidades privadas tenham compromisso público? Eu acho que todas têm que ser comprometidas com o interesse nacional.

Outro comentário que eu queria fazer é que eu sou professor universitário e economista, preocupado com o desenvolvimento, com o aumento da riqueza, e uma das coisas que me fez despertar para a importância da educação foi que uma vez, em uma sala de aula, no departamento de Economia, eu descobri que nenhum dos meus alunos tinha lido Balzac; um tinha lido Machado de Assis. Não há como ser bom economista sem ter lido Balzac – não ele, necessariamente –, sem ter uma formação na educação de base. Quantos falam inglês? Não há como ter uma grande educação sem ter uma formação em inglês. E o pior é que não sabem matemática. E aí vem o abandono. Os 30% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

abando hoje ocorrem porque os alunos não conseguem acompanhar o curso. E olhem que eu acho que os cursos não estão exigindo tanto.

Então, a educação de base é fundamental. Só que, se alguém quiser tirar um real do ensino superior para botar na educação de base, eu sou contra. Mas há outros lugares. Isto aqui pode funcionar bem sem o custo que tem. A universidade tem que começar a brigar para baixar o custo do Parlamento, do Judiciário – não dá para terem esse custo – e de certas obras. A UnB não fez um gesto contra esse Estádio Mané Garrincha de dois bi. Tinha que ter feito manifestações ali. Tinha que ter cercado e dito: "aqui não vai haver esse estádio". Mas nós fechamos os olhos para esses desperdícios de gastos públicos. Cada real que vai para um lugar tem que sair de outro, mas não sair da educação de base ou do ensino superior, não sair da saúde. Mas há setores, sim, no Brasil de que dá para a gente tirar.

Sobre aquela frase de Martin Luther King, eu quero que a gente aprofunde o fato de que, no futuro, quem vai limpar rua é robô. Então, o que a gente faz com os que não vão limpar rua ou que ficam desempregados e têm outras coisas boas a fazer?

O Gustavo trouxe essa questão fundamental de que o título está errado. A pergunta é: "é" e "como"; "e" e "ou". Estou totalmente de acordo. Mas o erro não está só na preposição, está também no sujeito. Não é a universidade; são certos cursos. A universidade em si é as duas coisas, não é preciso nem perguntar. Certos cursos, sim, a gente tem que perguntar se são escada ou se são alavanca.

"Não deve haver dicotomia entre a educação de base e a superior." Claro que não, nem financeira e nem dicotomia no sentido de uma ou outra. E você pode ter uma universidade que possa funcionar bem ou não, mas, sem educação de base boa, não funciona bem o sistema. Uma pode, porque pega os bons do país e manda para lá, que é o que a USP faz, é o que a própria UnB faz. Sem educação de base boa, não há um sistema universitário perfeitamente bom. Basta dizer que, se os 13 milhões de analfabetos que nós temos tivessem sido alfabetizados e terminado o ensino médio, provavelmente a universidade seria melhor, porque algum geniosinho haveria entre os 13 milhões. E nós desperdiçamos isso.

Da Nara eu quero dizer...

Agora, só uma coisa: tanto não há dicotomia, que eu queria ver a militância mais envolvida na luta pela educação de base. A universidade briga mais pela reforma agrária do que pela reforma da educação de base. E é claro que a reforma agrária sempre foi necessária, mas, na ótica da universidade, a educação de base é mais necessária. Os latifúndios de educação de base que a elite brasileira adquire comprando com as mensalidades nas escolas caras – adquire-se um latifúndio de conhecimento – exigem uma reforma agrária. Não é para tirar do cérebro deles o que eles aprenderam, mas é para colocar no cérebro de todos. E essa luta a gente não vê.

Quanto à Nara, primeiro, eu gostei muito da sua apresentação e das suas provocações sobre a reforma que a gente precisa fazer. Aí só há um porém: a reforma não é só no ensino superior; há que haver uma reforma aqui, nesta Casa. Isto aqui não está funcionando bem, do ponto de vista de instrumento da democracia – não é a reforma do prédio, não. Tem que haver reforma em tudo neste País, porque a tecnologia avançou, a realidade avançou, e a gente continua com as mesmas técnicas de funcionamento. Eu costumo dizer até que não vai demorar a que o Congresso seja um negocinho deste aqui; a inteligência artificial vai colocar no lixo Senador e Deputado, não vai precisar mais disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas se comunicarão direto com uma coisinha desta. E isto aqui não é só somar e diminuir, como no BBB; isto aqui vai analisar as consequências dos desejos dos indivíduos para o conjunto da sociedade e vai dizer quais são as leis.

Então, eu estou de acordo com você, mas a universidade é que não tem o direito de não fazer a reforma. Isto aqui é viciado; o processo político. Quem é que falou aqui que a universidade ainda é a mais ética das instituições? Você. É a mais ética – esta aqui eu acho que é das menos, provavelmente. Então, a universidade tem que fazer a sua reforma. Até quando se fez a Reuni, que foi uma reforma, ela foi a reforma dos prédios, não foi a reforma da estrutura. Construiu-se muito, mas não é dessa reforma que a gente precisa.

E aí há uma coisa que quero dizer. Há profissões em extinção. A gente vai manter cursos para formar profissionais que, daqui a dez anos, terão diploma que não serve mais? A universidade está preparada para que seus cursos sejam provisórios? Está preparada para que o diploma tenha prazo de validade, porque o que se aprendeu estará superado em pouco tempo? Essa é a reforma que a gente tem que fazer.

E, do ponto de vista de escada, a universidade tem que ser escada, mas não é escada a universidade ou o curso que forma uma pessoa em uma profissão que será extinta, porque sem empregabilidade não há escada. Talvez esse seja o exemplo de muitos advogados; ficam sem empregabilidade. Justifica haver curso sem empregabilidade?

E, finalmente, falei a ideia da evasão, de que para mim a evasão está sobretudo na má qualidade da educação de base. Houve um tempo em que a evasão se dava por falta de dinheiro, mas hoje, com as conquistas dos últimos anos – do governo Lula especialmente, com Prouni, Fies –, não é mais por falta de dinheiro, hoje é por falta de conhecimento para seguir o curso.

Dito isso, eu quero dizer que a gente fará uma nova reunião, com esse título ou não, e eu espero muito que seja com vocês, porque a gente já parte – como dizem os nossos colegas engenheiros – com 1 *v* 0.

Muito obrigado a cada um de vocês.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Vamos lá, rapidinho, porque estão me esperando.

O SR. ISAAC ROITMAN – Bem rápido.

Eu acho que a gente não precisa reformar a universidade, não. Nós precisamos construir a universidade. A gente só reforma quando ela já foi construída. E aí eu lanço uma sugestão para uma próxima audiência que se vai basear numa pergunta: temos uma universidade no Brasil? Eu já antecipo que minha resposta é não. O que nós temos é um aglomerado de faculdades de estrutura vertical que se reúnem e são administradas juntamente, e a gente deu o nome de universidade.

Não há interação entre as áreas. Eu vou dar um exemplo: pegue-se um estudante de medicina, da UnB, da USP, de uma universidade grande, e pergunte-se a ele – ele está há cinco anos na universidade – quantos eventos ele viu de sociologia, filosofia, antropologia, ética, etc. A resposta vai ser zero ou perto de zero. Pegue-se um estudante de filosofia e pergunte-se se ele foi a algum evento em que ele viu o que é biotecnologia, nanotecnologia, célula-tronco; é zero, ou perto de zero. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a gente fizer a mesma pesquisa entre os professores da universidade, o resultado vai ser semelhante. Não há interação.

Quer dizer, é por isso que Darcy Ribeiro e Anísio fizeram os dois cursos, dois anos básicos, para o estudante aproveitar e ter, realmente, uma cultura universitária. Existe iniciativa ou bacharelado interdisciplinar, mas, realmente, a gente precisa construir esse conceito de universidade. E eu proponho essa pergunta para uma próxima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Vou acrescentar essa pergunta e vou sugerir que você acrescente uma coisa nos desenhos, Isaac, que você gosta de apresentar para nós – esses desenhozinhos. Como fez o Diógenes, filósofo grego, faça um cara com uma lanterninha dizendo: procuro uma universidade. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Por favor.

O SR. CÉLIO DA CUNHA – Peço permissão ao Senador para duas questões de ordem geral, mas que são questões estruturantes.

Na primeira proposta da exposição da Profª Nara, de se repensar a educação superior, há um dado que é importante nós considerarmos nesse repensar: nós estamos saindo, na política de educação superior, de uma cultura de elite para uma cultura de massa. Esse é um dado fundamental e nós não sabemos ainda para onde isso vai.

E a segunda questão – muito da proposta também do que o Prof. Isaac falou e do que a Profª Nara, o Gustavo, o Senador Cristovam falaram – é que, quando se fala em alavancar o desenvolvimento, o papel da universidade, é sempre bom não esquecer o seguinte: como foi o Brasil nos últimos 50, 60 ou 80 anos? Nós tivemos duas ditaduras e dois *impeachments* de Presidentes. Por que isso é importante? Porque não se pode também pensar a universidade independentemente de um projeto de País, e de um projeto de País que possa ter continuidade. Esse foi o sonho de Darcy Ribeiro, foi o sonho também de Leonel Brizola e de tantos outros intelectuais.

Então, a universidade pode ter uma contribuição muito maior no desenvolvimento na medida em que um projeto da universidade possa estar também acoplado a um projeto de desenvolvimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Esse dois pediram, eu dou por encerrada a reunião. Mas antes eu tenho que...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria da tolerância. Apesar de ter chegado neste horário...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Vamos lá, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... eu não podia perder a oportunidade de ver tantas pessoas importantes aqui, nesta audiência extremamente também relevante.

Eu quero cumprimentar todos os professores aqui, a começar pelo Prof. Isaac, com quem já tive a oportunidade de conversar um pouco; o Prof. Célio, a Nara e também o Gustavo.

Eu quero abordar aqui dois aspectos. Primeiro, nós estamos vivendo a experiência de ter criado uma universidade na minha cidade natal, Rondonópolis. Inclusive, fizemos um seminário esta semana lá, na sexta-feira, que o Senador Cristovam passa a me dever, porque ele tinha o compromisso de ir lá – ele não pôde ir, porque estava com problemas, então não estou... Só quero ficar com o crédito, ouviu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Estava só com uma pneumonia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente. Por isso está perdoado, mas a dívida eu continuarei cobrando. (*Risos.*)

E lá nós fomos discutir, exatamente, a implantação da Universidade Federal de Rondonópolis. Esteve lá o Secretário, representando o MEC. Foi extremamente importante a audiência, não só para discutir a implantação, como também até para comemorar aquilo que para uma cidade polo, como Rondonópolis, é fundamental.

Criou-se a universidade, há uma expectativa muito grande da população, e, claro, nós não queremos que essa população se frustre. Porque é um *campus* que já existe há muito tempo, com boa infraestrutura. Agora, nós queremos uma universidade que possa, realmente, ser a promotora do desenvolvimento regional.

Essa região sudeste de Mato Grosso é a região mais desenvolvida do Estado. Uma região em que temos uma vocação agropecuária, mas já com uma agricultura com tecnologia de precisão, com uma Fundação Mato Grosso, que nasceu lá. E isso é importante, porque é uma fundação criada pelos próprios produtores, que pagam *royalties*; assim como também a área de sementes, que tem a sua área de pesquisa, e eles próprios pagam os *royalties* para desenvolver a pesquisa. É claro que a Embrapa sempre é uma grande parceira também. E a universidade pode ter tudo isso à sua disposição e, ao contrário também, a Embrapa pode ajudar no papel da extensão universitária, que é fundamental.

Lá também esteve o Ministro dos Transportes, e aí muitos poderiam perguntar: "Mas o Ministro dos Transportes numa audiência de implantação de uma universidade?" Exatamente, porque lá, inclusive, assinamos convênio com a possibilidade de o Ministério dos Transportes participar também do desenvolvimento dessa universidade, visto que nós temos, em Rondonópolis, o maior terminal ferroviário da América Latina.

A logística para o nosso Estado é fundamental, porque estamos no centro do Brasil. E, mesmo sendo um Estado de alta produtividade, é claro, a questão do custo Brasil é importante, porque isso tira a possibilidade de mais investimento e mais lucro.

Então, nós queremos essa universidade.

Eu vou aqui, Senador Cristovam, fazer uma pergunta que é mais um pedido a todos os palestrantes. Não é para responder agora. Eu gostaria de que vocês colaborassem, principalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a Universidade Federal de Rondonópolis e comigo, como Senador, representando... Em Rondonópolis nós temos o Senador Blairo Maggi, que é Ministro da Agricultura, que é de lá, e o Senador Medeiros também é de lá. Então, nós devemos muito isso para a sociedade, por ter uma representação política muito forte. O Deputado Carlos Bezerra e, ainda, o Deputado Valtenir, também são da mesma cidade. Então, as pessoas votam e cobram: há três Senadores da cidade, e o que é que a cidade está tendo de volta? É claro que a criação da universidade é um divisor de águas para esse momento de perspectiva e de desenvolvimento da cidade.

Então, eu queria aqui pedir a experiência de todos vocês, assim como estou cobrando do Senador Cristovam, sobre o que nós devemos fazer para realmente criar uma universidade no modelo que vocês, inclusive, estavam discutindo aqui? Uma universidade aberta, em que a sociedade possa estar presente na universidade e a universidade possa estar presente junto com a sociedade.

Eu digo isso porque, também, eu me formei numa universidade pública, e parece que a gente... Quando eu me formei... A gente sai para a profissão, começa a trabalhar, e parece que aquela universidade fica lá, fechada; ela pertence mais aos alunos, aos professores, aos profissionais. E eu fiz essa inovação, porque também, quando fui para o campo, fui trabalhar, eu não abri mão de buscar os professores da universidade, da minha universidade para irem comigo lá, entendeu? E muito do que eu aprendi, muito, foi por essa experiência de ter a universidade junto comigo na atuação profissional. Então, eu acho que isso é fundamental, porque, às vezes, forma-se o aluno, o aluno se isola, e a própria universidade não tem a experiência do dia a dia do que é o exercício de uma profissão.

Então, fica aqui a indagação, e eu gostaria de receber, por parte de vocês, depois, essa provocação que eu estou fazendo, seja através de *e-mail*, seja através até de uma audiência, para a qual vocês podem me convidar, porque eu estaria pronto, porque eu quero... Eu me empenhei bastante nisso, nesses 15 anos, para que a gente pudesse ter esse sonho da universidade, e não quero me frustrar amanhã por ter uma universidade que não teve essa capacidade de modernização que a cabeça de todos vocês aqui está colocando, com a competência e a inteligência de vocês; que a gente não tenha uma universidade exatamente com essa nova situação do País.

Eu falo aqui até porque o Senador Cristovam foi uma das pessoas que me aguçou para ser o Presidente da Comissão Senado do Futuro. Tivemos uma boa experiência, inclusive, com o Congresso, o Senado do Futuro, aqui, em Brasília, o que para mim também foi muito enriquecedor. E eu penso que essa universidade pode ser isto, Senador, para mim: a continuidade da Comissão Senado do Futuro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador, o senhor vai deixar uma marca em construir essa universidade.

Por pior que seja uma universidade – e a sua vai ser muito boa –, quando se implanta uma em uma cidade, até o papo do boteco melhora. A universidade provoca uma mágica, mesmo que não seja a que a gente deseja, mas vamos fazer o possível para que seja como se deseja.

A Profª Nara pediu para dizer uma frase.

A SRª NARA MARIA PIMENTEL – Uma coisa.

Nós temos avaliado muito a criação das novas e das novíssimas universidades, e você sabe que não basta só criar a universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que o grande desafio vai ser ousar num projeto diferenciado de universidade. Não copie universidade; crie um modelo diferenciado de universidade. E acho que, daí, digamos assim, o sucesso certamente será mais garantido. Ouse. Eu acho que a ousadia tem que acontecer agora, e o medo das novas e das novíssimas é, muitas vezes, a falta de ousadia e a reprodução do modelo atual de universidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bem, na próxima...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu falei do Secretário, mas quero aqui registrar o nome dele, porque eu não falei: é o Dr. Barone, que, inclusive, assim, foi extremamente importante nesse bate-papo – porque ele esteve lá também – com a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Antes de encerrar, convoco para o dia 24 de abril, terça-feira, em caráter excepcional, às 10 horas e 30 minutos, a Reunião Extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater o tema "A Descontinuidade do Plano Nacional de Formação de Professores na Educação de Base", em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Jorge Viana.

Nada mais havendo a tratar, agradeço muito a todos que participaram, aqui ou em suas casas, e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, Roberto Muniz, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 15/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Jorge Viana. **Finalidade:** Debater o tema: "A descontinuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor". **Participantes:** Iolanda Barbosa da Silva, Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime; Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor; João Alfredo Braida, Presidente do Colégio de Pró-Reitores de Graduação das IFES - Cograd. Carlos Cezar Modernel Lenuzza, Diretor de Formação de Professores da Educação Básica da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/24

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, eu quero inicialmente dar o meu bom-dia a todos e todas aqui presentes. Declaro que, havendo número regimental, está aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião atende ao Requerimento nº 15, de minha autoria e também de autoria do Senador Jorge Viana, para a realização de audiência pública destinada a debater o tema "A descontinuidade do Plano Nacional de Formação dos Professor da Educação Básica – Parfor".

Dando início à nossa audiência pública, primeiro quero aqui agradecer a presença de cada um, cada uma de vocês. Mais uma vez aqui, agradeço ao Fórum dos Coordenadores do Parfor, pela mobilização que tem feito na defesa dessa importante política pública e, dando aqui início à nossa audiência, solicito ao Secretário que acompanhe os nossos convidados para tomarem assento aqui à mesa.

Eu quero chamar inicialmente Josenilda. (*Pausa.*)

Quero chamar a Profª Marlei, Vice-Presidente da CNTE. (*Pausa.*)

Quero chamar a Profª Iolanda Barbosa, representante da Undime. (*Pausa.*)

Quero chamar o João Alfredo, Presidente do Colégio de Pró-Reitores. (*Pausa.*)

E chamo o Sr. Carlos Cezar, Diretor de Formação de Professores de Educação Básica da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Nível Superior, representante da Capes. (*Pausa.*)

Depois de a Mesa fazer uso da palavra, nós vamos facultar aqui a palavra ao plenário. Nós vamos facultar a palavra à professora... A Secretaria aqui tem o nome: Ana Fábia, está aqui. A Profª Ana Fábia, estou vendo-a aqui, veio dar um depoimento acerca exatamente do Parfor. Ana Fábia é professora lá da rede municipal de Sobral, no Ceará. E também vamos passar a palavra para a Profª Deise. A Profª Deise está aqui? Deise também vai falar aqui, em nome da Anfope, o.k.?

Mais uma vez, quero aqui agradecer aos nossos convidados, que atenderam ao convite para participar aqui do presente debate, agradecer a presença de cada um e cada uma de vocês, registrar já aqui a presença entre nós da Senadora Regina Sousa, professora.

Quero lembrar que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, o chamado Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania. Portanto, é essa cobertura aqui que será feita da nossa presente audiência pública, audiência esta que está sendo transmitida ao vivo, e, portanto, os internautas – alô aí, galera que está acompanhando – se liguem! Se vocês quiserem fazer perguntas, repito, podem fazê-las através do telefone 0800-612211, ou pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro, quero aqui colocar que a presente audiência pública faz parte do ciclo de debates que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado vem fazendo, no que diz respeito, no caso em debate aqui, que é o Parfor, o nosso Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. O fato é que essa demanda chegou aqui até a presente Comissão, quando nós, a exemplo de vocês, fomos surpreendidos, no dia 28 de fevereiro de 2018, o MEC lançou três editais voltados para a formação inicial de professores da educação básica. Refiro-me ao Pibid, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do propagandeado novo Programa de Residência Pedagógica e da UAB, o sistema de Universidade Aberta do Brasil. São três programas, repito, que foram lançados no dia 28, através desses três editais e que integram a Política Nacional de Formação de Professores da educação básica.

Segundo os dados, são 190 mil novas vagas, sendo 45 mil dedicadas ao Pibid, 45 mil à residência pedagógica e 100 mil à UAB, à educação a distância. Segundo os dados, o investimento divulgado, o investimento do MEC para essas iniciativas soma cerca de 1 bilhão. Ainda de acordo com o próprio MEC, a BNCC, ou seja, a Base Nacional Comum Curricular, será referência para os programas que terão início em agosto deste ano.

Mas quero aqui destacar que, na verdade, não foi o lançamento do novo programa, denominado Residência Pedagógica, que despertou a atenção dos movimentos sociais do campo da educação, mas, sim, a ausência injustificável do Parfor, especialmente na sua modalidade presencial. Isso foi o que, repito, surpreendeu a todos nós. Como é que um programa da envergadura do Parfor, um programa que foi criado em 2009, para formar professores da educação básica que atuam sem formação adequada nas escolas de todo o Brasil, que está em consonância com a LDB, com a Meta 15 do Plano Nacional de Educação, um programa extremamente exitoso, vocês sabem disso melhor do que eu... Exitoso porque ele foi implementado através daquilo que a nossa Constituição prevê, que é o chamado regime de colaboração Capes, a União, os Estados, o Distrito Federal e as instituições de educação superior. O Parfor possibilitou que nós chegássemos a um chão de mais de 28 mil escolas espalhadas por este Brasil afora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quantos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quinhentos e oito Municípios. Programa que, segundo os dados divulgados, até 2016, Senadora Regina, já havia formado 34.549 professores da educação básica e contava com 36.871 professores cursando uma licenciatura.

Então, o que nós queremos colocar aqui para o diálogo franco, com muita responsabilidade e com muita seriedade, é que não há justificativa de não incluir o Parfor no lançamento desses três editais publicados em fevereiro, voltados para a política nacional de formação inicial e continuada dos professores e professoras da educação básica. A pergunta é: por que o Parfor ficou de fora? É porque não tem mais professor precisando do Parfor? Seja para ter o direito de fazer o seu curso de nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

superior, seja sobretudo para aquilo que é o foco do Parfor, que é dar aos professores que atuam na educação básica formação específica de nível superior, relacionada exatamente à área em que eles atuam...

Porque, se é fato que, graças a Deus, avançamos bastante, inclusive graças às políticas implantadas nesses últimos doze, treze anos, no que diz respeito à questão dos professores e professoras da educação básica terem acesso ao nível superior – é fato, avançamos bastante, e o Capes deve inclusive apresentar esses dados, o representante aqui do Capes –, mas é fato também que nós temos ainda, repito, um número considerável de nossos colegas professores e professoras da educação básica de todo o País que não tiveram oportunidade de ter a formação específica na área em que ele atua, na área exatamente em que ele leciona. E isso é fundamental, é fundamental inclusive para que a gente continue a nossa caminhada rumo àquilo que é o sonho dos professores, dos estudantes e do povo brasileiro, que é a melhoria da qualidade do ensino.

Então, eu quero aqui colocar, veja bem, que o não lançamento de edital para o Parfor presencial em 2018 decreta o fim do maior programa de formação de professores que este País já teve e revela, infelizmente, o absoluto descaso com a demanda por formação dos professores do Brasil, em especial da Amazônia – não vou falar porque Josenilda falará sobre isso melhor do que eu – e principalmente do Norte e do Nordeste. Porque é na Amazônia, no Norte e no Nordeste onde estão ainda, infelizmente, os défices mais expressivos do ponto de vista da formação continuada.

De acordo com o próprio Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor, mais de 50 mil professores da educação básica estão inscritos para fazer os cursos do Parfor e aproximadamente 50% da demanda está localizada na Região Norte do País. É importante, Josenilda, coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Parfor, que você possa discorrer mais sobre isso aqui, certo?

Bom, quero ainda aqui colocar que nós tínhamos que evitar isso. E essa é a razão pela qual a Comissão de Educação e Cultura aqui da nossa Casa, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, junto com os demais Senadores e Senadoras, tem estado atenta e vigilante. Nós temos que evitar mais esse retrocesso brutal na educação do nosso País.

Já não basta a Emenda 95, de 2016, aquela emenda que congelou os gastos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos. Aquela emenda, imagine, que tirou o piso mínimo destinado à área da educação pelos próximos 20 anos. Aliás, vocês sabem que aquela proposta do Governo ilegítimo que aí está só foi apresentada ao Congresso Nacional sob a forma de emenda à Constituição exatamente porque tinha que suspender durante 20 anos o piso mínimo destinado à área da educação, assim como os pisos mínimos destinados à saúde, etc. Luta que remontou a gerações e gerações, gerações inclusive que antecederam à nossa.

Eu estou colocando isso sempre para lembrar até porque está em curso também uma luta para revogação dessa Emenda 95, pelos reflexos que ela trouxe para as políticas sociais, inclusive no campo da educação. Claro, ela está inviabilizando o Plano Nacional de Educação. Vocês acompanharam aí o drama, o sofrimento que passaram os nossos institutos federais de educação profissional e tecnológica, o drama que passaram as nossas universidades, a educação básica. Investimento virou palavra proibida, até orçamento para custeio foi contingenciado durante o ano de 2017.

Então, veja, nós não podemos deixar que se some mais um brutal retrocesso, que é a descontinuidade do Parfor. E digo isso porque, de acordo com o Censo Escolar da educação básica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017, nós temos ainda cerca de 15% dos professores da educação básica que não têm ensino superior. Vou repetir: nós temos ainda 15% dos professores da educação básica que não têm ainda o diploma de ensino superior. E esse percentual é ainda mais relevante quando nós consideramos os professores e professoras que têm ensino superior, mas que não possuem a formação específica na área em que atuam.

Eis aqui a alma do Parfor; a essência do Parfor é, exatamente, para cuidar disso, para que o Estado brasileiro assuma o compromisso, o papel; é dever do Estado brasileiro ter uma política nacional de formação inicial e continuada para o magistério. Isso não é política de governo a, b ou c, é política de Estado. Isso está no Plano Nacional de Educação, na sua Meta 15, que diz claramente:

> Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência [...], política nacional de formação dos profissionais da educação [...], [assegurando o quê?] que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Então, meu caro Prof. Carlos Cezar, Diretor de Formação de Professores da Educação Básica da Capes; Prof. João Alfredo, representando aqui o Colégio de Pró-Reitores; Josenilda, representando aqui os Coordenadores do Parfor; Iolanda, representando aqui a Undime; Marlei, companheira, professora, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, lembrando que é a confederação que representa os sonhos e as esperanças de mais de 3 milhões de profissionais de educação pelo Brasil afora, esta audiência tem aqui exatamente esse objeto. A Comissão de Educação não poderia e não pode, de maneira nenhuma, se omitir diante de um fato que nós consideramos gravíssimo, que é a suspensão do Parfor e, portanto, a sua descontinuidade.

Esperamos, inclusive, que o MEC hoje aqui possa trazer boas notícias. Porque nós não vamos aceitar isso, de maneira nenhuma. Nós estamos aqui – repito – para deixar muito clara a nossa posição de repúdio mesmo a essa atitude do MEC de suspensão do Parfor, de descontinuidade do Parfor.

Portanto, exigimos do Ministro... Queremos, inclusive, uma audiência com o Ministro, porque queremos exigir do Ministro o cumprimento imediato da Meta 15 do Plano Nacional de Educação, trazendo de volta o Parfor. É esse o nosso objetivo.

Vamos passar, agora, imediatamente, a palavra para os nossos debatedores, para os nossos convidados.

Vamos começar por Iolanda, que traz aqui a palavra dos Dirigentes Municipais de Educação de todo o Brasil, representando a Undime.

Nós queremos aqui combinar com vocês dez minutos, mas, se houver necessidade de terem mais algum tempo, a Mesa será tolerante.

Tolerância com a educação é sempre muito bom, não é, Senadora Regina?

A SRª IOLANDA BARBOSA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Em nome da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, nós estamos aqui presentes, para dizer do nosso compromisso com a educação pública de qualidade. E ela passa exatamente pela Política Nacional de Formação de Professores, tanto a política inicial como a continuada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não há como discutir educação pública de qualidade, indicadores de educação, sem focar numa formação – e não apenas na formação. Há outras questões que estão a ela atreladas, mas o objeto desta discussão é a formação inicial, particularmente o Parfor.

Sigamos. Começamos tratando exatamente da Meta 15. A Senadora Fátima a colocou aqui muito bem.

Cumprimento todos os representantes das entidades que estão aqui, todos os participantes, os que nos ouvem neste momento e que podem interagir conosco.

A Meta 15 é muito clara, e é um dos pontos que a gente vai trabalhar, sobre regime de colaboração.

Considerando o regime de colaboração com a presença historicamente posta – porque aí a gente tem que trabalhar um processo histórico de participação das universidades públicas, sejam elas estaduais, federais ou até universidades que têm financiamento ainda com recursos públicos, mas que, enfim, não ganham essa configuração de universidade pública, que atuam no campo e que são financiadas ainda com regime... As conveniadas, que acredito que são poucas que há no País, mas que também participavam desse processo.

Mas a gente segue, considerando, dentro da Meta 15, a estratégia 15.1, o regime de colaboração. Aí, quanto ao regime de colaboração, a gente chama a pontuação direta para a presença dessas instituições, instituições públicas, conforme me referi, historicamente presentes dentro desse processo de formação inicial e continuada.

Aí, para tratar desse processo de formação inicial, quero me reportar a uma ação que aconteceu em 2004 e 2005, que, inclusive, envolveu três Estados e que, na condição... Hoje, estou Presidente da Undime Paraíba, representando a Undime Nacional, mas à época eu estava na Universidade Estadual da Paraíba, onde sou professora, onde está minha lotação.

E nós começamos, dentro de um consórcio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e com a UPE, a Universidade Estadual de Pernambuco, a oferta de cursos de licenciatura à distância – aí quero pontuar –, em face de uma demanda crescente que tínhamos de formação inicial específica para as áreas de Matemática, Física, Química e Biologia.

Naquele momento, a Capes já iniciava esse processo, dentro do governo do então Presidente Lula, e, naquela oportunidade, já se discutia – e não era algo pontual dentro daquele consórcio, mas era uma discussão nacional, que vinha de debate do plano nacional, das conferências nacionais de educação, que poderiam vir a gerar o plano nacional e que, de fato, se fortaleceram e hoje a gente tem um Plano Nacional de Educação –, e ali foi sendo traçado um processo que a gente não pode perder, que foi a presença muito forte e protagonista das universidades públicas dentro da formação inicial e continuada deste País.

Iniciação à docência. É outro ponto muito forte que está dentro do Plano Nacional de Educação e está ligado diretamente à ampliação de programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura. Aí a gente tem a experiência do Pibid. Pelo que foi dito, e de fato a gente tem acompanhado, um novo edital foi colocado. A Undime entende a importância dessa formação dos nossos professores nas licenciaturas, com uma experiência direta dentro das salas regulares de ensino, dentro do sistema público, que é o que a gente está tratando aqui, no caso mais específico, das redes municipais, que têm um número muito significativo – hoje elas aportam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente 80% das matrículas em todo o Território nacional dos anos iniciais. Na educação infantil, temos um processo de expansão que está posto na Meta 1.

Ao falar em formação inicial, a gente não pode esquecer, Senadora Fátima, demais presentes e representantes do MEC, a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, o processo de expansão da educação infantil. E falar em educação infantil é falar da necessidade de ter um professor formado, licenciado nas turmas de educação infantil, não apenas nas turmas de quatro e cinco anos, mas também de zero a três anos, conforme está posto no Plano Nacional, com cumprimento de meta de 50% até o final do decênio.

Plataforma Eletrônica. Aqui a gente teve a experiência da Plataforma Freire. Hoje a gente tem uma nova Plataforma Freire dentro dela, já se aporta um novo programa em substituição ao Parfor. Esse programa traz, na sua gênese, a formação de um quadro de professores dentro de um cadastro no qual seus currículos são aportados, professores que já possuem uma licenciatura ou que não têm uma licenciatura concluída, ou que queiram fazer uma segunda licenciatura para formação de uma demanda e oferta. Foi até estranho quando saíram os editais, mesmo havendo essa substituição, porque aí eu entendo que essa substituição é uma dinâmica muito mais de governo do que propriamente de política pública, porque continua posta, mas poderia ter ganhado outra dimensão. Tanto é que esse cadastro, os Municípios já fizeram, já validaram algumas dessas matrículas, e estamos aguardando a próxima etapa, que é o Profic.

Então, sigamos.

Programas específicos de formação. Implementar políticas específicas para formação de profissionais da educação para as escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial. Aí a gente tem de reconhecer que a oferta de cursos na Plataforma Freire, dentro do Parfor... E aí o MEC vai tratar do Profic, eu vou deixar sob atribuição direta, porque, na condição de Undime, nossa defesa é pela continuidade da formação inicial dentro de uma política nacional em que esse regime de colaboração possa continuar fortalecido e seja ampliado.

Estágio. Junto com a reforma das licenciaturas, o estágio é protagonizado também pela BNCC. Considerar a implementação da BNCC, que é um processo em curso, considerar essas discussões que nós estamos fazendo aqui de formação inicial e continuada, que está vinculada. Não há como não tratar dela e do objeto desta plenária, desta sessão, que é diretamente a descontinuidade do Parfor ou o que está posto como política de formação inicial, em que as universidades possam ter a sua presença, o seu protagonismo, e possam fortalecer uma política nacional de formação inicial que historicamente elas protagonizaram.

Então, reforma curricular das licenciaturas e estágio é uma ação que está sintonizada também com todas essas outras ações e programas em curso e são estratégias postas lá, só que a reforma curricular está vinculada à Meta 2 e à Meta 3 e a outras estratégias também dessas duas metas, que estão ligadas diretamente a processos de expansão e consolidação da educação básica, na garantia do direito à educação dos quatro aos dezessete anos. A meta da educação infantil não está aí posta. Eu faço o registro, até porque há uma preocupação crescente, inclusive nesse processo de formação, para garantir o direito da criança da educação infantil a ter em sala de aula um professor com formação específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estágio. Em sintonia com a residência pedagógica, que já era uma discussão posta, mas agora, dentro dos programas que se colocam e na articulação entre os programas, seja o Mais Alfabetização, que está com o edital aberto, inclusive os Municípios ainda estão em processo de consolidação... A base do sistema apresentou um problema nessas semanas, a única senha disponível é a dos secretários, os coordenadores ainda não podem ter acesso, mas a informação que nós recebemos do MEC é que isso será solucionado.

(*Soa a campainha.*)

A SRª IOLANDA BARBOSA DA SILVA – Enfim, nós seguimos defendendo o que sempre vamos defender: a educação pública de qualidade social. Nós temos que trazer esse elemento de qualidade social. Ela passa pela oportunidade, dentro do regime de colaboração, das garantias pactuadas historicamente e da presença dessas entidades e dessas instituições públicas no processo de formação.

Qualificação, formação inicial e formação continuada são outras estratégias que estão na Meta 15 e que estão sintonizadas diretamente com a discussão que estamos fazendo hoje.

Eu vou apresentar esses dados estatísticos de forma rápida, mas eles já sinalizam um pouco o que foi dito aqui, que eu acredito que será ampliado. Eu quero chamar atenção para este dado: hoje, no País, nós temos 74,2%... São dados oficiais de 2017, distribuição dos docentes que atuam na educação básica por nível de escolaridade, dados de Censo que nos dão suporte: nós temos 74,2% dos professores atuando nas nossas salas de aula da educação básica brasileira com curso superior completo, licenciatura específica na área em que estão atuando, que é o objeto desta nossa discussão. São 2,2 milhões de docentes que atuam na educação básica brasileira. As professoras são maioria na educação básica, e aí existe um componente de gênero muito forte, que precisa também ser trabalhado na educação básica. E eu não perco a oportunidade de fazer o registro, em face inclusive da dificuldade que temos de discussão dessa categoria dentro do processo de formação, tanto no debate da Base Nacional Comum Curricular como, anteriormente a ela, o Plano Nacional, os planos estaduais e municipais.

As professoras são maioria na educação básica, representando 80% de todos os docentes. A maior parte dessas professoras, 52,2%, possui mais de 40 anos de idade. A gente tem de tratar desse dado geracional: eu tenho uma população que está acima de 40 anos de idade e que tem formação continuada, por um período superior até a 20 anos, porque aí a gente tem de trabalhar vários governos e tem de fazer um recorte histórico. Há outro dado extremamente importante: já em fase de aposentadoria, porque muitas já estão bem próximas do cumprimento dos 25 anos. Enfim, algumas sequer têm graduação concluída, têm apenas o nível médio. Como criar um processo considerando as variáveis culturais e geracionais que deem conta de acolher esse universo, de motivá-lo? O Parfor foi determinante nesse processo, considerando a experiência do Município onde estou secretária.

Em relação à escolaridade, 78,4% dos professores que atuam na educação básica possuem nível superior completo, somando a licenciatura com o bacharelado. Nós ainda temos esse fenômeno dentro das nossas escolas.

Aqui nós temos uma tabela. Eu vou acelerar a apresentação, em face do tempo, que é curto. Nós fizemos uma classificação por grupo. Grupo 1: percentual de disciplinas que são ministradas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores com formação superior de licenciatura, considerando inclusive complementação pedagógica que aconteceu na área por disciplina, que foi algo extremamente importante dentro desse processo de formação. O Parfor contribuiu muito nesse sentido, a OAB, com programas de formação. Grupo 2: percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado.

(*Soa a campainha.*)

A SRª IOLANDA BARBOSA DA SILVA – Grupo 3: percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura em área diferente daquela que leciona. O Grupo 4 é um percentual de disciplinas que são ministradas por professores que não estão classificados em nenhuma dessas categorias. Grupo 5: percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior.

Considerando o que foi dito aqui sobre a finalidade do Parfor, do Profic, que o substitui – e aí a gente vai ter que ampliar essa discussão –, esses três grupos, 3, 4 e 5, são o nosso foco, porque, no grupo 2 o professor fez uma complementação de disciplina, ou seja, com disciplinas que dão a ele o suporte pedagógico e o habilitam àquela licenciatura, então, a gente já tem uma ação efetivada. Então, considerando os três grupos, somando ali Língua Estrangeira, pegando os anos iniciais do ensino fundamental, nós temos 28,8%; 4,1%; 23%. Eu disse exatamente os três últimos, não foi isso? Que são exatamente os três que nos interessam, percentuais de professor só com pedagogia, com formação pedagógica na disciplina em que leciona... O grupo 3 diz: percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior em licenciatura com complementação. O grupo 2 são professores com formação sem complementação. Então, a gente já faz o recorte do grupo 3 e trabalha o grupo 2, o grupo 4 e o grupo 5. Para ser mais específica: grupo 2, 1,4%; grupo 4, 4,1%; último grupo, que não tem formação nenhuma, 23,7%. Somados esses percentuais, aproxima-se de 30%. A gente também pode fazer nas demais disciplinas, estou pegando só Língua Estrangeira. Considerando as demais disciplinas que compõem, a gente tem anos iniciais, mas elas são oferecidas diretamente nos anos finais e no ensino médio. Então, consideradas essas disciplinas, a gente já tem um percentual próximo de 30%. Então, é algo que já mostra objetivamente uma demanda, um problema histórico: nós ainda temos professores que precisam desse suporte de formação e de uma política nacional que chegue a essa universalização, conforme está posto no Plano Nacional de Educação.

Eu pulei essa daqui. Anos iniciais, anos finais, ensino médio. Aí nós vamos diretamente para a formação de professores, o Parfor e a proposta de substituição do Parfor pelo Profic. A posição da Undime é defender a ampliação do Profic, antigo Parfor. Quando ela diz isso, ela defende, desde que as condições postas, que historicamente construíram e efetivaram uma política de formação de garantia, de formação e de direito também dos alunos... Porque a gente não pode trabalhar política de formação do professor dissociada do direito de aprender do aluno. Como ele tem o direito de aprender efetivado se não tem um professor com formação específica voltado à demanda de cada etapa, ano/série, considerando habilidades e competências próprias a cada etapa, considerando os anos iniciais, alfabetização, o ciclo de alfabetização, o letramento, 4º e 5º ano e anos finais, o aprofundamento por competências e conhecimentos dos anos finais em disciplinas específicas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª IOLANDA BARBOSA DA SILVA – No Profic, os professores em exercício na rede pública de educação básica têm acesso, após cadastro e seleção... Lembram aquilo que eu disse? Há todo um aporte inclusive de formação de banco de dados para que surja uma demanda e uma oferta. Licenciatura em diferentes áreas; educação infantil; alfabetização; Matemática e Língua Portuguesa; Matemática em especialização. Vejam só: a licenciatura foca na graduação em Pedagogia, em licenciaturas específicas, mas há um aporte de especializações na educação infantil, alfabetização; Matemática e Língua Portuguesa; Matemática e só em Língua Portuguesa. Aí a gente precisa problematizar isso considerando a oportunidade e a experiência das universidades públicas também em produção de material didático, porque isso foi muito rico inclusive na própria concepção, que diz respeito à operacionalização que tivemos recentemente, dentro do ciclo de alfabetização, com um programa de alfabetização que esteve em curso no País, que foi modificado, a que as universidades públicas deram uma contribuição imensa na produção de material didático e também na formação e acompanhamento dos professores, o PNAIC.

Por fim, a Undime chama atenção para as mudanças na Plataforma Freire, a demanda por essa formação inicial, a questão relacionada a esses currículos e a presença urgente dentro de uma discussão mais ampla, inclusive de fórum e de comitês próprios, com presença de todas essas universidades públicas, de modo a discutir essas questões. Um dos caminhos já estamos iniciando aqui, mas a Undime também reconhece um esforço pela continuidade dessa política. Agora, o que estranhamos é o fato da presença das universidades. Aí é um recorte muito particular da Profª Iolanda, que, neste momento, eu faço, como Presidente da Undime Paraíba, em relação à ausência de um edital que trate exatamente dessa questão, apesar de o Profic já dizer que, na etapa seguinte, essa demanda será ofertada. Aí é o MEC é quem irá nos dizer como isso vai acontecer – se esse edital vai sair, como será a configuração do Profic.

O objetivo desse sistema era levantamento da demanda, o que está posto, inclusive, no portal do MEC. Até final de novembro passado, já havia este número aqui de currículo no sistema.

A Undime sugere que esse cadastro seja validado por meio de outros mecanismos, e, por isso, eu fiz essa fala no sentido do recorte para a necessária discussão, inclusive com fóruns, segmentos que atuam diretamente na defesa da educação básica e na execução das políticas, a exemplo das universidades públicas neste País e dos institutos federais, que também atuaram dentro desses processos de formação.

(*Soa a campainha.*)

A SRª IOLANDA BARBOSA DA SILVA – Por fim, a Undime sugere que esse cadastro seja validado por outros mecanismos e que haja maior oferta de cursos para poder atender à real demanda dos Municípios. Além disso, a formação inicial e continuada também deve ocorrer de maneira presencial. Aí é uma defesa nossa. Percebemos que o recorte está todo voltado para uma demanda. Eu fiz um recorte inicial de fala na educação à distância, para dizer que, naquele contexto histórico, tínhamos essa urgência. Agora, dentro de uma política nacional estruturada, que é chamada como responsabilidade para o Poder Público assumir na forma de política pública, precisamos valorizar a formação presencial dentro da formação dos nossos professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, defendemos um acordo de cooperação técnica e um comitê de articulação de formação docente em todos os Estados, voltados diretamente às demandas específicas da formação inicial e continuada.

Muito obrigada a todos e a todas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Profª Iolanda, Presidente da Undime da Paraíba, que falou aqui em nome da Undime nacional. Agradeço aqui pela sua valiosa contribuição ao debate.

Imediatamente, vamos passar a palavra para a Profª Marlei, que é a Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A SRª MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – Bom dia a todos e todas.

Eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra por esta audiência e por estar conosco em todas as lutas em defesa da democracia e em defesa da educação pública em nosso País.

Eu sou professora, pedagoga, de Língua Portuguesa, da rede estadual de ensino básico do Estado do Paraná e hoje estou na Vice-Presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação.

Eu vou começar a minha fala dizendo que, para nós, da educação básica, é uma satisfação muito grande quando nós estamos numa audiência ou num debate de aproximação, o que tivemos nesse último período, com o ensino superior. Eu sempre digo que, desde a minha licenciatura, nós, da educação básica, os profissionais, os professores e também os funcionários de escola, no último período, sempre reivindicamos essa aproximação e o retorno das redes públicas de ensino do País às universidades, o que é raro. Então, essa reaproximação que nós tivemos, através dessas políticas no último período, é demasiadamente importante para nós, profissionais da educação básica.

Eu quero também dizer que a minha fala vai estar muito pautada – até a Profª Iolanda já fez um contexto geral, a Senadora Fátima Bezerra também –, neste momento, na nossa indignação com as várias rupturas de um processo acumulado que vínhamos tendo nos últimos 12 anos. Não tínhamos feito nenhuma revolução ainda no processo educacional brasileiro, mas posso dizer que o retrocesso de hoje nos coloca cem anos atrás. Isso deixa-nos – nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação – demasiadamente tristes, indignados e muito preocupados com o futuro da educação básica e também do ensino superior no nosso País. Então, não é possível para nós, da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação, fazer uma fala dissociada dos problemas que o período histórico hoje nos impõe.

Eu quero citar a primeira medida deste Governo, que foi a reformulação do ensino médio, que ainda não foi concluída, mas que, para nós, realiza o maior distanciamento da nossa juventude ao acesso integral à formação em ensino médio, a privatização e as caracterizações que impõem a BNCC junto à reformulação do ensino médio.

Também queremos dizer da Emenda Constitucional 95, porque também não é possível falar da ruptura do Parfor, neste momento, que é uma necessidade histórica do nosso País diante dos números apresentados, sendo que vou apresentar também mais alguns, sem falar aqui da Emenda Constitucional 95. Como a Senadora Fátima Bezerra já disse, nós, no País, ampliaremos o processo de luta pela revogação dessa emenda, porque nós temos uma lei aprovada, que é a Lei 13.005, Plano Nacional de Educação, que nos coloca a marchar para 10% do PIB e não para retroagir, como está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posto neste momento, em termos um teto. Eu quero falar também que essa ruptura do Parfor e da formação inicial presencial, para nós, da educação básica no País, é um descaso total com os pilares que movimentam todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação, dos docentes e também dos funcionários de escola.

Primeiro, quero dizer que há uma ruptura nesse processo do Governo, uma ruptura com os profissionais da educação. A Meta 16, que é a meta que fala dos funcionários e funcionárias da educação, não será cumprida. Nós estamos falando de uma política nacional de formação para professores, o que significa dizer que há uma meta do PNE que foi excluída, que são os mais de 2,4 milhões de servidores da educação, funcionários da educação, como nós caracterizamos, dos quais somente 100 mil no País, segundo o Censo de 2016, têm formação em nível técnico. Primeiro, nós dizemos que há uma interrupção e uma ruptura com esse processo da formação.

A segunda ruptura é no que nós chamamos dos pilares que nós sempre defendemos na educação. Quais são esses pilares? Nós temos a valorização do profissional da educação, ou seja, uma política de piso, carreira – através de concurso público e uma carreira efetiva –, a formação inicial e continuada e as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Nesse sentido, nós somos hoje mais de 2,2 milhões de docentes em exercício na rede pública básica no País. Destes, 6 mil têm somente ensino fundamental. Mais de 480 mil têm somente o normal, a formação em magistério, a formação docente; 1,7 milhão têm curso superior, dos quais 95 mil são bacharéis. Então, não é possível entender, neste momento, que mais um programa que vinha num processo de ascenso, juntamente com os programas já referenciados nas universidades públicas e nos institutos seja interrompido. Nós temos um processo secular na formação dos professores, mais especificamente das professoras, porque a sua grande maioria, como já se especificou aqui, são mulheres do nosso País, que não tiveram – e não porque não quiseram – as condições de frequentar as universidades, até porque não tínhamos esse acesso de forma bastante contundente, a ampliação que nós tivemos nesse último período.

Também refutamos o processo de reformulação das licenciaturas, que obviamente estão pautadas e estarão pautadas na reformulação da própria Base Nacional Comum Curricular, que na nossa avaliação tem um processo de ruptura com a formação histórica dos profissionais da educação que nós sempre tivemos no nosso País, e que leva a um currículo alinhado à mercantilização, e também a um currículo alinhado às avaliações de larga escala, visando simplesmente – e é muito duro dizer isso – aos resultados para o PISA e as demais formações de larga escala. Nós entendemos também que é preciso retomar esse processo. Então nós, da CNTE, temos realizado diversos debates, diversas conferências, temos feito a confrontação – quero aqui dizer também –, mesmo tendo os nossos espaços cassados por esse Governo. O que estou dizendo com os nossos espaços cassados? Nós fomos destituídos do Conselho Nacional de Educação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – Nós tivemos o Fórum Nacional de Educação também destituído dentro das perspectivas que nós sempre defendemos e conquistamos, do art. 5º da Lei nº 13.005, que é o Plano Nacional de Educação, neste último período. A nossa maior conquista histórica, além de muitas, que foram as Conferências Nacionais de Educação, estão interrompidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento, infelizmente. Nós vamos utilizar as CONAEs e nós estamos realizando as Conferências Populares de Educação em um esforço coletivo do campo educacional progressista de esquerda e de muitos outros que neste momento se somam a este debate.

Então, Senadora Fátima Bezerra, que já conhece essa luta histórica, ainda temos a preocupação do Fundeb, que expira em 2020...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – ... e há também a iniciativa de vários Estados, através dos seus governos, de uma interrupção do nosso piso nacional salarial, o que significa dizer que a formação inicial para nós, através do Parfor, que é uma política extremamente importante para que tenhamos educação pública de qualidade, alinhada a todas essas propostas de valorização dos profissionais de educação, neste momento estão interrompidas. Para nós, da educação básica, principalmente da CNTE, nos coloca a cada vez mais estarmos em marcha na defesa dos profissionais da educação, da valorização profissional, da formação inicial e continuada, do piso nacional profissional salarial, assim como das condições de trabalho e da saúde que os nossos educadores no País...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – ... vêm enfrentando de forma muito difícil e complexa neste momento, mas sem deixar de entender que temos um processo histórico bastante efetivo, que estamos nas ruas e que vamos ultrapassar esse período e vencer mais essa batalha, porque é necessário que os nossos meninos e meninas, jovens e adultos, crianças tenham o direito a uma educação pública de qualidade, universal, laica, gratuita para todos e todas.

Fico à disposição para o debate.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Profª Marlei, que traz importante contribuição em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. A Profª Marlei já faz aqui o chamamento para a Conferência Popular de Educação, convocada para os dias 24 a 26 de maio, que está sendo precedida das conferências estaduais, das conferências intermunicipais, das conferências livres. Creio que a Conferência Nacional Popular de Educação, ousadia, esforço e empenho do Fórum Nacional Popular de Educação, será um momento, um marco muito importante no que diz respeito à luta em defesa da educação pública.

Eu quero, com muita satisfação também, agora ouvir o Prof. João Alfredo Braida, Presidente do Colégio de Pró-Reitores de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Cograd).

Professor, qual é o Estado?

O SR. JOÃO ALFREDO BRAIDA – Santa Catarina.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Prof. João Alfredo com a palavra.

O SR. JOÃO ALFREDO BRAIDA – Bom dia a todos e todas, em especial à Senadora Fátima Bezerra, em nome de quem agradeço a oportunidade de, em nome do Cograd-Andifes, estar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatendo sobre tema tão caro. Agradeço à Comissão de Educação, Cultura e Esporte por propiciar ao Cograd esta oportunidade de estar participando deste debate.

Eu sou Presidente do Colégio de Pró-Reitores de Graduação das Instituições Federais de Educação Superior vinculadas à Andifes. São 65 instituições, das quais 63 universidades federais e dois CEFETs. Sou Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que tem sede em Chapecó, Santa Catarina, universidade que tem a maior reserva de vagas da educação superior para estudantes egressos do ensino médio público. Nossa cota gira em torno de 86% a 89% das vagas em todos os cursos, a depender do Estado onde está localizada a oferta do curso. Por conta disso, temos hoje 92% a 93% dos estudantes matriculados na universidade, estudantes que fizeram todo o ensino médio em escolas públicas, inclusive – destaco – nos dois cursos de Medicina. Também por conta disso, em torno de 50% – um pouco mais de 50% – dos nossos estudantes são estudantes de famílias com renda *per capita* menor que 1,5 salário mínimo. Estamos falando, portanto, de uma universidade que atende filhos e filhas de trabalhadores deste País, e atende especialmente estudantes vindos da escola pública. É por isso que este debate que estamos fazendo aqui para nós também é muito importante, porque é desse estudante que nós estamos falando. São esses estudantes que são atendidos por esse cenário da educação apresentado aqui pelas colegas que me antecederam.

Mas falo aqui não em nome só da Universidade Federal da Fronteira Sul; falo em nome do Cograd, da Andifes. Das 65 instituições hoje, estão ofertando programas vinculados ao Parfor, cursos vinculados ao Parfor, 28 instituições. Mas havia – digo isso porque a UFFS se prepara para isso – a intenção de outras universidades federais ingressarem no Parfor. Por tudo isso, nos preocupa e nos surpreendeu muito o anúncio, já no final do ano passado, do fim do Parfor, sendo substituído pelo Profic, mas não exatamente da mesma forma, como vinha atuando, especialmente porque o Parfor é presencial. E surpreendeu mais ainda porque no início deste ano, como já disse a Senadora Fátima Bezerra, quando saíram editais vinculados à formação de professores, não vimos ali o edital do Parfor. De certa forma, isso já era anunciado, mas também não vimos como efetivamente serão continuados os programas e as políticas de formação de professores. Surpreende-nos porque acabar com um programa da envergadura que é o Parfor, que tem a capilaridade que tem o Parfor, atingindo todas as regiões, todos os Estados, cerca de 600 Municípios deste País, que já formou cerca de 30 mil professores... Surpreende-nos porque acabar com um programa desse, ou não continuar um programa desse, descontinuá-lo neste momento... Seria preciso entender as razões disso, e também não temos claro o que aconteceu. O Parfor já atingiu todos os seus objetivos? Essa é a nossa dúvida. Os números mostram que não, que nós temos cerca de 500 mil professores atuando na educação básica que ou não têm formação superior ou não têm formação na área de atuação. Então, nós não estamos falando de qualquer coisa. E nós não estamos falando, embora tenho sido já sinalizado nas falas que me antecederam, de um problema localizado em alguma região deste País. Nós estamos falando de um problema que atinge todas as regiões do País. Embora exista uma concentração maior de professores sem formação nas Regiões Norte e Nordeste, isso acontece em todas as regiões do País, inclusive nas periferias das capitais da maioria dos Estados brasileiros. Ali teremos professores que não têm formação superior ou que não têm formação na área em que atuam. Então, nós não estamos falando de um problema localizado; nós estamos falando de um problema nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos falando de um programa que tem vinculação direta com a Meta 15, como já destacado por quem me antecedeu nas falas, mas não só com a Meta 15: com a Meta 1, com a Meta 7, com a Meta 8, com a Meta 9 e, de maneira geral, com todas as metas que dizem respeito à qualificação e ampliação da educação básica no Brasil.

Então, podemos dizer que, se o programa não atingiu todos os seus objetivos, poderia haver outra razão que justificasse a sua descontinuidade, como, por exemplo, dizer: as universidades, as instituições com quem precisamos trabalhar não querem mais. Mas isso também não é verdade. Está aqui a Josenilda, representando todas as instituições que hoje atuam com o Parfor, que são mais de cem instituições de ensino, e todas elas estão empenhadas em dizer que querem continuar no Parfor. E como disse já, outras que não estão atuando no Parfor também querem atuar no Parfor, têm intenção de atuar no Parfor. Então, também não é porque não há com quem trabalhar em regime de cooperação que se está descontinuando o Parfor neste momento.

Poderíamos dizer que o Parfor já formou – já disse isso – todos aqueles que precisariam se formar. Não é por aí.

Então, são essas razões que angustiam e preocupam os pró-reitores de graduação das universidades federais e dos CEFETs, quando neste ano não vimos a continuação do Parfor mediante a publicação de novos editais, mediante a indicação de quais recursos, efetivamente, e como efetivamente continuaremos a fazer este trabalho que ainda é tão necessário para minimamente fazer a mudança de que necessitamos no que se refere à educação brasileira, porque não há jeito: a mudança do cenário educacional brasileiro se faz com a formação de professores. Não há outra maneira, não há outro jeito.

E os dados mostram, primeiro, isto: que há um percentual significativo de professores que não têm a formação adequada, que há um número significativo de professores que estão atuando hoje e que estão na iminência de se aposentar – ou muito próximos a isso. E os dados mostram ainda que hoje, em função da forma como tratamos o profissional da educação básica brasileira, não há atração para a formação do número necessário de professores para dar conta das metas do Plano Nacional de Educação.

Por conta disso, os nossos cursos de licenciatura são cursos de altíssima evasão e, inclusive, de baixa procura, porque a juventude brasileira não vê a atuação como professor como possibilidade efetiva de alcançar qualidade de vida e de cooperar efetivamente para a transformação deste País, porque as políticas nacionais, de maneira geral, tratam o professor como um profissional de segunda ou de terceira categoria.

Então, por conta disso, quero aqui deixar registrada a nossa preocupação, como Cograd, com os rumos que estão sendo delineados para o tratamento dessa questão tão cara a todos nós.

E gostaria, sim, de compreender e entender o porquê da descontinuidade do Parfor e como efetivamente nós poderemos continuar cooperando neste processo.

É isso, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer aqui ao Prof. João Alfredo pela importante colaboração. Afinal de contas, ele traz aqui o ponto de vista das instituições federais de ensino superior, que tiveram um papel fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na implementação desse programa dentro daquilo que preconiza, inclusive, o nosso próprio Plano Nacional de Educação, através da sua Meta 15, que é o chamado regime de colaboração.

Desejo, Prof. João Alfredo, e espero que as nossas universidades, os nossos institutos federais, pela experiência que têm, pela *expertise* que têm nessa área de formação inicial e continuada, possam, com a volta do Parfor, continuar exercendo esse papel protagonista, repito, no que diz respeito ao plano nacional de formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica.

Vamos passar agora a palavra, também com muita alegria, à Profª Josenilda, que é a Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

A SRª JOSENILDA MAUÉS – Bom dia a todos e a todas.

O ForParfor, que é o fórum que reúne os coordenadores institucionais do Parfor nas instituições de ensino superior brasileiras, considera este mais um momento importante de fazer uma interlocução com as diferentes entidades envolvidas com a discussão e com as práticas no interior das políticas de formação docente no País.

Isso é muito importante num momento de extrema responsabilização dos docentes pelos resultados, pela insuficiência dos resultados na educação, por um anúncio de um conjunto de medidas, no dizer do Ministro à época, simples, práticas e revolucionárias, que requerem, cada vez mais, o investimento na formação das pessoas que lá estão, na escola – como demonstram os dados, perto de 25% não têm a formação. Como lembrava o Prof. Frigotto, quem vai educar a escolha dos jovens diante da tão propalada reforma do ensino médio?

Gostaria de reafirmar a pertinência da temática de uma descontinuidade do Parfor e gostaria de justificar esse meu raciocínio.

O Parfor vem desde 2009, com a capilaridade já colocada aqui, significando um reencontro vigoroso das instituições de ensino superior com aquilo que acontece efetivamente na vida, nas condições de trabalho dos professores e das professoras, que estão, em sua maioria, nas escolas públicas deste País. Não naquelas que estão nas lentes, mas naquelas que estão nos lugares nos quais provavelmente, quando se anunciou a política, não se tenha pensado: as que estão nas vicinais, que estão nas margens dos rios, que estão nas margens das estradas, que estão nos remanescentes dos quilombolas, que estão em lugares, inclusive, isolados energeticamente, para quem educação a distância não faria o mínimo sentido.

Então, eu gostaria de reafirmar esse raciocínio em termos de que vem, sim, acontecendo uma descontinuidade nesse programa de formação.

Poderíamos dizer: mas está garantido o financiamento para as turmas em funcionamento. Isso certamente é o mínimo que se poderia garantir em termos de uma responsabilidade social de um conjunto de pessoas que foram convocadas a fazer parte, destinar grande parte da sua força, da sua energia para realizar esses cursos.

Porém, desde o ano de 2015, nós temos, sim, descontinuidades: descontinuidade da oferta de novas turmas; descontinuidade no volume de recursos; descontinuidade na aproximação das metas do Plano Nacional de Educação já aqui elencadas e para as quais o Parfor, na modalidade presencial, contribui substantivamente; descontinuidade em termos do direito à formação desses professores que se encontram em exercício na escola básica, como uma ação pública do Estado brasileiro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

descontinuidade da escuta nas redes por um redirecionamento do processo de abertura da Plataforma Freire, extremamente difícil para esse público que compõe o Parfor, que certamente acorreria em número muito maior caso tivessem sido pensadas as condições objetivas de formação, de vida e trabalho desses sujeitos nos locais mais recônditos deste País; descontinuidade na ausência de uma medida efetiva quando do anúncio das novas medidas de política para a formação docente. O que foi apresentado foi o Pibid, o Pibic, vagas residuais do Prouni e a modalidade a distância, que certamente, para esse público de que falamos, provavelmente faz algum sentido, pois alguns poderão acorrer à educação a distância, mas certamente será um número ínfimo, e não com os resultados que efetivamente o Parfor vem demonstrando. Como colocamos na audiência pública passada, em torno de 20% é o que nós temos de evasão e desistência dos cursos.

É descontinuidade também no sentido dessa aproximação efetiva das redes com a educação básica, porque o Parfor não somente significou a presença desses professores, mas significou uma densa movimentação das instituições do ensino superior no sentido de reverem seus projetos pedagógicos, no sentido de reverem o *locus* de formação, no sentido de uma relação íntima com o outro público constituído por sujeitos, em sua maioria mulheres, e no sentido de pensarem nas condições objetivas desses sujeitos e, assim, pensar tempos, espaços, projetos pedagógicos e, com isso, aprender e voltar-se para uma meta que é frequentemente esquecida no PNE, que é a Meta 12, dizer dessa aproximação das instituições de ensino superior com a educação básica e com a busca de elementos inovadores a partir dessa relação. Não é um favor das universidades para esse público. Nós aprendemos efetivamente como, de fato, reconfigurar aquilo que se chama efetivamente de licenciatura, afastando-se da tradição e do formato bacharelesco, que grassa nas nossas universidades.

Portanto, poderíamos dizer que não há descontinuidade do programa? Que anúncio foi feito em relação a esse público na política anunciada? Em que medida o que foi anunciado efetivamente se aproxima do que eu estou chamando aqui como elementos de descontinuidade? Então, eu reafirmo o fato de que há, sim, descontinuidade e ela pode ser identificada nesses diferentes elementos.

Segundo: é preciso dizer que, em mais um momento, nós estamos diante do fato de que a formação de professores vem atrelada a um conjunto de medidas que se colocam, no mais das vezes, sem ampla discussão com aqueles que pensam, militam e estão também no interior das universidades. Ou seja, apesar de termos uma resolução de 2015 que, em grande medida, consubstancia as discussões e os debates sobre uma formação densa dos professores da educação básica, mais uma vez, nós somos chamados agora a adequar os processos de formação dos professores a uma Base Nacional Comum Curricular, cujas limitações nós não teríamos tempo aqui para discutir. Mais uma vez, nós vamos a reboque disso; mais uma vez, o processo identitário desses docentes é chamado a se adequar a um conjunto de medidas, no mínimo, questionáveis.

É preciso dizer que a luta do ForParfor não é pela mera abertura de um edital. Aliás, uma das descontinuidades que eu me esqueci de mencionar anteriormente diz respeito à forma como se lidava com o Parfor, quer dizer, nós nos aproximamos agora da política de editais que não era praticada no Parfor, que é uma lógica que coloca obviamente a educação como um serviço a ser disputado pelas instituições. E isso se mantivermos aquela lógica do Parfor, que era trabalhar com as instituições de ensino superior públicas e as comunitárias. Desejamos que assim aconteça, porque a lógica dos demais editais vem apontando para outras inserções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma luta mais ampla, é uma luta por uma política orgânica de formação inicial e continuada dos professores, por uma formação que se alie ao desenvolvimento profissional dos professores, à valorização, à carreira, ou seja, não é a luta por um edital.

Mesmo que consideremos os dados que temos hoje na Plataforma Freire, no mínimo esse edital poderia apresentar 350 turmas do curso de Pedagogia. É o mínimo que, com os dados restritos que conseguimos registrar na plataforma, poderíamos constituir, já que o anúncio que temos é que o edital voltar-se-á para Pedagogia, que tem certamente a maior demanda, e para as especializações, sobretudo aquelas adequadas à Base Nacional Comum Curricular.

Então, é preciso deixar claro que a preocupação desse fórum é maior do que isso, é maior do que a definição de um pequeno edital. É, sim, para que se apresente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOSENILDA MAUÉS – ... para que se apresente uma política orgânica e que se anuncie isso claramente. Parece-me que, até o momento, nenhuma instituição de ensino superior recebeu oficialmente algum tipo de comunicação de que nós teríamos algum desses editais.

Eu acho que preciso ter...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Não. Eu já pedi aqui, exatamente...

A SRª JOSENILDA MAUÉS – Então, eu poderia fechar a minha fala dizendo isto: é preciso, sim, colocar essa luta do ForParfor como uma luta mais ampla, e é uma luta que, ao mesmo tempo em que denuncia os vários sinais de descontinuidade nessa política, reconhece a importância, a capilaridade, o sentido do Parfor como ação presencial de formação de professores que considera as condições objetivas de trabalho e de vida dessas pessoas – hoje são em torno de 24% sem formação nas redes básicas de ensino –, e desejar que, sim, nós tenhamos aqui, por parte da DEB, por parte do MEC, o anúncio de uma política vigorosa, como tem sido desde o início, quando nos aliamos ao Plano Nacional de Formação de Professores.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer a contribuição valiosa da Profª Josenilda, que aqui falou em nome do Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor. Permita-me dizer que, portanto, fala com muita propriedade pela vivência exatamente que ela tem.

Nós vamos agora passar a palavra para o Carlos Cezar Modernel Lenuzza, que representa aqui o MEC, na condição de Diretor de Formação de Professores da Educação Básica da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Com a palavra Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Acho que é bom dia ainda, pelo horário. Bom dia a todos e a todas.

Senadora Fátima Bezerra, em diversas situações, tenho acompanhado o seu trabalho em defesa da educação. Desde novembro, tenho acumulado a Diretoria de Educação Básica da Capes e a Diretoria da Educação a Distância. Estou à frente da diretoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os nossos maiores programas: Pibid, Residência Pedagógica, Universidade Aberta do Brasil e Parfor.

A Senadora Regina, que estava até agora presente, é também incansável na defesa das coisas da educação.

Cumprimento os componentes da Mesa.

Primeiro, eu acho importante nós estarmos aqui sob a mesma pauta; vamos todos defender que não termine o Parfor. Há algum estranhamento no sentido de que jamais anunciamos que ia terminar o Parfor. Primeiro, vou avançar nesse caminho para depois dizer: nós temos como lutar juntos – isso, sim – para ampliar o nosso orçamento para que o Parfor seja aprimorado na ideia de construir um Profic e para que até a sua capacidade de atendimento também seja majorada. É o que eu tenho feito à frente da diretoria, inicialmente na Diretoria de Educação a Distância, sobre a qual cabe um depoimento.

Tenho total conhecimento de que a UAB, com toda a sua importância, e todas as instituições, inclusive, que participam do Parfor, são aderentes à Universidade Aberta do Brasil. Portanto, é difícil desconsiderar a importância do programa. Mas nós temos, até pela experiência de dois anos à frente da Universidade Aberta do Brasil, absoluta certeza de que, em determinadas situações em que o Parfor atinge a formação de professores, a Universidade Aberta do Brasil não a atinge. Nós temos essa certeza porque atuamos com a Universidade Aberta há dois anos.

Inclusive, estamos tentando aprimorar um projeto das comunidades ribeirinhas, em parceria com o Exército Brasileiro, porque nós temos problemas gravíssimos no Brasil de conectividade. Estamos lutando junto ao Governo Federal, no Plano Nacional de Conectividade, que tenta reverter processos, inclusive nos setores de telefonia, que, à época das concessões em cima de uma realidade estabelecida, estabelecia uma contrapartida de ampliação de redes, mas através de orelhão, quer dizer, hoje não existe isso. Então, existe toda uma discussão, inclusive no Congresso Nacional, para alteração da lei, para que parte dessa contrapartida esteja vinculada à questão da conectividade. E, aí, inclusive, conseguimos estabelecer, na possibilidade de texto, que as nossas instituições públicas e polos da Universidade Aberta do Brasil e outros locais onde nós temos oferta sejam parte desse processo de ampliação da conectividade.

Portanto, conhecemos bem a realidade do Parfor. E aceitamos as críticas que possamos debater no sentido de que elas coincidam com aquilo que defendemos, mas em nenhum momento defendemos o fim do Parfor. Em nenhum momento! Em nenhum momento esse assunto esteve na pauta. Eu estranhei muito isso, mas o importante é que, numa realidade como esta que a Senadora nos oportuniza, exatamente vamos debater o que está havendo; daqui a pouco alguma coisa no campo da informação, daqui a pouco alguma coisa no campo de que: "Olha, poderíamos fazer um Parfor melhor, poderíamos obter mais recursos para o Parfor" – e nisso acho que somos parceiros todos. Mas, em nenhum momento, esse assunto esteve na pauta.

O que se tem tentado estabelecer é ampliar a condição atual do Parfor, que limita a formação inicial, para que pelo menos parte das turmas também se dê em educação continuada, como até já foi feito – eu trouxe alguns dados, mas são todos repetidos –, o que a representante da Undime mostrou claramente. Quer dizer, o importante é que a nossa Política Nacional de Formação de Professores, ao contrário do que foi dito aqui... Porque se confunde o momento do anúncio da Política Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Formação de Professores com o anúncio de fevereiro, que foram os editais lançados. Na Política Nacional de Formação de Professores – e esses arquivos estão gravados inclusive em vídeos no Ministério da Educação –, desde o primeiro momento, no anúncio nós falamos Parfor-Profic; no anúncio do Programa Nacional de Formação de Professores, feito no Dia do Professor pelo Ministro Mendonça.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas – só para colaborar aqui com o debate, Carlos –, veja bem, em fevereiro, vocês anunciaram 190 mil vagas...

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Em três editais.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, em três editais.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Mas, em nenhum momento, dissemos que não teríamos os editais.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, mas aí...

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Mas concordo, Senadora. Então, se o problema foi comunicação, e a gente estabelecer isso...

Bem, nós tivemos recentemente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei. Deixe-me só concluir, por favor.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Veja bem, vocês, em fevereiro, anunciam o conjunto dos editais, com 190 mil vagas; 45 mil para o Pibid, 45 mil para a chamada residência pedagógica e 100 mil para a UAB a distância. E não havia nenhuma linha com relação ao Parfor.

Então, é natural, Carlos, que, pela relevância, pela importância que tem o Parfor, em matéria de política de formação dos profissionais da educação básica, isso gerasse toda essa apreensão em todo o País, considerando, inclusive, que ela foi – como Josenilda inclusive chamou a atenção aqui – uma política exitosa em curso; uma política toda sintonizada inclusive com as nossas legislações, como a LDB e o Plano Nacional de Educação; e, mais do que isso, uma política que não carece de edital, feita de maneira muito eficaz com as nossas instituições de ensino superior.

Então, eu quero aqui neste momento colaborar...

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque, na hora em que vocês laçam três editais e não dão uma linha sequer para o Parfor – e até o presente momento não há uma posição clara do MEC –, gera-se toda essa apreensão. Afinal de contas, está suspenso? Vai ser extinto ou não?

Por isso, repito – e devolvo a palavra a você –, a importância sua aqui neste exato momento, espero, para nos dar tranquilidade não só de que o Parfor não será extinto, não só de que ele terá continuidade, mas para discutir como é esse Parfor, qual o conteúdo dele e o perfil do Parfor.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Bem, para ganharmos tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Desconte o tempo aí que eu usei.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Não... A senhora mesma falou que haveria alguma flexibilidade para que a gente fizesse o debate, e a senhora pode intervir se achar necessário. O importante é que a gente saia com os esclarecimentos necessários.

A nossa ideia, nesse primeiro momento, era agregar ao Parfor a formação continuada, já que ela está limitada à formação inicial – mas nós não vamos atrasar o processo do lançamento do edital –, a partir da nossa capacidade orçamentária. Em todos os momentos em que fomos cobrados, desde que assumi a Diretoria de Educação Básica, nós assumimos o compromisso de que nenhum centavo seria retirado do programa; nós iríamos lutar por mais, e continuamos lutando. Então, a nossa capacidade orçamentária está prevista e é pública. Desde a aprovação do orçamento de 2018, nós temos R$104 milhões previstos para o programa, o que faz com que nós tenhamos a manutenção das turmas em andamento; e, do excedente, lançaremos, sim, editais. Nós queremos ocupar 100% da capacidade orçamentária. Nós queremos até, ao contrário, tentar, se possível – sabemos que o momento não é fácil –, buscar algum orçamento maior para fazer coisas mais ambiciosas.

Nesse sentido, nós vamos lançar, primeiro, uma publicação da portaria. A nossa ideia já era, com a publicação da portaria, tentar agregar a questão do Profic, mas, como as condições jurídicas e burocráticas podem atrasar demais o processo – e não é nossa intenção –, nós vamos manter rigorosamente o Parfor da forma que está, apenas desburocratizando algumas situações.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Essa portaria sai em maio de 2018, e o edital sai em 18 de 2018, já com início de atividades em setembro. Lembrando: recomposições! Porque em nenhum momento parou. Isso a Presidente aqui do Parfor fez questão de reafirmar, e é fato; os dados aqui apresentados demonstram. A gente só trouxe atualizado para abril – de repente há alguma questão de mês puxando a plataforma. Nós temos 22.506 alunos cursando, com total garantia, mas não só a garantia de que esses alunos continuam, como também no lançamento do edital.

Então, lançaremos o edital do Parfor...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em maio? Dia 18...

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Lançaremos a reformulação da portaria em maio...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Da forma que está. Lançaremos a publicação da portaria do Parfor da forma que está. Lançamento do edital: junho de 2018, da forma que está. A alteração prevista não seria para transformar o Parfor em outra modalidade. Acabei de dizer. Nós acabamos de lançar um programa, um edital da Universidade Aberta do Brasil.

Aqui cabe até uma reflexão quanto ao que se fala de descontinuidade de política pública. Quando eu assumi, Senadora, a Diretoria de Educação a Distância, havia dois anos e seis meses sem oferta de vagas na Universidade Aberta do Brasil; claramente uma política de fechamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Universidade Aberta do Brasil. Mais de 300 polos, no interior do Brasil, fecharam suas portas por não haver mais alunos quando nós assumimos. Nós assumimos em abril a Universidade Aberta do Brasil – final de abril, início de maio – com 43 mil alunos ativos. Terminamos esse ano com 203 mil alunos ativos e um edital de mais de 100 mil. Nós sabemos que os números da Universidade Aberta do Brasil são maiores porque exatamente são para toda a população carente do Brasil, independentemente da questão da localidade, porque ela tem acesso às grandes áreas, às favelas brasileiras. Então, são essas situações se que atingem, e, por consequência, o programa tem o tamanho que tem. E isso demonstra que em nenhum momento se fez a questão da descontinuidade.

Também passei de novembro, desde que assumi, três meses respondendo à questão de que iríamos terminar com o Pibid: "Este Governo vai terminar com o Pibid", "terminou o Pibid", "acabou o Pibid". Agora se fala: "Lançaram o edital do Pibid, mas faltou o edital de outras situações". Gostaríamos, sim, de responder sobre as coisas que fazemos. Agora, simplesmente, se colocar uma situação de forma... Eu acredito que, neste caso, sim, de repente algo em termos de informação, de um maior debate – daí a mea-culpa – que talvez pudéssemos ter estabelecido, cabe, sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Pois não, senhora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momentinho.

Professora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tudo bem, a senhora já falou.

Use aí o microfone, para gravar. Como ele se dirigiu a você, professora, por favor. Rápido.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Não. Ela se dirigiu a mim.

A SRª EGLÊ BETÂNIA PORTELA WANZELER – Mas houve aí uma troca.

Para mim, o que ocorre é que a abertura do Pibid se fez por uma pressão popular muito grande, registre-se, por uma população de estudantes das universidades públicas deste País, mas, principalmente, porque é uma política de formação que tem claramente uma perspectiva de profissionalização de professores e professoras da educação básica pautada num contexto escolar em que alunos e alunas vão estar dentro da escola se profissionalizando.

Agora, o que me parece estranho...

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Ok. Obrigado.

A SRª EGLÊ BETÂNIA PORTELA WANZELER – Só um minuto. O que me parece estranho é uma abertura de editais que, além de diminuir as vagas, atrela um voluntariado, que simplesmente representa a precarização da formação dos nossos professores e professoras neste País.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ok, professora. Vamos pedir ao pessoal aí...

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Eu acho que o debate no campo ideológico é importante, mas eu vou me abster dessa discussão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Carlos, não é ideológico. Isso aqui é agenda em defesa da educação.

Com a palavra, por favor, para você terminar de fazer as suas considerações.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Na questão da formação, da iniciação à docência – continuando o raciocínio –, nós agregamos ao Pibid o Residência Pedagógica, em que o docente, numa primeira fase, participa do Pibid e, logo depois, participa do Residência, com mais de 18 meses. Nesses dois editais somados, nós oferecemos 90 mil vagas: 45 mil vagas para o Pibid e 45 mil vagas para o Residência Pedagógica.

Todos os alunos PBIDidianos, que encerraram suas atividades em fevereiro... E daí, sim, a justificativa, o porquê de anteciparmos o edital do Pibid: porque havia o encerramento de um ciclo do Pibid; ninguém mais teria continuidade. Então, fizemos com toda a possibilidade orçamentária, com todo o esforço, o adiantamento do lançamento, o mais rápido possível, no último dia, do Pibid, para que as instituições já se mobilizassem para iniciar as atividades, não só no Pibid, como no novo Programa Residência, para o segundo semestre.

Aproveitando a oportunidade da Comissão, também, à época, sobre as instituições de ensino, foi propagada a notícia de que as instituições, por conta de uma discussão dos termos do edital, não participariam das propostas. Pois bem, hoje – ainda temos mais uma semana de inscrição – nós temos 237 propostas, 237 instituições com propostas no Pibid, e já 204 instituições com propostas no Residência Pedagógica; não só manutenção, como ampliação da participação.

Então, no caso do Parfor, reitero que a nossa ideia, sim, Senadora, é avançar, até porque tem sido um pleito das instituições, de maneira que a gente possa agregar a educação continuada. Hoje, a legislação é muito restrita. Mesmo que como diretor eu quisesse lançar o edital ampliando para a formação continuada, a nossa portaria restringe na formação inicial. Então, a nossa ideia é, também ainda, além do que já estou anunciando aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – ... o edital, nos moldes do atual Parfor, sem alteração, que a gente consiga, se possível, ainda no segundo semestre, ter um segundo edital específico para formação continuada.

Então, não atrasaríamos esse edital do Parfor. Estamos dando esta informação para os senhores: não vamos adiar o edital do Parfor. Porque esta era até uma primeira ideia: "vamos tentar ajustar o Profic e lançar um só". Mas, não; vamos fazer, então, esse edital do Parfor, nessa condição, já no início de junho, e no segundo semestre vamos trabalhar fortemente para lançar também vagas de educação continuada. Daí, em 2019, se conseguirmos até juridicamente ajustar o programa para que fique a educação inicial e continuada, poderemos, a partir dos novos editais, lançar de forma conjunta. Então, a ideia é não atrasar esse processo. Vamos lançar, sim, o edital do Parfor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, agradeço muita a discussão de hoje, muito profícua. Senti em todos os debatedores – em especial na Senadora Bezerra – essa preocupação em defender os programas públicos de formação de professores. E é esta a nossa intenção: não só dar continuidade a isso, como, se possível, sempre, na condição orçamentária, ampliar essa oferta.

Então, eu agradeço essa participação e me coloco à disposição dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Nós queremos agradecer aqui a participação de Carlos Cezar, que traz exatamente a posição do MEC, falando na condição de Diretor de Formação de Professores da Educação Básica do Capes.

É claro – adianto aqui, Senadora Regina – que é, sem dúvida nenhuma, uma notícia muito importante a que ele acaba de dar, que é a da continuidade do Parfor. E, agora, ele dá a notícia com calendário, não é, gente? E nós vamos acompanhar. Ele anuncia aqui o calendário, Josenilda, de dois editais – um agora em junho, não é isso, Carlos?

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA (*Fora do microfone*.) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para formação...

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA (*Fora do microfone*.) – Vou repetir para ficar gravado: em maio, a alteração da portaria; em junho...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem alteração.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA (*Fora do microfone*.) – Não, mas a alteração da portaria é para desburocratizar processo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu sei. Claro! Eu estou dizendo que é sem alteração no perfil do Parfor.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Sem alteração no perfil.

Em junho, lançamento do edital.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Em junho é o lançamento do edital. E você adiantou aqui o esforço que será feito para que, no segundo semestre...

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Também, mais um edital de formação continuada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de passar aqui a palavra para os demais, eu só tenho que parabenizar, Josenilda...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em seu nome, toda essa articulação que foi feita pelo Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor. Que bonita a mobilização de vocês! E está aqui, exatamente, trazendo frutos.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

Mobilização...

O Regimento não permite, mas eu também vou aplaudir. (*Palmas.*)

Porque é muita bonita...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em audiência pública, permite.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a mobilização social, a participação em torno, repito, de uma agenda tão importante na luta em defesa da educação pública, que é exatamente o Parfor.

Então, quero parabenizá-los pela articulação que fizeram, com muito idealismo, com muita seriedade – não é, Senadora Regina? – e com muita responsabilidade.

Vou passar a palavra agora, imediatamente, à Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu fiquei nesse entra e sai, porque a gente tem várias comissões acontecendo e a gente tem de votar, mas eu quero parabenizar a ideia do debate.

E quero parabenizar principalmente o Sr. Carlos Cezar, por ter vindo, porque a gente tem aqui, às vezes, umas práticas de não se querer fazer o debate, o enfrentamento saudável. Existe a Mesa do governo, depois a Mesa do movimento ou dos professores. E eu acho que é importante esse debate. Independentemente de algumas coisas mais ásperas, ele é importante. E o senhor trouxe uma notícia boa, por isso recebeu até aplauso. Trouxe uma notícia boa, de que o programa não acabará. Então, a gente tem de ter essa disposição e essa disponibilidade de debater com os contrários. Eu acho que a gente produz mais, porque um aprende com o outro, um entende a limitação do outro. Achei importantíssimo o senhor ter vindo.

E não vamos ficar também na disputa ideológica, olhando para o passado. A gente sabe que, em 2015, a Dilma não governou, minha gente! Ela já estava com a espada na cabeça! O Orçamento de 2015 só foi aprovado no dia 29 de março e só foi publicado em abril, quer dizer, ela governou três, quatro meses sem orçamento. Então, não tinha como...

(*Interrupção do som.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... fazer muita coisa, não. Ela era Presidente da República, mas estava sob um cerco (*Fora do microfone.*) terrível, um cerco que não lhe permitia fazer muita coisa. Foi ruim...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já era a operação sabotagem.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós todos reconhecemos. Havia algumas coisas que ela mandava e que nós mesmos, partidários dela, não aceitávamos. Quer dizer, ela estava vivendo com uma espada na cabeça já. Então, há que se relevar isto também: o fato de ter diminuído a ação. Mas, em situação de normalidade, ela fez muita coisa também, assim como o Presidente Lula e assim como outros governos também fizeram.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bem, nós vamos agora passar a palavra imediatamente para Ana Fábia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Ana Fábia, por você ter vindo para dar o seu depoimento aqui – Professora lá da rede municipal de Sobral, no Ceará.

Antes disso, deixe-me aqui registrar – o que é muito bom para valorizar – a presença dos nossos coordenadores.

Pode ir, Iolanda, há toalete aqui, bem pertinho. A assessoria conduza a Iolanda.

Mas, vamos lá! Aqui queremos registrar, com muita alegria, a presença de Leonor Dias Paini – onde está Leonor? –, do Parfor; Ocimar Marcelo Souza; Rogério de Mello Basali, Coordenador também do Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor; Maria do Carmo Melo; Fátima Aparecida Silva; Ivanilza Teixeira Barbosa; Francisco Ulysses Paixão e Vasconcelos; Isabel Cristina; Mark Clark, Coordenador Institucional do Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor do Acre; Helaine Maruska; Maria do Perpétuo do Socorro Carvalho; Eglê Betânia; Adriana dos Reis Martins; Francisca Maria da Silva Costa; Elaine Oliveira Rocha, do Maranhão; também Simone da Silva, do Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor – Universidade Federal do Maranhão; Eliane Maria Pinto Pedrosa, Maranhão também; Wanúbia do Nascimento Moraes Campelo; Edilan de Sant'ana Quaresma, do Pará; Liliane Afonso de Oliveira; Izabel Lima Pessoa, Coordenadora Geral da Capes; e Lorena Lins Damasceno, Coordenadora também da Capes.

Quero também agradecer aqui a presença das nossas secretárias e secretários municipais de educação: Teresinha Maria Araújo Borges, de Acreúna-GO; Rosânia Silvestre, também de Goiás; Marlene, também de Goiás; Mateus Henrique Cardoso, Alexânia-GO; Circe Olímpio Moreira Lopes, Barro Alto-GO, Coordenador Pedagógico Barro Alto-GO; Natália Camardelli C. Prates, Cachoeira Dourada-GO; Eliane Brito, Cachoeira Dourada-GO; Joilton Moura; Silmar Moreira dos Santos, Cavalcante-GO; Luiz Antônio Costa Alves, Mineiros-GO; Adriane Pereira Marques; Maria da Guia Nóbrega de Almeida, Novo Gama-GO; Abilene Lyra Dias Martins, de Paraúna-GO; Patrícia Gomes, Paraúna-GO, Leila Xavier, de Paraúna; Rudilene Alves de Farias, Valparaíso-GO; Adriany Damasceno Santos; Elza da Silva Oliveira, de Vila Boa-GO; Prof. Luiz Fernando, representante da Secretaria de Estado da Educação de Brasília; Débora Almeida Borges da Silva, representante da Secretaria Municipal de Educação de Santa Helena-GO; Shirley Maria Borges da Silva, Coordenadora Pedagógica de Santa Helena-GO.

A Senadora Marta, que chegou agora, também foi proponente da primeira audiência e igualmente subscreve comigo a realização desta segunda audiência.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar a realização da audiência e, principalmente, o esclarecimento de que o Parfor vai ficar e de que nunca foi tirado, o que me deixou com bastante alegria, neste momento em que eu pude entender melhor o significado do Parfor. Foi a própria Srª Josenilda que, em visita, me explicou a relevância desse programa extraordinário, e eu tinha ficado bastante incomodada com o risco de ele que pudesse ser tirado. Esta audiência propiciou oportunidade para o esclarecimento e até para o empenho do MEC, eventualmente, em conseguir aumentar o investimento num programa de enorme relevância para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros. Porque o Brasil não é o que a gente costuma frequentar nas grandes cidades; o Brasil é enorme, e essa condição tem de ser assistida. E o Parfor faz isso de forma espetacular.

Então, parabéns! Quero dizer que foi uma ótima audiência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem dúvida, Senadora Marta, foi importante, e a Comissão de Educação está cumprindo o seu papel, até porque ela não poderia omitir-se diante de um tema dessa natureza, uma vez que, como a gente dialogou aqui com o Carlos Cezar, essa apreensão que tomou conta do País inteiro foi porque, em fevereiro, haviam sido anunciados três editais e nenhuma linha em relação ao Parfor. Mas o importante hoje é a gente celebrar; celebrar exatamente aqui esta conquista muito importante, que é o MEC, através de Carlos Cezar, realmente anunciar que o Parfor terá continuidade e dando já data, dando exatamente um calendário, que era o que nós precisávamos.

Também homenageei aqui a mobilização do Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor. Eles tiveram um papel fundamental, ao longo desse período, na articulação e na mobilização, porque – é isso mesmo – é com pressão, é com organização que a gente, enfim, busca superar os retrocessos e dar passos do ponto de vista de conquistas e avanços.

Quero, mais uma vez aqui, registrar, claro, a participação da Senadora Marta Suplicy neste debate. Foi muito importante a gente ter realizado essas duas audiências públicas, porque isso propiciou, Senadora Regina, um maior conhecimento, um maior debate, um maior envolvimento, trazendo, inclusive, o tema para a visibilidade, para conhecimento maior da sociedade brasileira.

Eu volto aqui a afirmar: o Parfor não é um programa qualquer, de maneira nenhuma! Ele é um programa fundamental, imprescindível, essencial, para que, à luz do Plano Nacional de Educação, da Meta 15, a gente possa seguir a nossa jornada em busca da melhoria da qualidade do ensino.

Então, vamos passar a palavra agora à Profª Ana Fábia, que vai dar aqui, exatamente, o depoimento do que significou o Parfor para a vida dela. Ela é da rede municipal de Sobral. Como é o nome da sua escola, Professora?

A SRª ANA FÁBIA BARBOSA ARAGÃO – Escola Emílio Sendim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Com a palavra.

A SRª ANA FÁBIA BARBOSA ARAGÃO – Bom dia a todos e a todas. Para mim é um prazer inenarrável estar presente neste debate e – por que não dizer? – defendendo aqui a classe dos professores, porque é uma classe que precisa realmente unir as forças para estar junta mesmo, fazendo a diferença. E não seria diferente a minha presença aqui, deixando a minha sala de aula, deixando lá os meus pequeninhos. Mas a causa é justa. Quando eu recebi o convite, não pensei duas vezes: "Eu vou. Estarei lá presente".

Inclusive, Sobral não é tão pertinho, não, pessoal! Sobral fica bem distante. Inclusive, lá o clima é bem mais quente. O daqui já é um clima mais agradável – professor tem esse senso de humor! A minha fala vai ser bem condizente ao que é a realidade da sala de aula, ao que é esse universo pelo qual a gente se encanta.

A minha presença aqui é falar da relevância que teve o Parfor na minha vida. Eu comecei a lecionar no ano de 2005, até então fazendo Letras, mas não era a área de atuação que eu queria para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ingressar realmente... E aí o que aconteceu? Eu fui lecionando, fui ficando... Mas aí, de acordo com a LDB de 2000, até 2007 os professores tinham de estar na sua área de atuação, o que não era o meu caso, porque eu estava na educação básica dos anos iniciais.

Surgiu o Parfor em 2009 – não sei se foi quando iniciou, mas para minha vida foi –, quando eu tive essa grande oportunidade, pela oferta do Parfor, para a segunda licenciatura. Foi então que eu ingressei e fiz Pedagogia. Inclusive, no ano de 2012, eu concluí Pedagogia e, no mesmo ano, passei no concurso público.

Então, para mim, foi um grande presente, porque você está atuando numa área, você está lecionando, e o sonho de todo e qualquer professor é o concurso.

Essa formação do Parfor para mim foi de grande relevância, uma alegria muito grande. Tanto o é que estou aqui, para representar Parfor, para representar a minha universidade, pois sou ex-aluna do Universidade do Vale do Acaraú-UVA, em Sobral-CE. Também quero aqui justificar a ausência do Prof. Ulysses Paixão, que não pôde comparecer. Ele teve um problema, mas pediu que eu o nomeasse aqui e falasse dessa importância também de estar aqui presente.

E é essa a minha trajetória antes, durante e depois. O depois continua, porque eu ainda passei no segundo. Porque lá você faz para 40: você faz para 20, depois faz para mais 20 para completar a carga horária. E, agora, em 2016, eu fiz novamente o concurso, passei, e agora estou efetiva, graças a Deus, com oito horas.

Quero dizer também que eu leciono na escola – e aí eu falo de peito aberto e com grande alegria – que alcançou o melhor índice, que é o Ideb. Nós alcançamos a nota 9,8. (*Palmas.*)

Pois é, gente! E eu fui essa professora do quinto ano. (*Palmas.*)

Sabe, representar não é fácil, porque você carrega consigo uma responsabilidade muito grande. Eu ainda estou na escola, porque sou efetiva nessa escola, mas, para trabalhar as competências e habilidades...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA FÁBIA BARBOSA ARAGÃO – ... é preciso ser um professor formado, é preciso ser um professor qualificado, é preciso ser um professor que tenha amor pelo que faz e que saiba que a vida e a formação das crianças perpassam todos os caminhos em que é preciso estar, mas é aqui mesmo onde nós vamos levantar a bandeira. Que esta bandeira possa estar erguida: Parfor.

Eu fiquei muito feliz porque já me inscrevi no curso de formação continuada, Língua Portuguesa e Matemática, pela oferta da plataforma. Fiquei muito feliz quando Carlos Cezar mencionou já as possíveis datas do edital.

Participar deste debate só veio agregar à minha formação, à minha profissão um valor a mais. A qualidade do ensino precisa realmente estar presente em todos os campos da nossa vida.

É isso.

Meu muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero parabenizar a Profª Ana Fábia pelo depoimento bonito que ela acaba de fazer. E eu acho que dispensa comentários a relação que tem o Parfor exatamente com a melhoria da qualidade do ensino – entendeu, Profª Ana Fábia? Você aqui diz com muito orgulho que a escola alcançou quase 10 no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ideb. Então, isso fala por si só, fala por si só da importância das políticas voltadas para a formação inicial e continuada. É claro que a isso se somam – não é, minha querida Marlei? – também o cumprimento do piso salarial, uma carreira atrativa, etc. etc., e passa inclusive pelo fortalecimento do nosso Fundeb.

Com muita alegria, nós vamos agora passar a palavra para Deise Ramos da Rocha, que aqui fala em nome de uma entidade muito importante, que tem uma tradição na luta em defesa da qualidade da educação no nosso País, que é exatamente a Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação).

A SRª DEISE RAMOS DA ROCHA – Bom dia a todos e todas que estão aqui presentes.

Queria cumprimentar a Mesa, saudar o debate e dizer que é muito importante nós estarmos fazendo esses debates, inclusive com o convite da base – e aí, quando eu falo base, eu me remeto aos profissionais da educação que estão nas universidades e que desempenham um papel importantíssimo, tanto para a formação quanto para a pesquisa sobre educação no nosso País –, como também a oportunidade de dialogar com os professores da educação básica.

Eu quero dizer que, embora esteja aqui como representante da Anfope – sou coordenadora no DF da Anfope –, eu sou professora da educação básica. Então, também falo como professora.

Quero, enfim, registrar, com toda a delicadeza do ato em si, que houve um embaraçamento, uma consternação de um dos membros da Mesa, que representa inclusive o MEC, quando outra convidada estava falando, inclusive alegando sobre uma fala desinformada. E eu queria registrar, como professora da educação básica, mas também como representante da Anfope, que essa talvez seja a nossa reação visível todas as vezes, Senadores, quando este Governo e outros governos fazem mudanças na educação sem nos consultar, com a diferença de que nós não temos espaço para falar e nós não temos espaço de decidir; nós apenas recebemos as decisões vindas de cima.

Só para registrar.

(*Manifestação da plateia.*)

Agora me direciono ao dever de falar pela Anfope sobre o Parfor. É um prazer imenso poder estar aqui representando a Anfope. Quero dizer que essa entidade tem um tempo de militância muito mais do que eu tenho de vida. Então, para mim também é uma honra poder inserir-me, cooperando sempre com a Anfope na forma como me é devida e como posso.

Afirmo que a Anfope é uma entidade que historicamente defende a educação pública, gratuita, laica, estatal, universal, inclusiva, democrática, de qualidade e socialmente referenciada, a serviço do povo e para o povo.

Como coordenadora da Anfope, tenho incentivado, inclusive aos professores da educação básica e que estão na Universidade de Brasília e no próprio IFB, que nós precisamos reagir a essas políticas que estão aí com muita resistência, com muita resiliência e, inclusive, com subversão – e por que não subversão também dentro do Parfor? – para colocar as políticas a serviço daquilo que nos interessa como base da população brasileira.

A Anfope destaca que reconhece a luta pela democracia, e aí nós queremos destacar que não reconhecemos este Governo como legítimo. Por isso, todas as nossas pernas estão atrás quando vem uma política advinda do Governo Temer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse cenário, tem sido muito evidente o desmonte acelerado da política educacional, com a imposição de medidas que impactam negativamente a educação pública, a exemplo – podemos citar – da própria reforma do ensino médio, que já foi citada na Mesa, e – quero destacar aqui também – da própria BNCC, que, como ideia inicial, não seria tão ruim, mas, dada a forma como ela nos vem, ela vem como padronizadora e como deslegitimadora de todas as nossas ações como professores da educação básica, no chão das nossas salas de aula, e, ao invés de avançar, impõe um retrocesso na formação de crianças e jovens sem ampliar a qualidade do ensino e assegurar os direitos de aprendizagem que apregoa.

Cabe destacar que o desmonte efetuado na formação de professores é acentuado pela descontinuidade, também já citada pela Mesa, pela paralisação e pela asfixia financeira de vários programas de formação continuada de profissionais da educação das redes públicas do ensino implementados pelo MEC, em especial pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), nos últimos anos, e por secretarias que, com muita luta, vieram atuando com uma consulta, com uma base ao que as universidades e ao que as escolas têm produzido.

Dentro desse processo de descontinuidade e desmonte, chama a atenção o caso do Parfor, porque, apesar da enorme demanda por formação – e aí nós temos mais de 50 mil professores inscritos na plataforma Freire, pela formação no ano de 2018 –, mais de 50% dessa demanda está na Região Norte do País. Nós precisamos deixar muito bem registrado qual é a Região de que nós estamos falando, e é de uma Região que não tem acesso a ferramentas que demanda, por exemplo, a UAB, e por isso nosso reforço para que a educação, que a formação do Parfor seja feita pela modalidade presencial.

Até a presente data – e aí quero dizer que a Anfope fez uma fala anterior à que o MEC apresenta aqui – até a presente data, não saiu qualquer edital para a continuidade do Parfor, e isso mexe com as nossas estruturas. Isso nos gera insegurança sobre como vamos continuar e o que é que nós temos que fazer.

E cabe, sim, ao Governo cuidar da qualidade de comunicação, porque o Governo nos deve sempre informação, não é? Osso é inclusive o caráter de um descompromisso com a própria formação de professores. E eu quero deixar registrado, em nome da Anfope, esse descuido com a formação dos profissionais da educação.

Desde a instituição, pelo Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cuja finalidade foi organizar, em regime de colaboração entre a União e os entes federados, a formação inicial continuada profissional do magistério para as redes públicas...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DEISE RAMOS DA ROCHA – ... da educação básica, o Parfor teve um amplo alcance em todas as Regiões do País, formando cerca de 30 mil professores que atuavam sem a devida formação.

A Anfope teve, desde o início, uma posição crítica ao Parfor, principalmente por se tratar de um programa emergencial, porque nós defendemos a instauração de uma política nacional permanente de formação de professores e a criação de um subsistema nacional de formação de professores vinculado a um sistema nacional de educação, que até hoje está inconcluso. E nós queremos ressaltar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui o não esforço desse Governo, em não legitimar, em não construir, em não fomentar a construção do Sistema Nacional de Educação, e muito menos do Subsistema Nacional de Formação dos Profissionais de Educação.

Temos que reconhecer e valorizar a capilaridade e o alcance do Parfor, que se tornou o maior programa de formação de docentes no exercício na educação básica, atendendo de forma presencial a demanda por formação e contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino nas redes públicas do País.

Como quesito de pesquisa, queremos até destacar que o Pará é um dos Estados em que o Parfor tem um maior sucesso, e talvez seja nesse ramo que a gente deva se embasar, inclusive para acertar os erros e os acertos da política, do programa.

Nesse sentido, repudiamos a descontinuidade do Parfor, sua redução ou sua descaracterização, pela possibilidade de ele ser substituído por um programa que priorize a oferta a distância dos cursos de formação inicial de professores, como apresentado pelo Edital Capes 5, 2018, que propõe cursos de formação de professores pela UAB. Defendemos que a formação inicial de professores deve ser sempre presencial, e essa é a modalidade adequada para atender os professores sem a formação em nível superior...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DEISE RAMOS DA ROCHA – ... que vivem e trabalham em Municípios que não têm acesso a tecnologias e recursos informatizados necessários...

(*Interrupção do som.*)

A SRª DEISE RAMOS DA ROCHA – ... à modalidade a distância. (*Fora do microfone.*)

Posso continuar?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pedimos para concluir.

A SRª DEISE RAMOS DA ROCHA – Como é o caso – conforme já citei – da Região Norte.

Cabe ainda destacar que rejeitamos qualquer imposição de subordinação do Parfor à BNCC. E aí o representante da Capes nos disse que haverá adaptações e mudanças no edital, que eles estão adequando. Nós estamos nos posicionando no sentido de que as adequações não sejam submetidas à BNCC, mas que se prese pela autonomia das universidades nos seus polos, nos seus locais de ação pelo Parfor, pela formação de um projeto de professores que atenda a demanda local. Inclusive, quero destacar os editais da Residência Pedagógica e do Pibid, que também saíram em março, que se submetem à BNCC, matando, querendo executar toda a autonomia universitária na formação de professores.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DEISE RAMOS DA ROCHA – Só para concluir, nós queremos nos posicionar aqui. Queremos convidar para que o debate da formação e da valorização dos profissionais da educação seja sempre feito pela base – essa fragilização, inclusive, das políticas e dos programas demonstra um caráter elitista, inclusive na modalidade a distância, que não atende à realidade de muitos Estados que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não têm acesso a essas tecnologias necessárias –, seguindo o princípio do diálogo com a base, com as condições reais de trabalho.

Quero destacar que o principio do trabalho...

(*Interrupção do som.*)

A SRª DEISE RAMOS DA ROCHA – ... como educador precisa ser uma demanda sempre pensada na unidade da teoria e da prática para fomentar um projeto de formação de professores.

É isso. Peço desculpas por me estender no tempo.

Agradeço a oportunidade de fala. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação de Deise, que falou aqui em nome da Anfope.

Quero aqui também ressaltar, por dever de justiça, a participação nessa luta, claro, além do papel especial que tem o Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor, em matéria de articulação, de mobilização, é importante a gente também destacar a participação muito importante da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) – ouviu, Marlei? –, sempre presente, é claro, de olho nas agendas que dizem respeito aos professores e professoras, aos trabalhadores em educação, como no caso aqui do tema, muito caro para nós, que é a formação inicial e continuada.

Quero também aqui destacar a presença do colegiado dos pró-reitores, Prof. João. É muito importante, sem dúvida alguma, a articulação que vocês têm feito através desse colegiado, repito, pela experiência, pela vivência de excelente qualidade que as universidades e os nossos institutos federais têm dado, o testemunho que essas universidades e esses institutos têm dado como protagonistas da implementação do Parfor. Nós devemos aqui agradecer, e muito, o êxito desse programa, do ponto de vista pedagógico, à participação das nossas universidades públicas, Josenilda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...comunitárias e dos nossos institutos.

Então, quero aqui também destacar as entidades que têm participado dessa luta pela manutenção do Parfor: a própria Anfope, que acabou de falar; a Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação); o Cedes (Centro de Estudos Direito e Sociedade); o Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação); a Associação Brasileira de Currículo; a Associação Brasileira de Pesquisa e Educação em Ciências; e o FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras).

Vamos agora, concluindo, rapidamente, fazer um registro aqui das manifestações que chegaram via Portal e-Cidadania.

A Liliane de Oliveira, do Pará, diz: "Qual orçamento da DEB/Capes para investimento na formação inicial e continuada dos professores da educação básica para o exercício de 2018? Existe proposta para ampliar o orçamento para 2019?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emilly Areal, do Acre: "Considero que o Pafor, nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, promove a redução das assimetrias regionais e congrega o maior número de professores em formação. Há alguma movimentação no sentido de publicação de novas vagas para essas Regiões?". Diz Emilly: "Ele é vital para o Acre."

Marcelo Carvalho, do Pará: "A educação só pode melhorar com valorização dos professores. Formação acadêmica também é valorização."

Jorge da Silva, do Acre: "Atualmente, três Estados do Norte e cinco do Nordeste tiveram crescimento no Ideb. O Acre e o Amazonas, além de outros três do Nordeste, atingiram as metas. Não seria essa uma boa justificativa para a manutenção do Pafor, considerando que no passado essas regiões lideravam índices negativos no Ideb?"

Davi Damasceno, do Acre: "Pafor é um programa de suma importância na educação brasileira, visto que as vagas ofertadas nas diversas áreas de licenciatura possibilitam a formação adequada dos professores [...] que atuam na educação básica." Assina com a *hashtag*: #ResistePafor. (*Risos.*)

Liliane de Oliveira, do Pará: "O Pafor é um programa que dá certo. É o único programa que atende a Meta 15 do PNE, de formação em serviço. Precisamos de uma resposta para os inscritos na Plataforma Freire, em 2017, sobre as solicitações de inscrições em cursos de graduação e especialização." A Liliane pergunta: "Afinal, quando sairá o edital?"

Liliane, o edital, se prepare, sai em junho. (*Risos.*)

A Presidente, Senadora Lúcia Vânia, pede a compreensão de vocês porque não foi possível chegar até aqui, mas ela está muito contente com o resultado da audiência e me pediu que, em seu nome, eu agradecesse a presença de cada um, de cada uma de vocês, especialmente das secretárias municipais de Goiás, o Estado dela.

Bem, vamos encerrar mesmo agora.

Marlei, quer um minuto?

A SRª MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – Quero agradecer, Senadora, e dizer que nós vamos resistir, resistir e resistir a qualquer desmonte da educação no nosso País. Vamos lutar pela democracia e vamos continuar firmes em marcha em defesa da escola pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada para todos e todas.

Esse é o trabalho da nossa confederação e de mais de 4,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras da educação do nosso País.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Iolanda, representando a Undime.

Antes disso a Senadora Lúcia Vânia vai dar um jeito de chegar aqui. Se o pessoal de Goiás puder esperar, ela quer cumprimentar vocês.

Acabou de chegar. Pronto!

Iolanda, enquanto a Senadora senta ali para...

A SRª IOLANDA BARBOSA DA SILVA – Quero agradecer o convite que foi feito à Undime e falar da responsabilidade que a Undime tem de estar dentro desse debate. Inclusive, estivemos representando a Undime em Belém, e eu quero fazer o registro dessa articulação forte do Fórum Parfor. Fui eu que estive lá com eles por encaminhamento do Presidente da Undime nacional. E aí o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado a gente comemora em parte, porque há agora um processo em curso, que a gente vai ter que acompanhar, e a Undime reitera o que foi dito no final da minha fala, sobre a necessidade, mesmo acontecendo as tais adequações nesse edital, de que permaneça o Parfor na sua forma presencial, considerando as demandas regionais de todo o Território nacional, particularmente Norte e Nordeste.

Quanto aos resultados alcançados com o Parfor na formação dos professores, aqui, na fala de Ana Fábia, eu particularmente me emocionei muito e acredito que todos viram que, de fato, o programa tem resultados. Os indicadores mostram que aproximadamente 30% dos professores da educação básica, lá nos anos iniciais, considerando a Meta 1... Eu reitero a necessidade do entendimento, da formação em licenciatura para o professor que está na educação infantil, para atender a Meta 1 do Plano Nacional, considerando os anos iniciais e finais e o próprio ensino médio, a demanda que ainda existe de formação, no caso dos anos iniciais e finais...

(*Soa a campainha.*)

A SRª IOLANDA BARBOSA DA SILVA – ... de licenciaturas específicas...

(*Interrupção do som.*)

A SRª IOLANDA BARBOSA DA SILVA – ... pedagogia. Mas muito obrigada e que tenhamos sucesso nesse empreendimento de garantir a permanência do Parfor, a sua ampliação e a sua presença no Orçamento para a efetivação do direito da formação continuada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos passar aqui para a Josenilda.

Antes disso, vou dar dois minutos para a professora – vou deixar a Senadora Lúcia Vânia falar depois de ouvir aqui os integrantes da Mesa.

Passo a palavra para a senhora.

A SRª EGLÊ BETÂNIA PORTELA WANZELER – Sou a Profª Eglê, Professora da Universidade do Estado do Amazonas.

Na verdade, eu acho que o Parfor resistiu, e neste momento a gente sai daqui satisfeito em alguma medida. Mas eu quero trazer aqui para a Comissão de Educação uma reflexão maior que é preciso ter com relação às políticas que estão sendo construídas para a educação de um modo geral. No caso, é preciso perceber que, apesar de o Parfor estar resistindo em se manter, vamos ter que ter outros enfrentamentos sobre os quais cabe a esta Comissão refletir.

O primeiro é que as estratégias que estão sendo utilizadas por este Governo golpista pautam-se num processo de privatização extremamente complicado. Então, veja, quando se atrela uma reforma do ensino médio, no caso a BNCC, aos currículos das universidades, em que medida o Parfor vai atender a essa reforma que fragiliza as licenciaturas nas suas mais diversas áreas do conhecimento? Será que o Parfor – e a gente tem que ficar atento, e é preciso deixar este registro...

(*Soa a campainha.*)

A SRª EGLÊ BETÂNIA PORTELA WANZELER – Será que o Parfor vai atentar para todas as outras licenciaturas, não apenas da educação básica – e aí a gente vê o ensino fundamental, anos iniciais, e a educação infantil –, mas para as outras áreas do ensino fundamental, anos finais, e do ensino médio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que as licenciaturas estão sendo completamente fragilizadas? Como é que nós vamos continuar com um projeto de sociedade em que a gente buscava uma dimensão...

(*Interrupção do som.*)

A SRª EGLÊ BETÂNIA PORTELA WANZELER – ... de libertação, de emancipação e de luta por uma sociedade menos desigual, quando a gente vê que as reformas caminham justamente na contramão inclusive do próprio Parfor?

Resiste, sim – vitória de todos nós aqui –, mas isso é só o começo de uma série de outros processos que estão vindo e que vão pôr em xeque as escolas públicas deste País. Era o que eu queria propor que esta Comissão refletisse, porque isso pesa sobre as reformas de que a gente está tratando, que é a reforma curricular do ensino médio.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

Agradeço a participação da professora.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a V. Exª a gentileza de presidir esta audiência pública uma vez que eu tinha que estar como relatora revisora na comissão especial que trata de uma matéria relativa aos fundos constitucionais. Portanto, os meus agradecimentos.

Quero agradecer e cumprimentar todos os nossos convidados e dizer da satisfação da Comissão de Educação em recebê-los aqui nesta manhã para uma discussão importante, dando prosseguimento à reunião anterior que tivemos.

Acho que hoje a solução aqui apresentada era tudo o que a gente esperava do próprio Ministério da Educação, uma vez que eu própria tenho acompanhado o esforço do Ministro no sentido de dotar os diversos programas ali elaborados de fiscalização, de acompanhamento e de remodelação em função de buscar maior eficiência e maior eficácia em tudo, em todas essas ações.

Portanto, quero cumprimentar todos aqueles que colaboram para que nós possamos ter uma educação de qualidade, possamos ter uma escola igual para todos, o que é o nosso desejo. Portanto, meus agradecimentos a todos que aqui estão.

Mas eu gostaria aqui também de registrar a presença de vários Secretários de Educação do meu Estado, que me deram a honra de estar presentes aqui hoje: a Teresinha Maria de Araújo Borges, Secretária de Educação de Acreúna; Rosânia Silvestre, Supervisora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação também de Acreúna; Marlene da Silva Pereira, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal; Mateus Henrique Cardoso, Secretário Municipal de Educação de Alexânia; Circe Olímpio Moreira Lopes, Secretário Municipal de Educação de Barro Alto; Izaías Souza Lima, Coordenador Pedagógico de Barro Alto; Natália Prates, Prefeita de Cachoeira Dourada; Eliene Brito, Secretária Municipal de Educação de Cachoeira Dourada; Joilton Moura, Secretário de Comunicação de Cachoeira Dourada; Silmar Moreira dos Santos, Secretário Municipal de Cavalcante; Luiz Costa Alves, Secretário Municipal de Mineiros; Adriane Pereira Marques, Diretora Pedagógica de Mineiros; Maria Nóbrega de Almeida, Secretária Municipal de Novo Gama; Abilene Lyra Dias Martins, Secretária Municipal de Paraúna; Patrícia Gomes, coordenadora de Projetos e Programas de Paraúna; Leila Xavier

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Almeida; também coordenadora pedagógica de Paraúna; Rudilene Alves de Farias Nobre, Secretária Municipal de Valparaíso de Goiás; Adriany Damasceno Santos, assessora de Valparaíso de Goiás; Elza da Silva Oliveira, representante da Secretaria Municipal de Educação de Vila Boa; Prof. Luiz Fernando de Lima, representante da Secretaria de Educação de Brasília, Distrito Federal; Débora de Almeida Borges da Silva, representante da Secretaria Municipal de Educação de Santa Helena, Goiás; Shirley Maria Borges da Silva, coordenadora pedagógica de Santa Helena. Cumprimentando todos esses secretários, quero cumprimentar os secretários de outros Estados que aqui vieram interessados nesta audiência pública.

Quero agradecer, portanto, a todos e dizer que a Comissão de Educação continua aberta para o debate e que os senhores podem fazer desta Casa, desta Comissão uma extensão daquilo que desejam, para opinar, para desenvolver, para corrigir programas e projetos que são de interesse da melhoria da qualidade de ensino no País.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer aqui a participação da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da nossa Comissão.

Passo aqui, agora, para a Josenilda.

Nós estamos na fase das considerações finais, para o encerramento da nossa audiência pública.

A SRª JOSENILDA MAUÉS – Gostaria de registrar pelo ForParfor a importância destes dois momentos. Eles são momentos de debate político; não há por que temer isso. Eles são o momento do debate qualificado e do dissenso qualificado.

Gostaria de agradecer, sobretudo, a mobilização dos meus companheiros de ForParfor. Não é fácil estar aqui neste lugar.

(*Manifestação da plateia.*)

E quero dizer que nós continuamos abertos à conversa. Nós tentamos em vários momentos, convidamos o Prof. Lenuzza para estar em Belém conosco, na nossa 7ª reunião nacional – não foi possível em relação à agenda. Temos protocolado junto à DEB um pedido de conversa permanente. Estamos muito tranquilamente abertos, disponíveis a qualquer momento para conversar com a DEB, mantendo a agenda que temos protocolada; mas, até o momento, ainda não tivemos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOSENILDA MAUÉS – ... resposta em relação isso.

Então, precisamos manter esse diálogo, manter esse debate. O movimento Resiste Parfor continua na defesa de uma política consequente, orgânica e articulada de formação em exercício para os docentes da educação básica. E ele vai fazer isso sempre a partir desse diálogo e do debate qualificado. Então, gostaríamos de reiterar ao Prof. Lenuzza o nosso desejo de manter essa conversa, de abrir a agenda ao ForParfor de acordo com os termos do ofício protocolado, e de participar da continuidade desse programa de formação, avaliando-o, ampliando-o e integrando-o a uma política nacional de formação dos professores da educação básica.

Nós temos dezenas, muitos depoimentos como o da Ana Fábia, que nos fazem cada vez mais acreditar que essa formação presencial por meio do Parfor coloca a perspectiva de uma formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuada desses docentes, que não mais desejam apenas a graduação, mas vislumbram as especializações, o mestrado, o doutorado. E ela instaura não apenas individualmente nessas pessoas, instaura nessas famílias que por vezes têm naquele aluno a primeira pessoa com acesso ao ensino superior naquele conjunto familiar. Então, instaura não somente no professor em exercício, mas também num conjunto muito maior de pessoas.

É isso que nos fortalece, e nós queremos nos manter nesse debate qualificado, apesar dos dissensos e com os dissensos, que devem ser igualmente qualificados.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Agradeço à Profª Josenilda.

Carlos Cezar Lenuzza, por favor.

O SR. CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA – Nada mais a reiterar.

Agradeço, Senadora Fátima, a oportunidade, também à Senadora Lúcia, que agora se faz presente, às demais Senadoras que contribuíram aqui e a todos os participantes.

Acho que foi muito produtiva a reunião, Senadora. E mais uma vez nos colocamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Carlos Lenuzza.

Agora, o Prof. João Alfredo, representando aqui o Colegiado dos Pró-Reitores.

O SR. JOÃO ALFREDO BRAIDA – Obrigado, mais uma vez, Senadora Fátima Bezerra. Quero agradecer também à Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão, a oportunidade de estarmos aqui debatendo essa temática da formação de professores da educação básica.

Quero dizer da satisfação de sair desta reunião com a notícia de que o Parfor continuará. Agora, temos datas pelo menos. Então, temos a certeza de que de fato teremos a continuidade do programa, com data para edital e, inclusive, com a promessa de qualificação do programa.

Coloco à disposição o Cograd e a Andifes para a continuidade das discussões sobre essa temática, em especial da discussão em nível nacional da qualificação da formação de professores da educação básica e também da discussão sobre a valorização dos trabalhadores, professores e servidores das escolas, o que também é fundamental para que a gente possa qualificar a educação básica deste País e atingir todas aquelas metas que colocamos no Plano Nacional da Educação.

O Cograd e a Andifes estão à disposição da Comissão, à disposição de construir diálogos e parcerias nesse sentido.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos, antes de encerrar a presente audiência pública, convocar para amanhã, dia 25 de abril, às 10h30, uma reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública destinada a debater o tema "A reprovação e a evasão em escolas públicas da educação básica", em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2018, de autoria do Senador Telmário Mota.

Antes de encerrar, Senadora Lúcia Vânia, eu quero mais uma vez agradecer a presença dos nossos convidados, a presença de cada um e de cada uma de vocês, e dizer da nossa alegria por a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado estar realizando o seu papel. Na verdade, o que nós estamos fazendo aqui não é nenhum favor, é nossa obrigação, é nosso dever. A Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação tem sempre que se debruçar sobre os grandes temas, sobre as principais agendas que dizem respeito à luta em defesa da educação pública, à luta em defesa da educação brasileira.

E o tema do Parfor dispensa comentário pela relevância que tem. É evidente que foi muito importante a presença do MEC aqui, porque nós queríamos travar esse diálogo e sair daqui com um resultado concreto. E estamos saindo daqui, com relação a esse tema, com um resultado concreto: o MEC está aqui assumindo, dizendo claramente que o Parfor vai ter continuidade, porque agora ele deu um calendário, ele deu data – é junho.

Toda a insegurança, Senadora Lúcia Vânia, que tomou conta do País afora foi em decorrência de que, em fevereiro, o MEC havia anunciado aqueles editais, mas não havia nenhuma linha com relação à questão do Parfor. Daí a importância da mobilização social, daí a importância de todas essas entidades, em sintonia, inclusive, com o Parlamento, com a Comissão de Educação, para que nós pudéssemos chegar hoje, neste momento, e dizer, agora claramente, que o Parfor vai ter continuidade; segundo, não haverá descaracterização do Parfor presencial – foi isso que o Sr. Carlos Lenuzza aqui adiantou –; e, terceiro, em que pese haver uma procura maior para os cursos de Pedagogia, ele colocou aqui que as outras licenciaturas também farão parte do Parfor.

Então, é com esse sentimento que a gente encerra esta audiência pública de hoje, sabendo, minha cara professora, dos desafios que estão colocados, sem dúvida nenhuma. Nós temos clareza disso. E queremos estar aqui, sempre a postos, para, junto com vocês, somar na luta em defesa da educação pública.

Resista, Parfor! E viva o Parfor! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E está encerrada a presente audiência pública, convocando outra para amanhã, às 10h. O tema: "A reprovação e a evasão em escolas públicas da educação básica."

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Cristovam Buarque e Telmário Mota**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Cássio Cunha Lima, Ataídes Oliveira, Romero Jucá e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Roberto Rocha, José Agripino, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 11/2018, de autoria do Senador Telmário Mota. **Finalidade:** Debater o tema "A reprovação e a evasão em escolas públicas da educação básica". **Participantes:** João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; Raph Alves, Diretor de Currículos e Educação Integral - SEB/MEC. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Telmário Mota

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senador Cristovam Buarque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/25

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Quero dar o meu bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 11, de 2018, da CE, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater o tema "A reprovação e a evasão em escolas públicas da educação básica".

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Convido Daniel Cara, João Batista Araújo e Oliveira e Raph Alves. (*Pausa.*)

Informo que a audiência terá a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, no Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Antes de começar a ouvir os nossos convidados, eu vou ler aqui um pouquinho da justificativa do nosso requerimento, porque há alguns dados que nos chamam a atenção.

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, do art. 90... Este é o meu requerimento? (*Pausa.*)

Aquela parte do requerimento nós vamos pular.

Justificativa.

No Brasil, a questão da repetência e da evasão escolar assume contornos dramáticos. Para se ter uma ideia, 36% dos jovens brasileiros de 15 anos que fizeram o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) repetiram uma série ao menos uma vez. Na Coreia do Sul, essa taxa é de apenas 3,6% e, na Finlândia, de 3,8%.

Além disso, segundo levantamento feito pelo IDados a partir do Censo Escolar, cerca de 3 milhões de alunos da educação básica foram reprovados em 2016, o que equivale a 10,26% dos estudantes da rede pública. Em Roraima, meu Estado, esse índice é de 8,3% no ensino fundamental e de 11,4% no ensino médio. Os prejuízos econômicos dessas taxas são imensos: dezesseis bilhões de reais foram perdidos, ou seja, 8% do que foi investido em educação no País não se reverteu em taxas de sucesso e de aprendizagem adequadas. É muito dinheiro jogado fora, dinheiro que é escasso e, portanto, deveria ser mais bem aplicado.

Além dos custos econômicos, há também os de ordem social, pois são exatamente os estudantes oriundos das famílias mais pobres que são os maiores prejudicados pela dificuldade estatal de atender às diretrizes constitucionais da educação de qualidade para todos. Esses meninos e meninas são colocados em salas superlotadas e desconfortáveis, diante de profissionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem-intencionados, mas muitas vezes despreparados, para aprender temas que não se articulam às suas necessidades em termos de desenvolvimento de competências para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Em outras palavras, são recursos escassos e mal aplicados, que não geram retorno e perpetuam o vicioso ciclo da desigualdade.

Precisamos discutir o assunto. O Parlamento não pode ignorar tal situação, sobretudo porque há, nesse caso da repetência e da evasão, expressões plenas do fracasso no campo educacional, evidente descumprimento do que determina a legislação. Citamos, nesse contexto, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 2 prevê, além da universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos, também a garantia de que pelo menos 95% desses alunos concluam essa etapa na idade recomendada. A Meta 3 também mantém o mesmo espírito, ao prever que não basta a universalização do ensino médio para os jovens entre 15 e 17 anos, mas também é fundamental a garantia de pelo menos 85% de taxa líquida de matrículas nessa etapa.

Propomos, assim, a realização desta audiência pública sobre o tema a fim de que seja possível, por meio de discussão qualificada entre especialistas e autoridades, a identificação e o detalhamento da gravidade do cenário, bem como a eventual elaboração, de forma conjunta e colaborativa, de propostas e alternativas que possam contribuir para superá-lo.

Este é o nosso propósito, este é o nosso objetivo, de que, a partir das – quero aqui registrar a presença da Senadora Regina – propostas, das sugestões, das observações dos nossos convidados, possamos extrair daqui um documento – nós já conversamos sobre isso aqui – para que seja encaminhado ao MEC para que possa auxiliar nas providências que forem extremamente necessárias para evitar esse prejuízo financeiro e esse prejuízo social que aqui nós pudemos apontar pelos números.

Vamos começar com p nosso convidado João Batista de Araújo e Oliveira, que tem a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Raph e Sr. Daniel.

Eu queria agradecer o convite e parabenizar pela realização deste debate.

Vou ficar dentro do meu tempo e falar em três partes. Primeiro, vou apresentar brevemente alguns dados, tratar um pouquinho de possíveis causas desse problema, e apresentar sugestões, conforme solicitado.

Conforme consta da sua proposta, o IDados fez uma série de levantamentos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Por enquanto, não. Por favor. Somente quando eu pedir, lá.

Nós estamos falando aqui de um problema de mais de 3 milhões de pessoas que não concluem ou que estão fora do ensino, e a maioria desses alunos que são evadidos, que estão fora da escola, se evade no ensino fundamental. Há uma incidência grande no ensino médio, mas, como o ensino médio tem menos alunos, a proporção maior é a do ensino fundamental. Então, o problema maior está mais aquém.

É um problema estável, pelo menos desde 2008, ou seja, não tem mudado a proporção, o tamanho do problema, e ele se reduziu um pouco mais no Norte e no Nordeste, onde a situação era pior e havia mais espaço para reduzir.

Como V. Exª já pontuou, há um problema sério econômico de redução da taxa de retorno por indivíduo, de empregabilidade, e um elevado custo para a sociedade. Quer dizer, os indivíduos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com os quais o País gastou n anos de escolaridade não produzem aquilo que seria compatível com eles.

Agora isso tudo está num contexto de um país cujo setor produtivo tem baixa produtividade, e aí a relação de causa e efeito com a educação tem que ser analisada. Mas, pelo fato de o trabalho remunerado ter baixa produtividade e consequentemente baixa remuneração, torna-se cada vez mais racional a decisão do jovem de não continuar estudando. As taxas de ganho são tão pequenas, o diferencial de ganho está se tornando tão pequeno, está se reduzindo dramaticamente nos últimos anos, que, do ponto de vista de racionalidade econômica, essa decisão pode se justificar – o que é obviamente desinteressante para a sociedade como um todo. Então, eu acho que o tamanho do problema pode ser aprofundado, mas não vai mudar muito. É grave, não é?

Falar de causas. É muito difícil falar de causas de um problema tão complexo, porque não temos estudos específicos sobre o problema de o que leva a pessoa a se evadir. Mas nós temos indicadores e correlações muito fortes entre essas questões. Sabemos, por exemplo, que o acesso à escolaridade não é uma das causas desse problema. Isso basicamente está resolvido no Brasil com muito poucas exceções, localizadas. A saída e a justificativa de saída pelo trabalho também não é um argumento convincente. Há vários estudos sobre isso que mostram que essa não é a motivação principal, e o fato de a maioria da escolaridade do Brasil ser de tempo parcial não é o impedimento maior.

Por outro lado, há fortes associações entre esse fenômeno e a questão da repetência, que foi mencionada no estudo de V. Exª, e sobretudo com o baixo nível de conhecimento associado à escolaridade, em geral, e à repetência, em particular.

Depois, existem outros três fatores fortemente associados: um que é a região – quer dizer, Norte e Nordeste em tudo têm indicadores piores nisso também; sexo – homens se evadem muito mais do que as mulheres, e majoritariamente são homens de cor preta; então, há uma associação muito forte também, que penaliza ou associa essa situação desfavorável com ser homem e ser de cor preta.

O que nos interessa, imagino, num debate dessa natureza, é aprofundar o fator escola, ou seja, a escola como causadora desse fenômeno ou como associada a esse fenômeno.

Aí eu preciso dos meus eslaides.

O que vou mostrar aqui é o exemplo de um Município de cerca de 200 mil habitantes, que está situado próximo à média da Prova Brasil. Eu já fiz esse estudo em vários Municípios, então ele é bastante representativo do que é a educação no Brasil e de por que a educação leva a esse alto nível de repetência.

Há aqui um Município bem próximo da média da Prova Brasil há bastante tempo, em que os professores ganham em média R$4,5 mil por um turno de trabalho, quer dizer, R$9 mil por mês, o que é bem acima da média nacional de qualquer ocupação.

Nesse Quadro 1, temos o resultado de um teste aplicado neste ano com alunos que acabaram de entrar no primeiro ano – portanto, seria uma espécie de uma avaliação da pré-escola – e um teste de nomeação. Você mostra uma figura para a pessoa dizer o que há ali. A média dos alunos que estão entrando no primeiro ano é de 25 em 60 palavras. Essa é a média de se esperar de uma criança de dois, três anos de idade. Ou seja, quando se pega uma memória de trabalho – eu lhe falo três palavras, repita; eu lhe falo quatro palavras, repita –, que é essencial para uma operação escolar normal de entender uma instrução, ela é praticamente zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ou seja, esse primeiro eslaide mostra o seguinte: os alunos que estão indo à pré-escola não aprendem na pré-escola as habilidades básicas de prontidão, que lhe permitam entrar, ingressar no primeiro ano escolar. A maioria dos Municípios brasileiros é igual ou pior do que esse.

Segundo quadro: esses são os concluentes do primeiro ano, ou seja, que entraram agora no segundo ano. Em leitura e interpretação de texto, a média é 2,3 em 36 pontos, ou seja, são incapazes de, dado um texto, responder a uma pergunta simples sobre o sentido daquele texto. E, num ditado de palavras e frases curtas, a nota é 50%, ou seja, a metade dos alunos sabe escrever uma palavra, apenas reproduzindo os fonemas correspondentes àquela palavra, isso é, no primeiro ano escolar, eles não foram minimamente alfabetizados. E tabuada, que é uma habilidade que exige pouco conhecimento cognitivo, 15 pontos num total de 108. Ou seja, a escola não alfabetiza, a escola não ensina os rudimentos da aritmética.

O Quadro 3 mostra o que acontece com o aluno de terceiro, quarto e quinto ano, numa dimensão que é a fluência de leitura, que é a velocidade com a qual você lê e que lhe permite entender ou não o texto. E aí também nós vemos que alunos de terceiro, quarto e quinto ano, como mostra o dado ali, leem respectivamente 24, 34, 66 palavras por minuto. Um aluno de primeiro ano deveria terminar o primeiro ano, lendo de 60 a 80 palavras por minuto. É um sistema que também absolutamente não desenvolve o requisito básico para o sujeito ter condição de entender o texto, se tiver outras competências.

O Quadro 4 é o mais grave de todos, e chamo a atenção de V. Exª. É o seguinte: o conhecimento dos professores sobre o conteúdo das séries iniciais. Eles fizeram uma prova com conteúdo de Prova Brasil do quinto ano. O que o dado mostra ali? Esse dado é dramático e é típico do Brasil. Em matemática, apenas oito de 73 professores – isso é uma mostra aleatória, científica – acertaram 80% das respostas, e a média de acerto é 75%; em Língua Portuguesa, 60%. O que esse quadro mostra e que não é segredo para ninguém é que os professores que o Brasil tem recrutado para colocar nas escolas, independentemente do salário, que é de nove mil por mês em tempo integral, não dominam os conteúdos básicos do que ensinam – e aqui estamos falando de conteúdo de quinto ano. Então, é muito difícil você imaginar que, qualquer que seja a legislação ou o esforço que o MEC faça, ou que uma lei faça, o sujeito que não sabe vai ensinar. E esse é o quadro dramático de um Estado daqui do Sudeste.

O Quadro 5 mostra um questionário – está um pouco difícil de ler e eu vou só ressaltar o essencial – feito para diretores e coordenadores pedagógicos. A pergunta é a seguinte: "Quem é responsável pelo fracasso escolar?" Isso é documentado pelos resultados deles. E os itens em negrito mostram o seguinte: tipicamente – e isso não é só nesse Município, mas no Brasil –, os educadores brasileiros, sobretudo, têm a tendência a culpabilizar o aluno e a família. Eles não enxergam que a escola, pelas condições de operação dela, pelas deficiências dela é que causam esses problemas. O grosso da culpabilidade é atribuído ao aluno e à família dele. Apenas 25%... "Ah! É um problema de currículo, carga horária excessiva." Eles pensam que trabalham demais. Mas esse é um dado importante da realidade. O ator importante que é a escola, na qual a sociedade deposita sua esperança, não reconhece em si mesma uma possível causa de problema.

No Quadro 6, a gente pergunta aos diretores da escola: "Quem decide? Quais são as decisões importantes e quais são os dados que você usa para decidir?" Basicamente, o que os diretores falam? Eles falam o seguinte: "Eu faço o que a Secretaria e o MEC mandam." Mas, se isso não está dando certo, como faz? E aí pergunta-se: "E você usa a evidência científica?" Não, apenas 6% usam. Imaginem se estivéssemos tratando de hospital, onde a gente pode ser internado. Pergunta-se ao diretor: "O que você segue aqui: orientação da burocracia ou a evidência científica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o que funciona no meu tratamento?" E é o que estão dizendo: "Nós não seguimos orientação científica."

Quando se pergunta aos diretores e coordenadores: "No que os professores têm dificuldades?" Eles não reconhecem que a dificuldade é que o professor não domina o conteúdo. "Ah! É método, é prática, é experiência." Então, não há um diagnóstico claro, e, quando a gente não tem um diagnóstico claro dos problemas, é muito difícil termos solução.

Pode desligar.

Portanto, por aí a gente vê que temos um problema dentro da escola, que a escola está tentando fazer o que é dito para fazer pelo MEC, pelas Secretarias de Educação, que não está funcionando, mas a escola não tem condição de autorreflexão, de diagnóstico, ou seja, ela não está sendo um ator importante para diagnosticar o problema, e, consequentemente, sem o diagnóstico certo, é muito difícil avançar.

Terceiro ponto. Sugestões. Obviamente que nós estamos falando aqui em linguagem complexa em 15 minutos. Estamos diante de um problema extremamente complexo e grave, um problema que não tem sido reduzido, não é de fácil solução – então, ninguém pode ter a arrogância de falar que tem a solução, porque senão alguém já o tinha resolvido; é um problema nacional, em todo Estado, em toda a rede –, e que tem causas escolares e extraescolares.

Diante de um problema desses, como podemos pensar em desenhar soluções? A primeira recomendação é a de que nós precisamos, em educação, a começar a formular política com base em evidência e não com base em tradição, em maioria, no volume dos decibéis. Precisamos ter mais racionalidade na educação, usar dados, usar evidências.

O segundo é que grande parte dos nossos problemas – não todos – vai, sim, sempre depender da economia; quer dizer, nós temos um nível de pobreza inaceitável, e a educação sempre vai refletir isso se isso não mudar. Nós temos um nível de atendimento à pobreza bastante frágil. Temos que aumentar as políticas compensatórias: Primeira Infância, Bolsa Família, etc. Nós temos um problema sério na economia de produtividade. Se a economia não for atraente, não há razão para você ficar muitos anos na escola. Então, são fatores extraescolares que dependem de decisões, sobretudo, da área econômica e também de uma decisão importante: é preciso que os recursos para educação tenham estímulos para serem usados de maneira eficiente e não como são hoje, em que o desperdício é muito grande. Há medidas fora da educação que dependem, sobretudo, da área econômica que podem, sim, contribuir indiretamente, mas de maneira muito importante, para prevenir ou remediar esses problemas.

Ponto de vista de políticas educacionais. Para avançar com política educacional, primeiro temos de entender que a maioria das nossas políticas educacionais dos últimos 30 anos têm contribuído pouco ou nada para a educação. E um ponto que eu tenho insistido na minha fala, na minha pregação, é que um dos males, talvez, da educação no Brasil, Senador, é o elevado nível de consenso sobre as coisas erradas. O Brasil atingiu um elevadíssimo nível de consenso, mas o diagnóstico é equivocado. Isso nos tem prejudicado muito.

Nós temos um custo elevado – aumentamos 60% os custos da educação nos últimos 12 anos –, e não há melhoria de resultado. E a melhoria de resultado que há, que é na Prova Brasil do quinto ano, se deve fundamentalmente à melhoria do nível de escolaridade das mães. Não tem nada a ver com as políticas educacionais; não é deste Governo, não é do Presidente Temer, não é do Ministro da Educação que está lá hoje: é de políticas equivocadas consensuais que se acumulam ao longo do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, temos as tentativas de solução meia-boca: a Base Nacional Comum Curricular, que não vai mudar nada. Ela é incompreensível, é ilegível, e vai para esses professores que não sabem tabuada, não sabem os rudimentos. Então, é algo pensado com boa intenção talvez, mas que não tem a viabilidade, a praticidade para implementar.

Eu vou só ler aqui uma frase de um dos mais eminentes estudiosos sobre alfabetização, que comentou sobre a Base. Ele diz que a BNCC que foi recentemente aprovada no Brasil é, no que respeita à alfabetização, "bem mais inadequada e abstrusa que suas versões anteriores".

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Eu vou concluir em dois minutos.

Então, veja que não há a menor base.

No ensino médio, se vocês acompanham as críticas do Prof. Simon Schwartzman e do Prof. Cláudio de Moura Castro, não tem a menor condição de que esse currículo vá impactar a sociedade, porque não tem a assimilar. Bom, e por aí vai.

O que é necessário fazer? – mas é difícil. Primeiro é o seguinte: para evitar a saída do aluno, tem de alfabetizar no primeiro ano. Nós não temos ainda no Brasil uma orientação científica adequada para alfabetizar, e a que temos é inadequada. Mas infelizmente o MEC, que está aqui representado, não abre espaço para racionalidade.

Segundo, é preciso corrigir o fluxo escolar, ainda que à força: aluno que atrasa vai sair da escola. As políticas em curso não têm contribuído para isso.

Terceiro, é preciso criar alternativas para jovens, mas alternativas viáveis. Se ele fracassou pela escola, não vai ser voltando à escola que ele vai ter sucesso. Tem de ser por outras alternativas no mundo do trabalho.

E, quarto, temos de ter orientação vocacional para o aluno não fazer a opção errada. O grande problema da deserção no ensino médio é que o aluno possivelmente não devia estar lá ou não devia estar no sistema acadêmico, e, como não há o vocacional, ele não tem para onde ir.

Então, nós temos aqui algumas coisas de políticas que precisam ser feitas, mas não há clima ou condição para se fazer isso, pelo menos no âmbito federal.

Do ponto de vista de legislação, ou seja, desta Casa, eu teria algumas sugestões, mas, antes disso, um alerta: o Brasil tem uma das leis mais fortes do mundo que obriga as crianças de quatro a 17 anos a estar na escola. E nós temos 2,5 milhões de crianças fora da escola. A lei permite prender o pai da criança, se ela não for. E não acontece nada. Então, tem de se pensar duas vezes. Lei vai resolver? Lei é um caminho bom para resolver as coisas? Essa lei dá direito a prender! É muito forte. A lei é muito boa, digamos assim, e não funciona. Quer dizer, nem sempre lei funciona...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – ... por mais que seja boa a intenção de V. Exªs.

Então, eu teria sugestões, mas, como o meu tempo já acabou, se num momento houver debates, eu apresentarei as minhas sugestões aqui de legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu que agradeço.

Quero registrar aqui a presença da Senadora Fátima. Eu costumo dizer que aqui nós temos o pai da educação, que é o Cristovam, e a mãe, que é a Senadora Fátima. Pela educação, ela briga em todos os sentidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, João Batista, deixe-me falar uma coisa para você: essa nossa audiência tem este objetivo, esse caráter de a gente buscar amenizar essa situação, porque ela é preocupante nos dois aspectos, tanto no aspecto social quanto no aspecto econômico, e principalmente no objetivo do ensino, que acaba sendo prejudicado.

A gente observou, em alguns pontos, que realmente é bom estar o Raph aqui, porque ele vai catalogar essas informações e, naturalmente, levar para o MEC, porque, dentro desses dados que você mostrou, a gente vê que a questão da metodologia, a questão do conteúdo, ou a questão da própria estrutura, infraestrutura, de sala, de clima e de modernidade também podem realmente estar contribuindo, sem desprezar aqui que, para mim, um dos fatores que mais influenciam é o fator econômico, o socioeconômico, lá fora, que acaba prejudicando.

Mas, dando continuidade, vamos ouvir o Daniel, que tem a palavra.

O SR. DANIEL CARA – Bom dia a todos e todas.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite feito pela Comissão de Educação do Senado Federal, na pessoa do seu Presidente, Senador Telmário Mota, do PDT de Roraima. Tenho muito apreço pelo seu Estado, estive várias vezes lá, e considero um Estado fundamental para o debate nacional.

Muitas vezes o Brasil desconhece o Norte do País, e a situação de Roraima, a situação de fronteira, é algo que precisa ser debatido nacionalmente. Eu tive a oportunidade de visitar várias vezes o Estado e tenho um apreço muito grande.

Eu queria cumprimentar a minha grande companheira, Senadora Fátima Bezerra. Também estive em Mossoró, recentemente, e, quando eu falei do nome da Fátima, o Auditório da Universidade Federal do Semiárido, a Ufersa, veio abaixo. A Senadora Fátima tem um enorme reconhecimento, não só como mãe da educação, aqui no Senado Federal, mas como uma grande batalhadora pelas causas sociais e pela dignidade e direitos sociais do povo do Rio Grande do Norte.

Eu queria também cumprimentar a Senadora Regina Sousa, que, infelizmente, teve de sair; Senadora do Partido dos Trabalhadores do Piauí, que também tem feito um trabalho importante. Graças à articulação entre a Regina Sousa e a Senadora Fátima Bezerra, nós conseguimos manter Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, por unanimidade, aqui no Senado Federal. Havia uma proposta de retirada do Paulo Freire, e conseguimos fazer uma mobilização, com o Chomsky, internacionalmente, com o Carnoy, com praticamente todas as universidades, sem contar toda a mobilização nacional. E a Senadora Regina Sousa foi fundamental para isso.

Eu queria cumprimentar também a nossa Coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação aqui no Distrito Federal, Catarina de Almeida Santos, professora da UnB, e meus companheiros aqui de debate, o João Batista Araújo e Oliveira e o Raph, do Ministério da Educação, que dão oportunidade de debate. Sempre é bom debater.

Já começo agradecendo a exposição do João Batista, que traz dados e tenta racionalizar o debate. Ainda que existam discordâncias de perspectiva, essa é uma atitude sempre produtiva e sempre positiva para a qualidade do debate.

A questão da evasão, da aprovação e da reprovação escolar, que é um tema fundamental no País – e a exposição de motivos desta audiência foi bastante clara e correta na avaliação –, depende de uma perspectiva de visão sobre a forma como a gente aborda o tema da evasão, da reprovação e da aprovação escolar no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto que eu queria trazer para vocês... E eu vou trazer alguns pesquisadores que, na minha opinião, são paradigmáticos na agenda da educação brasileira, porque fazem boa pesquisa educacional. Eu concordo com a crítica do João Batista Araújo e Oliveira quando ele trata da forma como se dá o debate na área de educação. É um debate que é pouco científico. Aliás, a ciência pedagógica está muito alijada do debate educacional brasileiro, e isso precisa radicalmente mudar.

Eu tive oportunidade de viajar o mundo debatendo educação quando eu fui diretor da Campanha Global pela Educação, da Campanha Latino-Americana e agora da Rede Lusófona pelo Direito à Educação. E, visitando vários países, fica evidente que o Brasil é um daqueles em que o debate educacional se dá menos com o eixo, com a visão e com a contribuição da ciência pedagógica.

Então, eu vou tentar trazer algumas contribuições de autores que, na minha opinião, são paradigmáticos e muitas vezes não entram no debate, mas que foram os responsáveis por conceitos fundamentais para a análise da educação, e que precisam influenciar a deliberação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

O primeiro autor, para a gente analisar essa questão da evasão, da reprovação e da própria demanda por educação, na minha opinião, é o Celso de Rui Beisiegel. Ele foi um dos principais alunos do Florestan Fernandes, infelizmente faleceu recentemente, foi professor emérito da Universidade de São Paulo. O Celso de Rui Beisiegel conseguiu comprovar sociologicamente, num trabalho de sociologia da educação, que a demanda por educação da população brasileira é enorme. A pesquisa dele começa na década de 40 do século passado, quando ele mostra que a população brasileira, no caso a população paulista, que era o campo que ele trabalhava, demandava educação e reconhecia os políticos que, de fato, lutavam pela educação e que construíam escolas nas cidades do interior de São Paulo.

O trabalho do Celso, ao longo do tempo, foi um trabalho que foi comprovando que a demanda por educação da população brasileira é grande, mas que existe um enorme problema nessa demanda por educação. A população brasileira reconhece a importância da educação. Ela, inclusive, acredita... Há um título de um trabalho da Profª Marília Esposito, que, na minha opinião, é o título mais poético e profético da questão da educação. Ela acredita na educação como uma ilusão fecunda, porque as pessoas acreditam que, pelo fato de terem acesso à educação, vão conseguir, de fato, mudar...

Eu queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, que acaba de chegar aqui ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu queria, Daniel, só dizer que eu estava...

O SR. DANIEL CARA – Anunciar o pai da educação.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – É. Eu estava me sentindo órfão, aqui, porque o pai da educação não tinha chegado; a mãe já estava presente. Eu falei: se o pai não chegar, eu vou me sentir órfão. Mas, graças a Deus, há a presença do Senador Cristovam.

O SR. DANIEL CARA – A Marília Esposito, que também é orientanda do Celso de Rui Beisiegel, em um título de um trabalho dela, cria uma síntese de que a educação é uma ilusão fecunda. Em que sentido? A população acredita em que o acesso à educação vai transformar a sua vida, mas a transformação real das condições de vida depende do crescimento econômico, basicamente por quê? Porque você pode ter, por exemplo... É o caso de Portugal, hoje. Hoje, não porque hoje o governo português, numa coalizão de centro-esquerda, tem mudado a história de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portugal e tem conseguido fazer um crescimento econômico sustentável. Mas, até recentemente, Portugal tinha uma educação de boa qualidade, uma educação bastante estruturada, só que os estudantes não conseguiam emprego dentro de Portugal, então, tinham de emigrar, tinham de ir para outros países. Resultado: a educação não necessariamente mudava as condições de vida dos jovens portugueses, mas, de fato, ela era uma condição necessário para que, com o crescimento econômico, as condições de vida se materializassem na melhoria das condições de vida.

Então, um ponto importante para o nosso debate – isso é importante frisar nesse documento que vai ser entregue ao Ministério da Educação – é que a população brasileira demanda educação. Qual é o problema correlato dessa demanda por educação? A população brasileira só pode demandar aquilo que ela acredita que é importante ou que ela conhece em termos de formulação. E, infelizmente, pela baixa qualidade da educação, que é histórica no Brasil – é um problema de décadas, alguns autores atribuem o tamanho do problema a séculos –, a realidade é que a capacidade de reivindicação sobre a qualidade da educação é baixa, então as pessoas reivindicam o acesso, e elas consideram que o acesso é um aspecto fundamental – obviamente que é; a pessoa precisa ter matrícula –, mas é insuficiente para dar conta do debate educacional. Então, a realidade é que população demanda educação, mas ela ainda não tem a capacidade de conseguir demandar qualidade da educação. E esse é um problema que a gente precisa enfrentar concretamente no Brasil.

Isso advém de um fato, Senador Telmário, que é bastante preocupante, que é a visão trabalhada pela Maria Helena Souza Patto, que, na minha opinião, é o maior clássico da política educacional brasileira, *A Produção do Fracasso Escolar: histórias de Submissão e Rebeldia*, em que ela vai mostrar que a política educacional brasileira, Senadora Fátima, é pautada pelo fracasso, e não pela perspectiva da aprendizagem. E ela vai mostrar como que a escola, dentro da periferia de São Paulo, as escolas públicas etc, na verdade, estimulam o aluno a sair da escola. Elas rejeitam a educação.

E a obra que, na minha opinião, é consequente em relação a esse trabalho da Maria Helena Souza Patto, é o trabalho do Vitor Henrique Paro, que já esteve aqui no Senado Federal algumas vezes, *Reprovação Escolar: renúncia à educação*.

Então, para vocês terem uma ideia de como esse tema é um tema forte, eu fui a um fórum mundial de educação na Coreia do Sul, representando o Brasil, na época a delegação oficial era liderada pelo Ministro Renato Janine Ribeiro, 2015, Ministro da Presidenta Dilma, e, nos debates com os países, quando eu falava sobre os indicadores de reprovação escolar do Brasil, nenhum país do mundo conseguia compreender. Eu estou falando, inclusive, de países da nossa região aqui. A gente tinha ali no congresso a Grulac (Grupo Latino-americano e Caribenho), e eles, de fato, não compreendiam como o Brasil tem índices de reprovação escolar que são tão resilientes, são índices que não conseguem de fato avançar e, quando avançam, ainda assim a evasão escolar é muito alta. Isso chegou a tal ponto, num relatório recente do Banco Mundial, que foi entrevistado pelo jornal *O Globo*, e eu acho que esse é um aspecto que também deve ir para debate nesse documento, que a situação da evasão e da reprovação é tão alta no Brasil que eu e alguns outros autores começamos a trabalhar na perspectiva da exclusão escolar.

O João Batista trouxe um pouco de o que a gente considera que é a exclusão escolar. Por que os jovens, homens negros, são os que mais são excluídos da escola? Por que eles também são os mais vitimados pelo genocídio da população negra brasileira? Na realidade, a gente vive uma situação de genocídio dos jovens negros no Brasil. O que acontece? O que acontece é que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sociedade brasileira é uma sociedade que expulsa e rejeita aqueles que ela considera que não têm direitos sociais. O caso clássico é a questão da militarização de escola, para comprovar essa tese.

Por que, nos Estados onde ocorre a militarização de escola, essa militarização de escola ocorre exatamente em regiões de periferia das grandes cidades? Porque, na realidade, o que se considera é que aqueles cidadãos, aqueles jovens de periferia não têm direito à educação, eles têm de ser domados, eles não têm de ter a sua cidadania promovida.

O aspecto concreto... Quem quiser também ter contato com uma obra que trata dessa questão, uma pesquisa do Cenpec –que é uma ONG de São Paulo, que vai tratar dos temas da família, exclusão escolar e vulnerabilidade – mostra que as escolas, quando têm alunos que se consideram indisciplinados, o trabalho da escola, o trabalho que acontece ali na comunidade escolar é fazer com que aquele aluno saia daquela escola, que ele seja expulso daquela escola. E muitas vezes existem, nos bairros de São Paulo – e aí falando um pouco mais da minha cidade –, as escolas para os bons alunos e as escolas para os maus alunos.

Alguns governos estaduais, absurdamente, num conceito, Senador Cristovam, que eu considero o mais infeliz, acreditam que policiais militares são melhores educadores do que professores, o que é uma completa inversão da compreensão do trabalho do policial militar, e, pior ainda, da compreensão do trabalho dos próprios professores.

Então o tema concreto... E, por sorte, há bibliografia internacional também que trata desse tema, especialmente nos Estados Unidos. Eu dei uma aula na Universidade de Columbia em 2015 tratando desse tema e há uma extensa pesquisa na Universidade de Columbia, na Faculdade de Educação, que seria a Faculdade de Educação de Columbia, que é a ideia de que na realidade os sistemas de ensino estão criando cada vez mais uma prática de expulsão, que é um termo mais correto do que evasão, porque a evasão parte da decisão do estudante. E, muitas vezes, o estudante não tem condições concretas de tomar essa decisão, porque quem o leva a tomar essa decisão é a própria escola. O sistema de ensino, que precisa garantir o direito, exclui o estudante, inviabilizando a prática desse direito.

O cenário, nesse sentido, se a gente muda a perspectiva para uma perspectiva de exclusão – a gente entra naquelas questões que foram apresentadas aqui pela fala do João Batista, tentando buscar um consenso aqui no debate –, o sistema de ensino brasileiro, de fato, precisa se repensar na perspectiva do direito à educação e não na perspectiva da educação como um serviço *free*, uma obrigação do Estado. E, mais do que isso, ele precisa ser repensado na perspectiva de realização do processo de ensino e aprendizagem; tem de dar as condições para os professores ensinarem; e é preciso garantir as condições para os alunos aprenderem.

Entrando aqui um pouco no debate – não vou poder debater a questão das leis; o João Batista vai depois trazer as opiniões dele sobre as leis –, a gente tem aqui, para entrar no âmbito das alternativas, com o tempo que me resta, um debate que pode ser pautado em questões de evidência e em questões de experiência.

Existem evidências que a gente pode debater que são evidências exclusivamente relacionadas à questão dos sistemas públicos de ensino no Brasil. Mas existem questões superiores ao sistema público de ensino, no sentido de que são questões estruturais do sistema federativo brasileiro, da organização do Estado brasileiro para a garantia do direito à educação que precisam ser abordadas.

Uma evidência concreta é que, desde a redemocratização, a Constituição Federal, que é positiva nesse sentido, não foi implementada na matéria educativa. Em relação ao federalismo, não há um Sistema Nacional de Educação, e espero que na Câmara... Eu cheguei um pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atrasado, porque na Câmara está entrando em debate o Sistema Nacional de Educação. Não temos um Sistema Nacional de Educação para organizar a ação do Estado brasileiro. Então, a União rema para um lado, os Estados remam para outro, e os Municípios remam para outro lado completamente distinto. E as tentativas de fazer com que todos remem no mesmo sentido são malfadadas.

Eu concordo com o João Batista Araújo e Oliveira, quando ele diz que a Base Nacional Comum Curricular é um texto simplesmente imaginativo. Ele, de fato, não vai chegar concretamente às escolas públicas brasileiras e sequer vai ter a capacidade de organizar a ação dos entes federados na matéria educacional.

Agora, há uma evidência que, para se resolver a questão federativa, tem de ser enfrentada, Senadora Fátima. Vocês aprovaram a Lei Orçamentária Anual de 2018, apontando que o Governo Federal, a União, tem um orçamento de R$3,57 trilhões. Nos nossos cálculos, para tornar a educação um problema federativo...

Esta é a nossa interpretação de federalizar a educação, fazendo um debate com o Senador Cristovam: fazer com que, de fato, a educação seja um problema de todos os entes federados, não só de Estados e Municípios. Em educação básica, a demanda, segundo nosso estudo do Custo Aluno Qualidade Inicial, é de R$50 bilhões. Isso significa 0,15% do Orçamento da União. Considerando que, no Orçamento da União, aquilo que existe de fato para se investir são R$2 trilhões, ainda assim, há uma margem de manobra que se determina por prioridade.

Ontem eu debati primeiro o texto do Fundeb, o substitutivo do Fundeb. A posição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação é que o texto do Senado Federal, a PEC 24, de 2017, é o nosso horizonte. Porém, está sendo debatido um texto na Câmara. E, na discussão do texto na Câmara, quando se apresentam os dados de quanto o Fundeb pode ser um instrumento de correção e de justiça social sob a égide da Emenda à Constituição nº 95, de 2016, que é o teto dos gastos públicos, a gente observa que o Fundeb é hoje a única matéria que pode fazer o orçamento da política social crescer. Então, é possível fazer uma discussão, com base numa evidência científica de que, a cada R$1 investido em educação no Brasil, a União coloca R$0,18. Há quem diga que esse patamar caiu, porque esse dado não tem sido mais produzido. Convido os Senadores a fazerem um requerimento de informação para saber como está o investimento em educação por ente federado. Desde 2010, não há esse dado oficial pelo Inep. Em 2014, o Senador Randolfe Rodrigues conseguiu, por um requerimento de informação, acesso a esse dado. E aí o resultado foi: a cada R$1 investido em educação, a União coloca R$0,18; os Estados colocam R$0,40; e os Municípios, R$0,42.

Em 1949, o Victor Nunes Leal – na minha opinião, o maior cientista político brasileiro –, no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, mostrou que a cada R$1 arrecadado no Brasil, a União ficava com R$0,63, – 1949; os Estados com R$0,28; e os Municípios, com R$0,09. Hoje, dado do Presidente Lula, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, de 2010 – também é o último dado produzido –, a cada R$1 arrecadado no Brasil, a União fica com R$0,57; os Estados e o Distrito Federal, com R$0,25; e os Municípios, com R$0,18. Duplicou a participação dos Municípios, só que decuplicou, na Constituição Federal, a responsabilidade dos Municípios.

Na regra da Administração Pública, a responsabilidade está muito aquém da capacidade orçamentária. Então, essa é uma questão que a gente precisa enfrentar. E isso tem relação direta com a pauta de valorização dos profissionais da educação, melhoria das condições de trabalho, aprimoramento da formação de professores. É claro que tem de haver uma política pedagógica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que conduza o trabalho, mas a política pedagógica, como qualquer política social, não vai conseguir perseverar sem orçamento.

E, por último, em relação às questões de experiência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – ... já para concluir, eu acho que, de fato, o Brasil precisa observar as experiências internacionais, mas sem acreditar que elas podem servir como modelo, porque a realidade brasileira é completamente distinta.

Eu conheci o sistema de ensino da Coreia do Sul e é um sistema de ensino, extremamente autoritário, que, inclusive, está sofrendo uma reforma. A Coreia do Sul é o país com o maior índice de suicídio juvenil. À meia-noite, eu estava no Fórum Mundial de Educação, na Coreia do Sul, e os estudantes estavam saindo das escolas, muitos deles completamente exaustos, vários bebendo muito na saída da escola, porque eles não aguentam aquele sistema de ensino que é baseado em disciplina e em exaustão. Eles têm escola em período integral e, depois da escola em período integral, um complemento em cursinhos, porque é preciso entrar nas universidades. Não há sistema previdenciário na Coreia do Sul, e o desempenho profissional dos filhos é o que sustenta os pais e avós.

O caso finlandês é o caso de que eu mais gosto, mas a Finlândia é um país que é do tamanho da zona leste de São Paulo. Eu acho que é um modelo extremamente inspirador, mas é um modelo que não se aplica no Brasil. Eu estive com a Ministra da Educação da Finlândia, à época, e, quando eu perguntei a ela como eles organizaram o sistema de ensino, ela me questionou, como brasileiro, por que eu não sabia como eles organizavam o sistema de ensino, porque basicamente o trabalho deles é pautado no trabalho do Paulo Freire. Ou seja, a gente tem um autor... Aliás, não é só Paulo Freire. Ela falou, inclusive, que, quando eles fazem escola em tempo integral, a inspiração é o Anísio Teixeira. E, de fato,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – ... a gente vê o quanto a gente não tem a capacidade de corresponder a essa questão.

Por último, a Austrália. A Austrália, eu acho interessante, porque a gente fez uma Base Nacional Comum Curricular com muitos problemas e trata a Austrália como modelo. A Austrália demorou dez anos... Eu estive com a Julia, que foi a Primeira-Ministra que implementou a base na Austrália, graças ao Kailash Satyarthi, um amigo em comum, Prêmio Nobel da Paz, que eu tenho com o Cristovam e com a Fátima Bezerra também. O Kailash quer, cada vez mais, se aproximar da Fátima. Ele esteve aqui no Senado Federal no ano passado, promoveu um encontro entre Lideranças, eu conheci a Julia, e ela me contava que o currículo australiano demorou dez anos para ser construído. Quer dizer, não é um debate que se faz de forma aligeirada, sem trabalho científico, sem reflexão sobre o que se quer.

Basicamente, essas são as questões que eu queria trazer em termos de evidências e experiências, mas reforçando, concretamente, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – ... a gente precisa avançar para o tema da exclusão e não ficar restrito ao tema de evasão, porque não é uma mera decisão do aluno. O nosso sistema público de ensino, as nossas escolas, na verdade, excluem os alunos que, pela avaliação da escola, absurdamente, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alunos indisciplinados ou alunos que não merecem o direito à educação, o que é algo completamente inaceitável.

Eu queria agradecer a oportunidade de trazer a posição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

É um prazer sempre estar aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senador Telmário, antes de mais nada, parabenizar V. Exª por mais essa iniciativa de promover o debate sobre um tema tão importante, tão caro, tão estratégico para a vida de qualquer país, de qualquer nação que se pretenda inclusiva, que se pretenda solidária, com projeto de desenvolvimento nacional, com geração de emprego e renda, que é o tema da educação. E V. Exª tem tido um olhar muito atento, repito, para a agenda da educação aqui no Senado Federal, claro, sempre tendo o cuidado também de olhar para a sua querida Roraima.

Mas, enfim, eu quero só pedir licença aos senhores, porque eu vou ter de sair agora, Senador Telmário, uma vez que a Senadora Regina está nos convocando com urgência. Como V. Exª é integrante também da CDH e está na coordenação dos trabalhos, eu vou ter de me deslocar agora até a CDH. Contudo, espero voltar ainda a tempo de participar do debate, mas desde já parabenizo e digo da alegria de rever o amigo, professor e companheiro Daniel Cara.

Daniel coordena a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, instituição essa, entidade essa que é uma referência, sim, no Brasil na luta em defesa e promoção da educação pública. Dou esse testemunho aqui pelo quanto nós temos atuado juntos na luta em defesa da educação. Basta citar, por exemplo, o momento glorioso que nós tivemos quando, no governo do Presidente Lula, conseguimos aprovar o Fundeb, que agora está sendo objeto de discussão novamente. Como disse Daniel, há uma proposta de emenda à Constituição na Câmara e há uma outra já aqui, no Senado, Senador Telmário, de autoria da Senadora Lídice, proposta essa que eu tenho a alegria e a honra de ser a Relatora. E estamos realizando o debate com os vários segmentos do campo educacional, até porque nós temos de tratar o Fundeb com muito zelo, com muita responsabilidade.

O Fundeb hoje é a principal âncora do ponto de vista de sustentabilidade da oferta educacional da educação básica no nosso País. É impossível pensar o funcionamento dessa rede gigante, que é a rede da educação básica, a rede pública da educação básica pelo País afora, que atende quase 50 milhões de pessoas, sem o Fundeb. É impossível pensar nisso!

Por isso é que nesse momento do debate da PEC da qual eu sou Relatora, Senador Telmário, nós estamos aproveitando esse momento não apenas, meu caro Raph, para defender a prorrogação do Fundeb. Isso é o mínimo. É evidente que o Fundeb tem que continuar. Ninguém pode imaginar o Brasil sem o Fundeb, os Municípios sem o Fundeb, os Estados sem o Fundeb. Isso é impossível! Mas nós não queremos apenas, Prof. João Batista, na PEC que eu estou relatando, prorrogar o Fundeb, uma vez que a vigência dele termina em 2020. Mais do que isso, nós queremos avançar no item financiamento da educação.

Aquilo que o Daniel disse aqui é a mais pura verdade: a contribuição do Governo Federal para os recursos que formam o Fundeb é em torno de 10% apenas. O restante cabe aos Estados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos Municípios. Ora, como fazer frente ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação com um financiamento desses, sobretudo nesses tempos de Emenda 95, de congelamento dos gastos nas áreas sociais?

Por isso – e vou encerrar –, Senador Telmário, que nós temos que dar total prioridade a esse debate do Fundeb pelo caráter estratégico que ele tem tanto do ponto de vista do presente como do futuro da educação no nosso País.

Enfim, quero cumprimentar o Prof. João Batista também, cumprimentar o Raph, e mais uma vez, Daniel, dizer da contribuição sempre valiosa, qualificada que você traz para o debate em torno da educação.

Vou lá, Senador Telmário, e espero que possa chegar ainda aqui a tempo de participar mais do debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu só tenho que agradecer, Senadora Fátima, a participação de V. Exª, naturalmente com uma missão importante aí pela frente, que é essa PEC. E essa nossa audiência tem como objetivo trazer novos ingredientes para que realmente possam nos ajudar.

O Senador Cristovam vai ficar ali um pouquinho, porque, antes de eu passar a palavra para o Raph, os meus universitários me disseram o seguinte: "Senador, e o vídeo?" É, nós temos um vídeo, é verdade. Então, vamos passar o vídeo até para dar mais subsídio e balizar os nossos representantes do MEC e também a fala do Senador Cristovam e depois as réplicas com os nossos convidados.

Vamos soltar o vídeo. (*Pausa.*)

Você sabe que sempre há um boicote quando se fala de educação, e o sistema está boicotando aqui. Então, enquanto o vídeo não prepara, Raph, você está com a palavra.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Só um minutinho.

Senador Cristovam, V. Exª tem agenda agora? Não poderia assumir a Presidência para eu fazer uma votação ali na...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu tenho uma agenda ao meio-dia. Por isso, estou tentando mudar. Estou tentando que a pessoa que vem me ver, pois não dá para eu relaxar, aceite adiar um pouco. Eu gostaria muito de participar deste debate. Mas, daqui a pouco, talvez eu tenha de sair. Estou esperando aqui a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Fique aqui por cinco minutos, dez minutos. Vou ali rapidinho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Sim. (*Palmas.*)

O SR. RAPH ALVES – Bom dia!

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Cristovam pela questão da condução temporária, neste momento, da Mesa. Cumprimento os meus colegas de fala, Daniel Cara, João Batista e todos aqui presentes também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu procurei aqui condensar um pouco as informações e as dividi aqui em quatro momentos, inclusive vou ter de passar um pouco adiante aqui. Primeiro, um contexto geral de dados sobre a educação básica no Brasil, tanto do ponto de vista de acesso quanto de abandono, de reprovação, de repetência, como também indicadores de fluxo escolar, que traz um conceito diferente de rendimento escolar. O fluxo escolar é um novo indicador que o Inep divulgou no ano passado na ocasião dos dez anos de censo individualizado por aluno. Ele mostra a trajetória desse aluno. Não só aprovação, mas se ele foi para a série seguinte, se se matriculou na série seguinte também, que é um dado importante. E algumas ações aqui do MEC, um recorte que vai também ao encontro desses resultados.

Primeiro, um dado geral – até a Senadora Fátima já pontuou – em relação ao universo de que estamos falando. Hoje nós temos aproximadamente 48,6 milhões matrículas na educação básica, que estão distribuídas em 184 mil escolas de educação básica do País.

Há a divisão. Se você olhar o quadro, o que seria percentual de atendimento para cada esfera. Só para destacar a rede municipal: 47% dessas matrículas estão localizadas nas redes municipais. Esse é um ponto importante até pensando que grande parte dessas redes municipais está em Municípios muito pequenos, com fragilidades tanto econômicas quanto técnicas. É um ponto de observação.

Outro dado aqui pontua de forma geral a distribuição desses alunos em cada uma das redes pensando tanto em matrículas em escolas urbanas quanto também em rurais. Aqui há um outro ponto interessante: a maior concentração de matrículas em escolas rurais também são das redes municipais de educação. É um ponto também importante uma vez que, na escola rural, eu tenho uma possibilidade de abandono que acaba sendo bem substancial também.

Outro dado que a gente traz aqui é em relação a atendimento. Sobre as três próximas telas, ela fez aqui um recorte de atendimento pensando aqui em acesso aos três segmentos: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Nessa primeira, eu acho que um dado é importante aí, que é fruto inclusive de pontos de mudança legislativa, quando se fala da obrigatoriedade do acesso à educação infantil, a universalização dos quatro e cinco anos. Então, aqui a gente tem essa evolução. Hoje, no País, de acordo com o censo já de 2017, nós temos 8.508.731 crianças frequentando alguma instituição de educação infantil.

Outro ponto importante aqui, até porque essa é uma etapa que é de responsabilidade pública, responsabilidade direta dos Municípios, só que há uma participação também bem importante da iniciativa privada. Em torno de 27% das matrículas na educação infantil estão com redes privadas, conveniadas.

Outro dado aqui é em relação ao ensino fundamental. No ensino fundamental, da mesma forma, na educação infantil, a gente está falando daquela parcela de crianças atendidas, em torno de 8 milhões, e no ensino fundamental são 27 milhões de atendimentos, tanto pensando em redes municipais, que é onde há a maior parcela também nos anos iniciais, e, nos anos finais, as redes municipais e as redes estaduais têm um atendimento bem paritário, de 42%.

Eu vou aqui passar um pouco mais rápido.

Em relação ao ensino médio, hoje nós estamos falando de 7,9 milhões de jovens matriculados e frequentando a escola no ensino médio. Então, esse é o universo de atendimento.

Aqui a gente tem um dado importante em relação à taxa de frequência, tanto à creche, quanto à escola. Pensando a creche até os três anos, em torno de 30% de cobertura, pensando a amostra da Pnad Contínua. Os quatro e os cinco anos, o caminho da obrigatoriedade a partir de 2016, a gente pode olhar um avanço importante, apesar de que ainda temos 10% dessas crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão fora da instituição. E, de 6 a 14 anos, a universalização de atendimento. E 15 a 17 anos é um dado que nos preocupa, que são as pontas também.

Aqui vem uma diferença em relação a dados indicadores de rendimento escolar, que é esse que a gente está mais acostumado a observar. Esse é um dado mais usual, que já tem um conhecimento um pouco mais aprofundado, que é em relação à taxa de aprovação, de abandono e de reprovação. O outro é um indicador que é novo, que o Inep criou, que faz agora o acompanhamento horizontal daquele estudante. Então, como o censo é feito por cada estudante, ele é feito com a identificação de cada um dos estudantes, então, há essa possibilidade agora de acompanhar como é que é a trajetória daquele estudante ao longo de toda a educação básica.

Aqui também há uma observação em relação ao rendimento escolar de forma geral. A taxa de distorção idade-série, que é um ponto ocasionado tanto, em determinadas situações, com acesso tardio, mas muito mais causado hoje pela grande taxa de reprovação que a gente tem, principalmente em algumas séries, como o terceiro ano, o sexto ano, o nono ano e a primeira série do ensino médio. São lugares onde você tem uma concentração de reprovação e abandono que é absurda. Não que nos demais ela esteja resolvida.

Mas aqui, essa taxa de distorção. O que quer dizer isso? Se eu olhar ali o dado, por exemplo, de anos iniciais. (*Pausa.*)

Nos anos iniciais, cerca de 25% das crianças que estavam frequentando do primeiro ao quinto ano já estavam em distorção idade-série. Isso quer dizer que a distorção idade-série seria uma relação: qual seria a idade adequada, considerando a sua entrada com seis anos no primeiro ano. E é considerado para esse dado, quando a distorção está acima de dois anos ou mais. Então, por exemplo, uma criança de oito anos no primeiro ano do ensino fundamental é tida como já em distorção idade-série.

Então, é um dado importante. Se você for pensar nos anos iniciais, que é onde você tem uma parcela considerável, tem a base para o crescimento, para o desenvolvimento tanto intelectual, cognitivo e desenvolvimento pessoal daquela criança. Nas demais etapas, cerca de 12% dessas crianças já estão em distorção idade-série. Então, a reprovação já ataca crianças, o que é um ponto absurdo também.

Aqui a gente traz a distorção idade-série pensando em segmentos, tanto da esfera estadual como a municipal e privada. Um ponto importante a se olhar que principalmente reforça a questão da desigualdade: fazendo o recorte de anos finais, nono ano, comparando-se rede privada com rede municipal, por exemplo, a taxa, o percentual de alunos em distorção idade-série na rede privada é um número considerável, mas, comparado com a rede municipal e com a rede estadual, é bem preocupante a diferença, o que reforça as desigualdades tanto do ponto de vista de oportunidade de aprendizagem nessas diferentes redes também.

Aqui há aquilo que eu acabei de pontuar. É um gráfico que mostra a taxa de insucesso. Esse insucesso é o somatório de reprovação e abandono escolar também. E percebam que ela tem uma inflexão forte nesses anos, tanto no terceiro, quanto no sexto, como na primeira série do ensino médio.

Claro que existem algumas causas prováveis também em relação a cada uma dessas. Do terceiro ano, é onde se fecha o ciclo de alfabetização. Então, há uma tendência também, até mesmo pensando em normatizações dos conselhos e do Conselho Nacional de Educação, em um momento em que é permitido reprovar o aluno. Então, a norma não surgiu nesse sentido, mas no sentido de que, se o aluno não está aprendendo no primeiro dia, o que a escola, o sistema, a rede vão propiciar para que ele aprenda, quais são as estratégias ofertadas e organizadas pela escola,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do ponto de vista curricular, como também pela rede de ensino, os programas, os programas complementares, se eles estão atacando esse ponto também.

E, no terceiro ano do ensino fundamental, as normativas já permitem essa questão de que aconteça a reprovação nesse período. O lógico aqui na realidade seria nenhuma dessas crianças saírem desses anos escolares sem o atendimento adequado, sem aprendizagem garantida. Se naquela aula aquela criança não aprendeu, o que está feito para que ele aprenda, tanto do ponto de vista de revisão, de estrutura, de estratégias de ensino, como também ofertas de outros caminhos também para ele.

Na inflexão aqui, pensando o sexto ano, um dos pontos é que você muda também de uma realidade de anos iniciais que, em grande parte, é um professor que atende aquele aluno, para outro tipo de realidade também em que você tem um número maior de professores. Então, há uma queda brusca. Como se fala? O pouco cuidado com essa transição de etapa também é um ponto; claro que não apenas esse, mas esse é um ponto importante para ser destacado.

A mesma questão em relação ao ensino médio, além também das mudanças comportamentais daquela criança. Ela está passando por uma outra fase de desenvolvimento também. Isso precisa ser entendido para ser trabalhado.

Em relação ao ensino médio, a primeira série do ensino médio é o período em que se tem o maior quantitativo tanto de abandono quanto de reprovação. Aqui há causas diversas, atreladas também, principalmente, à baixa qualidade de entrega no ensino fundamental.

Muitos desses jovens, quando chegam ao primeiro ano do ensino médio, têm dificuldades tanto de acompanhar... E muitas vezes a escola, a rede e os sistemas de ensino não têm ações específicas nesse sentido. Além disso, há a complexidade curricular de um ensino médio. A gente está falando aqui do ensino médio com 13, 14 disciplinas obrigatórias para todo mundo, independentemente da opção e do projeto de vida que esse jovem tem.

Aqui é só um mapa, só para visual mesmo, para a gente observar essa taxa de insucesso, pensando-se anos iniciais e anos finais em ensino médio. Aqui o que está mais em verde é a taxa de insucesso de até 5%; mais em vermelho, acima de 20%.

Então, a gente pode olhar que, nos anos iniciais, a Região Norte e a Região Nordeste também têm ali, como se diz, pontos importantes, principalmente a Região Norte, o que preocupa bastante. Nos anos finais, isso há tanto na Região Norte, quanto na Região Nordeste e na Região Sul. E esse dado já preocupa mais do que até mesmo a Região Centro-Oeste e a Região Sudeste nessa questão.

E, quanto ao ensino médio, o mapa está bem preocupante de forma geral; não como nenhum dos três. Os três são bastante preocupantes, mas é algo que precisa ser entendido e atacado também.

Continuando, aqui há a taxa bruta mesmo, pensando-se a aprovação. A gente está falando aqui que, em anos iniciais, a taxa de aprovação é de 93%. Em anos finais, na realidade, cerca de 15% dos jovens que frequentaram a escola, de acordo com o censo de 2016, tiveram insucesso: 15% ou reprovaram ou abandonaram a escola. E são pessoas que ou voltam para a escola no ano seguinte... E as evidências mostram que a reprovação é a causa de exclusão da escola, a causa de abandono e de pouca aprendizagem.

Talvez o exemplo da diretora, como ela até colocou, é algo que é quase uma exceção e não uma regra. A reprovação ali para ela foi um exemplo, mas a gente percebe que os dados, na realidade, mostram um ponto contrário: o efeito perverso dessa reprovação também para o insucesso escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no ensino médio, cerca de 19% dos jovens ou reprovam ou evadem da escola, o que causa aquela distorção que a gente pontuou.

Aqui é um indicador que trago para vocês, que é o fluxo escolar e que é diferente do rendimento que falamos até agora. Aqui ele traz uma informação interessante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAPH ALVES – ... que é um conceito de promoção.

O que é essa promoção, olhando-se para o nono ano? Se a gente olhar o dado do nono ano em verde, cerca de 82% dos jovens que fizeram o nono ano, comparando-se o biênio 2014 e 2015, foram para o ensino médio. Então, há 20% que não foram para o ensino médio. Desses que não foram para o ensino médio, há um percentual que é de reprovação – em torno de 8,2% – e um percentual importante, que às vezes a gente esquece, que é de migração para a educação de jovens e adultos. São, então, alunos que estavam em distorção idade-série, e temos casos, inclusive, de alunos que não estavam com essa distorção, mas, por diferentes motivos, acabaram indo para a educação de jovens e adultos, um ponto que muitos sistemas de ensino, inclusive, tentam barrar, estabelecendo uma idade mínima para isso também, só a título de reforço. E o dado de evasão é de 7,7.

É importante olhar que, tanto a repetência, e principalmente repetência e evasão são dados referentes a jovens que, em algum momento, ou voltarão para a escola em distorção idade-série, ou seguirão para a educação de jovens e adultos, de cuja função importante de oferta e reparação temos conhecimento também neste momento.

Como coloquei, esse é um dado novo que o Inep começou a divulgar a partir do ano passado. E é um dado interessante. A pessoa tem condições de acompanhar a trajetória daquele estudante ao longo da sua trajetória na educação básica.

Quando falamos somente em aprovação, o dado que o rendimento escolar traz, ele não despreza: o aluno pode ter sido aprovado, mas não há dado se ele, aprovado, se matriculou no ano seguinte. Então, a importância do dado de promoção é a de que me dá tanto a lógica de aprovação quanto também de matrícula no ano seguinte.

Aqui, há aquele mesmo dado de fluxo escolar, mas, pensando nas redes, um ponto interessante é a alta concentração de repetência, de migração também e evasão nas redes municipais. Então, esse é um ponto, tanto pensando principalmente em anos finais – em anos iniciais, isso se repete também –, como também lembrando que são principalmente nos anos iniciais a maior taxa de atendimento.

Aqui, há um ponto legal, cujos avanços devem ser destacados. Primeiro ponto: temos o indicador. Por muito tempo, não tínhamos um indicador que nos dizia o que, de fato, como estava a aprendizagem e também como estava essa questão.

Então, acho que é um ponto que o País tem... A gente tem o Inep, que é um órgão que faz esse trabalho juntamente com o MEC. Há uma tendência de maior apropriação desses resultados, embora a profissionalização do uso dos resultados, para definição de políticas públicas, é algo que precisa ser avançado tanto do ponto de vista do Ministério da Educação, quanto das redes estaduais e das redes municipais.

Fui de uma rede estadual de educação – na realidade, sou – tanto em escolas, como também na secretaria. E percebermos a fragilidade, muitas vezes, da escola ao usar os resultados tanto de aprovação quanto de avaliação externa, para tomar uma decisão. Então, pouco se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

utilizavam os dados de avaliação para rever a prática, o currículo, as estratégias que estão sendo ofertadas.

Então, essa profissionalização da gestão escolar, da gestão das secretarias e das diferentes esferas na profissionalização de usar evidências, o uso dos indicadores para tomada de decisão e a prática de avaliação das políticas, como, por exemplo, a avaliação de impacto daquela política acreditamos que seja um caminho importante, principalmente pensando do ponto de vista de melhoria da qualidade e respeito ao uso de recursos públicos também.

Esse dado, esse mapa, nos dá a possibilidade de pensarmos uma lógica, olhando evasão, anos iniciais, de 2017, comparativo 2007-2014. Há uma clara melhora aqui. A mesma questão, anos finais também, percebemos uma clara melhora, e, também no ensino médio, apesar de, ainda no ensino médio, a melhora ser bem menos observada.

Como o tempo está um pouco restrito, o que acontece? Aqui há, de forma geral, quais são as iniciativas que a Secretária de Educação Básica tem conduzido e pensando a superação desses indicadores, principalmente pensando a lógica do MEC como coordenador das políticas educacionais, e não executor. A execução na ponta é com as secretarias municipais e as estaduais.

De forma geral, colocamos, pensando segmentado, a educação infantil que é o Proinfância e o Brasil Carinhoso. Temos avanços principalmente do ponto de vista de acesso e financiamento também de matrícula, embora ainda seja um desafio forte que precisa ser avançado. Nos anos iniciais, começamos agora uma política universalizada, mas focando no atendimento, na qualificação da alfabetização, que é um programa que foi lançado agora e vou detalhar um pouco mais. O Programa Novo Mais Educação, que apoia nos anos finais. No ensino médio, duas ações importantes, tanto o Programa Ensino Médio Inovador, que trabalha em relação a iniciativas de requalificação do currículo escolar, como o Programa de Fomento, de apoio para escolas de ensino médio em tempo integral, em que tivemos uma contribuição importante aqui.

Os programas que são transversais a todas as etapas,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAPH ALVES – ... tanto pensando o financiamento como o PAR, como o Programa Dinheiro Direto na Escola; o Programa Nacional do Livro Didático; Educação Conectada, que é uma ação importante que está acontecendo agora de garantia de banda larga com velocidade adequada para as escolas – a meta é até 2024 de atendimento a todas as escolas; nesse ano, já iniciamos com um grupo de 22 mil escolas com a iniciativa –; formação inicial de profissionais da educação, tanto inicial quanto continuada e normativos pensando a reforma do ensino médio com a Base Nacional Comum Curricular; e a reestruturação dos currículos da licenciatura.

Aqui, rapidamente, em relação à base, o primeiro ponto: você não tinha um documento que me dizia, que dizia para o País o que é essencial que aquela criança, aquele jovem, aquele adolescente aprendesse em qualquer escola. Isso era muito ligado ao professor ou à escola e, de forma que o aluno ficava um pouco dependendo de qual era a expectativa que aquela escola tinha para aquele aluno. Então, esse era um ponto em que a falta de clareza do que aquela criança deveria aprender naquele ano reforçava as desigualdades educacionais, como os dados, por exemplo, que o João Batista apresenta em relação à alfabetização. Havendo a Base Nacional Comum se tem uma referência e essa é uma referência que o País escolheu após muito debate no Conselho Nacional de Educação com vários especialistas também que definiram o que é essencial que ela aprenda em cada etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, hoje há uma mensagem importante, mas a base, por si só, não vai resolver os problemas e precisamos apoiar com iniciativas de formação de professores, de orientação também e apoio para as gestões escolares, para gestões das Secretarias de Educação, para conhecer o documento, para construir os currículos que são uma tradução desse documento também pensando a sala de aula,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAPH ALVES – ... como os outros materiais de apoio, como o livro didático, como avaliações e outros materiais didáticos também.

Só rapidamente. O Ministério da Educação está apoiando os Estados para que, em regime de colaboração, construa os seus currículos. É uma iniciativa importante, tivemos adesão dos 27 Estados, estamos agora em processo de adesão dos Municípios para essa construção.

Então, é algo em que temos como expectativa. É uma iniciativa do Ministério da Educação, do Consed, da Undime, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. E a mensagem clara agora nesse processo é de que as redes e os professores estudem a base, passem a entender aquele documento e construam seus currículos para impactar na sala de aula.

Aqui há os eixos do programa, ali é o cronograma.

Aqui, o Mais Alfabetização, que eu pontuei, que é um apoio específico tanto para a escola, quanto para as Secretarias de Educação, para a melhoria do processo de alfabetização das crianças. Não é um programa que... Ele tem vários eixos, ele tem um eixo de fortalecimento da gestão da secretaria, da gestão escolar também, apoio direto para o professor em sala de aula, tanto com avaliações, com sugestões didáticas também, com iniciativas, trocas de experiência. Então, é um programa em que precisávamos até de um tempo um pouco maior para detalhar o nível de complexidade em que está sendo pontuado.

O importante, primeiro, é que foi um programa com adesão bem significativa. Na realidade, 49.040 escolas fizeram adesão, que é um universo de 3,6 milhões de alunos. E o foco desse programa é melhorar o nível de alfabetização das nossas crianças, principalmente pensando em trazer a alfabetização, que é um desafio que a base traz, para o segundo ano do ensino fundamental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAPH ALVES – Só para terminar.

Outra situação. O Ministério da Educação teve uma mensagem forte de: "Olha, não adianta, se esse aluno sai dos anos iniciais sem estar alfabetizado, a chance desse aluno continuar os estudos, evadir ou não ter uma evolução na sua trajetória vai ser muito grande." Então, é base, é trivial que esse era um ponto que não poderíamos, como se diz, não garantir. Então, o Programa Mais Alfabetização surge nesse sentido, para auxiliar as diferentes redes, entendendo que o desafio de alfabetização não é só do professor, mas dos diferentes atores, embora o professor tenha um papel preponderante nesse processo.

No ensino médio de tempo integral também, o diagnóstico do Ministério é de que havia no País menos de 500 escolas que ofereciam o ensino médio em tempo integral. Então, o Programa de Fomento está financiando os Estados e pensando até mesmo, através de adesão – é um programa por adesão tanto das secretarias, quanto das escolas –, está financiando neste ano 967 escolas de ensino médio. Num universo existiam 500, e estamos financiando mais 967, chegando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1.500 escolas, que é uma política de fomento que trabalha até a questão da indução para oferta da educação média de tempo integral também, como outros programas surgiram.

Aqui só há a distribuição do número de escolas e do número de matrículas.

Outro ponto importante é o livro didático. O livro didático é um dos instrumentos que talvez mais chegue à sala de aula com os professores. O livro traz uma reconfiguração, foi revisto pensando a Base Nacional Comum Curricular. Então, antes, a decisão do que estava no livro didático era da editora. Agora, há uma mudança. As editoras tiveram que reconfigurar, redesenhar os livros didáticos, utilizando como referência a Base Nacional Comum Curricular, porque, inclusive, esses livros passam por uma avaliação criteriosa de todo um grupo de avaliadores educacionais para serem depois escolhidos pela escola também. Traz algumas novidades.

Por último, para passar bem rápido, Educação Conectada, que prevê como método o atendimento de banda larga em todas as escolas do País. Já começamos nesse ano, em que estamos no processo de adesão, de diagnóstico das escolas também, de 22.400 escolas com atendimento nesse ano. Dessas, 6.500 escolas são rurais.

Então, essa é uma novidade que se traz. Muitas dessas escolas rurais, por não terem acesso e ser um acesso um pouco mais caro que é o acesso de Internet via satélite, mas é uma premissa do programa para atender também e não pensa só nas escolas que, com melhor condição de infraestrutura para chegar à internet, mas pensar também nas escolas rurais, que tanto precisam e que têm direito a ter acesso a essa organização.

Não é um programa focado só no aumento da banda larga. Não adianta só aumentar a banda larga se não houve ali inteligência pedagógica, uma política pedagógica também do que trabalhar com esse aumento de banda larga, de infraestrutura também de material inclusive computadores e organização de redes também. Então, pensando a lógica, tanto um pilar que é a formação de professores e gestores, quanto recursos educacionais, desde sugestões didáticas, sugestões de estratégias de ensino, sugestões de vídeos de formação de professores e também a formação *on-line* e outras estratégias de formação para professores.

Desculpe-me, mas é porque havia muita coisa e extrapolei o tempo.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para responder possíveis dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Bom, tivemos aqui algumas participações pelo e-Cidadania. E informo, mais uma vez, que todos os que desejarem participar desse evento poderão fazê-lo através do Portal e-Cidadania no *site* www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do telefone 0800-612211.

Aqui o Marcelo Almeida, de Minas Gerais, diz o seguinte: "A reprovação na escola é o restabelecimento da meritocracia e a lógica fundamental do aprendizado", uma afirmação.

A Pamela Santos, do Rio Grande do Sul: "A educação hoje nas escolas públicas é algo precário. Crianças e adolescentes saem da escola sem saber ler e escrever. Com o ensino atual não são capazes de passar em um vestibular público ou desenvolver-se profissionalmente com facilidade."

Erasmo Amorim, do Rio de Janeiro: "Acho que o método de ensino das escolas está ultrapassado demais. Os alunos não se sentem motivados, porque não são ensinados a pensar, e, sim, a gravar respostas para simplesmente passarem nas provas. Acho que o conteúdo de diversas matérias deveria ser ensinado na prática."

E, por último, a Asteria Helena, do Acre, diz o seguinte: "Quem é mesmo o patrono educacional do Brasil? Pois é, enquanto não tirarem o Método Paulo Freire da nossa educação, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alunos brasileiros continuarão nas últimas colocações nos exames internacionais. É vergonhoso estudantes de nível secundário não saberem uma tabuada."

Bom, esse é um sentimento. Não houve nenhuma pergunta, e, sim, uma afirmação.

A Senadora Fátima quer fazer uma intervenção?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero.

Mais uma vez, Senador Telmário, quero saudar a sua iniciativa, focando no tema da reprovação e evasão escolar – cumprimento os nossos convidados e expositores. Acho que não há como discordar no sentido de identificar quais as verdadeiras causas da reprovação e da evasão escolar em nosso País. Entendo que essas causas são por demais conhecidas e se relacionam entre si, mas ainda é necessário, Senador Telmário, o enfrentamento dessas causas, que vão desde as desigualdades sociais, a pobreza, a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, a gravidez precoce, a baixa atratividade do ambiente escolar, a qualidade do ensino, a pedagogia da reprovação, entre outros.

A escola não é uma ilha, de maneira algum. Muito pelo contrário, ela reflete o ambiente do ponto de vista social, político, cultural, econômico no qual está exatamente localizada. Então, o termo correto, de repente, não é evasão, é exclusão, não é Daniel? Muitas vezes os meninos não se evadem da escola, eles são excluídos da escola. E a exclusão começa a partir da condição de origem social dessa criança.

Por isso que, repito, a nossa esperança é de que possamos lutar pelo cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, que é a agenda mais importante, mais emblemática para o País em matéria de um país, repito, que queira um desenvolvimento de caráter inclusivo, solidário, um desenvolvimento que signifique sobrevivência digna para todos e para todas. Isso passa naturalmente por você olhar com muito carinho, com muita responsabilidade e com muita prioridade para a agenda da educação.

Foi assim e é assim no mundo inteiro. Os países que conseguiram se inscrever na era do desenvolvimento foram os países que apostaram na educação. Infelizmente, no nosso Brasil, o Estado brasileiro tem uma dívida enorme ainda com a nossa população no que diz respeito ao direito à educação. É uma dívida secular. Há horas em que a gente pensa que é mentira, mas é verdade. O Brasil só começou a pensar, de uma forma mais sistematizada, uma política voltada para a educação infantil, a partir de 2006, com o advento do Fundeb. Até então, o Estado brasileiro não dispunha absolutamente de nenhuma ação, de nenhuma política pública voltada para o atendimento da educação infantil, de zero a três anos, com atendimento à creche.

O que nós tínhamos era a letra da Constituição, muito bonita, por sinal, e é, até porque é uma Constituição cidadã, e é cidadã no que diz respeito ao direito à educação do povo brasileiro. A nossa Constituição coloca a educação como um direito de todos. A nossa Constituição coloca que a responsabilidade da educação infantil, do ensino fundamental deva ser dos Municípios, do ensino médio dos Estados, e do ensino superior do Governo Federal, evidentemente podendo haver o regime de complementação; perfeito.

Ocorre que isso estava na Constituição, continua na Constituição. Nós inclusive avançamos, porque, em 2009, nós aprovamos uma emenda à Constituição que passou a exigir que o direito à educação não fosse mais restringindo só, aliás, a obrigatoriedade do direito à educação não fosse restringido mais só ao ensino fundamental, mas da pré-escola até o chamado ensino médio. Foi outro passo importante que nós demos em 2009 para avançar cada vez mais nessa cidadania da educação do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas o que eu quero aqui dizer é que, em que pese todo esse arcabouço do ponto de vista legislativo, foram negadas aos Estado e aos Municípios as condições materiais, orçamentárias para que a gente avançasse no sentido de prover a população brasileira, desde a criança, o adolescente, do direito à educação. Como os Município iriam atender a creche se não dispunham de orçamento para isso? A maioria dos Municípios País afora.

O Fundeb foi fundamental. E eis a grande revolução do Fundeb, a grande inovação do Fundeb: pensar a educação não de forma fragmentada, não de forma compartimentalizada, mas pensar a educação dentro de uma visão sistêmica, pensar a educação olhando que ela deve ser um direito desde a questão da creche, dos anos iniciais, até o chamado ensino médio. E foi a partir daí que nós conseguimos programas como o Proinfância, Caminho da Escola.

Foi a partir daí, por exemplo, Senador Telmário, que nós conseguimos implementar programas fundamentais no que diz respeito à formação do magistério, Parfor, Pibid e outros. Foi a partir, por exemplo, do Fundeb que nós demos outro passo fundamental, sim: olhar para a valorização, para o incentivo, para a dignidade do ponto de vista salarial e profissional do magistério, quando nós aprovamos a Lei 11.738, que instituiu o piso salarial nacional. Sem o Fundeb, o Danilo sabe disso, jamais nós teríamos dado o passo de ter uma legislação que pelo menos proíba que, por este País afora, tenhamos professor recebendo abaixo do salário mínimo, porque até então era essa a realidade pelo País inteiro. Infelizmente, o próprio cumprimento da lei do piso ainda deixa a desejar, porque há ainda Estados e Municípios que não cumprem integralmente.

Mas estou só colocando isso para reforçar, Senador Telmário, que toda a reflexão que faço neste exato momento tem uma vinculação direta com o tema que nós estamos discutindo aqui, que é a questão da reprovação e a questão da evasão, que têm que merecer, sim, todo o cuidado por parte dos gestores, por parte dos professores, por parte dos próprios estudantes e por parte da sociedade. Afinal de contas, a gente quer que o aluno ingresse na escola e que lá permaneça, que lá possa tirar o melhor proveito do ponto de vista de uma aprendizagem que o prepare para a vida, que o prepare para o mercado de trabalho.

Por isso, repito, o tema da reprovação e da evasão não pode ser negligenciado de maneira nenhuma. Agora, evidente que nós temos que entender esses fenômenos tanto da evasão quanto da reprovação dentro de um contexto mais amplo, entendendo inclusive as causas que provocam a questão da reprovação e evasão. Por isso que para nós não basta...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Fátima, só para concluir, porque o Prof. João vai ter que sair e quer falar um pouco.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir agora.

Por isso que eu quero concluir, Senador Telmário, dizendo que o caminho para o enfrentamento efetivo da questão da reprovação e da evasão escolar é o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, sem as quais não podemos avançar na oferta de educação pública e de qualidade. Agora, isso também aliado a uma política de desenvolvimento nacional, aliado, por exemplo, a um desafio que nós temos grande que é revogar a Emenda 95, revogá-la, para que possamos colocar o pobre no orçamento de novo. Esse é o caminho que nós temos, repito, que adotar para avançarmos no sentido de diminuir drasticamente essas taxas de evasão e de reprovação e, portanto, avançar no que diz respeito à garantia e à cidadania do povo brasileiro, que passa, em primeiro lugar, por um direito fundamental que é o direito à educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, Senador Telmário, quero aqui, mais uma vez, aproveitar este momento para reforçar, Daniel, a convocação para a participação na Conferência Nacional Popular de Educação, a ser realizada no período de 24 a 26 de maio em Belo Horizonte. Será um momento muito importante. Quero aqui, inclusive, parabenizar o Fórum Nacional Popular de Educação pela ousadia, pelo empenho, pelo esforço que vem fazendo. Eu não tenho nenhuma dúvida de que Conferência Nacional Popular de Educação será um espaço de debate programado, de mobilização social muito importante para que a gente possa resistir nesses tempos de ataque à democracia e seguir na luta em defesa da educação pública.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Fátima.

Como o João tem compromisso agora às 13h, faça as suas ponderações finais em cima do que foi colocado, por favor.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Primeiro, quero pedir desculpas, porque tenho de sair. Mas fui informado de que seria das 10h30 às 13h. Então, eu me programei, e não tenho como deixar de sair. Desculpem-me.

Vou falar brevemente, mas queria deixar aqui algumas mensagens importantes. Vejo com alegria a evolução da qualidade da conversa na fala do Daniel, na fala do Raph, baseada em dados, baseada em experiências, baseada em evidências. Acho que isso é um progresso na conversa educacional. Acho importante.

Mas precisamos dar um próximo passo difícil que é mergulhar na análise. No caso concreto – e a Senadora terminou com clareza –, a repetência e a evasão são sintomas, não causa. Então, o buraco é mais embaixo e temos de discutir causas. Como temos de discutir também, não é o momento aqui agora, tudo isso da segunda parte da conversa do Raph, em que ele falou que o MEC vai fazer, são coisas que já fez, e não deram certo. Não vai ser o momento aqui de discutir isso, mas é importante saber que tudo isso já foi avaliado, já não deu certo e o MEC continua fazendo. E não vai dar certo.

Com todo o respeito a todos vocês que lutaram e que lutam pelo PNE, é algo também que não tem muita evidência empírica que, se acontecer, vai melhorar alguma coisa. Porque as premissas não estão associadas a sucesso escolar. Não é esse aqui o momento de debater, claro, mas tenho certeza de que, em algum momento, a gente está avançando nessa importância de ver os dados, de ver as evidências. É importante entender isso: estamos diante de algo que não vai acontecer, mas que, se acontecesse, dificilmente, iria melhorar a vida desse cidadão pobre cuja única melhoria de vida dependeria da educação. Queria só deixar registrado isso, porque é importante.

Obviamente, as coisas imediatas para se fazer em relação ao sintoma... Está com febre, o que se faz? Dá antitérmico. O antitérmico, para começar, não é cuidar de evitar sair da escola, mas tratar dentro da escola, porque a escola não está fazendo. Tem de alfabetizar o menino não é no segundo ano, no terceiro, mas nó primeiro, não há razão para não se fazer isso. E não é com esse currículo que o MEC propôs que vão alfabetizar, não é com a proposta do Mais Alfabetização que vão alfabetizar. O MEC precisa ter evidências, ouvir as pessoas que são do ramo – que não ouve – e tentar estimular experiências controladas para não ficar repetindo as mesmas coisas que já sabemos que não vão dar resultado.

Precisamos corrigir o fluxo escolar, também com alternativas; precisamos, em curto prazo, dar alternativas aos jovens. Quer dizer, não adianta trazer o cara que deu errado para o EJA, porque ele vai fracassar de novos. É preciso criar mecanismos diferentes que comecem pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho e complementem a educação. Então, acho que é preciso ter um passo mais arrojado de aprovar e gastar dinheiro naquilo que, evidentemente, tem chance de estimular a diferença, de estimular o empírico para, daí, sair luz, e não começar pela busca de consenso em ideias vagas para, depois, ver se vai dar certo. Aí já se perdeu o tempo, e o aluno já perdeu a sua condição de vida.

Numa relação concreta, o que eu acho que esta Comissão poderia fazer em curto prazo? No caso da Lei da Aprendizagem. Se o Brasil conseguisse rever a Lei da Aprendizagem, se estimulassem efetivamente os empregadores a dar emprego, a ensinar a pessoa a trabalhar e, eventualmente, complementar com um pouco de educação, seria muito mais adequado do que a lei atual, que inibe qualquer atividade que seria a salvação dessas pessoas, sobretudo das que já estão fora. Então, na Lei da Aprendizagem é algo o que o Congresso poderia, por meio de um debate profundo, usar para dar um salto para acolher essas pessoas que estão fora da escola, fora do trabalho, e que poderiam reencontrar um sentido na vida. Aqui é o espaço. No nível superior é a Lei do Estágio.

Nós não falamos aqui do abandono no ensino superior; é de 50%. E o abandono do ensino superior é muito mais grave porque, se o sujeito leva com o abandono também a dívida, ele nunca mais, na vida, vai ter condições de ser melhor do que se não tivesse entrado na faculdade. Então, o Fies é algo, também, que precisa ser revisto, porque ele pode ser um instrumento do mal. Ele pode estar fazendo muito mais o mal dessas pessoas que fizeram a aposta errada do que fazendo o bem. Então, é outra legislação que eu sugiro que vocês revejam. Então, são a Lei do Estágio e a Lei do Fies.

Finalmente, a Lei do ensino médio. A Lei do Ensino Médio é cheia de boas intenções, mas, de novo, não vai decolar porque não tem clareza. São duas coisas que, pelo menos, poderiam ser objetivo de melhoria aqui pelo Congresso Nacional. Primeira, é preciso deixar claro o seguinte: a única opção que interessa ter na Lei do Ensino Médio é a de o aluno ter direito à opção. Então, se não estiver claro que o aluno vai ter direito à opção, nada vai funcionar. A segunda é saber que opção é essa. Quer dizer, no mundo inteiro – e o Daniel viaja – o ensino médio é diversificado, o sujeito opta por uma formação vocacional ou por uma vocação acadêmica. No Brasil, a lei não é clara, e os avanços que há de currículo mostram que o ensino vai ficar ainda mais obtuso, mais confuso. Então, esses dois passos, se vocês aprimorassem na lei, poderiam ajudar um pouco o MEC a tomar caminhos mais pragmáticos, mais sensatos para, efetivamente, dar a esses jovens que já tiveram uma formação precária pelo menos alguma chance de dar certo no ensino médio e, eventualmente, na vida. Ou seja, mesmo com a minha descrença no poder da legislação, como ilustrei antes com o caso da prisão, acho que há três ou quatro pequenas coisas que este Congresso Nacional poderia fazer e que teriam enorme impacto nessa importante questão da evasão.

Mas é importante, sempre – e é por isso que sempre venho com muito prazer a esta Comissão –, manter vivo o debate, acolher o contraditório, e avançar sempre ouvindo as pessoas e, insistiria, ouvindo também a evidência e o custo dessa evidência para quem paga a conta, que é o mais pobre, que é o preto, que é a pessoa que está desassistida por essas políticas equivocadas.

Muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Telmário, pela ordem.

Antes de o Prof. João Batista sair, a quem cumprimento mais uma vez, apenas permita-me falar, para efeito de reflexão. Quando o Prof. João Batista faz uma crítica à questão do Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação, gostaria só que o senhor levasse para efeito de reflexão – o senhor que é um estudioso do tema da educação e nós reconhecemos – a importância do PNE.

Primeiro, porque nós não podemos aqui secundarizar nem desprezar quatro anos de um debate intenso com a sociedade. Isso é fundamental. Política educacional nenhuma vai para a frente se não houver o engajamento da sociedade. Foram quatro anos de um debate feito com muita seriedade, com muita dedicação e com muita responsabilidade em todo o País.

Segundo, Prof. João Batista, quando a gente fala do PNE estamos falando de coisas concretas, estamos falando de metas, estamos falando de estratégias. Por exemplo, será que a meta estabelece melhorar o padrão salarial dos profissionais de educação básica? Profissionais esses que, V. Sª sabe, ganham, em média, a metade do que ganham os profissionais com a mesma formação equivalente. Isso é inaceitável. Por exemplo, a meta que estabelece, Senador Telmário, a melhoria salarial dos profissionais da educação básica, inclusive tendo como parâmetro pelo menos equiparar o salário dos professores aos demais profissionais com formação equivalente.

Por exemplo, Prof. João, a meta que trata da formação inicial e continuada para o magistério. Pela primeira vez, por exemplo, este País pode assegurar que os professores possam ter o direito de fazer a sua formação continuada e não só a formação inicial, de ter o seu nível superior, como reza a LDB.

Ficaria só nessas duas para efeito de sua reflexão sobre se isso não é algo concreto que tem a ver com aquilo que é o nosso sonho maior: que é a melhoria da qualidade do ensino. É para o efeito de sua reflexão.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Eu vou devolver-lhe dizendo que aceito o convite que a senhora me fizer para vir aqui discutir exatamente isso.

Vou só responder rapidamente a essas duas perguntas. Primeiro, quer dizer, o processo não é o suficiente para legitimar o debate. Acho que é importante o processo sim, mas as coisas têm de ter critério. Quando eu proponho alguma coisa, tenho de propor algo que foi testado, que tem evidências de que pode funcionar. O fato de 100% das pessoas concordarem com alguma coisa não significa que aquilo é bom. Pode aprovar, o processo é legítimo, mas não significa que é bom.

Nas questões que envolvem tecnicalidade é importante ouvir os dados, as evidências, ouvir o resultado, ouvir o custo social. Essas coisas, necessariamente, não constaram, pelo próprio formado das discussões do PNE e das audiências públicas, em geral. Então, acho que só o processo pode ser importante, mas só ele não se justifica.

No mundo inteiro – o Daniel acompanha isso, eu acompanho, outros acompanham –, nos países que têm melhorado a educação – não são muitos, mas existem – o debate sempre começa com um documento fundamentado, o que não é o caso do Brasil. Você tem de ter um documento, esse documento tem de ser fundamentado, tem de ser discutido pela inteligência, por quem lida com as questões. E aí apresentam-se propostas fundamentadas. E aí vamos ouvir as pessoas com base em evidências e não apenas em palpites. É óbvio que há convergências, divergências, pontos de vista, às vezes, até irreconciliáveis, mas o processo devido é importante, não é só o processo.

Quanto aos dois itens em particular. Vamos pegar aqui a remuneração dos professores. No mundo inteiro há comparações disso e há diferenças de ocupações. Qual é a questão, no Brasil? A questão é: dado o nível de ineficiência – e aí eu tenho uma discordância metodológica com o Daniel, mas não temos discordâncias substantivas – do professor, é impossível você melhorar o salário dos professores sem mudar as regras gerais. Nós estamos num declínio de população, claro, e nós temos muito mais professores pessoas físicas e vagas aprovadas do que necessidade. Então, o nível de ineficiência é brutal. E se você...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro, porque não há atratividade. O senhor há de concordar com isso.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Não, é o contrário. Como a ineficiência é muito grande, você não consegue ter menos gente muito mais bem paga. Quer dizer, então você tem de fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Não é só aumentar o salário. Você tem de aumentar o salário, mas incentivar os Estados e os Municípios a reduzirem a ineficiência, incentivarem e darem condições legais. Hoje, quando o Ministério Público vem com essa fúria toda para poder efetivar professor e fazer concurso não leva em conta que a população está declinando. Isso vai criar, como é hoje na Previdência, um impacto brutal para a sobrevivência dos Municípios.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas é uma questão de atratividade, Professor. Por exemplo, o senhor já parou para levar em consideração por que é que a rede federal de educação profissional e tecnológica leva professores lá para Pau dos Ferros, no meu Estado, lá para o interior de Roraima. Por quê? Porque a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, comparando-se com a rede pública de educação básica, oferece um padrão, do ponto de vista de valorização salarial e profissional, que atrai essas pessoas.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – O que eu quero dizer a V. Exª, se me permitir...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E essas pessoas estão lá, inclusive, com doutorado, com mestrado e com tudo.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Um momentinho. O que eu quero dizer a V. Exª é que isso seria possível se o sistema tivesse eficiência para poder serem só aqueles que são necessários. O que eu estou dizendo não é que isso está errado; isso tem que estar associado a um mecanismo que permita aos Estados e Municípios, e os incentive, a se tornarem eficientes.

A outra questão associada a isso é a seguinte: a atratividade da carreira é em função de várias coisas – os economistas estudam isso muito –, mas o importante para você ter um corpo de docentes qualificado em qualquer país é que as pessoas que venham a ser professores tenham tido uma formação anterior adequada. Em qualquer país desenvolvido do mundo, que atinge média de 400, 500 pontos no PISA, os professores são recrutados entre os 30% melhores alunos do ensino médio, de um ensino médio cuja nota média no PISA é 500 pontos. Então, você não tem pessoas semiletradas que vêm para ser professores. Por quê? Porque corrigir isso depois é praticamente impossível.

Então, dada a nossa falta de condições de atrair pessoas bem-formadas para o magistério, a gente gasta um dinheiro absurdo para tentar formar depois – vocês viram os dados que eu apresentei aqui, daquele Município –, e é missão impossível. Quer dizer, então nós gastamos muito nas coisas erradas, porque não conseguimos criar políticas e atrair – em todos os países, sem exceção – entre os 30 melhores do ensino médio; no caso a caso, teria que ser entre os 10% melhores, porque o nosso ensino médio é extremamente frágil. Então, isso não é trivial fazer. Eu não tenho segredo aqui que ninguém saiba. É muito difícil, mas é um desafio para o Brasil: mudar o vetor de atração. Aí sim, podemos ter.

O terceiro é que formação dar, se o sujeito é bem-formado, se o sujeito tem um ensino médio básico. A maneira de formar professor no mundo inteiro é muito diferente; há muitas formas, muitas entradas, não tem um jeito certo. Então, "o MEC vem, vai fazer o sistema", não vai funcionar do mesmo jeito. Quer dizer, tem que ter gente boa, e aí deixar as instituições boas, avaliadas lá pelos sistemas escolares, a formar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a preocupação tem que ser, Senadora – nós temos exatamente o mesmo interesse: ter clareza do que é que pode funcionar, do que é que não pode funcionar e onde a lei e as políticas públicas podem alavancar mudanças estruturais. Ou seja, o que os economistas falam: jogar dinheiro bom em cima de dinheiro ruim não é boa ideia. Não é boa ideia. A gente precisava de ter alguns cortes – e de novo, aqui: aceito um convite seu para aprofundar esse debate, no vetor do entendimento disso, para que atinjamos os nossos objetivos, que são, exatamente, coincidentes.

Muito obrigado. Mais uma vez eu peço desculpas. Agora tenho que me retirar, mas estou pronto aqui a voltar algum dia.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Agradeço a presença. Prof. João, obrigado. Vejam que o contraditório e o debate enriquecem. Sem nenhuma dúvida, a Senadora Fátima tem suas razões, do ponto de vista de que o que está implantado não está funcionando, e por outro lado o Prof. João mostra um caminho que talvez não se esgote na implantação das políticas públicas que estão aí. Quer dizer, se as que estão implantadas não tiverem um novo complemento, podem, realmente, não acontecer.

Senadora Fátima, antes de V. Exª chegar, ele apresentou alguns dados aí – por exemplo, a questão de metodologia, a questão de conhecimento curricular de alguns professores – e mostrou que isso aí poderia realmente prejudicar.

Mas, Daniel, as suas conclusões.

O SR. DANIEL CARA – Bom, primeiro, eu fiquei aqui me coçando para participar do debate, mas eu respeitei a liturgia da Mesa.

Acho que o primeiro ponto sobre esse debate, até sobre as perguntas que vieram pelo e-Cidadania, essa discussão de evidência empírica é uma discussão que por si só é infinita: qual é o dado que você utiliza e a maneira como você julga o dado.

Eu ia fazer uma brincadeira aqui com o João. A gente tem debatido algumas vezes – poucas oportunidades; eu gostaria, inclusive, de ter mais oportunidades; se houver esse debate sobre o Plano, pode me chamar –, mas o João faz uma análise do Plano Nacional de Educação que é desvinculada de um processo democrático de construção da política pública. É claro que o Plano Nacional de Educação foi feito com grande participação, mas isso não significou que faltou critério. Porque isso significa, inclusive, dizer que esta Casa e a Câmara dos Deputados não fazem análise crítica, que aprovam as coisas sem nenhum tipo de análise e que nós não temos uma consultoria legislativa. Nós temos isso. A gente teve análises, teve critério. Ele, inclusive, participou dos debates do Plano Nacional de Educação e não conseguiu colocar as teses dele, as teses não foram vitoriosas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E que se debruçou, não é, Daniel? – a Consultoria daqui e da Câmara, nos quatro anos de debates, ouvindo os mais diversos segmentos da sociedade; desde os segmentos, inclusive, Senador Telmário, do campo da academia.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – É.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não era um segmento só, dos sindicatos, enfim... E o debate partiu, inclusive, de uma proposta que o Governo brasileiro legitimamente eleito pelo povo brasileiro, que foi o da Presidenta Dilma, enviou a esta Casa. Então, assim, eu lamento, está entendendo? Acho que essa visão de secundarizar o Plano Nacional de Educação, acima de tudo, revela um desprezo e uma falta de sensibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender a importância da participação da sociedade na formulação e na construção dos rumos que devem nortear a agenda, no caso, em defesa da educação.

O SR. DANIEL CARA – Exato. E aí o que é que acontece? Sobre a questão das evidências, eu ia fazer uma brincadeira com ele, porque o principal autor de análise científica é o Popper, que é o papa do pensamento científico. E ele é aquele que vai dizer com mais clareza que a análise científica é uma análise enviesada. O cientista tem um conjunto de pressupostos e sobre esses pressupostos ele vai fazer a análise. Ou seja, ele tem um critério para avaliar.

Eu posso aqui, por exemplo, já que ele utilizou os economistas, utilizar o raciocínio da engenharia, que é o mais importante, inclusive, para a questão econômica. O economista não trabalha infraestrutura, logística, ele não executa o processo efetivo de produção. Se for trabalhar com o raciocínio da engenharia, o que é que a gente propôs no Plano Nacional de Educação? Nós propusemos expansão de matrícula, busca de qualidade por meio do custo aluno-ano, no investimento da matrícula por ano. Qualquer país do mundo que se desenvolveu, ele se desenvolveu dessa maneira. Ele se desenvolveu criando base efetiva para a política educacional. O caso mais clássico hoje é Portugal. Em Portugal todo mundo hoje comemora os resultados portugueses na área de educação – Portugal era o vigésimo país em produção científica, hoje é o nono –, e a escola de Portugal começa a se constituir, a escola pública portuguesa, começa a se constituir na Revolução dos Cravos, de 1975.

Por que é que eu estou dizendo isso, Senador Telmário? Se a gente tiver como critério amanhã, hoje, para avaliação de uma política como o Plano Nacional de Educação, que nunca foi implementada – porque tem essa evidência empírica maior: o Plano Nacional de Educação não foi implementado pela Presidenta Dilma e está sendo desconsiderado pelo Presidente Temer. Então, o resultado dele é claro que é pífio –, mas se fosse implementada, ainda assim, amanhã não daria resultado. Teria que ter um tempo, porque a política de educação também é cíclica; ela demora para dar resultado.

Concretamente, sobre a nossa audiência pública, que eu acho que o tema é muito acertado e sobre esse ponto existe um ponto de convergência na Mesa, é mais interessante observar a questão da reprovação e da evasão pela perspectiva da exclusão. Por quê? Porque aí o Estado se apropria do tema e o Estado assume que a escola que ele produz é uma escola que exclui o estudante.

As alternativas que vão ser levadas a cabo para dar conta dessa questão, sejam as alternativas do MEC, sejam as alternativas que a gente acredita que são mais adequadas ao Plano Nacional de Educação, isso tudo entra dentro de um debate em que a perspectiva e o foco são o direito à educação do estudante, quando a gente trabalha na perspectiva da exclusão, e não a desconsideração dele de, de repente, decidir sair do sistema de ensino e seguir a própria vida na vida produtiva.

Eu acho que essa mudança de visão – e esse foi um consenso na Mesa – pode ser a grande conclusão do trabalho dessa nossa atividade dessa manhã, no sentido de conseguir observar que o fundamental é o foco no direito à educação. E esse foco, por incrível que pareça, está completamente alijado do debate.

Então, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Você contemplou aquelas perguntas que você pegou ali, deu uma olhada?

O SR. DANIEL CARA – Ótimo. As perguntas aqui que vieram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Quero aproveitar, Daniel, para acrescentar em cima disso aí: eu vi você falar sobre essas escolas que estão militarizadas. Você acha que elas disciplinam? Elas domam? Elas impõem? Elas ficam autoritárias? Ou elas acabam que ajudam?

O SR. DANIEL CARA – Bom, vamos lá. Primeiro, sobre as escolas militarizadas: o Brasil é um País muito dinâmico, é um País que, no início, qualquer política que é implementada dá uma resposta muito rápido. E, com o tempo, essa resposta retroage, se esgota pelo próprio cotidiano. Um caso clássico é o Ideb. Em vários lugares estava aumentando o Ideb e chegou um momento em que não se consegue aumentar mais; há alguns casos que o Ideb já começa a decair. Ou seja, no início da política, se institui o Ideb, se criou um ânimo dentro das redes, as redes buscaram melhorar o Ideb, muitas vezes até de forma fraudulenta – mas isso é um outro assunto –, só que, com o tempo, as alternativas que foram lançadas já não conseguem mais dar resposta.

A questão da militarização atende a um anseio das famílias, que é a segurança dos seus filhos e a necessidade, como a sociedade brasileira não tem uma cultura pedagógica, da interpretação de que disciplina é equivalente a educação. E não é. Educação vai muito além de disciplina. Educação é apropriação de cultura, pensamento crítico. É a capacidade de dar conta de construir o seu projeto de vida.

O que está acontecendo com as escolas militarizadas? Elas vivem numa distorção: primeiro, na prática selecionam os alunos, seja pela cobrança do fardamento, seja pela maneira como se dá a inclusão dos estudantes e as estratégias de expulsão também – o estudante indisciplinado é expulso. Segundo, elas fazem uma orientação pedagógica com mais recurso do que as outras escolas, e uma orientação pedagógica voltada às avaliações de larga escala. Então, no início parece que é uma escola boa, porque é uma escola que disciplina e uma escola que tem bom resultado nas avaliações de larga escala. Com o tempo, essas questões começam a se corroer.

A última escola militarizada que foi notícia nacional foi uma escola que... Em que pese toda a luta para que não exista doutrinação nas escolas, do Movimento Escola sem Partido, que é uma luta completamente equivocada, a doutrinação não pode ocorrer em escola. Mas, se a doutrinação ocorresse em escola, por exemplo, uma doutrinação de esquerda, como a Escola sem Partido fala, certamente a sociedade brasileira seria muito diferente do que é hoje. Majoritariamente, a esquerda seria muito mais bem posicionada. Não é o que acontece.

O que acontece? Na escola de Manaus, inclusive foi uma escola em que eu tive um debate com Rossieli da Silva porque o debate basicamente que foi colocado foi um debate no programa CQC, um programa antigo, que já não está mais no ar, sobre a escola militarizada do Amazonas. E essa escola militarizada, em novembro do ano passado, fez uma colação de grau, e os estudantes escolheram como paraninfo o Deputado Jair Bolsonaro. E eles convocaram o Jair Bolsonaro a participar como paraninfo fazendo um jogral que concluía que o Bolsonaro era o salvador do Brasil.

Sinceramente, sob qualquer critério como professor, sob qualquer critério, esse é um resultado péssimo em termos de qualidade. O aluno pode até ir bem em Português e Matemática no Ideb, mas o resultado desse cidadão que sai dessa escola com esse tipo de visão limitada para a sociedade brasileira é extremamente danoso.

Então, a gente tem que tomar muito cuidado. Lugar de policial – e eu trabalhei com segurança pública antes de trabalhar com educação – é na política de segurança pública, é fazendo a administração da segurança pública, é fazendo policiamento ostensivo, inteligência, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a nossa polícia é pouco inteligente. Lugar do professor é na escola. E essas esferas têm que começar a ficar mais claras.

Há uma proposta absurda do Governo de colocar creche dentro de posto de saúde, expondo as crianças ainda mais, por exemplo, a situação de infecções, etc., que são ideias completamente estapafúrdias. O Brasil está vivendo um problema: não tem clareza sobre as políticas, o lugar de cada política e onde ela se desenvolve. Então, eu vejo isso com muita preocupação.

Sempre quando eu faço debate de escola militarizada, vem uma pessoa e fala "eu estudei em uma escola militarizada, meu pai matriculou". Mas o pai teve a escolha de matricular na escola militarizada e, muitas vezes, nesses casos em que existiu a escolha, são escolhas muito vinculadas ao pai. Por exemplo, o pai é militar ou o pai é policial militar. Existe uma escola que recebe um financiamento diferenciado. E, dentro dessas escolas, o regime de direção dessa escola não é como as escolas que estão sendo militarizadas, em que todo o projeto pedagógico é coordenado por policiais militares, sem ouvir a participação dos professores.

Então, eu acho que a gente precisa ter clareza do papel de cada um na sociedade brasileira, e isso precisa ser tratado com respeito em relação à educação. Por que isso acontece? Para finalizar, acontece porque o Brasil não sabe o que fazer com a educação do seu povo; porque o Brasil sabe que a educação tem que ser uma prioridade, só que a educação é uma política que atende hoje 40 milhões de estudantes, mas que deveria atender 60 milhões na educação básica; é uma política que envolve 5 milhões de profissionais da educação, mas deveriam ser 8 milhões de profissionais da educação; no ensino superior, a gente deveria estar com quase 3 milhões de matrículas públicas e tem um pouco menos de um milhão de matrículas públicas no ensino superior e há 300 mil profissionais no ensino superior, quando esse número deveria próximo de 500 mil.

Ou seja, é uma política que é gigante e, mesmo com todo o seu gigantismo, ela não oferta qualidade e precisaria se expandir mais. Como isso é muito difícil de ser feito porque demanda orçamento, demanda decisão política, a alternativa dos governantes não tem sido implementar o Plano Nacional de Educação, que é o caminho correto que foi discutido; a alternativa tem sido buscar atalhos. Com atalhos, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Então, esse é o ponto sobre o qual eu queria falar.

Sobre as opiniões aqui que foram trazidas, como "Reprovação não é meritocracia; reprovação é renúncia da educação", o aluno não pode reprovar. A escola tem que garantir que o aluno seja aprovado. Ela tem que fazer reforço escolar e não fazer com que ele viva o desgaste da reprovação.

A Pamela tem razão, a escola, de fato, é muito precária no Brasil. O Erasmo tem razão também.

Os estudantes ocuparam as escolas – não é, Senadora Fátima? – contra a medida provisória do ensino médio, contra essa reforma, que é absurda. E o João Batista concordou que a reforma é ruim. Os estudantes mostraram que os métodos de ensino são, de fato, antiquados. Eu não tenho dúvida de que a gente pode fazer mais e melhor da nossa educação hoje já. A questão é como fazer o suficiente para garantir o direito à educação? Para isso faltam recursos.

Por último, a Asteria Helena fala do Paulo Freire. O Paulo Freire é, sim, o patrono da educação brasileira. Ele é patrono da educação brasileira com um problema concreto, porque ele é patrono da educação brasileira pela enorme contribuição que ele deu à educação no mundo, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só no Brasil. O problema é que o Paulo Freire nunca, de fato, foi implementado na educação brasileira. Então, a gente tem que fazer com que o nosso patrono alcance todas as nossas escolas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Daniel.

A Senadora Fátima quer fazer uma fala, mas eu queria ouvir o Raph.

Em seguida, a Senadora fala e a gente encerra a reunião.

O SR. RAPH ALVES – Obrigado, Senador.

Acho que, quando a gente fala em oferta de educação de qualidade, sempre existe a situação de se pensar do ponto de vista de financiamento. Mas um ponto também que eu acho importante a gente trazer para esse debate é em relação à qualidade desse gasto, ou seja, às decisões tanto do ponto de vista local, pensando a escola, quanto pensando a secretaria e os diversos entes.

Então, não adianta também a gente ter mais recurso, que é um desafio orçamentário e financeiro que se tem hoje, se a gente não tem uma qualidade de como esse gasto está sendo utilizado. Então, muitas vezes, você tem ações e iniciativas que são paliativas ou iniciativas que, por mais que se apliquem à escola, não atacam de frente mesmo a questão da garantia de aprendizagem daquelas crianças. Esse é um ponto em que se precisa avançar. Então, a gente tem o ponto de vista de pensar no desperdício. Esse é um ponto que, acho, que precisa entrar nesse debate, até mesmo de reformulação do Fundeb, Senadora.

Outra questão é em relação à Base Nacional Comum, que não é um documento eterno. Acho que o Conselho Nacional de Educação foi muito feliz na resolução, que traz a revisão do documento curricular daqui a cinco anos. Então, esse é um ponto. É a primeira vez que o Brasil tem um documento normativo que diz o que é essencial que as crianças e os jovens aprendam na escola. Então, ele vai dar um norte. Acho que ele vai facilitar no ponto de vista de se pensar a escola, pensar os pais, pensar os professores. Ele vai trazer avanços significativos. Agora, a Base não vai ser implementada por si só. Se os programas e iniciativas, tanto do Ministério quanto das Secretarias, não vierem norteados pela Base, nada vai acontecer. Então, esse tem sido um direcionamento importante que a Secretaria de Educação Básica do Ministério tem tomado.

Um exemplo disso é o que citei no início, o Programa Nacional do Livro Didático, que é um dos instrumentos de apoio ao professor que mais chega mesmo em cada uma das salas de aula. O Programa Nacional do Livro Didático foi todo reformulado tanto no ponto de vista de o professor ter acesso a livros com orientações mais precisas para ele – no caso de pensar, por exemplo, em cada página, com sugestões de estratégias – como de ele poder abordar aquele conteúdo que é colocado ali no livro.

É claro que não é uma diretiva que ele tem que seguir daquela forma, mas traz parâmetros com metodologias e estratégias diferenciadas para diferentes públicos, tanto o aluno que tem menos facilidade quanto o aluno que tem mais facilidade também.

Outra questão também, como eu coloquei, é o programa de alfabetização. Não adiantava a Base trazer a alfabetização para o segundo ano do ensino fundamental sem ter um apoio específico para as escolas, pensando na qualificação da gestão escolar. Por exemplo, acompanhar a aprendizagem dos alunos: o professor e a escola terem metas claras de aprendizado para cada aula, para cada dia, e também acompanhar como é que foi, se o menino aprendeu. O que era previsto para aquele dia, para aquele período, para aquela organização, foi atingido pelos alunos? Não foi? Por que não foi? O que eu preciso fazer para que esse direito à aprendizagem aconteça? Isso até para que a gente garanta que essas crianças estejam plenamente alfabetizadas, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de continuidade dos estudos, seguindo a sua trajetória, e não serem excluídas ou não voltarem para a escola e seguirem outra trajetória. Então, esse é um ponto importante.

Eu até trago isso pensando na minha experiência como professor. Eu já trabalhei em escolas em que a gestão escolar era extremamente comprometida. E essa gestão escolar comprometida puxava também os professores, os pais, a comunidade escolar, para que a gente entregasse o melhor resultado para aquelas crianças. Trabalhei também em escolas que eram bem precárias, em que não havia uma definição clara de papeis, não havia engajamento, tanto faz, tanto fez o que se fazia. A gente tem isso se repetindo no País. Estou citando dois exemplos com os quais convivi e foram exemplos bem importantes até para que eu tivesse posição, como o que eu quero e o que eu não quero.

Existe muita coisa bacana acontecendo aí, tanto pensando em redes municipais, em redes estaduais, em escolas também ou mesmo pensando no microprofessor. Então, quanto a essas boas práticas, acho que é papel importante a gente dar voz, dar vez para essas boas práticas para que elas sejam conhecidas pelas pessoas. A gente começa também a ver que a valorização do profissional tem um ponto financeiro que é importante, mas tem um ponto mesmo social, porque há a impressão, muitas vezes, de que nada dá certo e de que nenhuma escola presta. Então, isso é algo que a gente precisa inclusive desconstruir.

Essas escolas que têm baixo abandono, bom indicador de aprendizagem, baixa reprovação, por exemplo, que atendam alunos com situação vulnerável alta, o que elas estão fazendo? Então, esse é um ponto importante também. Quando a gente vai lá, vemos a equipe comprometida, com um quê de comprometimento também. É lógico que se a secretaria é uma secretaria que apoia – e sabemos que isso – tanto financeiramente quanto com acompanhamento e com suporte, é decisivo também do ponto de vista do resultado. Então, que se tenha a clareza do que os alunos têm que aprender. Esse é um ponto importante.

Por exemplo, quando a gente olha redes municipais, estaduais ou escolas que têm resultados de aprendizagem que saltam aos olhos, se você olhar um ponto que elas têm é uma política pedagógica clara. Existe muito claro ali um currículo que diz o que os alunos têm que aprender. Por mais que haja trocas de profissionais, há acompanhamento e metas. Isso é pactuado com a escola.

Então, a questão da melhoria da qualidade da gestão escolar, da gestão de sala de aula, do suporte ao professor, dos materiais que estão ali à disposição desse professor, pensando tanto a formação continuada como a formação inicial, tudo isso precisa ali estar funcionando bem para que o aluno tenha esse direito de aprendizagem.

Além disso, como o João colocou, o Daniel também citou e a Senadora Fátima também, se aquela criança não está aprendendo naquele momento, a gente não tem que olhar... A reprovação é muito do ponto de vista de pensar o insucesso do aluno como responsabilidade dele e da família. A gente precisa pensar por outro lado: "A minha responsabilidade como sistema de ensino, a minha responsabilidade como professor, como diretor de escola, como coordenador pedagógico, como Secretário de Educação, como Prefeito, Governador, Presidente é garantir que essa criança aprenda." Então, se ela não aprendeu naquela aula, como o Estado brasileiro vai se mobilizar, pensando aí em diferentes atores, em diferentes processos, para garantir que ela aprenda? É tempo a mais? É qualificação do tempo que já existe? São recursos diferenciados? São estratégias diferenciadas? E cada um tem uma responsabilidade nisso. Acho que esse é um ponto importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as causas do abandono e da reprovação, existe uma causa curricular e de qualidade de oferta desse currículo que precisa ser considerada, além de outros critérios, de outros pontos que são sociais. Mas é importante que a gente olhe nessas escolas que têm dificuldades e inclusive atendem a um público socialmente vulnerável o que elas estão fazendo que estão conseguindo ofertar uma educação de qualidade. Esses são pontos importantes. É importante que a gente entenda esses outros fatores até para que a gente saiba de fato como atuar.

Então, por exemplo, não adianta você ter um programa de biblioteca escolar que oferece livro para as crianças, se a escola tem medo ou receio de entregar aquele livro para a criança levar para casa. Às vezes, o receio é legítimo. Não estou colocando isso, mas não adianta se as políticas não conversam até mesmo com a ponta. Assim, acho que esse é um ponto para se colocar.

Sobre a reforma do ensino médio, acho que um ponto importante que ela traz é, primeiro, a possibilidade de escolha do jovem. De forma geral, não vou dizer que é consenso, mas é muito difícil pensar o jovem de hoje, com essa obrigatoriedade de cursar todas as disciplinas – não estou colocando nem obrigatoriedade de oferta; estou pensando em obrigatoriedade dele, pois, muitas vezes, o seu projeto de vida não tem nada a ver com aquele componente, com aquela área, e ele é obrigado a fazer isso. Então, esse é um ponto. Essa é uma especificidade do Brasil. Nenhum outro país trabalha nessa lógica. Então, esse é um ponto bacana que a reforma do ensino médio traz.

Existem outros desafios, como a Base do Ensino Médio, que foi entregue agora, no dia 4 de abril, a terceira versão consolidada, ao Conselho Nacional de Educação, observando essa premissa de flexibilização e de escolhas também. O Ministério da Educação, com o Consed, com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, começou um debate para pensar como é a implementação disso: como é a implementação da lei da reforma do ensino médio, como ela se dá? Quais são os desafios? O que se vai precisar mobilizar para que ela aconteça? Quais são as possibilidades, considerando os instrumentos atuais? O que precisa ser feito? Então, esse é um debate que começou até para deixar mais claro, para os diferentes atores – para o MEC, para as secretarias estaduais e para a escola –, do que se trata; como é que se faz; como é que se coloca nessa reforma mais luz, a fim de que a gente consiga, de fato, garantir que os dados do ensino médio sejam reorganizados.

Acho que era isso que eu tinha para pontuar. Fico à disposição também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Raph.

Eu queria só fazer aqui um registro. Quando nós fizemos os convites para esta audiência pública, foi convidado também o Secretário de Estado do meu Estado de Roraima, José Gomes da Silva. Ele não veio e não mandou nenhum representante.

Eu não poderia deixar de destacar aqui alguns números que são extremamente negativos na educação do Estado de Roraima.

Hoje, 10% da população acima de 15 anos é analfabeta, acima da média nacional. E, pasmem, 25% na área rural também são de pessoas analfabetas. Então, essa metodologia tem que ser mudada.

Quanto à questão de abandono e também de aprovação, eu estive olhando os índices do aluno no ensino médio, no Estado de Roraima, que também são muito altos, chegando a 11%, também acima da média nacional.

Por outro lado, quando eu fiz a pergunta ao Prof. Daniel, foi exatamente para dizer que estão militarizando a maioria das escolas, como forma de dar melhor qualidade, disciplina – eu não sei. É realmente um fator a ser analisado.

Quero agradecer a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero aqui ouvir o Senador Cristovam e, em seguida, a Senadora...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Será rápido, porque eu vou ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu falei aqui com o Cristovam.

Será bem rápido, Senador Telmário.

Quero apenas fazer aqui uma denúncia acerca da violência institucional que foi praticada nessa segunda-feira contra os professores e as professoras da educação infantil de Belo Horizonte, em Minas Gerais, onde estavam, legitimamente, protestando em defesa da melhoria salarial. Na ocasião, protestavam exatamente em defesa de um salário equivalente ao salário dos professores do ensino fundamental, pois esses trabalhadores – pasmem os senhores e as senhoras –, mesmo tendo formação acadêmica equivalente à formação dos trabalhadores da educação do ensino fundamental, têm uma remuneração 35% inferior. Estavam, repito, exercendo o direito à livre manifestação, escrito na própria Constituição Federal, quando foram os professores e as professoras de Belo Horizonte brutalmente reprimidos pela polícia militar com bombas de gás, *spray* de pimenta e jatos d'água, um episódio que remonta aos tempos da truculência nos tempos da ditadura civil–militar, porque era assim que a ditadura tratava os movimentos sociais. Além de dispersar de forma violenta um protesto legítimo e pacífico, a polícia militar lá de Belo Horizonte também prendeu dois educadores: Wanderson Rocha e Maria da Conceição Oliveira Silva. Ela é Presidente do Sind-Rede de Belo Horizonte, que é o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte.

Embora a polícia militar tenha afirmado que a ação violenta não foi ordenada nem pela Prefeitura de Belo Horizonte nem pelo Governo de Minas Gerais, a declaração absurda do Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, indica, infelizmente, o contrário. Ele caracterizou o protesto como – abro aspas – "baderna" – fecho aspas, defendeu a ação arbitrária da polícia e afirmou que esse será o tratamento dado àqueles que decidirem ocupar as ruas para protestar. Aliás, o Sind-Rede buscou o diálogo com a Prefeitura para apresentar as reivindicações dos educadores, mas o Prefeito, até hoje, nunca deu resposta, nunca aceitou o diálogo.

O Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, solicitou a abertura de uma sindicância para apurar os excessos da polícia militar na ocasião. Esperamos, Senador Telmário, que essa sindicância cumpra o seu papel de punir as arbitrariedades cometidas.

Aqui fica toda a nossa solidariedade aos professores e às professoras da rede pública de educação infantil de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu estava lendo os números – V. Exª não estava aqui. O seu Estado está entre os três maiores em que há evasão educacional. Como V. Exª vai ser governadora, com certeza vai enfrentar de cara esse tema lá. Então, desejo-lhe sorte e sucesso. Já vai chegar bem preparada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não só nesse item, mas no analfabetismo também. Enfim, serão grandes desafios. Mas estamos muito motivados.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Sabe o que é isso? Sabe o que é isso? Você viu os índices do meu Estado e os do seu? É um Estado há muito tempo dominado só por uma oligarquia, por uma corrente política. É preciso mudança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Rio Grande do Norte, quando a coloca numa situação privilegiada de aceitação nas pesquisas, mostra que abriu os olhos e vai caminhar de Fátima. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Merece, sim, as palmas.

Senador Cristovam, a reunião o espera, o aguarda.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Telmário, esse rapaz que está à sua esquerda...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Muito importante, simpático.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... Daniel Cara, vai enfrentar agora mais um belo desafio na trajetória dele.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – É mesmo, Daniel?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Será candidato a Senador pelo PSOL, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Olha, que maravilha!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já pensou?

O SR. DANIEL CARA (*Fora do microfone.*) – Pré-candidato.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, pré-candidato. Suplicy está liderando as pesquisas lá em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Junto com o Datena.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – São duas vagas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São duas vagas. É exatamente isso que eu estou colocando.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – E é preparado, preparado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – É um homem preparado. Naturalmente que...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele dará uma qualificada contribuição ao debate, sobretudo em defesa da educação no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, eu tive muitas atividades, mas voltei aqui para falar sobre algo que o Daniel levantou. O Daniel levantou que, numa conversa na Finlândia, as pessoas perguntaram como é possível que um país, que contou com Paulo Freire e tantos outros, tenha uma educação como a nossa. Eu vou dar a minha explicação. Nós temos bons educadores, mas não temos educacionistas capazes de liderar o Brasil para fazer a revolução educacional. Até mesmo os educacionistas se comportam muito como educadores e, às vezes, até como líderes dos professores, mas não como educacionistas no sentido dos abolicionistas, que queriam erradicar a escravidão e sabiam como fazê-lo. E conseguiram convencer as pessoas de algo que parecia impossível algumas décadas antes de 1888, que era a Lei Áurea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ainda não entendemos qual é a Lei Áurea da educação e ainda não convencemos o Brasil a fazer um grande pacto pela educação. Falta um pacto educacionista.

A tentativa do PNE 1 e 2 não fez esse pacto, até porque, como a gente já discutiu, ficou muito preso à ideia dos 10%; muito preso de recursos; muito preso do direito, e não da responsabilidade também de todos os agentes: pais, professores, governo.

Nós não tivemos um Presidente que carregasse a ideia, meu caro Senador, do educacionismo. Tivemos Presidentes desenvolvimentistas, democratizantes, liberais, assistencialistas, mas um Juscelino da educação não tivemos. Aparentemente, por isso não se conseguiu ainda fazer o povo dizer: "Eu quero que o Brasil seja um país campeão mundial da educação, entre os cinco primeiros do PISA. Para isso, estamos dispostos a todos os sacrifícios e vamos fazer sacrifícios por 20, 30 anos."

Você contou sua experiência na Finlândia, e eu vou contar uma que eu tive na Irlanda – você vai gostar. Eu estive na Irlanda e sabia que lá tinha havido um grande pacto nacional pela educação. Para esse pacto, reuniram-se, durante 15 dias, empresários, trabalhadores sindicais e políticos, discutindo: "O que a gente pode fazer, nos próximos 30 anos, que nos unifique?" E chegaram a uma conclusão: educação, ciência e tecnologia. Eu sabia que isso havia sido feito numa cidade chamada Cork – foi num castelo a reunião. Eu me cheguei ao nosso Embaixador lá na Irlanda e disse: "Embaixador, eu quero ir lá. Eu quero sentir o clima que rodeou esse pessoal." Ele disse: "Não vai dar. É muito longe, e você só ficará três dias aqui." Eu me lembro de que havia um mapa da Irlanda na parede e disse: "Mas, Embaixador, isso é uma pedra. A gente vai de manhã e volta de tarde." Ele disse: "Não. São seis horas de viagem de ida e de volta." E eu disse: "Mas não é possível que um país que, hoje, é desenvolvido educacionalmente, em ciência e tecnologia – a reunião foi nos anos 70, e eu estive lá nos anos 2000 e tanto –, tenha uma estrada ruim." Ele olhou para mim e disse: "É por isso." Eu demorei uns segundos para entender. É por isto: eles, primeiro, investiram em educação e deixaram as estradas para trás. Eu tenho dúvida se, no Brasil, na hora de se fazer educação às custas de estradas, ganharia a educação. Tenho muitas dúvidas.

Recentemente, nós educacionistas deixamos que este País gastasse bilhões e bilhões com estádios para a Copa. Eu nem falo nas propinas que aconteceram; eu falo no erro de prioridade.

Falta alguém que capte o imaginário brasileiro para dizer: "Vamos sacrificar, sim, o que for preciso para que o Brasil tenha educação da máxima qualidade e igual para todos". Que é outra coisa que também dificulta.

Nem temos essa pretensão de campeões mundiais de educação – há um sentimento brasileiro de que isso não é coisa para o Brasil – e ainda menos temos a ideia de que o filho do mais pobre um dia estudará na escola do filho do mais rico.

E, aqui, já que o Daniel contou a história lá com a ministra – era mulher lá na Finlândia, não? –, eu vou contar outra história. Eu li, faz algum tempo, uma entrevista do Raí, o jogador, a jornalista era uma mulher e perguntou o que mais o tinha impressionado quando ele jogou no Paris Saint-Germain. Aliás, provavelmente ganhando menos do que o Neymar. O que mais o impressionou? E ele disse: "O que mais me impressionou é que as minhas filhas – ou os meus filhos – iam na mesma escola que os filhos da minha empregada".

Você vê, ele teve a sensibilidade de perceber que isso é algo fenomenal. A França fez, claro, levou 100 anos para fazer isso. Eles tiveram um educacionista chamado Ferry, não o Luc Ferry, que foi Ministro recentemente, um de 1840.

É por isso que Paulo Freire e Anísio ensinam no mundo inteiro e aqui a gente não consegue fazer escola, porque eles foram educadores, mas a gente não conseguiu ainda ter, Telmário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educacionistas que pusessem isso como uma meta e convencessem a opinião pública. Primeiro, para se eleger e, depois, para governar pondo isto como prioridade: o Brasil está entre os melhores países do mundo em educação e o filho do pobre estudar numa escola tão boa quanto a dos filhos dos ricos. Eu creio que isso é o que está faltando!

Eu tenho falado sempre que todo problema tem uma ponta técnica e uma ponta na educação, todo. Desemprego, falta investimento, mas falta educação.

O Governador aqui está comemorando que vai acabar com o racionamento de água e que durante 20, 30 anos não vai faltar água. Ele está errado porque a água, o reservatório, realmente, é capaz disso, mas com as mudanças climáticas, a crise hídrica tem uma outra ponta: na educação do consumidor. A violência tem a ver com cadeia, tem a ver com escola, tudo tem as duas pontas, e educação também.

Educação tem a ver com os educadores, que tratam da sala de aula, mas tem com o educacionista, que cuida do sistema, do convencimento da opinião pública brasileira na formulação de um pacto educacionista. Está faltando esse pacto.

Nós fizemos pacto pelo Real, não precisa escrever o pacto, isto é, eles aceitaram. Nós fizemos um pacto pelo desenvolvimento econômico, fomos capazes de baixar a cabeça para a inflação, que é a pior de todas as corrupções. O povo aceitou a inflação, não houve revolução no Brasil por causa da carestia, porque o desenvolvimento que se quis fazer, cinquenta anos em cinco, exigia a inflação. Não havia outro jeito de financiar, para financiar sem inflação tinha que ser cinquenta anos em cinquenta anos.

Então, a gente fez muitos pactos, mas não fez ainda um pacto pela educação. Eu acho que está surgindo um pacto contra a corrupção, está surgindo este pacto.

Esta eleição vai mostrar que o eleitor está convencido – não 100%, vai ter muito eleitor, vai votar muita gente aqui em corrupto –, que há um sentimento de um pacto nacional contra a corrupção. E não é do juiz não, porque o juiz põe um corrupto na cadeia, mas não elege um honesto, quem elege o honesto é o eleitor.

Então, um pacto contra a corrupção está surgindo, mas um pacto pela educação não está. A maioria de nós que tenta fazer isso, em geral, são mais educadores do que educacionistas. Estão mais preocupados com a sala de aula do que com o sistema total ou estão mais preocupados com recursos do que com a responsabilidade para fazer a educação.

Sobre a outra apresentação, eu queria dizer o seguinte: a gente tem esses graus de repetência, mas o que me espanta é que essas aprovações são muito modestas. Para ser aprovado, no Brasil, Telmário, basta o menino, lá na quarta ou quinta série, saber ler. Se a gente fosse aprovar com base no padrão que realmente deveria prevalecer para uma criança no século XXI, na quinta série, de matemática, de português, de outro idioma já começando, aí ninguém estaria passando.

Nós comemoramos a redução na desaprovação, mas mesmo assim é uma redução com base em aprovações muito medíocres. Eu falei modesta, mas a palavra certa é medíocre.

É isso que eu queria falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Quero registrar aqui um convidado de V. Exª, o ex-Governador de São Paulo, Alckmin, aqui presente conosco.

Convido o Governador para sentar aqui na cadeira, nas cadeiras à frente. Estamos encerrando, mas é uma honra tê-lo aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Governador, desculpe eu estar aqui, quando deveria estar em meu gabinete – esperando, porque o senhor manifestou o desejo, mas foi uma boa ocasião, porque V. Exª é um dos candidatos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente. Eu estava aqui refletindo em cima de uma afirmação do Daniel Cara, o senhor o conhece, em que ele dizia que na Finlândia uma ministra da educação disse para ele que não entendia como a gente tinha tanta dificuldade na educação brasileira se eles usavam, lá na Finlândia, Paulo Freire e Anísio Teixeira. E eu disse para ele que é porque o Brasil tem grandes educadores, mas ainda não tivemos um Presidente educacionista; tivemos desenvolvimentistas, tivemos democratizantes, fizemos assistencialistas. Está precisando de um Presidente educacionista, não só que ponha a educação como eixo, mas que convença o povo de que vale a pena sacrificar-se, porque não há como fazer o que é preciso em educação sem sacrifício.

Aí eu contei – ele foi à Finlândia, mas eu fui à Irlanda, Presidente – que pedi ao Embaixador do Brasil para ir a um lugar onde há 40 anos eles fizeram um grande pacto pela educação: empresários, políticos e sindicatos ficaram durante 15 dias reunidos. Eu pedi ao Embaixador para visitar aquele lugar. Ele disse que não dava porque era muito longe, e eu disse para ele que lá não havia nada longe. E ele disse que as estradas lá eram muito ruins. E eu perguntei: "Como é que em um país, que já tem uma educação tão boa, as estradas são ruins?" Ele olhou para mim e disse: "É por isso. Primeiro fizeram a educação, agora vão fazer as estradas. Quando você voltar daqui há alguns anos a gente vai e volta lá em Cork; por enquanto as estradas são ruins".

A gente vai precisar fazer opções, escolhas.

Por isso, Daniel, eu voltei, estava esperando por ele lá, mas quando vi que você ainda estava aqui eu voltei para lhe fazer esse comentário. E você, que vai ser candidato ao Senado, é candidato... Não pode dizer que é ainda não; é pré-candidato a Senador pelo PSOL, lá em São Paulo. Eu quero dizer que eu tenho uma grande admiração por sua luta, mas vamos tentar...Aí eu concluí dizendo, nunca fizemos, no Brasil, um pacto educacionista, fizemos um pacto desenvolvimentista. O Brasil aguentou 40 anos de inflação porque queríamos nos desenvolver, e esse era o caminho que encontraram para financiar.

Está havendo, hoje, um pacto contra a corrupção. O eleitor, automaticamente, está fazendo este pacto, mas pela educação ainda não está. É por isso que Paulo Freire tem sucesso e a nossa educação não é boa.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Cristovam, obrigado pela presença também do ex-Governador Alckmin.

Agradeço a todos os convidados e convoco para o dia 7 de maio, às 10h, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública destinada a debater o tema: "Controle externo das despesas com a educação", em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2018, da CE, de autoria do Senador Antonio Anastasia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dois minutos do dia sete de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RCE 7/2018, de autoria do Senador Antonio Anastasia. Finalidade: Debater o tema "Controle Externo nas Despesas com Educação". Participantes: Cezar Miola, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; Naila Garcia Mourthé, Assessora da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; José Marcelino de Rezende Pinto, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério público de Contas do Estado de São Paulo. Resultado: Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/07

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 7, de 2018, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater o tema "Controle Externo nas Despesas com Educação".

Comunico o recebimento de convite do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados para sessão solene em comemoração dos 15 anos do centro, a realizar-se amanhã, dia 8 de maio, às 9h30, no Plenário Ulysses Guimarães na Câmara dos Deputados. O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão para os Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo. E fica franqueado a esta Comissão, se houver manifestação de algum Parlamentar, indicar representar para participar do referido evento.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores também via internet.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a presença dos nossos convidados: o eminente Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul Dr. Cezar Miola; o Prof. José Marcelino de Rezende Pinto, a quem agradeço a gentileza, ele que é professor da Universidade de São Paulo; a Drª Naila Mourthé, do nosso Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, representando aqui S. Exª o seu Presidente, o Conselheiro Terrão. E estamos aguardando a chegada da Profª Élida Graziane, que deve chegar em poucos instantes. Enquanto isso, nós tomaremos a iniciativa da reunião.

Eu queria esclarecer a todos as senhoras e os senhores que nos acompanham também pela nossa TV Senado que o propósito de tomar a iniciativa desta audiência pública se deveu a uma solicitação que me foi feita, Conselheiro Cezar, de iniciativa do nosso Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, o Conselheiro Terrão, que está imbuído, juntamente com os seus pares dos tribunais de contas de todo o Brasil, de um programa extremamente interessante, que é exatamente o estudo, digamos assim, do custo da educação em face do custo/benefício e em face da determinação do que significa a aplicação dos recursos públicos nessa política pública tão importante com a contrapartida dos seus resultados, até para pesquisar, apurar e perquirir sobre o que significa alocação de cada real em termos da melhoria da educação. Com certeza, os estudos vão mostrar que o recurso é fundamental, mas não só – é o que imagino. De todo modo, o objetivo desse trabalho que está sendo feito pelos tribunais de contas é colocar a estrutura de controle ao lado do Poder Executivo e da educação, para dar novos instrumentos para postar o melhor conhecimento do tema da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa que está sendo requerido chamado Na Ponta do Lápis, que foi feito em Minas Gerais, juntamente, volto a dizer, com seus símiles em todo o Brasil, é uma grande vitrine que se coloca com o intuito de aprimorar a questão relativa às despesas com educação. O controle faz muito bem, porque ele não só se limita a uma questão protocolar, formal do controle *a posteriori*, mas avança positivamente – como, aliás, quis o Constituinte originário em 1988 – de modo que o controle possa contribuir também de forma não só preventiva, mas até educativa, usando uma palavra no seu sentido duplo, para que as políticas públicas avancem melhor e tenham resultados mais adequados. Então, é um programa muito interessante que, certamente, sendo conhecido por todo o Brasil, pode estimular e fomentar interesses nos Estados e até mesmo na esfera federal, que é onde estão concentrados os recursos mais expressivos. Neste ano, que é ano de eleição, o tema, quiçá, poderá ser debatido de modo muito vivo no âmbito das campanhas para levar às pessoas o conhecimento dessas novas ferramentas, desses novos instrumentos.

Desse modo, eu agradeço, sobremaneira, a presença dos convidados, pela gentileza de sua presença aqui, no Senado da República.

Como a matéria veio do meu Estado, Minas Gerais, se me permitem os nossos convidados, eu tomaria a iniciativa de começar dando a palavra à Drª Naila, que faria a primeira apresentação. Cada convidado terá até 20 minutos, podendo falar com muita tranquilidade. Depois, será concedida para alguma indagação que, porventura, exista. Então, eu passo a palavra, em primeiro lugar, à Drª Naila Garcia Mourthé, aqui representando o egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e seu Presidente, o Conselheiro Terrão.

Com a palavra V. Exª.

A SRª NAILA GARCIA MOURTHÉ – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, na Comissão de Educação do Senado; agradecer a manifestação do Senador Anastasia, e cumprimentar os integrantes da Mesa e os demais presentes.

É uma alegria poder apresentar a experiência que vem sendo desenvolvida em Minas Gerais no sentido do acompanhamento das contas públicas e das despesas na área da educação. Em Minas Gerais, a partir de fevereiro de 2017, nós instituímos o Programa Na Ponta do Lápis. Esse programa, na realidade, se alicerça sobre três vertentes. A primeira delas é um cuidado específico com a formação, com o desenvolvimento de ações de capacitação que podem contribuir para a ciência das pessoas e dos envolvidos com a educação, para que nós possamos, muito mais do que identificar os erros, tentar colaborar para que eles não aconteçam. A segunda vertente desse programa está alicerçada na fiscalização. Desde então, o Tribunal vem desenvolvendo uma série de ações de fiscalização com o objetivo de acompanhar de forma mais próxima os recursos destinados à função educação.

A terceira vertente, a vertente para a qual eu vou pedir a atenção dos senhores e das senhoras, diz respeito à ferramenta de gestão que leva o mesmo nome, o aplicativo Na Ponta do Lápis, que eu vou ter a oportunidade de apresentar para os senhores e para as senhoras.

Inicialmente, a gente começa com uma imagem. Um dos objetivos desse programa é exatamente apontar, conhecer bem de perto como anda a educação em Minas Gerais. Eu pergunto aos senhores e às senhoras qual água nós gostaríamos de beber e nós gostaríamos que as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crianças bebessem. A água da direita é uma água que é oferecida a algumas das crianças e a alguns dos adolescentes das escolas públicas do Estado de Minas Gerais.

Essa é a situação de banheiros de algumas instituições escolares de Minas Gerais.

Essa é uma escola, uma unidade educacional para adolescentes.

Nessa foto, a gente observa as crianças escovando os dentes em uma bica porque há mais de um ano a pia do banheiro está interditada.

Essa é uma situação vivida toda vez que chove em uma determinada escola. A quadra é literalmente inundada.

Essa é uma escola improvisada. Essas são salas de aula, e o depósito de pneus no espaço de convivência das crianças.

E essa é uma escola pública da zona rural, em Minas Gerais.

Aqui a gente tem um banheiro de uma escola pública da zona rural. Uma fossa, ainda. O que chamou a atenção da equipe de auditores do tribunal é que essa fossa se encontra a menos de três metros da cisterna, que é fonte de água para as crianças.

Foi nesse sentido que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais alicerçou o programa nas três vertentes apresentadas, a dizer: a primeira, formação; fiscalização; e gestão.

Nesse sentido, nós buscamos nos aproximar dessa realidade, tentando, de alguma forma, fazer com que gestores observassem de forma mais atenta as realidades.

Essas fotos que foram apresentadas para os senhores foram apresentadas aos gestores responsáveis pelas escolas dos seus Municípios. Muitos deles não conheciam a realidade do Município do qual eles fazem a gestão. Então, o Tribunal esteve presente em sete encontros técnicos, recebendo quase 4 mil gestores para uma sinalização e para um pedido de atenção especial para com a educação. Neste ano de 2018, estaremos presentes em mais sete Municípios. Além dessas ações que dizem respeito especificamente a esse encontro técnico, que é um encontro do Tribunal com os gestores municipais, nós estamos estabelecendo parcerias com diversas instituições e aproveitando as oportunidades que são oferecidas para divulgação dos resultados e para apresentação da ferramenta de gestão que foi desenvolvida pelo Tribunal.

Realizamos, há cerca de 15 dias, o primeiro Simpósio Nacional de Educação, na tentativa de fazer com que esse debate seja ampliado. Levamos a Belo Horizonte representantes significativos para a construção desse cenário nacional, para que nós possamos atuar e, principalmente, estabelecer novas metas de atuação.

Estamos cuidando da formação de conselheiros de uma forma bem próxima, para que esses conselheiros exerçam o papel institucional que lhes cabe. Nas atividades de fiscalização, estivemos presencialmente em mais de 60% dos Municípios mineiros realizando algumas atividades de fiscalização, dentre elas essa atividade que foi apresentada para os senhores. Neste ano, passa a fazer parte do escopo da prestação de contas anual uma atenção especial para com o Fundeb, o piso do magistério, o plano de carreira docente e a universalização das ofertas de vagas. Quanto ao cumprimento das metas, nós já tivemos a oportunidade da expedição de alertas, de recomendações no que diz respeito à correta prestação das informações do Siope, à elaboração das peças orçamentárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira vertente diz respeito à gestão. Nós, em parceria com outros tribunais, tivemos a oportunidade de fazer o lançamento do TC Educa, que já está disponível na página do Tribunal. Vou tomar a liberdade de não discorrer sobre o TC Educa, uma vez que nós teremos a participação do Conselheiro Cezar Miola, um dos pais do TC Educa. Vou tomar essa liberdade para que nós avancemos para apresentar a ferramenta do Na Ponta do Lápis.

Trata-se de um aplicativo cujo objetivo é aproximar o cidadão usuário do serviço de educação ao gestor, que cuida da aplicação do recurso da aplicação. É um sistema já disponível em qualquer celular. É só entrar na Google Play ou na Apple Store e digitar "Na Ponta do Lápis". A partir desse momento, há uma identificação como cidadão ou como gestor. O cidadão pode se identificar em um desses perfis. Ele pode ser aluno, pai, professor da instituição, funcionário ou qualquer cidadão que, através dos seus impostos, contribui para o sistema da educação pública do País. A partir desse momento, da sua identificação, ele pode responder a questionários, pode relatar problemas ou pode acompanhar as soluções dos seus relatos pessoais ou dos relatos da escola em que ele decidiu se manifestar.

Dentro dos questionários, nesse primeiro momento, nós temos diversas possibilidades para que o cidadão se aproprie e manifeste a sua opinião principalmente no que diz respeito à infraestrutura, respondendo a esses questionários. Esses questionários vão compor a ferramenta de gestão, que é uma segunda visão desse sistema. Por exemplo, ele responde ao questionário e pode falar sobre: o refeitório da escola possui cadeiras, mesas, talheres para alimentação todos os dias, às vezes ou nunca? São perguntas objetivas para que os alunos da mais tenra idade possam efetivamente se manifestar e desde cedo passar a contribuir de forma efetiva para a devida aplicação desses recursos, mas ele também pode relatar qualquer observação. Por exemplo, ele entra no espaço da biblioteca e temos aí uma construção de itens, de subitens e de subsubitens.

Por exemplo, dentro de biblioteca, o cidadão deseja...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Desculpe-me, Drª Ana, mas com a chegada da Procuradora Élida, gostaria de solicitar que S. Exª assuma o seu lugar à mesa.

Agradeço igualmente a presença da eminente Procuradora e Professora de São Paulo, nossa conterrânea mineira.

Prazer em revê-la, bom dia.

A SRª NAILA GARCIA MOURTHÉ – Seja bem-vinda, Drª Élida.

Se o desejo do cidadão for relatar sobre biblioteca, ele pode escolher relatar sobre acabamento, iluminação, sobre o mobiliário, sobre o tamanho. Ele seleciona, por exemplo, acabamento. Dentro de acabamento, ele vai relatar, de forma mais específica, sobre janelas. E aí, nesse momento do relato, pode incluir uma foto, mas ele tem necessariamente que incluir um comentário. Vamos aqui numa situação hipotética: o cidadão deseja relatar sobre a janela quebrada de uma biblioteca. Ele fotografa, introduz a imagem e apresenta o comentário: "A janela da biblioteca está quebrada." A partir desse momento, ele conclui o relato e é convidado a voltar para o acompanhamento das soluções.

Uma vez relatado, o problema entra para uma situação de "em validação". Quem faz a validação desse relato? Os gestores. Quando nós falamos em gestores, falamos do gestor direto, que é o diretor da escola em questão, o secretário de educação e o prefeito da cidade. No caso do Estado, é o diretor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da escola, o superintendente de ensino, o secretário de educação do Estado. Ele valida e, a partir desse momento, a situação entra para a situação de "em análise". Deixa ver se eu consigo mostrar para os senhores aqui. Não consigo apontar para a tela, mas é essa tarjeta "em análise" que está localizada em azul. A partir desse momento, a situação entra "em andamento" quando o gestor decide quanto tempo ele precisa para aplicar a solução e, a partir desse momento, o sistema já começa a uma ordem decrescente para o vencimento do prazo. Uma vez vencido o prazo, nós temos a situação, o relato entra ou como *status* de "problema resolvido" ou "em atraso".

Gostaria de destacar para os senhores e para senhoras que, ao fazer o acesso ao aplicativo e ao selecionar um perfil, a identidade da pessoa que relata é mantida no anonimato e o que aparece é o perfil do relatante.

É também importante destacar que, na base da direita, logo lá em cima, temos a possibilidade de que esse cidadão possa mudar de cidade, possa mudar de escola para que toda a sociedade se sinta, de alguma forma, comprometida a acompanhar toda a educação.

Passamos para um segundo momento. A ferramenta disponível no aplicativo é uma ferramenta de coleta de dados. A partir do momento em que essa coleta é realizada, os gestores – identifiquei os três perfis de gestores – têm acesso, a partir da página do Tribunal – essa é a página do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais –, aí nessa barra superior à direita, "Na Ponta do Lápis", o gestor pode ter acesso ao aplicativo Na Ponta do Lápis.

Vale destacar para os senhores e para as senhoras que hoje, a todas as informações postadas, colocadas por qualquer cidadão, já temos a garantia do acesso público. Então, qualquer cidadão, qualquer pessoa pode ter acesso a todas as informações da realidade das escolas mineiras. Nós, o Tribunal, estamos trabalhando para a ampliação da divulgação dessa ferramenta porque nós entendemos que será apenas com a colaboração da comunidade como um todo, através do efetivo controle social, que conseguiremos obter a transformação da educação como desejamos.

Então, nessa tela inicial, o cidadão pode ter acesso às informações e o gestor pode conhecer de forma detalhada a situação e pode aplicar soluções para os problemas identificados pela comunidade escolar ou pela comunidade como um todo. Essa é uma ferramenta de gestão. Então, não sei se vocês se recordam, mas tivemos a oportunidade de responder a alguns questionários, esses questionários dão essa primeira visão, esse gráfico de barras no qual o gestor pode, de forma bem rápida e objetiva, perceber quais são os pontos fortes e os pontos de vulnerabilidade da sua unidade escolar ou de toda a base territorial do Município ou do Estado como um todo, quais são os setores nos quais a sua atenção deve ser pautada.

Nós temos aí a possibilidade de identificação de quantos relatos foram feitos, quantos relatos estão em situação de validação, quantos relatos estão em andamento, quantos relatos já foram resolvidos com a possibilidade de identificação das imagens e quantos relatos estão em situação de atraso, que demandam uma atenção maior.

O nosso maior desejo é o de fazer essa divulgação para a sociedade porque são informações que podem ser extremamente úteis para os Vereadores, para os Deputados, para os Senadores envolvidos de forma mais diretas nas comissões de educação, para representantes do Ministério Público, para representantes da Defensoria Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse momento também já existe a possibilidade de uma série de relatórios que já estão disponíveis para que toda essa situação possa ser avaliada, para que os relatos possam ser conhecidos, para que nós tenhamos a possibilidade de conhecer experiências exitosas de escolas que fazem uma construção democrática do espaço da escola, que dialogam de forma mais direta com o cidadão que compõe a sua comunidade, com o cidadão como um todo. Existe possibilidade de reagrupamento dessas informações. Então, se nós temos como foco determinada mesorregião do Estado de Minas Gerais é possível reagrupar pelo Estado, pela mesorregião, pela cidade, pelo Município em questão e pela escola também.

Eu quero, antes de encerrar, pedir a colaboração da Mesa para a apresentação de um pequeno vídeo.

(*Soa a campainha.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª NAILA GARCIA MOURTHÉ – Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição.

Essa ferramenta foi construída com uma base aberta, ou seja, é possível a transferência de tecnologia para todas as instituições, para todos os Estados que desejarem realizar experiências semelhantes em seus Estados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado à Srª Naila pela apresentação muito esclarecedora, muito clara. Acho que a ferramenta certamente já está sendo muito útil e ela tem o condão de estimular a participação da família especialmente na questão da gestão da escola. Ensinam pelo menos os especialistas, aqueles que acompanham o desenvolvimento do ensino em países mais desenvolvidos, como no sudeste da Ásia, que a participação familiar é imprescindível, e nós ainda temos uma grande lacuna da nossa política por educação exatamente o estímulo a essa participação. Não há dúvida de que esse é um instrumento extremamente favorável para tanto.

Agradeço muito, portanto, a sua participação.

Dando continuidade a nossa audiência pública, mais uma vez reitero aqui a presença da Drª Élida, cuja gentileza também agradeci no início, mas reitero sua presença nesta nossa audiência pública.

Vamos agora ouvir o Prof. José Marcelino Rezende Pinto, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que também disporá do prazo de 20 minutos para sua apresentação.

Prof. José Marcelino, com a palavra S. Sª.

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Bom dia a todos! Quero agradecer muito o convite na pessoa do Senador. É um prazer estar a esta mesa. Eu também sou mineiro infiltrado aqui, sou um mineiro que fugiu para Ribeirão Preto, mas estamos na divisa, só o Conselheiro Cezar que é gaúcho da gema.

A minha fala vai ser um pouquinho ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiro, acho muito interessante esse instrumento apresentado pela Naila, acho que o caminho é esse. Brinco que sou um pouco igual ao Suplicy com a renda mínima, eu sou a pessoa do Custo Aluno-Qualidade. E vamos exatamente ressaltar aqui o potencial... O Custo Aluno-Qualidade é discutido muito do ponto de vista de garantia de insumos, de estabelecer parâmetros de igualdade, mas sempre gosto de ressaltar o seu instrumento também de controle, seja de controle social, seja de controle institucional também, controle externo. Então, acho que tem tudo a ver com o tema desta audiência pública.

Vamos lá! Eu sou meio falador... Sempre gosto de começar discutindo que não há política pública sem tributação. Então, a gente tem aí a carga tributária ao longo do tempo. É interessante observar que, até a Primeira Guerra, mesmo os países que depois construíram o Estado de bem-estar social tinham uma carga tributária na faixa de 10% do PIB. Quer dizer, com 10% do PIB claramente não se vai ter políticas sociais. E, ao longo do longo século XX, nós vamos ter a construção do chamado Estado de bem-estar social. Os Estados Unidos, não à toa, são aqueles onde menos avançou, e não é à toa também que é um país que apresenta problemas de financiamento de políticas sociais.

O Brasil aparentemente está bem, está ali com os Estados Unidos. Eu gosto de trazer esse eslaide para mostrar porque hoje mesmo o taxista que me trouxe disse: "É a maior carga tributária do mundo." Então, sempre gosto de relativizar um pouco isso. Nós temos uma carga mediana, mas temos um problema que é o PIB baixo. Então, esse é um desafio que nós temos.

Outro mito que temos – no meu entendimento é um mito – é a ideia de que o problema do Brasil não é a falta de recursos para a escola pública, mas é só a má utilização. Então, em termos do percentual do PIB, o Brasil gasta mais ou menos o que os Estados Unidos gastam, só que, na hora em que se verifica o gasto-aluno, vamos ver que a desproporção, que exatamente reflete a desproporção da riqueza entre os países. E, para não ficar comparando com o mundo lá fora, eu também gosto de comparar com o mundo de dentro, e aí há o dilema da falta de parâmetros. Então, eu tenho utilizado as mensalidades de escola privada, que, em tese, é um setor que aloca bem os seus recursos. Eu peguei o recurso do Fundeb por aluno em 2016. Isso dá em torno de média de R$300/mês, e qualquer um que tem o filho em uma escola privada sabe que aqueles valores que coloquei ali são valores medianos, quer dizer, as escolas de elite giram na faixa de R$7 mil.

O Senador Cristovam sempre traz a questão da federalização quando a gente discute o Custo Aluno-Qualidade. Eu sempre gosto de pensar em rede federal, porque acho que é uma rede que pode ser parâmetro para se pensar o que seria uma escola de qualidade.

Vivemos um cenário desfavorável para o financiamento da educação. Então, ali eu trago os valores atualizados dos fundos e do gasto da União. A gente observa que, no caso dos gastos da União, desde 2012, a gente está numa trajetória em queda. E, aí, eu não posso deixar de expressar aqui a minha preocupação com a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos primários por 20 anos. Quer dizer, além dos males em si do congelamento, estamos congelando num patamar muito baixo de financiamento e exatamente num momento em que nós temos um Plano Nacional de Educação com uma demanda de recursos.

Então, digo que nós temos dois fatores afetando negativamente o financiamento da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um deles é de médio e longo prazo, que é a Emenda 95, que vai produzir seus efeitos exatamente na hora em que a economia começar a crescer e, embora ela afete diretamente a União, sabemos que ela está afetando indiretamente Estados e Municípios.

Há também um efeito mais imediato, que é a recessão econômica, que, talvez, para a educação, seja o maior mal, porque a educação tem uma dependência gigantesca – o Senador foi governador – do ICMS. O ICMS é a principal fonte de financiamento da educação. E o ICMS é aquele que primeiro cai quando vem... A sorte é que é também o primeiro que cresce na recuperação. Essa é a esperança, mas isso também depende do modelo de desenvolvimento que nós vamos traçar para o País, porque é um tributo que depende muito do consumo. Acho que esse também é um dado importante.

A conclusão: nós precisamos ampliar os gastos com educação. Quer dizer, não podemos cair na ideia de que o dinheiro que existe aí é suficiente. Nós temos um PNE que estabeleceu uma meta de 10% do PIB, com 7% como meta intermediária. Agora, gosto de ressaltar também que o fato de nós termos de gastar mais não significa que não tenhamos que melhorar o gasto. Sempre que me perguntam se o problema é falta de dinheiro ou de gestão, eu respondo que são as duas coisas.

Esse é um tema muito polêmico. O senhor abriu a sua fala perguntando: dinheiro faz a diferença ou não faz? Eu até escrevi um artigo discutindo a educação que traz o seguinte: dinheiro traz felicidade? Essa é uma polêmica mundial. Eu sempre brinco e respondo que depende do dinheiro.

Em geral, os estudos que buscam mostrar que dinheiro não faz diferença são em países ricos, são países que estão trabalhando num patamar de US$10 mil. Agora, nós estamos falando de num patamar de US$2,5 mil a US$3 mil ao ano e, aí, o dinheiro faz diferença. Mesmo nos países ricos, os estudos – volto a dizer da polêmica – mostram que o dinheiro faz diferença principalmente para os alunos mais pobres, porque os alunos de classe média num certo sentido têm como se proteger. Eles têm uma família que tem recursos e os pais têm escolarização.

A discussão da participação da família de que falo no Brasil significa muito olhar para a políticas de educação de jovens e adultos, porque a escola, às vezes, cobra dos pais que ajudem no dever de casa, mas às vezes os pais têm menos escolaridade do que o filho! Por isto é que o Plano Nacional é fundamental: porque articula as políticas. Um elemento de participação é um aumento também da escolarização dos pais. E, infelizmente, temos visto a educação de jovens e adultos cada vez mais relegada, muitos fechamentos de turmas. Então, essa é uma coisa que preocupa.

Ou seja, a gestão faz a diferença, mas nós temos que ter clareza de que, com 300 por mês... Eu sempre pergunto para as pessoas: você, tendo um salário, colocaria seu filho numa escola de 300 por mês? Essa é a questão ética que se coloca, e essa é uma contradição que eu vivo: eu pesquiso escola pública e tenho filho na escola privada, sabendo inclusive da falta de qualidade e dos problemas, porque é uma escola muito individualista, uma escola que foca muito na preparação para o vestibular e pouco, às vezes, numa formação mais humanista. Por isso é que, sempre que falo em qualidade, gosto de ver a da rede federal, porque acho que é uma rede que consegue aquilo que está na Constituição e na LDB. Ela dá uma formação para a pessoa, ela prepara para o mundo do trabalho e propicia a continuidade dos estudos. Acho que esse é o nosso sonho. Quando penso em custo/aluno/qualidade, meu sonho é este: uma escola que cumpra aquilo que está na Constituição.

Bom, mas vamos falar de controle. Estou falando muito de... É que não dá para separar, eu acho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, acho que os mecanismos.... Obviamente há uma simplificação, mas eu vejo o papel do controle do Legislativo e, aí, os tribunais de contas, que, na verdade... Acho que isso tem um papel também – não é, Naila? – de explicar à população. É que às vezes a população acha que os tribunais são do Judiciário. Quer dizer, há um processo aí de formação do cidadão, de entender os tribunais.

O Judiciário, por exemplo, nos Estados Unidos, tem uma presença muito forte. Eu tenho uma filha que está fazendo doutorado no que eles chamam lá – pai fazendo propaganda da filha! – de *adequacy litigation*: o pessoal entra na Justiça para dizer "Olha, no Estado da Califórnia, os cidadãos não estão sendo tratados igualmente". Quer dizer, alguns cidadãos da Califórnia são tratados de forma desigual. Se formos aplicar esse processo no Brasil, faltaria tribunal para essa questão.

E aí eu acho que há um interlocutor – estamos aqui com a Drª Élida, que é uma referência para todos que discutem financiamento, controle –, é o papel do Ministério Público. Eu, por exemplo, não sabia que existia o Ministério Público de Contas, fui conhecê-lo em São Paulo em contato com a Drª Élida. Sabemos que quem está lá na ponta, os próprios conselhos... Eu participei de Conselho Municipal de Educação, participei do Conselho do Fundeb lá em Ribeirão Preto e, muitas vezes, acabamos apelando para o Ministério Público. É onde desaguam as demandas. Os tribunais acabaram gerando mecanismos... Além de criar um tribunal, quer dizer, colocar o Ministério Público ali como parte importante do processo dos tribunais, muitas vezes encaminham as prestações de conta, porque sabem muitas vezes dos limites do Legislativo. Eu vim de uma cidade em que a prefeita ficou presa – acho que ainda está presa a ex-prefeita de Ribeirão Preto –, e muitas contas tinham sido aprovadas pela Câmara. Sabemos desse problema, dos mecanismos que envolve. Por isso acho que essa parceria é muito rica no processo de controle.

Aqui eu trouxe um pouco da minha experiência. Onde a gente mais encontra problemas?

Primeiro, há a questão da folha, porque de 80% a 90% dos gastos são feitos com pessoal na educação. E é onde – infelizmente tenho que admitir – a transparência é menor. Houve todo um esforço da Lei de Transparência... Eu posso encontrar quanto ganha o fulano de tal, mas, se eu quiser saber sobre a folha de pagamento da educação, é um negócio extremamente complicado, e é um elemento chave, porque é ali que estou... Ou seja, onde eu vou fiscalizar? Vou fiscalizar onde eu tenho o maior gasto, que provavelmente é onde eu tenho os gargalos. Então, eu acho que a folha é um elemento central.

O outro, embora represente um percentual baixo, tem um impacto muito grande na corrupção, que são as obras. A gente sabe que é outro elemento. Então, aí, eu preciso de um olhar... E, aí, o CAQ já ajuda, porque o CAQ pensa escolas concretas. Eu vi, inclusive, na Atricon esta preocupação: quanto custa uma escola em condições adequadas para atender mil alunos? Muitas vezes, o administrador público não tem ideia, e a licitação, em vez de baratear o custo, muitas vezes é a forma mais cara, em função de tudo isso que a gente viveu no Brasil.

Eu hoje tenho muita preocupação com os contratos terceirizados. Quando a gente olha os escândalos de corrupção, vê que sempre há uma terceirização associada. Esses contratos surgiram no sentido de reduzir o problema de inchaço de pessoal, que é uma preocupação legítima, mas, por outro lado, eles também carreiam outros problemas. Eu até trouxe aqui – acho que isso mereceria um debate à parte – a discussão da limitação de gasto com pessoal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque acho que, hoje, mais do que elemento de eficiência, ela gera um elemento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tensionamento na administração pública, porque os prefeitos muitas vezes, mesmo sendo honestos, mesmo tendo recursos para a educação, eles acabam sendo constrangidos. E, aí, muitas vezes acontece a terceirização escondida. Então, é uma coisa que me preocupa. Acho que a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma conquista da Nação brasileira, mas precisa ser pensada; principalmente, a gente precisaria de um painel na discussão dos limites do gasto com pessoal. Temos que ter limites? Temos. Mas o que seria uma alocação eficiente para uma prefeitura ou para um governo de Estado? Acho que essa é uma questão.

Nós temos vivido muito a questão da compra de sistemas de ensino. Muitas vezes uma prefeitura abre mão de usar o material, o Programa Nacional do Livro Didático, o material gratuito, e, dispensando licitação muitas vezes, compra um sistema apostilado. Então, esse é um problema.

E há as famosas manipulações contábeis. A Drª Élida mesmo, acho, teve uma atuação lá em São Paulo nessa questão dos aposentados, o dilema de contabilizar os aposentados dentro dos 25%. A gente sabe que o legislador, quando pensou essa vinculação, estava pensando em manutenção e desenvolvimento do ensino. E, obviamente... Todos nós queremos nos aposentar, mas é evidente que não está dentro da manutenção e do desenvolvimento do ensino. Sabemos que esse é um problema, um problema para os governadores principalmente, que são sistemas mais antigos, mas também para os Municípios.

Eu lembro o caso de São Paulo, não sei se continua – vamos acelerar –, que é a questão das merendeiras. Não sei se mudou o entendimento do Tribunal de Contas de São Paulo, mas a alimentação escolar não era considerada ensino, mas o pagamento da merendeira era feito na escola. Quer dizer, para mim há uma certa contradição. Acho que Atricon, inclusive, tem esse esforço de buscar o entendimento comum dessas questões.

Não chego nunca no CAQ! Vamos lá!

A experiência do Fundeb é um avanço. Quem participou da época do Fundef sabe que houve um avanço, mas há uma questão que a Atricon coloca, que é a falta de suporte. Quando o conselheiro do Fundeb precisa do suporte, vai ao Executivo, mas o Executivo é o órgão a ser fiscalizado. Então, a meu ver, isso gera um tensionamento. Outra coisa: hoje, principalmente nos Municípios mais ricos, 100% do Fundeb é folha de pagamento. Então, em geral, onde os problemas são mais comuns, que é no investimento e em obras, eles estão fora, estão nos outros recursos, externos ao Fundeb.

Está em discussão na Câmara e no Senado o Fundeb permanente. Essa é uma discussão importante, porque o Conselho do Fundeb, obviamente, atualmente fiscaliza os recursos do Fundeb e não o total dos recursos da educação. Acho que isso precisaria de uma solução de engenharia jurídica.

Eu não vou falar muito do CAQi porque ele é muito conhecido, eu espero. Ele nasce da base da Constituição, que estabelece a ideia de um padrão mínimo de qualidade de ensino. Daí é que saiu o conceito custo/aluno. Então, é um conceito constitucional, e a LDB dá a linha. O que ela entende por padrão mínimo? Insumos.

A ideia é a seguinte: quais são os ingredientes de uma escola com condições básicas? É como um bolo: o que eu preciso ter em um bolo para que ele seja gostoso, nutritivo? O CAQi é essa ideia aplicada à escola, à educação. É uma ideia cujo entendimento é relativamente simples. Hoje ela está na Meta 20. Temos três estratégias que explicitamente falam disso no PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Caminhando para o final, pergunto: qual é a relação do CAQi com a qualidade? Por quê? Porque ele define parâmetros. Hoje nós não temos parâmetros. Vamos dar um exemplo bem básico: se um Município gasta quatro mil por ano por aluno, que salário ele pode pagar com esse valor? O tribunal não tem parâmetro. A população não tem parâmetro. O CAQi estabelece que toda escola tem que ter um laboratório de ciências. Então, ele dá um parâmetro para o pai para dizer o seguinte: "Por que a escola do meu filho não tem um laboratório de ciências ou não tem uma biblioteca, sendo que a lei do CAQi define isso como o mínimo? É a ideia do mínimo necessário, essa é a ideia central.

Por exemplo, uma dificuldade muito grande que a gente teve na elaboração das planilhas: pessoal não docente. Para o pessoal não docente no Brasil – os tribunais devem enfrentar esse problema um pouco –, nós não temos parâmetros. Há redes onde há mais funcionários do que professores; há outras onde não há funcionários. A ideia do custo/aluno/qualidade inicial, e o CAQ seria o passo seguinte, é exatamente a seguinte: ao precificar esses insumos, ele garante aos tribunais e garante à sociedade parâmetros objetivos e, aí, eu posso vincular gasto com qualidade do gasto. Por isso é que eu acho que ele é tão vital.

Essa é uma planilha que não dá para ler muito bem – a referência ainda é 2010, só para lembrar. Foi em 2010 que o Conselho Nacional de Educação o aprovou, só que não foi homologado. O CAQi está fazendo dez anos de discussão – só para se ter um parâmetro – mas, infelizmente, já passou o prazo definido pelo Plano Nacional de Educação para sua implantação.

Essa é uma planilha muito simples. Muitas vezes as pessoas a criticam, mas eu gosto dela porque ela mostra uma escola concreta, ela pensa uma escola e, aí, ela vai ter a estimativa de professores, a estimativa de diretora, a estimativa de secretário. Então, é muito claro para um pai ou para um mecanismo dizer o seguinte: "Se o CAQi diz que, com esse valor, eu posso pagar esse salário, a escola pode ter uma auxiliar de bibliotecário, por que a minha escola não tem?" Então, essa, de uma forma bem simples, é a ideia central.

O parecer, como eu disse, é de 2010. Naquela época foram definidos parâmetros de CAQi para creche, para escola, fundamental, iniciais. Eu acho interessante mostrar no campo, só para ter um dado ali. Vocês observem o valor do campo: R$7 mil no caso de uma escola de anos iniciais com padrão mínimo de qualidade. Por que o campo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Estamos concluindo.

Por quê? Porque são escolas pequenas. E, infelizmente, e o Fundeb a meu ver estimula isso de forma equivocada... Quer dizer, essas escolas não têm escala, não têm economia de escala. Então, o que se faz? Se fecha. Quer dizer, o Brasil fechou, salvo engano, 40 mil escolas em 30 anos no campo. Isso é algo a ser pensado.

É claro que há escolas que não são escolas, como a Naila mostrou, mas o que a experiência mostra? Que uma escola do campo de qualidade tem um custo maior, mas o Fundeb não estimula isso. O prefeito, muitas vezes, é estimulado a fechar a escola, e coloca no ônibus... E a gente sabe que o transporte escolar é um dos fatores de desvio de recursos. Eu sempre gosto de citar os Estados Unidos, onde a gente vê aquele ônibus bonitinho: aquele motorista do ônibus não é terceirizado, ele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

funcionário do distrito escolar, porque não é qualquer pessoa que pode dirigir um ônibus transportando alunos.

Sintetizando: o que seria possível verificar...

Vi que o prazo acabou lá, mas em 30 segundos eu acabo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Muito obrigado.

Quer dizer, primeiro: se o valor mínimo do Fundeb permite pagar o piso. Hoje a gente conhece vários governadores e prefeitos que dizem o seguinte: "Com o mínimo do Fundeb, eu não tenho como pagar o piso." E nós não temos elementos objetivos para saber se ele está falando a verdade ou não está. Quer dizer, faltam parâmetros objetivos.

Os gastos com pessoal de determinada rede estão dentro do esperado?

A remuneração dos professores é compatível com o gasto/aluno? Esse é um elemento-chave de eficiência. A gente sabe que custo/aluno é salário de professor e aluno/turma.

Há excesso de professores ou de funcionários numa determinada rede? A folha de pagamentos da educação é gigantesca. É o lugar mais fácil para colocar os apaniguados, porque é uma folha muito grande. O Conselho do Fundeb até tem o poder, mas como é que ele vai fiscalizar uma folha... Em São Paulo são mais de 200 mil. Como é que você vai checar uma folha dessas?

Por último: se está ocorrendo o investimento adequado. A Naila também trouxe um elemento que é muito comum nas escolas, que é o banheiro, aquela coisa em péssimas condições, a casinha, como foi mostrado, do lado da cisterna. E quando você faz os estudos de custos, essas coisas têm um impacto muito pequeno no custo. Quer dizer, coisas que são... O que seriam aqueles gastos de conservação predial, e que fazem uma diferença... O que o pai fala? Ele chega à escola, ele vê um pomar no fundo, um jardim na frente... Aquilo muda a relação do aluno com a escola, e isso tem um custo muito pequeno, mas a gente sabe que é onde primeiro se corta, porque o investimento é o que primeiro se corta. Então, são coisas dessa natureza...

Eu vi no documento da Atricon a ideia dos alertas. Acho que o CAQi pode funcionar como um alerta. Quer dizer, ele pode dizer "Olha, aqui acende uma luzinha" – até pus em amarelo, porque é a luz de atenção. Então, isso facilita, a meu ver, muito, o trabalho do controle social. E essa, eu acho, é a conclusão mesmo. Quer dizer, como determina a Constituição Federal, a LDB e o Plano Nacional, é essencial a implantação do CAQi, que seria o passo inicial da qualidade, e o CAQ, que seria a qualidade... Eu brinco dizendo que a qualidade é assim: quanto mais a gente tem mais a gente quer. Então, o CAQ é o passo seguinte, que sempre vai pedir um outro.

Além de garantir os padrões adequados, que os órgãos fiscalizadores tenham parâmetros objetivos sobre o uso adequado dos recursos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Prof. José Marcelino. V. Sª, na sua bela apresentação, aponta e coloca o dedo em feridas muito delicadas. Fala em temas como a inclusão ou não dos aposentados na folha – é um tormento antigo – e na questão da qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa demonstração do gasto: eu estava olhando o gráfico que V. Sª colocou no início, as despesas dos países ricos, como os Estados Unidos e a Coreia. As da Coreia são altas, mas são bem menores, quase a metade, e com resultados superiores aos dos Estados Unidos, não é verdade?

Quer dizer, são temas, de fato... E V. Sª, inclusive, com PhD em Stanford, conhece bem essa realidade, mas percebe-se que, quanto mais se estuda, mais dúvidas surgem. Isso faz parte do processo acadêmico.

Esses são números muito interessantes que demonstram que o que nós temos hoje é incipiente, mas tem de ser cada vez mais construído, que é uma preocupação nuclear com a qualidade da gestão, do gasto e do ensino, evidentemente, que é a consequência natural disso.

Agradeço muito a participação, que foi muito rica, do eminente Prof. José Marcelino.

Dando continuidade à nossa audiência pública, tenho a honra de convidar para fazer uso da palavra a Profª Élida Graziane, que revejo, e que, com muito gosto e muito gáudio, está sendo recebida aqui no nosso Senado. Para a sua apresentação também será concedido o prazo de vinte minutos, mas, claro, podendo se estender caso haja necessidade.

É um prazer revê-la, eminente Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Professora da Fundação Getúlio Vargas.

Por favor.

A SRª ÉLIDA GRAZIANE PINTO – Bom dia a todos.

É um prazer imenso, Senador Anastasia.

Um pequeno dado: nós, os mineiros, estamos em maioria aqui na Mesa!

Eu tive a felicidade de ser colega do Prof. Anastasia na UFMG quando ingressamos no curso de doutorado, realmente, é uma trajetória antiga de debates, de reflexões. E hoje tenho a felicidade de aqui também estar com o Prof. Marcelino, com o querido Miola, Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, e com a querida Naila, que representa o Conselheiro Terrão, com esse projeto belíssimo, Na Ponta do Lápis. Eu me sinto em casa, me sinto bastante em casa.

As apresentações que me antecederam me permitem chegar a um nível de conforto e, portanto, passar mais rapidamente a alguns temas nucleares.

Essa é uma notícia, caro Senador Anastasia, do jornal Estadão, de fevereiro deste ano, já com os dados de 2017, a respeito da repercussão dessa crise e desse ajuste fiscal, sobretudo no que diz respeito às duas políticas públicas nucleares, saúde e educação.

É óbvio que, quando a gente pensa a estruturação tanto do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto da educação básica, o comportamento do gasto federal é decisivo não só para a eficácia do direito fundamental, mas também para o próprio pacto federativo. Ele é absolutamente nuclear e, nesse sentido, retomo um pouco a fala do Prof. Marcelino para avançarmos.

Esse é um estudo feito por dois pesquisadores ainda quando do debate da PEC 241. Eles o intitularam "Pisos Deslizantes". A proporção do gasto federal, mantida na forma do art. 212, seria 18% da sua receita de impostos. A complementação da União ao Fundeb ainda é muito tímida.

Para o senhor ter uma ideia, nós aportamos hoje para o Fundeb um terço daquilo que aportamos para o Fies. A União tem muito mais compromisso com o financiamento do ensino superior privado do que propriamente com a complementação federativa em relação àquele padrão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mínimo de qualidade nacional. O termo "supletiva" do §1º do art. 211 tem sido lido como "subsidiária", quando, na verdade, a responsabilidade é solidária nos três níveis da Federação pela educação básica.

Essa conceituação jurídica é essencial. A responsabilidade pela educação básica obrigatória a que se refere o art. 208 não é só dos Municípios e dos Estados. Eu brinco dizendo que há uma guerra fiscal de despesas na nossa Federação, e saúde e educação, na verdade, são a evidência mais clara dessa desconstrução de duas áreas em que a população realmente reclama mais Estado. Não há como não fazê-las.

Educação básica é atuação tripartite, não é responsabilidade exclusiva de Municípios ou com o suporte dos Estados. São necessários mais recursos, até para melhorar a qualidade do gasto. É preciso mais aporte de recursos, sobretudo federais. Não há como pagar piso remuneratório dos professores, não há como estruturar as escolas adequadamente.

E há um dado importante, caro Senador, caros colegas: é que ainda temos 10 milhões de crianças e jovens fora da escola, de zero a 17 anos. Não haverá evolução, inclusive para fazer a criança ter alfabetização na idade certa, se a gente realmente não tentar trazer as crianças para as creches. Esse é um ponto de partida muito importante.

Ainda na mesma linha: o nosso patamar de gasto, efetivamente, vai ser bastante reduzido. Há estudos que indicam que nós vamos ter um patamar de gasto social em 2036 equivalente ao de países da África Subsaariana. E esse é um debate que a Resolução nº 3, de 2015, da Atricon, já fazia lá em 2015, em meados desse ano. A gente, comemorando o primeiro ano do Plano Nacional de Educação, já fazia esse debate.

Eu trago aqui uma notícia de São Paulo, Estado cujos Municípios tenho acompanhado agora. Nos Municípios de São Paulo – são os dados mais próximos, de 2017 –, quase 12,5% das crianças de 4 a 5 anos estavam fora da pré-escola, sendo que o acesso à creche já deveria ter sido universalizado em 2016. Além disso, quase 70% das crianças de 0 a 3 anos estão fora das creches. Só que esses mesmos Municípios ainda aportavam, em valores corrigidos pelo IPCA, R$300 milhões naquele período observado para subfunções de ensino médio e de ensino superior.

A LDB é clara: não cabe ao Município, por exemplo, priorizar a alocação em transporte de universitários, em pagamento de bolsas de cursinho pré-vestibular ou de Fies municipal, como fez a Prefeitura de São Caetano – recentemente eu tive que representar sobre isso –, a título de fomento ao ensino superior privado. Ora, se eu tenho um déficit de 70% de vagas em creches, a opção por fomentar o ensino superior privado no nível municipal é francamente inconstitucional!

É esse tipo de embate que precisa ser feito com clareza para evidenciar o conflito distributivo. Se o gestor tem um excedente de alocação possível para colocar em transporte de universitários, ele não pode simplesmente se desincumbir, por exemplo, em relação à existência de crianças fora da creche, dizendo que a meta do PNE é de 50% em 2024. É esse o contraste que a gente tem que fazer.

E aqui eu trouxe para o debate um ofício que encaminhei no dia 1º de fevereiro deste ano, portanto no início do ano letivo, para todos os prefeitos cujas contas estão sob minha responsabilidade – são 82 prefeituras, dentre as quais Campinas e São Caetano. Peguei o primeiro da ordem alfabética, Aguaí, e, levantando dados do próprio Siope, me dirigi ao gestor dizendo o seguinte: "Caro gestor, se há notícia de gasto no ensino médio e no ensino superior nos últimos cinco anos do prazo prescricional, recomendo a V. Exª que priorize a aplicação no ensino infantil e no ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental." Fiz isso de modo a explicitar que, embora excedente aos 25%... Esse gasto no ensino médio e no ensino superior não foi computado nos 25% do 212, é um excedente de aplicação. Mas essa não é uma escolha discricionária que o gestor possa fazer sem que nós o contraditemos a respeito da validade disso, porque, havendo crianças fora das creches, havendo crianças fora da pré-escola, a prioridade absoluta, inclusive na forma do art. 227 da Constituição, é em prol das crianças, é em prol do ensino fundamental, do ensino infantil e do ensino fundamental.

Então, ali eu arrolei nove grandes rotas de confronto a respeito da discricionariedade orçamentária que o gestor alega possuir e que estariam, em tese, numa tendência de controvérsia a respeito da validade dessa despesa discricionária. Ele vai ter de motivar adicionalmente por que elegeu essas opções em detrimento de alocar recursos suficientes para a universalização de creches e pré-escolas nas séries iniciais do ensino fundamental, que é a maior responsabilidade dos Municípios.

Então, o item 1. Está aplicando em despesas em subfunções relativas ao ensino médio e ao ensino superior?

A questão 2. Alocação com despesas de publicidade, exceto aquelas que são estritamente essenciais. Inclusive busquei, numa interpretação sistêmica, o próprio regime da lei das eleições, porque, se a gente vive um tempo de escassez tão severo que não há recursos para, por exemplo, pagar a folha de salário em dia, para, de fato, universalizar a creche, universalizar a pré-escola, a escolha a respeito da aplicação em despesas com publicidade institucional tem que ser bastante mais gravosa. Trata-se de impor ônus argumentativo e exigir motivação reforçada para que o gestor, de fato, nos comprove que a escolha que ele fez é consoante, inclusive, com seu ciclo orçamentário, com a sua disponibilidade de caixa.

O item 3. Especificamente no item 3, eu gostaria de trazer o exemplo de Caraguatatuba, um Município do litoral norte paulista onde a colega do Ministério Público Federal e o colega do Ministério Público de Contas oficiaram em sentido semelhante. Detectaram 1,2 mil crianças de 0 a 3 anos fora de creches, e a prefeitura, mesmo assim, tendo sido alertada, tendo sido recomendada, realizou *shows* por ocorrência do aniversário da cidade, com custo de R$500 mil, com Claudia Leitte, com Titãs e não sei mais quem. Ora, 1,2 mil crianças fora das creches, alertada pelo Ministério Público da primazia de custeio em relação a essas crianças, num quadro de escassez fiscal tão contundente e com outros elementos apontados no ofício, ainda assim prioriza a realização de *shows* no valor de R$500 mil com toda a dimensão que a gente aponta... Obviamente, os colegas agora vão adicionalmente cobrar respostas acerca dessa pactuação de quando vai resolver o problema do déficit de vagas e, eventualmente, responsabilizar o gestor. É um quadro que está sob análise. Mas é preciso fazer a análise, inclusive, do ponto de vista de exigir motivação adicional para o conflito distributivo. Ele não pode simplesmente se furtar ao cumprimento de um direito subjetivo público da criança segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O direito subjetivo da criança é plenamente e imediatamente exigível. É esse o ponto de partida, inclusive, dos considerandos.

A majoração de despesas, assumir despesas com novas obras, com novas serviços sem sequer haver resguardo para as obras já em curso, para os serviços já em curso: fundamentação também da Lei de Responsabilidade Fiscal. São todas hipóteses de interpretação sistêmica, seja da LRF, seja da lei das eleições, em prol da máxima eficácia do direito fundamental à educação com prioridade para a universalização. Ainda há problema de acesso, não é nem de qualidade. Acho que o problema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, é um pouco antes. É claro que a gente precisa avançar na qualidade, precisa sustentar a equidade, mas ainda há 10 milhões de crianças e jovens fora das escolas. Talvez o problema anda seja, primeiro, quantitativo, até para a gente avançar na alfabetização na idade certa. Quanto antes a criança entra numa estrutura adequada de ensino, mais facilmente chega aos 7 ou 8 anos já capacitada para a alfabetização.

Renúncias de receitas. Caro Senador, caros amigos da Mesa, não é possível fazermos um debate sobre o ajuste fiscal equitativo neste País se não enfrentarmos a existência de renúncias de receitas concedidas por prazo indeterminado. Tenho debatido, inclusive, a possibilidade jurídica, à luz do art. 14 da LRF, de as renúncias de receitas serem concedidas por prazo indeterminado, como os advogados tributaristas sustentam, porque a tese usual é a de que, uma vez concedida por lei, só outra lei a revoga, Mas a Lei de Responsabilidade Fiscal só admite como válida a renúncia de receita cuja comprovação de não afetação das metas seja atrelada às metas que são trienais – a LDO me dá a meta para o exercício de referência mais dois. Então, é sempre trienal e, se afetar as metas, há de haver, inclusive como condição de validade para iniciar a vigência da renúncia de receita, medida compensatória, e medida compensatória que também, por definição, é trienal.

Renúncia de receita, por definição, tem prazo de vigência e tem limite. A própria Emenda 95 estabelece que, uma vez estourado o teto fiscal, não pode mais ser concedida nova renúncia de receita. Mas o teto fiscal é projetado à luz das metas fiscais. Eu já tenho indicativos de que, em 2019, nós estouraremos o teto fiscal da Emenda 95 e, mesmo assim, desde 2016, quando aprovaram a Emenda 95, mais de R$600 bilhões em novos parcelamentos, em novas renúncias de receitas, em perdões de dívidas foram concedidos, ao arrepio do nosso ordenamento.

Ora, ou o ajuste de fato se faz em relação às renúncias de receitas, em relação às despesas primárias e também às despesas financeiras ou a fatura vai cair sempre e tão somente na restrição dos direitos fundamentais, prejudicando o alcance daquilo que a nossa Constituição estabeleceu como seu eixo essencial, esse núcleo é protetivo.

Então, quando a gente questiona, ali no item 5... "Caro gestor, majorar, conceder ou ampliar quaisquer renúncias de receitas, sobretudo as que não têm prazo de vigência... " Isso é indicativo de frustração dessa prioridade alocativa no ensino infantil.

Estou indo um pouco rápido porque ainda tenho bastantes questões para suscitar, mas isto para mim é nuclear: não se faz controle do piso da educação sem também resguardar a fonte de custeio, inclusive evidenciando esses conflitos. A questão de melhorar a lupa que se pode colocar sobre onde o dinheiro está indo para cumprir as metas do PNE é absolutamente nuclear, e o Prof. Marcelino já a evidenciou. Trata-se de provar de onde tirar dinheiro fazendo contraste argumentativo sobre a ideia de reserva do possível – "Ah, porque não tem de onde tirar dinheiro". Nós podemos fazer o contraditório. A minha fala tem esse ponto de partida.

O item 6: reconhecer espontaneamente prescrição de dívida ativa. Ora, no CNJ, inclusive, já é pacífico que é possível protestar, é possível fazer a execução extrajudicial de dívida ativa. Prefeitura pequena tem muita resistência de fazer protesto de dívida ativa porque o prefeito fica politicamente exposto em relação aos sonegadores de, por exemplo, IPTU ou mesmo de ISS. Mas, nós, órgãos de controle, temos que constrangê-lo, inclusive para que ele tenha, estando de boa-fé, claro, instrumentos para se colocar diante da sociedade e dizer que não dá mais para manter uma dívida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ativa postergada cuja arrecadação é ineficiente se há instrumentos mais adequados para tanto. Essa racionalização da gestão da receita é tão importante quanto a racionalização da gestão da despesa.

Item 7: assumir qualquer responsabilidade de custeio de... Aqui eu foquei o âmbito municipal. Eu não tenho atribuição sobre o governo do Estado, eu não sou Procuradora-Geral, por isso oficiei nos meus Municípios. Mas, vejam: qualquer responsabilidade de custeio de despesas de competência de outros entes em rota de lesão, não só pelo art. 62 da LRF, mas, também, aos deveres de cooperação técnico financeira.

Ora, o Município acaba absorvendo a tal da complementação da merenda escolar, absorvendo responsabilidade de custeio do Estado. Então, paga o combustível da viatura da polícia civil, o combustível da viatura da polícia militar, paga a estrutura administrativa toda de outros órgãos, cede servidores. Na folha de educação deve ter gente, inclusive, contratada como temporária para ser cedida a outros órgãos.

Então, temos que fazer o debate inclusive disso. É uma guerra fiscal de despesa e, na verdade, quem tem se retraído mais é a União, em alguns Estados também, e há sobrecarga de custeio nos Municípios, que têm inclusive essa dificuldade de implementar o PNE porque não têm mais de onde tirar recurso. Então, a orientação foi no sentido de evitar fazer parcerias enquanto não for, de fato, pelo menos isso, universalizado o acesso às creches, pré-escolas e ao ensino fundamental também.

Majorar despesa de pessoal a qualquer título, inclusive no sentido mais de retomada do próprio Decreto-Lei 200.

Eu sinto falta de nós fazermos um debate a sério da nossa despesa de pessoal, inclusive na aferição da real demanda de pessoal. Os arts. 94 e 95 do Decreto-Lei 200 nos faziam pensar a real demanda de pessoal, a existência de pessoal ocioso, fazer a investigação da produtividade mínima em patamares comparados com a iniciativa privada. Qualquer dono de escola particular sabe, diante do número de alunos que têm, diante do número de turmas que têm, se os seus professores estão com uma carga horária adequada no seu plano de cargos e salários, na sua estrutura de carreira, de 40 horas, de 30 horas, de 20 horas, se as turmas estão em horário integral, parcial. Qualquer dono de escola particular sabe de quantos professores precisa, de quantas estruturas de apoio administrativo, de quantos servidores administrativos precisa. Por que em um Estado não é possível conceber, com um mínimo de objetividade, a real demanda de pessoal?

A gente precisa retomar essa primeira matriz que o saudoso Prof. Paulo Neves de Carvalho nos dava, de uma eficiência, de uma boa gestão, de evitar esse pessoal ocioso. A gente tem uma folha inchada na educação para virar cabide de emprego, para ceder para outros órgãos, mas isso ocorre também porque a gente não tem clareza da real demanda. A gente tem que onerar esse processo decisório de gestão de pessoas também. Esse é o item 8.

O item 9: realizar pagamento a qualquer título de auxílio, inclusive auxílio-escola, auxílio-livro. A gente tem que começar, realmente, a dar nome à rosa. Os conflitos distributivos são vários. A gente tem que, inclusive, dizer que a prioridade alocativa é da educação pública, é da educação básica, a gente tem que enfrentar isso nesse patamar. Essa orientação, na verdade, dialoga com um diagnóstico bastante mais abrangente acerca de quais são os nossos grandes desafios no controle do adequado financiamento da educação no País. O debate é de financiamento, o debate é de como o caminho do dinheiro da educação consegue mostrar cumprimento das metas e estratégias do PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arrolei alguns dos nossos principais desafios.

Ponto de partida: a crise fiscal. Precisamos, sim, de mais dinheiro, mas dinheiro melhor aplicado, até para cumprir o art. 214, inciso VI, da Constituição. O ponto de partida é que nós também não investigamos suficientemente – a Naila lá, com o programa Na Ponta do Lápis, tem se esforçado para avançar. Nós precisamos também pensar como órgãos de controle, seja no âmbito do Ministério Público de Contas, da própria Atricon. A gente precisa pensar se os planos plurianuais são, de fato, feitos de forma a investigar o diagnóstico de cada realidade local ou se, na verdade, são uma espécie de modelo vendido por consultorias contábeis.

O PPA é a alma do planejamento, onde se vai aplicar o dinheiro, os programas de duração continuada. Se os programas de duração continuada não estão identificados com o Plano Municipal de Educação, na verdade há aí um ruído imenso. O contador não dialoga com o pedagogo, e a gente não tem clareza das demandas daquele Município. A fragilidade do planejamento é a origem da corrupção. Sociedade que não planeja aceita qualquer resultado.

Eu realmente me pergunto e me preocupo muito com a existência de consultorias contábeis que vendem PPA, LDO e LOA como se fossem um pacote *office:* tudo igual para todas as prefeituras. É, na verdade, algo que a gente precisa se perguntar: se não é um objeto nulo para ser vendido no mercado. Um modelão absolutamente idêntico é ou não é um objeto que, do ponto de vista do próprio Direito do Consumidor, não deveria ser aceito como válido?

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÉLIDA GRAZIANE PINTO – Já vou, então, avançando, desculpem-me, é porque realmente eu queria tentar chegar à síntese do que seria o gasto mínimo material.

Vou acelerar porque o próprio Marcelino já falou do Fundeb e do CAQi.

Aqui a colega do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, Drª Cris Manella, suscitou em uma ação civil pública – já está conclusa para julgamento – a omissão da União quanto à regulamentação do CAQi.

E, aqui, especificamente, a própria Atricon já cobrou do Ministério da Educação o cumprimento de um acórdão do TCU, de 2014. E agora o TCU já chega a falar – em um debate até para trazer consequência para sua decisão – em responsabilizar pessoalmente todos os gestores omissos em relação a essa falta de regulamentação.

Eu chego a propor, caro Marcelino, a ideia de que as prefeituras e os Estados poderão entrar com ações demandando o direito de regresso, porque o prazo do PNE – 2014 mais dois anos, 2016...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ÉLIDA GRAZIANE PINTO – Não regulamentou buscar o direito de regresso, usando-se, subsidiariamente, o Parecer nº 8, de 2010, do Conselho Nacional de Educação enquanto não regulamenta. Já que a omissão é inconstitucional, que se adote subsidiariamente o Parecer nº 8. O que não dá é para não ter.

Essa é uma guerra fiscal de despesa que fere não só o direito de cada criança, o direito de cada jovem a uma educação básica de qualidade, mas o pacto federativo. Não é possível que Estados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Municípios suportem sozinhos todo o esforço civilizatório do Plano Nacional de Educação. A gente precisa dar nome ao problema nesse patamar.

A questão da responsabilidade solidária: aquilo que eu disse do §1º do art. 211 da Constituição. O "supletivo" ali quer dizer "solidário". O "supletivo" do 211, quando fala que a União vai complementar os valores, tem que ser lido como "solidário" e não "subsidiário".

A ideia de gasto mínimo material – é essa com a qual eu quero concluir, porque sobre os gastos indevidos o Marcelino já falou um pouco, do inchaço ele já falou. Aí é só um exemplo interessante lá de São Paulo, Ribeirão Preto – sua cidade, Marcelino. A prefeitura chegou a propor a uberização de contratos temporários: um aplicativo de chamada rápida de contratos temporários. As recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público e do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais de Contas são todas nessa mesma linha de uma fiscalização aderente às metas e estratégias do PNE.

O gasto previdenciário. Na verdade, não é gasto em manutenção e desenvolvimento do ensino. Essa nossa atuação deu ensejo a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que é a 5719, que tramita no Supremo Tribunal Federal sob relatoria do Ministro Luiz Edson Fachin.

O custeio administrativo da máquina; os honorários advocatícios recentemente no caso do Fundef; o material apostilado, de que também já se falou; a questão de como a própria comunidade escolar poderia participar na fiscalização dos contratos.

Eu sugiro, inclusive, a figura... Claro, desde os editais já prevendo isso, desde os contratos já antecipados, não haveria nenhuma lesão aos contratados, mas até mesmo remuneração por desempenho aferida pelos próprios estudantes. Os aplicativos, sobretudo para os alunos do ensino médio ou para as séries finais do ensino fundamental, poderiam atrelar uma remuneração proporcional daquilo que os estudantes incorporassem. Essa ideia me surgiu na época do escândalo da merenda escolar em São Paulo. Se os alunos pudessem aferir a quantidade e a qualidade da merenda ofertada regularmente, e se isso significasse parâmetro de remuneração, ainda que proporcional, parcial, dos contratos, a gente avançaria também.

A figura dos alertas é uma figura do artigo 59 da LRF. O art. 59, §1º, inciso V, dá essa possibilidade de fazer um controle concomitante, um controle ao longo da execução orçamentária e, obviamente, a ideia de não admitir contingenciamento com os recursos do PNE, com aquilo que é vinculado.

O Programa Nacional do Livro Didático, o Programa Dinheiro Direto na Escola, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar infelizmente são submetidos a limitação de fluxo de pagamento nos decretos de contingenciamento da União. São programas essenciais que, não obstante a sua relevância, inclusive de a LDO os prever como não estando suscetíveis de contingenciamento, são abordados como suscetíveis a controle de fluxo financeiro, o que acaba postergando repasses. Lembro-me que, em 2016, várias prefeituras ameaçaram greve – 2015, 2016. Prefeituras ameaçaram greve pela descontinuidade dos repasses, os repasses atrasados.

Concluo com a ideia de gasto mínimo material. Que gasto mínimo é esse? Qual é o dever que os tribunais de contas têm que começar a investigar, que não é só o patamar contábil, o patamar dos 25% nem só dos recursos do Fundeb?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não basta pensar, caro Senador Anastasia, professor de Direito Administrativo que é, que o art. 70 da LDB, a respeito das despesas que francamente podem ser computadas como despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino, seria, na verdade, uma fronteira de discricionariedade – dentro daquelas hipóteses, pode-se gastar o que bem entender – e que, não estando nas vedações do art. 71 da LDB, todo o intervalo entre o permitido do art. 70 e entre o vedado do art. 71 seria, na verdade, um espaço de zona de liberdade discricionária – a zona de certeza positiva é o art. 70, a zona de certeza negativa é o art. 71, e o intervalo seria a discricionariedade do gestor.

Eu peço: não há discricionariedade para gastar de qualquer jeito; não há discricionariedade para pagar abono remuneratório se não paga o piso dos professores; não há discricionariedade para comprar material apostilado se há o Programa Nacional do Livro Didático, se há criança ainda fora das escolas. A gente está pedindo para onerar o processo decisório do gestor, que ele motive, inclusive à luz do cumprimento das metas. O gestor que não cumpre tempestivamente as metas e as estratégias do PNE realmente não pode ter escolhas discricionárias que não sejam expostas a ele com esse crivo, com esse filtro. Ele não pode simplesmente escolher fazer obras superpostas, sempre nas mesmas estruturas prediais. A gente tem que investigar o caminho da aplicação adequada do dinheiro.

Por fim, este é o artigo que escrevi como Presidente da Atricon à época, no primeiro aniversário do Plano Nacional de Educação, e dizíamos exatamente isso. O dinheiro da educação tem finalidades a cumprir, o dinheiro da educação não é só 25% da receita de impostos e transferências, não são só os recursos do Fundeb, e não é a ideia só das despesas admitidas. As despesas admitidas têm que ser finalisticamente capazes de provar o cumprimento das metas e estratégias do PNE. A gente tem que investigar se o dinheiro foi bem gasto, se, na verdade, não houve nenhuma aplicação estéril, se não houve nenhuma aplicação inadequada desses recursos. Até porque outro mínimo existencial não existe para o financiamento da educação se não o cumprimento das metas e estratégias do PNE, com a sua aderência que existe, com a sua aderência que já é atrelada ao art. 214, ao art. 206 e ao art. 208 da Constituição – 206, do ponto de vista de princípios; 208, do ponto de vista de obrigações; 214, do próprio dever de planejamento na área de educação.

Agradeço.

Aqui eu falava do debate da Emenda 95. Já sei que o debate vai terminar e eu não vou conseguir estruturar... Essa frase do Ministro Barroso foi dita na decisão – e com ela encerro – do caso do Fundef. No ano passado, o Supremo apreciou um falseamento histórico, pela União, do valor mínimo de referência anual do Fundef, não era nem Fundeb.

O Ministro Barroso dizia: "Não me é indiferente a crise fiscal vigente no Brasil, mas lembro que a crise é da União e também dos Estados [aqui acrescento também dos Municípios]. Estamos aqui repartindo escassez. Temos que fazer o que é justo. Por temer o horror econômico, não podemos promover o horror jurídico."

Em relação ao financiamento da educação básica, a questão mais nuclear em que talvez precisemos avançar seja: primeiro, regulamentar o CAQi e, na sequência, restabelecer um pouco essa paridade de armas na Federação. Sem federalismo educacional não se avança, inclusive para um melhor gasto, para um gasto de mais qualidade, que promova essa educação que todos almejamos.

Obrigada mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, agradeço à Drª Élida pela belíssima explicação e apresentação, com um conteúdo extremamente rico, demonstrando a todos nós, que acompanhamos com atenção o seu depoimento, as controvérsias que existem. Eu mesmo não sabia que os recursos federais alocados ao Fundeb são inferiores aos do Fies, algo, que, de fato, nos espanta.

Antes de passar a palavra ao Conselheiro Cezar Miola, eu informo que nós estamos tendo alguma participação pelo Brasil afora que nos acompanham.

O Sr. Artur Alvim Cury, de São Paulo, relata: A "Educação tem que ser prioridade no Brasil. Não pode ser mais colocada em segundo plano ou até terceiro plano! Os professores merecem salários melhores e mais dignos! Merecem respeito e dignidade em todos os sentidos! A reforma do ensino médio é um retrocesso". Assim pontifica o Sr. Artur Alvim.

O Sr. José Mauro da Silva, do Rio de Janeiro, diz: "É inconcebível que as verbas destinadas à manutenção das escolas públicas sejam entregues nas mãos dos diretores dessas escolas sem qualquer controle". É o que observa.

O Sr. Moises dos Santos Ferreira, de Mato Grosso do Sul, relata: "Vão contratar mais uma empresa especializada para fazer esse controle?" Isso é evidente que não, porque os tribunais é que estão à frente desse ponto.

Permito-me ainda acrescer duas observações que vieram de Minas Gerais, do Sr. Albertino Tininho, que faz uma referência a "Pautar o PLS 581/2007, do Senador Paulo Paim, que trata da correção do FGTS. Este projeto recebeu emenda que possibilita ao trabalhador usar seu FGTS para investimento em sua educação superior. É urgente em face da restrição de financiamento governamental."

Informa a Secretaria da Comissão que o projeto aguarda, na Secretaria-Geral da Mesa, requerimento de tramitação conjunta.

Por fim, o Sr. Leonardo, também de Minas Gerais: "Assessora Naila, quando e como será feita a divulgação do Na Ponta do Lápis aos cidadãos (pais, alunos e demais interessados) dos Municípios mineiros?" Pelo que eu entendi, já está disponível, não é, Drª Naila?

A SRª NAILA GARCIA MOURTHÉ – Exatamente, já está disponível desde o dia 20 de setembro do ano de 2017. O Tribunal vem se esforçando para estar presente junto aos jurisdicionados para fazer a divulgação dessa ferramenta, que já está disponível para todo e qualquer cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Onde ele pode encontrá-la?

A SRª NAILA GARCIA MOURTHÉ – É só baixar o aplicativo diretamente nos celulares. Nós já temos quase 4 mil gestores cadastrados para utilizar a ferramenta de gestão. Qualquer dúvida, entrar em contato direto com o Tribunal: www.tce.mg.gov.br, através do Fale Conosco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Drª Naila.

Sendo assim, passamos ao eminente Conselheiro Cezar Miola, a nossa derradeira exposição, do egrégio Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, para a sua exposição, também pelo prazo de vinte minutos.

Com a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CEZAR MIOLA – Bom dia!

Minha saudação ao Senador Antonio Anastasia, com agradecimento pelo convite direcionado aos Tribunais de Contas do Brasil para trazer a esta audiência um pouco do seu trabalho, da sua atuação em relação a essa agenda da educação, particularmente do Plano Nacional de Educação, promulgado em 2014.

Quando participo desses encontros, Senador, estimados colegas desta Mesa, senhoras e senhores, eu digo que só estou aqui porque tive a oportunidade de ter no meu caminho uma escola pública. Lembrando, então, que estou cercado de mineiros, faço essa correlação lembrando de Carlos Drummond de Andrade: "Havia uma escola pública no meu caminho". E não fosse essa escola pública do lugar de onde venho e das dificuldades vividas, talvez estivesse vivenciando as mesmas situações de desigualdades, quiçá até de iniquidades, que muitos da minha geração vivenciaram.

Por isso, começo também trazendo uma frase da qual gosto muito, que é de Santo Agostinho e que inspira o trabalho que temos feito no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e no âmbito deste Colegiado dos TCs, dizendo que a esperança tem duas filhas lindas: a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão, e a coragem, a mudá-las. Espero que esse seja o norte que oriente o trabalho dos órgãos de controle ao visualizarem essa agenda da educação, das vinculações constitucionais, do Plano Nacional de Educação, da LDB e de toda essa estrutura jurídico-normativa que trata da matéria.

Como os expositores que antecederam a minha fala já abordaram vários temas, e certamente com mais qualidade e com mais brilho, eu vou passar rapidamente por algumas abordagens que preparei para esta reunião. Mas considero fundamental dizer por que é tão importante termos esse tema na agenda dos órgãos da Administração Pública, do Poder Legislativo, dos órgãos de controle e, fundamentalmente, da sociedade brasileira.

Esses números que estão sendo apresentados, alguns deles verdadeiramente estarrecedores, têm indicadas as suas bases para que se possa confrontar. Eu tenho que ter muito cuidado porque estou ladeado de doutores, com vivência acadêmica e acostumados com o ambiente da pesquisa, mas a própria Drª Élida mencionou aqui alguns desses números.

Aquele dado de 11, 8 milhões de analfabetos – para lembrar a cidade de onde ela vem – é mais ou menos a população da capital do Estado de São Paulo. Quando a gente faz essa correlação, se impressiona muito mais com esses números: os mesmos 10 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos que estão fora da escola.

É um dado estarrecedor, Senador Antonio Anastasia, que sempre me leva a aprofundar a leitura quando vejo os dados do Censo: somente 31% das escolas públicas do Brasil possuem biblioteca ou sala de leitura. Nós poderíamos prosseguir com esse dado dizendo daquele que menciona que 55% dos alunos de oito anos não conseguem fazer cálculos e são insuficientes em leitura. Esse contingente de brasileirinhos é candidato muito forte à evasão e ao analfabetismo funcional. Então, estão aí algumas das razões pelas quais nós precisamos envidar os nossos esforços.

São mais de 80 anos de vinculações constitucionais, com pequenos intervalos nos chamados períodos de exceção da história dessas oito décadas, nos quais nós lidamos com vinculações de recursos. Significa dizer que temos uma dívida para com a sociedade brasileira. Nós, agentes públicos de todos os Poderes e órgãos, somos devedores porque, de algum modo, concorremos – precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer essa autocrítica – para que essa realidade estarrecedora se consolidasse, o que deve gerar a nossa indignação e inspirar o nosso esforço para mudar o cenário.

Trago aqui uma breve ilustração sobre o que foi o Plano Nacional de Educação anterior, o primeiro, de 2001/2011. Quando se avalia o PNE anterior se costuma dizer que faltaram recursos – sempre eles –, faltou acompanhamento, faltou fiscalização e – talvez pudéssemos acrescentar mais um item aí, lembrando a fala do Senador Anastasia – certamente faltou participação da família e da sociedade para que aquelas metas de então fossem concretizadas.

Vejam que, em relação às creches, a meta era alcançarmos, em 2011, 50% das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Passamos a década, e o número foi 20%. Então, resolvemos postergar para 2024 essa mesma meta. E os dados estatísticos de muitos dos nossos Tribunais indicam que inúmeros Municípios brasileiros, a manter-se essa tendência, nem em 2024 chegarão lá. Muitas dessas crianças nascidas no início da década da educação anterior já terão filhos – não é? –, e os seus filhos não terão acesso eventualmente à pré-escola ou à creche, sobretudo, que é uma realidade presente.

Bem, a nossa reflexão aqui é para colocar um pouco sobre o papel dos Tribunais de Contas nesse cenário. O que fizemos ao longo desse tempo, o que temos feito, qual é a característica da nossa atuação?

Para além da fiscalização tradicional, da cobrança da aplicação dos mínimos previstos nas Constituições e nas leis orgânicas, o nosso desafio é atuar de maneira indutora para que essa política pública seja concretizada e para que a aplicação da eventual sanção decorra desse processo, que envolve convencimento e que tem uma atuação preditiva e proativa, orientadora e pedagógica.

Menciono aqui, como uma ação concreta – além da Resolução nº 3, que foi mencionada anteriormente, de 2015, da Atricon –, um acordo de cooperação que celebramos com o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para desenvolver ações concretas visando à concretização dos planos de educação – isso em 2016. Em 2017, essa mesma parceria envolveu a validação dos dados do Siope, essa base de dados tão importante – como sendo autodeclaratória, apresenta, por vezes, questionamentos. Então, eu vou falar rapidamente depois sobre essas duas iniciativas.

Temos também apoiado e acompanhado uma iniciativa do Ministério da Educação com o IBGE para que se faça a atualização das faixas populacionais de todas as crianças e adolescentes para que possamos ter parâmetros objetivos de comparação. Ou seja, como nós sabemos quantas crianças de 0 a 3 anos estão efetivamente fora do atendimento em creche e, as de 4 a 5 anos, fora da pré-escola? É que os dados do Censo estão relativamente defasados. Segundo as informações que temos, até o final deste ano nós teremos acesso a informações atualizadas de todas essas faixas populacionais para fazer o cotejo, então, com as metas previstas no Plano Nacional de Educação.

Mencionei antes, então, a nossa Resolução Atricon 2015, que é o instrumento, é o marco regulatório, se não sou demasiado generoso com essa expressão, que baliza a atuação dos tribunais de contas brasileiros em relação a essa área. Até então, é preciso reconhecer, nós tínhamos muito de foco no atingimento dos percentuais previstos na Constituição ou eventualmente na respectiva Lei Orgânica. Essa resolução significa um avanço muito importante.

E, em 2017, nós tivemos, pela primeira vez, no processo de autoavaliação a que a cada dois anos os próprios tribunais de contas se submetem, dentro desse Projeto chamado Marco de Medição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Desempenho, então, quatro grandes dimensões para examinar como os tribunais de contas brasileiros estão fiscalizando essa matéria. Divididas em 26 indicadores, estão ali estas dimensões: setor de planejamento da fiscalização, fiscalização orçamentária e financeira dos recursos, fiscalização operacional e programática, portanto, envolvendo a análise de desempenho, e fiscalização propriamente dos planos de educação.

O que nós verificamos nessa primeira avaliação com esse foco? Que muitos Tribunais dispõem de ferramentas eletrônicas para acompanhar as despesas que tratam do tema da educação nos relatórios das contas de governo, realizam, pelo menos, uma auditoria operacional nessa área, promovem encontros. Aqui, o Projeto Na Ponta do Lápis é muito significativo dessa ação proativa de um tribunal de contas brasileiro. Mas há muitas outras.

Também identificamos que há várias oportunidades de melhoria, ou seja, onde os tribunais de contas podem, precisam e devem avançar: o estabelecimento, em seus planos estratégicos, da educação como um tema a ser priorizado nos planos de fiscalização; a fiscalização de temas específicos voltados à educação, como o caso da admissão de pessoal, considerando a Estratégia 18, ou seja, a investidura por concurso público, tornando exceção efetivamente o contrato por tempo determinado; e a expedição de alertas aos jurisdicionados que estão no risco de não cumprirem determinadas metas do PNE, que é o foco central do TC Educa, sobre o qual falo logo em seguida.

É importante fazer uma reflexão também para dizer da importância do papel do Poder Legislativo nesse processo. O Poder Legislativo está contemplado em todas as instâncias de monitoramento do Plano de Educação, seja do Plano Nacional, dos planos estaduais, dos planos municipais. Esse papel controlador, fiscalizador, tensionador positivamente é fundamental, Senador. Por isso também o destaque que faço a esta audiência pública. A Atricon veio ao Senado, veio à Câmara de Deputados, assim como foi ao Ministério da Educação, por exemplo, chamando a atenção e trazendo à tona a necessidade de se regulamentar o tema do custo aluno/qualidade, de se colocar em prática, na verdade, a partir do que dispõe a constituição, a LDB e o PNE. Esse assunto aqui foi abordado. Que ele seja lido, de fato, num ambiente de solidariedade, para que a participação da União não se limite a questões episódicas e, eventualmente, de articulação, mas concorra efetivamente para o financiamento da educação, no caso da Educação Básica.

Eu trouxe, apenas como ilustração, essas duas propostas de emenda à Constituição. Os tribunais de contas acompanham essa documentação. Quando chamados, têm participado do debate. Aliás, é importante dizer que dessa legislação com a qual nós lidamos, no caso concreto aqui, a partir do texto constitucional, do Plano Nacional de Educação, da LDB, no mais das vezes, os órgãos de controle não são chamados ao debate. Mas, colocada a norma em vigência, positivada a norma, nós somos desafiados a fiscalizar seu cumprimento. Muitas vezes, essas normas, aprovadas no ambiente legítimo do Poder Legislativo, trazem desafios ao gestor, e talvez sua capacidade financeira e orçamentária não dê conta disso, mas os órgãos são cobrados. E vem aquela pergunta clássica: onde estão, onde estavam os tribunais de contas em relação a esse determinado tema? São geradas expectativas legítimas na população.

O Plano Nacional de Educação, com o seu avanço, com as suas metas e estratégias, é uma conquista da sociedade brasileira. Agora, nós deparamos com a dificuldade – alguns até com a afirmação – de que ele se tornou inexequível com a Emenda Constitucional 95. Então, o mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambiente político-institucional que gerou o PNE aprovou a Emenda Constitucional 95. Essa é uma dificuldade com a qual nós, agentes do controle, nos deparamos, e precisamos dar respostas à sociedade.

Eu mencionei aqui o CAQ e o CAQi, mas não vou me atrever a comentar nada, estando na presença do Prof. José Marcelino e das colegas da Mesa.

Vou adiante.

Aqui, vai-se ao encontro da ideia de que, sim, são necessários mais recursos para a educação. Peço também licença aos professores, porque esse é um trabalho bastante singelo, mas faz uma indicação clara – aquele é, inclusive, um mapa que o sistema TC Educa propicia. As indicações em verde claramente são positivas, e as em amarelo também. Aí nós vemos o seguinte: olhando para o meu Estado, o Rio Grande do Sul, nós vamos ver que as duas mesorregiões – critério de divisão do IBGE – que mais investem na educação infantil, no caso as mesorregiões 4 e 5, que estão mais ao norte, são as que têm melhores taxas de atendimento na educação infantil. Há aí uma correlação direta entre esses dados, que têm, como base, o TC Educa e o Siope. Aliás, se não faltassem recursos para a educação, nós não teríamos, aproximadamente, 50% dos Municípios brasileiros não pagando o piso do magistério. Essa é uma realidade. E vários Estados também ainda não o fazem.

Aqui é uma outra ilustração lá do meu Estado, uma vivência pessoal minha. Em 2008, eu era Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, quando nós entregamos ao TCE a primeira representação, instando o Tribunal a ter uma atuação fiscalizadora, digamos assim, mais abrangente, com foco na educação infantil, saindo daquela moldura tradicional. E o que nós verificamos? Em 2008 – dados atualizados –, os Municípios gaúchos investiram R$669 milhões na educação infantil. Em 2017, esse número chega a quase R$2 bilhões. Ao longo desse tempo, houve uma série de trabalhos do Tribunal, além de relatórios de auditoria, divulgando para a sociedade as radiografias anuais da educação infantil, com a oferta de vagas, com as taxas de atendimento; da imprensa dando cobertura; e do Poder Legislativo local, sobretudo, sendo desafiado a acompanhar esse processo na aprovação, Drª Élida, dos planos plurianuais, das leis orçamentárias anuais, contemplando recursos para essa política pública. Na época, o Rio Grande do Sul, num *ranking* que nós mesmos alinhavamos lá, era o 19º Estado da Federação no atendimento à educação infantil. Nós não tabulamos totalmente 2017, mas será, no máximo, o 5º – poderá ser o 4º – nesse atendimento em 2017, o que permite, evidentemente, afirmar uma correlação direta, embora não exclusiva, entre investimentos e resultados na educação.

É claro que nós precisamos também falar de controle de custos. Isso não vale só para a educação; isso vale para todas as áreas da Administração Pública – há uma previsão expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal... Ainda tratamos pouco desse tema do controle dos custos na Administração Pública, e é uma dificuldade, inclusive, para o controle externo lidar com a matéria. Mas eu quero também fazer coro com aqueles que dizem que a questão não é só alocar mais recursos. É preciso, de fato, gastar melhor. Acho que há um consenso em relação a isso. Eu leio os artigos da Profª Élida, que já falou isso, e do Prof. Marcelino.

Essa ilustração – também peço, digamos assim, a compreensão, a tolerância dos que acompanham – é um exemplo muito singelo, mas é elucidativa. Ali temos quatro Municípios do meu Estado do Rio Grande do Sul. Essas letras são hipotéticas, são apenas referenciais, mas os dados são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

verdadeiros, são reais. Vejam que o Município X aplicou, em 2016, cerca de R$82 milhões na manutenção e desenvolvimento do ensino e atendeu cerca de 88,7% da população de quatro e cinco anos e, em creche, 33% – o universo dessa população de zero a cinco é de 2.211 crianças. Logo abaixo, nós temos um Município que investiu R$10 milhões a menos; universalizou a pré-escola, porque, na verdade, são 99,56%; e alcançou 45% da meta, que era de 50% em 2024 – a população nessa faixa etária é de quase 7 mil crianças. No terceiro caso, nós temos R$48 milhões de investimento, com o atendimento universalizado na pré-escola – esse número de 101% precisa ser explicado: são crianças de outros Municípios que acabam matriculadas em Municípios que têm a característica, às vezes, de cidade-dormitório, como se diz –, e o Município atende 5.200 crianças.

Eu gostaria de me deter aqui... Não tenho tempo para isto, mas faço coro com aquela interpretação de que nós precisamos andar nestes dois caminhos: o caminho de fazer mais investimentos e de melhorar a qualidade do gasto público, o que não é uma demanda apenas da área educacional, evidentemente. O gasto público brasileiro precisa ser qualificado, e há quem diga – imagino eu que não haja estudo seguro sobre isto, sobretudo por conta de a corrupção não ser mapeada, não ser planilhada, embora, às vezes, ela o seja, mas normalmente não o é – que os riscos, digamos assim, os prejuízos para a Administração Pública gerados pelo desperdício e pela ineficiência possivelmente sejam muito maiores do que aqueles da própria corrupção. Então, é preciso melhorar a qualidade do gasto público brasileiro.

Aqui eu fiz uma ilustração. Quero fazer uma ressalva inicial não para dizer que há qualquer crítica aos investimentos no sistema prisional – a dignidade dos custodiados pelo Estado deve ser assegurada, evidentemente, e isso não se coloca em debate –, mas para fazer apenas uma comparação, lembrando-me aqui de um membro desta Casa, Senador Anastasia, o Prof. Senador Darcy Ribeiro, que lá atrás disse: "Se não cuidarmos de construir escolas e não tratarmos da educação" – não sei se a frase é exatamente esta –, "faltarão recursos para as penitenciárias."

Então, tomando os dados do Fundeb de 2018 para uma hipotética matrícula de uma criança em creche até os 17 anos, naquelas cotas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CEZAR MIOLA – ... de valores mais elevados – um *habeas corpus*, Presidente, para concluir a minha exposição –, nós vamos verificar que, nesse interregno de 17 anos, receberá do Poder Público um investimento, na linha daqueles valores mencionados pelo Prof. Marcelino, de R$92,459 mil, e se gasta, numa média – esta estatística é lá do meu Estado –, em torno de R$2,4 mil por mês em relação a cada detento. Quero deixar muito claro: não estou aqui dizendo que não se deva voltar os olhos ao sistema prisional, por favor.

Mas, já que estamos falando em prioridade – foi lembrada aqui a absoluta prioridade do art. 27 –, é de se lembrar uma outra frase que nasce no ambiente desta Casa e que é de outro ilustre Senador comprometido com essa agenda, o Senador Cristovam Buarque, que fala da corrupção das prioridades. A Drª Élida lembrou-se aqui dos *shows*, lembrou-se aqui do investimento, que não é menos importante, mas precisa ser colocado num contexto de prioridades. Muitos Municípios brasileiros investem no ensino médio ou no ensino superior, sem darem conta da oferta de vagas na educação infantil e no ensino fundamental, o que é uma exigência expressa da Lei de Diretrizes e Base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Educação. Aliás, pelo levantamento que nós fizemos, de 2013 a 2017, no ensino superior, foram mais de R$3,7 bilhões aplicados no Brasil pelos Municípios e mais de R$4,4 bilhões no ensino médio. Que bom se pudéssemos ver os Municípios também cuidando dessa frente, mas, enquanto isso, nós temos essa população toda de pequeninos brasileiros que não têm acesso à creche, que não têm acesso à pré-escola, e muitos ainda estão fora do ensino fundamental, embora haja a propalada universalização.

Vou-me encaminhar para a conclusão, Sr. Presidente, falando rapidamente sobre esta ferramenta que foi desenvolvida pelos tribunais de contas brasileiros, numa parceria inicial com o apoio do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul e do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, mas que recebeu o grande aporte tecnológico e de compromisso do Tribunal de Contas de Minas Gerais, que patrocinou esse projeto, que o abriga até hoje e que vai continuar a fazê-lo por expressão do seu Presidente. Refiro-me ao TC Educa, que está hospedado neste endereço que consta aí: pne.tce.mg.gov.br – Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Essa ferramenta começou disponibilizando as Metas 1 e 3, e, ao longo deste ano, pretendemos implantar as Metas 2, 5, 6, 7 e 16. Essas metas são aquelas que permitem o monitoramento com essa ferramenta – nem todas oferecem essa possibilidade. Ou seja, essa ferramenta faz uma tabulação das informações disponibilizadas pelo censo escolar e faz o cotejo com os dados do censo do IBGE – por isso, aquela informação que trouxe aqui tão importante da atualização.

Nós vamos em busca, então, de confrontar, com esse *software*, qual é a realidade de cada um dos mais de 5,5 mil Municípios brasileiros, independendo de auditoria *in loco*. É uma ferramenta de auditoria para os tribunais de contas, mas que pode ser utilizada mesmo a distância.

Então, foram criadas faixas de monitoramento. Essas faixas permitem identificar os Municípios que estão em situação de risco, por exemplo. Aquele mapa que consta da tela é o mapa do meu Estado, evidenciando a situação da Meta 1 em Municípios do Rio Grande do Sul. Então, até para o controle social, fica muito fácil visualizar.

Essa ferramenta pode ser consultada pelos tribunais de contas e também por qualquer agente público e por qualquer cidadão, porque ela é aberta à consulta da sociedade. Permite consultar por Estado, por Município. Está no formato de dados abertos; portanto, podem ser gerados relatórios, inclusive para que a imprensa possa fazer seu trabalho, divulgar informações e cobrar dos agentes públicos providências. O grande diferencial – há muitas ferramentas de controle do cumprimento das metas do PNE – é que ela foi concebida para ser um mecanismo a ser utilizado pelo controle externo, portanto, vai emitir alertas automáticos. Como foi lembrado aqui, a inspiração é a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, quando um Município não cumprir, por exemplo, a Meta 1 em relação à pré-escola, ele poderá ser notificado por aquele tribunal de contas. A ideia é que o tribunal possa fazê-lo – aí vai ficar de acordo com sua autonomia –, remetendo também essas comunicações, esses relatórios às instâncias de monitoramento do Plano de Educação, ao Conselho Municipal do Fundeb, ao Conselho de Educação, à Câmara de Vereadores, ao Conselho Tutelar, ao Conselho da Criança e do Adolescente, enfim, a todos aqueles atores da chamada rede de proteção, inclusive para que possam ter conhecimento e ajudar nesse processo de cobrança, que eu chamo de tensionamento positivo em defesa do cumprimento das metas do PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos uma ilustração. As cores indicam... O verde é sinal de atendimento da meta; temos ainda o amarelo, o laranja, o vermelho – as cores não estão com uma resolução perfeita. Mas o cidadão – o importante é isto –, ao abrir esse *software*, tem já uma visualização gráfica da situação. No caso da creche, por exemplo, cuja meta de 50% deve ser alcançada em 2024 – isso é muito importante –, o *software* gera uma análise de tendência, examinando o que aconteceu nos últimos exercícios, e faz uma projeção, numa linguagem coloquial, instando o administrador: "V. Exª fica informado de que, mantida essa tendência, essa meta só será atingida em 2030." Nós tivemos um caso, na simulação de um processo do qual eu fui Relator, em que um Município, no caso concreto, só cumpriria a meta em creche, mantida aquela tendência, em 2070. Aí eu disse na sessão: "Esses pequeninos já serão avós, e o Município ainda não terá cumprido a meta em relação, no caso específico, à creche."

Este é um vídeo que trata do tema.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Sr. Presidente, quero concluir agradecendo e deixando aqui uma manifestação pública dos tribunais de contas brasileiros de compromisso com a concretização dos planos de educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Conselheiro Cezar Miola, pela belíssima apresentação, igualmente, o que demonstra que esta audiência pública alcançou muito seu objetivo, com o altíssimo nível dos nossos convidados.

Eu acho que não há dúvida alguma de que a política pública de educação, e falava isso na abertura do simpósio há duas semanas, em Minas Gerais, que a educação é, sem dúvida alguma, aquela política pública fundamental, como vimos aqui, para o futuro da Nação. É verdade que ela compete, nessa escassez de recursos que sabemos, com a segurança pública, hoje uma chaga em todo o Brasil, principalmente nas cidades maiores; com a questão da saúde, que é sempre uma demanda infinita; com as questões de infraestrutura, que são necessárias para termos investimentos no País e conseguirmos gerar tributos e, com os tributos, sustentar as demais políticas públicas. Então, toda essa dificuldade que temos hoje no País, com a crise econômica, acaba inibindo muito. Mas não há dúvida alguma de que a educação tem, necessariamente, de constar como essa prioridade absoluta. E eu queria...

A Drª Élida pede licença. Ela vai se retirar, voltar para o aeroporto. E eu aproveito, antes de encerrar, porque vou encerrar daqui instantes, para agradecê-la muito pela gentileza da presença e, mais uma vez, pela belíssima apresentação que fez, que nos deixa reflexões de grande valia e de grande atenção.

Muito obrigado a V. Exª.

Dr. Cezar, Drª Naila – a Drª Élida já está saindo –, Prof. José Marcelino, as observações são essas. Quando tomamos a iniciativa de realizar a audiência pública, teve exatamente esse propósito. Agora é levar aos membros da Comissão o conjunto dessas observações e, eventualmente, acompanhar, como membro do Poder Legislativo, juntamente com a Comissão, o andamento desse projeto e fazer dele uma propaganda positiva. Porque, como questionava a Drª Naila, aquele cidadão mineiro que já quis utilizar e, como esse, centenas de milhares poderão fazê-lo porque as ferramentas são muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Prof. José Marcelino disse, incutir na cabeça das pessoas, dos gestores, de modo especial, a relevância da educação é um processo quase cultural. Nós não temos ainda no Brasil, lamentavelmente, esse sentimento de urgência. Tanto que, quando se fazem as pesquisas, a educação hoje aparece em sexto, sétimo lugar nas prioridades, o que é triste até, porque se demanda da pessoa, com o pouco que temos e com indicadores que não são bons, como nós sabemos, elas tendem a se acomodar um pouco. E não podemos jamais nos acomodar. Ao contrário, temos de demandar sempre e indagar.

O que foi colocado aqui foi muito claro. E o papel dos tribunais de contas, Dr. Cezar e Drª Naila, tem sido extremamente positivo, porque, como o senhor disse mesmo, é indução. Não se trata aqui de punição, não se trata aqui de responsabilização basicamente, mas de estímulo, fomento, parceria, indução, estímulo e fundamentalmente qualificação de gestores.

Eu concluo com este aspecto: nós temos de imaginar que temos milhares de escolas públicas pelo Brasil afora, especialmente estaduais e municipais – já que as federais têm outro patamar, é verdade –, cujos gestores muitas vezes têm até o preparo na sua respectiva área profissional, mas não têm conhecimento gerencial, não estão preparados para a gestão, não conhecem os caminhos das pedras na questão dos recursos públicos. Muitas vezes, estão cheios de boa intenção, mas cometem eventualmente algum tipo de falha, certamente sem nenhuma má-fé ou sem nenhum dolo, e, muitas vezes, até são responsabilizados.

Então, qualificar, orientar, esse é um papel muito importante dos órgãos de controle, especialmente para esses gestores que são pessoas do próprio sistema, professores da rede pública, que não têm ali aquele preparo necessário para gestão. Também não podemos imaginar que serão outros os gestores de escola, jamais. Serão eles mesmos. Nós temos de qualificá-los e estimulá-los. E, como disse o Conselheiro Cezar e tem sido uma grande bandeira que falo, é exatamente o estímulo, sempre com a participação das famílias dentro do possível.

O Prof. Marcelino lembrou bem: a família claro que não tem condições muitas vezes de ajudar no dever, mas, e é muito comum ver isso, se o pai sabe da relevância da escola, pelo menos o estímulo para participação, não deixar gazetear, expressão antiga, as aulas, estar ali frequente, realizando as suas obrigações é um passo muito positivo. Em Minas, nós temos a figura de caixa escolar, Drª Naila, o que é muito positivo, porque estimula a participação da Associação de Pais e Mestres, inclusive na gestão do recurso.

Então, feitas essas observações, eu queria agradecer muito a presença de todos, de modo especial, de nossos convidados.

Ao declarar encerrada esta Comissão, eu tenho o dever de convocar para amanhã, dia 8 de maio, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à elaboração de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, mais uma vez com o meu profundo agradecimento.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Humberto Costa, José Pimentel, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Armando Monteiro, Rodrigues Palma e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, José Agripino, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Pedro Chaves e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007." **Autoria:** Deputado Odelmo Leão. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy (*Ad hoc*), substituiu Senadora Marta SuplicySenador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para valorizar e incentivar o desporto escolar." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana AméliaSenador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo AmorimSenador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Antonio AnastasiaSenador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão." **Autoria:** Deputado Pedro Fernandes. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Atalíbio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Deputado Alceu Moreira. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 24 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com o objetivo de discutir o Desenvolvimento de Competências Sociais e Suas Implicações para o Mercado de Trabalho no Futuro." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, em virtude de solicitação da Senadora Marta Suplicy, é incluído no rol de convidados do presente Requerimento um representante do Ministério da Educação. **ITEM 14 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 26 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para debater as causas de exclusão de estudantes indígenas em universidades." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 28 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Rossieli Soares da Silva, com o objetivo de apresentar-se a este Colegiado na qualidade de titular da pasta, debater a situação das políticas públicas de educação, expor as diretrizes e os programas prioritários do Ministério, bem como apontar eventuais medidas que pretenda aplicar ou introduzir sob sua gestão." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia e Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lídice da Mata

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/08

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do Ofício nº 1.001, de 2018, no qual a Superintendência Nacional da Previdência Complementar encaminha convite para a cerimônia de abertura da 5ª Semana de Educação Financeira – Enef 2018, a ser realizada no dia 14 de maio no auditório do Banco Central.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Fica franqueada a esta Comissão, se houver a manifestação de algum Parlamentar, indicar representante para participar do referido evento.

Informo que a reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 16.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento de autoria da Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, o qual subscrevo, para convidar o Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, a comparecer a esta Comissão na próxima semana. (*Pausa.*)

Não havendo óbices quanto à inclusão em pauta, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 28, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Rossieli Soares da Silva, com o objetivo de apresentar-se a este Colegiado na qualidade de titular da pasta, debater a situação das políticas públicas de educação, expor as diretrizes e os programas prioritários do Ministério, bem como apontar eventuais medidas que pretenda aplicar ou introduzir sob sua gestão.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Srª Presidente.

Eu gostaria de pedir uma inversão de pauta. Eu tenho um requerimento, que é o de nº 24. Gostaria de saber se há essa possibilidade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Tudo bem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – É o item 13, Requerimento nº 24.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não, Senadora Marta.

Antes, no entanto, eu anuncio que essa audiência, cujo requerimento nós acabamos de aprovar, acontecerá na próxima terça-feira, às 10h, com a presença do Sr. Ministro da Educação.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 24, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com o objetivo de discutir o Desenvolvimento de Competências Sociais e Suas Implicações para o Mercado de Trabalho no Futuro.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy para a leitura do requerimento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Srª Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com o objetivo de discutir: o Desenvolvimento de Competências Sociais e suas Implicações para o Mercado de Trabalho no Futuro.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Cláudia Costin, Especialista em Políticas Públicas, ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Paula Baptista Louzano, Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Diego Portales, Doutora em Política Educacional pela Universidade de Havard; Naercio Menezes Filho, Professor Titular e Coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (SP); e um representante a ser indicado pelo MEC.

Eu gostaria de introduzir um pouco... Bem, vamos, primeiro, ler a justificativa.

O currículo escolar dita que ao ensino médio os alunos deverão adquirir competências essenciais para a vida adulta. Contudo, para além de matemática, português, línguas e ciências, há outro conjunto de aptidões que desempenham um papel importante no futuro de qualquer pessoa. Boa autoestima, perseverança e sociabilidade podem ajudar os alunos a obterem melhores resultados na escola e no tão almejado mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomenda aos pais, professores e decisores políticos que deem mais importância ao desenvolvimento social, emocional e organizacional das crianças e dos jovens. De acordo com as conclusões do relatório "Skills for Social Progress: The Power of Social and Emotional Skills" – "Habilidades para o Progresso Social: o Poder das Habilidades Sociais e Emocionais" –, a OCDE sugere que os sistemas educativos só têm a ganhar se conseguirem uma boa combinação entre saberes e sentimentos. Alunos com uma boa autoestima, conscientes de si próprios, determinados a conseguir o que pretendem, sociáveis com professores e colegas e emocionalmente estáveis têm mais chances de obter bons resultados na escola, no mercado de trabalho e na sociedade. Por isso, é importante ensinar as crianças e os jovens a gerirem as suas emoções.

O desenvolvimento de competências socioemocionais na escola não pode ser alcançado com o formato de aula tradicional, em que os alunos apreendem o conteúdo de forma passiva. Não se pode ensinar essas habilidades pelo discurso ou com giz e lousa. Ela deve ser desenvolvida com vivências, que necessitam de processos mais sofisticados de supervisão, aconselhamento e formação continuada. O aparente consenso entre educadores é que a formação de professores será o maior gargalo e desafio nesse novo contexto educacional e social.

Eu gostaria de dizer que, no fundo, eu tenho lido alguns trabalhos, principalmente da Cláudia Costin, muito interessantes acerca do desenvolvimento de competências e habilidades para os trabalhos deste século. É um pouco o que está ali na nossa justificativa, mas é mais que isso – e é uma reflexão muito importante: a gente tem que sair da caixinha. É o que nós falamos sobre as habilidades com matemática e português, que têm que ser ensinadas de forma diferente daquela com que a maioria dos colégios infelizmente ainda ensina, mas de formas muito mais sofisticadas e abrangentes.

Então, eu acredito que, na hora em que nós estamos discutindo essa mudança no ensino médio, que veio tarde e que agora já está aprovada, mas com imenso campo para que nós possamos rechear e participar do que o MEC está fazendo, é muito interessante que nós possamos pensar da forma mais ampla possível, porque essa é uma reforma que não será feita rapidamente, vai demorar, e vai ter a ver, principalmente, com a formação dos professores, a formação continuada dos que já estão ensinando e a mudança dos currículos escolares nas universidades.

Eu fiquei muito desanimada, se me permite, Srª Presidente, quando o reitor de uma universidade, em uma audiência pública – acho que foi aqui na Educação –, mencionou que era uma turbulência, que ia provocar uma confusão muito grande. Mas é revolucionário o mundo moderno, e há, sim, que se provocar uma turbulência muito grande nas universidades. Os professores não podem mais aprender do jeito que estão aprendendo, porque, senão, eles vão ensinar o que para os nossos alunos? A falência do jeito que estamos ensinando já mostrou que existe. E ainda há todo o desafio de aprender as novas competências.

Então, essa audiência pública é sobre isso. Se algum colega quiser colocar mais alguma pessoa que tenha uma experiência nessa área, um pensador ou filósofo... Eu sei que é uma coisa que talvez vá voar um pouco, mas é um pouco disso também que a gente precisa neste momento.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Por favor... Desculpe, Srª Presidente.

Na CAS foi aprovada a data do dia 6. Eu gostaria de saber se já podíamos aprová-la aqui também.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Então, é uma audiência conjunta?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Conjunta, sim.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – A data do dia 6 vai ter que ser verificada aqui, no cronograma, com a Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, deixo como sugestão.

Muito agradecida.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Deixa como sugestão. Obrigada.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, para depois se combinar a data, com a sugestão da Senadora para o dia 6.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2016

- Não terminativo -

Altera a redação do § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Autoria: Deputado Odelmo Leão

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1-A matéria constou da pauta da Reunião de 17/04/2018.

2-Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a ausência do Relator, eu pergunto se pode ser Relatora *ad hoc* a Senadora Marta Suplicy, para leitura do requerimento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Srª Presidente.

Chega para a apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 60, de 2016, de iniciativa do Deputado Odelmo Leão, que altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, responsável pela regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

De acordo com o art. 1º do projeto, será admitido, até a universalização da pré-escola, conforme prevista na Lei nº 13.005, de 2014 – que aprovou o PNE 2014/2024 –, o cômputo das matrículas das crianças de quatro a cinco anos dos estabelecimentos comunitários, confessionais ou filantrópicos dessa etapa escolar conveniados com o poder público, observadas as condições previstas nos incisos I a V do §2º da Lei nº 11.494, de 2007, bem como o censo escolar mais atualizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o art. 2º do PLC, a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da iniciativa, seu autor defende a necessidade de preservar a participação das escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas no esforço de universalização da pré-escola.

Após a análise da CE, a matéria será apreciada pela CAE.

Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação e diretrizes e bases da educação nacional.

O princípio da universalização da pré-escola foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda Constitucional nº 59, em 2009, que tornou obrigatória a educação básica para a faixa de 4 a 17 anos, a partir de 2016. Esse comando, conforme mencionado, recebeu o reforço da primeira meta do PNE 2014/2024, que previu a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro e cinco anos.

Por ocasião da regulamentação do Fundeb, mediante a edição da Lei nº 11.494, de 2007, estipulou-se o prazo inicial de quatro anos para que pudessem ser computadas, para efeito de participação nos recursos do Fundeb, as matrículas referentes às pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público que atendessem às seguintes condições: 1) oferta em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos; 2) comprovação de finalidade não lucrativa e aplicação de seus excedentes financeiros na educação infantil, na educação do campo ou na educação especial; 3) garantia de destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional com atuação na educação infantil, na educação do campo e na educação especial ou ao Poder Público no caso do encerramento de suas atividades; 4) atendimento de padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, incluída a aprovação dos seus projetos pedagógicos; 5) obtenção do certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento.

Desde então, esse prazo vem sendo prorrogado, diante da percepção do legislador sobre a relevância da participação desses estabelecimentos de ensino no esforço de assegurar o direito do acesso à educação para crianças da faixa etária correspondente. De fato, o censo escolar de 2016 apontou a existência de 1,207 milhão de matrículas em pré-escolas privadas – 24% do total de alunos na etapa educacional –, grande parte delas conveniadas com o Poder Público. Ademais, dados de 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) revelaram que a taxa de atendimento das crianças de quatro e cinco anos na educação infantil era de 90,5%. Os números da PNAD de 2016 sinalizam certa estabilização dessa cifra (90,2%), o que mostra a necessidade de maior esforço para assegurar a efetiva universalização do acesso à pré-escola.

De todo modo, foram essas motivações que me impulsionaram – como Relator da Medida Provisória nº 729, de 2016, que alterou a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, para dispor sobre o apoio para dispor sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao DF, com vista à ampliação da oferta de educação infantil – a acatar a Emenda nº 27, de autoria do próprio Deputado Odelmo Leão, a qual contemplou exatamente o mesmo objetivo pretendido pelo projeto ora em análise. Assim, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversão da Medida Provisória nº 729/2016 na Lei nº 13.348, de 2016, o prazo de cômputo das matrículas das pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que atendem crianças de quatro a cinco anos, para fins de distribuição de recursos do Fundeb, está estendido até a universalização da pré-escola, em conformidade com o PNE.

Vê-se, assim, que a sugestão feita pelo PLC em análise já se encontra contemplada na legislação. Dessa forma, cabe avaliar que a matéria está prejudicada, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação, nos termos do art. 334, II, do RISF.

Por causa disso, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2016.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela recomendação da declaração de prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Convoco, para amanhã, dia 9 de maio, às 9h30, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2017, que institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2018, da CE, de autoria da Senadora Regina Sousa.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para valorizar e incentivar o desporto escolar.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014

- Terminativo -

Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.
2- Em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017
- Terminativo -

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.
Autoria: Senador Lasier Martins
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
1- Em 01/08/2017, o Relatório foi lido, e foram adiadas a discussão e a votação
2- A matéria saiu de pauta para atender a requerimento de tramitação conjunta, que, porém, veio a ser retirado pelo autor.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011
- Terminativo -

Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo".
Autoria: Senador Wellington Dias
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque;
2- Em 03/04/2018, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos.
Autoria: Senador Edison Lobão
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:
Em 31/10/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva

Autoria: Senador Roberto Requião
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Em 26/09/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.
2- Em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013
- Terminativo -

Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana.

Autoria: Deputado Ricardo Izar
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Em 13/03/2018, foi concedida vista ao Senador Jorge Viana.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015
- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Em 16/08/2016, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2017
- Não terminativo -

Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.
Autoria: Deputado Pedro Fernandes
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2017
- Não terminativo -

Denomina Viaduto Atalíbio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Deputado Alceu Moreira
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
A matéria constou da pauta da Reunião de 17/04/2018.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 26, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para debater as causas de exclusão de estudantes indígenas em universidades.
Autoria: Senador Telmário Mota.)
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.074217/2018-65

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Rodrigues Palma, Wilder Morais e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Roberto Rocha, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 14/2018, de autoria da Senadora Regina Sousa e da Senadora Fátima Bezerra, e PLC 4/2017, de autoria do Deputado Heitor Schuch. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2017, que "Institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar". **Participantes:** Kleber Santos, Coordenador Geral do Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Marcos Rochinski, Coordenador-Geral (representante de: Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – Contraf); Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola (representante de: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais - Contag). Rodrigo Puccini Venturin, Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Subsecretaria de Agricultura Familiar (representante de: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - Casa Civil). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lídice da Mata
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/09

(*Texto com revisão.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 14, de 2018, da CE, de autoria da Senadora Regina Sousa, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2017, que institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar.

Eu quero parabenizar, inclusive, a Senadora Regina, já que o meu Estado, o Estado da Bahia, é o Estado com o maior número de agricultores familiares do ponto de vista de números relativos. Portanto, eu tenho uma enorme satisfação de poder contribuir, abrindo esta reunião. Infelizmente, em função de uma votação em outra Comissão de que participo, talvez não possa participar de toda a reunião; posso ir lá, votar e voltar para cá, se necessário.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Convidados: Rodrigo Puccini Venturin, Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Subsecretaria de Agricultura Familiar, representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Casa Civil; Kléber Santos, Coordenador-Geral do Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag); Marcos Rochinski, Coordenador-Geral, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf).

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, pelo Alô Senado, através do número 0800-612211, e do Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Desejo a todos os que participam, ouvintes e presentes, um ótimo debate, uma ótima audiência pública!

Passo a palavra, portanto, ao Sr. Rodrigo.

Eu vou já anunciar a ordem de fala de todos, porque cada um vai se preparando, é melhor do que ser surpreendido. O Sr. Rodrigo só que, perdoe, vai ser o iniciante, que sempre paga um preço. O Sr. Rodrigo Puccini é Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Subsecretaria de Agricultura Familiar, representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, vinculado à Casa Civil. Com a palavra.

Nós daremos 15 minutos para cada um dos senhores se pronunciarem e o tempo é automaticamente registrado, controlado pelo sistema aqui do Senado. Vocês marcam e certamente, se houver alguma necessidade de um tempo maior para algum dos senhores, nós teremos flexibilidade para atendê-los. Pode começar, Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO PUCCINI VENTURIN – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer ao Senado, à Comissão por chamar a Sead para vir aqui falar um pouco da Agricultura Familiar e expor a nossa opinião sobre a instituição de Semana Nacional da Agricultura Familiar.

A Sead hoje é uma Secretaria vinculada à Casa Civil que vem trabalhando há anos com a questão de todo o aparato, desde a assistência técnica até a parte de fomento, construção, investimento, em relação à agricultura familiar.

A nossa intenção com esta semana, a nossa visão sobre isso é positiva, porque na Secretaria de Agricultura Familiar, hoje a gente trabalha muito com a questão de fortalecer a marca da agricultura familiar. Nós temos, na SAF, onde eu trabalho, um selo da agricultura familiar, o Sipaf, e a gente tenta divulgar com os nossos agricultores a marca da própria agricultura. Nós temos ampliado muito a aquisição ou a utilização do selo para supermercados, feiras internacionais, feiras regionais.

Fizemos o projeto de Kits-Feira no último ano para atender as cooperativas e os empreendimentos. Então, há dentro da SAF uma preocupação muito grande de possibilitar que grande parte da sociedade que esteja concentrada dentro da região ou das grandes cidades possa vislumbrar e conhecer um pouco mais da agricultura familiar.

A instituição dessa semana – acho que novembro seria o foco do lançamento da agricultura familiar – é muito importante para a Sead.

A segunda questão é que estamos trabalhando, dentro do Plano Safra, para tentar junto ao MEC, no lançamento, a divulgação do projeto de um concurso nacional de redação com as escolas do 4º ao 9º ano para divulgar a marca da agricultura familiar.

E seria muito importante nesta semana vender o que fazemos no campo. Sou do campo também, minha origem é uma família de agricultores, e acho muito importante que nesta semana seja divulgada a marca, que se fale da agricultura familiar para que as pessoas comecem a entender o que nós fazemos, o que levamos para a mesa das pessoas.

Acho muito bacana aquela propaganda do MAPA que diz que o Brasil é *pop*, que o Brasil é agro. Acho que nós deveríamos também ter um grande investimento nisso, para divulgar, para nos divulgarmos e falarmos um pouco dos nossos trabalhos.

Dentro do Plano Safra, o Secretário tem trabalhado junto...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu queria dizer que não apenas o agronegócio é *pop*; também a agricultura familiar tem a sua tradição e sua relação cultural.

O SR. RODRIGO PUCCINI VENTURIN – Originalidade.

Ontem o Deputado estava falando comigo que a gente tem que ter um pouco... Sou nascido na roça, e a gente fazia o porco na lata, matava um boi a cada seis meses, essas tradições. O sabor a gente perde um pouco com o *fast food*. Então, além de a agricultura familiar trazer uma produção diferente, de atender de 70% a 80% dos brasileiros com os produtos da cesta básica, temos o diferencial da qualidade e do nosso modo de produzir. A agricultura familiar tem como característica produzir de modo diferente do agronegócio, mas com uma qualidade muito grande. E parte dos agricultores familiares está dentro do agronegócio. Então, é um processo completo.

E, dentro do Plano Safra, o Secretário tem batido muito em algo que acho fundamental.

O Dr. Humberto, do Crédito Fundiário, assessor do gabinete, está me acompanhando hoje. Estamos tentando mostrar essa força, Senadora, da agricultura familiar. O pessoal da Contraf e da Contag está aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é superimportante a volta do ministério da agricultura familiar, porque é um público grande, é um público que gera riquezas para o Brasil, gera emprego e, além de tudo, mantém tradições, mantém características que nós não podemos perder, como fazer um bom queijo, um café de qualidade. É muito importante isso.

Então, da nossa parte, nós já estamos trabalhando, este ano, com o concurso de redação, falando da agricultura familiar e o que ela pode entregar na merenda escolar, e, ainda da nossa parte, queremos fazer um grande Plano Safra para tentar apoiar ao máximo o agricultor familiar tradicional e aquele que está dentro do agronegócio.

Eu acho que, nada mais, nada menos, uma semana dessa é fundamental. Da parte da Sead, em consulta ao gabinete, em consulta ao pessoal lá, estamos ali para dar apoio e aprovar essa lei, essa auditoria sua.

Obrigado. Estamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, até pela celeridade, mas temos todo o interesse no debate.

Quero passar a palavra ao segundo debatedor, Sr. Kléber Santos.

O SR. KLÉBER SANTOS – Muito bom dia a todos e todas.

Na pessoa da Srª Senadora Lídice da Mata, quero cumprimentar os membros da Mesa.

Queria comentar, Senadora, que temos um trabalho lá na região cacaueira da Bahia, onde há 31 cooperativas, além de várias associações. Ontem estivemos no Estado da Bahia firmando convênios para atender a região do Agreste e Litoral Norte, nas cadeias produtivas do coco, citros e leite. É um Estado que tem grande contingente de pequenos produtores. Então, houve essa feliz coincidência.

Nós, do Ministério da Agricultura, preparamos um texto para esse momento simbólico.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, enquanto instituição fundada para pensar e executar políticas públicas para a agricultura, para a agropecuária, tem também um sentimento de alinhamento com as questões concernentes à agricultura familiar, daí que existe o nosso sentimento institucional de apoio ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2017, que institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar. Aliás, vários Municípios têm uma lei que institui essa semana, falta uma lei federal. Esse projeto de lei tem o objetivo de estabelecer um planejamento e execução, conforme prevê o art. 5º da Lei 11.326, de 2006, concernente à Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares. Então, ele estipula que a semana que coincide com o dia 24 de julho seria a Semana da Agricultura Familiar porque no dia 24 de julho é que foi publicada a lei da Política da Agricultura Familiar.

Desde o nascimento do Ministério da Agricultura, que completará 158 anos em 28 de julho, até uma data próxima a 24 de julho, o MAPA sempre atuou em diversas políticas de apoio à agricultura familiar, mas, é claro, sempre em parceria com as diversas instituições, inclusive governamentais, tendo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) como a instituição à frente da política, mas a agricultura familiar envolve uma série de convergências e atuações de diversos órgãos governamentais.

Eu gostaria de citar algumas linhas de ações que nós temos na agricultura familiar, começando por extrativismo e cooperativismo, que está no item IX do art. 5º da Lei 11.326. Nós temos vários acordos com a Unicafes, a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, e também com a OCB, porque há várias cooperativas familiares na OCB. Então, nós temos convênios que estão sendo executados, etc. Para a agroecologia e a produção orgânica, o MAPA contribui com o Planapo I e o Planapo II, que são os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica, e a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coordenação de Agroecologia tem toda a parte de registro de produtos de controle fitossanitário. Também nós temos um trabalho de multiplicação e fomento às sementes de cultivares crioulas e à questão da certificação, cuja competência legal está sob auditoria do MAPA.

Uma grande vitória de todo o Governo Federal foi a Certificação Participativa, instrumento de controle social acessível aos agricultores familiares e de produção orgânica. Com a Certificação Participativa, o produtor familiar não precisa ter uma empresa de auditoria baseada no controle social. É que existem várias feiras de agricultores familiares que já têm tradição e reconhecimento público na produção orgânica. Então, isso foi um avanço do Brasil, dos movimentos sociais junto com o Governo, e que tem reconhecimento internacional.

Há a questão da defesa agropecuária, que está no item VIII do art. 5º da Lei 11.326. O MAPA tem desenvolvido estudos e aplicado normas adaptadas a empreendimentos agroindustriais de pequeno porte. Então, hoje nós temos vários processos, inclusive de registro, ligados a leite, derivados, ovos, sucos e bebidas em geral, vinho para a agricultura familiar etc. Temos trabalhado intensivamente.

A indicação geográfica. Os produtos da agricultura familiar têm esse diferencial, e precisa haver viabilidade comercial, o que valoriza o trabalho das comunidades tradicionais.

Há a questão da assistência técnica, que está no item III do art. 5º da Lei 11.326, onde há uma clara segmentação de público atendido. A Sead está focada na agricultura familiar, e o MAPA atende ao médio produtor, inclusive aos pequenos produtores que não têm acesso à Declaração de Aptidão da agricultura familiar. Então, nós temos esse trabalho conjunto, tudo visando ao atendimento universal da ATER, participando da Anater.

A pesquisa agropecuária está no item IV do art. 5º da Lei 11.326, de 2006. A Embrapa desenvolve uma série de linhas de ação para a agricultura familiar – a Embrapa, que é vinculada ao MAPA.

Os Programas de Compras Governamentais: estão no item V, que a gente visualiza, a questão da comercialização – item V do art. 5º da Lei 11.326. Eu faço questão de citar os itens da Lei de Agricultura Familiar porque esse projeto de lei vem justamente, na nossa visão, para regulamentar esse artigo. Então, há uma conotação forte.

O Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, por exemplo, o PAA e o PNAE: boa parte é operacionalizada pela Conab, cujos profissionais desenvolvem esse trabalho com muito esforço – a Conab, que é vinculada ao MAPA – e, obviamente, com grande apoio da Sead e do MDS.

Caberia ainda destacar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, transcrita nos objetivos do desenvolvimento sustentável, onde o Ministério da Agricultura reconhece seu próprio papel de apoiar a agricultura familiar, por meio da erradicação da pobreza e do fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. Há a grande preocupação com a segurança alimentar e com a qualidade dos alimentos – segurança alimentar nas quatro dimensões: a produção, a distribuição, a qualidade do alimento e os recursos genéticos. Esse é o grande papel também da agricultura familiar.

Esses e outros programas refletem a atuação do MAPA, conforme art. 5º da Lei Federal 11.326, de 2006, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar. Gostaríamos de dizer que, apesar da óbvia necessidade de elaborar ações cotidianas de apoio à agricultura familiar, a fixação de um calendário anual no plano da legislação federal reforçaria um período para comemoração e reflexão em todo o País, com seminários, atividades, eventos e palestras com o objetivo de debater políticas para o incremento do setor. A Semana da Agricultura Familiar também seria um momento no qual poderíamos discutir a otimização da atuação dos órgãos governamentais, sempre com a liderança da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sead, a otimização dos diversos programas e projetos, inclusive nos órgãos governamentais, e integração com os movimentos sociais etc.

Finalmente, a agricultura familiar, pelas suas singularidades e importância para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, do nosso ponto de vista, merece e precisa, sim, ser lembrada pela sua singularidade, e esse projeto de lei reforça ainda mais a fixação de um calendário semanal para que nós paremos para debater ainda mais o fortalecimento de uma política para a agricultura familiar.

Seria essa a manifestação do MAPA.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos pela exposição. (*Palmas.*)

Esse foi o Kléber Santos, Coordenador-Geral do Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, representando aqui o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Vamos agora ouvir Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola, representante aqui da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag). Em seguida falará o Marcos Rochinski, Coordenador-Geral representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf).

Registro a presença do sempre líder... Esse é do meu tempo, viu? O Urbano é do meu tempo. Se olharmos para trás, veremos que são 40, 50, 60... Chega, não é? Sempre estivemos na mesma caminhada, nas mesmas trincheiras.

Vamos lá, Antoninho Rovaris com a palavra – em torno de 15 minutos, pelo que me informaram aqui.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Bom dia, Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão; Rodrigo, da Sead; Kléber, do MAPA; Marcos, nosso companheiro da Contraf; a todos e a todas. Cumprimento também o nosso sempre Presidente Urbano e os demais presentes.

Em primeiro lugar, quero dizer que é alvissareiro nós estarmos aqui hoje discutindo a possibilidade de termos uma semana de comemoração dessa tão importante atividade, tão importante categoria, que nós chamamos de agricultura familiar. É um momento ímpar, que tem todo o apoio da nossa confederação, de todas as nossas 27 federações, dos nossos 4.080 sindicatos, no intuito de que possamos efetivamente dar ainda mais ênfase a essa nossa participação da sociedade brasileira. Porém, Senador, nós temos algumas questões em relação às quais precisamos alertar toda a sociedade, pontos que nós entendemos ser muito importantes quando se fala dessa agricultura, dessa fatia da sociedade.

Em primeiro lugar, durante 500 anos basicamente, nós nunca fomos reconhecidos como sendo uma atividade diferenciada da agricultura brasileira. Também, por outro lado, a partir dos anos 90 é que nós conseguimos – e aí com a ênfase do nosso companheiro Urbano, por exemplo, e dos nossos outros grandes companheiros que ainda estão conosco; alguns, infelizmente, já se foram –, mobilizar nosso povo e enfrentar realmente, na época, o governo para que houvesse essa política diferenciada. Nós quebramos uma porta do Ministério da Agricultura para que o então ministro assinasse um termo, digamos assim, de aceitação dessa agricultura, que se chamava Pronat, e não Pronaf, como é hoje. Enfim, não quero trazer recordações melancólicas, mas o problema é que nós caminhamos, durante vinte e poucos anos, numa lógica de construção e conseguimos uma gama enorme de políticas que nos deixaram na condição até de termos uma possibilidade real de montarmos as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossas associações, as nossas cooperativas, termos efetividade naquilo que é a agricultura brasileira, naquilo que é a missão dessa agricultura, que é a produção de alimentos saudáveis. Porém, no andar dessa caminhada, tivemos, e estamos vivendo, alguns reveses que nos deixam não só preocupados, mas infinitamente admirados.

Nós não conseguimos entender como uma categoria que tem em torno de 4,3 milhões de estabelecimentos neste Brasil, infelizmente, perde, por questões políticas, a sua representação ministerial. Aí, com todo respeito à Sead, que hoje se encontra fazendo – desculpem a minha expressão – o que pode dentro dessa situação toda, nós não temos uma representação ministerial que nos dê a capacidade real de fazer essa representação em nível nacional e em nível internacional. Isso causa para nós alguns problemas seriíssimos.

Aí, eu quero colocar algumas questões que, apesar de todas as conquistas, ainda nos causam estranheza. Por exemplo, o próprio representante do MAPA nos disse que temos o PAA operado pela Conab. Onde é que está a Conab? A Conab ainda está no MAPA. Bem, nada contra o MAPA. O MAPA tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Não, não estou confrontando o que você falou não, só estou colocando como raciocínio: qual é a importância que realmente tem essa agricultura de que estamos falando?

Se pegarmos a questão, digamos, do Suasa, se pegarmos a política da inspeção animal no Brasil... Temos um decreto de 2006 também que, depois de ser reformulado – se não me falha a memória, por quatro vezes –, ainda está na lógica da possível, de Deus quiser, operacionalidade. Ou seja, ainda continuamos produzindo um frango lá no Município A e, se nós não tivermos a inspeção federal, esse frango só pode ser consumido no Município A – se tiver a inspeção municipal. Ainda estamos, em 2018, discutindo o que estamos discutindo no mínimo há dez anos nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Então, são questões ainda muito caras para nós quando começamos a entender que é de agricultura que estamos falando. Por exemplo, para toda a parte de assistência técnica, embora tenha estado vinculada durante muito tempo ao próprio MDA, os recursos estão cada dia mais escassos. A cada dia nós temos menos recursos para fazer o desenvolvimento dessa agricultura que, sem assistência técnica, Senador, não irá suplantar os desafios que estão colocados, seja no aspecto da tecnologia, do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social, enfim, de toda parte, digamos, de desenvolvimento necessário para que essa agricultura faça o enfrentamento dessa questão toda.

A pesquisa é outra grande questão para nós. Nós estamos hoje fazendo essa grande discussão do que nós chamamos de alimentação saudável. Nós sabemos que a Embrapa tem uma série de pesquisas elaboradas, comprovadas e que estão nas chamadas gavetas, e nós não temos o poderio de tirar essas tecnologias das gavetas para implementar junto a nossa agricultura, por quê? Porque nós temos uma assistência técnica praticamente derrocada no Brasil, ou seja, grande parte das EMATERs do Brasil estão sobrevivendo graças à bondade, muitas vezes, de algumas instituições e de alguns governadores que ainda as mantêm. Mudam o nome para instituto para simplesmente não acabar com elas, mas, na verdade, a disseminação dessa tecnologia não acontece por falta exatamente dessa possibilidade real de nós termos uma assistência técnica voltada para essa agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, para a gente entender basicamente do que nós estamos falando, nós temos que realmente começar a pensar em que situação e em que condições nós vamos continuar fazendo, por exemplo, o crédito, neste País, para essa agricultura. Não adianta nós termos, durante 23 anos, 19 medidas de renegociação de dívidas. Isso abrange, talvez, um contingente bastante grande da nossa turma, mas também abrange os grandes, isso nós também sabemos. E estamos, de novo, discutindo isso. Ontem, inclusive, o fizemos numa audiência pública na Câmara dos Deputados. Ou seja, algo está errado quando você tem uma política de crédito que empresta recurso para um agricultor familiar e não lhe garante assistência técnica para que possa fazer o enfrentamento seja da questão climática, seja da questão de mercado, seja daquilo que é necessário ele conhecer para pode fazer o enfrentamento todo dessa situação.

Então, nós precisamos urgentemente, além de fazer a comemoração, que é muito importante, Senador, de que essa semana seja efetivamente uma semana em que a gente esteja planejando ações, negociando com o Governo, efetivamente, política pública para essa agricultura familiar brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag).

É importante lembrar a todos que estão nos assistindo pela TV Senado e pelo sistema de comunicação da Casa que, quando a gente estuda um dia, uma semana, tem que obrigatoriamente fazer uma audiência pública. Então, vocês estão cumprindo este papel fundamental de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2017, que institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar – para mim, uma brilhante iniciativa.

Eu nunca tenho preocupação com quem é o autor do projeto. Eu quero saber se a ideia é boa. Se a ideia é boa, venha de onde vier... Vejo aqui que o autor do projeto é um gaúcho, o Deputado Heitor Schuch, do Projeto nº 4, de 2017; a Senadora Regina Sousa e outros, do requerimento. Provavelmente, se necessário, aí sim, poderá fazer até outras audiências públicas para fortalecer o mérito. O importante é que o projeto há de andar, será aprovado, espero eu, com rapidez, e vai para a sanção.

Agora passo a palavra ao Coordenador-Geral, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf), Sr. Marcos Rochinski.

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Obrigado, Senador Paim. Gostaria de cumprimentá-lo, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; de saudar a iniciativa da Senadora Regina Sousa de propor a realização desta audiência pública. Quero também parabenizar o Deputado Heitor Schuch pela iniciativa da proposição deste projeto na Câmara dos Deputados e cumprimentar também os componentes desta Mesa: Antoninho Rovariz, representante da Contag; nosso companheiro Kleber, do Ministério da Agricultura; e também o Rodrigo, representando a Seaf, nossa Secretaria Especial de Agricultura Familiar.

Queria dizer, em rápidas palavras, primeiro, que acho que o que o Deputado Heitor propõe é exatamente a partir de uma leitura que ele e certamente outros Parlamentares já fizeram de institucionalizar aquilo que, na prática, a agricultura familiar vem realizando ao longo deste período.

Eu sempre faço questão de mencionar que não muito distante, há mais ou menos 20 anos, nós agricultores familiares, Senador Paim, vivíamos absolutamente à margem das políticas de desenvolvimento no nosso País. Nós agricultores familiares, lembro que, lá no meu Município, sou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Palmeira, no Estado do Paraná, meu pai e meus tios falavam em Banco do Brasil como algo muito distante. A gente passava na frente do Banco do Brasil para ver os médios e grandes produtores contraindo crédito, e nós agricultores familiares não tínhamos acesso a nenhuma política.

Não foi benesse de nenhum governo ter construído as primeiras políticas de desenvolvimento rural, as primeiras políticas que trataram especificamente do desenvolvimento rural e da valorização dos agricultores familiares. Foi exatamente graças às lutas incansáveis do movimento sindical, dos movimentos sociais do campo que a gente gradativamente veio construindo políticas públicas e mostrando para a sociedade brasileira que o rural não é único, que o rural não é feito apenas de agricultores e que nós temos as nossas especificidades, que nós tínhamos um público específico que precisava ser enxergado no espaço rural. Então, a gente ter conquistado as primeiras políticas – antes, o Provape; depois, o Ponaf –, ter entrado, em 2006, com a condição de construir uma lei específica da agricultura familiar que tratasse especificamente desse contexto foi graças às lutas. E muitas dessas lutas, Senador Paim, é importante registrar, inclusive, lá no seu Estado, no dia 25 de julho é comemorado o Dia do Colono...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Exatamente. Então, quer dizer, esse colono, lá no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, quando a gente fala dele não está falando do grande produtor rural, mas daquele colono tradicional. Esse mesmo colono cujo dia é comemorado em 25 de julho, principalmente nos três Estados do Sul, também comemora seu dia nos outros Estados, em outras tantas realidades.

Então, institucionalmente, inclusive, nós, como movimento sindical, da Fetraf dos três Estados do Sul e, depois, no contexto nacional, já vínhamos trabalhando essa semana em torno do 24, 25 de julho como uma semana dos agricultores familiares, não importa se são colonos, retirantes, ribeirinhos, enfim, pescadores. Que a gente institucionalizasse isso. Então, acho que o que o Deputado Heitor faz é uma leitura desse contexto e, coincidentemente, a partir dessa realidade do dia 24, 25, enfim, em 2006, se assina a Lei 11.326, da agricultura familiar. A gente quer saudar muito pela iniciativa. Não temos dúvida de que é importantíssimo a gente institucionalizar essa semana para, de fato, selar, como sociedade brasileira, como governo, como Nação, o reconhecimento da importância social e econômica que a agricultura tem para o desenvolvimento do nosso País.

É importante também frisar que nós, como agricultores familiares, tivemos um conjunto de avanços. Como eu disse, em 2006, a gente institucionalizou a lei, conseguiu avançar e criar um conjunto de políticas públicas específicas, de programas específicos, avançou a ponto de ter, inclusive, um ministério. E a gente vê com muita tristeza o fato de, nesse último período, não ter mais a existência do Ministério do Desenvolvimento Agrário que, por mais que não tivesse tido uma grande estrutura, representava, sim, uma institucionalidade importante no fortalecimento e nas defesas das políticas específicas para o nosso setor. A gente tem certeza de que, independente do próximo governo que vai ser eleito este ano, vai haver a volta desse ministério, seja pela vontade do governante ou, se não for pela vontade do governante, pela vontade do povo, mobilizado nas ruas, onde nós estaremos fazendo essa reivindicação. É importante também frisar, como nós estamos aqui no Senado Federal, a necessidade de os Senadores e os Deputados cada vez mais voltarem seus olhares para este público.

Senador Paim, é triste a gente dizer que, mesmo nos momentos melhores, e eu vou citar aqui o Governo Lula e o Governo Dilma, quando houve um reconhecimento maior dos agricultores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiares e nós tivemos ministros que tiveram a sensibilidade de sentar conosco e discutir políticas, tivemos a sensibilidade do Presidente Lula de institucionalizar o Plano Safra da Agricultura Familiar, mesmo nesses momentos, Senadores, nós sempre vivemos com as migalhas do orçamento público, comparado com o orçamento da agricultura familiar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu diga: até fizemos muito, mas, pela tua frase, deveríamos ter feito muito mais.

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Exatamente. Fizemos muito, mas deveríamos ter feito muito mais.

Quando eu falo em migalhas do orçamento público, basta citar algumas políticas que a gente enche o peito para dizer que são bem-sucedidas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas, mesmo nesse programa, em seus melhores momentos, trabalhou-se com R$800 de comercialização para um universo de 4,3 milhões de famílias. É muito pouco dinheiro. É muito pouco dinheiro! Então, mesmo nesses momentos em que a gente teve orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me atrapalhar, mas, já que todo mundo aqui o elogiou, Heitor, sente-se aqui na primeira fila. Vamos cumprimentar o autor do projeto. (*Palmas.*)

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Então, só para concluir, Senador, queria dizer que, mesmo quando tivemos melhor tratamento e conseguimos avançar, tivemos pouco recurso. Quando nós falamos de 30 bi de Plano Safra para a agricultura familiar, a gente pensa: "Mas 30 bi é um dinheirão." O que o Governo coloca de equalização de taxa de juro para o Plano Safra não passa de 5,5 bi. Então, é muito pouco dinheiro. Se fizermos um comparativo do que se coloca de investimento para a assistência técnica, hoje estamos falando em quanto, Humberto? Em 300 milhões?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Em 180 milhões. São 180 milhões para assistência técnica.

Então, quando se pega esse número, Senador, e compara com o perdão de dívidas que se fez recentemente para os ruralistas, com as negociações que o Governo fez em relação a renegociação, bancos, enfim, quero dizer que nós estamos, por isso eu usei o termo, mesmo nos momentos bons, trabalhando com as migalhas no orçamento público.

Então é necessário não simplesmente a institucionalização da Semana da Agricultura Familiar, mas, mais do que isso, que essa semana... E a gente quer louvar mais uma vez a iniciativa do Deputado Schuch. É necessária uma inversão de prioridade. Nós precisamos colocar, efetivamente, a agricultura familiar dentro do orçamento público e dar o tratamento que ela merece. Quem produz 70% da alimentação que sustenta a nossa Nação não pode continuar vivendo das migalhas do orçamento público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Esse foi Marcos Rochinski, Coordenador-Geral e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil.

Nós íamos praticamente terminar, mas, com a chegada do autor e com a presença aqui do Urbano, que é uma lenda viva, eu diria, nessa área – tudo aquilo que eu mais ou menos conheci começou com você, que dizia "pare de falar só do urbano, tem de falar da área rural também" –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, eu queria que os dois pudessem usar da palavra, pela importância deste momento histórico. Nós todos somos apaixonados...

O Deputado Federal Heitor Schuch foi o autor desse belo projeto que institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar.

A Senadora Regina Sousa, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e que só não está aqui porque está em outra Comissão, pediu-me muito que eu viesse aqui, e aqui eu estou.

Heitor, a palavra é sua.

Com a palavra o Deputado Federal Heitor Schuch.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) – Obrigado, Senador Paulo Paim, do meu querido Rio Grande do Sul, que saúdo, cumprimento e felicito por essa trajetória bonita na defesa, na luta por quem trabalha, por quem produz, por quem gera riqueza, pelos trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Eu vou me atrever a falar antes do Urbano, porque aprendi que autoridade máxima sempre fala por último.

Quero saudar, por extensão, aqui também todos os componentes da Mesa, o Antoninho, o Marcos, o Kleber, o Rodrigo, enfim todos que estão aqui.

Quero agradecer também à Senadora, que pediu para fazer esta discussão aqui. Acho que é importante, neste cenário todo, esse tema passar pela Casa, pelas comissões.

Sou testemunha aqui, Presidente Paulo Paim, de que, pela primeira vez, quando eu escutei falar a expressão "agricultura familiar", ela saiu da boca de Francisco Urbano Araújo Filho, Presidente da Contag.

Historicamente, Antoninho, nós, que somos lá do Rio Grande do Sul, sempre vivemos este conflito do Sul com o Nordeste e com o Centro-Oeste, porque a agricultura familiar é muito diversa no Brasil. Ela não é igual, há questões diferentes. A região é outra, a produção é diferente, as coisas acontecem em outros patamares. Portanto, esse conflito que havia naquela época já está superado hoje. Hoje se vive outro momento, enfim.

Quero agradecer a todos que contribuem nessa discussão da Frente Parlamentar e que criaram essa Semana, a todos do movimento sindical, que faz o Grito da Terra, que mobiliza, que cria o Pronaf, que faz com que o velho Banco da Terra proporcione que o colono possa comprar um pedacinho de terra do vizinho que já se aposentou ou que foi embora para morar com o filho na cidade, entre tantas outras coisas do Pronaf Jovem, do Pronaf Mulher, em que nós precisamos avançar.

Eu não tenho dúvida – não sei quem vai se sentar na cadeira de Presidente da República no ano que vem – de que temos de ressuscitar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para pensarmos em uma política para esse segmento.

Eu olhei um pouco os números preliminares do Censo Agropecuário, Senador, e me apavorei com o envelhecimento da população rural e com a diminuição da população jovem, ou seja, os jovens estão realmente indo para outros setores da economia, para estudar, para trabalhar. Tenho a certeza de que, se o agricultor não planta, a cidade não almoça, não janta. E não é essa a sociedade que nós queremos. Alguém vai ter de estar lá para apertar o botão, para fazer as coisas andarem.

Acho que a Semana da Agricultura Familiar vai ser uma oportunidade para a gente fazer fóruns, eventos, debates, discussões, para se criarem as coisas que precisam ser feitas.

Então, de minha parte, muito obrigado. Um grande abraço a todos! Obrigado por terem vindo aqui, com suas contribuições. Isso valoriza o nosso trabalho.

Com certeza, aqueles homens e mulheres que levantam cedo, que estão na agricultura, uma vez com o problema do leite, outra vez com a importação indiscriminada do alho, outra vez com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seca, outra vez com a enchente – enfim, problemas não faltam –, estão todos esperançosos de que esta Casa Legislativa também tenha um olhar um pouco diferente para eles, para os grandes temas, como a questão do crédito fundiário, da reforma da previdência e dos fitossanitários, que estão sendo debatidos na Casa ao lado, como o tema da lei de cultivares, entre tantas ameaças que estão aí. Nós precisamos, como diz o gaúcho, fincar o pé na macega, para não permitir que isso aconteça.

Obrigado. Parabéns aos senhores! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Heitor Schuch!

Agora, permita-me dar cinco minutos também para o Urbano.

O SR. FRANCISCO URBANO DE ARAÚJO FILHO – Vou falar só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me contar uma história por um minuto só!

Em plena campanha no Rio Grande do Sul, ele me convida, dizendo: "Paim, acho que, para tu chegares ao Senado, tu terás de ir mais para o interior!" Aí me levou para uma região em que havia mil participantes. Daí o homem falava tudo em alemão, e aquele povo aplaudia. Eu disse: "O que vou fazer agora?" Daí ele me disse: "Fiques tranquilo! Tu falas, e eu traduzo." Falei, falei, e todo mundo ficou em silêncio. Aí, quando ele falava traduzindo o que eu dizia, eles diziam: "Ah, muito bem, Paim! Muito bem, Paim!"

Então, mais uma vez, eu queria lhe agradecer. Eu nunca esqueci esse fato. Ouviu? Você foi parceiro, como sempre. É uma satisfação poder hoje presidir a reunião, tratando de um projeto do qual você é o autor, um projeto tão importante para toda a nossa gente! Obrigado por tudo.

Com a palavra o Urbano.

O SR. FRANCISCO URBANO DE ARAÚJO FILHO – Primeiro, vou pediu licença ao meu chefe. (*Risos.*)

É um prazer enorme estar aqui, nesta oportunidade.

Eu estava assistindo ao debate na Comissão que trata da MP da privatização, do desmonte do sistema elétrico, mas eu não poderia deixar de vir aqui para ouvir vocês, porque entendo que este é o momento em que vale forçar esta Casa a debater a agricultura familiar na sua expressão mais real.

Parabéns por sua iniciativa de transformar esta semana... Já chega de fazermos a semana do bispo, da freira, do padre, do santo e não sei de quê! Vamos falar também daquele santo que produz para nos sustentar, para virar santo depois, que é o agricultor. Então, parabéns por essa iniciativa, ainda mais quando há aqui, no Senado, duas pessoas, dois Senadores da melhor qualidade, como V. Exª – vou chamá-lo assim – e a Senadora Regina, que faz parte desse processo.

Em 1968, nós tivemos o maior debate entre o movimento sindical, os trabalhadores rurais, os assalariados, os meeiros e os pequenos proprietários, quando tomamos a Contag das mãos da ditadura. Foi uma briga com esses alemães! O cara discutia lá com a gente e dizia assim: "Nós queremos política agrícola, queremos preço de leite." Nós, do Nordeste, dizíamos assim: "Um cara desse tamanho, brancão desse jeito, falando de preço de leite e de política agrícola? Esse é um fazendeiro!" E a gente discutia reforma agrária.

Houve uma semana inteira para tirarmos um programa que discutisse política agrícola para os pequenos agricultores na época, a luta pela reforma agrária, a luta pelos assalariados e pela previdência social, um programa definido para cada área. Tínhamos de andar o Brasil inteiro, todo o País, para entender que todo esse grupo estava lá dentro e que, então, precisaria haver uma proposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetiva. Levamos mais de 30 anos nessa discussão, para chegarmos a 1996 e para conseguirmos convencer o governo e parte da sociedade a criarem um programa diferenciado.

Os fazendeiros... Vou falar sobre isso rapidamente, só para poder dizer como isso vai ser importante também.

Numa reunião no Ministério da Agricultura, os Presidentes da Febraban e do Banco do Brasil disseram, na nossa frente e na frente do Ministro da Agricultura, o seguinte: "Não precisa dar dinheiro para esse povo. Esse povo não sabe trabalhar. Esse povo só sabe ser empregado dos fazendeiros, dos proprietários. Eles não têm capacidade de pagar." Então, eu me levantei da mesa e disse: "Não participo mais, Sr. Ministro, desta reunião com gente dessa qualidade." O Ministro disse: "Mas a verdade é que, quando o feijão está na panela, não se sabe de onde ele veio." "É verdade, não se sabe de onde ele veio, mas se sabe para onde foi o dinheiro! O dinheiro a gente sabe onde está: lá no bolso do latifundiário. É isso que nós queremos mudar." Levantei-me da mesa, e eu e todos nós da Contag não participamos mais da reunião. Foi aí que nós conseguimos dizer assim: "Governo, nós só discutimos agora ou com a Casa Civil ou com alguém... Com o Ministro da Agricultura, com a CNA presente ou com os bancos presentes, não vamos discutir. Temos de levar a nossa proposta e a do governo para os bancos cumprirem, não para os bancos dizerem o que se deve fazer."

O Provap foi o primeiro. Para chegar a isso, Presidente, vou cortar rapidamente. Falo demais, falo mais que o homem da cobra! Vou cortar, para dizer exatamente, terminando, que, em 1994, fizemos a chamada Jornada de Luta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO URBANO DE ARAÚJO FILHO – ...com a Contag, com todos os movimentos, com os departamentos rurais, na época, com todos os movimentos! Naquela chamada Jornada de Luta, apresentamos as reivindicações.

Vou começar especificando o que a gente queria. Antes, a gente dizia o seguinte: "Queremos política agrícola diferenciada." O governo a fazia do jeito que ele queria e dizia para o mini e pequeno... Eu costumo dizer que quem mais botou dinheiro na agricultura, para os pequenos, foi João Figueiredo. Vocês se lembram do "plante, que o João garante"? Ele, por decreto, botou 30% de todo o recurso da agricultura naquela época para os pequenos e para os miniprodutores. Mas sabem quem definiu quem eram os mini e os pequenos? O banco. Quem era médio virou pequeno, e o pequeno virou mini. Ninguém participava das regras. Então, ninguém conseguiu isso.

Mas o Itamar criou o Provap, botou 200 milhões naquele ano e aplicou 30 milhões. Na linha do Provap, no ano seguinte – de novo, todos estavam juntos, os movimentos, no Grito da Terra –, nós avançamos e conseguimos convencer o governo.

O Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em fevereiro de 1995, logo em seguida, na última reunião com ele, com 70 dirigentes sindicais no Palácio, disse: "Vou criar um programa para vocês, mas por uma questão semântica..." Falou desse jeito! É sociólogo, estudioso. Disse: "Em 2010, vamos estar igual à Inglaterra, com 3% da população no campo." Ele largou o microfone. Como estávamos na casa dele, eu não ia dizer nada lá. Mas, quando ele chegou ao meu lado, eu encostei e disse: "O senhor vai botar o resto do povo onde?" Ele sabia o que eu estava dizendo. E ele estava dizendo uma coisa que o Carlos Lacerda fez no Rio de Janeiro: juntou todos os mendigos num dia, numa madrugada, e, no dia seguinte, não havia...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO URBANO DE ARAÚJO FILHO – ...um mendigo na praça, na rua. E ele ficou vermelho; parecia que ia sair sangue.

Mesmo assim, nós conseguimos, mesmo com as durezas de cada ano, em cada luta, convencer ministros e secretários de que houvesse um programa dessa natureza.

Lamento muito, como disse o nosso companheiro da Fetraf também, porque, mesmo no nosso governo, nós perdemos a oportunidade de fazer muito mais.

Sabem de uma coisa? Com todo o respeito ao Ministério da Agricultura e ao Ministério da Ação Social, há uma coisa com a qual nunca concordei. Eu não entendo por que quem produz é o agricultor familiar, havia o MDA, mas, na hora de fazer a compra, o dinheiro da compra estava no MDS, que o passava lá para a Conab. Por que não estava no MDA e se discutia direto? Isso mostra que ainda no Estado brasileiro, mesmo num governo democrático, o poder do latifundiário engole a gente. Como dizia Zagalo, tem que engolir para fazer algo.

Eu espero que no próximo governo a gente consiga fazer duas coisas: mudar essa regra, porque o dinheiro, se é do Programa de Agricultura Familiar, tem que estar no ministério que faz esse trabalho; e a segunda é que a gente volte a fazer um grande debate para acabar com o financiamento por produto. O financiamento por produto é do latifúndio! Nós temos que fazer o financiamento da propriedade. Eu faço um financiamento para a minha propriedade; naquele financiamento, eu tenho ali investimento, tenho custeio para vaca, leite, o que for, em um único financiamento. Aí, sim, eu tenho possibilidade de ter uma assistência técnica para a propriedade, e não para o leite, não para o feijão, não para o milho ou coisa parecida.

Eu espero que a gente, em um próximo período, com toda essa força que vem criando o movimento sindical, consiga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO URBANO DE ARAÚJO FILHO – ... virar isso.

Com todo o respeito aos senhores, da Secretaria, eu espero que a Secretaria só exista até 31 de dezembro de 2018, e daí nós tenhamos um Ministério para atender, de fato, aos trabalhadores brasileiros. Digo isso com todo o respeito às pessoas que estão lá.

Obrigado. Desculpe-me pelo tempo que eu tomei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nada; foi bem. Uma salva de palmas para o nosso querido Urbano! (*Palmas.*)

Assim, esta audiência pública atingiu o seu objetivo, porque obrigatoriamente tinha de haver uma reunião de audiência pública, pois se trata de instituir, no caso aqui, a Semana Nacional da Agricultura Familiar. Quero mais uma vez cumprimentar o Deputado Heitor Schuch pela brilhante ideia, e a Senadora Regina Sousa, cujo relatório com certeza estará pronto com rapidez. E nós teremos garantido já, pela data que eu percebi, até 24 de junho, julho... Até 24 de julho, eu calculo que o projeto vai estar aprovado e sancionado.

Encerramento.

Convoco para o dia 15 de maio, terça-feira, às 10h, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a receber o Sr. Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, com o objetivo de apresentar-se a este Colegiado, na qualidade de titular da pasta, para debater a situação das políticas públicas educacionais, expor as diretrizes e os programas prioritários do Ministério, bem como apontar eventuais medidas que pretenda aplicar ou introduzir sob sua gestão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2018, de autoria das Senadoras Lúcia Vânia e Lídice da Mata.

Nada mais havendo a tratar, cumprimento todos os nossos convidados, o Urbano e o Deputado Heitor, que foi o autor desse belo projeto.

Está encerrada a nossa audiência.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Valdir Raupp e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RTG 8/2018, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e RTG 14/2018, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e do Senador Elmano Férrer. **Finalidade:** Prestar esclarecimentos acerca dos recentes aumentos nos valores das mensalidades e coparticipação nos planos de saúde dos servidores públicos federais do Poder Executivo. **Participantes:** Marcus Vinícius Severo de Souza Pereira, Presidente do Conselho de Administração da GEAP Autogestão em Saúde. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União - DPU. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/24

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação dos senhores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por finalidade debater os recentes aumentos nos valores das mensalidades e coparticipação nos planos de saúde dos servidores públicos federais do Poder Executivo, em atendimento aos Requerimentos nºs 8 e 14, de autoria deste Senador.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Com enorme prazer, convido para integrar a Mesa desta audiência pública o Dr. Marcus Vinícius Severo de Souza Pereira, Presidente do Conselho de Administração da Geap Autogestão em Saúde.

Tenho a honra de também convidar o Dr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União. (*Pausa.*)

Adotaremos a dinâmica de destinar a cada um dos nossos expositores, ao Dr. Marcus Vinícius, Presidente do Conselho de Administração da Geap, e ao Dr. Eduardo Nunes, o tempo de 20 minutos.

Em seguida, abriremos espaço para este Senador, autor do requerimento desta audiência pública. Terei perguntas a fazer, em especial, ao Dr. Marcus. Em seguida, abriremos também para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntas que são direcionadas para nós pelo e-Cidadania, Portal do Senado, pelo Alô Senado, pelo serviço de comunicação e interação do Senado da República.

Dr. Marcus, V. Sª tem 20 minutos para fazer sua exposição inicial. Fique à vontade.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Bom dia, Senador Randolfe, a quem agradeço a oportunidade de estar presente aqui para esclarecer alguns pontos sobre o custeio da Geap; Sr. Eduardo Nunes Queiroz, defensor público, a quem saúdo; e todos os presentes nesta audiência pública!

Nós vamos começar, vamos dar início à apresentação falando um pouco sobre a Geap.

A Geap hoje é uma entidade com 72 anos de existência, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada juridicamente como operadora de plano de saúde na modalidade de autogestão multipatrocinada, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

Atualmente, a Geap administra uma carteira de 455 mil vidas e mantém convênio com mais de 130 órgãos da esfera governamental entre ministérios, autarquias, universidades, fundações e centros de pesquisa, nas 27 unidades federativas do País.

Ela possui, atualmente, 17 mil prestadores de assistência à saúde em todo o País.

O Conselho de Administração é o órgão máximo da estrutura organizacional da fundação e o responsável pela política geral de administração da entidade e de seus planos.

Um dos eixos de atuação que nós temos na Geap é o fortalecimento do Programa Mais Saúde Geap. Neste ano, nós estamos focando todos os nossos esforços para o programa de atendimento primário, o Promo Prev, que vai auxiliar no primeiro atendimento aos beneficiários.

Nós temos, como segundo eixo, a ampliação da carteira de clientes. Infelizmente, a ampliação dessa carteira está dependendo de uma ADI, que hoje se encontra aguardando uma decisão – depois vou falar disso mais na frente –, pois não se permite o convênio com novas entidades. Isso vem gerando uma perda de quase cinco mil vidas em nossos contratos, a mais. Isso gera uma perda de receita na Geap.

Outro eixo é a ampliação e qualificação da rede prestadora de serviços. Esse é um ponto muito importante, porque a gente vem enfrentando uma dificuldade muito grande com relação às prestadoras de serviços. Hoje elas precisam ser mais bem qualificadas, e é preciso haver um melhor acompanhamento nos serviços prestados aos nossos beneficiários.

E há outro eixo: o desenvolvimento de políticas de sustentabilidade institucional. Para este ano, nós já estamos entrando com o *compliance* e com uma governança administrativa junto à Geap.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Geap, em números de vidas, até 31/12/2017, quando foi colocado ao Conselho de Administração a proposta de aumento de custeio, existiam 466.054 vidas. Agora, em 23/04, ou seja, ontem, nós já tínhamos uma perda de 11 mil vidas, caindo para 455.251 vidas. A idade média dos nossos beneficiários é de 53 anos, e nós temos 450 beneficiários com mais de 100 anos, que fazem parte da nossa carteira. Aqui, nós temos o gráfico representando isso, em que fica demonstrado que quase 51% dos nossos beneficiários estão acima de 59 anos, o que, para a Geap, para qualquer plano de saúde, é um risco, porque a despesa, nessa faixa etária, é muito elevada com relação à receita, o que, posteriormente, vou apresentar em gráficos.

Aqui fica claro o que eu vinha falando. A carteira está envelhecida na Geap. Nós temos mais da metade, como coloquei, mais de 50% dos beneficiários acima de 50 anos.

Como nós podemos ver, as despesas vêm sempre, nas faixas etárias, menores do que a receita. Consequentemente, quando se chega a uma idade acima de 59 anos, existe uma inversão nessa realidade. Ou seja, a despesa se torna maior do que a receita de contribuição das vidas acima de 59 anos. Isso acaba gerando a possibilidade de risco muito grande na sobrevida da Geap.

Agora, vou apresentar alguns fatores que contribuíram diretamente para o estabelecimento do ajuste do percentual de 19,94%, se não estou enganado, no custeio da Geap, que é o motivo pelo qual nós estamos aqui nesta audiência.

Hoje, como foi colocado, nós temos a ADI nº 5.086/DF. O deferimento da liminar, pelo STF, para suspender os efeitos do Convênio Único, que vige desde janeiro de 2014, impede que a Geap celebre novos convênios, impedindo o aumento das receitas. A Geap hoje não pode celebrar novos convênios com órgãos públicos, e essa ADI se encontra pendente de julgamento. Então, enquanto ela permanecer nessa situação, nós estamos impedidos de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Quem moveu a ADI?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – A ADI? Como estou chegando agora, eu trouxe a nossa equipe de técnicos da Geap para contribuir com essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É só uma curiosidade: de quem é a autoria da ADI?

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – A ADI é do Conselho Federal da OAB, Senador.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Isso faz...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Desculpe-me! Tenho só mais uma curiosidade: qual a motivação? Qual a razão da ADI? O que ele argumentou?

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – O fundamento dessa ADI é de que estaria sendo disponibilizado para a Geap uma reserva de mercado pela ausência de licitação, o que, na verdade, não encontra fundamento legal, porque a própria lei do servidor público permite que a Geap encontre patrocinador de uma autogestão e celebre convênio diretamente para essa prestação de serviço.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Já houve uma discussão no STF sobre essa questão da possibilidade de convênios, quando foi analisado um acórdão do TCU, que bloqueou essa possibilidade de convênios fora daquelas patrocinadoras originais da Geap.

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Isso, exatamente! Justamente para corrigir aquele defeito apontado pelo TCU, houve uma reestruturação do Estatuto da Geap para se adequar a essa nova normatização da Lei nº 8.112. Exatamente, é o art. 230, §3º.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Só para esclarecimento, então, a ADI foi movida pelo Conselho Federal da Ordem. Foi concedida a liminar?

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Foi concedida a liminar, em regime de plantão, pelo então Presidente substituto, Ministro Lewandowski, sob o pálio de *ad referendum* do Plenário. Essa medida ainda vige, há mais de quatro anos, sem ser referendada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Perfeito. Então, ainda não temos o julgamento de Plenário da ADI?

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Nem da ADI nem do referendo da medida cautelar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Entendi. E o Relator é o Ministro Lewandowski?

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Ministro Fux.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Ministro Fux.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Então, isso faz com que a Geap não consiga aumentar a sua receita, capitalizando novos convênios e novos participantes. Isso vem representando uma diferença no reajuste de mais de 3%. Outra situação foi a revogação do Decreto 6.368, de 2008, pelo Decreto 8.690, de 2016, da ordem de consignação em folha de pagamento. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu? Esse decreto dispõe acerca dos descontos diretos em folha dos servidores, que antes tinham preferência na consignação compulsória sobre os demais descontos, passando isso a ser facultativo, o que vem acarretando a vertiginosa inadimplência. O que ocorreu nessa situação? Até a revogação desse decreto, os descontos consignados em folha tinham prioridades para o pagamento da Geap. A partir do momento em que houve essa revogação, passou-se a dar preferência a pagamentos de empréstimo, a pagamentos em bancos, em detrimento dos descontos em folhas para a Geap. Isso vem acarretando uma inadimplência, porque, se o servidor tem, como consignação em primeiro plano...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – A revogação do decreto foi quando?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Em 2016.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Já no Governo do Temer?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Sim, no Governo Temer.

Com isso, o que passou a acontecer? Passou a se dar preferência aos descontos a bancos e a outras instituições, e não à parcela que caberia à Geap. Em decorrência desse fator, hoje, gerou-se um déficit acumulado, até 2017, no montante de R$60 milhões. E a previsão do acumulado até dezembro de 2018, agora, neste ano, é de R$200 milhões em relação à inadimplência.

A seguir, vou apresentar um quadro do impacto dessa inadimplência no custeio da Geap. O que ocorre? O gráfico nós deveríamos ter feito de forma invertida, mas ele traz o que ocorreu. Sem os efeitos da inadimplência – hoje, se não estou enganado, em torno de R$250 milhões estão previstos para 2018 –, se não houvesse o reajuste, ficaria em torno de 10,19% do custeio; se fossem só 25% da inadimplência, o restante – estando tudo acertado – seria de 13,26%; se fossem 50% da inadimplência, 15,43%; se fossem 75% da inadimplência, isso geraria um aumento de custeio de 17%; e, infelizmente, como nós temos esse total de inadimplência, o custeio chegou a 19,94%. Então, hoje nós temos um percentual de 20,1% de inadimplentes de todos os beneficiários.

A seguir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Antes da revogação do decreto, qual era esse percentual de inadimplência?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Aí eu posso pedir para o nosso atuário...

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – O percentual vem evoluindo. (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele era em torno de 3% da receita e vem evoluindo. Agora, está atingindo o percentual de 5% da receita – são 5% da receita –, gerando essa expectativa de R$200 milhões, que não entram no caixa da Geap por conta da inadimplência. De lá para cá, vem subindo esse percentual de inadimplência: de 3% para 5% agora. São 5,4% em 2018.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Outro ponto a destacar é relativo às liminares que vêm ocorrendo desde 2008 contra os reajustes dos custeios. Atualmente, existem 70 ações coletivas que foram movidas por entidades representativas de classe – federações, associações, sindicatos e outros –, nas quais obtiveram liminares para reduzir o reajuste das mensalidades. Hoje, elas estão acarretando perdas mensais de aproximadamente R$36 milhões, e há uma previsão anual de R$432 milhões. Hoje, nós temos 134 mil beneficiários que estão nessas 70 ações coletivas impetradas. Isso faz com a arrecadação tenha essa perda. Se nós somarmos, hoje, R$432 milhões, em função das liminares, mais R$250 milhões, R$260 milhões de inadimplência, nós teremos uma perda anual, prevista para este ano de 2018, de R$700 milhões.

Aqui nós estamos mostrando a evolução das ações liminares. Então, em 2016, nós tínhamos R$267 milhões; em 2017, esse valor já foi para R$432 milhões; e a previsão para 2018 é de R$493 milhões de recursos que deixam de entrar nos cofres da Geap, o que acaba gerando um aumento no custeio.

Aqui a gente demonstra claramente que, com as liminares, o reajuste, em 2018, foi de 19,94%. Se não houvesse essas liminares, nós teríamos tido um reajuste de 1,37% no custeio da Geap. Então, esse montante é muito representativo, principalmente para os beneficiários, porque isso acaba gerando uma despesa maior, ou seja – vamos falar numa linguagem mais clara –, os beneficiários que não entraram com liminares hoje estão pagando pelos que entraram com as liminares. Só cito um exemplo: nós temos hoje beneficiários que entraram com o plano e que hoje pagam R$200 de benefício em função da liminar; em contrapartida, os que não entraram hoje estão pagando acima de R$1 mil. Então, existe uma situação que precisa ser pensada e reavaliada.

Graças a Deus, com todos os esforços da equipe da nossa assessoria jurídica, nós conseguimos já derrubar duas liminares. Com isso, estamos trabalhando para que consigamos paulatinamente derrubar as liminares, para que esses recursos entrem dentro da Geap.

Em seguida, nós demonstramos esse impacto. Se não houvesse as liminares, seria 1,37%. Se nós tivéssemos somente 25% das liminares hoje, representaria um custeio de 5,6%; se houvesse 50% das liminares, seriam 10%; se fossem 75% das liminares, seriam 14,86%; e, na situação atual, com 100% das liminares, nós tivemos um aumento no custeio de 19,94%, o que é representativo com relação ao aumento que os servidores públicos, que é a nossa grande carteira, vêm sofrendo em função dos aumentos que vêm tendo de salários. Então, enquanto o servidor público vem tendo aumento de 5%, infelizmente nós temos essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seguir, nós apresentamos aqui uma proporção da contribuição. Hoje, 51% da Geap é do Governo.

Ali, acho que saiu algum erro, mas os senhores podem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ (*Fora do microfone.*) – De quanto foi a contribuição do Governo?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – O Governo hoje participa com 51%.

A contribuição do patrocinador – não sei se saiu aí, mas eu tenho aqui – foi de 14,08%. Olhem bem: essa participação é convertida para o servidor no seu contracheque, mas não necessariamente isso entra para a Geap, porque existem servidores que têm planos como Amil, como Unimed, como Bradesco e outros planos de saúde, como SulAmérica. Então, essa contribuição, essa contrapartida do Governo não obrigatoriamente entra para a Geap. Ela entra para a Geap dos beneficiários das vidas que têm a participação na Geap.

Com relação à contribuição dos beneficiários e à coparticipação também, porque é um plano casado, nós temos algo em torno de 85,92%, que é a parte dos beneficiários. Está certo?

Então, hoje, nós temos uma desproporção, o que, infelizmente, foge um pouco de decisões tanto do Conselho de Administração como da própria Diretoria Executiva da Geap.

Aqui, eu trago um comparativo entre os planos operados da Geap e os planos operados no mercado com coparticipação. Para o plano de saúde GeapSaúde II, vamos pegar o plano acima de 59 anos. Como 51% dos nossos beneficiários hoje estão nessa faixa etária, eu vou dar mais ênfase a esse ponto. Nós temos a Geap Saúde, o nosso plano, com valor de R$1.196,77; o Amil - 400, com R$1.563,00; o Amil - 500, com R$1.727,00; o Bradesco, com R$2.378,70; e o SulAmérica Clássico, com R$2.279,38.

Quero deixar registrado que a Amil ainda não teve o aumento para 2018. O aumento será dado agora a partir do dia 5 de maio. Então, ainda haverá um aumento nesses valores.

Apresento agora outro comparativo de um segundo plano nosso, que é o plano Geap-Referência, na mesma faixa etária. Nós temos a Geap, com R$.1.041,00; Amil – 400, com R$1.389,96; o Bradesco, com R$1.667,76; e o SulAmérica – Ideal, com R$1.856,42. Mais uma vez, deixo claro que a Amil ainda fará seu aumento a partir do dia 5 de maio agora.

Temos um comparativo com outro plano nosso, que é o Geap Para Você, que, hoje é um plano mais econômico. Para a mesma faixa etária, nós temos R$737,00 contra R$1.187,00, da Amil – 400. O Bradesco não tem esse plano. E o da SulAmérica está no valor de R$1.193,00.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores podem observar que, entre a faixa etária de 50 a 58 anos, nos eslaides anteriores, o plano Geap se encontra acima do plano da Amil em função de ele ainda não ter tido esse aumento que será dado a partir agora do mês de maio.

Por último, quero deixar registradas aqui as ações que foram decididas pelo Conselho de Administração para este ano de 2018. Uma delas é a nossa política para intensificar a divulgação do uso consciente do plano. Por que isso? Porque hoje, a cada exame novo aprovado pela ANS, os médicos e hospitais vão pedindo. Se, antes para diagnosticar uma doença, ele pedia um exame, se foi aprovado um segundo, ele já pede o primeiro e o segundo. Se foi aprovado um terceiro, ele pede o primeiro, o segundo e o terceiro. E isso é um trabalho que está sendo feito pela nossa área técnica, para que haja um controle mais efetivo dessa situação.

A outra ação é recontratualizar a rede prestadora. Nós temos de pensar que, se as prestadoras não vêm atendendo e não vêm fazendo jus aos serviços que nós estamos contratando e que os beneficiários merecem receber, nós temos de repensar toda essa situação.

Estamos revisando todos os contratos administrativos. Quando colocamos aqui contratos administrativos, nós temos contratos administrativos e os contratos assistenciais. Também estão sendo revistos todos esses contratos devido a n problemas que ocorreram durante gestões passadas.

Nós estamos agora começando a intensificar a cobrança aos inadimplentes. Para isso, mais embaixo, nós criamos o Refis. E, a partir de maio agora, a partir do dia 2 de maio, estamos começando a implantação desse programa, para que os beneficiários que se encontram inadimplentes tenham a oportunidade de renegociar suas dívidas e para que, com isso, a gente possa recapitalizar a Geap.

Outra ação nossa é a de captar novas vidas. Nós estamos com uma limitação em função da ADI, mas, mesmo assim, estamos trabalhando para que consigamos fazer isso.

Outra ação é a de realizar novos convênios no âmbito do Poder Executivo, e também esbarramos no problema da ADI.

Estamos com planos de comercializar novos produtos. E quais são eles? Já estamos implantando em cinco Estados um plano regional, pois o que existe hoje são planos nacionais. A pessoa, muitas vezes, não quer viajar, não tem necessidade disso ou não vai para outros Estados, necessitando somente do atendimento no seu Estado. Então, não há por que pagar por um plano nacional. Isso vai reduzir o custo para o beneficiário que optar por esse plano regional. Nós já estamos com cinco Estados em teste. A partir daí, a gente deve começar a implantar isso nos demais Estados.

Estamos intensificando os programas de prevenção de doenças e de promoção à saúde. É um esforço que estamos fazendo com o nosso Promo Prev, que é um plano que estamos trabalhando para o atendimento primário. Ou seja, é um plano preventivo, para que as pessoas possam ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendidas antes de terem problemas maiores. Começamos com a prevenção e com o atendimento de melhor qualidade.

Nós estamos aprimorando os nossos processos de controle de auditoria médica, justamente para rever todos os nossos contratos e para tentar minimizar – acabar muitas vezes é difícil – essas situações em que médicos e hospitais cobrem por serviços que não foram executados. Por exemplo, muitas vezes, é cobrada a visita de um nutricionista, sem necessidade; como ele entrou no quarto e saiu, é cobrado do paciente essa fatura.

Estamos trabalhando intensamente com o nosso corpo jurídico para revogar as liminares, para que, com isso, a gente possa novamente trazer recursos para a Geap.

Diante de todo esse quadro, que eu tentei explicar, nós chegamos ao patamar de 19,94%. Se hoje nós reduzíssemos esse percentual para menos... Na reunião do Conselho de Administração, foi colocada toda essa situação, e nós pedimos para que fossem feitos estudos para que se demonstrasse o menor percentual que pudesse ser passado para os beneficiários. E, se o percentual fosse menor, nós teríamos um prejuízo maior no atendimento aos nossos beneficiários, algo que não queremos que aconteça em momento algum.

Então, espero ter trazido alguns esclarecimentos aos senhores presentes; ao Sr. Senador Randolfe, que foi o autor do requerimento; ao Ministério Público; à Defensoria Pública. Nós estamos com o nosso corpo técnico aqui presente, estamos com o jurídico, com o nosso atuário, com o nosso diretor financeiro, para prestar os esclarecimentos que venham a ser necessários.

Estamos nos colocando à disposição para responder o que for possível.

Agradeço. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Marcus. Eu é que lhe agradeço.

Passo de pronto a palavra para o Dr. Eduardo Nunes de Queiroz para fazer os questionamentos, para debater, enfim, para fazer o que achar mais conveniente na utilização dos 20 minutos.

Em seguida, teremos também perguntas a fazer e receberemos as perguntas encaminhadas pelo e-Cidadania, pelo Portal do Senado.

Dr. Eduardo, por gentileza...

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Muito obrigado, Senador.

Eu vou fazer alguns questionamentos, tomei nota de alguns apontamentos da exposição do Dr. Severo, mas, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer algumas observações gerais sobre o tema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, embora estejamos lidando especificamente com a situação da Geap, creio que o intento do Senador ao trazer essa discussão, ainda que focada na questão da Geap, é discutir o problema que é maior, que transcende a própria instituição aqui presente: a questão dos aumentos abusivos que temos observado nos planos de saúde do Brasil. Nenhum deles... E o aspecto que é principal e o mais problemático é referente aos planos coletivos, de natureza empresarial ou de adesão.

Como o próprio Senador já colocou, em outras situações a gente tem visto um aumento que, se no plano individual já está muito acima da inflação, no âmbito coletivo extrapola qualquer limite do minimamente razoável. Foi colocado já em outra ocasião que o aumento nos últimos três anos chegou às raias de 80%. Então, temos um problema muito sério para lidar. E, no entender da Defensoria Pública, há um problema muito sério de desregulamentação desse espaço da saúde suplementar, que vem justamente da falta de atuação dos órgãos e entidades públicas destinados a supervisionar o funcionamento desse setor da economia, que é um setor que a própria Constituição coloca como de relevância pública. Então, se é um setor de relevância pública, o Estado tem de atuar para preservar os interesses que permeiam essa atividade econômica.

O que a gente percebe é que, primeiro de tudo, a ANS se coloca publicamente de forma, devo dizer, Senador, não muito clara. Por que ela não atua na questão relativa aos planos de saúde coletivos? Confesso que... É claro que foi rápida essa preparação, temos colegas que estão analisando isso, mas ainda não está claro realmente o nível de responsabilidade da ANS nisso. Se analisarmos não só a lei da ANS, mas, sobretudo, a lei de planos de saúde, vemos uma competência muito profunda da agência na participação e no funcionamento desses planos. A gente percebe aqui que a ANS tem atribuições relativas à regulamentação geral desses contratos, como também à própria supervisão das exigências mínimas de funcionamento desses planos de saúde, à fiscalização. Enfim, precisa ter acesso aos dados que fundamentam esse tipo de plano, o tipo de reajuste, o tipo de funcionamento.

Há até a previsão de intervenção na própria gestão desses planos, com a aplicação de punição e de multas, até com a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta.

Então, temos um amplo espectro de atuação que a ANS não nos parece que está realizando. E o pouco a que ela se propõe, que é o monitoramento, para só dizer como está sendo a evolução dos custos, não está também muito bem claro nas atividades da agência. A gente entende que a agência tem descumprido, na verdade, uma das missões que é da própria razão de ser dela, que, realmente, é a de fiscalização, a de assegurar o interesse público que está na exploração dessa atividade econômica.

Paralelamente a isso, temos também o próprio Consu, que é o Conselho de Saúde Suplementar, que dá as diretrizes gerais de funcionamento desse sistema e que também não nos parece que tem atendido a isso. Precisa estabelecer, por exemplo, os critérios de equilíbrio econômico-financeiro e esclarecer quais são as diretrizes que devem observar esses planos na formulação de seus preços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que gera isso, o que gera? Foi o que eu falei no início: gera uma desregulamentação. E toda desregulamentação, toda falta de clareza tende a desembocar no Judiciário. Certo? A gente tem observado... Aqui levantei alguns dados, levantei dados do CNJ e também da Faculdade de Medicina da USP, que tem um grupo que monitora essa questão da judicialização da saúde no âmbito da saúde suplementar. O CNJ indicou que, entre 2014 e 2015, ou seja, antes do aprofundamento desse contexto de crise e da desregulamentação que temos observado nos últimos anos, já havia dobrado de mais de 200 mil ações para mais de 420 mil ações; isso se deu entre 2014 e 2015. A Faculdade de Medicina da USP, que está fazendo um acompanhamento nos últimos tempos focado só no Estado de São Paulo, notou um aumento de 2011 a 2016 de mais 631%, ou seja, nesse espaço de cinco anos, aumentou em mais de seis vezes o número de judicialização contra planos de saúde no Estado de São Paulo. E não é que tenha aumentado o número de pessoas beneficiárias. O número de pessoas beneficiárias aumentou menos de 2,5%, mas aquele número sextuplicou. E, nesse tipo, em cada quatro ações, uma é justamente para discutir reajustes.

Então, temos uma desregulamentação absoluta, que gera uma incerteza, que se resolve no Judiciário. E o Judiciário coloca alguns critérios para isso, o próprio STJ tem tentado colocá-los. E isso tem gerado, justamente como o Dr. Severo colocou, uma grande intervenção do Judiciário no funcionamento e realmente na vida financeira desses planos.

Estou colocando essas observações iniciais justamente para partir para a exposição relativa à Geap. Então, vou seguir a ordem das transparências, das lâminas apresentadas. Eu tenho algumas questões a colocar. Justamente logo na primeira, há a questão sobre os eixos de atuação do Conselho de Administração da Geap. Foi colocado aqui que há o desenvolvimento de políticas de sustentabilidade institucional. Quanto a essa sustentabilidade, foi colocado o mecanismo de *compliance*. Eu me recordei de que o Consu e a ANS... Há uma exigência na própria lei de planos de saúde sobre a necessidade de auditorias independentes, justamente para fiscalizar e realmente dar transparência para a aplicação.

Realmente, eu gostaria de saber se houve alguma auditoria independente sobre essa situação financeira e econômica da Geap, para que possamos recorrer, para termos um terceiro foco para analisar, para que não venham dados só da própria Geap, mas para que possamos ter alguma auditoria, já que isso é previsto na própria lei de planos.

Eu posso...

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Só respondendo...

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Então, vamos para o bate-bola? Pode ser?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Só respondendo, a Geap tem um contrato com a PwC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – A PricewaterhouseCoopers.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – É. Inclusive, na semana passada, na última reunião, a PwC aprovou, junto com o Conselho, todas as contas referentes ao ano passado. Então, existe essa auditoria externa. A Geap tem esse contrato com a PwC. E, além da externa, nós temos a auditoria interna também.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Sim.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Está certo? Então, só estou deixando claro que essa exigência é cumprida pela Geap.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – É, pois é. O que foi colocado é que as auditorias independentes podem também revelar os cálculos atuariais, porque me parece que a pedra de toque até para entender as questões dos aumentos é a gente ter acesso à metodologia atuarial de desenvolvimento do cálculo das mensalidades. Isso também é exposto nos relatórios da PwC?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Eu acredito que sim. Nós estamos com o nosso atuário aqui, o Dr. Adilson, que pode esclarecer melhor.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – A PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. se manifestou sobre uma das provisões de eventos ocorridos não avisados, que a gente chama de penhora. Então, ela analisa todas as provisões, e são provisões técnicas atuariais. Ela não se deteve sobre a análise do reajuste, porque não é escopo do trabalho dela, não é escopo da auditoria. Mas sobre todas as bases de cálculo e todas as provisões que são formadas com base nesse cálculo atuarial, sobre tudo o que serve de base para o cálculo atuarial a Price se manifestou, sim.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Perfeito, porque realmente é um dos trabalhos... Esse trabalho da Defensoria está sendo conduzido mais no Rio de Janeiro, onde está a própria sede da ANS. Então, o nosso colega no Rio é que tem atuado, até junto com o Idec de São Paulo, tentando se aproximar da FGV e do Dieese, para estabelecer alguns critérios. E tem tido um pouco de dificuldade até com a própria ANS para desenvolver esse trabalho.

Então, seguindo, eu vi aqui, em uma das transparências, a questão da correlação de despesa e receita. Eu vi que não há os números. Aqui eu vejo... Podia só pegar o desenho. Se não for pedir demais, poderia colocar a transparência 5. Vejo que não há números aí. E, se colocar pelo tamanho relativo, fica parecendo que a receita está, ainda assim, acima da despesa. Então, não há números absolutos. Acho que seria interessante até disponibilizar esses números, porque, pelo próprio desenho, você pode ver que, a partir de 49 anos, na faixa de 49 anos a 58 anos, há um nível de receita muito maior do que a despesa, o que parece suplantar as despesas com os usuários acima de 59 anos, que, como foi colocado, é o principal problema de equilíbrio do orçamento da Geap.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Permita-me, Dr. Eduardo, já que o senhor está chamando a atenção para isso, fazer esse mesmo questionamento. É importante termos os números absolutos, porque percebemos que, da faixa de 0 a 18 anos e de 34 a 38 anos, há um equilíbrio e que, de 39 a 43 anos e de 54 a 58 anos, há uma superação – pelo menos a coluna verde da receita está bem maior do que a vermelha da despesa. E só há a superação da coluna vermelha da despesa na faixa acima de 59 anos. Então, sem os números, é possível deduzir que a receita anterior superou a despesa a mais, que ocorre na faixa acima de 59 anos. Seria importante termos os números.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA (Para voto em separado.) – Senador, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pois não, por favor!

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – É verdade, ali não há os números, mas a intenção, de fato, é mostrar que, na última faixa etária, o custo é maior do que o preço que a gente cobra. A nossa característica específica é a seguinte: metade da nossa carteira está na última faixa etária. Então, metade da carteira gasta mais do que arrecada. Ali não há ponderação pelo peso da carteira. Na nossa carteira, metade é idoso, metade gasta mais do que arrecada, essa é a questão. E, no final das contas, esse cálculo atuarial é feito de forma que não gere nem lucro nem prejuízo. Então, toda a receita é direcionada para pagar despesa assistencial e administrativa, de forma que, ao final do período analisado de um ano, ele case exatamente; não há sobra de recurso. Aqui, de fato, não há números, mas há esta questão de que a nossa carteira é a mais envelhecida do mercado; não há paralelo no mercado, nem na autogestão nem no mercado aberto.

Essa é uma questão interessante, porque, quando uma pessoa idosa vai procurar um plano de saúde, ela não tem a mesma facilidade de contratação que uma pessoa nova, justamente porque não é interessante para a empresa privada receber um beneficiário que já entra gerando prejuízo, que é a última faixa etária. No nosso caso, a gente tem metade da carteira... E há outro detalhe interessante: quanto ao nosso preço, ao preço do plano de saúde, a Geap impõe que o preço da última faixa etária não seja superior a seis vezes o preço da primeira. O nosso preço praticado é de cinco vezes... A gente cobra do idoso menos do que o mercado cobra. Então, ainda há mais essa questão. Tudo isso compõe o nosso contexto da Geap.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Só reitero que sejam disponibilizados os números absolutos, porque uma questão é sobre vidas, mas as outras aqui são sobre gastos. Então, são variáveis diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Reitero a solicitação do Dr. Eduardo, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Isso será encaminhado aos senhores. Se puderem deixar o endereço para onde se deve encaminhar, nós tomaremos as providências de encaminhá-los.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Dr. Eduardo, permita-me agradecer. Já está conosco também a Senadora Regina.

Seja bem-vinda, Senadora! Como a senhora sabe, o tema desta audiência pública são os reajustes do plano de saúde da Geap. Estamos aqui com o Dr. Marcus Vinícius, Presidente do Conselho de Administração da Geap, e com o Dr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Público da União, titular da pasta de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União. Fique à vontade se quiser fazer alguma indagação.

Dr. Eduardo, por gentileza...

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Prosseguindo, Sr. Senador, quero dizer que foi colocado aqui pela Geap um problema relativo à questão dos convênios. Eu tive a oportunidade ontem de dar uma lida na questão do mandado de segurança que veio anteriormente a essa ADI, e foi um mandado de segurança decidido em 2013. Devo dizer, realmente, fazendo uma análise jurídica, que é um caminho difícil de se contar para a Geap como solução para os problemas, porque o Supremo Tribunal Federal já decidiu sobre a impossibilidade disso, entendendo que realmente os convênios só são restritos àqueles patrocinadores de fundação da Geap, historicamente. E o decreto que está justificando toda essa ADI saiu menos de um ano depois, cerca de um ano depois da decisão do Supremo. Então, já saiu como... E o Supremo decidiu isso com bases constitucionais, legais, e aí se está recorrendo a um critério infralegal para tentar reverter a situação.

Eu acho que não é muito interessante que se programe a Geap para transcender. A questão já vem de mais de cinco anos. Então, acho que usar isso como caminho para a sustentabilidade é arriscado. Não vejo, pelo menos inicialmente... A variação, aliás, da composição do Supremo, desde então, foi por um voto favorável que vocês perderam, que foi o do Ministro Carlos Britto, que saiu. Então, realmente, vejo com ressalvas esse caminho da ADI como uma solução para desequilíbrios da questão de custeio.

Sobre a questão dos impactos da inadimplência sobre o custeio – houve uma preocupação trazida pelo Idec, em toda essa discussão –, acho que é interessante entender se, na configuração dos aumentos, é levada em consideração a capacidade de pagamento dos clientes dos planos de saúde. O Idec colocou a necessidade de compor os gastos para justamente evitar os impactos desse aumento na própria inadimplência. Parece-me um círculo vicioso: você está inadimplente, aumenta, torna impagável para aqueles que já têm dificuldade em pagar. Vira um círculo que tende a aprofundar o contexto de inadimplência. E é o que se tem visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria saber se há algum tipo de cálculo, na composição dos custos para mensalidades, dessa questão, de qual o perfil socioeconômico daqueles que fazem uso dos planos e se isso é considerado no cálculo da remuneração, até para evitar esse ciclo de aumento constante da inadimplência.

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Senador, eu queria usar da palavra.

Doutor, na verdade, só quero trazer uma breve consideração acerca da questão da ADI. O Mandado de Segurança 28.555, que foi julgado no Supremo, trazia como fundamento exatamente a questão corrigida pela lei. Ou seja, a Geap, naquela ocasião, era uma entidade de previdência complementar que operava plano de saúde por autorização da ANS, pela Resolução 137. A Geap, então, sofreu uma intervenção pela Previc, que é a autarquia responsável por regularizar o setor de previdência complementar, e, naquela ocasião, a Geap foi cindida em duas empresas: Geap Previdência e Geap Autogestão em Saúde. O estatuto da Geap Autogestão em Saúde colocou a União como patrocinadora da entidade. Aí o decreto que foi o fundamento pelo qual o TCU julgou irregular aquela estrutura é exatamente o Decreto 4.978, que inseriu o art. 230, §3º, inciso I. Essa legislação federal diz o seguinte, *ipsis litteris*: "A União pode celebrar convênio com operadora de saúde no modelo de autogestão da qual ela seja patrocinadora." Ou seja, o problema que existia no julgamento do Supremo, que desacolheu o mandado de segurança impetrado pelas entidades, era que a União não figurava no estatuto da Geap como patrocinadora, o que foi corrigido. Isso, inclusive, foi discussão no TCU recentemente, e o TCU tem votado favoravelmente à nova estrutura da Geap.

Eu gostaria de registrar também, Senador Randolfe, que a PGR, o Ministério Público Federal, já se manifestou nos autos dessa ADI pela improcedência da ADI, com base nesses fundamentos. Ou seja, primeiro, o que se está discutindo na ADI é um decreto. E não existe controle de constitucionalidade concentrado para questão regulamentar, como o doutor deve saber, e, no escopo do mérito, a própria legislação que trata do assunto permite. Então, não existe, na verdade, no plano da Geap hoje, Geap Autogestão em Saúde, não aquela Geap Fundação de Seguridade Social, que foi o alvo do mandado de segurança, qualquer irregularidade que possa subsidiar a procedência da ADI.

Eu só queria colocar essas considerações.

A questão da inadimplência eu vou passar para o atuário.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Dr. Eduardo, o senhor já mencionou, com muita propriedade, que esse aumento do plano de saúde acima da inflação não é uma característica da Geap, é uma característica do próprio mercado de planos de saúde, pelo seguinte contexto: o custo de saúde sobe mais que a inflação, porque, no plano de saúde, você paga uma mensalidade fixa e não tem limite para utilização. Então, há alguns livros que chamam isso de efeito churrascaria: uma vez que você pagou determinado valor numa churrascaria de rodízio, você vai comer ali mais do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comeria se estivesse pagando um valor não fixo. Isso acontece também nos planos de saúde. Uma vez que você paga um valor fixo, a sua utilização não tem limite. Isso leva o mercado de planos de saúde a ter uma inflação maior do que a inflação do IPCA, por exemplo. É o que chamamos de *fee for service* ou pagamento pelo uso. Esse é o contexto dos planos de saúde. Isso leva a uma inflação, no nosso caso da Geap, de algo em torno de 11% para este ano, que provavelmente vai ser maior que a inflação dada pelo IPCA, por conta desse contexto.

Por outro lado, nosso beneficiário é, via de regra, servidor público federal, que, como sabemos, vai ter dificuldade de reajuste salarial nos próximos 12 anos por conta da emenda constitucional que deu teto de gastos para a União. Nesse contexto, em que há uma inflação de saúde – não aumento de preço da Geap, mas aumento do preço de planos de saúde no mercado – acima da inflação contra um salário do servidor público federal que está limitado por conta da alteração constitucional, isso leva a um contexto de aumento de inadimplência inevitável.

De nossa parte, da parte da Geap, é como o Dr. Marcus Vinícius falou, vamos trabalhar no uso consciente do plano, no sentido de conscientizar o beneficiário para, quando for utilizar o plano, ele ir ao médico e verificar se aquele número de exames que o médico pediu é, de fato, necessário. Houve um caso recente em que a pessoa foi a um neurologista, que indicou uma série de exames, e resolveu ir a outro, para tirar uma segunda opinião; aquele médico disse que metade daqueles exames que foram pedidos antes não era necessária. Então, de nossa parte, vamos trabalhar no sentido do uso consciente, para tentar reverter essa utilização além do necessário. Aí, sim, vamos impedir esse aumento acima da inflação. Mas, nesse contexto, há o aumento da inadimplência.

No próprio cálculo atuarial, quando se vai considerar o cálculo atuarial para definir o reajuste, o custeio, pegamos a inadimplência passada e consideramos que ela vai se propagar no período seguinte. Só do ponto de vista atuarial, não há quebra desse círculo vicioso de que o senhor falou. A ação é fora do cálculo atuarial e é no sentido de conscientizar o beneficiário do seu uso e de quebrar esse círculo vicioso da utilização além do necessário.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Faço só uma pergunta antes de passar para o próximo ponto, Senador: qual é a porcentagem de planos que são operados em coparticipação pela Geap? Qual é a porcentagem dos produtos?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Eu diria que são mais de 90%. Nós criamos mais recentemente dois planos de saúde sem coparticipação, mas, proporcionalmente, no número de beneficiários, eu acho que deve estar entre 5% e 10%.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Então, 90% são com coparticipação. A própria noção de coparticipação, Sr. Senador, é justamente dar responsabilidade para o usuário no uso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos não essenciais. Então, já vem da própria lógica do plano contratado, suponho, já que não é muito bem essa lógica de churrascaria.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – É, mas a própria ANS tem um grupo de trabalho no sentido de discutir essa questão de pagamento por utilização, que é o *fee for service*, porque metade da população que tem plano de saúde participa de plano com coparticipação. De fato, a pessoa se conscientiza, porque, na hora em que vai usar o plano de saúde, uma parte é paga por ela, o que a leva a refletir. Porém, isso não é suficiente, pois, ainda assim, ela acaba gastando além do necessário, haja vista a elevação do custo essencial acima da inflação não só na Geap. Em qualquer plano de saúde que você vai observar, há essa elevação do custo essencial.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Perfeito.

Sobre a questão das liminares que foi levantada aqui, eu acho que traz a questão que eu coloquei logo no início, que vem de uma noção de descontrole na questão dos parâmetros de fixação disso. O Judiciário, há muito tempo, já vem lidando com isso, tentando buscar respostas. O próprio STJ, quando teve de lidar com a questão dos critérios para reajuste por questão etária, colocou alguns pontos de natureza geral. No julgamento do REsp 1568244, ele colocou algumas coisas; primeiro, previsão contratual, que tem de ser clara em relação ao tipo de reajuste; segundo, observância das normas impostas pelos órgãos reguladores, o que, hoje, praticamente, é uma carência; e aí, como colocado aqui, percentuais razoáveis pautados em base atuarial idônea. Então, o Judiciário tem sido exigido para substituir os órgãos reguladores para tentar colocar... E aí entra naquele ditado sobre a cabeça de juiz e as analogias. Então, realmente, acho isso importante.

Esse problema colocado aqui pela Geap é um problema que se casa com a preocupação da Defensoria sobre uma atuação dos órgãos reguladores de deixar mais claro. Já que a ANS não se propõe a regular, que pelo menos trabalhe pela transparência, o que não tem feito. Ainda que ela diga que não pode impor, ela pelo menos pode deixar claro não só aos consumidores, mas ao próprio Judiciário quais são os critérios que destoam do que ela apura da prática de mercado.

Nesse sentido, vejo com alguma preocupação essa informação sobre percentuais de aumento com liminares ou sem liminares, porque as próprias liminares já presumem um aumento abusivo. Então, colocar que o reajuste sem liminar seria de 1%? Precisa-se trabalhar isso direito, porque, justamente, as liminares já vêm de um reconhecimento judicial de abusividade. Então, não vejo muito bem colocada essa questão de diferença com ou sem reajuste.

Por fim, quero só um esclarecimento sobre o que foi colocado nas planilhas de custos – Senador, já vou concluir realmente minha apreciação –, sobre os valores que estão abaixo da prática de mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de entender, porque a Geap justamente trabalha com a questão da contribuição por patrocinador. Isso não gera, então... Justamente a própria razão de ser da contribuição do patrocinador, que é a redução dos valores... O fato de a Geap cobrar menos pelos seus planos não vem dessa lógica de contar com contribuição de patrocinadores e de isso responder por quase 15% da formação? Então, seria mais ou menos isso? Há uma correlação que se pode estabelecer?

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Uma das liminares... Só para esclarecer brevemente, doutor, a gente tem enfrentado essas questões de forma bem contundente na Geap, e isso tem surtido efeito agora no Poder Judiciário. Recentemente o STJ registrou uma súmula, que é a 608, que afasta a aplicação do CDC (Código de Defesa do Consumidor) para as operadoras de autogestão, porque 90% dessas decisões são precárias – e, aí, não são decisões de mérito, são liminares – e se baseiam nisto: há uma afronta ao princípio do consumo e, portanto, os índices têm que ser limitados.

Com base nessa Súmula 608, eu acredito que a gente vai obter algum sucesso no STJ e também nos tribunais de segunda instância e juízes de primeira instância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Quem está questionando é a Geap? É a Geap que está questionando?

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Quem está questionando o STJ?

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Nós questionamos por via de recurso nos diversos processos que são distribuídos em nosso desfavor. Aí, a gente conseguiu alçar ao STJ uma série de recursos nesse sentido. Começou com o Recurso 1.673.66... É isto mesmo: 1.673.66. Perdão: 1.673.366, Ministro Ricardo Villas Bôas. Ele julgou um recurso agora repetitivo no qual ele consolidou entendimento de que uma das resoluções que fazem parte de todo esse acervo processual é lícita, que é a Resolução 616, que mudou a forma de operação e a forma de programar o custo.

Assim, só para esclarecer: muito embora pareça que os índices estejam elevados e, portanto, há o deferimento da liminar, no julgamento do mérito desses processos, uma boa parte – eu diria que 70%, 80% – dos juízes têm revertido esse entendimento. Lá na frente, consolida-se o entendimento de que, na verdade, a liminar, que parecia ter um efeito bom naquele momento, tornou-se um dano a longo prazo.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Dr. Eduardo, quanto àquela questão dos preços dos planos que o senhor citou agora, quando a gente compara os preços, são preços cheios; ali não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconto do repasse do governo. A gente compara o nosso preço cheio com o preço cheio dos nossos concorrentes do mercado aberto. Nesse sentido, não há influência da contribuição da União.

A contribuição da União, que agora está próxima de 15%, vem caindo à medida que, a cada ano em que a gente oferece um reajuste do plano e a União não aumenta esse repasse, a sua parcela de contribuição cai. Este ano, não houve reajuste da União, então a parcela de contribuição do beneficiário aumentou. Isso gera alguma confusão, inclusive, porque, se a gente diz que deu um reajuste de 20% – 19,94% –, o beneficiário olha no desconto dele e vê que foi mais do que isso, porque não houve aumento do repasse da União. Então, ele olha lá: "Não; o reajuste foi de 30%!" Não, o preço do plano subiu 20%, mas a União não aumentou o repasse dela, então o beneficiário acaba pagando mais por isso.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – A participação da União tem diminuído.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Exatamente. Ela vem caindo. A cada ano em que não há aumento de repasse da União, a sua parcela de contribuição cai, e isso não interfere naquela comparação, porque aquele é o preço cheio.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Senador, como eu tenho um minuto, farei só uma consideração sobre a última transparência.

Eu só vou destacar, nessa questão da intensificação dos programas de prevenção, que isso é um problema geral da saúde. Eu acho que a Defensoria costuma tratar mais da saúde pública, do SUS. E, realmente, essa questão relativa à falta de atenção, seja do Sistema Único de Saúde, seja do sistema suplementar e complementar, é essa falta atenção para a questão da atenção primária, de ações preventivas, que tem que haver, porque tudo isso – e aí a gente chega a um efeito que eu acho mais complicado – vai desaguar no próprio Sistema Único de Saúde. As pessoas não conseguem pagar, não têm condição, vêm quando já estão numa situação de doença já avançada e vão procurar os equipamentos públicos de saúde, o que acaba onerando. A gente vê questões muito preocupantes no âmbito de oncologia, de males crônicos etc. Então, realmente é algo que a Defensoria entende relevantíssimo, e não só no âmbito do administrador público, mas naqueles privados, justamente pela redução de custos, porque um cliente que vai recorrer aos serviços de saúde já com um problema de saúde avançado gera custos quintuplicados para lidar com aquilo que, se fosse diagnosticado antes – se ele fosse educado para isso antes –, poderia seria evitado.

Então, Sr. Senador, são essas observações.

Eu me disponho a aprofundá-las, e a Defensoria, desde sempre, se coloca como parceira do Senado nessa tarefa, nessa missão de realmente dar mais clareza, dar mais transparência nesse domínio econômico de tanta relevância pública e de tanto impacto nas políticas da União, dos Estados e dos Municípios. Então, a Defensoria se coloca, mais uma vez, sempre à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Eduardo, pelos seus questionamentos, que contribuíram muito para o debate.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Senadora Regina, com o maior prazer, fique à vontade.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como eu cheguei depois, fica difícil intervir, mas eu quero falar como usuária de plano de saúde – embora esse seja específico de servidor público, mas é plano de saúde em geral.

Sempre se faz o mais fácil, então o mais fácil é reajustar. Ninguém vai aos ralos. Dificilmente vão aos ralos. Como alguém aqui mesmo falou, há excesso de exames. Há excesso de exames, sim. Há médico que quer se isentar de qualquer coisa e pede uma multidão de exames, que, às vezes, são desnecessários. Aí, eu acho que o plano tem que também ter um poder fiscalizador nas clínicas, nas pessoas que prestam serviços ao plano de saúde, porque eu acho que dá para diminuir também. Porque não pode ficar sempre no mais fraco.

Eu vou na questão do envelhecimento, que é o meu caso, por exemplo. Durante a minha vida inteira, eu contribuí com o plano de saúde e quase não usava. Então, eu gerei recursos para ele, e muito, praticamente não dava despesa. Então, quando a gente começa a descer a ladeira, a gente começa a ter alguns problemas e passa a dar mais despesa. Aí, o plano de saúde sobe como um foguete, o que não corresponde à minha renda; a renda não corresponde.

Então, como encara isso, por exemplo, o servidor público? De vez em quando, há um calotezinho aí, ele não tem reajuste... E isso é redução de salário, porque aumenta a contribuição dele, mas ele não teve o reajuste adequado para arcar com aquela despesa. Isso é redução de salário também. Então, há que se ver também do lado mais fraco.

A questão da inadimplência eu não sei se existe, porque é desconto em folha. Mas se há também, é outro ralo que você tem que buscar. Há que se buscar... Todos os servidores são obrigados a estar no plano ou isso é optativo? Eu não sei.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Bem, Senadora, os servidores não são obrigados a ter o plano de saúde. Aqueles que o possuem têm uma participação do governo no seu contracheque, mas isso independe do plano a que ele adere. Ele pode receber... Vamos colocar – citando um valor aqui que de repente não é esse – que, se ele recebe R$100 de ajuda do patrocinador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é o governo, ele não obrigatoriamente... Se ele não é da Geap, ele o utiliza para o plano dele, que pode ser uma Amil, uma SulAmérica, ou qualquer outro plano. Se ele é da Geap, ele entra nesse plano. O que acontece...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aí esse dinheiro vai para a Geap, não é?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Não. Ele vai, indiretamente, entrar na parte dele, do pagamento dele, que vai para a Geap.

Por outro lado, a inadimplência hoje vem se dando muito em função da revogação de um decreto que definia que a prioridade no desconto seria para a saúde. A partir do momento que deixou de haver essa prioridade para a saúde, o que passou a acontecer? Os servidores passaram a tomar empréstimos, passaram a fazer uma série de outras situações que passaram a ter prioridade nesse desconto em folha. Isso fez com que ele ficasse inadimplente com a Geap e a Geap passasse a emitir boletos para que eles viessem a pagar. E, aí, passou-se a gerar inadimplência, porque o boleto não é pago, e isso vem causando esse descompasso. Apesar de a gente estar com os programas de Refis, evitando ao máximo que se descredencie esse beneficiário em função da sua inadimplência, chega um momento em que, realmente, a dificuldade é muito grande tanto para a Geap como para o beneficiário. A gente entende toda essa situação.

Agora, uma outra questão que a senhora colocou é a do abuso dos médicos e hospitais com relação a essas cobranças de faturas. Isso já vem sendo trabalhado junto à nossa equipe técnica para que sejam revistos todos os contratos e sejam revistos, através de auditorias, todos esses pagamentos. É óbvio, hoje a gente tem uma carteira de 455 mil beneficiários, e muitas vezes nós não temos gente, mão de obra suficiente para que se possa fazer um pente fino em todos os atendimentos. Então, aos poucos a gente vem identificando alguns problemas e trabalhando nessa correção.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria, para completar, dizer que essa questão da inadimplência, lá meu Estado, o Piauí, resolveu-se fazendo uma regulamentação – não sei se foi lei, se foi decreto, o que foi – tirando a parte da saúde do limite dos 30%. Então, ele pode gastar os 30% dele com empréstimos, com as coisas dele lá, mas a saúde fica fora, ela não está nesse limite. Então, ela é descontada de qualquer jeito. Isso deu certo lá.

A outra questão séria também é a prevenção. Acho que os planos têm que trabalhar muito com prevenção, porque vai diminuir, no futuro... Principalmente trabalhar nessa fase mais da juventude, para no futuro não haver certas doenças. E, mesmo durante a juventude, há algumas coisas em que a pessoa usa o plano de saúde que, se tivesse feito uma caminhada, tivesse feito uma alimentação boa, tivesse feito... Porque uma coisa que não custa é a orientação de prevenção. E a gente tem o exemplo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Mais Médicos. Com esses médicos que foram para as periferias, diminuiu bastante a hospitalização das pessoas, a frequência, porque eles ensinaram às pessoas um comportamento para se viver bem.

Eu me lembro de que eu visitei uma vez um consultório lá para ver como estava funcionando o Mais Médicos, aí uma mulher saiu, uma senhora saiu, e eu perguntei: "Como é que foi?" Ela disse: "Ele não passou nenhum remédio para mim. Ele só me ensinou a comer, a respirar, porque disse que eu estou respirando errado". Quer dizer, ela saiu sem nenhuma receita e meio chateada, porque, quando a pessoa vai ao médico, quer sair com uma receita ou então com o remédio na mão, mas ali ele não passou nenhum remédio, ele ensinou a comer. "Disse para eu comer mais verdura, para eu caminhar, e me ensinou a respirar". Quer dizer, isso faz a diferença.

Obrigada.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Bem, Senadora, esse é um dos pontos importantes que a gente já vem trabalhando.

Só citando um exemplo para a senhora, eu tenho uma parente que tem Alzheimer, está no início do Alzheimer. E a Geap hoje disponibilizou médicos para irem à residência dela e orientar a família sobre como ela deve ser tratada, de forma a que isso venha a diminuir a hospitalização e outras formas de tratamento. Então, isso já vem sendo trabalhado intensamente na Geap, e é algo que a gente vem reforçando cada vez mais. Tanto o é que, para o programa nosso, no início, quando houve a aprovação do orçamento para este ano, nós já fizemos uma reserva maior no orçamento para fazer frente a esse programa, porque nós achamos que ele é mais importante do que outras despesas administrativas que hoje a Geap tem e que isso vai reduzir muito as nossas despesas, inclusive assistenciais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Vamos, então, passar para um bloco de perguntas, algumas que já foram previamente agendadas, em decorrência desse debate, e outras em decorrência do diálogo aqui, da exposição aqui de V. Sª, corroborada com os pertinentes comentários feitos pelo Dr. Eduardo.

Nós falamos aqui muito sobre o reajuste de 2018, que foi de 19%, mas a verdade – e é até o que motiva esta audiência pública – é que, numa série histórica, os reajustes de 2016 até 2018 foram: 37,5% em 2016; 23,44% em 2017, lembrando que a inflação de 2016 foi de 6,2% e a de 2017 foi de 2,9%; e 19,94% em 2018, sendo que a inflação em 2018 até agora está acumulada está em 2,8%. Nós temos um acumulado de reajuste de 104%. A inflação no mesmo período é de 12%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi explicado devidamente aqui o efeito de que o plano de saúde necessariamente tem que estar acima da inflação do período. Em que pese isso, nós temos uma diferença pelo menos de oito vezes entre a inflação do período e o reajuste obtido pelo plano de saúde.

Reiterando, assim, o tema que foi apresentado aqui pelo senhor, isso se deve, literalmente... O senhor nos colocou aqui, ou melhor, os senhores – me permitam – nos colocaram aqui duas razões: a revogação do decreto de 2006; as liminares... E aí, me permitam, eu concordo com a lógica apresentada pelo Dr. Eduardo. Na verdade, nós temos aí um círculo vicioso. Os usuários do plano de saúde vão ao Judiciário atrás de liminares porque houve reajuste. As liminares, pelo que o senhor coloca, ampliam o déficit e impõem a necessidade de reajuste. Então, nós temos um círculo vicioso aí. Temos a lógica do cachorro correndo atrás do rabo, e nunca se resolve a situação.

Mas os senhores colocaram aí os reajustes, colocaram a questão do decreto, e – me permitam – a outra razão alegada...

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – E a Adin.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – E a Adin – perdão. A Adin, o decreto e a inadimplência.

Nós tínhamos, então, repito, um realinhamento de 104% e uma inflação de 12%. Se nós neutralizássemos essas ações, o reajuste devido os senhores conseguiriam estimar de quanto seria? Seria quanto abaixo disso? Seria possível reajustar em quanto?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Senador, eu passo a palavra para o atuário, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – ... quem fez os estudos. Apesar de ser o Presidente do Conselho, eu assumi agora em dezembro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Perfeito, Marcus.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Senador Randolfe, excelente pergunta, que nos dá a oportunidade de tratar deste assunto.

O senhor observa que, de fato, foram três anos consecutivos de reajuste acima da inflação, mas os nossos preços são mais baixos do que os do mercado. Então, a base lá atrás era menor. Nós vínhamos de um preço muito baixo e, agora, vimos subindo e continuamos abaixo do mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Só por curiosidade – porque eu não tenho o número aqui – de quanto foi o reajuste em 2015?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Os reajustes foram: do ano passado, 23,44%; e do ano anterior, 37,55%. Mas, mesmo assim, continuamos com um preço...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – O de 37,55% foi o de 2016. Do de 2015 o senhor tem ideia?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – O anterior ao de 37,55% foi de 14,62%.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Então, em 2016, já houve o impacto da revogação do decreto?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pelos números que o senhor coloca, se foi de 14% em 2015 e houve bem mais que o dobro em 2016, houve o impacto direto da revogação do decreto, que ocorreu em março de 2016. É certo esse raciocínio?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Sim. Na verdade, o cálculo reflete uma série de fatores. Por exemplo, desde o momento em que a gente deixou, perdeu... Desde que a gente não pôde mais captar na União, em decorrência da ADI, a gente perdeu um quarto da carteira. Perdendo um quarto da carteira, a nossa população vem envelhecendo; saem os mais novos. De 2009 para cá.... Em 2009, a gente tinha 42% de idosos; agora, a gente está com 50%. Então, quando você perde carteira, você dilui menos esse seu custo administrativo, e isso encarece. Quando você perde carteira, e a carteira são aqueles beneficiários que gastam menos, você encarece. Tudo isso vai compondo, vai intensificando o reajuste.

Não houvesse esses fatores que citamos aqui, qual seria o nosso reajuste? Zero? Desse ano, zero. Só a ação liminar, se nós não tivéssemos, seria de 1,37. Se caísse mais 1% a inadimplência, a gente não ia dar reajuste nenhum. Já houve ano em que a gente não deu reajuste. Mas tudo isso junto acaba culminando em reajuste. Essas liminares judiciais que impedem reajuste são contundentes. De cada três, um tem ação liminar, então os outros dois pagam para cobrir aquele que não tem ação liminar. Isso pesa no preço daquele que está pagando reajuste. Então, seria zero, não fossem essas causas que foram citadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outro questionamento aqui. V. Sª já explicou, e eu achei muito pertinente, doutor, essa explicação sobre a capacidade, a possibilidade de reajuste que haveria. E fica esclarecido isso quando se faz o comparativo, de fato, entre 2015 e 2016, o reajuste que houve em 2015 com o que houve em 2016. Parece-me patente aí o impacto que houve dos dois efeitos: o da revogação do decreto e o da ação direta de inconstitucionalidade.

Por gentileza.

O SR. EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE – Senador, só para lembrar também que a gente tem como um parâmetro o índice de inflação médico, que não é o índice de inflação geral de mercado, que é estipulado, de 6%. A gente tem um índice de inflação expedido pela agência, que, normalmente, via de regra, é maior porque o mercado tem uma volatilidade de crescimento de preços muito maior, o mercado de saúde e medicina. Então, esse parâmetro é utilizado de forma diferenciada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Qual é o parâmetro de reajuste? Qual é o índice? Porque eu obtive informações do Idec de que há um questionamento sobre os índices – o IPCA Saúde e outro –, de que eles colocam na composição do preço o próprio valor das mensalidades. É uma lógica de que o próprio aumento impacta no aumento. Então, são meio questionadas essas metodologias desses índices.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Não, Dr. Eduardo. De fato, a gente tem esses referenciais externos. O Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) divulga um índice, e o último índice que a gente tem sobre aumento da saúde é de 20% acumulado. Eles não divulgam dados mais recentes porque, uma vez que você utilizou, aquilo se demora a computar na base do plano de saúde. Mas a gente não usa um dado externo à Geap; a gente utiliza o próprio histórico de utilização e o aumento do custo da saúde.

No nosso caso, no caso da Geap especificamente, considerando o histórico até aqui, a nossa inflação projetada para 2018 é de 11,1%.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Própria da Geap, então?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Própria da Geap.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Acompanha os serviços que ela custeia.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Não sofre nenhuma influência de cálculo (*Fora do microfone.*) de outra fonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Dr. Eduardo, aproveitando... Na verdade, a pergunta é para ambos. Se, num cenário hipotético, a ADI fosse julgada de imediato. Pelo que os senhores já relataram aqui, há um parecer da Procuradoria-Geral da República contrário ao provimento pedido pela ADI.

Então, se ocorrer de imediato o julgamento da ADI, voltando ao *status* anterior, isso tem um impacto de que natureza para a Geap? E aí – corroboro a pergunta do Dr. Eduardo – a Defensoria Pública teria, de alguma forma, como intervir nessa ADI em curso no Supremo Tribunal Federal, no sentido de criar uma condição mais favorável para o consumidor, para os usuários do plano?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Como eu disse anteriormente, o cálculo do preço é uma composição de vários fatores. A gente tem hoje uma projeção de perda de 5 mil beneficiários, que é o que vem acontecendo até aqui. Por exemplo: se nós não perdêssemos beneficiários, se o meu cálculo atuarial considerasse que não houve saída de beneficiários, caso se mantivesse o número em que estava, esse reajuste teria sido de 16... Perdão. A gente considerou a saída de 5 mil beneficiários por mês. Se continuasse a carteira no mesmo patamar, esse reajuste teria sido de 16,95. Se, ao contrário, nós tivéssemos um ingresso mensal de 5 mil, nós teríamos um reajuste de 14,51. A gente tem 455 mil vidas e tem capacidade para gerir muito mais – essa carteira já foi de mais de 700 mil beneficiários. Então, de fato, a gente não poder captar interfere no reajuste.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Senador, respondendo, a Defensoria tem feito um trabalho junto ao STF, ainda que não seja a propositora de medidas, de acompanhamento de pedidos de ingresso, como amigo da Corte. A gente tem focado essas situações que envolvem lesões mais efetivas a populações vulneráveis, dentro da nossa própria vocação constitucional de defesa dos necessitados. Então, para que a Defensoria faça esse juízo sobre o interesse dos ingressos, no que colaborar com a decisão do Supremo, é preciso transparência nessa correlação. Se realmente a Geap conseguir trazer – e peço desculpas ao Dr. Severo, mas isso não me pareceu muito bem colocado, foi uma colocação, mas até agora está no espectro de especulação, até termos os dados –, se a Geap conseguir dar transparência nesse impacto sobre essas projeções de captação relativas a convênios, no custeio de planos, sobretudo de idosos, que, até por conta do Estatuto do Idoso, são uma população que exige proteção especial do Estado, com certeza a Defensoria vê interesse na sua participação e até em colaborar.

E coloco até um segundo ponto: a vingar o que pretende a Geap, entendendo-se que a União integra como patrocinadora, há de se pensar até se a DPU não teria responsabilidade também para apurar a regularidade dos planos. Isso passaria para um interesse federal aí. Então, tem um interesse duplo isso aí, tanto para ajudar como também para cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Obrigado, Senador.

Na verdade, a questão da Adin... E os efeitos que podem influenciar no custeio são subjacentes, não são imediatos. Então, se pensarmos o seguinte: se a Geap puder captar novas vidas – servidores que estão ingressando recentemente num órgão, vidas novas que utilizem menos o plano de saúde –, essas pessoas ingressando na Geap, isso é o que a gente chama de fenômeno de oxigenação da carteira.

Você traz um público mais jovem para trazer o princípio do mutualismo, da solidariedade: aqueles que não utilizam pagam por aqueles que utilizam. Então, além de haver um público maior para diluir esse custo, há uma parte do público que poderá ingressar, o que hoje está impedido, trazer receita e fazer frente às despesas daquele público mais idoso. Então, o efeito da Adin – e aí possibilitar que a Geap possa angariar novos convênios e novas vidas – teria esse efeito subjacente. Talvez estimar isso precisamente... Quantas vidas nós apuraríamos ou traríamos para a Geap se a Adin caísse? Talvez seja difícil precisar, mas, concretamente, seria um fator que traria para a Geap esse retorno.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Por favor.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Então, Senador, se o propósito da convocação aqui é realmente obter informações mais detalhadas sobre as influências desses fatores, como o senhor traçou muito bem, sobre o impacto, acho que, vindo essas informações talvez um pouco mais detalhadas, se forem disponibilizadas à Defensoria Pública, a gente pode analisá-las. Agora, eu acho que já há alguns critérios. Porque o que me parece é que houve um espaço de validade dessa alteração estatutária do decreto em que já se pode monitorar o impacto. Ainda que o tempo tenha sido curto – imagino que, entre a decisão do mandado de segurança e a ADI passou-se pouco mais de um ano, em torno de um ano –, acho que dá para mapear-se isso. Conseguindo isso, pode ter certeza de que a Defensoria Pública será uma aliada nisso. Eu me coloco à disposição do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É possível, Dr. Marcus, oficializar esses dados para a Defensoria?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Eu acredito que seja possível oficializar todos esses dados à Defensoria. Para isso, eu pediria que o senhor deixasse o contato, para que a gente possa levantar todas essas informações. Assim que as tivermos, nós as encaminharemos para análise de vocês.

Nós estamos aqui buscando uma parceria para resolver esse problema. Também nos incomoda muito dar aumento de custeio aos beneficiários, sabendo de toda essa situação, da dificuldade que eles têm para pagar, vendo ser reduzido o salário deles – porque, querendo ou não, é uma forma de redução do ganho deles. Nós estamos buscando aqui soluções para resolver esse problema. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe que esse problema não vai ser resolvido de hoje para amanhã, mas a gente precisa de um horizonte para, se for o caso, para o ano que vem, ter uma redução maior nesse custeio, para que não se chegue a esse patamar, e a gente já consiga algo melhor. Nós estamos trabalhando para isso. Contamos com a colaboração da Defensoria, do Senador, e vamos disponibilizar todas as informações de que você necessitar.

Para melhorar um pouco, Dr. Eduardo, se o senhor quiser nos encaminhar todas as informações que seriam importantes, nós buscaríamos uma forma de atender dentro disso. Ou seja, encaminharemos as informações. Se não estiverem a contento, se faltar algo, o senhor pode nos solicitar. Nós estaremos à disposição para encaminhar tudo que for necessário, para que a gente possa sair do outro lado e melhorar a vida dos nossos beneficiários.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Dr. Eduardo, só para o senhor ter uma referência, esse gráfico mostra o número de beneficiários, que vem caindo.

Esse primeiro número é referente a 2005. São colunas de anos, de 2005 até 2017.

No mínimo, o nosso potencial é de 742 mil beneficiários, que era o que nós tínhamos em 2005. A gente já administrou um número maior do que este. Não quer dizer que antes era menor, mas este foi o último número que eu consegui colocar no quadro. Então, o nosso potencial mínimo é este de 750 mil beneficiários, que é muito maior do que os 450 mil que a gente tem hoje.

Eu fico muito feliz de ouvir que o senhor está interessado nessa causa. E a gente disponibiliza todos os dados. Inclusive vou mandar a variação atuarial, que, apesar de ser um documento técnico, é feita para qualquer pessoa ler. Ali estão todas as informações que levaram a esse nosso último reajuste. Inclusive há as variações atuariais, se o senhor quiser, dos anos anteriores. Enfim, o que o senhor precisar de informação para de alguma forma colaborar conosco no sentido de reverter isso aí, a gente está completamente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – De 2015 a 2017, exatamente o período da ADI e o período do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Então, pronto. De janeiro de 2014 – foi a decisão da ADI, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – De janeiro de 2014 a 2017, houve uma perda de quase 200 mil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Na verdade, foi um quarto da carteira, se não me engano – arredondando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É o período da ADI ao período do decreto.

Agradeço. Acho que temos aqui um encaminhamento que pode ser muito interessante para o resultado desta audiência pública.

Eu queria, Dr. Severo, complementando, fazer minhas duas perguntas finais. Ainda temos as perguntas que vieram do e-Cidadania, mas quero fazer-lhe estas duas perguntas finais, pelo menos de minha parte, que são as seguintes: já foi dito aqui que a grande massa dos servidores públicos que necessitam de plano de saúde está com média acima de 50 anos, mais da metade da carteira acima de 59, inclusive. No serviço público, os salários praticados por esses servidores são os seguintes: nível auxiliar, R$3 mil; nível intermediário, em torno de R$5 mil; nível superior, em torno de R$8 mil. A pergunta que faço ao senhor e à sua diretoria é: como é calculado o repasse da Geap para cada uma dessas faixas salariais? Há uma diferenciação? Enfim, há uma forma diferenciada de cálculo?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – O repasse da União? O repasse da União para a Geap ou o preço da Geap?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, sim.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Repasse da União para a Geap?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Os dois, na verdade: o repasse da União e o preço da Geap.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – A União repassa para o seu servidor, àquele que escolhe a Geap como plano de saúde, uma tabela de preços, de valores que varia em função da faixa etária e da faixa salarial. São 80 quadrinhos combinando 10 faixas etárias e 8 faixas salariais. A União repassa mais para aquele que é mais velho e para aquele que recebe menos. Então, é uma tabela que define quanto cada servidor vai receber.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – E a Geap tem uma tabela de preço para essa diferenciação?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – A tabela da Geap é por faixa etária, uma tabela de preços. É a aquela tabela que foi exposta ali. São preços que variam em função da faixa etária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Além da faixa etária é também por faixa salarial?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Não, não. Do ponto de vista do plano de saúde, não faz muita diferença se a pessoa ganha mais ou menos; ela vai usar na mesma proporção. Do ponto de vista da União, ela é mais justa se repassar mais para aquele que ganha menos, apesar de que, na tabela de repasse da União, ela repassa mais para quem é mais velho. Só que a diferença é muito pequena, eu acho que é em torno de 30%, e o idoso chega a gastar sete ou oito vezes mais que o mais novo. Então, para ser justo mesmo esse repasse da União, ele tinha que abrir uma diferença maior, ou seja, aumentar o repasse da União para aquele beneficiário que tem idade maior. Seria um bom ajuste.

São essas as formas de cobrança e de repasse.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Como última pergunta minha aqui, Dr. Severo, eu não poderia deixar de citar a entrevista concedida – se não me engano, nesse final de semana – ao jornal *Correio Braziliense* pelo Sr. Roberto Sérgio Fontenele Candido, que é o novo Diretor Executivo da empresa. Ele teria afirmado, em um evento público, que, caso a Geap não contabilize uma receita de 130 milhões até o fim de junho, a empresa poderá ser liquidada pela ANS. Nessa entrevista, ele afirmou ainda – abre aspas: "Nunca vi uma empresa com tantos problemas". Ele disse que isso seria culpa de gestões anteriores.

Eu lhe pergunto: segundo a afirmação do Sr. Roberto Sérgio Fontenele, como essas sucessivas administrações da Geap teriam permitido, no dizer dele, que se chegasse a esse ponto? Além das razões aqui apresentadas pelos senhores, há, como foi dito nessa manifestação pública, uma questão de gestão? Houve claramente uma gestão ineficaz nas gestões anteriores?

Complemento, perguntando-lhe: além das medidas que aqui estamos diagnosticando e das razões que explicitaram para a resolução do problema, os senhores veem como, a curto prazo, serem sanadas essas contas das empresas, com outras medidas além dessas que estamos aqui especificando? Eu considero isso fundamental, porque é da boa saúde financeira da empresa que decorrerá, com certeza... Eu não vou nem adentrar em suspensão de reajuste, porque o reajuste está dado; eu vou aqui adentrar em pelo menos ter uma relação custo ou ausência de reajuste mais condizente com a realidade dos servidores públicos brasileiros, que, como já foi dito, inclusive, pelos senhores, se encontrarão pelos próximos anos com os salários congelados em decorrência da Emenda Constitucional nº 95.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Senador, com relação à entrevista dada, isso foi uma reunião que ocorreu internamente, uma reunião mais voltada para o motivacional, em que o Diretor expôs algumas situações que, infelizmente, eu, ao assumir a Presidência do Conselho de Administração, também identifiquei. Alguns contratos foram celebrados com cláusulas leoninas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais a favor, muitas vezes, do contratado do que propriamente do contratante. Algumas situações realmente merecem uma reanálise de todos esses contratos, que é o que o Conselho de Administração determinou que fosse feito pela auditoria nossa interna. E todo esse trabalho vem sendo feito.

Agora, realmente, quanto a afirmar que houve malfeito, má gestão de administrações anteriores, eu, aqui, como assumi a Presidência do Conselho em dezembro do ano passado, não posso lhe afirmar, mas tudo indica que houve alguns malfeitos. E nós estamos trabalhando – pelo menos o Conselho de Administração vem trabalhando – para que essas ações malfeitas sejam saneadas, para que, dessa forma, consigamos retomar melhorias para a Geap, beneficiando os nossos beneficiários. Esse é um compromisso que nós do Conselho de Administração assumimos.

Agora, esse talvez tenha sido um desabafo do Diretor Executivo, por estar assumindo e ter identificado uma série de problemas; talvez uma infelicidade nas colocações. E mais infelicidade ainda foi uma reunião interna ter sido gravada, extrapolando o ambiente interno de discussão. Agora, toda essa fala dele, inclusive, já foi objeto de uma nota de esclarecimento, que foi publicada no mesmo jornal, no mesmo dia, se não estou enganado, esclarecendo todos os fatos e toda a fala do Diretor. E eu me comprometo a lhe encaminhar essa nota de esclarecimento. Não sei se alguns de vocês trouxeram essa nota, mas, caso contrário, a gente se compromete a encaminhar-lhe essa nota de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Quanto a esses eventuais malfeitos, há algum encaminhamento por parte da atual direção da Geap? Para os eventuais malfeitos, digamos, como o senhor mesmo definiu, há alguma providência, denúncia, encaminhamento, representação?

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Estão sendo tomadas todas as providências. Inclusive, elas se encontram sob auditoria interna. Está sendo realizada uma auditoria em vários contratos, mas, como eu coloquei anteriormente, são muito contratos. Então, eu acredito que, para a semana que vem, essa auditoria deve finalizar pelo menos dois ou três contratos. A partir daí, poderemos, enfim, começar a tomar uma série de decisões, porque eu não gosto de tomar determinadas decisões sem embasamento técnico e legal para que essas decisões sejam tomadas, sob o risco de, lá na frente, sermos penalizados por decisões tomadas sem nenhum embasamento, além do que isso pode envolver pessoas, e a própria legislação determina que haja o direito de defesa. Então, eu não gosto de julgar sem antes ter elementos que me deem segurança nas decisões que vão ser tomadas. Mas todas as providências já estão sendo tomadas com relação a todas as denúncias que chegam ao conhecimento do Conselho de Administração, pois elas são imediatamente são encaminhadas para apuração junto à auditoria interna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Dr. Severo, obrigado.

Vamos passar agora às últimas perguntas. São as perguntas que vieram pela internet, pelo Alô Senado, pelo e-Cidadania, os serviços de interação do Senado Federal. Eu acho que é possível fazê-las só num bloco. Vou fazê-las num bloco e peço atenção para a resposta do senhor, dos senhores.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pois não.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Eu só gostaria de deixar claro que algumas perguntas podem ser mais voltadas para a área técnica. E aí eu gostaria que os nossos técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, perfeito. É por isso que eu, inclusive, disse: "senhor, barra, senhores".

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Fiquem à vontade.

A primeira é do Artur Alvim, de São Paulo: "Os planos de saúde em geral andam abusando de seus clientes, não apenas com os servidores públicos, como também com os trabalhadores na iniciativa privada! Não cobrem consultas, não cobrem exames; cobrem em sua maioria apenas as internações! E agora querem cobrar franquia." Na verdade, essa pergunta do Artur é uma pergunta mais geral em relação aos planos de saúde. Eu até faculto ao Dr. Eduardo, se quiser, também fazer algum comentário, pois ele não se refere diretamente à Geap.

O Brenilson Martins, do Distrito Federal, pergunta o seguinte: "A ANS precisa atuar, sim, na regulação e fiscalização das entidades de autogestão", como foi dito pelo Dr. Eduardo, "mas, sobretudo, de forma a considerar as diferenças dessas entidades e planos comerciais. Provisões financeiras exigidas pela ANS têm que ser flexibilizadas. A Geap tem feito gestões nesse sentido?" É a pergunta do Brenilson.

A Geisa Cortês, de Mato Grosso, pergunta: "Contribuo há mais de 30 anos com a Geap, sou servidora pública, e pagamos um valor maior que outros planos de saúde. Não tivemos reajuste salarial. Vejo que, por má gestão, a Geap poderá fechar. Há algum planejamento para solucionar esse impasse?" Já conversamos sobre isso, mas peço um comentário em relação à pergunta da Geisa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Maria Terezinha, do Rio de Janeiro, pergunta: "Foi dito que a Geap possui 600 mil vidas. Na verdade, possuía. Hoje está em torno de 400 mil. E esse número vem caindo! Muitas pessoas não têm mais condição de arcar com os custos do plano. O aumento do ano passado beirou os 40%. O que fazer efetivamente para resolver esta questão?" Já conversamos sobre isso, mas peço uma resposta também direta dos senhores à pergunta da Maria Terezinha.

E a Regina Costa, de São Paulo – última pergunta –, diz o seguinte: "Aumento no plano sem melhoria na rede. Geap está com valores similares ao mercado mais a cobrança de coparticipação. Valores para maior faixa etária altíssimos, período em que o servidor mais precisa da rede de saúde, na maioria das vezes, sem opção, brigando para ter autorização."

São essas as perguntas que vieram do e-Cidadania. Faculto, então, aos senhores a resposta às perguntas.

Dr. Eduardo, se quiser fazer um comentário também, fique à vontade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pois não. Por favor.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – O.k. Obrigado.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Bom dia, Senador Randolfe. Bom dia a todos.

Sou Sérgio Ronaldo e estou Secretário Geral da Condsef...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Ah, por favor, Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – ... que é a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal.

Eu queria ver da gestão da Geap quais são as ações que ela está fazendo, porque, além desses fatos que foram abordados aqui, nós temos uma situação hoje: mesmo, nos últimos seis anos, o conjunto dos servidores tendo somente recepcionado em torno de 26% de reajuste na sua remuneração, a média de reajuste dos planos tem sido acima de 120% se levarmos em consideração de 2015 para cá.

Nós temos uma situação em que a ANS trata os planos de autogestão da mesma forma com que trata os planos privados, que é aquela reserva técnica que eles recolhem, e isso se inclui na cota do conjunto do funcionalismo. Não é justo a União entrar somente, em média, para quem tem a faixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etária mais alta, com 18%, e o servidor entrar com a média de 82% no custeio do plano de saúde de autogestão.

Então, uma última pergunta. Eu queria ver se é palpável, viável, que quem entre com a menor fatia nesse recurso seja o gestor do plano, como é o caso do plano da Geap. Nas empresas, geralmente, quem é majoritário na questão do custeio das situações é o majoritário, mas, na Geap, a União é quem indica todos os gestores, mesmo sendo acionária minoritária na questão do custeio do plano. Então, eu queria ver qual é a posição da Geap, bem como a da Procuradoria pública da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Obrigado.

Dr. Severo e os senhores também fiquem à vontade.

Peço especial atenção à pergunta do nosso Secretário Geral da Condsef, que foi a última aqui formulada.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Então, eu acho que vou começar pela dele.

De fato, os planos de saúde vêm subindo acima da inflação. Uma das condições que melhorariam a situação do beneficiário seria o aumento do repasse do Governo. O repasse patronal está em torno de 18%; se a União aumentar o seu repasse, a parcela do beneficiário se torna menor.

Com relação às reservas técnicas, e aí já é uma das perguntas que foram feitas anteriormente, nós somos obrigados. A Geap é obrigada a formar essas provisões técnicas por uma imposição da ANS, e essas provisões, que são impostas a qualquer plano de saúde de autogestão, são para que, em caso de quebra de um plano de saúde, haja recursos para arcar com aqueles atendimentos que foram feitos. Quando acontece um atendimento, pode demorar ali até três meses para o plano de saúde tomar conhecimento daquela utilização. Então, de repente, se o plano de saúde quebra, ele não tem dinheiro para pagar aquelas despesas que estão para chegar ainda. Então, sob o ponto de vista técnico, é importante que haja essa reserva técnica, porque o Governo Federal não se responsabiliza pela Geap; ele repassa o recurso para todo servidor, e o servidor direciona o seu recurso para a Geap. Então, a Geap não é um órgão público, e a União não tem responsabilidade pela Geap. Não havendo, tem que haver uma reserva, um recurso que vá cobrir os compromissos que ela assume em eventual quebra. Esse recurso que ela guarda a gente chama de provisão técnica, que a ANS nos impõe e impõe a todo o mercado de plano de saúde. Então, isso é uma imposição da ANS e, de fato, é necessário para a segurança dos próprios beneficiários, porque ela tem que ter recurso para arcar com as obrigações que assume.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falou-se sobre o atendimento ou não de determinados exames. A Geap, como todo plano de saúde, cobre o rol da ANS. A ANS divulga um rol mínimo que todo plano de saúde tem que cobrir, e a gente cobre além desse rol. Então, eventuais exames que não estão no rol da ANS, de fato, podem não estar cobertos pela Geap, mas, no momento em que a Geap os inclui no rol obrigatório, passa a ser obrigação da Geap atender.

Falou-se sobre a franquia. A franquia, na verdade, é uma evolução. Está sendo discutida na ANS. Até aqui, só existia coparticipação. Franquia não era muito discutida. Então, é mais uma forma de atuar no controle da utilização, fazendo o beneficiário refletir sobre o seu uso, para não haver um uso indiscriminado. Então, na verdade, é uma evolução essa questão da franquia, que está sendo discutida no âmbito da ANS. Já está num projeto de resolução normativa da ANS. Parece-me que vai sair no ano que vem.

Já falei sobre as provisões.

A Geisa, nossa beneficiária, falou que já contribui há 30 anos e que agora o plano está muito caro para ela. Provavelmente, como ela já contribui há mais de 30 anos, ela tem mais de 60 anos. Então, a Geap dá um tratamento especial para esse beneficiário, uma vez que ela cobra cinco vezes o preço do mais novo, ao contrário do que faz todo o mercado, que cobra seis vezes. Se ela sair do plano de saúde da Geap, provavelmente ela vai pagar um preço mais caro lá fora, porque, estando contribuindo há 30 anos, provavelmente ela já tem mais de 60 anos.

Eu acho que eram essas as questões.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Complementando a fala do Presidente, com relação à participação do Governo, sendo minoritário na participação e majoritário, isso é algo em que nós da Geap não temos muito como atuar. Isso talvez seja uma decisão muito mais de governo do que propriamente de Conselho de Administração ou Diretoria Executiva da Geap. Infelizmente, 51% hoje são do Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – ... e infelizmente o beneficiário, na hora de arcar com as despesas, acaba participando muito mais do que o próprio Governo. Isso é algo que nós estamos aqui tentando discutir para ver se existe alguma possibilidade de aumento, inclusive, da participação do Governo, de forma que se equilibre essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Por favor.

A SRª ELIENAI RAMOS COELHO – Eu gostaria de me expressar, porque foi dito que o Governo não teria essa obrigatoriedade. Eu discordo, porque, quando eu entrei, há 40 anos, para a Geap, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo aportava 35% *per capita*, e hoje ele não faz mais isso. Aí ele tem uma gestão em que coloca as pessoas para gerir o plano. Eu sou membro do Conselho de Administração, suplente, eleita. E o Governo tem... A Presidência do Conselho é determinada pelo Governo, então ele tem uma responsabilidade conosco sim. Se ele gere, ele tem que manter.

A minha associação, a Anasps, ajuizou uma ação pedindo que o Governo faça essa recomposição necessária, para que o plano não seja desfeito. E nós estamos aguardando o que o juiz vai falar para nós. Eu acho que é uma obrigação nossa defender o plano de saúde do servidor, porque nenhum servidor poderia ir para outro plano que não fosse a Geap. Ficaríamos todos descobertos, no SUS, e isso oneraria demais o SUS. Então, eu sou a favor que o Governo recomponha, sim, o plano da Geap e não o deixe fechar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Algum comentário? (*Pausa.*)

Dr. Eduardo, último comentário.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Só trazendo aqui, então, diante dessas perguntas, realmente só pontuando: a judicialização de procedimentos não cobertos é o que representa a maior parte das ações judiciais que ingressam nos fóruns de Justiça sobre a questão de saúde suplementar. Realmente essa questão de cobertura é um problema. Na Defensoria Pública da União, há uma demanda relativa à falta de cobertura de alguns planos até de serviços de hemodiálise para pacientes renais crônicos. A Geap, felizmente, não está inclusa nesses planos que têm cobrado coparticipação de uma necessidade crônica das pessoas. Realmente há vácuos muito grandes nessas coberturas para procedimentos absolutamente essenciais.

Sobre a regulação dos planos de autogestão, eu acho que é interessante o que foi colocado aqui. Eu acho que me chamou a atenção mesmo entender que a participação dos servidores no custeio tem aumentado, mas a sua participação, o seu espaço na administração não tem sido proporcional. Então, realmente é uma preocupação relevante trazida aqui. Se é o servidor que está arcando mais, ele tem que ter um papel mais decisivo realmente sobre os rumos da instituição. Isso não pode ser realmente sob rédea curta do Governo, já que ele não está fazendo a parte dele, que é justamente colaborar com o custeio, que é o que justifica a sua participação até na administração.

Essa questão de provisões técnicas eu acho que realmente é algo que foge à ordem jurídica, e eu não vou me imiscuir. Mas tudo recai, Senador, realmente naquela preocupação que eu trouxe, de falta de critérios claros, de falta de uma maior transparência sobre as regras do jogo, que pelo menos é o que há de ser exigido dos órgãos reguladores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Dr. Eduardo, eu queria agradecer a presença da Defensoria Pública da União; queria agradecer ao Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Severo a presença da Geap e de todo o corpo técnico e diretivo da Geap para esta audiência pública; agradecer também a presença da Condsef, pela contribuição de seu Secretário Geral no encerramento deste debate.

A intenção desta audiência pública foi exatamente entender, primeiramente, as razões da disparidade entre o reajuste que houve do plano de saúde da Geap e a circunstância atual que os senhores mesmo aqui colocaram, de congelamento do vencimento, do salário dos servidores públicos.

Acho que a audiência se tornou muito produtiva no sentido das razões apresentadas aqui, em especial pelo decreto assinado pelo Governo Federal, que traz uma queda à carteira da Geap, combinado com a Ação Direta de Inconstitucionalidade. E eu creio que, nesse aspecto, a partir de ações de transparência por parte da Geap se colocou... E eu queria aqui agradecer mais uma vez, Dr. Eduardo, a disponibilidade da Defensoria Pública e a nossa também para ajudar tanto em relação à ADI, que tramita no Supremo, para que tenham, o quanto antes, o seu julgamento, quanto me parece ser necessária uma reflexão por parte do Governo em relação ao decreto que suspendeu os consignados da Geap junto ao Governo Federal, o que traz, direta e concretamente, um prejuízo para o plano de saúde.

Quero reconhecer aqui que o pior cenário, principalmente para os servidores públicos, seria a Geap não existir. A Geap cumpre um papel de equilíbrio para os planos de saúde, para os servidores. É óbvio que... E é por isso que é a decorrência desta audiência. Esta audiência pública é para que a Geap funcione como historicamente foi o seu fim: ser o plano de saúde mais adequado para os servidores públicos com preço de mercado bem diferente dos preços dos demais planos de saúde. A razão de existir – me parece – desde a fundação da Geap, nos anos 1940, 1950, se não me engano; desde a fundação da Geap nesse período, a ideia da existência desse plano foi com esse objetivo. E é óbvio que hoje, embora esteja com preços abaixo do mercado, mas se aproximam muito dos preços dos outros planos de saúde, que são impossíveis, insuportáveis para a ampla maioria dos servidores públicos. Foi em decorrência disso que nós provocamos essa audiência pública.

Eu quero agradecer a sua presença e a presença do corpo técnica da Geap. Queremos trabalhar junto à Geap. Eu parto do princípio de que qualquer eventual denúncia de má gestão merece rigorosamente ser apurada. Por isso, é importante que, diante do que foi veiculado recentemente na imprensa – assim já admitido, inclusive, pelo senhor aqui –, as providências sejam tomadas por parte da Geap para que eventual má gestão que tenha decorrido e ocasionado a situação atual de déficit nas contas da Geap seja solucionada o quanto antes.

Do ponto de vista da sustentabilidade das ações que forem necessárias de nossa parte, eu creio – e falo também da Defensoria Pública –, principalmente para defender, pois existe uma parte hipossuficiente em jogo – não é, Dr. Eduardo? –, que são os servidores públicos com renda a menor e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm acima de 59 anos; é uma parte hipossuficiente reconhecida pelo nosso ordenamento jurídico. Inclusive, há uma legislação nesse sentido, que é o Estatuto do Idoso. Então, eu queria agradecer a disponibilização da Defensoria Pública para a proteção desses.

Queríamos nos colocar à disposição para que a Geap seja restaurada, tenha o seu fim de fato cumprido, que é ser o plano de saúde mais adequado para atender ao conjunto servidores públicos.

Por favor, Dr. Severo.

O SR. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA – Senador, eu agradeço as suas palavras.

O senhor pode ter certeza de que essa nova administração – o novo Conselho de Administração e a nova Diretoria Executiva – está trabalhando para buscar as melhores condições para o beneficiário, inclusive restaurando toda essa situação, que foi a ideia de 40 anos atrás, de 50 anos atrás, de que a Geap seja um diferencial para o servidor público.

E o senhor pode ter certeza de todas as denúncias e todos os malfeitos estão sendo apurados e serão apurados de forma a dar total transparência às ações da Geap, seja para o Governo, seja principalmente para os beneficiários, que são praticamente as pessoas mais importantes da Geap hoje.

Eu agradeço esta oportunidade e coloco toda a nossa equipe técnica à disposição, tanto de V. Exª quanto do Dr. Eduardo, para que a gente, o mais breve possível, consiga resolver essas pendências todas e haja melhores condições, com reajustes menores.

Então, agradeço a sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Nada mais havendo a tratar, nós declaramos encerrada esta reunião, mais uma vez agradecendo a presença da Geap, da Defensoria Pública da União, na pessoa do Dr. Eduardo, da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos, José Pimentel, Ângela Portela, Paulo Rocha, Cássio Cunha Lima e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: AVS 10, de 2018; 11, de 2018; 12, de 2018; Aviso 340 - GP/TCU, de 2018; Aviso 363 – GP/TCU, de 2018; Aviso 353 – GP/TCU,de 2018; Ofício Circular 11, de 2018, da Câmara Municipal de São Marcos, no Rio Grande do Sul; Of./PR 005, de 2018; MSF 12, de 2018. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/25

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: AVS 10, de 2018; 11, de 2018; 12, de 2018; Aviso 340 - GP/TCU, de 2018; Aviso 363 – GP/TCU, de 2018; Aviso 353 – GP/TCU,de 2018; Ofício Circular 11, de 2018, da Câmara Municipal de São Marcos, no Rio Grande do Sul; Of./PR 005, de 2018; MSF 12, de 2018.

Os documentos lidos foram encaminhados por *e-mail* aos gabinetes de todos os membros, com *link* para acesso ao seu conteúdo, de forma a que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

Passamos à pauta.

Item 1... (*Pausa.*)

Não há quórum regimental.

São matérias que precisam ser apreciadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ausência da Senadora Rose de Freitas, Relatora do item 1, nos impede de fazer a leitura da matéria.

Então, sendo os demais itens terminativos e não havendo quórum, eu declaro encerrada esta reunião. Muito obrigado a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Elmano Férrer, Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, Ana Amélia, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Rodrigues Palma, Eduardo Lopes, Ângela Portela, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado e José Pimentel, e ainda do Senador não membro Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, João Capiberibe e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso 484, GP/TCU, 2018; Aviso Circular nº 1, GP/TCU, 2018; Ofício nº 145/ 2018/SEI/GPR-Anatel. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria pelo prazo de cinco dias nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/09

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Bom dia a todos e a todas.

Agradecendo a presença da Senadora Ana Amélia e do Senador Cristovam Buarque, dos servidores da Casa, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

Aviso 484, GP/TCU, 2018; Aviso Circular nº 1, GP/TCU, 2018; Ofício nº 145/ 2018/SEI/GPR-Anatel.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para acesso aos seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores e Senadoras possam se manifestar caso assim desejem.

Passamos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

Com a palavra o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, como o senhor disse, é um projeto do Senador Serra que altera duas leis, para vedar propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos, e altera outra Lei, a 9.503, Código de Trânsito, para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos.

Antes de ler o meu relatório, quero ler, Senadora Ana Amélia, umas estatísticas que identificamos no *site* do Senador José Serra.

Ele diz, entre outras coisas, que no mundo de hoje ocorrem seis milhões de mortes por ano devido a doenças relacionadas ao cigarro. No Brasil, mais de 130 mil pessoas morrem todos os anos devido à mesma causa. Noventa por cento dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos. Em geral, porque viram pais, irmãos mais velhos, colegas, amigos fumando. Nos últimos 20 anos houve uma redução, é verdade, de 46% do número de fumantes. Essa é uma das grandes vitórias civilizatórias do Brasil, e deve-se ao Ministro Serra, que teve um combate muito forte a essa tragédia brasileira que é o fumo.

Desse total de redução, de 46%, deve-se a restrições parciais à propaganda adotada no País. Ou seja, houve uma redução de 46% no número de fumantes. Quatorze por cento de 46% dá em torno de 15%, 20% dos fumantes que deixaram de fumar por causa da propaganda adotada no País, ou seja, devido a restrições.

Outro número: 76% dos entrevistados acreditam que a exposição de cigarros estimula o consumo e a compra. Também são favoráveis a venderem cigarros embaixo do balcão e concordam em proibir aditivos de sabores nos cigarros. Isso ele tirou do Data Folha publicado em 2013.

Outro item: 92% dos não fumantes e 88,5% dos fumantes apoiam que o Estado brasileiro continue atuando ativamente para o controle do tabagismo. Todo mundo. E 98,9% dos jovens de 14 a 17 anos frequentam locais onde existem exposições de maços de cigarros e 97,1% percebem ou notam essas propagandas. Ou seja, a totalidade das nossas crianças, dos nossos adolescentes, digamos, frequenta locais onde há exposição ao cigarro; 65% da população brasileira apoia a adoção das embalagens padronizadas de cigarros.

Custos com tratamentos. Esse item é apavorante, Senadora Ana Amélia, Senador Presidente. Os custos com tratamentos de doenças relacionadas ao tabaco (R$21 bilhões) equivalem a mais de três vezes o que as empresas de tabaco pagam de tributos por ano. Ou seja, o cigarro custa três vezes mais por ano, de acordo como *site* do Senador Serra, do que elas contribuem sob a forma de impostos – e sabemos que os impostos são altos, no caso dos cigarros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, um dado: 15,4% da população com 15 anos experimentaram cigarro em idade igual ou inferior aos 13 anos. Entre os estudantes do 9º ano do ensino fundamental, 20% experimentaram o cigarro, sendo a maior frequência na Região Sul, 28,6%.

Em função de dados como esses que vi no *site*, que recebi a partir do *site* do Senador Serra, é que passo a ler o meu parecer.

A proposição do Senador Serra é composta de cinco artigos e há devidas restrições: 1) proíbe qualquer forma de propaganda; 2) obrigam a que as embalagens de cigarros sejam padronizadas; 3) proíbe a importação e a comercialização no País de produto fumígeno que contenha substâncias sintéticas e naturais que possam conferir, intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma do produto. São três modificações nos artigos da proposta.

O projeto altera também o art. 162 do Código de Trânsito Brasileiro – e isso é muito importante. Para reduzir o uso do cigarro é preciso mudar a lei de trânsito para punir com multa e cômputo de pontos na carteira o motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de dezoito anos. Não tanto pela contaminação de doenças que o fumo passa, mas pelo efeito publicitário da exposição de uma criança a alguém fumando, especialmente pessoas que a criança admira, como os pais.

O autor, Senador Serra, justifica que as alterações na Lei nº 9.294, de 1996, objetivam combater estratégias de *marketing* de indução do tabagismo entre jovens; e a mudança no Código de Trânsito procura desestimular os pais e responsáveis a fumar na presença de crianças e adolescentes, o que poderia estimular o uso do tabaco pelo jovem, sendo tal medida importante também para a proteção de crianças e adolescentes contra o fumo passivo em veículos.

Após a análise da Comissão, a proposição irá à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta, a CCJ, a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Aqui é a minha análise. Primeiro, nos temos do art. 102-A, III, do Regimento Interno, compete à esta Comissão opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor.

Interessante chamar a atenção de que o projeto está aqui por causa do consumidor, não por causa da saúde, mas, no fim, o objetivo central é sobre a proteção à saúde, não vou dizer do consumidor, mas a do usuário, porque há uma diferença. O usuário é mais próximo do consumo de drogas.

Como cita o autor, o Brasil avançou muito nas medidas de combate ao tabagismo com a proibição da propaganda de cigarros, a obrigatoriedade de advertências sobre os males do tabagismo em embalagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante, é preciso avançar com as políticas antitabagismo e reduzir ainda mais o uso de fumígenos.

Propomos apenas alguns ajustes, no projeto de lei, que não influenciam, em absoluto, o mérito do projeto, quais sejam – apenas mudanças de redação: 1) a alteração da redação do *caput* do art. 2º do projeto, para adequação do texto ao padrão de técnica legislativa normalmente utilizado, uma recomendação que recebemos da consultoria; e 2) a revogação dos §§1º e 2º do art. 3º-A da Lei nº 9.294, de 1996, por serem normas de efeitos já exauridos, cuja revogação expressa é, portanto, considerada também mero ajuste redacional.

Diante disso, o meu parecer, com as emendas que eu coloco, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, com as emendas que vão abaixo, mudando a redação, como eu já citei, de duas linhas do projeto.

Eu quero lembrar aqui, desculpe se os meus cálculos estão errados, que se nós tivéssemos aprovado isso dez anos atrás e o efeito fosse 100% na redução do tabagismo – que, claro, é uma visão muito otimista –, nós teríamos evitado a morte de 1,3 milhão de pessoas. Já que, por ano, são 130 mil mortos devido ao tabagismo.

Claro que esta lei não tem um impacto tão positivo porque é apenas um processo educacional e que muitos vão encontrar subterfúgios, formas, e outros não vão querer sair dessa dependência pelo prazer que sentem – nós que não somos fumantes não entendemos qual é esse prazer, mas tem que haver, senão não se gastaria tanto dinheiro com o fumo.

Eu fico muito agradecido, Presidente, por a Presidência, não sei qual Presidente no momento, ter me indicado como Relator, porque, creio, estamos prestando um grande serviço ao aprovar este projeto de lei do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – A Presidência agradece o Senador Cristovam Buarque pelo seu relatório e por suas manifestações.

Em discussão o Projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero pedir vista ao projeto, relatado pelo Senador Cristovam Buarque, primeiro, pedir vista. A vista já está pedida.

Queria também fazer algumas ponderações, que, por analogia, Senador, entendo que, de fato, a preservação da saúde é um fator fundamental na nossa civilização e no nosso País. Mas teríamos, por analogia também, que proibir a bebida alcoólica, porque é o mesmo processo. O jovem, cada vez mais cedo, está consumindo bebida alcoólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No caso do cigarro, sou de um Estado produtor. E me lembro – era jornalista – quando o Senador Cristovam, junto com o Senador Suplicy, imagino, percorreram os Estados produtores à luz da Convenção Quadro, da OMS, que trata dessa matéria. E lá tiveram contato direto com os pequenos agricultores. Essa é uma lavoura de minifúndio, a lavoura de fumo, Senador Cristovam, é de minifúndio, áreas de dois a, no máximo, 25, 30 hectares. E dessa produção 85% é exportada, esse é um ponto importante.

Do ponto de vista social, uma política que vá fazer a reconversão econômica tem que ter um grau de responsabilidade com aquele agricultor e dizer assim: bom, agora você não vai mais produzir fumo – a família dele, as gerações todas, o avô, o bisavô, o pai, produziram fumo e ele continua produzindo. Porque, como se trata de um produto, de uma *commodity* internacional, ela tem um valor de mercado que nenhum outro produto a remunera, a sua receita para manutenção da família e de ter um bem-estar.

Hoje, 40% do cigarro consumido no Brasil é contrabandeado, não é importado. E não se sabe o que tem dentro desse pacote de cigarro contrabandeado, se tem cocô de rato, se tem droga que vá viciar mais ainda, ninguém sabe, 40%.

Hoje, o trânsito brasileiro mata violentamente por pessoas dirigindo, não porque tem algum cigarro na boca – não estou defendendo o cigarro – mata porque o cara está embriagado, ele perde a noção do espaço, ele está matando porque está embriagado ou está drogado.

Sobre a questão da propaganda em todos os produtos de que se fala. Eu fui da área de comunicação e sobre o *crack* não há propaganda em nenhum lugar, e é a droga mais avassaladora que existe, que está nos confins dos canaviais de Pernambuco e nos confins das cidades pequenas do meu Estado.

Então, as doenças respiratórias, Senador Cristovam, elas estão hoje, são as maiores, mas ninguém fala sobre o impacto dos gases tóxicos emitidos por gasolina de péssima qualidade, diesel de péssima qualidade, no nosso Brasil. Cidades com poluição ambiental de gases tóxicos que as pessoas aspiram.

Eu tratei aqui, criei um projeto, de que o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi o Relator e o Senador Otto Alencar foi o último, um projeto que agiliza a pesquisa clínica para o câncer. E sabe como nasceu esse projeto? Esse projeto nasceu de um paciente com câncer bem sério de pulmão, sem nunca ter fumado na vida. Então, a relação das doenças respiratórias... É claro que o cigarro tem muita relação com o câncer de garganta, mas o projeto mistura propaganda, mistura proibição do pai, o Estado interferindo sobre a relação familiar. Eu acho que o pai tem que ter responsabilidade, independentemente da lei, sobre os filhos menores. Ele não pode fazer muitas coisas. Então, é uma intromissão muito dura sobre o arbítrio das pessoas, sobre o pai em relação à criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com todo o respeito ao relatório que o Senador Cristovam fez... Claro, a todas essas medidas, Senador, eu sou francamente favorável, até porque a primeira medida de proibição de cigarro foi nos aviões. Eu nunca fui fumante, não sou fumante. Eu sofria muito dentro do avião, porque o avião é um ar fechado. Não havia uma separação: era do banco de 1 a 10, não fumante; de 10 adiante, fumante. Então, a fumaça vinha toda. Foi um juiz do Rio Grande do Sul, Dr. Estrela, se não me engano, nos anos 80, que proibiu o cigarro nos aviões. Há proibição nos ônibus, proibição nos edifícios, nos ambientes coletivos. Todas essas medidas são saudáveis, todas elas educativas, todas elas muito prudentes.

A questão da propaganda, eu tenho dúvidas sobre o efeito, porque como eu disse, para o *crack* não existe nenhuma propaganda e vendem *crack* em qualquer esquina do nosso Brasil. Aqui mesmo, no Distrito Federal, há cracolândias, e é um Estado jovem.

Eu queria fazer essas ponderações. Eu já fiz o pedido de vista, mas é para ponderar algumas coisas. A gente pode, com estatísticas, fazer várias leituras sobre isso. Eu só fico muito preocupada, não propriamente com a indústria de cigarro, não. Eu estou preocupada é com aquele pequeno agricultor do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, que vive disso.

Uma vez eu ouvi – o Senador Cristovam deve conhecer – Jaime Paz Zamora, que foi um líder socialista da Bolívia. Nós fomos lá, eu e um jornalista do jornal – à época – *Gazeta Mercantil*, Antônio Andrade, se não me engano, um repórter muito conceituado. Fomos entrevistá-lo, Senador Cristovam, sobre o problema da cocaína. Nós, jornalistas brasileiros lá: "Mas como vocês não controlam a cocaína que sai daqui e vai lá para o Brasil?" Sabe o que ele disse? Ele é socialista, do partido socialista, um líder que sofreu um atentado, tinha o rosto todo queimado. Ele disse que nenhum líder político que tenha responsabilidade pode impor a um produtor pequeno, tirar a produção da coca, porque ele não faz a cocaína, ele produz a coca. O resto não é com ele. Ele produz a coca e eu dizia para ele: "Você não pode mais produzir coca, que é altamente rentável; você vai ter que produzir agora feijão e arroz." E ele vai me perguntar: "Quanto eu vou ganhar produzindo isso? A mesma coisa? Tudo bem, eu faço." Mas se não der para ele a renda que ele aufere com a venda do produto, jamais esse será um ato de responsabilidade. Mas aí ele disse pior ainda, Senador Cristovam, e aí eu fiquei de cara no chão. Ele disse: "A cocaína, para ser produzida, precisa de acetona, precisa de éter" – e aí deu o nome de todos os agentes químicos. "Sabe de onde vem tudo isso, prezados jornalistas? Do Brasil". Entendeu, Senador Cristovam?

Então, eu, ali naquele momento, senti-me diante da realidade. Quando a gente vai falar em reconversão econômica, que existem projetos, eu sei lá... Eu fui à Anvisa, que lançou a primeira consulta pública sobre essa matéria de cigarro, novas tecnologias para reduzir nicotina, essas coisas todas. Eu fui lá e conversei muito com a representante do Brasil junto à OMS em Genebra. Conversamos muito com ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem núcleos pequenos, mas a capacidade de dar uma resposta adequada, em termos de rentabilidade, ao produtor, ao pequeno produtor, é a agricultura familiar típica. Essa não existe! Então, aí a minha preocupação é com esse agricultor, com a família desses agricultores, porque em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, que teve um prefeito médico, que era um grande defensor, porque 70% da receita do Município, meu caro Presidente Airton Sandoval, 70% da receita de uma cidade chamada Venâncio Aires, em que o prefeito era médico, advinha da produção de tabaco, da produção do fumo, da lavoura... Setenta por cento da receita. De uma hora para outra eu vou dizer que esse Município está fadado? Eu vou impor a ele morrer à míngua, porque ele não terá outra fonte de receita para justificar essa receita.

Então, essas ponderações eu faço para justificar o pedido de vista, com muito respeito ao Senador Cristovam Buarque, porque é um zeloso defensor do cidadão, da cidadania.

Muito obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Antes, se o nobre Relator permitir, o Senador Cristovam... Não faço parte desta Comissão e ao mesmo tempo peço a palavra.

Sou Presidente da Comissão de Agricultura. A manobra que o meu colega autor desse projeto – que é o Senador José Serra – fez não condiz com o trabalho nosso nesta Casa, porque ele fala estritamente... O senhor simplesmente é o Relator, Senador Cristovam, e não tem culpa, mas fez uma manobra junto, no dia em que o Presidente Eunício não estava aqui, para não ir e não ficar na Comissão de Agricultura, o projeto não passar por lá, quando afeta diretamente a área da agricultura e da pecuária. Mas aqui se fala de agricultura, como a Senadora Ana Amélia ressaltou.

Então é um desrespeito com o Senador e com o Presidente da Comissão de Agricultura e Senador desta Casa. Com uma manobra dessa maneira eu não concordo. Isso é um desrespeito! A classe política já está destroçada moralmente, como se aqui não trabalhasse e não fizesse nada. E quando tem um projeto desse para discutir, para trazer em pauta, para que na Comissão de Agricultura se explane, se veja e se coloque na prática, é verdade!

Bom, nós vamos banir o que faz mal para o corpo humano. Então nós devemos acabar com tudo. Precisamos acabar com o feijão, com o milho, com o tomate, com o arroz, com tudo! Porque em tudo vai agrotóxico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sou contra, mas temos de fazer legislação. O trabalho, a campanha que é feita contra o tabaco, contra o cigarro, está correta, mas precisamos lembrar que o contrabando do cigarro do Paraguai entra no Brasil e é uma fonte de renda para os contrabandistas.

Como disse a Senadora Ana Amélia, esse cigarro que vem de lá para cá, vem com o quê? Será que é só folha de fumo que está dentro dele? Ou tem um monte de outras coisas junto?

Portanto, ao mesmo tempo, eu sei que há muitas coisas que fazem mal para a saúde, mas isso é uma opção de cada ser humano, cada cidadão.

Por exemplo, a bebida alcoólica também faz mal, dá cirrose e mata. Eu conheço muitas pessoas que bebem e acabaram... Sem contar, como a Senadora Ana Amélia falou, com o trânsito também.

Então, nós temos, sim, que fazer leis para poder alertar o ser humano, para alertar o cidadão de que aquilo faz mal. Mas se ao mesmo tempo ele achar que a opção dele é aquilo não dá para fazer nada.

Eu digo isso porque tinha um amigo que foi Secretário de Estado e também Deputado Estadual, Paulo Moraes, um grande amigo, que tinha diabetes braba e sentava à mesa e comia doce, comia de tudo e não tinha... Eu dizia: "Paulo, pelo amor de Deus!" Ele dizia: "Chefe, eu pelo menos quero morrer feliz."

Então, é a opção de cada um. Eu acho que não tem... Agora, eu estou aqui não fazendo defesa só do Rio Grande do Sul, mas para os produtores de lá, para os pequenos produtores, é uma fonte de renda. "Bom, então, tem que acabar com a cachaça." Então, tem que acabar com o plantio de cana; quer dizer, uma coisa puxa a outra no meio do caminho.

Mas eu só acho, como Presidente da Comissão de Agricultura, um desrespeito, Presidente Airton Sandoval. Eu gostaria que o senhor levasse para o Presidente do Senado, para o Vice-Presidente do Senado e para o autor desse projeto que esteve comigo, ele veio falar comigo.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Cristovam, o próprio Senador veio falar comigo e queria que eu aprovasse o projeto, queria que eu passasse da maneira que ele queria.

Eu falei: "Senador, da mesma maneira que o senhor é Senador por São Paulo e pelo Brasil, eu também sou Senador de Rondônia e pelo Brasil. A prerrogativa sua é a mesma minha, e eu tenho autonomia individual como Presidente e, ao mesmo tempo, ao Relator que cabe ao projeto."

O que ele fez? Ele simplesmente falou: "Não, eu vou dar uma tabela nesse Senador, porque é lá do mato, de Rondônia, não sei de onde..."

Então, é um desrespeito. Quero dizer que a manobra que o autor desse projeto fez é um desrespeito à Comissão de Agricultura. Lá na Comissão de Agricultura, se o pessoal aprovar ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reprovar são outros quinhentos, porque lá nós somos iguais a esta Comissão aqui. Somos em quantos? Dezenove, vinte, não sei quantos titulares e suplentes.

Então, vai para votação e aí é outra definição, mas se discute. Vamos trazer aqui todos os... Vamos fazer audiência pública, vamos discutir o assunto.

Não, simplesmente porque o Senador foi ex-Governador de São Paulo, foi não sei de onde, tem que aprovar do jeito que ele quer. Se não for, tira e leva para outra comissão.

Então, eu só queria pedir a gentileza. V. Exª, Senador, nosso Presidente, com esse carinho especial que o senhor tem pelo povo do Brasil, de São Paulo e do Rio Grande do Sul; pela comissão que V. Exª também representa; pela comissão que eu também represento, que esse projeto, Senadora Ana Amélia, volte e que se encaminhe para os caminhos legais e normais que são a Comissão de Agricultura, porque faz parte da Comissão de Agricultura.

Caso contrário, se esse projeto não for para lá, eu, como Presidente da Comissão de Agricultura, não faço mais uma audiência; não faço mais uma reunião até o final do meu mandato, enquanto for Presidente, porque é um desrespeito como Senador da República.

Desculpe. Aproveito a oportunidade não como membro aqui, mas como Senador, mas só por isso. Quanto à questão de se vai aprovar ou não, cada um tem uma opinião. A opinião do Senador Cristovam eu respeito e, com certeza, ele também quer discutir com os demais setores. É a mesma coisa, ele também respeita a nossa opinião como a opinião da Senadora Ana Amélia.

Por isso, a gente está colocando.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Ivo Cassol, sua presença aqui é sempre muito bem-vinda como em qualquer lugar desta Casa.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – A assessoria me traz uma informação de que já existe um requerimento na mesa, solicitando o envio dessa matéria para a Comissão de Agricultura.

Então, nós vamos aguardar que, com certeza, o Presidente Eunício dará prioridade ao pedido de V. Exª, e o projeto certamente poderá passar pela Comissão que V. Exª requer.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, eu não vou poder ficar aqui para prolongar este debate porque está havendo uma sessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solene convocada por minha iniciativa para debater o problema da violência nas eleições de outubro. O próprio Presidente do TSE está presente.

Primeiro, já que houve pedido de vista, eu queria que fosse coletiva, e aí a gente adia o debate.

Segundo, eu queria dizer à Senadora Ana Amélia que, pelo visto, ela é a favor do projeto. Ela está preocupada com os produtores, e eu, também. Nesse sentido, ela tem razão, ou seja, pelo que eu senti, ela é a favor de restrições à publicidade, de não deixar que crianças tenham acesso a cigarro. Agora, a gente tem que saber o que fazer – e estou de acordo com ela – com os produtores de tabaco.

Se não fosse dividir o problema em duas partes, uma o consumo e outra a produção, a gente poderia incentivar mais propaganda de cigarro para ter mais dinâmica econômica no setor agrícola produzindo mais tabaco. Eu não vejo ninguém querendo isso.

Então, eu acho que devemos fazer algumas coisas, Senadora, a partir de sua fala. Uma, eu gostaria de fazer, junto com a senhora, uma proposta para proibir propaganda de bebida também. Eu considero um absurdo ver artistas e jogadores de futebol tomando cerveja na televisão. Eu considero isso um absurdo! É um incentivo a que as pessoas bebam, e eu não tenho nada contra uma pessoa que queira beber beber, nada contra, e nem fumar também, mas não podemos incentivar, sobretudo os menores, as crianças. Então, eu gostaria de apresentar, junto com a senhora, uma proposta proibindo publicidade de bebida. Esse é um ponto.

Agora, sobre a produção de tabaco, a senhora mesmo disse que apenas um quarto da produção fica no Brasil, então com apenas um quarto dos nossos produtores temos que nos preocupar, porque os outros estão exportando. Então, o Senado de outros países que façam essas leis. Como humanista, eu lamento se não há Senador lá com a preocupação do Serra, mas a minha preocupação, como Senador da República brasileira, é com os consumidores brasileiros; como humanista, do mundo inteiro, mas jamais eu vou conseguir diminuir a produção e o consumo de cigarro na China, onde fumam horrores: 1,2 bilhão.

Então, vamos fazer uma audiência sobre como reciclar os produtores, até porque, Senadora, essa ideia de que são gerações e gerações não tenho dúvida de que a próxima geração ou a seguinte não vai mais produzir tabaco. Eu tenho quase certeza disso. Nós vamos descobrir outras formas de diversão mais saudáveis. A humanidade tem que ter uma criatividade para isso.

Outra coisa: a gasolina. Nós vamos proibir o uso de combustível fóssil no mundo inteiro – é questão de mais alguns anos ou décadas – porque realmente mata.

Trânsito. Eu creio que nós vamos ter cada vez mais formas de reduzir o número de mortes no trânsito e tem que diminuir até o número de automóveis, se for preciso, para fazer mais saudável tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo nosso aqui é fazer um mundo saudável a partir de um Brasil saudável e, nesse sentido, a proibição de propaganda de bebida eu acho que é importante; cuidar para que Venâncio Aires tenha alternativas de renda que não seja tabaco, porque isso vai ser superado, é uma questão de mais algumas décadas talvez, e aí a educação dos filhos dos produtores. A gente tem que aumentar e melhorar ainda mais – o Rio Grande do Sul já tem mais educação que os outros Estados – a educação para que eles tenham outras alternativas. Eu garanto como eles desejam. Eu garanto que um produtor de tabaco não considera que essa é a vocação melhor que ele tem. São as condições que levam a isso.

Então, vamos buscar alternativas para o produtor do tabaco sem ter que sacrificar os que caem no fumo. Agora, os que, conscientemente, lucidamente, aceitam, como o amigo do Senador falou, eu acho que têm que ter direito. Eu creio, até, que a gente tem que discutir, um dia, as próprias outras drogas todas.

Uma pessoa que quer, de qualquer maneira, consumir drogas, se decidiu lucidamente, se decidiu com idade para isso, eu acho que a gente tem que considerar se não é um direito. Os liberais do mundo defendem a liberdade de você consumir o que quiser, mas eles não defendem a liberdade de propaganda para induzir o consumo daquilo que é nocivo. E, sobre o *crack*, mesmo sem propaganda, usam. Imagine se houvesse propagandas, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu só queria...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu estou dizendo isso, mas eu comecei dizendo: "Eu não vou poder ficar aqui para prorrogar o debate".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só para terminar uma frase curta, especialmente para um Senador com a visão democrática e a visão de mundo que tem o Senador Cristovam: "Eu prefiro, muito mais, Senador, uma sociedade brasileira em que seja proibido proibir."

Nós estamos fazendo uma tutela do cidadão como se ele fosse uma pessoa incapaz de tomar as decisões que precisa tomar, e isso é trágico, porque significa dizer que nós não acreditamos na capacidade da cidadania de cada um e temos que interferir inclusive na relação de pais e filhos. Eu acho que é o atraso do atraso.

Então, para mim, melhor seria proibido proibir e cada um ter o discernimento, o arbítrio para tomar a decisão sobre o que é importante para a sua vida, como o senhor falou agora sobre os liberais. Não sei se, para mim não é, mas é uma atitude de consciência sobre o que eu tive que fazer de escolhas na minha vida, desde 9 anos de idade.

Então, eu podia ter ido por um outro caminho, mas não fui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, eu quero pedir desculpa de não ter explicado bem o objetivo da lei. A lei não proíbe, a lei impede publicidade, não consumo.

Então, a pessoa tem direito de fumar por essa lei. Agora, há uma multa se fumar na frente do filho, porque o filho a gente tem que cuidar para que ele não esteja sofrendo certas influências em alguns momentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas a responsabilidade disso é do legislador ou é do pai da criança, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Desculpe-me, mas eu como educador acho que nós temos certas obrigações de passar à sociedade em relação à educação do filho. Por exemplo, o pai na Constituição brasileira é obrigado a ter o filho na escola. A gente vai dizer: "Não, só quem quiser?" Não, há certas obrigações com os filhos. Aliás, há uma nova: levar para vacinar. Há obrigações do processo educador. Agora, não proibir de fumar.

Eu me expliquei mal, Senadora. Eu agora explico bem: a lei do Senador Serra não proíbe fumar, proíbe induzir ao fumo – induzir ao fumo. Isso, sim. Eu acho que uma sociedade bem organizada toma algumas decisões contra a indução e eu quero sair daqui exatamente porque nós estamos tentando induzir a população a não ser violenta na eleição. Hoje, o Brasil precisa ter mecanismos que induzam ou que impeçam a indução à violência, que está se generalizando.

Então, só para explicar: não se proíbe nada.

Então, eu continuo de acordo com a senhora: é proibido proibir, mas aceitando que é proibido induzir o uso de algo que leva à morte.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Bíblia mostra Eva induzindo Adão a comer a maçã do pecado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu acho que lá no Rio Grande do Sul não estão produzindo maçã; lá é tabaco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não, não... A senhora disse...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Maçã muito boa, de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu estou pegando o que a senhora falou: esse pessoal que vai sofrer com isso não é por causa de maçã; é por causa de tabaco.

Segundo, eu acho que a Eva não induziu; ela seduziu.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Agradeço.

Bom, há pedido de vista da Senadora Ana Amélia e pedido de vista coletiva do Senador Cristovam Buarque.

Então, esta Presidência concede vista coletiva.

Como não temos mais outra matéria a tratar, nós encerramos esta reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Wilder Morais, Rodrigues Palma, Rose de Freitas, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Gladson Cameli, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **Observação:** - Aprovado o RTG 15/2018 (item 6, extrapauta) que requer audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 15 de 2018** que: "Requer, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 769/2015, que veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelece padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos. Para tanto sugiro que sejam convidados: - Representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI; - Representante da Associação Brasileira da Indústria do Fumo – ABIFUMO; - Representante do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/16

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Agradecendo a presença de todos, especialmente da Senadora Ana Amélia, dos assessores da Casa, dos convidados, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passemos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação com duas emendas.

Observações:

- O relatório foi lido na reunião de 09/05/2018, sendo concedida vista coletiva à matéria. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

Coloco o projeto em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aqueles que aprovam o relatório do Senador Cristovam Buarque permaneçam como se encontram.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estava ao telefone com o Senador Cristovam Buarque, e ele está numa reunião de emergência, uma reunião de caráter institucional e político.

Eu tinha conversado com o Senador Cristovam – antes de fazer a leitura do requerimento que eu fiz à Mesa, presidida pelo Senador Airton Sandoval –, porque eu conheço o caráter, eu conheço a atuação parlamentar, exemplar, aliás, do Senador Cristovam Buarque. Falei com ele antes, porque, na última reunião quando ele apresentou o relatório, eu fiz várias ponderações sobre o impacto que esse projeto pode dar, e, portanto, a relevância de ampliar o debate, com uma audiência pública nesta Comissão sobre o tema. Eu até me dispus a oferecer três nomes, e o Senador Cristovam ou o autor, o Senador José Serra, outros três nomes. O que o Senador Cristovam me disse à época foi que acolheria de muito bom grado, porque ele é por natureza um democrata, e V. Exª conhece o Senador Cristovam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto quanto eu sobre essa, digamos, abertura que ele tem, sobre esse compromisso que ele tem com a democracia. Quanto mais se debater, mais perfeito será o projeto.

Respeito muito o empenho do Senador José Serra em relação a essa matéria. O Senador Serra, nessa conversa agora com o Senador Cristovam Buarque, insistiu ou sugeriu que a matéria fosse discutida numa audiência pública na próxima comissão. Eu ponderei a ele – Senador Cristovam – que nós não deveríamos adiar para a próxima comissão; que fizéssemos agora, até para prestigiar, inclusive, o Presidente, prestigiar os membros desta Comissão, que vêm trabalhando dentro das suas responsabilidades.

Então, eu reitero. O Senador Cristovam acolhe. Claro, ele não está aqui, mas ele não fará impedimento sobre a votação, e, regimentalmente, acho que estamos dando a condução adequada.

O requerimento é para esta audiência pública, como leu V. Exª, para instruir o PLS 769, de 2015, que veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a esses produtos, bem como estabelece padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos.

Para tanto, sugiro que sejam convidados o representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), o representante da Associação Brasileira da Indústria do Fumo e o representante do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Então, tirando um pouco o caráter político, para atender apenas à demanda. O Senador Cristovam e o Senador Serra indicam mais três outras pessoas para compor seis participantes dessa audiência pública, que eu penso seja necessária.

Como eu poderei naquela ocasião, quando foi apresentado o relatório do Senador Cristovam Buarque, eu lembrei que há Municípios no nosso Estado – e aqui está o Deputado Heitor Schuch, que não é do meu Partido, é de outro Partido, tem um envolvimento extraordinariamente forte com a Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), com a Afubra, associação dos produtores de fumo), é da região, conhece mais até do que eu a realidade local, porque eu sou de Lagoa Vermelha, e lá o trigo, a soja e a pecuária que têm um significado maior, mas ele conhece porque todo... Eu, desde quando era jornalista me lembro de quando ele brigava sobre o preço de diesel para o agricultor, para as máquinas, e sempre envolvido com essa demanda, que tem um caráter social.

A minha preocupação é com aqueles agricultores que têm uma propriedade de 2 a 50 hectares. Essas pessoas, por gerações e gerações, vivem com esta atividade. E mais, Senador, eu vou repetir: 85% da produção é destinada à exportação. E hoje o mercado brasileiro está sofrendo uma concorrência; 40% do cigarro vendido no Brasil é contrabandeado. Não é importado, é contrabandeado. Disso aí vem todos os perigos decorrentes: crime organizado, quadrilhas organizadas, sonegação, qualidade do produto que é consumido no Brasil. Eu não sou fumante, não fumo, acho que realmente o produto é um problema de saúde, mas nós temos que encontrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhos para não prejudicar as pessoas que estão lá fazendo esse trabalho, alimentando a família, dando educação e dando saúde.

E, se V. Exª permitir, Senador, e der a palavra para pelo menos eu ter um testemunho – que não é só Senadora que fala isso –, mas eu gostaria que V. Exª desse, pelo menos por cinco minutos, a palavra para que o Deputado Heitor Schuch pudesse falar nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – O Deputado Heitor é muito bem-vindo a esta Comissão, especialmente depois das recomendações da nossa Senadora do Rio Grande do Sul, uma das mais importantes Senadora deste Parlamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra, o Deputado Heitor.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) – Sr. Presidente, Senador Airton Sandoval; Senadora Ana Amélia, quero saudar aqui também o nosso Magnífico Reitor da Universidade de Santa Cruz do Sul, sempre Reitor, o Prof. Thomé, que está aqui, e todos que partilham desta reunião.

É desnecessário reescrever, sublinhar aquilo que a Senadora já falou. O tema é um assunto efetivamente polêmico. Eu também não sou fumante, não faço apologia ao fumo, nem ao cigarro, mas são duas coisas bem diferentes, Senador: uma coisa é produzir tabaco, que é exportado, e outra coisa é produzir tabaco para fazer o cigarro para o mercado interno.

E, como foi dito aqui pela Senadora, eu quero reiterar os números atualizados hoje, Senadora: nós já passamos dos 85% da nossa produção, nós estamos batendo nos 90% do produto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exportado.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) – ... que é exportado.

O bom seria produzir o cigarro aqui e exportar o cigarro. Isso traria mais emprego, mais renda, mais impostos, mais tributos aos Municípios, aos Estados e à União, mas, já que preferem comprar o nosso tabaco, essa é uma situação que efetivamente é difícil de mudar, até porque exportar o tabaco, Senadora, é mais fácil do que exportar, digamos assim, o boi em pé. É muito diferente.

Então, nesse cenário em que nós estamos, é preciso que possamos avançar nessa questão. Uma coisa é o cigarro, outra coisa é o tabaco, a sua produção, os elos da cadeia produtiva, que se concentram no Sul do Brasil, a princípio nos três Estados e depois há outra produção um pouco diferente no Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui endossar o pedido da Senadora Ana Amélia de que se possa fazer essa mesa, fazer esse debate, fazer essa discussão e ouvir todos os envolvidos e atores desse processo. Acho que isso vai enriquecer muito mais essa proposta e fazer com que se tenha um resultado mais justo no final do processo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu agradeço as informações que V. Exª traz.

Nós temos, sobre a mesa, um requerimento da Senadora Ana Amélia, que solicita a realização de audiência pública para instruir o PLS 769, de 2015, item 1 da pauta.

Questiono o Plenário se há objeção à inclusão extrapauta do requerimento.

Aqueles que concordam com a inclusão do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou ler o requerimento antes da aprovação para que todos tenham conhecimento.

> REQUERIMENTO Nº 15, DE 2018 - CTFC
> Requeiro, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 769/2015, *que veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelece padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos*. Para tanto sugiro que sejam convidados:
> - Representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI
> - Representante da Associação Brasileira da Indústria do Fumo – ABIFUMO
> - Representante do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO
> Sala da Comissão,
> Senadora Ana Amélia (PP-RS).

Alguém gostaria de se manifestar a respeito do requerimento?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu quero apenas agradecer a presença do Senador Dário Berger, que é de um Estado produtor também – os produtores têm muito interesse –, do Presidente da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco; da Prefeitura de Canoinhas, do Prefeito de Canoinhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu queria dizer é que eu deixei em aberto... E veio aqui me sugerir... Eu deixei em aberto três indicados, que caberão ao Senador Cristovam Buarque, que é o Relator. Então, eu indiquei três apenas para dar o espaço para mais três, que pode ser um do Senador Serra, um do Senador Cristovam e um do próprio Presidente ou de algum que queira, das entidades que lidam com isso, que são favoráveis ao projeto do Senador Serra. Até isso eu deixei em aberto, e foi o acerto que fiz com o Senador Cristovam Buarque a respeito do debate, que será democrático, com as ponderações do setor que precisam ser feitas eventualmente.

Agradeço muito não só o Senador. Cumprimento, de novo, o Senador José Serra por esse empenho pessoal que ele tem numa questão de saúde pública, e agradeço ao Senador Dário Berger, porque ele conhece muito mais Santa Catarina. Ele foi Prefeito de Santa Catarina, é um exemplar e combativo Senador aqui. Então, ele conhece também essa realidade.

Muito obrigada, Presidente, pela leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. Para discutir.) – Presidente, eu só quero expressar preliminarmente a minha solidariedade e o meu apoio ao requerimento e à audiência pública. Acho que ela é oportuna e necessária.

Aproveito, mais uma vez, para cumprimentar a Senadora Ana Amélia, completamente inteirada dessa situação, que entende Santa Catarina quanto entende o Rio Grande do Sul.

Na verdade, realmente, Santa Catarina é um dos maiores produtores de fumo também do Brasil. Essa questão é muito cara para nós. Ela é muito especial e precisa de um debate mais amplo, mais proeminente. E a iniciativa da Senadora Ana Amélia é louvável.

Portanto, eu queria subscrever esse requerimento. Quer dizer, não subscrever, mas apoiar o requerimento e estar presente na audiência pública para que a gente possa discutir, ampliar a discussão e chegar a um entendimento quanto ao projeto do Senador José Serra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A tramitação da matéria fica sobrestada na CTFC até a realização da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se ninguém mais quiser se manifestar, como eu não tenho matérias que possam ser apreciadas, encerro a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e trinta e oito minutos do dia dois de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 100/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O Pacote de Privatizações", com foco na Embraer. Participantes: Herbert Claros, Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; e Fabiano Roque, Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Botucatu. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas: José Roberto (Bombeiro Selva), Bombeiro Civil da Embraer; Miguel Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Botucatu; Marina Sassi, Militante do PSOL; André Luis Gonçalves, Representante da CSP Conlutas; e Marcelo Silva Soares, Funcionário da Embraer. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=13295

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezoito minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa, Paulo Paim e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Lídice da Mata, Dário Berger, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Medeiros, Ciro Nogueira e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das Atas da vigésima a vigésima segunda Reuniões da CDH e, também, a ata da quinta reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2014 - Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativo prevejam metas anuais de desempenho." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que a reserva de vagas nele prevista aplica-se aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, habilitadas, também no preenchimento das funções de confiança na empresa." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 11, de 2016 - Não Terminativo - que: "Sugere Projeto de Lei Ordinária que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências." Autoria: Instituto Oncoguia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - SUGESTÃO Nº 21, de 2017 - Não Terminativo - que: "Criar Centros de Atendimento Integral para Autistas nos estados brasileiros no SUS" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado. A matéria passa a tramitar como proposição da CDH. ITEM 20 - SUGESTÃO Nº 64, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a monitoria escolar remunerada em instituições públicas de ensino médio." Autoria: Sarah Evellyn Oliveira, Vanessa Loss Secchi, Ana Letícia de Sousa Fialho, Bruna Neri Cardoso Brandão, Victor Matheus de Campos Leite Neves, Silmark de Araújo Alencar, Geysa Berton, Jonatha Marcone Silva de Deus e Darlan Paulino da Silva Filho. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado. A matéria passa a tramitar como proposição da CDH. ITEM 21 - SUGESTÃO Nº 67, de 2017 - Não Terminativo - que: "Fim da Audiência de Custodia" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 22 - SUGESTÃO Nº 69, de 2017 - Não Terminativo - que: "Diminuição de impostos sobre produtos importados" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38 de 2018 que: "Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Desmatamento Zero para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil" Autoria: Senador João Capiberibe e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 50 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o intuito de instruir matéria sob minha relatoria, a Sugestão nº. 2, de 2015 que “Sugere o fim da imunidade tributária para as entidades religiosas (igrejas)”, cujo rol de convidados será ofertado oportunamente perante esse Colegiado." Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: Aprovado. ITEM 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56 de 2018 que: "Requer, nos termos regimentais, aditamento ao RDH 15/2018, para que a audiência Pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços e Infra Estrutura para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT." Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Adiado. ITEM 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57 de 2018 que: "Requer, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 513 de 2015, que “institui a jornada de trabalho para os profissionais farmacêuticos." Autoria: Senador Valdir Raupp e Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 58 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho (CDHET), com para "Apresentar o anteprojeto do Estatuto do Trabalho”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 59 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater o tema “Legislar para garantir proteção social - resistir e avançar”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Dia Mundial do Orgulho Autista”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61 de 2018 que: Requer, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Segurança e saúde no Trabalho – em memória às vítimas de acidente e doenças relacionadas ao trabalho”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho (CDHET), com a finalidade de “Receber as contribuições das Entidades que compõe o Grupo de Trabalho da Subcomissão do Estatuto do Trabalho”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Deliberativa de Relatórios de Encaminhamentos. Finalidade: Encaminhamento nº 1-2018 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre solicitação de apoio para a nomeação dos concursados aprovados em 2015, para o cargo de Agente Federal do Departamento Penitenciário Nacional. Encaminhamento nº 2-2018 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre solicitação de apoio para a nomeação dos concursados aprovados em 2017, para o cargo de Agente Penitenciário. Resultado: Relatórios aprovados. Às onze horas e dezoito minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta e dois minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Às doze horas e dez minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Telmário Mota. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e os Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 20ª a 22ª Reuniões da CDH e também a Ata da 5ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Eu peço ao Senador Paim para presidir, pois tenho algumas relatorias minhas, inclusive uma muito importante sobre a questão dos autistas, cujo dia foi segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª foi muito lembrada naquele dia por esse projeto, pelo seu relatório. Senadora Regina Sousa, Relatora desse projeto muito importante, permita-me dizer que, na sessão que tivemos aqui em relação aos autistas, esse seu relatório foi muito comentado. Foi a principal decisão tomada naquela audiência pública. E eu me comprometi com eles que V. Exª aprovaria o projeto hoje. Felizmente, o relatório está aqui. Estou com muito orgulho presidindo a reunião, para que a senhora possa, então, apresentar o seu relatório.

ITEM 19

SUGESTÃO Nº 21, DE 2017

- Não terminativo -

Criar Centros de Atendimento Integral para Autistas nos Estados brasileiros no SUS.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações: *tramitação: CDH.*

A autoria é do programa e-Cidadania; portanto, é uma proposta que veio da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora é a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Regina Sousa, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Essa é uma sugestão muito feliz; tenho muito orgulho de relatá-la. O e-Cidadania tem trazido ideias legislativas muito boas, e essa é uma delas. Estamos exatamente na semana da comemoração do Dia do Autista. Na segunda-feira, houve manifestações e caminhadas em quase todos os lugares. É um segmento da sociedade ainda com muitas dificuldades.

Então, tenho muito orgulho de relatar esse projeto, porque acho que é um passo para resolver alguns problemas.

Vamos proceder à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer que, em nome da Comissão de Direitos Humanos, todo o prédio do Congresso, nesses sete dias, oitos dias, estará com a cor azul, que é o símbolo dessa luta.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exatamente, a cor azul. O pessoal fez muitas camisas bonitas também.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 21, de 2017, que propõe criar Centros de Atendimento Integral para Autistas nos Estados brasileiros no SUS, apresentada no portal do programa e-Cidadania.

A proposição em comento decorre da Ideia Legislativa nº 65.884, a qual recebeu mais de 20 mil manifestações individuais apoiando apresentação de projeto de lei com o objetivo de instituir melhorias na assistência ora prestada aos pacientes com Transtorno de Espectro Autista (TEA) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A referida Ideia Legislativa tem com justificação o anseio de aprimorar a assistência prestada aos pacientes com TEA, para que obtenham efetiva melhora em sua funcionalidade, autonomia e participação social. Alega-se, por fim, que essas pessoas "vivenciam barreiras cotidianas para o acesso a atendimentos multiprofissionais que ocorrem de modo insuficiente nos CAPS – (Centros de Atenção Psicossocial)".

Não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise do mérito.

De acordo com o art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, a Resolução nº 19 do Senado Federal, de 27 de novembro de 2015, dispõe que a ideia legislativa enviada ao portal e-Cidadania que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do RISF.

Assim, depreende-se que a SUG nº 21, de 2017, encontra amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Quanto ao mérito, embora reconheçamos a importância dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no âmbito da assistência neuropsiquiátrica prestada pelo SUS, é fato que esses estabelecimentos não dispõem de vagas suficientes para acolher toda a sua demanda. Nesse contexto, concordamos com a argumentação para a apresentação da SUG nº 21, de 2017, que pretende promover a constituição de estabelecimentos especializados destinados à assistência de pessoas com TEA.

Isso, certamente, facilitará o acesso ao SUS de pacientes com TEA e de seus familiares, bem como aumentará sobremaneira a qualidade dos serviços prestados a essas pessoas. Ao mesmo tempo, essa medida aumentará o número de vagas nos CAPS, os quais passarão a dispor de maior capacidade de acolher pacientes com outras afecções.

Portanto, concordamos que a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, seja aperfeiçoada para, assim, prever a implementação, em todas as unidades da Federação, de centros de assistência integral às pessoas com TEA.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 21, de 2017, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH.

Segue o projeto, que tem dois artigos:

> Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, renomeando-se o atual parágrafo único como §1º:
> "Art. 2º
> .....
> .....
> §2º As ações e os serviços previstos no inciso III do *caput* serão ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), preferencialmente mediante a implementação, em todas as unidades da Federação, de centros de assistência integral à pessoa com transtorno do espectro autista." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão, está dado, inclusive, um prazo. É uma sugestão meritória porque está cuidando de um segmento que até hoje... Inclusive, o diagnóstico já é difícil. Diagnosticar uma pessoa com autismo já é difícil. Então, isso tem avançado. Também o atendimento especializado é muito difícil. As escolas não têm especialização para receber os alunos, não têm treinamento, não capacitam equipes para receber alunos autistas. Então, é um segmento que sofre muito. As mães que criaram a chamada AMA (Associação de Amigos do Autista) são as que mais trabalham para buscar algum apoio governamental para esse segmento da sociedade. São pessoas que, inclusive, têm muito talento, que têm tendências à música, à pintura. Fui a uma exposição de autistas no Piauí com quadros muito bonitos. Eles copiam, eles criam. Estavam sendo vendidos, inclusive, para manter o centro, para manter a AMA, que é a Associação.

Então, é esse o projeto, e espero que ele seja acolhido.

É o relatório.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora, faço um rápido comentário: na audiência pública que tivemos na segunda-feira aqui com os autistas, essa foi, eu diria, a principal recomendação; o principal pedido que eles nos fizeram foi relativo à aprovação do projeto. Eu disse que já tinha conversado com V. Exª – vi que a matéria estava na pauta; a assessoria me mostrou – e que nós a votaríamos no dia de hoje. O projeto não é terminativo, é uma sugestão legislativa que vem para esta Comissão. V. Exª é Relatora.

Trabalhei muito na construção da Lei 12.764, de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. É com satisfação que vejo – essa lei foi aprovada por nós todos aqui; o Senado Federal a aprovou por unanimidade – essa participação agora. Na justificativa da própria SUG 21, eles enfatizaram que essas pessoas têm barreiras cotidianas de acesso ao atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), porque não há espaço. Tanto no CAPS, como no SUS, eles não dispõem de vagas suficientes.

O que estou comentando aqui foram frases que eles disseram aqui na segunda-feira. Disseram que uma das diretrizes estabelecidas pela Lei 12.764 é que se deve dar "atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno no espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes".

Dessa forma, pretende-se aprimorar a assistência prestada aos pacientes, construindo essa proposta a que V. Exª aqui deu parecer favorável e que ampliará o acesso, segundo eles,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pacientes autistas, aumentará a qualidade dos serviços prestados e aumentará as vagas, porque o projeto em si aponta caminhos nesse sentido.

Então, meus cumprimentos a V. Exª pelo projeto que cria Centros de Atendimento Integral para Autistas nos Estados brasileiros via SUS. Repito...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deixe-me fazer mais um comentário importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...como relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É relatora e autora já.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Às vezes, o pessoal diz que isso cria mais despesa. Então, eu já queria contra-argumentar a quem vai dizer isso, que está criando despesa para os Estados. Eu sei disso, mas os CRAS são geralmente instalados em espaços muito pequenos. Então, os Estados têm condições de ter espaços maiores, levando em conta esse projeto.

Quero lembrar também que, no meu Estado, a sede da AMA é uma escola, uma escola grande. Ela estava desocupada, porque era muito central. As pessoas vão se mudando para a periferia, e as escolas vão ficando sem aluno. Então, o Estado aproveitou essa escola, que estava funcionando bem, com disposição de espaço para arte, para educação física, para esporte, para tudo, para o atendimento das pessoas.

Então, quer dizer, os outros Estados podem pensar nisso também, porque, na AMA, no Piauí, com certeza, se precisar mudar o CRAS para lá, certamente há espaço, porque é uma escola muito grande, com salas de aula, com quadras de esporte, com todo um espaço, com auditório. Então, é um espaço propício. As pessoas convivem lá. Esse é um espaço de convivência das pessoas com autismo em meu Estado.

Então, acho que os Estados não podem reclamar. Eles têm como adaptar um espaço público que já existe para ser esse centro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui em Brasília, Senadora, houve a denúncia de que o espaço que eles estavam ocupando, semelhante a esse, era um prédio que foi emprestado para eles e que estava sendo retirado. Eu não estou fazendo crítica aqui ao Governador; senão, dá a impressão de que estamos fazendo política partidária. Não é isso, não! Mas, segundo eles, mediante a aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do seu relatório, que cria Centros de Atendimento Integral para Autistas nos Estados brasileiros, essa é mais uma força para que eles consigam um espaço não só em Brasília, mas em todos os Estados, inclusive no Rio Grande do Sul.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma de projeto de lei do Senado, que apresenta a Senadora Regina Sousa.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à sugestão. (*Palmas.*)

A moçada está se manifestando, porque eles estiveram aqui na audiência.

Meus cumprimentos!

O parecer é favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado.

A matéria passa a tramitar como proposição de autoria desta Comissão, conforme o relatório da Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Há mais um item. Peço que o senhor permaneça aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficarei aqui. Só me oriente.

Há outra matéria da relatoria também da Senadora Regina Sousa.

ITEM 21

SUGESTÃO Nº 67, DE 2017

- Não terminativo -

Fim da Audiência de Custodia.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela rejeição da Sugestão.

Observações: *tramitação: CDH.*

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para a leitura do relatório, de imediato.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Relatório do item 21.

Submete-se a esta Comissão a Sugestão (SUG) nº 67, de 2017, do Programa e-Cidadania, que propõe a extinção da chamada "audiência de custódia".

A SUG em questão deriva da Ideia Legislativa nº 86.140, proposta pelo cidadão Raphael Belowdski, de Alagoas, no Portal e-Cidadania.

Na justificação, o cidadão argumenta que "o CNJ está liberando bandidos com dezenas de passagens, mesmo presos em flagrante, aumentando a sensação de impunidade e insegurança para a população e os policiais que os prendem e que ainda são julgados baseados apenas na declaração do preso". Ademais, alega que "não há, no Brasil, lei que regulamente a Audiência de Custódia, dessa forma sendo ilegal" e que "presos perigosos são soltos, trazendo terror para vítimas e agentes da lei em forma de retaliação". Finalmente, conclui que "desta forma a impunidade prevalece sobre a justiça, a lei e a ordem".

Análise.

De acordo com o art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Ademais, segundo o parágrafo único do referido dispositivo:

> A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

Conforme o Memorando da Secretaria de Comissões nº 105, de 22 de novembro de 2017, a Ideia Legislativa nº 86.140, "alcançou, no período de 31/7/2017 a 21/11/2017, apoiamento superior a 20.000 manifestações individuais". Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a Sugestão nº 67, de 2017, seja apreciada por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, apresentamos as considerações a seguir.

A audiência de custódia tem como objetivo o rápido encaminhamento do preso em flagrante à presença da autoridade judicial, para que, com a participação do Ministério Público e da defesa, sejam analisadas, de forma célere, a legalidade e a necessidade da prisão, bem como a possibilidade de imposição de outras medidas cautelares menos gravosas ou até mesmo a liberação do preso.

Atualmente, a audiência de custódia é regulada pela Resolução nº 213, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que o preso seja apresentado à autoridade judicial em até 24 horas da comunicação do flagrante, para ser ouvido sobre as circunstâncias em que ocorreu a prisão. Por ser norma infralegal, ela não apresenta coercibilidade, mas funciona como uma orientação a ser seguida pelos tribunais brasileiros.

Até o momento, não há disciplina sobre a "audiência de custódia" no Código de Processo Penal (CPP), nem em outra legislação específica. Entretanto, em 30 de novembro de 2016, foi aprovado no plenário desta Casa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 554, de 2011, que regula a matéria, tendo a proposição seguido para a Câmara dos Deputados para a sua apreciação.

Dessa forma, o tema em questão ainda se encontra em discussão no âmbito do Parlamento brasileiro. Ademais, esta Casa, ao aprovar em plenário o PLS nº 554, de 2011, já externou a sua posição pela regulamentação do assunto, uma vez que, conforme exposto anteriormente, existe uma lacuna legislativa sobre a matéria, o que levou ao CNJ a regular a "audiência de custódia", mesmo sem a coercibilidade inerente à legislação ordinária.

Ressalte-se, a propósito do assunto, que a implementação da audiência de custódia está prevista no art. 9º, item 3, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e no art. 7º, item 5, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), ambos tratados internacionais já ratificados pelo Brasil, por meio, respectivamente, dos Decretos nºs 592, de 6 de julho de 1992, e 678, de 6 de novembro de 1992.

Feitas essas considerações, somos contrários à apresentação de proposição legislativa que proponha o fim da audiência de custódia.

Voto.

Ante o exposto, voto pela rejeição da Sugestão nº 67, de 2017, do Programa e-Cidadania.

Então, estou votando, em primeiro lugar, pela rejeição, porque já existe um projeto tramitando, e este aqui iria começar. Este já está na Casa, tramitando. Ele está na Câmara e já passou por aqui e pode ter seguimento mais rápido. Em segundo lugar, a audiência de custódia é uma experiência nova. Pode ser que existam problemas e erros, mas acho que a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tentar corrigi-los, porque, em alguns lugares, ela tem dado muito certo, até para esvaziar os presídios que estão lotados de gente. Às vezes, você prende uma pessoa que poderia cumprir outro tipo de pena. Agora, há problemas, e, por isso mesmo, um projeto de lei foi feito, foi aprovado nesta Casa e encaminhado à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço só um comentário rápido. A Senadora Regina, lendo o relatório, lembra que já existe projeto tramitando com esse objetivo, ou seja, o de aprimorar a lei. Por isso, o parecer é pela rejeição.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão pela rejeição da sugestão. A sugestão fica rejeitada.

Há outro relatório também da Senadora.

ITEM 22

SUGESTÃO Nº 69, DE 2017

- Não terminativo -

Diminuição de impostos sobre produtos importados.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: pela rejeição da Sugestão.

Observações: *tramitação: CDH.*

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para fazer a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – É o relatório do Item 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete-se a esta Comissão a Sugestão (SUG) nº 69, de 2017, do Programa e-Cidadania, que visa a reduzir de 60% (sessenta por cento) para 20% (vinte por cento) a alíquota do Imposto sobre Importação aplicada no Regime de Tributação Simplificada (RTS), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980.

A referida Sugestão foi originada da Ideia Legislativa nº 86.372, apresentada pelo cidadão Caio Cesar, sob o título de "Diminuição de impostos sobre produtos importados", que alcançou apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais.

De acordo com o proponente, a proposta aumentaria as importações e ajudaria a economia brasileira, os lojistas e também as pessoas físicas, pois permitiria a redução dos preços de eletrônicos e de outros bens de uso pessoal.

Análise.

De acordo com o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

O Memorando da Secretaria de Comissões nº 101, de 16 de novembro de 2017, informa que a Sugestão nº 69, de 2017, "alcançou, no período de 01/08/2017 a 31/10/2017, apoiamento superior a 20.000 manifestações individuais". Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a Sugestão nº 69, de 2017, seja apreciada por esta Comissão.

A proposição visa a reduzir de 60% para 20% a alíquota do Imposto sobre Importação aplicada no Regime de Tributação Simplificada (RTS).

O RTS facilita o despacho aduaneiro de importação de bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional, exceto bebidas alcoólicas, fumo e produtos de tabacaria. O significativo aumento do comércio eletrônico (*e-commerce*) nos últimos anos colocou o RTS no foco de reivindicações dos cidadãos. A Sugestão nº 20, de 2017, por exemplo, também em tramitação nesta Casa, quer elevar para mil dólares americanos o limite de isenção do regime para bens importados por pessoas físicas.

O art. 2º do citado Decreto-Lei nº 1.804, de 1980, já autoriza o Ministro da Fazenda a fixar a alíquota aplicável ao RTS. Poderá reduzi-la a zero, como o fez no caso de medicamentos importados por pessoa física para uso próprio ou individual, ou elevá-la a 400%.

Antes, contudo, o Ministro da Fazenda necessita da deliberação da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que deve considerar as decisões do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, o que implica o envolvimento de todos os países que compõem esse bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No concernente aos produtos oriundos dos países do Mercosul, cabe destacar que, se porventura houver mercadorias arroladas na lista de exceção ao livre comércio entre os integrantes do bloco, não compete ao legislador interno alterar unilateralmente o que já foi negociado. Por outro lado, se o produto estiver previsto na tributação comum, torna-se desnecessária a redução de alíquota pleiteada, pois o produto ingressa em Território nacional livre do Imposto sobre Importação.

No que se refere aos produtos provenientes de países que não compõem o bloco econômico, a redução da alíquota do Imposto sobre Importação poderá acarretar violação à Tarifa Externa Comum (TEC), já acordada entre os Estados-partes, o que demandaria a sua renegociação.

Portanto, do ponto de vista jurídico, o Congresso Nacional não deveria alterar interna nem unilateralmente as alíquotas do Imposto sobre Importação acordadas com os países-membros do Mercosul.

Do ponto de vista econômico, haverá prejuízo à indústria nacional. Isso porque o Imposto sobre Importação possui caráter eminentemente extrafiscal, de maneira que a redução de alíquota tem que ser analisada não apenas sob o ponto de vista arrecadatório, mas, acima de tudo, sob a ótica de proteção da economia nacional. A redução desse imposto pode comprometer a atuação da indústria brasileira, diminuindo a contratação de empregados e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Os efeitos negativos da redução da alíquota serão sentidos mais especialmente pelo Estado do Amazonas, pois a Zona Franca de Manaus (ZFM) é responsável por grande parte da produção nacional de eletrônicos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 69, de 2017.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que é pela rejeição da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela rejeição da sugestão.

Rejeitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo a Presidência à Presidente Regina Sousa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, eu tenho um requerimento e, se possível – acho que é o item 24, salvo engano –, eu queria, se V. Exª me permite, fazer uma inversão para que nós pudéssemos votar esse requerimento, porque eu tenho um compromisso em uma outra comissão. Por favor, se for possível.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu teria agora um projeto de lei cujo Relator está aqui.

Mas, se não for problema, o requerimento é rápido. (*Fora do microfone.*) O Senador Petecão está pedindo para votar primeiro o requerimento dele. Pode ser? (*Pausa.*)

Obrigada, Senador Telmário.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 50, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o intuito de instruir matéria sob minha relatoria, a Sugestão nº. 2, de 2015 que "Sugere o fim da imunidade tributária para as entidades religiosas (igrejas)", cujo rol de convidados será ofertado oportunamente perante esse Colegiado.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para encaminhar o seu requerimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Para encaminhar.) – Presidente, vou ser bem breve e objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o objetivo desse nosso requerimento é que possamos fazer uma audiência pública aqui e trazer as partes interessadas: as pessoas que defendem a imunidade das igrejas, a isenção das igrejas, e também as pessoas que defendem a tributação da igreja, que é o tema a que se refere o projeto. Então, ouvir as partes, para que nós possamos tomar uma posição.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 151, de 2014... Não; desculpa. Aprovado o Requerimento nº 50, de 2018, para realização de audiência pública sobre a Sugestão nº 2...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se a Srª Presidenta me permitir, eu quero cumprimentar a iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sugestão nº 2, de 2015.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar a iniciativa do Senador Petecão, porque esse tema é uma questão, sim, de direitos humanos, no meu entendimento, que é debatida de lá para cá, de cá para lá, e nunca se chega a um entendimento. Então, eu cumprimento V. Exª pela iniciativa. Com certeza, teremos um grande debate aqui. Será uma boa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certamente.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora, sim, o item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2014

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativo prevejam metas anuais de desempenho.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

A Relatoria é do Senador Telmário Mota, a quem concedo a palavra para leitura do relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente.

Aos planos de atendimento socioeducativo são submetidos adolescentes infratores. Foi constatado pela autora da proposição que os adolescentes submetidos a essa medida de internação não contam com as condições necessárias à sua ressocialização, não têm assegurados seus direitos fundamentais e não recebem, na maior parte dos casos, assistência jurídica, o que perpetua a vulnerabilidade desses adolescentes e os induz à violência.

Alega a autora que o descumprimento da lei, nesse sentido, não pode ser justificado pela carência de recursos. A falha ocorrida advém da mera incapacidade de gestão.

Nesse sentido, Srª Presidente, o estabelecimento de metas anuais de adequação das unidades de atendimento socioeducativo é medida impositiva, e, caso não atendidas ou não elaboradas, sujeitarão os agentes públicos competentes à responsabilização. É isso que o presente projeto aborda.

O art. 24-A determina que os planos de atendimento socioeducativo estabeleçam metas anuais de adequação das unidades de atendimento socioeducativo segundo diferentes necessidades. O parágrafo único desse artigo responsabiliza os agentes públicos que desrespeitam os novos comandos da lei.

Por sua vez, o art. 2º da proposição estabelece a entrada em vigor da lei na data da sua publicação.

O projeto seguirá para análise e decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à análise, não se verificam vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade no projeto.

No que toca ao mérito, a proposição deve prosperar, passando por meros reparos de técnica legislativa.

Inicialmente, registre-se que a proposição não transcreve a ementa da lei que pretende alterar. Desse modo, faz-se necessário apresentar emenda de redação que vise sanar essa lacuna, mas de maneira concisa.

Ademais, cabe apontar que a redação proposta ao art. 24-A dispõe sobre os planos de atendimento socioeducativos, e não sobre sua avaliação. Assim, o conteúdo normativo trazido pela proposição guarda maior afinidade com o Capítulo III do que com o Capítulo V, ambos do Título I da Lei nº 12.594, de 2012. Apresentamos, portanto, emenda para que os dispositivos a serem criados pela proposição em análise sejam inseridos no já existente art. 7º, em vez de em um novo art. 24-A.

Voto, Srª Presidente.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CDH
Dê-se a ementa do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 151, de 2014, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativos prevejam metas anuais de desempenho."
EMENDA Nº 2 – CDH
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 151, de 2014, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 7º da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 7º .....
.....
§3º Os Planos de Atendimento Socioeducativo estabelecerão metas anuais de adequação das unidades de atendimento socioeducativo às necessidades de:
I – assistência psicossocial e à saúde;
II – educação e ressocialização;
III – acolhimento ao quantitativo de adolescentes em situação de vulnerabilidade.
§4º Serão responsabilizados, na forma do art. 28 desta Lei, os agentes públicos que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – não cumprirem as metas mencionadas no §3º deste artigo;
II – deixarem de elaborar as metas mencionadas no §3º deste artigo ou de incluí-las nos Planos de Atendimento Socioeducativo.'" (NR)

Portanto, votamos assim, com essas emendas, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Em discussão a matéria.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Senadora Regina, ao Senador Telmário, meus cumprimentos pelo relatório do projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que vai na linha de analisar o desempenho dos planos de atendimento socioeducativo.

Isso é muito positivo. Inclusive, nesse ciclo de debates do qual estou participando, sobre a segurança pública, da integração de todas as forças da polícia, enfim, e de medidas socioeducativas, junto ao Ministério da Justiça, esse tema veio também à tona. É por isso que esse projeto já vai dando uma luz na forma de a gente aprofundar o atendimento de medida socioeducativa para os menores.

Temos aí posições contrárias e favoráveis à forma como devem ser atendidos os menores que cometem qualquer tipo de infração, qualquer tipo de crime. Na verdade, é isso.

Então, o projeto que V. Exª relata, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, vai dando luz para esse bom debate.

Parabéns pelo relatório!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o projeto.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

ITEM 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUGESTÃO Nº 64, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a monitoria escolar remunerada em instituições públicas de ensino médio.

Autoria: Sarah Evellyn Oliveira e outros

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

A autoria é do Programa Jovem Senador.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para a leitura do relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – A sugestão, de autoria de nove Jovens Senadores, dentre eles, o Jovem Senador Darlan Paulino da Silva Filho, do meu Estado de Roraima, estabelece que a seleção dos monitores será feita pelas instituições de ensino, anualmente, com prioridade para os alunos com melhor rendimento na respectiva disciplina.

Segundo a sugestão, as atividades de monitoria incluem auxílio aos professores, atendimento individual ou coletivo sem a presença dos docentes e acompanhamento de projetos de pesquisa.

Também, conforme a iniciativa, essas atividades deverão observar os limites de dez horas semanais e de três horas diárias, e poderão ser aproveitadas como crédito na parte diversificada do currículo.

Ainda de acordo com a sugestão, ao monitor deve-se garantir, pelo menos, o salário mínimo por hora, e as respectivas despesas devem ser consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino.

No que tange ao mérito, cumpre considerar que as atividades de monitoria constituem prática corrente em muitas instituições de educação superior e representam um auxílio para os professores, com impactos positivos, se executadas adequadamente, para os próprios monitores e para os demais estudantes que a eles recorrem em busca de alguma orientação. Não há, entretanto, norma legal sobre a matéria. Trata-se de assunto regulado internamente pelas instituições de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Julgamos que a introdução das atividades de monitoria no ensino médio deve ser decidida no âmbito dos sistemas e redes de ensino, pois a obrigação da presença de monitores poderia não se adequar às propostas pedagógicas de parte das escolas.

Quanto à remuneração da monitoria, não caberia a uma lei federal impor aos Estados e Municípios esse encargo, ainda mais em matéria – a criação da monitoria no ensino médio – cuja deliberação deveria, em princípio, caber a eles próprios.

Não obstante essas restrições, tendo em vista os méritos da iniciativa, aproveitamos a ideia de fazer a referência à monitoria no ensino médio, mas deixamos que a matéria seja regulamentada no âmbito dos sistemas de ensino.

Por fim, cumprimentamos os participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro, em especial os autores da sugestão em comento, por sua sincera preocupação com os desafios educacionais de nosso País.

Voto.

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação da Sugestão nº 64, de 2017, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão, nos seguintes termos:

> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018
> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre monitoria no ensino médio.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 13:
> "Art. 36.....
> § 13. As atividades de monitoria no ensino médio serão reguladas por normas dos sistemas de ensino." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Portanto, Srª Presidente, aí está o relatório, a síntese e o nosso voto com as emendas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre se concordam com a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como todos os requerimentos são do Senador Paim, vou ler todos, e ele argumenta no bloco.

EXTRAPAUTA

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 58, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho (CDHET), com para "Apresentar o anteprojeto do Estatuto do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 59, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema "Legislar para garantir proteção social - resistir e avançar".

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Dia Mundial do Orgulho Autista".

Autoria: Senador Paulo Paim

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse já foi, Paim? O Dia Mundial do Orgulho Autista não foi o de ontem?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não, não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o nº 60: audiência pública para debater o Dia Mundial do Orgulho Autista.

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61, de 2018

- Não terminativo -

Requer, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Segurança e saúde no Trabalho – em memória às vítimas de acidente e doenças relacionadas ao trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho (CDHET), com a finalidade de "Receber as contribuições das Entidades que compõem o Grupo de Trabalho da Subcomissão do Estatuto do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar seus cinco requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, principalmente depois de ontem, quando a medida provisória que tratava dos pontos mais polêmicos da reforma trabalhista foi definitivamente arquivada, segundo inclusive documento apresentado ao Congresso pelo Presidente da Câmara dos Deputados – porque o prazo se encerrou ontem e, consequentemente, a medida provisória cai –, a sociedade está a perguntar o que fazer com a reforma trabalhista, já que os questionamentos se multiplicam.

Eu lembro que houve recentemente um encontro de 600 juízes, que não sabem o que fazer com a reforma trabalhista. O próprio Tribunal Superior do Trabalho criou uma comissão de seis juízes para ver o que fazer. A insegurança jurídica é enorme: ela fere a Constituição, fere os princípios da OIT, fere o direito do trabalho e fere um princípio básico do direito que diz *in dubio pro misero*, porque não dá nem a possibilidade, numa ação na Justiça, de aquele que apresenta poder arguir, poder se defender, pois, se perder, ele terá de pagar 50%. Não vai entrar nunca, porque não vai pagar 50%. Foi o caso de um Estado cuja dívida era de R$10 milhões. Fizeram-no pagar, depois de muito entendimento ainda, algo em torno de R$1 milhão.

Não bastasse isso, há o problema de rescisões de contrato feitas até por correspondência. Dados recentemente publicados pelo IBGE mostram que o desemprego formal aumentou e que o emprego informal voltou a crescer, mas, assim mesmo, como a massa salarial... Quando alguém demite para contratar outro, isso significa que ele vai ter um lucro, ou seja, vai pagar menos; demitem-se dez, contratam-se dez, com salários menores. O arrocho... A massa salarial que está circulando diminuiu. Uma matéria publicada na *Folha de S.Paulo* aponta que o efeito negativo vai se dar ali na frente no PIB, e o número de pessoas que vão para o estado de miséria absoluta já aumentou. Houve também um dado publicado pelo IBGE de que, entre os desempregados e o serviço precarizado, já há em torno de 26 milhões de pessoas.

É por isso a responsabilidade pelo Estatuto do Trabalho, de que sou Relator; e Telmário Mota preside a comissão. Nós queremos, ainda no mês de maio, apresentar a primeira versão do Estatuto do Trabalho para a sociedade, e é este o objetivo do requerimento: audiência pública com a finalidade de apresentar o anteprojeto do Estatuto do Trabalho.

Vamos ao outro requerimento: com fundamento no dispositivo 93, inciso II, do Regimento Interno – já foi lido por V. Exª –, legislar para garantir a proteção social. É essa a intenção, o resto é complemento. A ideia foi da Anamatra, do Sinait, do Ministério Público do Trabalho, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que estão muito preocupados também com a situação em que hoje se encontram os brasileiros frente à reforma trabalhista.

Quanto ao Dia Mundial do Orgulho Autista, esse foi um pedido feito na reunião de segunda-feira, em que fizemos um debate sobre os autistas no Brasil e no mundo. A data simbólica deles é o dia 18 do mês de maio. É por isso que eles nos pediram para fazer uma audiência específica do Dia Mundial do Orgulho Autista nesta data: dia 18 de maio.

Segurança e saúde no trabalho. O requerimento visa fazer uma homenagem à memória das vítimas de acidentes e de doenças relacionados ao trabalho, coisa que é feita em quase todos os Estados pelas delegacias regionais do trabalho, pelos fiscais do trabalho e também pelas entidades sindicais. Haveria, então, a simbologia de uma reunião aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Por fim, nós queremos realizar uma audiência pública que tem o objetivo, na primeira quinzena de maio, de receber as contribuições das entidades que compõem o grupo de trabalho da Subcomissão do Estatuto do Trabalho. Quem são, Srª Presidenta? São especialistas em direito, advogados, ministros do Tribunal Superior do Trabalho, desembargadores, juízes do trabalho, procuradores, auditores do trabalho, advogados trabalhistas, pesquisadores, confederações, federações, sindicatos, centrais sindicais de empregados e empregadores. Enfim, nesse dia, haverá esse acompanhamento direto com as entidades que trabalharam durante essas 19 audiências públicas. Serão convidados para usar a palavra, pois estão interagindo muito conosco, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit-Unicamp).

Esses são os requerimentos de que eu, gentilmente, peço a aprovação. É claro que vamos combinar as datas. A dos autistas, eles estão propondo que seja no dia 18.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos fechar logo com a secretaria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os cinco requerimentos: os Requerimentos nº 58, nº 59, nº 60, nº 61 e nº 62, de autoria do Senador Paulo Paim.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 513 de 2015, que "institui a jornada de trabalho para os profissionais farmacêuticos".

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros

Subscrito pelo Senador Telmário Mota, a quem passo a palavra para encaminhar seu requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Eu vou subscrever este requerimento, Srª Presidente. Agradeço pela oportunidade.

Ele tem como objetivo instituir a jornada de trabalho para os profissionais farmacêuticos.

Para participar dessa audiência, estamos convidando: representante da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias; representante da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico; representante do Conselho Federal de Farmácia; e inclui também no requerimento – ainda não está – representante da Associação Nacional de Hospitais Privados.

Esse é o objetivo do requerimento, com a presença de representantes dessas instituições.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só queria fortalecer o requerimento, que trata da carga horária dos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Dos farmacêuticos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... dos farmacêuticos.

Fizemos um debate muito bom nessa área sobre os enfermeiros, que virou um projeto que já está na Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor encaminhe os convidados, Senador Telmário, e veja com a secretaria a data.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há um projeto nosso que está na pauta...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário, V. Exª poderia presidir aqui, só um minutinho? Eu tenho uma entrevista para dar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá na CCJ, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não, é aqui mesmo. É uma entrevista do pessoal... É um minutinho só.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Assumindo aqui interinamente a Presidência, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores sobre se concordam com a inclusão de dois encaminhamentos extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Apresentar e deliberar o relatório sobre solicitação de apoio para a nomeação dos concursados aprovados em 2015 para o cargo de Agente Federal do Departamento Penitenciário Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Telmário Mota, Senadora Regina, eu estou já há muito tempo aqui no Congresso. Eu não estou cansado, mas estou insistindo muito e vou continuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insistindo que nós temos no Brasil uma verdadeira indústria de concursos. Concursos são bons. Eu defendo. Por mim, haveria concurso para tudo. Mas, infelizmente, as pessoas estudam, pagam, passam no concurso e não são chamadas. Dali a um tempo, para aquelas mesmas vagas, sejam mil vagas, quinhentas vagas ou cem vagas, se abre outro concurso, as pessoas pagam o cursinho, fazem o concurso, pagam, passam e não são chamadas.

Por isso, eu tenho dois encaminhamentos que estou fazendo aqui. O primeiro deles, Presidente, vai na seguinte linha, mediante a leitura que V. Exª já fez: encaminhamento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre solicitação que recebemos para que as nomeações aconteçam para os concursos, tanto em nível nacional quanto em nível de Estados. Eu vou ler um aqui de nível nacional e farei a leitura, em seguida, do segundo, que é do Rio Grande do Sul.

Relatório.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu solicitação da comissão representativa dos aprovados em concurso público para Agentes Federais de Execução Penal, realizado ainda em 2015, para serem nomeados e empossados pelo Ministério da Segurança Pública – estamos apelando agora para o novo Ministério.

A nomeação imediata também é uma reivindicação da Federação dos Agentes Penitenciários Federais, dado o número de vagas existente no quadro profissional.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e IV, e do art. 142 do Regimento Interno desta Casa, compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos e a proteção da família, entre outras competências.

Considerando que os aprovados no concurso abdicaram de antigos empregos e de tempo junto à família para se dedicarem a 14 semanas de treinamento e que muitos se encontram desempregados, aguardando a devida nomeação – saíram do emprego, foram fazer o aprendizado necessário, durante 14 semanas, disseram que iam chamar e não chamaram –; considerando, ainda, a deficiência no quadro de Agentes Federais de Execução Penal, carreira essencial para a garantia de Direitos Humanos, entendo que é fundamental o apoio desta Comissão à reivindicação dos aprovados no referido concurso.

Voto.

Diante do exposto, recomendo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa oficie o Presidente da República e o Ministro da Segurança Pública no sentido de solicitar a efetivação, de imediato, e consequentemente a nomeação e a posse dos concursados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exª permitir, eu vou já para o segundo.

Podemos votar até em bloco, se for possível.

O segundo encaminhamento vai na mesma linha.

Relatório. Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu solicitação da comissão representativa dos aprovados em concurso público para Agentes Penitenciários realizado em 2017, para serem nomeados e empossados pela Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (Susepe/RS).

A nomeação imediata também é uma reivindicação da Federação dos Agentes Penitenciários do Estado, dado o número de vagas existente no quadro profissional.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos e a proteção da família, entre outras competências.

Considerando que os aprovados no concurso abdicaram de antigos empregos e de horas junto a familiares para se dedicarem, ficando três meses em treinamento, e que muitos se encontram desempregados, aguardando a devida nomeação; considerando, ainda, a deficiência no quadro de Agentes Penitenciários no Rio Grande do Sul, carreira essencial para a sociedade gaúcha e – eu diria – brasileira, entendo que é fundamental o apoio desta Comissão à reivindicação dos aprovados no referido concurso.

Voto.

Diante do exposto, recomendo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa oficie o Governador do Rio Grande do Sul e o Secretário Segurança Pública no sentido de solicitar a nomeação e a posse dos concursados aprovados.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2018.

Senador Paulo Paim, Relator; Senadora Regina de Sousa, Presidente; Senador Telmário Mota, presidindo neste momento.

Esses são os dois encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Lidos os dois encaminhamentos pelo Senador Paulo Paim, a gente coloca em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, os dois encaminhamentos estão aprovados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se não me engano, existe um projeto – que não é meu, é do Senador Capiberibe –, um requerimento na verdade, que pediram que eu também assinasse. Eu o faço com enorme satisfação, pela importância do tema.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Coloco em votação esse requerimento extrapauta do Senador João Capiberibe, subscrito por V. Exª.

Consulto os Srs.Senadores e as Srªs Senadoras. (*Pausa.*)

Não havendo rejeição, peço ao Senador Paulo Paim que faça a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – De forma muito rápida, Sr. Presidente.

O Senador Capiberibe teve essa brilhante iniciativa para que a Comissão de Direitos Humanos, que discute a vida das pessoas, debata o Desmatamento Zero, para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil.

Convidados: Cristiane Mazzetti, coordenadora da campanha pelo Desmatamento Zero, Greenpeace; Rita Mesquita, coordenadora de extensão do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia); Paulo Moutinho, pesquisador sênior do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia); Carlos Nobre, climatologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Tasso Azevedo, coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima (SEEG) e do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomas).

Esse é o objetivo.

A justificativa aqui é longa, não vou precisar fazer a leitura, mas ele visa a isto, Sr. Presidente: avançar no Desmatamento Zero.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Lido o requerimento, eu o coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(É a seguinte a matéria aprovada:

ITEM 23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Desmatamento Zero para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil

Autoria: Senador João Capiberibe e outros.)

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações:

Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

- Em 23/02/2016, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

- Em 03/08/2016, foi lido o Relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Regina Sousa; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.

- Em 14/02/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

- Em 14/10/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015

- Terminativo -

Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE.

Observações:

Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

- Em 01/09/2015, foi aprovada a matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Emenda nº 1-CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 03/08/2016, na 73ª Reunião, o Senador Paulo Paim apresenta, durante a discussão, as Emendas nºs 2 e 3.

- Em 29/03/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 03/08/2016, foi lido o Relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Regina Sousa; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 17/05/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 03/08/2016, foi lido o Relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Regina Sousa; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 22/03/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas".

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Em 05/04/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Em 19/04/2017, foi concedida vista coletiva.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 03/05/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta

Observações:

Tramitação: Terminativo na CDH.

- Em 14/03/2018, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Sergio Souza

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações:

Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 13/11/2013, a matéria foi aprovada pela Comissão de Serviços e Infraestrutura, com as Emendas nº 1 e 2-CI.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

- Em 16/05/2012, foi aprovado o Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo)

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pelo arquivamento do Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2017

- Não terminativo -

Altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que a reserva de vagas nele prevista aplica-se aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, habilitadas, também no preenchimento das funções de confiança na empresa.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 11, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Sugere Projeto de Lei Ordinária que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Autoria: Instituto Oncoguia

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao RDH 15/2018, para que a audiência Pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços e Infra Estrutura para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT.

Autoria: Senador Paulo Rocha.)

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 15, de 2014

- Não terminativo -

Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Magno Malta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.)

Nada mais a ser discutido, dou por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ana Amélia, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 176/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O protagonismo negro nas 4 esferas de Poder". Participantes: Tadeu Kaçula, Graduando em sociologia e política - Presidente do Núcleo de Pesquisas Clóvis Moura da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSPRETO; Keka Bagno, Representante do PSOL/DF; Cesar Augusto Pereira dos Santos, Indigenista, ativista em Direitos Humanos e Assessor da EDUCAFRO; Valdirene Silva de Assis, Procuradora do Trabalho - Coordenadora Nacional do Coordigualdade do MPT; Juarez Tadeu de Paula Xavier, Professor Doutor, Assessor da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Universidade Estadual Paulista - Proex-Unesp; Deise Benedito, Representante da Nova Frente Negra Brasileira e Representante do Mecanismo de Controle à Tortura; Gabriel Sampaio, Advogado e Assessor da Liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal; Vera Lúcia Santana Araújo, Advogada, representante da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno; e Marivaldo Pereira, Advogado do Ministério da Justiça e Professor da Rede de Cursinhos Emancipa. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Tenente Coronel Jucilene Garcez Pires, Chefe do Centro de políticas Públicas da PMDF; José Eduardo Silva, Presidente da Associação Nacional de Afro Empreendedores; e Derson Maia, Presidente Nacional da Frente Favela. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: criar Grupo de Trabalho com o objetivo de discutir e apresentar projetos de lei que assegurem igualdade para os negros. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quatorze minutos do dia nove de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 28/2018, de autoria do Senador Paulo Paim, e RDH 124/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre os temas: "Segurança Pública no Brasil", com foco na saúde pública e "Impactos da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) no serviço público", com foco na campanha pela revogação da EC/95. Participantes: Paulo Garrido, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz; Carlos Fidelis da Ponte, Diretor do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública – ASFOC-SN; Patrícia Constantino, Representante do Departamento de Estudos de Violência e Saúde; José Leonídio Madureira de Sousa Santos, Coordenador de Cooperação Social da FIOCRUZ; Heleno Rodrigues Corrêa Filho, Conselheiro Nacional de Saúde; Darci Frigo, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH/MDH; Valéria Buriti, Representante da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - FIAN Brasil e da Plataforma Dhesca; Jolúzia Batista, Coordenadora da Plataforma Dhesca, representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA; Monica Hertz, Especialista em Segurança Internacional; Itamar Silva, Militante do Movimento de Favelas do Rio de Janeiro e Coordenador da área direito à cidade no Instituto Brasileiro de análises Sociais e Econômica - IBASE; Eduardo Nunes de Queiroz, Defensoria Pública Federal - Coordenador do Grupo de Pessoas em Situação de Prisão – DF; Edson Diniz Nóbrega Júnior, Representante da Redes da Maré; e Francisco Menezes, Economista e Coordenador de projetos do Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul - IBAS - e Representante da ACTION AID. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Márcio Costa, Representante da Pública Central do Servidor; Fábio Falcão Monteiro, Agente comunitário de Manguinhos-RJ; Norma Maria de Souza, Representante do Projeto Marias; e Paulo Cesar Ribeiro, Servidor da Fundação Oswaldo Cruz. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e um minuto do dia dez de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Pedro Chaves e dos não membros, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, José Pimentel, Jorge Viana e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ângela Portela, José Medeiros, Ciro Nogueira, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 36/2017, de autoria do Senador João Capiberibe. Finalidade: Debater o tema: "Desmatamento Zero como para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil". Participantes: Cristiane Mazzetti, Coordenadora da Campanha pelo Desmatamento Zero, Greenpeace; Rita Mesquita, Coordenadora de extensão do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA; Paulo Moutinho, Pesquisador sênior do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM; e Tasso Azevedo, Coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases do Efeito Estufa do Observatório do Clima – SEEG, e do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil – MapBiomas. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Maurício Gueta, Representante do Instituto Sócio Ambiental – ISA; André Guimarães, Representante Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM; Valdeci de Sousa, Voluntário Greenpeace; e Jaqueline Figueiroa, Voluntária do Greenpeace. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e os Senadores João Capiberibe e Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezenove horas do dia dez de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Fátima Bezerra e Paulo Rocha e do Senador não membro, Humberto Costa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 4/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Democracia e Direitos Humanos". Participantes: Ideli Salvatti, Ex-Senadora; Benedita da Silva, Deputada Federal; Sibá Machado, Deputado Federal; Donizete Nogueira, Ex-Senador; Emília Fernandes, Ex-Senadora; Paulo Pimenta, Deputado Federal; Fátima Cleide, Ex-Senadora; Wadih Damous, Deputado Federal; Bohn Gass, Deputado Federal; Afonso Florense, Deputado Federal; José Nery, Ex-Senador; Celso Pansera, Deputado Federal; e Maria do Rosário, Deputada Federal. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e os Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha e Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e cinquenta minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=13347

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e treze minutos do dia onze de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Jorge Viana e dos Senadores não membros, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da vigésima terceira a vigésima oitava Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senadora Regina SousaSenador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senadora Regina SousaSenador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar." Autoria: Deputada Laura Carneiro. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim (Ad hoc), substituiu Senador Paulo Paim o Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que a reserva de vagas nele prevista aplica-se aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, habilitadas, também no preenchimento das funções de confiança na empresa." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim (Ad hoc), substituiu Senador Paulo Paim o Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 11, de 2016 - Não Terminativo - que: "Sugere Projeto de Lei Ordinária que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências." Autoria: Instituto Oncoguia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 63, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes de transparência no âmbito do Sistema Único de Saúde." Autoria: Felipe Poggian, Maique dos Santos, Rafael Ramon, Gabriel Fernandes, Letícia Ramalho, Maria Eduarda, Raissa Reis, Amanda Duarte e Gilberto Gonçalves. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado. A matéria passa a tramitar como proposição da CDH. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56 de 2018 que: "Requer, nos termos regimentais, aditamento ao RDH 15/2018, para que a audiência Pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços e Infraestrutura para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT." Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta Comissão, para debater “O exercício da profissão de motorista na ótica do Estatuto do Motorista”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a retificação do tema para "O Estatuto do Motorista". ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64 de 2018 que: ""Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: O Transporte Coletivo Urbano e Semi Urbano”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65 de 2018 que: ""Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater: A situação da Defensoria Pública da União com relação aos efeitos da Emenda Constitucional 95”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67 de 2018 que: ""Requer, com fundamento no disposto no art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitação do Requerimento de audiência pública - RDH nº 177 de 2017”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66 de 2018 que: "Requer, nos termos do inciso XIII, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Diligência à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, com a presença de membros desta digna Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de verificar as condições de encarceramento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos demais presos naquela sede". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Telmário Mota, Senadora Regina Sousa, Senadora Fátima Bezerra, Senador Lindbergh Farias e Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Observação: Ficou decidido que irão na diligência em Curitiba as Senadoras Vanessa Grazziotin, Regina Sousa, Angela Portela, Gleisi Hoffamann e Fátima Bezerra e os Senadores Lindbergh Farias, Telmário Mota, Paulo Paim, Jorge Viana e Paulo Rocha, sem prejuízo da participação de outros Senadores membros da CDH. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Vanessa Grazziotin e Fátima Bezerra e os Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Telmário Mota e Jorge Viana; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 23ª Reunião à 28ª Reunião da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Vamos começar pelos requerimentos extrapauta. Nós temos quatro requerimentos do Senador Paim. Eu vou fazer como sempre fazemos: eu leio todos, e o Senador encaminha em bloco.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "O exercício da profissão de motorista na ótica do Estatuto do Motorista".

Autoria: Senador Paulo Paim

O Senador Paulo Paim o encaminhará posteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, permita-me só dizer que acho que ficou redundante demais, como já falei para a assessoria. É só para debater o Estatuto do Motorista. Se alguém puder riscar o resto, faça-o, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É falha da redação aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Discutir a ótica do motorista sob a ótica do Estatuto do Motorista não dá, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k.!

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O Transporte Coletivo Urbano e Semiurbano".

Autoria: Senador Paulo Paim

O Senador Paulo Paim o encaminhará em conjunto.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A situação da Defensoria Pública da União com relação aos efeitos da Emenda Constitucional 95".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitação do Requerimento de audiência pública - RDH nº 177, de 2017.

Autoria: Senador Paulo Paim

Está retirando um requerimento. Estava na pauta esse requerimento já? Ele o está retirando. Estou perguntando se já estava na pauta. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar seus quatro requerimentos extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta Regina Sousa; Senador Lindbergh Farias, que está aqui na reunião; demais Senadores e Senadoras, serei bem rápido.

O Estatuto do Motorista é um projeto antigo que eu apresentei, que visa, de uma vez por todas, a regulamentar a profissão dos motoristas no Brasil em toda a sua amplitude. Ele pega taxista, motorista de caminhão, motorista de ônibus. Nós vamos retomar esse debate a partir do pedido da categoria. Esse é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento é um pedido da Defensoria Pública da União, que está muito preocupada com os efeitos da Emenda Constitucional 95. Já fizemos aqui quase um ciclo de debates em relação à educação, em relação à saúde, em relação à própria previdência. Esse requerimento vai no mesmo sentido, Srª Presidenta. Esse outro, Srª Presidenta, refere-se ao transporte coletivo urbano e semiurbano. Eu tenho recebido no gabinete em Brasília, nas cidades por que tenho passado também no entorno, como também em outros Estados... Digo da debilidade, da fraqueza, da falta de condições de fato para que a população urbana e semiurbana use o transporte coletivo. Aqui mesmo, em Brasília, seguidamente, quando venho para o trabalho, encontro três ou quatro ônibus quebrados na mesma faixa, e a população, humildemente, fica abandonada à beira da estrada. Então, quero fazer um debate sobre esta questão tão importante, que é o transporte coletivo urbano e semiurbano no País. Esse é o objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, Srª Presidenta, é apenas a retirada de uma audiência pública, a pedido dos setores envolvidos e, inclusive, do autor da matéria, que é o Deputado Arnaldo Faria de Sá, porque ele entende que foi esgotado já todo o processo de negociação, e o importante neste momento seria a votação da matéria nas comissões, para não insistirmos com mais uma audiência pública. E houve concordância de minha parte.

É isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o conjunto de requerimentos extrapauta do Senador Paim, que são os de nº 63, 64, 65 e 67.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Senador Paulo Paim, extrapauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Srª Presidente, pela ordem!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ainda...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ah, sim, a senhora está...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só mais um, e aí a gente...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ainda extrapauta, temos um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pelo Senador Lindbergh.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso XIII do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, com a presença de membros desta digna Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de verificar as condições de encarceramento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos demais presos naquela sede.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

O requerimento é subscrito pelo Senador Lindbergh.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa, para encaminhar o seu requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para encaminhar.) – Srª Presidente, V. Exª repara que a data do requerimento mostra que essa propositura foi apresentada depois do ocorrido no dia de ontem, na cidade de Curitiba. O Brasil e o mundo inteiro assistiram a nove Governadores, além de três Senadores da República, de Deputados Federais e de alguns dirigentes do Partido do próprio Presidente Lula, terem o pedido de visita ao Presidente negado. Mas o que é pior, Presidente, é que a autorização, pelo menos o que foi publicado pela imprensa... Eu não vi o texto, mas creio e acredito naquilo que a imprensa está divulgando. É que, por determinação da juíza da execução penal, o Presidente Lula só pode receber visitas de parentes e, obviamente, dos advogados – esta não é visita – para tratarem do caso. Mas as visitas somente podem ser feitas por parentes nas quartas-feiras.

A Lei de Execução Penal, Presidente, é claríssima. Ela fala: visitas são permitidas a parentes, à companheira, à esposa e a amigos. Então, não há base legal. Então, em decorrência desse fato ocorrido, que é muito grave... É muito grave para qualquer pessoa ter determinação que contraria a lei e que, portanto, contraria a própria norma dos direitos humanos. Isso é muito grave, mas é mais grave ainda porque se trata do Presidente Lula, comprovando que, infelizmente, essa prisão é muito mais política do que jurídica. Então, creio que seja muito necessário que a Comissão de Direitos Humanos faça essa diligência, Srª Presidente, mesmo porque ninguém conhece a forma como ele está lá detido.

Por isso, apresento o requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Vanessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria pedir à Senadora Regina que votasse primeiro e, depois, cedesse a palavra a nós todos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vamos votar primeiro, então.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Lindbergh o subscreveu, mas não precisa falar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu falo depois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu falo depois também. Todos falam depois.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tudo bem!

Então, a Senadora Vanessa já encaminhou a matéria.

Vamos votar o requerimento, então.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Depois, juntamos aqui e fazemos a lista, para anexar as Senadoras e os Senadores indicados.

Vamos dar espaço para as pessoas que queriam falar, como o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Srª Senadora, pedi a palavra pela ordem, primeiro, para pedir à Secretaria da Comissão – já foi formalizado o pedido – para que eu entrasse como membro desta Comissão, na condição de suplente, a fim de que meu nome pudesse constar do painel, por gentileza.

Só peço à Secretaria que veja isso, porque o pedido já foi formalizado. É só para ver a parte de tramitação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza, se for possível e se eu puder ajudar, para que, o quanto antes, meu nome possa constar como membro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidenta!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Peço-lhe só um momento. Deixe-me só terminar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpa!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, então, Srª Presidente, dizer que acho muito importante que a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, com este quórum, possa estar reunida diante de um fato mais que grave: a prisão arbitrária, ilegal e política do Presidente Lula.

Todos estavam na expectativa de que o Supremo Tribunal Federal se reunisse hoje. Sabemos que há uma divisão no próprio Supremo – temos de respeitar isso – sobre essa matéria de prisão, descumprindo a Constituição, em 2ª Instância. E foi adiado para a semana que vem.

Mas o que é mais grave, Senadora Vanessa e colegas que aprovaram agora esse requerimento da maior importância, criando essa comissão da Comissão de Direitos Humanos? Para mim, ele tem de ir, hoje ainda, ao Corregedor do Conselho Nacional de Justiça. Temos de tomar providências, porque o Presidente Lula está num isolamento. Senadora Vanessa, ele não está podendo receber familiares, ele não pode receber autoridades. E o argumento que usaram para colocá-lo numa solitária, dentro da Polícia Federal de Curitiba, é o de que ele, como ex-Presidente da República, deveria ter um tratamento diferente.

Veja, já estão dando um tratamento diferente para ele...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É diferente para pior!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...quando estão tratando o Presidente Lula abaixo da lei. Não queremos que ele esteja acima da lei. Ele sempre diz isto: "Só quero ser tratado dentro da lei." Ele está sendo tratado abaixo da lei, quando os prazos não foram cumpridos, quando ilegalidades foram cometidas.

Agora, trago esta preocupação e vou levá-la ao Plenário do Senado: o Presidente Lula está num isolamento, não pode receber a visita de ninguém. Ontem, dez Governadores foram lá. Então, que tratamento diferente ele está recebendo, numa cela isolada, por ser ex-Presidente da República? Não podem seus familiares, nem ninguém, chegar perto dele! É muito grave isso! Penso que isso tem de ser...

Faço um apelo à imprensa do meu País! Não é possível que não estejam vendo isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam: ele está naquela situação, porque é ex-Presidente da República. Disseram que, por conta disso, ele está lá na Polícia Federal de Curitiba numa área isolada, completamente incomunicável.

Aí o argumento é o de que ele não pode ser tratado de forma diferente – e já foi tratado de maneira diferente – e não pode receber a visita de seus familiares. Isso é desumano! Isso é cruel! Estão humilhando-o com um ar de crueldade, com embrutecimento! Nenhuma autoridade toma providência neste País? O Conselho Nacional de Justiça não toma providência? Não é possível! A imprensa não vai sensibilizar-se, a imprensa livre, quanto a uma situação dessas?

Por isso, eu queria cumprimentar os colegas por essa manifestação da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um instante, Senadora Fátima!

Senador Jorge Viana, eu queria, em relação ao seu nome, que V. Exª me ajudasse. A Mesa vai ter de tirar a vaga de um e de ceder outra para o Bloco da Resistência Democrática. É preciso que isso seja visto pela Mesa. Esta Comissão está funcionando há um ano e dois meses, e esses cargos não foram preenchidos. Acredito que tenhamos de fazer essa solicitação, como V. Exª o fez, para preencher essas vagas.

Vamos dar a palavra a todos que subscreveram o requerimento.

Então, pela ordem, tem a palavra a Senadora Fátima, mas há a inscrição do Senador Lindbergh.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, Senadora Regina, apenas me associo ao que o Senador Jorge Viana aqui acaba de dizer: o caráter arbitrário e injusto da prisão do Presidente Lula. Sem dúvida alguma, é uma iniciativa extremamente oportuna e necessária a criação dessa comissão.

Eu queria só fazer uma sugestão. Quanto a todos os Senadores e todas as Senadoras integrantes desta Comissão de Direitos Humanos que queiram fazer parte da comissão recém-aprovada, no sentido de se fazer essa diligência, para que se possa fazer uma visita ao Presidente Lula, que o critério fosse este: que não houvesse limite. As Senadoras e os Senadores que integram esta Comissão e que queiram fazer parte dessa comissão, que assim seja! É uma sugestão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só proponho, Srª Presidenta, que estes que estão dispostos a ir o façam, no máximo, entre hoje e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amanhã, porque não dá para ficar esperando a boa vontade de alguns que, com certeza, não irão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já há os nomes aqui indicados. Se aparecerem outros... A gente tem de fazer já uma primeira diligência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E qual é a data, Srª Presidente? Há uma data prevista?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos combinar uma data aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo menos, eu propus que fosse na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente Regina Sousa, na verdade, a aprovação dessa diligência, no requerimento apresentado pela Senadora Vanessa Grazziotin, que fiz questão de subscrever também, é de fundamental importância, porque, ontem, houve um fato grave. Nove Governadores e três Senadores – estávamos lá eu, a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Roberto Requião, que é do Estado do Paraná – foram lá no intuito de visitar o Presidente Lula. Estava lá o Governador do Maranhão, Flávio Dino, que foi juiz por 14 anos, que foi juiz de execuções penais. Houve a restrição e a decisão da juíza e do juiz Sérgio Moro lá, que dizem que só podem visitar o Presidente Lula familiares e advogados. Só que a lei fala em familiares, advogados e amigos.

Acho isso fundamental, porque não creio...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Isso veio só depois, porque agora está proibido...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não creio, Senador Jorge Viana, que impeçam a Comissão de Direitos Humanos de visitar as instalações do Presidente Lula. A nossa preocupação, na verdade, nem é com a instalação, mas com a condição dele lá dentro, com esse confinamento. É quase um ambiente em que ele recebe poucas pessoas, em que ele não conversa com ninguém. Então, nós queremos, sim, como membros desta Comissão, ir ao Estado do Paraná e conversar com o Presidente Lula. Queremos dialogar com ele.

Então, quero parabenizar V. Exª, que é Presidente desta Comissão, junto com o Senador Paulo Paim, que é Vice-Presidente. Nós temos agora que definir a data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Lula, para nós, é preso político neste País. Sabemos da fragilidade desse processo: um tríplex, onde ele nunca dormiu, de que nunca teve a chave; num processo desmoralizado de perseguição política. Porque o que houve é que querem tirar o Lula da eleição. Eles tinham um plano. Eles achavam que, depois de tirada a Dilma, a campanha da Rede Globo e do Juiz Sérgio Moro ia destruir a popularidade do Presidente Lula, só que, a cada pesquisa, o Lula sobe mais. Depois, disseram o seguinte: "Não. Vamos condenar o Lula. Quando o Lula for condenado pelo Juiz Sergio Moro, a popularidade dele cai." Subiu cinco pontos. Depois, disseram: "Não; é o TRF! Quando o TRF condenar..." O Lula subiu também! E estava em primeiro lugar, liderando as pesquisas, ganhando no primeiro turno. Agora, querem tirá-lo do jogo da eleição, prendendo-o! É isso que está por trás de tudo! É um processo político, porque houve inclusão social neste País. A pessoa pode ser crítica do PT, do Lula, mas tem de reconhecer que nunca, na história, foi feito tanto pelo povo mais pobre quanto nos governos do Presidente Lula. É daí que vem a sua força.

Nós não vamos aceitar essa prisão. Estamos organizando uma campanha, aqui no Brasil e no mundo – lideranças, personalidades, artistas do mundo inteiro –, para lutar pela liberdade de Lula.

Parabéns à Comissão de Direitos Humanos! Eu quero ver se esse pessoal vai ter coragem de negar que uma Comissão de Direitos Humanos visite um preso político. Acho que a Comissão de Direitos Humanos, hoje, do Senado Federal acertou muito ao aprovar esse requerimento da Senadora Vanessa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, na mesma linha em que todos já falaram aqui, é importante lembrar que esse requerimento que está na mesa tem, como primeira signatária, a Senadora Vanessa Grazziotin e conta com a assinatura de V. Exª e de todos os Senadores aqui presentes no dia de hoje.

É mais do que justo, Srª Presidente. Eu tenho certeza de que não será negada, não, a visita de uma Comissão de Direitos Humanos do Senado da República ao Presidente Lula, que está preso em Curitiba. Já fizemos outras missões nesse sentido. Em todas as vezes, fomos muito bem recebidos por parte daqueles que estão no controle – no caso, do preso.

Nessa questão do Presidente Lula, eu estava discutindo, Srª Presidenta, com um grupo de Senadores que, na semana que vem, ajustados os prazos e tendo conversado com a delegada responsável pelas visitas, podemos ir até lá e visitá-lo. O que soa aqui para nós, a informação é de que ele está numa solitária, e isso nos preocupa muito. É um ex-Presidente da República, que está esperando uma decisão que pode vir na semana que vem do Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal, e a nossa presença lá, representando não só a Comissão de Direitos Humanos, mas o Senado da República, é fundamental.

Tenho certeza de que na semana que vem nós poderemos fazer essa visita.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário Mota, com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Regina Sousa, na mesma linha das falas já aqui levantadas, é incompreensível como uma pessoa como o ex-Presidente Lula, na idade dele, no processo ao qual ele foi submetido, seja mantido, Senador Paulo Paim, em uma solitária, porque essa é a informação que hoje vinga, já que o Juiz Sergio Moro proibiu a visita de governadores e Senadores – porque lá eu vi o Senador Requião e o Senador Lindbergh.

Então, parece-me que a verdade é a informação que nos está chegando de que hoje o Presidente Lula está totalmente isolado, passando por uma tortura psicológica, no sentido de desestabilizá-lo psicologicamente já, porque, fisicamente, a própria idade e o próprio local já dão uma contribuição de forma acentuada, e agora se adota nele um processo psicológico de isolamento absoluto para tentar implantar no ex-Presidente Lula, naturalmente, o desespero, a sensação do abandono, a sensação da impotência, tentando arrancar-lhe talvez os últimos momentos de fé e de esperança. Isso, Senador Jorge, eu entendo como tortura. Eu entendo como tortura! Há várias metodologias, métodos de tortura. Há aquela tortura física... E eu acho que ele acaba sofrendo as duas porque, quando o isolam em uma solitária, a solitária é uma quatro paredes muito restrita. Então, precisamos conhecer a realidade desse recolhimento do ex-Presidente. E esta Comissão tem essa característica. Esta Comissão tem este objetivo: exatamente de parar os exageros, de aferir as denúncias, de apurar a realidade e de pedir as providências que forem necessárias.

Então, eu acho mais do que justo que essa missão saia daqui, desta Comissão, para ir fazer uma vistoria empírica daquela real situação, que hoje nos chega de forma extremamente assustadora. É extremamente assustador, porque imagine um homem na idade do ex-Presidente Lula, que teve uma grave enfermidade, um homem que teve a recuperação de um câncer, passa pelo processo de estresse violento a que está sendo submetido, vendo, em muitos momentos, até os seus direitos sendo cerceados, vendo o seu processo sendo julgado em uma celeridade jamais vista. Eu até costumo dizer que prenderam o pai dos pobres e deixaram soltos os ladrões dos pobres.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Mais alguém ainda quer se manifestar? (*Pausa.*)

Posso passar para a pauta, então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a pauta de processos.

Ainda há um requerimento na pauta, do Senador Paulo Rocha.

Senador Paulo Rocha, há um requerimento seu na pauta. Então, a gente vai lê-lo. O senhor o encaminha?

Requerimento nº 56, de 2018.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao RDH 15/2018, para que a audiência Pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços e Infraestrutura para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Com a palavra S. Exª para encaminhar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Presidenta, trata-se de uma audiência pública já proposta, que é sobre o seguinte: a construção de uma ferrovia no Pará, que passa não só pelo meio da floresta, mas, principalmente, por terras indígenas, bastantes terras indígenas.

O que nós queremos? Que, além daquelas audiências já formais que existem neste processo, haja uma audiência pública só com os índios, com as várias aldeias que existem ao longo da construção da ferrovia. Então, é uma reivindicação das organizações indígenas de lá, e nós queremos fazer essa audiência pública aqui para exatamente chamar os entes públicos que se envolvem no processo da construção para que ouçam os índios especificamente nas suas reivindicações.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tem que ver com as entidades porque parece que haverá Acampamento Terra Livre. Aí, seria interessante aproveitar a presença deles no acampamento – já estarão aqui – para formularmos os convites e enviá-los. Veja a data do acampamento para poder marcar a data.

Então, em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eu puder, Srª Presidenta, resumo em um minuto cada um dos relatórios porque conheço bem a matéria. Se V. Exª permitir, já ficam prontos para, no esforço concentrado, a gente só votá-los.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 14, de que o senhor é Relator *ad hoc* e é do Senador Capiberibe. O senhor o relataria? O senhor está com ele aí?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou com ele aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pronto.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

O Senador João Capiberibe pediu para que o projeto fosse relatado *ad hoc* pelo Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para relatar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou relatar os dois, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, deixe-me ler o outro, de mesmo autor e mesmos relatores.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2017

- Não terminativo -

Altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que a reserva de vagas nele prevista aplica-se aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, habilitadas, também no preenchimento das funções de confiança na empresa.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidenta, de forma muito rápida, o item 14, do nobre Senador Romário, muda a Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência, de que eu tive a satisfação de ser o autor, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

Em suma, a proposição esclarece a responsabilidade que cada instituição tem de atender as diferenças e de promover a inclusão efetiva, e preserva espaço para que, dentro de uma perspectiva inclusiva – que é a norma do estatuto – e articulada, as instituições de ensino possam tomar as melhores decisões para garantir a oferta de apoio escolar ao mesmo tempo amplo e específico, atendendo toda a comunidade escolar e também as necessidade de cada aluno.

Essa é a síntese da proposta do Senador Romário.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 278.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro projeto trata de que a reserva de vagas prevista aplique-se aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, habilitadas, também no preenchimento de funções de confiança na empresa.

O autor fundamenta, Srª Presidenta, a iniciativa na importância de assegurar maior possibilidade de progressão funcional dos trabalhadores reabilitados ou com deficiência. Esse é o objetivo fundamental.

Por essa razão, a proposta de disseminar a cota para os cargos de confiança é justificada. É lamentável que isso deva ser feito por força de lei, mas o que realmente deve causar estranhamento e indignação é a exclusão de pessoas com deficiência ou reabilitadas dos escalões de gerência e chefia nas empresas.

Mediante essa exposição, Srª Presidenta, eu fiz apenas uma emenda.

O Senador Capiberibe foi o Relator original, eu estou sendo o Relator *ad hoc* dos dois projetos.

> EMENDA Nº 1 - CDH
> [...]
> "Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos, inclusive cargos e funções de confiança, com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
> .....
> §5º A avaliação do cumprimento da reserva de contratações será feita separadamente entre o total de cargos e os cargos ou funções de confiança." (NR)

Mediante o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 263, de 2017, do Senador Romário, com a emenda que agora li.

Essa é a síntese, Srª Presidenta, dos dois relatórios.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão os relatórios, que tratam praticamente do mesmo assunto, em termos de serem relativos a pessoas com deficiência, apenas com tópicos diferentes.

O Senador Paulo Paim leu os dois relatórios. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios do item nº 15 e o item nº 14. Passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH, para o nº 15, que é o Projeto 263. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado o relatório do Projeto 278, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Temos o item nº 18, também não terminativo. Autoria: Programa Jovem Senador.

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 63, de 2017

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes de transparência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Felipe Poggian e outros

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para a leitura do relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente.

A sugestão é fruto da aprovação, no âmbito do Projeto Jovem Senador, de proposição de autoria de nove Jovens Senadores e Senadoras, consubstanciada no Projeto de Lei do Senado Jovem nº 2, de 2017, que estabelece diretrizes de transparência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A proposição, Srª Presidente, é constituída por três artigos.

O projeto dispõe sobre diretrizes de transparência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da implementação de um "Portal da Transparência da Saúde".

Na justificação do projeto, os autores argumentam que o acesso às informações relativas à saúde dos pacientes e o fluxo de atendimento nas unidades hospitalares serão facilitados com a implementação das medidas propostas. Em consequência, Srª Presidente, espera-se conseguir a diminuição das filas de atendimento e permitir aos cidadãos fiscalizar de forma direta o SUS no que diz respeito ao trabalho dos profissionais e à disponibilidade de recursos médico-hospitalares.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 63, de 2017.

Os demais aspectos referentes a mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição serão oportunamente apreciados quando de sua tramitação nesta Casa, na forma do inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

É importante registrar neste momento, contudo, a pertinência do tema abordado pelos Jovens Senadores.

O desenvolvimento de novas oportunidades de participação efetiva dos usuários na fiscalização e no controle da gestão do sistema público de saúde é imprescindível, a nosso ver, para o seu aprimoramento. Dessa forma, é certo que a Sugestão nº 63, de 2017, trará relevantes contribuições para o debate a respeito da matéria no âmbito do Senado Federal.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 63, de 2017, na forma do seguinte projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição da CDH.

É o relatório, a análise e o voto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado, e a matéria passa a tramitar como proposição de autoria da Comissão de Direitos Humanos.

Os outros projetos são terminativos.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações:

Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

- Em 23/02/2016, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

- Em 03/08/2016, foi lido o Relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Regina Sousa; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011

- Terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.

- Em 14/02/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

- Em 14/10/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015

- Terminativo -

Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE.

Observações:

Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

- Em 01/09/2015, foi aprovada a matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Emenda nº 1-CE.

- Em 03/08/2016, na 73ª Reunião, o Senador Paulo Paim apresenta, durante a discussão, as Emendas nºs 2 e 3.

- Em 29/03/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 03/08/2016, foi lido o Relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Regina Sousa; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 17/05/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 03/08/2016, foi lido o Relatório pela relatora "ad hoc", Senadora Regina Sousa; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 22/03/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas".

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Em 05/04/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 19/04/2017, foi concedida vista coletiva.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

- Em 03/05/2017, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta

Observações:

Tramitação: Terminativo na CDH.

- Em 14/03/2018, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

- Em 16/05/2012, foi aprovado o Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo)

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar.

Autoria: Deputada Laura Carneiro

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pelo arquivamento do Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 11, de 2016

- Não terminativo -

Sugere Projeto de Lei Ordinária que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Autoria: Instituto Oncoguia

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.)

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 15, de 2014

- Não terminativo -

Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.)

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da CDH de hoje.

(Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 59/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater o Tema: "Legislar para garantir proteção social - resistir e avançar". Participantes: Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho; Rosarita Machado de Barros Caron, Presidente da AMATRA 10ª Região DF/TO; Flávio Werneck, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviço do Senado Federal; e Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: enviar Notas Taquigráficas desta Audiência Pública ao Senador Flexa Ribeiro, relator do PLS 149/14 e PLS 280/17, ao Senador José Pimentel, relator do PLS 220/14 e ao Senador Antônio Anastasia, autor do PLS 280/17, todos discutidos nesta reunião, a fim de subsidiar a relatoria dos projetos; apresentar uma PEC com o apoio de outros senadores para que a competência para julgar demandas relativas ao servidor público sejam de competência da Justiça do Trabalho e garantir a negociação coletiva; oficiar a Mesa do Senado Federal solicitando a liberação de credenciais para representantes de classes nos moldes do que ocorreu na Câmara dos Deputados; apresentar requerimento de informações ao Ministério do Trabalho e Emprego solicitando respostas acerca das denúncias apresentadas pelo presidente do SINAIT, Carlos Silva; propor ao Presidente do Senado Federal a realização de uma semana de eventos e iniciativas para debater e relembrar, em vários aspectos, os 30 anos da Constituição Federal; levar ao Primeiro Secretário o problema trabalhista dos terceirizados do Senado Federal; aprovar o PLC 130 de autoria do Deputado Marçal Filho que trata da igualdade de gênero na relação de trabalho; realizar audiência pública para debater sobre as Instituições do Mundo do Trabalho: Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Inspeção e Fiscalização do Trabalho; e elaborar e encaminhar para a ANAMATRA moção de apoio aos juízes do trabalho que recebem ameaças. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas.

Vamos começar o debate sobre o importante tema da proteção social.

Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 59, de 2018, desta Comissão, de minha autoria e outros, para debater o tema "Legislar para garantir proteção social".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Quero dizer também que esta audiência pública de hoje foi de iniciativa do Senait, MPT, Anamatra e ANPT, com o tema: legislar com o foco na proteção social.

Vamos à primeira Mesa chamando Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Seja bem-vindo, Carlos.

Convidamos Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho (MPT); convidamos Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Depois teremos uma segunda Mesa, em que os demais convidados poderão expressar o seu ponto de vista.

Como atrasamos um pouco, era para iniciar 9h e só está iniciando 9h25, vamos de imediato passar a palavra para Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. CARLOS SILVA – Bom dia, Senador Paim, em nome de quem cumprimento os colegas da Mesa. Bom dia a todos os presentes e a todos que assistem à TV Senado. É sempre uma honra, Senador, poder participar dos debates conduzidos e liderados pelo senhor, mais ainda quando eles têm relação direta com o objeto de atuação dos auditores fiscais do trabalho, que é a garantia da proteção social, tema que conduz os debates desta audiência de hoje.

Em outras oportunidades, nós também já promovemos discussões nessa direção, com a preocupação de viabilizar o cumprimento dos direitos, dos princípios, a efetivação plena da nossa Constituição Federal em relação à proteção social dos trabalhadores.

Isso foi muito forte ao longo da reforma trabalhista, também ao longo da discussão realizada em torno da reforma da previdência e quando da discussão no Congresso da PEC que foi transformada em emenda à Constituição e que estabeleceu o teto dos gastos públicos exatamente com o viés prejudicial à promoção e execução de políticas públicas de interesse principalmente dos mais pobres no nosso País.

Na data de hoje, antes deste momento, nós tivemos a oportunidade de fazer um amplo debate em que buscávamos identificar as nossas prioridades, as nossas maiores preocupações no campo da legislação, no campo do Poder Legislativo do nosso País, no Congresso Nacional. Isso porque nos preocupa muito a avalanche de ataques aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instrumentos legais, normativos, constitucionais garantidores da proteção social do trabalho no nosso País.

Nós assistimos não de forma passiva, mas de forma bastante altiva, ao debate da reforma trabalhista, não ao debate propriamente, mas ao trator que foi a reforma trabalhista no Congresso Nacional, buscando apresentar os males que hoje os jornais denunciam acerca do que significaria, na época em que discutíamos e apresentávamos nossas preocupações, o contrato intermitente, o trabalhador autônomo exclusivo, a terceirização sem limites. Nós já discutíamos que isso iria precarizar o mundo do trabalho, iria trazer consequências para a economia do Brasil. E isso já é hoje uma realidade sentida e alertada pelos órgãos de pesquisa de mercado, confirmando o que nós dizíamos. E seguimos afirmando ser a reforma trabalhista inconstitucional.

Mas além dela, outras iniciativas também estão tramitando na Casa e com certa celeridade, a exemplo de um projeto que recentemente tramitou pelas duas Casas de forma relâmpago. Refiro-me ao Projeto 7.448, que altera as normas gerais do Direito no Brasil, no nosso País, de maneira a fragilizar a atuação das autoridades administrativas, retirando delas algo que é inerente às suas atuações: a capacidade de aplicar a lei com base na interpretação obviamente possível, alinhada com a Constituição e com o ordenamento jurídico.

Pretende esse projeto, que está agora na mesa do Presidente da República apenas para sanção, retirar a capacidade de atuação, enquanto autoridades na esfera administrativa, de várias autoridades, a exemplo dos auditores fiscais do trabalho. Isso é mais um absurdo! É mais um absurdo que tenta tolher os representantes do Estado brasileiro, impedindo que levem e consigam oferecer ao cidadão a proteção garantida por nossa Constituição por meio da aplicação das leis e das normas existentes vigentes.

Por essa razão, Senador, pedimos à Presidência da República, em conjunto com a ANPT, em conjunto com a Anamatra, o veto total desse absurdo que é o Projeto 7.448, que esfacela a capacidade transformadora que têm as autoridades administrativas que atuam enquanto representantes do Estado brasileiro.

E hoje eu quero falar, com relação a essa cesta de maldades que está em tramitação aqui no Congresso, também de dois projetos especificamente. Um deles é um projeto que deturpa um conceito aplicado no curso da fiscalização do trabalho dirigido de forma excepcional como exceção às microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da lei. Eu falo do critério da dupla visita. Como hoje o ordenamento jurídico brasileiro trata o critério da dupla visita? Tentando simplificar, é um comando que impede o auditor fiscal do trabalho de autuar uma empresa que está sob fiscalização em situação de descumprimento de algum comando legal. Essas empresas estarão, portanto, gozando de uma segunda oportunidade pra que não sejam autuadas por suas condutas que dizem respeito a uma legislação vigente.

Pois bem, a legislação brasileira hoje trata essas situações, as situações em que o critério da dupla visita é apresentado como obrigatório de ser verificado, como uma exceção – exceção que se aplica nos termos do texto atual do art. 627 da CLT. Está lá dito como deve ser então aplicado o conceito da dupla visita. Resumidamente, ele é algo que se aplica nas seguintes situações: quando nós estamos diante de uma lei nova. A lei é nova, então presume-se a necessidade de um tempo mínimo para que esse empresário consiga se apropriar daquelas informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe outra situação também, a situação da empresa nova. A lei pode ser nova e a empresa também – acabou de surgir, acabou de nascer a empresa. Então, ela também estaria encaixada – digamos – no atual critério da dupla visita. E em uma situação excepcionalíssima, diante de um ambiente em que a solução dos problemas se apresenta de maneira complexa, é um problema crônico, é um problema que alcança praticamente todo aquele setor de atividade econômica em que está inserida aquela empresa e a partir daí é instaurado um procedimento especial de fiscalização. É uma situação excepcionalíssima. Isso é o que está hoje no art. 627 da CLT. Esse é o critério da dupla visita: exceção da exceção da exceção.

O art. 627 prevê também a regulamentação de como isso será verificado, cumprido, pela fiscalização do trabalho. Isso foi feito no regulamento da inspeção do trabalho, no Decreto nº 4.552, de 2002. Nesse decreto, fica de uma forma mais clara a distinção dada às empresas de pequeno porte, às microempresas, na forma da lei, deixando lá textualmente grafado que as empresas que tenham até dez empregados também gozarão, dessa forma expressa, do critério da dupla visita. Esse critério da dupla visita também aparece dessa forma no Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que é a Lei Complementar nº 123, de 2006. Lá está escrito exatamente da maneira como está na CLT, no art. 627, aplicando-se às microempresas e empresas de pequeno porte, fazendo as únicas exceções hoje já existentes, que são a falta de registro na carteira – então, mesmo que seja uma microempresa, mesmo que seja uma empresa de pequeno porte, se hoje o auditor fiscal do trabalho entra lá na empresa e o trabalhador está lá e ele não tem carteira assinada, não tem essa de dupla visita, é auto de infração.

Se, da mesma forma, o auditor fiscal do trabalho constatar a existência, naquele ambiente de trabalho, de situações que exponham o trabalhador a risco grave e iminente, ou seja, que pode levá-lo a um acidente grave...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ... ou até fatal, também não é aplicado o critério da dupla visita. Essa é a realidade hoje.

O que o PLS 149, que é de autoria do Senador Cidinho Santos e tem a relatoria do Senador Flexa Ribeiro... Diga-se de passagem, o projeto, na sua origem, já é ruim e, na sua relatoria, é péssimo, porque amplia ainda mais a benevolência com o descumpridor da legislação.

Antes de entrar no relatório, eu ainda quero dizer que a Convenção nº 81 da OIT, que é a convenção ratificada pelo Brasil desde a década de 50, vincula o Estado brasileiro na organização nos requisitos, nas diretrizes da organização da sua inspeção do trabalho. O art. 17 dessa convenção estabelece que é atribuição do auditor fiscal do trabalho, do inspetor do trabalho, como é internacionalmente conhecido o auditor fiscal do trabalho, é de competência dele atuar para aplicar as sanções legais em que se incorre na condição de passível de ser punido o empregador que descumpre a legislação. Então, estariam os auditores fiscais do trabalho apenas cumprindo, além dos comandos normativos, legais e constitucionais do Brasil, um ordenamento internacional ratificado pelo Brasil.

O que pretende o PLS 149? Ele pretende utilizar o mesmo argumento que foi utilizado à época para alteração da Lei Complementar 123, que estabelece um tratamento diferenciado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos microempresários e empresários de pequeno porte para todos os negócios no País. Seria a mesma coisa que dirigir esse tratamento benevolente em razão do poder econômico reduzido de uma microempresa ou empresa de pequeno porte às maiores empresas do País. Por exemplo, seria tratar uma padaria no Brasil da mesma forma que eu trataria uma grande petroquímica, uma grande operadora do petróleo no nosso Brasil. Então, sem dúvida, é algo que não encontra paralelo diante – sob minha avaliação – de tamanha ousadia que foi e que é esse projeto. É um incentivo, na verdade, ao descumprimento da legislação.

Diz o relatório do Senador Flexa Ribeiro... Permitam-me aqui fazer uma rápida leitura. Ele diz assim: "A dupla visita não será observada quando o empregador tiver sido orientado nos três anos anteriores." Então, ele está exigindo aqui, pelo texto, que o empregador seja orientado nos últimos três anos. Se ele não foi orientado pela fiscalização, eu precisarei aplicar o critério da dupla visita. Coloca-se assim a inspeção do trabalho a serviço, na condição de consultor, das empresas do País, trazendo para o Estado uma obrigação que é de quem se coloca no mercado para obter o bônus da sua atuação empresarial, que é o lucro; mas o ônus que é de se preparar para fazer o trabalho como deve ser feito é retirado.

Outro comando do relatório do Senador Flexa Ribeiro: "... a norma não demande conhecimento técnico do empresário." Ora, vejam que absurdo! Diz o Senador Flexa Ribeiro, no relatório, que se a norma exigir conhecimento técnico para que a empresa... Vamos pensar na Petrobras, se a Petrobras foi exigida em conhecimento técnico para cumprir um ordenamento legal, a ela terá que ser aplicada a dupla visita, porque sem conhecimento técnico ela não pode ser autuada. É um absurdo!

Ainda diz: "na falta de registro ou no caso de resistência ou embaraço". Aquele comando que era tranquilo e que todo mundo entende razoável, não tem registro na carteira, vai ser autuado. Pelo texto do Senador Flexa Ribeiro, mesmo se chegarmos até o local e o empregador não tiver a carteira do trabalhador assinada, não será autuado. Mesmo se o empregador resistir ou embaraçar a fiscalização, o relatório do Senador Flexa Ribeiro defende que esse empresário não pode ser autuado; a ele tem que ser dado o critério da dupla visita – e isso aqui também é uma grande pérola.

Desculpem-me tanta franqueza, mas é porque esse projeto é de um desrespeito com o fiscalizado, é de um desrespeito com o sistema jurídico de proteção social que o Brasil construiu, que deixa todos que o conhecem indignados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – Ele diz assim: "se houver descumprimento doloso das normas de proteção do trabalho". Então, não vale mais aquela história do Código Civil art.3º, em que você alega o desconhecimento para não cumprir a lei. Não vale mais aquilo. Se você disser que não sabe, descumpriu porque não sabia, não pode ser autuado.

E nas situações... Aí são só absurdos! Se houver uma situação de grave e iminente risco, como, por exemplo, eu chego lá no ambiente trabalho, em um prédio, fiscalizando uma obra de 30 pavimentos, e há um cidadão lá em cima, sem qualquer proteção contra o risco de queda, que, numa situação dessa, seria fatal. A empresa não pode ser autuada porque o relatório do Senador Flexa Ribeiro diz que, nesses casos, só quando houver a grave consequência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verificada. Ou seja, se o trabalhador cair e morrer, aí pode autuar; se não, você não pode autuar,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ... porque o critério da dupla visita está sendo prostituído com o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Então, esse grave absurdo é eivado de inconstitucionalidade, de inconvencionalidade, de ilegalidade. Não tem qualquer moral esse projeto. É uma afronta à dignidade da pessoa humana, às autoridades que agem em nome do Estado brasileiro. E tem qual objetivo? Apenas um: proteger os infratores da legislação.

Eu tenho esperança de ver o Senador Flexa Ribeiro tocado por essas palavras que não estão aqui sendo faladas em primeira mão, já tive oportunidade de a ele dirigir todas essas observações e outras mais, a toda sua equipe de assessores, e espero que, desta audiência, tenhamos um novo momento sobre esse diálogo, porque nós estamos preocupados, na discussão da legislação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ... de proteção social, em garantir proteção social e não em retirar. Não podemos subverter a ordem do ordenamento jurídico de proteção social.

Eu tenho visto que as coisas aqui no Congresso, no Brasil, estão invertidas; estão querendo proteger os infratores, os corruptores, os ladrões, enquanto os que precisam ser protegidos estão sendo desprotegidos por quem deve atuar para garantir essa proteção, que são os representantes do Poder Legislativo. E continuando, se o Senador me permitir, porque eu acho que estou extrapolando o tempo, só para finalizar, eu queria fazer um comentário também: são muitos os projetos ruins, nefastos, desligados do interesse das pessoas, dos trabalhadores especialmente. Eu falei de um agora, o PLS 149, e vou falar de um outro de autoria do Senador Paulo Paim, esse, sim, um projeto de grande interesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ...para todos os trabalhadores do País e todos aqueles que se preocupam de verdade com o trabalhador, com a proteção de direitos no nosso País, que é o PLS 220.

O PLS 220, de autoria do Senador Paim, é um projeto que busca assegurar no texto da CLT, alterando o art. 161 da CLT, uma mudança no conceito de meio ambiente de trabalho, tratando-o com o mesmo aspecto jurídico que tem o conceito de meio ambiente para fins ambientais. Tenho certeza de que a representação da Anamatra, aqui, vai poder expor isso de uma forma mais detalhada.

E trata também o art. 161, o PLS do Senador Paim, da inclusão, no texto da CLT, da competência para interdição e embargo dos auditores fiscais do trabalho.

Por que esse PLS foi importante sob a ótica da inspeção do trabalho? Deixo mais uma vez claro que eu não vou adentrar na parte desse projeto, pois certamente a Anamatra o fará, que fala do meio ambiente de trabalho. Vou falar apenas da parte relacionada à inspeção do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CLT da década de 40 tem, no seu art. 161, a previsão de que é competência dos superintendentes, dos hoje superintendentes regionais do trabalho, o ato de interditar e embargar: interditar estabelecimento, máquina, setor ou embargar uma obra. Essa competência, no texto da CLT, secamente analisado, é do superintendente regional do trabalho, antigo delegado regional do trabalho. O que aconteceu ao longo do tempo? Na década de 50, o Brasil ratifica a Convenção nº 81 da OIT, Convenção nº 81 da OIT, que estabelece e entrega nas mãos do inspetor do trabalho no Brasil, auditor fiscal do trabalho, a competência para tomar todas as providências para afastar irregularidades no ambiente de trabalho, dentre elas, a interdição e o embargo.

A Constituição de 1988, quando levou para o art. 21, inciso XXIV, que "Compete à União... organizar, manter e executar a inspeção do trabalho", cria um momento diferente para esse texto literal do art. 161 da CLT, dizendo, de uma forma sistematizada, fazendo uma leitura harmonizada do ordenamento jurídico brasileiro, incluindo a Convenção nº 81 da OIT, que é de um representante da inspeção do trabalho a competência para interditar e embargar. Porque o ato de interdição e embargo é um ato próprio da inspeção do trabalho. É um ato que exige a verificação no ambiente de trabalho das condições existentes para que seja constatado se o risco é grave e iminente, para, portanto, interditar-se e embargar-se.

Pois bem, o art. 161 da CLT entrega essa competência a um superintendente regional do trabalho,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ...que não é membro da inspeção do trabalho, tampouco tem competência e autorização da lei para entrar nos ambientes de trabalho. Nenhum superintendente do trabalho, neste País, entra com autorização da lei, em qualquer empresa, a fim de fazer inspeção e verificação naquele ambiente de trabalho. Essa é uma competência e uma prerrogativa própria dos auditores fiscais do trabalho. Por isso, o *caput* do art. 161 está sendo alterado com a proposição do Senador Paim, para que o texto da lei acolha esse entendimento que já foi acolhido pelo Poder Judiciário do nosso Brasil. O TRT da 14ª Região – acho – lá em Rondônia, em razão de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho, em 2014, reconheceu isso que eu estou falando. Então, desde setembro de 2014, Senador, os auditores fiscais do trabalho interditam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ...e embargam, sem qualquer avaliação prévia, durante e pós, do superintendente regional do trabalho, porque é uma excrecência ser ele a figura prevista no texto da CLT, o competente para fazer interdição e embargo.

Nós temos, portanto, neste projeto, a possibilidade de corrigir um texto literal, dando a ele o caráter constitucional, legal, convencional que deve ser dado a isso e por uma razão que supera todas essas outras que eu aqui falei: a razão da preocupação com a melhor atuação técnica.

Ora, hoje o superintendente regional do trabalho e emprego não tem as qualificações técnicas do auditor fiscal do trabalho que, para acessar esse cargo, teve de provar possuí-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não está no cargo o auditor fiscal do trabalho pela via de acesso político, como é o caso do superintendente, que sofre pressões políticas de toda ordem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ...daqueles que atuam ao seu lado, na sua atuação partidária, que é o lócus de atuação dos superintendentes do trabalho, no Brasil – uma atuação político-partidária.

Nós estamos falando de vida, proteger vidas, não estamos aqui discutindo se isso vai dar mais ou menos força a um representante do Estado.

Portanto, nós pedimos que o projeto seja aprovado da forma proposta pelo Senador Paim, porque o Relator Pimentel, infelizmente, desfigurou o projeto, tornando-o perigoso para nós. O que fizemos, acreditando que iria resolver um problema, o Senador Pimentel foi lá e desfez, criou outros problemas. Então, nós temos também expectativa de ver o Senador Pimentel voltar atrás na construção do seu relatório.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Silva, que falou pelo Sinait, ele que é o Presidente da entidade.

Quero dizer que nós já assumimos o compromisso de conversar com o Senador Pimentel, já tivemos uma primeira conversa, tanto que a matéria saiu de pauta, no sentido de que ele possa, ouvindo as entidades, rever o seu relatório.

Mas é importante a sua fala, e eu quero só dar um destaque, principalmente naquela área.

Então vocês chegam a uma empresa, existe lá uma guilhotina para cortar ferro ou alumínio, e vocês verificam que aquela guilhotina, se continuar operando como está – e isso eu sei que acontece, porque eu já vi, numa empresa em que eu trabalhava, um cidadão perder o braço –, alguém poderá perder o braço ou, como diz o outro, até a cabeça, a qualquer momento. Vocês não podem mandar parar se for dessa forma que está aí; têm de esperar uma segunda visita.

O SR. CARLOS SILVA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aquela situação de alto risco...

O SR. CARLOS SILVA (*Fora do microfone.*) – É o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que esta audiência pública é importante para que a gente não permita que passe um projeto como este, em que a vida – como você falou – do trabalhador está em risco, mas só se poderá colocar uma proteção adequada mediante uma outra visita. Não pode parar a máquina naquele momento.

Bom, vamos em frente. Por isso estamos aqui.

Passamos a palavra agora ao Procurador Regional do Trabalho, Dr. Cristiano Paixão, do MPT.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Bom dia, Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Gostaria de, mais uma vez, registrar o nosso apreço e nossa estima por essa possibilidade que V. Exª sempre concede de propiciar um lugar de fala para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão de temas ligados ao mundo do trabalho. Saúdo a presença dos meus colegas de Mesa: Dr. Ângelo Fabiano, Presidente da ANPT; Dr. Carlos Silva, Presidente do Sinait; minha colega, Ludmila Brito Lopes, Procuradora da 10ª Região, como eu, minha colega de regional. E registro também aqui na mesa as presenças ilustres da Drª Ana Cláudia Monteiro, Vice-Presidente da ANPT, e da Drª Rosarita Caron, da Anamatra 10ª Região.

É muito importante essa discussão aqui hoje, Senador, que traz à tona temas ligados à atividade do Legislativo, porque nós passamos por esse momento em 2017, de um verdadeiro atropelo das normas constitucionais, legais e regimentais, para a aprovação de várias leis, entre elas a nº 13.467, que é a Lei da chamada reforma trabalhista, que – eu gostaria de frisar aqui – não é apenas, digamos, o resultado de uma política econômica em termos legislativos. Ela é muito mais do que isso. A Lei nº 13.467 é uma lei que vem atacar, no seu âmago, no seu núcleo, o sistema de direitos sociais e proteção do trabalho que foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

É muito importante frisar que nós estamos no ano em que se completam 30 anos da Constituição. Esse é um momento simbólico importantíssimo. V. Exª foi Constituinte. V. Exª participou daquele processo cidadão, inclusivo, daquele processo que reverteu das bases de uma legalidade ainda marcada pelo regime militar, ainda marcada por estruturas antiquadas, e que, com uma participação muito expressiva da sociedade civil, das lideranças sindicais, de representantes em geral de setores de pensamento, grupos de ação, conseguiram transformar o Congresso constituinte em uma caixa de ressonância daquilo que existia de mais vivo, novo e pulsante na democracia brasileira, então recém-conquistada. Aquilo foi um exercício de democracia.

Então, o que nós temos hoje, a partir da Lei nº 13.467, é efetivamente uma reação desconstituinte. Isso é muito importante ficar claro. A Lei nº 13.467 não tem apenas muitas inconstitucionalidades. Ela, compreendida em seu todo, inclusive em seu processo legislativo, que excluiu os trabalhadores da discussão, vai contra uma ideia que é a chave da Constituição de 1988, que direitos sociais são direitos fundamentais, direitos sociais são direitos que envolvem inclusive uma dimensão de direitos humanos. Especialmente no Brasil, direitos sociais, direitos ligados ao trabalho estão ligados à cidadania, estão ligados à conquista da cidadania. É por essa razão que muitos grupos de pesquisa em universidades, muitos coletivos sindicais vêm mostrando esse aspecto realmente muito complicado da reforma trabalhista: que ela desconstrói, de forma inclusive muito sutil em alguns pontos, de forma mais explícita em outros, um arcabouço de proteção social.

Então, a resistência que deve ser feita a esse tipo de ataque desconstituinte tem que se dar em vários planos: no plano das próximas campanhas eleitorais, no plano das discussões acadêmicas, no plano da luta sindical, mas especialmente no plano da Constituição. O que nós estamos vendo, e em 2016 e 2017 ficou muito claro, é aquilo que nós podemos chamar de um golpe desconstituinte.

Não se trata apenas de uma modificação política por conta da remoção de uma Presidente da República eleita. É mais do que isso. Se associarmos a isso a emenda constitucional que limita os gastos públicos por 20 anos, ou seja, tira o direito das próximas gerações de dispor sobre os orçamentos públicos, nós temos, então, um conjunto de medidas que é um conjunto desconstituinte, é um conjunto que ataca o centro da Constituição de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso joga o Brasil, joga a sociedade brasileira num vazio constitucional, num vácuo constitucional que é muito difícil de ser preenchido.

É evidente que nós não estamos nem devemos estar diante de um chamado momento constitucional. Não há aquelas condições para se criar uma nova constituinte ou se criar um novo movimento de processo constitucional, muito pelo contrário. A nossa Constituição é uma constituição que se abre para o futuro e permite soluções democráticas dentro da própria Constituição.

Então, o que está em jogo hoje, Senador, no meu entendimento, não é apenas uma política de gestão do mundo do trabalho, de formas de prestação de trabalho, de novas formas de remuneração. É muito mais do que isso. Está em jogo qual é o quadro constitucional que nos governa em relação ao mundo do trabalho.

É exatamente por isso que devemos frisar um outro espaço de resistência muito importante que precisa ser mais incorporado ao caso brasileiro, é que nós temos um Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, nós temos uma Comissão Interamericana e temos uma Corte Interamericana. E, nos últimos dois anos, esses sistemas têm aberto sua atuação para o mundo do trabalho.

Pela primeira vez, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, nós temos uma relatoria especial para direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, a chamada Desca, que era uma atuação que já existia na comissão, mas, de um ano para cá – a relatora foi escolhida em 2017 –, há uma relatora especial que cuida das demandas relacionadas a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

É por isso que, em Montevidéu, no ano passado, nós estivemos presentes numa audiência da Comissão Interamericana e denunciamos o caráter precarizante da reforma trabalhista, denunciamos o caráter precarizante da então portaria do trabalho escravo, uma portaria completamente inconstitucional e ilegal. Nós discutimos isso aqui, no ano passado, inclusive nesta Comissão. E a comissão ouviu e está processando o caso com enorme interesse. Muitos comissionados se manifestaram contrários ao que vinha acontecendo no Brasil. Há uma situação similar na Argentina, onde há uma reforma também precarizante que ainda não foi aprovada, mas que também viola a independência dos juízes do trabalho. Esse é um dos temas que estão sendo tocados na Comissão Interamericana.

Se nós analisarmos a Lei 13.467, a lei da reforma trabalhista, ela é uma lei que também ataca a Justiça do Trabalho, limita a Justiça do Trabalho, estabelece limites para a Justiça do Trabalho que os outros ramos do Poder Judiciário não têm. V. Exª sabe, os presentes aqui sabem da conquista histórica que é ter uma Justiça do Trabalho, que é ter uma justiça que seja especializada exatamente na vigência e na aplicação dos direitos sociais.

A Comissão Interamericana está ouvindo esses casos, já ouviu em audiências públicas e está preparando esses casos como casos em que o Brasil pode ter violado direitos humanos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Houve, no ano passado, em 2017, um caso muito importante da corte. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja juridição o Brasil reconhece – o Brasil se sujeita às decisões da Corte Interamericana –, pela primeira vez, no caso Lagos del Campo *versus* Peru, que envolvia um trabalhador peruano que trabalhava em uma fábrica, era de uma comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fábrica, e denunciou – no seu posto de dirigente sindical – a conduta danosa da empresa convocando uma eleição para destituir outros dirigentes sindicais.

Ele foi demitido por justa causa por expor o nome da empresa. Na Justiça do Trabalho, obteve reintegração no primeiro grau, mas o Tribunal Regional do Peru reverteu e ele não obteve o retorno ao emprego.

A Corte, pela primeira vez, reconheceu que o Peru violou os direitos humanos neste caso. Aplicou o art. 26 da Convenção Interamericana, que é o artigo que fala da eficácia dos direitos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Combinou o art. 26 com um artigo que fala da liberdade de expressão, com um artigo que fala da liberdade de associação e com um artigo que fala do livre direito à tutela judicial.

É uma decisão realmente vanguardista – uma decisão do segundo semestre de 2017 – e que aponta um caminho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Aponta o caminho de que os direitos humanos não estão disponíveis para maiorias legislativas, especialmente maiorias constituídas no contexto de exceção institucional, como aconteceu a partir de 2016 no Brasil, e que não é parte da atribuição de determinados corpos legislativos a desconstrução de um sistema interamericano, um sistema regional de proteção de direitos humanos.

Os direitos humanos não são aqueles direitos clássicos do pós-guerra: privacidade, intimidade, propriedade. Não é isso, os direitos humanos envolvem a dimensão da vida humana em sociedade. O que é uma das principais marcas da vida humana em sociedade no mundo contemporâneo? O mundo do trabalho, a relação com o trabalho, a prestação de um trabalho digno. E foi isso que a Corte Interamericana, de forma vanguardista, reconheceu.

Então, nós temos aí, Senador, um caminho realmente que imagino deva ser trilhado, porque esse caminho tem que mostrar que determinadas políticas de governo não são livres, não são completamente destituídas de controle. Há uma Constituição e há uma Convenção Americana de Direitos Humanos. Portanto, há um controle de constitucionalidade e há um controle de convencionalidade.

Quanto ao controle de constitucionalidade, todo juiz de tribunal pode exercê-lo no Brasil, não apenas o Supremo Tribunal Federal. A Justiça do Trabalho tem o poder-dever de pronunciar a inconstitucionalidade de uma norma quando deparada em uma situação concreta.

O Supremo Tribunal Federal, infelizmente, tem dado decisões monocráticos que não apontam um caminho de proteção ao direito do trabalho em relação à reforma trabalhista. Algumas decisões monocráticas nos mostram exatamente o contrário, nos mostram que há ministros do Supremo que são muito, digamos, permeáveis ao discurso da reforma. Não digo que seja a maioria do Supremo, não digo que não devemos lutar, devemos lutar dentro do Supremo, com argumentos, com petições de *amicus curiae*, com sustentações orais, com visitas aos ministros, com publicações. Ou seja, o Supremo também é um, digamos, cenário, também é um lugar de disputa e que deve ser ocupado, mas não podemos nos restringir a ele, temos que pensar que o Brasil está inserido em um sistema. Um sistema que ele ajudou a construir, que é um sistema de proteção de direitos humanos, que é um sistema que deve ser ativado exatamente quando os Estados não têm condições institucionais de resistir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me fazer uma pergunta.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até para nós podermos ver na Mesa qual é a visão.

Eu concordo com você, porque naquela oportunidade daquela portaria, que na verdade eu não gosto nem de dizer "regulamentada", ela incentivava o trabalho escravo.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Houve um ministro... E não vou personalizar, é um direito de opinião, naturalmente.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou um democrata e respeito muito os que pensam divergente.

Houve um Ministro que defendeu abertamente – até com uma piada de mau gosto, no meu entendimento; eu não vou citar o nome, e não peçam que eu cite – aquela portaria; mas, felizmente, depois se reverteu, e a maioria do Supremo...

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Não. Foi uma decisão monocrática.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Decisão monocrática da...

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Ministra Rosa Weber.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministra Rosa Weber.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – E depois o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar, já, isso. É preciso esclarecer.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Exatamente o que V. Exª comentou, Senador. Numa situação como aquela, que era uma portaria que era tão explicitamente violadora de compromissos internacionais que o Brasil contraiu, inclusive perante a Comissão Interamericana – toda a estrutura que nós temos de combate ao trabalho escravo é uma estrutura que decorre de um acordo amigável feito pelo Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que é o caso do José Pereira, em que o Brasil reconheceu sua responsabilidade e construiu um arcabouço institucional que virou, inclusive, referência no mundo inteiro. Reformou o seu Código Penal, ou seja, estabeleceu um tipo penal mais amplo para o trabalho em condições análogas ao de escravo, e isso foi algo que não é apenas fruto de uma ou outra administração, é uma política de Estado, e essa política de Estado teve enorme repercussão internacional.

Então, foi uma surpresa, digamos, incrível, porque, por questões políticas que talvez não precisemos delimitar se baixou uma portaria com aquele teor. E, como disse V. Exª, mesmo num tribunal que aparentemente não é um tribunal tão conectado com direitos sociais, obviamente o algoritmo da distribuição, a sorte do algoritmo sorriu para os defensores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos humanos; uma magistrada que tem, digamos, origem na Justiça do Trabalho, percebeu essa violação e imediatamente concedeu uma medida liminar. Com isso, o Governo recuou e, no final do ano, em dezembro, editou uma norma que, justamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me permita mais um detalhe?

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois eu te dou o teu tempo de volta – eu te interrompi duas vezes: E foi aqui nesta Comissão. NBós convocamos o Ministro do Trabalho, as entidades que estão aqui estavam presentes, e, baseado nessa decisão da Ministra Rosa Weber, me lembro de que ele estava aqui à minha esquerda, e ele disse: "Não, não te preocupa, porque nós vamos rever; claro, respeitando a decisão monocrática – é o termo que você usou e que eu estou copiando aqui – da Ministra Rosa Weber, e essa portaria cruel vai ser revogada, alterada", e foi o que aconteceu, felizmente. Esses dias eu encontrei o Ministro numa caminhada pelo Rio Grande, ele é gaúcho...

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "E daí, Paim, gostou agora da redação final?". Eu disse: "Agora ficou boa, Ministro. Agora tu escapaste, saíste bem dessa no final".

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira. Encontrei-o numa caminhada pelo Rio Grande e falei para ele que foi importante ele ter assumido, aqui na Comissão, que iria rever, mediante a decisão tomada pela Ministra Rosa Weber. Ou seja...

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – E acho importante, Senador, inclusive, V. Exª ter trazido esse exemplo, que mostra como nós devemos lutar também dentro das instituições.

Um outro caso que envolve também o Ministro e envolve também o Ministério do Trabalho é o caso do Cadastro de Empregadores, a chamada "lista suja": havia aí uma mora do Governo em não publicar essa lista, e ela é parte importantíssima da nossa política de luta contra o trabalho escravo. Foi uma ação judicial, ajuizada pelo Ministério Público e concedida pela Justiça do Trabalho da 10ª Região, que obrigou que o cadastro fosse publicado. Essa decisão transitou em julgado – obviamente nós lutamos para cassar umas três liminares que foram concedidas no meio do caminho, mas ela acabou sendo aplicada, transitou em julgado, o Governo não recorreu.

Então, hoje e recentemente, foi atualizada a lista com novos violadores de direitos humanos ali presentes.

Ou seja, o que esses dois exemplos nos mostram? Nos mostram que precisamos continuar resistindo em todos os campos; demonstrando as iniquidades dessas medidas legislativas, demonstrando a presença de uma Convenção Interamericana de Direitos Humanos, demonstrando a presença de uma Constituição cidadã que estipula a centralidade dos direitos sociais na defesa da cidadania e, nesse sentido, essa atual tendência do sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interamericano, a Comissão Interamericana e a Corte Interamericana nos mostram um caminho, um rumo, uma possibilidade argumentativa, uma forma de defender, nessa quadra histórica em que se completam 30 anos da Constituição, a atualidade daquelas mesmas ideias que levaram os Constituintes a promulgarem o texto constitucional mais democrático da história republicana brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dr. Cristiano Paixão, que é Procurador Regional do Trabalho, que falou aqui em nome do MPT.

Agora, vamos à Drª Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho, que vai falar em nome da Anamatra... Do MPT. Inverti aqui.

A SRª LUDMILA REIS BRITO LOPES – Muito bom dia. Cumprimento o Senador. Agradeço a presença, por estar aqui. Cumprimento meus colegas, queridos Ângelo Fabiano, Presidente da nossa gloriosa Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; meu colega Cristiano, que é uma referência para nós; minha colega Ana Cláudia, que está aqui e muito nos honra com a sua presença; o colega Carlos Silva, Presidente do Sinait; e a querida Rosarita, que está ali e que daqui a pouco vai estar aqui conosco, também debatendo.

Eu queria era só contextualizar, assim como o Cristiano fez, brilhantemente, então, era só para pegar um gancho na fala dele, para falar da necessidade que a gente tem, nesses 30 anos de Constituição, de pensar qual é o Estado democrático de direito que nós queremos.

O que a gente vê, claramente, principalmente, a partir de 2016, e culminando em 2017, é que, como o Cristiano muito bem disse, a gente está se afastando daquelas diretrizes constitucionais.

Então, como o tema aqui dessa audiência pública é legislar para garantir proteção social, resistir e avançar, eu estou optando por falar na questão do resistir e avançar. A gente tem ainda um vácuo superimportante de um espaço que ainda não foi preenchido no caso dos grupos vulneráveis no mercado de trabalho.

Esse espaço a gente ainda sequer conseguiu preencher, e eu digo isso no caso tanto da igualdade racial, que não existe no mercado de trabalho, a igualdade de gênero, que também não existe, e a comunidade LGBT e de pessoas com deficiência. Todas essas são temas de nossa atuação no Ministério Público do Trabalho.

A gente sequer conseguiu chegar àquela igualdade proposta na Constituição Federal, e isso, assim, não é nem uma lei esparsa. Quer dizer, esse objetivo veio da Constituição cidadã, de 1988, a gente não conseguiu avançar. Para a gente conseguir avançar, tivemos diversas leis pós-Constituição Federal para a gente tentar fazer com que aconteça essa inclusão e, ainda assim, nós ainda não conseguimos ter esse Estado verdadeiramente democrático de direito.

Então, como a gente pode permitir esses retrocessos na legislação trabalhista? E isso muito me preocupa, porque há um artigo na Constituição Federal que fala que a gente tem que trabalhar para reduzir as desigualdades sociais.

Esse é um artigo constitucional. Está ali nos primeiros artigos da Constituição. É isso que nós estamos fazendo? Não. Ao contrário, nós estamos criando, cada vez mais, uma população que exclui socialmente a própria população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê uma população extremamente rica e uma população cada vez empobrecendo mais. Obviamente, com a população empobrecendo mais e sem um espaço de trabalho adequado, que é onde você verdadeiramente consegue ter cidadania e dignidade... É só com o trabalho que essas pessoas terão cidadania e dignidade e assim poderão lutar pelos seus direitos, e a gente vai conseguir um Estado democrático.

Então, qual é o processo que nós estamos vivendo hoje? A gente exclui as pessoas, algumas nem sequer foram incluídas. Aquelas que minimamente estavam incluídas nós estamos excluindo, deixando uma casta de pessoas à margem do processo e dos espaços de poder.

E aí, quando a gente tem os espaços de poder, como é o caso hoje do Congresso Nacional, do próprio Supremo Tribunal Federal e de outros, a gente vê que esses espaços de poder não representam a totalidade da população; e, não representando a totalidade da população, eles não estão antenados com o que realmente é preciso para essa própria população. Então, não há uma discussão séria sobre uma inclusão racial, sobre uma questão de gênero e sobre a necessidade de um trabalho digno, como uma forma de garantia da cidadania e da dignidade do trabalhador.

Ao contrário, você exclui cada vez mais e deixa um espaço de poder prioritariamente com pessoas que já vêm de classes sociais favorecidas. E é por isso que elas chegam àqueles espaços de poder, porque quem consegue realmente romper esse telhado de vidro é a exceção. Obviamente sempre há as exceções, são as exceções que confirmam a regra, mas quem está nos espaços de poder hoje já veio de uma classe social privilegiada e que cada vez vai se desconectar mais da necessidade da população.

Então, eu acho que este é um momento de reflexão. Os colegas vão falar das questões legislativas importantes, mas eu queria deixar esse contexto de reflexão de qual Estado democrático de direito a gente vive, porque se a gente não conseguiu nem incluir os grupos vulneráveis que estão precisando ser incluídos, agora se está trabalhando para excluir mais ainda aqueles que estavam minimamente incluídos.

Só para terminar – e fico aqui à disposição para a gente debater essa questão –, a gente só consegue um mínimo de inclusão e realmente de democratização dos espaços com a legislação. E aí eu cito a Lei Brasileira de Inclusão, no caso das pessoas com deficiência, que garantiu acessibilidade; eu cito a Lei 8.213, que é a lei que possibilita que a gente faça e permita a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Quer dizer, a gente precisou e precisa do suporte de uma lei para garantir dignidade e cidadania para essas pessoas. Sim, elas precisam estar no mundo de trabalho, ter educação inclusiva.

Agora, se a gente não tivesse uma legislação protetiva obrigatória com que a gente trabalha, com que os auditores fiscais trabalham, essas pessoas estariam mais excluídas ainda do que já estão. A gente nem sequer consegue que as empresas consigam cumprir 5% da cota no caso de mais de mil empregados, ou 2% do número de empregados, com uma legislação forte, federal. Imagine a gente flexibilizando a legislação da forma como tem feito?

Quanto à igualdade racial, ainda é algo que é uma utopia para a gente, porque realmente não se vivencia isso. O Estatuto da Igualdade Racial veio para a gente poder ter mais um instrumento para trabalhar isso, mas as diretrizes estavam ali na Constituição Federal desde 1988. E, mesmo com o Estatuto da Igualdade Racial, a gente sabe que ainda não conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alcançar esse estado, mas se avançou muito. E eu digo aqui que o Congresso Nacional, com o Estatuto da Igualdade Racial, com a Lei das Cotas, foi superimportante. Então, é um superavanço. Só que a gente ainda precisa fazer com que esse avanço seja realmente efetivado. Como nós vamos retroceder em questão de legislação?

No caso da mulher especificamente, a gente tem a questão do feminicídio, tem a Lei Maria da Penha. O art. 9º da Lei Maria da Penha garante o trabalho, porque é óbvio que a mulher que sofre aquela violência, se não tiver depois uma autonomia, uma inserção no mercado de trabalho, não consegue ter seu espaço e sair daquela roda de dependência física e econômica. Então, são avanços incontestes e que vieram por conta de uma legislação, mas a gente está na fase ainda de precisar efetivar todo esse arcabouço legislativo e a norma constitucional também, e está muito longe disso. Mas o que a gente ainda está fazendo é porque há uma legislação nos respaldando – e legislação federal.

Então, a minha fala aqui é no sentido da necessidade de se avançar ainda mais no caso dessas legislações protetivas e garantir a efetividade dessas que já existem, principalmente dos grupos vulneráveis no mercado de trabalho. E, como o Cristiano falou muito bem, é o trabalho que gera cidadania e dignidade. A gente não pode optar por esse claro retrocesso que está havendo hoje no País. E aí a questão constitucional o Cristiano já colocou. Eu me associo plenamente ao que ele disse, mas queria deixar realmente esse registro da necessidade de ainda se avançar na legislação protetiva e de se garantir a efetividade dessa legislação que já existe.

Eu queria falar de um trabalho que a gente está fazendo na 10ª Região, aqui no Distrito Federal. A gente fez um pacto pela inclusão racial no mercado de trabalho do Distrito Federal. E coube a mim, no Ministério Público, verificar as maiores empresas para ver se elas estão contemplando as iniciativas no eixo conscientização, no eixo capacitação e qualificação e no eixo de efetiva contratação, no caso das empresas, porque é só assim, trabalhando esses três eixos, que a gente vai também superar essas desigualdades e o racismo tanto estrutural quanto institucional que a gente sabe que existe.

Então, a gente está trabalhando lá. É difícil, é luta, mas todo o nosso pacto foi fundado e foi feito com considerandos constitucionais, convenções internacionais e a nossa própria legislação. Ou seja, a gente tem espaço por conta de uma legislação para poder trabalhar essa inclusão e garantir o Estado democrático de direito. Então, a gente não pode retroceder.

Além disso, a gente trabalha para garantir a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho igualmente, porque a gente tem toda uma legislação que possibilita que essas pessoas façam parte do mercado de trabalho. Honestamente, a gente nem precisaria disso tudo com o próprio texto constitucional que se tem, se fôssemos levar a sério e se realmente a gente fosse trabalhar e garantir os direitos de todos os grupos vulneráveis. Mas ainda que não tenhamos conseguido com o Texto Constitucional, nós temos hoje legislação federal e temos também a legislação do Distrito Federal que nos dão possibilidades. Então, é realmente um apelo no sentido de continuarmos resistindo e avançando e mostrarmos o quão importante é termos uma legislação que garanta a nós, membros do Ministério Público, os auditores fiscais e os magistrados, trabalharmos essa verdadeira inclusão e o consequente Estado democrático de direito.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LUDMILA REIS BRITO LOPES – Então, são essas minhas considerações.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho, que falou também pelo MPT.

Eu quero apenas cumprimentar V. Exª, bem rapidamente, porque às vezes muita gente no Brasil diz "Não, mas de que adianta a lei? De que adianta a lei?". V. Exª está dizendo que, se com a lei, já é difícil, então calcule sem ela? A lei é um instrumento, e muitas leis que casualmente a senhora falou são leis de minha autoria.

Mas o povo não sabe e diz: "Paulo Paim, mas quais são as leis?". E nessa hora eu destaco algumas.

Então, quero aproveitar o gancho...

A lei do Estatuto do Idoso, que beneficia quase 30 milhões de pessoas, é de nossa autoria, e V. Exª deu o destaque devido.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a Lei Brasileira de Inclusão, também é de nossa autoria.

O Estatuto da Igualdade Racial é também de nossa autoria, que beneficia, eu diria, todos os brasileiros, porque esse estatuto é para negro, branco, índio, cigano; é para todos.

Depois, eu poderia lembrar rapidamente do Estatuto da Juventude. Ele veio da Câmara, e aqui a juventude pediu, e eu fui o Relator. Aprovamos, também, por unanimidade.

A lei dos autistas foi construída nesta sala. As famílias desesperadas, disseram: "Olha, o último recurso nosso é a Comissão de Direitos Humanos." Daí, começamos a debater e construímos juntos a lei dos autistas, que eu acabei dando nome simbólico, no plenário, Lei Berenice Piana, que foi a primeira pessoa que liderou, com um grupo de famílias, e estiveram aqui. Só para as pessoas entenderem.

A lei do salário mínimo. Nós todos viajamos o Brasil todo e conseguimos aprovar, no fim de muita discussão, a política de salário mínimo mais o PIB. Pelo menos isso tem que ser cumprido.

Podiam lembrar do ECA. O ECA começou lá na Câmara, o Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma lei respeitadíssima pela sociedade brasileira, com visão em nível internacional. Não fui nem autor, nem relator, mas tenho orgulho de dizer que participei da discussão e da elaboração dela.

Lei Maria da Penha. Também pelo meu período aqui no Congresso, participei da discussão e da...

Muitos não sabem que existe a fórmula 85/95, que nós construímos juntos, primeiro, para os servidores e, agora, estendemos há 4, 5 anos já para o Regime Geral, que foi aquele meu histórico voto que dei naquela votação lá dos servidores públicos. Porque eu disse que a PEC paralela seria a salvação, e foi mesmo, e aí nós incluímos a fórmula 85/95, que permite que a mulher se aposente com 30 de contribuição e o homem com 35. Idades: 55 e 60. Calcule se não houvesse essa lei? Porque, nessa reforma deles, quiseram revogá-la, mas felizmente tiveram que deixar para trás.

Estamos discutindo junto com vocês, aqui e agora, a construção do Estatuto do Trabalho. Esse Estatuto é fundamental também. Nós apresentamos aqui o formato de uma comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial, já fizemos 18 reuniões, e eu estou com a relatoria. Nós queremos entregá-la até o mês de maio. Poderíamos falar aqui da luta das mulheres. Até aqui, agora, veio o requerimento para eu assinar porque estou com o projeto para relatar, só para garantir que a mulher tenha direito, na mesma atividade, a mesmo salário que o homem. Mas é uma novela: aprova-se aqui, aprova-se lá, veio da Câmara para o Senado e até hoje não saiu; mas continuamos fazendo esse bom combate.

Eu só estou destacando a sua fala para dizer da importância das leis, para a gente ter instrumentos de cobrança. A lei não é tudo? Mas é um grande passo. Calcule se não a tivéssemos.

Mas vamos lá.

Agora, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim! Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de participar deste relevantíssimo debate. Quero saudar os nossos colegas de Mesa, meus colegas, queridos colegas e amigos, profissionais competentíssimos, Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho; minha querida amiga também, Ludmila Reis Brito Lopes, com essa força nesse trabalho pela inclusão de grupos vulneráveis ou de minorias, no aspecto de inclusão, como mulheres, como negros, como pessoas com deficiência; também o nosso amigo Carlos Silva, Presidente do Sinait; e minha querida Vice-Presidente, que hoje se encontra aqui também e sempre tem participado efetivamente dessas discussões aqui na Comissão Direitos Humanos, a Ana Cláudia Monteiro.

Quero fazer um registro, Senador Paim, V. Exª foi elencando os vários projetos de que V. Exª foi autor e Relator, e eu conversava com Cristiano Paixão, antes de começarmos a audiência, e falávamos da importância de termos V. Exª aqui. Nós precisamos ter e manter V. Exª aqui, no debate de inclusão social, de promoção de direitos fundamentais, de garantia de proteção social, de avanço, de resistência. Os trabalhadores e entidades que defendem direitos sociais de trabalhadores ou outros direitos sociais não podem ficar longe do seu apoio. Precisamos de V. Exª aqui. Continue nessa luta! Desejamos sucesso sempre e saúde acima de tudo para que possamos contar com a sua parceria!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas pode saber que vai ser quase a luta de Davi contra Golias. Com os objetivos de mercado, não sei por quê, é que Parlamentares – e não vou dizer que só eu – que têm essa postura que eu tenho aqui, vinculada e preocupada com a produção social, podem não voltar. E aí nós vamos ter que trabalhar muito.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – E hoje nós vivemos esse cenário de turbulência política e também de crise política, econômica e social, sobretudo social.

Nós vemos aqui, como já foi trazido pelo Carlos, pelo Cristiano e pela própria Ludmila, vários projetos precarizantes que avançaram, tais como a reforma trabalhista, que acompanhamos de perto e contra a qual também V. Exª também foi um guerreiro. Acompanhamos todo aquele debate, aquele pequeno debate, aquela forma açodada como a reforma foi aprovada e foi discutida no Congresso Nacional, com aquele engodo, com aquele engano de aqui no Senado se tentar melhorar alguma coisa com a edição de uma MP, de uma medida provisória, que é a MP 808, que já está perdendo a sua validade, está decaindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, os próprios Senadores que tiveram o compromisso do Governo e da Base do Governo de que passasse essa MP para minimizar danos, pois danos graves existem naquela reforma, esses Parlamentares foram, de certa forma, enganados, porque não chegou nem a ser instalada efetivamente a comissão para discussão sobre a medida provisória, que tinha mais de 900 emendas. Então, hoje nós temos vários problemas aqui. É importante que o Congresso Nacional passe a ter Parlamentares mais comprometidos com direitos sociais, com direitos de minorias sociais, minorias hoje excluídas do mercado de trabalho, excluídas de uma inclusão social. Por isso, é fundamental que o povo brasileiro tenha essa percepção.

Quero apenas reafirmar também, e ratificar, tudo que foi dito aqui na mesa, tanto com relação ao PL nº 149, salvo engano, da dupla visita, do absurdo que é aquele PL, de impor o critério da dupla visita em situações de risco ao trabalhador, colocando condições de que tem que haver um grave prejuízo, ou seja, a perda de um braço, Senador, a morte de um trabalhador, para só a partir daí aquela empresa, aquele empregador, poder ser autuado em valores de multa, que são valores hoje defasados, algo absurdo, em um País em que nós temos 3 mil mortes por ano, 700 mil acidentes de trabalho por ano, que é o quarto mundial em acidentes de trabalho. E hoje se trazem projetos como esse, justamente para você fomentar o descumprimento da legislação como um todo. Isso é um absurdo! A gente vê aqui que é a flexibilização.

E nessa parte aqui, que o Cristiano falou, a parte que hoje estão desconstitucionalizando os direitos, uma lei ordinária hoje parece que tem mais força do que a própria Constituição. Nós estamos no trigésimo ano da Constituição, e ela deveria ser comemorada, como Constituição que trouxe inovações importantíssimas na garantia dos direitos fundamentais. O senhor foi Constituinte, participou disso. É um dos produtores, dos relatores do texto, responsáveis pelo texto. Sabe qual foi a luta da sociedade brasileira para que aquela Constituição viesse garantidora de direitos fundamentais, de direitos humanos, e hoje o Congresso Nacional, de uma forma geral, tenta justamente minimizar a eficácia dos direitos socialmente protegidos na Constituição, aqueles direitos individuais também, de uma forma a aprovar leis ordinárias para se sobreporem à Constituição e a tratados internacionais, a convenções internacionais, ao sistema de proteção aos direitos humanos, como já foi muito bem trazido pelo Dr. Cristiano Paixão.

Aí eu entro na pergunta da Drª Ludmila: que Estado democrático nós queremos? Vivemos em um País onde há intensa exclusão. Mulheres, negros, pessoas com deficiência, população LGBT são diferenciados com acesso ao mercado de trabalho, com remuneração no mercado de trabalho e com acesso a cargos altos, com maior remuneração. Existem leis hoje aprovadas, que garantem, de certa forma, mas nada é cumprido. Nada é cumprido e as mulheres vão ficando para trás, os negros vão ficando para trás. Algumas iniciativas têm sido tomadas. O próprio Ministério Público do Trabalho já tem a cota racial, a cota para que, nesse primeiro concurso, a gente possa ter uma inclusão maior de pessoas negras. Já tivemos inclusive candidatos recentemente empossados, que são negros, utilizando-se dessa cota. Então, são ações afirmativas como essas que nós temos que ter. Aqui há um projeto muito importante, que é o PLC nº 130, que trata da igualdade de gênero, que hoje está na Comissão de Assuntos Sociais. Ele impõe, a partir de sua aprovação, uma aplicação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desse aí eu sou Relator.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou o Relator. O projeto aprovamos aqui, foi para lá, e lá está engavetado há dois anos. Já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Quero até fazer um pedido ao Senador Romero Jucá, que é o atual Relator, para que a gente consiga avançar na aprovação desse projeto, que permite a aplicação de multa pela fiscalização do trabalho quando for constatada efetiva discriminação por gênero, quando você verificar situações em que a mulher é discriminada no acesso ao trabalho. Isso é fundamental.

Eu vou entrar um pouco também no tema que me cabia, que é o PLS nº 280, de 2017, que é um PLS de autoria do Senador Antonio Anastasia, com quem já estivemos, junto com colegas do Ministério Público do Trabalho. Ele permite a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, de serviço público de fiscalização administrativa a particulares. Ou seja, da forma como ele está redigido, ele permite inclusive que atividades típicas e exclusivas do Estado brasileiro, ou seja, atividades que só possam ser desempenhadas por servidores públicos, possam ser repassadas a particulares. Isso é muito perigoso para nós, por uma série de questões. Hoje nós sabemos que quem faz, por exemplo, a fiscalização do trabalho é a inspeção do trabalho, e a faz com muita eficiência, apesar de sucateada. Dr. Carlos Silva, já conversamos muito sobre isso, sobre como a auditoria fiscal do trabalho hoje está sucateada, com mais de mil cargos em aberto e sem estrutura material para isso, e sempre temos defendido a inspeção do trabalho nesse sentido.

Esse projeto permite que não apenas atividades de licenciamento, mas atividades fiscalizatórias e atividades sancionatórias possam ser repassadas a particulares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Ou seja, é o poder de polícia – nós que estudamos Direito Administrativo na faculdade sabemos que isso é indelegável – podendo ser transferido a particulares. Aí você gera a questão até de aumento de corrupção nesse tipo de situação. Você transfere atividades que são exclusivas do Estado.

Nós conversamos com o Senador, redigimos uma nota técnica pela ANPT, fomos lá com o Ministério Público do Trabalho, que também emitiu uma nota técnica, e o Senador nos confidenciou que aquilo ali não era para que se terceirizassem atividades como a inspeção do trabalho, atividades de fiscalização dos auditores-fiscais da Receita Federal, atividades de arrecadação do Estado. Aquilo que ele pensava era justamente para tentar descentralizar um pouco, em razão de hoje ter havido um aumento exponencial das demandas com relação ao Estado e de haver atividades que não conseguem ser fiscalizadas, como atividades de infrações de trânsito, como atividades de vigilância sanitária, como atividades de controle de barragem, após o desastre de Mariana.

Porém, entendemos que o projeto não traz qualquer tipo de restrição. Ele não ressalva qualquer tipo de atividade no âmbito do Poder Público, de modo que, pela redação – é claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sabemos que na prática seria difícil –, até no Judiciário e no Ministério Público poderiam ser objeto de uma discussão para serem repassados a particulares.

Sabemos que isso é muito difícil de acontecer, são outros Poderes também, mas aqui deixa claro que pode ser feito. Pela generalidade do projeto, pode ser terceirizada a auditoria fiscal do trabalho. E a Constituição fala – e já foi trazido pelo Dr. Carlos – que compete à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, ou seja, executar diretamente, e não por meio de terceiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Então, esse projeto nos preocupa nesse sentido. Já levamos para o Senador Anastasia, que nos recebeu muito bem, muito abertamente, nos falou que não tem interesse em pautar com urgência essa questão. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Nos preocupa um pouco como ele vai chegar a algum relatório, até por esse projeto da dupla visita, que tem esse viés justamente de flexibilizar uma atuação protetiva do Estado, mas estamos aqui imbuídos do espírito de tentar barrar esse tipo de situação. Até entendemos a delegação de algumas atividades que antes eram exercidas pelo Poder Público, como serviços públicos de transporte, administração de bens como estradas, que já são objeto de privatização, enfim, mas atividades relativas a poder de polícia ou exclusivamente exercidas por agentes de Estado, isso, em nossa concepção, enfraquece muito e pode gerar uma perda total de eficiência do Estado.

Sabemos que o Poder Público tem suas mazelas. Nós temos uma estrutura ainda pequena. O Poder Público tem que aumentar o seu nível de eficiência para prestação de serviços públicos. Temos situações pontuais de corrupção de agentes públicos. Mas não é com um projeto nesse sentido, para transferir para particulares atividades essenciais do Estado, que a gente vai resolver essa questão.

Com essas palavras, agradeço, mais uma vez, não sem antes saudar minha amiga Rosarita, que está ali atrás, e os demais expectadores.

Agradeço, mais uma vez, Senador, pela oportunidade de participar. O senhor ressaltou o Estatuto do Trabalho também. Nós estamos nessa construção coletiva. É justamente um projeto coletivo que o Senador tem encampado para que nós possamos apresentar à sociedade brasileira um novo Código do Trabalho – o nome é Estatuto do Trabalho, mas chamemos assim –, para que a sociedade entenda o que é, que traga enfim uma proteção social e mude praticamente tudo que foi flexibilizado e foi precarizado pela reforma trabalhista.

Parabenizo V. Exª por essa iniciativa. O próprio Ministério Público, junto com a Associação, já apresentou contribuições relativas ao trabalho rural, relativas ao direito coletivo do trabalho também, e junto com entidades como a Anamatra, o Sinait, outras entidades e a academia, estamos tentando construir o melhor texto, um texto profundo, um texto bem refletido, para que possamos avançar e aprovar essa legislação, ainda que não seja nesse mandato, mas que seja em um próximo mandato, e que o senhor esteja aqui conosco, lutando, no dia a dia, como lhe é peculiar.

Muito obrigado, mais uma vez. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Eu queria me comprometer aqui, como eu disse que vou falar com o Senador Pimentel naquele projeto anterior, e queria que a assessoria tomasse nota para que eu tenha uma conversa, porque aqui na Casa a gente conversa com todos, porque é o nosso papel. Senão, não avança na aprovação de projetos importantes ou mesmo na rejeição, quando nos interessa.

Eu me comprometo a falar com o Senador Anastasia. O Senador Anastasia, naquela questão da negociação coletiva, como Relator, teve um papel fundamental. Aprovou o projeto que todos nós queríamos. O Governo vetou e ele foi para a tribuna defender a derrubada do veto. No Senado, derrubamos; na Câmara, perdemos, porque faltaram 20 votos, vinte e poucos votos. E também me comprometo a conversar com Senador Flexa Ribeiro, sobre os dois temas, o.k.?

Eu queria, neste momento, convidá-los a retornarem para a primeira fila, porque terão depois as considerações finais, e vamos, agora, convidar a segunda Mesa.

Na segunda Mesa, convido Drª Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional... (*Pausa.*)

Mas há duas listas de duas mesas aqui. (*Pausa.*)

Convido para a segunda Mesa a Drª Rosarita Machado de Barros Caron, Presidente da Anamatra, 10ª Região. Por favor. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Flávio Werneck, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). (*Palmas.*)

Grande Flávio.

Convido Waldemiro Livingston de Sousa, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviço do Senado Federal, conhecido como o Peixe. (*Palmas.*)

Vamos já convidar, embora ela ainda esteja chegando, a Drª Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Antes de passar a palavra para segunda Mesa, eu queria justificar que nós teríamos, amanhã, uma audiência pública para debater Direito Processual do Trabalho. Eu informo que não teremos essa audiência pública de amanhã, porque, amanhã, esta Comissão aprovou um requerimento assinado por dez Senadores, com o seguinte teor:

> Requer, nos termos do inciso XIII do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência à Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, com a presença de membros desta digna Comissão de Direitos Humanos, a fim de verificar o encarceramento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos demais presos naquela sede.

Remetemos também o seguinte documento para Curitiba:

"Ex^{ma} Srª Juíza da 12ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba/PR.

Vem, respeitosamente, à presença de V. Exª, informar que, na data de 11 de abril 2018, foi aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal o Requerimento nº 66, 2018, que, nos termos do inciso XIII do art. 90 do Regimento Interno da Casa, autoriza a realização de diligência à Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, com a presença de membros desta digna Comissão, a fim de verificar as condições de encarceramento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e demais presos naquela sede." A referida diligência está agendada para o dia 17 de abril, amanhã, terça-feira.

"Considerando a competência deste juízo – que, no caso, é o fórum de lá – de execução sobre o referido estabelecimento, nos termos do art. 66 da Lei 7.210/84, solicito a tomada de medidas cabíveis a fim de que sejam asseguradas as condições necessárias para que os Senadores e Senadoras tenham o devido acesso às dependências da Superintendência da Polícia Federal."

Assina o presente ofício, que foi remetido na semana passada, a Senadora Regina Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Queria agradecer muito aos convidados que estariam aqui, amanhã, e já foram comunicados de que não teremos essa audiência: Drª Gisele Fernandes Góes, Dr. Alex Myller, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Dr. Raimar Rodrigues Machado e também um representante que teríamos amanhã da própria e ANPT, a audiência está transferida, mas, com certeza, teremos essa audiência, creio eu, na semana que vem ou na outra.

Dando esse informe, conforme pediu a Secretaria da Casa, vamos ao nosso debate.

De imediato, passo a palavra, nesta Mesa, a Drª Rosarita Machado de Barros Caron, Presidente da Anamatra da 10ª Região.

A SRª ROSARITA MACHADO DE BARROS CARON – Bom dia, Senador. Eu fico muito orgulhosa e honrada de estar presente nesta audiência pública.

Eu sou Presidente da Amatra X; as Amatras são as associações regionais. A Anamatra é nossa associação nacional.

Eu fico muito feliz em poder participar disso e acho que a minha contribuição maior é na questão prática, Senador Paim.

Eu sou Juíza do Trabalho há 20 anos e iniciei a titularidade na 2ª Vara de Araguaína, e como é importante o meio ambiente do trabalho, e como é importante este projeto de lei de V. Exª, na sua essência e no projeto original, para que tudo seja legislado, porque, sem a legislação, sem a lei, dificilmente nós vamos ver respeitados os direitos do meio ambiente do trabalhador.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permite-me já uma frase?

Veja como é importante a sua fala já na abertura – e aqui já foi falado também pela doutora da legislação –, porque na reforma que fizeram o que prevalece é o negociado. Aí onde é que fica a lei então? Só isso que eu gostaria de dar um destaque.

Eu não engoli até hoje. Eles falaram que vale o negociado e não vale a lei. É o negociado acima da legislação.

A SRª ROSARITA MACHADO DE BARROS CARON – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mesmo já no seu primeiro enfoque... Digamos que falem: "Não, mas isso eu negociei lá com os trabalhadores." Aí não precisa cumprir a lei.

Parabéns já pelo início.

A SRª ROSARITA MACHADO DE BARROS CARON – Muito obrigada.

O que é importante verificar? É que, muitas vezes, quando se fala em meio ambiente do trabalho, parece que é uma coisa tão distante da nossa realidade, e não é. Eu digo isso com muita propriedade, porque não só nas minhas atividades como juíza, mas também como mãe dentro de casa, porque eu tenho filhos que trabalham e foram vítimas do meio ambiente de trabalho, que aterroriza os trabalhadores.

Então, eu vou contar uma história para vocês que vai bem retratar a necessidade dessa legislação.

Em Araguaína, nós temos vários frigoríficos.

Eu e o Procurador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Tocantins? No Bico do Papagaio?

A SRª ROSARITA MACHADO DE BARROS CARON – Em Araguaína, no Tocantins, no Bico do Papagaio. A 10ª Região cobre Distrito Federal e Tocantins.

Então, lá existem vários frigoríficos, que é atividade maior na região.

Numa certa ocasião, se eu pudesse dizer que há uma jurisdição que é especialista em acidente de trabalho, eu diria que é Araguaína. Então, nesses frigoríficos, uma vez, nós fizemos uma visita que seria uma inspeção judicial junto com o Procurador do Trabalho, um Procurador jovem, que era o Dr. Alexandre, e nós fomos fazer essa visita.

Quando nós chegamos lá, eu fiquei muito impressionada, Senador, com o ambiente de trabalho. Era um ambiente limpo, um ambiente em que todo mundo parecia saudável. Mas, quando eu cheguei lá, era uma sala imensa que tinha 50 ou 60 trabalhadores, que eles chamam naquela história em que o "boi começa aqui pela metade e chega ao filé lá do outro lado". E como era silenciosa aquela sala, como os trabalhadores não se comunicavam, porque não tinham tempo. E quantas ações eu peguei de trabalhadores que reclamavam do tempo que era cronometrado para que eles fossem ao banheiro. Porque naquela atividade não se parava, o boi saía de um lugar, ia para o outro e não se parava um segundo. Então, eles tinham pouquíssimos minutos para poderem ir ao banheiro. Imagina conversar. Se conversasse muito, ele perdia o corte. Então, não podia.

E uma certa vez – não foi a primeira vez, era a segunda ou terceira vez –, houve um vazamento de amônia dentro do frigorífico. Aí, mais uma vez, o Ministério Público, como sempre diligente, entrou com uma ação pedindo que o frigorífico fosse interditado. Naquele momento, 40 trabalhadores perderam os sentidos, passaram mal e foram para o hospital. E, aí, eu olhei aquela ação e defini, eu mandei interditar o frigorífico.

Até então, quando os 40 trabalhadores foram parar no hospital, nenhum representante mais importante daquele frigorífico compareceu à Justiça do Trabalho. Nenhum, nenhum deles! Mas quando eu interditei o frigorífico me apareceram dois que vieram de Barretos, até de avião particular, e nesse sentido eles têm condição de fazer a proteção do meio ambiente, mas vou dizer qual meio ambiente que eles queriam proteger. Então, eles foram falar comigo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disseram: "Não, mas já foi debelado o mal do vazamento de amônia, e a gente queria muito que V. Exª [me trataram até com respeito] revogasse a interdição, porque V. Exª tem que ver com a gente que os animais estão presos, não podem ser alimentados. E isso é contra a lei, não é doutora? Porque a gente tem que ver o bem-estar [eu nunca mais vou esquecer isso] do animal. Eles precisam comer."

E eu, como boa goiana que sou, já respondi: "Por que o senhor quer dar comida para eles, o senhor não vai matá-los amanhã? E os seus trabalhadores? O senhor se preocupou com eles quando desmaiaram, quando eles perderam o sentido? Eles poderiam ter caído em algum lugar, ter fraturado algum osso, ter se machucado. O senhor se preocupou com isso?"

Ele respondeu: "Não, doutora, mas a senhora tem que ver..." Eu falei assim: "Não, eu compreendo perfeitamente. O senhor é um dos superintendentes, diretores do frigorífico e tem que estar preocupado mesmo com o que lhe dá lucro, que são os bois. Mas o senhor pode deixar que tanto o Ministério Público quanto a Justiça do Trabalho, o senhor pode deixar que essa parte dos trabalhadores, do ser humano, a gente faz." (*Palmas.*)

A SRª ROSARITA MACHADO DE BARROS CARON – Como imagina V. Exª se não tivéssemos leis? Qual é a visão do empregador...

Eu não vou generalizar porque não são todos os empregadores, nós temos excelentes exemplos de trabalhadores que dão importância ao ambiente do trabalho. Mas imagine V. Exª se não houvesse legislação, se eu não tivesse o apoio, por exemplo, de um perito do trabalho que foi lá, porque eu só revoguei a interdição a partir do momento em que o perito me disse que não era mais possível ter alguma coisa que afetasse os trabalhadores. E eu estava preocupada com aquilo, e não foi a primeira vez.

Depois que eu saí de Araguaína fiquei sabendo que aconteceram mais dois vazamentos de gás de amônia. Será que eles se preocuparam com o meio ambiente do trabalho? Eles não se preocuparam. E com o meio ambiente psicológico? Às vezes, quando se fala em meio ambiente, fala-se de estrutura, de ergonomia, de como é importante se ter um meio ambiente saudável em que a cadeira seja própria para o trabalhador, mas e a cabeça do trabalhador? E a parte psicológica do trabalhador?

Eu já deparei várias vezes, Senador Paim, com o terror psicológico no trabalho, nos meus processos para que eu analisasse. Mas agora eu vejo dentro da minha própria casa. Como é que a gente vai deixar de legislar sobre isso? Como é que a gente vai deixar...Para mim isso é crime, tem que ser considerado crime, a poluição do meio ambiente do trabalho também é crime, porque dentro dele tem o ser humano, dentro dele pode ter os nossos filhos, como tem.

Então, esse projeto original de V. Exª, tem que ser o original como disse o Dr. Carlos... Meu Deus, se você perceber que o ambiente do trabalho é um risco como é que você não vai interditar? Se você vir no ambiente de trabalho que o gado tem que sair porque o rio encheu, como é que o auditor-fiscal do trabalho não pode interditar um local de trabalho quando se vê que o perigo é iminente? O gado tem que ser tirado, e eles, com muita preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse exemplo é muito bom, gostei dele. Quando o rio encheu, o gado tem que ser tirado. E quando o cidadão corre risco de vida não pode.

A SRª ROSARITA MACHADO DE BARROS CARON – Não pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu Deus, é crime inafiançável matar um jacaré. E o ser humano que você tortura com gestos no trabalho que são terríveis, o terror psicológico. "Ah, vamos dizer que é só para o trabalhador que tem menos instrução." Não é, é para qualquer um. Nós sofremos isso até no serviço público. Nós sofremos de assédio moral.

Então, o que eu deixo registrado, Senador, é que a própria experiência nos mostra, não é só conversa fiada de doutos, de acadêmicos. Não, está na nossa realidade; o trabalho escravo está na nossa realidade e é considerado normal.

Em Araguaína eu já passei por isso também do trabalho escravo. Quando eu fui interrogar o empregador, ele me disse: "Ah, doutora, mas eu não sabia que não podia fazer isso; mas eu prendia sim os trabalhadores porque eu pagava para eles adiantado, dava para a mulher deles, e na ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSARITA MACHADO DE BARROS CARON – ... hora em que eles iam ter que trabalhar para me pagar, eles não trabalhavam e eu tinha eu prender." Veja como também é um trabalho que o Ministério Público vem fazendo com afinco e com muito sucesso que é o de conscientização também.

Então, a minha participação é para demonstrar como é importante, como essas coisas da poluição do meio ambiente de trabalho realmente acontecem, não são só factoides de livros, elas acontecem no nosso dia a dia. E como é importante que esse PLS 220 seja aprovado na sua forma original para que os auditores também possam agir em conjunto com o Ministério Público do Trabalho e com a Justiça do Trabalho.

Eu agradeço muito a paciência de vocês com a minha participação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Presidenta da Amatra, 10ª Região, Drª Rosarita Machado de Barros Caron, que deu alguns exemplos reais desde a família. Achei muito interessante a história do rio, porque é um exemplo prático. Quando o rio enche, você desloca o gado porque ele vai sofrer e até morrer. E o trabalhador no seu ambiente de trabalho que fica à mercê de perder a vida? Como é que faz? Não faz nada?

Parabéns pela sua fala direta e objetiva.

Convidamos agora o Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Dr. Flávio Werneck.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Senador Paulo Paim, Drª Rosarita, amigo Waldemiro, eu vou me permitir, antes de começar a conversar, a fazer um recorte sobre a sua colocação, Senador, da visita à Superintendência do Paraná para vistoria. Até porque, nesse recorte, vou me colocar como Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais e não como Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros.

Acredito que a vistoria tem que ser feita, sim, mas acredito também, como policial federal, que nada vai ser constatado. Acredito que esse tipo de vistoria de direitos humanos tem que ser ampla e irrestrita a todo o sistema carcerário brasileiro, que vive uma crise. Nós temos apenas cerca de 10% do sistema carcerário tentando estudar e cerca de 15% do sistema carcerário tentando trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As condições da SR Paraná são infinitamente superiores no presídio do que qualquer outro presídio. Vou citar um apenas de que tenho conhecimento: Urso Branco, Rondônia. Porque eu tomei posse no Acre e, à época, ia muito à Papudinha e ia muito a Urso Branco. A Papudinha nem existe mais, Senador.

Então, gostaria de deixar claro isso aqui, porque eu vejo que uma visita sempre é boa ao sistema carcerário, ao sistema prisional, mas acho que o sistema prisional tem uma crise muito maior, e de condições também dos encarcerados na SR Paraná, e deixo aqui bem claro: a SR Paraná tem uma condição infinitamente superior de encarceramento do que a grande maioria dos presídios brasileiros.

Então, já deixo a proposta aqui para se fazer essa vistoria em todos os demais presídios brasileiros, para que a gente possa reverter essa situação, Senador Paim, porque eu acho que o que a gente tem que mudar no sistema carcerário brasileiro é o acesso à educação e o acesso ao trabalho. Enquanto a gente não mudar essa chave, a palavra ressocialização é só uma mentira no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Flávio, o senhor me dá uma bela oportunidade. Até eu recebi aqui algumas coisas pelo chamado Twitter hoje em dia. Primeiro, dizer que ninguém pode se queixar da Comissão de Direitos Humanos, nem do Senado, nem da Câmara.

O SR. FLÁVIO WERNECK – De maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As Comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara já visitaram todos os presídios. Eu estou aqui com um ciclo de debates sobre a segurança do sistema prisional. Ninguém tem dúvida sobre a situação dos presídios no Brasil principalmente. Eu, particularmente, visitei até o de Santa Maria, devido a uma situação, me lembro, junto, em Porto Alegre, com o Deputado Rolim, muito conhecido por esse trabalho. Tivemos até CPI. Claro que essa questão tem que ser investigada. O que não pode também é quererem proibir que um ex-Presidente da República preso receba uma visita...

O SR. FLÁVIO WERNECK – De maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de Direitos Humanos. É só isso.

Então, você me dá essa oportunidade e eu concordo com você. Já fizemos CPI, já visitamos todos os presídios. Em qualquer país do mundo, quando um ex-Presidente está preso, de uma Comissão ir visitá-lo, e você fechou bem, só faz bem. É uma visita, é uma visita.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu poderia aqui dizer, em outras partes do mundo, quando autoridades se deslocam para visitar um ex-Presidente da República, que já foi comandante e chefe do País, fazem a visita. É uma visita. Visita é um ato natural que se faz a todos.

Então, por isso que eu queria me dirigir àquelas pessoas que, pelo Twitter, educadamente, como você fez, levantaram se a Comissão de Direitos Humanos de fato iria. Fará uma visita protocolar, dentro da legalidade. Quem vai dizer, inclusive, os minutos ou o tempo em que a gente vai estar lá com o Presidente é a juíza que cuida do caso. Tanto que eu fiz questão de ler o ofício e fiz questão de que a Comissão remetesse o ofício a ela, a S. Exª a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srª Juíza da 12ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba. Está endereçado a ela aqui, e ela pediu mais informações para a Comissão, gentilmente. Ela não deu a resposta ainda, mas fez.

Eu apenas fiz aqui o comunicado porque nós tínhamos uma audiência amanhã aqui, e diversas autoridades estavam convidadas. Como eu vou ter que me deslocar para lá, e a iniciativa dessa comissão é de minha autoria, e é sobre o Estatuto do Trabalho, eu só marquei para um outro dia.

Mas foi boa essa tua colocação, porque me deu oportunidade também de justificar. Porque, quando a gente fala em direitos humanos, as pessoas dizem: "Ah, só cuidam de carcerário, só cuidam de presídio, só cuidam de bandido." Muita gente diz isso.

E eu tenho feito aqui audiências ouvindo toda a polícia, Polícia Civil, Polícia Militar. Aí me disseram outro dia: "Mas não fique só chamando comandante e major. Convide os soldados, aqueles que estão lá na frente." E assim eu fiz. Convidei aqui os soldados, todos colocaram os seus pontos de vista...

O SR. FLÁVIO WERNECK – Sim, o Presidente Lotin esteve aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, isso.

Então, isso é apenas uma intenção, porque você me deu oportunidade, de que a Comissão de Direitos Humanos é para todos – para todos. Ela atende área pública, área privada e, dentro do possível, ela se apresenta, com a cordialidade com que sempre fomos recebidos. Eu não tenho queixa de ninguém no sistema prisional. Nas vezes em que visitei, me receberam muito bem. Eles diziam: "Olha, Senador, vamos entrar. Tem que ter uma segurança. Aqui pode, ali não pode", e assim foi. Eu espero que lá seja também igual, que digam: "Olha, você vai visitar o Presidente – sei lá, por meia hora, estou dando um exemplo, por 15 minutos – , e vai poder visitar os outros que estão aqui também ou não, mediante a decisão que nós vamos respeitar."

Esse é o objetivo.

Agradeço aqui a colaboração que você deu para que a gente pudesse dar esse esclarecimento. Se a gente visita só preso, apanha. Se não visita, apanha. Se só fala com a polícia, apanha. Se não fala com a polícia, apanha.

Então, é difícil para nós que somos, eu sempre digo que nós somos militantes humanitários. A política no Brasil virou ódio, intolerância. Eu estou propondo uma sessão de debates sobre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, vai para a linha da intolerância absoluta, que não interessa a ninguém isso.

Interessa o que estamos fazendo aqui, porque você, Vice-Presidente da Central de Sindicatos Brasileiros (CSB) e tem conhecimento profundo dessa área da segurança no Brasil, já fez diversos depoimentos aqui.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você é um dos mais presentes aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO WERNECK – Acho que, nesses últimos anos, eu estive aqui pelo menos umas dez vezes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez? Tu estivestes mais de 50 vezes aqui.

Mas, vamos lá, o tempo é teu.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Bom, só para terminar, Senador, deixar aqui claro que o Senador Paulo Paim, a Comissão de Direitos Humanos, de forma inédita, abriram as portas para um debate sobre direitos humanos dos servidores e dos profissionais de segurança pública e do serviço público como um todo, que, como bem disse a Presidente da Amatra, Drª Rosarita, existe, sim, assédio moral dentro do serviço público; existe, sim, terror psicológico dentro do serviço público. E nós, inclusive, à época, pudemos apresentar um trabalho feito em parceria com a Drª Ana Magnolia, eu não sei se o senhor se recorda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembro.

O SR. FLÁVIO WERNECK – ... com a Drª Ana Magnolia, da UnB, com índices alarmantes de assédio moral e terror psicológico dentro do serviço público.

Bom, vamos ao nosso mote.

Falar sobre o direito do trabalho e as propostas para manter os direitos sociais depois de vários colegas que trabalham e militam na área diretamente, fica uma dificuldade bem grande. Mas eu gostaria de aqui justamente fazer esse recorte que é o recorte que eu acho que nós temos que fazer e devemos fazer. Primeiro, já encaminho uma nova proposta. Já que para os servidores públicos a negociação coletiva foi devidamente vetada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vetada, infelizmente.

O SR. FLÁVIO WERNECK – ... infelizmente, acredito que a gente poderia tentar agora, Senador, uma PEC para que os servidores públicos estejam abrangidos pela Justiça do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, aqui, alguém ameaçou bater palmas, eu vou puxar as palmas. (*Palmas.*)

Já fica aqui o compromisso. Achei uma boa sugestão para esta Comissão, porque vem algo aqui perguntando isso, que esta sugestão do nobre líder Flávio Werneck, que é um especialista em segurança pública e é da polícia, seja abraçada por esta Comissão, e que comecemos a coletar as assinaturas esta semana ainda para essa PEC.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Porque, Senador, se o Supremo Tribunal Federal tem o entendimento de que eu, Flávio Werneck, simples Vice-Presidente da CSB, entendo ilegal, inconstitucional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Simples. Você é Vice-Presidente de uma central de trabalhadores.

O SR. FLÁVIO WERNECK – ... que a Justiça do Trabalho não pode, não poderia abranger direitos e tutelas dos servidores públicos, cabe a nós mudarmos essa situação na Constituição Federal.

Eu acredito que hoje, tanto o TRF da 1ª Região, quanto as "justiças comuns", entre aspas, as justiças estaduais não estão preparadas para trabalhar e para ver e buscar fielmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o direito dos servidores públicos. Basta ver que aqui, no Distrito Federal, tudo que diz respeito a tutela de direitos de servidores públicos vai para a Fazenda, Varas de Fazenda Pública, e passam 10, 15, 20 anos para serem analisadas, e na Justiça do Trabalho e TRF da 1ª Região, também Distrito Federal, abrangido pelo TRF da 1ª Região, tutelas de policiais federais duram, por exemplo, num mandado de segurança, numa liminar, seis meses para serem julgados. Tutelas trabalhistas, porque nós somos também trabalhadores. Não posso ter qualquer outro entendimento diferente disso.

Então, passando por essa situação, eu gostaria de falar um pouquinho sobre uma palavrinha que eu acho que deveria e deve ser o mote, sempre, no que diz respeito aos projetos que nós estamos discutindo aqui, hoje, e a tudo que foi falado: transparência. Nós temos que buscar efetivamente, Senador Paulo Paim, meios de levar à população...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO WERNECK – ... mas à população que tenha maior dificuldade possível de entendimento, da forma mais simples possível, aquilo que é feito na Justiça, aquilo que é feito com o nosso orçamento.

Porque o que eu vejo hoje é muito daquilo que dificulta a análise de toda a população brasileira. Quando se fala em Justiça do Trabalho, buscou-se fazer um consenso de que a Justiça do Trabalho causava prejuízos financeiros ao Brasil, de que o trabalho feito lá era um trabalho que não dava resultado e, muito pelo contrário, o que a gente vê nos números é justamente o contrário. É lá que o cidadão, que o trabalhador brasileiro vai tentar, depois de agredido várias vezes, buscar os seus direitos mais básicos.

Então, nós precisamos buscar um meio de colocar isso de forma muito simples, de forma que o trabalhador rural, que teve pouquíssimo acesso ao estudo, consiga entender, quando ele tem um direito mínimo violado, consiga buscar de forma rápida e célere a Justiça do Trabalho, porque é isso que ela faz, ela dá respostas, normalmente, de forma rápida e célere para o trabalhador brasileiro.

Essa transparência também, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E me permita, pessoal, porque você entrou num tema também importante.

Eu vi as manchetes de alguns jornais, hoje, dizendo assim: "As ações na Justiça..." – como se fosse uma grande coisa para o povo brasileiro. "As ações na Justiça diminuíram 45%, 50%", depois da dita reforma, ou contrarreforma. Mas botaram como se fosse um ganho do trabalhador. Mas que ganho? Sabem por que eles não estão mais entrando? Com medo de terem de pagar. Então, o camarada deve lá R$10 mil, corrijam-me, se eu estiver errado, poderá ter de pagar R$5 mil, se perder a ação. Mas o que é isso?

Esse é o terrorismo de que vocês falaram aqui, vocês levantaram muito bem. A Justiça do Trabalho é a última instância que o trabalhador tem para se socorrer. Fui sindicalista. Para falar a verdade, nunca precisei entrar com uma ação, mas centenas entraram. Eu não precisei. Talvez porque eu era meio rebelde, meio sindicalista, sempre me pagaram tudo direitinho. Mas conheci centenas, milhares, que não pagavam. E falavam comigo sobre um enorme caminho até o processo. Ora, vai fazer o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por que não estão mais encaminhando? Então, essa aí é uma notícia ruim, é terrorismo mesmo. Não é notícia boa não. Se eles não estão entrando é porque ficam assustados. O trabalhador ganha lá R$2 mil, tem direito a uma ação – e vou repetir o mesmo exemplo – de R$10 mil. Como é que ele vai pagar R$5 mil, se perder? Claro que ele se assusta! Por isso é que nós estamos lutando aqui para aprovar o novo Código do Trabalho.

Queria cumprimentar V. Sª por trazer esse assunto à tona. Só deu ponto positivo, aqui. (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO WERNECK – A gente vai aprendendo, Senador Paulo. Tenho um professor muito bom. Como vim a mais de dez audiências públicas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez são as que você diz, para mim são mais de cinquenta.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Então, tenho um bom professor aqui ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E com muita satisfação, sempre falando muito bem.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Então, Senador, voltando à palavrinha transparência. A gente tem de arrumar um meio, um antídoto, para demonstrar para a população brasileira que a Justiça do Trabalho é o seu último recurso quando ela está com os seus direitos violados.

Repiso, estou tentando – a Federação Nacional dos Policiais Federais, o Sindicato dos Policiais Federais –, arduamente, fazer com que a Justiça do Trabalho e a Procuradoria do Trabalho reconheçam, por exemplo, que aqueles estudos de assédio moral e de terror psicológico, o que acontece diuturnamente dentro ao Departamento de Polícia Federal, sejam encaminhados pela Justiça do Trabalho. Porque se eu colocar no TRF da 1º Região... Por isso a minha luta. Já visitei até alguns colegas aqui comentando sobre isso, tentando buscar um meio ambiente de trabalho sadio pela tutela da Justiça do Trabalho. Se eu jogar isso no TRF da 1ª Região, infelizmente, pelas várias jurisprudências que a gente vê no Tribunal e pela morosidade do Tribunal, não existe habilidade para se tratar, mesmo com provas cabais. Mesmo com todo aquele estudo feito pela Universidade de Brasília, a gente não vê possibilidade de êxito a curto ou médio prazos se a gente jogar isso na Justiça comum, na Justiça Federal. A gente não vê isso como muito comum. Não é algo normal, não é um tema afeto ao TRF da 1ª Região. É um tema afeto à Justiça do Trabalho, são direitos trabalhistas.

O terror psicológico leva, inclusive, ao suicídio. Nós tivemos mais de 40 suicídios dentro do Departamento de Polícia Federal. A resposta do órgão é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dentro da Polícia Federal quantos suicídios?

O SR. FLÁVIO WERNECK – Mais de 40 suicídios. E a resposta do órgão é – aí ele busca o problema individual para dar a resposta: o problema é a família, ele se separou; o problema é que ele é alcoólatra; o problema é que ele está usando drogas. O problema nunca é o meio ambiente de trabalho. Então, a gente precisa buscar essa solução.

Senador, para não me alongar, gostaria muito de focar, hoje, na palavra transparência e de pedir, rogar a esta Casa que busque melhorias e que mantenha a Justiça do Trabalho funcionando.

Agora, vou usar de uma digressão: já que muitos dizem que a Justiça do Trabalho tem pouco trabalho, que aceitem – o que não é verdade, mas é a alegação – os servidores públicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e as causas dos servidores públicos na Justiça do Trabalho, que os aceitem. Tenho certeza de que a tutela, na Justiça do Trabalho, será uma tutela célere, eficiente e de qualidade. Porque, se a Justiça é do Trabalho, nós temos de ser tutelados por lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Flávio Werneck, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e também um grande líder da Polícia Federal. Muitas vezes veio aqui fazer depoimentos, todos do mais alto nível, qualificados, ajudando muito a quebrar a ideia de que os direitos humanos não se preocupam com todos os setores.

Queria agradecer muito a você. Foi a partir das suas vindas para cá que a gente conseguiu ir abrindo mais espaços em outros setores da polícia brasileira, pela qual tenho o maior respeito. Equívocos e erros há em todas as áreas. Não fiquem só dizendo que é aqui e ali. A sua presença aqui, para mim, sempre foi muito importante.

Aceite aqui, mais uma vez, nossas palmas. (*Palmas.*)

Queria passar a palavra, agora, para... Vou deixar você por último, Waldemiro. Pode ser? Entramos num tema e sairemos num outro que é a sua área, a sua especialidade.

Passo a palavra à Drª Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Um bom-dia a todos e a todas, especialmente ao Senador Paim. Cumprimento, em especial, todas as entidades que ajudaram a formatar esse seminário. Um seminário, diria, extremamente importante para pensar propostas legislativas, propostas do Congresso Nacional, que, eventualmente, possam avançar na melhoria da condição social dos trabalhadores brasileiros.

Quando me refiro a trabalhadores certamente não estou falando apenas dos trabalhadores empregados, mas dos trabalhadores em geral, de todos aqueles que necessitam viver do seu trabalho, no mundo do trabalho, o que inclui, evidentemente, os servidores públicos, o que inclui, ainda, os trabalhadores que se encontram na informalidade, os trabalhadores formais e todos aqueles que, no mundo do trabalho, se encontram nessa posição de necessitar dessa melhoria de condição social.

Gostaria de concentrar a minha fala em dois projetos específicos, porque sei da limitação do tempo. Gostaria, primeiro, de falar a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2015. Eventualmente, no tempo que me restar, também do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011. Eles estão, de alguma forma, conectados.

O primeiro deles, que é o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, se encontra, desde outubro de 2017, na Secretaria Legislativa do Senado e aguarda inclusão na Ordem do Dia de requerimentos. Nos termos da ementa desse projeto, ele altera a CLT de uma forma bastante positiva. A proposta inclui a ideia de uma ação promocional, que é uma garantia provisória de emprego. Representaria uma garantia provisória de emprego a todos os trabalhadores que reivindicassem, na Justiça do Trabalho, essa tal de ação promocional.

A ação promocional seria algo extremamente inédito no processo do trabalho no Brasil. Já que nós estamos falando de direitos, é importante que a gente diga que apenas proclamar os direitos, mas não os garantir efetivamente, pode torná-los apenas um discurso de lei vazio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí por que é necessário o aperfeiçoamento das estruturas processuais e da estrutura judiciária do trabalho.

A ação promocional, para ser explicada, para ser compreendida, talvez eu precise dizer algumas coisas antecedentes. Acho que a primeira delas é que é importante reafirmar, nesse cenário de retrocessos que nós estamos vivenciando, que os direitos trabalhistas são efetivamente direitos humanos e, nessa condição, precisam ser tratados. São direitos humanos dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 fez uma inovação bastante interessante. Ela acaba por tratar os direitos trabalhistas no título dedicado aos direitos e garantias fundamentais. Daí por que nenhum jurista, ninguém do mundo do trabalho, os empregadores, os sindicatos, ninguém está autorizado a tratar os direitos trabalhistas como se fossem menos do que os próprios direitos e garantais fundamentais, na medida em que a Constituição fez essa eleição. Ela coloca os direitos sociais trabalhistas ao lado dos direitos clássicos, dos direitos inerentes à nacionalidade, dos direitos políticos.

Bem, já que se trata de direitos fundamentais, a eles também se aplica uma teoria que os juristas conhecem e que é uma teoria de aplicação horizontal desses direitos. Para nós, do campo do trabalho, isso é extremamente importante. O que significa uma aplicação horizontal dos direitos fundamentais? Significa que esses direitos são obrigacionais mesmo nas relações privadas, mesmo nas relações entre particulares. Daí por que os empregadores, os sindicatos e os trabalhadores são, ao mesmo tempo, credores e devedores de direitos fundamentais. Então, não é apenas o Estado brasileiro ou a estrutura estatal que deve a promoção dos direitos fundamentais. Nas relações contratuais também existe um dever de respeito aos direitos fundamentais.

Essa é uma questão importante porque, teoricamente, muito teoricamente, nós vivemos em um Estado em que o trabalho é livre, vale dizer, é livre porque longe da servidão. Embora longe da servidão, o trabalho traz um paradoxo, ele traz uma contradição interna. O trabalho também se faz mediante subordinação. É estar subordinado juridicamente a outrem. Não bastasse isso, não bastasse a subordinação, que reforça a importância de que nos contratos de trabalho os direitos fundamentais sejam observados, a gente precisa considerar que o nosso marco social atual é de uma situação de desemprego.

A situação de desemprego impõe aos trabalhadores empregados e aos trabalhadores não empregados um estado de sujeição inédito na nossa história, porque quem permanece empregado, para que não vá à situação de desemprego, acaba aceitando toda e qualquer situação de trabalho. E aquele que não está empregado vê, na condição de emprego, talvez a única do salvamento no mundo do trabalho que lhe promete ser um trabalhador para o consumo.

A situação de desemprego, portanto, e mais, aliada ao fato de que o Brasil nunca evoluiu em uma verdadeira proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa, reforça o fato de que, nos contratos de trabalho, é importante que se reafirme a autoridade dos direitos fundamentais. Nesse caso, a Justiça do Trabalho tem um papel fundamental, que é de uma aliança entre o Judiciário e o compromisso de realização desses mesmos direitos.

A magistratura do trabalho e suas associações representativas têm consciência disso, tanto que, em 2004, em Campos do Jordão, portanto há 14 anos, no principal congresso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

magistratura do trabalho, que é o Conamat, um congresso, aliás, em que já tivemos a honra da participação do Senador Paim, em Campos do Jordão, o tema que os juízes elegeram para aquele congresso há 14 anos era justamente afirmação e resistência, o trabalho na perspectiva dos direitos humanos. Então, desde então ou mesmo antes disso, a magistratura procura se reconhecer nesse discurso de um compromisso de realização dos direitos fundamentais e dos direitos humanos da pessoa do trabalhador.

Nesse caso, no entanto, precisamos reconhecer que as lides na Justiça do Trabalho e os processos trabalhistas se encontram excessivamente concentrados no debate monetário. Vale dizer, se viola um direito, portanto, se paga por ele. Eu tenho um excesso de jornada, então eu pago as horas extras. Eu discrimino, daí, então, eu indenizo.

Não que a questão remuneratória ou a questão monetária não seja uma questão importante; ela é bastante importante. Talvez o problema esteja no fato de que a atuação judiciária e a atuação no processo do trabalho têm um excesso de concentração no campo do pagamento, no campo da indenização, mesmo quando eu tenho violação a direitos fundamentais.

É exatamente nesse cenário que imaginamos que seja necessário aperfeiçoar os chamados instrumentos processuais trabalhistas, melhorar o nosso arcabouço processual, incrementar os nossos instrumentos no campo do trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que é um TRT que abarca Campinas e o interior de São Paulo, foi inclusive um TRT bastante pioneiro em discutir internamente um anteprojeto de lei de processo do trabalho em que uma das novidades daquele anteprojeto era justamente a previsão da tal da ação promocional. Essa ação promocional, de uma forma ou de outra, está contemplada nesse PLS do Senado. E o que seria essa ação promocional? A força da ação promocional estaria em ser uma ação judicial de correção da violação a direitos fundamentais que não tenha conteúdo patrimonial.

O conteúdo patrimonial, o conteúdo monetário nós deixamos para as ações trabalhistas tradicionais, e, quando se trata de uma ação mais enérgica...

(*Soa a campainha.*)

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – ... do Judiciário para estancar violação a direitos fundamentais, a ação promocional poderia ser utilizada.

E ela pensa, a ação promocional, em ser uma ação que legitima o próprio trabalhador a propô-la ou, eventualmente, os sindicatos, quando os sindicatos perceberem que se trata de uma violação a direitos individuais homogêneos, a direitos difusos ou a interesses de caráter coletivo. Essa legitimidade ativa dos trabalhadores e dos sindicatos também possibilita que, nas ações dos trabalhadores, os sindicatos possam atuar como assistente litisconsorcial, mas atuando como assistente litisconsorcial sempre com a autorização dos próprios trabalhadores.

O Ministério Público do Trabalho, que é, sem dúvida nenhuma, um grande promotor e defensor da ordem democrática brasileira no mundo do trabalho e da cidadania do trabalho, também teria uma atuação bastante importante na ação promocional. Porque, embora o Ministério Público do Trabalho, nessa previsão, não fosse legitimado para a promoção da ação, porque ela é a típica ação de classe, o Ministério Público do Trabalho atuaria, ora como *custos legis* e ora como litisconsorte facultativo, se compreendesse, por exemplo, que é o caso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aditamento à petição inicial ou de uma atuação em que ele percebe que um trabalhador traça uma discussão que pode interessar não só a coletividade, mas, por exemplo, a futuros trabalhadores daquela categoria.

E o objeto seria isso. O objeto da ação não é pagamento; o objeto da ação promocional é que se reconheça que existe uma lesão ou uma ameaça à lesão de caráter fundamental a direitos ou interesses dos trabalhadores. Visa-se, com essa ação, a correção e, claro, a reparação não patrimonial da lesão ou da ameaça. Nesse caso, a natureza do provimento, em uma ação promocional como essa, pode ser tanto principal como de natureza cautelar, pode ser declaratória, pode ser constitutiva, pode ser condenatória, de obrigações de fazer ou não fazer, e, eventualmente, inclusive, mandamental. A competência para uma ação promocional como essa, tal como está prevista no projeto, seria no local onde a lesão aconteceu, porque se prestigia o local da lesão. Mas também é possível, para que haja amplo acesso ao Poder Judiciário, que haja competência de varas do trabalho naqueles casos em que o trabalhador está fora do seu domicílio, mas precisa promover a ação promocional para estancar uma lesão a direitos fundamentais, ficando preventa, evidentemente, a competência de varas do trabalho para ações similares, mas não há prevenção para as ações patrimoniais. Nas ações patrimoniais, ficamos como estamos, como já conhecemos o processo do trabalho no Brasil.

Uma questão central desse PLS é que, quando o trabalhador promove uma ação promocional, ou em uma ação plúrima, vários trabalhadores propõem uma ação promocional, eles passam a ter, a partir daquele momento, uma garantia provisória de emprego. Então, eles não podem ser suspensos ou dispensados durante a tramitação da ação promocional em que se discute a validade e a reparação de direitos fundamentais. Essa garantia de emprego é muito importante. Por quê? Porque ela vai, digamos, no contrafluxo de uma realidade brasileira, que eu diria que é quase uma cultura. Qual é a cultura? A cultura demissional do patronato.

Notadamente, as estatísticas demonstram que os micro, pequenos e médios empresários tendem a demitir seus trabalhadores todas as vezes que esses trabalhadores procuram discutir alguma lesão dentro do âmbito do Judiciário. Daí porque é importante garantir o trabalhador, para que ele possa discutir essa lesão com uma garantia provisória de emprego, e, claro, uma dispensa como essa seria discriminatória.

Embora não se diga, eu sei que se poderia argumentar contra o PLS imaginando-se assim: para se conseguir garantia provisória de emprego, nós vamos enxurrar a Justiça do Trabalho de muitas e várias ações promocionais, muitas delas sem nenhuma seriedade no debate, mas, para isso, nós já temos instrumentos processuais que podem coibir o excesso de ação, o dolo processual, a má-fé de quem propuser uma ação promocional. Para isso existe a litigância de má-fé, a multa processual e todas as consequências quando se perceber que a ação promocional não visou uma discussão séria, juridicamente pautada em uma lesão a direitos fundamentais.

Eu teria, inclusive, outros aspectos para falar da ação promocional, mas eu sei da questão do tempo. E aí eu me dirijo para o final, para dizer o seguinte, pelo menos quanto a esse PLS. Incorporando à CLT essa modalidade processual inovadora, que nós não temos em nenhum campo do processo do trabalho atual, nós não temos dúvida de que o Congresso Nacional seguramente, marcaria a história da Justiça do Trabalho brasileira, como o fez na CLT, em 1943. Mais do que isso, eu acho que nós honraríamos uma tradição humanitária do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e seríamos capazes de inspirar outros modelos processuais, no mínimo na América Latina, mal comparando um pouco como fizemos, ainda que tardiamente, com a inspiração do mandado de injunção.

Eu sei que, por vezes, no Parlamento, se prestigia e se deve prestigiar o debate político, mas questões técnicas processuais como essa, de uma ação promocional, podem ter um efeito bastante grande, eficiente, concreto, em uma ideia de que eu não posso apenas prever direitos; eu preciso garanti-los efetivamente, na ideia de que os trabalhadores necessitam do incremento, da melhoria da sua condição social.

No pouco tempo que me resta, eu gostaria de fazer um pequeno elo entre essa proposta, que a Anamatra apoia, tem nota técnica favorável à aprovação do PLS. Eu gostaria de fazer um *link* também com o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, que tem relatório de autoria do Senador Paulo Paim. Por quê? Esse projeto, que se vincula à ideia da ação promocional é um projeto de direito material. Ele é um projeto que visa o combate da discriminação salarial em razão da questão de gênero, e essa é uma questão importante porque não há formação formal das mulheres no mercado de trabalho que até hoje seja capaz de diminuir os índices de discriminação salarial por gênero, que permanecem constantes na América Latina. É claro que a questão de gênero não se resolve apenas com a aprovação de projetos de leis ou de leis, mas essa é uma pequena parte que o Parlamento deve às mulheres trabalhadoras, que é justamente de coibir, de multar e de avançar contra aqueles que fazem da discriminação de gênero uma possibilidade de lucratividade no mercado de trabalho.

E qual é a relação entre esse projeto e o anterior? Esse, que visa uma igualdade de gênero no mercado de trabalho, coibindo discriminação, é uma matéria de direitos fundamentais, e a ação promocional, que eu acabei de referir, seria justamente uma ação promocional para evitar qualquer lesão a qualquer direito fundamental previsto na Constituição, desde a liberdade religiosa...

(*Soa a campainha.*)

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – ... até a liberdade de trabalho, até as cláusulas de não discriminação, até o direito de não ser escravizado, ao direito de uma autonomia negocial coletiva.

Esses são poucos exemplos dos muitos exemplos que nós poderíamos dar dos direitos fundamentais que compromissam o mundo do trabalho no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Noêmia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que destaca a importância desse projeto, e já outros também tinham fortalecido a ideia para que ele seja aprovado de forma original. E, ao mesmo tempo, V. Exª também levanta, só para sintetizar, a importância do 130. É importante dizer que o PLC 130 é do Deputado Marçal Filho, do PMDB.

Sempre acham que é meu. Não é meu, eu só fui relator. Mas achei o projeto tão singelo, tão simples, tão objetivo que veio para esta Comissão e eu aprovei por unanimidade aqui – todos os Parlamentares votaram juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi para o Plenário do Senado e colocaram uma emenda, mandando para tudo que é lado só para não permitir que a mulher tivesse o mesmo direito que o homem.

Agora, ele está na Comissão de Assuntos Sociais. Eu falei, como me comprometi falar de outros projetos, com o Senador Romero Jucá. Ele já me garantiu que o projeto já foi devolvido, que já está lá na Comissão de Assuntos Sociais. Então, vou fazer um apelo à Comissão de Assuntos Sociais para que pautem, quem sabe já nessa quarta-feira, para a gente votar esse projeto.

Houve um outro projeto que começou nesta Comissão, onde foi aprovado; foi para a Comissão de Assuntos Sociais – parece-me que houve recurso para o Plenário –, mas ele vai ainda para a Câmara depois.

Então, esse do Marçal, que já está aqui, é só votar que vai para a sanção. Por isso foi boa a sua lembrança desse projeto – os dois vão na mesma linha. O outro, que chegou a esta Comissão – a Senadora Gleisi Hoffmann foi a Relatora e o Senador Lindbergh Farias foi o autor se não me engano – foi aprovado aqui e também na Comissão de Assuntos Sociais. Parece-me que pediram para apensar outros, aqui nesta Comissão inclusive, e ele está indo para o Plenário.

Mas é bom lembrar que o 130, se o Plenário aprovar, vai direto para a sanção e resolve, pelo menos em grande parte, essa discriminação hedionda de a mulher receber um salário menor do que o homem na mesma atividade.

Por favor, Sr. Waldemiro Livingston de Souza, o nosso querido Peixe, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviço do Senado Federal.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Em primeiro lugar, cumprimento a todos, cumprimento a Mesa e todos aqueles que me antecederam aqui.

Senador Paulo Paim, o senhor conheceu a minha história, a minha luta aqui dentro e eu estive, como dizem, do outro lado ainda, eu estive em vários locais. Como o trabalhador brasileiro é desrespeitado sob todos os âmbitos, até na questão do seguro desemprego e tudo.

Vou falar agora do órgão em que eu trabalhei. Eu trabalhei por 30 anos dentro do Senado Federal. Várias empresas que não cumpriram a meta – e o senhor sabe da nossa luta. Agora mesmo, eu falei: existe a Patrimonial, a Fiança, a Plansul, há várias empresas que ainda não cumpriram, e o Senado fica protelando, fazendo tortura em cima dos trabalhadores. É uma coisa em que ele tem que ser exemplo.

Eu sempre pedi que esta Casa seja um exemplo e estou lutando. O meu sonho é falar assim: "O Senado e a Câmara são exemplo", para que as outras partes do Brasil copiem um exemplo.

Como vão copiar um modelo que está totalmente manchado com os trabalhadores? Porque não pagam os seus direitos e quando o trabalhador vai aí é que vem a tortura psicológica que a gente passa, que a gente vive a cada dia.

Há muitos que nem sequer podem falar com o Senador, porque se falar, o chefe diz: "Você vai falar, mas você vai ser punido". Eu sempre fui arrojado e sempre fui à frente para quê? Desbanquei isso, porque tem que fazer a mudança, como a senhora tratou lá no frigorífico.

Porque por essas coisas o trabalhador brasileiro passa em todos os âmbitos, na Polícia... Passa pelo mesmo crivo. É uma coisa que tem que ser... Nós temos agora nesta cartilha que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar... Eu sempre pedi ao Senador Paulo Paim: Eu peço respeito ao trabalhador brasileiro, porque o trabalhador é o que move... O Senador Pimentel, nós pedimos uma reunião com ele, porque os terceirizados aqui não podem ser penalizados mais do que já têm sido penalizados.

Olhem para ver o absurdo: Como o Governo já aproveitou, e o Senado foi o primeiro a dar o exemplo da lei. Mudou-se a lei lá, tranquilamente, a lei trabalhista todinha. O que o Senado fez? Os vigilantes... Nós ganhamos a convenção coletiva. Aí o que se fez? Só atualizou. Como demoram muito tempo a pagar, o que fizeram? O Senado usou a lei e não pagou o retroativo dos trabalhadores, dos vigilantes.

E quando houve a greve agora, veja se os vigilantes aqui saíram de greve? E aí não teve a contrapartida. A régua é muito desigual na questão dos trabalhadores. Estou pagando um alto preço por uma coisa que não fiz. Veio por quê? Eu vou, eu falo, eu cobro na forma de transparência.

O senhor colocou muito bem, Dr. Flávio. A transparência do nosso País tem que ser geral. Tem que ser a transparência do político. Começa pela transparência dos pais, das mães, das escolas. Em todos os lugares nós precisamos da transparência porque não há condições. O País está totalmente bagunçado de ambos os lados.

Eu estive visitando várias federações. Inclusive, na questão, estive com o Dr. Lincoln, em Belo Horizonte. Conversei com ele na minha cidade, porque ele faz parte da carceragem do Brasil. É um dos líderes que está tentando uma forma de estudo, de como socializar esses presos.

Mas está chegando a um ponto que nós estamos vendo que praticamente, como se diz, perdemos o piloto do Brasil. Está aí o complicante, o agravante da coisa, porque tomou-se o poder, como eles querem dizer, e tudo... Na formação, eles dizem: "Ah, mas aí você viu que caiu o índice e ninguém está colocando na Justiça".

Por que ninguém está colocando na Justiça? Eu estive lá no sindicado, na questão, e até aqui dentro do Senado, e falaram: "Se vocês colocarem o Senado na Justiça vocês são demitidos".

Uma tortura dessa, quem vai colocar? "Você vai ser arrojado de colocar o Senado na Justiça? Você nem se atreva?"

Mas quando vê a questão... Eu ainda falei com o Senador Paulo Paim: o sonho e a luta vão continuar. Eu não me calo, não vou me calar. Só se me torturem de todos os lados, porque é um absurdo um órgão que lidera, não fiscaliza e quando eu vou lá no INSS há uma lacuna que não pagaram.

É culpa minha? Eu tenho que estar ainda preocupado em saber se o meu INSS pago? Isso não pode. Não é só o Senado, não. É em local nenhum. Quem paga a conta? Aí, quando vem a régua desigual, o Governo dá o desconto para os empresários, dá o desconto imenso dele lá, e nós pagamos um alto preço aqui e não somos nem sequer na Justiça reconhecidos para se colocar uma ação... Inverteram-se os papéis. Em vez de nós recebermos o direito nosso, vamos pagar para trabalhar.

Inverteram-se os papeis. Fizeram o jogo que fizemos nessas manobras, nessas coisas todas em que nós estamos na luta. O Senador Paulo Paim sempre foi aquela pessoa centrada. Eu venho acompanhando ele e os outros Senadores também. Estou aqui... Por várias e várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sessões a gente vem falando, vem chamando, vem cobrando que se cumpra pelo menos o que está escrito.

Quando a lei tem que prevalecer. Mas eles não querem que a lei prevaleça. Eles querem que o legislado prevaleça, a negociação entre patrão e trabalhador. Eles querem colocar como um privilégio, uma coisa mais fácil.

Não é mais fácil, é totalmente mais complicado. Nem todas as pessoas tem a coragem de chegar e falar para o patrão: "Essa forma eu não aceito. Eu não aceito essa forma".

Eu sou obrigado, porque eu tenho uma família. Eu tenho que constituir a minha família, eu tenho que dar de comer. É o trabalho escravo, voltamos à escravidão. O Brasil conseguiu voltar à escravidão, é a realidade do nosso País. Voltamos para a área da escravidão, Senador. Essa é a realidade do nosso País.

Estão, chegando as eleições. Temos que saber daquelas pessoas que estão comprometidas com o País. Eles têm que estar comprometidos com o País. Se eles não estão comprometidos com o País, esquece. Podemos fechar Congresso, podemos fechar tudo, porque se não houver um comprometimento em ver que precisamos melhorar, primeiramente, a educação. Temos que bater nessa área: educação, porque mudou muito a educação.

Hoje em dia, há até um chamando mais forte. No tempo em que eu estudei, tinha palmatória, havia umas réguas que o professor batia em cima da mesa – só de bater na mesa assustava todos os alunos –, bilhetinho para o pai. A gente apanhava e tudo.

Hoje em dia, parece que tomar umas chineladas do pai é crime. Eu nunca vi um pais desse? Eu apanhei tanto na minha vida para eu ser um cidadão digno, responsável e não morri. Não só eu, mas várias pessoas. Eu dei o exemplo. Agradeço ao meu pai e a minha mãe por terem me dado umas chineladas, correadas, castigos, por ter ficado ali...

A gente consegue entender que hoje em dia os educadores têm que começar dentro de casa. A educação tem que vir de dentro de casa, para quando nós formos para a escola o professor ser o complemento daquilo que nós estamos aprendendo.

Mas hoje os educadores mudaram, é a televisão e outras formas mais. E por quê? Porque têm que sair o pai e a mãe para trabalhar. Já passam as creches tudo... E o período em que a criança tem que ficar com a mãe tiraram, Senador, estão tirando. Querem que para dar de mamar a mãe leve o filho lá para o trabalho. "Leve o filho para mamar no trabalho que é a melhor forma".

Então, só estão complicando. É bom que o senhor esteja aqui. Nessa cartilha, essas são mudanças que os trabalhadores estão precisando.

Eu estou entrando em uma luta – a luta não acaba –, junto com o Senador Paulo Paim, tanto é que já peço ao senhor encarecidamente de novo essa reunião com o Senador Pimentel, porque isso é um absurdo, tem que ser resolvido.

Na primeira página, como está no *O Globo* de hoje, temos que colocar: "Os trabalhadores do Senador receberam todos os seus direitos", para nós começarmos a acreditar no Brasil.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Waldemiro...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... práticos do que vem acontecendo, inclusive, aqui dentro do Congresso – Senado e Câmara.

Eu já posso, nos encaminhamentos que sairão daqui, falar com o 1º Secretário, o Senador Pimentel, para que receba vocês para discutir a situação dos terceirizados.

Me permitam só que eu registre, como faço sempre, alguns questionamentos ou posições que, via sistema de comunicação da Casa, chegaram aqui, principalmente pelo www.senado.leg.br/ecidadania, o 0800-612211. Fred Almeida, do Pará: "Que projetos de lei sairão dessa audiência para garantir a proteção social?" Eu já respondo, sintetizando: principalmente o novo Estatuto do Trabalho. Ali se vão englobar todos os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade.

Tiago Souto Bezerra, Rio Grande do Norte: "Quando os Senadores votaram pelo fim dos direitos trabalhistas, votaram no compromisso de o governo enviar uma MP, quando poderia vetar, mas não fez nem uma coisa nem outra. (...)"

Primeiro dizer que ele mandou a MP para cá. Não vetou, mas mandou. Só que, também, mandou, mas não instalou sequer a comissão; até hoje essa comissão não tem presidente, não tem relator, e está, já, liquidada. Eu diria que já está sucateada, já foi para a lata de lixo a MP, porque eles disseram: se não chegasse lá o resultado da comissão – que não foi nem instalada – até o dia 3 passado, eles não mais votariam. Foi um documento publicado, inclusive, pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia. Então, já foi para o lixo. Mentiram para a sua Base – para mim não mentiram, porque eu sabia que não iam fazer, então nem mentiram – , como mentiram para o povo brasileiro.

Aqueles oito artigos que mais trazem prejuízos, todos foram mantidos na íntegra. inclusive esse que você falou, que mulher gestante pode atuar em área insalubre e amamentar em área insalubre. Como também a história de que não vale a lei para o trabalhador, mas vale a tal de livre negociação. Como aquela parte do intermitente, exemplo que eu gosto de dar: ele recebe quantas horas o patrão resolver que ele pode receber no mês; se ele receber 17 horas, ele trabalha 17 horas; se ele não fez, ele não recebe nada, e tem que dar mais R$3, porque o empregador tem que pagar o correspondente a um salário mínimo. São alguns exemplos práticos. Nós haveremos de revogar essa lei aí, pelo trabalho que estamos fazendo aqui, da construção da nova CLT, o novo Estatuto do Trabalho.

Ainda o mesmo Tiago pergunta: "Não há mais nada a fazer?" Há, e estamos agindo nesse sentido, construindo o novo Estatuto do Trabalho. "Por que não há pelo menos um pronunciamento dos que votaram com o compromisso na MP?" Realmente, eu não vi nenhum pronunciamento daqueles que acreditaram... como é que a gente fala? Na história da carochinha que o Temer passou para eles, e eles, inocentemente, ou, alguns, de má-fé, fizeram de conta que acreditaram, e votaram pelo prejuízo de todos os direitos dos trabalhadores.

Último: Flávio de Oliveira Melo, de Pernambuco: "O Brasil precisa investir na cultura brasileira, iniciando pelas escolas, empresas, igrejas, instituições públicas, e assim por diante" – aí ele fortalece: "começando pela educação patriótica, afinal um grande povo precisa amar e honrar seu grande país, senão é inevitável que, a longo prazo ..." isso tudo comece a acontecer. São afirmações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós vamos para as considerações finais dos nossos convidados. E eu já retorno, então, à primeira Mesa: Carlos Silva, Sinait.

O SR. CARLOS SILVA – Senador, eu queria fazer um registro em relação também a uma dificuldade, enquanto sindicalista que sou – e atuo aqui nesta Casa dessa forma –, que vivo desde maio de 2016: a minha credencial para acesso à Casa venceu em maio de 2016, momento em que eu pedi a renovação, e de lá até hoje a Mesa do Senado indefere qualquer pedido, segundo a Mesa me disse, nosso do Sinait ou de qualquer outra entidade de classe, alegando que o faz em razão de alguns vários processos em que a Mesa foi obrigada pela Justiça a indicar o nome das pessoas que circulam pela Casa.

Na ocasião – o responsável por este tema é o Senador Pimentel – questionei se, ao invés de retirar a credencial do sindicalista, não pensaram em transformá-la em algo que fosse lido como um... Todos os empregados quando vão entrar na empresa não têm lá um registro? Seria uma forma de eles... Não, mas o caminho mais fácil foi retirar. E foi retirado. Até agora nós... eu não tenho mais credencial para acesso à Casa.

Deixei claro que isso é uma forma de impedir a nossa atuação aqui. É lastimável, é lamentável. E na ocasião, inclusive, o próprio Senador Pimentel me disse que sentiu a falta das centrais sindicais no debate da reforma trabalhista, na votação aqui no Senado. E, ainda assim, defende a medida da retirada da credencial dos sindicalistas. É um absurdo.

Eu peço ajuda, Senador, para que a gente resolva essa excrescência, porque na Câmara funciona, ela está renovando as credenciais. E o Senado, com essa novidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita, Carlos – a gente já conversa aqui com a Secretaria, que não é a primeira vez que chega aqui e eu digo que falo; também já falei e não resolveu –, que eu remeta um ofício fruto dessa audiência pública, pedindo que se copie o exemplo da câmara, que eu achei interessante, porque na Câmara já está liberado; que eles liberem também o acesso das entidades à Casa. É isso.

O SR. CARLOS SILVA – E só para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou encaminhar por escrito e eu assino em nome da Comissão.

O SR. CARLOS SILVA – Nós discutimos todos aqui, eu quero parabenizar e cumprimentar a todos os colegas que falaram aqui, ao longo desta audiência. A gente falou aqui de vários ataques que sofremos nos nossos instrumentos de proteção social: a lei e outros ordenamentos, outros comandos normativos, e falamos de saídas – algumas saídas, como bem falou aqui Drª Noemia, acerca da ação promocional; como falamos no PLS 220, do Senador Paim, e de outras ameaças, como é o PLS 149, da dupla visita; como foi a Portaria do Trabalho Escravo nº 1.129. Então, a construção da proteção social do nosso ordenamento jurídico sofre ataque. Mas sofrem ataque também as instituições. A inspeção do trabalho está sob ataque: o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, assim como o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho e, coincidentemente, instituições que atuam para garantir a aplicação e o respeito aos direitos constitucionais de proteção do trabalho.

Para exemplificar na seara do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, resta dizer que nós temos hoje o pior quadro dos últimos 20 anos: 1.300 cargos vagos. Então, isso significa que, em algumas regiões do País, não há auditor fiscal do trabalho para atender as demandas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos sindicatos, das federações, do Ministério Público, do cidadão em geral. Não temos orçamento para realizar as nossas ações. Sem orçamento, não há o que fazer, não há como executar qualquer política pública sem a garantia de orçamento para que isso seja efetivado. Não temos condições de trabalho adequadas para fazer o nosso trabalho. Lembro – relembro – que em maio de 2016 nós quase tivemos uma segunda Chacina de Unaí.

Só lembrando que a Chacina de Unaí aconteceu há 14 anos, os mandantes estão condenados, cada um, a cem anos de prisão e estão soltos – livres, leves e soltos. Estes estão soltos, com um julgamento de segunda instância que os condenou, cada um, a cem anos de prisão. Estão livres...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – ... leves e soltos.

Nós, então, temos: problemas de pessoal, problemas de orçamento, problemas de estrutura, e somos atacados nas nossas competências, como é o caso do PL – da lei, já, 7.448; na verdade, é um projeto aprovado; está para sanção do Presidente, que também retira de nós, representantes da autoridade administrativa do Estado, a capacidade de aplicar a lei com interpretação da lei. Retira de nós a nossa essência, porque não somos robôs.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SILVA – Nós aplicamos a lei, óbvio, com base na nossa interpretação, que é alinhada com a Constituição.

Então, Senador, eu peço aqui ajuda, para finalizar, um encaminhamento: nós gostaríamos, e precisamos muito, que a CDH, de alguma forma, estabelecesse um procedimento – eu não sei qual seria; acho que o senhor poderia me ajudar – de ir até o Ministério do Trabalho e observar tudo isso que eu denunciei aqui, porque o que eu denunciei aqui já foi objeto, cada um, de denúncia à OIT, desde 2014 até hoje, e nada foi feito: não tem orçamento, não tem auditor, não tem condição de trabalho; estamos sujeitos às vontades dos ministros de plantão.

Isso é um absurdo, isso é uma afronta ao Estado democrático de direito, ao que está na nossa Constituição, e nós pedimos ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem, vamos fazer um requerimento de informações ao Ministério do Trabalho, com todas as considerações que você fez, dirigido ao Ministro, pedindo que ele responda o porquê dessa situação. Daí, você ajuda com as informações a secretaria. Para o Ministro do Trabalho.

Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Senador Paulo Paim, apenas para concluir dois pontos. Primeiro, quero congratular toda a Mesa que sucedeu a nossa, pelas excelentes ponderações, e em primeiro lugar, em relação ao que o Sr. Flávio Werneck pondera, a possibilidade de dissídios serem julgados pela Justiça do Trabalho em relação aos servidores públicos civis, já foi assim, Sr. Presidente: quando a Lei 8.112, de 1990, foi promulgada, o seu art. 240, alínea "e", dava competência à Justiça do Trabalho para apreciar essas demandas. Eu, inclusive, era assessor no TRT da 10ª Região, e muitos processos foram submetidos e julgados normalmente. Portanto, há um espaço constitucional para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal Federal, depois, numa decisão por seis votos a três – decisão com fundamentos muito arcaicos, que remete a fundamentos do Direito Administrativo mais atrasado, inclusive usando muitas vezes a expressão "tradição constitucional" para dizer que a Justiça do Trabalho, por tradição, não poderia julgar essa matéria –, mostra uma grande incompreensão com o sentido da Constituição de 88, que expandiu a competência da Justiça do Trabalho. Portanto, é uma decisão em que não há, praticamente, nenhum Ministro daquela composição do Supremo Tribunal Federal hoje – talvez um ou dois; um ficou até vencido, que considerava a Justiça do Trabalho competente. Então, se houver uma proposta de emenda constitucional nesse sentido, pode-se retomar esse debate, pois o lugar natural de uma demanda que envolva uma relação de trabalho – já que a relação que o servidor público tem com a administração é uma relação de trabalho; ela não é de emprego, mas de trabalho – é, evidentemente, a Justiça do Trabalho.

Então, veja V. Exª que dissídios de greve são julgados pela Justiça Federal. Quando há greve de carreiras federais, quem julga é o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Qual é a familiaridade que aqueles magistrados têm com assuntos ligados ao trabalho? É nenhuma. É outro tipo de concurso, outro tipo de treinamento, outro tipo de formação. É uma Justiça que não tem nenhum contato social com o que significa uma greve e suas consequências, só para dar um exemplo a V. Exª, e também vale para dissídios individuais. Portanto, é mais do que chegada a hora de evoluir nesse contexto e tentar realmente retomar essa discussão tão importante para a Justiça do Trabalho, especialmente para os servidores públicos em geral.

E, para finalizar, Senador Paim, eu gostaria de propor a V. Exª – não sei como –, como sempre com a sua disposição e a sua capacidade de articulação, que se mobilizasse, ou esta Comissão ou o próprio Senado ou o seu gabinete, em algum tipo de articulação voltada aos 30 anos da Constituição. Eu tenho sentido nos meios acadêmicos uma série de manifestações de interesse de universidades e até de órgãos jurisdicionais para discutir os 30 anos. Seria tão importante que o Senado, que mantém em seu quadro alguns ex-Constituintes, pudesse trazer ou talvez levar à frente essa discussão sobre o que são os 30 anos da Constituição. Nós vamos encarar uma data simbólica tão importante. Trinta anos é exatamente a manifestação de uma geração constitucional que decorreu e que dá margem a uma nova geração. A Constituição tem que falar para várias gerações e talvez fosse um lugar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – ... institucional que desenvolvesse esse debate. Talvez o Senado Federal pudesse – claro, sabemos que temos campanha eleitoral, temos um ano difícil –, mas, na medida do possível, esse é um debate que poderia ser muito bem encampado por esta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho.

Fica aqui mais essa sugestão para ser colocada e a gente pode encaminhar isso, sim. Eu fui Constituinte e posso articular com os ex-Constituintes, estando aqui ou não, para fazermos um debate com a sociedade sobre os 30 anos da chamada Constituição cidadã, liderada por Ulysses Guimarães. Que Deus o tenha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos a palavra agora para Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho.

A SRª LUDMILA REIS BRITO LOPES – De forma bem rápida, só gostaria de novamente fazer um apelo para que a gente entenda que a Constituição Federal precisa ser cumprida e, para isso, a gente precisa da legislação para a gente garantir o trabalho decente e a inclusão dos grupos vulneráveis e a gente sabe o tão difícil é isso.

Então, só retomando o que eu já falei antigamente, a gente tinha uma parcela da população incluída dignamente e, hoje em dia, nem isso a gente tem mais. Ao mesmo tempo, a gente não teve crescimento econômico por conta disso; ao contrário, a gente teve aí mais exclusão social e a gente não vê uma discussão séria sobre isso. Realmente, a arrecadação diminuiu.

Então, volta aquela questão: qual o País que a gente quer? A gente quer um país de miseráveis? A gente quer um país com exclusão social? E exclusão social é algo que a gente tem que combater nos termos a própria Constituição Federal, que diz que a gente tem que reduzir as desigualdades sociais, e a gente só vai fazer isso com trabalho decente, com trabalho digno e com a inclusão verdadeira e efetiva de grupos vulneráveis no mercado de trabalho, que, em última análise, é o que garante cidadania e dignidade aos trabalhadores.

Só para finalizar, rapidamente, queria me associar à proposta do colega Cristiano, igualmente à proposta do colega Carlos e a do colega Flávio também, no sentido da importância e da competência do Justiça do Trabalho para esses dissídios e lembrar que eu acho que nada disso – é uma opinião pessoal – acontece por acaso.

Então, estão desmantelando as instituições de fiscalização, querem acabar com a Justiça do Trabalho, justamente, como os colegas que me antecederam falaram, que é um local onde os integrantes, sejam os advogados, os membros do Ministério Público, os juízes do trabalho, as pessoas que lá operam, os parceiros, sindicatos, centrais trabalham e têm familiaridade com direitos humanos e direitos sociais, porque o que a gente vê, hoje, é que tanto no Supremo Tribunal Federal como nesta Casa, em sua maioria, essa questão da familiaridade com direitos sociais e direitos humanos fundamentais não toca a quem está nesse espaço de poder. E isso também não é à toa porque hoje a gente vive em uma sociedade elitista que acaba tendo, nos seus espaços de poder, um reflexo só da elite do poder econômico, tanto nas instituições como no empresariado em geral.

Então, é isso.

Eu agradeço muito, aprendi muito e fico muito feliz de participar deste evento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos à Procuradora do Trabalho, Drª Ludmila Reis Brito Lopes.

De fato, voltamos para um potencial de quase 20 milhões de pessoas na miséria absoluta, estávamos diminuindo esse percentual. Com a dita reforma – e os dados são do IBGE –, nós já chegamos a ter 13 milhões de desempregados, como dizem que está agora – uns falam que são 14 milhões –, mas, devido à precarização, entre o trabalho precarizado, desempregados e aqueles que estão vivendo de bico, nós chegamos a 26 milhões de pessoas. Aí, claro, só pode ampliar a linha da miséria absoluta.

Por favor, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo os colegas da segunda mesa pelas excelentes exposições. Vários temas importantes e várias reflexões fundamentais foram trazidas.

Digo, Senador, que nós realmente vivemos uma história em que o Direito do Trabalho é tratado como Direito de menor importância, parece que não é conosco.

Hoje, como a minha amiga Ludmila falou, vivemos em uma sociedade elitizada, onde agentes detentores de poder político e de poder econômico, em sua grande maioria das vezes, não são submetidos às regras de Direito do Trabalho e não têm interesse algum nisso. São empresários, são políticos que geralmente não dependem do Direito do Trabalho para viver ou são grandes empresários que viraram políticos, e nós sabemos aqui. Cada vez menos trabalhadores nós temos aqui como Parlamentares, e o Direito do Trabalho vai sendo relegado a segundo plano. Com relação a essa competência, é fundamental trazer novamente a competência relativa dos servidores públicos para a Justiça do Trabalho, e foi trazido pelo Dr. Flávio Werneck .

Nós temos uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADI 3.395. Quando houve a promulgação da Emenda Constitucional 45, que era a da reforma do Poder Judiciário, ficou estabelecido que competia à Justiça do Trabalho processar e julgar ações oriundas da relação de trabalho como um todo abrangidos os entes de direito público externo e da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou seja, o objetivo dessa emenda constitucional era trazer a competência, sim, dos servidores públicos para a Justiça do Trabalho, uma Justiça muito mais sensível às relações de trabalho, ainda que seja um diploma legal diferenciado, com direitos específicos, uma proteção maior em algumas situações por serem servidores públicos e por precisarem também de garantias para o exercício pleno de suas funções, mas isso não retira a competência porque o juiz do trabalho, os procuradores do trabalho, os advogados trabalhistas têm muito mais a percepção social das dificuldades de uma relação entre trabalhador e seu ente empregador, no caso, órgãos públicos, digamos – não seria esse o termo –, mas, enfim, a quem são subordinados. E disso uma liminar, de 27 de janeiro de 2005, suspendeu a eficácia, do então Ministro Nelson Jobim.

Já estamos aqui há quantos anos? Há 13 anos, com uma liminar, uma decisão monocrática, suspendendo uma emenda constitucional, e hoje atribuindo à Justiça Federal essa competência, que seria muito mais apropriada, a nosso ver – e aí não é uma questão de briga de competência, é uma questão de efetividade de quem tem mais percepção e sensibilidade para fazer o julgamento e aplicar melhor justiça ao caso concreto –, me parece, à Justiça do Trabalho. E isso não é feito.

Da mesma forma, a competência penal: de quantas audiências com o senhor, Senador Paim, eu participei? Na época, eu não era nem Presidente, era Diretor Financeiro. O Guilherme Feliciano, atual Presidente da Anamatra, era Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos; depois virou Vice-Presidente – eu também –, depois Presidente.

Ou seja, já faz muito tempo que nós discutimos isso para trazer alguns crimes relacionados à organização do trabalho, dentre eles a exploração de trabalho escravo, para a Justiça do Trabalho. E também há uma resistência fortíssima, de modo que hoje nós temos uma Justiça do Trabalho totalmente esvaziada na sua competência penal. O Ministério Público do Trabalho, que é um órgão, por si só, já acusador e que tem em muito em sua essência a temática penal de fazer a persecução penal junto com a Polícia, que é investigativa; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público do Trabalho é o único ramo do Ministério Público brasileiro que não tem a competência penal para aquelas situações em que ele tem o maior conhecimento.

Então, é outra realidade que precisa ser mudada, para trazer maior efetividade, para saber quando aquela situação do trabalho escravo demanda uma repressão penal, para saber quando aquele descumprimento, seja por um descumprimento reiterado de obrigações trabalhistas, seja pelo aliciamento de trabalhadores para a exploração também... Isso fica com um índice de impunidade altíssimo hoje. Não vamos dizer que é ineficiência, de modo algum, dos outros ramos – são ramos eficientes –, mas entendemos que seria muito mais pertinente trazer esse debate para a Justiça do Trabalho.

Com essas considerações, parabenizo V. Exª mais uma vez por trazer esse importante debate sobre diversos temas aqui, que foram explanados, e me coloco mais uma vez à disposição para estarmos juntos sempre que possível e sempre que for preciso, Senador, para contribuir justamente na aprovação de projetos de lei que preservem e garantam e efetivem, sobretudo, direitos fundamentais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Antes de dar a palavra para as considerações finais à última Mesa, eu já vou deixar no ar os encaminhamentos – se houver alguma dúvida, eles já falam:

1. Enviar notas taquigráficas desta audiência pública ao Senador Flexa Ribeiro, Relator do PLS 149 e PLS 280; ao Senador José Pimentel, Relator do PLS 220, de 2014, como também da questão referente às credenciais; ao Senador Antonio Anastasia, autor do PLS 280, todo discutido nesta reunião, a fim de subsidiar a relatoria dos projetos.

2. Encaminhar uma PEC com apoio de outros Senadores, para que a competência para julgar demandas relativas ao servidor público sejam de competência da Justiça do Trabalho. Se me permitirem, eu incluiria nesta PEC a negociação coletiva também, que foi vetada.

A gente pode discutir, juntamente com os senhores, a redação da PEC. Eu vou até pedir o auxílio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Então, vamos trabalhar com essa... Eu mesmo me comprometo a coletar assinaturas para essa PEC. Quanto mais rápido vocês conseguirem me assessorar para montar a PEC, eu me comprometo de começar a coletar assinaturas.

3. Oficiar à Mesa do Senado Federal, solicitando a liberação das credenciais para representantes de classe, nos moldes do que ocorreu já na Câmara dos Deputados.

4. Apresentar requerimento de informação ao Ministério do Trabalho e Emprego, solicitando resposta acerca das denúncias apresentadas pelo Presidente do Sinait, Carlos Silva, que vai ajudar aqui no requerimento.

5. Apresentar requerimento para debater, em audiência pública, sob vários aspectos, os 30 anos da Constituição – isso é uma sugestão; o ideal seria que fosse no plenário do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, no momento em que a nossa democracia, queiramos ou não, está tão fragilizada. Não vamos aqui agora entrar em detalhes, claro; mas que está fragilizada, está.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – V. Exª me permite uma sugestão, Senador?

Na época dos 20 anos, a Câmara promoveu uma exposição fotográfica. E nós sabemos que há muitas imagens e arquivos sobre a Constituinte. Talvez uma eventual exposição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podemos realizar, talvez, uma semana de eventos, com uma audiência aqui e também no plenário do Senado.

O SR. CRISTIANO PAIXÃO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, se puderem complementar ali com "uma semana" e com essas duas sugestões já...

6. Levar ao 1º Secretário o problema trabalhista dos terceirizados do Senado Federal, pedindo uma audiência com o sindicato da categoria, aqui representada pelo Peixe.

7. Por fim, movimentar-se para aprovar o PLC 130, de autoria do Deputado Marcelo Filho e do qual eu sou Relator, que trata da igualdade de gênero na relação do trabalho, já que ele já foi aprovado na Câmara e agora está aqui, no Senado.

Vamos às considerações finais da segunda Mesa.

Se conseguirem fazer em três minutos, porque pediram para eu liberar a TV para uma sessão de homenagem que está havendo no plenário do Senado... Eu disse que, em cinco ou dez minutos, nós vamos encerrar. Vamos dizer que sejam mais dez minutos aqui.

De imediato, passamos à segunda Mesa.

Concedo a palavra à Presidente da Amatra 10ª Região, Drª Rosarita Machado de Barros Caron.

A SRª ROSARITA MACHADO DE BARROS CARON – Eu vou ser bem rápida, como fui das outras vezes.

Eu preciso fazer o registro aqui tanto do auditor fiscal, quanto do Valdomiro com relação à terceirização. Ele fala da volta do trabalho escravo. Isso é latente. O trabalho intermitente é uma forma de trabalho escravo, é uma forma de não contemplar o trabalhador brasileiro para a aposentadoria caso passe essa reforma.

E, Flávio, realmente: por que se tira tudo da Justiça do Trabalho? Porque dá resultado. Então, os resultados sempre são mais rápidos. A quem interessa esses resultados rápido? Ou a quem não interessa o resultado rápido? Por isso que muitas vezes é tirado da nossa competência.

Tanto é assim que, quando passou para nós a competência da previdência social, de nós executarmos a previdência social no que é relacionado ao processo do trabalho, nós tivemos um grande índice de arrecadação. Então, todos os trabalhadores deveriam, sim, ser julgados, ter seus casos analisados pela Justiça do Trabalho, que é a Justiça competente e é a Justiça que tem maior intimidade com essa relação trabalhista.

Muito obrigada a todos. A manifestação de vocês foi fundamental.

Senador Paim, é muito importante que V. Exª esteja abraçando a causa trabalhista, a causa social na verdade. E muito obrigada por estar aqui hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos à Drª Rosarita Machado de Barros Caron, Presidente da Amatra da 10ª Região, DF e Tocantins.

Parabéns pela sua fala.

Eu também entendo: todos são trabalhadores, sejam da área pública ou da área privada, do campo ou da cidade.

Flávio Werneck, por favor, Vice-Presidente da CSB.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Eu queria agradecer novamente ao Senador. Já tive oportunidade de falar que o Senador Paulo Paim suplanta esta Casa; suplanta partidos, suplanta esta Casa. Ele é uma voz unânime quanto à defesa de todo e qualquer trabalhador no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Então, reitero novamente essa minha fala. Acho que já estou ficando até repetitivo... Daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre vem bem!

O SR. FLÁVIO WERNECK – E quero colocar que essa situação do assédio, do terror psicológico beira as raias da loucura na Justiça brasileira, principalmente no STJ, STF e TRFs, porque, recentemente – recentemente para os padrões TRF, STJ e STF –, nos últimos quatro, cinco anos, houve uma multa, uma multa até bem exorbitante, para os sindicatos que entraram em greve. Foi em torno de R$400 mil, R$500 mil. No caso do sindicato, aqui de Brasília, dos policiais federais, uma multa de R$500 mil.

Depois, vem uma decisão do STF nos comparando aos militares para efeito de greve, ou seja, policiais com estatuto civil, policiais federais, são equiparados a militares e não podem fazer greve. E, ao mesmo tempo, o Governo Federal veta a negociação coletiva. Ou seja, qual o meio eficaz para um servidor público policial reivindicar os seus direitos? Não existe: não há negociação coletiva; e eu não posso fazer greve. Por meio de procedimentos disciplinares, policiais estão sendo proibidos de exercer o seu pleno direito, inclusive em Facebook, Twitter etc. Vários policiais, punidos, porque utilizaram esses meios para reclamações dos direitos trabalhistas.

Então, na verdade, o que nós estamos fazendo é falar: "Olha, vocês têm que baixar a cabeça e cumprir as ordens legais, ilegais, ilegítimas e inconstitucionais, do jeito que eu quero e como eu quero." É isso que está acontecendo dentro do serviço público federal, notadamente com profissionais de segurança pública.

E a segurança pública, ao contrário disso, deveria ser o local mais democrático a ser exercido dentro do serviço público federal. Por quê? Porque nós estamos, há 30 anos, Senador Paulo Paim, falando que precisamos mais de mais viatura e mais policial. Nós temos, por 100 mil habitantes, mais policiais aqui no Distrito Federal do que em Nova Iorque. E aí todos vão dizer que o problema é mais polícia e mais viatura; e não é, gente. Não é! O problema é o sistema.

Precisamos entender que segurança pública é Justiça do Trabalho, que segurança pública é iluminação pública, que segurança pública é educação, que segurança pública é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde e, por fim, que segurança pública também passa por profissionais de segurança pública capacitados o suficiente para chegar para a população e dizer assim: "Olha, sou profissional de segurança pública, em que posso ajudá-lo?" Isso é quebra de paradigma. Enquanto nós não migrarmos, não fizermos essa migração, nós estamos fadados à crise.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um minuto.

O SR. FLÁVIO WERNECK – É isso.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ficou antes do um minuto. Olha aí!

Achei importante, Flávio, você enfatizar no final que não é só haver mais policial, mais policial e mais viatura; se não se investir... Eu ouvi uma fala muito interessante de um comandante do Exército no Rio de Janeiro. Ele falava mais ou menos o que você falou: "Não adianta só nos botar lá e achar que... Nós vamos sair no dia 31. E daí? Vai voltar tudo de novo." Se não se investir, como você falou, em educação, em saúde, em Justiça do Trabalho, em trabalho e distribuição de renda, enfim, não vai mudar nada.

O SR. FLÁVIO WERNECK – Nós estamos há 30 anos plantando banana e querendo colher maçã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois é. Tem toda razão.

Enfim, para os seus três minutos finais, Waldemiro de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviço do Senado Federal.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Em primeiro lugar, eu agradeço a todos; agradeço ao Senador Paulo Paim, que é o meu diamante negro. Peço ao povo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei dessa do diamante negro! Posso usar na minha caminhada?

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA – Pode! Pode usar na caminhada!

O Brasil não pode ficar sem esse diamante negro. Nós pedimos encarecidamente que o povo gaúcho retorne esse homem, de que nós estamos precisando tanto, porque é o único que olha... Ele é o único. Esse barco é dele e, nesses anos todos em que eu o acompanho, ele não tem deixado esse barco afundar.

E a vocês também, que nos ajudem, me ajudem também, para que possamos colocar no portal da transparência, Dr. Flávio, como se dissesse assim: "Aqui no Senado nós somos exemplo, até nas entradas, em tudo." Que o Senado passe a ser exemplo.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seguindo a ordem aqui, depois do nosso, permita-me que diga, querido Peixe, que é o nome de guerra dele – que, na verdade, é o Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviço do Senado Federal –, terminamos com a Drª Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Eu acho que, cumprimentando todos que participaram deste seminário, digo que todos os temas abordados foram muito interessantes.

Eu gostaria de retomar um aspecto que o Senador Paim mencionou, que foi até objeto de notícia do *site* da Anamatra, que foram os dados recentes do IBGE, relacionados ao aumento da pobreza no País. Nessa notícia, nós tivemos uma análise da nossa Diretora de Cidadania e Direitos Humanos, Juíza Luciana Conforti, e do Juiz Guilherme Feliciano, exatamente chegando à conclusão de que a reforma trabalhista, como foi aprovada, a Lei 13.467, tende a agravar essa situação.

E, exclusivamente quanto ao trabalho intermitente, há algo interessante, porque o trabalho intermitente pode tender a inflar os números da formalidade, mas a esvaziar os trabalhadores de proteção. Então, eu posso ter muito registros de contrato de trabalho de gente que, na verdade, não está recebendo salário nenhum mês a mês, o que é uma perversidade.

Mas, pensando nessa questão da pobreza, de como combatê-la, e nas questões sociais relacionadas ao mundo do trabalho, eu vejo o que acabou de dizer o Sinait e o próprio Ministério Público do Trabalho: há uma necessidade de fortalecimento das instituições que estão voltadas a pensar o mundo do trabalho.

No ano passado, por exemplo, Senador, nós tivemos um atentado na Vara do Trabalho de Sorriso, em Mato Grosso. Nessa madrugada – nós não sabemos bem o que aconteceu –, da mesma forma, nós tivemos incêndio na Vara do Trabalho de Pará de Minas, no TRT da 3ª Região.

Na semana passada, numa reunião com a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, tivemos acesso aos dados de que houve um aumento exponencial do número de juízes do trabalho ameaçados País afora, e não só juízes do trabalho como juízes da vara da família. Ou seja, algo que antes era apenas da questão da magistratura que lidava com o aspecto criminal ou penal, passou a atingir a Justiça do Trabalho, juízes do trabalho e juízes da vara de família.

Por que eu estou dizendo tudo isso? Eu acho que nós estamos num contorno em que é importante também pensar, estruturar mecanismos de fortalecimento das instituições. É claro que podemos fazer vários seminários, aprovar propostas e discutir o direito material, o direito processual, mas é importante também discutir a quantas andam as instituições que devem estar voltadas a pensar protetivamente o mundo do trabalho. Portanto, a Justiça do Trabalho, os juízes do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, os Procuradores do Trabalho, os Auditores Fiscais do Trabalho.

Essa é uma discussão articulada que precisa ser feita em algum momento. Por quê? Nas várias audiências públicas, nós falamos de Direito do Trabalho, de processo do trabalho e, lateralmente, também discutimos os problemas dessas instituições. Talvez – fica uma sugestão –, no momento próprio, no momento específico, nós nos dedicarmos a uma discussão pública voltada exclusivamente ao fortalecimento das estruturas institucionais do mundo do trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica aí essa última contribuição já dada como lida. Considerem-na nos encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos concluir, então, até porque quero liberar a televisão de fato, uma vez que, gentilmente, a Senadora Fátima Bezerra pediu se eu poderia, a partir destes horário, liberar para o plenário, já que a prioridade é a Comissão todas as segundas-feiras pela manhã.

Antes porém, como a Drª Rosarita aqui lembrou, quero registrar que o trabalho intermitente significa vários contratos. E é uma frase interessante, porque é uma situação em que se tem a impressão de que houve uma, duas, três, quatro, cinco, seis pessoas tendo emprego novo. Mas não; é um só com um monte de contratos, ganhando uma vergonha, como é o que se paga pelo trabalho intermitente.

Fica aqui, nas considerações finais do encaminhamento, uma moção de apoio aos juízes do trabalho e às varas de família que estão sendo ameaçados. Se houver outros do mundo do trabalho, como fiscais do trabalho, que também estejam sendo ameaçados, a gente faria essa redação da moção, que eu já considero aprovada, como resultado do encaminhamento desta Comissão.

Eu vou liberar o espaço.

Agradeço muito a todos. O papel de vocês está sendo fundamental para que aqueles que lá atrás contribuíram com a primeira CLT na Era Getúlio Vargas... Havia um grupo de abnegados que se dedicaram a escrever. E, hoje, vocês são essas pessoas. Eu tenho certeza de que história não esquecerá o trabalho belíssimo que vocês vêm fazendo para que a gente possa, ainda, quem sabe, antes de terminar o mês de maio, que é o mês do trabalhador, ter divulgado a primeira versão da nova CLT ou do novo Estatuto do Trabalho.

Esperamos que o debate avance para que a gente rapidamente tenha uma verdadeira CLT, e não uma consolidação da lei do empregador, que eu chamo de CLE.

Creiam os senhores que estão nos assistindo – e, no mínimo, dois milhões de pessoas nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, que é composto pela TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado – que nós teremos, sim, uma verdadeira Consolidação das Leis do Trabalho, que a gente também chama de um novo Estatuto do Mundo do Trabalho.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos e Pedro Chaves e dos Senadores não membros Dário Berger, Ângela Portela, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Roberto Requião e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da vigésima nona e trigésima Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senadora Regina SousaSenador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senadora Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Senadora Regina SousaSenador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar." Autoria: Deputada Laura Carneiro. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 15 - SUGESTÃO Nº 11, de 2016 - Não Terminativo - que: "Sugere Projeto de Lei Ordinária que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências." Autoria: Instituto Oncoguia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado. ITEM 16 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco e dá outras providências." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 59, de 2017 - Não Terminativo - que: "Enquadramento de Desenvolvedores/Programadores como MEI" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei Complementar do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 1, de 2018 - Não Terminativo - que: "CUMPRASE o art. 37 da CF: garantia de DATA-BASE aos servidores públicos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68 de 2018 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Senado Federal. Com o apoio da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Comissão de Direitos Humanos e Minorias; e Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara para discutir a ADPF 442 que tramita no STF." Autoria: Senador Magno Malta e Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado, com o adendo de que seja garantida ampla participação no debate, incluindo grupo de mulheres. 2ª Parte - Deliberativa de Relatórios de Encaminhamentos. Finalidade: Encaminhamento nº 3-2018 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre solicitação para formular pedido de prioridade no julgamento do processo movido pelo Sr. Manoel Barreiro em desfavor do INSS. Resultado: Aprovado o Relatório. Às quatorze horas e vinte e sete minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Rocha. Às quatorze horas e trinta e cinco minutos o Senador Paulo Rocha devolve a presidência à Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e os Senadores Paulo Rocha e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 29ª e da 30ª Reunião da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós temos uma pauta com projetos terminativos, mas não temos quórum, não fizemos o esforço. Na próxima semana, vamos fazer um esforço concentrado para ver se votamos os terminativos.

Também estamos testando este horário de 2h, porque foi um dia que deu melhor. Na semana passada, aprovamos muita coisa. O horário de 11h30 é concorrido com outras comissões, então nós estamos testando o horário de 14h. Se der certo, vamos permanecer nele.

Nós temos só um item, porque os autores e relatores avisaram que não iam poder vir. Nós temos itens não terminativos, mas os autores – Senadora Marta, Senador Paim, Senadora Ângela – todos avisaram que não iam relatar hoje porque estavam em outros compromissos.

Então, há apenas um item, que é o Encaminhamento nº 3, de 2018, de que sou Relatora. (*Pausa.*)

Mas o autor não está aqui para fundamentar. (*Pausa.*)

Quero passar a Presidência para o Senador Paulo Rocha, porque esse é um encaminhamento... É apenas o encaminhamento de uma reclamação que chegou aqui, e nós temos de fazer o encaminhamento.

Como eu sou Relatora, Senador Paulo Rocha, por favor, presida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Bem, vamos colocar em votação a inclusão extrapauta.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre se concordam com a inclusão do relatório de encaminhamento extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, aprovado.

Passo, então, a palavra à Relatora para apresentar e deliberar o relatório sobre a solicitação para formular pedido de prioridade no julgamento do processo movido pelo Sr. Manoel Barreiro em desfavor do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Encaminhamento nº 03, de 2018, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre solicitação para formular pedido de prioridade no julgamento do processo movido pelo Sr. Manoel Barreiro em desfavor do INSS.

Relatório.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu solicitação do advogado constituído pelo Sr. Manoel Barreiro, no sentido de formular um pedido ao Juiz da 14ª Vara Federal de Patos, do Estado da Paraíba, para dar prioridade à apreciação e julgamento do processo que move em face do INSS.

O pedido se justifica porque o processo tramita na Justiça há 15 anos, com sentença e acórdãos favoráveis ao Sr. Manoel Barreiro, mas o INSS, segundo relato do advogado, litiga de má-fé, interpondo diversos recursos protelatórios.

De outra parte, a prioridade justifica-se, porque o Sr. Manoel Barreiro está acometido de câncer e está com 84 anos de idade, necessitando urgentemente da liberação do dinheiro a que tem direito para auxiliá-lo no tratamento da doença.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos e proteção da família, entre outras competências.

Nos termos da Constituição Federal, a saúde e a duração razoável de processos são direitos fundamentais que, de acordo com o relato recebido, estão sendo violados.

Voto.

Diante do exposto, recomendo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa oficie o Presidente do INSS no sentido de verificar a possibilidade de propor um acordo para dirimir o litígio, já que o direito do Sr. Manoel Barreiro já foi reconhecido em várias instâncias e que o processo civil brasileiro prioriza a resolução consensual de conflitos, bem como oficie o Juiz da 14ª Vara Federal de Patos da Paraíba, solicitando que dê a máxima celeridade possível ao feito, em atendimento ao que prevê o art. 71, §5º do Estatuto do Idoso, com redação dada pela Lei nº 13.466/2017, que estabelece a prioridade especial das pessoas maiores de 80 anos.

É o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para informar e explicar. O advogado nos procurou e, como nós temos, além do Estatuto do Idoso, uma lei do ano passado, de que eu fui até Relatora, segundo a qual os processos das pessoas com mais de 80 anos têm de ter celeridade – acho até que a gente tem de oficiar todos os órgãos públicos e os tribunais para lembrar sobre isso, porque os tribunais têm de botar os processos de quem tem mais de 80 anos para andar –, então, eu achei conveniente que a gente fizesse esse ofício que ele pediu. Se conseguirem fazer o acordo, melhor; se não, que se dê andamento ao processo. Não pode passar 15 anos... É impossível uma coisa dessas, há 15 anos que o processo tramita! É só uma revisão de aposentadoria. A pessoa está com 84 anos e nunca conseguiu. Pelo menos que se dê um resultado, sim ou não, mas tem de haver um resultado.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão.

Senador Medeiros, V. Exª chegou exatamente no meio da... Ficou claro que é um relatório de um cidadão chamado Manoel Barreiro, em desfavor do INSS. Ele está com um processo no INSS já há algum tempo, com revisões. Ele tem problemas de saúde sérios e está pedindo o apoio aqui para apressar no INSS a solução do problema dele.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Eu concordo com o que a nossa Presidente falou, até porque muitos brasileiros acabam morrendo e os familiares recebem carta depois dizendo que o agendamento deles está para tal dia e tal. Isso acontece muito pelo Brasil afora, sem falar nas filas.

Minha cidade, Senador Paulo Rocha, tem em torno de 200 mil habitantes, e, no entorno, são aproximadamente 500 mil habitantes que dependem da agência do INSS. O que ocorre? No ano passado, nós passamos quase o ano inteiro sem um perito do INSS. Conseguimos que fosse um para lá, mas o que ocorre? Não se trata só do perito, há toda a retaguarda. Então, o INSS no País inteiro está uma coisa terrível, e muitas pessoas não estão tendo acesso aos benefícios que deveriam ter. É uma coisa terrível o que está acontecendo, e isso precisa realmente ser tratado. Eu me junto a todos vocês com...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Aliás, isso ocorre em todo o País. Em governos anteriores, aliás, acho que no primeiro mandato da Dilma, foi discutido um projeto de ampliação e interiorização das agências do INSS, para estarem mais próximas do cidadão. No entanto, não foi solucionado o problema do pessoal, porque não foi chamado concurso. Portanto, há carência de profissionais dos vários níveis, desde o perito, passando pela assistência social, até os administrativos, que são, como você chamou, a retaguarda. Realmente, é uma questão em que podemos até cobrar concursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para esse tipo de coisa. Foi assegurada a infraestrutura, mas o pessoal, que é o principal para o funcionamento, não foi resolvido.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Presidente, eu acho que, numa hora dessas, podíamos até fazer uma audiência pública sobre esse tema, porque não é um problema só da minha cidade, é do País inteiro. Isso que o Senador Paulo Rocha falou é uma verdade, mas nem é só por isso; há também uma dificuldade de que nem todos os médicos têm interesse em ser perito também, por causa da questão salarial. Por exemplo, no Mato Grosso, um médico que vai para o interior vai ganhar 60 mil ou 70 mil. Ele não vai trabalhar de perito de jeito nenhum. Então, é um tema que podemos debater aqui em determinado momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Encerrada a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à aprovação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Retorno a Presidência à titular.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Há um projeto aqui cujo Relator é o Senador José Medeiros, que está aqui. E ele também subscreveu o requerimento do Senador Magno Malta. Então, vamos votar esses dois itens, que é o que resta, porque os outros relatores comunicaram que não estariam aqui.

ITEM 15

SUGESTÃO Nº 11, de 2016

- Não terminativo -

Sugere Projeto de Lei Ordinária que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Autoria: Instituto Oncoguia

Relatoria: Senador José Medeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para leitura do relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Se V. Exª me permitir, eu vou só fazer o resumo e passar para a análise e para o voto.

Essa sugestão insere nas atribuições dos gestores de saúde a obrigação de implementar ações que garantam a celeridade na realização de procedimentos no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde).

Para o controle e a garantia dessa celeridade, o texto prevê: o fornecimento, a todo usuário do Sistema Único de Saúde, de protocolos de encaminhamento; e a publicidade das informações dos pacientes em filas de espera por procedimentos.

Por fim, a minuta de projeto qualifica como improbidade administrativa os seguintes atos: deixar de elaborar e fornecer ao usuário do SUS os documentos e as informações previstos na norma legal; deixar de elaborar, atualizar ou publicar as listas de espera; e adulterar ou fraudar a lista de espera.

Na justificação do projeto sugerido, o Instituto Oncoguia esclarece que a proposta nasceu de discussões entre gestores públicos, Parlamentares e o próprio instituto sobre a necessidade de garantir ao usuário do SUS o direito de se submeter a procedimentos de saúde com maior celeridade.

Cabe destacar, aliás, que não se vislumbra nenhum óbice de ordem constitucional. Estão feitas todas as verificações legais por parte da consultoria desta Casa.

A sugestão legislativa, acertadamente, vem tentar garantir maior celeridade e transparência ao atendimento prestado aos pacientes no âmbito do SUS. Por essa razão, julgamos que a proposta do Instituto Oncoguia é merecedora da atenção e da apreciação desta Casa.

Em razão do exposto, Srª Presidente, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 11, de 2016, na forma do seguinte projeto.

Eu creio que isso vem satisfazer os anseios de muitas pessoas que às vezes ficam na fila, e às vezes até perdem. Chegam lá e: "Cadê meu protocolo?" "Não sei, perdeu".

Então, eu achei muito interessante essa proposta, e o relatório é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Medeiros. Realmente, o senhor tem razão.

Dia desses houve até um debate bom com o Senador Moka e o Senador Flexa sobre esse assunto do SUS. O SUS tem um arcabouço jurídico muito bem feito, mas o problema é a gestão. Cada vez que a pessoa vai ao médico, é a primeira vez, porque não tem nada acumulado dele. Poxa, é um sistema! Tem que ter acumulado, para o médico abrir e ver que ele já foi ao médico tal, já fez a cirurgia tal. Mas não sabem. Toda vez que um cidadão vai ao médico, é como se fosse a primeira vez. Então, precisa disso.

Existe também a questão da fila. Eu vivi um problema já este ano. Uma menina está com três anos, nasceu cega e pode recuperar 30% da visão se ela operar até os cinco de anos de idade. Desde que ela nasceu, a mãe está na fila. A menina vai para a fila comum, mas o tempo está correndo contra ela. A gente foi olhar, ela era o número 300. Agora é que estamos tentando... Por que ela não foi para uma fila especial, se é uma questão de urgência? Porque o médico que encaminhou – é o Município que encaminha – não botou que era urgência, que era uma criança de três anos.

Então, sobre essas coisas a gente precisa fazer um debate profundo, porque não é questão de projeto de lei, é questão de organização mesmo, de uma rotina que estabeleça. E eu acho que a questão do sistema é fundamental. Não é possível a gente não ter a vida pregressa da pessoa, em termos de saúde, que frequenta o SUS, porque é muito simples: é um sistema, vai jogando lá! O meu médico, lá no meu plano de saúde, sabe tudo da minha vida: "Tal dia a senhora fez mamografia, tem que fazer de novo." Então, ele sabe. Quando eu demoro um mês, quando vence, eles já estão ligando dizendo que eu tenho que fazer. Não é todo plano que faz isso; o meu faz, porque tem um acompanhamento individual também. É a Cassi, do Banco do Brasil. Mas tem que ter a vida da pessoa, saber que ela fez o exame tal, que fez uma cirurgia. Até para não pedir exames que ela já fez. Às vezes fez um exame há três meses e outro manda fazer de novo. O paciente não vai saber.

Então, eu acho que a gente precisa dar uma discutida nisso para ver se a gente melhora esse sistema.

Em discussão o relatório do Senador Medeiros. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Senado Federal. Com o apoio da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Comissão de Direitos Humanos e Minorias; e Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara para discutir a ADPF 442 que tramita no STF.

Autoria: Senador Magno Malta e outros

O requerimento foi subscrito pelo Senador José Medeiros.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para encaminhar o requerimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para encaminhar.) – Como V. Exª disse, trata-se de um pedido de audiência que foi feito pelo Senador Magno Malta. O Senador Magno Malta está adoentado hoje, não pôde comparecer, e estou subscrevendo esse requerimento para a gente poder tratar do assunto aqui, um assunto que sempre desperta muito interesse, com vários profissionais da área e pessoas também da sociedade.

Esse é o pedido de requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só queria chamar atenção no requerimento, Medeiros – não deu tempo de nós olharmos –, de que, como é um tema candente e muito importante, seria bom assegurar os vários posicionamentos, inclusive dentro da própria organização das mulheres, para o debate ter os vários posicionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação, com o adendo do Senador Paulo Rocha acerca de quem vem discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Temos que ver quando é que se marca essa data, porque envolve várias comissões, então há que se fazer um acordo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Isso.

Como se trata de um tema muito importante e como há a sugestão legislativa aqui sobre o tema, faço o pedido de a gente só pautá-la depois de realizada essa audiência. Pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Então, está bom.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Os Relatores, Senadora Marta e Senador Paim, tinham avisado que não poderiam vir para relatar, assim como a Senadora Ângela.

Senadora Fátima, pela ordem. (*Pausa.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senadora Regina, eu quero aqui saudar a iniciativa de V. Exª, da Senadora Vanessa Grazziotin, que foi a autora, e desta Comissão, ao terem aprovado aquele requerimento que viabilizou a ida de integrantes da Comissão de Direitos Humanos, nessa terça-feira, à Superintendência da Polícia Federal, lá em Curitiba, onde estivemos com o Presidente Lula.

Aliás, não só estivemos com o Presidente Lula – não é, Senadora Regina? – mas também fizemos uma visita a todas as dependências, lá, da carceragem localizada na Superintendência da Polícia Federal. E eu quero aqui fazer um registro, em especial, do encontro com o Presidente Lula.

Como não poderia ser diferente, foi um encontro pautado por muita emoção. Eu falava disso agora há pouco, ali na tribuna do plenário da nossa Casa, Senadora Regina. Afinal de contas, é muito doloroso e muito revoltante para a nossa geração, aliás, não só para a nossa geração, mas para as gerações anteriores à nossa e as gerações presentes, que lutaram pelo fim da ditadura militar, pela reconquista da democracia, pelo respeito ao Estado democrático de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito, hoje nós vermos uma cena como aquela, Senadora Regina: um homem da estatura do Presidente Lula simplesmente isolado, submetido a um confinamento político, porque ele é um preso político sim, na medida em que está sendo vítima de uma brutal injustiça, que é essa prisão arbitrária, derivada de uma condenação sem prova e sem crime. Ou seja, o Presidente Lula é vítima desses tempos de ataque à democracia que nós vivemos.

Aliás, ontem, exatamente no dia em que nós visitávamos o Presidente Lula, fez exatamente dois anos do início do ataque à democracia, com aquele *impeachment* fraudulento, que cassou o título eleitoral de mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras. Foi precisamente no dia 17 de abril que a Câmara dos Deputados patrocinou um dos episódios mais vergonhosos, do ponto de vista político, da história do nosso País, quando a sua maioria – canalhas, repito – rasgou a Constituição e arrancou do poder um mandato presidencial legitimado pelas urnas, sem que houvesse comprovação de crime de responsabilidade. E é nesse contexto que se dá, exatamente agora, repito, a prisão do Presidente Lula. Injusta, arbitrária, do ponto de vista jurídico... Por quê? Porque é uma condenação sem prova e sem crime.

Mas eu quero aqui dizer, Senadora Regina, que, graças a Deus, o Presidente Lula é um homem de muita fé. É um homem muito espirituoso. V. Exª sabe que nós fomos tomados de muita emoção quando adentramos naquela sala. Eu mesma não segurei a emoção, e os olhos já estavam marejados de lágrimas. E ele, com aquele gesto carinhoso, botou minha cabeça no ombro dele e foi dizendo: "Ô Fátima, não vale chorar!" E nos recebeu com aquele acolhimento... O tempo todo nos encorajando, dando força.

Mas, veja bem, o Lula se comporta assim porque essa é a característica dos grandes líderes, Senadora Regina; os grandes líderes que lutam por causas justas. Esses líderes têm como característica, principalmente, a questão da grandeza – e essa é a principal característica do Presidente Lula. Ele está sereno, sim, claro que sim. Por quê? Porque a serenidade dele vem da convicção da sua inocência. Agora, é um homem profundamente tomado de um sentimento de indignação, característica daqueles que são vítimas de brutais injustiças, como é o caso do Presidente Lula, com essa violência política, judicial contra ele.

Mas Lula tem tanta consciência do papel histórico que ele desempenha no nosso País, por ser o maior líder popular que é, amado pela maioria do povo brasileiro, respeitado mundialmente... Ele tem consciência disso, Senadora Regina. Ele sabe que não é o Lula pelo Lula que está encarcerado, que está preso. Não! Ele sabe que, na verdade, o que eles querem aprisionar, como ele mesmo diz, é o sonho; o sonho de um projeto de nação inclusiva, soberana, que ele simboliza exatamente para o Brasil; esse projeto que ele iniciou em 2003. E é esse projeto que está sendo interditado agora, fruto, repito, destes tempos de ataque à democracia em que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que ele, apesar de falar da rotina dele na prisão, dizendo dos livros que está lendo, falou sobre o quadro político do País; queria saber como estava o Piauí, o Rio Grande do Norte. Ficou, inclusive, muito feliz quando eu disse a ele que tomei a decisão firme de submeter o meu nome ao crivo popular do povo do Rio Grande do Norte nessas eleições de 2018 – sou candidata, sim, ao governo do Rio Grande do Norte. Ele ficou muito feliz, contente quando eu afirmei isso aí. Falamos da luta também do Piauí e, inclusive, da luta do Nordeste. Ele está muito feliz! Por exemplo, no Nordeste, nós temos os Estados governados pelo PT – Piauí, Ceará, Pernambuco –, e os nossos governadores...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – E Bahia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E Bahia, sim.

Os nossos governadores, graças a Deus, estão muito bem avaliados, aprovados pela população, hoje todos cotados para serem reeleitos, assim como na nossa disputa para o Legislativo. A Senadora Regina, graças a Deus, está muito bem posicionada para voltar a esta Casa como Senadora eleita pelo povo do Piauí – é muito importante isso –, pelo papel que ela tem desempenhado aqui no Congresso Nacional, na trincheira da luta em defesa da democracia, dos direitos sociais, dos direitos humanos.

Mas ele também falava da alegria... Graças a Deus, as perspectivas são bastante atrativas para que o PT consiga ganhar as eleições no Rio Grande do Norte: em todas as pesquisas realizadas até o presente momento, nosso nome desponta na preferência popular. Só tenho a agradecer a confiança do povo do Rio Grande do Norte depositada em nós, repito, em todas as pesquisas que têm sido realizadas – pesquisas, inclusive, que são realizadas por nossos eventuais adversários.

Enfim, quero dizer que o mais importante de ontem, para nós, foi a mensagem que ele nos deixou de nunca abrir mão da esperança. Ele disse claramente: "Escancarem aos quatro cantos do Brasil que eu não vou desistir da luta." Não foi isso, Senadora Regina? É a crença que ele tem em nosso País, em nosso povo. Ele disse claramente: "Não vou desistir da luta porque acredito que a democracia e a Justiça trarão de volta a minha liberdade". Ele nos pediu exatamente isto: que nós sejamos a voz dele nas ruas, nas vigílias, nos acampamentos, nas praças, para que a gente traga este País de volta ao trilho da democracia, ao trilho do respeito à Constituição e do estado democrático de Direito.

É por isso, Senadora Regina, que concluo aqui falando da alegria que foi, no final da manhã – V. Exª estava lá –, a gente ter testemunhado o Manisfesto pela Democracia, Soberania Nacional e Direitos do Povo Brasileiro; uma frente ampla, em construção aqui no nosso País, em defesa da democracia, contra o ódio, contra a intolerância. Senadora Regina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nós é um dado muito importante este manifesto, que termina, inclusive, conclamando a população brasileira quando diz:

> Os partidos que subscrevem esse manifesto convocam todos os setores sociais comprometidos com os valores democráticos à formação de uma ampla frente social. Essa frente, que não tem finalidades eleitorais, buscará estimular um amplo debate nacional contra o avanço do ódio, da intolerância e da violência. Só assim poderemos reconstruir um Brasil soberano e de respeito absoluto ao estado de direito.

Assinam a Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente do nosso Partido, e os demais Presidentes, do PDT, do PSB, do PCdoB, do PCO, do PCB e do PSOL.

Este é o caminho, Senadora Regina: a união. A união dos partidos no campo democrático, no campo progressista, no campo de esquerda.

Por isso, concluo aqui a minha fala dizendo, Senadora Regina, que saí lá de Curitiba... É claro que aquela imagem para nós é muito forte: ver aquele homem – meu Deus! – privado de sua liberdade; um homem que não cometeu crime nenhum contra este País. Muito ao contrário, é o homem que mais lutou pela cidadania do povo brasileiro, especialmente do povo mais pobre, do povo mais simples, dos excluídos deste País. Mas eu saí de lá, Senadora Regina, com a convicção renovada de o quanto nós precisamos resistir, de o quanto nós precisamos persistir. E é isso que nós estamos fazendo e vamos fazer cada vez mais.

Por isso, alegra-me muito esse manifesto que foi lançado hoje, dessa frente ampla, porque ele significa avançarmos para trazer essa democracia de volta, para derrotar esse consórcio golpista, derrotar essa agenda do golpe, enfim, para trazer a democracia de volta. Até porque fora da democracia não há saída; o que resta é a barbárie, o caos, a intolerância e o ódio. E é pela via da democracia que nós, se Deus quiser, vamos pacificar este País e forjar um projeto de desenvolvimento nacional; aquele projeto, repito, de um Brasil inclusivo, generoso, soberano, iniciado pelo Presidente Lula.

Mas...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima, é importante...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigada. E, mais uma vez, que fique aqui registrada a iniciativa que a Comissão de Direitos Humanos teve, repito, dessa diligência da Comissão lá em Curitiba.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada. Foi bom a senhora falar porque – eu já ia informar ao final – nós vamos ter uma sessão especial. Não especial, assim... Na próxima sessão, nós vamos ter a apresentação do relatório, porque, como é uma diligência, tem que haver um relatório. O Senador Capiberibe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi nomeado Relator por nós que estávamos lá presentes, toda a Comissão praticamente e mais alguns Senadores.

Não deu para apresentar hoje porque, como chegamos muito tarde da noite, certamente o Senador Capiberibe não conseguiu organizar as ideias para produzir um relatório à altura. Mas, certamente, nós vamos fazê-lo – inclusive, ele vai submetê-lo para nós vermos antes também – e, na próxima sessão da CDH, nós vamos fazer o debate do relatório e do que nós vimos lá.

Cada vez mais nós temos a certeza de que Lula é inocente. E eu acho que ontem, enquanto a gente estava por lá, estavam circulando no mundo as fotos do apartamento do Guarujá, o que é um vexame, porque eu acho que por ali dá para derrubar essa tese maluca de que o Lula ganhou aquele apartamento. O apartamento que mostraram há dois anos como prova do crime não é aquele. O apartamento que mostraram foi forjado no Projac, da Globo; cena de novela! Porque ela pretendia fazer uma novela ou pretende ainda, não é? Então, é cena de novela aquele apartamento. Elevador interno lá não tem...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A cozinha, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Povo sem Medo merece um troféu só por ter invadido aquele apartamento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Merece.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E eu falava na segunda-feira: se eles ocuparam o apartamento e o apartamento é do Lula, só o Lula pode mandar tirá-los de lá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas mandaram despejar. Então, quer dizer, mais um...

Mas o apartamento... Gente, a cozinha! Disseram que era uma cozinha de ouro. Gastaram R$700 mil para reformar aquele apartamento, e é aquela porcaria lá? Vocês viram o fogão? Vocês viram a cozinha?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Um muquifo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Um muquifo!

Quer dizer, aquilo ali dá para pegar juridicamente inclusive. A Globo forjou um apartamento que não existe, porque o que foi mostrado foi um apartamento luxuoso, muito bonito, com uma cozinha maravilhosa. Por isso que nunca deixaram a defesa entrar no apartamento.

Não é estranho isso? Como é que você acusa uma pessoa, e a defesa quer entrar no apartamento para verificar, para ver as benfeitorias que disseram que foram feitas... E eles nunca permitiram porque não podiam permitir, porque aquele apartamento era virtual; como é que eles iam entrar lá? O apartamento que mostraram era virtual.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era virtual, era uma farsa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Cada vez mais nós vamos puxando o fio da meada e vamos vemos.

Julgamento de Porto Alegre. O Moro condenou o Lula a nove anos. O Lula tem 72 anos. Eu sei que não sou jurista, mas há uma relação aí.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, ia prescrever; por conta da idade, faria uma combinação, e ele não ia cumprir pena.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aí os juízes de Porto Alegre aumentam a pena para doze anos e um mês. Esse um mês é o detalhe! Porque, se tivessem botado doze anos, também ele não ia cumprir a pena.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que mostra a ação toda orquestrada, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quer dizer, isso é para mostrar que é ação coordenada para condenar o Lula.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É tudo orquestrado e combinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Combinado demais. Então, eu acho que nós estamos aí...

Agora, o que é bom é que o mundo inteiro está vendo. Não é só a gente no Brasil; o mundo inteiro está vendo essa farsa montada, e ela está se desmontando, está se desfazendo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Falando no mundo inteiro, Senadora Regina, quem vai estar, nesta quinta-feira, lá é o Prêmio Nobel da Paz.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Prêmio Nobel da Paz, o Esquivel, vai fazer uma visita ao Lula.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

Há uma repercussão lá fora enorme, seja na América Latina, seja na Europa. Em vários países, as principais lideranças nacionais, todas elas, estão se posicionando claramente, repudiando – repito – a característica de arbitrariedade que tem a prisão do Presidente Lula e, portanto, expressando toda a solidariedade ao Presidente Lula.

Isso é muito grave, porque, além, repito, da injustiça contra o Presidente Lula, está-se expondo o Brasil, não é, Senadora Regina?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Completamente. A Justiça brasileira. É importante o que o Lula disse: "Não se preocupem comigo. Eu estou bem. Preocupem-se com o Brasil, com a democracia..."

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com as instituições.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – As instituições têm que funcionar normalmente. Não se pode deixar passar a ideia de que este País vive uma normalidade democrática, porque não o vive.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Este País não está vivendo uma normalidade democrática. A gente tem que mostrar isso para o Brasil e para o mundo. Não é à toa que as pesquisas estão aí. Não sei o que a direita vai fazer. Ou vai dar um fim no Lula ou vai cortar os pulsos, porque ele ganha em todas as regiões. Até no Sul Maravilha, ele está à frente nas pesquisas; o Sul, que mandou mostrar o relho, o chicote, e que mandou dar tiros no ônibus da caravana do Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E está comprovado, a polícia chegou à conclusão de que foi de uma fazenda, de um daqueles fazendeiros que estavam lá fazendo aqueles piquetes para o Lula não entrar nas cidades. Foi da fazenda dele que saíram os tiros. Porque queriam fazer parecer que tinha sido a caravana, que tinha sido o MST que tinha atirado no ônibus, mas a polícia, felizmente, chegou a essa conclusão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A pesquisa do Vox Populi de ontem aponta...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quer dizer, vão fazer o quê? Vão matar o Lula? Porque só resta a eles isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, há um cenário pesquisado pelo *Vox Populi* que aponta a possibilidade real, concreta, de que ele ganharia já no primeiro turno.

A própria *Folha de S.Paulo* fez manchetes que não guardam sintonia com a pesquisa realizada por ela mesma, até porque a pesquisa realizada pela *Folha* mostra Lula imbatível, depois de dez dias de prisão, depois de todo esse cerco midiático, dessa caçada violenta, caluniosa contra ele. Mesmo assim, Lula continua imbatível nas pesquisas – estou falando da *Folha*! –, que mostram que, em todos os cenários de segundo turno, ele ganha disparado, seja de Alckmin, de Bolsonaro, de Marina, seja lá de quem for. Mesmo no cenário de primeiro turno, ele tem o dobro de intenções de voto do primeiro colocado.

Mas é como V. Exª aqui coloca. Na verdade, a direita deu o golpe neste País, achando que 2018 ia ser um passeio para eles. Eles chegariam todos unificados, inclusive, com a candidatura no campo de centro-direita competitiva, com a esquerda desmoralizada e Lula destruído. E aconteceu exatamente o contrário: a agenda do golpe cada vez mais tendo a rejeição da maioria do povo brasileiro, pelo caráter de retirada de direitos que ela tem, ao mesmo tempo em que Lula emergiu com uma força popular tão grande que eles partiram para mais essa etapa e essa farsa do golpe, que é ao seu encarceramento.

Mas nós estamos aqui, na luta, e confiando, Senadora Regina. E, é claro, digo confiando porque, como o Presidente Lula diz, nós não podemos abrir mão da nossa crença de lutar para trazer a democracia de volta, para trazer a justiça de volta. Nós esperamos que o Supremo Tribunal Federal, como o guardião da própria Constituição, restabeleça o cumprimento da Constituição julgando a ação direta de constitucionalidade.

E quero aqui acrescentar um dado novo: o PCdoB entrou com uma nova ação direta de inconstitucionalidade, que trata do chamado art. 5º, do princípio da presunção de inocência, que trata da chamada prisão em segunda instância. O PCdoB entrou com essa ação direta de inconstitucionalidade. E sabe quem é o Relator? É o Ministro Marco Aurélio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós esperamos, repito, que não venham mais manobras – como tem acontecido por parte da Ministra Presidenta –, que essa ação seja pautada e que o Supremo se pronuncie.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Antes de concluir, só digo mais um dado da pesquisa. Há uma pergunta da Vox Populi que é: "Sua vida melhorou, piorou ou ficou como estava?" Por incrível que pareça, só 4% em todas as regiões disseram que melhorou. A gente sabe que é a elite da elite da elite da elite – 4%. Melhorou para alguns mesmo; os que tiveram Refis, os que tiveram os benesses do Governo.

A região em houve o maior índice de que não melhorou, de que piorou – advinha?–, não foi o Nordeste, não; foi o Sul. Na Região Sul, 81% disseram que a vida piorou no Governo Temer. São dados de pesquisa. Não há argumentos para contestar.

É isso.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos.

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (37ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (11ª REUNIÃO), EM 25 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa, Paulo Rocha e José Pimentel, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Cidinho Santos, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Wilder Morais, Cássio Cunha Lima, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 15/2018, de autoria do Senador Paulo Rocha e do Senador Paulo Paim, RDH 56/2018, de autoria do Senador Paulo Rocha, RQI 4/2018, de autoria do Senador Paulo Rocha e do Senador Flexa Ribeiro, e RQI 19/2018, de autoria do Senador Paulo Rocha. Finalidade: Debater sobre: "Os impactos da construção da EF 170 (FERROGRÃO) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta a participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT". Participantes: Wilson Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Bens do Estado de Mato Grosso; Silvana Dias de Campos, Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger; André Luiz Mendes Nobrega, Representante do Grupo Ferrogrão Ferrograna; Cacique Peb Oroti, Liderança dos Índios Kayapó; Biviany Rojas Garzon, Analista do programa Xingu do Instituto Socioambiental – ISA; e Fernando Formiga, Superintendente Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Às quinze horas e cinquenta e oito minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Rocha. Às dezesseis horas e quarenta e sete minutos o Senador Paulo Rocha passa a presidência ao Senador José Pimentel. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Frank Sousa, Vereador do município de Trairão-Pará; Cacique Tomeakwa (Bepy Kayapó – Interprete), Líder indígena; e Cacique Kubenkanhok (Bepy Kayapó – Interprete), Líder indígena. O Presidente faz o registro da presença dos Senhores Vereadores do município de Trairão-Pará Luiz José Rifel e José Odair. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e os Senadores Paulo Rocha e José Pimentel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/79760

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Ronaldo Caiado e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1/CMA e 2/CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável à matéria na forma da Emenda nº 1-CI (Substitutivo). **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2018** que: "Requer, a realização de audiência pública para debater as obras de manutenção, conservação e recuperação da BR-319,especificamente acerca dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudos de impacto ambiental, requisito necessário para a liberação das obras de reasfaltamento da rodovia." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal de 1988, do art. 2º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 e do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 102, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir o Projeto de Lei do Senado n° 291, de 2013, que Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário, com a participação de representantes da Confederação Nacional de Municípios, a serem designados oportunamente." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15 de 2018** que: "Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno, e em aditamento ao Requerimento nº 59, de 2017, já aprovado, incluir no rol de convidados para a audiência pública requerida para discutir a segurança aeroviária brasileira, em particular, na Amazônia, o comandante da Força Aérea Brasileira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nivaldo Luiz Rossato." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16 de 2018** que: "Requer, a realização de Audiência Pública para debater a Resolução nº 729 do Conselho Nacional de Trânsito, que estabelece sistema de placas de identificação de veículos no padrão Mercosul, conforme resolução Mercosul nº 33/2014." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17 de 2018** que: "Requer, nos termos do RISF, que a política pública a ser avaliada pela CI no exercício de 2018 seja o aproveitamento do potencial das vias navegáveis interiores que compõem o Subsistema Aquaviário Federal." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18 de 2018** que: "Requer a realização de audiência pública, com o intuito de discutir o Plano Nacional de Logística – PNL, que no dia 21 de março de 2018 abriu consulta pública para contribuições do setor produtivo e da sociedade." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19 de 2018** que: "Requer, em aditamento ao RQI nº 04/2018, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os impactos da construção da EF-170 (Ferrogrão)." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. Suspensa às dez horas e trinta e quatro minutos, a Reunião é reaberta às dez horas e quarenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e quatro minutos. Fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Elmano Férrer, Telmário Mota e Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/24

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Na última reunião desta Comissão de Infraestrutura, nós tivemos uma audiência pública com a presença do novo Ministro dos Transportes, em que nós discutimos a questão de infraestrutura do País, especialmente a nossa BR-364, ligando Vilhena a Porto Velho e Porto Velho a Rio Branco. Colocamos a preocupação com relação à intensidade das chuvas, que é normal nessa época, mas também quanto à quantidade de caminhões que estão trafegando na BR-364, transportando a produção de Rondônia e de Mato Grosso para Porto Velho, para a hidrovia do Madeira, rumo à exportação. Essa combinação de excesso de carga e excesso de chuvas com um asfalto que não foi construído nem preparado para esse tipo de trafegabilidade põe em risco a BR. Isso está causando um transtorno muito grande para quem transita, pois a BR está completamente esburacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro, então, esclareceu que já estão feitos todos os contratos de manutenção de Comodoro até Porto Velho. De fato, o serviço de manutenção, de tapa-buraco, já está acontecendo, lentamente ainda, muito lentamente. Há um trecho crítico entre Jaru e Ariquemes, onde está sendo feito tapa-buraco ainda com cascalho, para refazer a sub-base. A empreiteira se compromete a entrar com uma força maior já nos próximos dias em função do término das chuvas. De fato, as chuvas já cessaram, já veio o sol, o sol amazônida está forte na região, e as empresas já podem começar a trabalhar.

Uma grande preocupação nossa, já de algum tempo, é o trevo da BR-364 para Colorado e Cerejeiras. Esse trevo tem causado muito acidente na BR. Ficou combinado, alguns meses atrás, ainda no ano passado, que o DNIT, com o contrato de manutenção, faria o alargamento desse trevo, criando condições de os caminhões estacionarem, para esperar a hora de cruzar a BR, tanto no sentido de Vilhena para Colorado como de Pimenta Bueno, entrando para Colorado, e vice-versa. Mas isso ainda não aconteceu. Esperamos que agora, com o reinício da manutenção, comecem exatamente a manutenção por esse trevo, alargando-o, pois é um trevo realmente muito importante, onde o tráfego de caminhões sempre foi grande, e agora aumentando cada vez mais, pois a produção de soja, milho, feijão e café dessa região tem aumentado muito, e o trânsito de caminhões, automaticamente, tem acompanhado esse aumento, uma vez que a produtividade tem crescido bastante no nosso Estado. Contudo, infelizmente, as obras de infraestrutura necessárias para que nós possamos dar vazão a toda essa produção não vêm acontecendo nem próximo do aumento da produtividade em nosso Estado.

Então, são BRs importantes: a 435, que é exatamente essa que liga Pimenteiras, Colorado e Cerejeiras a Vilhena; a 364, ligando Vilhena a Porto Velho; a 429, ligando Costa Marques a Presidente Médici e à 364; e a 421, ligando Ariquemes a Campo Novo e a Buritis.

Nós temos um grande desafio: fazer essa BR chegar com asfalto a Nova Mamoré, que é, hoje, a região, dentro do Estado de Rondônia, que mais está crescendo, que está recebendo um investimento muito grande por parte da população do nosso Estado, constituindo-se no novo eldorado de Rondônia, ou seja, exatamente essa grande região de Nova Mamoré, incluindo Campo Novo, Buritis etc.

Nós temos essa expectativa de que o DNIT nos ajude a levar esse asfalto, que vai hoje até Buritis, passando em Campo Novo, até chegar a Nova Mamoré. É uma alternativa para se ir ao Acre também, economizando aproximadamente 200km e não tendo que passar por Porto Velho. É, assim, um desvio, um corte de caminho bastante grande, proporcionando uma economia considerável para quem vai ao Acre. Da mesma forma, a BR-425, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim.

A OCDE, por exemplo, alerta para a necessidade de investimentos em infraestrutura não só na nossa Região Amazônica, não só no nosso Estado de Rondônia, mas em todo o País. Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a medida fortaleceria o crescimento da produtividade no Brasil.

O relatório divulgado neste mês aponta a necessidade de o Brasil ampliar os investimentos para fortalecer o crescimento da produtividade.

> O documento destaca, ainda, outras medidas que podem ser decisivas para a expansão da economia do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Conforme o documento, "o investimento em infraestrutura é particularmente importante. Entre 138 países, o Brasil ocupa atualmente a 116ª posição em qualidade de infraestrutura, de acordo com a última pesquisa do Fórum Econômico Mundial, após anos perdendo terreno para outros países. Deficiências de qualidade são comuns a muitas áreas de infraestrutura", diz a OCDE.
> A organização ainda destaca dado da Pesquisa CNT de Rodovias, da Confederação Nacional do Transporte, indicando que o Brasil tem uma média de 25km de malha pavimentada para cada 1.000 km² de rodovias.
> Outro problema pontuado é a dificuldade de acesso a financiamentos e os altos custos de crédito para realização de projetos de infraestrutura, além do fato de que a maior parcela dos valores disponíveis (81%) provém de bancos públicos.
>
> "Caracterizados por prazos particularmente longos, 53% dos empréstimos para infraestrutura foram estendidos pelo BNDES, cujos recursos serão insuficientes para cobrir as necessidades futuras de infraestrutura." Para enfrentar esse problema, a OCDE defende que um mercado de crédito privado e competitivo levaria a melhores resultados. "O BNDES poderia evoluir, deixando de ser a principal fonte de financiamento de infraestrutura no Brasil, para servir como catalisador da mobilização de financiamento privado, inclusive do exterior", afirma o relatório.
> Também é necessária a melhoria do ambiente de negócios para aumentar o retorno dos investimentos, o que, na avaliação da organização, está diretamente atrelado à realização de reformas estruturantes. "Além das dificuldades para se ter acesso a financiamentos, o baixo nível de investimentos do Brasil reflete um ambiente de negócios desfavorável, aumentando custos e cerceando o retorno dos investimentos."
> [...]
> As outras medidas apontadas como cruciais para o crescimento consistente da economia nacional são estabilizar a dívida pública e garantir que a inflação permaneça próxima da meta; aperfeiçoar a eficácia dos gastos públicos e, em particular, as transferências públicas para dar continuidade ao avanço social; ampliar a integração com a economia global.

Então, esse é um resumo do relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que coloca que o Brasil precisa de investimentos em infraestrutura. De fato, nós todos sabemos disso.

Há uma grande expectativa, Senador Flexa Ribeiro, de que esses investimentos aconteçam, pois nós estamos aumentando, no nosso Estado de Rondônia – no seu Estado, não é diferente –, os investimentos da iniciativa privada na produção agrícola e pecuária e na industrialização. Isso tem crescido muito, e os investimentos em infraestrutura não têm acontecido, e isso tem causado um transtorno muito grande e também evitado outros investimentos. Pessoas que gostariam de investir no Brasil, na produção, na industrialização acabam por não investir em função de não haver facilidade de escoamento dessa produção, ou seja, o custo Brasil tem atrapalhado, inclusive, a concorrência internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos entender que o Ministro dos Transportes conseguirá dar a volta nessas questões burocráticas com relação à falta de projetos também, que é uma das questões que ele colocou para nós na audiência pública, para que nós possamos avançar na infraestrutura brasileira.

Com prazer, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Acir Gurgacz, nosso Presidente da CI, e Srs. Senadores, V. Exª tem toda a razão, Senador, pela sua preocupação de o Brasil não ter uma infraestrutura à altura da necessidade de escoamento da sua produção. Não adianta nós termos competentes setores... Tanto a indústria quanto o agronegócio são competentes: a indústria, até a porta da fábrica; o agronegócio, até a porteira da fazenda. A partir daí, eles estão entregues à ineficiência dos governos – não é do Governo, mas dos governos –, que não têm um projeto, isso que é importante, para que efetivamente possam levar ao escoamento da produção a um custo de transporte que torne o produto competitivo no exterior, em especial as *commodities*.

No projeto de exploração do minério de ferro do Carajás, da Vale, e, agora, no S11D, Senador Paulo Rocha, que está aqui ao nosso lado, o Pará, lamentavelmente, é espoliado pela Companhia Vale. Continua sendo e será se nós não tomarmos uma atitude em relação a isso. O produto minério de ferro do S11D é o que tem o melhor teor de ferro no mundo todo. Os chineses dão preferência à compra desse produto em relação ao da Austrália, que fica mais próximo, e ainda pagam um prêmio, um bônus por tonelada exportada.

Eu falei isso só para dizer, voltando ao tema que V. Exª colocou da infraestrutura, que a Vale fez a sua infraestrutura. Lamentavelmente, em vez de fazer o porto de escoamento no Pará – diziam, àquela altura, que o Pará não tinha um porto com calado suficiente para receber os grandes navios de 300 mil toneladas, mas tem, hoje está provado que tem, e não é um só, mas mais de um... E nós estamos vendo, historicamente, a riqueza do Pará ser levada por uma estrada de ferro para o Porto de Itaqui, no Maranhão. Então, ela tem meio de transportar seu produto competitivamente. Fez a estrada de ferro, duplicou a estrada de ferro do Carajás, que já atende também o S11D. Agora, nos demais produtos, nos demais setores, nós temos esse problema.

A exportação de soja, a primeira derivação de transporte para diminuir o custo foi por Rondônia, que saía lá pelo porto de Porto Velho, pegava as balsas, ia até Santarém, tinha um transbordo para os navios e, de lá, ia para a exportação. Hoje, além desse caminho, nós temos também os portos de Miritituba. São inúmeros os que estão lá, de todas as *tradings*. Então, a soja vem de carreta pela Santarém-Cuiabá, a 163, as carretas vão para os portos de Miritituba, é feito o transbordo para as balsas, que vão até o porto de Barcarena, e lá o produto é transferido para os navios que levarão para o destino. Agora, isso é algo que está ocorrendo eu diria até por iniciativa dos próprios produtores, porque eles viram que levar de carreta e, pior ainda, levar para os portos do Sul, de Santos ou Paranaguá, era pagar duas vezes, porque eles desciam lá para o Sul para depois subirem na direção dos países importadores, além de congestionar, de haver acidentes.

Agora, o Governo está projetando a Ferrogrão, que vai correr quase que paralela à Santarém-Cuiabá. Primeiro, Senador Paulo Rocha. A Ferrogrão não pode parar em Miritituba. Isso é um assunto que a gente tem de discutir, temos de ficar atentos. Não pode ter o seu ponto final em Miritituba, tem de ser em Santarém, tem de ir até Santarém. Miritituba é interesse das *tradings*, dos produtores; Santarém é interesse do Estado. Então, é preciso adequar o projeto de interesse para os produtores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o projeto de Estado, de desenvolvimento, tem de ser adequado a isso. Como também não pode, Senador Acir, a Ferrogrão passar direto, desde Sinop até Miritituba, sem haver nenhuma parada ao longo da estrada e sem transportar passageiro.

Quer dizer, o Pará seria apenas um corredor de exportação. Não pode ser assim. Tem de haver em cada Município os pontos em que na ferrovia os trens vão parar, vão atender à cidade, carregar também outros produtos que lá possam ser produzidos e também transportar pessoas para os diversos Municípios por onde passa a Santarém-Cuiabá.

Mas, V. Exª, junto com o Senador Raupp, tem discutido muito aqui a questão de Rondônia. Na semana passada, foi feita uma audiência pública sobre a BR-364. Paulo, a BR-364 tem o mesmo problema que lá no Pará nós sofremos com a 230, que é a Transamazônica com a 163, que é Santarém-Cuiabá.

Eu até não estive aqui na audiência, porque imaginei que fosse exclusivamente para a BR-364, que dizia respeito a Rondônia. Conversei com o Ministro Valter Casimiro e espero que o Ministro Valter Casimiro comande o Ministério dos Transportes sem o viés político.

Ministro Valter, não faça o que o Ministério dos Transportes tem feito com o Estado do Pará, prejudicando o Estado do Pará por interesses políticos. Não entre nessa bola dividida da política, não. Faça a sua gestão em cima daquilo que é melhor para o Brasil e para o Pará. É isso que tem de ser feito.

O Ministro Valter me disse que a audiência passou por várias estradas, avançou sobre o Brasil inteiro. Parabéns pelo trabalho dos Senadores de Rondônia!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado pela sua contribuição.

Uma das reclamações, Senador Flexa, Senador Paulo Rocha, Senador Valdir Raupp, é a burocracia que nós temos no Brasil com relação a projetos, licenciamentos, etc. Nós nos reunimos com vários técnicos de vários ministérios, principalmente o Ministério dos Transportes e também o jurídico do DNIT, e fizemos um projeto que é um novo marco regulatório para o licenciamento ambiental, para desburocratizar, tendo como principal objetivo cuidar do meio ambiente. Trata-se de acabar com essa burocracia que nós temos hoje para licenciamentos, para autorizações. Imaginem: para fazer o tapa-buraco na BR-364, tem de ter licenciamento ambiental! Não tem lógica, não tem necessidade disso, a estrada já existe, e, para se fazer a sua licitação, é preciso ter o licenciamento ambiental.

Então, estamos criando esse marco regulatório, tirando as burocracias, mas tendo como prioridade a atenção especial ao meio ambiente. Nós não queremos causar nenhum transtorno ao meio ambiente e nem flexibilizar os cuidados com o meio ambiente; ao contrário, queremos manter toda a atenção aos cuidados ambientais, mas tirar a burocracia para que os ministérios possam avançar em projetos e licitações de infraestrutura no nosso País.

Com prazer, ouço o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Acir, o Senador Flexa, o Senador Paulo Rocha.

Sr. Presidente, V. Exª aborda nesta manhã, antes que iniciemos as relatorias – o que acontecerá em breve, assim que o quórum melhorar –, questões de infraestrutura no nosso País. Eu não diria que estamos cansados, mas temos batido muito essa questão há muitos anos, e a coisa não avança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava lendo uma reportagem nessa última semana em que se dizia que o Executivo, ao longo do tempo, vem perdendo a sua capacidade técnica para trabalhar. Os órgãos ligados ao Executivo, além dos salários defasados... Não há mais nenhum atrativo para um engenheiro trabalhar no DNIT ou em qualquer outro órgão ligado ao Executivo porque os salários estão achatados. Eles encontram salários melhores na iniciativa privada ou nos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público, a Controladoria, e por aí vai. Todos os órgãos de controle estão cada vez mais se aparelhando com técnicos de altíssima capacidade, com treinamentos, com salários altos, mas o Executivo vem definhando. Se não mudar essa situação, vamos chegar a um ponto em que os governos não conseguirão executar mais nada, ou demorarão dez, vinte anos para executar uma obra que poderia ser executada em três ou quatro.

Lá em Rondônia, quando você vai tentar fazer uma obra, não há projeto. Aí, esse projeto demora de um ano e meio a dois anos, quando sai. Então, a nossa dificuldade hoje é dar celeridade a essas obras do Governo Federal, do Executivo.

Rondônia... Eu estou um pouco animado – ponho o pessimismo de lado um pouco. Este ano nós trabalhamos o Orçamento – V. Exª também foi membro da Comissão de Orçamento –, eu fui Relator na área de infraestrutura de transporte, e conseguimos alocar uma verba até substancial para recuperar, restaurar as nossas rodovias. Já há várias frentes de trabalho. Demoraram muito, inclusive, para contratar. Aliás, o próprio Valter Casimiro, que é o nosso Ministro dos Transportes, quando era diretor do DNIT, falou que houve uma certa negligência do Ministério dos Transportes, do DNIT, quanto a esses projetos em Rondônia – e certamente, se aconteceu em Rondônia, pode ter acontecido em outras áreas também.

Mas eu espero que neste ano o Ministério dos Transportes e o DNIT possam acelerar essas obras de infraestrutura em Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E a burocracia também, Senador Raupp, acaba atrasando e atrapalhando o projeto, as licitações e causa um retardamento das obras que são muito necessárias.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A burocracia aumenta quando faltam técnicos, efetivo. Aí, embola tudo. A burocracia já é uma coisa que soma, é lenta, mas a falta de quadros, a falta de servidores nesses órgãos federais é visível. Há muitos anos que não se renovam quadros, que não se contrata, que não se faz concurso, e os órgãos de controle se aparelhando, os órgãos de controle cada vez mais...

Estou falando isso porque eu li uma reportagem, não lembro o nome de quem escreveu, do especialista, Senadores, que mostrava que os órgãos de controle estão se aparelhando cada vez mais, com altos salários, sobretudo esses órgãos de carreira jurídica, com treinamento, cada vez se aparelhando mais. E os órgãos do Governo cada vez se definhando mais, achatando mais. É um descompasso muito grande entre quem executa e quem fiscaliza.

Ninguém é contra fiscalização, mas você não pode colocar todo o aparato de repressão e de fiscalização, se aparelhando o tempo todo, porque há orçamento, e os órgãos do Governo ficando à deriva, sem quadros, sem capacitação, sem salário que possa ser atrativo para que bons engenheiros, bons técnicos possam entrar para o Governo. Eu vejo muito por esse lado. Por isso o Brasil está caminhando nessa situação, sobretudo na área de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Voltando às ferrovias, Senador Flexa Ribeiro, nós sonhamos muito com a Ferrovia Bioceânica, em Rondônia. Já paramos de sonhar um pouco com essa ferrovia. Estamos sonhando agora com a ferrovia de Mato Grosso, em Sapezal, que é a região da soja mais produtiva, Campo de Júlio, Comodoro, aquela região toda até Porto Velho. São 800km, é uma ferrovia curta, não tem problemas ambientais, como tem a Ferrogrão.

Sei que, por um momento, o próprio Ministro da Agricultura deixou de trabalhar, de apoiar o nosso projeto da ferrovia até Porto Velho para apoiar a Ferrogrão, mas eu ouvi recentemente de pessoas ligadas a esses órgãos de ferrovias – a Valec, o DNIT, que tem diretoria de ferrovia – que não sai nem a Ferrogrão. A Ferrogrão não vai sair por problemas ambientais.

A 163 teve sérios problemas. A 163, que V. Exª abordou aqui, que é um corredor de exportação de soja para os portos do Pará, teve neste ano uma interdição. Nós ficamos assustados com a quantidade de carretas, que era de 2 mil e passou para 3 mil. Eu soube que durante uns 30, 60 dias, as carretas que transportavam soja para as mesmas três exportadoras, para os portos do Pará, pararam no inverno chuvoso, porque a 163 não dava condições de trafegabilidade. É verdade?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – E aí passou para essas mesmas três, que têm terminais portuários em Porto Velho. Então, as cargas que iam para o Pará passaram para Porto Velho. Por isso a nossa coitada e sofrida BR-364 não aguentou e está na situação em que se encontra hoje. Ainda bem que não foi interditada, mas lamentavelmente com muitos acidentes, muitas mortes, muitos jovens transportando carretas tombadas naquela rodovia, e famílias inteiras se acidentando. É um trauma terrível essa questão. Eu espero que, daqui para frente, a gente possa, na hora em que terminar a restauração neste ano, a gente comece, a partir do ano que vem, já a pensar num projeto de duplicação da nossa BR-364.

A concessão que seria o... Eu li aqui, numa matéria da mídia de hoje, na mídia nacional, dizendo que as PPPs também estão sendo pouco utilizadas. Nós aprovamos esse projeto há mais de dez anos, acho que há uns 15 anos, e está sendo muito pouco utilizado no Brasil. Por quê? Porque que o Brasil, além de não ter dinheiro para investir, não tem capacidade técnica para liberar as concessões; fica aí batendo cabeça de um órgão para outro, e não consegue liberar... A única área – e aqui eu vejo a assessora parlamentar do Ministério das Minas e Energia, Drª Martha Lyra – em que as PPPs, em que as concessões têm avançado é a de energia elétrica, administrada por Minas e Energia. As usinas que estão sendo construídas, assim foi Jirau, assim foi Santo Antônio, assim foi Belo Monte, e outras estão para acontecer; isso ainda está acontecendo.

Mas as rodovias, as duplicações de rodovias sob concessão, as ferrovias também – que têm de ser por concessão, porque o Governo não tem, o Brasil não tem dinheiro para investir bilhões e bilhões em ferrovias; têm de ser por parceria privada, tem de ser por concessões – não estão saindo do papel, não conseguem; passam anos, vêm anos, muda-se de Ministro, e não conseguem sair do papel.

Então, faço aqui esse apelo ao Ministro dos Transportes para que possa coordenar, que possa comandar essa equipe técnica para soltar o mais rápido possível essas concessões em todo o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Raupp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, as nossas concessões de rodovias estão completamente paralisadas. No nosso caso da BR-364, colocou para nós o nosso Ministro Valter Casimiro que a empresa fez um trabalho durante praticamente um ano, e não pôde ser aproveitado o trabalho que a empresa fez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mais de um ano, quase dois anos, como V. Exª muito bem coloca. Agora, essas empresas têm equipe técnica capacitada para isso, mas fizeram um trabalho que não deu para aproveitar. Agora, na semana passada, a EPL estava contratando uma empresa para fazer esse trabalho de viabilidade econômica.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – O nome que não me vinha à cabeça era EPL.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – EPL.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Há EPL, há Valec, e há não sei o que mais. (*Risos.*)

Há tanto nome!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Empresa de Planejamento e Logística.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – E agora, do Moreira Franco, que nem lembro o nome, o Ministério de Logística do Moreira Franco, que agora saiu e também se está sem ministro lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, vamos aguardar agora, porque a EPL já lançou edital para a contratação de uma empresa para fazer o projeto ou o anteprojeto da duplicação da BR-364. Como V. Exª colocou, está todo mundo batendo a cabeça, e ninguém consegue fazer um anteprojeto – não é nem o projeto; é o anteprojeto – para a duplicação da BR-364.

Com prazer, ouço o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu já estou aqui desde 1991 na Câmara Federal, e agora como Senador. Essas mesmas reclamações a gente já faz desde então. Eu acho, no concreto, que o problema é que quem pensou em desenvolver a Amazônia não foi da Amazônia; foi do centro-sul do País. E pensaram o desenvolvimento por meio dos grandes projetos agropecuários, dos grandes projetos minerais, agora dos grandes projetos de produção de energia. E não levou em consideração exatamente a diversidade, a diferenciação do que é a Amazônia. Outros pensam a Amazônia como o pulmão do mundo; aí pensam que é uma coisa imaculada que não pode ser tocada, não se pode mexer. Também essa visão está equivocada.

Por isso, esse pensamento vem desde os militares, desde a época dos militares. Por exemplo, a nossa riqueza, os nossos caminhos naturais são os nossos rios, mas inventaram as grandes rodovias. A Transamazônica foi feita paralelamente ao Rio Amazonas, o maior rio do mundo, portanto navegável em todo tempo. Essa é a principal estrutura de escoamento da nossa Amazônia, mas fizeram uma rodovia de mil quilômetros paralela ao Rio Amazonas, que está lá ainda – seu asfaltamento avançou recentemente no Governo do Lula – com problemas, porque os nossos técnicos aqui pensam como se estivessem fazendo uma estrada em solos diferentes, em regiões como o Planalto, o centro do Planalto. E pensam uma estrada... Na Amazônia, é totalmente diferenciado o subsolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora mesmo houve grandes investimentos da Transamazônica, mas em quatro, cinco anos de asfaltamento está tudo quebrado, porque, nas grandes cheias, nos grandes invernos, os rios enchem e levam toda estrada. Então, o erro é exatamente essa visão de como pensar ou desenvolver a nossa Amazônia.

Temos de fazer valer a nossa força política, o que não fazemos. Os nossos Governos dos Estados, por exemplo, em vez de fazer valer o seu potencial, o seu poder de barganha que são as nossas riquezas, facilitam a vida dos grandes grupos econômicos, implantando... Por exemplo, a única forma de se implantar ali é levar grandes grupos e dar isenção fiscal. Aí eles exploram, ficam lá, enviam as nossas riquezas para fora, e, quando é política do Governo, fica o tal do *royalty*, que são os bombons do processo, entendeu?

Agora nós estamos vocacionados para produzir energia. A gente produz energia e logo vem o linhão para trazer energia para o centro-sul. Não tem problema, o centro-sul precisa de energia para manter firme o seu parque industrial. Mas e o poder de barganha da nossa riqueza, para voltar para lá em forma de desenvolvimento? Ao contrário: os impostos gerados pela energia vão novamente para o centro-sul. Aliás, nós temos projeto aqui de fazer essa inversão.

Então, o que eu proponho no concreto? Nós estamos em um período muito importante, que são as eleições. Portanto, podemos fazer valer a nossa força política na questão da eleição. O que eu proponho? Quando nós chegamos aqui, independentemente de partido, nós criamos um grupo de Parlamentares na Câmara em defesa da Amazônia. Foi importante que, ao final, crescemos e criamos tal força política que criamos, inclusive, uma comissão permanente na Câmara Federal, que é a Comissão da Amazônia, que trata das questões da Amazônia.

O que eu proponho aqui aos nossos parceiros? Primeiro, fazer um grande seminário, promovido por nós, não sei se nesta Comissão, em que se chamem os principais empresários da região, as federações todas da nossa região, os governadores, para a gente pensar um plano, um programa para exigir dos candidatos a Presidente da República de todos os partidos: "Olha, os amazônidas, os representantes políticos da Amazônia pensam assim, e para desenvolvê-la há que se fazer isso, priorizar isso". A gente apresenta isso para todos os candidatos, sejam de direita, sejam de esquerda, sejam de centro, mas que a gente possa fazer valer o nosso projeto de como nós pensamos a Amazônia.

Depois, eu acho que nós deveríamos criar – não sei se nesta aqui ou na Comissão de Desenvolvimento Regional – uma subcomissão que pensasse as coisas da Amazônia, quer seja da infraestrutura, quer seja ambiental, quer seja... Acho que aí a gente faz valer a nossa força política. Porque se percebe que, individualmente, aqui a gente luta, traz projetos, etc., mas acaba enfrentando a força política do centro-sul do País e acaba não avançando em um processo para pensar a Amazônia, porque ela tem que ser pensada de forma diferenciada, como um bioma importante para o desenvolvimento do País, para o mundo, mas que não pode ser só corredor.

Agora, na infraestrutura, estão pensando o tal do Arco Norte. O que é? É para levar todos os portos ao longo do Rio Amazonas até a sua foz para desembocar a produção do centro-sul do País. Nós não temos só essa vocação. E o que a gente recebe de lá? Só recebe isso, as carretas, etc.? Fizeram sete portos lá – a que agora o Senador se referiu – na área de Miritituba. São portos modernos, importantes, mas são só para receber as carretas que vêm na BR-163. Automaticamente, inclusive, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vira, cai em uma barcaça, que depois a leva para um grande navio, e a gente só vê a poeira que sai dos caminhões, na passagem do caminhão, ou o apito do trem, no caso das ferrovias, ou então o navio descendo com nossas grandes riquezas.

Esse modelo de desenvolvimento não serve para nós, para a Amazônia. Por isso, eu acho que a gente deveria fazer tipo um seminário, um debate aqui – pode ser nesta Comissão, puxada para cá –, chamando todos os entes fortes da Amazônia, os produtores, enfim, os setores governamentais para a gente resumir isso numa proposta política e apresentar para todo e qualquer candidato a presidente da República que venha. Sempre os discursos são sobre a Amazônia: "A Amazônia é muito importante." Disseram até que a Amazônia é o pulmão do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Paulo Rocha. É uma sugestão muito importante. De fato, nós precisamos debater e discutir a Amazônia com a importância que ela tem para o desenvolvimento e para a ecologia.

Com prazer, ouço o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Meu nobre Presidente, companheiros Senadores, eu queria só, secundando as considerações feitas pelo nosso nobre Senador Paulo Rocha, reportar um pouco sobre o planejamento regional e o planejamento nacional.

Tivemos, em um passado não tão recente... O nosso País é de dimensão continental. Nós temos o trópico úmido, que é onde está a Amazônia; temos o trópico semiárido, onde está o nosso Nordeste; temos o Centro-Oeste, e, próximo, o Pantanal; e temos os pampas no extremo Sul. Ou seja, é um país de dimensão continental, com características edafoclimáticas bem definidas.

Nós tivemos o momento do desenvolvimento regional, e acabaram com isso, que é exatamente o que reportou o nosso Senador Paulo Rocha. Então, nós temos de retomar, considerando a dimensão continental do Brasil, o desenvolvimento regional.

Tivemos o Basa (Banco da Amazônia), o Banco do Nordeste; temos aqui o do Centro-Oeste, o BRB; e tivemos a Sudam, a Sudene, a Sudeco, a Sudesul. Tudo isso foi para o ralo quando acabaram com o desenvolvimento regional e implantaram um sistema nacional, como se fosse um país do tamanho da Dinamarca ou da Suíça. O problema da raiz está aí no modelo de desenvolvimento.

Então, nós temos de retomar, à luz da sugestão do nosso Senador Paulo Rocha, o regionalismo, o desenvolvimento regional. Faz-se um planejamento de natureza global, quer dizer, o que se planeja na área de educação... Eu vejo que as escolas feitas no Nordeste são as mesmas feitas para o Sul do País, quando nós temos variações climáticas profundas.

Entendo que nós já perdemos a oportunidade... Vejam, estamos aqui para discutir uma matéria do mais alto interesse da Amazônia com relação a esses fundos de aviação regional.

Eu estive em São Gabriel da Cachoeira, meus nobres Senadores, da Amazônia, e vi lá a presença do Exército e de outras Forças. A ausência do Estado nacional e do Estado federado na Amazônia é latente. São Gabriel da Cachoeira, com uma população de quarenta e tantos mil habitantes, só tem uma unidade de saúde, que é do Exército. Enfim, é um Município, é uma região desértica. Tivemos também a oportunidade de conhecer um pelotão de fronteiras, que também é um deserto. Quer dizer, temos 17 mil quilômetros de fronteira terrestre, limitando-nos com dez países daqui da América

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul, e temos também 7 mil quilômetros de costa marítima. E sentimos o vazio! Ou seja, nós não estamos planejando este País.

Essa rotatividade de ministros, dentro de critérios eminentemente político-partidários, é que leva à interrupção dos grandes programas e projetos de planejamento. E isso se verifica nos Estados federados. Nós estamos tendendo... Aliás, o Estado brasileiro está virando um caos! Um caos! Nós não temos mais um planejamento, não temos planos decenais de desenvolvimento. A rotatividade de ministros e secretários dos Estados é um negócio brutal. E o compromisso com a Nação e com os Estados é muito pouco.

Nós estamos num período de eleições. Está deserto o Parlamento. Quer dizer, as eleições são mais importantes do que o País. As eleições são mais importantes... Sim, na democracia, ela é importante, mas nós fomos eleitos para cumprir um mandato, um mandato de oito anos, e este ano é um ano perdido.

Eu vejo a responsabilidade desta Casa. Somos nós que legislamos sobre a Federação, e é o nosso dever. Daí por que o voto do meu nobre Senador lá de Roraima é tão importante quanto o do Senador de São Paulo. Então, nós somos aqui, conjuntamente, os Senadores do Nordeste e os Senadores do Norte, maioria nesta Casa. E são as regiões que padecem de mais injustiças, sobretudo social. Nós somos a maioria. Quando você reúne o Parlamento aqui, o Senado, e você coloca essas três regiões – Centro-Oeste, Nordeste e o Norte –, nós somos a maioria. É uma coisa impressionante. Entretanto, nós só tratamos de questões dessa importância quando surge um problema.

Nessa questão aqui relacionada à Amazônia, tudo que foi feito lá nessa área aeronáutica foi feito pela própria Força Aérea. Aqueles aeroportos, os que existem lá, nos pontos de decolagem, enfim... É a Aeronáutica que tem condições de fazer aquilo, através da Comar. E nós estamos discutindo o relatório de V. Exª, que trata dessa questão. Então, eu creio que aqui deveria estar toda a Bancada da Amazônia – toda –, porque isso aqui é do mais alto interesse da Amazônia.

Eu queria apenas fazer essa colocação, quando se trata do regionalismo. Essa é uma questão regional. A Amazônia tem suas características muito próprias, como o nosso Semiárido também tem.

A Sudene e a Sudam acabaram. O DNOCS, que trata da questão de água... Hoje nós estamos com inundações de um lado e seca de outro, que persistem. Está lá o Exército, na minha região. Mesmo em época de chuva, estão lá as Forças Armadas, está lá o Exército, socorrendo aquela população. Na Amazônia, por exemplo, eu tive a oportunidade de integrar um grupo de Parlamentares – aliás, eram dois Senadores, Ana Amélia, eu, e oito Deputados Federais – e vi a imensidão de Exército e a presença do Estado através de suas Forças Armadas. Então, com relação a esse relatório, que V. Exª, nobre Acir Gurgacz, elaborou, consistente, lamentavelmente nós não temos aqui a maioria devida. Se somarmos os Senadores só da Amazônia, daria para aprovar aqui com quórum altíssimo, e nós, do Nordeste, somaríamos e já sairíamos com esse projeto aprovado.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Senador Elmano Férrer, pela sua colocação.

Aproveito a oportunidade para convidar os Senadores que estão nos gabinetes para virem até a Comissão de Infraestrutura, para que possamos votar alguns projetos. Um deles é a questão da aviação regional. Principalmente para a Amazônia, a sua importância é muito grande. Convido a todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que venham aqui conosco, dar presença, para que possamos votar esse e outros projetos importantes para a infraestrutura brasileira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com prazer, ouço o Senador Telmário.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Rapidamente, para uma observação: que o nobre Presidente, Senador Eduardo Braga, possa contactar hoje os Líderes de todos os Partidos, pedindo que eles complementem as vagas aqui na Comissão de Infraestrutura. Eu estava vendo aqui no painel que nós temos, por incrível que pareça, dez posições vagas aqui na CI. É difícil você ter quórum para poder pelo menos deliberar. Eu não diria nem terminativos. Eu tenho aqui um requerimento para aprovar uma audiência pública para um projeto do Deputado e não consigo. Não conseguimos nem deliberar sobre ele. Esta é uma das comissões mais importantes do Senado Federal. É exatamente aquela comissão que trata do calcanhar de Aquiles do nosso País, que é a infraestrutura, a logística. Então, eu pediria ao Senador Eduardo Braga que fizesse esse contato para os Líderes indicarem os que estão faltando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Bem colocado, Senador Flexa, mas isso já foi feito. Há duas semanas, foi mandado expediente para todos os Líderes partidários, e também conversado pessoalmente. Tanto foi feito pelo Senador Presidente, Eduardo Braga, como por mim, Vice-Presidente desta Comissão. Nós pedimos para que os partidos indiquem os membros para completar todos os membros aqui da Comissão de Infraestrutura. Estamos aguardando. Eu acredito que logo isso seja resolvido. Os partidos têm interesse. Como V. Exª muito bem colocou, esta Comissão de Infraestrutura é a comissão que trata do calcanhar de Aquiles do nosso País, que é a infraestrutura brasileira, seja ela portuária ou aeroportuária, sejam ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, enfim, toda a infraestrutura brasileira.

Com prazer, ouço o Senador Telmário Mota, de Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, Senador Acir, na mesma linha. Parece que a Bancada ficou toda Norte e Nordeste aqui, já bem lá na pontinha, do Piauí, que já está incluído, praticamente. Naturalmente, nós estamos aqui... Há falta de quórum, e bem colocou o Senador e todos que aqui se manifestaram que é importante a gente dar continuidade aos trabalhos desta Casa, senão a gente cria um vácuo, um vazio.

Por exemplo, eu tenho um projeto aqui, o item 8, cujo tema o Governo Federal está até já regulamentando. É uma proposição nossa para que as novas casas populares construídas pelo Governo Federal e também prédios públicos sejam abastecidos com energia renovável. Então, é um formato que hoje é importante dentro do contexto energético do nosso País, principalmente na nossa região, onde nós temos carência e a nossa energia não tem qualidade, e no Brasil como um todo. Vemos que esse projeto já foi aqui relatado pelo Senador Jorge Viana e hoje realmente só carece de quórum para que possamos colocá-lo em votação. É um projeto que vai repercutir rapidamente dentro da nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já vi alguma coisa do Governo Federal, eu não sei se é uma medida provisória, ou se vai sair algum decreto orientando que realmente os prédios, coisas públicas e financiamento de casas sejam com energia renovável. Isso é muito importante para a gente.

Ouvi também falar sobre a questão amazônica. E é muito fácil você, de dentro de um gabinete, ou na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia ou onde quer que seja, dizer que a Amazônia é o pulmão do mundo e que não pode isso, não pode aquilo. Mas todo pulmão tem de ser bem conservado, senão tem pneumonia. E a Amazônia está com pneumonia, porque nós estamos lá com carência de estrada, com carência de políticas públicas sustentáveis. Nós não podemos prejudicar, de forma nenhuma, a própria natureza, mas o povo de lá precisa sobreviver.

Essa história de achar que nós do Norte ou Nordeste só somos consumidores do Centro-Oeste ou do Sul não faz um Brasil igualitário. Nós não damos ao ente federativo a igualdade necessária para o crescimento da Nação brasileira, aqui colocado em várias falas, como um verdadeiro continente. Realmente, as políticas, os financiamentos, esses fundos precisam ser vitalizados, precisam ser fomentados para que nós, povos amazônicos, possamos ter uma vida digna, principalmente no meu Estado, porque agora o Estado de Roraima é um Estado brasileiro e um subpaís venezuelano, porque hoje há migração venezuelana desordenada. Lamentavelmente, o Governo Federal está sempre mostrando incompetência. Desde 2015 para 2016, eu alertava, nos primeiros passos migratórios, que era preciso... Inclusive, o Senador Serra era o Chanceler, fui a ele, fui ao Ministro do Temer, ao Ministro da Justiça e mostrei: olha, se não tivermos aqui um controle, não tivermos um acompanhamento rigoroso, o Estado de Roraima não vai suportar essa migração. E agora está lá, de forma totalmente desordenada, com os venezuelanos nas praças; aumentou a criminalidade; eles estão na chuva, na lama. É um verdadeiro ato desumano, um ato que é de responsabilidade do Governo Federal sobrecarrega o Estado que já não paga nem as suas dívidas, é calote para lá, calote para cá, porque é um Estado que vive praticamente de uma economia caldo de isopor – não é nem de piaba, porque a piaba tem uma proteinazinha –porque o nosso Estado vive do contracheque, lamentavelmente, e diferentemente de Rondônia, do Senador Acir, do Senador Raupp. Rondônia visualizou e aproveitou o seu potencial. Então, hoje o Estado de Rondônia, realmente, orgulha a nossa região por tudo que desenvolve: o café, a pecuária, a pesca, enfim, todas as suas atividades.

Naturalmente, o espírito empreendedor, o espírito desenvolvimentista aconteceu no Estado de Rondônia, e o nosso deu marcha à ré. O nosso Estado, que exportava carne até para o Pará, para Rondônia, para o Amazonas, hoje é o Estado do contracheque. Hoje, 49% da nossa riqueza, do nosso PIB vêm do contracheque; 39% vêm do comércio e do serviço; só 9%, Senador Elmano, vêm da indústria; e 6%, da agropecuária. O nosso Estado possui um PIB maior do que o PIB de São Paulo, o que sustenta 46 milhões e ainda desenvolve este País.

Portanto, eu acho que as políticas públicas e o olhar do Governo Federal para a Região Amazônica têm de ser diferenciados, sim, porque nós não podemos, como eu disse ainda agora, só ser o consumidor e o primo pobre desta Nação tão rica, que é o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu agradeço, Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que a Mensagem nº 25, de 2018, está sob minha relatoria, solicito que o Senador Valdir Raupp assuma a Presidência da reunião para que possa ser feita a leitura do relatório.

Muito obrigado, Senador Raupp.

É extrapauta. É a mensagem...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Mensagem 25, de 2018, extrapauta.

EXTRAPAUTA

MENSAGEM Nº 25, DE 2018

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Acir Gurgacz

Tem V. Exª a palavra para proferir o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 25, de 2018 (Mensagem nº 198, de 2018, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Adalberto Tokarski para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Nos termos do citado dispositivo constitucional, é da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar.

A Antaq, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Estabelece o §1º do art. 53 da referida lei que os membros da Diretoria da Antaq devem ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, devendo ser nomeados pelo Presidente da República após aprovação devendo ser nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do mencionado dispositivo constitucional.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Adalberto Tokarski, que passo a resumir.

O indicado nasceu na cidade de Barbosa Ferraz (PR), em 1960. É engenheiro civil, graduado pela Universidade Católica de Goiás, no ano de 1986, e tem experiência profissional nas áreas de transporte, logística, construção civil, projetos, planejamento e gestão.

Nos últimos doze anos, o indicado atuou como Gestor na Antaq, tendo ocupado os cargos de: Gerente de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior; Superintendente de Navegação Interior; Diretor; e Diretor-Geral. Nesse período, também foi Presidente do Conselho de Autoridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portuária dos Portos da Companhia Docas do Pará; e gestor da elaboração do Plano Nacional de Integração Hidroviária, do primeiro estudo completo sobre transporte de passageiros na Amazônia, e da nova Regulação da Navegação Interior do Brasil.

O currículo profissional do candidato também registra que atuou como consultor no setor privado e que foi representante do setor hidroviário nas Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos anos de 2004 e 2005; presidente da Agência de Desenvolvimento do Corredor Centro Norte, entre 2002 e 2006; e Presidente do Comitê Pró Hidrovias Tocantins Araguaia, de 1998 a 2005. Além dos cargos citados, foi candidato a Deputado Federal, pelo Estado de Mato Grosso, nas eleições do ano de 2002.

O candidato reporta defender uma maior utilização das hidrovias no Brasil com o emprego da multimodalidade e a busca de uma melhor qualidade para o transporte de passageiros, especialmente na Amazônia e foi reconhecido por estada visão e atuação, tendo sido agraciado com os Títulos da Ordem do Rio Branco, pelo Itamaraty; da Ordem do Mérito Naval, pela Marinha do Brasil; da Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro, pela Confederação Nacional dos Transportes; de Cidadão Paraense, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará; e de Honra ao Mérito Portuário, pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Pará.

Acrescenta ainda que, como Diretor-Geral, recuperou o orçamento da Agência, e durante sua gestão: foi editada a Norma de Direitos e Deveres dos Usuários (Resolução Normativa nº 18); foi aprovada a Norma de Registro (Resolução Normativa nº 13); foi realizada a primeira edição do projeto relacionado à conscientização da retirada de resíduos de embarcação "Rio Limpo Amazônia Viva"; foram feitos acordos recíprocos com diversas entidades; foram implantados os sistemas de Contabilidade Regulatória e de Outorga Eletrônica; foram criados a Comissão Permanente de Licitação e o projeto da Escola Coorporativa da Antaq; e ampliado o Prêmio Antaq, prestigiando a inovação, o serviço adequado e as boas práticas.

Pouco antes de encerrar seu mandato de Diretor-Geral, solicitou novo concurso para recompor o quadro de servidores da Antaq.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

Esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pelo Senhor Presidente da República, do Dr. Adalberto Tokarski para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Senador Acir.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.074217/2018-65

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2016
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR e do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

O relatório é pela aprovação.

Em 20/3/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Esse projeto já foi lido, Senadores e Senadoras. Nós estamos aguardando quórum para votação. É uma matéria importantíssima para o País, mas principalmente para nós da Amazônia. Nós temos um fundo que foi criado para investimento em aeroportos no País e estamos colocando que a prioridade desses investimentos deve ser para a Amazônia, pela falta de estradas, pela falta de portos e pela necessidade de aeroportos que nós temos no Pará, em Rondônia, no Amazonas, no Acre, em Roraima e nos demais Estados da Amazônia. Por isso, a nossa insistência em podermos avançar com esse projeto, pelo tamanho da sua importância para o País, mas principalmente para a Amazônia. Então, já foi lido, já foi discutido. Vamos aguardar o quórum para que possamos fazer essa votação para poder tramitar esse projeto com toda a celeridade que a sua matéria exige.

Era essa a minha colocação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Senador Acir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está difícil de se chegar ao quórum. São 12? Mas é aquilo que nós estávamos discutindo sobre a questão do regionalismo, desenvolvimento regional. Esse tipo de iniciativa é importante, mas em todas as áreas.

Na época ainda do governo Fernando Henrique Cardoso, nós mexemos naquela taxa também da área da navegação, para ser distribuída mais equitativamente, regionalmente, porque essa taxa da navegação era só investida no Rio de Janeiro, porque lá estavam os grandes estaleiros. Foi uma intervenção nossa para dividir essa distribuição, para que fosse também para a Amazônia. Foi naquele momento que se alavancou, inclusive, a indústria naval, principalmente no Estado do Amazonas, e lá no meu Estado, onde surgiram bons estaleiros, que atendem à produção da região.

E assim também era, por exemplo, na distribuição de bolsas do Ministério da Educação via Capes. Só se formava doutor e mestre no centro-sul do País, porque não chegavam as bolsas de estudo para formarmos mestre na Amazônia. Foi a partir desta intervenção de distribuir mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equitativamente que produzimos lá grandes mestres, o que proporcionou a condição de criarmos, no governo Lula, outras universidades na Amazônia.

Então, esse tipo de iniciativa é fundamental exatamente para poder ter um mínimo de equidade na distribuição para fortalecer as nossas regiões, resolver os problemas estratégicos na nossa região.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para considerações adicionais, visto que o relatório já foi lido.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando eu faço uma relatoria, eu procuro o consenso entre o autor e as partes interessadas, os ministérios interessados com relação aos projetos. Neste caso, a Aeronáutica pediu uma alteração no art. 3º, que acatei.

Passo a fazer a alteração.

Art. 3º O §2º do art. 63 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art.63..... 63
> .....
> §2º Os recursos do FNAC serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento e fomento do setor da aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica de interesse regional e federal.

Art. 4º O art. 63 da Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte §7º.

> Art.63.....
> .....
> §7º Na aplicação de recursos do FNAC, particularmente daqueles destinados ao desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica de interesse regional e federal, a União deverá priorizar os investimentos realizados na Amazônia Legal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Com essas duas modificações, nós conseguimos deixar o projeto de acordo com a necessidade do autor e também com a visão da Aeronáutica, dessa forma, trazendo consenso para o projeto, Senador Raupp, porque é de interesse federal, como, por exemplo, o aeroporto de Cacoal, de Ji-Paraná e de Vilhena, que são aeroportos federais. Então, não são apenas aeroportos regionais; eles são regionais, mas oficialmente federais e não estariam tendo essa priorização. Dessa forma, eles estão sendo priorizados. É um exemplo apenas. Mas temos outros tantos, no Brasil, como Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, que são de interesse federal e não só regional.

Era essa a modificação.

Dessa forma, fica pronto para votação o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Tendo em vista que não há quórum para deliberar nem mesmo os não terminativos e todos os demais relatórios já foram lidos, nós vamos suspender a reunião até as 11h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está suspensa a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 34 minutos.*)

(*Suspensa às 10 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 44 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental para a reabertura da presente reunião, declaro-a reaberta.

Passo a palavra ao nobre Senador Acir Gurgacz, para que possa, em bloco, votar do item 10 ao item 17.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, já fizemos a leitura do item 10, já o debatemos, já o discutimos. Agora, é apenas para votação.

Então, retorno a palavra a V. Exª, Presidente, para fazermos a tão esperada votação dessa matéria tão importante, que é a aviação.

Já foi lido o relatório, já foi colocado em discussão, já foi discutido e encerrada a discussão. Só falta mesmo a votação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Diante do exposto pelo nobre Senador Acir Gurgacz, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

Estão aprovados os itens 10 a 17, que depois serão conduzidos pelo Regimento Interno da Casa para outras avaliações.

Passo a palavra ao Presidente, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar, por presidir esta reunião enquanto eu era relator dessa matéria.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos e suspensa às 10 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 44 minutos e encerrada às 10 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Hélio José, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Ronaldo Caiado, Dário Berger, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ângela Portela, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Wilder Morais e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 11/2018, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e PLC 138/2017, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017, que "altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas". **Participantes:** Gilma dos Passos Rocha, Assessora do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia; Rafael Ribeiro Silveira, Coordenado-Geral de Engenharia e Estudos do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração Nacional; Luciano Meneses Cardoso da Silva, Coordenador de Outorga da Agência Nacional de Águas - ANA; Régis Fontana Pinto, Coordenador Substituto de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Balbino Antônio Evangelista, Supervisor do Núcleo de Pesquisa em Sistemas Agrícolas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/24

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Boa tarde a todos.

Quero agradecer aos nossos convidados pela presença.

Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Convido para compor a Mesa da nossa audiência as autoridades e especialistas da área: Rafael Ribeiro Silveira, Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração Nacional; Gilma dos Passos Rocha, Assessora do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia, cidadã tocantinense para nosso prazer e nossa alegria; Luciano Meneses Cardoso da Silva, Coordenador de Outorga da Agência Nacional de Águas (ANA); Regis Fontana Pinto, Coordenador Substituto de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Balbino Antônio Evangelista, Supervisor do Núcleo de Pesquisa em Sistemas Agrícolas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Muito obrigada a todos por terem atendido.

Você aqui de novo? Obrigada. Ele esteve no Tocantins, na nossa audiência pública de lá, e deu uma grande contribuição.

Muito obrigada.

Senhora e senhores convidados, nós fomos pegos de surpresa no Tocantins com relação à transposição do Rio Tocantins para o São Francisco. Fomos pegos de surpresa e ficamos um pouco – ou muito – preocupados por conta de que nos últimos cinco anos o nosso Rio Tocantins e o Rio Araguaia têm sofrido uma queda enorme na precipitação pluviométrica. Ali está a foto para que vocês possam ver, isso jamais foi visto no Tocantins. Essa é do ano passado. Nós estamos atravessando a pé e de carro.

Como isso está nos angustiando muito, queremos o apoio do Governo Federal e dos Ministérios afins – desde a Integração Nacional ao Ibama, todos os Ministérios – numa força-tarefa no sentido de explicar o que está acontecendo. Tudo bem, explicação que eu digo é chuva; é chuva. Não dá para falar com São Pedro. A chuva falta, mas o que fazer, quais os instrumentos técnicos que nós temos para reservar água, para superar essa dificuldade? A falta de chuva é um fato, ninguém vai obrigar ninguém a fazer chover. Mas nós sabemos que há uma dedicação muito especial ao Rio São Francisco. Aplaudo isso, todos estudos de todos os rios são da maior importância.

Eu sei que houve uma iniciativa da ANA – que, aliás, para mim, desculpem-me a sinceridade, é uma das melhores agências que o Brasil tem do ponto de vista técnico –, que, com tamanha preocupação, criou uma sala de situação para acompanhar a seca dos Rios Tocantins e Araguaia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, quando eu quero informação, diariamente há informação e há uma reunião semanal que é aberta à população e a que pode assistir quem quiser. Então, tem dado pelo menos notícias para nós. E as notícias não são boas.

De repente, vem um projeto de transposição. As pessoas ficaram apavoradas: "Como é que nós vamos dar o que não temos?" Não significa que não queremos dar, nós estamos com medo de não podermos dar essa água.

Então, nós queremos debater o assunto para que aqueles que têm interesse no projeto possam nos convencer disso do ponto de vista técnico. Certo?

A audiência pública do Tocantins não foi nada boa para o projeto. A audiência pública do Tocantins foi muito ruim, as opiniões todas contra essa transposição.

E eu mais impressionada ainda fiquei quando busquei a relatoria deste projeto importante, que vem da Câmara dos Deputados, do Deputado Gonzaga Patriota, um Deputado com uma boa *performance*, um Deputado trabalhador, do Nordeste, quando fui ler o projeto e escutei da imprensa uma coisa. Pela imprensa, é a transposição de água para garantir o multiuso da água no Rio São Francisco, para melhorar a *performance* da água no Rio São Francisco. Então, está bom, está discutindo água.

De repente, eu pego o projeto, claro, para estudar e ler, e vejo uma proposta totalmente diferente do que estava sendo colocado verbalmente. O que está escrito no Projeto de Lei é a construção de um grande canal para servir como hidrovia, que vai ligar o Rio Tocantins ao Rio São Francisco pensando em navegabilidade de transporte.

Então, eu, sinceramente, gostaria que vocês pudessem dizer o que existe. Existem as duas propostas no Governo Federal? Porque uma transposição de água é uma calha de no máximo 5m de largura no seu fundo. Agora, uma hidrovia, um canal de navegação para levar nada a lugar nenhum, porque sinceramente nós não precisamos ir para o Nordeste levar mercadoria. Nós temos a nossa hidrovia do Tocantins, nós temos a Ferrovia Norte-Sul, e a nossa lógica é para o Norte, para os portos do Itaqui, no Maranhão, ou Vila do Conde, no Pará.

Então, a justificativa do projeto não fala de sede, não fala de água, não fala do uso múltiplo da água para garantir no São Francisco. Fala que pode sair da Ferrovia Norte-Sul e embarcar nessa hidrovia para pegar a Ferrovia Transnordestina, para Suape, quer dizer, eu nunca vi uma maluquice tão grande na minha vida. Porque isso é inviável do ponto de vista econômico, a construção de uma hidrovia dessa natureza, e nós nem terminamos a do Tocantins, que vai gastar menos de 1 bi para fazer o derrocamento do Pedral do Lourenço, que fica em Marabá, para viabilizar 100% da hidrovia durante todo o ano. Talvez o Deputado Gonzaga Patriota pudesse até explicar melhor, porque o que está na imprensa não é o que está escrito no Projeto de Lei.

Eu gostaria que pudesse ser esclarecido qual é o objetivo do Governo Federal, ou se isso é apenas um desejo do Deputado, vontade da Câmara, que aprovou o projeto, claro, ou se isso é uma meta do Governo Federal e qual das duas metas ele pretende cumprir.

E a última e mais importante questão é com relação à Bacia Araguaia-Tocantins, que tem o Rio Tocantins e o Rio Araguaia como o curso dessa água: temos condições, estamos preparados, apesar de toda pouca chuva que estamos vendo, com sete hidrelétricas em toda essa bacia, que iluminam casas de 1 milhão de pessoas, desde a Serra da Mesa, que é a primeira, nós temos cinco no Tocantins e uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fora do Tocantins, que é Tucuruí, então são sete hidrelétricas abastecidas por esses rios, e temos ainda os pescadores, temos ainda a irrigação do Tocantins e desses Estados, com pouca água, em que condições nós doaremos essa água?

Concedo a palavra, em homenagem a minha conterrânea, mulher competente, a Gilma dos Passos Rocha, do Ministério de Minas e Energia, por cinco minutos.

A SRª GILMA DOS PASSOS ROCHA – Senadora, de fato o Projeto de Lei só fala em hidrovia, ele não fala em retirada de água e nem o ponto de retirada de água, ele não dá maiores detalhes sobre o uso da água a partir da Bacia do Rio Tocantins. Ele sequer fala do ponto de retirada. E hoje, ao longo da calha do Tocantins, nós temos sete hidrelétricas. Essas hidrelétricas devem respeitar o contrato de concessão assinado, que inclui o montante de energia garantida.

Se você retira a água, talvez não dê conta de cumprir o disposto nesses contratos de concessão. Eu não vou falar do ponto de vista ambiental, nem do ponto de vista hídrico, porque há profissionais aqui mais gabaritados e preparados para falar sobre o tema, mas com relação a energia elétrica, nós não temos dados para julgar como isso pode afetar o desempenho das usinas.

Sabemos também pela imprensa que o ponto de retirada seria num trecho entre Lajeado e Estreito, a jusante da foz do Rio do Sono. Mas também não vimos isso escrito em lugar nenhum, nem temos condição de nos manifestar no momento por tão poucos dados que nós temos sobre o tema, como a senhora bem colocou.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Muito obrigada, Drª Gilma.

Com a palavra o Sr. Rafael Ribeiro, Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração Nacional.

O SR. RAFAEL RIBEIRO SILVEIRA – Boa tarde, Senadora, Mesa. Boa tarde a todos.

Como falou a representante Gilma, do Ministério de Minas e Energia, nós temos várias ideias de como vai ser essa transposição, só que nenhuma oficial ainda. Eu fui convocado pelo então secretário de infraestrutura para avaliar qual a situação dos estudos, quais são as condições dessa transposição.

Para minha surpresa, encontrei vários estudos. Numa conclusão, eu falei: não é possível fazer essa transposição no nível em que esses estudos se apresentam. Então, resolvemos elaborar um termo de referência para contratar o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Senadora, essa é a mesma apresentação que fiz em Palmas. Algumas coisas vão ser repetidas.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Só um minutinho, Dr. Rafael.

O senhor vai apresentar o estudo de viabilidade técnica que deverá ser contratado não para o estudo da navegabilidade e hidrovia, e sim apenas da transposição de água.

O SR. RAFAEL RIBEIRO SILVEIRA – É. Vou apresentar o termo de referência para contratação desses estudos de transposição de águas.

Trabalho na Secretaria de Infraestrutura Hídrica. A parte de sistema viário seria mais com o Ministério dos Transportes.

Bem, qual é o objetivo que a gente enxerga para esse impedimento?

O primeiro é aumentar a segurança hídrica da Bacia do São Francisco. Como a gente sabe, hoje, ela está extremamente desgastada e com escassez de recursos hídricos. Segundo, incrementar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

revitalização do Rio São Francisco. Lógico que a transposição de um rio para outro não se constitui em revitalização, mas seria um adendo. E, terceiro, a garantia do aproveitamento hídrico no trecho superior do Rio São Francisco – aproveitamento hídrico para as usinas hidrelétricas que, hoje, muitas delas, já trabalham a fio d'água.

Um resumo bastante pequeno sobre a situação atual da Bacia do São Francisco é que já foram 500 anos de degradação e, hoje, já se verifica o avanço da cunha salina, que é o mar entrando pelo Rio São Francisco. Nas cidades próximas à foz do Rio São Francisco, hoje, já é encontrada nos poços artesianos água salgada e, dentro da ictiofauna do rio, já são encontrados peixes de água salgada.

No reservatório de Sobradinho, hoje, a gente trabalha com a vazão regularizada de 700m^3/s. Para a situação mais crítica do reservatório de Sobradinho, trabalhava-se com a vazão de 1.300 a 1.400m^3/s. O que faz a regularização é a gente trabalhar já com o reservatório deficitário a fio d'água.

E também, quanto ao setor elétrico – está aí a representante do Ministério de Minas e Energia, que pode falar melhor –, é necessário que a gente faça a regularização com incremento de água.

Eu coloquei para vocês aqui também um gráfico mostrando a média de chuvas na Bacia do São Francisco, no reservatório de Sobradinho e o que choveu desde abril de 2016. Fica claro de perceber ali: as barras azuis são as chuvas atuais e as linhas cinzas representam a média. Então, só em fevereiro de 2011 é que choveu acima da média, o que mostra a grande escassez hoje presente.

Bom; aqui eu vou passar para vocês, de forma bastante rápida, quais foram as soluções que eu encontrei no estudo dos arquivos.

Em 2001, existia o Projeto Doador, que tratava da retirada da Bacia do Tocantins através do Rio do Sono, lá no Jalapão, desaguando no Rio São Francisco. Logicamente, por problemas ambientais, esse projeto não se mostrou viável.

Tentando amenizar essa situação de problemas ambientais, houve estudos de viabilidade em 2002, que apontavam para a captação pelo Rio Palmeiras, que é um afluente do Rio Tocantins. A transposição, primeiramente, seria por bombeamento e, depois, na descida da água por hidrelétricas, como uma forma de subsidiar os bombeamentos.

Nesse modelo, durante os próprios estudos, foram encontrados vários entraves, porque o rio é muito limitado e o preço que se pagaria para custear a obra necessária para fazer a transposição desse rio – ele não é hidricamente capaz, a sua vazão é muito baixa –, então, não seria viável. Além disso, é um rio com grande influência ambiental também. Já a parte de bombeamento e de hidrelétrica traria também grandes perdas e grandes áreas inundadas.

Em 2014, houve um projeto mais viável, pelo qual se tiraria água do remanso da Usina Hidrelétrica do Lajeado e com ela se faria a transposição em paralelo com o Rio Manoel Alves. Só que é uma transposição, como a representante Gilma do Ministério de Minas e Energia falou e eu acho que é essa que está na imprensa, que também não é viável. O valor dela é muito alto e a transposição dessas águas também tem um grande custo ambiental.

Por último, o engenheiro Eurípedes Macedo, que é uma autoridade no assunto, também nos desenhou uma alternativa que tiraria de Carolina e traria até o Projeto de Transposição do Rio São Francisco, beneficiando os Estados do Maranhão, do Piauí e de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só coloquei esses históricos aqui para mostrar a vocês que o que a gente tem hoje são apenas soluções desenhadas de forma muito rasa, muito superficial; nenhuma dessas soluções foi detalhada na minúcia, de forma a garantir a viabilidade de cada solução.

Então, o que justificou a gente contratar um novo estudo, uma atualização dos estudos de viabilidade técnica?

Primeiro, a segurança hídrica limitada devido aos usos consuntivos, os usos que retiram água e não devolvem à bacia, e as manutenções das condições para a geração da energia elétrica. Ainda: evitar possíveis colapsos hídricos nos períodos de estiagem, tais como o do ano passado, que foi um dos mais escassos que a gente teve. E, principalmente, a necessidade de elementos mais concretos para que a gente possa comprovar ou descartar a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental do empreendimento. Em nenhum dos estudos passados a gente possui elementos muito concretos, elementos até em termos topográficos, geológicos e planos ambientais que comprovem que um daqueles estudos seja viável. E a necessidade também de uma análise global. De repente, a gente pode ver em outros estudos, seja no da Bahia, seja no de Pernambuco, algumas soluções de revitalização que preencham essa necessidade do Rio São Francisco e que não precise dessa transposição.

O Ministério da Integração Nacional, juntamente com a ANA, está elaborando o Plano Nacional de Segurança Hídrica, que visa a exatamente isto: levantar um portfólio de todas as intervenções de estruturas hídricas, seja para escassez hídrica, seja para o excesso hídrico, de forma que possa haver também... Um dos objetivos é que a visão desses empreendimentos seja feita de forma global.

Qual é o estado em que ele se encontra hoje?

Hoje, nós estamos fazendo o termo de referência. O termo de referência está concluído. Nós vamos fazer uma licitação para a primeira fase do projeto, que é o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. Esse estudo vai nos trazer qual será o traçado mais viável do ponto de vista técnico, econômico e ambiental. E a estimativa de prazo dos estudos é de 18 meses.

Aqui, um fluxograma do que a gente pretende contratar.

A primeira fase seria um levantamento de todos os dados existentes, de todas as cartografias preliminares; e, numa segunda fase, definitivamente, o EVTEA, que seria o levantamento de quais são as alternativas e quais são as suas áreas de influência, diretamente e indiretamente afetadas, uma complementação para que esses dados já existentes fiquem mais robustos, uma complementação topográfica, geológica e ambiental. Ainda: uma análise econômica, técnica e financeira das propostas e, no final, no relatório consolidado, que seja apresentada para a gente uma matriz a fim de que o Ministério possa decidir qual traçado se encontra mais viável ou se nenhum traçado.

Serão feitos novos levantamentos topográficos, serão feitos novos levantamentos geológicos e geotécnicos e será feita uma nova viabilidade socioambiental.

É isso, pessoal.

Eu só queria mostrar para vocês qual é a função do Ministério e em que nível o Ministério está trabalhando nessa transposição.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Sr. Luciano Meneses Cardoso da Silva, Coordenador de Outorga da Agência Nacional de Águas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA – Boa tarde a todos; boa tarde, Senadora Kátia Abreu.

A Agência Nacional de Águas agradece não só pelo convite, mas também pelos elogios que a senhora teceu há pouco a todos nós. É, de fato, um orgulho trabalhar naquela casa.

Saúdo os demais componentes da Mesa e todos os presentes.

É uma pequena apresentação, mas eu tenho aqui um roteiro. Vou falar um pouco sobre o PL, sobre alguns pontos que a gente gostaria de ressaltar, o papel da ANA e algumas considerações adicionais.

O PL, logo no seu art. 1º, já diz que a sua intenção é trazer um anexo novo ou alterar o anexo do Plano Nacional de Viação, que é uma lei de 1973. Esse anexo, como dá para ver ali embaixo, vai acrescentar o quê? Está ali escrito: "interligação entre o Rio Preto (BA) e o Rio Tocantins destinada a assegurar a navegação desde o Rio São Francisco até o Rio Amazonas".

Contudo, lendo as justificativas apresentadas, a gente vê não apenas navegação, mas vê a intenção de se fazer uma regulação do Rio São Francisco, como foi abordado há pouco. E, na parte de navegação, fala – e só vou repetir aqui, entre aspas: "Por essas razões, defendemos a construção de um canal que interligue, através de seus afluentes, os Rios Tocantins e São Francisco, de modo a assegurar a continuidade da navegação interior entre o Nordeste e a Amazônia, bem como a regularização das águas desses rios". Ou seja, ele abre espaço para uma outra finalidade, não apenas a navegação como consta do art. 1º do projeto de lei.

E, na regularização, traz lá: "Chamamos a atenção à navegação do Vale do São Francisco, especialmente o Rio Preto, alertamos para a possibilidade de reversão das águas do Tocantins para a Bacia do São Francisco... " etc.

Dito isso, qual o papel da ANA sobre esses dois pontos que o projeto de lei traz?

Primeiro, sobre a navegação.

Recentemente, em 2015, a Lei nº 13.081 trouxe uma atribuição, um instrumento novo, melhor dizendo, para a Agência Nacional de Águas, modificando a Lei nº 9.984 e criando o instrumento da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica. Na verdade, é um instrumento que já existe; ele apenas estendeu a emissão dessa Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica para a construção de eclusa ou de outro dispositivo de transposição hidroviária de níveis, que é o caso.

Então, a ANA, quando for acionada – porque não existe nenhum pedido de outorga, nenhum projeto chegou oficialmente à ANA, apenas esse projeto de lei para participar agora desta Comissão, apenas isso, mas nenhum pedido oficial –, vai se manifestar, se for o caso, com a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, e essa declaração vai ser emitida para o Ministério de Transportes, se ele, por meio do DNIT, fizer de fato esse projeto, ou para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, se houver um caso de concessão. De qualquer forma, não há como emitir nenhum juízo de valor sem conhecer o projeto, porque não existe nada na ANA. Em relação à navegação fluvial, é isso.

Em relação à regularização do São Francisco, o instrumento que se aplica, no caso, é a outorga de direito de uso, que é o instrumento previsto na Lei 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, cujo art. 12 dispõe:

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público [...]:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água [...];
>
> .....
>
> V - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

O exemplo melhor que nós temos é o Pisf (Projeto de Integração do São Francisco), que foi objeto de outorga de direito de uso, em que a gente faz todo um cotejo entre oferta e demanda, usos atuais e futuros para ver viabilidade de emitir ou não essa outorga. De novo, para este caso, não há como emitir nenhum juízo de valor, pois não temos nenhuma informação sobre o projeto. Não temos vazões, pontos de referência, não temos absolutamente nada para a ANA se manifestar.

Outro ponto ainda sobre a regularização do São Francisco, sobre essa questão de transpor a água de uma bacia para outra, é o Decreto 4.024, de 2001, que prevê o Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica. Toda vez que ele é aplicado para obras de reservação e de adução de água bruta, se houver investimentos acima de R$10 milhões – é isso que dispõe o decreto –, com participação via operações de crédito da União, com R$1 ou com R$10 milhões ou mais, tem de haver esse certificado, e é a Agência Nacional de Águas que o emite. Ele atesta a viabilidade técnica e financeira da obra; certifica a disponibilidade hídrica, por exemplo, "caracterizada pela demonstração de que a implantação da obra de infraestrutura hídrica contribui para o aumento do nível de aproveitamento hídrico da respectiva bacia hidrográfica". Mas, de novo, não temos nenhum projeto lá. Ele certifica também a operacionalidade das estruturas implantadas, "caracterizada pela existência de mecanismo institucional que garanta a continuidade da operação da obra de infraestrutura hídrica". Enfim, é mais um certificado definido em decreto que a ANA emite. O Pisf também passou por essa certificação em 2005, salvo engano.

Considerações adicionais.

Ou seja, além de outorga de direito de uso de recursos hídricos para transposição, além de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, e além do Certoh (Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica), a gente não pode se esquecer do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A Lei 9.433, de 1997, art. 35, traz:

> Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:
>
> .....
>
> III - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;

O Pisf também, precedente que nós temos, passou por essa avaliação do Conselho Nacional em 2005. E esse seria também o caso porque ele envolve mais de um Estado.

O Conselho Nacional, também em 2009, se manifestou por meio da Resolução 101, de abril de 2009, aprovando o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia. E o destaque que tem alguma relação com esse projeto... Desculpem, eu não coloquei ali exatamente o artigo ou a página onde isso está, mas ele diz o seguinte: "a bacia hidrográfica do rio do Sono como uma área sensível do ponto de vista hídrico e ambiental, e que, por isso, deve ser adequadamente protegida".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outros dispositivos nesse Plano que proíbem, por exemplo, nos 20 anos seguintes – porque ele é de 2009, a instalação de aproveitamentos hidrelétricos e outras coisas mais.

Como esse projeto de lei original prevê a interligação do Rio Preto, no oeste da Bahia, com o Rio São Marcelo, se não me engano, que é um afluente do Rio do Sono, e para ter uma navegação se estendendo por esses rios todos, necessariamente passaria pelo Rio do Sono até atingir o Rio Tocantins. E aí nós temos esse impedimento, vamos dizer assim, por ter um apelo sentimental significativo o Rio do Sono. Então, esse Plano Estratégico já aprovado pelo Conselho Nacional proíbe, vamos falar dessa forma, esse tipo de intervenção naquele manancial.

Por último, fazendo só um exercício de balanço hídrico bem preliminar, com base apenas no que foi indicado no projeto, no oeste da Bahia, na divisa entre a Bahia e o Tocantins, nos rios que eles indicam, Rio Preto e Rio São Marcelo, vimos que a disponibilidade hídrica em torno daqueles rios, como é uma região de cabeceira, próxima ao divisor de águas, é da ordem de $6m^3/s$. Isso não só é muito pouco para o Tocantins como também é muito pouco para o São Francisco; ou seja, é algo que não agregaria nada par nenhum dos dois lados. Mas, veja, esse é apenas um exercício teórico com base não em projeto, mas em poucas frases que conseguimos pinçar do projeto de lei.

São essas as contribuições, Senadora. Estou disponível para questões,

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Muito obrigada, Dr. Luciano.

Com a palavra o Dr. Regis Fontana Pinto, do Ibama.

O SR. REGIS FONTANA PINTO – Boa tarde, Senadora. Boa tarde, colegas da Mesa presentes.

Inicialmente, eu queria pontuar o papel do Ibama como executor de políticas públicas, não como formulador de políticas públicas, papel este que compete ao Ministério do Meio Ambiente, do qual o Ibama faz parte. Mas o Ibama é autarquia executora dessas políticas. Digo isso para esclarecer que, dentro da nossa Diretoria de Licenciamento Ambiental, que faz o licenciamento de qualquer obra ou atividade potencialmente poluidora que passe por mais de um Estado, que esteja em terra indígena, em Unidade de Conservação Federal, ou que envolva alguma interface com outro país, necessariamente essa obra ou atividade vai ser licenciada no Ibama. Essa obra que tem a característica de passar por dois Estados seria licenciada pelo Ibama, pela nossa Diretoria, especificamente na nossa Coordenação-Geral.

No entanto, qualquer tipo de licenciamento nosso é trifásico e vai passar por uma licença prévia, uma licença de instauração e posteriormente uma Licença de Operação.

É na fase inicial, na licença prévia, que o Ibama vai analisar a viabilidade ambiental de uma obra ou de uma atividade. No entanto, o Ibama só pode avaliar essa viabilidade ambiental no momento em que for apresentado um projeto a ele. Ainda na fase inicial, é preenchida uma FCE (Ficha de Caracterização do Empreendimento). A partir disso, o Ibama vai expedir um Termo de Referência para um Estudo Ambiental, que vai ser baseado num projeto que será apresentado. A empresa ou empreendedor vai apresentar esse Estudo Ambiental ao Ibama, que vai analisá-lo tecnicamente e, ao final, vai se posicionar sobre a viabilidade ou não de determinado empreendimento, obra ou atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, é necessário que esse projeto seja protocolado na autarquia para que possamos avaliá-lo a partir dos dados, dos estudos que lá estiverem contidos, para nos posicionarmos acerca de uma possível obra dessas.

Particularmente, não representando aqui o Ibama, mas, meramente como um técnico, preocupa-me um pouco uma transposição de água nesses termos. Temos participado não só da Sala de Situação do São Francisco, pois sabemos do problema naquele rio, mas também participamos da Sala de Crise do Rio Tocantins e temos conhecimento de que o Rio Tocantins também passa por um período de escassez bastante grande de água.

Acompanhando a justificativa que a Senadora apresentou no requerimento da audiência, entendemos também que investir recursos na recuperação e revitalização do São Francisco, nas suas matas ciliares e nas suas margens talvez traga uma resposta mais rápida ou pelo menos um custo bem menor e vantagens ambientais bastante grandes.

Era essa a nossa contribuição e também me coloco à disposição para outras dúvidas.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Muito obrigada, Dr. Regis.

Agora, com a palavra o Sr. Balbino Antônio Evangelista, Supervisor do Núcleo de Pesquisa em Sistemas Agrícolas da Embrapa.

O SR. BALBINO ANTÔNIO EVANGELISTA – Srª Senadora Kátia Abreu e demais componentes da Mesa, boa tarde. Boa tarde a todos.

Senadora, em nome do Dr. Maurício Lopes, eu agradeço o convite para estar aqui participando desta audiência importante e estratégica, que envolve decisões, que envolve a população do Tocantins, que envolve a população do Nordeste e parte da Região Norte do País.

Eu tive o prazer de participar como ouvinte da audiência que aconteceu na semana passada em Palmas. Assim, eu já venho um pouco nivelado e sabendo um pouquinho como poder contribuir. Não trouxe dados técnicos, porque muitas informações já foram apresentadas naquela audiência e já se encontram à disposição da Senadora, mas o meu objetivo aqui é falar um pouquinho de por que a Embrapa se coloca como parte interessada, quando a discussão é o uso compartilhado da água. Nesse sentido, eu vou dizer qual é a missão da Embrapa que está instalada em Tocantins e o que a Embrapa pode gerar para contribuir e subsidiar a tomada de decisão nesse tema.

Na Embrapa Pesca e Aquicultura, o nome é síntese, mas também tem um Núcleo Temático de Sistemas Agrícolas integrados, de que sou supervisor, nós temos uma missão a desempenhar no Estado que certamente vai impactar o uso compartilhado da água.

Como eu disse, a água como insumo, tanto para a atividade de pesca, para atividade de aquicultura, quanto para os sistemas agrícolas, sendo eles do sistema sequeiro ou irrigado, vai impactar no uso da água. E o que a gente busca são informações, são tecnologias, são inovações para o uso viável e sustentável da água no Estado.

Como eu disse, por si, a Embrapa se sente obrigada a participar e contribuir nesse debate, sempre com a missão de subsidiar a tomada de decisão. E pesca, aquicultura, produção agropecuária são parte dos usos compartilhados; há outros usos sobre os quais vocês, vários especialistas aqui, são mais competentes para falar do que eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando falo em uso da água, estou falando em irrigação, que representa 62% da demanda hídrica, com grande expectativa de expansão no Estado e na região. E estou falando de uso viável e sustentável, tecnologia que permita esse incremento.

Pesca e aquicultura. Estima-se uma produção de 11 mil toneladas por ano. A Embrapa está lá para gerar conhecimento, gerar tecnologia e gerar inovação que permita o crescimento dessa atividade não só em Tocantins, mas no Brasil como um todo. Remete ao uso sustentável da água.

Nós podemos pensar também na questão de eventos climáticos extremos. Como já foi dito aqui, no início, pela Senadora, com bastante competência, já há um conjunto de dados mostrando isso. Por acaso, a minha atuação na Embrapa é risco climático na agricultura. Então, eu sei bastante o quanto isso é importante.

E, com isso, nós não estamos falando só de eventos hídricos; nós estamos falando de eventos térmicos também: mudanças climáticas estão mostrando esses eventos, impactos na agricultura tradicional, 90% da agricultura é produzida com o uso natural de chuva natural, mas o uso sustentável certamente vai reduzir o impacto sobre a água para ser usada para irrigação e para pesca e aquicultura. Remete também à discussão de uso do solo, desmatamento, assoreamento. São temas que estão diretamente ligados a essa discussão. Envolve a região de cerrados, que é região de nascentes. Tudo o que nós fizermos aqui, se não for uso racional, se não for correto, vai impactar o resto do Território nacional. E nós também poderíamos falar da produção agropecuária e do Matopiba como uma fronteira de expansão agrícola que tem potencial. A Embrapa está lá também para gerar conhecimento e estimular a produção nessa região.

Essa é maquete da nossa sede. Ela não está ainda completa, está passando por um processo de estruturação tanto de infraestrutura quanto de pessoas; o quadro não está completo ainda. A nossa unidade em Palmas tem dois mandatos: um mandato nacional, que é pesca e aquicultura; tudo o que gera conhecimento tem a dimensão nacional como aplicação, o mercado, o espaço de aplicação; e há o mandato regional, que é onde eu atuo, que são os sistemas agrícolas integrados. A nossa área de atuação é o Matopiba, que hoje conta com 83 empregados, 34 pesquisadores nos dois núcleos e tem potencial para agregar até mais de 200 empregados quando estivermos com a nossa capacidade operacional completa.

Quanto às espécies, há várias espécies que são foco da atuação. E, quando se fala no Aqua(Agro) negócio, a gente está falando de volumes muito consideráveis em termos econômicos. Essa apresentação vai ficar para ser consultada, se for necessário. Eu não vou entrar em detalhes, mas todos aqui sabem da importância da aquicultura no agronegócio e como o Brasil pode e deve expandir. É por isso que se criou essa unidade da Embrapa, exatamente para permitir que esse Aqua(Agro) negócio cresça ainda mais.

Sobre as áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação principais em que nós estamos trabalhando: reprodução e melhoramento de peixes, nutrição e alimentação de espécies aquícolas, sanidade de espécies aquícolas, processamento agroindustrial de pescados, sistemas de produção, tratamento e reuso de efluentes. E tudo isso remete ao uso da água. Então, o que nós precisamos é saber o quanto e como trabalhar essas linhas de pesquisa sempre focados no uso viável e sustentável.

Outras linhas de pesquisa: peixes ornamentais, que têm um mercado sensível, considerável para se trabalhar também nessa linha; espécies marinhas – o mandato, a pesca e aquicultura é, como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse, nacional; há camarões, moluscos e também algas. São temas que fazem parte da nossa agenda estratégica de pesquisa.

Hoje nós estamos estruturando, não estão prontos ainda para se atuar, 14 laboratórios temáticos importantíssimos para subsidiar as pesquisas na região nesses temas, e não só quanto à parte física, equipamentos, mas pessoal humano. Nós estamos aguardando a oportunidade de sair concurso para complementar o nosso quadro de pesquisadores e pessoal de apoio e também para que a gente consiga desempenhar nossa missão com eficiência no Estado.

Alguns projetos que já estão em execução e são importantes: o Projeto Pirarucu da Amazônia. A sua importância tem levado ao aumento da taxa de sucesso na formação de casais, melhor período de realizar adubação na recria. Então, são todas ações a que nós ainda não podemos responder sob o ponto de vista técnico e de viabilidade, mas esse projeto vai responder a essa demanda de conhecimento, à demanda de tecnologia para estimular a produção desse peixe.

Projeto Capacidade de Suporte. Aqui nós estamos falando de rios, de leitos, reservatórios em que é preciso se dimensionar a capacidade de cria e recria dos peixes nesses reservatórios. Mais uma vez passa necessariamente por uma discussão. A Embrapa tem a sua missão e precisa conhecer e gerar conhecimento para fazer o uso viável. Então, ela vai estar interessada em participar desse tema.

Projeto Banco Ativo de Germoplasma de Peixes Nativos Amazônicos. Existe muita informação ainda para ser gerada, muito conhecimento para subsidiar o incremento, o crescimento dessa atividade. E a questão genética é bastante importante nesse sentido.

Projeto Identificação Genética de Híbridos. É outro projeto que está sendo desenvolvido e já tem resultados na região. Das seis pisciculturas avaliadas, duas possuíam híbridos nos reprodutores de pintado e cachara; uma possuía híbridos nos reprodutores de pirapitingas e de pacu. O que nós temos na região é uma densidade de espécies, mas nós conhecemos muito pouco da genética desses peixes. E, para avançar, precisamos identificar, selecionar as melhores espécies e viabilizar esse negócio.

Projeto Gerenciamento Hídrico Aplicado a Entrepostos de Pescado. Remete também à questão hídrica. Tem como objetivo quantificar o consumo de água, de matéria-prima processada e produto acabado, determinar a quantidade mínima de uso do consumo de água nos entrepostos. São demandas e pesquisas de demandas de informações a que nós precisamos responder.

PescAraguaia é outro projeto que também está sendo desenvolvido que tem o objetivo de conhecer e adaptar tecnologias para aumentar a eficiência das pescarias artesanais no Rio Araguaia. Isso impacta diretamente nas comunidades tradicionais e nos pescados com certeza.

E há novos projetos. O Projeto BRS-Aqua tem uma ação estruturante de inovação para fortalecimento das cadeias produtivas da aquicultura no Brasil. É um projeto em parceria com recursos do BNDES, do CNPq. E esses recursos são geridos pela Fundação Eliseu Alves. Há enfoque muito forte em transferência de tecnologia para promover o desenvolvimento da aquicultura com foco na inovação, contribuindo para incremento da produção e proporcionando aumento da competitividade e sustentabilidade da cadeia. É estratégico, é importante, e é para isso que nós estamos lá.

Sobre um projeto muito grande que envolve a Amazônia, nós o chamamos de Projeto Fundo Amazônia, que também tem como seu objetivo tanto a questão de transferência de tecnologia para as comunidades, para as regiões produtoras, para a cadeia da pesca e aquicultura, como também espaço para avançar em pesquisa, desenvolvimento e inovação. É um projeto que está se iniciando, tem seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

componentes e cada componente tem a sua missão, mas aqui eu vou chamar atenção para um dos componentes que se chama Sistema de Inteligência Territorial Estratégica para Aquicultura. O que significa isso? É você levantar todas as informações que estão atreladas à aquicultura, organizar, sistematizar, padronizar, disponibilizar. E essas informações passarão certamente a ser utilizadas para a gestão da aquicultura no Brasil, esse é um dos objetivos principais.

Projeto AquiTech, que se refere à aquicultura com tecnologia e sustentabilidade. É uma discussão que está sendo desenvolvida com a participação do Sebrae e da Embrapa na parceria. E a arquitetura desse projeto também tem os seus componentes. Há um PC que tratará certamente de inteligência territorial estratégica para gerar informações para a tomada de decisão. E essas informações certamente no futuro subsidiarão discussões como esta que nós estamos vivenciando aqui.

Quanto aos desafios, eu coloquei só esse número aqui do Tocantins, do total de lâmina de água nesses reservatórios: em torno de 1.438 quilômetros quadrados. É o espaço que a gente tem hoje para dimensionar o uso, fazer e desenvolver as pesquisas e também aplicar os resultados. Sobre o potencial produtivo do Tocantins: para o tambaqui, 7.939 toneladas; 29.770 toneladas para a tilápia – para dimensionar, orientar os trabalhos de pesquisa.

No Núcleo de Pesca e Aquicultura, há o Núcleo Temático de Sistemas Agrícolas, no qual a gente tem avançado bastante em pesquisa com mandioca, desenvolvendo materiais geneticamente mais promissores para estimular e fazer avançar essa atividade no Estado.

Pesquisas com pastagem. É outra linha de pesquisa importante. O Estado e a região Matopiba têm vocação agropecuária, nós não podemos ignorar isso.

Muito conhecimento em ciência e manejo de solo é fundamental. É uma região que tem solos frágeis. Precisamos conhecer e entender o funcionamento desses solos para promover a agricultura e outras atividades de forma sustentável.

Eficiência de uso da água. Aqui a gente coloca pastagem e outras atividades também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BALBINO ANTÔNIO EVANGELISTA – É o tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*) É rapidinho, Senadora, já estou chegando ao final.

Então, envolve o tema. Arroz - várzeas no Araguaia. Há o Rio Formoso, Araguaia, Lagoa da Confusão, que têm bastantes projetos, bastantes atividades de pesquisa, e recentemente nós aprovamos um projeto que se chama Rede de Pesquisa para Gestão de Alto Nível dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Formoso. Essa é uma parceria com a Universidade Federal do Tocantins que, com certeza, vai gerar informações importantes.

Pesquisas com soja vocês já conhecem bem.

Milho Safrinha. Temos que estimular a produção do Milho Safrinha, porque o ambiente não é propício para essa atividade. Precisamos de pesquisa para estimulá-la.

O algodão está chegando também nesses sistemas integrados como uma opção a mais na integração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Floresta. Eu reservei aqui, nesse grupo de pesquisa que trabalha com floresta na nossa unidade, um levantamento florestal – é importante –, restauração de áreas degradadas e passivos ambientais e avaliação do cadastro rural, além de capacitação para regularização ambiental. São áreas deficientes que precisam de bastante pesquisa, de bastante apoio.

Consórcio de culturas.

Integração lavoura e pecuária. Os solos frágeis precisam ser protegidos, é preciso manter água no solo, é preciso diminuir risco.

Integração lavoura, pecuária e floresta: o Tocantins é um dos Estados que mais tem respondido ao Plano ABC no Brasil, na política. Muitas unidades de referência estão sendo acompanhadas.

E há um projeto que a gente chama de Carne Carbono Neutro, cuja ideia é implementar a marca conceito para valorizar a produção de carne. E aqui se remete à ideia: se você mantém 100 árvores por hectare, você neutraliza a emissão de metano do gado e transforma essa carne em viável e sustentável.

Plataforma de risco climático na agricultura. É o zoneamento agrícola de risco climático, é política pública. Subsidia e viabiliza o Proagro seguro no Brasil, o que também é importante.

Para o Tocantins temos todos os resultados já definidos, para apoiar o Ministério da Agricultura principalmente.

Para fechar: a princípio, os índices apontam para a inviabilidade técnica num primeiro momento. Isso foi apresentado lá pelo Prof. Fernán Vergara na sua bela apresentação na semana passada. Ele colocou algumas alternativas: revitalizar nascentes; melhorar o ordenamento e a fiscalização do uso das bacias; fortalecer os sistemas estaduais de gestão; monitoramento e fiscalização sobre os usos da água; maior adensamento das redes hidrometeorológicas – isso é importantíssimo para nós termos informações mais viáveis, numa escala espacial mais detalhada –; fortalecer a outorga do uso da água; gestão estratégica dos recursos; fomentar práticas de uso eficiente da água; desenvolver estudos e pesquisas – sem pesquisa nós não vamos gerar o conhecimento necessário para essa tomada de decisão, e não só para o Tocantins, mas para todas as bacias.

Era isso o que tinha a mostrar para vocês.

Fico à disposição para maiores esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Muito obrigada, Prof. Balbino, por sua exposição.

Pelo que foi observado aqui sobre a transposição, os nossos palestrantes têm muito pouco a dizer, porque está muito frágil, muito vago esse projeto de lei. Apesar da competência de todos que estão aqui... De fato, se torna até constrangedor pensar em discutir um projeto de lei que ninguém conhece; ninguém dele sabe, não tem pé nem cabeça, não se sabe por onde vai caminhar.

Pelo menos vocês conheceram o quanto a piscicultura do Tocantins e do Brasil é viável. Para se ter uma ideia – só a título de curiosidade e para aproveitar a oportunidade –, nós somos importadores de peixe. Mesmo tendo 12% da água doce do Planeta e 8,5 mil quilômetros de costa marítima, nós importamos peixe da Ásia. O maior fornecedor de peixe do mundo é a Ásia. De todo peixe consumido no mundo, 80% é da Ásia, 60% da China. E nós, com essa imensidão, com tecnologia, com gente competente e com água, muita água no nosso Estado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui dizer que a sua apresentação colabora, e muito, com a nossa tese da transposição. Nós temos muito o que fazer com a nossa água, que tem diminuído, e nós queremos encontrar solução para ela.

A previsão de custos para essa obra de transposição, que ninguém sabe ao certo se é transposição de água ou de navegação, está orçada em R$5 bilhões – acho que esse é o custo da transposição de água, não é? São R$5 bilhões! Com R$5 bilhões no Tocantins, eu acho que a gente construiria boa parte do Tocantins, principalmente as estradas, que estão um desastre, as estradas vicinais, as estradas estaduais. Quer dizer, nós estamos precisando de coisas simples, de coisas que a população procura e não encontra – problemas tão pequenos para um governo, mas que, para a população, são muito grandes! A gente deixa de resolver coisas básicas, como saneamento básico, para ajudar na saúde. E se fala de R$5 bilhões para uma obra com uma naturalidade que me choca e me impressiona! Eu queria ver, se fosse com o dinheiro do próprio bolso para fazer e viabilizar essa transposição para navegação, se o empresário da iniciativa privada iria fazer a construção dessa hidrovia para navegação. Se fosse viável, com certeza o empresário já teria feito, não esperaria o Poder Público fazer. O projeto está orçado em R$60 milhões. Eu faria tantas casas com esses R$60 milhões no Tocantins! Gerenciamento e supervisão: R$175 milhões. É um total, então, de R$5,255 bilhões. É uma obra para cinco anos. O orçamento anual, a receita corrente líquida do Tocantins é de 7 bi. Eles estão apresentando uma obra para tirar água, abrir uma hidrovia, de R$5 bilhões e que vai levar 5 anos! Nunca na vida! A transposição do Rio São Francisco foi mais de dez. Aliás, se não me engano, doze, e já consumiu alguns bilhões de reais.

Então, nós... Imaginem o Brasil, na situação em que está, na crise em que está, precisando de coisas tão básicas... Se fosse uma grande obra, mesmo cara, mesmo por um período longo, mas que fosse alterar a vida do País, que fosse, de fato, mexer na economia, gerar emprego e renda! Eu vejo outras obras de infraestrutura muito mais importantes e muito mais urgentes do que a criação de uma hidrovia do nada, sem nem viabilizar a própria, que é a do Rio Tocantins. Então, é inadmissível nós enfrentarmos uma situação dessa.

Para se ter outra ideia da gravidade do que se propõe, vejam o seguinte. São sete hidrelétricas, certo? Dessas sete hidrelétricas, uma é Serra da Mesa, a outra é Canabrava, as duas em Goiás; são quatro no Tocantins, que é São Salvador, Peixe Angical, Lajeado e Estreito; e a última no Pará, que é Tucuruí. Dessas sete hidrelétricas, apenas três são de reservatórios de água, as outras quatro são a fio d'água. Qual é a diferença de uma para outra? Fio d'água não reserva água, tudo o que vem vai embora. As únicas que reservam são as três – o próprio nome já diz: reservatórios. O que tem uma coisa a ver com a outra? Nós só temos essas três hidrelétricas com reservatório para regular a água do Tocantins inteiro, para que continue correndo. Ou seja, na seca junta, nas águas abrem-se as comportas. Isso é que mantém o fluxo do rio, porque as outras quatro hidrelétricas não fazem esse papel.

Em Serra da Mesa, se não me engano, em 2016, a utilização... Como é a expressão? A última reserva, a menor reserva que se conseguiu juntar foi de 8%, reserva útil de água de 8%.

O SR. RAFAEL RIBEIRO SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Capacidade hídrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Capacidade hídrica e de reserva, não é? De 8%! Isso é muito pouco. A média normalmente é 46%. Então, nós já chegamos a oito e pouco.

Se nós pegarmos o índice pluviométrico, veremos que a média dos últimos 30 anos foi de 1.600 milímetros. Nós estamos capengando entre 1.200, 1.300, 1.500. Nós nem retornamos à média dos últimos 30 anos. Então, eu acho temerário.

Nós temos autorização desta Comissão para fazer uma terceira audiência pública, mas eu vou dispensá-la, eu não vou trazer outros palestrantes convidados para perderem aqui o seu tempo, e nem vou perder o meu. Na verdade, discutir não é perder tempo, mas discutir em cima do nada, de um improviso, de um conteúdo fraco, frágil de uma obra... Não sei se querem a água, se querem navegação ou se querem a obra. Eu não sei o que querem.

Então, vou dar por encerrada esta audiência pública.

Vou preparar o meu relatório, todo mundo já imagina qual seja a proposta dele, e esperar outra proposta mais consistente, uma coisa mais factível. Nós estaremos sempre prontos a debater democraticamente e com muito interesse.

Então, nós encerramos aqui esta reunião e o ciclo de audiências públicas – haveria ainda mais uma, mas nós não pretendemos fazê-la.

Muito obrigada aos nossos palestrantes, aos nossos convidados. Obrigada pela contribuição. Vieram com toda boa vontade, mesmo sem terem subsídio nenhum. Não têm nem informação de nada, mas procuraram ajudar de alguma forma.

Os de Palmas, que fizeram análises um pouco mais técnicas, foram todos contrários. O Dr. Rafael ainda está encomendando o EVTEA. Então, nem ele sabe se será a favor ou contra. Então, vamos esperar os acontecimentos ficarem mais palpáveis para que possamos voltar um dia a discutir transposição do Rio Tocantins.

Declaro já publicamente a minha contrariedade à transposição, a esse projeto de transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. Nada contra o apoio e a ajuda aos nossos irmãos nordestinos, mesmo porque no Tocantins nós temos muitos habitantes do Maranhão, do Piauí e da Bahia. Teremos o maior prazer e a maior alegria em poder contribuir para enfrentar a seca no Nordeste, mas desde que se tenham estudos mais palpáveis, mais concretos do ponto de vista técnico e científico, e que não seja só uma ideia na cabeça de algumas pessoas, com todo respeito.

Muito obrigada e boa tarde.

(*Iniciada às 15 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e sete minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Rocha e Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Romero Jucá, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Otto Alencar e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Lidos os Comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com quinze votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor RODRIGO LIMP NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Jurhosa Junior." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Reive Barros dos Santos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para a deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017 - Terminativo - que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1/CMA e 2/CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 20 de 2018** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal, do art. 93, II, e art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir como mitigar os impactos ao Parque Nacional de Brasília, as responsabilidades institucionais entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal e a construção da Rodovia DF-097." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Roberto Rocha e Roberto Muniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, pedindo as bênçãos de Deus.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há um aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso 479, do Tribunal de Contas da União, relativo a pedidos de reexames interpostos pela ANTT, pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. e pelo Ministério Público junto ao TCU contra o acórdão do TCU exarado em 2017 que tratava de relatório de acompanhamento autuado com o objetivo de examinar a legitimidade dos procedimentos da ANTT e do Ministério dos Transportes nas alterações dos contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O aviso informa que os pedidos de reexame foram conhecidos pelo TCU, com efeito suspensivo em relação aos respectivos interessados.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão de Infraestrutura.

Antes de iniciarmos a arguição pública a que logo daremos início, gostaria de informar que a população poderá participar da sabatina, enviando perguntas e comentários ao indicado, Sr. Adalberto Tokarski. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

Convido para compor a Mesa o nosso sabatinado do dia de hoje, que se submete à consideração do Senado da República.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2018

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 24/04/2018 foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF.

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

A Presidência anuncia que o Senador Acir Gurgacz, Relator dessa matéria, pelo fato de eu estar no dia de hoje também presidindo a reunião deliberativa da MP 814, que trata da restruturação do setor elétrico, será, ao mesmo tempo, Presidente da reunião e Relator dessa matéria.

Eu convido, portanto, o Dr. Adalberto Tokarski para compor a Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Presidente, devido a várias atividades, inclusive este debate da MP 814, que também é da maior importância para o nosso País e que será feito no mesmo tempo que vamos aqui debater com o Dr. Adalberto Tokarski, eu peço a V. Exª a possibilidade de fazer a abertura do painel para que os Senadores possam passar por aqui, fazer as suas indagações e também já votar.

Entendo que, dessa forma, nós vamos conciliar as duas tarefas, não deixando de atuar aqui e também não deixando de estar no importante debate da MP 814.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Submeto a proposição do Senador Acir Gurgacz ao Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, solicito à Secretaria da Mesa que abra o processo de votação.

Declaro aberto, portanto, o processo de votação da Mensagem do Senado nº 25, de 2018.

Informo que as Srªs e os Srs. Senadores que desejarem votar já podem se dirigir à cabine de votação localizada aqui à minha direita.

Solicito que sejam observados os procedimentos de votação eletrônica.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Senador Acir Gurgacz, V. Exª, como Relator, tem a palavra para a primeira manifestação no processo de arguição do eminente Dr. Adalberto Tokarski.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Mais uma vez, dou as boas-vindas ao Dr. Adalberto Tokarski à nossa Comissão de Infraestrutura.

Um dos temas que nós temos debatido muito aqui com relação a essa questão aquaviária é a hidrovia do Madeira. Nós temos, hoje, um novo arco de exportação no Brasil exatamente via hidrovia do Madeira. Não é uma coisa nova, mas crescente ano após ano. Ocorre que, para as obras de dragagem do Rio Madeira, houve várias licitações feitas, houve início e, depois, paralisações. Uma das paralisações se deu em função da cheia do rio, o que é natural, todo ano acontece, de modo que não se pode fazer a dragagem na época da cheia do Rio Madeira, até porque não teria função. Mas, agora, daqui a pouco, já se inicia a época da seca e, com certeza, nós vamos ter problema de transporte entre Porto Velho e Manaus e, principalmente, entre Humaitá e Porto Velho, trecho onde o rio seca muito. Então, nós precisamos fazer com que tenha reinício urgente a dragagem do Rio Madeira.

Outra questão importante: em 2013, estavam previstos investimentos nos terminais portuários de Guajará-Mirim, Costa Marques, Pimenteiras e Cabixi, o que não aconteceu até agora. Entrou no PAC, saiu das prioridades, voltou às prioridades novamente, mas até agora não houve nenhum movimento, e esses portos são importantes para o nosso Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão não menos importante é com relação à balsa que liga Guajará-Mirim a Guayaramerín. Estive lá na semana passada, e a reclamação é muito grande. Enquanto, Senador Eduardo, uma carreta, que utiliza a balsa no Rio Abunã de Porto Velho a Rio Branco, custa na faixa de R$50,00, ali, em Guajará-Mirim, está custando R$750,00. Só há uma única balsa e com esses preços absurdos: R$750,00 para ir e R$250,00 para voltar.

Isso está causando, é claro, um constrangimento muito grande para as pessoas que utilizam a balsa para exportação e está fazendo com que a exportação do Brasil esteja ficando cada vez mais cara. E agora estão proibindo a exportação via voadeiras, obrigando a utilizar a balsa. Só que a voadeira tem um preço barato e, por balsa, custa R$750 passar um caminhão pequeno para Guayaramerín. Qual a possibilidade de nós melhorarmos isso? De que forma podemos melhorar essa travessia em Humaitá?

Sei que não é de V. Sª essa determinação nem essa possibilidade de mudança. Mas essa questão de proibição de fazer as exportações via voadeiras está causando um problema sério para o comércio de Guajará-Mirim. É um comércio pequeno, Presidente Eduardo Braga, é uma exportação de pequeno porte, de até US$1,5 mil, não mais do que isso; não chega a US$2 mil. E pelos tratados internacionais que temos, até US$2 mil se pode fazer por barcaças ou por automóvel. Como não há ponte, temos a voadeira ou o barco. Agora está sendo proibida essa exportação, obrigando a utilização da balsa, e a balsa, por ser desse modo, está com esse preço exorbitante de R$750.

Eram essas as colocações.

Desejo, mais uma vez, sucesso.

Seja bem-vindo, Dr. Adalberto!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu queria agradecer o Senador Acir.

Como segundo orador inscrito, já vou tomar aqui a liberdade de fazer as minhas colocações, Dr. Adalberto, no momento em que cumprimento o nosso eminente Senador Roberto Rocha.

No caso do Amazonas, não diferentemente da situação levantada pelo Senador Acir Gurgacz, do Estado de Rondônia, nós também, no Rio Madeira, temos uma situação, quando estamos na seca, de pontos de estrangulamento em várias áreas do canal de navegação do Rio Madeira, mais precisamente a jusante do Município de Humaitá, assim como o balizamento e a sinalização como hidrovia do Rio Madeira tem sido um dos nossos desafios. O Rio Madeira é responsável por boa parte do escoamento da produção do Estado de Rondônia, que vem para o Porto de Itacoatiara para, desse porto, ser exportado. E boa parte da produção do norte do Mato Grosso, seja de soja, seja de milho, também vem por Porto Velho e pelo Rio Madeira para o Porto de Itacoatiara. Além dos grãos que vêm através dessa hidrovia, eu diria que 70% do abastecimento hoje, da logística de abastecimento da indústria do atacado e do varejo do Estado do Amazonas e de Boa Vista também vêm pela hidrovia do Madeira. Portanto, a hidrovia do Madeira é uma hidrovia importante, estratégica para o nosso Estado e para a nossa região.

Queria indagar a V. Sª quais são os planos, os cronogramas que a Antaq tem com relação à questão da hidrovia do Rio Madeira. Por fim queria fazer uma colocação a V. Sª.

Finalmente, depois de 20 anos, Senador Acir, Senador Roberto, em que o Amazonas vivia uma situação absolutamente esdrúxula em relação ao porto público da cidade de Manaus, que havia sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terceirizado com viés de privatização 20 anos atrás, o Estado do Amazonas recebe novamente a concessão desse porto, que não recebe investimentos pelos mesmos 20 anos em que ficou terceirizado ou privatizado.

Como todos sabemos, a população do Estado do Amazonas tem como principal meio de transporte, seja de produção, seja de passageiros, o transporte aquaviário.

Para o Senador Roberto Rocha, que talvez não esteja muito familiarizado com isso, são mais de 30 mil embarcações que atracam e desatracam, aportam e desaportam da cidade de Manaus, fazendo o intercâmbio comercial e o intercâmbio cultural com o interior do Estado do Amazonas. Um milhão de pessoas, praticamente, se utilizam desse meio de locomoção.

Além de esse porto hoje ser usado para essa situação, ainda há balsas não regulares atracadas ao longo da região portuária, fazendo vezes de porto particular para essas embarcações para o interior.

Portanto, eu gostaria de poder ouvir da autoridade do transporte aquaviário qual a proposta, qual o cronograma? Sei que existem três proposituras em andamento: uma é a construção de um porto de médio para grande porte, sob regime de concessão, conhecido como Porto da Siderama. Como está esta situação?

A segunda é a construção de um novo terminal de passageiros e cargas voltado para atender à demanda regional e à demanda do interior do Estado do Amazonas também em regime de concessão ou em regime de obra pública federal.

Por fim, no porto público atual conhecido como Roadway, construído ainda na época da borracha, havia um projeto de transformá-lo, porque esse Roadway recebe todos os barcos de cruzeiros internacionais, que trazem turistas para Manaus. Esse Roadway hoje encontra-se absolutamente sem condições de segurança, de fazer um receptivo correto, de dar boas-vindas tanto aos turistas quanto aos nossos passageiros regionais. E, mais ainda – aqui há um aspecto humanitário –: muitos desses passageiros que vêm do interior para Manaus vêm para tratamento de saúde, muitas vezes, idosos. Os familiares, quando chegam para buscar os passageiros do interior, não conseguem adentrar o porto público a não ser que paguem uma tarifa para poder buscar o ente querido, o parente querido que vem, muitas vezes, imobilizado no fundo de uma rede, ou numa maca, trazido do interior.

Portanto, são essas quatro intervenções: hidrovia do Madeira, Porto Siderama, terminal hidroviário de passageiros e cargas no interior do Estado do Amazonas, bem como a questão do Roadway. Eles me parecem pontos centrais para a arguição de V. Exª.

E, por fim, uma última pergunta.

Foram feitos vários pequenos portos pelo DNIT no interior do Estado do Amazonas, desses portos alguns estão concluídos, outros ainda não, mas a operação desses portos está sendo feita numa condição ainda muito precária. Eu pergunto a V. Sª quais as condições para que a Antaq proponha ao DNIT um reforço e uma melhoria dessa operação.

Eu passo a palavra ao Dr. Adalberto Tokarski para essas respostas.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Eduardo Braga e Exmo Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz... Nós temos dificuldades, Senador, com os nossos sobrenomes; quero tê-lo pronunciado corretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também o Senador Roberto Rocha aqui presente, assim como as senhoras e senhores presentes. Bom dia a todos!

Primeiramente gostaria de agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que, pela segunda vez, se dignou a indicar meu nome; antes, como Diretor-Geral da Antaq, e agora, ao Senado Federal para apreciar meu nome aqui nesta Comissão.

Agradeço também ao Ex^mo^ Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, que nos apoiou no sentido de que fosse lido em plenário meu nome e enviado com extrema celeridade a esta Comissão.

Cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin, lá do Amazonas também.

Eu gostaria, Senador Eduardo, de agradecer a todas as entidades que que me apoiaram.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu queria registrar a presença do Deputado Julio Lopes, o eminente Relator da MP 814 de que iremos iniciar o processo de votação daqui a 5 minutos, na sala 6. Obrigado pela sua presença aqui, na Comissão de Infraestrutura.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Senador Eduardo, num pequeno pronunciamento aqui eu vou colocar todas as questões que o Senador Acir e o senhor nos colocaram sobre principalmente o Rio Madeira e todos os aspectos da navegação fluvial.

Então, eu estava agradecendo a todas as entidades que me apoiam. Falo das entidades na área portuária, onde há consenso em praticamente todas; da área de navegação também; federações; e também as entidades representando os usuários dos portos brasileiros. Há federações que enviaram correspondência apoiando o nosso nome.

Em especial, eu gostaria de agradecer à Associação de Servidores da Antaq, que, em votação por maioria, apoiou o meu nome junto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e a esta Casa, especificamente à Comissão de Infraestrutura.

Sinto-me orgulhoso de estar novamente aqui, sendo submetido à sabatina junto aos Srs. Senadores. E, se aprovado, sendo alçado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, acredito que poderemos avançar e teremos grandes desafios. E espero, dentro desse processo, ser reconduzido por esta Casa.

Porém, antes de iniciar esta breve introdução da minha apresentação, quero agradecer à Antaq. Nos últimos 12 anos, Senador Roberto Rocha – nós tivemos a oportunidade de estarmos juntos numa comitiva liderada pela Antaq, para conhecer a navegação no Rio Mississippi; foi uma experiência superinteressante –, eu trabalhei na Antaq e, durante cinco anos e meio, como Gerente – foi a época em que nós estivemos nessa visita com uma grande comitiva, e o senhor ainda Deputado Federal, não é, Sr. Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Também assumi, durante dois anos e meio, a Superintendência; durante dois anos como Diretor e por dois anos como Diretor-Geral.

Fui testemunha nesses 12 anos de que a agência, embora muito nova – só tem 16 anos – tem cumprido com vigor e competência os desafios que lhe têm sido impostos no setor aquaviário. Todavia, nada seria possível se ali não estivessem inúmeros servidores de grande capacidade técnica, que é o seu corpo funcional. Dr. Fayet, da CNA, que nos prestigia aqui, eu realmente não poderia deixar de fazer esta referência: nós temos um quadro de servidores na Antaq que são referência em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação a todas as agências reguladoras. E esse corpo de funcionários tem demonstrado a *expertise* necessária nos momentos cruciais, na hora de se debruçar sobre os desafios de regular o setor aquaviário.

Durante o meu mandato como Diretor-Geral da agência, pude realizar, em conjunto com a Diretoria Colegiada, a aprovação de vários projetos de investimentos que trouxeram ao País o oferecimento de mais infraestrutura portuária, bem como de mais estrutura para navegação.

As prorrogações antecipadas foram o grande pano de fundo para a instalação de grandes investimentos no setor portuário, Senador Acir: foram mais de R$9 bilhões com antecipações realizadas pelo setor privado nesse período. Na verdade, já foram aprovados os projetos, principalmente quanto aos terminais de uso privado, em que estão sendo investidos, vamos dizer assim, em torno de 40%, 50%.

Nesse contexto, Senador Rocha, no Pará, na região de Itaituba, nós temos 11 pequenos terminais, os quais eu vou detalhar um pouquinho mais à frente, em que já foi investido mais de R$1 bilhão.

Então, quero aqui deixar enfatizado que o nosso compromisso com a missão institucional da agência sempre foi de assegurar à sociedade a adequada prestação de serviço de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, garantindo condições de competitividade e harmonizando os interesses públicos e privados.

Os portos são parte importante no contexto de qualquer nação. Não se pode negar que o desenvolvimento de um país passa necessariamente pelos seus meios de transporte e suas vantagens e desvantagens refletem diretamente na sua economia. E, sendo assim, torna-se a logística de movimentação de cargas um instrumento indispensável para que um país possa ser competitivo dentro do mercado globalizado de alta concorrência. Os portos têm uma importância vital, pois representam 95% da carga movimentada no comércio exterior.

Ainda são poucos os investimentos em infraestrutura realizados no Brasil, sejam públicos ou privados, para o imenso potencial do País. Na verdade, eles não são poucos, mas talvez, Dr. Fayet, não sejam os necessários. Nós precisamos de mais investimentos públicos e privados nesse setor.

No setor de transporte, em função do início de uma retomada na economia, caso eu seja aprovado por esta Comissão e pelo Senado, serei um defensor da agilização no oferecimento de áreas portuárias dos portos públicos, para acelerar investimentos em infraestrutura portuária, tão necessários para termos mais eficiência e concorrência nesse setor, possibilitando maior geração de renda e emprego. A origem dos recursos independe, o que interessa ao comércio exterior brasileiro é que estes sejam realizados, que tenhamos cada vez mais a redução da burocracia e do custo Brasil.

No que tange à importação, a necessidade de reduzir os custos logísticos é semelhante, pois insumos menos onerados representam menores custos de produção.

No último ano, apesar dos efeitos da crise, a movimentação de carga nos portos brasileiros cresceu 8,3%. Imagine, Senador Acir, com este momento, com a economia andando um pouco de lado e com uma leve melhora, nós tivemos o crescimento de 8,3% na movimentação dos portos brasileiros, no ano de 2017, se comparado ao ano de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O crescimento ocorreu tanto nos portos públicos como nos terminais privados. A realidade acima colocada por si só já demonstra a importância de se promover o desenvolvimento da infraestrutura e transportes de forma sistêmica, integrando diversos modais aos portos.

O fato é que temos um perfil de comércio exterior em que a maior parte das nossas exportações se constitui de produtos básicos de baixo valor agregado. Senador Roberto Rocha, é o que acontece principalmente no seu Estado, o Maranhão. Nós temos ali uma exportação enorme de minério de ferro e também de grãos, crescente, com o Tegram e o terminal privado. No geral, fora os terminais dedicados ao transporte de minério de ferro, que têm sua eficiência, essa estrutura portuária e ferroviária precisa ser melhorada para o restante dos terminais. Apenas como reflexão, convém observar a tendência de crescimento da movimentação portuária, que mesmo com a economia próxima da estagnação, cresceu 8,3%.

Os portos e a navegação são estruturas fundamentais dentro de qualquer cadeia logística de transporte de carga, seja na movimentação de cabotagem e principalmente na movimentação de longo curso.

Embora todos apontem para que há diversos gargalos na nossa infraestrutura, tivemos em 2017 uma movimentação de 1,086 bilhão de toneladas em nossos portos, com a previsão de crescimento – cresceu 8,3% no ano passado – de pelo menos 3% este ano.

O transporte marítimo desempenha um papel central na economia global e no mundo comercial atual e tem evoluído ao longo de muitos séculos. E o que está ocorrendo nessa evolução, Senador Acir? Os navios estão aumentando de tamanho. E do que precisamos nos nossos portos? Ampliação ou portos mais estruturados, para a gente conseguir acompanhar a navegação marítima, cuja estratégia é definida principalmente fora daqui.

O comércio marítimo de um país é a dimensão de sua economia. O senso comum diz que as maiores economias têm maior probabilidade de gerar mais comércio. As estatísticas dizem que 89% das importações e exportações estão voltadas para o comércio marítimo.

Senador Flexa Ribeiro, obrigado pela presença.

O Brasil tem de estar preparado para as mudanças originárias do comércio mundial. Desde as viagens de Colombo, as rotas marítimas se abriram, e hoje vemos mega petroleiros e os grandes navios de contêineres. A nossa indústria naval tem de estar atuante para os desafios que o comércio mundial apresenta.

Quanto à nova estrutura do marco regulatório, este veio para contribuir para a eficiência logística. Especificamente falando, a Lei 12.815 trouxe o mais recente conceito de porto organizado: a revisão dos limites dos portos que são as poligonais. Apesar de essas poligonais começarem a ser revisadas, tornando o porto mais eficiente, a gente tem de ter um diálogo muito perto com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil no sentido de completar essa revisão.

Foi marcante a decisão de retirar nessa Lei 12.815 o conceito de carga própria de terceiro em relação aos terminais de uso privado. Como funcionava, Senador, pouco tempo atrás, antes de 2013? Sobre um terminal privado a lei dizia que prioritariamente teria que movimentar a sua carga própria, a de terceiros seria só uma pequena parte. Quando se tirou essa restrição, o que aconteceu? Ficou mais atrativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu iria colocar um pouco mais na frente, mas, até 2012, nós tínhamos 120 terminais privados no Brasil. Sabem quantos temos hoje, poucos anos depois? Temos 202 terminais. De 120 passamos para 202, quase dobrou em poucos anos, fora que nós temos mais 60 terminais que apresentaram pedidos de licença na Antaq e Ministério. A nova lei flexibilizou e viabilizou o investimento que está acontecendo e que deverá acontecer em terminais privados. Então, foi marcante a decisão de retirar o conceito de carga própria e de terceiros em relação aos terminais de uso privado. Destacamos avanços importantes desde 2013. Como falei, a construção e ampliação dos TUPs.

A burocracia muitas vezes atrapalha a logística. Nós sabemos que são vinte entes intervenientes atuando na área do porto. Os avanços proporcionados pelo Governo com a implementação do Porto sem Papel, sistema que foi introduzido nos portos públicos, precisa alcançar também os portos privados para se consolidarem. Por quê? De repente, uma empresa que vai dar entrada a uma exportação, se entra no Porto sem Papel, todas aquelas entidades já recebem. Como era no passado, Senador Rocha? Tinha que entregar a documentação uma a uma, e era uma grande burocracia.

Então, só assim a governança do setor, a política, a gestão, a competência, o equilíbrio de poder entre Governo e empresa e trabalhadores devem dar ao Estado um papel orientador e de estímulo ao investimento. E por que estou falando isso? Hoje a gente fala dos portos públicos, onde basicamente, em 98% deles, temos terminais privados. Há um ou dois portos públicos que operam, eles próprios, uma parte. Então, praticamente passou tudo a ser privado. Aí, o Estado entra como? O Estado tem de regular, fiscalizar e regular de forma eficiente.

Após a edição da Lei dos Portos, o setor privado respondeu positivamente no que diz respeito a investimentos em terminais privados. A Antaq pôde, no ano de 2016, atendendo os anseios do setor portuário, implantar normas mais flexíveis. Esse foi o caso da norma de registro.

Inclusive, só adiantando, Senador Gurgacz: especificamente lá em Guajará-Mirim e Guayaramerín – conheço esse problema que há lá –, a Antaq flexibilizou e fez uma norma simples de ser cumprida. Então, do que precisamos? Se nós temos autorizada a travessia com a balsa, nós precisamos que aqueles operadores menores peçam autorização para a Antaq. No caso específico dos operadores menores – como o senhor falou, as voadeiras –, de passageiros, eles já estão autorizados pela Antaq e têm uma organização. Eu fui à Bolívia, então nós precisamos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas eles podem levar carga também? Ou só passageiros?

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Vão pedir autorização só para carga. Esses bem pequenos têm autorização só para passageiros, é aquela carga de mão. Mas não é esse caso. O caso a que o senhor estava se referindo era exatamente transportar carga para outro país com embarcações pequenas.

Só que, além disso, nós vamos ter de enfrentar... A paralisação, salvo algum engano, não foi causada pela Antaq. Quem estava impedindo era a Receita Federal. Mas, olha, em caso de aprovação e estando na Antaq, estarei totalmente à disposição para acelerar isso aí, trazer para a legalidade esses operadores para não terem mais problemas.

Como forma de atrair investimentos, gerar empregos, elevar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, melhorar a infraestrutura do País, o Governo do Brasil criou o Programa de Parcerias de Investimentos, que é o chamado PPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para atrair mais investidores, Senador Roberto Rocha, sabe como acontecia? Num passado recente – agradeço a presença do Senador Paulo Rocha –, tínhamos o seguinte: ao se fazer uma licitação, colocava-se lá um prazo, às vezes, de 45 dias, para que se soltasse o edital. Acontece que essa área portuária é tão complexa; os investimentos são enormes; e boa parte destes também vem de empresas brasileiras, que são subsidiárias no exterior. Então, como é que, em 45 dias, se pode fazer toda essa consulta com os parceiros lá de fora, havendo ainda a aprovação, quando se diz: "Tudo bem. Entra nessa concorrência". O que o PPI fez? Ele prorrogou para, no mínimo, depois de lançado o edital, ser feita – Luiz Carlos, do Ministério dos Transportes, que está aqui – a licitação, pelo menos, em até 100 dias.

Temos que ser mais previsíveis. De repente, temos uma enorme burocracia e cobramos, numa licitação, um prazo pequeno. Não havia lógica nisso. O PPI veio para corrigir isso aí. Tanto é que, no meu entendimento, ele colocou uma metodologia mais transparente, com cronogramas realistas e menos intervenção da União.

O PPI conseguiu garantir maior segurança jurídica aos projetos, Senador Roberto Muniz, somada à qualidade e à maturidade dos empreendimentos, resultando na atração e no interesse das empresas e dos investidores.

Recentes leilões e licitações realizados pelo Governo são demonstrações da atratividade desses ativos e de como a economia brasileira pode superar entraves por meio da parceria com o setor privado e a Antaq. Esta foi que realizou, de forma competente, essas licitações.

A única coisa que penso é que, principalmente o setor portuário, está convencido do seguinte: com o PPI, foram retomadas as licitações, só que precisamos de mais velocidade, porque, ao elaborar o edital, este passa pelo TCU, e há toda uma burocracia, ou seja, vão dizer que está demorando demais. Nós precisamos oferecer áreas dos portos públicos, paradas, às vezes, que podem vir a viabilizar um pequeno exportador ou um pequeno importador, mas já vou sinalizar uma solução para isso aí.

Então, em resumo, é o seguinte: o PPI já concedeu, privatizou, renovou, 57 ativos em diversas áreas como portos, aeroportos, áreas de petróleo, entre outros segmentos importantes da infraestrutura. Esse número representa 39% da execução estabelecida, no âmbito do Projeto Crescer.

A estimativa, com leilões, ultrapassa, em todas essas áreas, 133 bilhões, e as outorgas, valor pelo direito de explorar essas áreas em posse da União, já somam 28 bilhões.

No campo regulatório, é nossa obrigação conceder a indispensável segurança jurídica aos contratos, uma vez que o princípio da segurança jurídica é a base do Estado democrático de direito, que possibilita a redução das incertezas que permeiam a sociedade.

No campo fiscalizatório, da minha parte, buscamos o compromisso de cada vez mais trabalhar de modo preventivo. Na Antaq, há 4 ou 5 anos, Senador Roberto Rocha, viria uma equipe de fiscalização e, normalmente, já se abria um auto de infração. Pronto, já estava aberto o processo.

Hoje, é um pouco diferente. A pessoa vai a um terminal, e, vamos supor, caiu um pedaço do muro. O fiscal da Antaq vai lá e diz que a empresa tem uma semana para reparar esse muro. Ela só foi notificada e, se o fiscal vir que está sendo reparado, pronto, ela não abre o auto de infração, o que é menos burocracia para a gente. Isso sempre defendi quando estive na Antaq.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No campo fiscalizatório, de minha parte, buscamos o compromisso de, cada vez mais, trabalhar de modo preventivo, como disse. No que tange à nossa matriz de transporte no Brasil, ela está totalmente desbalanceada.

Especificamente, venho buscando incansavelmente mostrar que o transporte hidroviário é o modo mais econômico e recomendado para deslocar grandes volumes de carga a grandes distâncias e viabilizar que a navegação venha a ganhar espaço efetivo pelo tamanho de sua grandeza, buscando reunir com todos os setores e a própria academia, norteados pelo objetivo da permanente busca das melhores alternativas para destravar essa agenda.

Senador Gurgacz, o Ministro dos Transportes, Valter Casimiro foi Diretor Aquaviário do DNIT. Então, ele conhece muito bem o seu Estado e os rios brasileiros, aos que não vou chamar de hidrovias, porque, por exemplo, no caso do Rio Madeira, precisamos melhorar a sinalização, o balizamento. Depois, no final, falo sobre a questão da dragagem.

Há uma necessidade imperiosa de que sejamos eficientes no uso do modo hidroviário. Uma das primeiras coisas, caso seja aprovado pelo Senado, que vou fazer será solicitar ao Ministro dos Transportes, Valter Casimiro, uma agenda para tratar de pontos da questão hidroviária que precisam avançar. Às vezes, o investimento é extremamente pequeno e dá um resultado muito grande.

Na Amazônia, onde os rios são suas estradas, por exemplo, temos o transporte de 9,7 milhões de passageiros trafegando em linhas regulares e que precisam de uma política pública.

A Antaq, agora, no início do ano, fez o lançamento da segunda edição do Estudo de Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica, novamente em parceria com a Universidade Federal do Pará.

O primeiro levantamento foi publicado em 2013. Nesse estudo de 2013, foi como se estivesse no passado, Senador Gurgacz, que é lá da região amazônica: não existia um levantamento de toda a Amazônia, com seus terminais e suas linhas. Repetimos agora, no ano passado, um estudo lançado no começo do ano, feito pela Universidade do Pará. No primeiro estudo, localizamos os Municípios, e, depois, era feita a pergunta: "Há banheiro ou não? Há estacionamento ou não?". Dessa vez, todos aqueles terminais foram georreferenciados, e a pergunta foi: "Qual é a condição do banheiro? Qual a estrutura dele? Qual a condição do estacionamento?" Temos uma foto agora, colorida, de toda a Amazônia, e que esperamos colocar junto ao Ministério do Planejamento. Para quê? Para saber o seguinte: no seu Estado, Rondônia, quantos terminais há, construídos pelo DNIT? Quantos são necessários? Então, precisamos trabalhar para avançar na Amazônia, e aí quando se fala em Amazônia, entra aqui o Estado do Maranhão. Terminais privados: conheço toda aquela baía, é preciso haver terminais eficientes para haver uma navegação mais forte ainda.

A malha hidroviária. Na Amazônia, há mais de 16 mil quilômetros de rios navegáveis. Revela-se como uma dádiva natural. Deve-se conceber que o uso das águas para integração dos grandes centros regionais com as comunidades ribeirinhas e os portos marítimos e fluviais é fator imprescindível para a dinâmica econômica, social e cultural da Amazônia. Como resultado daquele estudo, foram identificadas 657 embarcações realizando transporte de passageiros e carga na Região Amazônica, transportando 9,7 milhões de passageiros, 3,4 milhões de toneladas e 196 instalações portuárias. Continuarei defendendo a implementação do programa de rastreamento das embarcações, que é o Prenav, que opera nas navegações reguladas pela Antaq.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Armando Monteiro, obrigado pela presença. Veja só: na Amazônia, aquela imensidão, nós temos 50 servidores na Antaq. Como é que a gente fiscaliza? Há quase 10 milhões de passageiros sendo transportados em linhas regulares. Irregular, e que sai em um dia e não sai em outro, é outra história; não entra a Antaq, não é esse o nosso interesse. Em linhas regulares, são 10 milhões de passageiros. E como é que a gente fiscaliza, por exemplo, Senador Roberto Rocha, se a embarcação saiu no horário certo?

Trabalhamos com a Marinha do Brasil. A Marinha do Brasil está elaborando, junto com a Antaq, o Prenav, que é um sistema de monitoramento da embarcação. Vai se colocar um *transponder* na embarcação e você vai saber se ela saiu do ponto certo, no horário certo. O servidor da Antaq poderá, através de um computador, verificar lá na divisa com o Peru e com a Colômbia, se a embarcação saiu no horário certo. Esse é um programa que eu, estando na Antaq, vou continuar a defender. Isso é importante para a Antaq e é importante também, se houver qualquer acidente, para a Marinha do Brasil, que vai localizar essa embarcação.

Outro exemplo da Amazônia, e avança um pouquinho, está relacionado com a mudança da matriz de escoamento pelo Arco Norte, que o Senador Acir acabou citando. O Arco Norte, em vista dos altos custos de logística com o transporte de grãos do eixo sul, sudeste e norte... Os portos da região do Arco Norte, que é exatamente Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia e Bahia, terão saltos de expansão na capacidade de escoamento – já tiveram – nos próximos dez anos, e devem reduzir mais de 30% do desembolso dos agricultores com o frete. Isso, quando consolidado o Arco Norte, porque nós dizemos o seguinte: especificamente a saída pelo Maranhão, Senador Roberto Rocha, já está consolidada – há um porto, há o Tegram, há outro terminal privado e há um terceiro que vai ser construído e que será privado também. No caso, por exemplo, da saída pelo Pará, nós precisamos consolidar, finalizar a BR-163.

A participação dos portos do norte na exportação de grãos – eu falo de norte no sentido desse Arco Norte – saiu de 13% para 24% até outubro do ano passado, segundo o Ministério da Agricultura, para não falarem que é só a estatística da Antaq. O aumento é resultado, em especial, do fato de ter havido a construção de 11 novos terminais em Miritituba, nas margens do Rio Tapajós, na cidade de Itaituba, no Pará, e novos investimentos em portos em Barcarena, em Santana e terminais também em Porto Velho.

A safra sai do Centro-Oeste – e saía muito mais antes – só por caminhão. Agora, no caso do Centro-Oeste, ela sai por caminhão pela BR-163 até Miritituba, onde é feito o transbordo da carga para barcaças. Os comboios seguem durante quatro dias pelo rio até Belém, onde os grãos são colocados em grandes navios rumo ao mercado internacional. De Sorriso a Santos, o custo logístico – e aí, Dr. Fayet, busquei nas suas informações da CNA – é da ordem de R$295 por tonelada. Se essa carga for transportada pelo sistema saindo de Miritituba, indo para a região de Barcarena, o gasto médio deveria cair para R$241, ou melhor, nós podemos ter, Senador, 30% de redução no custo. Hoje, nós estamos só com o problema para finalização da BR-163.

Falando em BR-163, chegou o Senador Wellington Fagundes, a quem agradeço a presença. Ele é exatamente do Estado de Mato Grosso.

Senador Wellington, por coincidência, estamos falando do Arco Norte aqui, da saída por Miritituba. Dá para confirmar ao senhor o esforço que o senhor tem feito junto ao Ministério dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transportes e ao DNIT no sentido de avançar a BR-163. Ela vem avançando, mas, com restrições orçamentárias para o Brasil como um todo, ela ainda não chegou ao ideal, mas falta pouco. Até depois, o senhor pode falar até com mais propriedade sobre isso.

Da porteira para dentro, nós somos eficientes e precisamos melhorar a parte de transportes.

Caso retorne à Antaq como Diretor, nós vamos reativar o grupo chamado G6, formado pelos Estados da Federação que se localizam na área de influência da Bacia Hidrográfica do Tietê-Paraná e que são Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, com o Governo Federal, representado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Ministério dos Transportes e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no sentido de trabalhar, junto à ANA, para garantir que não se paralise mais a navegação no Rio Tietê-Paraná, porque temos um planejamento mais eficiente.

Sou defensor de que a agenda positiva que a Antaq tem, junto com as principais instituições atuantes na área aquaviária, seja mantida e ampliada, principalmente as entidades que representam os usuários. Nós temos uma tratativa muito de perto com a CNA, com a CNI, com a CNT e demais instituições que representam associações, que representam os usuários.

E, por falar em usuários dos portos, um importante avanço em matéria regulatória foi aprovado pela Antaq em 2017, projeto no qual esse sabatinado aqui atuou fortemente, que foi a edição da Resolução Normativa 18.

Senador Roberto Rocha, pela primeira vez nós temos uma norma que vem garantir direitos aos usuários, aos pequenos exportadores, dando uma proteção e uma previsibilidade maior a esses pequenos exportadores, e é exatamente a norma que dispõe sobre direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários, das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário e cabotagem de longo curso.

Nesse normativo destaco a tutela conferida, em especial, aos pequenos e médios exportadores que são usuários caracterizados com a relação de vulnerabilidade. Exemplo: um pequeno exportador que exporta cem contêineres por mês, Senador Acir. A relação que ele tem com uma empresa de navegação, se você comparar com uma indústria automobilística que exporta 5 mil contêineres por mês, e ele cem, é bem pequena. Então, veio essa norma no sentido de garantir direito aos usuários, Senador Roberto Muniz.

Ressalto também que a Resolução Normativa 18 inaugurou, no âmbito da Antaq, no plano normativo, a regulação efetiva sobre os armadores estrangeiros que atuam no Brasil, já começa a imputar obrigações, bem como aos agentes intermediários compreendidos como todo aquele que intermedeia operação de transporte entre o usuário e o transportador marítimo ou que representa o transportador marítimo efetivo. É mas é algo a que sempre dediquei; durante os anos em que atuei na Antaq, busquei desburocratizar as atividades da agência.

Ainda como Superintendente, incluímos em uma norma para navegação fluvial o quesito de apresentar apenas uma declaração de punho dizendo que estava quite com os órgãos federais. Em vez, Senador, Senador Wellington Fagundes, de cobrar todas as certidões – lá atrás –, nós colocamos que o representante da empresa fizesse uma declaração de que está quite. Para quê? Para ganhar tempo, porque não é esse o objetivo da Antaq. "Ah, mas a lei dizia." E agora saiu a lei da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desburocratização, e até brincaram: "Copiaram da gente." E você pode fazer isso aí, porque não tem sentido ficar cobrando certidão, certidão, aí vence a certidão, e assim por diante.

Como Diretor-Geral da Antaq, priorizei que fosse – e foi – aprovada a outorga eletrônica para as autorizações da área de navegação. E a ideia é ter uma outorga eletrônica para toda a área portuária. Como é isso? Senador Roberto Rocha, um empresário pode estar lá no meio do Maranhão, se a empresa dele for lá no meio do Maranhão, vamos supor que seja a empresa que navegue na costa de lá, e ele pode entrar no sistema eletrônico e buscar outorga de forma eletrônica, do seu Estado. Não precisa ir a Porto Velho, não precisa vir aqui para Brasília.

Com isso, nós reduzimos, numa das áreas... Era... Nós colocamos 90 dias. Era mais. Às vezes aconteciam 120 ou mais dias. Agora, em média, são 20 dias para se obter a outorga. Por que 20 dias? É que a cada 15 dias há reunião de diretoria colegiada. Se não fosse assim, seria muito mais rápido ainda.

E, por fim, eu gostaria de falar algo também para desburocratizar, que eu defendo, que é a licitação simplificada.

Vamos supor uma pequena área, Dr. Fayed, num porto. Nós temos mais de centenas de áreas paradas em alguns portos. E aquilo é custo para a autoridade portuária. Você pode licitar uma pequena área com uma licitação simplificada, porque, senão... Se for fazer como são feitas todas elas, nós já sabemos da burocracia que está acontecendo.

Então, priorizei que fosse e foi aprovada a... Confundi a outorga eletrônica. No caso da licitação simplificada, para áreas menores ou apenas um galpão num porto, ou um pequeno píer, conforme o Decreto 9.048, poderá haver uma legislação simplificada.

E, finalmente, a Antaq está regulando isso aí. Nós defendemos que seja regulado e que se comece a fazer mais licitações, uma ou duas centenas de licitações simplificadas diárias, oferecendo infraestrutura portuária.

Então, assim, senhoras e senhores, Srs. Senadores, inúmeros são os nossos desafios, mas acredito estar preparado para, se for o caso, como Diretor da Antaq, exercer com muito zelo e garra o cargo de Diretor da agência, se assim V. Exªs entenderem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Muito bem.

Nós agradecemos ao Dr. Adalberto e, como ainda completamos, nesse minuto, o quórum...

Falta algum Senador votar? (*Pausa.*)

Já foram chamados?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Presidente, só para indagar ao nosso amigo, Dr. Tokarski, com relação aos portos de Cabixi, Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marques, Cerejeiras... Nós temos alguma previsão da construção desses portos? Foram as perguntas que nós fizemos no início.

A mesma coisa com relação à dragagem da hidrovia do Madeira, a toda a sua sinalização: se nós temos já alguma previsão da retomada dessas obras e como é que está a construção e os projetos desses portos de Cabixi, Pimenteiras, Costa Marques e também de Guajará-Mirim.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Essas duas perguntas são muitos fáceis de responder, Senador, no seguinte aspecto: não é de competência da Antaq a construção, o oferecimento dessa infraestrutura portuária. O que eu posso dizer, porque eu acompanhei muito de perto, no bom sentido, cobrando que acontecesse, é sobre a dragagem no Rio Madeira.

Quanto à dragagem no Rio Madeira, no ano passado – e foi uma defesa nossa e de representantes do Ministério dos Transportes –, foi feita uma licitação para cinco anos. A empresa ganhou por cinco anos. Iniciou-se no ano passado. Naturalmente... Eu gostaria que não fosse, mas o primeiro ano começou um pouco mais tarde, na minha opinião, do que deveria ser. E eu vejo que precisava que a empresa... E, ao final, se estruturou. Ou melhor – aí já vai no bom sentido de uma cobrança, temos até representantes do Ministério dos Transportes –, é fundamental, porque já está contratada, que a dragagem do Rio Madeira comece logo em sequência, porque se demorar demais, começa a formação dos bancos de areia, e aí impede uma navegação fluente.

Então, eu vejo – o senhor está ao lado do Senador Wellington Fagundes, que atua muito, conhece muito bem o atual Ministro, o Dr. Valter Casimiro – no sentido de que essa tratativa aconteça para este ano não termos problema nenhum. A gente precisa da hidrovia do Madeira, Senador, dragada logo no início, para não haver interrupções.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Muito bem.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente; Adalberto Tokarski, indicado agora mais uma vez para a Diretoria, quero registrar aqui a importância de estarmos votando logo, em função que é a Diretoria com menos números de diretores, só três diretores. E nós, inclusive, defendemos, em outros momentos aqui – já estivemos com o Presidente da República –, a ampliação dessa Diretoria para cinco diretores, dada a importância que representa a Antaq para as oportunidades para o Brasil, os investimentos que podem ser feitos para o Brasil. Então, acredito que uma Diretoria com maior número teria mais dinamismo, mais oportunidade de analisar tudo aquilo que é – digamos – de responsabilidade da agência.

Nesse aspecto também, eu quero aqui colocar ao Dr. Adalberto, primeiro, que a experiência que ele já tem da agência, eu acho que facilita o trabalho, que ele já relatou. Eu estava assistindo um pouco na Liderança do Bloco Moderador, enquanto V. Exª falava, e atendendo outras pessoas. Mas eu gostaria, Dr. Adalberto, que fosse colocado bem claro não só para todos nós, mas como isso tudo está sendo transmitido ao vivo, isso aqui é importante que fique nos *Anais*.

Hoje o Brasil está sendo criticado demais, o Governo está sendo muito criticado em função do decreto dos portos. E todos nós sabemos que esse decreto... É importante que se diga isso, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Sª, inclusive o testemunho de V. Sª, como foi a construção desse decreto? Qual a participação que a Antaq teve na construção desse decreto? Não só a Antaq, eu acho que seria importante que fosse registrado todo o trabalho, quantas reuniões foram feitas, o que já tivemos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avanço com o decreto e o que podem representar os avanços com esse decreto. E até fica aí uma pergunta específica em razão do decreto: o decreto beneficia especificamente alguma empresa?

Eu estou fazendo essas perguntas para que o Dr. Adalberto possa esclarecer a população neste momento, já que ele, como Diretor-Geral da Antaq, dirigiu, em nome da Antaq, esse trabalho nas tantas reuniões que foram feitas, até porque o grande problema que nós temos hoje no Brasil, a meu ver, é exatamente a questão da segurança jurídica.

Hoje, nós estamos num impasse muito grande em relação às concessões, principalmente as concessões rodoviárias. No caso do Mato Grosso, nós temos a questão da BR-163, que atende Mato Grosso do Sul, da divisa do Paraná à divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul, depois ainda de Mato Grosso do Sul até Sinop. E há as outras concessões no Brasil. Hoje, temos preocupação, porque há grande possibilidade de as empresas devolverem essas concessões, que podem ser judicializadas ou não. De qualquer forma, hoje, dada a insegurança jurídica... Eu quero dizer que sou, inclusive, autor da PEC 39 exatamente para fazer com que contratos de longa duração, como em qualquer concessão, pois nunca se faz uma concessão por menos de 20 anos, 30 anos, às vezes, até por mais anos, dependendo do investimento... Esses contratos não podem ser feitos através de uma política de governo, tem que ser uma política de Estado. Não pode, a cada governante que muda, mudar o pensamento e, consequentemente, esses contratos, com aquilo que foi contratado, pactuado entre as partes caindo por terra, que é o que nós estamos vendo hoje. Ontem, por exemplo, houve já o anúncio sobre o aeroporto de Campinas também, com a empresa já entrando em recuperação e devolvendo o aeroporto de Campinas. Então, isso não é só na rodovia, é também no setor aeroportuário. Como nós estamos falando aqui de portos, eu acho que também seria importante que isso fosse colocado aqui de forma clara, até pela experiência vivida.

Eu tenho duas perguntas feitas pela assessoria que vou ler.

Inclusive, eu quero fazer uma justificativa. Eu sou Relator da compensação da Lei Kandir e tenho agora uma audiência no Ministério da Fazenda, porque, também, hoje à tarde, pode estar na pauta a votação desse relatório. Então, eu não vou nem poder ficar aqui para ouvir, mas, claro, estando tudo gravado, teremos oportunidade de, depois, analisar todas as respostas que aqui forem dadas. Entenda que, principalmente até agora, o que estou falando é exatamente com o objetivo de fazer um esclarecimento à população, dada a importância que vejo que teve esse decreto para o Brasil. Eu quero aqui colocar já a minha posição. Eu entendo que esse decreto é algo que está trazendo oportunidades de investimentos vultosos para o Brasil. Só na questão do TCP do Paraná, que uma empresa chinesa adquiriu, são muitos bilhões – no total, são quase 6 bilhões que serão investidos. Por exemplo, essa empresa transporta no mundo nove vezes mais que todo o volume transportado no Brasil, ou seja, uma só empresa chinesa, em termos de contêineres, trabalha no mundo nove vezes mais que o total do Brasil. Então, vejam a importância que representa a entrada de uma empresa dessa no Brasil, além dos investimentos que serão feitos.

O Plano Nacional de Logística, que está em consulta pública, tem como objetivo servir de fundamento para o planejamento estratégico, tendo como elemento terminal a otimização da movimentação de cargas com o uso dos diferentes modos de transporte, utilizando as ferrovias, a cabotagem e as hidrovias interiores como sistemas de alta capacidade, integrados à malha rodoviária de forma sinérgica e harmônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sª concorda com as ações previstas no PNL? E as premissas estão em sintonia com os estudos da Antaq?

Quanto a isso aqui, é bom dizer que é todo um trabalho feito pela EPL.

O planejamento estratégico de 2016 a 2020 da Antaq lista o Programa de Investimentos em Logística, o PIL-Portos, como oportunidade para a agência mostrar a sua capacidade técnica e relevância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. De fato, os investimentos nos terminais portuários são primordiais para o desenvolvimento do País, e a Antaq tem papel de extrema relevância no tema. Como a agência vem se preparando para enfrentar as concessões que se avizinham, seja do ponto de vista da fase licitatória, seja do ponto de vista da regulação e também a fiscalização posterior? Então, é mais uma indagação que aqui faço.

Espero, Sr. Presidente, e o nosso indicado, o sabatinado, que já foi ouvido – estamos aqui já na fase de votação –, que, com essa votação, nós tenhamos então a oportunidade de levar isso logo para o Plenário, votarmos e fazer com que a agência tenha a sua Diretoria completa, até para dar mais agilização em tudo aquilo que está lá, digamos, "no balcão", que está lá na demanda feita por empresários, enfim, do Brasil inteiro e até do mundo, que querem investir no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Com a palavra o Dr. Adalberto.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Eu agradeço ao Senador Wellington.

Senador Acir, eu vou voltar a uma questão que o senhor colocou, mas, dada a importância de uma pergunta que o Senador Wellington fez, que é de repercussão nacional, eu realmente gostaria de me posicionar muito claramente, porque fui um dos atores, talvez um de vários principais, na elaboração do Decreto 9.048.

Foi a Antaq – e eu estava como Diretor-Geral – que protagonizou, que defendeu vários avanços que acontecem nesse decreto. Foram mais de 35 reuniões...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Só um aparte.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu queria dizer que essas perguntas eu fiz também em função de ser Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem, porque a frente foi convidada para estar presente em muitas reuniões. Digo isso porque, às vezes, as pessoas não compreendem o papel, Senador Acir, de uma frente parlamentar. A função da frente parlamentar é exatamente ser a mediadora entre o Parlamento, a sociedade e o Executivo. Então, temos aí a Frente Parlamentar de Agricultura, que tem feito um belo trabalho, é a frente mais organizada... E nós, inclusive, nascemos dentro da Frente Parlamentar de Agricultura, praticamente copiando aquilo que a Frente Parlamentar de Agricultura tinha, em termos de organização. E penso que esse setor é um setor tão importante, que precisa, inclusive, de mais apoio na organização, para que os resultados venham para o Brasil. Ou seja, essa eficiência da Frente Parlamentar de Agricultura tem ajudado muito. Tanto é, que a nossa agropecuária brasileira se desenvolveu muito, em função também do trabalho legislativo que foi feito através do apoio e do acompanhamento da Frente Parlamentar de Agricultura, tão forte. A Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados e aqui também, no Senado, com cada um procurando fazer o seu papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Como eu estava falando, foram quase 40 reuniões, com mais de 20 pessoas. Lideradas por quem? Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Então, havia representantes do Ministério dos Transportes, da Antaq e da SNP (Secretaria Nacional de Portos), que é vinculada ao Ministério dos Transportes. Nós conseguimos inúmeros avanços. Vou citar um. Para se ter outorga de um terminal privado, como é que era operacionalizado, Senador Roberto Rocha, no passado? A empresa dava uma entrada na Antaq; a Antaq fazia um anúncio público. Aguardava 30 dias. Se estivesse tudo o.k. e não houvesse um segundo interessado, enviava para a antiga SEP, ou SNP. Lá ela fazia a viabilidade locacional e depois devolvia para a Antaq. A Antaq solicitava...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, mais uma interrupção.

É que nós temos agora uma audiência lá no Ministério da Fazenda. É um assunto extremamente importante para o Brasil, que é a questão da Lei Kandir, a compensação. Eu estou aqui, queria até pedir, ou permitir, que as respostas às minhas perguntas pudessem ser interrompidas, para que o Senador pudesse até fazer as perguntas e ele também estar presente com a gente lá nessa audiência, que é fundamental. Da minha parte, não tem problema nenhum ser interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – A sugestão de V. Exª é que primeiro responda às suas questões?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Não. É que o Senador pudesse fazer as perguntas também e ele respondesse junto.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – É que abra para o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – O.k.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Agradeço muito a gentileza, Presidente.

Objetivamente, seriam duas perguntas. O Porto de Rio Grande, Dr. Adalberto, bateu recordes de movimentação no ano passado. Foram 41 milhões de toneladas, com aumento de 8% em relação aos anos anteriores. Entretanto, nós estamos enfrentando um problema no Rio Grande do Sul, que é a questão do calado. Gostaria de saber de V. Exª se já conhece bem o nosso problema no Rio Grande do Sul. Por exemplo, o calado mínimo de que nós precisamos é 14m. O ideal seria 18m. Trabalha-se lá apenas com 12m. V. Exª, assumindo agora o cargo – e terá o meu voto, naturalmente –, poderá dar uma atenção especial a essa questão do calado nessas águas do sul do Rio Grande do Sul?

Uma outra pergunta é com relação a dois portos que já funcionaram muito bem em um passado meio distante, mas que hoje não funcionam praticamente. São os Portos de Estrela e Cachoeira do Sul.

São as duas perguntas, objetivamente. Gostaria de saber o que é possível fazer.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – O.k. Senador Roberto Rocha, eu vou retomar, então, só para concluir o que o Senador Wellington perguntou na primeira pergunta dele, e já entro logo em seguida... Aliás, a sua resposta é bem rápida. Vamos lá para o Rio Grande do Sul.

Conheço bem o Porto de Rio Grande, ele é estratégico para o Brasil. No caso específico da dragagem, quem tem a competência, quem toca isso aí é o Ministério dos Transportes. Qual é a nossa competência no Porto de Rio Grande? Nós fiscalizamos as atividades do porto. Não é nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

competência fiscalizar inclusive a dragagem. Não está na nossa competência. O que eu posso lhe assegurar, da minha parte: sendo aprovado, eu tenho uma agenda que vou tratar, se possível, com o Ministro dos Transportes, Valter Casimiro, que é uma pessoa extremamente atenta e que conhece...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone*.) – Conhece muito bem o Rio Grande do Sul.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Conhece muito bem. Vou tratar sobre a parte de navegação, principalmente fluvial.

Mas ali é uma mistura: é a entrada de uma navegação marítima com o final de uma navegação fluvial que precisamos inclusive incentivar. Hoje estão sendo transportados contêineres por barcaça. Houve a minha cobrança junto à empresa, no bom sentido, para provocá-la – está até um representante aqui – a fazer essa navegação. Começou com uma barcaça, está indo para duas e assim por diante.

Então, vou apoiá-lo na questão dessa dragagem porque, pelo meu conhecimento, foi contratada já, e eu vou buscar exatamente quais os empecilhos, por que isso não está efetivamente adiantado, está bem?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E com relação à Estrela e Cachoeira do Sul?

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Estrela e Cachoeira do Sul. Conheço Estrela também. Está lá no interior. É um terminal... A gente fica possesso de ver que tem a ferrovia chegando, tem a rodovia e o terminal...

O que a gente percebe é que, no caso específico, lá tem a sobreposição do DNIT e do Governo do Estado, e a gente tem é de conseguir manter melhor a dragagem para você viabilizar essa carga lá de Estrela. É algo que preocupa, porque havia sido cedida ao Município, e o Município está querendo devolver para o Estado. Pelo menos, essa é a última informação que eu tenho.

Então, eu vejo da seguinte forma: ou o Governo Federal toca aquilo lá, inicialmente por conta própria, para de repente passar para um privado num futuro próximo, depois de organizado. Isso é para viabilizar.

Especificamente Cachoeira do Sul, vou confessar, não conheço. Mas eu vejo que temos de voltar a olhar para essa navegação, haja vista que o seu Estado está sofrendo muito porque tudo quase é por caminhão.

Outra coisa que a gente briga, lá para o Porto de Rio Grande, é pelo acesso ferroviário, que é muito ruim. Inclusive pararam, durante um determinado tempo, os trens de trazerem contêineres – por trem –, porque daí fica só, eu até brinco, ao lombo de caminhão, porque caminhão, para distâncias não tão grandes, tudo bem, porque é bem pequena; já um pouco maior, lá do centro do seu Estado, tem que vir por trem. O.k?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Bom, eu queria, com a permissão do Dr. Adalberto e de todos os Senadores, sugerir aqui uma pequena inversão. Nós, em relação a essa pauta, já a concluímos praticamente e já superamos o quórum.

No entanto, nós temos aqui – inclusive, eu sou o relator – uma outra indicação, para a Aneel. Para evitar que a gente perca a oportunidade do quórum, uma vez que após a votação corremos o risco de sairmos para outros compromissos, coloco ao Plenário, aos Senadores, a sugestão de inverter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pauta, para que eu possa ler rapidamente este relatório e, em seguida, a gente retoma essa discussão e votação.

Se assim concordarem, quero convidar o Senador...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu sugiro que abra o painel e conclua.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – O painel já foi aberto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não, é abrir e encerrar a votação, concluir, e aí a gente pode...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Mas aí é porque está em discussão. Há algumas perguntas e respostas a serem feitas.

Então, eu quero, se houver a concordância de todos, sugerir que fosse feito isso. A gente faz a leitura rápida, breve, encerra a discussão, votação, e esgota definitivamente esta pauta.

Eu queria convidar o Senador Lasier para ocupar a Presidência para que eu possa ler rapidamente esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) –

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Reive Barros dos Santos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pronto para a deliberação.

Observações:

1. Reunião destinada à leitura do relatório.

2. Lido o relatório, será concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Presidente da República submete à consideração dos nobres Senadores, por meio da Mensagem nº 27, de 2018, a indicação do Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O Sr. Sandoval Feitosa é natural de Oeiras, Estado do Piauí, nascido em novembro de 1974.

Engenheiro Eletricista pela Universidade do Maranhão (UFMA) em 2003, o indicado ao cargo de Diretor da Aneel possui mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UnB) e MBA em Gestão Empresarial com ênfase em Estratégia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o início de sua formação, procurou se aprofundar nos temas do setor elétrico. Foi designado, em 2007 e 2012, respectivamente, para os cargos comissionados CCT III e CCT IV, na função de Coordenador de fiscalização da operação do setor de transmissão. Em 2014, exerceu cargos de assessoria de diretoria da Aneel.

Ao longo da sua vida profissional, tem demonstrado capacidade de gestão, de liderança e de planejamento, com atuação assertiva na análise de problemas e desafios do ente regulador.

Pelo que apresenta, consideramos que o candidato atende às condições estabelecidas pelo art. 5° da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeado.

Ante o que apresento, acredito que estejamos prontos para avaliar e deliberar sobre a indicação do Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto ao cargo de Diretor da Aneel.

Esse é o relatório, do qual será naturalmente concedida vista, para que, na próxima semana, a gente possa deliberar sobre a questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Como está chegando, então, o Senador Roberto Muniz, vamos aproveitar também para adiantar a apreciação do nome do Sr. Rodrigo Limp Nascimento, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. José Jurhosa Junior.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor RODRIGO LIMP NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Jurhosa Junior.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Muniz

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Reunião destinada à leitura do relatório.

2. Lido o relatório, será concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF.

Senador Roberto Muniz, V. Exª tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, queria saudar todos aqui presentes, o Senador Roberto Rocha, e dizer que fiquei responsável por fazer esse relatório.

Foi encaminhada para a apreciação dos nobres Parlamentares a Mensagem nº 26, de 2018 (Mensagem nº 509, de 2017, na origem), pela qual o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Rodrigo Limp Nascimento para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

A apreciação prévia de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional, compete ao Senado Federal, que o fará por meio de voto secreto. Esse escrutínio ocorrerá após arguição pública que, no caso em análise, é tema desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O indicado, Sr. Rodrigo Limp Nascimento, nasceu em 04 de janeiro de 1984, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. O candidato é casado e é bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade de Juiz de Fora (2007). Também é especialista em Direito Regulatório (2009) e mestre em Economia do Setor Público (2012), ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Cursa MBA Executivo em Administração na Fundação Getúlio Vargas.

Em 2007, o indicado iniciou sua experiência profissional, como servidor público, na carreira de Especialista em Regulação de Serviços de Energia na Aneel. Entre 2008 e 2015, foi designado para os cargos comissionados CCT III e CCT IV, em que desempenhou atividades de coordenação associadas aos leilões de concessão de transmissão perante a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição.

Em 2015, passou a desempenhar atividades como Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados, área XII (recursos minerais, hídricos e energéticos), após aprovação em concurso público de provas e títulos. Naquela Casa, tem prestado assessoria especializada nas áreas de energia, mineração e recursos hídricos.

Possui diversas publicações em congressos, em revistas e em mídias especializadas no setor de energia elétrica.

O Sr. Rodrigo Limp Nascimento declara estar apto a exercer o cargo de Diretor da Aneel, em face de sua formação acadêmica e experiência profissional acumulada, associada à conduta moral ilibada, não tendo sido alvo de qualquer processo administrativo ou judicial em mais de dez anos de serviço público.

Conforme art. 1º, inciso II, do Ato nº 1-CI, de 2009, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o candidato declara que:

i) possui parente de segundo grau (irmão), Sr. Gustavo Limp Nascimento, em exercício de atividade profissional na Eletrobras, entre 2003 e 2006, e posteriormente na Petrobras, ambas empresas sob regulação direta ou indireta, por meio de subsidiárias, da Aneel. Entretanto, as funções por ele exercidas não foram vinculadas à atividade profissional do indicado;

ii) não participa nem participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iii) está regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta; e

iv) não figura como réu ou autor em ações judiciais.

Pelo que apresenta, consideramos que o candidato atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual poderá ser nomeado, a depender aqui dos nossos colegas.

O processo de sua indicação cumpriu as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Portanto, esta Comissão está apta para arguir e posteriormente deliberar sobre a condução do Sr. Rodrigo Limp Nascimento ao cargo de Diretor da Aneel.

Este é o meu relatório, Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedida vista coletiva, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não sei, Senador Roberto Rocha, quem hoje está mais assoberbado de todos nós. Temos vivido aqui uma verdadeira rotatividade, na Presidência, em razão dos compromissos. O Senador Wellington está me esperando, já estamos atrasados, nós temos uma reunião agora com o Ministro da Fazenda, para falar, ainda, da tão discutida Lei Kandir. Então, quero pedir a gentileza ao Senador Valdir Raupp de assumir a Presidência. Temos ainda mais um relatório e depois o prosseguimento da sabatina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Estamos aguardando o Senador Pimentel exercer o seu direito de voto, para que possamos abrir o resultado.

Pergunto ao Diretor Adalberto Tokarski se gostaria de fazer mais algumas considerações? Algo ficou pendente das perguntas?

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Teria várias considerações, mas eu só vou fazer alguns agradecimentos, por causa do tempo.

Eu fico muito feliz porque percebo que foi a primeira vez em que vejo todo o setor portuário brasileiro, principalmente, apoiando uma indicação para Diretor da Antaq. Além disso, o Sindiporto também acabou de enviar uma carta. O Raimundo Holanda, da Fenavega, reiterou. O Sindopar também, nossos amigos lá do Pará, que são extremamente competentes, e a Usuport também reiterando.

Eu gostaria de fazer um agradecimento aos servidores da Antaq, Senador, da Secretaria Nacional de Portos e do Ministério dos Transportes, que estão acompanhando esta sabatina.

E, finalmente, no início eu não agradeci ao Deputado Baleia Rossi, que foi fundamental no apoio, assim como o senhor. Muito obrigado por nos apoiar para voltar à Antaq e brigar por vários aspectos, mas muito seriamente pela Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a você. Parabéns pelo desempenho! Se não tivesse feito um bom trabalho, certamente teria dificuldade de ser reconduzido ao posto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo ao Raimundo Holanda, que estava muito apreensivo no começo, muito preocupado com a possibilidade de o senhor não voltar para a Diretoria, que todos podem ficar tranquilos porque a Amazônia se sente contemplada com V. Sª à frente da Diretoria da Antaq.

Declaro encerrado o processo de votação.

Procederemos ao anúncio do resultado.

Solicito que abram o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Foram 16 votos; 15 favoráveis, SIM; 1 voto NÃO.

Está aprovado com ampla maioria.

Aprovada a indicação do Sr. Adalberto Tokarski para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), por 15 votos favoráveis e um contrário. Nenhuma abstenção.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para seguimento da tramitação e votação.

Agradeço a presença do Sr. Adalberto Tokarski, desejando-lhe uma exitosa missão. Sucesso!

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores, e convoco nossa próxima reunião agendada para amanhã, dia 9 de maio, às 9h, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, tendo como pauta a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013, que altera a Lei 9.277, de 10 de maio de 1996, que autoriza a União a delegar aos Municípios, aos Estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais, com o intuito de conceder isenção de pagamento de pedágio aos que possuam residência permanente ou exerçam atividades profissionais permanentes no Município em que se localiza a praça de cobrança de pedágio.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Hélio José, Romero Jucá, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Roberto Muniz, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Telmário Mota, Ronaldo Caiado, Dário Berger, Rodrigues Palma e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Otto Alencar, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor RODRIGO LIMP NASCIMENTO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Jurhosa Junior." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 15 votos favoráveis, 3 votos contrários e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Reive Barros dos Santos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 15 votos favoráveis, 3 votos contrários e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor WEBER CILONI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 21 de 2018** que: "Requer a realização de audiência pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com o Ministro de Estado da Fazenda, Eduardo Guardia, sobre o processo de privatização da Eletrobras." **Autoria:** Senador Eduardo Braga e Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Roberto Muniz, Ivo Cassol, Hélio José, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Romero Jucá e Roberto Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/15

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Audiência pública interativa.

Antes de iniciarmos a audiência pública, gostaria de informar que a população poderá participar do debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando pelo telefone 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1 da nossa pauta, para submeter à apreciação do Senado. E aí, Srs. Senadores, eu gostaria de sugerir ao Plenário – e se o Plenário aquiescer – nós ouvirmos os dois indicados primeiramente, e aí partimos para o debate com os Srs. Senadores, para que nós não façamos a apresentação do primeiro indicado e façamos o debate, depois a apresentação do segundo indicado e a participação no debate.

Então, vamos ao item 1 e ao item 2 da pauta.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2018
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor RODRIGO LIMP NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Jurhosa Junior.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Roberto Muniz
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1. Em 08/05/18, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.
2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Portanto, eu convido para participar da Mesa o Dr. Rodrigo Nascimento.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2018
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Reive Barros dos Santos.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1. Em 08/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.
2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

É importante entrar em contato com o Senador Roberto Rocha para que ele esteja presente para participar da sabatina.

Convido, portanto, o Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto para compor a Mesa, para a sabatina.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para dar mais agilidade ao processo, eu sugiro que seja aberto o painel para que os Senadores possam ir votando enquanto ouvimos os dois sabatinados e também possamos fazer os questionamentos. Trata-se só de dar mais agilidade ao processo de votação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – O Regimento determina que o painel seja aberto ao cabo da sabatina, mas o Plenário é sempre soberano.

Portanto, eu indago ao Plenário se está de acordo que procedamos como sugeriu o Senador Acir. (*Pausa.*)

Aprovada a sugestão.

Portanto, autorizo a abertura do painel para o início da votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Passo a palavra ao primeiro indicado, que faz parte do item 1 da pauta, o Sr. Rodrigo Limp Nascimento, para fazer a sua apresentação no prazo de 20 minutos.

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – Bom dia a todos!

Cumprimento o Ex^mo^ Presidente da Comissão de Infraestrutura, Ministro Eduardo Braga, o Ex^mo^ Senador e Relator da matéria, Senador Roberto Muniz, e os demais Senadores presentes, Senador Valdir Raupp, Senador Fernando Bezerra, Senador Acir Gurgacz, o Secretário do Ministério, Dr. Eduardo Azevedo, aqui presente, os servidores e diretores da Aneel, na pessoa do Dr. André Pepitone, os colegas da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que estão presentes, e os demais presentes.

Inicialmente, destaco que recebi com muita honra a indicação do Excelentíssimo Presidente da República para exercer, caso aprovado pelo Senado Federal, o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, pelos próximos quatro anos.

Tenho onze anos de serviço público integralmente dedicados ao setor elétrico. Em 2007, após a aprovação em concurso público, ingressei na carreira de Especialista em Regulação da própria Aneel, onde trabalhei por oito anos. Durante o tempo em que estive na Aneel, tive oportunidade de compreender a importância e a complexidade da regulação em um setor tão relevante para a sociedade, especialmente por se tratar de energia elétrica, que é um bem essencial ao desenvolvimento socioeconômico do País e à inclusão social.

Nesse período, tive também a oportunidade de aprender e conviver com técnicos e dirigentes extremamente capacitados e de grande compromisso com o interesse público e que contribuem para que a Aneel seja reconhecida como uma instituição de excelência.

Após aprovação em novo concurso público, ingressei, em 2015, no cargo de Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, na área de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, cargo que exerço atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Creio que a experiência na Aneel me permitiu absorver um conhecimento técnico aprofundado do setor, enquanto que o período aqui no Congresso me permitiu uma visão mais ampla, tanto de setor como de País, fruto principalmente do constante convívio com os Srs. Parlamentares.

Associada à experiência profissional, apresento minha formação acadêmica: sou graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, pós-graduado em Direito Regulatório de Energia pela Universidade de Brasília e mestre em Economia, também pela UnB. E atualmente curso MBA em Gestão de Empresas de Energia Elétrica pela Fundação Getúlio Vargas.

Tenho consciência dos desafios que se apresentam para o setor elétrico nos próximos anos. O setor passará por mudanças em seu modelo regulatório, comercial e operacional, principalmente por causa de avanços tecnológicos e aspectos socioambientais.

Os avanços tecnológicos do setor, como, por exemplo, a geração distribuída a preços cada vez mais competitivos, o armazenamento de energia, os veículos elétricos e o desenvolvimento cada vez maior das redes inteligentes, farão com que os consumidores se tornem agentes cada vez mais participativos do setor, atuando tanto na gestão da demanda como na geração da própria energia.

Esses avanços tecnológicos, associados a um crescente nível de exigência dos consumidores, deverão naturalmente conduzir para uma abertura do mercado, em que os consumidores terão maior liberdade para contratar a energia.

E, pelas questões socioambientais, verificamos, nos últimos anos, restrições para o desenvolvimento de grandes projetos hidrelétricos, com reservatório de acumulação, que sempre foi uma característica histórica do nosso modelo. Por isso, estamos passando por uma significativa mudança de nossa matriz elétrica, com o aumento da presença de geração térmica e, principalmente, de fontes alternativas, como a eólica, a biomassa e, mais recentemente, a fonte solar.

O aumento das fontes renováveis na produção de energia, com início principalmente a partir do Proinfa e intensificado com os leilões realizados a partir de 2010, vai ao encontro da sustentabilidade do setor e do cumprimento das metas assumidas pelo Brasil durante a COP 21, em Paris.

E, como exemplo do aumento da participação das fontes renováveis intermitentes, destaco a fonte eólica, que, dez anos atrás, possuía uma capacidade de cerca de 300MW, e hoje possui quase 13GW, já representando mais de 8% de nossa capacidade de geração total do País.

Tal evolução certamente ocorrerá também com a fonte solar, que atingiu, no final do ano passado, a importante marca de 1GW de capacidade instalada, que colocou o Brasil no seleto grupo dos 30 países com essa capacidade.

O setor elétrico brasileiro, historicamente, é marcado por uma grande expansão de sua capacidade de geração e transmissão e, nos próximos anos, não será diferente.

Até 2026, está previsto um aumento de cerca de 40GW de capacidade de geração, com predominância de fontes renováveis, e, pelo menos, mais 62 mil quilômetros de novas linhas de transmissão, obras que demandarão investimentos da ordem de R$300 bilhões.

E, nesse cenário de necessidade de grandes investimentos e escassez de recursos públicos para realizar tais investimentos, é essencial a participação de capital privado tanto interno como externo para que a expansão do setor ocorra como necessário. E o investidor de infraestrutura, o do setor elétrico em especial, tem uma visão de longo prazo. Por isso, é de grande importância buscarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre um ambiente de estabilidade regulatória e de segurança jurídica, pois é esse ambiente que vai trazer a segurança para que os investimentos sejam realizados.

Os resultados dos últimos leilões de geração e de transmissão realizados no final de 2017 e agora no começo de 2018 trazem otimismo para que a expansão no setor ocorra como planejado e com preços cada vez mais competitivos. Tivemos grandes deságios tanto nos leilões de geração como nos leilões de transmissão.

Com relação à expansão do sistema elétrico, temos a gestão dos contratos como uma complexa atividade desenvolvida pela agência. Para o adequado desempenho dessa atividade, é essencial clareza na definição da matriz de risco dos contratos. Os riscos devem ser alocados de maneira equilibrada, com ampla percepção daqueles que são atribuídos ao agente e daqueles que não são de responsabilidade do agente. E essa clareza na definição dos riscos pode trazer uma maior competitividade para os certames, o que naturalmente contribui para a modicidade tarifária.

Ainda no âmbito da gestão dos contratos, temos a fiscalização como uma das importantes competências da Aneel. Por ser um órgão fiscalizador, a Aneel naturalmente possui competência de aplicar penalidades, caso necessário, mas esse não deve ser o propósito principal da fiscalização da agência. Muito mais benéfica para a sociedade é a fiscalização realizada com uma participação mais ativa no processo, calcada na orientação e na prevenção de possíveis falhas e irregularidades, de modo a termos a prestação de um serviço de qualidade pelos agentes.

O modelo do nosso setor elétrico passa por um momento em que existe necessidade de reavaliar parâmetros. Já temos, inclusive, propostas em discussão no Governo e aqui no Congresso que, caso aprovadas, representarão significativas mudanças no nosso modelo, como a forma de comercialização de energia pelas distribuidoras, com a separação da contratação de lastro e energia, a formação horária de preços, a desestatização da Eletrobras com a descotização de usinas hidrelétricas e o tratamento para o risco hidrológico.

Ao citar o risco hidrológico, o famoso GSF, chamo a atenção para a judicialização do setor, muito intensificada nos últimos anos, principalmente por questões como o próprio GSF, mas também por diversas outras, como o pagamento do encargo CDE, questões de excludentes de responsabilidade de contratos e indenização de ativos de transmissão. Na minha visão, a judicialização continuará a ser um grande desafio a ser enfrentado nos próximos anos dentro do setor.

Para responder a todos esses desafios que se apresentam, é preciso termos uma agência reguladora forte e com autonomia, capaz de cumprir sua missão, que entendo pertinente citar: proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

A atuação da Aneel deve sempre se pautar por seus valores: a já citada e tão importante autonomia, um dos principais valores da agência; o compromisso com o interesse público; o diálogo constante com a sociedade; equilíbrio e isonomia em todas as suas decisões e transparência na condução dos processos.

Portanto, ciente dos desafios a serem enfrentados pela Aneel nos próximos anos, caso os Srs. Senadores entendam adequado, acredito que posso contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos da agência e do setor.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição deste Plenário para os questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Agradecemos a V. Exª.

Passamos a palavra ao Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, o segundo indicado à Diretoria da Aneel.

Faço questão de registrar aqui a presença de diversos funcionários, superintendentes, gestores da Aneel e os cumprimento na pessoa do Sr. André Pepitone, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, que se faz presente na reunião de hoje.

Com a palavra o Sr. Sandoval.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Senhoras e senhores, bom dia.

Gostaria de iniciar minha exposição cumprimentando o Exmo Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Eduardo Braga; o Exmo Sr. Vice-Presidente deste Colegiado, Senador Acir Gurgacz; o Exmo Sr. Relator de minha indicação para o cargo de Diretor da Aneel, Senador Roberto Rocha; as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A Diretoria Colegiada da Aneel, representada aqui pelo diretor...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Deixa eu apenas fazer um pequeno reparo. V. Exª, na qualidade de indicado, não indica relator, portanto, o Senador Roberto Rocha foi indicado por esta Presidência e pelos membros desta Comissão para ser Relator desta matéria. Com a palavra V. Exª.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Muito obrigado, Senador. A Diretoria da Aneel, representada pelo Diretor André Pepitone, os colegas servidores públicos da Aneel, os representantes das associações setoriais, os profissionais da imprensa, bem como o público aqui presente e aos cidadãos que nos assistem por meio da TV Senado, muito bom dia.

Devo dizer que me sinto, juntamente com os servidores de carreira da Agência Nacional de Energia Elétrica, extremamente honrado pela indicação ao cargo de Diretor da Aneel, realizada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer, atendendo à recomendação do então Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho.

Aproveito este momento também para cumprimentar o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia Dr. Moreira Franco, que tem dispensado tratamento sempre atencioso ao trabalho desenvolvido pela Aneel.

Venho a esta Comissão respeitosamente apresentar-me às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores aqui presentes para ser sabatinado para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. Gostaria, antes de minha exposição, de registrar a deferência concedida por esta importante Comissão à Aneel, pois conferiu agilidade ao processo de sabatina dos indicados para as funções diretivas da agência.

Isso evidencia, sobremaneira, o espírito público das Srªs e Srs. Senadores que contribuem, assim, para a rápida recomposição da Diretoria Colegiada da Aneel de modo a nos permitir tratar de temas relevantes de interesse da sociedade brasileira.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, rege a liturgia deste momento que devo falar um pouco de meu histórico pessoal e profissional, o que passo a fazer.

Sou engenheiro eletricista, tenho 43 anos, sou casado e tenho dois adorados filhos. A minha formação acadêmica foi basicamente instituições públicas. Realizei meu curso primário e ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médio na cidade de Teresina, capital do Piauí, onde cursei o curso médio técnico profissionalizante na então Escola Técnica Federal do Piauí.

Sou graduado em Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Maranhão, mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília, concluindo especialização em Gestão Empresarial com Ênfase em Estratégia, pela Fundação Getúlio Vargas.

Sou membro do Conselho Internacional de Grandes Sistemas Elétricos (Cigré-Brasil), entidade responsável pelo intercâmbio e desenvolvimento técnico e tecnológico e da engenharia brasileira no campo da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Antes de trabalhar como servidor público, atuei em empresas dos setores público e privado no segmento de distribuição e transmissão de energia elétrica. No setor privado, trabalhei no segmento de distribuição de energia elétrica, exercendo funções técnico-gerenciais nas áreas de operação, manutenção e construção de sistemas elétricos na Companhia Energética do Maranhão (Cemar), no período de 2001 a 2003. Destaco a importância dessa experiência, pois ocorreu no início do processo de desregulamentação do setor e também em decorrência de ter vivenciado o primeiro processo de intervenção administrativa realizado pela Aneel.

No setor de transmissão, por meio de concurso público de provas, trabalhei em empresa pública de geração e transmissão de energia elétrica, na área de manutenção de sistemas elétricos de alta e extra-alta tensão. Em minha experiência na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), desempenhei minhas funções nas instalações da companhia na cidade de Salvador e região metropolitana, no período de 2003 a 2005. Minha juventude e início de vida profissional foi, portanto, nas Regiões Norte e Nordeste do nosso Brasil.

Em 2005, fui aprovado em concurso de provas e títulos para o cargo efetivo de Especialista em Regulação da Aneel. Iniciei minhas atividades na Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da agência, área na qual respondo atualmente como titular. Na área de fiscalização, fui Coordenador da Fiscalização Técnica do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, tendo como principais atividades a realização e coordenação de diligência de fiscalização e o gerenciamento de equipes de fiscalização.

De 2014 a 2015, atendendo ao convite do então Diretor Reive Barros, fiz parte da assessoria da Diretoria da Aneel. Naquele período tive a oportunidade de ter contato com todos os temas estratégicos deliberados pela agência nas áreas de concessão, regulação, mediação e fiscalização, bem como nos temas afetos à administração da autarquia, hoje uma organização complexa que conta com mais de 600 servidores efetivos, mas num quadro ainda inferior ao previsto em sua lei de criação, de 1997, ainda mais quando se verifica o crescimento e a complexidade dos desafios do setor elétrico.

Em junho de 2015, a Diretoria da Aneel confiou-me a missão de assumir a Superintendência de Regulação de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, área responsável pela regulação, normatização e padronização da prestação do serviço público de transmissão. Foi um período de intensa produção normativa, no qual instruímos a elaboração e a publicação de diversos processos, dentre os quais destaco a condução da maior audiência pública realizada desde a criação da Aneel, que culminou com a aprovação dos procedimentos de rede que disciplinam as regras para operação do Sistema Interligado Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em fevereiro de 2017, atendendo a nova solicitação da Diretoria da Aneel, fui designado para assumir a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, unidade em que iniciei minha carreira na agência, desta vez na condição de Superintendente.

A Superintendência de Fiscalização é a área responsável pela complexa missão de acompanhar os contratos de concessão, de distribuição e transmissão, no sentido de assegurar a conformidade regulatória e, quando indispensável, a aplicação de penalidades administrativas. Essas penalidades são aplicadas de forma direta pela Agência ou mediante convênios com agências estaduais.

Cabe à nossa unidade coordenar o processo de fiscalização nos Estados que possuem convênios de descentralização com a Aneel. São eles: São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Essas, Srªs e Srs. Senadores, são as qualificações pessoais e profissionais que me fazem considerar estar à altura de exercer o importante cargo de Diretor da Aneel.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, tenho 18 anos de atuação no setor elétrico brasileiro, dos quais 13 anos de inteira dedicação à Agência. E, se me for concedida a oportunidade de passar a servir ao nosso País como Diretor da Aneel, serei o segundo servidor concursado da carreira da Agência a compor o seu quadro dirigente. Tenho a certeza de uma atuação pautada pelo diálogo e pela interação com a sociedade como pilares de uma atuação profissional e condizente com os elevados requisitos técnicos que esse desafio exige.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a minha experiência pessoal e de vida anteriormente ao ingresso na Aneel proporcionaram-me ampla visão das questões afetas à energia e ao nosso enorme País, pois, ao longo dessa jornada, adquiri sensibilidade com a questão humana dos menos favorecidos, quando da vivência nas Regiões Norte e Nordeste do País. Ademais, ao longo do exercício de minhas atividades na Agência, tive a oportunidade de conhecer as diferentes realidades de norte a sul do nosso País, verificando como a energia exerce um papel fundamental para promover o desenvolvimento em cada localidade de nossa extensão territorial.

Sem dúvida, o maior desafio do setor de infraestrutura, em especial de energia elétrica, consiste na necessidade de grandes e constantes investimentos públicos, com destaque para os investimentos do setor privado nacional e internacional.

Somente no setor de transmissão, foram contratados investimentos, no ano de 2017, da ordem de R$22 bilhões, sendo previstos, para 2018, valores dessa ordem. No segmento de geração, por meio dos leilões de energia, foram contratados 12 bilhões em 2017.

O desafio de proporcionar um ambiente propício para investimentos dessa magnitude passa pela definição de regras claras e por um clima de confiança que somente é possível ser criado com o esforço integrado entre o Governo, o Poder Legislativo e a regulação setorial.

No campo regulatório, a Aneel é, sem dúvida alguma, o grande fiador desse ambiente, o que ocorre graças ao diálogo setorial, equipe técnica qualificada e ao emprego de métodos modernos de atuação.

Destaco a modernização em curso dos procedimentos das áreas de fiscalização da Agência, com o objetivo de dar maior efetividade, agilidade e menores custos de transação para a Administração Pública e agentes regulados, de forma a prevenir falhas e melhorar a prestação do serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa metodologia tem como princípios de atuação uma maior coordenação interna na Aneel, a intensificação do diálogo setorial com os agentes e o uso intensivo de inteligência analítica de dados, de forma a identificar antecipadamente práticas não conformes, de forma a evitá-las, proceder a aprimoramentos regulatórios, bem como dar maior assertividade às diligências de fiscalização.

O setor elétrico brasileiro, seguindo tendências das sociedades modernas e em desenvolvimento, tem sido submetido nos últimos anos a pressões diversas, dentre elas a busca por maior eficiência na prestação de serviços públicos, modicidade tarifária, transformações e inovações tecnológicas, que trarão impactos em todos os segmentos do setor elétrico.

A diversificação da matriz de geração e da forma de produção de energia elétrica, hoje produzida de forma centralizada em grandes usinas hidrelétricas, ainda responde por 67% da geração atual. Entretanto, será gradativamente complementada pela geração proveniente de novas fontes renováveis – eólica e fotovoltaica – e a geração distribuída, instalada diretamente nos centros de carga, como nos telhados das residências e comércios, que já contam com 304MW instalados, distribuídos em mais de 28 mil ligações ao longo do País.

As inovações tecnológicas presentes e as que estão por vir, dentre elas o armazenamento de energia, veículos elétricos e as redes inteligentes, trarão novos modelos de negócios para as empresas, porém darão maior poder aos consumidores de energia elétrica, conferindo-lhes maior flexibilidade para gerar sua própria energia, além de autonomia e liberdade na contratação. A sociedade moderna busca maior sustentabilidade no seu modo de vida e tem, cada vez mais, discutido o relacionamento de suas indústrias com o meio ambiente. No setor elétrico não tem sido diferente.

Neste cenário de mudanças e desafios, há, em fase de discussão, diversas iniciativas de alteração e modernização do marco legal do setor elétrico brasileiro. Dentre elas, destaco as mudanças no modelo de comercialização de energia pelas distribuidoras, formação horária de preços, tratamento para o risco hidrológico, políticas de financiamento das políticas setoriais, entre outros. Esse cenário se mostra bastante desafiador e exigirá preparo e maturidade ao regulador, que deverá atuar na regulamentação das políticas públicas propostas pelo Governo e aprovadas pelo Poder Legislativo, mediante a aquiescência desta Casa.

Nesse sentido, para fazer frente a esse cenário, asseguro às senhoras e aos senhores, tendo em mente o cumprimento de sua missão e o alcance de sua visão de futuro, que a Agência elaborou o planejamento estratégico para o ciclo 2018 a 2021, após ampla colaboração de entidades e autoridades públicas e representantes do setor privado e da sociedade civil, de modo a contemplar os desafios que passarão a ser enfrentados em nossos processos. Com essas palavras, Exmo Sr. Presidente, concluo minha exposição inicial e me coloco à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores para atender aos seus questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu agradeço a participação do Dr. Sandoval.

Passo a palavra ao Senador Roberto Muniz, Relator da indicação do Sr. Rodrigo Limp Nascimento, um dos indicados para o cargo da Aneel.

Com a palavra o eminente representante do nosso glorioso Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Presidente. É um prazer grande estar aqui.

Quero parabenizar os dois indicados, o Sr. Rodrigo Nascimento e o Sr. Sandoval Feitosa Neto, pela brilhante explanação.

Tive a honra de relatar a indicação do nosso Rodrigo Limp Nascimento. No relatório fica clara a sua capacidade de atuação dentro do setor. Ele tem uma experiência vasta nessa temática, no setor de energia – como também o Dr. Sandoval. Então, quero parabenizar os dois e dizer que fico feliz de poder estar, neste momento aqui, apreciando o nome de vocês, porque este é o objetivo maior desta Casa: qualificar agências reguladoras.

É difícil a gente imaginar o ambiente moderno, contemporâneo, do setor de energia sem termos as agências reguladoras fortes, capazes de estarem adequadamente aparelhadas para construir um ambiente regulatório em que o consumidor, as empresas e o Estado possam ser demandados e em que a Agência seja um centro de convergência de soluções para o setor energético.

Queria aproveitar este instante e fazer algumas perguntas, já que realmente, das agências que conheço, quero destacar que a Aneel tem tido um papel prioritário e, muitas vezes até, inovador ao estabelecer marcos de governança dentro da sua atuação. A questão da abertura das audiências públicas, o estabelecimento da participação da população, essas audiências públicas sendo filmadas, tudo isso nos traz a certeza de que a transparência é um bem importante para o setor regulado e que também alcança esse olhar de inovação quando atrai para sua matriz produtiva esse olhar de incorporar alternativas de fontes renováveis para a produção de energia. Não é à toa que rapidamente nós conseguimos ter uma quantidade já bem razoável de energia produzida através dos cataventos – a energia eólica – e das placas fotovoltaicas. A gente percebe que há um crescimento muito grande disso.

A primeira questão que quero colocar é que a agência reguladora precisa também ajudar a ter um calendário mais planejado dos leilões.

Nós tivemos a oportunidade aqui...

Quero aproveitar a presença do Senador Fernando Bezerra para agradecer ao ex-Ministro, que teve a coragem de convocar um novo leilão, que vai ser realizado agora em agosto. Se isso não tivesse acontecido, nós teríamos um prejuízo imenso para o parque industrial da produção da energia eólica e também fotovoltaica, porque a gente fala muito de segurança jurídica, mas a segurança jurídica não acontece se você não tiver a segurança nos leilões, para que haja uma previsibilidade no comércio e na capacidade da indústria de provimento dos bens necessários para a ampliação do setor.

Então, a primeira questão é: como a Aneel pode criar um calendário de médio e longo prazo junto com o ministério para que nós não tenhamos esses soluços? Isso criou, lá no Estado da Bahia, principalmente para as empresas que produzem as torres da eólica, o problema seriíssimo da falta de solicitação de pedidos. Então, se nós não tivermos a previsibilidade desses leilões... Acho que a Aneel precisa entrar com o peso de uma agência reguladora para que esse parque industrial não sofra descontinuidade na produção. Então, como fazer isso? Eu acho que essa é a primeira pergunta, para que a gente não crie intermitência nesses leilões.

A segunda questão que eu quero trazer diz respeito a explorar um pouco mais esse novo momento, com a produção tanto renovável, mas também com a possibilidade de o consumidor fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a própria produção e o consumo. Como esse novo mercado pode se ampliar ainda mais? Pelos últimos números, me parece que 25% da energia já estava no mercado livre. É esse o número que eu tenho, não sei se é real – é dessa ordem mesmo, não é, Presidente? Então, como a gente pode ainda mais ampliá-lo, já que o setor de energia é tão bem regulado que a pressão que ele está criando, principalmente nas indústrias eletrointensivas, é muito alto.

E aí posso destacar que, todas as vezes que nós temos um déficit hidrológico, a Aneel se adianta no processo de assumir o reajuste das tarifas de energia, enquanto outros setores, tipo o setor de saneamento, ficam penalizados por serem eletrointensivos e não poderem fazer a mesma atividade, quer dizer, não têm a mesma possibilidade de recorrer a um reajustamento nas suas tarifas. Fora que isso cria um impacto em cadeia no setor produtivo muito grande e estabelece, muitas vezes, um desequilíbrio na produção de bens para nossa sociedade.

Então, a energia hoje é uma energia cara. A energia está cara, e a gente precisa ampliar – e muito – a possibilidade de que o mercado livre aconteça de uma forma mais real e que chegue ao consumidor na ponta. Eu acho que este é um grande desafio que a Aneel terá: quais são as condições para que vocês possam ampliar ainda mais para que o consumidor, tanto o individual quanto o coletivo ou a indústria, possam alcançar esse mercado livre?

Quero finalizar dizendo que nós precisamos fazer uma discussão mais aprofundada sobre a privatização. Nós temos aí uma discussão muito grande sobre a privatização da Eletrobras. Quero saber qual é a posição dos senhores. Vejo, na privatização da Eletrobras, oportunidades, mas também muitos problemas. Precisamos ver qual é a modelagem que está sendo colocada. Precisamos ter, na modelagem, uma responsabilidade para que os recursos necessários para esse novo cenário que foi colocado pelo Dr. Rodrigo Limp, de quase R$300 bilhões de necessidade de investimento... Quanto é que a privatização da Eletrobras vai colocar diretamente nesse novo ambiente de investimento? Porque, se for para trazer recurso para o Governo Federal para pagar dívidas passadas, eu acho muito melhor que a gente invista no futuro. Pegar dinheiro bom para colocar em débitos passados? Eu fico muito preocupado com essa ideia.

Além de ter a responsabilidade, ou seja, de responsabilizar esses novos entrantes no setor de energia com a assunção de compromissos de investimento futuro, é também importante ampliar – e eu percebo que há uma vontade muito grande de que essa entrada de novas empresas possa atrair também recursos para isso – o financiamento de novos projetos na questão ambiental.

O fato é: nossos rios estão morrendo. Nós estamos legando para o futuro do nosso País, do povo brasileiro, uma triste situação ambiental. Posso falar de vários rios que hoje vivem na penúria, que não podem gerar energia pela falta de investimentos na revitalização desses rios. Então, acho que esse equilíbrio entre novos recursos da privatização para a questão ambiental e, principalmente, com a obrigatoriedade de novos investimentos, poderá potencializar esse novo cenário da necessidade de novos investimentos no País.

Eu queria deixar essas questões colocadas e agradecer o Presidente pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu é que agradeço ao eminente Senador Roberto Muniz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo orador inscrito ainda não chegou. Está a caminho, está em outro evento, o Senador Roberto Rocha, Relator do eminente indicado Dr. Sandoval.

Eu sou o terceiro orador inscrito e vou fazer uso da palavra, portanto, por tempo igual ao de todos os Srs. Parlamentares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Gostaria de fazer aqui algumas colocações.

A Aneel tem, como foi mesmo dito aqui, a função de regular; tem uma função extremamente importante, que é a gestão de contratos. O que significa gestão de contratos, Senador Fernando Coelho? É exatamente gerir, por exemplo, o contrato da Abengoa, que entrou em recuperação financeira e perdeu algumas dessas suas concessões, concessões essas que sequer voltaram a ser leiloadas, como é o caso da linha Oriximiná-Parintins, no Estado do Amazonas, e de outras linhas de concessão que ela já estava comercializando, às quais, com a perda da concessão em função da recuperação judicial, a Aneel precisa dar uma destinação.

Ora, isso aconteceu há mais de dois anos. O descasamento entre a gestão contratual e o efetivo cumprimento do contrato cria um desequilíbrio que acaba gerando o quê? Um estrangulamento para o escoamento de energia hidráulica. É como se fosse um GSF com não risco hidrológico.

Portanto, a gestão precisa – e eu gostaria de ouvir dos senhores indicados sugestão nesse sentido – de um cenário de como nós podemos aprimorar. Nós temos muitas obras em atraso no setor elétrico. Isso não é herança recente; é uma herança que vem de muitos anos, fruto, inclusive, da legislação ambiental brasileira, fruto da legislação fundiária brasileira e fruto da necessidade do Brasil de ter caracterizado o que são obras do interesse nacional e da estratégia do desenvolvimento nacional, que deveriam ter um *fast track* para poderem ter os seus licenciamentos mais acelerados – de forma responsável, mas mais acelerados.

Com relação à questão de mercado regulado e mercado livre, que levantou ainda há pouco o nosso eminente Senador Roberto Muniz, eu sou um defensor do mercado livre, mas nós não podemos esquecer que, sem o mercado regulado, nós não temos capacidade de financiar as obras estruturantes do setor elétrico. Sem o mercado regulado, nós não poderemos, por exemplo, construir uma hidrelétrica como a do Rio Tapajós, que é uma hidrelétrica importantíssima, olhando para os próximos 20, 30 anos no Brasil. Sem o mercado regulado, nós não teremos como estabelecer políticas de obras estruturantes de longo prazo. Portanto, caberá ao poder concedente e à Aneel fazer esse equilíbrio permanente entre o mercado regulado, responsável por essa coisa, e a questão do mercado livre. Ouvir esse equilíbrio e essa ponderação por parte dos dois indicados é muito importante.

Tarifa. Sem nenhuma dúvida, o Brasil está vivendo um momento muito delicado de tarifa de energia elétrica desde o advento da MP 579. A MP 579 tinha como objetivo algo extremamente importante, que era retirar da parcela A da tarifa do consumidor brasileiro a depreciação de hidrelétricas que já estavam pagas. Ela acabou avançando sobre outros temas que iam além da questão da amortização de ativos que já estavam pagos. Mexeu, portanto, na conta CDE; mexeu, portanto, nas contas do subsídio cruzado dentro do setor elétrico; mexeu na RGR; mexeu em várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões, o que acabou criando um desequilíbrio fiscal entre o subsídio fiscal do Tesouro Nacional e a capacidade do setor elétrico de se autofinanciar.

Esse descompasso acabou levando a um realismo tarifário, mas a 579 criou também outro problema: as indenizações sobre os bens que foram colocados em regime de cotas, as hidrelétricas, e as linhas de transmissão, que foram colocadas sob o regime de O&M. Criaram-se, portanto, duas simbologias: RBSE e RBNI. E isso foi transferido para o consumidor, o que está impactando a nossa tarifa elétrica.

E outra questão é a da sobrecontratação do setor. O setor vem carregando contratos desde a época de Fernando Henrique Cardoso, contratos que evitaram o apagão, e esses contratos estão sobrecontratando a distribuidora, que, em um momento de crise econômica, não tem para quem vender. Para onde vai essa sobrecontratação? Para a conta da energia elétrica.

A Aneel, que é a agência reguladora responsável por isso, Pepitone, tem que ter a noção de que nós precisamos fazer um alongamento desse perfil, fazendo compensações que não impactem para o consumidor, para que não vivenciemos o que estamos vivendo, que é uma inflação de 2,8% ao ano e uma tarifa média anual aprovada pela Aneel por volta de 20% – ora, quase dez vezes acima da inflação! Isso é tarifa real. Isso é uma tarifa que está impactando o setor por falta dos subsídios do Tesouro, por falta de um alongamento do RBNI e do RBSE e por falta de um ajuste na sobrecontratação.

Portanto, ouvir sobre esta questão talvez seja o que mais interessa ao nosso ouvinte e ao nosso participante: o que vai acontecer no horizonte dos próximos anos – porque essa RBSE e a RBNI serão ainda cobradas nos próximos anos do consumidor – a fim de que esse impacto e essa realidade não perdurem?

E, por fim, se V. Exªs me permitem, eu quero falar sobre o caso específico do Amazonas.

O Amazonas tem hoje uma empresa que veio sendo penalizada por um fator de eficiência energética – ou de ineficiência energética –, em uma região absolutamente atípica, onde nós temos que distribuir pelo interior do Estado em 1,5 milhão de quilômetros quadrados, Senador Acir, ou seja, o equivalente a nove países da Europa. Em uma área desse tamanho e com as dificuldades de logística no interior da Amazônia, nós temos um padrão de eficiência energética que nós não temos como comparar com os da Região Sul e Sudeste. A glosa decorrente da ineficiência energética gerou um passivo gigantesco na Amazonas Energia, o que desequilibrou econômica e financeiramente a empresa nos últimos 10, 12 anos.

Mais do que isso, desde a contratação – com a interveniência do poder concedente, o MME – do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, a Aneel nunca havia se pronunciado com relação ao contrato *take-or-pay*. Ou seja, apenas agora, com a entrada final de Mauá 3, que ficou paralisada durante três anos, apenas em 2015, após um termo de ajustamento de conduta na Justiça Federal, foi possível retomar; e a Aneel estabeleceu uma glosa sobre esse percentual de diferença entre os cinco milhões e meio de metros cúbicos e os três milhões e meio efetivamente consumidos, que agora passarão a ser efetivamente consumidos com a entrada de Mauá 3. Isso aumentou o endividamento da Amazonas Energia ao ponto de ser uma empresa endividada da ordem de R$16 bilhões.

Ora, é óbvio que esse endividamento foi fruto de um equívoco regulatório. E, anos a fio, esses equívocos foram buscados e demonstrados à Aneel, que lamentavelmente manteve a posição e só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, na MP 814... Aí eu peço a colaboração do Senador Omar, da Senadora Vanessa e de todos os Senadores, porque essa MP 814 não trata da privatização ou da estatização, trata da reestruturação do setor elétrico em diversos setores, inclusive na parte do mercado livre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – ...no que diz respeito ao risco hidrológico, não penalizando o consumidor e, sim, a União, alongando a outorga e equacionando a desjudicialização com relação ao risco hidrológico do mercado livre.

Há outra judicialização, que é com relação à questão da taxa de retorno estabelecida num determinado período *versus* os atrasos que aconteceram. E aqui há um exemplo clássico: a linha que interliga Boa Vista a Manaus, que está contratada, com todas as suas licenças, e simplesmente uma carta de anuência da Funai foi retirada do processo e o Brasil continua tendo que gerar energia em Roraima à base de óleo diesel ou, dependendo da disponibilidade, trazer essa energia de Guri, quando o Brasil tem essas capacidades.

Por fim, perguntar sobre a questão da recuperação do atraso na entrega das obras de linha de transmissão, principalmente de Belo Monte, principalmente de Santo Antônio e Jirau, os gargalos para que possamos transmitir para o Sul e o Sudeste e, mais precisamente, para o Nordeste e o Sudeste, a energia gerada nessas hidrelétricas, no momento em que o Brasil mais precisa, sem ter que ligar as térmicas mais caras.

A última pergunta é relativa às térmicas de base. A térmica de base é aquela que, haja chuva, haja sol, haja vento, não haja chuva, não haja sol, não haja vento, funciona. E térmica de base, o ideal seria que fosse a gás natural. O Brasil tem o pré-sal, que está hoje queimando gás e reinjetando gás, e não está utilizando esse gás para gerar energia mais barata, mais limpa e mais eficiente. A pergunta que faço à Aneel, aos seus dois indicados, é sobre a perspectiva de um plano nacional para uma nova matriz energética baseada no gás natural, de que o Brasil dispõe. Eu concluo e passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos dois sabatinados, é uma alegria e uma satisfação participar aqui. Depois de tanta demora, o Governo Federal acabou remetendo os dois nomes a serem sabatinados para fazer parte dos diretores da Aneel.

Por mais que os diretores estejam lá esperneando para poder dar conta do recado, vocês são conhecedores de que é impossível, a legislação acaba atrapalhando. Mas, ao mesmo tempo, eu quero aqui parabenizar a Aneel pelos avanços que teve nos últimos anos.

Eu também tenho uma preocupação. Aos dois sabatinados trago essa preocupação, especialmente dos empresários que veem no Brasil essa oportunidade de crescimento, Sandoval, e, ao mesmo tempo, veem, nesse balanço da economia, que o PLD está baixo – vamos dizer que o valor mínimo do PLD é de quarenta e poucos reais e o valor máximo, acho, de quinhentos e poucos reais. Isso não dá segurança e também não há equilíbrio de preço no produto que se oferece no mercado que há hoje.

O que nós precisamos construir? Por mais avanço que a Aneel já tenha tido, por seus diretores, pela simplificação que houve em vários setores, em várias áreas, nós precisamos de um PLD não tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alto e nem tão baixo, Sr. Presidente. Por quê? Porque vamos dizer que qualquer um de nós ou quem está nos assistindo vá montar uma indústria e precise de energia, por causa dessa energia de que ele precisa, que preço colocará na sua matéria-prima, na que vai produzir, no seu produto industrializado? Ele vai colocar uma tarifa de quanto? Vai colocar uma tarifa de R$50, de R$100, de R$150, por mais que ele compre, porque ele precisa de mais energia, ou vai colocar uma de R$500? Então, nós precisávamos que a Aneel, que é a responsável por essa área, consiga buscar, nem tão alto e nem tão baixo, pelo menos um equilíbrio que dê segurança, Senador Eduardo Braga, para quem vai produzir. Como é que ele coloca um produto hoje no mercado com um preço e amanhã aumenta a energia e tem que colocar outro?

Portanto, tenho certeza de que vocês têm condições de fazer isso. Eu falo porque eu também sou empresário e escuto isto, Sr. Presidente, dos próprios empresários: que eles não têm segurança. Eles falam: "Não temos segurança, porque um dia tem e no outro não tem. Choveu, está baixo; faltou, está alto." E ele precisa da energia, tem que colocar e não tem como repassar o preço.

Eu queria pedir isso, porque para a Aneel, por mais que já tenha avançado, já simplificou, é importante isso, é importante essa simplificação. E, com a experiência que vocês têm nessa área, com certeza, isso vai ajudar não só a preencher as vagas de diretores, que estão abertas, mas também é importante por outra coisa, Sr. Presidente: cobrarmos do Governo, do atual Diretor da Aneel e do Ministro de Minas e Energia que mandem para cá já os outros nomes futuros porque, daqui a pouquinho, nós vamos entrar no período de hibernação, que é o período político, quando praticamente não se encontra ninguém aqui, e vamos ficar sem o Diretor-Geral da Aneel, vamos ficar sem a outra vaga que há na Aneel também. Nós temos três vagas ainda pela frente e sugeriria que V. Exª intermediasse.

Sei que, graças a Deus, está acabando a gestão do Diretor-Geral. Então, haverá uma gestão nova para que os demais diretores possam produzir mais e, ao mesmo tempo, escolher entre os diretores que têm experiência para sucedê-lo, bem como para ocupar as outras vagas que se abrirem, e que isso ser feito isso antes do mês que vem.

Então, eu queria pedir aos demais Senadores e ao Sr. Presidente da Comissão, que já foi Ministro de Minas e Energia e é uma grande liderança, que ajudasse nisso, porque a Aneel é importante não para o Senado, mas para o Brasil. Então, pela importância que tem para o Brasil, eu gostaria que os dois novos diretores da Aneel trabalhassem junto com os demais lá e junto com o superintendente e que buscassem o equilíbrio de modo a contentar todos os lados. Que não haja nem só ganhos ou só perdas, mas simplesmente segurança a todos.

Eram essas a minha recomendação e a minha solicitação aos novos diretores, em quem vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Quero informar aos Srs. Senadores que, no início dos nossos trabalhos, por uma proposição do Senador Acir aprovada pelo Plenário, a votação está aberta. Portanto, os Srs. Senadores que ainda não votaram poderão votar.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Cumprimento S. Exª o Senador Eduardo Braga pela direção dos trabalhos, o ex-Ministro de Minas e Energia, os dois sabatinados, Sandoval e Rodrigo, e todos os Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nobres Sandoval e Rodrigo, em primeiro lugar, quero parabenizá-los por serem servidores públicos federais concursados. Os dois são concursados; um é da Aneel e o outro é da Câmara dos Deputados. Creio que isso é um *handicap* altamente positivo...

Ministro, por favor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Creio que isso é um *handicap* altamente positivo a quem se propõe a estar em uma agência da importância da Aneel, sabendo do valor irrisório do cargo, da sua responsabilidade altíssima e que não pode ser um negócio, porque temos a Constituição brasileira e a Lei nº 8.112 para cada um poder cumprir, temos a Lava Jato para demonstrar que esses cargos não podem ser usados como negócio. Então, por isso e por vocês serem servidores de carreira, creio que nenhum de vocês faz parte do negócio. Nessa linha, precisamos ser cidadãos. Estamos aqui nós, servidores públicos concursados – e eu sou servidor público concursado –, como empregados do público, de quem paga imposto para sustentar o nosso salário, o nosso contracheque todo mês.

Então, baseado nessa linha e na cidadania, a primeira pergunta que eu faço a vocês: vocês acham justo o encaminhamento de vender a preço de banana a Eletrobras, ao contrário do que os Estados Unidos, a Austrália, a Alemanha, os países civilizados fazem, que é segurar...

Pessoal, por favor! Eu esperei todo mundo falar.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Não estou nervoso. Só quero meu direito de falar com silêncio.

Desconta o meu tempo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Há um orador na tribuna, e eu peço aos colegas atenção.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Então, ao contrário da teoria da cidadania, que seria defender a coisa pública tal qual os outros países civilizados do mundo. Mas o Governo brasileiro encaminha no sentido de dar a Eletrobras por preço irrisório, gerando demissões, gerando uma situação insustentável para o País com um sistema do tamanho do nosso, em que a energia que entra no Chuí é a mesma energia consumida no Oiapoque, e assim por diante. A gente verifica isso inerte. Graças a Deus, existe o Sr. Romeu Rufino, nosso Presidente da Aneel – graças a Deus! –, para poder deixar claro que é falácia que a energia vai baixar de preço. Não é verdade. A energia vai, na verdade, aumentar de preço se forem dar a Eletrobras como querem fazer.

O Senador Braga colocou isso com toda a clareza, pois fez a discussão de uma medida provisória que trata de reestruturação. Não discutiu medida provisória permitindo a privatização de um setor essencial para o Estado, que é o setor elétrico brasileiro.

Então, a primeira coisa que eu queria era ouvir a opinião de cada cidadão, de cada empregado, do povo pagador de impostos sobre essa questão, sobre como ela está sendo colocada. E também se é justo um pedido de CPI nesta Casa, assinado por 42 Senadores da República, há dois meses e meio, estar dormindo numa gaveta, para podermos fazer a discussão do processo de privatização e até hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não ter sido lido para se instalar essa CPI, para a gente poder provar por A, B, C e D, como fizemos com a questão da previdência, que essa proposta só agrada aos banqueiros, aos inimigos dos brasileiros, aos inimigos de quem paga impostos, e às pessoas que são "antibrasil". Isso porque quando Getúlio Vargas, quando Dutra, quando essas pessoas construíram esse patrimônio chamado Eletrobras não era para as pessoas trabalharem num Governo frágil como está o nosso, um Governo que quer, no afogadilho, fazer a dação de um patrimônio como é a Eletrobras.

O Ministro Braga, que está aqui, teve que falar da questão do realismo tarifário porque governos anteriores praticamente destruíram o sistema elétrico brasileiro. Estava todo mundo quebrado. Mas com relação ao realismo tarifário, eu ajudei a adequar isso numa medida provisória; ele ajudou em outra. Com isso, a gente está conseguindo recuperar, a duras penas, esse importante sistema brasileiro.

Então, é importante a gente não entrar mais nessa falácia. Eu espero que essa CPI seja instalada e que nós, com tranquilidade, possamos chamar técnicos do Governo, do Legislativo, do Judiciário e da sociedade civil para discutirmos essa questão da Eletrobras, que está na Câmara dos Deputados.

Outra questão: é notório que a China, com 30% menos radiometria, menos solimetria do que o Brasil, 30% menos radiação, tem uma produção de energia solar extremamente maior do que a nossa, extremamente mais valorizada, e que o Brasil engatinha, que o Brasil faz o jogo das pessoas que vendem o megawatt por um valor altíssimo, o das térmicas, e não investem, como deveriam investir, na energia solar no nosso Brasil. Por isso é importante a gente ouvir de vocês que vão para a Eletrobras, que são servidores públicos, servidores do público que paga o salário de vocês, qual vai ser a posição cidadã de vocês com relação à discussão da questão da energia solar neste País nosso, que não pode permanecer com essa política um tanto quanto pequena com relação à energia solar.

Está acabando o meu tempo, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Tem dois minutos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Dois minutos?

Quero falar para vocês nesses dois minutos que restam que, tendo aqui condição de instalar uma CPI, em que vão ficar provados os interesses escusos de alguns nas propostas que estão sendo encaminhadas pelo setor elétrico, então, eu queria ouvir de vocês: é digno um servidor público, seja ele concursado, como eu e vocês, seja ele nomeado, porque governo passa e o Estado fica, ir fazer negócio aproveitando-se do cargo que ocupa para poder vender o patrimônio público, que é do povo brasileiro? E o Governo passou, depois, esse cidadão sai e nada acontece com ele. Então, por isso pergunto: é digno isso? É correto isso?

A CPI do setor elétrico quer apurar exatamente a ação de alguns que estavam ocupando cargos públicos e fazendo reunião para dar o sistema brasileiro e praticamente dobrar, em algumas situações, a conta de luz para o povo brasileiro, que está nos ouvindo, porque a dona de casa, o peão que está lá, a pessoa que não tem como, praticamente, comprar a sua cesta básica vai ser a principal prejudicada caso aconteça isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Então, concluindo, quero desejar sucesso a vocês, que são servidores públicos. Não tenho nada contra vocês. O Pepitone está ali, cumprimentei-o.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que ele, assumindo a Diretoria-Geral da Aneel, possa ter uma política de cordialidade e de trabalho tal qual o Romeu Rufino tem tido com essa Casa, de independência. Eu espero que vocês tenham independência para cumprir a Constituição brasileira, a 8.112, e que não aceitem o que o padrinho de vocês vai pedir. Pode até ser um bom padrinho, que vai pedir coisa boa, mas, se for uma coisa boa que não está na 8.112 e na Constituição brasileira, não pode ser feita. Então, eu espero que vocês tenham essa independência de ação e de trabalho em nome do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Com a palavra o Senador Raupp, pelo Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, que foi Ministro também das Minas e Energia, senhores sabatinados, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, queria agradecer aqui a presença do Diretor da Aneel, André Pepitone, que notabilizou-se pelo elevado conhecimento técnico e sensibilidade com os diversos temas tratados no âmbito da Agência, qualidades que o fazem detentor do respeito e confiança de todos nós. Queria parabenizá-lo também, Presidente, porque, agora, no dia 1º de junho, a informação que me chegou é de que o Diretor André Pepitone assumirá a Presidência da Associação Ibero-Americana de Agências Reguladoras. Então, é um brasileiro da Aneel assumindo essa Presidência tão importante.

Os questionamentos que faço: primeiro, a Aneel, como agente responsável pela regulação, tem um desafio enorme sob sua competência que é a mediação de interesses entre investidores, consumidores e Governo. A universalização do acesso à energia elétrica, realizada por meio do Programa Luz para Todos, tem sido referência em diversos fóruns internacionais e representa o êxito da ação coordenada de governos e empresas do setor elétrico. Sobre os novos desafios, indago ambos os indicados.

Segundo: na posição de Diretores da Aneel, como os senhores atuariam para ampliar o acesso à energia elétrica nas regiões isoladas? Falo aqui, claro, mais da Região Norte, onde está o meu Estado de Rondônia.

Terceiro: a proposta apresentada pelo Governo Federal para desestatização da Eletrobras está adequada aos anseios da sociedade? Qual o principal desafio ao lidar como agente regulador de uma nova Eletrobras, com gestão voltada ao mercado, caso venha a ser realizada a diluição do seu capital?

Por último: a proposta de legislação apresentada na Comissão Mista da Medida Provisória 814, de 2017, avança ou retroage no aperfeiçoamento do setor elétrico? Isso vai ajudar ou vai prejudicar os consumidores de energia elétrica do Brasil?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Agradeço ao eminente Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra ao eminente Senador Flexa Ribeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – V. Exª está inscrita. É a oitava.

O Senador Flexa é o sétimo; a Senadora Vanessa é a oitava; o Senador Acir Gurgacz, o nono.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – V. Exª não pediu a sua inscrição, e o está fazendo agora.

O Senador Ataídes é o décimo.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, senhores indicados à Diretoria da Aneel, Dr. Sandoval Neto e Dr. Rodrigo Nascimento.

Presidente, V. Exª, como Ministro que foi de Minas e Energia, com toda competência que lhe é peculiar, nos deu uma aula em relação à famigerada Medida Provisória 579. É esse o número, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – É, 579.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A Medida Provisória 579 desequilibrou todo o sistema de energia do nosso País. Na realidade, à época do desgoverno da Presidente Dilma, ela dizia aos brasileiros que, com a aprovação da 579, haveria uma redução de 20% na tarifa de energia. Ao final, como eu disse, com a desestruturação do sistema, a tarifa praticamente dobrou, ao invés de reduzir. E somos nós todos, brasileiros consumidores, que estamos pagando aquela pirotecnia que era comum ao governo do PT, feita à época.

Eu queria pedir aos dois indicados à Diretoria da Aneel que me explicassem, porque somos cobrados quase que diariamente, e o Senador Eduardo Braga deve sê-lo também, assim como a Senadora Vanessa, no Pará, somos cobrados quase diariamente: por que a energia do Pará é uma das mais caras do Brasil, sendo o nosso Estado exportador de energia? Nós temos as duas maiores usinas entre as do Brasil, Tucuruí e Belo Monte, mas somos penalizados. A primeira pergunta é esta: por que a tarifa está entre as maiores?

Segundo: como se pode entender que se penalizem os consumidores do Pará com a tal famigerada bandeira tarifária? A Senadora Sandra Braga... Eu até diria a V. Exª, Senador Eduardo, que assumisse outro ministério para que a Senadora voltasse ao nosso convívio aqui. Junto com ela, nós lutamos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Lamentavelmente, a nova legislação não permitirá, mas...

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Junto com a Senadora Sandra, nós enfrentamos aqui uma batalha para que, na Amazônia, nós não tivéssemos bandeira tarifária. Na realidade, nós estávamos fazendo um pedido, e nos deram uma gota de colírio nos olhos, que era para a gente poder avançar, tirando a bandeira tarifária dos Municípios que não estivessem interligados ao Sistema Nacional, o que é a maior justiça que é feita.

Então, eu também pergunto a V. Sªs: por que motivo um Estado exportador de energia, ou seja, não é responsável pela geração térmica, que aumenta o custo da energia, que tem que ser dividido, tem a sua tarifa aumentada com essas bandeiras, já conseguido, como disse, pela Senadora Sandra Braga e por mim, que retirasse os Municípios não interligados ao Sistema Nacional?

Terceiro questionamento: como V. Sªs justificam ou entendem que um Estado exportador como o Pará ainda tenha, hoje, 27 Municípios com geração térmica sem estarem ligados ao Sistema Nacional? É penalidade para aqueles que geram e exportam energia? É a minha pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santana do Araguaia, no limite do Estado com o Tocantins, um Município que tem um potencial de crescimento enorme, no agronegócio, na mineração, não tem energia; tem lá um frigorífico que não funciona, pleno, porque não tem a capacidade de energia para tal. A Celpa fica de colocar lá os equipamentos para gerar, mas ela própria diz que precisa de uma rede, de um linhão, que está sendo feito agora. Foi feito o leilão, mas 25 anos depois de Tucuruí entrar em operação é que estão fazendo o linhão para interligar esse sistema. E nos outros, da margem esquerda do Marajó, estão chegando, mas décadas depois de o Brasil todo se beneficiar com a energia do nosso Estado.

Por último, o Senador Hélio José questionou, da forma veemente como sempre faz, a questão da necessidade de investimentos em energias renováveis, que o Brasil tem, em relação a isso, uma posição, eu diria, privilegiada em relação ao resto do mundo, tanto na eólica quanto na solar. Então, eu pergunto: quando é que vai estar liberado o sistema de compensação para o microgerador de energia, tanto eólica quanto solar, poder usar a geração de energia e ser paga a diferença entre a geração e o consumo ou então serem beneficiados, serem ressarcidos, se houver uma geração maior que o consumo?

Se já estiver, como disse o Senador Eduardo Braga, por seu conhecimento, em prática isso, pergunto: por que não divulgar? Porque nem todos... Nem todos, não, quase a totalidade dos brasileiros não têm conhecimento disto: de que podem passar a gerar energia e, com isso, serem beneficiados com a compensação dessa geração e consumo.

Eram esses os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Antes de passar a palavra à Senadora Vanessa, Senador Flexa, efetivamente, a legislação da microgeração compartilhada já está em vigor no Brasil. Isso funciona através do *smart grid* junto à concessionária. E o que há muitas vezes é uma má vontade das concessionárias em querer dinamizar isso, tanto que, no Estado do Paraná, onde uma empresa se associou à distribuidora de energia elétrica, o crescimento do uso do *smart grid* e da microgeração distribuída foi de mais de 1.000%.

Portanto, a legislação está em vigor, apenas para informação de V. Exª.

Com a palavra a eminente Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Eduardo Braga.

Primeiro, quero cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos. V. Exª é alguém que entende profundamente do setor, porque, há pouco tempo, ocupava o Ministério de Minas e Energia.

E quero dizer que, da nossa parte, temos que fazer um grande esforço para chegar e debater – não diria tecnicamente, mas debater questões que dialogam diretamente com o consumidor, porque, apesar de ser algo assim tão público, que diga respeito à sociedade, ao Brasil, é algo também que precisa ser debatido de forma muito técnica. Eu tenho feito um esforço muito grande. Gostaria de ter me preparado mais, soubesse eu, com mais antecedência, dessa audiência de hoje, mas infelizmente foi marcada apenas ontem, às 18 horas. Então, vou resumir aqui a minha participação em alguns temas relativos à Medida Provisória nº 814, que é um item que está na pauta do Congresso Nacional.

Quero dizer que olhei, Senador Eduardo Braga, o currículo dos dois, tanto do Dr. Rodrigo quanto do Dr. Sandoval. Pelo que percebemos, são pessoas técnicas, que têm toda uma formação na área de engenharia elétrica. O Dr. Rodrigo foi concursado, é da Aneel, é servidor da Aneel, assim como o Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sandoval. O Dr. Rodrigo é da Câmara dos Deputados agora, Consultor da Câmara dos Deputados certamente para essa área de energia; o Dr. Sandoval veio lá do Maranhão, da empresa de energia do Maranhão, também concursado. Ou seja, estamos diante de dois técnicos. Acho que isso é importante. Esse é o primeiro passo.

Nós precisamos qualificar tecnicamente as agências reguladoras, porque elas cumprem um papel fundamental. Afinal de contas cada uma, além de todo um conjunto de atribuições que tem, é o Procon do consumidor. Eu digo isto: elas são o Procon do consumidor.

Então, quero cumprimentar os dois e dizer que desde já acho que o currículo de ambos os credencia a estarem aqui debatendo e sendo indicados. Não há nenhum empecilho, creio eu, pelo menos de minha parte, porque há credenciais. Isso, na minha opinião, é o mais importante de tudo.

Agora, quero rapidamente falar também sobre essa Medida Provisória nº 814. Eu nesse aspecto – é um dos poucos aspectos – tenho uma divergência profunda com o nosso Senador Eduardo Braga. Mas eu vejo... Primeiro, é óbvio que não é a medida que trata da privatização. Pelo contrário. O item, na medida provisória, que colocava, recolocava a Eletrobras no Plano Nacional de Desestatização, esse foi retirado.

Entretanto, na minha ótica, é uma medida essencial e imprescindível para a privatização. Eu até ousaria dizer, essa é uma conclusão minha – minha – que, sem essa medida provisória, sem essas mudanças no marco regulatório do setor, dificilmente haverá sucesso na privatização tanto das seis distribuidoras subsidiárias quanto da própria Eletrobras. Então, de forma bem popular, essa é a medida provisória que coloca o tapete para a privatização. E são vários os aspectos, já que a gente tem muito problema em relação à medida provisória. E eu vejo falar de custo, custo, custo.

Segundo a Aneel, e aí também, não importa... Está assinado aqui pelo Diretor-Geral da Aneel. Hoje a Aneel tem três diretores, lamentavelmente. Acho que está vaga uma diretoria desde o ano passado, Senador Eduardo Braga, desde outubro, eu acho, de 2017. É um absurdo que isso aconteça, não é? Mas são três. E aqui está um material que nos subsidiou. Nós nos socorrermos à Aneel, porque de algo técnico a gente precisaria saber o impacto. E a Aneel levanta os 27 pontos que são os 27 artigos da medida provisória. E, dos 27, ela apresenta posição contrária em 19; em 19. E a razão da opinião, a razão do fato que leva à discordância foi exatamente o impacto na tarifa – não apenas, mas principalmente o impacto na tarifa. E nisso há uma projeção de aumento – eu não sei, eu não sou técnica, também não sei se é o mais importante –, de que terá um impacto significativo no aumento da tarifa de energia elétrica.

Segundo, eu vejo o seguinte – minha opinião –: setor de energia elétrica, energia não é uma mercadoria qualquer, é um insumo essencial a tudo, essencial à vida, essencial ao Estado, essencial à soberania, essencial a tudo, por isso é um setor que tem que ser regulado. Por exemplo, medicamentos no Brasil é um dos poucos setores da produção que são regulados, por quê? Porque é um setor essencial. A gente não pode permitir que o empresário do setor, o produtor estabeleça o lucro que bem entenda, porque não é uma mercadoria que as pessoas optam ou não por acessá-la. É uma mercadoria essencial, imprescindível, assim como é a energia.

Então, eu me preocupo muito com a forma como essas privatizações e mesmo como a venda de determinadas subsidiárias venham a acontecer no Brasil, as nossas seis. O Senador Eduardo colocou que, de fato, são problemas que vêm historicamente, que levaram ao endividamento da Amazonas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Energia, que é 80% do endividamento de todas as seis distribuidoras. Mas esse é um problema que tinha como ser resolvido e agora vai ser resolvido, por quê? Porque querem privatizar.

Agora, privatizar empresas que vão ter um custo de geração – e isso nós ouvimos nas audiências públicas – de R$1 mil o quilowatt, mil... E ela é comercializada a R$250.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – A R$203.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pior ainda. Comercializada a R$203. Então vai privatizar... Por isso que é R$50 mil o valor. É de R$50 mil o valor de cada distribuidora. É isso que o Governo está colocando. Aí diz: "Mas elas vão ter o compromisso de investir R$500 milhões." Onde elas vão investir isso? A de água que foi privatizada no meu Estado nunca investiu. Nunca investiu! Quando teve de investir, foi esse aí que está à Mesa, juntamente com o Governo Federal, Senador Eduardo Braga, e que foi com recurso público fazer investimento. A obrigação da empresa privada não foi cumprida, ela não investiu. Vai investir na infraestrutura para levar energia para onde, para Apuí, uma cidade com 15 mil, 20 mil habitantes, para Eirunepé, Carauari, Boca do Acre, Ipixuna? Então, não vai investir! Não vai investir! Essa é uma atividade do Estado, de segurança nacional; é isso que nós temos de entender.

Nós somos contrários à medida. E veja que a própria medida provisória se entrega, porque a medida provisória prepara não apenas a venda das seis distribuidoras, mas também a privatização da Eletrobras. Ela se entrega porque, em um artigo, ela cria o tal do Dutogas. O Dutogas é um fundo que está sendo criado para construir gasodutos no Brasil inteiro, em todas as capitais. Mas com que dinheiro? Com dinheiro público! São 20% que saem do fundo do pré-sal, que, portanto, saem da educação. Ué, mas não vai privatizar, porque o Estado não tem capacidade de investir e não tem de trazer empresa de fora com capacidade de investimento, Senador? Então, olhe as contradições que estão diante de nós.

Eu digo isso porque me preocupa, sinceramente, do ponto de vista do consumidor, a própria indenização, porque as demissões em massa, no caso da privatização da Amazonas Energia e das outras empresas, virão. São 800 demissões, que já foram anunciadas no meu Estado. Aí se inclui aqui um artigo, dizendo que poderá haver indenização por dois anos. Agora, quem vai bancar a indenização? A União. Está aqui: "A União deverá, sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira [...]." Não vai haver disponibilidade, porque nós temos a emenda constitucional do teto, que restringe os gastos públicos. Então, não haverá disponibilidade, isso não haverá! Então, o trabalhador está sendo colocado na rua.

Faço uma única pergunta aos senhores. Diante de todo um setor que vai estar privatizado, quem deveria fiscalizar é a Aneel. Se nós temos problemas hoje, problemas graves, com a empresa pública, de desvio – muitas das geradoras do nosso interior geram com óleo combustível, com óleo diesel, e é desvio de óleo para cá, desvio de óleo para lá –, já pensou se ela é privada? Vai dizer assim: "Eu gastei tanto para gerar energia." Quem vai dizer que não gastou? Como é que vai ser a fiscalização? A Aneel tem condições de fiscalizar um setor que não terá a participação do Estado? Será ele todo lá, porque, se vender, vai ser isso, e ninguém lá tem.

Então, eu perguntaria aos senhores se hoje a Aneel é uma agência preparada completamente para promover a fiscalização de um setor – como se diz aqui – não mais tão regulado, um setor que determina o mercado livre, um setor que terá iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo isso para não usar muito tempo. Meu tempo já acabou. Eu poderia falar de outras barbaridades, como a isenção, por exemplo, da escritura no CAR de empresas de energia – o Cadastro Ambiental Rural todos têm de ter, independentemente da atividade econômica – e a liberação da venda de terras para empresas de energia estrangeiras sem qualquer restrição, sem qualquer restrição! Enfim, é isso que eu colocaria aqui.

Na opinião dos senhores, haverá impacto financeiro, ou isso é lenda? Essa medida provisória não trará impacto nenhum para a tarifa? Segundo, qual é a capacidade de fiscalização da Aneel?

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu é que agradeço a V. Exª.

Antes de passar ao próximo orador inscrito, apenas na condição de Presidente da Medida Provisória 814, quero reafirmar que essa medida não trata de privatização, que ela trata da reestruturação do setor.

Com relação à questão da tarifa, a Medida Provisória 814 visa a fortalecer recursos para a modicidade tarifária, modicidade tarifária esta que é responsável pelo equilíbrio da tarifa do setor elétrico no País. Essa diferença entre o custo real gerado de energia e o que é cobrado do consumidor é subsidiado pela CCC, que é a Conta de Consumo de Combustíveis, que será mantida, inclusive por lei, dentro do custo CDE, dentro da Conta de Desenvolvimento Energético, e agora não mais com aquelas distorções regulatórias existentes anteriormente.

O resto das indagações da Senadora Vanessa os senhores indicados irão esclarecer.

Estou me colocando, desde já, contra a privatização das empresas do Norte. O Brasil bancou, via Eletrobras, toda a infraestrutura elétrica do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste. Não é possível que, neste momento, na hora em que, na Amazônia, seja em Roraima, seja no Amazonas, seja no Acre, seja em Rondônia, seja no Amapá, estamos fazendo os investimentos de infraestrutura elétrica, tenhamos de fazer a conta de TLP, portanto taxas de juros de longo prazo, que estão girando por volta de 8% a 10%, enquanto a taxa de retorno naquela região não chega a mais do que 8%. Portanto, torna-se inviável o investimento com recursos privados naquela região.

Por isso, eu me posiciono com relação à questão da Amazonas Energia e das demais concessionárias da Região Norte.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, minha saudação aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

Na semana passada, eu tive o prazer de conversar com os dois indicados e também fiz uma pesquisa com relação ao histórico de ambos. Entendo que os dois estão preparados para estar na Aneel e lá tomar decisões importantes com relação à energia elétrica brasileira. Desejo sucesso aos dois. Acredito que vão ser aprovados aqui. Vamos ver o resultado da votação.

Eu faço um questionamento específico com relação ao nosso Estado de Rondônia.

Há pouco tempo, há muito pouco tempo, Rondônia era importadora de energia elétrica, e, naquela época, nós tínhamos apagões, nós tínhamos oscilações de energia, queda de energia em todas as cidades, praticamente. Agora, Presidente, Rondônia, depois de Jirau e de Santo Antônio, é exportadora de energia elétrica, e nós continuamos a ter apagões em Rondônia e no Acre também. Há oscilação de energia elétrica no nosso Estado. Isso tem causado problemas seriíssimos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população em geral, para a indústria, para os nossos agricultores, principalmente. Há cidades em que os agricultores não conseguem manter seus resfriadores de leite ligados por conta da oscilação de energia elétrica. Então, algo tem de ser feito.

Algumas regiões não estão interligadas ainda pelo linhão. Nós temos quatro linhões que já foram prometidos há muitos anos. É aquilo que V. Exª muito bem colocou, Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – De 138kV.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – São os linhões de Presidente Médici a Costa Marques, de Jaru a Machadinho, de Ariquemes a Buritis, ligando a Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho a Extrema também. São mais de R$500 milhões. E o Governo já anunciou por várias vezes a construção desses linhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com o maior prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Senador Acir, apenas quero lembrar aos dois indicados que, desde 2015, há um decreto, assinado pelo Ministério de Minas e Energia e pela Presidência da República, admitindo colocar redes de 138kV na Região Amazônica na rede básica, exatamente para poder financiar, através de leilões, com recursos públicos e com recursos privados, essas linhas de transmissão, porque as concessionárias, pelos seus fluxos de caixa, não conseguem se financiar para fazer investimento dessa monta em linha de 138kV.

Portanto, era apenas uma pressão da Aneel junto à EPE e junto ao MME, para que um conjunto de linhas de 138kV, no Estado de Rondônia, no Estado de Roraima, no Estado do Amazonas, no Estado do Acre, no Estado do Amapá... O Amapá tem situação idêntica à de Rondônia: é superavitário em energia, mas as cidades vivem com problemas.

E mais: essas oscilações de energia ocorrem devido a um problema exatamente na rede de distribuição, que está sem investimentos e que precisa de novos circuitos alimentadores para estabilizar numa linha de 138kV. Novamente, são investimentos; esse é por parte da concessionária. Mas, se as linhas de transmissão passam a ser pela rede básica, você abre alternativa para investimentos. Por isso, eu sou contra a privatização nessas regiões.

Com a palavra V. Exª. Obrigado pelo aparte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado pela contribuição, Senador Eduardo Braga.

Eu ouvi o Dr. Sandoval colocando a perspectiva de futuro, com relação à nossa energia, de modernização etc. Eu entendo que isso é muito positivo. Mas, enquanto estamos falando dessa modernização, nós temos cidades como, por exemplo, Jorge Teixeira em que a energia que chega lá não dá para tocar os resfriadores de leite, volto a dizer.

Então, são investimentos que precisam ser feitos em caráter de urgência para a população brasileira. Não é porque nós estamos no Norte do País que nós temos de ter uma discriminação; nós temos de ter a mesma atenção que todos os outros Estados tiveram no seu passado. Esses investimentos têm de ser feitos pelo Governo. Nós não podemos deixar que esses investimentos não aconteçam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que é pior, Senador Eduardo Braga: o custo da energia elétrica nessas regiões é mais caro do que no resto do País. Então, não dá para entender. E, toda vez que nós andamos no Estado, nós somos indagados: "Rondônia tem superávit de energia elétrica, exporta energia elétrica. Nós aqui não temos energia elétrica e ainda pagamos a energia mais cara do País."

Então, é nesse aspecto que eu pergunto aos dois indicados o que a Aneel pode fazer para que a gente possa resolver esse problema em definitivo. Nós sabemos quais são os caminhos. Mas o que a Aneel está realmente fazendo para que a solução aconteça o mais rápido possível no Estado de Rondônia?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira e ao último orador inscrito, o Senador Roberto Rocha, na qualidade de Relator da mensagem referente ao Dr. Sandoval.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, bom dia!

Bom dia também aos nossos futuros diretores da Aneel!

Sr. Presidente, eu não costumo trazer papel para ler, mas hoje a minha funcionária passou aqui seis páginas.

Eu quero dizer o seguinte: a função das nossas agências reguladoras no Brasil é de fundamental importância para o nosso povo e para o nosso País. Eu queria, rapidamente, Sr. Presidente, em cinco minutos – vou ver se consigo concluir em cinco minutos –, dizer que cabe a elas zelar pela competitividade do setor e garantir a segurança jurídica necessária para atrair maiores investidores para o País. Também é papel das agências reguladoras fiscalizar a prestação de serviço das concessionárias, assegurando aos consumidores serviços de qualidade a preços justos. "As agências são uma força poderosa para regular e desenvolver mercados", fecham-se aspas, como resume o especialista Sérgio Lazzarini, professor do Insper.

Pois bem, o problema é que, ao contrário do que já acontece com as nossas estatais, não existe hoje qualquer mecanismo legal que garanta autonomia e independência a essas agências. O pior é que, como não há critérios técnicos para a ocupação de cargos de direção, o apadrinhamento político virou regras nos órgãos reguladores. Isso é fato. É importante frisar que essas agências regulam e fiscalizam setores responsáveis por mais da metade do PIB do nosso País. Os diretores respondem por decisões não apenas bilionárias, mas decisões que têm impacto direto na economia e no dia a dia de milhões de brasileiros, a exemplo da definição do índice de reajuste dos planos de saúde e das tarifas de energia.

Esse poder todo é um prato cheio para uma guerra política nada republicana, Sr. Presidente, em torno da indicação dos diretores das agências.

Eu fico feliz porque estamos diante de dois futuros diretores funcionários de carreira. E eu já votei, inclusive, a favor.

Vale lembrar que existem hoje onze vagas abertas nas diretorias das agências reguladoras. Outras seis vagas vão ter de ser preenchidas até o final deste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Senado Federal, Sr. Presidente, há um projeto do nosso Presidente Eunício Oliveira, um projeto importantíssimo que cria a Lei Geral das Agências Reguladoras. Infelizmente, esse projeto se encontra engavetado.

Eu, como Presidente da Comissão de Transparência, Fiscalização e Defesa do Consumidor do Senado Federal, sinto-me na obrigação de fazer este alerta e de chamar a atenção da própria população para que pressione seus representantes e cobre a aprovação dessa matéria, desse projeto de lei em cujo mérito eu não quis entrar por causa do tempo. Mas se trata de matéria de fundamental importância para todas as nossas agências. É um projeto de criação de uma lei geral que regulamenta todas as nossas agências.

Agências reguladoras fortes e independentes são fundamentais para a defesa dos direitos do consumidor e são fundamentais também para que consigamos fechar mais uma janela, para que a corrupção e outros malfeitos não venham a acontecer. O apadrinhamento político está na raiz da corrupção – nós sabemos disso. No caso da Petrobras, por exemplo, ele está na raiz, podemos dizer assim, do modelo criminoso entranhado na máquina pública e institucionalizado pelo governo anterior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Concluindo, Sr. Presidente, não é por menos que apresentei no ano passado proposta de emenda à Constituição, a PEC 21, de 2017, proibindo indicações políticas para cargos de natureza técnica. Espero que esse projeto seja aprovado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar e desejar sucesso tanto ao Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto como também ao jovem Rodrigo "Limpo" Nascimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu gostei do Limp. Espero que V. Sª continue limpo diante de tamanha responsabilidade que o Senado Federal e o povo brasileiro, que representamos também, estão colocando em suas mãos. Que V. Sªs façam a coisa com muita responsabilidade e, acima de tudo, com muita honestidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu não tenho pergunta a fazer, mas eu queria registrar a satisfação em ver as indicações do Dr. Rodrigo e do Dr. Sandoval feitas pelo Governo. São dois técnicos extremamente preparados, jovens e experientes que vão dar, sem dúvida nenhuma, à Aneel uma capacidade de resolução de problemas ainda maior. Portanto, quero registrar, em nome da Liderança do Governo, que ficamos satisfeitos com as indicações e que vamos tentar votar rapidamente no plenário, hoje ou amanhã, as indicações dos dois sabatinados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco Moderador/PRB - RJ) – Nós é que lhe agradecemos.

Como último orador inscrito, tem a palavra o Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Rodrigo e Sr. Sandoval, serei muito breve.

Quero cumprimentá-los de igual modo feito pelo Senador Jucá, reconhecendo a capacidade técnica de ambos. Conheço bem cada um e tive muita satisfação de, como Relator, poder fazer e apresentar o relatório da indicação do Sr. Sandoval, que tem uma passagem importante pelo meu Estado, o Maranhão.

Sr. Presidente, o Maranhão é um Estado que tem uma capacidade enorme, em função de estar próximo ao Semiárido e de ter um litoral muito grande, de produzir energia limpa, energia fotovoltaica e energia eólica. Aliás, o melhor lugar do Brasil para isso é a região dos Lençóis Maranhenses.

Sr. Presidente, fico feliz com a expectativa e a perspectiva de que a Zona de Exportação do Maranhão, a nossa Zema, em São Luís, na ilha, seja uma área que possa produzir placas de energia solar e turbinas de geradores eólicos, em razão da escala que será feita para a exportação, é claro, e também para o mercado interno, desta feita com os impostos normais.

Eu quero fazer apenas uma pergunta para cada um.

Rodrigo, a luz elétrica é uma mercadoria que está no lar de quase 100% das pessoas. No entanto, a população mais humilde paga proporcionalmente ao seu orçamento doméstico um valor muito alto. O próprio Estado do Maranhão tem a maior tarifa de energia elétrica do País, inexplicavelmente, o Estado que tem a menor renda *per capita*.

Com o objetivo exatamente de mitigar essa distorção, apresentei o PLS 260/2017, para ajustar o benefício das tarifas de energia elétrica ao orçamento dos consumidores de baixa renda, aqueles que consomem entre 50kW e 250kW por mês, praticamente um consumo de subsistência. Eu gostaria de conhecer de V. Sª quais medidas adicionais poderiam ser adotadas para tornar mais justa a tarifa social de energia elétrica.

E ao Dr. Sandoval eu queria colocar o seguinte: nós temos atuado com muito empenho para expandir o microcrédito no Estado do Maranhão. Sabemos que a energia elétrica é um dos insumos mais imprescindíveis para a produção, sobretudo no caso do empreendedor, beneficiário do microcrédito. O Banco do Nordeste do Brasil é o maior banco de microcrédito do Ocidente, e nós perguntamos, então, quais são as medidas, que outras medidas poderiam ser adotadas para reduzir o custo da energia elétrica para o microcrédito.

São essas duas perguntas, Sr. Presidente, que deixo formuladas aqui para os nossos indicados para a Aneel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra, primeiramente, para o Dr. Rodrigo Limp Nascimento, para responder os questionamentos dos dez Senadores que aqui participaram, e, logo a seguir, eu a concederei ao Dr. Sandoval.

Com a palavra o Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – Começando pelo Senador Roberto Muniz, eu compartilho a preocupação que o Senador colocou, sobre a necessidade de constante aprimoramento dos marcos de governança regulatória. Até ele remeteu um valor que eu considero talvez o mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante dos valores, juntamente com a autonomia, que é a transparência na condução dos processos.

A Aneel tem conduzido os trabalhos, sendo uma referência em quesitos de transparência. Foi a primeira agência reguladora a transmitir publicamente todas as reuniões de diretoria pela internet. Todos os processos que alteram normas passam por consultas públicas, audiências públicas, tanto presenciais como documentais. Mas, apesar de a Aneel já conduzir os trabalhos com grande transparência, é essencial esse constante aprimoramento.

Até eu destaco o projeto de lei que o Senador Ataídes citou, que foi aprovado nesta Casa e está em tramitação na Câmara dos Deputados, que é o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras, que uniformiza os critérios de governança para todas as agências, sendo que muitas das agências já atendem a alguns requisitos, outras não. Mas entendo que esse projeto certamente será um avanço para a regulação no País. Está em tramitação na Comissão Especial, na Câmara dos Deputados.

Outro ponto que o Senador colocou foi a ampliação do mercado livre. Hoje, temos cerca de 25% a 30%. Considero que a ampliação no mercado livre, sem dúvida nenhuma, vai ser um ganho para o setor, com maior eficiência, com maior competitividade. Entretanto, temos de tomar cuidado com alguns pontos, quando ampliamos o mercado livre, e o principal deles seria garantir mecanismos de financiamento da expansão da geração. Por quê? Porque, hoje, basicamente, esses mecanismos de financiamento estão todos concentrados no mercado regulado, com os leilões realizados de forma centralizada. Mas isso, de forma alguma, é um impedimento para que se avance no mercado livre. Existem propostas, inclusive em discussão no Governo, que seriam a mudança de contratação, com a separação da comercialização com contrato de lastro, que seria a segurança no fornecimento, que seria paga por todos os usuários, tanto no mercado livre como no regulado, e a contratação da energia de forma separada. Esse é um processo que precisa ser mais amadurecido. Não é para ser implementado de uma hora para outra, tem de ser testado, estudado, mas eu vejo como um caminho para se garantir o financiamento da expansão do setor com uma maior participação do mercado livre. É verdade o que o Senador colocou: hoje pouquíssimas usinas se financiam exclusivamente no mercado livre. Elas dependem dos leilões regulados para se financiar.

Sobre as bandeiras tarifárias, que ele colocou, eu vejo as bandeiras como um grande avanço da regulação no País, que entraram em funcionamento em 2015. Elas proporcionam uma sinalização aos consumidores do custo da energia naquele momento. Antes das bandeiras tarifárias, esse custo só era percebido pelos consumidores no reajuste seguinte, no ano seguinte. Ou seja, no momento em que estávamos com os reservatórios baixos, gerando muita energia térmica, que é mais cara, o consumidor só iria perceber isso no ano seguinte, ou seja, ele não teria nenhum incentivo a reduzir o seu consumo.

Concordo com o impacto que ele colocou para o setor de saneamento, porque o setor de saneamento não tem um mecanismo similar para repassar para os consumidores dele, ou seja, ele tem de pagar o custo da energia no momento em que ela ocorre, mas o produto que ele vende ele só vai ter no reajuste seguinte. Então, de fato, é preciso pensar em algum mecanismo de ajuste na questão dos consumidores, principalmente no saneamento, que se trata de um serviço público. Eu vejo até como importante uma interação maior entre as agências reguladoras, principalmente a Aneel com a ANA, que tratam de recursos hídricos, que são essenciais para os dois setores da economia. Talvez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa haver a criação de algum grupo de trabalho para apresentar alguma proposta, para minimizar esses efeitos de um setor no outro.

Há outro ponto que ele colocou: os recursos da privatização da Eletrobras para investimento na área ambiental. Uma das propostas constantes no projeto de lei encaminhado pelo Governo trata justamente de destinar uma parcela dos recursos para a revitalização do Rio São Francisco. Na proposta original, eram R$350 milhões por ano. Na semana passada, na Comissão Especial, foi apresentado o parecer do relator, que ampliou esses recursos para R$500 milhões por ano. Eu vejo esse ponto como um ganho, caso o projeto venha a ser aprovado pelo Congresso, na questão de preocupação ambiental, dos recursos de uma eventual privatização.

Agora, passo aos questionamentos do Senador Eduardo Braga sobre a gestão dos contratos. Eu vejo o caso que ele citou, da Abengoa, como uma grande lição para a gestão de contratos na agência. Realmente, eram diversas obras que estavam contratadas com a Abengoa, muitas delas necessárias para escoar a geração de usinas hidrelétricas, principalmente Belo Monte. A não conclusão das obras, o problema com a empresa, gerou impactos graves para o setor. É por isso que a Aneel já tomou algumas medidas, com uma participação mais ativa no processo de fiscalização desses contratos, acompanhando mais de perto, com encontros mensais – às vezes até com frequência maior –, para garantir que esses problemas não voltem a ocorrer. É claro que impossibilitar a volta seria ousadia demais afirmar, mas o acompanhamento mais ativo da agência na fiscalização certamente pode minimizar problemas como esses. É o mesmo caso para a distribuição. A Aneel selecionou um grupo de distribuidoras para fazer esse acompanhamento mais de perto, acompanhando os investimentos realizados, os índices de qualidade, e o resultado tem sido benéfico para o processo. O Sandoval, que é o Superintendente de Fiscalização, certamente, detalhará melhor essas questões.

Sobre os mecanismos de financiabilidade do setor, eu já coloquei que esse é, hoje, o principal empecilho para a abertura do mercado até que o consumidor residencial possa escolher o fornecedor de energia, como acontece em diversos Estados dos Estados Unidos e em praticamente todos os países da Europa. Inclusive, o consumidor residencial contrata o serviço de rede com a distribuição; há uma carteira de geradoras, e ele pode escolher aquela de quem vai comprar energia. Certamente, a competitividade pode resultar em tarifas menores e gera flexibilidade na contratação. Inclusive, existe a possibilidade de consumidores escolherem comprar mais de geradoras de fontes renováveis, mesmo pagando, às vezes, um valor um pouco acima das demais. Isso gera opções para o consumidor.

Sobre o aumento de tarifas, realmente há uma preocupação constante do regulador, e assim deve ser mesmo. Nós temos acompanhando, neste ano, reajustes muito superiores à inflação. Não há uma causa única; a tarifa é uma composição de custos.

Nós tivemos uma crise hídrica grave nos últimos anos. Esse período úmido foi um pouco melhor, mas, entre 2013 e 2017, houve um grande espaço de usinas térmicas que são mais caras, o que acaba onerando o consumidor. Tivemos também indenizações, principalmente de ativos de transmissão, como o Senador Braga colocou, que têm onerado as tarifas fortemente, em cerca de 5% a 6% ao ano, nos próximos oito anos. Inclusive, houve um caso que está judicializado; uma parcela dessa indenização está suspensa por liminar da Justiça. Temos também o GSF, que impactou bem as tarifas dos consumidores. Pelo fato da escassez hídrica, as geradoras hidrelétricas geraram bem abaixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sua garantia física, de sua capacidade, o que faz com que os consumidores regulados tenham de suprir essa energia de outras fontes mais caras. As tarifas, naturalmente, têm de ser sempre uma preocupação constante da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Agora, em relação aos atrasos de obras de transmissão, que também foi outro ponto colocado, a Aneel já avançou bastante na minha visão, alterando os prazos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – ...nos leilões de transmissão. Antes, os prazos se mostravam insuficientes, com praticamente todas as obras com atraso por questões ambientais, fundiárias, mas, de 2014, de 2015 para cá, os prazos foram dilatados, tornando-os mais aderentes à realidade do setor, às necessidades dos agentes para desenvolverem todo o processo de licenciamento. Esse foi o grande gargalo das implantações das obras de transmissão atrasadas.

Sobre a geração térmica a gás, concordo plenamente: eu vejo o Brasil com grande potencial de produção de gás. Hoje, boa parte desse gás é usada para reinjeção dentro dos próprios campos de exploração. É preciso, na minha visão, melhorarmos a infraestrutura de transporte do gás. Há, inclusive, propostas de modernização do marco regulatório do gás, que podem contribuir para que o gás seja um bem de melhor acesso para os geradores na produção da energia elétrica, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que, com o aumento da participação de fontes alternativas intermitentes, como eólica e solar, nós precisamos dessa geração térmica de base para fornecer a segurança no fornecimento de energia. E o gás me parece ser o caminho natural de expansão dessas fontes. Já houve, inclusive, leilões no ano passado que garantiram a contratação de térmicas.

O Senador Ivo Cassol colocou as variações do PLD como um problema para os empresários. De fato, são. Sobre a questão que eu coloquei anteriormente de um mercado livre não ser suficiente para viabilizar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – ... novos empreendimentos, boa parte é justamente por causa da imprevisibilidade do preço de liquidação de diferenças, o preço de curto prazo do mercado. Quando um banco vai financiar um agente e vê uma variação que, às vezes, oscila 70%, 80% em uma semana, naturalmente, vai fazer uma previsão conservadora e vai considerar menores valores de PLD. Isso naturalmente afeta a financiabilidade. Talvez uma revisão dos métodos computacionais – inclusive, já é um ponto discutido no Governo, no Ministério mais especificamente – possa contribuir para minimizar essa previsibilidade dos preços no mercado livre, no mercado de curto prazo. Temos que ter em mente também que precisamos amadurecer muito o mercado livre para atingirmos patamares de mercados internacionais, em que, muitas vezes, não há necessidade de celebrar contratos de longo prazo de energia, pois o simples PLD é suficiente para viabilizar novos empreendimentos.

O Senador Hélio José comentou sobre a Eletrobras. A Eletrobras tem uma participação histórica enorme no setor. Se, hoje, nós temos um sistema interligado de referência mundial com mais de 120 mil quilômetros de linha, boa parte é pela Eletrobras. A importância da Eletrobras é não só histórica como atual. A Eletrobras tem hoje 30% de todo parque gerador, que são da Eletrobras, das empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do grupo, e 50% de toda a rede de transmissão é do grupo Eletrobras, mas também é um fato que a Eletrobras vem perdendo um pouco de protagonismo na expansão do setor nos últimos anos. Ela não tem acompanhado, na proporção da sua participação no mercado, os leilões de geração principalmente de fontes renováveis – eólica, solar –, em que a participação da Eletrobras tem sido muito tímida.

Há, de fato, o projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que o Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – ... colocou. E, sobre a transferência do controle, eu entendo ser uma decisão do acionista, uma decisão da União, que deve ser tomada pelo Governo e pelo Congresso Nacional. O regulador deve tratar de forma isonômica, independentemente de a empresa ter controle estatal ou privado. O importante para a agência é garantir o adequado cumprimento dos contratos.

O Senador Raupp colocou os desafios do Luz para Todos. Realmente, o Luz para Todos foi e é, talvez, a principal política de governo no setor – na universalização, com certeza. Ele já atendeu mais de 3,3 milhões de unidades consumidoras, beneficiando mais de 15 milhões de famílias, mas ainda falta um pouco. Apesar de termos quase 100% – temos 99,6% – das residências com serviço de energia elétrica, esse pequeno quantitativo é justamente onde se localizam os maiores desafios, que são regiões localizadas distante das redes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM. *Fora do microfone.*) – E na Amazônia.

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – E na Amazônia, na Região Norte. Quase todos na Região Norte e um pouco no Nordeste. As áreas rurais do País já estão 100% interligadas.

Mesmo sendo um valor caro por unidade, na minha visão, devem ser envidados todos os esforços para que se busquem os 100% do fornecimento de energia elétrica porque, como já foi colocado aqui por diversos Senadores, a energia elétrica é um bem essencial, talvez o mais essencial deles. Ele é essencial inclusive para aqueles não o têm. Os produtos que eles consomem são fruto de localidades que têm energia elétrica.

O Senador Acir Gurgacz falou da qualidade de energia. Realmente, essa é uma preocupação constante da agência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – A distribuidora de Rondônia está no grupo que eu coloquei que a Aneel tem acompanhado mais de perto, mesmo não havendo um contrato de concessão celebrado. Temos hoje sete distribuidoras que são designadas prestadoras de serviço. O modelo atual, em que elas não possuem contrato de concessão, na minha visão, prejudica um pouco a atuação da agência. Você minimiza os mecanismos de incentivos regulatórios, incentivos econômicos, para que se adeque, se melhore o fornecimento de serviço pelas distribuidoras.

Apesar disso, em todas as que são do grupo Eletrobras têm sido observadas melhorias nos índices de qualidade nos últimos anos. Nos últimos dois anos, mais especificamente no último, apresentaram sinais de melhoria. Mas não é uma situação para se perpetuar o modelo atual de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

designada. Entendo que é preciso buscar uma solução, seja uma licitação de uma nova concessão – e a privatização é uma alternativa que tem que ser debatida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – Mas o modelo atual, em que as distribuidoras são apenas designadas, eu entendo não ser um modelo que deve se perpetuar. Deve-se buscar uma solução definitiva para essas áreas de concessão.

Ao Senador Ataídes também eu já respondi.

O Senador Roberto Rocha colocou sobre a energia solar. Realmente, para a energia solar o Brasil possui um potencial enorme, um dos maiores do mundo. Só para fazer um comparativo, durante muitos anos a Alemanha foi a líder mundial em produção de energia solar. E, quando se falou em potencial, o ponto da Alemanha com maior incidência de energia solar tem menor incidência do que o pior local no Brasil. E a Alemanha, durante muitos anos, foi a líder mundial em produção de energia solar. Ou seja, nós temos muito a evoluir.

De fato, nós estamos com um atraso em relação aos países já desenvolvidos na fonte solar, mas também não estamos parados. Já temos, nos últimos anos, sinais de aperfeiçoamento, seja com o sistema de compensação de energia, que o Senador Flexa Ribeiro também colocou, que foi um importante avanço da Agência Nacional de Energia Elétrica em 2012, que teve alterações em 2015 e que de fato impulsionou a geração distribuída no País. Nós temos hoje 26, 28 mil unidades consumidoras com geração solar, o que ainda é muito pouco; nós temos que chegar a cem mil, um milhão de unidades consumidoras.

Hoje nós temos uma unidade em cada quatro mil unidades consumidoras com geração solar. Só a título comparativo, a Austrália tem uma a cada seis residências com energia solar. Ou seja, nós temos muito a avançar nesse aspecto, dado o nosso grande potencial de geração solar.

Sobre a tarifa social, conheço o projeto do Senador, entendo que é um projeto que beneficia as comunidades de baixa renda, porque altera as faixas, e temos também a proposta que foi aprovada na Comissão da Medida Provisória 814, que propõe uma mudança. Ela simplifica um pouco o processo porque elimina as faixas, estabelece uma faixa única, na qual haveria isenção do pagamento da energia até 80kWh por mês; acima dessa faixa, seria a tarifa convencional da distribuidora.

Esse é um tema que será discutido no plenário da Câmara e, posteriormente, no plenário do Senado. É uma política pública, e cabe ao Congresso deliberar sobre ela.

E é até importante remeter a um desafio da regulação, que é a clareza na definição dos papéis entre os agentes. O setor elétrico tem uma governança complexa, com muitos agentes: o Ministério, que é o responsável por elaborar as políticas; a Aneel, com a sua função de regulação; o ONS, a EPE, o Congresso Nacional, diversos agentes. É preciso que cada um execute a sua função evitando sombreamentos entre as funções.

Deixe-me ver se há mais alguma. Acho que a do Senador Roberto Rocha era a última.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Para concluir.

O SR. RODRIGO LIMP NASCIMENTO – Agradeço a atenção de todos.

Caso seja conduzido por esta Casa à direção da Agência Nacional de Energia Elétrica, estou convicto de que contribuirei com o desenvolvimento do setor e com as melhores práticas regulatórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Agradeço ao indicado, Rodrigo Limp Nascimento.

Passo a palavra ao Dr. Sandoval.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Inicialmente, Presidente, gostaria de agradecer as grandes contribuições que ocorreram aqui pelos eminentes Senadores. Ao todo, houve dez contribuições, dez falas dos Senadores, e farei um exercício aqui para cotejar os principais aspectos trazidos.

O primeiro ponto que eu gostaria de destacar e que foi falado pelo Dr. Rodrigo é a forma como a Aneel atua. Nos seus 20 anos de atuação, somos considerados *benchmarking* na transparência, na forma como conduzimos nossos processos, todos precedidos de audiência pública. E eu diria um pouco mais: a Lei Geral das Agências, que está em discussão na Câmara e no Senado Federal, traz vários aspectos que a Aneel já se antecipa para incorporar nas práticas, como, por exemplo, o período mínimo de audiência pública, que na regulamentação da Aneel é de 30 dias, e nós já estamos exercitando 45 dias.

Outro aspecto que eu também queria destacar é a obrigatoriedade de que todos os nossos regulamentos passem por análise de impacto regulatório. Isso engrandece e robustece a formulação de regulamentos pela Aneel.

No que se refere ao mercado livre, de fato há um grande espaço para crescimento. Porém, como destacado pelo Presidente e ex-Ministro Eduardo Braga, há necessidade de se equilibrar, porque o mercado regulado se financia, e o mercado livre tem como uma das principais dificuldades a sua financiabilidade. E para isso eu destaco as pequenas centrais hidrelétricas: existe ainda uma grande dificuldade de participação nos leilões regulados exatamente em função da financiabilidade e da concorrência com fontes mais baratas de geração de energia elétrica.

Outro ponto também importante que foi incluído na discussão da MP 814 é a preocupação, que foi relatada, com a saúde do Rio São Francisco. O Rio São Francisco, de fato, é um rio que precisa do nosso cuidado em função dos anos de dificuldade que ele teve para manter a sua fluência natural.

Um ponto, Ministro Eduardo Braga, que eu gostaria de destacar aqui é a questão da gestão contratual da Aneel. O caso da Abengoa foi realmente uma experiência amarga que o setor elétrico passou, mas que serviu de referência, de catalisador para as novas práticas da agência. A visão da fiscalização outrora era uma visão essencialmente punitiva; hoje foi criado, no âmbito das superintendências de concessão de geração e concessão de transmissão, o acompanhamento contratual. Ou seja, até uma fronteira que consideramos ali, a emissão da licença de instalação, o empreendedor é acompanhado pela Aneel, por essas duas unidades, de forma a sobrepor vários obstáculos que ocorrem até o início da obra efetivamente: emissão de licenças, negociações com o Poder Público, contratos entre fornecedores. Então, no momento em que a obra obtém a licença, o bastão passa para a área de fiscalização, e aí, nesse momento, munidos de todas as informações que foram levantadas pela área de gestão contratual – com a nossa participação muitas vezes – passamos a fazer a fiscalização do contrato.

Um ponto que eu queria destacar como caso de sucesso para esse novo procedimento de trabalho foi a antecipação do primeiro bipolo de Belo Monte. A obra estava prevista para fevereiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2018 e conseguimos – Aneel, empreendedor e Ministério – antecipar a obra para dezembro de 2017. De fato, isso trouxe muitos ganhos para a operação do sistema interligado.

A questão das tarifas não é um assunto fácil de compreender. Temos grande dificuldade de explicar, porque é, de fato, complexo. Toda a composição das tarifas leva em conta vários componentes, indenizações – como foi falado –, o *mix* de compra de energia. E, enquanto não tivermos um sistema mais robusto sobre a perspectiva de mais fontes, fontes mais baratas, ainda a questão da tarifa sofrerá um pouco essas pressões de alta.

Uma discussão que também é recorrente é a questão dos subsídios, que precisam ser vistos com cuidado, porque, na medida em que há a realização de políticas públicas importantes por meio de subsídios – e aí uma questão relevante é que os subsídios não sofrem contingenciamento –, temos uma maior perenidade na execução de algumas políticas públicas importantes, como as que já foram citadas, e, por outro lado, temos o impacto tarifário, que tem que ser avaliado.

Hoje, no sistema de transmissão – sistema que eu acompanho um pouco mais de perto – já estamos tendo uma reversão dos atrasos. Em 2017, nós tínhamos um total de obras de 66% atrasadas. Hoje já estamos em torno de 44%. À medida que as obras foram entrando em operação, nós vamos limpando esse histórico de atrasos.

A Aneel fez um grande esforço junto com o poder concedente para fazer uma adequação dos prazos de concessão, melhorar a matriz de risco e remuneração dos investimentos. Isso fez com que tivéssemos, em 2017, dois leilões bastante exitosos de transmissão.

Sobre a questão do gás natural, concordamos também com o Ministro Eduardo Braga que precisamos inserir essa fonte energética de forma mais decisiva na nossa geração de energia elétrica. Temos um problema: temos uma infraestrutura ainda carente de escoamento da produção de gás, endereçada em parte pela Medida Provisória 814.

Bem, eu queria também destacar dois pontos trazidos pelo Senador Acir Gurgacz e pelo Presidente Eduardo Braga com relação à necessidade de desenvolvermos a infraestrutura da Região Norte do País. De fato, são regiões, sob o ponto de vista logístico, muito complicadas para implantação de obras, para deslocamentos, que é uma coisa que pode ser considerada simples. Eu estava mencionando aqui para o Presidente que fiz uma fiscalização lá e demorei um dia viajando em um barco. Então, é realmente complexo. Temos que ter um olhar diferente, e o conceito de isonomia é tratar os iguais considerando suas desigualdades. Acho importante esse discurso.

E eu queria lembrar dois pontos trazidos: o primeiro se refere a uma obra que está sob pedido de sub-rogação de CCC na Aneel, que é a LT 138 kV Silves-Itacoatiara, com investimentos da ordem de R$95 milhões – ela está sendo apreciada pela agência –, e o segundo, às obras que estão ocorrendo no Estado de Rondônia que também fazem uso dos recursos da CCC.

Essa possibilidade ocorreu por meio do Decreto 7.246, que passou a reconhecer como passíveis de reconhecimento 100% dos investimentos. São iniciativas importantes, com aparato legal, para que haja o desenvolvimento da infraestrutura local.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas essas obras estão acontecendo ou são projeto ainda, ou planejamento, com relação aos linhões? Estão em processo licitatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Em licitação, pelas empresas contratadas, no caso, a Ceron e a Amazonas Energia. Inclusive, depois da conversa que eu tive com V. Exª, entrei em contato com a minha assessoria, e eles levantaram que as etapas iniciais da obra, estudos, contratações já foram feitas e estão em apreciação da Aneel para a liberação da primeira tranche.

Por fim, eu gostaria de destacar que a questão dos investimentos em geração distribuída, notadamente energia solar, tem um campo fértil para investimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – ... no Brasil, onde possuímos, na região do Semiárido em destaque, um índice de radiação solar elevadíssimo e, portanto, um grande potencial de geração solar fotovoltaica. Entretanto, temos, nessa mesma região, a menor densidade de brasileiros empregados do País.

Então, nós temos aí uma possibilidade enorme de fazer um grande projeto de inserção social, em que nós podemos, a partir da regulamentação existente já na Aneel, gerar essa energia nesses locais que têm essa particularidade social e fazer o consumo em grandes centros dentro de uma mesma área de concessão.

Há necessidade de alguns aprimoramentos regulatórios ainda para que isso ocorra em grande escala, mas, isso feito de forma concomitante com os formuladores de políticas públicas, poderemos nesse momento endereçar as questões do microcrédito destacadas pelo Senador Roberto Rocha.

Por fim, eu finalizo, Presidente, agradecendo a oportunidade de estar aqui, na Casa, no Senado Federal, submetendo o meu nome para apreciação dos senhores para o cargo de Diretor da agência.

Muito obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Ao cumprimentar os dois sabatinados, o Dr. Rodrigo Nascimento e o Dr. Sandoval Feitosa Neto, cumprimentá-los também pela forma transparente e bastante profissional com que responderam a todas as indagações dos Srs. Parlamentares, quero apenas fazer um último destaque da importância do tema levantado pelo Senador Acir e por mim. Por exemplo, nessa ligação de Itacoatiara a Silves e à Linha de Tucuruí, o *payback* desse investimento de 95 milhões é de sete meses. Em sete meses, o *payback* está feito. Por quê? Porque nós estamos falando da substituição de 50MW de energia a óleo diesel simplesmente por energia hidráulica.

Portanto, a substituição da CCC, no caso, é deixar de produzir uma energia a R$1 mil o kilowatt e vender a 213, e passar a produzir a 240 e vender a 230. Portanto, há uma pequena diferença de R$773 para R$43 de subsídio da CCC.

São essas coisas que só o Brasil precisa enfrentar, vencer, no caso de Rondônia, no caso do Amapá, no caso do Amazonas. E é por isso que nós precisamos ter esse olhar – e aqui quero parabenizar a fala de ambos – para dizer que a isonomia tem exatamente um princípio fundamental: você não pode tratar desiguais de forma igual. Esse talvez tenha sido o grande equívoco que aconteceu com relação a esse setor na nossa Região.

Está encerrada a votação.

Eu pediria à Secretaria para que nós pudéssemos abrir o painel para termos a votação anunciada. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – SIM, 15, para o Dr. Rodrigo Nascimento; 03 NÃO.

Sandoval Feitosa: SIM, 15; 03 NÃO.

Portanto, confirmados os nomes do Sr. Rodrigo Nascimento e...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – ... do Sr. Sandoval Feitosa Neto, com 15 votos favoráveis e 3 votos contrários.

Nenhuma abstenção.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Só para pedir urgência para o plenário, se possível, ainda hoje, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Será atendido o pedido de urgência de V. Exª, obviamente que submetido ao Plenário. (*Pausa.*)

Aprovado pelo Plenário.

Assim procederemos.

Há apenas um item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 21, de 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com o Ministro de Estado da Fazenda, Eduardo Guardia, sobre o processo de privatização da Eletrobras.

Autoria: Senador Eduardo Braga e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram, (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Exatamente. Extrapauta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas V. Exª já está...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para leitura do relatório da indicação do Sr. Weber Ciloni para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2018

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor WEBER CILONI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Reunião destinada à leitura do relatório.

2. Lido o relatório, será concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, por meio Mensagem nº 31 de 2018 (Mensagem nº 520, de 2018, na origem) submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Weber Ciloni para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores da ANTT. De acordo com o art. 383 do RISF, a Comissão de Serviços de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

Estabelece o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que os membros da Diretoria da ANTT devem ser "brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos".

O *curriculum* anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Weber Ciloni, que passo a resumir.

O indicado, natural de Araraquara (São Paulo), nasceu em 1956. É formado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia de Araraquara em 1979. Informa o indicado haver realizado cursos de extensão universitária em Tratamento de Águas; Hidrologia; e Portos, Rios e Canais, todos pela Faculdade de Engenharia Civil de Araraquara, além de Processo de Construção Tradicional de Edifícios, pela FDTE/EPUSP/IPT, e Recuperação e Manutenção de Edifícios Escolares, pela FDE/SP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atual Diretor de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), tendo sido nomeado em 15 de maio de 2017, o indicado relata ter exercido diversas atividades nos setores público e privado, entre as quais destacamos: gerenciamento de programa para eliminação de gargalos, extensões e terminais na Hidrovia Tietê-Paraná; consultoria e assessoria técnica alusivos à analise urbanística dos parcelamentos do solo e empreendimentos habitacionais implantados pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo; Diretor de Operações da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo; Secretário Municipal de Serviços Públicos do Município de Araraquara; Diretor Financeiro da Empresa de Transporte Coletivo de Araraquara; Diretor Técnico do Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo; Assessor de Obras da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Supervisão e Fiscalização de Obras de Reformas e Adequações de Edificações no mercado privado; Coordenador de Licenciamento e de Operações de Controle Tecnológico da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo; Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura Municipal de Araraquara; e Conselheiro do Crea-SP.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional, a formação técnica e acadêmica do indicado.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. Weber Ciloni para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Ouço o Senador Roberto...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente, peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Pedido de vista coletiva concedido.

Atenção, marco para a próxima quarta-feira a sabatina do indicado à ANTT, tendo em vista a realização de reunião conjunta (CAE e Comissão de Infraestrutura), na próxima terça-feira, com o Ministro da Fazenda para debatermos a questão da privatização do Sistema Eletrobras.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos Srs. Senadores, das Srªs Senadoras e dos nossos convidados, Dr. Sandoval e Dr. Rodrigo, a quem parabenizo.

Convoco nossa próxima reunião para o dia 22 de maio, terça-feira, às 9h, e a reunião extraordinária para a sabatina do indicado à ANTT para a próxima quarta-feira, às 9h.

Encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima, Ângela Portela e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno, que a Política Nacional de Segurança de Barragens seja objeto de avaliação por essa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Regina Sousa. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** que: "Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo -** que: "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses." **Autoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 163, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Usaram da palavra os Senadores Paulo Rocha e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/25

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

As Srªs Senadoras e os Srs Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu participei de uma discussão ontem na CI, Comissão de Infraestrutura e lá sempre há uma discussão sobre a infraestrutura das regiões. No caso, se levantou a questão da Amazônia, das estradas etc.

Eu tenho uma sugestão e, quem sabe, acho que aqui essa sugestão é a mais adequada que é a seguinte: não sei se na Câmara – o nosso Regimento lista aí e podem não responder –, na Câmara a gente criava subcomissões dentro das comissões para tratar de assuntos específicos etc.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria, como é regional aqui...

O nosso grande problema de desenvolvimento no País e a senhora vem do Nordeste que sofre muito mais, mas também a nossa Amazônia sofre que é o problema das diferenças regionais e quase sempre, a não ser a partir do Governo Lula, mas os governos sempre pensaram a partir do Centro-Sul do País. Então, eu queria dar a seguinte sugestão: quem sabe não seria o caso da gente criar aqui ou fazer os seminários regionais – ainda há tempo – para tratar especificamente de regiões, seminários por regiões sobre tudo o que a região necessita para o seu desenvolvimento para a gente apresentar esse tipo de proposta que sair dos seminários aos candidatos a Presidente da República para que ele tenha um mínimo de compromisso com os problemas regionais do nosso País porque quase sempre os governos, na sua composição de governo, são partidos sempre concentrados no Centro-Sul do País.

Queria deixar essa sugestão aqui e quem sabe não fosse motivo de um requerimento assinado por todos nós para que promovesse, em vez de audiências públicas porque a audiência pública é mais cheia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que audiência pública é mais cheia de formalidades regimentais. É só um seminário convidando setores produtivos da região, governadores, sei lá, no sentido de pensarmos... Vamos dizer, para a gente deixar como proposta para os vários candidatos a Presidente da República nessas eleições.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paulo Rocha, primeiro quero parabenizá-lo por essa sugestão. É muito oportuna. Desde já, tomo a liberdade de dizer que nossas assessorias – a assessoria aqui da Comissão, junto com a sua assessoria, com a assessoria da Senadora Regina – poderão agora formular essa proposta para que apreciemos, em breve, na nossa Comissão de Desenvolvimento Regional. Acho que é bastante pertinente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em homenagem à Presidenta, a gente poderia começar pelo Nordeste.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pelo Nordeste, exatamente. Aí nós faríamos um ciclo. Seria um seminário. Podemos chamar de um ciclo de debates acerca de quais são os principais desafios do ponto de vista do desenvolvimento regional. Aí vamos fazer o Nordeste, o Norte, o Cento Sul etc. É um debate muito importante e necessário tendo em vista o período que nós estamos atravessando, no Brasil, essa grave crise do ponto de vista político, institucional, econômico, com repercussões muito acentuadas para as nossas regiões. Para a minha região nem se fala.

Veja, Senador Paulo Rocha, que o Nordeste experimentou pela primeira vez, nos Governos do PT, no Governo do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, um crescimento econômico extraordinário. O Nordeste chegou a apresentar uma média de crescimento maior do que a média de crescimento da economia nacional. Repito que isso foi uma façanha, isso nunca tinha acontecido, até porque o Nordeste sempre ficou invisibilizado, abandonado. A lógica do desenvolvimento nacional, como o Senador Paulo colocou aqui, era aquela lógica de se concentrar só no Centro Sul do País. Foi Lula que mudou essa lógica. Foi Lula que mudou, repito. Tanto é que isso se expressou em taxas de crescimento, no Nordeste, de forma extraordinária.

Hoje, o que nós estamos vendo, é exatamente o contrário. O Nordeste, Senador Paulo Rocha, é a Região que mais empobrece hoje em nosso País.

Então, sem maiores delongas, a sugestão do seminário é perfeita. Vamos trabalhar na formulação dessa proposta. Certo? Para que apreciemos em breve e para que possamos realizar esse ciclo de debates ainda neste primeiro semestre, Senadora Regina.

Ao final, como o Senador Paulo Rocha coloca, as propostas aqui formuladas, deliberadas, a gente poderá entregar aos candidatos a Presidente da República, inclusive ao nosso querido Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Regina, rapidamente, quero aqui também dar conhecimento de um outro tema que V. Exª vem acompanhando que é a nossa luta para termos o forró como patrimônio imaterial da cultura nacional. O ano passado

O ano passado essa demanda chegou até a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Nós realizamos, inclusive, uma audiência pública lá na cidade de João Pessoa, por ocasião da abertura do 1º Fórum Forró de Raiz – que aconteceu exatamente lá no Nordeste, na cidade de João Pessoa –, e esse movimento em curso, repito, a exemplo do frevo, quer dar ao forró, merecidamente, o *status* de patrimônio imaterial da cultura, movimento que começou – e aqui eu quero saudar o grupo Forró de Raiz, porque esse grupo, Senadora Regina, desencadeou essa luta; o fato é que já está em andamento no Iphan o pedido de registro do forró como patrimônio imaterial da cultura nacional.

Dando sequência a essa luta em prol do forró, quero informar que amanhã nós estaremos no Rio de Janeiro, quando vai ser realizado o Fórum do Forró de Raiz do Estado do Rio de Janeiro, com uma extensa programação, Senadora Regina: vamos ter audiência pública lá, da qual eu participarei, representando aqui a Comissão – audiência pública nessa quinta-feira, das 9 às 12 horas, vai ser lá no Teatro do Sesc. Nós vamos ter lá a presença, além da CDR, através da minha participação, do MinC e do Sesc do Rio de Janeiro; vamos ter, óbvio, a presença do Iphan, que é fundamental; da Prefeitura do Rio de Janeiro; de Joana Alves, que é a coordenadora geral do Fórum Nacional do Forró de Raiz, bem como outras instituições que lá se farão presentes.

O fórum vai se estender até o sábado. Constam como programação do fórum várias oficinas: "Contextualização do Fórum, debates e do registro como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro"; mais outra Mesa: "Aspectos conceituais e Matrizes do Forró: o forró e seus ritmos tradicionais"; temos ainda o tema "Forró na Mídia"; "Legislação e Sustentabilidade". E por fim vai ter, no sábado, o Fórum do Forró de Raiz, que se realiza no Estado do Rio de Janeiro, que começa nesta quinta e termina na sexta-feira com um *show* manifesto, exatamente, sabe onde, Senadora Regina? Na Feira de São Cristóvão. Pense como vai dar nordestino!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Só tem lá.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Vai ser muito bonito, viu? E uma vasta programação.

A programação aqui, a apresentação, tem Tânia Alves, Anastácia, enfim, representantes como os Três Amigos do Nordeste, o Trio Xodó, representantes de grupos de forró de todos os Estados do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero, rapidamente, mais uma vez, parabenizar, repito, o grupo Forró Raiz e todos aqueles e aquelas que se envolvem e se engajam cada vez mais nessa luta para que nós tenhamos o forró como patrimônio imaterial da cultura nacional.

Acrescento ainda aqui, Senadora Regina, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional também tem contribuído nessa luta, quando, ano passado, fez um trabalho de sensibilização junto aos Parlamentares para que eles pudessem destinar emendas ao orçamento geral da União para que o Iphan possa fazer o seu trabalho. Uma vez que nesses tempos de Emenda 95, V. Exª sabe, de congelamento de gastos, simplesmente o Iphan, os técnicos do Iphan, que têm demonstrado toda a disposição e vem fazendo todo um esforço, mas colocaram claramente para nós que o Iphan não tinha um tostão – não tinha um tostão. Daí esse trabalho que a Comissão fez e que vem surtindo efeito, Senadora Regina. É evidente que este ano nós precisamos renovar novamente para que os Parlamentares possam destinar emendas para que o Iphan tenha condições de fazer o seu trabalho, porque é um trabalho de fôlego que precisa ser feito, do ponto de vista das pesquisas, porque, enfim, é todo um trabalho que vai formular as diretrizes para a instrução técnica do registro das matrizes do forró e os seus resultados.

Então, isso exige, repito, pesquisa, um trabalho feito com muita seriedade, para que, ao final, possa ser dado ou não o reconhecimento daquilo que se pretende. No caso aqui, repito, dar ao forró a condição de patrimônio imaterial da cultura nacional.

Então, confirmo que estarei nessa quinta-feira.

Nós vamos... Por favor, os dois requerimentos.

Poderia pedir o requerimento aqui rapidamente. Vamos passar, agora, para a fase dos requerimentos.

Pedir ali à Senadora Regina para subscrever.

Por favor, leve ali para ela.

E o outro ali também.

Requeiro, nos termos do art. 96 do Regimento Interno, que a Política Nacional de Segurança de Barragens seja objeto de avaliação por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano.

Autoria do Senador Elmano Férrer. Subscrito também pela Senadora Regina, a quem eu passo, agora, Senadora Regina, a palavra para que V. Exª possa apresentar o requerimento.

Senador Elmano Férrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu estou subscrevendo, Presidenta, só para fazer andar, porque ...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Sem revisão da oradora.) – Eu estou subscrevendo, Presidenta, só para fazer andar, porque requerimento não costumamos rejeitar, a não ser quando tem muito polêmica. Então, realmente tem que se ver.

No nosso Estado, nós temos problemas com barragens. Nós tivemos um agora que desalojou muita gente. O medo de a barragem romper fez o governo tomar a providência de tirar muita gente de perto, mas, graças a Deus, ela não rompeu, já está voltando ao normal. Foi muita chuva esse ano, encheu bastante, e, como a construção é antiga, então, a preocupação do Elmano é esta: que tenha revisão dessas barragens, periódicas, seja obrigatório ter essas revisões para poder não colocar a população em risco. Então, é sempre bom esse debate, porque às vezes não tem a revisão também porque os recursos são muito pequenos, e acaba que vai ficando, e só vamos tomar providência quando já está em perigo, e não pode acontecer assim.

Então, é meritório. Por isso eu subscrevi.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senadora Regina. V. Exª tem toda razão. Esse não é um problema só do Piauí. É no Rio Grande do Norte, é no País inteiro. Daí essa iniciativa importante, que seja criada uma política aqui como ele coloca, inclusive de caráter nacional, focada exatamente nesse problema que diz respeito à questão da segurança hídrica da população, que diz respeito aqui à segurança das barragens.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento. As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ficam adiadas as demais matérias.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e três minutos do dia nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Dário Berger, Humberto Costa, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Sérgio Petecão e Ângela Portela. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** que: "Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de mais três audiências públicas para debater o andamento das obras físicas e sociais que estão sendo realizadas para conclusão do projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), principalmente às relacionados ao Eixo-Norte 1 e do Ramal do Apodi que beneficiam os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. As audiências serão realizadas em Brasília, no dia 16 de maio de 2018; e no Rio Grande do Norte e Paraíba, em data e local a definir." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Lídice da Mata. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 17 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento de nº 15, de 2018, aprovado por esta Comissão no dia 4 de abril 2018, a inclusão dos seguintes nomes: Roberto José Belém dos Santos (Roberto do Acordeon); Iranilda Santana de Oliveira Albuquerque (Deusa do Forró); e Rute Carolina da Cunha Benigno (Carol Beniguinho), para participar da audiência pública que vai debater a proposta de salvaguarda à cultura do Forró, a ser realizada no dia 30 de maio de 2018, reconhecendo a cultura do Forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Lídice da Mata. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o caput e o § 1º do art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências", para estender os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica ao consumo destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo -** que: "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses." **Autoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a fim de debater o anúncio de fechamento de centenas de agências dos Correios em todo o Brasil. Para estas audiências solicito que sejam convidados o presidente interino da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Senhor Carlos Fortner, e representante dos trabalhadores dos Correios." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Lídice da Mata. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19 de 2018 que: "Requeiro, com base no art. 71, VII da Constituição Federal, seja apresentada Consulta ao Tribunal de Contas da União no sentido de esclarecer a esta Comissão se a Lei nº 8.987/95, o Decreto nº 7.624/11 e o Plano Geral de Outorga da Secretaria de Aviação Civil consubstanciam marco normativo suficiente para a assinatura de convênio entre a Secretaria Nacional de Aviação Civil e a Prefeitura de Uberlândia visando a concessão do Aeroporto Ten. Cel. Mário César Bombonato". **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lídice da Mata

Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Quero dar boas-vindas ao nosso querido amigo, Senador Roberto Muniz, que passa a compor a Comissão na condição de suplente.

Também registro que ontem, 8 de maio, foi comemorado o Dia Nacional do Turismo. Essa data é celebrada desde 2012, quando foi sancionada a lei que instituiu esse dia para o reconhecimento e fortalecimento de uma das atividades mais importantes do nosso País.

Com o objetivo de consolidar e comemorar o Dia Nacional do Turismo, a nossa Presidente participou ontem, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, de evento promovido pela Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo, a ABBTUR, com o foco na valorização do profissional dessa área.

O evento contou com reflexões profissionais de turismólogos e diálogos com Parlamentares envolvidos com o tema do turismo no Congresso Nacional.

Vamos ao expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação de matérias.

Item 1. Não, perdoe. Do item 1 não estão presentes o autor nem o Relator.

Há matéria sobre a mesa. Trata-se de um requerimento extrapauta do Senador Antonio Anastasia. E eu passo direto à votação, para que nós possamos ter um requerimento extrapauta.

Indago aos Senadores presentes sobre a inclusão da mencionada matéria como item extrapauta e imediata votação. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, com base no art. 71, VII da Constituição Federal, seja apresentada Consulta ao Tribunal de Contas da União no sentido de esclarecer a esta Comissão se a Lei nº 8.987/95, o Decreto nº 7.624/11 e o Plano Geral de Outorga da Secretaria de Aviação Civil consubstanciam marco normativo suficiente para a assinatura de convênio entre a Secretaria Nacional de Aviação Civil e a Prefeitura de Uberlândia visando a concessão do Aeroporto Ten. Cel. Mário César Bombonato

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Peço ao autor do requerimento que leia a sua proposição, para que possamos pôr em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Lídice, agradeço muito a aquiescência de V. Exª e de nossos pares e passo à leitura do requerimento.

Requeiro, com base no art. 71, VII da Constituição Federal, seja apresentada Consulta ao Tribunal de Contas da União no sentido de esclarecer a esta Comissão se a Lei nº 8.987/95, o Decreto nº 7.624/11 e o Plano Geral de Outorga da Secretaria de Aviação Civil consubstanciam marco normativo suficiente para a assinatura de convênio entre a Secretaria Nacional de Aviação Civil e a Prefeitura de Uberlândia – em Minas Gerais, meu Estado – visando a concessão do Aeroporto Ten. Cel. Mário César Bombonato, nos termos a seguir.

Srª Presidente, o requerimento se ampara na solicitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia, que pretende os processos de concessão a seu favor desse aeroporto, atualmente em poder da Infraero, na medida em que a Infraero não vem cumprindo seus compromissos.

A prefeitura de Uberlândia, como sabemos, é a segunda cidade do Estado de Minas Gerais. O aeroporto tem um enorme movimento e a prefeitura tem condições de fazer lá, de fato, em parceria com o setor privado, obras importantes de desenvolvimento.

Para tanto, seria necessária uma consulta ao Tribunal de Contas tão somente para esclarecer que o marco normativo hoje existente seria suficiente e daria azo e suporte para que houvesse a assinatura de convênio entre o órgão federal, que é a Secretaria Nacional da Aviação Civil, e o Município de Uberlândia. E aí, daria o início às tratativas, na forma da lei.

Então, é uma consulta singela, mas que tem que ser feita ao Tribunal de Contas. E, por isso, submeto aqui a este Colegiado tal requerimento de consulta.

Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

E eu, além de concordar com esse requerimento, V. Exª na sua justificativa usa também o aeroporto de Ilhéus, na Bahia, que...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Como bom exemplo de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... também é da Infraero hoje, operado pela Infraero, e que passa também por uma discussão de passar a ser operado pela iniciativa privada ou pelo Estado.

Então, nesse sentido, se não há nenhuma manifestação em contrário, consideramos aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) –

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de mais três audiências públicas para debater o andamento das obras físicas e sociais que estão sendo realizadas para conclusão do projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), principalmente às relacionados ao Eixo-Norte 1 e do Ramal do Apodi que beneficiam os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. As audiências serão realizadas em Brasília, no dia 16 de maio de 2018; e no Rio Grande do Norte e Paraíba, em data e local a definir.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Eu o subscrevo também.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento de nº 15, de 2018, aprovado por esta Comissão no dia 4 de abril 2018, a inclusão dos seguintes nomes: Roberto José Belém dos Santos (Roberto do Acordeon); Iranilda Santana de Oliveira Albuquerque (Deusa do Forró); e Rute Carolina da Cunha Benigno (Carol Beniguinho), para participar da audiência pública que vai debater a proposta de salvaguarda à cultura do Forró, a ser realizada no dia 30 de maio de 2018, reconhecendo a cultura do Forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Ele é subscrito também por mim.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a fim de debater o anúncio de fechamento de centenas de agências dos Correios em todo o Brasil. Para estas audiências solicito que sejam convidados o presidente interino da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Senhor Carlos Fortner, e representante dos trabalhadores dos Correios.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Eu também o subscrevo.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.
Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE ABRIL DE 2018.

Às onze horas e dez minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Ivo Cassol e Dário Berger e da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Ângela Portela, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Vicentinho Alves e José Agripino. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 8, de 2018, de autoria da Senadora Ana Amélia, destinada a discutir o Plano da Macrologística do Agro, com a participação do Sr. Evaristo Eduardo de Miranda - Chefe-Geral da Embrapa Territorial. Após a apresentação do senhor expositor, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Ivo Cassol e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. Por solicitação do Senador Wellington Fagundes, com a anuência do Plenário, a Comissão aprova EXTRAPAUTA o seguinte requerimento: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, de 2018 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública, com a participação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, no dia 19 de abril do corrente ano, para tratar da Regularização Fundiária, com a entrega de títulos rurais e urbanos e autorizações para abertura de processos de requerimento de títulos rurais pelo programa Terra Legal para os municípios do Estado. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. Após a aprovação do Requerimento, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, procede à leitura do Ofício nº 65/2018 – SACRA, comunicando ao Deputado Estadual Eduardo Botelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que o Senador Wellington Fagundes representará a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal na Audiência Pública destinada a tratar da Regularização Fundiária, a ser realizada no dia 19 de abril do corrente ano. Ao final da reunião, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, revela documentos recebidos da Secretária de Finanças do Estado de Rondônia em que o ex-governador Confúcio Moura assina confissão de dívida do Estado com o Banco do Estado de Rondônia (BERON). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com a finalidade de discutir o Plano da Macrologística do Agro, em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2018, de autoria da nossa querida companheira Senadora Ana Amélia.

É uma alegria, Senadora Ana Amélia, cumprimentá-la.

É preciso, na verdade, que o Governador do Distrito Federal dê um pulinho na cidade Não-Me-Toque e fale com o presidente daquele parque de exposição, daquela cooperativa, para ele ver como é que se enfeitam os canteiros, como se enchem de flores, porque em Brasília, no passado, na época do Joaquim Roriz – não quero puxar saco de ninguém aqui –, todos os canteiros eram lindos. Hoje, infelizmente, nem os buracos da cidade estão conseguindo mais tapar. Este final de semana conversávamos com amigos gaúchos e falávamos daquela grande feira em que fui lá.

Quero aqui, mais uma vez, cumprimentá-la e agradecer o convite e participação que tive lá.

Ao mesmo tempo, para a audiência solicitada pela Senadora no Requerimento nº 8, convido o Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e Chefe-Geral da Embrapa Territorial.

Por gentileza, peço que tome assento à mesa o Dr. Evaristo.

Seja bem-vindo!

Quero cumprimentar o Sr. Eliseu Alves, ex-Presidente da Embrapa e Assessor da Presidência da Embrapa.

Deputado Luiz Cláudio, também é uma alegria! Ocupe a fileira aqui. O Deputado Luiz Cláudio é nosso grande e eterno Deputado da agricultura de Rondônia.

Hoje também estão presentes aqui Vereadores da cidade de Machadinho. Está aqui o Enocz. Por gentileza, levante-se, Enocz, Vereador de Machadinho. Nego, também se levante, assim como o Messias Fernandes, o Anésio Mota e o Gilmar. E o Carlos, Prefeito de Alta Floresta.

Carlos, sente-se aqui na frente e leve o nosso abraço para a nossa Presidente da Câmara Municipal, a Dvani Martins. Leve o nosso abraço, Enocz, para o Leomar.

Quero dizer que a choradeira está tão grande nos quatro cantos, e em Machadinho não é diferente, Enocz, porque, infelizmente, as estradas estão acabadas. Lá havia estrada nos governos passados, mas, infelizmente, as nossas estradas para Machadinho... A BR que seria feita para Theobroma só começaram há quatro anos; fizeram um pouco, deixaram o resto e está acabando. Teria de recapear, Nego, da cidade de Theobroma a Vale do Arari, e de Vale do Arari a Machadinho. Já era para ter recapeado, Vereadores, e não recapearam o asfalto. Vai ser perdido o asfalto, como está se perdendo o asfalto para Buritis. Por dentro, de Machadinho indo para Cujubim, então nem se fala. O pessoal está querendo botar fogo nas pontes do Estado.

Eu deixei o financiamento, Senadora Ana Amélia. Na época, eu e o Cahulla deixamos 168 milhões para trocar todas as pontes de madeira por pontes de concreto, mas desviaram o dinheiro para as cidades. Em Alta Floresta foi diferente. E desviaram para dentro das cidades para fazer o projeto de reeleição, e o povo acreditou e foi enganado. Então, infelizmente, as estradas estão acabadas. E não é só lá não, Enocz. Assim está nos quatro cantos do Estado de Rondônia.

Conversando aqui com o Prefeito Carlos, a cidade de Alta Floresta é uma cidade que tem uma monocultura do café clonal que chega a dar orgulho para nós, Senadora Ana Amélia.

Levamos esses dias lá o Senador Blairo Maggi e fizemos uma audiência pública na Câmara, junto com o Deputado Luiz Cláudio, sobre o café clonal. Pegamos um produtor que produz uma média de 370 sacas de café clonal por alqueire. Então, leve o nosso abraço, Carlos, para todos os produtores de Alta Floresta. A bacia leiteira também é muito grande em Alta Floresta, além de ser um dos Municípios que mais produz feijão na Região Norte. E também tem um rebanho muito grande. Leve o nosso abraço!

Prefeito Carlos, pena que também a estrada que dá acesso ao Distrito de Izidolândia e que vai por Porto Rolim de Moura, aquele pesqueiro, aquele paraíso, infelizmente, está praticamente interditada, com atoleiro para tudo quanto é lado. Então, a gente vê isso com tristeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vamos participar desta audiência pública, com a presença do Presidente da Embrapa, o Dr. Evaristo, e, ao final desta audiência, vou passar para o povo do meu Estado de Rondônia e do Brasil algo que chegou às minhas mãos.

Senadora Ana Amélia, chegaram às minhas mãos e às do Deputado Luiz Cláudio documentos da Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia, assinados pelo ex-Governador Confúcio Moura, juntamente com o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa. Pegaram uma dívida do Beron contra a qual entrei na Justiça para não pagar porque não é nossa e que está suspensa e estão assumindo essa dívida. Hoje essa dívida é de R$2,4 bilhões, e estão assumindo uma dívida para R$7,793 bilhões. Nós vamos ficar pagando esta conta, Prefeito Carlos, Enocz, Vereadores, todo mundo aqui, até 2048. Olhem a besteira que fizeram!

Desculpe-me quem defende ou defendeu este Governo do Confúcio Moura. Esse Governador deveria estar na cadeia. Rondônia é um Estado que vai ficar, em breve, como o Estado do Rio de Janeiro, por incompetência, por ingerência. Faz quatro anos que não pagam a dívida do Beron. E não estão pagando, porque eu entrei na Justiça e foi suspensa pelo Supremo. Suspenderam a dívida, que era de 25 milhões por mês. Ótimo! Mas, por assinar uma confissão de dívida que hoje é de R$2,4 bilhões para R$7 bilhões, esse pessoal deveria ser preso e ficar incomunicável, porque é inaceitável. Inaceitável!

E, gente, hoje a situação da dívida do Estado de Rondônia projetada pela STN vai para R$19 bilhões. Gente, são três orçamentos do Estado de Rondônia com todos os Poderes, com tudo junto! É um absurdo o que fizeram e estão fazendo com o Estado de Rondônia.

Então, Deputado Luiz Cláudio, antes de começar a audiência, só para o senhor poder complementar.

E alguém pode perguntar o que tem a ver a Comissão de Agricultura com isso tudo, Senadora Ana Amélia. É que sem dinheiro não se faz agricultura, não se faz estrada, não se faz desenvolvimento e não se leva progresso.

Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Senador Ivo Cassol, realmente é um dado preocupante para Rondônia. Eu não concordo com essa confissão de dívida do Governo do Estado, feita em outubro de 2017 e aprovada pela Assembleia Legislativa.

O senhor tem total razão. Eu também tive acesso a toda essa documentação. Essa documentação inviabiliza de vez o Estado de Rondônia. Só o Beron vai para R$7,7 bilhões, como o senhor falou, começando a pagar neste ano de 2018: serão R$139 milhões neste ano, e isso vai até o ano 2048.

Senador, temos de acudir Rondônia. Não podemos deixar o Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda homologar essa dívida. Senão, depois, nós não teremos condições de buscar nenhum financiamento. Ou seja, a capacidade de endividamento do Estado de Rondônia já vai para 44%. Portanto, Senador Cassol, vamos impedir que o Governo Federal reconheça essa dívida. Temos de brigar no Supremo para que se reveja essa dívida. Isso é um absurdo, como o senhor disse.

Estive na nossa cidade Rolim de Moura, e 200 empresas fecharam neste ano; 200 comércios de pequenas empresas. Os Municípios do interior do Estado estão todos com dificuldade. Como o próximo Governador vai fazer o que o Estado precisa?

Isso é um absurdo! Eu também não aceito isso, não concordo e, como Deputado Federal, quero me somar a V. Exª para gente impedir esse absurdo que inviabiliza de vez o nosso Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Deputado Luiz Cláudio.

E vou dizer mais: aproveite a oportunidade, novo Governador de Rondônia, Daniel Pereira, que era Vice-Governador! Aproveite a oportunidade e faça uma faxina neste Governo da corrupção, da incompetência – era da cooperação! – e que quebrou o Estado, endividou o Estado! O Sr. Confúcio Moura, ao invés de ficar andando no Estado de Rondônia... Para as eleições deste ano, deveria, na verdade, inverter: andar no Estado de Rondônia e pedir perdão para o povo de Rondônia por ter enganado o povo do meu Estado.

Peço desculpas à Senadora Ana Amélia e aos demais, mas eu não posso aceitar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tanto o é que vou aproveitar hoje e fazer pronunciamento no plenário do Senado Federal apresentando todos esses dados, porque o povo do meu Estado não merece essa situação em que estão deixando o povo do Estado de Rondônia.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Quero pedir aqui, aproveitando esta oportunidade na Comissão de Agricultura do Senado Federal, Senador, para pedir ao novo Governador, Daniel, que não assine essa dívida. Ele tem de somar conosco para a gente brigar no Supremo Tribunal Federal e rever essa dívida e não aceitar e já colocar o cronograma de pagamento dessa dívida. Então, ao novo Governo Daniel Pereira peço que não assine, que não concorde com isso. Venha! Estamos aqui à disposição com os Deputados, com o Senador, com toda Bancada, para ajudar o nosso Estado, Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tanto é verdade, Senadora Ana Amélia, que, quando o Presidente Michel Temer esteve ao final do ano em Rondônia, quando fomos inaugurar o Hospital de Câncer de Barretos, se não estou enganado, estávamos eu, o Senador Raupp, o Deputado Luiz Cláudio e o Governador Confúcio Moura. Ele falava em assumir a dívida, e eu falei para ele junto com o Presidente que não assumisse a dívida, que se levantasse primeiro e brigasse até no último instante no Supremo Tribunal Federal, mas, infelizmente, estão quebrando o nosso Estado.

Nós vamos debater mais sobre isso. Deputado Luiz Cláudio, obrigado.

Agradeço a compreensão do nosso convidado, Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e Chefe-Geral da Embrapa Territorial.

Obrigado por atender ao nosso convite.

Primeiro, vou passar para a Senadora Ana Amélia, a autora do requerimento. É uma Senadora atuante e presente aqui, companheira de todas as horas. Senadora, fico feliz em ser seu colega aqui no Senado Federal, defendendo os interesses do povo brasileiro, dos produtores e da nossa Embrapa.

Infelizmente, a nossa Embrapa, nos últimos tempos, tem andado de bengala, tem andado de bengalinha, porque vem se arrastando, quando, na verdade, deveria ter dinheiro para ter mais investimentos e mais conhecimento de tudo.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Serei breve, porque ao meio-dia haverá um lançamento importante de um livro, precisamente do nosso mestre Eliseu Alves, que dispensa apresentações.

Então, é uma honra tê-lo aqui na exposição do Dr. Evaristo de Miranda, que também traz uma contribuição extraordinária para a produção agropecuária brasileira, em relação aos grandes interesses sobretudo do marco territorial da ocupação dos espaços.

Nós temos pouca informação confiável nessa matéria, o que permite o uso indevido de um discurso, às vezes, ideológico, para contaminar uma discussão que deveria ser com base na realidade e no bom senso.

Eu queria agradecer, Senador Ivo Cassol, as referências feitas por V. Exª sobre a ainda e sempre lembrada Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque. Vou repassar ao Presidente da Cotrijal, Nei Mânica, e às autoridades locais a sua impressão tão positiva sobre o que viu lá em Não-Me-Toque.

A Embrapa, aliás, está presente lá com um estande, desde o início da exposição, junto ao Ministério da Agricultura. Aquele é um palco, uma vitrine extraordinariamente significativa da chamada agricultura de alta precisão.

Queria também dizer que – o senhor chamou os Vereadores do Município de Machadinho no seu Estado – nós também temos o nosso Machadinho, que fica próximo da minha querida terra Lagoa Vermelha. Então, é muito confortante ver como este Brasil é grande. Acho alguns moradores de Machadinho do meu Estado, gaúchos, foram para lá e resolveram dar o nome da cidade de Machadinho.

Quero saudar o Deputado Luiz Cláudio, que está aqui, como V. Exª, sempre muito combativo. Acho que é necessário abordar essas questões.

Por fim, não menos importante, eu gostaria de dizer que esta é uma semana extremamente tensa para o agronegócio brasileiro. A maior exportadora de carne frango para a Europa, a BR Foods, está enfrentando um risco grave. No dia 18, está marcada na União Europeia uma decisão que pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

expor o maior mercado, o que absorve a exportação brasileira de carne de frango, a um revés de efeitos e prejuízos incalculáveis.

Aí, faço um apelo, aproveitando esta Comissão, ao Ministério das Relações Exteriores. Acho que o Itamaraty precisa ter um protagonismo, a exemplo do que fazem as economias desenvolvidas, como os Estados Unidos, a França e a Alemanha, uma diplomacia de negócios. Nós temos visto uma diplomacia mais diplomática, e é preciso fazer valer o que nós temos para esta situação.

Veja que isso vai acontecer às vésperas do fechamento de um acordo entre União Europeia e o Mercosul. Então, isso também tem impacto sobre essa negociação, que dura já mais de uma década.

Eu queria fazer essa breve reflexão aqui. Lembro que em meu Estado estão reunidos os representantes da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav) e que lá são quase oito mil famílias de criadores de frango integradas no sistema em plena atividade, gerando 44 mil empregos diretos, segundo o Caged. Há 800 mil atividades indiretas de geração de empregos, serviços e produtos em outras áreas desta cadeia produtiva; 13 frigoríferos com inspeção federal, com SIF; 6 frigoríferos com inspeção estadual; 3 frigoríferos do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi); 40 estabelecimentos de produtores de produtores de ovos de médio e grande porte; 200 pequenos produtores de ovos; uma indústria de processamento de ovos líquido, em pó e derivados; 40 fábricas de rações; e 7 incubatórios – genética e recria.

Essa atividade agrícola está presente no Rio Grande do Sul em praticamente na metade do Estado: 240 Municípios gaúchos estão ligados diretamente à produção da avicultura no meu Estado.

Então, apresento os números em que isso pode impactar negativamente nessa decisão. Por isso, renovo o apelo.

Sei que o Ministro Blairo Maggi esteve na semana passada na Europa, na União Europeia, com algumas dificuldades. Penso que aqui temos de cuidar republicanamente das instituições que cuidam da fiscalização. Nós não podemos jogar em um cesto só casos isolados de uma e outra ocorrência sanitária como se toda a produção brasileira estivesse contaminada. Então, temos de ter muito cuidado.

Também queria apelar à Polícia Federal para que, quando fizer as operações, que se circunscreva, até porque, após as operações da Carne Fraca feitas pela Polícia Federal, o Ministério da Agricultura assumiu as rédeas com o Ministro Blairo Maggi e a Secretaria de Defesa Agropecuária, do Dr. Rangel, no sentido de reforçar os controles sanitários. Nós precisamos ter o rigor necessário para assegurar a qualidade do ponto de vista da sua sanidade, não só para os franceses, para os europeus, que compram nosso produto, mas especialmente em respeito ao consumidor brasileiro, a quem se destina a maior parte da produção.

Então, esse registro eu faço, saudando e agradecendo muito a disposição do Dr. Evaristo de Miranda por estar aqui, dando essa valiosa contribuição à Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos passar a palavra para o Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que já esteve no nosso Estado de Rondônia, na cidade de Machadinho, Enocz, e tem ido várias vezes lá. Então, sinto-me feliz, sinal de que você conhece os quatro cantos do nosso Território nacional, especialmente o meu Estado de Rondônia.

Dr. Evaristo, com a palavra, pelo tempo necessário. Sei que não vai querer se alongar muito porque tem que estar ao meio-dia com o Ministro Blairo Maggi.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Vou atrasar um pouquinho

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com a palavra.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Bom dia a todos! Queria agradecer à Senadora Ana Amélia por esse convite, essa oportunidade; também ao Senador Ivo Cassol.

Realmente, em 1982 eu fui para Machadinho pela primeira vez. Era uma picada no mato, e foi um projeto em que a Embrapa estudou solo, fez um desenho diferente para os lotes, e eu propus à Embrapa acompanhar 350 agricultores que estavam se instalando durante cem anos. Todo mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

achou que era exagerado, mas nós conseguimos recursos, e já faz mais de 30 anos que nós estamos acompanhando os mesmos agricultores. Alguns já faleceram, os filhos assumiram a propriedade, e nós temos um banco de dados fantástico. Então, todo ano eu vou a Machadinho, por satélite, e a cada três anos nós vamos a campo. Os agricultores não acreditavam: "O senhor vai vir aqui 20, 30 anos?" "Vamos."

Quando o projeto completou dez anos, levamos para eles os questionários, para saber como estava a situação há dez anos e como estava agora; o mesmo com 20 anos. Eu publiquei, com dez anos, um artigo, um livro chamado "Café com coragem", sobre a importância do café lá. Hoje estão plantando soja na região, tudo aquilo se transformou e se tornou um Município, com problemas de estrada, com um monte de problemas. Vários doutorados e mestrados foram feitos com esses dados.

É a realidade; a Embrapa precisa muito estar perto da realidade, e ali é a realidade de empreendedores; eles são pequenos, mas eles são empreendedores, eles fora lá empreender, foram do Rio Grande do Sul, do Paraná, e fizeram coisas extraordinárias lá na região.

Não vou me alongar, senão vou fazer uma palestra sobre Machadinho, mas Machadinho d'Oeste é um lugar por que tenho um carinho muito grande. Tenho colegas na Embrapa que estão aqui e que sempre vão a campo lá, e vou visitar a Câmara lá, no mês de agosto agora, porque este ano é ano de ir a Machadinho. Nós estamos já organizando uma expedição. Vamos lá com oito agrônomos, usamos uns dez, quinze técnicos agrícolas e fazemos um trabalho muito grande.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já estou com inveja de Machadinho d'Oeste.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – É um lugar muito especial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não dá para fazer em Lagoa Vermelha também?

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Podemos fazer lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque é um carinho grande, mas certamente a experiência... E aí dá um trocadilho: café...

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Com coragem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... com a fé e a coragem. É junto a palavra, café, mas depois, separado, com a fé e a coragem. Isso é uma coisa importante, acreditaram.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Isso, exatamente. E é como eles estão lá, sem apoio, sem nada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Dr. Evaristo!

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – E com 20 anos nós fizemos outro livro, cujo título era *Na Força das Ideias*, e tinha a frase do lote de um agricultor, porque, entre esses 350 agricultores, alguns se destacaram mesmo, usando tecnologia muito refinadamente. E eles não tinham apoio nenhum, nem de Emater, nem de Embrapa, de nada; sozinhos foram fazendo. E um desses produtores... Estávamos tão impressionados com o que eles faziam...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Era errando e acertando.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Exatamente. E nós falamos para ele: "Mas como é que o senhor conseguiu desenvolver um sistema de produção tão adequado?" Ele falou assim, e esta frase está abrindo o livro: "Quando a gente mora longe dos lugares estratégicos, a gente tem que ir na força das ideias." E o livro se chama *Na Força das Ideias*, *The Strength of Ideas*, nós fizemos até em inglês.

Eu vou me dirigir ao meu tema, dizendo ainda que Não-Me-Toque é um lugar admirável. Essa exposição... Eu vou agora ao Agrishow e a outra, mas lá é a única em que – e quando fui a Não-Me-Toque agora fiquei impressionado – você vê um monte de agricultor com carrinho de bebê, com a esposa, jovens agricultores. Você não vê isso no Agrishow, você vê fazendeiro, vê empresário, vê um monte de coisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá é a família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – É a família mesmo, com carrinho de bebê, todo mundo. E o pouco esse ano... Ano passado também, a colheita de soja cheia, plena. E com o dinheiro eles não estão comprando apartamento em Florianópolis...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estão comprando máquinas, né?

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Está todo mundo investindo na agricultura. É uma exposição que merece, realmente, ser vista, tudo arrumadinho, com floreira, lugar para jogar cigarro...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Banheiro cheiroso.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Precisam ver o brinco que é! Me caíram os butiás do bolso quando fui lá! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora eu já vi que o Dr. Evaristo andou pelo Rio Grande. Ninguém sabe o que o senhor falou. Butiá é uma fruta que só dá no meu Estado, Rio Grande do Sul, é um tipo de coquinho bem ácido, deve ter uma grande concentração de vitamina C, e agora os gaúchos resolveram também industrializar, fazer a polpa do butiá. Quando eu era menina, matava a fome comendo a amêndoa de dentro do butiá. Um butiazeiro dá a amêndoa em cinco anos, tem que ficar em hibernação para ela se desenvolver, e demora mais quatro anos para dar fruto. Eu trouxe duas mudas de butiá de lá para Brasília. Então, é um coqueirinho que dá muito no meu Estado, e essa expressão, "me caíram os butiás do bolso" quer dizer simplesmente "eu fiquei surpreso" com aquilo tudo, não é?

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – É isso mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Evaristo, por essa evocação.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Bem, eu vou passar rapidamente dois momentos na minha apresentação.

Nós somos uma unidade da Embrapa, a Embrapa Territorial, que não trabalha com boi, não trabalha com semente, nem máquina, nem adubo, nem genética. Nós trabalhamos com território, território da agricultura, e temos que acompanhar essa enorme dinâmica do território da agricultura brasileira, que, nos últimos 20 anos, transformou-se completamente. Nós temos outra agricultura hoje no Brasil. A agricultura deixou de ser um modo de vida, no sentido estrito, como imaginávamos, uma casinha lá na serra. Não, é uma atividade econômica regida pelas relações econômicas, e nós somos desafiados o tempo todo a acompanhar essa agricultura e sua dinâmica ecológica, ambiental, territorial, etc.

Nós desenvolvemos um sistema para essa agricultura e nós fazemos três coisas na nossa unidade: nós acompanhamos atribuição de terra, ocupação e uso das terras e macrologística.

Eu queria, rapidamente, dar uma visão para os senhores do banco de dados que a Embrapa mantém sobre atribuição de terras, que nos custa muito trabalho, mas que é valioso, porque tudo isso está reunido lá numa unidade da Embrapa.

O que é atribuição de terra? Atribuição de terra é o poder que tem o Governo Federal e os estaduais de atribuir terra, dizer que aqui não vai ser mais fazenda, agora vai ser assentamento de reforma agrária. Ele desapropria e atribui para reforma agrária. Pode atribuir terra para índio, pode atribuir terra para parques nacionais, etc. Então, o Brasil, que parecia um país grande, ficou pequeno nos últimos anos, aliás, ficou muito pequeno mesmo. Por quê? Primeiro, nós criamos muitas unidades de conservação. Atualmente, há no Brasil 1.871 unidades de conservação, parques nacionais, parques estaduais. Eles foram criados, sobretudo, a grande maioria, na época do Fernando Henrique Cardoso, e a Embrapa tem os dados de cada uma dessas unidades e quando foi criada. Nós temos todo esse banco de dados associado a isso. Isso representa hoje, com as APAs, 18% do Brasil – hoje, esse é o percentual de unidades de conservação no Brasil.

Nós temos, exatamente, redondinho, neste momento, 600 terras indígenas. Elas ocupam 14% do Brasil. Da mesma forma, lá na Embrapa, se você perguntar sobre qualquer uma, sabemos qual é a etnia, se está homologada, se não está. Nós temos todos esses dados. É um esforço enorme manter isso nos nossos bancos de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A parte de unidade de conservação e de terra indígena, quando se juntam, define-se o que a ONU chama de áreas protegidas, então, existe uma certa sobreposição. As áreas protegidas do Brasil representam 30% do Território nacional. São áreas que não podem ser utilizadas, são as áreas protegidas. Será que é muito? Será que é pouco? Não sei. Vamos comparar com os países que têm mais de 2 milhões de quilômetros.

Quando a gente compara com os países que têm mais 2 milhões de quilômetros – esses dados estão disponíveis na ONU, tantos os nossos como os deles, na Unep, a parte de meio ambiente da ONU –, eu constato o seguinte: os grandes países, que têm mais de 2 milhões de quilômetros, protegem 10% de seu território. Nós protegemos 30%, somos campeões, três vezes mais que eles. Eu não sei se é muito ou se é pouco, 30%. Agora, apanhar dizendo que você não preserva o seu país quando você preserva 30%, aí é difícil. E o que a Austrália, China, Estados Unidos preservam? O Deserto de Sonora, o Deserto de Mojave, o Deserto da Mongólia, o Deserto da China, o norte do Alasca – porque o sul tem salmão, turismo, também não vamos exagerar, né? Tem petróleo. Então, nós temos esses mapas todos lá. Se você pegar o Estado de Mato Grosso, cujo tamanho é muito maior que o de muitos países, e o tratar como um país, o Mato Grosso, em matéria de proteção, só perde para o Brasil. Ele protege... E nós temos isso para cada Estado. Então, essa é uma parte importante do nosso trabalho.

O total que nos protegemos no Brasil, área protegida, que não se pode usar, porque é unidade de conservação, é área de índio, dá a área de 15 países da União Europeia. Isso aqui é o que a gente produz. Estão preocupados com as galinhas e com os frangos, mas nós protegemos isso, nós protegemos essa área.

Agora, além disso, o Estado atribui terra para a reforma agrária. E aí sim, nos últimos governos, atribuiu-se muita área para reforma agrária. Nesse momento, nós temos aí quase 9.500 assentamentos. Aqui é igual. Lá na Embrapa, para cada assentamento, cada pontinho desse, nós sabemos quando foi feito, se está a instalação, se foi cédula da terra, se foi desapropriado, quantas famílias estão lá. Eu mantenho esse banco de dados organizado lá na Embrapa.

E também atribui-se terra para quilombola. Na época da Constituinte, eu participei, parecia que eram de 8 a 12 áreas quilombolas, era disso que se falava, lembro, com o Bernardes. Hoje, na verdade, já são 296, quase 3 milhões de hectares de áreas quilombolas.

Quando a gente junta o que foi feito do Brasil nos últimos anos, foi isso. O Brasil está assim. Tudo que vocês estão vendo aí é área atribuída. E faltam ainda aí uns 2.500 assentamentos, que não têm nem mapa. Então, o Brasil está assim. Tem que se fazer logística, passar uma estrada, planejar com isso. Essa é a realidade, uma fragmentação muito grande, uma falta de visão global de planejamento, de uma instância acima que organize isso.

Se quisermos ver tudo isso junto, vejam: coloquei tudo isso junto aqui, da mesma cor. Nós temos hoje 12 mil áreas legalmente atribuídas, elas têm conselho diretor, presidente, secretário, depende da natureza. É muito emprego, um monte de gente trabalhando, e tal. Representam 315 milhões de hectares atribuídos, 37% do Brasil.

Então, o Governador do Amapá só anda naquele cinza que vocês estão vendo lá. No vermelho ele não entra sem autorização da Funai. Ele não entra. Aquilo é área federal. O Governador de Roraima, a mesma coisa: a área disponível para ele é o cinza. No Acre também, Rondônia também, é o cinza. E nesse cinza tem que se manter 80% de reserva legal. Então, essa é a situação.

Agora, e com isso está resolvido? Não, não está, porque o pessoal quer mais unidade de conservação, quer mais área indígena, quer mais reforma agrária, quer mais área para quilombola. Essa demanda hoje ultrapassa, chega a quase 6 milhões de quilômetros.

Uma solução, Senadora, seria a gente anexar o Uruguai, a Argentina, o Peru e a Bolívia. Aí caberia todo mundo. O Paraguai, a gente deixa fora para não criar problema, já houve muita encrenca.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Quer dizer, não cabe fisicamente. Mas é legítimo o direito do índio, é legítimo o do quilombola. Eu não estou discutindo a legitimidade. Não cabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fisicamente no País o que está sendo pedido. Então, essa é uma temática importante quando você vai falar de logística. Para passar uma estrada você vai ter que contornar, etc...

Vou voltar aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Evaristo, a propósito, qual é a densidade populacional da reserva, a média?

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Eu não sei. Poderia até lhe responder e mandar circunstanciadamente.

Mas, por exemplo, uma pena que não dá para apontar aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é um dado que tem que se fazer, não é?

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA (*Fora do microfone*.) – Eu vou dar um exemplo aqui. Eu vou ali, se me permitirem.

Quem produz grãos aqui, soja aqui, tem produção, se essa pessoa passasse aqui, nesses 100km, ela chegaria à BR-364, mas ela não pode.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não pode, é reserva.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA (*Fora do microfone*.) – Então, ela tem que dar essa volta inteira para chegar aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quantos quilômetros?

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA (*Fora do microfone*.) – É coisa de seiscentos e tantos quilômetros. Se você está aqui, você tem que dar essa volta inteira. "Ah, mas isso aqui pode usar." Bom, só se for de helicóptero, né? (*Risos*.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E essa saca ia ser muito cara.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Então, existe um desenho, uma fragmentação nacional. Acho que essa é uma temática para a qual os presidenciáveis deviam atentar, não é? O que nós vamos fazer do Brasil? Vamos continuar atribuindo área? Até onde vamos? Qual é a lógica disso?

Agora, no cinza, é área dos agricultores. A gente não sabia detalhadamente como era o uso dessas áreas agrícolas, mas, com o Código Florestal, veio o CAR (Cadastro Ambiental Rural), e 5 milhões de agricultores se cadastraram, delimitaram sua propriedade numa imagem de satélite com 5m de detalhe, delimitaram todas as áreas protegidas, 18 categorias. Em São Paulo – São Paulo é sempre meio diferente –, com 1m de detalhe, foi em cima de ortofoto, o Estado inteiro disponibilizou ortofoto, e os agricultores, com 1m de detalhe, disseram o que usam, o que não usam, o que fazem, o que têm de servidão, tudo isso.

Atualmente, nós temos aí 4,845 milhões de agricultores que já fizeram o CAR, e temos uma área cadastrada de 437 milhões de hectares. Se compararmos com o Censo, 94% do que havia já se cadastrou, e a área é 30% maior do que a que havia. Agora, o fato é que nós trabalhamos esses dados na Embrapa, temos esse banco de dados na Embrapa, e é um *big data*, é um trabalho muito grande que nós fizemos de ver o que os agricultores preservam.

A gente achava que era tudo assim fragmentado, e não, é tudo conectado. Isso aqui é São Paulo. Quando a gente junta tudo que os agricultores dedicam à preservação, todas essas áreas conectam. Depois, quando a gente faz um *zoom*, conecta e eu posso sempre voltar lá e ver com 10m de detalhe e recuar. E quando você vai olhando... Nós tivemos uma experiência metafísica, que foi ver num mapa toda a agricultura do Brasil, com todos os limites e todos os imóveis, e eu posso fazer *zoom* aí até 10m. Então, em Lagoa Vermelha, eu posso ir lá e olhar com 10m de detalhe todas as propriedades.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ainda há pinheiro lá, ainda há araucária.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Eu estou indo para São José dos Ausentes agora, num evento, quinta e sexta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah! O senhor já conhece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Conheço, vou bastante lá. Ando de mula. Vou fazer três dias de mula a partir do fim de semana, estudando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Temos que fazer uma estrada lá.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Não sei...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está aqui o Dário Berger.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Então, hoje, quando nós totalizamos o que os agricultores dedicam à preservação ambiental, dentro dos imóveis, já está dando mais de 200 milhões de hectares.

A gente tinha calculado, com os dados de 2016, 21% do Brasil, mas isso vai longe, vai ultrapassar isso aí bastante, porque está terminando o CAR. Ora, isso vale dinheiro, porque se eu tenho mil hectares e deixo 300 para reserva legal, tem um valor imobiliário, eu estou imobilizando o meu patrimônio, aqueles 300. Quanto custa um hectare? Nós calculamos isso, Município por Município, a área imobilizada para preservar meio ambiente pelos agricultores, pelo CAR, com o dado do CAR, do Município, e o valor da terra no Município. Sabe quanto deu o total do patrimônio imobilizado pelos agricultores? R$3,5 trilhões, US$1 trilhão!

Qual é a categoria profissional no Brasil que dedica do seu patrimônio pessoal R$3 trilhões? Quem faz isso? Os bombeiros? Os militares? Os pesquisadores? Os professores? Os Parlamentares? Os juízes? Qual é a categoria que dedica ao meio ambiente, do seu patrimônio pessoal, sem receber nada por isso... E é mais, é uma poupança em que você é obrigado a pôr o dinheiro, não dá lucro, e eles têm que pagar todo mês para manter, porque se invadirem a área, a culpa é sua; se pegar fogo, você tem que fazer aceiro, senão a culpa é sua; se o gado do vizinho invadir, você tem que fazer cerca; se roubarem a madeira, você responde.

Então, tudo isso, para o agricultor, nós estamos estimando em 20 bilhões por ano, eles tiram isso do bolso para manter essas áreas dedicadas à vegetação nativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E quase que o Código Florestal, Dr. Evaristo, foi jogado por terra numa decisão da Suprema Corte.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Quase.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não fosse o Ministro Celso de Mello ter salvado a moral da Pátria e esse patrimônio incalculável que o senhor está mostrando aí.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Exatamente. Então, não há, no Brasil, nenhuma categoria que preserve mais o meio ambiente, que dedique mais recursos, mais tempo do que o produtor rural brasileiro. Não há ninguém que chegue perto, nada comparável.

Quando a gente junta tudo isso, a área protegida – porque a dos agricultores eles preservam, a dos parques eles protegem –, quando se junta tudo, a área protegida pelos parques – está claro? – e a área preservada dentro dos imóveis rurais, em APP, reserva legal, etc., dá a Europa inteira, dá a União Europeia, e ainda cabem três Noruegas lá. Foi de propósito a comparação com a Noruega, mas é real. Além de caber a União Europeia inteirinha, ainda cabem 3,5 Noruegas dentro. Isso é o que a gente dedica à preservação da vegetação nativa, ou em parque nacional ou somado com o que os agricultores preservam. Não é teórico não! Os parques têm o limite, e no CAR está o limite com 10m, dá para discutir com 10m de detalhe isso aí. É assim. Ainda você tem as terras devolutas e gente que ainda não se cadastrou.

Então, vou terminar essa parte dizendo que o Brasil está assim: 13% do País é vegetação nativa; 13,8%, terra indígena; uma parte, terra não cadastrada; os agricultores... Isso aí já está passando de 24%, vamos ver quanto vai dar. O Ministro Blairo vai anunciar esses dados na Semana do Meio Ambiente. A gente deve terminar tudo até o começo de maio, e ele vai apresentar os dados novos do CAR. De 2016 para cá, entrou quase um milhão de agricultores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E já teremos o Censo Agropecuário, mais ou menos. O IBGE.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Não sabemos, vamos aguardar o que o Censo vai dizer, mas o Censo usou os dados do CAR para se organizar no campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Temos 8% do País com pastagem nativa, Pantanal, Pampa, Caatinga; pastagem plantada, agricultura, 7,8%; florestas plantadas, 1,2%, e aqui... Vou deixar cópia disso para os senhores. Infraestrutura: 3,5%. Ou seja, quando a gente olha isso aqui, o País dedica à preservação e à proteção da vegetação nativa 66% do seu Território. Quem, no mundo, faz isso?

São 66% do Território dedicados à preservação e à proteção da vegetação nativa. Se a gente considerar que a pastagem nativa é uma vegetação conservada, porque ninguém planta Pampa, ninguém planta Pantanal, nós vamos para 74%... Com a Caatinga junto e tal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Isso porque o País é o mais rico do mundo, já resolveu todos os problemas de sanidade, já resolveu todos os problemas de infraestrutura...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Saúde.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Saúde e tudo. Tem um fundo soberano que é inacreditável. Então, pode ajudar, se permitir, não é?

Agora, nós dizemos 7,8 e o pessoal diz que não, que a agricultura é muito mais, a agricultura é muito mais! Eu estou falando de lavoura, não estou falando de pastagem. São 7,8%. São três anos e a Embrapa falando isso. Vamos comparar com os outros países. Isso é o Brasil. Olhem os Estados Unidos. São os dados do USDA. Eles são assim. Nós somos assim, olhem. Acho que eles estão certos, talvez, viu? Pelo menos têm se dado bem os Estados Unidos!

Não! O mais é menos. Aí nós tivemos um presente de Natal, na Embrapa, agora em dezembro, porque a Nasa publicou um estudo mundial que ela fez, com dinheiro da FAO, um negócio enorme, uma máquina de moer carne, um monte, para medir quanto tem de terra cultivada no Planeta. Então, eles chegaram a um resultado de 1,8 bilhão de hectares cultivados... O problema na fome no futuro... Um estudo da FAO. Mas eles calcularam, para cada país, a área cultivada. E a Nasa anuncia, em dezembro, que no Brasil, segundo a Nasa, usando outro satélite, outro método, é de 7,6% a área das lavouras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí o senhor riu: ha, ha. Já sabia.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – O Blairo escreveu, no artigo, que a diferença é de 0,2%, mas ele acha que a equipe do Dr. Evaristo é que está certa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Daí eu também acho! Eu também acho.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – E está mesmo, viu! A gente sabe até onde eles erraram. Mas para nós foi importantíssimo isso.

Agora, nesse contexto, então temos uma agricultura que está produzindo, esses 240 mil a tonelada, está produzindo 700 milhões de toneladas de cana; produz laranja, produz tudo em 7,8%. Então houve uma mudança tecnológica gigantesca. Hoje, o que explica a produtividade, a renda, é a tecnologia. Explica 65%, 70%. Acho que os dados do Censo vão mostra que talvez explique mais de 70%, hoje, a tecnologia. A produtividade dos fatores é a tecnologia, não é terra, não é trabalho. Então, isso é algo que a gente não pode esquecer, nas nossas pesquisas, mas conhecer e trabalhar perto dessa realidade.

Agora, tudo isso daí não tem logística. Quer dizer, quem mais precisa de logística, de infraestrutura, não tem. É um caos. O que se consegue de produtividade, de ganho tecnológico, de competitividade dentro da porteira, quando você sai da porteira, você começa a perder, perder, perder. E não é só falta de estrutura, é uma estrutura muito perversa.

Quanto custa um frete de trem, de Rondonópolis para Santos? Você sabe quanto custa? Eu gostaria que alguém me trouxesse uma planilha de custo disso. Sabe como a ferrovia calcula isso? Ela fala assim: quanto é que está o caminhão? Está trezentos? Então coloca 291. Quanto é que está o caminhão? Está tanto? Coloca... Então, hoje os agricultores são escorchados, sabe? É uma coisa assim... A forte competitividade nos modais, tudo... Não é só a estrada ruim, é um monte de coisas tortas, na logística brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí não tinha um sistema e o Ministro Blairo solicitou – nós já vínhamos trabalhando com isso – que nós organizássemos um sistema de inteligência de gestão e monitoramento da logística agropecuária. E é o que eu vou apresentar aqui rapidamente, em dez minutinhos, concluindo.

Esse sistema foi proposto pelo MAPA, a gente discutiu com os atores do agro, foi concebido, o Secretário Novacki participou ativamente, teve várias etapas, entregamos vários resultados, e a gente percorreu esse itinerário.

Primeiro nós calculamos as cargas da agricultura na malha viária, os fretes que ela gera, trabalhamos com a origem das origens das cargas, o destino dos destinos – já vou explicar isso –, modelamos, sobretudo a exportação de grãos, fizemos a modelagem com pesquisa operacional etc., e depois os destinos da produção de cada Município, e delimitamos sua logística. Com isso a gente montou o nosso sistema.

Os fretes da agricultura geram o seguinte, ninguém no mundo, nem no Afeganistão nem na França, tira leite da vaca e põe no navio. Ninguém tira beterraba do chão e põe no trem. Todo mundo tira e põe no caminhão ou na carroça, mas põe na rodovia. Ninguém põe no... Não tem como! Depois vai para lá. Então, quando a gente vê estudos aqui de logística, no Brasil, eles falam em origem e destino, mas essa origem já é lá na frente, o centro de distribuição. Nós precisamos ver na origem. Então, nós calculamos o peso.

O Blairo queria que a gente dissesse quanto pesa? Está bom. Da cana é 700 milhões a tonelada que ela põe. Setecentos milhões. Então, nós calculamos quanto a agricultura põe de peso, todo ano, nas rodovias. Calculamos isso. Esse número deu 1,6 bilhão de toneladas. Todo ano, a agricultura põe, na estrada, em cima do caminhão, essencialmente, para começar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o armazém.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – ...1,6 bilhão de toneladas.

Todo setor de minério do Brasil, minério bruto e beneficiado, coloca 1,4 bilhão. Então, ninguém tem mais carga do que a agricultura, no Brasil. E todo ano ela põe isso.

Depois, isso geram fretes. E nós calculamos – eu não vou entrar em detalhes, vocês encontram tudo no *site* que vou deixar, eu vou passar aqui um prospecto também – todos os fretes que são gerados, porque conforme o tipo de produto, há frete logístico diferente, tem caminhão de transporte diferente, trem diferente; tem transporte dutoviário.

Para se ter uma ideia, a agricultura gera por ano 43 milhões de fretes. E nós temos isso por Município, por região. Então, a Fenabrave, a Anfavea estão muito interessadas, estão participando desse trabalho agora, com a gente, porque eles têm todo interesse em apoiar a parte de fretes, etc.

A origem das origens que eu falei é isso: você saber onde a carga começa e para onde ela vai. Então, nesse sistema, quando os senhores entrarem, se pegar o algodão, tem toda produção; tem como ele evoluiu ano a ano, a produção, a área; e quais são os destinos; o porto de destino de cada coisa.

Estão vendo o algodão? Ele é produzido lá no oeste baiano. Não seria natural o algodão ir para o porto de Salvador, onde se exportam grãos de monte? Mas não, ele vai para Santos! Então, há muitos mistérios entre o céu e a terra, mais do que a vã filosofia consegue imaginar. Isso tudo foi estudado. E também o destino dos destinos. Vejam, por exemplo, os bovinos. Nós temos todas as origens e todos os destinos.

Nós abatemos – eu vou arredondar para cima – quarenta milhões de bois no ano passado, não foi? No Brasil, quantas patas tem o boi? Quatro. No Brasil, boi tem quatro patas. Quatro patas dão 160 milhões de cascos. Você acha que a gente jogou no lixo? Foi para descarga pública? Não! Vai tudo para a indústria. É usado na indústria de colágeno, etc. Então tem toda uma logística que sai dos matadouros para a indústria de colágeno. E o sebo do boi? Vira biodiesel. Vinte por cento do biodiesel brasileiro é sebo de boi. Então isso vai lá para Paulínea. Tem outra logística. E os ossos e vísceras? Viram comida de "pet". Precisa de higiene e transporte de outro jeito, mas vai para toda indústria que produz comida para gato, para cachorro, etc. E o couro? Ah, o couro vai para os curtumes. E o sangue que vale um dinheirão? Antigamente lavava-se e hoje é o que mais vale dinheiro? É liofilizado e tal.

Ano passado a gente abateu mais de seis bilhões de frangos; uma população do Planeta de frango. Toda pena é reciclada, vira farinha de proteína. Você não perde uma pena, hoje, no Brasil. Seis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilhões de cabeças. Existem áreas na indústria de processamento que só processam cabeças de frango.

Então, a gente estudou esse destino dos destinos, que não é só... Um dia a gente apresentou isso lá para o Ministro e havia um almirante e o Moreira Franco. E a gente achou que o almirante estava meio assim, mas o almirante falou que está certa a Embrapa, que porto não é destino, porto é só entreposto, que passa de lá e vai para outro lugar, que a gente deve estudar assim mesmo, do jeito que foi estudado.

Esses dados estão todos disponíveis. Nós fizemos a modelagem dos grãos. Então, darei um exemplo aqui. Eu escolhi o Rio Grande só por acaso, não há nenhuma intenção nisso. Assim o Rio Grande só... É uma coincidência.

Nós exportamos... Então, nós estamos modelando a saída da safra, na Embrapa, de três anos para cá. Vou dar o exemplo de 2015. Em 2015, nós produzimos 200 milhões de toneladas. Exportamos cem milhões de grãos. Cem milhões. Saíram por onde? Saíram por esses portos. Olha quanto saiu em cada porto?

Vou pegar o caso de Rio Grande, lá em baixo. Em 2015 foram 14 milhões de toneladas de grãos exportados no porto de Rio Grande. E como chegaram lá? No Rio Grande, três milhões de toneladas vieram de ferrovia, 2,5 chegaram de hidrovia e 8,1 chegaram de caminhão. Isso eu tenho para cada porto. Tem o Porto de Itacoatiara, lá em cima, onde veio tudo por hidrovia. Lá na Bahia veio tudo por rodovia. A gente tem para todos eles. E como a Embrapa sabe disso? Porque ela fez um sistema geo de todas as estradas, todo aquele banco de dados, tudo isso a gente construiu. Há mais de um milhão de quilômetros de estradas geocodificadas, etc.

E quando custa ir para a China? Ir para Roterdã? De Passo Fundo? Depende de como você veio. Se você veio de rodo, custa aquilo mandar para Yanchang ou mandar para Roterdã. Se você veio de ferro, custa aquilo. Então, há toda uma história de custos.

Eu queria concluir dizendo que o nosso sistema só usa um critério: competitividade econômica. Nós não estamos querendo integrar o País, não estamos querendo reduzir os desequilíbrios regionais, nós queremos a competitividade do agronegócio. O investimento em estrada que for feito aumenta a competitividade do agronegócio, aumenta a renda do agricultor.

Para isso, nós definimos bacias logísticas, mapeamos essas bacias logísticas, e a gente sabe quanto cada Município manda para cada porto. Esse é um trabalho muito grande envolvendo nota fiscal, envolvendo um monte de coisas. Está tudo isso organizado lá na Embrapa.

Aliás, essa é a parte mais preciosa e difícil do nosso trabalho, porque se você está lá em Sinop, tem gente que manda pela 364 e vai para Itacoatiara, há outros que vão para Palmeirante e no fim acabam saindo lá em Itaqui. Há outros que descem para Santos. Por que os produtores de lá... Quinze por cento vão para cá, outro vai para lá. Existe toda uma lógica econômica associada a isso e a gente trabalhou com isso. E verificou esses dados com imagens de satélites. Aqui são as áreas de plantio de soja, em laranja, feitas por imagens de satélite, vendo a produção e para onde ela vai.

Por fim, nós delimitamos as bacias logísticas do Brasil. Foi publicado ano passado. E agora a gente se recusa a discutir logística do Brasil. Temos que discutir a bacia logística, a bacia do Rio Grande. Se o Senador quiser, fazemos um seminário no Rio Grande do Sul só para discutir a logística da bacia logística do Rio Grande, ou da bacia logística de Itaqui, ou da bacia logística de Itacoatiara ou de Vila do Conde. Não se pode discutir a logística do Brasil assim... Então, quando a pessoa fala em escoamento de safra, a imagem é boa porque escoa como água, não é? E vai para um porto. É uma bacia logística.

E como você impede que o porto encha de água lá embaixo? Fazendo barragem nos rios. E aqui? Fazendo armazenagem. Então, há todo um tema de armazenagem ligado a isso, temas de energia. Hoje nós temos essas bacias caracterizadas. Tudo isso está disponível na Embrapa.

Eu vou pedir aqui para a Luciane distribuir, talvez, para o pessoal esse *folder*, que tem um resumo do que eu estou falando. Vocês, entrando nesse *site* da Embrapa, é na Embrapa mesmo, nem *page*, basta colocar embrapabr/macrologística. Vocês encontrarão... Só na produção agropecuária há mais de cem mil mapas. Você pode pedir a sua microrregião, a produção em área de soja, ou a produtividade da soja em 2004. Há tudo aí. Ano a ano, área, produção, valor da produção, produtividade, de dez cadeias produtivas; de café...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, isso está sendo muito usado pelo agro brasileiro, por *traders*, por pessoal de transporte, todo mundo está usando. Nós estamos com dez mil acessos por dia.

Eu queria aqui concluir dizendo assim: vamos deixar clara uma coisa, falou–se em plano logístico. Nós não temos plano de logística nenhum, nós temos duas coisas: um sistema estruturado, na Embrapa, da macrologística, destinado – que nem Machadinho d'Oeste – a durar cem anos, porque todo ano está mudando. Quando muda a produção, a agricultura muda de lugar, a tecnologia muda. Se vier um programa bom de armazenagem, vai mudar ainda de novo. Se ampliar o porto de Itaqui, muda. Então, tudo está mudando.

Esse sistema deve estar perenemente funcionando. Assim como há a defesa sanitária, no Ministério, que não para, nós também não podemos parar. Agora esse sistema faz estudos, diz quais são as estradas principais a serem asfaltas, qual porto precisa ser ampliado, o que falta. Então, já fizemos quinze estudos e planos. Se entrar no *site*, pode baixar qualquer um. A macrologística do Matopiba, que alguém me falou, tem todo um estudo lá.

Quais são as obras necessárias para levar 40% da safra para o Arco Norte? Hoje estão saindo 18%, 19% da safra pelo Arco Norte. Deveria sair metade, pelo menos. Mas dá para levar, em cinco anos, mais de 40% da safra saindo pelo Arco Norte. Quais obras devem ser feitas? Esses estudos estão todos disponíveis lá: fretes, capacidade estática dos armazéns. E há ali uma coisa que o agro está usando muito.

Nós fizemos o primeiro seminário em que o Ministro Blairo lançou isso. À tarde, mais de 40 entidades participaram dando sugestões. Nós estamos melhorando esse sistema. E agora, no final, eu queria aproveitar e convidar as Senadoras e os Senadores. No final do mês de junho, com patrocínio da Band, inclusive, nós faremos um grande evento, em São Paulo, para apresentar novamente esse sistema melhorado e discutir quais são as próximas prioridades que ele deve incorporar. Então, é algo que não vai parar.

Concluindo, o sistema de inteligência da macrologística é um legado que está sendo deixado para o setor agrícola e para o Estado brasileiro. Independe de governo. Essa gestão do Blairo Maggi está fazendo isso; o Novacki. Mas independe de governo. Isso é um legado que está sendo deixado. Ele está concluído, mas continuará sendo atualizado, ampliado. Será aperfeiçoado.

Nós vamos começar a tratar de micrologística lá na Embrapa Territorial, em Campinas. Está acessível pela internet, com grande parte dos bancos de dados, dez cadeias produtivas, bacia logística, tipo de modal, há tudo isso lá. E há um GeoWeb lá, para quem é do ramo, que permite fazer cruzamentos de mapas, fazer cálculos, tudo. Está operacional para investidores, para *traders*, empresas de logística, fornecedores de insumo. Muita gente está usando aquilo: coreano, chinês... A gente vê lá dez mil consultas pegando dados. Então, agora tem algo de referência.

Eu queria concluir dizendo que esse sistema não é da Embrapa, não é do Ministério, ele é do agro brasileiro. Por que a gente ficou lá ouvindo 40 pessoas pedindo põe isso, põe aquilo? Vamos colocar, porque é do agro, é nosso. Deve ser o sistema do agro. "Ah, mas os governadores disseram que é prioritária tal estrada." Bom, não sei. Não estou discutindo prioridade política, estou discutindo competitividade do agronegócio. "Ah, mas tem outra lógica da integração nacional." Tudo bem. É uma outra lógica. Nós aqui, na nossa humildade, sabemos que não representamos tudo. Há cidade, há política, há defesa nacional, há tanta coisa! Mas nós queremos que o agro tenha voz nisso e apresente a sua demanda, o que ele precisa para ir adiante e apoiar as políticas públicas do MAPA, apoiar a Frente Parlamentar da Agropecuária, apoiar as Comissões de Agricultura.

Entrem lá no *site* que vocês têm tudo isso disponível. Têm o meu *e-mail*. Eu respondo *e-mail*, resposta curta, mas respondo. Estou lá à disposição. Nós estamos à disposição, na Embrapa. Perdoem um pouco esse atropelado, porque estamos com esse outro compromisso lá na Frente Parlamentar. Mas há aí esse resumo, há o *site*, há o meu *e-mail* e nós estamos à inteira disposição.

O Brasil tem hoje e agora, de alguns meses para cá, um sistema de inteligência territorial que não passa vergonha, porque estamos vendo como a chinesada e todo mundo estão em cima dos nossos dados. Todo dia a gente vê quem entra, o que pega, o que faz. Mas isso é agricultura real que está vinculada à tecnologia. E está havendo muito investimento privado agora em logística. Isso vai evoluir muito, nos próximos anos. Está acontecendo em Santa Catarina, em portos; está acontecendo... Os chineses estão investindo lá em Itaqui, no Maranhão, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu não sei se deu para dar uma ideia. Era o que eu gostaria de ter apresentado, atendendo um pouco a sua demanda, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado. Agradeço a participação do Evaristo de Miranda. Com certeza engrandeceu não só esta Comissão, mas ao mesmo tempo todos os nossos telespectadores que nos acompanham. Toda essa reunião está disponível no *site* da Comissão de Agricultura. Então, basta somente acessá-la.

Agradeço o nosso Senador Wellington Fagundes, que está sempre participando conosco nessa Comissão.

Deputado Carlos Magno, é uma alegria sempre tê-lo com a gente. O senhor foi prefeito da cidade de Ouro Preto; foi secretário de Estado da Agricultura do nosso Estado de Rondônia, na época do Deputado Luiz Cláudio. Foi nosso Deputado Federal e é uma alegria tê-lo aqui conosco. Leve o nosso abraço para o povo do nosso Estado de Rondônia.

Com certeza essa preocupação e esses dados, Evaristo, que vocês levantaram, como você disse não são da Embrapa. Na verdade, fazem parte de todo aquele que acredita no agro, todo aquele que acredita que todo esse sistema é interligado. Ao mesmo tempo há o gargalo que temos, como você colocou aí.

Por isso, muitas vezes eu bato doído nesses ambientalistas de araque, esses ambientalistas movidos a euro, esses ambientalistas movidos a dólar, ou esses ambientalistas movidos a real às custas de dinheiro público que vai para essas ONGs de fachada, só para sustentar esses ambientalistas que na verdade deveriam estar dentro das suas cidades dizendo o que a sua cidade fez para melhorar a questão ambiental, com saneamento básico, com água tratada, que é o principal de tudo. Água sem tratamento é o que contamina todos os nossos mananciais que na maioria nascem nessas cidades, ou são contaminados quando o rio passa por essas cidades.

Nós temos dados reais... Dário Berger, você foi prefeito da nossa São José e de Florianópolis. Nós temos aqui 74% do nosso Território nacional preservado e 66% em área de preservação, em tudo. E temos 8% que são considerados campos nativos. Se lá na Arábia, lá não sei onde o deserto é considerado como área de preservação, por que para nós, aqui, os campos nativos não podem ser considerados área preservada? Não é, Deputado Luiz Cláudio? Não é, Carlos, prefeito? Devem ser considerados área de preservação. Lógico que é!

São biomas diferentes pelos quais devemos ter respeito e saber conviver com eles. É como o Pantanal mato-grossense e os nossos pantanais, Carlos, lá na região de Porto Rolim de Moura, Costa Marques, onde há aqueles campos em que nessa época o rio está cheio, está tudo alagado. Então devemos ter respeito por isso e faz parte de cada bioma. E é preservação, não é desmatamento. Portanto, não são 66%, são 74% preservados. Quando o senhor coloca a questão da logística, a gente vê que, infelizmente, o Governo não se entende. O DNIT, para poder fazer uma rodovia ou uma ponte para interligar um ponto a outro, conectar e diminuir custo, não age. Muitas vezes, por causa de um calango, nós paramos o desenvolvimento e o progresso. Por causa de não sei o que lá, não pode fazer isso.

Então, quando falo aqui, quando a gente bate, Evaristo, doído nesses ambientalistas de araque, lembro que eles gostam de uma picanha, eles gostam de um filé *mignon*, gostam de uma cervejinha gelada, e vêm aqui meter o pau nas usinas. Eles gostam do feijãozinho e do arroz. Com certeza, eles não se movimentam e não se sustentam da terra, como a minhoca, que precisa sustentar-se da terra. Eles eram chamados de minhoca, e não de seres humanos. Portanto, eu não consigo entender.

Eu acompanhei todos os dados que o senhor passou aqui e que ficaram públicos, Senadora Ana Amélia – ficaram públicos todos os dados. O nosso País é o que mais preserva no mundo. Portanto, não há nenhum americano, nenhum europeu, nenhum inglês com moral para vir aqui ensinar o padre a rezar missa. Nós aqui é que temos de ter a responsabilidade e a sabedoria de poder aglutinar os nossos interesses comerciais e a nossa produção, interligando o sistema nacional de infraestrutura.

Portanto, Senadora, é a minha opinião, como grande empreendedor e, ao mesmo tempo, como Senador da República que defende e representa o nosso País, não só o Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sinceramente, Evaristo, esses dados que o senhor mostrou aqui só engrandecem esta Comissão para a gente poder jogar mais duro ainda com esse pessoal que vive à custa do suor de quem trabalha.

Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ivo Cassol, assino embaixo das referências ao Dr. Evaristo.

O senhor deu uma aula para nós, uma aula de um servidor público de conduta exemplar e com compromisso com o Brasil. Então, foi muito bom.

Lá na minha terra, Lagoa Vermelha, que fica a 120km de Passo Fundo – gostei muito, porque aqui nós estamos fazendo a integração –, visitei a região de Cruz Alta, que é o entroncamento, onde entram pelo porto fertilizantes, insumos para a lavoura e vem o grão colhido. Então, é o complemento do trabalho que o senhor fez e que é um exemplo para todos nós. Que bom que todos os servidores tivessem esse grau de comprometimento e compromisso com o País!

A Embrapa, para nós, é uma referência. Na minha terra, diz-se que santo de casa não faz milagre. Foi preciso que a Nasa viesse e que a gente desse visibilidade àquilo que, há muito mais tempo, o senhor já vinha fazendo, contando com a excelência da sua equipe da Embrapa, instalada em Campinas, que mostra para nós um Brasil real, um Brasil diferente daquele que é estigmatizado, que é preconceituosamente tratado, o que é uma injustiça que se faz.

Ele revela também um outro dado: que o agricultor e suas entidades de classe continuam se comunicando mal. Penso que a riqueza revelada nisso, para mostrar mais do que as cenas bonitas do "Agro é Pop", campanha da Globo, glamourizada, é que existe uma realidade que mostra a contribuição decisiva do agricultor à preservação ambiental, dele pessoalmente, do patrimônio pessoal dele, porque, na Amazônia, de cada 1.000 hectares, 800 são cuidados só para preservação ambiental, só se podem usar 200 hectares. Então, é isso que não passa na cabeça da população urbana quando examina essas questões. Mas ela é dominada, envenenada pelas organizações que não estão ajudando, mas, pelo contrário, prejudicando muito a produção brasileira, que é competitiva, de qualidade e cada vez mais sustentável, porque uma preservação dessas assegura total sustentabilidade à produção.

Sou de um Estado que começou com todos os debates sobre produção de modificados geneticamente, todos os debates sobre a questão da própria sustentabilidade. O meu Estado tem essa vocação, às vezes, diria, litigante, mas por boas causas.

Então, parabéns, Dr. Evaristo, por disponibilizar os seus dados, o que é muito importante para todos nós, porque disso vai se servir também o nosso trabalho, que eu fui encarregada a fazer, e a assessoria do Senado Federal está aqui. Renovo os parabéns ao senhor e a sua equipe pelo comprometimento. O Ministro Blairo Maggi já havia me falado da relevância desse trabalho feito pela Embrapa, mas esta Comissão agora tem o prazer de recebê-lo.

Assim que possível, estarei lá acompanhando o debate, no nosso Estado, ou em Campinas, para verificar esse trabalho, Dr. Evaristo.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Seria um prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns ao senhor...

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E, de novo, ao Dr. Eliseu Alves, que é um grande inspirador, junto com outros fundadores, como o Cirne Lima, do meu Estado, que deram à Embrapa um pouco do sangue, da sua dedicação e da sua paixão pelos interesses nacionais.

Muito obrigada.

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – A senhora me desculpe por estar saindo daqui como Cinderela, mas realmente vou virar abóbora se não chegar a esse evento.

Fico à disposição dos senhores lá na Embrapa.

Realmente houve essa coincidência de agenda. A gente teria um tempo mais dilatado, mas vai haver uma fala do Senador do Paraná lá na frente. Daqui a pouco o Blairo mandará um helicóptero para me buscar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos encerrar.

Vou pedir ao Senador Dário Berger, que é membro da Comissão, para fazer o encerramento da nossa audiência, com meus agradecimentos, como requerente da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Temos ainda inscrito aqui o Senador Wellington Fagundes. Ele acabou dando uma saída, mas, em função dos pedidos, da solicitação feita pela Senadora Ana Amélia, nós vamos encerrar a nossa audiência pública por aqui.

Agradecemos muito ao Dr. Evaristo de Miranda, Chefe da Embrapa, pelos relevantes serviços prestados e sobretudo pelos esclarecimentos com que aqui nos brindou.

Consulto V. Exª se teria, antes de eu encerrar, dois minutos em função... Podem ser só dois minutos? Os dois minutos de V. Exª sempre são generosos, mas...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Dois minutos mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Vamos ouvir V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Acho que, principalmente porque estamos aqui nessa correria toda, eu queria parabenizá-lo, Dr. Evaristo de Miranda, em nome da Embrapa, eu que estive também lá com ele no dia do lançamento no Ministério da Agricultura.

Só queria registrar, Sr. Presidente, que acho isto fundamental, o trabalho feito pela Embrapa juntamente com a EPL.

Em nome do Dr. Medrada, quero parabenizar a todos por esse envolvimento, porque é importante que os Ministérios possam falar a mesma língua, inclusive trabalhar junto. Acho que o grande desafio é que, quando se constrói uma estrada que, de repente, poderia atender uma região de produção, incrementando muito essa produção, isso não é feito ou, ao contrário, se se constrói, faltam pequenos trechos que poderiam dar muito mais viabilidade regional e também para a produção.

Então, quero aqui registrar que estou, inclusive, com o Vice-Prefeito da nossa capital, Cuiabá, o nosso companheiro Niuan Ribeiro, ele que é bastante jovem. É a força jovem também participando da política.

Dr. Evaristo, eu quero incentivá-los mais nessa luta. Tivemos o bom exemplo da 163 no Estado do Pará. No ano passado, que crise foi aquilo exatamente pela falta da organização governamental! A Polícia Rodoviária estava muito longe, mais de 700km. Praticamente estava abandonada. Então, virou aquela confusão generalizada, uma convulsão. Agora, este ano, não. Houve um planejamento junto com o Ministério dos Transportes e o Ministério da Agricultura. Ouviram a todos e, felizmente, não tivemos problema. Claro que a chuva existe, o atoleiro existe, mas lá estavam as máquinas para resolver o problema.

O produtor cumpre seu papel, tendo hoje Mato Grosso, principalmente, atingido altos índices de produtividade exatamente pela agricultura de precisão que lá é feita, pelo consórcio da agricultura com a pecuária e produção de proteína animal de um modo geral. Essa logística é fundamental, porque o grande problema do produtor é exatamente, principalmente no nosso caso do Centro-Oeste, estamos no centro do Brasil, chegar com esse produto aos portos. V. Sª sabe que uma saca de milho produzido no Mato Grosso, para chegar ao Nordeste, duplica de preço, exatamente pela logística, pelo custo do frete.

Só para concluir, Sr. Presidente, este final de semana, aliás, na sexta-feira, esteve em Rondonópolis o Ministro dos Transportes. Tivemos lá um grande evento, uma audiência pública – lá estive representando a Comissão de Agricultura, autorizado por V. Exª – para discutir a implantação da Universidade Federal de Rondonópolis. Foi um grande evento, um sucesso. Lá o Ministro dos Transportes teve a oportunidade de assinar convênio de cooperação com a Universidade. Fomos ao terminal rodoferroviário da ferrovia Ferronorte, que é o maior terminal da América Latina – maior terminal ferroviário. Claro que a presença dele foi importante para conhecer o que representa aquele potencial e também para estarmos ajudando a resolver os gargalos principalmente das concessões ferroviárias e rodoviárias no Brasil, o que, hoje, nos causa uma preocupação muito grande, porque a concessão da 163 no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, com essa situação de que não houve a prorrogação, as duas medidas provisórias não foram aprovadas na Câmara dos Deputados, hoje corre o risco de cair e tudo ficar abandonado, porque o Ministério dos Transportes e o DNIT não têm *expertise* para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, é importante esse trabalho que vocês têm feito, porque traz o incentivo à produção, mas trata de discutir de que melhor forma nós vamos diminuir o custo para poder produzir mais e, claro, alcançar aquilo de que o Brasil tanto precisa, que é exportar, gerar emprego, gerar divisas. Mais uma vez, em nome da Embrapa, destaco o grande papel, reconhecido, que a Embrapa tem em tudo isso, na pesquisa, porque está lá presente apoiando o homem do campo.

Esse assunto aqui, Sr. Presidente, dava para a gente amanhecer o discutindo, mas acho que o importante é estar registrando esse grande papel do Governo de estar planejando, porque é com planejamento que a gente traz mais eficiência na aplicação dos recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou passar a palavra ao Senador Dário.

Sr. Evaristo Miranda, obrigado pela participação com a gente...

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... e pelos dados, pela informação que o senhor passou.

Ele vai estar com nosso Ministro e nosso colega Senador Blairo Maggi.

A Embrapa tem 40 anos. É isso? Ou 50?

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA (*Fora do microfone.*) – Nós estaremos na FPA com o lançamento do livro *Cinquenta Tons de Verde*.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom!

O SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA – (*Fora do microfone.*) ... que estão lançando em português e em inglês. Certamente terão acesso a esse livro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Para ficar bem registrado: *Cinquenta Tons de Verde*.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – De verde. Que bom!

Vou passar a palavra ao Senador...

Ao mesmo tempo, só para aproveitar a nossa audiência, da nossa Comissão, temos o Requerimento nº 15, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, de 2018
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, com a participação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, no dia 19 de abril do corrente ano, para tratar da Regularização Fundiária, com a entrega de títulos rurais e urbanos e autorizações para abertura de processos de requerimento de títulos rurais pelo programa Terra Legal para os municípios do Estado.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Para tanto, convida, dentre outras, as seguintes autoridades: Prefeito de Cuiabá, Mato Grosso, Emanuel Pinheiro; a Subsecretária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, Crisley Braz Ribeiro Martins; o Diretor de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, grande parceiro nosso, Senador Wellingon, Sorrival de Lima, pessoa competente, que foi, por oito anos consecutivos, Superintendente da Emater no Estado de Rondônia, fez um trabalho extraordinário na época em que a nossa Emater não tinha cinco horas máquina para cada agricultor, não tinha semente de milho, semente de feijão, semente de arroz, não tinha o Projeto Inseminar. Nós inseminávamos o gado para poder melhorar a bacia leiteira, que elevamos de 900 mil litros por dia para 3 milhões de litros de leite por dia.

O Governo, em termos de cooperação, o Sr. Confúcio Moura acabou com tudo, acabou com todos os programas de agricultura. A Emater hoje, no meu Estado, vive à custa de uma marmitinha, pedindo esmola. Por quê? Porque vive fazendo pequenos projetos e ganha 2%, 2,5% para poder se manter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós chegávamos a ter, Senador Wellington e Senador Dário, vacinação de brucelose. Os pequenos produtores, quando nascia uma novilha, uma bezerra e chegava ao ponto, nós íamos lá vacinar sem custo algum. Hoje eles têm de pagar até isso. Então, acabaram com todos os programas da Emater.

O Sr. Sorrival de Lima é uma pessoa séria, competente, extraordinária.

Felizes dos governantes que investem no setor de produção, porque é de lá que sai a nossa economia!

A justificativa.

> O novo marco legal em matéria de regularização fundiária é um importante avanço social no Brasil. Beneficia milhões de famílias, que agora têm o direito à titularidade de sua propriedade rural ou urbana. Para Cuiabá – MT, será feita a entrega de títulos definitivos, atendendo mais de 10 mil habitantes nos bairros de novo Paraíso e Jardim União. E ainda este ano será aberto o processo de autorização para requerimento de títulos rurais pelo programa Terra Legal para os Municípios de Novo Mundo, Nova Canaã do Norte, Guarantã do Norte, Carlinda, Matupá, Nova Guarita, Colíder e Terra Nova do Norte.

Portanto era esse, Presidente desta Comissão.

Sobre o Ofício nº 65, de 2018. Ao Sr. Deputado, isso é para V. Exª levar junto, Eduardo Botelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia... Desculpe, é Mato Grosso. Faço a correção. A partir de agora, correto:

> Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, comunico a V. Exª que o Senador Wellington Fagundes representará esta Comissão na audiência pública destinada a tratar da regularização fundiária, que ocorrerá na Assembleia Legislativa do Estado de [Rondônia]...

Desculpe, é no Estado de Mato Grosso. Agora fiz de propósito. É só para...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – V. Exª ama Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E amo o Mato Grosso também.

Continuo: "na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso no dia 19 de abril do corrente."

Portanto, o senhor estará lá investido para representar este Presidente nessa Comissão.

Em votação o Requerimento nº 15, do Senador Wellington Fagundes.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, não vou demorar muito, não vou abusar da paciência de V. Exªs, mas queria aqui justificar que essa regularização fundiária, aquilo que nós aprovamos aqui foi fruto de uma medida provisória feita pelo atual Presidente Michel. E eu quero aqui registrar que o companheiro, ex-Superintendente do Incra de Mato Grosso, o Lutero Siqueira, que foi Prefeito também de Guarantã, é um profundo conhecedor dessa área. Tão logo o Presidente Michel assumiu, estivemos lá com o Presidente, com o Ministro Padilha e o Senador Blairo, exatamente para mostrar a importância que representava essa questão da regularização fundiária. Hoje, felizmente, nós temos oportunidade de estar fazendo justiça social no Brasil tanto no campo como nas cidades. Hoje, só no Mato Grosso, mais de 70 mil propriedades poderão ter sua regularização, com aquilo que foi um trabalho de todos nós aqui.

Por isso quero já agradecer a aprovação desse requerimento.

Lá, na quinta-feira, estaremos com a presença do Dr. Sorrival Lima, como V. Exª colocou, uma pessoa extremamente competente, um técnico dedicado. Em nome dele, então, eu quero agradecer aqui a toda a sua equipe; a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; a Serfal; também a Crisley Braz Ribeiro Martins, que é Subsecretária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal; e ainda os Prefeitos que estão aqui: o Niuam, Vice-Prefeito de Cuiabá, representando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Prefeito Emanuel Pinheiro; e também ao André Welter, representante do Terra Legal no Mato Grosso.

Tenho certeza de que essa audiência será fundamental, porque vamos ter a oportunidade de discutir mais ainda como melhorar a parceria com as Prefeituras. Vamos convidar, além da Prefeitura da Capital, todas as Prefeituras do Mato Grosso. Hoje está aqui conosco o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, o Neurilan, que tem feito um grande trabalho junto às Prefeituras. É importante que eles conheçam para agilizar esse processo.

No Mato Grosso, nós tivemos muitas cidades criadas em cima de assentamentos. Hoje, às vezes, conseguimos o recurso para construir uma escola, uma creche, e o prefeito não consegue receber o recurso porque não tem o documento, a cidade não tem documento. Na nossa capital, Cuiabá, e em Várzea Grande, cidades tradicionais, ainda grande parte, mais de 40% dos lotes não têm documento. Com isso aqui nós vamos ter oportunidade, mais do que nunca, de estar lá discutindo e mostrando os caminhos, além de já estar entregando títulos para as prefeituras e de abrir mais de 3 mil processos que serão lançados lá nessa quinta-feira.

Então, eu agradeço imensamente a V. Exª e a todos os que aqui votaram, principalmente por me designarem a estar lá representando a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Quero aqui prestar contas a V. Exª. Na nossa reunião de sexta-feira passada, tive a oportunidade de representar também a nossa Comissão e, é claro, de agradecer também, já que essa audiência foi transmitida pela TV Senado, em parceria com a TV Assembleia.

Quero aqui, inclusive, agradecer também à TV Senado e à TV Assembleia pelas inúmeras vezes em que conseguimos fazer essa parceria, sendo a reunião transmitida ao vivo. A TV Assembleia disponibilizou todo o equipamento, levando AppLink, um caminhão, com custo alto, dada a importância dessas audiências.

Em nome do Deputado Eduardo Botelho, do Deputado Nininho e da Deputada Janaína Riva, fica aqui meu agradecimento a toda a Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Mais uma vez, pode ter a certeza de que me sinto bem representado na pessoa de V. Exª nessa audiência pública, especialmente quando a gente leva para os donos que vão passar a ser proprietários... Pode o cara dizer que é dono disso e daquilo. Agora, é proprietário quando o bem está em seu nome.

Quando fui Prefeito de Rolim de Moura – Luiz Cláudio, que era Vereador de Rolim de Moura, como o Prefeito de Alta Floresta, também sabe disto –, nós fizemos a regularização fundiária do Município. Na Caixa Econômica, agora, o Governo Federal lançou um novo programa para financiar a casa nova ou o apartamento ou para reformar ou ampliar o apartamento. Tudo isso vem ao encontro do morador ou do comerciante que tem o título de sua propriedade e que passa a ter a escritura pública do seu terreno ou do seu lote.

O Banco do Brasil e o Banco da Amazônia liberam recursos do Fundo Constitucional do Norte, mas, quando não há o título, quando só há a posse, o recurso é muito pequeno, Toninho, nosso Vereador de Cacaulândia. Daqui a pouco, vou falar o nome dos demais vereadores que estão presentes aqui.

Quando você tem a escritura pública, você tem direito a comprar vaca de qualidade, de raça, em várias áreas, especialmente na área da bacia leiteira; você tem condição de comprar um trator; você tem condição de fazer uma cerca; você tem custeio, mas, quando você não tem o documento, você, na verdade, só fica na vontade, na vontade de fazer, na vontade de ter, na vontade de ver, mas fica sem conseguir completar.

E, por falar em vontade, preciso aqui também do Senador catarinense e Senador do Brasil, Senador Dário Berger, e também de V. Exª e especialmente dos representantes dos Estados da Região Amazônica.

O Ministro Henrique Meirelles, antes de sair do Governo, Deputado Carlos Magno e Deputado Luiz Cláudio, fez uma medida provisória mudando o sistema de financiamento para os fundos do FNO. O seu Estado também é penalizado, junto com o meu. Qual é o resultado? Naquele momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu até concordaria com o fato de que, de repente, seria preciso mudar, porque a Selic estava muito alta, mas nós não podemos aceitar isso hoje. O BNDES oferece condições para comerciantes e empresários da Região Amazônia mais baratas do que as do Fundo Constitucional do Norte. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo!

Sinceramente, todo o setor produtivo do Brasil, do agronegócio... Vou ficar indignado se eu souber que alguém do agronegócio está apoiando esse Henrique Meirelles que seja até para chefe de quarteirão! Ele não merece o respeito do setor produtivo! Ele não merece o respeito de quem representa, como eu, o povo de um Estado!

Nós conseguimos, Senador Wellington Fagundes, um fundo constitucional, como o do Nordeste, com juros subsidiados para melhorar a renda e o investimento nessas regiões tão difíceis! E ele, que é um grande defensor... Henrique Meirelles é um grande defensor de banqueiro! Ele tem de ser candidato a presidente de banco! Ele tem de ser candidato a presidente dos bancos que simplesmente o mantêm!

É uma alegria contar aqui também com o Senador Medeiros, que é um grande guerreiro, que defende... É importante, Senador Medeiros...

Da mesma maneira, quando fizeram o Refis para os bancos, o Sr. Henrique Meirelles deu 100% de multa, ou melhor, 100% dos juros, só para pegar o principal dos bancos, que cobram juros de 480% ao ano. Agora, eles cobram pouco mais de 300% ao ano. Esse mesmo cidadão quer ser o nosso representante! Eu não voto nele e não trabalho para ele nem para que ele seja chefe de quarteirão! Não voto e não trabalho para ele nem para que ele seja chefe de quarteirão! Desculpem-me a franqueza! "Ah, mas ele é bom para a economia!" Não foi bom coisa nenhuma!

No Funrural, tivemos de derrubar o veto, Carlos Magno. Tivemos de derrubar o veto do Funrural, para não pagar multa e juros, porque o agricultor não tem culpa! Se havia um impasse no Supremo de cinco a cinco, ninguém sabia! Se até o Supremo teve dificuldade para saber o que era ou não correto na cobrança do Funrural, imagine o povo brasileiro! Aí, para nós, para o Funrural, Medeiros, ele seduziu o Palácio para que vetasse, e nós derrubamos o veto.

Eu queria pedir também o seu apoio, Senador Medeiros, para outra questão. Há uma medida provisória, cujo número não sei de cabeça, pela qual se estão cobrando juros tanto para o seu Estado quanto para o meu Estado, para a Região Norte, com recursos do FNO, como os juros de outras instituições bancárias. Já foi criado o fundo para se investir, para que aqueles que vão para a Região Norte ocupem para não entregarem. Agora, na atual conjuntura econômica, o BNDES está oferecendo dinheiro mais barato do que o Fundo Constitucional do Norte. Isso é um absurdo! Não dá para concordar com isso.

Portanto, eu voto contra essa medida. Sou da Base do Governo, mas, independentemente de cor partidária, eu voto contra essa medida provisória que tira a condição especial para que todo o setor do comércio, da indústria, da pequena indústria – na Região Norte, não há grandes indústrias, a não ser em Manaus – possa ter um financiamento a um juro mais subsidiado.

Então, o ex-Ministro Henrique Meirelles não tem a minha atenção, não tem a minha admiração, porque simplesmente não sou banqueiro. Se eu fosse banqueiro, eu trabalharia para ele, eu o apoiaria. Não sou banqueiro! Sou produtor, sou agricultor, sou do agronegócio e trabalho contra ele, porque, infelizmente, ele é contra quem produz neste Brasil.

Quero também, com imensa alegria, cumprimentar os vereadores de Cacaulândia.

Gene Falcão, é uma alegria tê-lo aqui, junto com a gente. Você está acompanhado do Toninho, grande Toninho!

É uma alegria, Toninho, tê-lo aqui!

Quero cumprimentar o Douglas, que também está aqui. Onde está o Douglas? Ele está aí.

O pessoal da Câmara poderia pegar os nossos vereadores aí.

Juraci do Ônibus, está tudo em paz?

Deixo o nosso abraço para o Antenor. O Antenor está andando na linha lá? Está tudo tranquilo? Então, deixo o meu abraço para o Antenor da Sithathi, como é conhecido.

Está aqui o Edinez Paixão. Tem de ter paixão pela sua namorada, pela sua esposa! Mas é conhecido como Paixão. Então, fica o nosso abraço também. Desculpa a brincadeira!

O Manoel está aqui também. Ô Manoel, fica aqui o nosso abraço e o nosso obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Valério está aí também? (*Pausa.*)

O Valério está aqui.

E o Paulinho Lauer está aqui também.

Então, é uma alegria tê-los aqui, com os demais vereadores que estão aqui, como o Enoque, que são de outras cidades vizinhas.

Passo a palavra para o nosso grande Senador e grande guerreiro. Mato Grosso, Medeiros, está muito bem representado por V. Exª. O senhor é um cara corajoso, arrojado, que não tem medo de cara feia. Não tem medo de cara feia! Mato Grosso, com certeza, tem muito orgulho de V. Exª.

Nesses dias, em Vilhena, naquela região – muita gente de Mato Grosso vai para Vilhena e volta –, naquela região de Sapezal e de Juína, enfim, em toda aquela região, tenho falado muito do senhor, porque o senhor, além de ser um Senador atuante, competente, determinado, arrojado e corajoso, enfrenta aqui, de igual para igual, qualquer Senador que está há 30 anos nesta Casa, que, infelizmente, está acomodado e que está mais indo para o INSS, na verdade, do que representando o seu Estado. Então, é uma alegria estar contigo no Senado Federal, Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Já vou aproveitar, porque, agora, com essa fala, na campanha, vou querer que V. Exª mande pelo menos um áudio ou um vídeo para a região de Colniza. Cheguei lá e vi que V. Exª é mais conhecido do que os Parlamentares de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sabe a história que aconteceu quando eu era Governador do Estado de Rondônia?

Houve um encontro lá, Dário, e nós fomos a Juína. Chegamos lá, e ali estava o Blairo Maggi, Governador de Estado. E aí todo mundo falava, falava! Havia umas três mil pessoas – mando para o pessoal de Juína o nosso abraço –, e aí, em determinado momento, na hora em que eu estava usando a palavra, com todo mundo aplaudindo, eu falei: "Quem é de Rondônia aqui levante o braço!" E aí 99,9% levantaram o braço! Blairo Maggi até brincou: "Vou ter de fazer uma mudança na legislação e vou passar todo este canto do Norte aqui para Rondônia." Não é isso, Carlos Magno? É que o pessoal de Rondônia que me conhece – na época, abrimos Rondônia juntos –, depois de abrir o Estado de Rondônia, foi para a região do norte de Mato Grosso, entrou por Juína, entrou por dentro, por Machadinho, foi para Colniza e para toda aquela região.

Não foi em Juína, mas em Colniza que aconteceu isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Em Colniza.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Foi em Colniza que aconteceu isso. Então, é toda aquela região da grande Colniza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – A relação com Rondônia ali é muito próxima mesmo.

Mas, Senador, eu queria só abrir um parêntese, para destacar essa fala de V. Exª sobre a questão... Foi criado um programa há algum tempo, e, de repente, ele vai se descaracterizando, e as pessoas perdem a noção do porquê de aquele programa ter sido criado. Então, V. Exª disse "integrar para não entregar", e algumas coisas foram criadas nesse sentido.

Aqui, eu faço um *link* com o que aconteceu, por exemplo, no Estado de Mato Grosso em relação à regularização fundiária, aos assentamentos. Em determinado momento, em Mato Grosso – e Mato Grosso fez parte dessa política de integração –, foram cortados lotes, Senador Dário, que foram passados para as pessoas. Então, há 30 anos, há 40 anos, essas pessoas foram para lá, receberam o documento do Incra e foram trabalhar.

Mas, recentemente, chega um órgão ambiental e diz: "Olha, é o seguinte, a legislação aqui diz que só pode desmatar 20% dessa área, e vocês desmataram mais que 20%." "Não, mas nós respeitamos as APPs, respeitamos as cabeceiras e tudo." "Não, não, não! A legislação não é mais essa." E, agora, estão indo os órgãos lá, com o Ministério Público, e estão chamando essas pessoas para fazerem TAC. Eu falei: "Não façam TAC. Se vocês fizerem esse Termo de Ajustamento de Conduta, vão perder a terra ou, daqui a pouco, estarão presos."

Penso o seguinte: uma coisa já estava consolidada, e aí chega uma legislação e muda tudo. Agora, estão aconselhando as pessoas a plantarem jitirana, baru, e elas não vão sobreviver. E vai se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acabar com o programa de reforma agrária que foi feito lá. São pessoas que já produzem, Senador! E, agora, vai se tirar a soja e o milho para plantar baru, para reflorestar. Isso é uma sandice!

Agora mesmo, saiu um dado da Nasa de que nem 7% praticamente do Território nacional servem à agricultura. Então, a gente precisa trabalhar mais com números e menos com manchete. Essa é a preocupação.

Mas eu fiz esse *link*, porque V. Exª falou que havia um programa financeiro para beneficiar e que, de repente, se descaracteriza tudo, e passa a ser mais um. Por exemplo, o juro está caindo, mas, quando você vai ver os repasses do juro, não está muito diferente, não. Então, ou você deixa tudo normal e acaba com esses programas, ou, então, vamos fazer algo de fato para ajudar essas regiões.

Essa é uma preocupação que a gente tem. Fica aqui essa reflexão, para que os nossos órgãos possam também ver um pouco a historicidade, o porquê de as coisas terem sido criadas.

Nós temos lá, por exemplo, Senador Ivo Cassol, uma rodovia. Há essa história, gente, de querer exigir licenciamento para uma rodovia que está lá há 50 anos! Que doidice é essa? O possível estrago que poderia ser feito ao meio ambiente já foi feito! Aí, não! Podem continuar passando ali os carros, mas não se pode asfaltar.

Então, eu falei isso dentro dessa sua fala, porque sei que V. Exª também entende isso mais ou menos nessa linha. E lhe agradeço pelas palavras carinhosas. Espero que Rondônia, em breve, esteja elegendo V. Exª como governador de Estado nessa eleição, caso se candidate.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Medeiros.

Digo uma coisa, Senador Medeiros: coloquei tudo nas mãos de Deus desde os meus primeiros passos na vida política, especialmente neste momento difícil que toda a classe política vive no Brasil.

Estou com os dados em mão e, cada dia que passa, estou não mais amedrontado, porque também não tenho medo de cara feia, mas estou mais decepcionado ainda com a herança que o Governo do PMDB do meu Estado está deixando para o Estado de Rondônia.

Para vocês terem uma ideia – estou com os dados em mão –, Vereador Toninho, Gene, todos os que estão aqui, Deputado Luiz Cláudio, Carlos Magno, Dário, nós tivemos no passado uma dívida do Beron, e foi assumido que ela não era nossa. Houve intervenção do Banco Central. Ficaram, por três anos, como interventores, e a dívida, que era de R$400 milhões, foi levada para não sei quantos bilhões. Nós pagamos mais de R$2 bilhões de dívida. Eu paguei, nos oitos anos de mandato, mais de R$2 bilhões de dívida. Eu entrei na Justiça porque quem tinha de ser responsabilizado era o Banco Central, pela dívida que fizeram, porque a intervenção era deles. E eu consegui, na época, já como Senador, em junho de 2014, a suspensão do pagamento da dívida do Beron. De lá para cá, o Governo do Estado de Rondônia vem economizando R$25 milhões todo mês quanto à dívida do extinto Beron.

Pasmem! Uma documentação chegou às minhas mãos e às do Deputado Luiz Cláudio. Tenho aqui a Mensagem 242, que o Governo do Estado mandou para a Assembleia Legislativa.

Tenho aqui, da Secretaria de Finanças, a homologação, com a União assumindo a dívida, Carlos Magno, de novo, do extinto Beron, sem sequer acabar de questionar o débito que foi imputado a nós, sem que devêssemos. E, só neste ano, o novo Governador de Rondônia tem R$139 milhões da dívida para pagar! Hoje, essa dívida, pela União, é de R$2,4 bilhões. Se discutirmos como estamos discutindo, ela vai diminuir e vai para menos da metade.

Mas o Governo do Estado mandou um projeto de lei para a Assembleia. E aquela Assembleia Legislativa, conivente com tudo que esse Governo fez, aprovou o Projeto de Lei nº 242, a mensagem do Governo do Estado, assumindo a dívida, Deputado Carlos Magno – quem foi Deputado continua a sê-lo a vida inteira –, passando-a para R$7.793.497.551,66 até 2048. É o que está aqui. Eu tenho em mão o documento.

Não bastasse isso, tenho o parecer da Procuradoria do Estado concordando com esse monstro – falo que é um monstro –, assinado no dia 10 de janeiro de 2018. É um parecer jurídico da operação de crédito, para pegar meia dúzia de centavos, como fizeram no passado. Estão quebrando o Estado de Rondônia de novo! Ele vai virar um Rio de Janeiro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Olhem o que diz o parecer: "Em atendimento ao disposto no §1º do art. 32 da Lei Complementar 101, de 2000, e no inciso I [...], no âmbito do pleito do Estado de Rondônia para realizar aditivo contratual ao Contrato de Confissão [...]." Olhem o que se diz: confissão!

Sente-se aqui, Medeiros. Fique à vontade!

Continua: "[...] ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 003/98/STN/Coafi [quer dizer que já fizeram um monte de besteiras no passado], celebrado junto à União em 21/12/1999 [...]."

Olhe que briguei tanto na Justiça, gente! Ô Dário, nós brigamos na Justiça para não pagar essa dívida e conseguimos a suspensão.

Continua:

> "[...] e na Resolução nº 11/97, do Senado Federal, assim como o Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos, celebrado em 12/12/1998, nos termos do disposto na Medida Provisória [...], de 05/02/1998, no valor de R$2.106.684.884,48 [...], para adoção das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016, declaro que este ente federado atende às seguintes condições:
> a. exigência de prévia e expressa autorização para a celebração do aditivo [quer dizer, é a confissão] [...];
> b. inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada [olhem, vereadores, como está a situação do Estado de Rondônia];
> c. atendimento do disposto [...]; e
> d. observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar [...].
> Conclusão.
> Entendo que este parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso [...], demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente [...].

Quer dizer que o Governo do Estado, o Governo de Confúcio Moura, esse governo que foi...

Dário, deixe-me falar uma coisa: eu fui o único Governador, na face da Terra, da Constituição para cá, autorizado pelo Poder Legislativo do Estado de Rondônia, naquela época, a ser processado numa ação penal, porque não aceitei dar R$10 milhões para eles!

Houve mais de 50 governadores de lá para cá, muito mais, e nenhum deles foi autorizado a ser processado no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Nenhum foi autorizado! Eu fui autorizado porque não aceitei negociar com a Assembleia.

Ao mesmo tempo, o Supremo, no ano passado, acabou com essa farra e autorizou que o Superior Tribunal de Justiça, para quem tinha foro, abrisse procedimento de investigação e julgasse, porque o governador, o ex-governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura, foi denunciado por formação de quadrilha e desvio de R$57 milhões do dinheiro dos cofres do Estado, da saúde – caso em que muita gente foi presa –, ao mesmo tempo, antes de sair, antes de renunciar, deixou esse presente podre, de grego para o povo do meu Estado de Rondônia.

Para se ter uma ideia, o total da dívida consolidada... Olha, o que eu estou falando para vocês hoje... Quando eu fui Governador, em dois mandatos, eu fiz um financiamento de 40 milhões para comprar ônibus escolar, porque eles se pagavam – repito, 40 milhões –, e fizemos, em oito anos, um financiamento de R$112 milhões para fazer nos Municípios obras de pavimentação asfáltica e outras obras. Consegui pagar, na época, nós conseguimos pagar mais de 5 bilhões de dívidas de governos passados. Mais de 5 bilhões de dívidas! Só esse Governo, com o que já havia dos governos dos outros para trás, está deixando para nós pagarmos, no Estado de Rondônia, R$19.381.349.755,47. Esses são os dados da situação total da dívida projetada pela STN, do Governo Federal.

Deputado Luiz Cláudio, o povo do meu Estado pode comprar todo o sal grosso, trazer de onde houver, porque nós vamos estar mortos e enterrados nos próximos anos. Olhe o que fizeram com o nosso Estado de Rondônia!

Ontem eu estava embarcando em Cacoal, e o ex-governador estava indo visitar a Emater. Depois de sete anos em que nunca visitou a Emater – acabou com a Emater no Estado –, ele estava indo visitar a Emater. E aí houve um funcionário da Emater que falou a verdade para o ex-governador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque ele estava lá. Não tenho nada contra a pessoa dele, respeito a pessoa dele. É um homem muito educado, Senador Dário, Deputado Luiz Cláudio. É um homem muito educado, mas muito liso e de muitas promessas. Pelo menos, em Rolim de Moura, ele disse que a cada ano levaria 10km de asfalto. Aí, no final de seis anos, ele conseguiu fazer 10km de asfalto. Quer dizer, já dariam quase 100; em oito anos, dariam 80km de asfalto.

Gente, o nosso Estado de Rondônia está sem fazer concurso público.

Quanto à educação, eu denunciei na semana passada que o Secretário de Educação estava comprando contêiner para colocar alunos dentro da sala de aula. Contêineres, gente! Isso é falta de competência, falta de planejamento! Um pessoal desses tinha que estar preso! O cara que está dentro de um órgão público... Não é só o cara não ter competência de administrar o dinheiro; é ele não ter planejamento. Seis milhões de reais para alugar contêineres! E a empresa, já antes da licitação, 30 dias, já estava instalada em Porto Velho.

Não bastasse isso, pegaram a nossa Caerd e perderam mais de R$550 milhões da Caerd, que eram a compensação das usinas para resolver o problema da Caerd, tirá-la do buraco. Aí a Caerd hoje deve 1,2 bilhão. Se tivesse pego esses 500 milhões – não é, Cláudio? –, nós deveríamos só 700. Perderam esse dinheiro também da Caerd, em Porto Velho, por falta de competência e falta de seriedade da Iacira. Mas parece que o novo Governador já a demitiu, já a mandou embora, porque o ex-Governador Confúcio Moura a botou até como liquidante da Caerd antes de sair.

Então, olhem a situação em que está o nosso Estado de Rondônia! Quer dizer, a gente briga... Brigamos oito anos para poder rever a dívida do Beron. E aí o Governador manda para a Assembleia Legislativa este projeto de lei, esta Mensagem nº 242 – está aqui, na minha mão, vamos conferir –, de 17 de outubro de 2017, e os Deputados da Assembleia Legislativa a aprovam. Afinal de contas, a Assembleia Legislativa, nos oito anos – não é, Deputado Luiz Cláudio? –, aprovou tudo que o governo mandou. Aprovou tudo! Aprovou tudo! É vergonhoso, mas é verdade. Se algum Parlamentar estiver achando ruim, então mostre para o povo do Estado de Rondônia que foi contra. E aqueles que foram contra eu defender. Mas aqueles que foram coniventes com a maneira com que deixaram o nosso Estado de Rondônia... Nós não merecemos isso! Nós não merecemos isso, gente! É a oportunidade, Deputado Luiz Cláudio, que o Daniel Pereira, o atual Governador, que assumiu o cargo, tem neste momento para revogar essa lei. O Daniel Pereira tem o momento para revogar a lei e, ao mesmo tempo, vai ter a oportunidade de peitar o Governo Federal. E para isso ele pode contar conosco. Pode contar conosco.

No dia em que nós fomos, Dário... Nós estávamos – eu, o Deputado Luiz Cláudio, o Senador Raupp e demais Parlamentares – indo para Porto Velho com o Presidente Michel Temer, e estava também, Carlos Magno, o Governador Confúcio Moura. E aí o Presidente falava para o Governador Confúcio Moura que ele precisava optar pela nova contratação da dívida do Estado. Eu falei para ele: "Governador, esse cargo não me pertence, mas a dívida que o senhor vai assumir, essa vai ser nossa, do povo do Estado de Rondônia. Não aceite!" "Presidente, eu estou pedindo para o Governador aqui" – o Senador Raupp estava do lado, é testemunha, e eu tenho isso filmado, documentado lá no dia. Falei: "Não aceite, Governador, a imposição do Ministério da Fazenda sem antes rever a dívida do Beron. Não aceite! Por mais que eles lhe ofereçam alguns trocos, algumas migalhas, não aceite! Por favor, não aceite." Ele falou: "Cassol, é boa ideia, eu vou analisar com calma, vou ver isso aí" e tal. Mas, infelizmente, o Governador acabou assumindo.

Isso não está ainda concretizado. Pode ainda o Ministério Público do Estado de Rondônia entrar... Está na hora de o Ministério Público do Estado de Rondônia fazer alguma coisa, porque até agora, nos últimos tempos, nos últimos anos, eu não vejo nenhuma ação do Ministério Público contra a má gestão dos recursos públicos do Governo do Estado de Rondônia. Eu não vejo – desculpe-me o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia. Não vejo! Não vejo o Caex fazer nada para reprimir a incompetência, a falta de gerência, a falta de seriedade, nem com o dinheiro da Caerd, nem o Ministério Público Federal – porque é recurso federal também –; o Ministério Público Federal também não atuou.

Mas, quando há o nome do Ivo Cassol, é uma questão em que eles têm que entrar, porque é o Ivo Cassol. Se botarem num *site* lá que o Ivo Cassol é feio, pulou uma cerca, vão colocar que o Ivo Cassol pulou a cerca; já entram com um processo contra mim. Agora, quanto ao governo anterior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estava lá até há pouco, da atual gestão que está lá, não levantaram uma palha para apurar nada desse desmando.

A polícia militar não tem papel higiênico, não tem papel, não tem nada. A polícia civil não tem papel sulfite, não tem nada. Concurso público para a polícia militar não foi feito. A educação foi para a greve, porque o governo do Estado não cumpria nem o plano de cargos e salários. No Idaron não é diferente. Em todas... No DER vivem as máquinas em cima de cepo, porque não há nem diesel para botar nas máquinas.

Com certeza, vereadores, se vocês olharem a estrada que vai de Cacaulândia para Colina Verde – não é, Gene, Toninho, Douglas, Juraci, todo mundo? –, com certeza, deve haver algum atoleiro em vários lugares. E, se vocês forem olhar o asfalto da BR-364, até dentro da cidade de vocês, nem os buracos estão tapando. Porque da cidade, do asfalto da 429 para Buritis, em que eu fiz o asfalto, infelizmente acabou o asfalto. Acabou o asfalto e nem sequer recapearam. As estradas estão em frangalhos nos quatro cantos do Estado de Rondônia.

E eu não consigo entender... "Ah, é a crise!" Concordo, há crise, tudo bem. Mas não se justifica tanta falta de seriedade, tanta falta de competência, tanta falta de gestão e tanta falta de seriedade, como aconteceu com o caso da Caerd, com o dinheiro público, com dinheiro nosso. Eram duas bacias, mudaram o projeto para uma. Quando foram fazer a licitação, Vereadores, pegaram um Município da Bahia, botaram até o nome da cidade da Bahia na licitação. Até o nome do distrito, a linha, tudo da Bahia. Tudo da Bahia! E ninguém fez nada, ninguém entrou lá, ninguém denunciou. Ninguém denunciou! É uma coisa absurda!

Em Ji-Paraná, um empreiteiro foi extorquido. Um empreiteiro de Ji-Paraná foi extorquido, porque queriam propina, e ele não deu. Aí, cancelaram o contrato, e está o povo de Ji-Paraná sem água. Agora, parece que contrataram outra empresa e estão extorquindo a empresa também de fora, Deputado Luiz Cláudio. E o Ministério Público não faz nada. Ô, Ministério Público, desculpa... Não importa o nome de quem está lá, mas ninguém está acima da lei, e o Ministério Público tem que fazer jus a isso.

Portanto, Deputado Luiz Cláudio, essas dívidas que chegaram às nossas mãos infelizmente são dívidas impagáveis. Sem contar, também, Deputado Luiz Cláudio, que nós estamos fazendo a transposição nos servidores. Na Medida Provisória 817 muita gente vai para a transposição. Vão ter que pagar os encargos sociais, Carlos Magno, que vão ter que tirar do Iperon, e o Iperon também já está com os cofres vazios. Então, imaginem que situação o povo do meu Estado vai sofrer nos próximos anos, independentemente de cor partidária. Independentemente de cor partidária!

Esse governo do Confúcio tinha que andar... Confúcio Moura, o senhor tinha que andar nos quatro cantos do Estado de Rondônia, como o senhor está andando, não para dizer que é pré-candidato a nada. O senhor tinha que ter humildade para dizer para o povo: "Perdão, me desculpem! Eu enganei vocês, eu traí vocês. Eu não tive pulso, não comandei o Estado e deixei o Estado nesse buraco em que está hoje."

E a oportunidade que o Governador Daniel Pereira tem é de fazer uma faxina nesse bando de incompetente e corrupto e botar pessoas honestas e sérias para que as coisas mudem e, pelo menos, nós possamos ter uma perspectiva de tempos bons e dias melhores no Estado de Rondônia.

Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Senador Ivo Cassol, eu queria falar sobre essa dívida do Beron, que é um banco que foi extinto. Quando o senhor foi Governador, durante oito anos, o senhor pagava todo mês essa dívida do Beron. O senhor não tinha apoio da Bancada. Carlos Magno, na época, aqui, o Governador Cassol não tinha apoio da Bancada para ajudar.

E, no governo do MDB, foi suspensa essa dívida. Vereador Toninho, Vereador Gene, Vereadores aqui presentes, Paulinho, Douglas, Juraci, Edinez, Manoel e Valério. No Governo, agora, dos oito anos do MDB, foi suspensa a dívida, mas não foi eliminada a dívida. Eu acho isso injusto para Rondônia, Senador. É injusta essa dívida. E, para complementar, como é injusta, nós temos que lutar contra essa dívida, no Supremo Tribunal Federal, com o Governo da União, para acabar de vez com essa dívida. Surpreende-nos, realmente, essa confissão dessa dívida do Beron, parcelando a partir de 2018 até 2048. Vai inviabilizar os novos governos, porque aumenta a capacidade de endividamento do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

– vai para 44% –, e o Estado vai ficar impossibilitado de buscar recursos, Senador Cassol, para acudir estradas, para desenvolver o Estado.

Então, na verdade, nós temos que somar, porque a Bancada toda agora é unida em favor de Rondônia. É diferente da sua época de governador. O senhor não tinha isso. E o Governo atual, agora que o Daniel assumiu, o Vice-Governador, tem apoio de toda a Bancada. É uma injustiça muito grande essa dívida do Beron. Qualquer governo que entrar vai exatamente ter dificuldade, como o Estado já está tendo dificuldade.

O senhor falou aí da agricultura familiar. A agricultura familiar, nesses oito anos de governo, foi esquecida. O senhor falou em feijão. Agora, nós estamos na época de se plantar feijão em Rondônia, e ninguém está plantando, Senador, porque esse governo não entregou um caroço de semente para o produtor plantar. A agricultura familiar, Toninho, não planta mais arroz, Gene, não planta mais milho. Vocês veem os agricultores plantando isso lá? Quem planta são os grandes, Senador Cassol! Veio uma onda de alguém que está plantando soja, Deputado Carlos Magno. Soja, só em áreas grandes, mas o pequeno não produz mais nada, Senador, lá em Rondônia. É só buscar as estatísticas do IBGE e da Conab. A produção de feijão quase não existe mais, nem a de milho – eu falo da agricultura familiar –, a de arroz. Ninguém planta! O pequeno não planta, não tem as sementes. O produtor não tem apoio.

O senhor falou muito bem que a Emater precisa estar no campo. Tem que acabar a burocracia. Hoje um técnico da Emater fica mais fazendo papel do que indo para o campo. Não é culpa dos técnicos, Senador; é culpa do sistema. O técnico tem que ir para o campo. Nós temos pessoas em funções administrativas para fazer relatórios. Até para aqueles programas de aquisição...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A equipe da Emater é uma equipe eficiente, competente. Infelizmente, virou um cabide de emprego, porque o governo foi lá e botou um monte de pessoas para dentro, que estão lá só para puxar o saco, quando na verdade tinham que dar condições para os que estavam lá dentro trabalharem. Além de não dar condições para quem estava lá dentro, colocou outros, perseguindo aqueles que estavam trabalhando na verdade. Perseguindo e mandando embora.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Realmente houve perseguição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, é um absurdo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Diziam que Cassol perseguia, mas foi totalmente o contrário. O senhor nunca perseguiu ninguém na Emater. Eu digo isso porque fui Presidente da Emater, o Carlos Magno também. Pelo contrário; nós contratamos mais técnicos, mais profissionais, veterinários, zootecnistas, engenheiros agrônomos para poderem ir para o campo, porque, se a gente der assistência permanente, aumenta a produção. Então, caiu assustadoramente, Senador Cassol, a produção da agricultura familiar.

Aí estão falando alguma coisa do café. Mas o café clonal foi um trabalho que começou com a gente, de preservar as matrizes, com a Embrapa. Há mais de 40 anos a Embrapa existe lá em Rondônia; a Emater também tem mais de 40 anos, Senador Cassol. E, se nós não tivéssemos feito um trabalho de preservar o material genético do café, nós não teríamos hoje um dos melhores cafés de Rondônia. Cruzou-se Conilon com Robusta e criou-se um híbrido, que está com essa produtividade alta aí, de 120, 140, 150 sacos por hectare. Mas, se não fosse o material que nós preservamos, não estaríamos hoje com essa possibilidade.

Portanto, Senador Cassol, para voltar ao assunto da dívida do Beron, estou aqui como Deputado Federal para ajudar o meu Estado, como o senhor. Vamos contra essa confissão de dívida. Nós não aceitamos o Estado de Rondônia, a partir deste ano, começar a pagar, até o ano de 2048, um valor que vai chegar ao total de 7,4 bilhões. É injusto para Rondônia. Eu, como Deputado que defendo o meu Estado, sou contra isso. Estou aqui para ajudar o novo Governo. Quero dizer ao Governador Daniel que não concorde com isso.

O Governo Federal é do MDB. Acho que no mínimo ele poderia, Senador Cassol, ajudar a corrigir essa injustiça. O povo de Rondônia não merece isso! O povo do nosso Estado não merece isso. O Estado já não tem capacidade de investimento, como o senhor disse; muito pouca capacidade de investimento para arrumar as rodovias estaduais, para criar projetos de desenvolvimento. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos hoje as cidades do interior com problemas seriíssimos. O comércio está tendo dificuldades. Muitos comerciantes estão fechando as portas por falta de circulação de dinheiro nos Municípios. Não há mais a produção da agricultura familiar! Em que uma plantação de soja lá no Cone Sul vai ajudar Cacaulândia, vai ajudar Rolim de Moura, vai ajudar Santa Luzia? Não vai ajudar em nada, Senador. O que vai ajudar é a produção de café, é aumentar a produção de leite, a produção de milho, a produção de hortaliças, a produção de frutas. Isso, sim, vai ajudar a economia dos nossos Municípios.

Portanto, estou com V. Exª em não concordar com essa dívida do Beron, não concordar com essa confissão de dívidas. E, só para fazer aqui justiça, Senador, realmente esse projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa. Por dois mandatos eu fui Deputado Estadual, mas ele mandou uma mensagem bem pequena, e a votação foi simbólica. Os Deputados Estaduais não tiveram nem tempo de ler o que era a mensagem. E, na verdade, a votação sendo simbólica, não sai o nome dos Deputados. Então, é uma coisa injusta para o nosso Estado de Rondônia. Não concordo com isso, estou junto com V. Exª. Nós não podemos ser irresponsáveis de concordar com um negócio desses, que vai inviabilizar por vez o Estado de Rondônia. Como o senhor disse, vai ficar pior do que o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, que não têm dinheiro para pagar nem o salário dos funcionários públicos.

Estamos juntos, e vamos cobrar do Governo Federal para que reveja essa dívida. Isso é um absurdo. A quantidade que já foi paga, como o senhor falou... No seu governo, o senhor pagava todo mês, não é? Tirava do dinheiro para fazer estrada, do dinheiro para mais agricultura. Mas isso não impediu o senhor de dar hora/máquina para o agricultor, não impediu o senhor de dar semente para o agricultor, não impediu o senhor de criar um projeto para inseminar as vacas de leite e aumentar a produtividade por animal, não impediu o senhor de vacinar as fêmeas de brucelose, cuidar das estradas, fazer rodovias. Não impediu! O senhor pagava o Beron e fazia tudo isso com recursos próprios. Agora, a conversa é diferente. O Governo não está tendo capacidade de fazer isso e confessa uma dívida de sete bilhões, deixando-a para os próximos governantes. É com isso que eu também não concordo. Estou junto com V. Exª para a gente ajudar a defender o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Isso, Deputado Luiz Cláudio, infelizmente – e é até bom estarem aqui os Vereadores de Cacaulândia, de Machadinho, todo mundo que acompanha, Carlos Magno –, é porque nós tínhamos um governo frouxo.

E esse é o preço que a gente paga quando a população escolhe errado, vota errado. Depois, por mais que esperneie, essa é a situação que nós vivemos. "Ah, mas o Governo Federal está pressionando". E daí? Pode pressionar do jeito que quiser, pode fazer do jeito que quiser. O cara precisa ter colhão – desculpem-me a expressão – para não concordar, não admitir.

Para vocês terem uma ideia, sabem de quanto é a dívida, só deste ano, que o Estado vai ter que pagar? São 821 milhões. Todo ano, 821 milhões em média. Isso é um absurdo! Não dá para concordar! Não posso aceitar!

Briguei, durante os meus oito anos, para tentar derrubar e buscar uma alternativa contra a confissão de dívida. Agora, vem aqui e escreve no termo: "confissão de dívida". Está aqui: confissão, gente! É confissão! É como se você que está em casa me assistindo chegasse a um comércio onde comprou fiado e falasse, depois que o cara lhe apresentasse uma conta mil vezes maior: "Tudo bem. Pode me dar a promissória que eu assino." Gente, isso se chama burrice – isso se chama burrice! Pode até acontecer com um analfabeto, mas a lei é muito clara: analfabeto não pode assumir cargo público; ele tem que, no mínimo, saber ler e escrever. E não há confissão de dívida, porque aqui não existe dívida.

Nós temos uma briga judicial. O Governo do Estado de Rondônia tinha de brigar por isso, assim como a Bancada Federal inteira aqui, Deputado Luiz Cláudio – são oito Deputados Federais e três Senadores. Eu, que podia ser oposição durante o tempo inteiro, não o fui. Eu fui parceiro, eu fui companheiro do povo do meu Estado. Eu tenho respeito pelo povo do meu Estado de Rondônia.

Mas eu quero chamar a atenção para uma situação. Eu quero chamar a atenção dos Poderes do Estado de Rondônia – o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo; são três Poderes – e dos órgãos públicos responsáveis, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas. O Tribunal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa e o Estado precisam do dinheiro da arrecadação. Eu quero lembrar a todos vocês que se nós não tomarmos uma medida em conjunto, a vítima será toda a sociedade, independentemente de ser branco, negro, amarelo, mulato; independentemente de ser capixaba, mineiro, catarinense; independentemente de ser do Município de Cacaulândia, de Buritis, de Porto Velho, de Vilhena, de Cabixi, de Pimenteiras; independentemente de partido A, B, C; independentemente de ser do PMDB, do PT, do PSDB ou de qualquer partido. Independentemente de qualquer situação, essa é a realidade que nós vamos viver no Estado de Rondônia. E na ganância de...

Olha, Deputado Luiz Cláudio, eu estou falando isso, mas só de dinheiro emprestado que este Governo pegou foi mais de um bilhão – mais de um bilhão é o dinheiro que pegou emprestado. E aí eu pergunto a vocês: qual é a obra que o Governo do Confúcio Moura fez em Cacaulândia? Qual é a obra? Qual é a obra que foi feita em Buritis? Qual é a obra... Vocês de Cacaulândia fiquem pensando qual é a obra. Qual é obra que houve em Machadinho? Qual é a obra que esse Governo fez em Vilhena? Qual é a obra que esse Governo fez em Colorado? Em Cerejeiras? Em Pimenta Bueno? Em Rolim de Moura? Em Alvorada? Em Ji-Paraná? Qual é a obra que fez? Em Porto Velho, qual é a obra que esse Governo fez? Eu sei de uma: o Espaço Alternativo, que ainda é empréstimo, é dinheiro emprestado. E todo mundo foi parar na cadeia. É a única obra que, na verdade, se destaca.

Para vocês terem uma ideia, a maioria dos Municípios foi interligado com recursos próprios da nossa arrecadação, com dinheiro do povo.

Por exemplo, Deputado Luiz Cláudio, Deputado Carlos Magno, vereadores, na cidade de Jaru, há o Distrito de Tarilândia, onde há quase 9 mil eleitores – de 8 mil a 9 mil eleitores. São 60km de distância. Quando nós saímos, nós deixamos 12km de asfalto para o governo terminar. Em oito anos, não deram conta de fazer os 8km de asfalto – nem com financiamento conseguiram fazer. Então, eu fico triste.

Quero pedir perdão aos nossos telespectadores, ao pessoal que nos acompanha ao vivo no YouTube. Esta audiência pública vai ser reprisada na quinta-feira, às 16h30, horário de Brasília – no Estado de Rondônia, às 13h30.

Eu estou indignado! Eu estou indignado com essa situação que nós estamos vivendo, com essa dívida que estão assumindo – é uma confissão de dívida que estão assumindo. Infelizmente, é falta de pulso, é falta de gestão, é falta de responsabilidade. E esse presente vai até 2048. Portanto, as crianças que estão nascendo hoje, daqui a 30 anos, quando elas estiverem com 30 anos, ainda vão pagar essa conta, porque essa conta não se paga daqui até lá – vão ter que jogar ainda mais 30, 40 anos para frente. Isso é o que deixaram de herança, mais uma vez, para o povo do Estado de Rondônia.

Peço desculpas, perdão, mas eu não posso ser conivente e não posso vir aqui e ficar calado. Portanto, toda vez que eu puder usar a tribuna, eu vou denunciar.

Está nas mãos do novo Governador Daniel Pereira. Ele vai ter a oportunidade de poder ratificar e não admitir uma confissão, nem que lhe ofereçam dinheiro novo, em troca do sacrifício da nossa população do Estado de Rondônia.

Agradeço a presença dos vereadores de Buritis; do Prefeito de Alta Floresta, Carlos Borges; dos Vereadores de Cacaulândia; de toda a população; da equipe do Deputado Luiz Cláudio e do Deputado Carlos Magno, nosso grande parceiro. Até uma próxima oportunidade, se assim Deus permitir.

Um abraço!

Obrigado.

Dou por encerrada a reunião da Comissão.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE ABRIL DE 2018.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Telmário Mota, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Lasier Martins e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à pauta de deliberação: 1ª PARTE: APRECIAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA NO EXERCÍCIO DE 2018 (Artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal) - FINALIDADE: Apreciação do Plano de Trabalho para a Avaliação da Política Pública do Programa Garantia Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 7, de 2018, sob a relatoria da Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho apresentado pela Relatora, Senadora Ana Amélia. 2ª PARTE: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC. Autoria: Deputado Junji Abe. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 2017 - Não Terminativo - EMENTA: Dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate. Autoria: Deputado Afonso Hamm. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLC 72/2017. Resultado: Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, favorável ao PLC 72/2017. Observação: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Urgência nº 23/2018 para o Plenário do Senado Federal, de iniciativa da Senadora Ana Amélia. ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2018 - Não Terminativo - EMENTA: Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais. Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLC 16/2018 com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Paulo Rocha e da Senadora Regina Sousa, favorável ao PLC 16/2018 com a Emenda nº 1-CRA. Observação: 1- A Comissão, preliminarmente à apreciação do relatório, rejeita o Requerimento de Audiência Pública nº 21/2018, de iniciativa do Senador Paulo Rocha. 2- A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Urgência nº 22/2018 para o Plenário do Senado Federal, de iniciativa do Senador Valdir Raupp. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 447/2015. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 790, de 2015 - Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural. Autoria: Senador Donizeti

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nogueira. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do PLS 790/2015 com três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Dário Berger. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2017 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei 8.427, de 24 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural e a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLS 185/2017. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Wellington Fagundes, favorável ao PLS 185/2017. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, de 2018 - EMENTA: Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da reforma agrária, da política de assentamentos rurais e da devastação da floresta amazônica. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado o Requerimento, subscrito pela Senadora Ana Amélia. EXTRAPAUTA: ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, de 2018 - EMENTA: Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, destinada a avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado, conforme Plano de Trabalho para a Avaliação da Política Pública do Programa Garantia Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no exercício de 2018. ITEM 9: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, de 2018 - EMENTA: Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, destinada a avaliar o Programa Garantia Safra (GS). Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado, conforme Plano de Trabalho para a Avaliação da Política Pública do Programa Garantia Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no exercício de 2018. ITEM 10: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, de 2018 - EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Social (MDS). Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento. ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, de 2018 - EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa Garantia Safra, ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que sejam prestadas informações pelo Sr. Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento. ITEM 12: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 20, de 2018 - EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento. ITEM 13: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 21, de 2018 - EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2018, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais. Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Rejeitado. ITEM 14: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 22, de 2018 - EMENTA: Requer, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2018, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(CRA). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento. ITEM 15: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 23, de 2018 - EMENTA: Requer, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento. ITEM 16: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, de 2018 - EMENTA: Requer, com fundamento no art. 255, inciso II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, que "altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências", seja examinado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento. ITEM 17: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, de 2018 - EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o possível embargo da União Europeia sobre as exportações brasileiras de carne de frango. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. ITEM 18: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26, de 2018 - EMENTA: Requer a realização de audiência pública destinada a discutir a importância das estatísticas rurais e da integração dos registros administrativos para o planejamento e avaliação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Comunico que, no próximo dia 27 de abril, próxima sexta-feira, às 14h, será realizado o 3º Seminário do Ciclo de Debates e Palestras da CRA, na cidade de Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul, por ocasião da 22ª Fenasoja (Feira Nacional da Soja), com a finalidade de tratar sobre o tema "Segurança no campo: desafios para produção", em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2018, da CRA, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Aproveitando a oportunidade, quero também cumprimentar a nossa querida Senadora Ana Amélia, determinada e arrojada Senadora. Num desses ciclos de palestras, participei junto com a senhora na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul.

Como eu sou um grande empreendedor não só na vida política, como também na vida empresarial, já fui presidente de associação industrial, comercial, de pecuaristas, na minha cidade de Rolim de Moura, sempre somos muito criativos, tanto que eu a parabenizei pelo presidente e por todo aquele pessoal que fez uma bela festa na cidade de Não-Me-Toque. Os eventos no Rio Grande do Sul ocorrem em vários locais, e aquele foi um evento da indústria e do campo.

No próximo dia 27, eu quero delegar todos os poderes que cabem ao Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para a nossa Senadora Ana Amélia, para que, nesta programação, ela nos represente lá, represente o Senado Federal e esta Comissão de Agricultura, nesse seminário e ciclo de debates que estarão sendo realizados, e, ao mesmo tempo, comande todo o evento. Portanto, eu quero dizer que a senhora está na função de nos representar lá.

Eu tenho certeza de que eu vou estar muito bem representado, porque a senhora conhece as atividades do agronegócio, a senhora conhece os quatro cantos do Brasil, mas conhece especialmente todos os cantos do Rio Grande do Sul, todo o setor produtivo e todas as suas regiões. Então, com certeza, vai ser uma alegria esse evento ser representado pela senhora.

Informo também que o programa especial da TV Senado sobre a crise da pecuária leiteira do Estado do Rio Grande do Sul será exibido neste sábado. Portanto, quem está em casa nos assistindo vai acompanhar. No dia 28 de abril de 2018, às 19h30, nós vamos passar, em nível nacional, especialmente na TV Senado, a crise que afeta a bacia leiteira, que infelizmente tem afetado muito o Rio Grande do Sul, como também todo o País.

Senadora Ana Amélia, é uma alegria. Com certeza, além de estar nos representando, eu gostaria de fazer a solicitação de que leve o meu abraço a todos os colorados, a todos os gremistas e, como eu disse, a todos os gaúchos e gaúchas do sul. Não tenho como estar presente nesse evento, mas me sinto feliz, porque V. Exª tem dignidade, tem moral, além de ter competência para poder nos representar, como a senhora já representou esta Comissão, como Presidente, no passado. Portanto, nós aqui estamos bem servidos.

Com a palavra a nossa Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Ivo Cassol, em primeiro lugar, muitíssimo obrigada pelas referências. Farei um esforço para bem representá-lo no comando dessa audiência pública.

Na verdade, a gente fala de segurança no campo, mas V. Exª sabe que deveria ser insegurança no campo. Hoje o campo vive desassistido do ponto de vista de vários setores, mas talvez hoje o mais nevrálgico seja não apenas a logística, mas a segurança, porque um agricultor hoje, nos confins deste Brasil gigantesco, continental – não só no meu Estado, mas na sua Rondônia também –, está refém da sua própria sorte e também abandonado pelas administrações públicas, porque não tem proteção, não tem patrulha rural, não tem assistência. E ainda mais: está proibido pelo Estatuto do Desarmamento de possuir uma arma para proteger a sua família, que, muitas vezes, tem sido alvo da bandidagem, da criminalidade. Roubam, entram nos galpões, levam os insumos, levam as máquinas, os fertilizantes, os defensivos e, às vezes, até, ainda, chegando assim ao seu patrimônio. O patrimônio maior que um agricultor tem é a sua família: a sua esposa, os seus filhos, os pais, enfim. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vamos debater esse assunto, convidando as autoridades da área policial e também do Poder Judiciário, para ver como nós podemos equacionar esse problema.

Queria também agradecer a V. Exª de sempre fazer referência sobre Não-me-Toque. A Fenasoja, em Santa Rosa – Santa Rosa foi o berço da soja; foi trazida por pioneiros. É muito conhecida também a cidade, Senador Cassol, porque lá foi onde nasceu a Xuxa, artista conhecida no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Nasceu onde?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em Santa Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que beleza!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, a Xuxa é uma referência dessa cidade, e a Gisele Bündchen nasceu ali perto, em Horizontina; ela é de Horizontina, a Gisele Bündchen, que é a mais famosa...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Poxa vida, eu estou perdendo o evento lá, hein?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... modelo do mundo, a Gisele Bündchen; aliás, merece, porque é muito bonita essa moça.

Então, todo o desenvolvimento da soja começou em Santa Rosa, cujo prefeito é o Alcides Vicini. Neste momento, nessas regiões do Rio Grande do Sul, houve uma colheita muito boa, mas o melhor é o preço que a soja ganhou em função da seca na Argentina; então, eles estão muito felizes. Há um certame também para ver qual é a propriedade que tem maior produtividade e fazem até um certame da planta que tem o maior número de grãos. Eles pegam uma planta só e calculam quantos grãos tem aquela planta da soja. Então, há muita tecnologia também lá em Santa Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Se a senhora permitir, quando a senhora falou especialmente nessa insegurança que nós vivemos hoje no Brasil e no campo, eu fico triste, como Senador da República. Infelizmente, essa legislação é o Congresso que cria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Infelizmente, hoje... Quero cumprimentar também o Senador Raupp, Senador atuante, sempre presente, junto com a gente, em todos os trabalhos da agricultura e da pecuária. Hoje, o que acontece? Quem, na verdade, estão presas são as pessoas de bem. É como a senhora falou: esses bandidos estão entrando nas propriedades, estão roubando veneno, estão roubando café, estão roubando feijão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Máquina.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Estão roubando gado. Lá, por exemplo, na cidade de Rolim de Moura, há poucos dias, roubaram cinquenta e poucas cabeças de um amigo meu; há dois anos, roubaram cinquenta e poucas cabeças de um sobrinho meu – a economia dele do dia a dia roubaram; e a gente vê ainda pessoas fazendo discurso que não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Enquanto ficar tratando bandido a pão de ló e a buquê de flor, a tendência é só piorar em nível nacional. Olha a situação que nós estamos vivendo: hoje o delinquente, o bandido é preso, aí ele vai na frente do juiz, na audiência de custódia, e ainda tem a cara de pau de dizer que sofreu tortura psicológica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, *bullying*. Sofreu *bullying*.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É, *bullying*. E há promotor que ainda denuncia os policiais. Hoje, se tu perguntares para a maioria desses jovens se querem ser policiais, ninguém quer ser. Hoje o policial não pode nem fazer cara feia para um bandido, para um criminoso.

Infelizmente, se essa situação está acontecendo no Brasil, culpado é este Congresso Nacional, que, todo dia, faz leis e mais leis para deixar essa insegurança para quem vive no campo. E os que mais ficam discursando, os que ficam fazendo discursos de paladinos da moralidade são os que mais trabalham contra as pessoas de bem. Mas, quando chega na época da política, vão aos Estados, vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

às regiões, fazem discurso no plenário da Câmara e do Senado, como se fossem os paladinos da moralidade e são os bichos da goiaba.

E a nossa legislação, as nossas leis prendem o ladrão agora, ele vai lá, paga uma fiança e, no outro dia, está na rua de novo. O policial prende novamente; no outro dia, ele está em outro canto e continua roubando. Daqui a pouco acontece do mesmo jeito.

Então, se hoje nós temos essa insegurança no campo e na cidade, infelizmente, é esta a nossa Casa, é aqui no Senado e na Câmara, não para os nossos Senadores que estão aqui... Eu digo uma coisa para vocês e sou franco: para se mudarem as leis para que elas sejam mais duras, com certeza, podem contar comigo. Não podem dar moleza!

Por isso, Senadora Ana Amélia, que eu sou a favor de que o homem do campo tenha a sua arma. Ele tem de ter a sua arma porque lá não há policial. Já na cidade as pessoas não têm polícia, imaginem no campo? E até a pessoa ligar no campo? Quando há celular, ainda é rápido, e onde não há telefone? Quantas cidades? Nós temos aqui, Senador Raupp, várias cidades em que não há telefone, não há celular, só há um telefone fixo. Imaginem no campo? E o pessoal roubando e não tem como fazer nada.

Infelizmente, eu vejo isso com preocupação, porque, no meu ponto de vista, o próprio morador, o próprio agricultor, se for pego com uma espingarda velha, vai preso, e é inafiançável, enquanto o bandido é preso hoje com um fuzil, e amanhã, ou depois da manhã, ele está solto; se não está solto, ele fugiu, nem o Exército está dando conta dos caras no Rio de Janeiro. E ainda vejo os políticos do Rio de Janeiro dando discurso: "Não, porque não sei o quê, porque o pessoal..." Enquanto ficar tendo dó desse pessoal, é como diz o nosso amigo, Raupp, lá de Rolim de Moura, Décio Lira: "Lavando cabeça de burro, a gente perde água e sabão." Então, não adianta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, Senador Cassol, eu acho que o Senador Raupp estava na sabatina da Drª Raquel Dodge – acho que V. Exª também. Eu levantei essa questão do Estatuto do Desarmamento no caso específico do agricultor que está abandonado à sua própria sorte, e ela admitiu, sim, que existem casos para serem revistos. Foi o que ela manifestou. Espero que isso não fique apenas na retórica, mas na realidade.

Queria só fazer uma referência a V. Exª de que hoje é o Dia Estadual do Chimarrão e do Churrasco. Temos uma matéria importante...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu já tomei chimarrão agora cedo. Todo dia cedo eu tomo chimarrão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por isso que eu resolvi falar, não sei se o Raupp toma chimarrão também...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – De vez em quando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De vez em quando? É o meu caso, porque não dá tempo.

Então, eu queria falar porque hoje também celebramos 70 anos da criação do primeiro CTG em meu Estado, rememorando a Revolução Farroupilha, que foi em 1835.

Então, é o Dia do Chimarrão e é o Dia do Churrasco, na lei estadual.

E eu quero transformar a minha cidade, Lagoa Vermelha, na capital brasileira do churrasco, porque é o melhor churrasco que há, e quero que um dia V. Exª vá lá.

Queria fazer essa referência porque nós temos também, na pauta de hoje, uma questão relacionada à erva-mate, que é muito importante, porque o Brasil é o maior produtor desta planta. Mas vamos seguir a pauta.

Agradeço a V. Exª, cumprimentando o Senador Raupp e o Deputado Evair Melo, que é do Espírito Santo. Eu já havia provocado, quando presidi esta Comissão – ele vinha cedo aqui, às quintas-feiras – o Senador Ricardo Ferraço, dizendo que ele tivesse cuidado, porque o Evair estava aqui, sempre presente, muito atuante também.

Obrigada, Deputado Evair. Eu tenho uma matéria de sua autoria aqui na pauta.

Então, eu vou passar aqui, e o Presidente segue a pauta para a gente tratar dos assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Queria cumprimentar também o Deputado Evair Melo, é uma alegria tê-lo aqui. Também há um item da pauta que é de sua autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu queria aproveitar mais, Senadora Ana Amélia, esta oportunidade. Nós tínhamos um projeto de autoria do Senador José Serra sobre a questão do tabaco, porque ele quer eliminar, acabar com o plantio, enfim, prejudicando todos os produtores do Rio Grande do Sul, como a senhora tem conhecimento. Ele tentou que eu aprovasse, mas não contou comigo porque eu sou um Senador independente. Nunca fui compromissado com um setor individual ou particular, mas com o setor produtivo do Brasil.

E, na semana passada, por viabilidade, questão de partido, e por influência política, junto com o Presidente Cássio Cunha Lima... Eu vou conversar com o Cássio Cunha Lima, para que eles revoguem o que eles aprovaram no Plenário na semana passada, no sentido de que isso não viesse para a Comissão de Agricultura.

Se nós temos um projeto do cunho que é esse projeto do tabaco do Rio Grande do Sul, e esta Comissão de Agricultura, que foi instituída e criada não por mim, mas por muitos Senadores do passado, não tiver prerrogativa sobre esse projeto, então, pode cancelar, pode desfazer esta Comissão, porque esta Comissão aqui não é uma Comissão de cobaia de político nenhum. Esta Comissão é independente. Eu não aceito. Eu tenho compromisso com o povo do meu País, tenho compromisso com o povo do meu Estado e tenho compromisso com os agricultores que trabalham.

Senadora Ana Amélia, eu era moleque, era garoto, quando, em Concórdia, Santa Catarina, meu avô plantava fumo, tirava as folhas e as botava para secarem dependuradas. E ele fazia o fumo. Então, se o fumo está liberado para alguém fumar, é porque há lei para isso. Se está liberado tomar cachaça, tomar uísque, é porque está liberado para tomar. Nós não podemos proibir quem vai plantar, quem vai fazer.

Portanto, com relação à posição que foi tomada, nós vamos fazer o documento que tem de ser feito aqui, e eu queria pedir o aval de vocês para que o Presidente do Senado, que não estava aqui na semana passada, reveja essa posição, com a qual eu não vou concordar.

Se, por um acaso, a Mesa do Senado não revir o ato, podem ter certeza de que, nesta Comissão de Agricultura, eu não vou fazer mais uma audiência, não vou fazer mais nada, porque, então, não adianta eu estar aqui no cargo como Senador da República.

Eu queria pedir o seu apoio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria propor, Presidente Ivo Cassol, que a Comissão, coletivamente, reencaminhe à Mesa um requerimento para retomar...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É isso que nós vamos fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... essa matéria e a submeta aqui.

O senhor tem razão porque 85% da produção de tabaco é exportada, primeiro ponto, 85%. São quase US$4 bilhões, US$3 bilhões que ganha a balança comercial brasileira. Segundo, são pequenas propriedades. Isso poderá ser feito, isso poderá ser imaginado gradualmente, mas dizer assim "acabem com isso"? O que um político vai dizer para o agricultor que vive há séculos, há gerações, quatro, cinco gerações?

Claro que eu combato a questão do consumo do cigarro, por ser cancerígeno, mas eu não posso, como política do Rio Grande do Sul, ou quem é político de Santa Catarina, ou do Paraná, ou de Alagoas, ou da Bahia ou de outras regiões que produzem tabaco para exportação, que eles parem de... Com o que eles vão comer, Senador? Com o que vão pagar a escola do seu filho? Como é que vão sustentar a família? Com o quê?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Se a senhora permitir...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Áreas de 2 a 50 hectares, é agricultura familiar pura, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, se for para eliminar o tabaco, o fumo, como é conhecido, nós temos de eliminar a plantação de soja, a plantação de arroz, a plantação de café, a plantação de milho, porque em tudo vai o quê? Vai agrotóxico. Todo mundo sabe disso. O Evair está aqui e sabe disso. O Senador que está aqui também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabe disso. Não há nenhuma plantação no campo em que não haja esses agrotóxicos, que, de uma maneira ou de outra, também causam câncer.

Como o Senador Serra não conseguiu convencer o Senador Ivo Cassol a aprovar o projeto dele, ele passa por cima desta Comissão, leva o projeto para o plenário, e o Presidente simplesmente diz que o projeto não vai passar por esta Comissão? Isso eu não vou aceitar. É uma falta de respeito, é uma falta de respeito! O Presidente que estava em exercício, Cássio Cunha Lima, não podia ter tido essa atitude de partidarismo. Devia pelo menos ter me consultado antes, consultar V. Exª, consultar o Paim, consultar o Lasier. V. Exªs são Senadores do Rio Grande do Sul, e nós, de outro Estado. Portanto, não vou concordar com isso.

O Senador Raupp quer fazer uma intervenção.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Essa questão do fumo é uma questão muito delicada. Vários irmãos... Meu pai, inclusive, produziu fumo, tinha estufas, uma, duas, três estufas de fumo. Eu não cheguei a trabalhar nessa lavoura, porque saí mais cedo de casa, mas meus irmãos trabalharam muito tempo nessa lavoura. Hoje há mais cuidados do que no passado para quem produz. É claro que o fumo, o tabaco traz prejuízos para quem faz uso disso. Mas já há as campanhas de restrição ao uso, campanhas de conscientização sobre o uso do tabaco. O Ministério da Saúde tem feito campanhas e as próprias indústrias têm de colocar ... Hoje quem pega uma carteira de cigarro já leva um choque, porque está lá uma imagem muito feia para quem fuma. Eu acho que restringir a produção é uma coisa que tem de ser aos poucos. Pode-se mudar a atividade, como os meus irmãos fizeram em Santa Catarina, ou seja, eles mudaram, pararam de plantar fumo e estão plantando arroz, criando galinhas, fazendo outras atividades. Mas, enquanto isso, acho que quem ainda vive dessa cultura não pode simplesmente interrompê-la de uma hora para outra.

Mas eu queria pedir, Sr. Presidente, aproveitando a presença do Presidente, o Evair de Melo, que hoje é o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom, Evair!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... porque o Deputado Sérgio saiu, foi para o governo do Paraná, e ele, então, assumiu o cargo de Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Nós temos aqui o Presidente da Comissão de Agricultura do Senado e o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

E eu estou pronto para fazer o relatório do item 3, que é de autoria do Deputado Evair.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Se a Senadora Ana Amélia concordar, eu coloco o item 3 na pauta...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o primeiro o meu? Eu só espero o apoio do Senador Raupp para a gente logo em seguida fazer os outros.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, vamos botar só a primeira parte. Depois seguiremos.

Com relação à questão do fumo, quero dizer que esta Comissão foi criada para isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É ignorar...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O Senador queria que eu fosse conivente com o projeto dele, mas eu não sou. Eu sou a favor dos produtores. Por que ele não comprou a briga dessa questão do leite, que ficou a preço de banana? Por que o mesmo Senador não comprou essa briga? Não, não comprou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não comprou a briga da cracolândia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Também não comprou a briga da fosfoetanolamina. Não vou falar mais nada aqui, senão isso pode trazer complicações. Mas não comprou a briga. Então, eu gostaria que o Senador... Não é por nada, mas, se os meus projetos tramitam nas comissões, por que com os do Senador Serra é diferente? Por isso que não aceito.

Peço desculpas por colocar aqui, mas é uma questão de respeito à Comissão de Agricultura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Primeira parte.

Apreciação do Plano de Trabalho para a Avaliação da Política Pública do Programa Garantia Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 7, de 2018, sob a relatoria da Senadora Ana Amélia na forma do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, Resolução nº 44, de 2013.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu plano de trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Farei bem breve para auxiliar o segundo item, porque foi feita a inversão de pauta para o projeto do Deputado Evair de Melo, que é o Presidente da Comissão de Agricultura, e o nosso Senador Valdir Raupp, que é o Vice-Presidente desta Comissão.

Para encerrar essa questão do tabaco penso que V. Exª poderia também pedir ao Líder do nosso Partido – porque Alagoas também o produz. Isso tem a ver com a relação institucional dentro desta Casa, das Comissões e em relação ao Plenário do Senado Federal. Agradeço a V. Exª e participarei às entidades que lidam com esse setor do respeito que V. Exª tem pelos produtores rurais.

A Proposta do Plano de Trabalho para 2018 desta Comissão trata da Garantia-Safra e Programa de Aquisição de Alimentos.

Dando seguimento à consecução da avaliação do Garantia-Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos a ser realizada por esta Comissão, eu trago à apreciação da Comissão o Plano de Trabalho que servirá de referência ao processo de avaliação das políticas em epígrafe.

Antes de prosseguir a leitura quero agradecer muito, Senador Ivo Cassol, ao Henrique Sales que é da Consultoria Legislativa do Senado Federal, e também ao Marcelo, nosso Secretário da Comissão, pelo trabalho que fizeram, ajudando e auxiliando nesse processo.

A avaliação de políticas públicas a ser empreendida nesta Comissão tem por objetivo trazer ao conhecimento público dados e informações concretas sobre o Programa Garantia-Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos, proporcionar o debate sobre a atuação governamental na esfera federal, integração com as esferas estaduais e municipais e com a iniciativa privada, bem como propor os aprimoramentos ou inovações necessárias do marco legal existente.

Os dois programas consistem em ações do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

O Garantia-Safra está alinhado com o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil previsto na Constituição ao contribuir para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além disso, ao prover o pagamento de um benefício de caráter humanitário a pequenos agricultores que sofreram frustração de safra, contribui para a mitigação do êxodo rural, favorecendo a fixação do homem do campo e fomentando a atividade agrícola.

Vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Garantia-Safra foi concebido, inicialmente, como uma ação voltada para os agricultores familiares que vivem no Nordeste do Brasil e no norte do Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, região do nosso Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, Deputado Evair de Melo.

A região é a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sudene, majoritariamente semiárida e que sofre perda sistemática da safra por motivo de seca ou excesso de chuvas.

A Lei 12.766, de 27 de dezembro de 2012, autorizou, no entanto, o Poder Executivo a incluir no Garantia-Safra agricultores familiares de Municípios situados fora da área da Sudene, desde que atendidos alguns requisitos, a exemplo da comprovação de que os agricultores familiares se encontram em Municípios com perda sistemática de produção em função da seca ou chuva.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos contribui também para materializar a disposição de artigo da Constituição segundo o qual "a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente", entre outros temas, "a garantia de comercialização". Para isso, o programa utiliza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos da agricultura familiar ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

O PAA, além de garantir renda ao pequeno produtor brasileiro, contribui para aprimorar as estratégias de segurança alimentar e nutricional no País, uma vez que parte dos produtos adquiridos pelo programa é destinada a entidades da rede socioassistencial, tais como restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias. Além disso, os produtos do PAA também podem compor cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal destinadas ao sustento de famílias hipossuficientes em todo o Território nacional.

As atividades que são propostas:

Para levar a contento a avaliação do Garantia-Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos, sugere-se que a CRA realize as seguintes atividades:

• Requisição de informações à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

• Requisição de informações ao Ministério do Desenvolvimento Social;

• Requisição de informações à Companhia Nacional de Abastecimento;

• Identificação de atores sociais privados relacionados ao tema;

• Análise da legislação correlata;

• Análise da execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à execução do Garantia-Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos;

• Realização de audiências públicas;

• Realização de eventos no ciclo de palestras pela CRA e de reuniões técnicas promovidas pelo gabinete parlamentar da relatoria;

• Ações pelo e-Cidadania (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do DataSenado).

Tendo em vista o prazo exíguo para a realização da avaliação, maio a novembro de 2018, considerando aí um período eleitoral no meio do caminho, o relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão até o final de novembro deste ano.

Cronograma.

Sem prejuízo da possibilidade do recebimento das contribuições de outras organizações que atuem ou apoiem o Garantia-Safra e o Programa de Aquisições de Alimentos, propomos a seguinte programação de reuniões: em abril, apresentação do Plano, como está sendo feito agora; em junho, uma audiência pública que terão participação – e os requerimentos já estão sendo entregues a V. Exª; em junho, também uma audiência pública tratando da avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – a primeira audiência será para a avaliação do Garantia-Safra; em outubro, o recebimento e a análise das informações requeridas e elaboração do relatório; e, em novembro, apresentação e votação final do relatório.

Este é o programa que nós estamos propondo, renovando o agradecimento ao Henrique Sales pela valiosa colaboração e por ter sintetizado exatamente e enxugado o plano em função das circunstâncias de um ano eleitoral como estamos vivendo.

Muito obrigada, Presidente.

Esse é o nosso plano.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com...

Desculpe. A idade está chegando e aí a tosse vai... São as mudanças de clima. Vai chegando essa época em Brasília e o clima fica diferente.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o Plano de Trabalho da Senadora Ana Amélia para Avaliação de Políticas Públicas da CRA 2018.

Sobre a mesa, há requerimentos que passo à apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.074217/2018-65

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, destinada a avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal destinada a avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos, com os seguintes convidados: representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead); representante do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); representante da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); representante do Tribunal de Contas da União; e representante da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul.

Em votação.

Vamos ler todos os requerimentos; depois boto em votação.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, destinada a avaliar o Programa Garantia Safra (GS).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Também há requerimento sobre a mesa que requer a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura, destinada a avaliar o Garantia-Safra, com os seguintes convidados: representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead); representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag); representante da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará; representantes da Confederação Nacional de Municípios; e representante do Tribunal de Contas da União.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Social (MDS).

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

1. Dados consolidados da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), discriminados por modalidade e referentes aos períodos compreendidos entre os anos de 2010 a 2018, com as seguintes informações (total do Brasil e por Estado): orçamento previsto do programa, orçamento executado do programa, orçamento efetivamente pago e número de agricultores beneficiados.

2. Cópia das atas as reuniões ordinárias e extraordinárias do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA).

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa Garantia Safra, ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que sejam prestadas informações pelo Sr. Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

1. Dados consolidados da execução do Programa Garantia-Safra, referente às safras de 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018, com as seguintes informações (total do Brasil e por Estados): Municípios participantes, Municípios beneficiados, números de agricultores que aderiram, número de agricultores pagos e percentual de agricultores pagos em relação aos agricultores que aderiram;

2. Cópias das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Gestor do Garantia-Safra, ocorridas desde maio de 2015;

3. Evolução das disponibilidades do Fundos Garantia-Safra desde a sua criação, atualizadas monetariamente até 2018;

4. Demonstrativo dos valores das contribuições anuais dos Municípios, dos Estados e da União, realizadas entre 2010 e 2017, para constituição dos recursos Fundo Garantia-Safra, conforme o art. 6º da Lei 10.420, de 10 de abril de 2002.

5. Estimativa do montante de recursos a serem alocados nos orçamentos de 2018 dos Municípios, dos Estados e da União, para fazer face às suas contribuições, conforme o disposto no art. 11, da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002;

6. Descrição das ações desenvolvidas entres 2010 e 2018 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário no sentido de dar cumprimento ao parágrafo único do art. 10 da Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, que estabelece que "para ter acesso ao Benefício Garantia-Safra, os agricultores familiares são obrigados a participar de programas de capacitação, profissionalização e convivência com o Semiárido."

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 20, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

1. Orçamento previsto, executado e efetivamente pago da Conab para aquisição de produtos do PAA, descriminado por modalidade, entre 2010 e 2018;

2. Quantitativo, em toneladas, de produtos adquiridos pela Conab no âmbito do PAA, descriminado por modalidade, referente ao período compreendido entre 2010 e 2018.

Em discussão e em votação em globo.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo ao próximo item da pauta, item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do PLC 16/2018 com a emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 24/04/2018, o Senador Valdir Raupp apresenta novo Relatório.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Só um minutinho.

Com a presença do autor e Presidente da Comissão de Agricultura, Evair de Melo. É uma alegria tê-lo aqui.

Quero também cumprimentar o Senador Dário Berger, o Senador Paulo Rocha e a Senadora Regina Sousa.

Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Uma questão de ordem, Presidente.

É sobre o item 3 da pauta, que tem o Senador Valdir Raupp como relator, e a presença do nosso Deputado Evair. Sem dúvida nenhuma, é um projeto meritório, de grande importância. Acho que nós não temos nenhum problema no mérito em si. No entanto, nós temos uma preocupação. Não sei se o Deputado teve essa preocupação ou esse parecer. Como se trata de área de alimentação e envolve os embutidos, esses produtos industrializados, nós temos muita preocupação com a questão da saúde pública, uma vez que esse tipo de alimentação tem de ter uma vigilância muito grande por parte da saúde pública, que é papel do Ministério da Saúde, da Anvisa e do próprio Mapa, que trata dessa questão.

Então, sem querer interromper o processo de discussão e de votação, eu entrei com um requerimento agora, Presidente, de se não seria o caso de se fazer uma audiência pública com esses representantes para eles darem um parecer mais... Nós já vimos, inclusive, a fiscalização interromper um setor importante da venda de carne do nosso País, os frigoríficos, numa operação chamada Carne Fraca.

Então, a minha preocupação é no sentido de que a gente não aprove o projeto sem que se tenha essa sintonia com um setor importante. O projeto é meritório. No entanto, tenho essa preocupação. Daí por que pedi esta questão de ordem no sentido de se não seria o caso de se levantar esse debate aqui e de falar publicamente com o nosso relator para dar mais consistência ao seu voto e ao seu relatório, fazendo a consulta a essa área importante de Governo que é responsável pela saúde pública do nosso País.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 21, de 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2018, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.

Autoria: Senador Paulo Rocha

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Paulo Rocha, que solicita a realização de audiência pública nesta Comissão de Agricultura sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais, de autoria do nobre Deputado Evair Vieira de Melo, com os seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); e Erika Fischer, especialista em alimentação escolar.

Com a palavra o Relator, Senador Raupp.

Mas não precisa nem ler o voto, Senador Raupp. Se nós aprovarmos esse requerimento, automaticamente fica suspensa a leitura do seu voto. Então, é só para o senhor usar a palavra para... Aí vamos botar em votação o requerimento. Se aceitarem o requerimento, não podemos dar sequência à leitura do voto.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu só faço uma pergunta à Mesa se é regimental, no momento em que se está para ler o relatório, entrar um requerimento para pedir audiência pública.

Eu nunca vi isso aqui até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É regimental, Senador. É regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Ainda não tinha visto isso acontecer. Só estou perguntando. Desculpe-me aqui...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O que podemos fazer é o seguinte: negar o requerimento. Se, por acaso, negarmos o requerimento, e os Senadores... Aí é diferente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Raupp...

Presidente, eu só queria dialogar publicamente com o Senador Raupp. Eu não uso de métodos para interromper qualquer discussão. Isso me chegou em cima da hora, mas enfrento os debates em política nesse sentido. Então, é meritório o projeto. No entanto, eu tenho essa preocupação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria propor, com a licença do Presidente, do Senador Raupp e do Senador Paulo Rocha, que o autor do projeto, que está presente, tivesse direito agora a fazer uma explicação das razões e de como ele vê também a iniciativa do próprio Senador. Ele tomou a iniciativa... Ele deve ter tido um objetivo que esteja fora do nosso alcance, da nossa compreensão, para entendermos.

A minha proposta, se...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com a palavra o autor do projeto, se o Paulo também permitir, o Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Eu concordo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, não. Está aqui. Ele é meu convidado. Como Presidente desta Comissão, eu o convidei em respeito também ao fato de ele ser hoje o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A condição é essa...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E a boa convivência entre o Senado e a Câmara é fundamental para o nosso trabalho.

Então, aqui é uma questão só de botar um contraponto. E, com certeza, Senador Paulo, o Regimento Interno nos obriga a colocar em votação o requerimento seu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O princípio é o mesmo que foi invocado pelo Senador Paulo Rocha: é o debate da Comissão. Não há nenhuma suspeição sobre isso.

Acho que é um respeito ao colega, que é o Presidente da Comissão, e também para ampliar... Eu posso votar a favor ou não do requerimento. Se eu ouvir, terei mais condições de fazer essa avaliação, com toda a isenção possível, sobre uma matéria dessa natureza, que é muito relevante.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com a palavra o Deputado Evair.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Senador Ivo Cassol, nosso Presidente, quero agradecer a oportunidade de me pronunciar aqui, na Comissão de Agricultura do Senado, eu que neste momento estou na Presidência da Comissão de Agricultura da Câmara. A Câmara se sente honrada e prestigiada com essa oportunidade. Cumprimento os Senadores aqui presentes, na pessoa do Senador Valdir Raupp, que é o Relator deste nosso projeto.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, talvez não haja nenhum projeto de mérito temático tão discutido no Brasil nos últimos meses, nos últimos anos, quanto esse que trata da produção de produtos artesanais. Particularmente, eu trago para este projeto, além do sentimento das famílias brasileiras na necessidade de dialogar com o Brasil, a experiência de ter sido Secretário de Agricultura do Município de Venda Nova do Imigrante, no Estado do Espírito Santo, durante oito anos, que é reconhecido por esta Casa e por todo o Brasil por ser a capital nacional do agroturismo, onde nós transformamos os produtos da agricultura e artesanais num grande produto de oportunidade para o nosso povo e para a nossa gente.

Dado um passo seguinte, eu presidi, por cinco anos, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, que para alguns Estados é a Emater. No Espírito Santo, é o Incaper, que congrega a assistência técnica, a extensão rural e a pesquisa agropecuária, de forma que essa instituição, uma das mais antigas e renomadas no setor de pesquisa agropecuária, possui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

setor de alimentos o *know-how* e a expertise presentes também em outros Estados brasileiros. Presidi também, nessa oportunidade, o Conselho Nacional de Pesquisa Agropecuária.

De certa forma, digo isso para demonstrar a minha vivência técnica e militância para com o tema. De forma que, talvez por eu ser estreante no Parlamento brasileiro, essa foi uma das primeiras produções minhas, chegado aqui no ano de 2015.

Fizemos um debate muito profundo com todo o setor do Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde, especialmente com a Anvisa, que regulamenta e trabalha com esse tema, dada a necessidade de sobre ele dialogar.

Também vale registrar o esforço e o trabalho que nós fizemos junto à CNA, a Confederação que dialoga com o setor produtivo, e também com a Contag, que também milita com os trabalhadores e onde essa atividade artesanal, presente em todo o setor brasileiro, como a OCB, que organiza as nossas cooperativas. Vale destacar aqui a presença também o Senar, que o nosso Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, e do nosso Sebrae, que é uma instituição que tem se dedicado a esse tema e se debruçado sobre ele.

Na Câmara, nós realizamos não só essa tramitação. Esse projeto nosso é apensado. Nós estamos trabalhando com esse tema, cuja técnica foi amplamente discutida na Câmara. Ele não tramitaria se isso não estivesse se esgotado, juntamente com as questões sanitárias, do Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura e até o Ministério da Indústria e Comércio, que militou por esse tema e tratou dele, de forma que trago ao Senador, que ora apresenta a sua preocupação, toda a garantia e toda a segurança técnica dessas entidades com quem tivemos, na Câmara, um longo debate. Os nobres Senadores sabem do tamanho da Câmara e da dificuldade que é tramitar com esses temas. E ele chegou ao plenário por unanimidade, tendo em vista, inclusive, a nossa responsabilidade de termos esgotado, no âmbito da Câmara, todas as discussões técnicas necessárias para trazer a segurança alimentar, que é a preocupação que o Senador apresenta, com todas as razões. Mas eu estou lhe dando a garantia de quem traz um currículo que, além de Parlamentar que estou hoje, mas de alguém que tem uma vivência técnica com o tema e que teve toda a responsabilidade de cuidar desse tema muito tecnicamente, na Câmara, em todas as instâncias, principalmente por ser do item saúde, pois nós trabalhamos com a premissa da sustentabilidade, que é a segurança ambiental, a segurança econômica, mas, acima de tudo, a segurança alimentar.

Para a ONU a segurança alimentar está pautada no item da disponibilidade de alimentos. E nós trabalhamos com esse tema desde 2002, que é também o alimento funcional, o alimento para contribuir. De forma que está consolidada e já é uma verdade brasileira a garantia da segurança, até porque esses alimentos não vão chegar de formas irresponsáveis ao consumidor, porque passam pelos serviços de inspeção municipal. Hoje mais de 60% dos Municípios brasileiros já têm esse serviço. Os Estados têm se debruçado muito sobre esse tema. Posso citar aqui Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, que têm todo um acompanhamento disso, que têm toda essa garantia. Os Ministérios Públicos, que são os guardiões da legalidade, acompanham, estão muito próximos dessa nossa produção.

De forma que, como autor principal desse texto, trago ao Senado toda a garantia da tramitação técnica que foi feita na Câmara dos Deputados, toda a garantia de nossas instâncias para que pudéssemos ter a tranquilidade para entregarmos essa legislação tão importante para o Brasil. Talvez seja um dos poucos temas de produção temática hoje que dialoga com todos os Municípios brasileiros. As famílias estão esperando essa oportunidade.

Há, sim, a inspeção municipal, a inspeção estadual e a inspeção federal, de forma que o próprio Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, tem se manifestado favoravelmente dada a importância e o reconhecimento.

Agradeço a oportunidade. Estarei à disposição para dirimir qualquer dúvida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Eu queria ouvir a palavra do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu queria encaminhar, com todo respeito ao Senador Paulo Rocha. Nós somos de Estados... No meu Estado mesmo, há mais de 800 agroindústrias e há muita dificuldade de comercializar produtos entre Municípios, até de fazer troca. Às vezes, um Município produz um tipo de produto, o outro produz outro, mas não podem comercializar entre si por causa dessa situação da legislação. Então, o Deputado Evair está aperfeiçoando essa legislação.

Então, com todo respeito, mais uma vez, ao nobre Senador Paulo Rocha, eu vou votar contrariamente ao requerimento de audiência pública, porque já estamos prontos para votar. Este é um ano difícil de se votar aqui. Nós estávamos, até agora há pouco, na Comissão de Infraestrutura sem quórum para votar. Acho que a Comissão de Meio Ambiente não votou nenhum projeto ainda do ano passado para cá. Então, temos que aproveitar estes momentos para votar os projetos que já estão maduros para serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em votação.

Quem é a favor do requerimento levante a mão.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Levante a mão quem é a favor. (*Pausa.*)

Então, portanto, rejeitado o requerimento do Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Relator, Senador Raupp, dando continuidade aos trabalhos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Desculpa, Senador Dário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, Presidente, não precisa ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não. Eu volto de novo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por favor. Não, mas não precisa ser assim. É tranquilo o debate. Eu só queria que o senhor registrasse o nosso voto contrário – meu e da Senadora Regina –, pelo menos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu quero que registre com o voto contrário dos Senadores Regina e Paulo Rocha.

Pois não, Senador Dário. Desculpe. É porque na hora eu estava lendo. Foi na hora em que...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, na verdade, eu não me sinto preparado para enfrentar esse debate uma vez que cheguei há poucos minutos e vejo que o projeto está em tramitação. Eu queria só entender a lógica no seguinte sentido: esse projeto é terminativo aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Vai para outra comissão?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vai para a Secretaria-Geral da Mesa, vai para o plenário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O substitutivo do Senador Paulo Rocha é de fazer mais uma audiência pública. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Já não há gente para debater nas audiências públicas.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Já foi feita audiência pública disso?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, não foi. Mas automaticamente...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas, na Câmara dos Deputados, foi feita?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O que, na verdade...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Foi feita audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O que acontece é o seguinte...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – De quando é esse projeto, só para eu entender a lógica dele. Só para eu...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – É de 2015.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – De 2015.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – De 2015?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O projeto é de 2015. Outra coisa: só vem simplificar para os produtos artesanais, para os pequenos produtores. Não é para a grande cadeia produtiva do Brasil. Aqui diz o projeto: inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais. É só esse trabalho aqui. Entendeu? Para não acontecer igual aconteceu no caso de Pernambuco, em que o produtor de queijo manda queijo para França, para não sei onde...

(*Intervenção fora do microfone*.)

Não. De lá. E, naquele evento de *rock* do Rio, a Anvisa foi lá e botou todo o queijo no lixo. Não sei de que morro, de que lugar veio...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Serra da Canastra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não é da Canastra, não. Mas acho que é de Pernambuco.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Era da Serra da Canastra, Minas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Veio de Minas. Quer dizer, levaram para lá.

Então, é só para simplificar.

Simplesmente, estamos aprovando a simplificação dos produtos artesanais. Aqui já diz o projeto de lei.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – E nós temos pressa, Senador Valdir Raupp, para o projeto? É importante isso para Rondônia?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, Senador Paulo, não é por questão de nada. Nós estamos aqui em votação de requerimento. E eu estou aqui para deliberar só o que vocês aqui aprovarem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, eu vou pedir desculpas para o Senador Paulo Rocha e acompanhar aqui a divergência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas não peça desculpas para mim. Essa coisa de votar a favor ou contra o projeto de um companheiro não é questão de desculpas.

Só acho que, pela sua intervenção, você está simplificando muito as coisas. Não é verdade que, pelo fato de ser pequena produção e produção artesanal etc., há esse cuidado com a saúde. Por isso criamos órgãos que sejam duros com o grande, mas também com o pequeno, porque se trata de saúde pública, ainda mais embutidos, salsichas etc.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Concordo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Lá no Pará, nós temos experiência também disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Concordo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vai para a merenda escolar, vai para todo mundo e tal. Nós incentivamos, inclusive, que os prefeitos comprem a merenda escolar da produção agrícola, da produção local etc.

No Pará, nós temos uma experiência muito grande da fabricação de queijo, que é famoso, inclusive, no Brasil, o chamado "queijo do Marajó", feito a partir do leite da búfala.

Então, há que se ter uma exigência muito grande, porque, às vezes, é feito junto com o curral, ali perto do curral etc.

Então, o que estamos colocando é essa preocupação de exigência, sem essa simplificação etc. Mas pode tocar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador, agradeço a sua participação. Mas vou deixar bem claro: eu presido esta Comissão. Esta aqui é a Casa Legislativa. E, quando há alguma dúvida, se coloca em votação. Por três votos a dois, portanto, foi rejeitado o requerimento.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp de Matos, para dar sequência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas não pode ser a pressa desta forma e também não pode haver essa simplificação.

O Senador Raupp disse que vamos votar, porque agora há quórum e, outra vez, não haverá quórum. Por favor, né?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador, eu estou aqui cumprindo o Regimento Interno. Eu não invento a lei. Eu cumpro a lei. Então, a lei vale para mim e vale para os outros. Eu coloquei em votação. Está aqui a maioria simples...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Mas sem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Meu ilustre, estou cumprindo o meu papel de Senador. Enquanto estou Presidente aqui vou fazer o meu papel. O senhor me desculpe. Vou fazer o meu papel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Era só ter trazido mais... Me desculpe, mas o Senador... Era para ter mais aqui... Estão aqui: três votos a dois votos. Portanto, tem a palavra o Relator, Senador Raupp.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2018
- Não terminativo -

Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do PLC 16/2018 com a emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 24/04/2018, o Senador Valdir Raupp apresenta novo Relatório.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sob exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2018 – Projeto de Lei (PL) nº 3.859, de 2015, na casa de origem –, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.

O PLC nº 16, de 2018, é composto de três artigos.

O art. 1º indica o objetivo do PLC: alterar a redação da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos comestíveis de origem animal produzidos de forma artesanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.074217/2018-65

O art. 2º, por seu turno, inclui o art. 10-A na Lei nº 1.283, de 1950, para permitir a comercialização interestadual de produtos alimentícios produzidos de forma artesanal, com características e métodos tradicionais ou regionais próprios, empregadas boas práticas agropecuárias e de fabricação, desde que submetidos à fiscalização de órgãos de saúde pública dos Estados e do Distrito Federal.

Por fim, o art. 3º estabelece que a lei decorrente entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a Proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Constituição e Justiça e de Cidadania. Após parecer favorável em todas as Comissões, com variantes de versões, restou aprovada a redação final do PLC ora em análise no Senado Federal.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não foram apresentadas emendas.

Em conformidade com o art. 104-B, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão a apreciação de proposições pertinentes a abastecimento e segurança alimentar.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União; às atribuições do Congresso Nacional; e à iniciativa em projeto de lei.

No que concerne à juridicidade, o PLC nº 16, de 2018, inova no ordenamento jurídico e dispõe de coercitividade, estando, desse modo, consoante com a legislação pátria.

Ademais, o PLC está também vazado na boa técnica legislativa de que tratam as Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e atende a todos os outros requisitos regimentais para seu processamento.

Com respeito ao mérito, entendemos que a regulamentação da comercialização interestadual da produção das pequenas agroindústrias artesanais é fundamental para a agregação de valor à produção e ao desenvolvimento rural no Brasil.

Nesse diapasão, os embutidos de origem animal, como, entre outros, linguiças, mortadelas, salames e salsichas, queijos e geleias poderão passar por um processo mais simplificado e desburocratizado para comercialização em nível nacional.

Com a aprovação da futura lei, o registro do estabelecimento e do produto, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização dos produtos produzidos de forma artesanal com o selo "ARTE" (de artesanal), com padrão estabelecido em regulamento, em substituição à exigência atual do selo SIF (Serviço de Inspeção Federal) gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ressalta-se, por oportuno, que até a regulamentação da futura lei, fica autorizada a comercialização dos produtos artesanais em todo o Território nacional.

Com a finalidade de aprimorar o texto, apresentamos emenda de redação que corrige dispositivo previsto no §4º, do art. 10-A, previsto no art. 2º do projeto de lei em tela.

Por entendermos que se trata de grande aprimoramento para produção rural, com potencial de regularização, simplificação e desburocratização da inspeção sanitária de produtos artesanais, com fomento à facilitação do comércio interestadual, com reflexos positivos para geração de emprego e renda, somos favoráveis ao PLC nº 16, de 2018.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 16, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CRA (Redação)
> O §4º, do art. 10-A previsto no artigo 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2018, passa a ter a seguinte redação:
> "Art. 10-A.....
> .....
> §4º A inspeção e a fiscalização da elaboração dos produtos artesanais com o selo ARTE deverão ter natureza prioritariamente orientadora.
> ....."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado ao nosso Relator, Senador Raupp. Queria aproveitar para cumprimentá-lo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só um minutinho antes de passar a palavra a V. Exª.

Em discussão.

Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Naturalmente, na discussão, vou registrar a manutenção do nosso voto contrário ao projeto. Não é porque não foi aprovada audiência pública; mas porque a gente mantém a preocupação, uma vez que o projeto é genérico, apenas autoriza, libera. Eu quero manter nosso voto contrário exatamente por causa dessa preocupação com a saúde pública. Não há ali exigências maiores, que não sejam genéricas.

Pelo que eu sei, a própria Consultoria do Senado deu parecer tecnicamente contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp de Matos, que passa a constituir o parecer da CRA, favorável ao PLC nº 16, de 2018, com a Emenda nº1-CRA, com os votos contrários do Senador Paulo Rocha e da Senadora Regina Sousa.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O item 1, PLC 88, eu retiro de pauta. O Relator não está presente. Portanto, fica retirado de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC.

Autoria: Deputado Junji Abe

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

2- Na 3ª Reunião da CRA, realizada em 27/02/2018, foi concedida Vista solicitada pelas Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia, na forma do disposto no art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.)

Vamos ao item 2.

Antes de ler o item, quero apenas dar as boas-vindas, Senador Raupp, ao Prefeito Vino, cujo nome é Olvindo Luiz Dondé, de Pimenteiras, do nosso Estado de Rondônia, acompanhado do Vereador Luiz Carlos e do Vereador Jesus Reginaldo. Encontram-se todos presentes aqui.

Prefeito Vino, é uma alegria tê-lo aqui. O Município de Pimenteiras, Dário, Senadora Ana Amélia, em termos de habitantes, um dos menores do Estado de Rondônia. Mas, em termos de produção agrícola e geograficamente, é um dos maiores e com um potencial de aumento de produção. Teremos em breve, Senador Raupp, a produção de arroz nas várzeas, naqueles campos como é produzido em Santa Catarina, Dário, naquele vale do Itajaí, perto de Florianópolis. A região de Pimenteiras tem um potencial extraordinário para crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E para nós também, Vino e Vereadores é uma alegria. A Bancada federal juntamente com o Deputado Luiz Cláudio e o Senador Raupp têm intermediado junto com o DNIT, destinando recurso para pavimentação daquela rodovia entre Cerejeiras com a esquina de Corumbiara até a cidade de Pimenteiras, via convênio com o Governo do Estado de Rondônia. Então, o DNIT tem liberado recurso para a execução daquela obra naquela região.

Aproveito só para fazer propaganda. Temos lá em Pimenteiras um dos maiores paraísos turísticos, que é o Rio Guaporé, divisa com a Bolívia. Volta e meia eu e o Senador Raupp gostamos de visitar os ribeirinhos e fazer o curso de piscicultura. Lá há um potencial extraordinário para receber sempre esses pescadores do Brasil afora que estão nos assistindo. Se vocês querem pegar tucunaré, pintado, surubim, pirarara, vão a Rondônia. Um dos pontos é Pimenteiras. Não é isso, Senador Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Só para dizer, Presidente, que nós estivemos ontem pela manhã com o Secretário de Esporte e Cultura do Estado de Rondônia, pedindo recurso para o festival de praia, que acontecerá no mês de setembro lá em Pimenteiras. Milhares de pessoas de Rondônia e fora de Rondônia vão para esse festival de praia. Pimenteiras realmente é uma cidade turística do nosso Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Daí a nossa divulgação, porque muitas vezes se olha só para o número de habitantes, esquecendo-se de ver o potencial que Pimenteiras tem para crescer na área da agricultura, especialmente no plantio de arroz naquelas várzeas, como também no plantio de soja e de milho.

Dando continuidade ao trabalho, item 2.

Senador Dário

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu só quero aceitar o convite de V.Exª para fazer um curso de pescaria lá em Pimenteiras. Como é nome do rio mesmo? Pimenteiras por quê? Há muita pimenta lá?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eles produzem muito urucum lá. Pimenteiras faz divisa com o norte de Mato Grosso e sul de Rondônia, divisa com a Bolívia. O Rio Guaporé desce Pimenteiras, pega Corumbiara, Alta Floresta, São Francisco, Costa Marques, Guajará-Mirim. Você é meu convidado. A Senadora Ana Amélia foi, mas chegou quase na barranca do rio. Ela foi até parte. E eu faço questão de ir lá pegar um peixe e fazer um ceviche na hora lá, com o peixe fresquinho, para a gente poder degustar na barranca do rio. E o Raupp também é pescador, volta e meia vai e pega bastante.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Já manda pegar a gente aqui com o seu avião...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Aí também não dá, a gente tem de ir de avião de carreira para o custo ser menor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa conversa, Presidente, não é conversa de pescador. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não é, Senadora. A senhora é testemunha. Eu gosto de pegar o peixe e fazer o ceviche, para depois deixar decantar no limão umas duas horas, e, aí, depois, fazer a entradinha, que é extraordinário.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Presidente, antes de a Senadora Ana Amélia iniciar o relatório dela, eu queria pedir urgência para o item 3, que eu acabei de relatar e aprovamos aqui. Queria pedir urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Portanto, foi pedido urgência.

Em votação o pedido urgência. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, está aprovado o pedido de urgência.

Cumprimento o Senador Wellington Fagundes. É uma alegria cumprimentá-lo.

Dando sequência.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate.

Autoria: Deputado Afonso Hamm

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do PLC 72/2017.

Observações:

1- Na 24ª Reunião da CRA realizada em 19/09/2017, a Sra. Relatora solicita a retirada do Projeto da Pauta.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Senadora Ana Amélia, todo dia cedo a minha esposa, a Ivone, prepara um chimarrão. Já é costume. Já é praxe.

Portanto, é uma alegria passar a palavra para nossa nobre Relatora, a Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – E o chimarrão, na sua casa, Presidente, onde eu tive o prazer de provar, feito pela Ivone, pelo caro Senador Ivo Cassol, é com erva de altíssima qualidade.

Eu tenho muito honra de hoje, Dia do Chimarrão – um símbolo do Rio Grande, assim como o churrasco –, de fazer o relatório de uma matéria tão importante, de autoria de um correligionário meu, o Deputado Afonso Hamm.

Eu vou direto à análise para simplificar, já que foi distribuído a todos.

No que diz respeito ao mérito do projeto, vale assinalar que a proposta apresenta diretrizes que deverão, Senadores, fortalecer e impulsionar a atividade agrícola tradicional, constituindo medida de estímulo à sustentabilidade socioeconômica das comunidades rurais, inclusive em Santa Catarina, do Senador Dário Berger.

Nesse sentido, a proposição contribui para estruturar o modelo de exploração da erva-mate voltado para a agregação de valor à produção e geração de renda, inclusive em áreas carentes caracterizadas pela pequena exploração rural, onde a distribuição de renda às famílias camponesas estimula as economias local e regional.

Segundo o IBGE, a área de erva-mate explorada em todo o território nacional ultrapassa os 70 mil hectares – hoje chega já a 80 mil, porque esses dados são anteriores – distribuídos pelos Estados do Rio Grande do Sul, que é o maior produtor, com 41%; Paraná, com 40%; Santa Catarina, com 19% a 20%; e Mato Grosso do Sul, que também produz, com 0,4% do total cultivado.

Como bem lembra o autor da proposta, grande parte da produção de erva-mate nacional ainda ocorre de forma extrativa.

O autor da proposição também chama a atenção para os aspectos ambientais e socioeconômicos do cultivo da erva-mate, ao lembrar, com muita propriedade, que a erva-mate é o principal produto florestal não madeireiro da Região Sul do País, representando alternativa de renda para cerca de 180 mil produtores familiares, distribuídos por 486 Municípios, constituindo uma cadeia produtiva responsável pela ocupação de 700 mil pessoas e mantendo em atividade cerca de 700 empresas beneficiadoras da matéria-prima.

O PLC nº 72, de 2017, trará maior efetividade ao planejamento e à execução de estímulos ao cultivo da erva-mate, por meio do estabelecimento de diretrizes e instrumentos que, indubitavelmente, contribuirão para o fortalecimento dos Estados produtores.

A proposta irá, com toda a certeza, cumprir seu objetivo de contribuir de forma estruturante para fomentar a produção sustentável, elevar o padrão de qualidade e incentivar o comércio de erva-mate no nosso País.

Por isso, meu voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara 72 de...

(*Interrupção do som.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... exatamente no dia em que se comemora o Dia do Chimarrão no meu Estado.

Esse é o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom! E já tem o aval do seu colega aqui, Senador Ivo Cassol, porque, com certeza, esses produtores de erva-mate têm, na verdade, colocado à disposição, Senadora Ana Amélia, erva no Brasil inteiro, nos quatro cantos, de qualidade. E, ao mesmo tempo, o chimarrão, Raupp, faz bem para todo mundo.

Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, no Dia Nacional da Erva-Mate, fica também aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir o parecer da CRA favorável do PLS nº 72, de 2017.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Assim como o Senador Raupp, eu também gostaria de contar com o apoio de V. Exª, Senador Ivo Cassol, que é comprometido com a produção, com os pequenos, com os médios, com todos os produtores do nosso País, e V. Exª tem essa responsabilidade.

Então, eu pediria também urgência por conta de ser hoje o dia do chimarrão, a urgência para a apreciação do Plenário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em votação o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, vai ao Plenário desta Casa, o Senado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Eu poderia pedir a inversão do item 6?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não há jeito, porque o Senador Dário está aguardando o item 5. Então, tão logo ele leia, já passo para V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Respeitando a voz da experiência, eu vou aguardar.

O item 4 é terminativo. Como o Relator não se encontra, é de autoria do Senador José Medeiros, retiro-o de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição do PLS 447/2015.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer contrário ao Projeto.

3- Na 5ª Reunião da CRA realizada em 13/03/2018, após a leitura do relatório pelo Senador Valdir Raupp, a Presidência adia a apreciação do Projeto.

4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.)

Passo ao item 5, facilitando, que é do Senador Dário Berger.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 790, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do PLS 790/2015 com três emendas que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CAE no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer favorável ao Projeto.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, este projeto é de autoria do ex-Senador Donizeti Nogueira, do PT, do Tocantins, que esteve aqui conosco por um período, substituindo a Senadora Kátia Abreu.

Ele dedicou especial atenção a este projeto, inclusive foi amplamente discutido com as entidades representativas, como a Emater e outras tantas que têm envolvimento direto com essa matéria.

Eu solicitei uma nota informativa do Senado Federal, que é bastante extensa, tem mais de dez laudas, exortando pela iniciativa do Senador Donizeti Nogueira e dando amplo destaque pela sua aprovação.

Bem, acontece que nesta Casa aqui também anda circulando, pelas comissões, o PLS nº 318, de 2012, do então Senador Gurgacz, que, se eu não me engano, deve ser pai do Senador Acir Gurgacz. Ele foi Senador, o pai do Senador Acir Gurgacz?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu recebi essa informação. Isso não consta aqui na matéria.

Mas foi também.

A solicitação dos representantes do Governo, dos universitários do Governo, me solicita que eu possa sobrestar a apreciação dessa matéria e me solicita o apensamento dessa matéria junto ao PLS 318, de 2012, que, segundo eles... E eu não tomei conhecimento. A minha assessoria não levantou essa questão. Por isso que eu sequer analisei essa possibilidade. Mas eu, como sou um homem do entendimento e não vejo urgência urgentíssima na apreciação dessa matéria, vou solicitar a V. Exª que retire de pauta essa matéria e a coloque na próxima audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que eu possa dar tempo ao Governo e analisar também o PLS nº 318, de 2012, para ver se há compatibilidade mesmo quanto ao seu apensamento, ou, senão, na próxima semana, na próxima terça-feira, se V. Exª assim me permitir, coloque em pauta novamente, e eu farei aqui, então, a defesa do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Portanto, fica retirado de pauta o PLS 790.

Então, vamos atender ao pedido, quebrando a ordem cronológica aqui, Senador Wellington, e passando para V. Exª o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei 8.427, de 24 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural e a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do PLS 185/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Na 5ª Reunião da CRA realizada em 13/03/2018, o Sr. Relator solicita a retirada do Projeto da Pauta.

3- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CAE após a deliberação da CRA.

Com a palavra esse grande Senador, grande defensor do setor produtivo do Brasil, mas especialmente, Senador Wellington Fagundes, desse grande produtor de grãos que é o Estado de Mato Grosso.

Então, quero aqui desejar e dizer que felizes somos nós, do Estado de Rondônia, que somos vizinhos de vocês também. E, com certeza, tudo que vocês conseguem de sucesso nas novas tecnologias, em todas as áreas produtivas, em termos de quantidade e qualidade, acaba refletindo em nosso Estado. Então, para mim é uma alegria tê-lo aqui como Senador da República e um grande defensor.

Eu sei que a sua experiência como Parlamentar, Deputado Federal, já foi grande. Como Senador é maior ainda. E, ao mesmo tempo, com certeza, para mim, como ex-governador que eu fui de Rondônia e na gestão como Senador, juntamente com V. Exª, tenho certeza de que o Estado de Mato Grosso só ganha com a dedicação que V. Exª tem para com o Mato Grosso e o Brasil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Eu quero agradecer, Sr. Presidente, e dizer que eu tive a oportunidade de aprender com o seu pai, na Câmara dos Deputados, um pouco. Gostaria de ter a sapiência dele, mas aqui estamos procurando fazer o nosso trabalho.

Eu quero, inclusive, Sr. Presidente, antes de ir ao relatório e ao voto, agradecer também a V. Exª por ter me designado para representar a Comissão de Agricultura na audiência pública que fizemos na minha cidade natal, Rondonópolis, quando da implantação da Universidade Federal de Rondonópolis, bem como também discutirmos na Assembleia Legislativa, na semana passada, a questão da regularização fundiária.

Foi uma audiência extremamente importante. Estivemos lá presentes, com todo o...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E o Sorrival esteve presente lá?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O Sorrival, lá presente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só lembrando que ele é filho da terra, foi meu secretário, Secretário Executivo da Emater, por oito anos consecutivos, nos meus dois mandatos de Governador – um grande profissional.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E eu fiz questão de externar, inclusive, esse depoimento de V. Exª lá, de público, já que estávamos transmitindo também, ao vivo, pela TV Assembleia e também pela TV Senado.

Então, não só agradeço a V. Exª como também ao Presidente da Casa, a todos aqueles que nos ajudaram e, principalmente, ao Sorrival, representando o Terra Legal. Naquele dia, entregamos títulos para a Prefeitura de Cuiabá que vão permitir que mais de 4 mil pessoas recebam o seu documento.

Eu sempre tenho dito a importância e, praticamente, a revolução que estamos fazendo ao aprovar a medida provisória, hoje já sancionada, uma revolução em termos de benefício social para o Brasil, tanto para os títulos na zona urbana como também nas cidades.

No meu Estado, são 22 cidades que foram criadas em cima de assentamentos, e eu sempre tenho dito que, às vezes, a gente luta tanto para conseguir o recurso para construir um hospital, construir uma creche, uma obra pública, e os prefeitos não tinham nem documento que permitisse receber esses recursos. Então, eu agradeço aqui, principalmente, em nome de toda Comissão, a V. Exª como Presidente.

Eu vou aqui tentar resumir. O PLS em exame aproxima os instrumentos de financiamento, da garantia de preços e do seguro rural em três aspectos: ao incluir a equalização dos prêmios de seguro rural como um dos itens elegíveis da Lei nº 8.427/1992; ao estipular que a subvenção ao prêmio do seguro rural passa a ser parte integrante das Operações Oficiais de Crédito gerenciadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, e ainda ao prever a subvenção ao Prêmio dos Contratos de Opções de Venda, que permitirá ao Governo Federal criar um programa de subvenção a opções privadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

visando a estimular os produtores rurais a se protegerem contra riscos de preços no momento do cultivo e plantio.

É relevante observar que os mecanismos vigentes, representados pelo PEP (Prêmio para o Escoamento de Produto), Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor) e Opções Públicas carregam a desvantagem de dificultarem ao produtor a proteção no momento da decisão do plantio, onerando demasiadamente o Governo Federal na hipótese de ser necessária a formação de grandes estoques. Mas, dentre os aspectos positivos aqui apontados, cabe dar um destaque especial para as disposições do PLS nº 185, de 2017, que harmonizam a subvenção ao prêmio de opções privadas combinada com a subvenção ao seguro rural, como suporte para uma política de efetiva gestão de risco.

Dessa forma, Sr. Presidente, vamos direto ao voto.

Votamos favoravelmente ao projeto de lei de iniciativa da Senadora Kátia Abreu.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Pode ter certeza, Senador Wellington Fagundes, que além desse projeto com parecer favorável...

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir.

Em votação.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório do Senador Wellington Fagundes, que passa a constituir o Parecer da CRA favorável à matéria.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa na Comissão de Assuntos econômicos.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, DE 2018

- Não terminativo -

Em consonância com o que estabelece o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da reforma agrária, da política de assentamentos rurais e da devastação da floresta amazônica, com a presença dos seguintes convidados:

Sr. Jefferson Coriteac, Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead);

Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

Representante das Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetag);

Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag);

Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); e

Representante da Comissão *Pastoral da Terra (CPT).*

Autoria: Senador Telmário Mota

Em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 255, inciso II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, que "altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências", seja examinado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, DE 2018
- Não terminativo -

Com fundamento do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater sobre o possível embargo da União Europeia sobre as exportações brasileiras de carne de frango, com a presença do seguinte convidado:

Nosso grande amigo e parceiro, Senador da República e Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Em votação.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26, DE 2018
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão *de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a discutir a importância das estatísticas rurais e da integração dos registros administrativos para o planejamento e avaliação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, com os seguintes convidados:*

Roberto Luís Olinto Ramos, Presidente do IBGE;

Claudio Filgueiras Pacheco Moreira, Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do PROAGRO (DEROP) do Banco Central;

Jefferson Coriteac, Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD/Casa Civil);

Eumar Roberto Novacki, Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura [é o popular conhecido como Novacki, nosso abraço a ele, é o braço direito do nosso grande Senador e Ministro Blairo Maggi]; Raimundo Deusdará Filho, Diretor Geral Serviço Florestal Brasileiro.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, para defender o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Caro Senador Ivo Cassol, penso que a exposição feita por V. Exª já é clara explicação das razões por que fiz esse requerimento.

Lembro apenas que, quando presidi, recebi de V. Exª, Senador Dário Berger, de todos os Senadores, do Senador Moka, do Senador Wellington Fagundes e dos demais Senadores apoio – do Senador Flexa Ribeiro, lembro bem – para que as emendas da nossa Comissão fossem destinadas ao Censo Agropecuário, que está sendo finalizado neste ano.

Então, foi um trabalho desta Comissão de extraordinário valor que o ex-Presidente do IBGE, Paulo Guedes, Paulo Rabello de Castro, desculpem-me, que depois foi Presidente do BNDES, reconheceu sempre. Ele falou muito a respeito da relevância que teve a atuação da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agricultura e Reforma Agrária não apenas aqui, no debate que fizemos, mas também na mobilização ao Gabinete Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento e ao Senador Eduardo Braga, que era o Presidente da Comissão Mista de Orçamentos. Por isso, foi viabilizado, a pedido de Paulo Rabello de Castro, que conseguíssemos a verba necessária no Orçamento, para que fosse feito o Censo Agropecuário.

Então, à Comissão de Agricultura pode se creditar ter sido feito esse trabalho. E esse é um prosseguimento para revelar... Agora, quando conhecermos os dados do Censo Agropecuário 2018, que foram coletados no ano passado, vamos ver que campo há na agricultura familiar, nos assentamentos, nos quilombolas, na produção empresarial, no cooperativado, em tudo. Vamos ter um retrato mais fiel com dados atualizados censitários.

E também essa audiência pública complementa aquilo que já fizemos em relação ao Censo Agropecuário.

Esse é o motivo do requerimento, Sr. Presidente, caros colegas Senadores.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em votação.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar Luiz Paulo, jornalista do Estado de Rondônia. É uma alegria tê-lo aqui conosco também.

Senadora Ana Amélia, é uma alegria que sempre esteja aqui conosco. Com certeza, nessa próxima sexta-feira, dia 27, sua presença no seu grande Estado – no nosso Estado, porque também estudei em Santa Maria. E nós na época...

Eu sei, mas eu estudei em Santa Maria, e o evento é em Santa Rosa. Eu estudei em Santa Maria e iria fazer, na época... Fiz o científico e iria fazer Medicina. Fui para a política e acabei virando gremista, porque, naquela época, Senador Dário, não havia ensino no Sul, não havia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Atílio Fontana era de lá.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ou era Grêmio ou era Colorado, não havia outro jeito. Depois foram surgindo... Nasci em Concórdia e me criei em Maravilha.

Portanto, tenho certeza de que a gauchada vai estar muito bem representada pela senhora como Presidente, representando esta Comissão de Agricultura.

Ao mesmo tempo, Senadora, leve meu abraço aos gaúchos. Quanto a essa questão de segurança no campo, estou com vocês – estou com vocês, estou com todo mundo que produz. Hoje, infelizmente, nós aqui, nesta Casa, Dário, estamos pecando muito. Já fizemos muitas leis, abrindo, abrindo, abrindo, e infelizmente há coisas que passaram, que já vêm de anos atrás. Na verdade, tinha que ser um pouco mais duro. Um pouco mais duro, não, tinha que ser muito mais duro, não há jeito, não há como. Infelizmente, aqui, o Senado tem deixado a situação muito difícil. E hoje nosso campo está totalmente desguarnecido.

Então, por isso vamos debater nesse ciclo de palestras quanto à segurança no campo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exªs e a V. Exª, especialmente, as palavras. Vamos trabalhar muito para que ela tenha efetividade e apresente resultados.

Mas eu queria registrar também que hoje, além do Dia do Churrasco e do Dia do Chimarrão lá no meu Estado, também haverá uma cerimônia, às 15h, na sede da Embrapa, para começar a celebração dos 45 anos da Embrapa, que é uma referência extraordinariamente relevante para o Brasil, para o exterior e sobretudo para a produção e a introdução da tecnologia e da inovação na produção agropecuária.

Nós vimos, até na audiência a que veio aqui Paulo Rabello de Castro, a informação de que 68% da produção agropecuária brasileira advém da tecnologia. Isso é uma coisa muito relevante. Hoje, aliás, um dos publicitários mais conhecidos do Brasil, Nizan Guanaes, que é um cidadão urbano, baiano, escreve um artigo extraordinário, de relevância, nos jornais brasileiros de grande circulação nacional, tratando precisamente disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.074217/2018-65

Então, aos funcionários da Embrapa, à direção, ao Dr. Maurício Lopes e toda a sua equipe, aos pesquisadores e a todos que constroem, nas diversas estações da Embrapa, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em todos os Estados brasileiros, o trabalho que a Embrapa realiza, que é um orgulho para todos nós, parabéns! Começa hoje a celebração dos seus 45 anos.

Nós já pedimos uma audiência pública, uma sessão especial para celebrar essa importante data, que são os 45 anos da nossa Embrapa.

Era esse o meu comentário, Presidente, no encerramento desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não havendo nada mais a tratar, dou por encerrada esta audiência.

Um abraço e obrigado, que Deus abençoe a todos!

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE MAIO DE 2018.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia oito de maio de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Ivo Cassol e Telmário Mota e da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Rodrigues Palma, Telmário Mota e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à 1ª PARTE: Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 10, de 2018, de autoria do Senador Telmário Mota, subscrito pela Senadora Ana Amélia, destinada a tratar da reforma agrária, da política de assentamentos rurais e da devastação da floresta amazônica, com a participação do Sr. Luismar Ribeiro Pinto - Representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sra. Laissa Pollyana do Carmo - Assessora da Secretaria de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Sr. Alexandre Conceição - Dirigente Nacional e Coordenador do Escritório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Brasília (MST); Sra. Thaia Cacciamali de Souza Oishi - Coordenadora-Geral Substituta de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Sr. Jefferson Coriteac - Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); Sr. José Dumont Teixeira - Coordenador de Regularização Fundiária da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Após a apresentação dos senhores expositores, os Senadores Telmário Mota, Ivo Cassol e Paulo Rocha, a Senadora Regina Sousa e o Deputado Luiz Cláudio (PR/RO) fazem uso da palavra. Encerrada a audiência pública, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à 2ª PARTE: Deliberação dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, de 2018 – EMENTA: Requer, em aditamento ao RRA nº 16, de 2018, a inclusão de representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG na Audiência Pública que avaliará o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, conforme Plano de Trabalho aprovado em 24 de abril de 2018. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 28, de 2018 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 36, de 2017, de autoria do Deputado Alceu Moreira, que "Altera a Lei nº 1.283. de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, de 2018 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater "Os Desafios da Cadeia Produtiva da Apicultura no Brasil e a Política Nacional do Mel". Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado, com a inclusão de representante dos apicultores do estado de Rondônia, sugerida pelo Senador Ivo Cassol. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, ela é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a finalidade de discutir e debater a reforma agrária, a política de assentamentos rurais e a devastação da Floresta Amazônica, em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2018, da CRA, de autoria do Senador Telmário Mota. Comunico a presença dos seguintes convidados, os quais convido para fazerem parte da Mesa: o Sr. Jefferson Coriteac, Secretário Especial da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) da Casa Civil da Presidência da República – pode sentar-se, fique à vontade; também a Srª Tânia de Souza – desculpa – Thaia... Como é que é?

A SRª THAIA CACCIAMALI DE SOUZA OISHI (*Fora do microfone.*) – Thaia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Thaia? Desculpa. Perdão. Devagarzinho eu vou dobrando a linha aqui. Estou igual a papagaio.

A Srª Thaia é Coordenadora-Geral Substituta do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Seja bem-vinda! Pode sentar-se. Fique à vontade.

Convido também o Sr. Luismar Ribeiro Pinto, advogado e Mestre em Direito Agrário, representando a Comissão Pastoral da Terra. Ele se encontra aqui?

Convido ainda o Sr. Alexandre Conceição, Dirigente Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Coordenador do Escritório do MST em Brasília. Tudo bem? Pode sentar-se aí. Fique à vontade. Seja bem-vindo!

E também a Srª Laissa Pollyana do Carmo, Assessora da Secretária de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (Contag).

Agradeço também a presença dos nossos Senadores: da Senadora Regina, do Senador Paulo Rocha, do Senador Raupp e também do Senador Telmário, que é o autor do requerimento.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, convidados, ao longo de alguns anos, houve a tentativa de se regularizar a reforma agrária, mas não foi muito efetivada.

Com a edição da Lei nº 11.925, de 2009, pouco se resolveu. Foi editado e publicado o Decreto Federal 9.309, de 15 de março de 2018, que alterou a lei anterior. Nesse decreto, existe um conjunto de fatores que estão sendo experimentados para regular as práticas na Amazônia. Tentou-se melhorar o critério de seleção dos mutuários, aumentar o prazo para a regularização de pagamentos e agilizar o processo de titulação, para que pagamentos e formas de obtenção de terra fossem mais céleres em determinadas situações. Agora, com esse decreto, há mais transparência e segurança *a priori*. Contudo, o Governo tem tido dificuldades para efetivar, pois depende de um número grande de aspectos. A questão depende de orçamento. É preciso haver vontade política e dinheiro para que funcione.

A lei, em si, melhorou. Uma série de temas foi interessante, mas não é só com a lei que se vai resolver essa questão. Não sabemos até que ponto o Estado continuará fomentando esse processo de reforma agrária, até pelo próprio contexto de tentar povoar a área rural sem que haja incentivo socioeconômico.

O que mudou na prática? O decreto já surtiu efeito? Devemos incentivar a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável rural? Com isso, promovemos a fixação do homem no campo com respeito à não degradação da floresta etc.

Sr. Presidente, eu tinha até agora os números, mas há tanto papel aqui que os universitários fizeram com que eu me perdesse. Eu queria aqui, *a priori*, com relação à reforma... Olha o contraste: o Governo faz esse decreto, que, de certa forma, dá celeridade. Há ainda o aspecto, por exemplo – esta é outra parte –, de que o decreto agiliza a titulação, a entrega, mas isso também pode, por falta de políticas públicas, atrapalhar o detentor da terra, que não tem estrada, não tem ponte, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

energia, não tem acompanhamento técnico, não tem semente, não tem calcário, não tem adubo, não tem financiamento. A titulação pode ter saído, e aí ele vai ter direito à linha de crédito. Ele acaba, por uma necessidade maior, fugindo do campo e vindo para cá para revender, centralizando em pequenas mãos uma grande quantidade. Então, este sempre foi o grande cuidado: às vezes a titulação chegar, sem chegar a política pública. É aquela história: você oferece a água, mas não dá o copo para a pessoa beber. Então, a pessoa acaba tendo que beber com a mão, o que é muito difícil. Hoje, operar nesse sentido é muito difícil!

O Governo deu uma demonstração clara de que ele não está querendo fazer nenhuma reforma agrária, porque ele cortou nossa meta para 2018 em 86%. É mais do que justo. Cortou 99% do saneamento básico; cortou 97,1% da assistência social; cortou 86% – percentual igual ao da reforma agrária – da educação rural. Então, ele não quer essa reforma agrária, e o orçamento do Governo deixa bem claro o caminho que ele percorreu. Cortou das universidades, de 2015 a 2018, se não me falha a memória, R$10 milhões, uma quantidade extremamente expressiva.

Nós não podemos esquecer que a reforma agrária tem o objetivo maior exatamente de oportunizar ao homem do campo, o pequeno, que é muito importante... Hoje, quase 70% do emprego no campo vêm da agricultura familiar. Se não me falha a memória, 36% do PIB da agropecuária vêm da agricultura familiar; 80% das propriedades são da agricultura familiar. E uma quantidade muito alta também é a da alimentação: acho que mais de 50% da alimentação que hoje chega à nossa mesa vêm da agricultura familiar, porque o agro, o grande negócio realmente está aí para exportação.

Então, este País precisa realmente ter clareza nas suas políticas públicas, na sua direção, porque eles dão por um lado, puxam por outro, e quem sofre com isso, naturalmente, é o povo. Quando você pensa que vai avançar num segmento, você realmente trava em outro, que é o lado mais importante.

Hoje, nós queremos ouvir aqui os diversos segmentos, o próprio Incra. Não sei se há alguém aqui do Terra Legal. Se não veio, erramos grandemente, porque é quem mais está cuidando disso também. Há?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sim, o Jefferson. É você?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – O Jefferson vai poder falar. Está bem.

Então, nós temos essa oportunidade.

O nosso objetivo aqui é exatamente, Sr. Presidente, buscar informações que possamos apresentar ao Governo Federal ou a quem necessário for e encontrar um caminho para que possamos realmente fortalecer, Senador Ivo Cassol, o homem do campo. V. Exª sabe disso muito bem, porque V. Exª é de um Estado que progrediu. Rondônia passou a ser Estado junto com o meu Estado e hoje é uma potência, com quase 12 milhões de cabeças de gado, com café, etc. – lá é bem explorada a questão do campo. O meu Estado, coitado, foi para a mão de um bocado de político ladrão e corrupto e ficou na contramão. Hoje, é o Estado do contracheque. Eu estou pensando não só no Estado de Roraima, mas principalmente no Brasil como um todo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Seguindo, quero cumprimentar o Deputado Luiz Cláudio, que também nos prestigia, do nosso Estado de Rondônia.

Dando sequência aos nossos trabalhos, passo ao primeiro convidado nosso, Luismar Ribeiro Pinto, advogado e Mestre em Direito Agrário, representante da Comissão Pastoral da Terra, por seis minutos.

O SR. LUISMAR RIBEIRO PINTO – Seis minutos é muito pouco tempo para nós...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Acontece o seguinte... por quê? Para quem vai cobrar da sociedade, um tempo menor; para quem vai expor, é preciso um prazo maior.

Com certeza, tanto o representante do Movimento Sem Terra, que está aqui também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho o seguinte: o tempo necessário. Estipulamos um tempo, mas, se for preciso, para completar, cedemos mais minutos. Não há problema nenhum, está, Luismar?

O SR. LUISMAR RIBEIRO PINTO – Ok. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Uma curiosidade, Presidente: de onde V. Exª tirou esse cálculo de seis minutos?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Paulo Rocha, como eu estou presidindo a Comissão de Agricultura, nós damos um tempo – e o senhor tem conhecimento disso –, mas, automaticamente, quando o nosso convidado está concluindo o assunto, ninguém atrapalha. É como quando V. Exª usa a tribuna desta Casa ou da Comissão, com certeza nenhum Presidente corta o assunto, para que a pessoa possa concluir.

Eu entendo que estamos aqui com o Secretário Nacional da Agricultura Familiar. É de quem mais vai se cobrar, pelo próprio autor do requerimento, por V. Exª, pelos demais. Os outros convidados, que representam a sociedade como um todo, com certeza, farão discursos mais simplificados, entendeu? Porque a cobrança é única e é nacional.

Então, se for preciso completar, Luismar, não há problema. Nós aqui não vamos atrapalhar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu gostaria de dar uma sugestão, Presidente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que, inclusive, vai ao encontro do Regimento: como são três, digamos, do contraditório, daríamos 10 minutos para cada um, e 20 minutos para cada um dos dois do Governo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, eu posso sugerir?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu sempre tenho presidido, e V. Exª também tem. Eu acho que poderiam ser dez minutos para todos, com uma possível extensão de até cinco. Esse é o básico que temos feito.

Agora, eu só queria fazer a correção de uns dados que eu informei aqui agora. Eu gosto de dados precisos. Por exemplo: 84,4% dos estabelecimentos são da agricultura familiar no campo; 24,3% são as áreas ocupadas; 38% é o produto bruto da agropecuária, de R$143 bilhões; e 74,4% são os postos de trabalho na área do campo. Só queria colocar esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, vamos fazer o seguinte: vamos ampliar para oito minutos. E, se a pessoa precisar concluir, vai para dez, vai para onze.

Senador, não há problema. Aqui nós somos democráticos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Segundo o Regimento, uma audiência pública tem a visão dos contraditórios.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Certo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, há três aqui com uma visão; e há os dois representantes do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Certo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando 10 minutos para cada um, são 30 minutos; e 20 minutos para cada um dos dois, serão 40 minutos. Está equilibrado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas sempre há apartes dos Senadores, para poderem participar e discutir. Depois, abrimos. Vamos deixar os oito. Depois, abrimos.

De repente, o que o Luismar vai explanar é um pouco menor do que...

Então, está aberto aqui. Não há problema nenhum, Senador. Aqui, se vocês concordarem depois que se deve aumentar para concluir, para nós aqui não há problema nenhum. O importante é que quem esteja em casa assistindo consiga captar a mensagem sobre o assunto com o que esta Comissão está trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com a palavra.

O SR. LUISMAR RIBEIRO PINTO – Bom dia a todos e a todas.

A fala da Comissão Pastoral da Terra vai focar bastante nos reflexos da reforma agrária na população camponesa, na população do campo, seja na agricultura familiar, seja nos acampados, nos sem-terra. Então, a gente queria começar a exposição dizendo que a reforma agrária está dentro de um contexto maior em que a economia brasileira está inserida ou em que se tenta inserir a economia brasileira a partir da exportação de bens primários. Isso já vem acontecendo desde o início do século, mas ultimamente a agressividade desse tipo de política causa muitos problemas na nossa população do campo, e acredito que para toda a população do País.

Nós estamos vivendo um momento de internacionalização de quatro mercados distintos de recursos naturais: terras destináveis à exploração agropecuária; reservas minerais; campos petroleiros do pé-sal; e mananciais de água. Nenhum desses bens naturais são produzidos pelo trabalho humano. Então, há uma apropriação desses bens naturais, transformando-os em mercadoria, indiferentemente se a população, se a sociedade, se as pessoas do conjunto da sociedade vão ter condições de usufruir desses bens ou não. Junto a isso, é uma apropriação e, ao mesmo tempo, uma internacionalização desses recursos naturais. Atualmente, a política de reforma agrária está inserida nesse contexto e submissa a esse contexto.

Vou andar mais rápido aqui.

De certa forma, estão destruindo o disposto na Constituição Federal em relação ao meio ambiente natural saudável, aos direitos ancestrais dos povos, a um clima planetário, à soberania alimentar, à soberania territorial do Estado democrático.

Nós estamos com uma política governamental... Quando falo política, coloco no todo, e essa questão do recurso é uma amostra, o recurso disponibilizado já é uma amostra do que se quer investir no campo. Na verdade, você tem todos os recursos possíveis para a expansão do agronegócio, mas não tem os recursos necessários para a agricultura familiar, para os assentamentos, para a reforma agrária. Então, aqui há uma opção clara de fazer uma expulsão do restante da população do campo para a cidade, porque se tira a política pública; não diminuíram nenhum programa, mas desidrataram esses programas.

A pobreza no campo já está aumentando, já é diferenciada em relação à pobreza da cidade e vai ficar pior. A violência é outra situação, porque a gana com que grandes produtores, mineradoras, grandes empreendimentos estão indo sobre as terras deste País, desconsiderando totalmente quem está lá há séculos... Os indígenas do Brasil estão sofrendo uma verdadeira guerra, começando pelo Estado brasileiro e pelo Legislativo Federal brasileiro, que tentam aprovar projetos de lei que autorizam mineração dentro das terras indígenas, projetos de lei que autorizam o agronegócio dentro de terras indígenas, que suspendem toda a regularização de terras indígenas, que fazem decreto do marco temporal considerando apenas aqueles que estavam na terra de 1988 para cá, como se eles tivessem abandonado a terra por vontade própria e não por expulsão, não pela violência.

Os números de assentamentos criados, os números de famílias assentadas mostram bem a posição do Estado brasileiro em relação à reforma agrária, que cai, em 2015, de 26 mil famílias, o que já era um número baixíssimo, para 1.686 famílias assentadas de 2015 para 2016. Em 2017, ainda não localizei quantas famílias foram assentadas, acho que nenhuma.

O público da reforma agrária está aí, mas a preferência é para o fortalecimento do agronegócio, desconsiderando a agricultura familiar, desconsiderando a produção de alimentos e privilegiando a produção de commodities.

Em relação a esses...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUISMAR RIBEIRO PINTO – Já estou terminando.

Em relação a essa conjuntura, destaca-se a violência provocada com os trabalhadores do campo, com os indígenas, com os quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós tivemos, em 2007, 28 assassinatos; em 2008, 28 assassinatos; em 2009, 25; em 2010, 34; em 2011, 29; em 2012, 36; em 2013, 34; em 2014, 36 pessoas; em 2015, 50; em 2016, 61; em 2017, 70 pessoas assassinadas no campo – e a maior parte com massacres, com requinte de crueldade.

Se nós pensarmos em Colniza, no Mato Grosso, nove trabalhadores assassinados barbaramente; se nós pensarmos em Pau d'Arco, dez trabalhadores assassinados e trabalhadoras assassinadas de forma brutal pelo Estado, pelo Estado, pelas forças repressivas do Estado; quilombolas, 14 pessoas assassinadas; dez, só na Bahia, e assassinadas, principalmente, lideranças. É uma violência seletiva que está assassinando lideranças dos movimentos. A ausência de reforma agrária, a ausência de uma política pública gera essa violência e está empoderando, cada vez mais, aqueles que querem tirar da terra os povos que lá vivem para trocar vida, para trocar cultura por lucro.

Este País não pensa nas pessoas, mas pensa no lucro, e não no nosso lucro, mas no lucro de quem compra o pré-sal, de quem compra as empresas estatais, como a Telebras, pensa no lucro dos grandes exportadores.

Essa violência está ficando cada vez mais cruel. Eu vi sobreviventes do massacre de Pau d'Arco, em que a presidente da associação dos trabalhadores já estava atirada no chão, gritando: "Pelo amor de Deus, não atirem!" E a eliminaram. Chegaram e deram mais tantos tiros nessa pessoa, friamente, ataque sem reação, sem nada...

Agora, aproveito o momento para fazer uma denúncia. No dia 4, sexta-feira, dez famílias, às margens do Rio Araguaia, no Município de São João do Araguaia, sofreram um ataque de pistoleiros, um ataque violento, com espancamento desde o mais velho até as crianças. Houve crianças pisoteadas!

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUISMAR RIBEIRO PINTO – O que o Estado brasileiro faz? O que vocês estão fazendo para ajudar este Estado a intervir nessa barbárie?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Com a palavra a Srª Laissa Pollyana do Carmo, Assessora da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pelo mesmo tempo.

A SRª LAISSA POLLYANA DO CARMO – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas aqui presentes. É Secretaria de Política Agrária da Contag.

Eu queria aqui começar justificando a ausência do Diretor Elias, que comporia esta Mesa, mas ele foi hospitalizado hoje, pela manhã, e pediu que nós da Assessoria viéssemos. Então, estou aqui, mais o companheiro Givanilson, o companheiro Urbano, assessores da Contag, para podermos participar desta audiência.

Eu havia feito um roteirinho aqui, porque fui pega de surpresa para compor esta Mesa, e eu queria inverter um pouquinho desse roteiro depois de uma provocação que a fala do Senador Telmário Mota me fez.

Senador, eu sou Laissa Pollyana, sou filha de assentados da reforma agrária e acredito na reforma agrária. Acredito muito numa reforma agrária que dá certo quando ela tem investimento. Os meus pais são assentados no Estado de Goiás, Município de Silvânia, num assentamento com 32 famílias, sem nenhuma venda, sem nenhuma troca de lote. Os meus pais, hoje, tiram 300 litros de leite por dia, mais hortaliça e mais criação de pequenos animais. E eu tive oportunidade, porque quis muito estudar, de cursar o curso de Direito pelo Pronera, na Cidade de Goiás – a primeira turma em Direito para beneficiários da reforma agrária, na Universidade Federal de Goiás. Eu tive a oportunidade de entrar nessa turma, virar advogada e hoje compor uma assessoria da Contag.

Então, é para dizer para o Senador e para os demais presentes que eu acredito muito na reforma agrária. Não é à toa que eu continuo nessa luta; acredito numa reforma agrária de oportunidades, que realmente traga oportunidade para o homem do campo, para aquele acampado crescer, para aquele acampado produzir, ter qualidade de vida na sua terra, como a minha família tem hoje, como as outras 31 famílias têm hoje naquele projeto de assentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas atualmente o contexto que a gente vê é outro, e bastante preocupante. É o contexto um pouco do que o companheiro Luismar trouxe para gente, de paralisação da reforma agrária. É de conhecimento de todo mundo aqui que a reforma agrária está paralisada desde 2016, com o acórdão do TCU. Então, houve a paralisação de seleção de famílias, de concessão de crédito, de regularização dessas famílias. Há diversas famílias acampadas e assentadas, prejudicadas com essa paralisação da reforma agrária.

E não é só isso. O Luismar traz um pouco da história de redução drástica do orçamento – o senhor colocou isso também na sua fala –, de uma redução de orçamento principalmente para obtenção... Hoje nos milhares de famílias acampadas, morando debaixo de uma barraca de lona, e, por experiência própria, não é fácil, mas esses trabalhadores resistem e têm esperança de um dia ter um pedaço de terra, de um dia poder produzir e viver em suas terras, mas a gente tem um corte bem drástico no orçamento, e o Incra está aqui, talvez, para poder trazer um pouquinho disso. O que a gente tem hoje, para obtenção de terras, é inviável. Você não consegue avançar bastante na construção dos projetos de assentamento.

Além disso, nós, como movimento sindical, temos outras preocupações também que é a recente lei aprovada de regularização fundiária (a antiga MP 759, atual Lei 13.465) – o decreto saiu atualmente com o número 9.311 –, que traz diversas alterações na lei no procedimento de reforma agrária. Duas coisas específicas preocupam bastante a Contag – e isso é de conhecimento público do Incra, enfim, de várias notas públicas já construídas pela Contag –, que são: o processo de seleção de famílias que faz alterações drásticas, com a história de edital, com família sendo selecionadas por edital, e acampamentos e acampados de 14, 15 anos, que aguardam um pedaço de terra, podendo não ser contemplados nessa seleção. Isso vai agravar os conflitos no campo. Tem sido outra preocupação nossa – e a gente tem dialogado com o Governo, tem dialogado com a Ouvidoria Agrária Nacional do Incra – também referente a esse projeto de lei quanto à titulação dos projetos de assentamentos dos lotes da reforma agrária.

É um posicionamento também claro da Contag de não ser contra a titulação dos lotes; agora, desde que essa titulação cumpra os requisitos que tenha de cumprir: que esse lote, que esse assentamento esteja estruturado, que ele tenha estrada, que ele tenha água, que ele tenha moradia, que tenha infraestrutura, que esses assentados tenham recebidos os créditos inerentes àquele projeto de assentamento.

E a gente vai acompanhar e vai fiscalizar isso, porque titular projeto de assentamento que não está estruturado... Infelizmente é isto que vai acontecer: o assentado não vai ficar, ele vai sair, ele vai vender, e a gente vai voltar para o que a gente teme e para o que é o nosso maior temor dessa lei que é a reconcentração de terra novamente.

Quando a gente trata da Amazônia Legal a situação é bem mais preocupante, pela extensão hoje que pode ser regularizada de 1,5 mil para 2,5 mil hectares.

Meu companheiro Luismar trouxe aqui outra preocupação da Contag em relação à história da reforma agrária atualmente que é o aumento da violência no campo, com essa quantidade de mortes, de massacres, de torturas, com os requintes de crueldade que têm acontecido nos últimos dois anos como se fossem autorizados. Não existe o mínimo de pudor de chegar, matar e torturar trabalhadores rurais, e com uma diferença: nos últimos anos, a gente viu um foco sempre de perseguição, criminalização de lideranças. Agora, não. Agora são acampados, são trabalhadores rurais, famílias, crianças que sofrem essa violência.

E, para além disso, eu queria também trazer a preocupação da criminalização dos movimentos sociais que lutam pela terra. A gente tem uma série de projetos de lei que tentam tornar essa luta, alguns atos como crime de terrorismo, uma luta que é justa, uma luta que busca diminuir um pouco a desigualdade social que existe neste País.

E criminalização também, além dos movimentos sociais, de lideranças, a exemplo do Pe. Amaro, que continua preso, numa denúncia sem total fundamentação.

Como eu disse para vocês, eu tive oportunidade de cursar Direito pelo Pronera. A gente tem o fechamento de inúmeras escolas do campo, tirando a oportunidade das nossas crianças, dos nossos jovens de estudarem. Houve uma redução quase a zero do Orçamento para o Pronera. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nem sabe se as turmas que atualmente existem vão ter a continuidade, se esses cursos vão ter condições de continuar.

Vou tentar seguir o meu tempo, e eu queria fazer um *link* com o início da minha fala.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LAISSA POLLYANA DO CARMO – A Contag – o movimento sindical – vai continuar nessa luta pela reforma agrária, porque a gente acredita na reforma agrária.

Enquanto houver famílias acampadas debaixo de lonas, e a gente tem contato com essas famílias... Eu não sei se todo mundo já teve oportunidade de visitar um acampamento, de conversar com essas famílias. Vocês vão ver uma realidade totalmente diferente do que é colocado, do que é trazido de discriminação de que são um bando de desocupados. Não é isso. Vocês vão conhecer famílias, gente de verdade, gente que tem sonho, gente que quer trabalhar e precisa dessa oportunidade.

Nós temos feito recentemente, iniciamos em março, encontros estaduais de reforma agrária, e inclusive temos tido a participação do Incra na maioria dos encontros. Então, a Contag tem descido para a base, para os Estados, para se reunir com acampados e assentados, e ouvir deles, diretamente deles, quais são os anseios, quais são as dificuldades, o que está progredindo, o que está sendo produzindo, no que podemos ajudar, no que podemos contribuir, e estamos levando o Incra para responder a esses questionamentos.

É claro, é óbvio que, nesse contexto que a gente tem denunciado aqui, aparecem vários problemas – a maioria é problema. Mas a gente sai de lá também com a esperança de que esses trabalhadores, acampados e assentados, continuam firmes e com esperança. Os que estão debaixo de lona e os que já têm um pedaço de terra continuam firmes e com esperança. Isso tem fortalecido a nossa entidade a continuar.

E, por fim mesmo, quero dizer que o que a gente deseja mesmo é que a reforma agrária seja prioridade do Governo – o que deixou de ser totalmente – e prioridade também desta Casa.

É isso. E a Contag continua à disposição para qualquer debate, para qualquer diálogo no que tange à política nacional de reforma agrária.

Obrigada. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Drª Laissa. É uma alegria tê-la aqui junto conosco, especialmente por esse exemplo de vida de você e de seus pais. Fico feliz.

Eu estava, ontem, comentando com a minha esposa, e ela me falou que o pai dela, Seu Eduardo Mezzomo, de Colorado, é um dos poucos que ganhou título, em 1977, e continua na propriedade até hoje, enquanto, em muitos assentamentos, a gente vê a pessoa entrar hoje, ficar um certo período, depois já debandar e sair. E a gente fica triste porque o que a gente quer, na verdade, é que as pessoas fiquem enraizadas com seus familiares produzindo da maneira como vocês estão produzindo, diversificando a produção agrícola e sobrevivendo dela.

Mesmo com as dificuldades, você saiu de lá e hoje é advogada. Fico feliz com isso, e desejo sucesso para você. Com certeza, no que depender da minha pessoa, como Senador da República, vocês têm um aliado nesse trabalho.

Infelizmente, a gente vê com muita decepção – não os de agora – muitos discursos de reforma agrária e pouco resultado. Eu fui Governador do Estado de Rondônia e eu posso falar que a dificuldade foi muito grande. E não há governo A nem governo B que seja melhor do que o C. Infelizmente, os governos que passaram e que vieram são tudo farinha do mesmo saco. Muito discurso e pouco resultado. Por quê? A expectativa da população era muito maior.

E pode ter a certeza de que cada assentado que existe tem como produzir alimento para botar ainda mais na mesa para as pessoas que tanto precisam. Então, o exemplo da sua vida é que nos deixa – não é, Senador Telmário? – mais fortes para continuar defendendo aqui.

Vamos passar agora para o nosso convidado Alexandre Conceição...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu não estou querendo bater bola, mas é importante o que a Laissa falou aqui.

Deixem-me falar uma coisa para vocês: eu acredito também, acredito muito numa reforma agrária séria, responsável, em que o Governo realmente dê a titulação, em que a pessoa tenha acesso às linhas de crédito, em que se dê o licenciamento ambiental, viu, Thaia? É preciso haver licenciamento ambiental, porque hoje há uma corrupção que destrói tudo isso. Corrupção em todos os sentidos: corrupção na constituição das casas; corrupção nas estradas, na energia; corrupção no licenciamento. A burocracia atrapalha hoje. Então, é preciso se pensar no setor produtivo como um todo. E, Cassol, você vai voltar a ser governador, porque eu já vi as pesquisas. Então, é preciso ver isso.

O Estado, que cuida do licenciamento, tem de estar de forma proativa, tem de chegar ao cidadão e fazer acontecer. Você tem de aproximar o órgão ambiental da população, da necessidade, porque o rico tem, paga empresa, paga consultoria, paga tudo; o pobre, não. Ele vende a última galinha para ir à cidade; chega à cidade, ele não encontra o chefe do setor. Olhem, é um desencontro absoluto.

Então, essa falta do licenciamento, essa falta da titulação, essa falta do financiamento, essa falta do apoio de infraestrutura, com estrada, com ponte, com energia, isso prejudica.

E você, que morou num assentamento... E eu falo isso, porque eu moro ao lado de um assentamento e tenho familiares em assentamentos. Minha mãe era empregada doméstica, meu pai era vaqueiro. Eu conheço como ninguém esse segmento. Eu quero te parabenizar por tu teres avançado e teres ido, inclusive, para outro setor.

Eu não tenho nenhuma dúvida: o homem do campo, quando chega à sua terra e sente aquele cheiro gostoso, depois de uma chuva principalmente – até digo que, depois de uma chuva, vaca velha volta para o pasto –, não há dúvida nenhuma de que ele abraça aquilo com o maior amor. Agora, morar lá também sem nenhuma condição? Deus me perdoe!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Para você ter uma ideia, Telmário, a minha preocupação é tanta, que nós estamos aqui...

Eu quero cumprimentar o Coordenador Nacional da Regularização Fundiária da Amazônia, Sr. Dumont, que está aqui presente e vai ter oportunidade depois também de falar.

Para você ter uma ideia, nós temos um recurso, que nós colocamos, nesta Comissão, para o Terra Legal, especialmente para fazer georreferenciamento.

E, agora há pouquinho, esteve o Secretário, junto com o Dumont, pedindo solicitação.

O que mais nós precisamos fazer – e a Laissa concorda – é regularizar. Não basta só você assentar, mas tem de dar o documento para que o agricultor possa ter acesso a comprar um trator, a comprar umas vacas de leite. Em muitos assentamentos, a pessoa senta lá, vai o banco financiar o custeio e acha que com R$5 mil o agricultor consegue se manter. Então, é preciso dar condições de estrada, de escola, posto de saúde, e terem a documentação.

Há poucos dias, com o próprio Governo Federal... Houve no Brasil inteiro a regularização, a portaria que começou a simplificar essa questão de regularização fundiária. Isso é importante para que a gente possa dar a todos os assentados, a todas as pessoas o direito de poderem progredir com rapidez.

Então, vou passar a palavra agora para o...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não é querer bater bola, mas é porque também você empolga e mexe... O Luismar disse assim: "O que vocês estão fazendo?"

Eu estou falando rápido, porque eu também preciso sair, porque tenho uma consulta médica. Mas só um pouquinho, porque é importante isso aí.

Mas o Luismar disse assim: "O que vocês estão fazendo?"

Então, Luismar, eu quero dizer o meu exemplo próprio: no meu Estado – o Incra tem mais de 35 anos –, nunca um político havia colocado recurso. Eu coloquei R$5 milhões, que o Incra colocou exatamente nos assentamentos, fazendo vicinais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Parabéns, viu, Telmário?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – O CAR (Cadastro Ambiental Rural) é fundamental; sem ele, você não anda para lugar nenhum. Eu consegui, de fundo perdido do BNDES,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

R$11 milhões e coloquei na FEMARH, e está lá para colocar... E o Incra lá, por questões políticas, porque lá é comandado por um Senador do mal... Ele impedia o Incra de assinar um termo técnico. Eu pressionei tanto aqui que, graças a Deus, o Maranhão agora assinou.

E coloquei mais 30 *pick-ups* para a Femarh aparelhar o Incra. Então, coloquei 30 *pick-ups* para o técnico ir, coloquei R$11 milhões para fazer Cadastro Ambiental Rural para 25 mil famílias. Então, a agricultura familiar, sem nenhuma dúvida, é o meu foco. Fora mais quatro tratores de esteira completos, para destocar e para arar também as terras.

Eu sempre faço isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Olha, eu fico feliz, Telmário. Conheço seu Estado. Eu puxei madeira lá na época, em 1977, 1978, de Caracaraí para Boa Vista, toda aquela região. Bati muita catraca lá naquela região. E fico feliz de o senhor, como representante do Brasil, como Senador do Brasil, mas especialmente pelo seu Estado, colocar recurso para ajudar a fazer os assentamentos e a regularização fundiária. Então, eu quero só o parabenizar.

Eu vou passar a palavra para o nosso convidado Alexandre Conceição, Dirigente Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Coordenador do escritório do MST em Brasília.

E convido o Senador Telmário para ocupar a Presidência por um minuto.

Com a palavra.

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – Bom dia a todos que estão presentes nesta audiência e principalmente aos companheiros e às companheiras que estão em casa nos assistindo ou que vão nos assistir em algum momento!

Quero aproveitar a oportunidade para falar um pouco da reforma agrária em que nós acreditamos. Agradeço a oportunidade de poder fazer este debate.

Quero dizer, inicialmente, que o Brasil que nós temos hoje ainda é fruto do Brasil Colônia. E, no agrário, ele é justamente um Brasil latifundiário, agroexportador e da herança do trabalho escravo. E essa herança do trabalho escravo, do agroexportador e da grande extensão de terra nos levou a um Brasil desigual e, agora, a um Brasil do ódio. Então, nós estamos vivendo nessa conjuntura de Brasil Colônia desigual, concentrador de terra, de riqueza e de renda, onde os pequenos, os trabalhadores, os índios, os quilombolas, os negros e os escravizados deste País não tiveram acesso à terra.

Ademais, nós tivemos grandes oportunidades na nossa história, de fazer a reforma agrária: justamente com a Lei de Terras, de 1850, daria para gente ter feito a reforma agrária; com a libertação dos escravos, em 1888, era possível a gente ter feito a reforma agrária. Por isto o MST nasce e surge herdeiro dessas lutas: para continuar a luta pela reforma agrária e pela terra.

Então, nós temos esse retrato do Brasil e, nesse retrato, nós temos a luta pela terra. E a nossa luta pela terra, eu quero dizer bem claro para vocês, é uma luta pela soberania nacional, em defesa da alimentação e da produção de alimento saudável e em defesa da democracia, já que ultimamente não respeitaram a democracia – o voto faz parte do imaginário que está no Congresso Nacional e na sociedade brasileira. Nós somos defensores da democracia, da reforma agrária e da paz no campo. Portanto, a nossa luta pela terra é justamente na busca dessa democracia, em que a classe trabalhadora, os trabalhadores tenham acesso à terra, mas também, sobretudo, às políticas públicas, o que nos vai garantir a produção de alimento.

Nós somos defensores de uma reforma agrária que nós chamamos, Senador Ivo Cassol, de reforma agrária popular, porque, no debate político geral por aí, diz-se que a reforma agrária já foi superada pelo agronegócio, que não produz alimento: 70% do alimento que vai para a mesa da classe trabalhadora do Brasil inteiro hoje é produzido pela agricultura familiar. O que o agronegócio produz é: grande extensão de terra, desigualdade no campo e *commodities* para exportação, através da soja, do milho, da cana e de alguns produtos para a exportação, e não para o consumo interno do nosso País. Portanto, a reforma agrária, além de proteger o meio ambiente e cuidar da terra, também é responsável pela produção de alimentos do nosso País.

E, quanto mais avança o agronegócio, mais área de produção de alimento vai diminuindo. Basta ver os números do IBGE, em relação à produção de alimentos de grãos no Brasil: aumenta o grão da soja, mas, ao mesmo tempo, diminui a quantidade de arroz; diminui a quantidade de feijão; diminui a quantidade de café. E, com isso, o Brasil passou a ser importador da China para fazer a nossa famosa feijoada, com o feijão preto. Vejam, em um país da magnitude do nosso Brasil, termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que importar feijão preto e arroz da China porque a soja e o boi tomaram conta dos nossos espaços, e esse boi e essa soja não alimentam o povo brasileiro; alimentam o povo de fora, para exportação.

A reforma agrária que nós defendemos e para a qual estamos trabalhando é uma reforma agrária que vem distribuir a terra para democratizá-la, ao mesmo tempo que possamos produzir alimento, alimento saudável, combatendo inclusive a grande utilização de agrotóxico no País. O Brasil é o maior consumidor de veneno no mundo, também por conta desse nível de agricultura de agroexportação que nós temos. Com isso, a Anvisa já nos alerta que, a cada ano, Senador, aparecem de 500 a 600 mil novos casos de câncer.

O Rio Grande do Sul agora tem novas denúncias na produção de fumo: há milhares de pessoas, crianças, adultos e idosos com câncer por conta da contaminação desse modelo de agricultura. Então, nós não acreditamos nesse modelo de agricultura que mata e que envenena. Nós acreditamos num modelo de reforma agrária que produza uma nova agricultura, uma agricultura capaz de produzir de forma mais saudável.

E que seja, ao mesmo tempo, uma reforma agrária que venha a combater o desemprego no campo, Senador Paulo Rocha e Senadora Regina. Por quê? Porque o agronegócio, através do seu maquinário, através do veneno, através da alta tecnologia das sementes transgênicas, não gera emprego no campo. A agricultura familiar gera dez vezes mais emprego no campo do que a agricultura do agronegócio. Então, a reforma agrária com agroindustrialização, com produção de alimento saudável, com geração de emprego, com geração de renda para a juventude é a reforma agrária em que nós acreditamos e com a qual sonhamos.

Nos últimos 13, 15 anos, nós vivemos, Senador, um programa chamado PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos; nós tivemos o PNAE, que é Programa Nacional de Alimentação Escolar; nós tivemos uma assistência técnica para o Semiárido; uma assistência técnica para as várias regiões do País; uma assistência técnica voltada à agroecologia; nós tivemos o Pronera, avançando cada vez mais, para que pudéssemos ter acesso à escola. Tudo isso nos deu base para organizar ainda melhor, num programa de reforma agrária, a geração de mais emprego e renda neste País.

Mas, infelizmente, estamos assistindo hoje a quê? A um desmonte completo do tema da reforma agrária, do tema do orçamento público. Está o Incra aqui presente, está a Seab, e não sei como vocês vão conseguir trabalhar, porque o corte no orçamento de vocês – eu sei e entendo que os funcionários não têm culpa; é orientação do Governo – foi considerável: na obtenção de terra, o Incra tem hoje míseros R$14 milhões, que não dão nem para pagar os impostos ou os precatórios que há por aí; na assistência técnica, mais de 80% foram cortados do orçamento, ou seja, mais de 150 mil famílias perderam o acesso à assistência técnica; e agora vem a privatização dos lotes. Porque o que se vê por aí não é titulação; a privatização dos lotes. Porque o que se vê por aí não é titulação; o que estamos denunciando é a privatização dos lotes, porque, ao mesmo tempo que você destrói e desmonta a reforma agrária,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – ... você vulnerabiliza os trabalhadores para que eles possam novamente reconcentrar, que o cara do latifúndio possa novamente reconcentrar a terra, a riqueza e a renda deste País.

Portanto, Senador, nós defendemos a titulação, sim, mas desde que seja CDRU (Concessão de Direito Real de Uso), com direito à herança e em nome da mulher, porque ela é quem faz e ajuda a produzir alimento neste País. Portanto, seguiremos nesse processo de luta pela reforma agrária.

Senador, dois temas para concluir; dois minutos a mais para eu concluir. São 22 anos, este ano, do massacre em Eldorado dos Carajás. Vinte e dois anos de impunidade. De 2016 para cá, mais de cem mortes no campo ocorreram. No seu Estado, mais de 17 mortes, em Rondônia. São dois anos do desmonte do golpe e do desmonte da reforma agrária no campo.

A obtenção de terra está completamente congelada desde 2016. O Incra é zero família assentada de 2016 até agora, ou seja, não porque não queira fazer reforma agrária, mas as condições de se fazer uma reforma agrária não estão estabelecidas, não estão dadas. São 130 mil famílias hoje acampadas pela reforma agrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E nós do MST defendemos a luta pela terra, a reforma agrária, para fazer exatamente isto que nós fizemos agora em São Paulo. Fizemos uma grande feira nacional em São Paulo, por onde passaram mais de 260 mil companheiros e companheiras. Participaram efetivamente da nossa feira: mais de 1,215 mil feirantes; 367 artistas da cultura popular; 24 cozinhas com 75 tipos de comidas típicas e 420 toneladas, Senador, de alimentos comercializados no Parque da Água Branca, em São Paulo. Foram mais de 1,530 mil tipos de produtos da reforma agrária nesse período. Portanto, eu gostaria de trazer as fotografias do que é a Feira Nacional da Reforma Agrária, do que foi e do que é a reforma agrária que nós defendemos.

Muitos ficam dizendo que estamos só fazendo ocupação de terra para fazer confusão; nós estamos fazendo ocupação de terra para desapropriar o latifúndio, para produzir alimento e para fazer feiras que produzam alimento, mas também que produzam a beleza da cultura brasileira, como foi estabelecida na nossa feira, através de um grande avanço político que nós tivemos na nossa feira, com conferências sobre reforma agrária e alimentação saudável. É isso que nós queremos para a reforma agrária. É para isso que nós ocupamos o latifúndio. E seguiremos ocupando o latifúndio até que a reforma agrária e a democracia sejam restabelecidas no nosso País.

Portanto, nós como MST sempre defenderemos a democracia e a liberdade do preso político Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço ao Alexandre Conceição, Dirigente Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Coordenador do escritório do MST aqui em Brasília.

Passo a palavra para a nossa convidada Srª Thaia de Souza, Coordenadora-Geral Substituta do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pelo mesmo tempo.

A SRª THAIA CACCIAMALI DE SOUZA OISHI – Bom dia!

Só para começar, uma correção: não sou representante do Governo; sou representante do Estado. Sou servidora do Incra há dez anos, eu trabalho no Incra, porque também acredito na reforma agrária. Eu fiz Agronomia para trabalhar no Incra, e o Incra foi o único concurso que eu prestei. Eu fui para um assentamento em Goiás, quando eu estava no segundo grau, logo depois de Eldorado de Carajás, e, para mim, essa é uma luta que vale muito a pena. Quando entrei no Incra, entrei no Estado do Amazonas.

Eu sou agrônoma e fui a muitos assentamentos no campo e acho que a questão de reforma agrária na Amazônia em si precisa lidar com muitos fatores. Primeiro, o reconhecimento da população que está lá há muito tempo. A Amazônia não tem de ser ocupada. A gente tem de reconhecer a população que está lá.

E, na questão da reforma agrária na Amazônia, nesse reconhecimento da população, a gente precisa de outros fatores, e não se trata de se criar apenas um mero assentamento. A gente precisa ter fiscalização na Amazônia e a gente precisa ter gente do Estado, dos diferentes órgãos, trabalhando, porque, ao mesmo tempo em que o risco acontece, dessa grilagem, dessa vontade, por todos esses recursos que foram falados pela CPT, de água, petróleo, minérios e tudo o que a Amazônia tem – árvores, madeira, produto madeireiro e não-madeireiro –, também é muito difícil trabalhar na Amazônia.

Eu ia para projeto de assentamento absolutamente sozinha. Da mesma forma que os assentados sofrem essa ameaça, a gente, como servidor, sofre também. Eu já fui trabalhar em lugar onde sequer a Força Nacional queria estar, porque a gente corre muitos riscos. O trabalho para um servidor da reforma agrária que acredita nessa reforma agrária possível também é muito complicado.

Se a gente não pensar nessa reforma agrária como um todo, estruturando o projeto de assentamento, não adianta só a gente criar um projeto de assentamento ou reconhecer a população. Simplesmente reconhecer aquela população e deixá-la sem acesso a escola, sem acesso a água, sem acesso a logística, sem acesso a formas novas de produção, porque o problema também da produção agrícola no Brasil... Eu, como agrônoma, fui formada pela Esalq, que é uma boa universidade de agricultura, e não só ela, como todas as outras, até a Universidade do Amazonas, forma o agrônomo, o assistente técnico para fazer essa agricultura, essa monocultura, porque a gente aprende soja, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente aprende cana, a gente aprende milho, mas a gente não aprende a produzir hortaliça, a gente não aprende a produzir na floresta, a gente não aprende a diversificar essa produção.

Então, quando a gente sai da universidade, a gente sai preparado para ir vender veneno para a Monsanto; para ir vender veneno para a Syngenta. A gente não sai preparado para trabalhar com esse grande público que é o agricultor familiar, que é o maior contingente e o mais responsável tanto pela produção quanto pela manutenção do meio ambiente que ainda existe neste País, e isso precisa ser verificado.

Em relação ao Incra, a gente tem, primeiro, essa questão do não assentamento, que foi falado. O não assentamento aconteceu principalmente por essa questão de mudança de governo, o que foi muito complicado: o desmonte do Incra, que está acontecendo já há algum tempo.

A gente, como servidor, vai sentindo que ninguém quer discutir a reforma agrária. Então, a gente vai levando com a barriga. Em um ano o orçamento diminui, e cada vez diminui mais. Há menos servidores.

Eu cheguei a trabalhar no Amazonas, e agrônomos de campo, como eu, éramos dois. A gente tinha que dar assistência técnica para o Estado como um todo. Então, quer dizer, que trabalho é esse que eu, como servidora do Incra, poderia fazer? Você faz e vai tapando a peneira, mas não é que você realmente faz e resolve o caso.

E também há burocracia. As normas precisam ser revistas. Há muita coisa que você vai tentar fazer e regularizar essa família que está lá no campo, o que acontece muito... Você chega a um projeto de assentamento... O documento básico de um projeto de assentamento se chama Relação de Beneficiário. Você pega uma Relação de Beneficiário de qualquer assentamento de qualquer Estado no Brasil, e ele não condiz com a realidade, porque aqueles beneficiários que estão nesse documento oficial não são mais os assentados que lá estão, os ocupantes que lá estão, e muitos deles têm perfil para ser regularizados, mas o processo é tão moroso e a gente tem um problema no Incra de falta de estrutura, de falta de servidor, que a gente, por mais que queira fazer esse trabalho, o trabalho fica emperrado. Então, a gente não consegue regularizar.

Eu acho que a gente tem que discutir essa questão de assentar essas famílias e resolver o caso dessas famílias que estão acampadas, mas a gente também tem que ter um olhar sobre os assentamentos que aí existem, porque o caso desse assentamento de Goiás que foi falado aqui pela colega da Contag é um caso à parte. A grande maioria dos assentamentos são assentamentos que estão sem a gente saber qual a realidade que lá existe.

Eu vou falar um pouco sobre essa questão mais do meio ambiente e devastação que vocês colocaram aqui no requerimento, porque eu trabalho na área de meio ambiente já faz uns seis anos. Agora, especificamente, eu estou trabalhando com o Cadastro Ambiental Rural de todos os projetos de assentamento do Brasil. A gente está terminando de fazer esse cadastro do projeto como um todo e a gente vai partir para essa segunda fase de tentar fazer esse cadastro do lote a lote para a gente conseguir individualizar e dar o acesso a crédito que o assentado precisa ter, porque agora essa questão ambiental é uma questão inerente do processo de acesso ao crédito.

O grande problema que a gente tem, os dois grandes problemas que a gente tem na estrutura do Incra: falta de dinheiro e falta de pessoal. Para a gente fazer esse cadastro individualizado, a gente precisa saber quem está na terra e onde está na terra.

E, para isso, qual a estratégia que a gente, como coordenação, está adotando? Não adianta a gente também ficar toda hora falando: "Olha, a gente não tem gente, não tem dinheiro, não dá para trabalhar." Qual foi a estratégia que a gente procurou fazer? A gente começou com a Amazônia Legal, porque a gente, como Incra, tem um termo de compromisso com o Ministério Público para todos os Estados da Amazônia, que eles vão acompanhando nossos trabalhos. Então, o que a gente está fazendo? A gente está indo de Estado por Estado da Amazônia Legal conversar com o órgão estadual de meio ambiente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª THAIA CACCIAMALI DE SOUZA OISHI – ... para falar: "Olha, nós temos uma proposta de regularização ambiental do projeto de assentamento que é inerente da regularização fundiária. Sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a regularização ambiental, o processo de regularização fundiária não anda. Então, vamos trabalhar em conjunto."

A gente tem assinado acordos de cooperação técnica com os Estados, a gente já assinou com o Pará, já foi assinado com Roraima, a gente vai assinar agora com Tocantins, Rondônia e Amapá, se não me engano, para quê? Para a gente trabalhar de forma conjunta. Como os Estados já conseguiram recurso do Fundo Amazônia, a gente vai fazer uma parceria para essa coleta de dados para a gente saber quem e onde esses assentados estão, para a gente poder fazer o lote a lote e, a partir daí, a gente poder definir novas políticas de uma forma de produção na Amazônia que não seja esse quadradinho: "Para você ser um bom agricultor você tem de ter soja, ou gado, ou arroz, ou milho." Não, a gente quer propor um novo paradigma de produção, vamos produzir com a floresta. Essa é a diferença que a Amazônia pode mostrar.

A gente tem muito produto que pode ser utilizado e nada melhor do que o produtor, o agricultor que está lá há muito tempo, para poder – muito mais do que a gente, como técnico – ensinar. A gente está indo lá para aprender e ver esses produtos diferenciados, para a gente conseguir estimular essa produção e, também, possibilitar que essa produção tenha um escoamento. Porque, na Amazônia, essa questão de escoamento e logística é fundamental. Às vezes, é muito cara.

Fui visitar – não sei se vocês já ouviram falar – um Município chamado Apuí, no Estado do Amazonas. Agora está com algumas formas de produção alternativas, principalmente de um café agrosustentável que acabou de ganhar três prêmios internacionais. A produção – a gente foi ver – é muito legal. É feita por sete agricultores. O grande problema que eles estão tendo é: não há para quem vender. O que eles vão gastar para tirar de Apuí e levar até Manaus ou para qualquer polo consumidor é mais ou menos sete vezes maior do que o preço do produto. Então, fica inviável.

Acho que, antes de mais nada, a gente tem de sentar e conversar. É um problema do Estado como um todo. A gente tem de conversar com os diversos parceiros. Têm de sentar à mesa os movimentos sociais, que são fundamentais; o Governo, que é participante e é responsável por muita coisa que aconteceu; e também a gente tem de chamar parceiros que possam investir. Porque, se a gente for depender de um dinheiro só do Governo, para implantar essas políticas, a gente não vai andar, porque o recurso do Incra, a cada ano que passa, é mais baixo. Por exemplo, nessa área ambiental, o ano passado a gente tinha, mais ou menos, R$15 mil por superintendência, para o ano como um todo. São 30 superintendências no Brasil. O que uma superintendência na Amazônia faz com R$15 mil para a questão ambiental? Nada.

Não vou estender-me mais, porque acho que já falei bastante. Mas também acredito na reforma agrária e acho que ela vai ser o ponto tanto da preservação do campo quanto da pacificação do campo e da produção sustentável. Porque é o pequeno produtor que acredita em uma produção sem monocultura, sem agrotóxicos e visando à alimentação da população, não simplesmente para fazer *commodities* para dar para boi americano.

Obrigada e bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço à Thaia pela sua participação.

Aproveito a oportunidade para passar a palavra para o nosso Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Sead, da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Jefferson, pelo mesmo tempo.

O SR. JEFFERSON CORITEAC – Obrigado, Senador.

Quero cumprimentar o Senador Ivo Cassol; o Senador Telmário Mota, que aqui estava; o Senador Valdir Raup, que também aqui estava; o Senador Paulo Rocha; a Senadora Regina Sousa; a Thaia, do Incra; o Luismar, da CPT; a Laissa, da Contag; o Alexandre Conceição, do MST.

Senhoras e senhoras, muitíssimo obrigado pelo convite. Que bom, que importante, que nós estamos dando a importância da agricultura familiar na vida das pessoas. Realmente, 70% do produto que hoje vai para a mesa do brasileiro provêm da agricultura familiar. Dados já estão mostrando, com um novo censo que está sendo realizado, que esse número tende a aumentar. Então, a importância desse tema tem que ser dada à altura daquilo em que ele é utilizado.

Que bom que os movimentos sociais... Porque também acredito na importância dos movimentos sociais. Eu venho do movimento sindical, sou metalúrgico, Senador, e venho do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

movimento sindical, sou diretor, dirigente sindical, e acredito no empenho e na dedicação dos movimentos sociais, do movimento sindical, na luta pela defesa dos trabalhadores, na luta de defesa pelo interesse dos trabalhadores.

Agora que lá estou, à frente da Secretaria, venho com esse propósito também. Venho com o propósito de abrir os diálogos – isso eu faço com todos os movimentos sociais –, incluo também aqueles que não estavam sendo representados, porque eu acho que não é somente feita a representação por um único movimento, por uma única agremiação; tem que ser por várias e todas elas representam, no caso que estamos falando, os agricultores familiares.

Digo isso, porque realmente a nossa necessidade é muito maior do que a nossa realidade. Nós temos uma necessidade orçamentária muito maior, porque os problemas são muito grandes, o Brasil é muito grande, a extensão do Brasil é muito grande. Mas, mesmo com os poucos recursos que nós temos, com o pouco recurso que nos é destinado, nós temos cumprido os nossos compromissos e feito a nossa parte: representar os agricultores familiares, dar oportunidade a eles, dar benefícios e dar estrutura.

Queria citar que a agricultura familiar tem um tema diferenciado do agronegócio e tem que ser tratada de diferente maneira. Nós formamos um grupo de trabalho dentro da Sead, no qual lá está o MAPA, o FNDE, a Secretaria Especial da Pesca, a Anvisa e nós, da Sead. Nós discutimos as regras para desburocratizar as maneiras, as fiscalizações e as sanções, pois o agricultor familiar não tem condições de ter a mesma sanção, a mesma fiscalização, os mesmos critérios e a mesma rigidez que um agronegócio ou que um grande produtor tem. Então, esse grupo de trabalho está discutindo, estamos bem avançados com relação a isso para fazer a desburocratização das leis e dos regimentos da agricultura familiar.

Fizemos também, de 2016 para cá – e aí muito se fala que o problema acontece de 2016 para cá, eu acho que nada mais é do que um reflexo do que vem acontecendo no País de 15 anos para cá e culmina em algumas ações. Quando nós chegamos lá, uma das ações que o Governo tem por prioridade é a titulação de terra e a assistência técnica para o agricultor. A titulação para que ele possa ter acesso aos créditos e a assistência técnica para que ele possa fazer o uso daquela terra, dos implementos que são comprados, da força da sua mão de obra de maneira consciente e de maneira responsável. Somente a assistência técnica tem esse princípio.

Quando nós chegamos lá, nós vimos uma realidade bastante diferente. Existiam as assistências técnicas e aí se dizia assim: 70% da assistência técnica e extensão rural precisam ser feitos por entidades públicas e os outros 30%, que não são possíveis serem alcançados pela entidade pública, nós fazemos com as entidades privadas. E nós vimos que lá estava ao contrário: 70, 80% das entidades privadas é que faziam a assistência técnica e somente 20 ou 30% é que faziam pelas entidades públicas.

E, quando nós chegamos, eu até estranhei, eu falei: "Bom, então, ótimo, eu acredito no movimento social, eu acredito no movimento sindical e eu acho que eles estão fazendo a coisa correta." E pena nós termos visto o que nós vimos, que é o desmonte e um ralo que existia de vazão de dinheiro por conta dessa assistência técnica, que não era aplicada ao agricultor familiar, era um desvio de dinheiro, Senador, as entidades, muitas entidades privadas de respeito, muitas entidades privadas de consciência e responsáveis, agora, muitas, também, usando do dinheiro público para fazer, alicerçar alguma coisa que não era o agricultor familiar.

E nós fizemos todo o estudo, estamos com várias, construímos, inclusive, Senadores e senhores presentes aqui, um departamento de processos administrativos disciplinares dentro da Sead. De tanto problema que nós identificamos, tivemos de formar um departamento só para fazer a análise desses processos, porque o desvio e o dano ao Erário aconteciam não só por parte das entidades privadas, mas quem assinava e quem delibera e quem liberava a verba eram os servidores e os que estavam ali ocupando os cargos públicos.

Dito isso, nós fizemos uma reestruturação da assistência técnica. Estamos colocando a Anater, que é a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, para funcionar. Fizemos o repasse orçamentário e financeiro para a Anater. Todas as assistências técnicas agora têm que passar pela Anater, que é essa agência. Nós não fazemos mais a execução da assistência técnica. Fizemos, no ano de 2017, no final do ano de 2017, o pagamento de RAP dos anos de 2014 e 2015 das assistências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

técnicas que estavam aptas, que estavam regulares. Fizemos mais de R$150 milhões em pagamento de RAP dessas assistências, porque nós entendemos que executado o trabalho, confirmado, comprovado, atestado, tem que ser recebido, e isso não era feito pelo governo passado.

Em dezembro de 2016, nós fizemos a compra, repassamos para as EMATERs e para os Institutos de Terras públicos, nós repassamos R$50 milhões para comprar e para estruturar as EMATERs...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON CORITEAC – ... para que os técnicos pudessem ir fazer a visita, fazer as assistências técnicas para os agricultores familiares. Foram comprados mais de 2 mil veículos e *notebooks* para que esses técnicos pudessem ir a campo e fazer a assistência técnica.

Estamos fazendo e acreditamos muito, também, na reforma agrária, mas, principalmente, na titulação como uma porta de entrada do agricultor nas políticas públicas do Governo. A partir do momento em que ele recebe o título dele, seja ele um título de ocupação, que é o caso lá, da Amazônia Legal, que é o CRO, que foi criado agora com a nova lei de regularização fundiária, que já dá um documento para torná-lo capaz de entrar, requerendo seus direitos e requerendo o seu financiamento.

Quero pedir permissão, Senador, para passar a palavra para o Dumont, que é o Coordenador da Serfal, que trata da regularização fundiária, e um dos que ajudaram na elaboração desse decreto de regularização fundiária e que tem todos os detalhes a respeito e pode passar com minúcias o porquê e como é feito o CRO. Muito se disse que, com a regularização, com a abertura ou com a quantidade de títulos emitidos, isso facilitaria a ação de grileiros, facilitaria a depredação. Dumont, depois, se você puder fazer a gentileza, explique aos senhores e senhoras que estão aqui que o efeito é o inverso, ou seja, com a titulação, nós temos o homem do campo cuidando da terra, com maior qualidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON CORITEAC – Já vou terminar, Senador.

Nós temos a oportunidade de ter a titulação e ele entrar, buscar a sua política pública, entrar com um requerimento de requisição de recursos para a política pública. Enfim, nós acreditamos que, com pouco e com muita boa vontade, é possível fazer alguma coisa para o agricultor familiar.

Encerro, Senador, dizendo uma frase na qual, quando eu vim para a Secretaria, eu não acreditava, mas, hoje, eu acredito, que é: o crescimento do nosso Brasil passa pela agricultura familiar. Vamos valorizar a agricultura familiar, o agricultor familiar, o homem da terra, dar qualidade, dar condições para o homem da terra produzir para a sua subsistência e o excedente.

Para isso, criamos, formamos vários centros de comercialização. Estamos fazendo convênios com outros países através da Reaf, que é a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul, para facilitar a venda de produtos da agricultura familiar para outros países. Estaremos promovendo também, entre os meses de junho e julho, um seminário mundial, nacional, internacional da agricultura familiar, ocasião em que os movimentos sociais, os movimentos sindicais vão ter oportunidade de participar, de levar as suas reivindicações, de conhecer o que nós, do Governo Federal, com os poucos recursos que temos, como já foi dito, estamos fazendo para o agricultor.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Secretário Especial de Agricultura Familiar.

Vamos aproveitar essa oportunidade para também tirar as dúvidas. Vou passar a palavra para o nosso Coordenador de Regularização Fundiária, Sr. José Dumont Teixeira. Vamos disponibilizar o tempo mínimo possível para V. Sª para podermos fechar os trabalhos desta Comissão.

O SR. JOSÉ DUMONT TEIXEIRA – Vou ser bem breve.

Bom dia a todos! Bom dia aos membros da Mesa! Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia a todos do auditório!

Primeiro, eu queria trazer dois dados que acho que são extremamente relevantes no contexto do Programa Terra Legal e da questão ambiental, que está sendo debatida aqui, e também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questão da agricultura familiar. Já são mais de 30 mil títulos emitidos pelo Programa Terra Legal desde o seu início. Há um dado muito importante para nós, o de que 97,5% – vou repetir –, 97,5% dos títulos que foram emitidos pelo Programa Terra Legal são para agricultores familiares; e especificamente 75% são para agricultores com áreas de no máximo 75 hectares, até um Módulo Fiscal. Ou seja, o programa, ao contrário do que se imaginava lá no início, com a MP 758, MP da Grilagem, a gente beneficia e muito os agricultores familiares.

Um outro dado extremamente relevante, mais no contexto ambiental, é com relação à destinação das terras públicas. Toda vez em que a gente emite um título de regularização fundiária, previamente a gente precisa fazer uma consulta quanto ao interesse público ou social. Nesse processo de consulta e destinação de terras, já são mais de 11,3 milhões de hectares destinados a finalidades ambientais ou sociais. Refiro-me a Unidades de Conservação, projetos de assentamento, reconhecimento de áreas quilombolas, áreas indígenas e outras finalidades de interesse público ou social. Ou seja, o Programa Terra Legal tem trabalhado e se preocupado muito com a destinação adequada das terras públicas federais na Amazônia.

Bom, mais especificamente em relação à nova legislação, a gente acredita fortemente, não só pelos resultados que a gente tem obtido, pelas informações que a gente tem obtido junto a instituições que têm estudado o processo de regularização na Amazônia, que a regulação fundiária é, sim, um meio de você conter o desmatamento, de você reduzir grilagem. A gente tem estudos em parceria com a PUC do Rio de Janeiro que demonstram que, nas áreas que foram tituladas, a gente tem um desmatamento menor do que nas áreas que ainda estão em processo de regularização fundiária. Ou seja, a gente consegue de fato demonstrar que a regularização fundiária contribui para o controle do desmatamento na Amazônia.

Com a edição da nova lei, a gente trouxe um novo documento, que já está sendo emitido, que é a certidão de reconhecimento de ocupação. O processo de regularização fundiária não é um processo simples, você reconhecer o domínio e efetivamente transferir o domínio de uma terra pública a um particular. A gente tem uma série de etapas, que são extremamente rigorosas, para que a gente consiga efetivamente regularizar quem deve ser regularizado. E, nesse interstício, muitas pessoas acabam sem nenhum documento para que possam continuar a produzir de maneira sustentável ali na sua ocupação.

Então, a gente entendeu que seria adequado ter um documento, vamos dizer, intermediário entre o requerimento de regularização fundiária e a emissão do título sob condição resolutiva. Então, a gente trouxe a possibilidade de emissão de uma certidão de reconhecimento de ocupação. Essa certidão é cercada de uma série de cautelas. A gente verifica se o cidadão tem alguma infração ambiental, se ele tem embargo ambiental na área que ele vai receber, a área tem que estar georreferenciada, ou seja, exatamente identificada onde ela se localiza. E é exatamente uma forma de a gente já conseguir identificar e passar a monitorar as pessoas que estão ocupando a terra pública na Amazônia para que essas pessoas possam produzir e continuar vivendo ali de forma sustentável.

Então, de forma bem sintética, Presidente, era isso que eu tinha para trazer de informação complementar aí ao nosso Secretário e fico à disposição aqui para qualquer outra pergunta que houver.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação dos nossos convidados.

E eu vou passar agora a palavra para os nossos Senadores. Senadora Regina Sousa, por gentileza, fique à vontade.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero cumprimentar, saudar o Presidente e cumprimentar os convidados e convidadas.

Eu acho que, em um debate desse, não é só cada um vir e colocar, se não houver um diálogo. Aqui foi falado da questão da violência no campo, que é seriíssima, gravíssima. Cadê a resposta?

O que está acontecendo no Pará, minha gente, o Pará, eu não sei o que vai ser daquilo. Eu recebi aqui uma comissão de uma terra quilombola em que mataram o Nazildo, no dia 15 de abril, e é uma terra quilombola que está cercada de palmas de dendê, porque há as fábricas de dendê lá, e cercaram as terras quilombolas. Eles estão cercados. Poluem os rios; as crianças estão com doença de pele. Trouxeram uma criança para eu ver. E, quando eles estavam conversando comigo, um de lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma outra liderança mandou um vídeo de que ele tinha acabado de ser baleado. Ele conseguiu sair do carro, se agachar e escapou, mas mandou o vídeo, o sangue descendo na camisa. Então, essas coisas não vão ter resposta? A paz no campo eu acho que é a coisa mais fundamental que temos neste momento para poder deixar os produtores, os pequenos produzirem em paz.

Quem é que manda esses pistoleiros fazerem isso, ninguém? "Foi pistoleiro." Mas pistoleiro de quem? Alguém pagou, pistoleiro não trabalha de graça. "É porque o movimento é violento, o Movimento Sem Terra é violento, criminalizam o movimento." Agora, me digam quantos fazendeiros morreram em 2017? Ele acabou de dizer aqui: 70 pessoas foram assassinadas em 2017, trabalhadores. Quantos fazendeiros morreram, quantos capangas morreram e quantos policiais morreram pelas mãos do movimento? Quantos jagunços morreram? Não há. Então, criminalizam.

Eu vi aqui eu dia um debate, quando queriam desqualificar o movimento, afirmando que há até Vereador no assentamento. Ora, bolas, se existe um assentamento que tem um líder que tem 200 votos lá, nesse assentamento, e 200 votos elegem um Vereador, quem é mais legítimo para ser Vereador desse assentamento? É engraçado isso, porque o pessoal do agronegócio está todo aqui, Deputado e Senador; aí o Movimento Sem Terra, não. Não é mais acampado, não pode mais ser assentado, porque é um Vereador de uma cidadezinha pequena, porque é só nas cidades pequenas que elegemos os Vereadores.

Então, precisamos fazer essa discussão com mais sinceridade, desarmados, porque eu acho que o nosso principal problema neste momento no campo é a violência, que voltou de um jeito... Sempre houve, mas diminuiu bastante aos níveis, não digo toleráveis, mas a um nível que se comemorou até, porque tinha caído muito o rumo da violência no campo.

Aí em 2017, matam-se 70 pessoas. Chacinas! Houve pessoas em execução pessoas pelas costas. Quem já foi punido de Colniza, aquela chacina em Colniza? Quem já foi punido em Pau D'Arco? Foi comprovado, a perícia comprovou que foi execução pelas costas. Então, quer dizer, essas coisas que...

Aí vem: "O Movimento Sem Terra é violento!" Aí mandam: "Vai trabalhar, vagabundo!", quando eles estão no movimento. Agora, quem é o maior produtor de arroz orgânico pode ser chamado de vagabundo? Quem faz uma feira daquelas? Agora, cadê que os meios de comunicação mostraram? Só os meios alternativos. Quem faz uma feira daquelas, com aquela quantidade de gente, com aquela quantidade de comercialização de alimento saudável não é vagabundo, mas é o que vemos por aí.

Então, vemos o desmonte dos programas. Os projetos que há aqui. Aqui eu tenho tido embates terríveis na questão do agrotóxico, na questão dos transgênicos. Por quê? Por que ele quer voltar, quer tirar o t dos transgênicos? Para enganar quem?

Era preciso, por exemplo, que estivessem mais Senadores aqui. Chama-se para uma audiência dessas, e vêm vocês. O que é bom da audiência é que tem gente assistindo e que outros vão assisti-la porque será reprisada depois – a TV Senado. Mas não sei... A gente precisava tocar... Houve o problema, algumas coisas responderam, mas vamos responder sobre a questão da violência. Por que na disputa política na Funai, por exemplo, entre um general e um ruralista, o ruralista ganhou? Um ruralista cuidar de índio é até meio esquisito.

Acabou de se ouvir que o Incra está desmontado. Lá no meu Estado, por exemplo, perdem processo, há assentamento em que o produtor de cana vai ao assentamento conversando com um por um, oferece dinheiro por um pedacinho de um; vai amolecendo e, daqui a pouco, o trator passa, planta cana, passa na frente dos outros e deixa os outros ilhados. É um assentamento, e não fazem nada. As pessoas vão saindo e vão deixando de plantar cana. O meu Estado está transformado num canavial, que depois vai virar um formigueiro, porque, depois que sai a cana – eu sei disso porque morei na roça minha vida inteira, ainda hoje minha família mora na roça –, depois que se tira a cana, que ninguém quer mais plantar cana, quando não dá mais dinheiro o suficiente, quando a cana não está mais crescendo o suficiente, vira um formigueiro.

Se a gente não discute essas coisas com profundidade... Há lugar para todo mundo, há lugar para o agronegócio, mas há lugar para a agricultura familiar. E está dito: é a agricultura familiar que coloca a comida na mesa, minha gente.

Então, não sei o que vai ser deste País.

A burocracia não é de hoje, eu sei que a burocracia não é de hoje. O processo demora demais a andar, passa por muitas mãos. Um dia desses, recebi uma resposta de uma consulta que fiz e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passou por não sei quantas pessoas; e eles ainda mandam para a gente, na capa do processo vem por onde passou. Para que isso tudo? Se a gente quer melhorar a vida no campo de verdade, precisa simplificar, senão, quando sair o resultado de um processo, já é uma outra geração que está lá, não é mais a mesma. Às vezes, também tem isso, a pessoa saiu, morreu, ou foi embora mesmo, cansou, e ficou um filho, um genro, outra pessoa que ficou no lugar para cuidar da terra.

Então, acho que a gente tem que discutir mais isso e tentar andar. Principalmente eu acho que, se a gente resolve... Não se resolve totalmente, mas, se a gente avança na questão do combate à violência no campo, a gente está dando passos largos para aumentar a produção para todo mundo, porque o resto o trabalhador sabe fazer. Acho que até no crédito, se for olhar, a menor inadimplência é do agricultor familiar.

Então, queria parar por aqui, porque estou com outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora.

Com certeza! E o que a gente defende, na verdade – e aqui está a nossa representante, a Laissa, que é filha de agricultores assentados – é que não sejam feitas as transferências, que seja documento de pai para esposa, para filho. Mas, infelizmente, quantas pessoas receberam as casas do Minha Casa Minha Vida e hoje não estão mais lá! E há outros tentando levar vantagem particularmente. Quer dizer, infelizmente, na vida, sempre há uns espertos que levam vantagem.

Quero também a participação do nosso Senador pelo Brasil, pelo Pará, um Senador atuante, o Senador Paulo Rocha. E depois vou para Rondônia, com o Deputado Luiz Cláudio.

Mas, com a palavra o nosso Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, nossos convidados, queria inicialmente dizer que acreditamos muito, tanto nos nossos convidados, que aqui representam a CPT, a Contag, os sem-terra, como também a gente acredita nos nossos funcionários públicos que estão hoje lá no Incra, nessa tarefa muito importante e estratégica para o nosso País.

Eu venho de um Estado, o Estado do Pará, que é um exemplo disso que estamos discutindo aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Na verdade, o que estamos discutindo aqui é o problema da estrutura agrária do nosso País. Essa estrutura agrária, que foi montada desde os governos militares, facilita a concentração de terra na mão de poucos. Foi com a luta da Contag, dos sem-terra que a gente começou a mudar, assessorados por entidades como o CPT e tantos outros grupos.

Eu sou hoje Senador da República, mas venho desse processo, da luta pela terra lá no Pará. Eu cheguei aqui em 1991, e aqui o pessoal não acreditava que existia trabalho escravo no Brasil. Foi a minha atuação como Deputado Federal, no final ajudado muito pela CPT, pela Contag, pelos sem-terra, pela CUT, que conseguimos aprovar legislação importante, inclusive a do combate ao trabalho escravo.

É de minha autoria a lei de combate ao trabalho escravo, mas primeiro nós tivemos de publicitar no País que existia trabalho escravo no Brasil. E, infelizmente, o meu Estado era campeão nisso, como também era campeão em conflitos de terra.

Eu, tristemente, como dirigente sindical, já Presidente de CUT, participei não de dezenas, mas de milhares de missas para rezar pelos nossos líderes sindicais que foram mortos na briga pela terra, nos conflitos de terra em nosso Estado. Na época, foram cerca de 600 lideranças sindicais, lideranças de trabalhadores rurais que tombaram por causa dessa questão do conflito de terra.

E qual é o centro disso? Exatamente a concentração de terra nas mãos de poucos. Quer dizer, o modelo perverso que não só concentra a terra, e, a partir da terra, concentra a renda, concentra a riqueza etc.

Então, o centro da questão do debate é... Há outro dado que é importante colocar: na época do Fernando Henrique Cardoso, reconheça-se, ele avançou nessa questão dos assentamentos. Mas todo mundo sabe que não basta ter assentamento ou distribuir terra; é preciso dotá-lo para a fixação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

homem no campo. O que significa fixação? É criar as condições para ele trabalhar a terra, o que implica desde a infraestrutura, como vicinais, assistência técnica, educação.

O filho do campo tem filhos e ele não quer ver os seus filhos como ele, que não teve oportunidade de estudar. A grande vontade do homem do campo, por mais rude que ele seja, a grande perspectiva de vida dele e da família é ver o seu filho estudar.

Então, a fixação do homem no campo é fundamental para poder estabelecer um novo desenvolvimento do nosso País. Esse desenvolvimento que está aí apenas como exportador de *commodities* não dá conta de resolver os problemas do nosso País, a fome e a miséria que existem no campo.

Foi pensado, a partir dos militares e depois com a consolidação do projeto neoliberal implementado pelo Fernando Henrique Cardoso, e foi implementado desenvolver o País só a partir do grande: do grande grupo econômico, no meu caso, do Estado e da Amazônia; do grande projeto agropecuário; do grande projeto mineral; agora, do grande projeto de produção de energia. Lá, há políticas públicas; lá, não há problema de orçamento para aplicar as políticas do governo, é financiamento, etc., mas, onde está só o pequeno, não há política de governo, não há política pública.

Então, o centro da questão aqui é questionar e colocar em xeque a estrutura agrária para poder dar oportunidade, o que vinha sendo feito nos governos populares e democráticos que a gente tinha conquistado – é só ver os dados aí –, políticas em que o governo Lula não fez discriminação, inclusive em relação ao grande. Na época do Fernando Henrique Cardoso, havia à disposição para o agronegócio R$28 bilhões nos bancos de financiamento; chegou-se, no governo Dilma, a R$180 bilhões. Mas também para a agricultura familiar, através de programas como o Pronaf, saiu-se de R$2,6 bilhões – acho que a Contag, na época de Fernando Henrique, assinou acordo e chegou a R$2,6 bilhões – e, no governo Dilma, o último, avançou-se para R$24 bilhões, R$26 bilhões.

Então, o ponto central da questão é processar isso, tanto que, como resultado disso, ampliou-se a exportação na *commodity* para poder trazer divisas, que é importante para o País também, mas se confirma – estão aí os dados que os companheiros trouxeram – que 70% da produção de alimentos que chega à mesa do povo nas regiões metropolitanas vêm da agricultura familiar – e comida saudável.

Então, quando a gente chama uma audiência desta, é exatamente para colocar esse debate a nu e a cru. E principalmente o Congresso Nacional tem uma responsabilidade grande nisso, porque o Governo que aí está, após o golpe parlamentar, está desmontando todos os avanços que nós estávamos construindo no País nessa questão de equilibrar essa questão do desenvolvimento do campo. Há clareza de que o desenvolvimento do campo precisa incluir o pequeno no processo para resolver o problema do desenvolvimento no campo, que se dê oportunidade para todos e se criem as condições da fixação do homem no campo para que ele possa se estabelecer lá. E avançamos muito.

Vou dar o exemplo, de novo, do meu Estado. Há 100 anos só havia uma universidade no Pará. No Governo Lula, foram criadas mais três, inclusive transformamos uma faculdade agrária em uma universidade agrária, para criarmos oportunidades no interior para que o filho do trabalhador rural possa ter oportunidade de se preparar para ser engenheiro agrônomo ou em tantos outros cursos de que se precisa para o desenvolvimento, para se avançar tecnicamente no campo, etc.

E o que está acontecendo? Estão desmontando tudo isso. O corte, a tal da PEC que nós apelidamos de "PEC do fim do mundo" foi para isso, para desmontar, cortar o orçamento das universidades, cortar o orçamento da infraestrutura que estava avançando no Incra. Havia políticas de vicinais no Incra, havia políticas de escolas no campo, e tudo isso está sendo desmontado, através do corte no Orçamento. Eles sabem fazer isso. Tiram o oxigênio, não é?

E, Sr. José, preocupa-nos muito essa massificação da titularização sem que, junto com a titularização, vá as questões da infraestrutura e as condições de produção, porque temo que seja uma visão do que veio na reforma trabalhista. Fizeram a reforma trabalhista e precarizaram o emprego. E agora o próprio Governo está usando o índice de empregos precários para dizer que está aumentando o emprego. Temo que esse processo de titularização em massa também venha ao encontro... Isso não bate com a visão do Governo que manda para cá políticas de internacionalização das terras. Isso, para os chineses, beleza! Porque, em vez de os chineses comprarem dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresários a sua alimentação daqui, eles mesmos vêm para cá, compram terra e plantam para levarem para eles lá.

A flexibilização do ordenamento das terras indígenas não bate com essa questão que está colocada da massificação de titularização. Não bate, porque essa flexibilização, a internacionalização da terra, a flexibilização das terras indígenas, tudo isso favorece essa estrutura agrária de concentração de terras nas mãos de poucos. Por isso é fundamental, Senadores, que o Congresso Nacional esteja atento, porque nós estamos vendo que, com isso, volta de novo esse desmonte, volta de novo as mazelas no campo, volta o aumento de acampamentos nas estradas, volta a violência no campo.

E agora, companheiro Luismar, de uma forma diferente da anterior, pelo menos lá no meu Estado. Antes, o dono da terra, o grande dono da terra... Quero fazer uma ressalva aqui: a gente não considera que todos os donos de latifúndios são maus. Há uma separação, há aqueles que querem a terra para produzir, para desenvolver etc. e tal, mas há aqueles maus, que se apoderam da terra para poder... São os escravagistas. E, com o golpe, parece-me que esse setor começa a se empoderar de novo. E a forma agora de eliminação do conflito no campo é uma forma mais organizada; não há a contratação só do pistoleiro, mas parece que são milícias organizadas que atacam.

Então, eu queria concluir e dizer o seguinte: o centro da questão é o debate sobre estrutura agrária no Brasil, e essa estrutura de concentração de terras na mão de poucos agrava a situação no campo de conflitos, de uso do trabalho escravo, de empobrecimento ainda maior do trabalhador rural, daquele que teima em ficar na terra, às vezes, sem as mínimas condições.

Então, avançou-se com os programas de assistência técnica, com a educação no campo. A infraestrutura, mesmo pouco, estava avançando. Programas como Luz para Todos e como Bolsa Família, tudo isso estava vinculado. No Fome Zero, entrava a questão da compra da produção, para o dinheiro ir para a merenda escolar. Enfim, houve todo um conjunto de programas. Esse programa está sendo desmontado, o que leva ao empobrecimento, o que leva ao conflito entre aqueles que teimam em brigar por um pedaço de terra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, nosso Senador Paulo Rocha.

Quero aproveitar a oportunidade também para passar a palavra para o nosso convidado, representante na Câmara dos Deputados, na Comissão de Agricultura, Deputado pelo Estado de Rondônia e pelo Brasil, que foi Secretário de Agricultura.

Nós convivemos, não é, Deputado Luiz Cláudio? Vou lhe dar esta oportunidade por, no máximo, cinco minutos, para podermos concluir, porque temos outros compromissos. V. Exª está com a palavra por cinco minutinhos.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Senadores aqui presentes; todos os representantes das entidades, dos movimentos e do Governo; Senador Ivo Cassol, o tema é muito importante.

Secretário Especial de Agricultura Familiar, Jefferson, o tema é fundamental.

Sou a favor da reforma agrária desde quando me entendo por gente, uma reforma agrária com o perfil da agricultura familiar, porque a agricultura familiar produz alimentos saudáveis – isso é inquestionável –, alimentos naturais. E só o agricultor sabe fazer isso. Trabalhar na enxada, sem agrotóxico, só quem o faz é o pequeno agricultor, e ele sabe fazer isso muito bem. Agora, é preciso que cada entidade e cada governo façam a sua parte, o Governo Federal, o Governo estadual e o Governo municipal, porque o agricultor familiar depende deles. A educação fundamental, por exemplo, é o Município que faz; o ensino médio, é o Estado que o faz; as estradas vicinais, é o Município que as faz; a assistência técnica, é o Governo do Estado que a faz; o fomento à agricultura familiar é mais fácil o Governo do Estado fazer do que esperar pelo Governo Federal, porque é muito demorado.

E aí, Senador Cassol, na época em que o senhor foi governador... Alguém aqui falou de um dado importante, que é a redução da produção da agricultura familiar. Isso é real. O IBGE mostra isso com muita tranquilidade. Mas o Governo do Estado não faz nada! Na sua época, Senador Cassol – fui seu Secretário de Estado da Agricultura –, nós fomentávamos a produção do feijão selecionado para o pequeno produtor plantar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone*.) – A semente era selecionada.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – A semente era selecionada. E, agora, em Rondônia, estamos na época de plantar. Ninguém vai plantar, porque não há semente selecionada. Ninguém! Na época do plantio do arroz, acontecia a mesma coisa; na época do plantio do milho, a mesma coisa. Hoje, a produção da agricultura familiar de Rondônia caiu em 70%, por falta de fomento, por falta de semente selecionada para o pequeno agricultor.

O Governo atual não tem culpa. Daniel Pereira assumiu agora. Ele era o Vice-Governador. O Governador anterior renunciou, e ele assumiu. Então, ele não tem culpa. Mas passar oito anos sem entregar uma semente para o produtor isso é discriminar a agricultura familiar.

O Governador Cassol dava a máquina por cinco horas para o pequeno agricultor. Independentemente de partido, de religião, todos tinham o mesmo direito, para arrumar o carreador dele, para fazer uma represa ou um bebedor de água para a irrigação.

A assistência técnica, no seu Governo, Cassol, funcionava e tinha todo o apoio necessário. Hoje, a assistência técnica em Rondônia só funciona até as 13h, como se o agricultor só trabalhasse em um período no dia.

Secretário, eu, como Deputado Federal, coloquei uma emenda de R$4,5 milhões. Falta só V. Exª pagar esse recurso, que é para comprar veículo, computador e *tablet* para todos os escritórios da Emater do meu Estado de Rondônia.

Então, Senador, a agricultura familiar, realmente, precisa desse apoio, precisa de estrada, precisa de fomento. Se o pequeno pegar o crédito, se ele não tiver assistência técnica, ele vai ter dificuldade de pagar o financiamento. É histórico isso. A gente sabe de gente que perdeu a terra porque não conseguiu resolver o problema. As pessoas foram perdendo suas terras e voltaram para a cidade. Lá em Rondônia, o camarada sai da roça e vai para a cidade, Senador, e o senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – ... sabe que não há emprego. Qual emprego que existe numa cidade pequena? Vai trabalhar num frigorífico ou com laticínios? No comércio, estão todos em dificuldade.

Então, a questão da sucessão familiar é muito importante. Eu defendo, Senador Cassol, uma reforma agrária dentro do perfil do agricultor.

Eu sou filho de pequeno agricultor. Estou em Rondônia há 40 anos, mas minha mãe é agricultora e mora na roça até hoje, em Pernambuco. Ela teve dez filhos, mas nem todos gostam da agricultura, só três ou quatro; infelizmente, eles não gostam. Então, é a mesma coisa o perfil do pequeno agricultor. Há um camarada que gosta da agricultura, que não tem vergonha de estar com a enxada na mão, produzindo, trabalhando. Há outros que não têm jeito para isso, que não gostam. Esse é o perfil. Isso é histórico, é mundial.

Agora, nós precisamos de políticas fortes para acudir a agricultura familiar. No nosso Estado, Rondônia, Senador Cassol, nós produzimos café, nós produzimos leite, nós produzimos hortaliças e frutas. Em Rolim de Moura, há um produtor, Senador Cassol, que tem 40 hectares de terra. Sabe quantas pessoas ele emprega? Ele é o Claudemir, da Linha 188. Quarenta pessoas ele emprega! Ele produz banana, produz laranja e produz açaí. E todos os filhos dele continuam na roça, continuam na propriedade. Ele é um produtor que, realmente, recebe assistência técnica, e essa é uma forma de ele ter uma renda garantida no seu sítio. Com todos os mecanismos, ele é um produtor modelo. Então, eu acredito nesse modelo.

A Laissa, que está aqui, é filha de assentados e hoje é advogada. Parabéns!

Conheço muitos filhos de agricultores que saíram da escola agrícola e que são agrônomos, que são veterinários, que são técnicos agrícolas. Há aqueles que não voltaram para a sua propriedade, mas que, hoje, são empresários, pequenos empresários, e estão trabalhando. Eu acredito nesse modelo.

Agora, a reforma agrária, Senador Cassol, precisa de recursos. É preciso aparelhar os órgãos que trabalham com a reforma agrária, no que, infelizmente, todos os governos pecaram. O Incra, no meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estado, se eu for olhar hoje, é a mesma coisa de 20 anos atrás. Se você tem escritório, você tem de ter cuidado, porque senão o escritório fica em péssimas condições.

Para o senhor ter uma ideia, Senador, há um assentamento em Jardinópolis, e o senhor o conhece. O Edinho é o líder do assentamento. Eles estão há 12 anos nesse assentamento, que é o assentamento Boa Esperança. Através do diálogo entre eles e o proprietário, o proprietário deixou que eles ficassem na terra. Eles não estão debaixo de uma lona. Eles estão lá produzindo café, leite, maracujá. Mas, até hoje – faz 12 anos! –, não conseguiram regularizar. Isso se deu através do diálogo entre o proprietário e os assentados. Há uma dificuldade muito grande.

Então, acho que a violência no campo, de que foi falado muito aqui, é resolvida através do diálogo. O diálogo traz a paz entre todos nós. Se nós temos capacidade de dialogar, conseguimos evitar a violência. Agora, é preciso o Governo Federal, realmente, valorizar isso.

Foi falado aqui que há uma determinação do Tribunal de Contas da União de que está suspensa a reforma agrária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Já voltou, segundo a nossa representante do Incra. Então, parabéns!

Isso era um absurdo! Tudo já é difícil! E, além disso, há um impedimento para não se fazer reforma agrária?

Mas, então, Senador Cassol, a agricultura familiar é importante. Ela é importante, porque produz alimento saudável. A Emater, por exemplo, Senador, na nossa época, fazia – e até hoje ainda faz – aquelas feiras livres, feira de agricultura orgânica, de alimento saudável, e todo mundo vai lá para comprar alface, hortaliça, queijo orgânico, café orgânico, tomate orgânico. Quem não quer comprar isso?

Agora, é preciso que os governos – não é só um governo, mas são todos os governos – atuem. É preciso que o Governo do Estado faça a sua parte, que o Governo municipal cumpra o seu papel de cuidar das estradas, que o Governo do Estado, que, sem sombra de dúvida, é o responsável hoje pela assistência técnica, ajude a assistência técnica, de fato! As EMATERs só atender o pequeno agricultor. Você não vê a Emater trabalhar com um grande produtor, com um latifundiário. O grande empresário tem condição de pagar assistência técnica particular, mas o pequeno não a tem e precisa fazer o projeto dele de crédito, precisa ter uma assistência definida e intensiva, para ele poder aumentar a produtividade, e precisa ter renda. Se ele não tiver renda, como é que os filhos dele vão dar sucessão à agricultura familiar?

Portanto, Senador Cassol, o senhor tem toda a liberdade para, de cabeça erguida, aqui, falar que o senhor apoia a agricultura familiar. No seu Governo foi diferente. E o Governo que lá no meu Estado passou infelizmente reduziu a Emater, que hoje só trabalha um horário no campo e quase sem condição, tirou todo o fomento da agricultura familiar e não busca parceria para tentar resolver os problemas da violência no campo.

Eu acho que o diálogo com todos os movimentos é importante, com todos da Contag, da Fetagro... São importantes esses diálogos, mantermos um diálogo, para a gente evitar a violência entre as pessoas. Eu sou totalmente a favor do diálogo, com o que eu acho que a gente resolve tudo.

Portanto, Senador Cassol, o senhor está de parabéns em trazer para esta Comissão de Agricultura do Senado esse debate que é tão importante, tão fundamental para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação, Deputado Luiz Cláudio.

Isso é verdade. Lembro aqui à nossa advogada, à Laissa, ao Luismar e aos nossos convidados Alexandre, Jefferson e Dumont que é extraordinário o nosso Estado de Rondônia. No período em que fui Governador, de 2003 a 2010, nós tínhamos vários programas, que o Deputado Luiz Cláudio fez.

A Laissa logo no começo falou da produção de leite da propriedade da família dela. E o que esses agricultores fizeram, Luismar, no passado? Eles não tinham dinheiro para comprar gado de raça, eles compraram uma vaca, uma bezerra, que acabava sendo criada lá e produzindo pouco leite. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fizemos o Projeto Inseminar, Deputado Luiz Cláudio. Nós tínhamos 900 mil litros de leite por dia e elevamos a produção para 3 milhões de litro de leite por dia.

Há o depoimento de uma senhora, que veio aqui em Brasília quando ela se formou e que fez o TCC dela em Direito, igual a Laissa. Ela tirou o sustento e o dinheiro da faculdade particular do campo. Ela tinha dez vaquinhas de leite que davam lá no máximo 30 ou 40 litros de leite; depois ela passou a tirar mais de 150 litros de leite. Esses são exemplos que temos.

Inteligentes são os governantes que investem na agricultura, especialmente na familiar. Por quê? Porque nós tivemos no passado, tanto no Governo Federal como no Governo Estadual e Municipal, Jefferson, a migração do povo para o campo e, depois de um certo momento, o pessoal do campo migrou para a cidade.

E as pessoas que migram para a cidade muitas vezes vão lá para ganhar um salário mínimo. Muitas vezes as filhas dos nossos agricultores, não tendo o que fazer, acabam até se prostituindo para tentarem vencer e não voltarem para trás como derrotadas. Os filhos do nosso agricultor muitas vezes acabam entrando para a droga, porque não têm opção do trabalho.

E nós fizemos, quando eu estava à frente do Governo, juntamente com o Deputado Luiz Cláudio, Secretário da Agricultura, com o Carlos Magno também e toda a nossa equipe, nós fomos ao Estado do Espírito Santo, buscamos a tecnologia do café clonal – eu vi aqui a nossa convidada Thaia falar do café de Apuí – e eu conheço a região de Apuí – e da dificuldade que tem. Então, não é mais o agricultor plantar quantidade de cafezais; é ter qualidade. Nós temos produtor, agricultor em Rondônia que está colhendo 370 sacos por alqueire de café clonal. Quer dizer, isso agrega valor e, ao mesmo tempo, o filho do nosso agricultor, que ele era um empregado na cidade, está voltando para trás.

Nós temos depoimento de pessoas – e eu levei o Blairo Maggi esses dias para Alta Floresta – de agricultores que têm três alqueires de terra e que, com dois alqueires em que ele planta – ele tem o lugarzinho para botar uma vaquinha de leite para sustentar a família, fazer o queijinho dele –, ele conseguiu construir a casa e ainda comprar um carro. Então, são depoimentos gratificantes, que nos estimulam a fazer muito mais.

Infelizmente, nós vivemos momentos difíceis. Aqui não vamos tentar buscar o culpado nem de A, nem de B, nem de C, mas precisamos é que, quando o Incra – aqui nós temos representantes do pessoal dos assentamentos – ou o Governo Federal assentar alguém, que pelo menos coloque estrada no primeiro instante. Se colocar estrada, o Município depois consegue manter as estradas. O problema é que o Governo Federal assenta – e não é de agora – o agricultor, joga-o lá no campo e não tem escola e não tem estrada. E aí, não tendo estrada, o que acaba acontecendo? O Município também não consegue abrir, porque não tem dinheiro, tem dificuldade.

Portanto, tudo isso, Deputado Luiz Cláudio, é verdadeiro. Infelizmente, o governo que renunciou poucos dias atrás – até renunciou tarde; o governo de Confúcio Moura no meu Estado de Rondônia foi um desastre – acabou com a agricultura do nosso Estado, acabou com as estradas do nosso Estado.

Gente, eu falava há pouquinho para o Luismar que nós distribuíamos semente, tudo para o agricultor de baixa renda, para a agricultura familiar, porque o maior e médio têm condições, o Projeto Inseminar, inseminava os animais; vacinava-se contra a brucelose as bezerras desse pequeno agricultor; nós distribuíamos sementes de feijão. O agricultor levava 100kg ou 50kg e plantava, Jefferson. E o que ele fazia? Ele plantava e devolvia depois a mesma quantidade em grão. Porque a semente selecionada é cara, mas o grão é barato. E, com esse grão que ele devolvia, a gente fazia o programa social para essas famílias de baixa renda, para as famílias com dificuldade, com doente dentro de casa, deficiente, que há em toda cidade. Qual é a cidade que não tem um cinturão de pobreza ao redor? E nós fizemos isso no Estado inteiro. Infelizmente, o governo Confúcio Moura acabou com todos esses programas. Abandonou, abandonou e sem contar que ainda endividou o Estado.

E a nossa Emater, que é a extensão rural que apoia vocês, no meu Estado hoje ela só está fazendo, Deputado Luiz Cláudio, aqueles projetos de financiamento em que se ganha 2,5%. É a única coisa que ele está fazendo. Quer dizer, isso é um disparate, é inaceitável, mas, infelizmente, são situações que acontecem em toda Administração, seja municipal, estadual ou federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu espero que o nosso novo governador que assumiu o governo poucos dias atrás, o Daniel Pereira, consiga colocar o Estado nos eixos. Não é fácil, mas não é impossível. Para isso, ele precisa botar uma equipe competente. E ele está colocando, está botando aqueles que vivam mamando no dinheiro público para correr e, ao mesmo tempo, aproveitar os programas que o Governo Federal tem e colocar para funcionar junto com o Estado. Aí, com certeza, quem leva vantagem e quem ganha é a sociedade como um todo.

Portanto, com certeza, o Programa da Agricultura Familiar é fundamental; 70%, 80% do alimento que está na mesa são produzidos pelas mãos calejadas. E vou dizer mais para vocês: se eu tivesse a caneta do Presidente do Brasil, eu não assentaria ninguém na Amazônia; eu assentaria as famílias em um cinturão perto dessas grandes cidades. Compraria uma terra e não daria nem 10, nem 20, nem 30 alqueires; daria dois, três alqueires para essas famílias, para agregarem a mão de obra da própria família e produzirem alimento; para tudo que produzirem, ter fácil acesso.

Porque, muitas vezes quando se assenta lá no Pará, lá em Rondônia, lá no Amapá, lá no sei onde, coloca-se o cara no meio do mato, mas ele tem como tirar o feijão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Acabou de falar aqui de Apuí, onde se planta café, e o custo do frete não compensa.

Então, se for para assentar pessoas, temos que inverter. Assente-se ao redor desses grandes centros, faz-se um cinturão verde e coloquem-se essas famílias, porque lá há estrutura para tudo, está perto da cidade. E vai-se produzir fruticultura com a mão, porque, quando você parte para a mecanização ou os próprios agricultores quando partem para colocar gado no pasto, acaba-se diminuindo a mão de obra que há no sítio. E, quando se produz café colonial, como nós produzimos, você agrega mão de obra dentro da propriedade. Quando você tem o leite, de que a Laissa falou, agrega mão de obra da família para, de manhã cedo, tirar o leite, para tratar dos animais, para cuidar dos bezerros, mas, quando você mexe só com o gado de corte, é o contrário.

Agradeço, então, a participação dos nossos convidados.

Sobre a mesa requerimento da nossa Senadora Regina Sousa, que trata da questão da produção de mel.

> Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 36, de 2017, de autoria do Deputado Alceu Moreira, que "Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica," com os seguintes convidados:
> - Klaus Martins Strann – Mestre em Bromatologia, USP;
> - Francisco Reginaldo da Silva – Mestre em Ciência Animal, Universidade do Acre;
> - Ricardo Costa Rodrigues de Camargo, Instituto de Tecnologia de Alimentos ITAL/Campinas, associada da ABEC; e
> - Prof. Dr. José de Ribamar Barros – Doutor em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva, Universidade Estadual do Maranhão.

Faço um adendo ao requerimento da nossa Senadora Regina Sousa, para participar também, convidando:

– representante da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);

– representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

– representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

– representante da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (Abemel);

– representante da Confederação Brasileira de Apicultura;

– e também o representante dos apicultores do Distrito Federal.

Peço à minha equipe, ao Deputado Luiz Cláudio e ao nosso Assessor Cláudio que também convide o representante da Associação dos Apicultores da Produção de Mel do nosso Estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Rondônia, porque lá eles também produzem o mel e não só o vendem para o Brasil como também está à disposição para exportação.

Se os colegas Senadores concordam com o requerimento, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 28, de 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 36, de 2017, de autoria do Deputado Alceu Moreira, que "Altera a Lei nº 1.283. de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica".

Autoria: Senadora Regina Sousa.)

Já designo, para o dia 22/5, às 11h da manhã, audiência pública para discutir e aprovar esse PLS nº 36, de 2017.

Há mais requerimento sobre a mesa.

> Em aditamento ao RRA nº 16, de 2018, requeiro, nos termos dos artigos 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG, na Audiência Pública que avaliará o Programa de Aquisição de Alimentos – PPA, conforme Plano de Trabalho aprovado em 24 de abril de 2018. (*Pausa.*)

Está aprovado o Requerimento nº 27.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, de 2018

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao RRA nº 16, de 2018, a inclusão de representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG na Audiência Pública que avaliará o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, conforme Plano de Trabalho aprovado em 24 de abril de 2018.

Autoria: Senadora Regina Sousa.)

Não havendo nada mais a tratar, agradeço aos nossos convidados. Que Deus abençoe a todos! E até a próxima oportunidade, se assim Deus permitir!

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE MAIO DE 2018.

Às onze horas e seis minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e da Senadora Ana Amélia reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, Paulo Paim, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Ana Amélia, Rodrigues Palma, Telmário Mota, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 26, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, destinada a discutir a importância das estatísticas rurais e da integração dos registros administrativos para o planejamento e avaliação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, com a participação do Sr. Claudio Dutra Crespo - Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - representante do Sr. Roberto Luís Olinto Ramos - Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Sr. Claudio Filgueiras Pacheco Moreira - Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro do Banco Central do Brasil (BACEN); Sr. Raimundo Deusdará Filho - Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sr. Julio Braga Mandu - Coordenador-Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) - representante do Sr. Jefferson Coriteac - Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); Sr. Marcelo Fernandes Guimarães - Chefe de Divisão do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - representante do Sr. Eumar Roberto Novacki - Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Após a apresentação dos senhores expositores, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Pedro Chaves; presentes ainda as Senadoras Fátima Bezerra, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Cristovam Buarque e Cidinho Santos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos PLS 154/2016, de autoria do Senador Hélio José, e RMA 35/2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Finalidade: Discutir a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável e a exclusão, em leilões de energia nova, de novas usinas termelétricas que utilizem derivados de petróleo. Participantes: Sr. Lívio Teixeira de Andrade Filho, Coordenador-Geral de Fontes Alternativas do Ministério de Minas e Energia; Sr. Adriano Santhiago de Oliveira, Diretor do Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente. Sr. Hélvio Neves Guerra, Superintendente de Concessões e Autorização de Geração da ANEEL. Fazem uso da palavra os Senadores Hélio José e Regina Sousa. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flexa Ribeiro

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/27

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLS 154, de 2016, de autoria do Senador Hélio José, em atendimento ao Requerimento nº 35, de 2017-CMA, de minha autoria.

Neste evento, discutiremos sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável e a definição de prazo para exclusão, em leilões de energia nova, de novas usinas termelétricas que utilizem derivados de petróleo.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, em https://senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017-SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a elaboração do relatório.

Quero convidar os nossos palestrantes de hoje para que tomem assento à mesa: Sr. Lívio Teixeira de Andrade Filho, Coordenador-Geral de Fontes Alternativas do Ministério de Minas e Energia; Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, Diretor do Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Hélvio Neves Guerra, Superintendente de Concessões e Autorização de Geração da Aneel.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Sªs por terem aceito o convite da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal para que participem conosco desta audiência de hoje, a fim de que possamos fundamentar o relatório ao projeto de lei do Senador Hélio José que trata da exclusão, em leilões de energia nova, de novas usinas termelétricas que utilizem derivados de petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada orador poderá usar a palavra por até dez minutos. Restando um minuto para o fim do prazo, a campainha soará.

Passo a palavra ao Dr. Lívio Teixeira de Andrade Filho, Coordenador-Geral de Fontes Alternativas do Ministério de Minas e Energia.

Com a palavra, Dr. Lívio.

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO – Primeiramente, gostaria de agradecer o convite ao Ministério para poder participar deste debate sobre fontes renováveis e térmicas, de forma a subsidiar o projeto. Cumprimento a todos da Mesa.

A minha apresentação vai ter duas vertentes. A gente vai apresentar os dados do Balanço Energético Nacional (BEN 2017) e do Plano Decenal de Expansão de Energia 2026.

Antes de entrar nessas duas vertentes, eu gostaria de fazer uma pequena explanação sobre o planejamento do setor elétrico. A gente tem um planejamento de curto e médio prazos. Então, a gente tem essa visão de programação, de estudos, de médio e curto prazos, que geram um documento chamado Plano Decenal de Energia. O atual é o Plano Decenal (PDE) 2026. Também a gente tem um monitoramento do setor, que é feito por meio de reuniões mensais no Ministério, com a participação de diversos atores do setor, como ONS, Aneel, CCE e EPE.

Anualmente também, o Ministério recebe informações das distribuidoras de energia e autorizadas de distribuição sobre a demanda dos próximos anos, de forma que o Ministério estabeleça as diretrizes para a contratação de energia nova por esse período.

Os leilões que acontecem para a contratação dessas energias, a gente denomina A-1, A-2, até A-6. Cada número desse significa que o empreendimento vencedor tem um ano, dois anos, até seis anos para começar a entregar a energia contratada.

Vamos passar ao Balanço Energético Nacional 2017.

Aqui há uma comparação entre o Brasil e o mundo, mostrando que o Brasil tem uma matriz elétrica bastante renovável. Pode-se ver que, de 2012 até 2016, há os dados ali de qual a porcentagem de oferta interna de energia. Em 2016, a gente ficou com 81,7%, comparando com o mundo, que está em torno de 21%, 22%.

Aqui há outra comparação, agora é de capacidade instalada. A anterior foi a oferta de energia, agora é capacidade instalada. A gente destaca que o mundo teve 72% de renováveis no ano de 2016, com destaque para a solar e a eólica, com 55%, ao passo que o Brasil teve 90% de expansão com renováveis, sendo a eólica e a solar com a participação de 26%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este eslaide traz, no centro, essa porcentagem de renováveis da nossa matriz, de oferta interna de energia, ou seja, de geração. A gente separa dos dois lados a parte das renováveis e a das não renováveis, decompondo a participação de cada uma das fontes nesse de geração.

A gente destaca, com relação às renováveis, a hidrelétrica, que é a nossa principal fonte, com 83,3% das renováveis; o bagaço de cana, com 7%; e a eólica, com 6,6%. Essas são as principais fontes. Do lado das não renováveis, a gente destaca o gás GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), que tem uma participação de 49,8%; urânio, com 14%, e o óleo, com 10,7%.

Aqui também há uma comparação, entre 2015 e 2016, de como foi o comportamento da expansão do sistema. A gente destaca aqui que a hidráulica teve um crescimento de 5,9%; eólica e solar também tiveram um crescimento bastante grande nesse período de 2015 para 2016. E a gente destaca também que o óleo diesel e o gás natural tiveram um decréscimo de geração nesse período, chegando a -52,8% para o óleo e a -28,9% para o gás natural.

A geração eólica teve uma grande expansão em nossa matriz a partir de 2009, com o início dos leilões de contratação para essa fonte de energia. A gente pode ver que ela, nos últimos anos, teve uma oferta interna de energia bastante elevada e ainda está em crescimento.

Vamos passar agora ao Plano Decenal de Expansão de Energia 2026.

Aqui só relembro que é um compromisso que o Brasil assumiu, na COP 21, de incentivar as fontes renováveis, com destaque para as energias renováveis além da energia hídrica. Ou seja, retirando a energia hídrica, o Brasil se comprometeu a aumentar para 23%, até 2030, a participação das fontes eólica, biomassa e solar.

Com relação à expansão da capacidade instalada por fonte de geração, que é o incremento anual, aqui o PDE 2026 traz, ano a ano, qual é o indicativo de expansão dessas fontes. A gente destaca as PCHs, que são: hídrica, eólica, biomassa e solar centralizada, que vão ter um maior crescimento ao longo desse período, ou seja, até 2026.

Chamo a atenção também para a questão do óleo combustível e do óleo diesel. Nesse período de 2017 e 2026, não será contratada nenhuma usina com a fonte de óleo diesel e óleo combustível, com um detalhe: em 2023, 2024 e 2025, há números negativos que significam que, nesse período, estarão vencendo contratos de fornecimento por térmica com essa fonte, ou seja, elas estarão saindo da nossa matriz.

Aqui mostra também que essa visão de planejamento está em consonância com o PLS do Senador Hélio José.

Aqui é outra comparação também de fontes. A gente destaca que, em 2016, está 81,7%; a projeção para 2026 é 86,9%. Ou seja, a gente ainda vai crescer com relação às fontes renováveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO – A gente destaca aqui também, com relação a petróleo e derivados, que, em 2026, a gente vai passar de 2% para 0,5%. A gente está diminuindo essa fonte em nossa matriz.

Aqui também há uma comparação do mesmo jeito no ambiente, entre 2016 e 2026, mostrando o crescimento das renováveis e o decréscimo das térmicas a óleo.

Aqui já é o destaque do PDE com relação às renováveis. A gente vai chegar a ter 87% de renováveis, com destaque para eólica, com 11,8GW, e 7GW para solar fotovoltaica.

Um destaque também para a fotovoltaica: a partir de 2021, a gente vai ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO – ... um indicativo de acréscimo de 1.000MW/ano.

Eu preciso de mais um minutinho.

Aqui é uma projeção da EPE, que está elaborando o Plano Nacional de Energia em 2050, mostrando que a fonte solar fotovoltaica é uma das fontes mais promissoras para o horizonte de longo prazo, mostrando que, em 2050, a gente terá 78GWp para solar fotovoltaica.

Aqui é um resumo dos últimos leilões, mostrando que a gente tem um leilão, o A-4, realizado em dezembro, que contratou solar, eólica, biomassa e hídrica. O próximo leilão, que está previsto para início de abril, mostrando já o resumo dos empreendimentos cadastrados, com destaque para eólica e fotovoltaica, que tem um grande volume de ofertas de empreendimentos.

No leilão do ano passado, foi muito interessante porque as fontes solar e eólica tiveram uma competitividade muito grande, superando hidráulica, biomassa. A gente espera que isso se mantenha nos próximos leilões.

Eu agradeço a atenção e gostaria só de fazer uma complementação. Com relação ao projeto de lei, PLS, a gente percebe, pelos dados apresentados, que o Ministério está em consonância com o projeto de lei, no sentido de manter sempre as energias renováveis, pelos dados apresentados nas projeções.

Entretanto, o Ministério sempre se pautou pela questão de não descartar nenhuma fonte existente no País. Por isso, apesar de estarmos em consonância com o projeto, achamos que a vedação da fonte não é conveniente, porque não sabemos o que pode acontecer no futuro. Talvez seja preciso usar essa fonte por questão de segurança energética.

É só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Dr. Lívio Teixeira de Andrade Filho e passo a palavra ao nosso segundo convidado, Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, Diretor do Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente.

Com a palavra o Dr. Adriano.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador Flexa.

Eu gostaria de saudar o Senador Hélio José, proponente do Projeto de Lei do Senado nº 154, de expansão de energia renovável; saudar meus colegas de Mesa, Sr. Hélvio, da Aneel, e Sr. Lívio, do Ministério de Minas e Energia. Com isso, entendo os meus cumprimentos a todos.

É sempre um prazer para o Ministério do Meio Ambiente estar aqui na Comissão de Meio Ambiente. Sempre faço questão de saudar o movimento que esta Casa fez em relação à rápida ratificação do Acordo de Paris. Esse apoio da Comissão Mista da mudança do clima, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, foi importantíssimo para termos já o Acordo de Paris ratificado pelo Governo brasileiro.

Sobre a proposta, sobre o projeto de lei, o Ministério do Meio Ambiente entende como meritório, do ponto de vista de expansão da oferta de energia renovável e consequente redução de emissões de gases de efeito estufa.

É claro que esse entendimento deve ser contextualizado. O Lívio mencionou a Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil e eu gostaria de destacar que essa Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris foi uma contribuição extremamente ambiciosa. O Brasil foi um dos poucos países em desenvolvimento a apresentar uma modalidade de redução de emissões de gases de efeito estufa em termos absolutos. Poucos países em desenvolvimento o fizeram. Principalmente se considerarmos grandes economias, o Brasil foi o único país em desenvolvimento com grande economia a apresentar uma meta de redução absoluta de gases de efeito estufa. Essa meta é reduzir, até 2025, 37% das nossas emissões de gases de efeito estufa, em comparação com o ano 2005, com uma contribuição indicativa de 43% de redução de emissões de gases de efeito estufa, em 2030, com base no ano de 2005. Isso é extremamente ambicioso.

E o Brasil apresentou uma Contribuição Nacionalmente Determinada para o conjunto da economia. Isso significa que será dada flexibilidade ao País de escolher os caminhos de redução de emissões. Nós não estamos amarrados com metas setoriais.

O País não se furtou de ser ambicioso na proposição da sua Contribuição Nacionalmente Determinada sobre o Acordo de Paris, mesmo tendo alcançado uma redução de emissões de gases de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efeito estufa que nenhum país alcançou no período entre 2005 e 2015. O Brasil foi um dos poucos países a alcançar uma redução de emissões de gases de efeito estufa de cerca de 36%, se considerarmos o ano de 2005 e compararmos com as nossas emissões em 2015.

Isso foi muito devido à queda do desmatamento na Amazônia. Então, o nosso perfil de emissões hoje mudou bastante, se compararmos o ano de 2015 com o ano de 2005. Em 2015, o setor de energia contribui com 33% das emissões de gases de efeito estufa; o setor agropecuário com 31%; e o Setor de Mudança no Uso da Terra e Florestas com 24%.

Em 2005, a contribuição de mudança e uso da terra e florestas era de 60%. Então, isso dá uma ideia da queda do desmatamento e de como isso contribuiu para a nossa redução de emissões.

Em termos proporcionais, a participação de energia agropecuária aumenta no nosso perfil de emissões de gases de efeito estufa. A nossa Contribuição Nacionalmente Determinada, na informação adicional, para fins de esclarecimentos – é o anexo da NDC –, contém iniciativas importantes que mostram o caminho que o Governo brasileiro, junto com a sociedade, vai seguir para alcançar aquela meta ambiciosa que eu mencionei no início.

Eu vou me ater a duas delas – até já foram mencionadas também pelo Lívio, do Ministério de Minas e Energia – que têm aderência ao projeto de lei proposto pelo Senador Hélio. A primeira é que, em 2030, nós deveremos atingir uma participação de energia renovável de 45% na matriz energética; e a segunda, alcançar 23% de participação de energia renovável na matriz elétrica, não considerando hidrelétrica. Aqui eu faço um parêntese importante: a não consideração de hidrelétrica não significa que o Brasil não continue imbuindo esforços para ter essa fonte renovável importante na nossa matriz. Foi uma questão de contabilidade. Então, esses 23% significam quase que dobrar a participação de energia elétrica que nós temos hoje de renováveis em 2030.

Dada a ambição da nossa Contribuição Nacionalmente Determinada no Acordo de Paris, o Ministério do Meio Ambiente entende que toda redução de emissões que a gente puder alcançar vai ser relevante, todo estímulo à energia renovável vai ser fundamental.

A questão ambiental deve estar na centralidade das decisões em relação à mudança do clima. E esse é o papel do Ministério do Meio Ambiente, é o papel como coordenador de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, em coordenação com os diversos Ministérios. Nós temos sempre uma relação muito direta com o Ministério de Minas e Energia na questão energética.

Por isso, o MMA entende que, embora seja importante a consideração de redução de emissões de gases de efeito estufa, outros aspectos devem ser considerados em relação ao projeto de lei proposto pelo Senador. E uma questão fundamental já foi tocada aqui pelo Sr. Lívio, representante do MME, que é justamente a questão da segurança energética. Eu acho que a questão de redução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emissões de gases de efeito estufa deve ser vista em balanço com a questão de segurança energética e deve estar adequada ao planejamento energético que o Ministério de Minas e Energia coordena.

O Lívio apresentou o Plano Decenal de Energia 2026, e o Ministério do Meio Ambiente entende que o PDE 2026, assim como o PNE (Plano Nacional de Energia) 2050 – que, claro, está em construção, ainda não foi finalizado, mas foi uma importante base para a elaboração da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil para o Acordo de Paris –, o próprio documento da empresa de pesquisa energética que ajudou a fundamentar as bases para a elaboração da nossa Contribuição Nacionalmente Determinada no setor de energia, toda essa documentação, todos esses estudos, todos esses modelos devem ser levados em consideração.

É importante contextualizar que a emissão de gases de efeito estufa do setor elétrico é muito reduzida no total da matriz brasileira. O Lívio, do MME, também mostrou que nós tivemos, em 2016, quase 82% da nossa matriz elétrica baseada em energia renovável.

Eu fiz uma conta agora de manhã. Esse número não está explícito na informação que eu trouxe do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, então, ele pode ter alguma incerteza, mas, em ordem de grandeza, será isto: em 2014, as emissões do setor elétrico em relação ao total de emissões de gases de efeito estufa do Brasil era algo em torno de 5%. Ou seja, é uma contribuição relativamente baixa.

No próprio PDE 2026, considerando que o Brasil vá atingir a sua Contribuição Nacionalmente Determinada em 2030, as emissões oriundas do sistema integrado nacional previstas no Plano Decenal de Energia representariam menos de 3% desse total, ou seja, o MME mostrou que realmente a tendência é de redução de combustíveis fósseis na matriz energética e elétrica em 2026. Hoje, se tomarmos o número de 5% de participação de fósseis na matriz elétrica, o PDE 2026 está prevendo uma participação ainda menor, que seria da ordem de 3%.

Então, esse esforço de reduzir emissões de gases de efeito estufa no setor elétrico deve considerar oportunidades em relação a custo-benefício, em relação a outras oportunidades que nós teríamos também para reduzir emissões. O peso de emissões do setor elétrico, se a gente for fazer essa comparação com a emissão global, a emissão do Planeta inteiro em termos de emissão de gases de efeito estufa, vai ser muito reduzido. Então, essa questão deve ser considerada como um fator importante na tomada de decisão.

Eu gostaria de concluir, portanto, novamente, que, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista de redução de emissões de gases de efeito estufa, o Ministério do Meio Ambiente vê o mérito da proposta do projeto de lei do Senador Hélio.

Eu gostaria de lembrar, inclusive, que, em outubro de 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já tomou uma decisão de não financiar termelétricas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustíveis fósseis, notadamente óleo combustível. Então, algumas ações já vêm sendo tomadas. Isso também deve ser levado em consideração no contexto da discussão. Mas, de novo, os aspectos de competência de outros ministérios, principalmente em termos de segurança energética, devem ser considerados na tomada de decisão como um todo.

Eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Fico aqui à disposição, na sequência, para esclarecimentos e dúvidas. Agradeço, mais uma vez, a participação do Ministério do Meio Ambiente nesta importante discussão, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Muito obrigado, Dr. Adriano Santhiago de Oliveira.

Passo a palavra ao Dr. Hélvio Neves Guerra, Superintendente de Concessões e Autorização de Geração da Aneel.

Com a palavra o Dr. Hélvio, por dez minutos.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Obrigado.

Eu cumprimento o Senador Flexa Ribeiro; cumprimento também o Senador Hélio e, já de imediato, eu o parabenizo pela proposta que fez; cumprimento também a Senadora Regina Sousa.

Eu queria fazer um comentário inicial, Senador. Eu gosto muito da ideia quando se fala de redução de geração com fontes não renováveis. Eu sempre gosto muito dessa ideia.

Na semana passada, eu estive numa missão, representando a Aneel, na Alemanha. A Alemanha hoje tem – isso me chama muito a atenção – 38% da sua matriz com fontes renováveis. A predominância é de eólicas e fotovoltaicas. Então, eu acho que isso é um... Além disso, com uma proposta de fechamento das usinas nucleares até 2022. São propostas extremamente importantes e relevantes. Eu acho que isso que se propõe hoje neste projeto de lei tem importância também nesse sentido de redução de impactos ambientais, de redução de questões ambientais, de impactos com emissões, especialmente no Brasil, que é rico em fontes renováveis. Então, isso é um pouco o que eu gostaria de falar aqui, talvez repetindo algumas coisas que foram ditas pelo Lívio em relação à nossa matriz.

Eu fiz aqui, na verdade, um pequeno resumo do que eu gostaria de falar nesta audiência. Eu gostaria de falar um pouco sobre a potência instalada no Brasil, sobre as centrais geradoras eólicas e fotovoltaicas, sobre as usinas hidrelétricas, que eu acho que têm um papel importante no Brasil, sobre as usinas termelétricas – qual é a situação delas hoje – e sobre os principais incentivos para as fontes renováveis. Eu vou pular alguns eslaides, mas esta apresentação vai ficar aqui à disposição. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que para o público é interessante, especialmente quando falamos de incentivos. Eu prefiro deixar e falar se houver alguma necessidade, alguma pergunta.

Esta aqui é a matriz energética – na verdade, falamos energética, mas, a rigor, é a parte elétrica da matriz energética – dos empreendimentos em operação. Podemos observar que as fontes renováveis representam grande parte dessa matriz. Há ali as usinas hidrelétricas, as UHEs são as usinas que têm potência acima de 50MW no Brasil, assim classificadas, que representam 61% da nossa matriz. Há as usinas de menor porte, PCHs, usinas que vão até 30MW; as usinas que nós denominamos de CGHs, que são as de capacidade muito pequena; as eólicas que hoje já representam 8% da nossa matriz; as fotovoltaicas, que começaram efetivamente a crescer recentemente e já representam 1% da nossa matriz. Então, essa é a composição hoje da nossa matriz, com quase 166 mil megawatts instalados.

Eu não estou conseguindo mudar o eslaide. Não sei se... (*Pausa.*)

Ah, se puder passar para mim, agradeço.

O próximo eslaide, por favor.

Aqui, são os empreendimentos em construção. Vemos também quase 10 mil megawatts em construção no Brasil, também com predominância de fontes renováveis. Se somarmos as eólicas, as pequenas centrais, as fotovoltaicas e as UHEs, temos a grande maioria da nossa potência em construção.

O próximo, por favor.

Estes são aqueles casos em que nós já temos outorgas, mas as usinas ainda não estão em construção. Há as eólicas, com quase 2 mil megawatts; as fotovoltaicas, que chamam muita atenção, com 900MW. É um total de 8.650MW de potência já outorgadas, mas que não estão em construção. Esses números são bastante expressivos e mostram que há realmente um crescimento das fontes renováveis no Brasil. Nos próximos dois, três anos, nós teremos uma participação muito maior das fontes renováveis.

O próximo, por favor. Aqui é o caso das usinas termelétricas que estão em operação ou em construção. Há as usinas termelétricas não renováveis, que são vários casos, que têm uma participação expressiva ainda na matriz – no caso de gás natural, são 35%; no caso de outros derivados de petróleo, são 24% –, mas há aí alguns casos de empreendimentos que geram também com fontes renováveis, como a biomassa, por exemplo, resíduos florestais, o que tem uma participação importante também na matriz.

O próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta daqui é uma composição. Quando nós olhamos só para as termelétricas, 67% são realmente fósseis, ou seja, não são renováveis, mas 33% vêm de alguma fonte renovável. A biomassa de vários tipos tem uma participação importante. Hoje, biomassa e toda classificação de fontes como biomassa são hoje 14 mil megawatts instalados em operação ou em construção no Brasil.

O próximo, por favor.

Isto aqui é um dado que eu acho que é bastante relevante quando nós olhamos para o Plano Decenal de Expansão. É um pouco na linha do que o Lívio apresentou. Aquelas faixas amarelas que estão no topo das colunas representam o óleo combustível, o óleo diesel é o que está acima dela. Nós percebemos ali que há uma redução ao longo do tempo tanto do óleo combustível quanto do óleo diesel. Então, eu acho que é extremamente relevante verificarmos que, de fato, o País caminha para as fontes renováveis.

O próximo, por favor.

Se nós olharmos para o crescimento da eólica no mundo, nós veremos que a linha vermelha, que cresce mais acentuadamente, é a linha que representa a China. A China tem uma evolução extraordinária em relação à fonte eólica. O Brasil, em azul, está ali embaixo, mas percebemos também ali um crescimento bastante expressivo, começa um crescimento bastante expressivo da fonte eólica no Brasil.

O próximo, por favor.

Aqui é a capacidade instalada no Brasil em termos de fontes eólicas – na verdade, instalada e em construção. Somando toda a potência que está instalada em operação e mais a potência que está outorgada ou em construção ou cuja construção vai se iniciar, no final de 2017, nós tínhamos 16 mil megawatts. Isso é bastante expressivo. Se nós olharmos os dados de hoje, 2018, esse número ultrapassa 18 mil megawatts. Então, há aí um crescimento bastante expressivo da fonte eólica no Brasil.

O próximo, por favor.

Aqui são os preços. Eu não vou me deter muito, mas são os preços da eólica nos leilões, que têm variado em termos... Ali está em reais e em dólar. Há um crescimento em termos de valores em reais, mas percebemos ali uma certa estabilidade do valor do preço da eólica no Brasil.

O próximo, por favor.

Fotovoltaicas. Este aqui é o dado de 2016. Em 2017, já houve uma pequena variação para mais. Se nós olharmos para...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – ... o Brasil, em 2016, havia apenas 23MW; hoje, já há quase 2 mil megawatts ou em operação ou outorgados. Se nós olharmos para a China, veremos que ela tinha, em 2016, 77 mil megawatts, o que corresponde a quase metade de toda a potência instalada no Brasil. A Alemanha, como eu disse inicialmente, que tem 38% da sua matriz elétrica com fontes renováveis, tinha, em 2016, 41 mil megawatts. Se nós acrescentarmos aí a fonte fotovoltaica, a Alemanha hoje tem mais ou menos 30 mil megawatts de fonte solar fotovoltaica em operação.

O próximo, por favor.

Aí, na verdade, é a representação gráfica daquele gráfico anterior. Então, percebemos aí que há realmente um crescimento acentuado em vários países. O Brasil ainda aparece lá embaixo, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – ... com um crescimento.

O próximo, por favor.

Aqui são as leilões de fotovoltaica, também com uma variação interessante no preço da fotovoltaica – por leilão aí.

O próximo, por favor.

Aqui é um dado também interessante, que é o custo de instalação, ou seja, o investimento necessário. Isso tende a cair. Em 2014, o custo de instalação, o investimento necessário no Brasil, representava aproximadamente R$4,6 por watt instalado. Se nós compararmos com o que acontece em alguns outros países... Ficando no caso da Alemanha: a Alemanha é R$4,59, ou seja, o Brasil está muito próximo do valor do investimento necessário para a instalação de fotovoltaica. Se olharmos para a China, com R$4,59 também, o Brasil também está muito próximo do que hoje se gasta para cada watt instalado de fotovoltaica.

O próximo, por favor.

E aí eu quero falar também um pouquinho, rapidamente, Senador Flexa Ribeiro, sobre a questão das usinas hidrelétricas. As usinas hidrelétricas têm uma importância muito grande no Brasil. Há dados que mostram que as usinas – e aqui são dados de PCHs, mas isso vale para grandes usinas também... Em todos os locais onde as Pequenas Centrais Hidrelétricas estão instaladas – e nós consideramos que são usinas renováveis também, de uma fonte renovável –, há uma variação dos indicadores econômicos dos Municípios onde esses empreendimentos estão instalados. Isso é bastante relevante para percebermos a importância dessas usinas. Nós fizemos um estudo para 176 cidades que têm PCHs, e, entre 2000 e 2010, o IDH, por exemplo, variou positivamente cerca de 20%. Se nós olharmos para o coeficiente de Gini, que é o inverso do IDH, pois quanto menor melhor, ele caiu 10% nesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios nesse período. Então, eu acho que são dados que mostram que há uma fonte importante, uma fonte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – ... com um potencial muito bom que traz não só benefícios para o setor elétrico, mas também alguns benefícios em termos de indicadores sociais e econômicos.

O próximo, por favor.

Vou pular todos estes aí e pedir para passar os próximos.

Aqui se mostra como tem evoluído o setor elétrico em relação às várias fontes. Se nós olharmos o que acontecia em 2005 e em 2006, veremos que a hidrelétrica era absolutamente preponderante. Lá era a hidrelétrica que comandava o setor elétrico – é aquela faixa azul. As termoelétricas tinham uma participação muito menos relevante, e – perdão, pois isto está em inglês – a eólica tinha pouquíssima representação. E a importação de submercados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Estamos olhando aqui para o Nordeste. A importação de outros submercados era bastante expressiva também.

Se nós olharmos o que acontece no cenário de 2015-2016, veremos que a mudança é radical, muda-se completamente. A hidrelétrica tem agora uma representação muito menor. A termoelétrica passou a ter uma representação extremamente relevante. A eólica, que é a faixa verde, passa a ter uma importância... No Nordeste, em determinados momentos, a eólica foi a maior contribuição para a geração. Então, vemos que realmente há uma mudança no cenário nacional em termos de geração.

O próximo, que eu acredito ser o último.

Aqui, eu quis colocar as eólicas e as fotovoltaicas na primeira parte do eslaide mostrando que essas fontes são intermitentes. Então, nós temos necessidade de que, junto com elas, haja fontes que sejam firmes, fontes que tenham capacidade de geração a qualquer momento. Eu coloquei ali quais são as alternativas. Há alternativas como as termoelétricas – do que até coloquei um eslaide bem expressivo, porque é com muito impacto ambiental –, as hidrelétricas, que têm a capacidade de cobrir a falta de vento e de sol, e baterias, que hoje são muito caras, que hoje não têm preço... Não conseguimos... A própria Alemanha, como eu disse inicialmente, não tem solução por meio da bateria, porque o preço ainda não compensa, ele é economicamente inviável. Então, nós temos uma solução importante, que é a hidrelétrica, que pode contribuir muito para que façamos com que mais fontes alternativas, como as fontes eólica e solar fotovoltaica, possam crescer no Brasil. O que eu sempre digo é que, para cada megawatt que nós instalamos de uma usina hidrelétrica, nós temos condição de instalar um número muito maior de usinas eólicas e usinas fotovoltaicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro por aqui.

Agradeço a paciência do Senador Flexa Ribeiro, porque ultrapassei muito o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu é que agradeço, Dr. Hélvio, a sua participação nesta audiência pública que é da maior importância, assim como a dos nossos telespectadores que participam através do portal e-Cidadania.

Eu vou abrir a palavra aos Senadores para que possam os questionamentos. Vamos fazer em conjunto. Há a Senadora Regina e o Senador Hélio José. E há aqui perguntas dos nossos internautas. Eu vou passar a palavra ao autor do projeto, o Senador Hélio José, para que possa fazer seus questionamentos e, depois, à Senadora Regina. Vou ler também as perguntas dos telespectadores que nos acessaram através do portal e-Cidadania. Farei também os meus questionamentos. Depois, passarei a palavra aos senhores convidados para que possam, então, responder os questionamentos. Então, eu pediria que fossem anotadas todas essas dúvidas para que possam, ao final, em bloco, dar a resposta.

O Senador Hélio José tem a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Eu quero cumprimentar os nossos nobres palestrantes. Eu cumprimento o Dr. Lívio de Andrade Filho, representante do MME, colega meu de carreira, de profissão, de concurso público, analista de infraestrutura. Seja muito bem-vindo a esta Casa. Cumprimento o Dr. Hélvio Neves Guerra, especialista em regulação, servidor da Aneel, pessoa altamente competente. Só nos orgulha defender aqui servidores públicos como vocês. Cumprimento o nosso nobre representante do Ministério do Meio Ambiente, o Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, também uma pessoa preparada, competente, que tem trabalhando bastante no Ministério do Meio Ambiente, no sentido de garantir um Brasil melhor. Cumprimento também o Ministério, o Senado e todos nós pelo Fórum Mundial da Água, que foi um sucesso, um momento importante para refletirmos sobre o futuro do nosso País – como foi a COP 21, agora o Fórum Mundial da Água. Cumprimento o nosso nobre Senador Flexa Ribeiro, Relator deste projeto que eu apresentei ao Senado.

É um projeto que, pela fala dos nobres palestrantes, é meritoso e vem ao encontro de termos um amanhã, de termos um ambiente em que nossos filhos e nossas filhas possam sobreviver, um ambiente saudável, e vem ao encontro também de garantir que o Brasil não fique na Idade da Pedra com relação a energias como a energia solar fotovoltaica. Há uma grande gestão das pessoas ligadas a energias térmicas, principalmente a de hidrocarboneto e de derivados de petróleo – e falo isto como servidor que sou do Ministério de Minas e Energia –, que boicotaram todas as questões de desenvolvimento da energia solar fotovoltaica no Brasil nos últimos tempos. Agora, por obrigação, estão tendo que abrir um pouco as portas com relação a isso. E o Brasil tem potencial de 28.500 gigawatts de energia solar, enquanto nós temos uma matriz de 172 GW. Então, é uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inexplicável, nobre Senador Flexa. Se não fosse a coragem do Proinfa – nele, inclusive, o Lívio trabalhou muito, ele era do MCTI na época; nós aprovamos o Proinfa e desenvolvemos a energia eólica –, hoje a energia eólica não seria essa fonte tão importante que é na nossa matriz. O Brasil não seria tão importante se não fosse o Proinfa, que realmente introduziu a oportunidade de o Brasil investir de verdade, fomentar a questão dos aerogeradores, das torres. Hoje, o Brasil é âncora no mundo com relação à produção de energia eólica e com relação à venda de equipamentos nesse setor.

No Brasil hoje, lamentavelmente, com toda a capacidade tecnológica que nós temos, não há inversores competitivos feitos no mercado brasileiro para a geração da energia solar fotovoltaica; não há painéis de captação de energia solar fotovoltaica competitivos para o mercado e com durabilidade necessária, tudo por falta de investimento e falta de fomento nesse setor importante.

Para você ter uma ideia, meu nobre amigo e colega Flexa Ribeiro, eu, como membro da CMO (Comissão Mista do Orçamento) 2015/2016, aprovei para o PPA, como recomendação da CMO e na própria LOA, a utilização que Belo Monte, no seu Estado do Pará, e o linhão de transmissão para Belo Monte... É bom que o Brasil todo saiba que 17% de toda a produção energética é perdida nas grandes transmissões, nos linhões que cortam o Brasil de fora a fora. Aprovei que os 40 bilhões gastos para construir Belo Monte e gastos para construir os linhões alternativos... Com apenas 20 bilhões, nós teríamos uma energia gerada de fontes alternativas, com a metade do valor, de 12,5 gigawatts, que seriam o objetivo em ponta da geração, que é apenas dois, três meses ao ano de Belo Monte. Belo Monte tem uma média firme de apenas 4,5 gigawatts, durante todo o período anual. Então, com a metade do valor, nós poderíamos suprir as fontes de carga lá na ponta, sem precisar perder 17% de energia nos linhões, sem precisar fazer um grande impacto ambiental. Nós sabemos a dificuldade que é liberar um investimento de um linhão, a passagem de um linhão em vários ecossistemas. Então, o impacto ambiental de fazer uma usina hidroelétrica do porte de Belo Monte, ainda inaproveitada na sua capacidade total porque abriram mão para fazer a questão a fio d'água... Então, que tivessem feito a discussão aqui de que não podia ser a fio d'água, que tínhamos que realmente ter uma geração firme de 12,5 e não de 4,5... Não fizeram o debate que deveriam fazer, na época, das usinas a fio d'água, e o Brasil perdeu uma grande oportunidade de armazenamento e de construção adequada para as energias hidroelétricas quando optou para as alternativas a fio d'água.

Então, para o Brasil, hoje nós precisamos aproveitar o nosso potencial de energia solar para aproveitar a capacidade de uma usina hidroelétrica de ser uma fonte de segurança energética para, durante o dia, gastarmos energia solar concentrada e essas usinas armazenarem água; e, à noite, quando não há sol, utilizarmos as águas dessas usinas. Então, essa questão só vamos conseguir quando houver competitividade no setor. E só haverá competitividade no setor na hora em que paramos de ficar alimentando situações como esta: inexplicavelmente, o Governo da Presidente Dilma vetou o que estava no PPA, o que estava na CMO, o que tinha sido aprovado por unanimidade, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era a utilização dos 20 bilhões preferencialmente para energias alternativas e não para outros tipos de energia, para poder fazer outro Belo Monte espalhado pelo Brasil, sem o impacto ambiental que têm Belo Monte e seus linhões.

Depois essa discussão veio novamente. Fui membro da CMO em 2017 e 2018. Lamentavelmente, na contramão da história, o Governo veta novamente a priorização de investimentos e de planejamento de energias alternativas. Então, há alguma coisa de errado no reino da Inglaterra. E eu não creio que nós estejamos aqui para fazer jogo de interesses de donos de térmicas, de interesses de donos de energias poluentes e nem de interesse de banqueiros e de pessoas que não concordam com o fato de o nosso País ter sua própria independência, sua própria linha de ação.

Enquanto a China caminha para mais de 100GW de energia solar, o Brasil comemora o seu primeiro giga, com previsão de ter mais 3 ou 4 gigas daqui a alguns anos. Então, pelo amor de Deus, isso é um absurdo, isso é um desserviço a um Brasil que tem Sol o ano inteiro! Piauí, o Estado da minha nobre Senadora Regina Sousa – eu vou agora à Enel, na Itália –, tem o maior projeto de captação de energia solar do Brasil, graças ao nosso Governador Wellington Dias, ao interesse do Piauí de realmente quebrar as barreiras e incentivar.

Eu quero dizer, nobre Senador Flexa Ribeiro, primeiro, que nós aqui não temos... Eu até entreguei – pedi para minha assessoria e espero que já tenha entregado – alguns pontos em que a gente coloca a necessidade, a importância do projeto, em que a gente pondera que, em momento nenhum, estamos engessando o Governo brasileiro, deixamos claro que, em qualquer situação de emergência, o Governo está com liberdade para fazer contratações que necessitar, caso aconteça, de térmicas poluentes, como a óleo diesel, óleo cru, óleo pesado. Que possamos investir de verdade.

Nem estou restringindo aqui o carvão. Todo mundo sabe que o carvão é uma fonte de grande produção de energia, de geração de emprego, principalmente para os Estados do Sul do Brasil e para algumas áreas importantes. Ainda temos muita produção de energia a carvão. E o parque de produção térmica a carvão do Sul do País, temos que modernizá-lo, torná-lo mais atualizado, para que não polua tanto o ambiente, porque é uma energia que o Brasil tem, com grande capacidade, que pode ser utilizada dessa forma.

O absurdo, meu nobre representante, Dr. Hélvio Guerra, é que o Brasil, com esse tanto de lixo jogado fora, utilizado para poluir o nosso meio ambiente, utilizado inadequadamente... Todo esse lixo poderia ser utilizado como energia alternativa, como energia térmica firme. Com o lixo que se gera todo dia, há uma previsão para fazer segurança energética em alguns setores. Ninguém fala nisso. Por quê? Porque se eu for fazer hoje a pirólise de baixa temperatura, que é uma forma boa que não polui o ambiente, desenvolvida na Itália e em outros países, chega a um preço não competitivo no nosso País. Consequentemente, só teremos condições de investir, de desenvolver essas tecnologias no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País, se priorizarmos, se deixarmos claro que só em condições extremas permitiremos leilões, a partir de 2025, que é mais do que um A-6; é um A-7, um A-8, um A-9. Faltam 9 anos para 2025. Para a gente planejar de tal forma que, só de lá para frente não estaremos mais permitindo leilão de fontes poluentes, em que o megawatt chega a posições caríssimas de R$800 a R$1,2 mil, o que onera a energia brasileira, o que não lhe dá condição de competitividade.

Então, nobre Senador Flexa Ribeiro, eu li com atenção o seu relatório. Ele é meritoso em várias partes, faz recomendações importantes no sentido do nosso entendimento, mas quero deixar claro a V. Exª que nós temos totais condições, como os técnicos aqui colocaram com muita propriedade, de ver a oportunidade desse projeto, em que está bem claro que se está excetuando a questão da emergência. Nós temos que dar passos no sentido de fazer o Brasil avançar, como avançou na eólica, na questão do lixo, na questão da biomassa, na questão da energia solar fotovoltaica, porque isso só vai acontecer se o Brasil for incitado a realmente investir nessa questão.

É nessa linha que eu queria evitar... É claro que sabemos das grandes dificuldades que temos para construir, por exemplo, grandes hidrelétricas. Nós sabemos que temos dificuldades ambientais terríveis. Eu, por exemplo, tenho um projeto nesta Casa, que nós estamos analisando com todo cuidado, que é o projeto de reservatórios a montante, para poder segurar a água a montante de algumas usinas que foram subdimensionadas, para a gente poder utilizá-las de forma mais adequada, que nós vamos analisá-lo com mais cuidado, para evitar situação como a que vive hoje o nosso Velho Chico. Temos grandes chuvas aqui, mas as águas não chegam até a ponta. Acabei de visitar a Usina de Xingó: são seis máquinas. Só há uma máquina funcionando...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Hélio José, para a conclusão do seu questionamento por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – O que acontece? O Velho Chico hoje é um filete d´água; não é mais o Velho Chico frondoso, com muita água que nós tínhamos. Então, precisamos fazer usinas de captação de água na parte que chove, que é na região de Minas, na região da cabeceira do São Francisco, para fazer mais regulação do sistema e uma série de questões.

Eu quero dizer, nobre Senador Flexa Ribeiro, que eu acho que a gente tem condições meritosas de salvar o nosso projeto. Eu entreguei à Mesa argumentações importantes – só para registro e pedindo vênia a V. Exª, pela importância do processo – que vou ler rapidamente aqui. Eu gostaria que os nossos técnicos, com essas argumentações, nos ajudassem. Depois a gente se reúne, a minha assessoria com a assessoria de V. Exª, para ver se a gente consegue chegar a um meio-termo, a uma conclusão desse relatório, que faça com que o Brasil possa cumprir as metas da COP 21 e possa trabalhar de forma avançada, dar passos largos e termos um ambiente mais saudável.

Então, rapidamente, faço a leitura e termino minhas intervenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. O PLS veda apenas as fontes de geração de energia com base em derivados de petróleo. Não se incluem na vedação as fontes com base em gás natural, que é uma fonte importante no Brasil, principalmente na Amazônia, nem a fonte em carvão nem as fontes termonucleares. Nós não somos favoráveis à nuclear, mas a nuclear é uma fonte barata, o Brasil tem uma grande produção de urânio. No próprio PNE 30, do Ministério de Minas e Energia, existe a possibilidade de fazerem mais cinco usinas nucleares, com toda a segurança necessária. Caso o sistema necessite de aumento de energia firme, seria uma fonte boa.

2. O PLS também não veda a contratação de fontes de geração de energia com base em derivados de petróleo quando em situação de emergência.

3. A proposta de vedação de que trata o PLS tem dupla justificativa: I. limitar as opções de emissão de gases do efeito estufa (GEE) a partir da geração da energia elétrica, pois os derivados de petróleo que são objeto da vedação estão entre os maiores emissores de GEE; II. Reduzir as tarifas de energia elétrica, porque o povo brasileiro não aguenta pagar uma energia tão alta como esta. Isso vem bem ao encontro das posições do Ministério de Minas e Energia e da Aneel.

4. As usinas termoelétricas movidas a óleo diesel e a óleo combustível estão entre as de maior custo oscilante, entre 700MWh e 1.200MWh, enquanto as usinas hidrelétricas e eólicas estão abaixo de 200MWh.

5. Estima-se ainda que as usinas a carvão, a gás natural, a energia solar e as termoelétricas têm custo oscilante entre R$200 e R$400 o MWh.

6. A vedação não estará em vigor antes de 2025. Até lá, o PLS determina apenas que se priorizem as fontes alternativas, determinação essa que está alinhada com os esforços do Brasil, como tão bem demonstrou aqui o nosso representante do Ministério de Minas e Energia para as reduções das emissões de GEE. Então, não tem nada na contramão aqui.

7. Mesmo após 2025, com a aprovação do PLS, o Brasil continuará podendo incluir em leilões de energias novos as termoelétricas a carvão e a gás natural, além das fontes termonucleares.

8. Cabe destacar também que o Brasil tem enorme potencial de produção de gás natural, a partir dos campos do pré-sal, além das promissoras prospecções/blocos para exploração de gás natural em terra. Tais recursos naturais garantirão que poderemos ter abundantes fontes de geração termoelétrica e gás natural, competitivas até em relação a fontes eólicas e hidroelétricas.

9. Temos também jazidas de carvão mineral no Sul, que permitirão exploração duradoura desses recursos, para fins de geração complementar de energia elétrica nas próximas décadas.

10. Finalmente, é importante lembrar que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – nós vimos aqui a transparência da EPE – prevê a implantação de quatro usinas termonucleares nas próximas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas décadas, para fazer frente ao esgotamento dos potenciais de energia hidroelétrica. A operação do sistema por fontes intermitentes poderá ser feita por outras fontes termoelétricas que não aquelas oriundas de derivados de petróleo.

Sobre essas e diversas outras contribuições, o meu gabinete está pronto para discutir, para conversar. Como eu sei que V. Exª é um cidadão brasileiro, uma pessoa que tem filhos, netos e que quer o melhor para o nosso País, eu acho que é uma grande saída, importante, em consonância com o Primeiro Mundo, que nos coloca em condições de desenvolver melhor nossa capacidade termossolar, nossa capacidade de biomassa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Hélio José, autor do PLS 154, de 2016.

Passo a palavra à Senadora Regina Sousa para os seus questionamentos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Presidente, Senador Flexa, e os demais convidados.

Prometo que não serei longa como o Senador Hélio, porque ele entende do assunto, e eu sou leiga. Quero dizer que o meu Estado é um dos grandes – já é o terceiro, está encostadinho no segundo, no Brasil – em produção de energia eólica. E também já está avançando muito na solar: o maior parque da América Latina está no Piauí, é equivalente a 700 campos de futebol, tudo em placa. Eu vou conhecê-lo no dia 6; eu fui convidada para ir lá conhecer a produção de energia solar. Não arrisco os números, porque sou ruim nisso, mas, nas publicações do Governo, há essas iniciativas. Todos os investimentos são de empresas privadas, claro.

Mas eu tenho uma curiosidade, porque eu acompanho uma ONG lá no Piauí, chamada Obra Kolping, que trabalha com trabalhadores rurais e que tem feito milagres com a energia solar, pequenas coisas. E eu conheço também pessoas que estão botando nas suas residências e estão se dando muito bem, estão ficando livres da conta de energia, inclusive com energia sobrando e sendo compensada com a distribuidora. Mas essa ONG trabalha com muitas famílias e já tem dado muito resultado. É uma coisa que não é cara em relação ao benefício, ao custo-benefício. Então, eles equipam, por exemplo, o poço... Os governos todos perfuram muitos poços, mas não os equipam, porque não há energia suficiente para equipar os poços. Quando há, quando são equipados, aí o custo não é do Governo, o custo é das famílias, da comunidade; e a comunidade não consegue pagar a conta de luz da energia hidrelétrica. Então, seria uma solução – e tem sido uma solução –, através dessa ONG, fazer... Por exemplo, para um poço de 80m, eles gastam em torno de R$16 mil a R$20 mil para equipar, botar caixa d'água, bomba, chafariz para as pessoas levarem a água. E para um Estado, para um País que sofre – a Região Nordeste principalmente – com a falta de água, é uma benção a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa saber que tem um poço aberto ali. Mas ele não pode tirar água; e ele fica lá um tempo, dois anos, três anos, até que consiga equipamentos para puxar a água. E, com a energia solar, é rápido, instala-se rápido, é simples; é relativamente barato e tem uma garantia imensa. O pessoal dá a garantia lá de 15, 20 anos para os equipamentos.

Aí eu fico me perguntando por que os governos... Esperar o processo legislativo a gente sabe que demora. Esse projeto dele, quando for aprovado aqui, vai para a Câmara e vai ficar lá quantos anos? Então, o processo legislativo demora muito. Acho que poderia ir fazendo experimentos o próprio Governo; por exemplo, nos prédios públicos. Eu sei que há até projeto de lei tramitando também para que os prédios públicos usem energia alternativa para economizar também, porque a despesa é imensa – o que se gasta com energia nos prédios públicos.

E eu, no Orçamento passado, fui autora, na Comissão de Educação, de uma emenda para o FNDE para energia solar nas escolas, porque, quando falta luz nas escolas – e falta muito no Sertão –, as crianças passam uma semana sem irem para a escola. Então, quer dizer, equipar as escolas com energia solar resolve o problema da água da escola também, porque falta água – poço na escola movido a energia solar –, e a iluminação da escola também. E essa emenda foi aprovada no Orçamento, mas não foi dado um passo, não foi feita uma experiência. Deixou de ser minha, passou a ser da Comissão; deu até matéria no jornal dizendo que foi a primeira emenda mais volumosa no sentido de equipar as escolas com energia solar. As crianças perdem muita aula, e há também o preço da energia que as escolas pagam – e às vezes não pagam, fica lá acumulado um monte de conta – para a distribuidora.

Sobre essas coisas: seria muito caro – os senhores que são especialistas – botar energia solar em escolas? Ou fazer uma experiência nos prédios públicos, nas escolas? Porque a gente sabe que a hidrelétrica também é limpa, mas nós estamos com escassez de água. O problema da água está aí, foi discutido agora no Fórum Mundial da Água. Nós temos problema de água; daqui a pouco nós não vamos ter água nos reservatórios para se produzir tanta energia quanto a gente precisa. Então, seria uma compensação, inclusive. Não é que a gente vá abrir mão da hidrelétrica, mas, em vez de estar construindo mais hidrelétrica, com a escassez de água que a gente tem, a gente utilizar essas formas.

Eu não sei o custo realmente, não perguntei – eu vi os senhores projetarem aqui –, mas eu tenho impressão que o próprio Governo, nos níveis municipal, estadual e federal, deveria dar passos nessa linha. E a intenção da emenda era esta: que houvesse recurso destinado a isso, para se fazer algumas experiências e mostrar que é possível, porque isso incentiva o particular, as escolas particulares, incentiva os próprios empresários, as pequenas empresas, a botarem energia alternativa nas suas unidades. Para a gente ir saindo... É que sempre o socorro é a termelétrica. A imagem ali foi chocante: o quanto ela é maléfica para o meio ambiente. Quer dizer, era para ir resolvendo essas coisas, incentivando o uso alternativo, para que a gente fosse aos poucos eliminando a utilização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia termoelétrica, porque realmente eu acho que é a pior que existe no momento para o meio ambiente, que está tão combalido já.

Era isso.

Ah, só para completar: eu visitei uma fazenda particular também, uma fazenda grande; a Fazenda Progresso lá no Piauí, que é uma fazenda enorme. Eles instalaram também um parque de 5.125 placas para dar conta de tudo que lá eles produzem, como sementes – eles plantam soja, produzem um monte de coisas. É uma das maiores fazendas do Brasil, que está, inclusive, lá no Piauí. E eles estão muito felizes e muito contentes de terem feito aquilo. Inclusive, ajudam a cidade vizinha ao local onde eles estão instalados. Então, eles deram energia para creches, para escolas, o que foi muito importante também. É muito bonito de se ver também, lá na Fazenda Progresso, uma experiência individual, com 5.125 placas de energia solar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Flexa, só para dar uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço à Senadora Regina Sousa.

Antes de fazer a leitura das perguntas e dos comentários dos telespectadores, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Rapidinho, só para poder falar para a Senadora Regina Sousa: a senhora deve ter acompanhado que havia, no nosso Ministério de Minas e Energia, o planejamento de fazer quatro ou cinco usinas hidrelétricas no Rio Parnaíba, e essas usinas não saíram do papel. Para a senhora ter uma ideia: a geração que a Enel está montando no Estado da senhora, que é por volta de 260MW, sozinha é superior à soma das quatro ou cinco usinas que seriam feitas no Rio Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Senador Hélio José.

Vamos aos comentários e às perguntas dos nossos telespectadores pelo portal e-Cidadania.

De São Paulo, o Sr. Artur Cury: "Sou a favor da modernização das termelétricas a gás e não a carvão, além de construções de usinas hidrelétricas respeitando os ribeirinhos e o meio ambiente como um todo; já as energias renováveis são ideias interessantes, porém muito caras e dificilmente se tornarão populares!"

A telespectadora Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro, pergunta: "Quando vão diminuir os impostos sobre produtos de uso particular que geram energia solar?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Rondônia, Srª Maria Bins: "Concordo plenamente com a concessão de energias renováveis. Quem mora na Amazônia deixa de aproveitar a energia solar que tem em abundância, desta forma contribuiria para a produção de energia mais limpa."

E a última, do Ceará, Davila Alcantara: "O meio ambiente pede socorro! Estamos muito atrasados com relação a oferta de energia elétrica oriunda de fontes renováveis e ditas 'limpas'. Mudar é preciso!"

Quero agradecer ao Prof. Rogério José da Silva, que nos encaminhou um *e-mail*. Ele é professor da Universidade Federal de Itajubá. Ele diz – e todos nós reconhecemos isto – que a Universidade Federal de Itajubá tem uma longa história sobre o estudo na energia, formando muitas pessoas, inclusive temos um convidado aqui, o Dr. Hélvio, que é formado pela escola de Itajubá. Ele faz aqui várias considerações, que encaminhou por *e-mail*, para que possamos levar para a conclusão do nosso relatório. Agradeço novamente ao Prof. Rogério José da Silva.

Eu quero também questionar aqui os nossos convidados. O projeto do Senador Hélio José é meritório. Ele tem uma preocupação – que todos nós temos – com a questão ambiental, com a poluição na geração térmica a óleo e combustível.

Senador Hélio José, quando V. Exª impede o leilão das usinas termelétricas a partir de 2025, V. Exª está também deixando de produzir por biomassa, gás natural, urânio enriquecido, carvão mineral, que são considerados também geração termelétrica. Então, o projeto de V. Exª, me parece, tem uma linha para atentar a geração por óleo combustível e óleo diesel. Então, essa é primeira observação que eu, como Relator, faço ao projeto de V. Exª.

E me preocupa bastante aquilo que já foi dito aqui: que o nosso País precisa ter segurança energética. Não há como você ter segurança energética se não tivermos as termelétricas em *stand-by*. Na realidade – e aqui eu lamento –, o Senador Hélio José fez um comentário *en passant* de que o Governo brasileiro tenha tomado uma posição pela construção das usinas hidrelétricas a fio d'água.

Isso vai ser um crime para as gerações futuras, porque Belo Monte, que tem a geração firme de quatro mil e poucos megawatts, poderia ter 12 mil, 15 mil megawatts de geração firme se tivesse um acumulo de água. "Ah, porque vai atingir áreas indígenas, áreas de..." No caso de Belo Monte – pelo menos os técnicos da Eletronorte me disseram – não haveria isso; bastaria ter afastado os diques até o limite da área indígena e você teria ali um reservatório para acumular água, aí sim, para poder utilizar quando houvesse necessidade por falta de outros tipos de geração.

Lamentavelmente – e foi colocado aqui na fala, me parece, do Dr. Hélvio – nós não temos ainda, Senador Hélio José, tecnologia para armazenar energia fotovoltaica e energia eólica, para que possam elas serem guardadas e usadas na necessidade. Você gera e tem que usar; não tem como ainda fazer o armazenamento delas, que é o problema das baterias... Está sendo estudado. Daqui a pouco, vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente conseguir. Este é o grande problema do carro a energia elétrica: a troca das baterias, para que haja possibilidade de ter condições de percorrer grandes extensões.

Foi mostrado aqui – inclusive não sei se eu me enganei na leitura –, sobre o leilão da energia eólica, que ela iniciou num patamar, em relação à geração hídrica, bastante elevado; houve uma redução; e me parece que houve de novo a extensão agora, em 2015, 2016, do valor da geração por quilowatt. Eu perguntaria por que essa evolução já no sentido diferente daquilo que seria normal? Porque, com o advento da tecnologia, esses preços dessas novas fontes tendem a reduzir. É o caso da fotovoltaica, como foi da eólica: impraticável em nível de geração de mercado; teria que ter um subsídio muito grande da União, de todos nós brasileiros. E hoje a gente já sabe que a eólica está competindo com a geração hidráulica, a hidroenergia. E a fotovoltaica também. A eólica já está nesse nível, e a fotovoltaica está avançando para cada vez se tornar mais competitiva.

A Senadora Regina fez uma referência muito importante: há um projeto aqui, se não me falha a memória, do Senador Wilder, para que se utilize a geração fotovoltaica nas unidades do Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para o adquirente. Um conjunto de geração para uma unidade habitacional daquele porte gira em torno de R$20, R$22 mil. Muitos já estão fazendo essa geração para unidade familiar, para que possam ligar a rede e, como disse a Senadora Regina, reduzirem o valor da conta de energia, às vezes até tendo ganho, se gerar mais do que consumir.

Então, acho que deveria haver um incentivo do Governo Federal para que isso pudesse ser implementado para ganhar essa geração.

Agora, enquanto não ocorrer isso, Senador Hélio José, nós não vamos realmente ter condições de fazer uma vedação dessa, como V. Exª propõe, porque me parece – e aí eu quero ouvir os nossos convidados – que nós vamos colocar em risco o desenvolvimento do País. Não entramos em colapso energético no Brasil, porque o País começou a ter o PIB negativo. Se nós tivéssemos crescido a 3%, 4% ao ano, nós já teríamos entrado em colapso energético. Faltaria energia, mesmo com a termelétrica, para a gente sustentar o desenvolvimento desse percentual.

Ainda há pouco, acho que semana passada, tivemos um blecaute. Houve um problema num circuito de transmissão de Belo Monte e sete Estados do Nordeste ficaram sem energia, porque caiu um disjuntor de uma das linhas de transmissão. Como nós não temos redundância, não temos um outro circuito para que, ao cair um, o outro entre em funcionamento, nós tivemos esse apagão. E um apagão é algo muito sério, porque não é só você deixar de oferecer energia para as residências; a parte econômica também deixa de produzir; e o mais difícil de você ter esses apagões é na parte dos hospitais. Imagine se o hospital não tem um grupo gerador e, na hora em que houver o apagão, você estiver no meio de uma cirurgia? Aí há a possibilidade de aquele paciente ir a óbito, porque houve a suspensão da energia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu já lhe concedo a palavra, deixe-me concluir.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Desculpe-me por interrompê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Deixe-me concluir. V. Exª é muito nervoso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Não é não, é porque está o estatuto do cigano lá na CE, parece que é o último tema; e eu tenho que ir lá, porque eu sou o Relator. É só por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não... Então, vamos concluir.

Eu vou passar a palavra para o...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – É rapidinho, eu quero só fazer uma consideração pois vou ter que sair para ir lá.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu já lhe passo a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Hélio José pela ordem. Ele fica muito agoniado, nervoso; ele já quer ir para uma outra comissão; mas esta é a Comissão do seu projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, eu concordo plenamente com várias das questões colocadas. Inclusive, minha emenda Parlamentar do meu primeiro ano de mandato foi para destinar R$10 milhões para fazer energia solar fotovoltaica nos hospitais e nas escolas do Distrito Federal, que, lamentavelmente, por um Governo incompetente, até hoje não foi executada – mas isso é outra questão. Eu concordo com o que a Senadora Regina colocou.

Com relação ao projeto: eu entendo o nobre Senador Flexa Ribeiro e queria evitar uma camisa de força, que não dê ao Governo Federal o instrumento para administrar futuras crises energéticas. Não é essa a minha intenção. E, com o intuito de somar, quero propor ao senhor, nobre Senador Flexa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma reflexão conjunta para encontrarmos um caminho legislativo adequado para mantermos as diretrizes firmes e fortes em relação à prioridade que deve ser dada às fontes renováveis e à necessária e paulatina substituição das fontes poluentes. Sei que isso engessa evidentemente o Governo, não é esse o interesse, tanto é que a exceção está sendo feita em todo o projeto.

Quero dizer a V. Exª que vários dos argumentos colocados aqui só colaboram com o mérito do projeto e com a importância dele. Ou nós obrigamos que o nosso Governo dê consequência a um melhor investimento para aproveitamento da energia solar e das energias da biomassa com relação ao lixo e com relação a outras questões, ou não vai acontecer o projeto do nobre Senador Wilder Morais, do qual, inclusive, sou Relator. É um projeto altamente meritório e importante sobre a utilização da energia nos conjuntos habitacionais.

Eu vou correr lá, sem desrespeito aos senhores, pois vou acompanhar toda a fala de vocês, mas é só para defender essa questão do Estatuto do Cigano, do qual sou Relator, aqui na Comissão de Educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Hélio José.

Passo a palavra ao Dr. Lívio Teixeira de Andrade Filho para suas considerações finais.

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Primeiramente eu gostaria de fazer alguns comentários sobre os argumentos favoráveis ao PLS do Senador Hélio José.

Os argumentos são bastante consistentes, mas eu quero dizer que o Ministério sempre atuou nessa linha de nunca abrir mão de qualquer fonte que seja. Ele argumentou, por exemplo, que o projeto já estava liberando nos casos emergenciais. O problema dessa situação é que a gente tem que ter flexibilidade e segurança na hora de o setor atuar. Por isso, realmente fica difícil de se abrir mão.

Passo às perguntas.

Respondo agora às perguntas do Artur Cury, de São Paulo. Ele fala: "Sou a favor da modernização das termelétricas a gás e não a carvão, além de construções de usinas hidrelétricas respeitando os ribeirinhos e o meio ambiente como um todo, já as energias renováveis são ideias interessantes, porém, muito caras e dificilmente se tornarão populares!" Como foi apresentado nas transparências sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia, a realidade não é essa, o preço das energias renováveis tem diminuído muito, inclusive já com competitividade bastante considerável em relação às fontes tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondo a outra pergunta aqui da Maria Bins, de Rondônia. Ela diz: "Concordo plenamente com a concessão de energias renováveis. Quem mora na Amazônia deixa de aproveitar a energia solar que tem em abundância, desta forma contribuiria para a produção de energia mais limpa."

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO – Quero dizer que, no leilão para sistemas isolados, que aconteceu em 2016, houve uma participação razoável da energia solar na Região Amazônica, claro que com a condição híbrida com outra fonte térmica.

Com relação ao Senador, sobre a questão de aumento de preço da eólica, os preços apresentados no leilão de dezembro foram bastante baixos, só que foi contratado um montante de energia não muito elevado. Então, a gente vai ter um leilão, agora em abril, início de abril, com bastantes energias eólica e solar, que se cadastraram para participar do leilão, e acho que vai ser uma boa referência para a gente ver como vai estar o preço dessas energias.

No mais, Senador, eu agradeço mais uma vez a participação e coloco-me à disposição, quando necessário, para participar do debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Dr. Lívio e ao Ministério de Minas e Energia pela participação aqui na nossa audiência.

Sobre essa questão do Senador Hélio José, quando fala que está liberado para as energias emergenciais, digo que, no planejamento energético, emergência não é a de agora; está-se pensando anos atrás para poder usar à frente. Então, fica difícil de saber de quando é essa emergência: para hoje ou para amanhã? Fica meio complicado de se entender e se enquadrar na parte emergencial.

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO – Só mais um pequeno comentário.

A gente pode perceber que a última contratação de fonte diesel foi, se não me engano, há quase dez anos, e a projeção para os próximos dez anos é de que não vai se contratar. Só que a gente não sabe o que vai acontecer lá na frente, como o Senador falou. Só isso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Todos nós somos favoráveis à energia limpa. Ninguém tem dúvida disso. Nós não podemos é engessar a questão da geração de outras fontes. Vamos deixar aberto e é evidente que o Governo, em vez de colocar no leilão as termoelétricas a óleo e combustível, vai colocar a gás e outra fonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, para responder às perguntas e fazer sua consideração final.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Vou tentar considerar aqui os comentários e as perguntas em bloco.

Gostaria de fazer já uma referência ao que o Senador Hélio José disse sobre a necessidade de se darem passos maiores para avançar ainda mais na expansão de renováveis.

Entendo que a questão de enfrentamento da mudança do clima traz essa oportunidade de debate, traz essa oportunidade de priorizar as energias renováveis, sim, e o país que não estiver atento a isso vai perder o bonde da história.

Os dados aqui apresentados tanto pela Aneel como pelo Ministério de Minas e Energia já mostram que nós podemos considerar a economia brasileira como uma economia de baixo carbono, principalmente se compararmos com outras economias mundiais. O desafio é manter essa característica. E, aí, no entendimento do Ministério do Meio Ambiente, a Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris seria o instrumento orientador para esse tipo de desenvolvimento socioeconômico no Brasil, buscando cada vez mais a participação de energias renováveis na nossa matriz.

Algumas questões aqui dos internautas, dos telespectadores dizem respeito à redução de custos, a baixar impostos para energias renováveis. Acho que, quanto mais redução de impostos nós tivermos, melhor. É claro que há outras áreas do Governo que também devem se manifestar sobre isso, mas o MMA é sempre favorável a esse tipo de ação, e não só à redução de impostos, mas à busca de incentivos positivos, incentivos econômicos positivos. O pagamento por resultados que vem acontecendo na área florestal – e destaco aqui a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), por meio do qual o País consegue recursos, quando prova que reduziu suas emissões provenientes do desmatamento –, esse tipo de modelo de incentivo positivo, também poderia ser pensado para outros setores e – por que não? – para o setor energético.

Outro incentivo positivo que nós podemos procurar – e isso está sendo discutido na negociação do Acordo de Paris – será o mecanismo de desenvolvimento sustentável.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – ... no âmbito do Protocolo de Quioto, que é muito criticado em termos de alcance de resultados, foi um mecanismo extremamente importante.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, ajudando também o projeto de energia renovável, conseguiu reduzir no mundo cerca de 2 bilhões de toneladas de CO^2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivalente. Só para fazer uma comparação, a emissão do Brasil, em 2015, foi de 1,38 bilhão de CO^2 equivalente, ou seja, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo entregou reduções de emissões importantes. E no Brasil – eu me lembro logo no início do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – nós alcançamos reduções de emissões superimportantes com projetos de cogeração de biomassa. E o mecanismo de desenvolvimento sustentável sendo negociado agora no Acordo de Paris certamente trará essa oportunidade também de incentivos positivos.

Concordando com o Senador Flexa Ribeiro e com a Senadora Regina Sousa, no sentido de o Governo também atuar junto com o Legislativo, eu trago alguns exemplos aqui de ações do Governo. Um é no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Nós temos o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a parte não reembolsável do Fundo, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, e a parte reembolsável, coordenada pelo BNDES.

Nós tivemos uma reunião, na semana passada, do Comitê Gestor do Fundo, e o BNDES apontou como possibilidade – é claro que isso ainda vai ser construído – o apoio à pessoa física, por CPF, para painéis fotovoltaicos com taxas de uso reduzidas, aproveitando o Fundo do Clima – e repito, é claro que isso está sendo discutido, desenvolvido. O MMA e o BNDES estão preocupados com esse tipo de apoio, vindo do Poder Executivo.

No mais, eu acho que o Brasil deve considerar essa oportunidade da iNDC, da nossa Contribuição Nacionalmente Determinada, como um instrumento orientador para auxiliar na expansão de energias renováveis no País

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Dr. Adriano, a sua participação e ao Ministério do Meio Ambiente, enriquecendo a nossa audiência de hoje.

Passo a palavra ao Dr. Hélvio Neves Guerra para responder aos questionamentos e para sua consideração final.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – Obrigado, Senador.

Eu gostei muito de tudo o que eu ouvi aqui. Eu acho que as colocações foram extremamente relevantes. Eu acho que todos têm mais ou menos o mesmo objetivo, pois todos queremos matriz elétrica, matriz energética limpa; todos nós queremos fontes renováveis. Eu acho que tudo o que se disse aqui foi nesse sentido. É muito relevante que todos tenham a percepção da importância da fonte renovável no Brasil.

Eu gostaria de fazer uma observação. De vez em quando eu também sou internauta, Senadora Regina Sousa, e eu fui buscar aqui na internet, nos dados da Aneel, que o Piauí tem hoje quase 1,5 mil megawatts instalados em fontes eólicas e 270 megawatts em fotovoltaica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quase 1,5 mil megawatts em eólica representa um pouco mais de 10% de tudo o que está instalado de eólica no Brasil. Quer dizer, o Piauí é um Estado que tem uma capacidade, um potencial...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Em termos de matéria-prima, então é lá mesmo.

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – É, tem um potencial imenso. Então, eu acho que é isso que precisa ser aproveitado, uma fonte limpa, uma fonte que pode contribuir muito para o nosso desenvolvimento, inclusive com geração de empregos, por conta de instalação de fabricantes no Brasil. E há mais 400 megawatts de eólica em construção no Piauí. Então, é um dado extremamente importante. Esses dados estão no *site* da Aneel.

Tenho sempre algumas observações a fazer quando nós falamos que todo problema da hidrelétrica é um problema da crise hídrica. Eu acho que temos algo a mais, quer dizer, eu acho que temos, de fato, e tem que se reconhecer que existe uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLVIO NEVES GUERRA – ... crise hídrica, mas eu acho que há também uma falta de reservatórios para as hidrelétricas. Ou seja, nós não temos caixa d'água; nós deixamos de construir caixas d'água no sistema. Então, se nós não temos caixas d'água... No passado – e o Senador Flexa Ribeiro lembrou-se disso –, quando se decidiu por Belo Monte, como nós temos várias restrições e poderíamos fazer várias observações em relação à Belo Monte, nós construímos uma usina a fio d'água. A capacidade de geração de Belo Monte é muito menor do que aquela que poderia ser se nós tivéssemos um reservatório.

O Brasil já teve no passado – no passado recente – aproximadamente cinco anos de possibilidade de manter a geração hidrelétrica, mesmo em estiagem. Hoje, a nossa capacidade de reserva de água é de menos de um ano. Se não chove em um ano, nós temos que preservar os reservatórios e temos que gerar com termelétrica. Significa o que isso? Significa preço. Nós temos capacidade de atender a carga, mas nós temos que pagar mais por conta disso. Então, construir reservatórios me parece que é algo extremamente relevante no Brasil. E hoje nós temos condições de construir reservatórios com muito mais segurança do que nós tínhamos no passado, com muito menos impactos ambientais do que tínhamos no passado.

Sobre uma observação do Senador Hélio José a respeito do aproveitamento de lixo. Uma parte está sendo feita. A Aneel, por exemplo, estabeleceu um desconto de uso do fio, o uso da rede elétrica, em 100%. Quer dizer, hoje, quem gera com biogás, quem gera com lixo, como disse o Senador Hélio José, não paga a tarifa de uso da rede. Ele é dispensado do pagamento dessa espécie de pedágio pelo uso da rede elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às perguntas dos internautas, na realidade, eu concordei com algumas delas, porque foram mais observações do que perguntas.

Uma observação do Artur Cury me parecesse bastante relevante. Ele fala sobre a modernização das termelétricas a gás. Eu acho que a gente está nesse caminho. O Brasil tem um potencial de gás natural muito importante que precisa ser aproveitado. E fala também sobre a construção de usinas hidrelétricas com respeito aos ribeirinhos, que eu considero fundamental. Temos demonstrações, temos mostras de que, como eu disse e nos eslaides eu apresentei, as hidrelétricas, as pequenas centrais hidrelétricas, têm trazido benefícios socioeconômicos extremamente importantes para as comunidades onde estão instaladas.

Uma observação. Eu morei na Amazônia, morei 15 anos na Amazônia, e sei perfeitamente qual é, quais são as dificuldades das populações que vivem nas proximidades dos rios, os chamados ribeirinhos. Eu acho que existe ali uma dificuldade. Algumas vezes eu sinto que nós temos alguma dívida com as populações ribeirinhas. Então, eu acho que há muito o que ser feito ali.

A Maria Bins, de Rondônia, coloca aqui que nós temos que aproveitar melhor a energia solar na Amazônia. Concordo perfeitamente. Eu acho que nós temos aí um potencial imenso, como no Piauí.

O Davila Alcantara faz uma observação aqui, colocando que nós estamos ainda atrasados em relação à oferta proveniente de fontes renováveis. Eu concordo só em parte. Eu acho que nós tivemos um atraso durante algum tempo. Acho que, no caso da eólica, nós tivemos atrasos. Se olharmos a eólica que aconteceu na Europa – especialmente na Alemanha, na Dinamarca, os grandes produtores de máquinas eólicas – se nós olharmos para 30 anos atrás, já existia pesquisa, já existia empreendimento implantado, já existia geração eólica, e no Brasil não havia nada. O Brasil, na verdade, começou com a eólica em 2009; um pouco antes, em 2004, com o Proinfa, mas o grande *boom* da eólica foi em 2009, quando nós tivemos o benefício da crise na Europa. Quer dizer, a Europa, o mercado europeu estava em crise, e havia ali máquina sobrando, que veio para o Brasil a preços muito baixos. E o Brasil começou, então, a crescer na eólica. Começou atrasado, mas hoje nós estamos em vias de chegar a 12%, 15% da nossa matriz com a fonte eólica. Então, eu acho que nós recuperamos o tempo perdido.

No caso da fotovoltaica, há hoje mais de 300 mil megawatts no mundo, o que seria quase o dobro do que há instalado em todo o Brasil. Eu acho que nós precisamos incentivar um pouco mais. No caso da fotovoltaica, eu tendo a concordar com a pessoa que fez essa observação, que é do Ceará.

Há uma outra pergunta aqui, que eu confesso que não sei responder, porque eu acho que é mais para o Parlamento. É uma pergunta sobre como diminuir os impostos sobre os produtos, sobre os equipamentos – acho que era equipamentos o que ele quis dizer – que geram energia solar. A Aneel escapa um pouco a essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essas seriam as observações, que eu considero extremamente relevantes. Independentemente do alcance que pode ser dado ao que foi proposto pelo Senador Hélio José, eu acho que toda vez que nós discutimos redução de emissões, toda vez nós discutimos ampliação de fontes alternativas é uma boa discussão, é um bom combate.

Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Dr. Hélvio Neves Guerra a participação da Aneel nessa audiência pública.

Eu quero finalizar.

Não havia quórum para deliberar no início da audiência pública, apenas para abrir a audiência pública; agora há quórum regimental.

Então, eu quero propor a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião realizada em 6 de março de 2018.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado federal*.

Finalizando, agradeço, mais uma vez, aos nossos convidados, Dr. Lívio, Dr. Adriano, Dr. Hélvio, e aos nossos internautas pela participação, através do portal e-Cidadania: Artur Cury, de São Paulo; Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro; Maria Bins, de Rondônia; e Davila Alcantara, do Ceará. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos do dia onze de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Roberto Muniz, José Medeiros e Pedro Chaves; presentes ainda os Senadores Eduardo Amorim, Romero Jucá, José Pimentel, Marta Suplicy e Vicentinho Alves, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, João Capiberibe, Cristovam Buarque e Cidinho Santos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos: 1. Aviso Circular nº 1 – GP/TCU, de 23 de março de 2018, do Presidente do TCU, que encaminha cópia das principais conclusões do Diálogo Público realizado pelo Tribunal nos dias 5 e 6 de outubro de 2017 em Brasília. O evento se destinou a debater o "Licenciamento Socioambiental nos Empreendimentos de Infraestrutura"; 2. OFÍCIO S 16/2018 (na origem: Ofício Circular nº 7 de 2018 do Gabinete do Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro), que encaminha o Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União de 2017, disponível no sítio do Serviço Florestal Brasileiro www.florestal.gov.br, em obediência ao § 2º do artigo 53 da Lei 11.284 de 2006.Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 4 de 2018 que: "Nos termos regimentais, requeiro que seja realizado Seminário em Rondonópolis, no dia 13 abril 2018, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, para discutir a implantação e a gestão da Universidade Federal de Rondonópolis, debatendo a importância da Universidade para o desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso, com a participação do Comitê Pró-Universidade Federal de Rondonópolis, de representantes do MEC, da UnB, da Universidade do Paraná, e de professores da UFMT, e de representantes da comunidade local e de outros especialistas da área da educação." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 27/03/2018.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

Aviso Circular nº 1 GP/TCU, de 23 de março de 2018, do Presidente do TCU, que encaminha cópia das principais conclusões do Diálogo Público, realizado pelo Tribunal nos dias 5 e 6 de outubro de 2017, em Brasília. O evento se destinou a debater o licenciamento socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura.

OFS nº 16, de 2018 (na origem, Ofício Circular nº 7, de 2018, do Gabinete do Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro), que encaminha o Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União de 2017, disponível no sítio do Serviço Florestal Brasileiro, www.florestal.gov.br, em obediência ao §2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006.

Os expedientes foram enviados aos membros da Comissão por *e-mail* e estão à disposição dos Senadores na Secretaria.

Não havendo manifestação no prazo de sete dias, serão arquivados.

Requerimento de minha autoria.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 4, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro que seja realizado Seminário em Rondonópolis, no dia 13 abril 2018, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, para discutir a implantação e a gestão da Universidade Federal de Rondonópolis, debatendo a importância da Universidade para o desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso, com a participação do Comitê Pró-Universidade Federal de Rondonópolis, de representantes do MEC, da UnB, da Universidade do Paraná, e de professores da UFMT, e de representantes da comunidade local e de outros especialistas da área da educação.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Esse requerimento se dá em função da criação da Universidade Federal de Rondonópolis, um projeto que apresentamos ainda como Deputado Federal há mais de dez anos. Esse projeto de lei – na verdade, um indicativo – foi aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que o remeteu à Presidência da República como indicação. Depois de muitos anos trabalhando, conseguimos então ter a aprovação pela Presidente à época, Presidente Dilma, que elaborou o projeto e o encaminhou para a Câmara dos Deputados. Na Câmara dos Deputados, esse projeto da criação da Universidade Federal de Rondonópolis teve toda a sua tramitação em várias comissões, vindo, finalmente, a ser aprovado no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar aqui, inclusive, a relatoria, na Comissão de Constituição e Justiça, do Deputado Carlos Bezerra, que também é de Rondonópolis, e o apoio de toda a Bancada federal de Rondonópolis, de Mato Grosso, e dos Deputados também de Rondonópolis, no sentido de apoiarem a tramitação desse projeto.

Após a aprovação na Câmara, foi enviado aqui para o Senado, onde tive a oportunidade de ser também indicado, através da Comissão de Educação – a Senadora Lúcia Vânia que me indicou –, como Relator. Tivemos a oportunidade de, sob a Presidência do Senador Anastasia, votar esse relatório e tê-lo aprovado na Comissão de Educação, e ainda, pela presteza do Presidente do Senado, tivemos a apreciação no mesmo dia, no Plenário do Senado, com sua votação e aprovação. A matéria foi, urgentemente, remetida à Presidência da República, e o Presidente não só a sancionou, como deu todo o apoio para que a gente pudesse, junto a outros Estados – o Estado de Goiás e o Estado também de Pernambuco –, aprovar a criação dessas universidades.

Portanto, através do Presidente Michel Temer, também queremos aqui fazer o agradecimento pela sanção da criação da Universidade Federal de Rondonópolis, que hoje já está criada.

E agora, no dia 13, nós vamos então ter essa audiência pública, com a presença do Ministro Blairo Maggi, que também, como Senador, sempre apoiou a tramitação desse projeto aqui, no Senado, e, consequentemente, a aprovação. O Ministro Blairo Maggi já confirmou a sua presença nessa audiência pública, com assessores do Ministério da Agricultura, bem como também o Ministro dos Transportes e ex-Diretor-Geral do DNIT – que também estará conosco nessa audiência, onde vamos fazer cumprir uma agenda –, o Ministro Valter Casimiro.

Nós nos deslocaremos daqui de Brasília, nesta sexta-feira, dia 13, às 14h30, e chegando a Rondonópolis vamos visitar o terminal da Ferronorte, que é o maior terminal ferroviário da América Latina, onde o Ministro terá oportunidade não só de ver, presenciar as obras que ainda estão sendo realizadas, mas que essa ferrovia já está com toda a sua capacidade – 100% – tomada. Temos, inclusive, que fazer alguns investimentos.

Aliás, a empresa Rumo, que é detentora hoje dessa concessão, está articulando, junto à ANTT, para que esses investimentos sejam feitos. Claro, também há todo um projeto que está sendo aprovado, no Estado de São Paulo, na Linha Paulista, exatamente por causa desses problemas, que são gargalos no Estado de São Paulo, impedindo que essa ferrovia possa transportar mais, e principalmente a carga do Estado de Mato Grosso. Então, por tudo isso, será importante a presença do Ministro, até para que a gente possa dar celeridade, junto à ANTT, a esse projeto, E aí a proposta, o projeto da Rumo é, exatamente, a duplicação da capacidade dessa ferrovia.

Carga, Mato Grosso hoje tem em abundância. Não fossem os portos do Arco Norte, nós teríamos hoje um grande problema de congestionamento nas nossas estradas, porque esse volume de carga hoje, principalmente da produção do norte de Mato Grosso, já é escoado através dos portos do Arco Norte. Então, a produção do médio norte, da região sul do Mato Grosso e de parte do Araguaia é hoje transportada através da ferrovia Ferronorte.

Além disso, também, no mesmo horário, nós teremos uma reunião, no *campus* da universidade federal, onde estarão presente também representantes do MEC, principalmente o Secretário de Ensino Superior do MEC, para conversar com os professores, com a área administrativa do *campus*, visando exatamente à implantação dessa nossa nova universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos fazendo isso com toda a assessoria técnica, sem pressa. Agora teremos a oportunidade de criar essa nova unidade orçamentária, dessa nova universidade, no orçamento que estaremos votando agora, provavelmente, no mês de setembro, outubro, no máximo dezembro. Para o ano que vem, então, nós já teremos a nova unidade orçamentária e – quem sabe? –, ainda no final do ano, início do ano que vem, também a nomeação do reitor *pro tempore*, para que a gente faça essa transição tendo provavelmente a própria Universidade Federal de Cuiabá, de Mato Grosso, como a tutora dessa universidade que está sendo implantada.

Quero aqui elogiar o papel de todos os ex-reitores, do Reitor Paulo Speller, que inclusive esteve conosco ontem, no Palácio do Planalto, na posse do Ministro da Educação; também da ex-Reitora Maria Lúcia Cavalli; da atual reitora, enfim. Essa transição, ou seja, a criação da Universidade Federal de Rondonópolis teve todo o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso.

E, claro, também essa transição será feita com todo o apoio da própria Universidade Federal de Mato Grosso, à qual eu quero aqui tecer todos os meus elogios, até porque Mato Grosso é um Estado continental, um Estado de 900 mil quilômetros quadrados, com uma população ainda pequena, mas é o Estado que mais se desenvolve no Brasil. E, nesses próximos anos, sem dúvida nenhuma, vai crescer não só a produção, a nossa produtividade com a agricultura, com tecnologia de ponta, com tecnologia de precisão, mas também a pecuária de modo geral. Então, é um Estado cuja população também vai crescer muito. Portanto, a criação dessa universidade, sem dúvida nenhuma, será uma grande propulsora do desenvolvimento da nossa região sudeste, compreendendo todos os Municípios da região sudeste. Então, quero aproveitar para convidar todos para estarem conosco nessa reunião do dia 13.

Portanto, eu quero aqui pedir o apoio para a aprovação.

Aqueles que queiram discutir a matéria... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-la em votação.

Todos que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Então, quero aqui passar à Secretaria.

Quero comunicar também que agora, no próximo domingo, dia 15, nós teremos um grande evento na Escola Agrotécnica Federal de São Vicente, que é o Instituto Federal de Educação Tecnológica. Essa escola agrotécnica, da qual sou ex-aluno, é uma escola que vai completar 75 anos de existência. É a maior escola do mundo em termos de área territorial, com uma área de mais de 5 mil hectares – historicamente, inclusive, essa área foi doada pela família Müller, uma família tradicional do Estado de Mato Grosso. Estaremos lá com todos os ex-alunos, com os atuais profissionais do Instituto Federal de Educação Tecnológica, com o ex-Reitor, o nosso companheiro Bispo, e também com o ex-Diretor daquela escola, o Prof. Dimorvan, que foi fundamental, muito importante para o soerguimento daquela escola. Logo que eu fui eleito para o primeiro mandato, como Deputado Federal, fizemos uma grande parceria, e muitos investimentos foram feitos na Escola Agrotécnica de São Vicente.

Quero aqui também deixar registrado, *in memorian*, como ex-aluno o nosso companheiro, o ex-Senador Jonas Pinheiro. Ele foi uma figura fundamental e, principalmente, referência nacional na área do desenvolvimento do agronegócio, e foi também um dos alunos ilustres daquela escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto no domingo, dia 15, lá estaremos para comemorar esse grande evento na Escola Agrotécnica Federal de São Vicente, no Município de Cuiabá, às margens da BR-163. Inclusive, essa BR está sendo duplicada, toda ela, principalmente no trecho de Rondonópolis até Cuiabá e na escola agrotécnica, porque ela ainda hoje passa praticamente a poucos metros das salas de aula. Isso, que foi importante no passado, hoje, realmente, é algo extremamente perturbador para o funcionamento daquela escola. Por isso, no projeto de duplicação, também conseguimos colocar um contorno viário da escola. Esse contorno já está pronto, estão sendo concluídas agora as obras de passarela, e será construída também uma guarita para se adentrar ao espaço da escola. Essa guarita será, então, a área de controle, de segurança. Então, eu quero agradecer aqui também ao Ministro Valter Casimiro, como Diretor-Geral do DNIT, junto com Luiz Antônio Garcia, que tiveram também esse trabalho no sentido de aprovar esse projeto. Portanto, teremos ainda condições de permitir não só o desenvolvimento da escola, como também maior segurança naquela área.

Eu quero aqui aproveitar também, ocupando o espaço aqui da Presidência, para registrar que a nossa capital, a capital do Estado de Mato Grosso, no último domingo completou 299 anos de fundação.

Fundada em abril de 1719 pelo bandeirante sorocabano Pascoal Moreira Cabral, a nossa capital chega ao limiar dos seus 300 anos, uma marca que faz parte da contagem regressiva do povo cuiabano, conservando suas tradições, porém sem deixar de olhar o futuro, que lhe reserva inúmeros desafios.

E é pelo povo cuiabano que eu ocupo esta Presidência para um pedido de reflexão sobre a terra do Presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra e do Herói nacional Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que nasceu em Mimoso, às margens da Baía de Chacororé, no Alto Pantanal, quando aquela área pertencia ao Município de Cuiabá.

Historicamente, está provado que, no mundo inteiro, a única forma de ocupação que resiste é aquela feita pela população civil. É exatamente isso que acontece com a expansão da fronteira oeste brasileira a partir da fundação da nossa capital Cuiabá. A redefinição das fronteiras no centro do continente, a partir de Cuiabá, incorporou uma vastidão territorial ao Brasil. Nessa área, o trabalho incessante dos nossos produtores rurais se mostra decisivo, seja para a economia nacional como também para a política de segurança alimentar mundial. Essa mesma redefinição que proporcionou tantos benefícios ao Brasil também causou ônus a Mato Grosso e também a nossa capital Cuiabá, uma carga pesada e que exige ação rápida do Governo Federal para a sua solução.

Dentro dessa reflexão, refiro-me aos crimes transnacionais que nos atingem em cheio. Falo aqui precisamente do tráfico de drogas, tema que já abordei por várias vezes, tanto aqui nesta Comissão, como também na tribuna do Senado. Em Mato Grosso, temos uma fronteira de 983km que abrange os Municípios de Poconé, Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital mato-grossense, e ainda a cidade de Comodoro, dos quais 730km em fronteira seca, desabitada de um e do outro lado.

Com um baixo efetivo militar e policial na região, e até mesmo sem contarmos com uma base de força aérea em Mato Grosso para interceptação de aeronaves do tráfico, ficamos expostos e totalmente vulneráveis. Por que digo isso? Porque o desguarnecimento da fronteira que Cuiabá expandiu com a sua fundação reflete-se no alto índice de criminalidade que a atinge e que torna a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população refém do medo, diante do clima de insegurança generalizada. Por Cuiabá, por Mato Grosso e pelo Brasil, conclamo aqui mais uma vez ao Governo Federal para que tome providências quanto a essa situação.

O povo cuiabano também enfrenta, a exemplo de muitas outras grandes capitais brasileiras, problemas na área de saúde pública que ainda são agravados pelo chamado turismo de saúde, aquele que remove enfermos e acidentados dos Municípios do interior para a capital. Essa situação está bem próxima de ser amenizada com a obra do novo pronto-socorro municipal, para a qual fizemos grandes esforços aqui, juntamente com toda a Bancada, garantindo recursos do Governo Federal, do Ministério da Saúde, para que ela pudesse ter o avanço das suas obras. Fomos e continuamos sendo solidários, parceiros e destinadores de recursos para aquela unidade, que terá 350 leitos. Semanalmente, acompanho a evolução da sua construção.

E aí quero registrar que o Prefeito Emanuel Pinheiro, Prefeito da nossa capital, sempre nos procura, e nós, claro, o atendemos. Incontáveis vezes fomos ao Ministério da Saúde para que esses recursos pudessem chegar a nossa capital. Não somente o pronto-socorro vai melhorar o atendimento ao cuiabano. Construir essa unidade também será um laço de cidadania com o povo cuiabano e mato-grossense.

Seguimos lutando pela retomada das obras também do novo Hospital Universitário de Cuiabá. Essas obras infelizmente estão paralisadas há mais de quatro anos, cujos recursos, de mais de R$80 milhões, se encontram parados numa conta convênio do Governo do Estado de Mato Grosso, da Universidade Federal e do Ministério da Educação.

Como aqui estamos mais para registrar o aniversário, não vamos agora, neste momento, polemizar esse assunto. Eu sempre digo, e quero aqui repetir, que uma obra parada não serve para nada, não atende a nada, é um desperdício, uma afronta os impostos pagos população. Pior ainda é quando essa obra está parada e com recursos financeiros disponíveis. Por isso eu quero aqui dizer que, infelizmente, isso representa um atestado de incapacidade administrativa.

Quero dizer que esse novo Hospital Universitário, uma vez pronto, proporcionará melhoria e rapidez no atendimento e cumprirá com outra finalidade, que é a formação de profissionais de saúde mais gabaritados e conscientes da responsabilidade de bem servir à população. Quero ainda dizer que esse hospital será um hospital-escola, então, ele é extremamente importante para os alunos, para a formação dos alunos na área médica – toda a área médica, seja de medicina como de outros cursos, como o de enfermagem, enfim, para todos os cursos que lá estão.

Aliás, inclusive, junto a esse hospital, será construída também a cidade da saúde, uma área doada pelo Governo do Estado, na administração passada, de mais de cem hectares na entrada de Santo Antônio do Leverger, uma cidade tradicional, que, como disse agora há pouco, é onde nasceu o Marechal Rondon, na localidade de Mimoso.

Quero aqui aproveitar mais uma vez para pedir ao Governo de Mato Grosso que reflita sobre a paralisação dessa obra e que encontre meios para retomar a construção, pois a precariedade na saúde não pode persistir.

A nossa capital atravessou quase dois séculos de isolamento, que somente era quebrado graças à navegação fluvial via Corumbá até Nueva Palmira, no Uruguai, e de lá pela cabotagem ao Rio de Janeiro, então Capital da República. Agora, felizmente, isolamento é palavra que tem que estar fora do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso dicionário. Inclusive estamos trabalhando também, junto ao Ministério dos Transportes, para as obras da BR–242, que interligam Cuiabá até o Porto de Mimoso, para voltar essa navegação extremamente importante, que é a navegação da hidrovia Paraguai-Paraná.

Quanto à interligação de nossa capital, é preciso destacar que está em curso e em fase bem adiantada a duplicação da BR–163, da divisa de Mato Grosso do Sul a Sinop, numa extensão de 850km, cruzando Rondonópolis, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Jaciara, Várzea Grande, Jangada, Rosário d'Oeste, Nobres, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso. Há muito tempo fazemos dessa obra uma de nossas bandeiras, da qual, é claro, nós nos orgulhamos e pela qual continuamos lutando para vê-la concluída.

Nasci e sempre vivi ao lado da Rodovia BR-163. Não foram poucas as vezes em que fui tomado pela dor e a emoção com acidentes fatais naquela pista, que tem segmentos coincidentes com a BR-070 e também a BR-364, do trecho de Rondonópolis até Posto Gil.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o trecho da BR-163 entre Cuiabá e Rondonópolis, registrava, até pouco tempo atrás, a maior quantidade de colisões frontais do Brasil. Graças a Deus, essa situação vem diminuindo gradativamente, porque boa parte do trajeto está sendo duplicado, e duplicado, parte dele, com pavimento rígido, ou seja, com tecnologia também de ponta, principalmente no trecho de Jaciara até Cuiabá.

Pelas vidas de cuiabanos e de todos os demais que cruzam essa rodovia, fazemos de nossa atuação parlamentar, desde a Câmara dos Deputados, onde cumprimos seis mandatos consecutivos, uma de nossas bandeiras. Por essa conquista em curso também saudamos a nossa grande capital mato-grossense pelo seu aniversário. Essa será, sem dúvida nenhuma, uma grande conquista do povo mato-grossense e, claro, em especial também de Cuiabá, onde teremos muitas obras ali na travessia urbana.

Cuiabá, portanto, é a caixa de ressonância de toda a população mato-grossense, com sua gente, sua rica história, suas tradições com o Cururu e o Siriri, a sua musicalidade, a sua condição de capital do maior produtor nacional de grãos e também de proteína animal, e não pode continuar com demandas reprimidas.

A um passo do tricentenário, a nossa cidade verde precisa atender ao clamor da nossa população. O encantador sotaque cuiabano, que troca o "j" pelo "d", com sua sonoridade, sua pronúncia rápida e com a última palavra quase sempre espichada; a culinária cuiabana e o seu artesanato; a tradição do guaraná ralado; a têmpera de Cuiabá nasce da fusão disso – é claro que tendo o homem, o ser humano, no centro de tudo isso.

Aqui eu quero dizer que ouvi que a temperatura da minha capital é elevada. Sempre todos falam. Não se assustem aqueles que aqui estão nos assistindo, pois não se trata de aquecimento global, mas, sim, do calor humano do povo cuiabano. Não é sofisma, é fato.

Convidamos todos. Conheçam Cuiabá e também a nossa gente, bem como o Pantanal mato-grossense, que inclusive, nessa época, está extremamente cheio. Mas, para conhecer o Pantanal, nós precisamos ir em duas etapas do ano, em dois momentos, que é exatamente no momento da cheia, onde você pode ver o Mar de Xaraés, como também na época da seca, quando você pode conhecer a biodiversidade, os animais, toda a sua flora e toda a sua fauna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, então, agradecer o tempo a mim dispensado e cumprimentar a todos que acompanharam este pronunciamento aqui, na Comissão, e, claro, a quem estará nos assistindo na TV Senado e também pelas agências e redes sociais na nossa Casa.

Quero aqui encerrar dizendo: Parabéns Cuiabá, do meu Estado, capital da terra onde nasci, onde meus filhos e meu neto nasceram! Os seus 299 anos são apenas o começar da caminhada que, em breve, a levará ao lugar que Deus lhe reservou no contexto das grandes cidades mundo afora. Seguiremos atuando em todas as frentes para que Cuiabá esteja sempre pronta para saltos de desenvolvimento que representem mais qualidade de vida para todo o nosso povo.

Mais uma vez, aqui eu quero parabenizar toda a população, todo o povo cuiabano, em nome de toda a Câmara de Vereadores, bem como todos os Vereadores que lá estão trabalhando, no dia a dia, e que sempre estão conosco, aqui ou em Cuiabá, e os Parlamentares, através da Assembleia Legislativa, os clubes de serviços, as entidades não governamentais e, é claro, também o Prefeito Emanuel Pinheiro, em nome de toda a população cuiabana.

Com isso, eu agradeço a todos e dou por encerrada esta nossa reunião.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, José Medeiros, Cidinho Santos e Pedro Chaves; presente ainda o senador Vicentinho Alves, não membro. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, João Capiberibe, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405 de 2011 - Não Terminativo - que: "Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, contrário ao Projeto de Lei do Senado Nº 405 de 2011. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34 de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005." Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 1-CRA. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA favorável ao PLC Nº 34 de 2015, com a Emenda Nº 1 – CRA/CMA. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 743 de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010 e dá outras providências." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador José Medeiros (*Ad hoc*), substituiu o Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado Nº 743 de 2015. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92 de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de materiais biodegradáveis na composição de utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA favorável ao Projeto de Lei do Senado Nº 92 de 2018. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162 de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63 de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214 de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408 de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. – TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66 de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos" Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Lido o relatório e iniciada a discussão. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344 de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água." Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750 de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79 de 2016 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa." Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 11/04/2018.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão do item 2 com o item 1, porque eu sou o Relator dele.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k.!

Não havendo objeção, nós vamos fazer uma inversão de pauta, dada a presença aqui do nobre Senador Cidinho Campos. É Cidinho Santos, desculpe-me.

O projeto a que ele se refere é o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: pela aprovação, com a Emenda nº 1-CRA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *1. Em 11 e 12/08/2015, as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em reuniões conjuntas, realizaram audiências públicas para instrução da matéria.*

2.Em 13/10/2015, a matéria foi apreciada pela CCT com parecer pela rejeição do projeto.

3.Em 19/09/2017, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRA.

4.Em 21/03/2018, a matéria foi apreciada pela CAS com parecer pela rejeição do projeto.

5.Em 27/03/2018, a CMA recebeu o Oficio nº 291/2018, da Presidência do Senado Federal, que requer a remessa do processado da matéria à Secretaria-Geral da Mesa, para que se dê seguimento à tramitação de requerimentos que solicitam que a matéria seja também apreciada pelas comissões CAE, CTFC e CCJ.

6. Em 05/04/2018 foi recebido o relatório do Senador Cidinho Santos, pela aprovação do projeto e da Emenda 1-CRA.

7. Nos termos do novo despacho da Presidência do Senado, em 11/4/2018, a matéria vai ainda à análise da CTFC.

Solicito ao nobre Relator que faça a leitura do seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Nos termos do art. 102-F, inciso V, compete à CMA opinar sobre fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável – temas intimamente conexos ao PLC nº 34, de 2015.

Os posicionamentos contrários à matéria, expressos nas sucessivas comissões que sobre ela se debruçaram, evidenciam não apenas a relevância, mas a preocupação da sociedade a respeito do tema, o que é essencialmente positivo num debate democrático. Isso nos impele a uma análise rigorosa da questão, de modo que possamos corresponder às expectativas previstas para este Colegiado.

Nessa empreitada, importa nos afastarmos do medo decorrente da obscuridade, ou melhor dizendo, da ignorância. Por isso, nossas análises se fundamentam em evidências científicas ou, ironicamente, na ausência de qualquer evidência que demonstre a negatividade dos transgênicos.

De fato, a despeito de os alimentos transgênicos serem uma realidade há mais de 15 anos no mundo, ainda não há registros de que sua ingestão cause danos diretos à saúde humana. Frisemos uma vez mais: não existe um registro sequer, suficientemente comprovado e validado por criteriosa análise científica, que ateste danos ou prejuízos à saúde humana em virtude da ingestão de produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feitos à base transgênicos. A oposição ferrenha aos transgênicos, portanto, fundamenta-se na fragilidade de um preconceito ideológico, quase religioso, que não se sustenta diante de uma confrontação mais criteriosa.

Dessa forma, Sr. Presidente, o projeto já foi bastante discutido aqui, e somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A votação será simbólica. Esta votação será simbólica.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores (*Fora do microfone.*)

que o aprovam permaneçam como estão. Os que forem contra se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 34, de 2015, com a Emenda nº 1, da CRA/CMA.

A matéria vai à CTFC.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, é possível pedirmos o regime de urgência para ele ir ao Plenário, aprovarmos aqui o regime de urgência para ir direto ao Plenário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Ah, irá para outra Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Voltamos à nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2011

- Não terminativo -

Suspende, pelo prazo de 30 anos, a construção de novas usinas termonucleares em Território nacional.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela rejeição.

Observações: *1. Relatório apresentado em 23/11/2016, pela rejeição.*

2. Em 25/04/2017, foi concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.

3. Em 09/05/2017, foi aprovado o RMA 19/2017, que solicitou ao TCU informações acerca do grau de comprometimento na segurança de Angra 3.

4. Aviso 1.395-GP/TCU com resposta integral daquele tribunal às solicitações desta Comissão anexado ao processado em 29/12/2017.

5. Constou da pauta em 02/05, 09/05/2017 e 06/03/2018.

6. A matéria vai ainda à CCT e à CI, em decisão terminativa nesta última.

Concedo a palavra ao Senador Raupp.

Não estando S. Exª presente aqui no nosso plenário, peço ao Senador José Medeiros para que possa fazer a...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Peço que o senhor faça a leitura do parecer.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Se V. Exª permitir, eu já vou direto para a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O senhor acaba de ser destituído. O Raupp está aí atrás. Desculpe-me, Senador. Obrigado pela sua gentileza, mas o titular chegou.

Senador Raupp, nós estávamos exatamente iniciando a leitura do seu parecer. Como V. Exª está presente, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Relator.) – Estou quase desistindo de fazê-la, porque minha voz hoje está meio complicada.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 405, de 2011. De autoria do Senador Cristovam Buarque, a proposição será encaminhada posteriormente às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa.

O art. 1º do projeto suspende a construção de novas usinas termonucleares pelo prazo de 30 anos em todo o Território nacional.

O art. 2º institui que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor da proposição argumenta que as condições atuais das usinas para geração de energia nuclear, com centrais nucleares próximas a aglomerações populacionais, não garantem o direito à segurança. Além disso, o autor enfatiza que a ameaça da ocorrência de desastres nucleares atinge também as gerações futuras, devido ao fato de a contaminação do solo por substâncias radioativas levar séculos para ser decomposta.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria perante a CMA.

Eu vou direto aqui para o voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2014.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, se for possível fazer uma inversão de pauta, para votarmos o item 4...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É o item 4. Atendendo ao apelo do nobre Senador José Medeiros, vamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de materiais biodegradáveis na composição de utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: pela aprovação.

Observação: *1. A matéria vai ainda à CAE, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros, para fazer a leitura do relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, eu vou direto ao voto, já que...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ...V. Exª o leu, dizendo do que se trata o projeto.

Diante disso, nós decidimos pela aprovação do projeto, por achar que ele tem tudo a ver com o bem da sociedade e com o nosso tempo.

Então, o voto é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 743, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: pela prejudicialidade.

Observações: *1. Constou da pauta em 6/12, 12/12/2017 e 6/3/2018.*

2. A matéria ainda vai à CAE, em decisão terminativa.

Dada a ausência aqui do nosso Relator, eu peço que o Senador José Medeiros possa fazer a leitura. Já que o Senador Raupp não está bem das cordas vocais, o Senador José Medeiros faz a leitura.

Por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – O Senador Raupp está quase com afasia aqui.

É o parecer da Comissão de Meio Ambiente sobre o Projeto de Lei do Senado 743, de 2015, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente o projeto de lei do senado de autoria do Senador Ciro Nogueira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para proibir o encaminhamento de resíduos de serviço de saúde para a disposição final sem submetê-los previamente a tratamento específico.

O art. 2º do projeto inclui o art. 57, renumerando os demais, à Lei 12.305.

A proposição já foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

O Relator vota pela prejudicialidade do projeto em tela.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, coloco em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esses aí são terminativos. Vamos só fazer a leitura. Aí já fica livre. Depois nós votamos.

Senador Raupp, segundo a nossa assessoria, o quinto já foi lido, já foi discutido. Estamos aguardando o quórum para votar.

Vamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

TRAMITA EM CONJUNTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado.

Observações: *1. Em 8/7/2015, a matéria foi apreciada pela CDR, com parecer favorável ao PLS 66/2014 e contrário ao PLS 408/2012.*

2. Em 14/3/2018, o Relator, Senador Valdir Raupp, apresentou novo relatório às matérias, pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014 na forma do substitutivo que apresenta.

3. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282, combinado com o art. 92).

A relatoria é do nobre Senador Valdir Raupp.

Solicito ao Senador que faça a leitura do parecer.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o dispositivo em questão – inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979 – estabelece como requisitos urbanísticos para loteamento de gleba a obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável de 15 metros ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, salvo maiores exigências da legislação específica.

O PLS nº 408, de 2012, pretende aumentar a largura dessa faixa para 30 metros.

O PLS nº 66, de 2014, do Senador Paulo Bauer, altera o inciso III e o §3º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979. No projeto, propõem-se sejam reservadas faixas não edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Estou abreviando aqui, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, as proposições buscam aprimorar a legislação que rege, a título de normas gerais, o parcelamento do solo para fins urbanos, todavia de formas distintas.

Propomos acolher parcialmente a concepção do PLS nº 408, de 2012, no tocante ao aumento da faixa não edificável para 30 metros, somente ao longo das águas correntes e dormentes, adequando a Lei nº 6.766, de 1979, às disposições do novo Código Florestal, que, em seu art. 4º, inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "b", define como áreas de preservação permanente, respectivamente, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente e as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em largura mínima de 30 metros.

Entretanto, no que diz respeito à faixa não edificável ao longo das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, compartilhamos a proposta veiculada no PLS nº 66, de 2014, ao criar um regramento consentâneo à autonomia municipal em realizar o planejamento do uso e ocupação do espaço urbano.

O estabelecimento de um limite uniforme e pré-determinado de 30 metros para esses casos pode ser um elemento contrário ao planejamento adequado do uso do solo urbano e não necessariamente gerará o efeito de garantir a segurança da população. Os estudos, caso a caso, poderão concluir pela necessidade de faixas não edificáveis maiores ou menores que 30 metros.

Para operacionalizar essa incorporação, propomos, na emenda substitutiva que apresentamos ao PLS nº 66, de 2014, a introdução de um novo parágrafo no art. 7º da Lei nº 6.766, de 1979, para instituir consulta obrigatória, na etapa de fixação de diretrizes para o loteamento, aos órgãos reguladores, às empresas gestoras das citadas infraestruturas e às concessionárias de serviço público com atuação no local do empreendimento. Caberá a esses órgãos e entidades informar ao Município as exigências a serem observadas na elaboração do projeto de loteamento, considerando a situação de fato existente.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do PLS 408, de 2012, e pela aprovação do PLS nº 66, de 2014, na forma das seguintes emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Em discussão o relatório que acaba de ser lido.

Eu só comunico aqui à minha assessoria que nós vamos continuar com o projeto em discussão, porque o Senador José Medeiros disse que gostaria de discuti-lo.

Então, o projeto continuará em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa presente reunião e convocada outra para hora e data regimental.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 06AA77290024C331.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.